



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2225

Terça-feira - 04 de Abril de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	3	Garopaba.....	275	Ouro Verde.....	576
Alto Bela Vista.....	5	Garuva.....	277	Palhoça.....	606
Anchieta.....	6	Gaspar.....	280	Palma Sola.....	620
Antônio Carlos.....	34	Governador Celso Ramos.....	286	Papanduva.....	621
Apiuna.....	36	Grão Pará.....	287	Paraíso.....	634
Arabutã.....	41	Guaraciaba.....	288	Passos Maia.....	635
Arroio Trinta.....	43	Guaramirim.....	291	Paulo Lopes.....	636
Ascurra.....	44	Guarujá do Sul.....	317	Penha.....	652
Aurora.....	50	Herval d'Oeste.....	318	Petrolândia.....	656
Balneário Piçarras.....	51	Ibiam.....	325	Pinheiro Preto.....	657
Balneário Rincão.....	53	Ilhota.....	330	Planalto Alegre.....	660
Barra Bonita.....	54	Imarui.....	332	Ponte Serrada.....	661
Barra Velha.....	57	Imbituba.....	359	Porto União.....	662
Bela Vista do Toldo.....	58	Indaial.....	400	Presidente Castello Branco.....	667
Belmonte.....	61	Iomerê.....	403	Presidente Nereu.....	668
Benedito Novo.....	62	Ipuacú.....	405	Princesa.....	669
Biguaçu.....	64	Ipumirim.....	406	Rio das Antas.....	682
Blumenau.....	68	Iraceminha.....	432	Rio do Sul.....	683
Bom Jesus do Oeste.....	74	Irineópolis.....	433	Rio Fortuna.....	695
Bom Retiro.....	76	Itá.....	435	Romelândia.....	714
Botuvera.....	77	Itapema.....	438	Santa Helena.....	716
Braço do Trombudo.....	82	Itapiranga.....	444	Santa Rosa de Lima.....	718
Brusque.....	87	Itapoá.....	445	Santa Rosa do Sul.....	720
Caçador.....	88	Ituporanga.....	446	Santa Terezinha do Progresso.....	721
Camboriú.....	154	Jaborá.....	447	São Bento do Sul.....	722
Campo Alegre.....	189	Jacinto Machado.....	448	São Carlos.....	728
Campo Erê.....	203	Jaraguá do Sul.....	450	São João Batista.....	729
Campos Novos.....	205	Joaçaba.....	464	São João do Oeste.....	731
Canoinhas.....	206	Lages.....	474	São Joaquim.....	732
Capinzal.....	210	Lauro Muller.....	503	São José.....	733
Catanduvas.....	211	Lebon Regis.....	504	São José do Cedro.....	737
Caxambu do Sul.....	212	Lindóia do Sul.....	505	São Lourenço do Oeste.....	752
Celso Ramos.....	217	Lontras.....	506	São Miguel da Boa Vista.....	761
Chapadão do Lageado.....	218	Luzerna.....	513	São Miguel do Oeste.....	762
Chapecó.....	220	Mafra.....	531	Schroeder.....	766
Cocal do Sul.....	223	Maracajá.....	532	Serra Alta.....	788
Concórdia.....	224	Maravilha.....	533	Siderópolis.....	790
Cordilheira Alta.....	228	Marema.....	537	Sul Brasil.....	795
Coronel Freitas.....	253	Massaranduba.....	542	Tangará.....	797
Cunhaporã.....	254	Meleiro.....	545	Tigrinhos.....	798
Curitibanos.....	255	Modelo.....	546	Timbé do Sul.....	799
Descanso.....	258	Monte Carlo.....	547	Timbó.....	800
Dionísio Cerqueira.....	259	Morro da Fumaça.....	549	Treze Tilias.....	804
Faxinal dos Guedes.....	260	Navegantes.....	550	Tunápolis.....	805
Flor do Sertão.....	261	Nova Itaberaba.....	570	União do Oeste.....	845
Formosa do Sul.....	264	Nova Trento.....	571	Urupema.....	848
Forquilha.....	265	Novo Horizonte.....	573	Urussanga.....	851
Fraiburgo.....	267	Orleans.....	574	Vargeão.....	852
Frei Rogério.....	273	Ouro.....	575	Videira.....	853

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina

Edição Nº 2225

Terça-feira - 04 de Abril de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Vitor Meireles.....	870	Xavantina	877	Zortéa	882
Xanxerê.....	871	Xaxim.....	880		

Associações

AMMVI	905
-------------	-----

Consórcios

CIGA	906
CIMVI.....	906
CIS Nordeste	907
CIS/AMUREL.....	965
CIS/AMURES.....	965
CISAM.....	967
CIAPS.....	968

Água Doce

PREFEITURA

CONVÊNIO Nº 002/2017

CONVÊNIO Nº 002/2017
REPASSE FINANCEIRO

Termo de Convênio que entre si celebram, de um lado MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE (SC), pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob n. 82.939.398/0001-90, representado neste ato pelo Prefeito ANTONIO JOSÉ BISSANI, brasileiro, casado, residente na Rua Nereu Ramos, n. 106, centro em Água Doce (SC), CPF n. 032.667.619-87, e de outro lado MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA (SC), pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob n. 95.996.187/0001-31, representado neste ato pela Prefeita MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, brasileira, casada, residente na Rua XV de Novembro, nº 1515, centro, em Vargem Bonita (SC), CPF n. 710.974.499-04, tem entre si justos e contratados, na melhor forma do direito, de acordo com a Lei Municipal nº 2.478/2017 e pelas cláusulas abaixo, o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto o repasse de recursos financeiros, destinados ao custeio do transporte escolar de alunos que residem no Município de Água Doce, porém por respeito ao Princípio Constitucional da Economicidade, estudam no Município de Vargem Bonita-SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do presente convênio, o Município de Água Doce (SC) repassará ao Município de Vargem Bonita (SC), o valor de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais), mensais, para custeio do referido transporte.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA:

- I – Promover o transporte escolar dos alunos residentes no Município de Água Doce, na localidade de Linha Três Pinheiros, na altura do KM29 – Posto Carretão até a escola que se encontram matriculados no Município de Vargem Bonita-SC;
- II – Promover a fiel aplicação dos recursos recebidos, com o pagamento da despesa prevista no objeto deste instrumento;
- III – Admitir a fiscalização do Município, quanto ao uso dos recursos recebidos;
- IV – Comunicar, prévia e imediatamente ao Município, qualquer alteração inerente ao presente instrumento;
- V – A execução dos trabalhos que se tornem necessários em decorrência deste instrumento será de responsabilidade deste Município.

DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE:

- I – Cumprir os prazos estabelecidos neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO RECURSO FINANCEIRO REPASSADO

Poderá o Município de Água Doce, a qualquer tempo, fiscalizar o emprego dos recursos financeiros disponibilizados.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes da execução deste Termo correm por conta da seguinte dotação orçamentária:

05. SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01. DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.362.0011.2.027. MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – ENSINO MÉDIO

3.3.40.00.00.0679/161 Transferências a Municípios

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio passará a vigor imediatamente após firmado, com duração até o final do ano letivo de 2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido de comum acordo ou unilateralmente, por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas e condições. Em qualquer hipótese, a denúncia da rescisão, deverá ser notificada por simples expediente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo que os valores proporcionais dos meses que ainda estarão por transportar, deverão ser devolvidos ao município de Água Doce, devidamente reajustados pelo INPC.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste Convênio, esgotadas as vias administrativas.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, para validade o que pelas partes foi pactuado, firmou-se o presente Termo de Convênio, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas.

Água Doce (SC), 27 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE	MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
ANTONIO JOSÉ BISSANI	MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeito	Prefeita

TESTEMUNHAS:

Nome: Edna F. L. V. Bissani
CPF : 570.410.679-04

Nome: Marilucy Kusmann
CPF : 023.802.499-70

DECRETO Nº 040/2017

DECRETO Nº 040/2017 – DE 29 DE MARÇO DE 2017

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSE BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.482, de 29 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor R\$

60.668,03 (sessenta mil e seiscentos e sessenta e oito reais e três centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Água Doce.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.0.3.0002/41 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
3.3.90.00.0.3.0002/41 Aplicações Diretas R\$ 60.668,03
TOTAL R\$ 60.668,03

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto fica utilizado o superávit financeiro do exercício de 2016 verificado na rubrica: 0.1.0002 - Recursos de Impostos e Transferências (Recursos Próprios).

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 29 de março de 2017.
ANTONIO JOSE BISSANI
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.482/2017

LEI Nº 2.482/2017 – DE 29 DE MARÇO DE 2017

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSE BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC.
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no valor R\$ 60.668,03 (sessenta mil e seiscentos e sessenta e oito reais e três centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Água Doce.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 3.3.90.00.0.3.0002/41 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.051 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
3.3.90.00.0.3.0002/41 Aplicações Diretas R\$ 60.668,03
TOTAL R\$ 60.668,03

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei fica autorizado a utilização do superávit financeiro do exercício de 2016 verificado na rubrica: 0.1.0002 - Recursos de Impostos e Transferências (Recursos Próprios).

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 29 de março de 2017.
ANTONIO JOSE BISSANI
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 25/2017 - TOMADA DE PREÇO Nº. 2/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 25/2017
TOMADA DE PREÇO 2/2017

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 25/2017, na modalidade TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº 2/2017", do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", em regime de empreitada por preço unitário, destinado a contratação de empresa para execução de ampliação do Ginásio de Esportes da Comunidade de Três Pinheiros, interior do município de Água Doce, com recursos do Convênio nº. 2016TR002455, o qual será processado e julgado no dia 19 de abril de 2017 às 08h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Entrega dos envelopes até 19/04/2017 às 08h00. Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 31 de março de 2017
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

PORTARIA Nº 043, DE 28 DE MARÇO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando: a convocação convocando-o para exercer as atividades normais do cargo de MECANICO no dia 27 de março de 2017; e

Considerando: que no período convocado o servidor apresentou atestado por motivo de doença.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, LAURI FISCHER, matrícula 335 ocupante do cargo de provimento efetivo de MECÂNICO, no período de 05 (cinco) dias, a contar de 27 de Março de 2017, conforme atestado médico expedido pela Dr. Nilton Ferraz Junior CRM-SC 21554.

Art. 2º As férias hora interrompidas serão gozadas posteriormente.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 28 de Março de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

PORTARIA Nº 155/2017

PORTARIA Nº. 155/2017
De, 31 de Março de 2017.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 033/2011 – Plano de Carreira,

Resolve

Prorrogar Portaria,

Art. 1º - Fica prorrogada a Portaria nº. 61/2017 a qual objetiva o pagamento de Gratificação de Função de Confiança FC 2 – Coordenadora de Programas, à servidora Mônica Schaeffer, à qual continuará desempenhando funções junto ao Setor de Cadastramento do INCRA no Município de Anchieta (SC).

Art. 2º. – O período de Prorrogação se dará até 31/12/2017.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 31 de Março de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
Nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão

PORTARIA Nº 156/2017

PORTARIA Nº. 156/2017
De, 03 de Abril de 2017.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Art. 17, § 4º, inciso II Lei Complementar nº. 031/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando a solicitação apresentada pela servidora, para reduzir carga horária, de 40 (quarenta) horas semanais para 20(vinte) horas semanais, em virtude de ter sido aprovada no Curso de Doutorado em Educação nas Ciências, na Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI;

Considerando a necessidade de cursar disciplinas e pesquisas por no mínimo 20 (vinte) horas semanais na sede da Universidade;
Considerando a possibilidade de auxílio ao desenvolvimento da educação municipal com os conhecimentos a serem construídos no decorrer do curso;

Resolve:

Reduzir Carga Horária a Pedido da Servidora,

Art. 1º - Fica reduzida a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, da servidora pública

municipal Claudete Teresinha Junges, ocupante do cargo de Orientadora Educacional, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º – A redução da carga horária se dará no período de 02 (dois) anos a contar de 03/04/2017 à 03/04/2019.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 03 de Abril de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria
Nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 157/2017

PORTARIA nº 157/2017
De, 03 de Abril de 2017.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que eventualmente há servidores, das mais diversas secretarias, que mesmo não exercendo o cargo/função de Motoristas dirigem veículos públicos;

Considerando que, para a condução dos veículos é necessário autorização do Executivo;

Considerando que o Servidor Público tem Direitos, Deveres e Responsabilidades;

RESOLVE:

Autorizar Servidora para Conduzir veículos da Municipalidade,

Art. 1º - Fica autorizada a servidora pública municipal Fernanda Regina Flach Prevedello, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social - FMAS, para eventualmente conduzir os veículos da municipalidade, ou seja, quando se fizer necessário.

Art. 2º - De posse da direção do veículo solicitado, é de inteira responsabilidade da servidora e a mesma não poderá: Ceder a direção do veículo a terceiros; Utilizar o veículo em atividade particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão; Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado;

Art. 3º - Quando do retorno, findando o deslocamento, o veículo oficial deverá ser guardado no órgão detentor.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 03 de Abril de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 158/2017

PORTARIA nº. 158/2017
De, 03 de Abril de 2017.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar a Pedido,

Art. 1º - Fica exonerado a pedido o senhor Josemir Forgiarini, ocupante do cargo de Professor de 5ª. à 8ª. Séries – Disciplina de Geografia, lotado na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 03 de Abril de 2017.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária de Administração e Gestão.

RREO 1º BIMESTRE 2017

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00

DESPEAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPEAS EMPENHADAS (e)	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS (f)	DESPEAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2016 (i)	Em 2017 (j) = (Ib - (II f + II g))	SALDO ATUAL (k) = (III + II j)
Valor(III)	313.684,08	-250,00	313.434,08

FONTE:

ANCHIETA, 03/04/2017

IVAN JOSE CANCI
Prefeito

NEORI HOPPE
Técnico Contábil CRC/SC nº 019591/O-4

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	19.479.500,00	19.479.500,00	2.756.372,50	14,15	2.756.372,50	16.723.127,50
RECEITA TRIBUTÁRIA	19.385.561,53	19.385.561,53	2.756.011,80	14,22	2.756.011,80	16.629.549,73
IMPOSTOS	1.460.500,00	1.460.500,00	126.586,38	8,67	126.586,38	1.333.913,62
TAXAS	1.287.000,00	1.287.000,00	101.306,81	7,87	101.306,81	1.185.693,19
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	173.500,00	173.500,00	25.279,57	14,57	25.279,57	148.220,43
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	195.000,00	195.000,00	19.591,57	10,05	19.591,57	175.408,43
RECEITA PATRIMONIAL	195.000,00	195.000,00	19.591,57	10,05	19.591,57	175.408,43
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	139.695,97	139.695,97	43.026,30	30,80	43.026,30	96.669,67
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.000,00	1.000,00	270,00	27,00	270,00	730,00
RECEITA DE SERVIÇOS	138.695,97	138.695,97	42.756,30	30,83	42.756,30	95.939,67
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	135.000,00	135.000,00	7.675,49	5,69	7.675,49	127.324,51
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	17.195.565,56	17.195.565,56	2.504.912,54	14,57	2.504.912,54	14.690.653,02
TRANSF. DE PESSOAS	17.190.565,56	17.190.565,56	2.504.912,54	14,57	2.504.912,54	14.685.653,02
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
MULTAS E JUROS DE MORA	259.800,00	259.800,00	54.219,52	20,87	54.219,52	205.580,48
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	85.600,00	85.600,00	23.070,68	26,95	23.070,68	62.529,32
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	65.000,00	65.000,00	9.738,45	14,98	9.738,45	55.261,55
RECEITAS DIVERSAS	105.200,00	105.200,00	20.950,75	19,92	20.950,75	84.249,25
RECEITAS DE CAPITAL	4.000,00	4.000,00	459,64	11,49	459,64	3.540,36
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	93.938,47	93.938,47	360,70	0,38	360,70	93.577,77
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.100,00	6.100,00	360,70	5,91	360,70	5.739,30
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	87.838,47	87.838,47	0,00	0,00	0,00	87.838,47
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	19.479.500,00	19.479.500,00	2.756.372,50	14,15	2.756.372,50	16.723.127,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (e - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Contratual						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)						
DÉFICIT (VI)						
TOTAL (VII) = (V + VI)						
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)						
Superávit Financeiro						
Reabertura de Créditos Adicionais						

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)									
DESPESAS CORRENTES									
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.751.500,00	18.250.337,41	5.340.592,25	5.340.592,25	12.909.745,16	2.128.445,78	2.128.445,78	16.121.891,63	1.760.754,89
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	17.113.820,53	17.612.657,94	5.317.431,08	5.317.431,08	12.295.226,86	2.122.967,34	2.122.967,34	15.489.690,60	1.758.966,45
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.142.800,00	10.345.054,05	1.489.679,80	1.489.679,80	8.855.374,25	1.485.796,19	1.485.796,19	8.859.257,86	1.367.188,35
DESPESAS DE CAPITAL									
INVESTIMENTOS	4.000,00	4.000,00	3.000,00	3.000,00	1.000,00	161,19	161,19	3.838,81	161,19
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6.967.020,53	7.263.603,89	3.824.751,28	3.824.751,28	3.438.852,61	637.009,96	637.009,96	6.626.593,93	391.616,91
RESERVA DE CONTINGÊNCIA									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna	17.751.500,00	18.250.337,41	5.340.592,25	5.340.592,25	12.909.745,16	2.128.445,78	2.128.445,78	16.121.891,63	1.760.754,89
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.751.500,00	18.250.337,41	5.340.592,25	5.340.592,25	12.909.745,16	2.128.445,78	2.128.445,78	16.121.891,63	1.760.754,89
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	627.926,72	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.751.500,00	18.250.337,41	5.340.592,25	5.340.592,25	—	2.128.445,78	2.756.372,50	—	1.760.754,89
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

ANCHIETA, 03/04/2017

IVAN JOSE CANCI
Prefeito

NEORI HOPPE
Técnico Contábil CRC/SC nº 019591/O-4

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

PRREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)			
				% (b/Total b)			% (d/Total d)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (0)	17.751.500,00	18.250.337,41	5.340.592,25	100,00	12.909.745,16	2.128.445,78	100,00	16.121.891,63		
Legislativa	800.000,00	800.000,00	119.163,20	2,23	680.836,80	103.481,40	4,86	696.518,60		
Ação Legislativa	800.000,00	800.000,00	119.163,20	2,23	680.836,80	103.481,40	4,86	696.518,60		
Administração	2.110.217,95	2.110.217,95	476.493,88	8,92	1.633.724,07	200.521,42	9,42	1.909.696,53		
Administração Geral	1.098.017,95	1.098.017,95	251.263,95	4,70	846.754,00	114.629,53	5,39	983.388,42		
Controle Interno	256.000,00	256.000,00	27.376,39	0,51	228.623,61	20.630,96	0,97	235.369,04		
Administração de Receitas	756.200,00	756.200,00	197.853,54	3,70	558.346,46	65.260,93	3,07	690.939,07		
Defesa Nacional	33.000,00	33.000,00	4.582,57	0,09	28.417,43	4.524,57	0,21	28.475,43		
Defesa Terrestre	33.000,00	33.000,00	4.582,57	0,09	28.417,43	4.524,57	0,21	28.475,43		
Segurança Pública	199.400,00	199.400,00	21.945,42	0,41	177.454,58	4.810,55	0,23	194.589,45		
Administração Geral	33.000,00	33.000,00	3.004,16	0,06	29.995,84	3.004,16	0,14	29.995,84		
Policimento	68.400,00	68.400,00	16.941,26	0,32	51.458,74	1.442,39	0,07	66.957,61		
Defesa Civil	98.000,00	98.000,00	2.000,00	0,04	96.000,00	364,00	0,02	97.636,00		
Assistência Social	997.500,00	1.055.680,50	205.457,72	3,85	850.202,78	91.425,58	4,30	964.234,92		
Administração Geral	281.000,00	281.000,00	101.487,22	1,90	179.512,78	35.483,11	1,67	245.516,89		
Assistência ao Idoso	23.000,00	23.000,00	20.560,50	0,38	2.439,50	344,88	0,02	22.655,12		
Assistência ao Portador de Deficiência	5.500,00	7.030,02	0,00	0,00	7.030,02	0,00	0,00	7.030,02		
Assistência à Criança e ao Adolescente	495.000,00	517.231,41	65.959,89	1,24	451.271,52	40.583,81	1,91	476.647,60		
Assistência Comunitária	193.000,00	227.399,07	17.450,11	0,33	209.948,96	15.013,78	0,71	212.385,29		
Saúde	3.904.000,00	4.307.544,24	1.128.001,63	21,12	3.179.542,61	551.039,29	25,89	3.756.504,95		
Administração Geral	700.000,00	700.000,00	166.850,69	3,12	533.149,31	94.913,41	4,46	605.086,59		
Atenção Básica	2.992.000,00	3.344.065,64	859.646,58	16,10	2.484.419,06	433.809,84	20,38	2.910.255,80		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	86.000,00	86.000,00	86.000,00	1,61	0,00	7.141,68	0,34	78.858,32		
Vigilância Sanitária	108.000,00	148.304,00	14.070,53	0,26	134.233,47	13.740,53	0,65	134.563,47		
Vigilância Epidemiológica	18.000,00	29.174,60	1.433,83	0,03	27.740,77	1.433,83	0,07	27.740,77		
Educação	5.357.391,05	5.394.523,72	1.634.345,17	30,60	3.760.178,55	692.648,75	32,54	4.701.874,97		
Administração Geral	252.500,00	252.500,00	55.407,75	1,04	197.092,25	13.321,17	0,63	239.178,83		
Ensino Fundamental	2.729.863,47	2.756.561,57	1.017.267,55	19,05	1.739.294,02	362.827,05	17,05	2.393.734,52		
Ensino Médio	214.060,00	214.060,00	124.222,41	2,33	89.837,59	0,00	0,00	214.060,00		
Ensino Superior	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00		
Educação Infantil	2.105.967,58	2.116.402,15	437.447,46	8,19	1.678.954,69	316.500,53	14,87	1.799.901,62		
Educação Especial	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00		
Cultura	57.808,00	57.808,00	10.237,85	0,19	47.570,15	460,16	0,02	57.347,84		
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	15.750,00	15.750,00	0,00	0,00	15.750,00	0,00	0,00	15.750,00		
Diffusão Cultural	42.058,00	42.058,00	10.237,85	0,19	31.820,15	460,16	0,02	41.597,84		

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	17.751.500,00	18.250.337,41	5.340.592,25	100,00	12.909.745,16	2.128.445,78	100,00	16.121.891,63
Urbanismo	1.006.000,00	1.006.000,00	509.132,25	9,53	486.867,75	100.634,14	4,73	905.365,86
Administração Geral	645.000,00	645.000,00	268.710,39	5,03	376.289,61	64.528,10	3,03	580.471,90
Infra-Estrutura Urbana	20.400,00	20.400,00	0,00	0,00	20.400,00	0,00	0,00	20.400,00
Serviços Urbanos	340.600,00	340.600,00	240.421,86	4,50	100.178,14	36.106,04	1,70	304.493,96
Habitação	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Habitação Urbana	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Gestão Ambiental	74.483,00	74.483,00	16.800,00	0,31	57.683,00	1.400,00	0,07	73.083,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.600,00	3.600,00	0,00	0,00	3.600,00	0,00	0,00	3.600,00
Controle Ambiental	70.883,00	70.883,00	16.800,00	0,31	54.083,00	1.400,00	0,07	69.483,00
Agricultura	1.136.700,00	1.136.700,00	357.063,06	6,69	779.636,94	162.763,46	7,65	973.936,54
Administração Geral	902.700,00	902.700,00	316.457,51	5,93	586.242,49	158.242,91	7,43	744.457,09
Promoção da Produção Vegetal	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00
Promoção da Produção Animal	104.000,00	104.000,00	8.391,50	0,16	95.608,50	1.592,00	0,07	102.408,00
Extensão Rural	95.000,00	95.000,00	32.214,05	0,60	62.785,95	2.928,55	0,14	92.071,45
Comércio e Serviços	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00
Administração Geral	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00
Turismo	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Transporte	1.082.000,00	1.082.000,00	492.495,57	9,22	589.504,43	92.470,63	4,34	989.529,37
Transporte Rodoviário	1.082.000,00	1.082.000,00	492.495,57	9,22	589.504,43	92.470,63	4,34	989.529,37
Desporto e Lazer	262.500,00	262.500,00	88.678,51	1,66	173.821,49	20.457,78	0,96	242.042,22
Desporto Comunitário	262.500,00	262.500,00	88.678,51	1,66	173.821,49	20.457,78	0,96	242.042,22
Encargos Especiais	627.500,00	627.500,00	276.195,42	5,17	351.304,58	101.808,05	4,78	525.691,95
Serviço da Dívida Interna	15.000,00	15.000,00	14.000,00	0,26	1.000,00	1.890,86	0,09	13.109,14
Outros Encargos Especiais	612.500,00	612.500,00	262.195,42	4,91	350.304,58	99.917,19	4,69	512.582,81

Continua 2/3

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00			0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	602.679,47	23.161,17	5.478,44	0,00	579.518,30
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	602.679,47	23.161,17	5.478,44	0,00	579.518,30
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-602.679,47	-23.161,17	-	-	-579.518,30

FONTE:

ANCHIETA, 03/04/2017

IVAN JOSE CANCI
Prefeito

NEORI HOPPE
Técnico Contábil CRC/SC nº 019591/O-4

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

ANCHIETA, 03/04/2017

IVAN JOSE CANCI
Prefeito

NEORI HOPPE
Técnico Contábil CRC/SC nº 019591/O-4

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2016 A FEVEREIRO/2017

PREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.453.480,49	1.484.132,59	1.586.204,61	1.430.583,76	1.590.933,69	1.486.273,44	1.287.174,60	1.496.462,95	1.977.814,85	2.527.336,57	1.482.119,63	1.686.089,92	19.448.203,23
RECEITA TRIBUTÁRIA	232.467,33	139.271,95	103.155,01	107.257,54	116.512,75	132.231,78	43.941,74	171.351,67	142.982,66	154.921,84	41.112,51	85.171,22	1.488.479,00
I.P.T.U.	0,00	71.738,45	5.353,26	5.540,65	939,85	881,96	909,18	916,86	652,03	2.005,40	1.085,70	26,14	90.046,48
I.R.F.	11.148,68	4.530,84	48.187,16	26.390,03	4.594,88	9.301,25	9.591,34	67.301,08	27.275,49	34.246,56	8.602,17	9.231,63	290.592,11
I.S.S.	182.687,99	27.221,02	29.015,09	48.394,04	75.197,46	98.319,87	22.264,29	79.595,97	89.507,31	103.546,54	19.653,96	50.024,21	825.427,75
I.T.B.I.	16.748,26	11.089,00	10.799,98	15.289,57	20.277,91	17.890,80	8.790,00	21.216,42	22.690,00	9.920,00	7.990,00	4.720,00	168.963,24
Outras Receitas Tributárias	19.882,40	44.572,64	9.800,52	11.692,95	15.812,65	5.850,90	1.763,93	2.321,24	2.287,83	5.096,24	3.807,68	21.699,24	144.053,42
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	16.496,55	17.845,48	16.513,14	17.017,27	17.241,80	16.598,70	4.235,19	16.724,71	3.555,55	3.652,66	3.529,91	16.051,66	148.843,62
RECEITA PATRIMONIAL	32.601,91	20.687,50	24.736,42	25.794,83	24.682,64	23.404,74	20.612,62	17.513,97	19.786,03	30.160,83	23.505,29	18.650,36	282.149,14
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	15.099,93	5.538,80	5.453,87	4.078,22	4.468,43	8.503,56	4.173,72	2.575,05	3.065,74	6.670,06	1.695,49	5.990,00	67.337,87
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.099.231,81	1.224.771,98	1.404.973,17	1.267.517,91	1.419.411,02	1.288.729,17	1.211.091,69	1.285.408,52	1.801.840,81	2.339.690,94	1.395.544,41	1.545.572,58	17.274.754,01
Cota-Parte do FPM	396.716,85	471.611,14	627.129,00	516.110,14	375.835,93	465.940,62	376.621,49	459.949,62	838.888,96	1.014.357,63	557.723,59	714.886,63	6.919.771,72
Cota-Parte do ICMS	350.392,18	362.469,52	348.471,80	344.288,22	355.305,70	373.111,95	375.111,95	392.169,03	379.595,47	417.775,57	439.567,78	391.183,72	4.511.282,17
Cota-Parte do IPVA	47.405,45	43.230,41	46.329,76	55.441,68	51.036,13	59.193,67	40.301,97	46.219,67	28.801,68	16.950,19	30.305,43	37.610,78	504.826,12
Cota-Parte do ITR	109,19	87,25	0,00	0,00	20,80	42,23	1.709,22	2.970,56	0,00	10,15	21,49	6,93	4.977,82
Outras Transferências Correntes	142.594,99	177.626,01	205.622,34	163.715,51	478.147,32	246.827,50	241.305,29	191.321,49	368.312,90	661.291,04	154.592,45	195.948,90	3.224.555,14
Transferências de LC 61/1989	5.025,67	5.155,78	5.855,92	3.494,53	4.794,54	4.784,20	5.238,99	5.537,22	5.785,95	6.156,75	5.534,28	6.085,49	63.381,42
Transferências de LC 87/1996	1.478,95	1.478,95	1.478,95	1.478,95	1.478,95	1.478,95	1.478,95	1.478,95	1.478,95	1.478,95	1.499,08	1.499,08	30.000,00
Transferências do FUNDEB	155.579,13	163.111,92	180.085,40	160.998,88	155.051,65	159.611,77	163.123,83	185.952,08	188.675,48	211.840,46	207.330,31	198.951,05	2.000.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	57.592,86	36.016,68	11.372,00	8.893,99	7.987,05	16.804,49	3.714,64	2.889,03	6.942,09	2.070,34	15.732,02	14.634,10	184.635,59
DEDUÇÕES (II)	160.225,41	176.806,63	206.252,84	184.590,48	157.642,20	176.457,75	161.332,31	181.644,79	250.930,29	291.345,67	206.930,13	230.274,32	2.943.500,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	180.225,41	176.806,63	206.252,84	184.590,48	157.642,20	176.457,75	161.332,31	181.644,79	250.930,29	291.345,67	206.930,13	230.274,32	2.943.500,00
Dedução Receita IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-13.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.293.255,08	1.287.325,96	1.359.951,77	1.245.993,28	1.433.291,49	1.309.815,69	1.125.842,29	1.314.818,16	1.726.884,59	2.235.991,00	1.275.189,50	1.455.795,60	17.663.800,41
FONTE													
ANCHIETA - 03/04/2017													
IVAN JOSÉ CANCI													
Prefeito													
NEORI HOPPE													
Técnico Contábil CROSC nº 019591/O-4													

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
				Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)		0,00	0,00	0,00	0,00		
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE							
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
				Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		0,00	0,00	0,00	0,00		
RECETAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)							
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES		3.831.000,00	4.234.544,24	1.125.196,46	26,57	550.980,52	13,01
Pessoal e Encargos Sociais		2.204.300,00	2.382.015,47	316.444,93	13,28	312.561,32	13,12
Outras Despesas Correntes		1.626.700,00	1.852.528,77	808.751,53	43,66	238.419,20	12,87
DESPESAS DE CAPITAL		73.000,00	73.000,00	2.805,17	3,84	58,77	0,08
Investimentos		73.000,00	73.000,00	2.805,17	3,84	58,77	0,08

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	73.000,00	73.000,00	2.805,17	3,84	58,77	0,08
Investimentos	73.000,00	73.000,00	2.805,17	3,84	58,77	0,08
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.904.000,00	4.307.544,24	1.128.001,63	28,19	551.039,29	12,79
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.553.000,00	1.811.139,77	445.194,88	39,47	276.126,47	50,11
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.422.000,00	1.680.139,77	419.598,05	37,20	257.527,98	46,73
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	131.000,00	131.000,00	25.596,83	2,27	18.598,49	3,38
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.553.000,00	1.811.139,77	445.194,88	39,47	276.126,47	50,11
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.351.000,00	2.496.404,47	682.806,75	60,53	274.912,82	49,89
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						
			274.912,82			

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA									
Inscritos em 2016	0,00	2.484,15	2.572,83	-2.572,83	0,00				
TOTAL	0,00	2.484,15	2.572,83	-2.572,83	0,00				
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º									
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)							
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2016	2.484,15	0,00			2.484,15				
TOTAL (VIII)	2.484,15	0,00			2.484,15				
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26									
	LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)							
	-	-			-				
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)									
Atenção Básica	2.992.000,00	3.344.065,64	859.646,58	76,21	433.809,84	78,73			
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	86.000,00	86.000,00	86.000,00	7,62	7.141,68	1,30			
Vigilância Sanitária	108.000,00	148.304,00	14.070,53	1,25	13.740,53	2,49			
Vigilância Epidemiológica	18.000,00	29.174,60	1.433,83	0,13	1.433,83	0,26			
Outras Subfunções	700.000,00	700.000,00	166.850,69	14,79	94.913,41	17,22			
TOTAL	3.904.000,00	4.307.544,24	1.128.001,63	100,00	551.039,29	100,00			

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V(i+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

ANCHIETA, 03/04/2017

IVAN JOSE CANCI
PrefeitoNEORI HOPPE
Técnico Contábil CRC/SC nº 019591/O-4

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.294.000,00	1.294.000,00	99.213,84	7,67
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	318.000,00	318.000,00	1.656,20	0,52
1.1.1- IPTU	255.000,00	255.000,00	947,61	0,37
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	63.000,00	63.000,00	708,59	1,12
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	201.000,00	201.000,00	12.680,00	6,31
1.2.1- ITBI	200.000,00	200.000,00	12.680,00	6,34
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	520.000,00	520.000,00	69.718,92	13,41
1.3.1- ISS	500.000,00	500.000,00	69.678,17	13,94
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	20.000,00	20.000,00	40,75	0,20
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	255.000,00	255.000,00	15.158,72	5,94
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.881.700,00	14.881.700,00	2.186.020,02	14,69
2.1- Cota-Parte FPM	8.900.000,00	8.900.000,00	1.272.710,22	14,30
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.900.000,00	8.900.000,00	1.272.710,22	14,30
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.300.000,00	5.300.000,00	830.751,50	15,67
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	30.000,00	30.000,00	2.998,16	9,99
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	11.619,77	14,52
2.5- Cota-Parte ITR	1.700,00	1.700,00	24,16	1,42
2.6- Cota-Parte IPVA	570.000,00	570.000,00	67.916,21	11,92
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	16.175.700,00	16.175.700,00	2.285.233,86	14,13
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	431.577,56	431.577,56	56.585,19	13,11
5.1- Transferências do Salário-Educação	260.000,00	260.000,00	56.212,55	21,62
5.2- Transferências Diretas - PDDE	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	54.385,00	54.385,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	69.697,56	69.697,56	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	2.495,00	2.495,00	372,64	14,94
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	379.500,00	379.500,00	73.777,56	19,44
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	811.077,56	811.077,56	130.362,75	16,07

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.956.500,00	2.956.500,00	437.204,45	14,79
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.780.000,00	1.780.000,00	254.541,98	14,30
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.040.000,00	1.040.000,00	166.150,14	15,98
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.000,00	6.000,00	599,62	9,99
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	16.000,00	16.000,00	2.323,93	14,52
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	500,00	500,00	5,67	1,13
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	114.000,00	114.000,00	13.583,11	11,92
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.000.000,00	2.000.000,00	406.281,36	20,31
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.000.000,00	2.000.000,00	406.281,36	20,31
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-956.500,00	-956.500,00	-30.923,09	3,23

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.602.500,00	1.617.038,58	394.234,78	24,38	394.234,78	24,38
13.1- Com Educação Infantil	1.000.000,00	1.000.000,00	191.668,74	19,17	191.668,74	19,17
13.2- Com Ensino Fundamental	602.500,00	617.038,58	202.566,04	32,83	202.566,04	32,83
14- OUTRAS DESPESAS	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.002.500,00	2.017.038,58	394.234,78	19,55	394.234,78	19,55
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						394.234,78
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						97,03
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						2,97
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.000.000,00	1.000.000,00	191.668,74	19,17	191.668,74	19,17
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	1.002.500,00	1.017.038,58	202.566,04	19,92	202.566,04	19,92
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.002.500,00	1.017.038,58	202.566,04	19,92	202.566,04	19,92
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	2.002.500,00	2.017.038,58	394.234,78	19,55	394.234,78	19,55
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-30.923,09
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						-
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						-30.923,09
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						425.157,87
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						18,60
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	203.530,00	203.530,00	1.553,62	0,76	1.553,62	0,76
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	451.826,03	474.420,12	195.363,90	41,18	1.374,30	0,29
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	655.356,03	677.950,12	196.917,52	29,05	2.927,92	0,43
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	2.657.856,03	2.694.988,70	591.152,30	21,94	397.162,70	14,74
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (i)	
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	0,00	34.999,39
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	406.281,36	0,00
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
48.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
48.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	406.281,36	34.999,39
51- (+) Ajustes	0,00	0,00
51.1. Retenções	0,00	0,00
51.2. Conciliação bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	406.281,36	34.999,39

ANCHIETA, 03/04/2017

IVAN JOSE CANCI
 Prefeito

NEORI HOPPE
 Técnico Contábil CRC/SC nº 019591/O-4

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
RECEITAS CORRENTES (I)				
Recarga de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recargas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)						
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)						
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2017		2016	
Caixa e equivalentes de caixa				0,00		0,00
Investimentos e Aplicações				0,00		0,00
Outros Bens e Direitos				0,00		0,00

Continua 2/3

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FONTE:
ANCHIETA, 03/04/2017

IVAN JOSE CANCI
Prefeito

NEORI HOPPE
Técnico Contábil CRC/SC nº 01956

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)												
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	80.950,29	286.893,89	281.321,09	441,49	86.081,60	286.760,08	365.552,53	116.519,80	28.458,09	10.994,41	612.880,11	698.941,71
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	80.855,29	286.893,89	281.321,09	441,49	85.996,60	286.760,08	365.552,53	116.519,80	28.458,09	10.994,41	612.880,11	698.946,71
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	0,00	510,00	510,00	0,00	0,04	0,00	890,00	725,00	0,00	0,00	890,00	890,00
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	5.213,74	5.213,70	0,00	0,04	0,00	3.190,32	0,00	0,00	0,00	3.190,32	3.190,36
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO	4.007,19	4.699,81	4.699,91	0,00	4.017,09	0,00	18.875,00	6.595,00	0,00	0,00	18.875,00	22.892,09
SECRETARIA DE AGRICULTURA	0,00	4.545,57	4.545,57	0,00	0,00	0,00	1.687,10	1.240,00	0,00	0,00	1.687,10	1.687,10
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	94.187,16	94.187,16	0,00	0,00	0,00	104.028,90	548,00	0,00	0,00	104.028,90	104.028,90
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	0,00	4.812,22	4.812,04	0,08	0,10	0,00	43.383,10	4.076,93	1.681,93	1.540,00	40.161,17	40.161,27
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTI	0,00	920,29	920,29	0,00	0,00	167.270,76	10.717,50	10.717,50	10.717,50	0,00	167.270,76	167.270,76
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	0,00	37.882,25	37.440,61	441,41	0,23	0,00	4.545,33	4.263,33	4.263,33	0,00	282,00	282,23
SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA	76.628,66	14.754,40	10.237,36	0,00	81.145,70	45.610,44	90.103,63	57.763,71	6.970,26	128.743,81	209.889,51	
SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA	0,00	110.126,53	109.522,53	0,00	604,00	0,00	20.899,84	19.119,08	4.669,83	300,00	15.920,01	16.524,01
SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73.878,88	0,00	0,00	0,00	0,00	73.878,88	73.878,88
SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA	0,00	9.241,92	9.241,92	0,00	0,00	0,00	67.241,81	11.501,25	7.125,50	2.184,15	57.932,16	57.932,16
SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA	219,44	0,00	0,00	0,00	219,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	219,44	219,44
FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIAN. ADOLES. AI	95,00	0,00	0,00	0,00	95,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,00	95,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E	95,00	0,00	0,00	0,00	95,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,00	95,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	80.950,29	286.893,89	281.321,09	441,49	86.081,60	286.760,08	365.552,53	116.519,80	28.458,09	10.994,41	612.880,11	698.941,71

FONTE:

ANCHIETA, 03/04/2017

IVAN JOSE CANCI
Prefeito

NEORI HOPPE
Técnico Contábil CRO/SC nº 019591/O-4

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Dez 2016 (B)	Em 28 Fev 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.163.131,05	1.163.131,05	1.161.401,38
DEDUÇÕES (II)	2.385.287,38	2.385.287,38	2.775.723,79
Disponibilidade de Caixa	2.375.139,03	2.375.139,03	2.765.575,44
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.742.983,21	2.742.983,21	3.307.409,64
(-) Restos a Pagar Processados (Excoeto Precatórios)	367.844,18	367.844,18	541.834,20
Demais Haveres Financeiros	10.148,35	10.148,35	10.148,35
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - VIb)	Jan a Fev 2017 (VIc - VIa)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

ANCHIETA, 03/04/2017

IVAN JOSE CANCI
Prefeito

NEORI HOPPE
Técnico Contábil CRC/SC nº 019591/O-4

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	19.246.865,56	2.713.255,50	2.690.334,27
Receita Tributária	1.460.500,00	126.586,38	77.772,01
I.P.T.U.	287.000,00	1.114,84	92,78
I.S.S.	500.000,00	69.678,17	20.662,46
I.T.B.I.	200.000,00	12.680,00	12.700,00
I.R.R.F.	300.000,00	17.833,80	7.903,97
Outras Receitas Tributárias	173.500,00	25.279,57	36.412,80
Receita de Contribuição	195.000,00	19.591,57	36.558,93
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	195.000,00	19.591,57	36.558,93
Receita Patrimonial Líquida	1.000,00	270,00	10,00
Receita Patrimonial	139.695,97	43.026,30	44.134,15
(-) Aplicações Financeiras	138.695,97	42.756,30	44.124,15
Transferências Correntes	17.195.565,56	2.504.912,54	2.505.116,30
F.P.M.	7.720.000,00	1.018.168,24	939.872,43
I.P.V.A	456.000,00	54.333,10	57.177,13
I.C.M.S.	4.260.000,00	664.601,36	616.662,73
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	4.759.565,56	767.809,84	891.404,01
Demais Receitas Correntes	394.800,00	61.895,01	70.877,03
Dívida Ativa	105.200,00	20.950,75	11.653,66
Diversas Receitas Correntes	289.600,00	40.944,26	59.223,37
RECEITAS DE CAPITAL (II)	93.938,47	360,70	265,54
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	6.100,00	360,70	265,54
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	87.838,47	0,00	0,00
Convênios	87.838,47	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	87.838,47	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	19.334.704,03	2.713.255,50	2.690.334,27

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	17.612.657,94	5.317.431,08	4.908.602,08	2.122.967,34	1.932.432,01
Pessoal e Encargos Sociais	10.345.054,05	1.489.679,80	1.339.284,40	1.485.796,19	1.330.649,03
Juros e Encargos da Dívida (IX)	4.000,00	3.000,00	4.000,00	161,19	208,40
Outras Despesas Correntes	7.263.603,89	3.824.751,28	3.565.317,68	637.009,96	601.574,58
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	17.608.657,94	5.314.431,08	4.904.602,08	2.122.806,15	1.932.223,61
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	602.679,47	23.161,17	21.797,58	5.478,44	11.855,16
Investimentos	591.679,47	12.161,17	10.797,58	3.748,77	10.209,34
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	11.000,00	11.000,00	11.000,00	1.729,67	1.645,82
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	591.679,47	12.161,17	10.797,58	3.748,77	10.209,34
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	35.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	18.235.337,41	5.326.592,25	4.915.399,66	2.126.554,92	1.942.432,95

Município de ANCHIETA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	1.099.366,62	-2.613.336,75	-2.225.065,39	586.700,58	747.901,32
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	108.465,02	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	108.465,02	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

ANCHIETA, 03/04/2017

IVAN JOSE CANCI
Prefeito

NEORI HOPPE
Técnico Contábil CRC/SC nº 019591/O-4

Município de ANCHIETA - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		19.479.500,00		
Previsão Atualizada		19.479.500,00		
Receitas Realizadas		2.756.372,50		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		108.465,02		
DESPESAS				
Dotação Inicial		17.751.500,00		
Créditos Adicionais		498.837,41		
Dotação Atualizada		18.250.337,41		
Despesas Empenhadas		5.340.592,25		
Despesas Liquidadas		2.128.445,78		
Despesas pagas		1.760.754,89		
Superavit Orçamentário		627.926,72		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		5.340.592,25		
Despesas Liquidadas		2.128.445,78		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		17.063.800,41		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	0,00	0,00
Resultado Primário		0,00	586.700,58	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	652.312,61	10.994,41	28.458,09	612.860,11
EXECUTIVO	652.312,61	10.994,41	28.458,09	612.860,11
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	367.844,18	441,49	281.321,09	86.081,60
EXECUTIVO	367.844,18	441,49	281.321,09	86.081,60
TOTAL:	1.020.156,79	11.435,90	309.779,18	698.941,71
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		425.157,87	25%	18,60
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		394.234,78	60%	97,03
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		5.478,44	597.201,03	

Continua 1/2

Município de ANCHIETA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	274.912,82	15,00	0,00

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ANCHIETA, 03/04/2017

 IVAN JOSE CANCI
 Prefeito

 NEORI HOPPE
 Técnico Contábil CRC/SC nº 019591/O-4

Antônio Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 049/2017; Modalidade: Pregão Presencial nº 033/2017; Tipo: Maior Percentual de Desconto; Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço (Empresa agenciadora de viagens) para fornecimento parcelado de passagens aéreas nacionais, compreendendo a reserva, emissão, marcação, remarcação, entrega de bilhetes e demais serviços correlatos de acordo com as necessidades da Câmara Municipal de Antônio Carlos. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 18 de abril de 2017 as 14:00 horas na Sede da Câmara Municipal de Antônio Carlos, localizada na Rua Saul Antônio Scherer, n 07, sala 06, Centro, Antônio Carlos/SC. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8620 ou (48) 3272-8617, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 03 de abril de 2017.

EMERSON ROBERTO SCHAPPO

Presidente da Câmara de Antonio Carlos

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 050/2017; Modalidade: Pregão Presencial nº 034/2017; Tipo: Menor Preço Por Lote; Objeto: Contratação de empresas especializadas para a prestação de serviços de forma contínua na manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos e equipamentos rodoviários do Município de Antônio Carlos, na forma e condições definidas em cada lote, com fornecimento de peças, sem exclusividade. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 19 de abril de 2017 as 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8620 ou (48) 3272-8617, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 03 de abril de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

PORTARIA N 186/2017

PORTARIA Nº 186/2017

Cessa portaria.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Cessar, a pedido, a portaria nº 391/2015, publicada no DOM no dia 22 de julho de 2015, edição nº 1789, pg. 34, a partir do dia 03 de abril de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 03 de abril de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 04 de abril de 2017.

PORTARIA N 187/2017

PORTARIA Nº 187/2017

Exonera servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar a pedido, MARCELI HILLESHEIN DECKER, do cargo efetivo de ANIMADOR DA TERCEIRA IDADE, a partir do dia 03 de abril de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 03 de abril de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 04 de abril de 2017.

PORTARIA N 188/2017

PORTARIA Nº 188/2017

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a servidora VALTRUDES JUNCKES PRIM, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, de 02 de abril de 2017 a 30 de junho de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 03 de abril de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 04 de abril de 2017.

PORTARIA N 189/2017

PORTARIA Nº 189/2017

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, por 23 dias, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a servidora MARISTANE DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA 20H, a partir 16 de março de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 03 de abril de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 04 de abril de 2017.

Apiuna

PREFEITURA

DECRETO Nº 2718/2017

DECRETO Nº 2.718/2017

De 29/03/2017

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 819/2017, DE 28 DE MARÇO DE 2017, QUE INSTITUI O DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA - DOM/SC COMO ÓRGÃO DE PUBLICAÇÃO OFICIAL.

O PREFEITO DE APIÚNA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, DECRETA:

Art.1º - A partir do dia 03 de abril de 2017, o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, instituído pela Lei Municipal Nº 819/2017, de 28/03/2017, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos administrativos, substitui a publicação impressa e demais formas de publicação, e será veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet.

Art. 2º - A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Parágrafo único. A assinatura digital do Diário Oficial dos Municípios ficará sob responsabilidade do Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA.

Art. 3º - Os atos oficiais de efeitos externos surtirão seus efeitos somente depois de publicados no Diário Oficial dos Municípios.

Parágrafo único. Os atos oficiais de efeitos internos entrarão em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Art. 4º - As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Geral do Município, suplementadas, se necessário.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiúna, SC, 29 de março de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2719/2017

DECRETO Nº 2719/2017

De 29/03/2017

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64 da Lei Orgânica, inciso VI, e de acordo com a Lei nº 821/2017 de 28/03/2017:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente do Município de Apiúna/SC, até o valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil Reais) da seguinte dotação orçamentária:

04	Secretaria de Educação e Cultura	
01	Atividades do Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Superior	
012.361.0402.2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
11.800	Transf. FUNDEB/FUNDEB (Remun. Magistério)	200.000,00
	T O T A L	200.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a suplementar no orçamento vigente do município de Apiúna/SC, até o valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil Reais), na seguinte dotação orçamentária:

04	Secretaria de Educação e Cultura	
01	Atividades do Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Superior	
012.361.0402.1041	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Escolares	

40000000000000	Despesas de Capital	
44000000000000	Investimentos	
44900000000000	Aplicações Diretas	
11.900	Transf. FUNDEB/FUNDEB (out. despesas ensino)	200.000,00
	TOTAL	200.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna em, 29 de Março de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2017

Prefeitura Municipal de Apiúna

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço nº 36/2017

Objeto: Aquisição parcelada de vigas de madeira roliça de eucalipto

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, 1º andar, sala 05, centro, Apiúna/SC, 89135-000

Data/ Hora autenticação de documentos, credenciamento e protocolo envelopes: 17/04/2017 – Das 09 horas às 09 horas e 20 minutos

Data/Hora da Abertura: 17/04/2017 – Às 09 horas e 40 minutos

Maiores Informações Fone 47 3353 2000, edital completo disponível em www.apiuna.sc.gov.br

Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 37/2017

Prefeitura Municipal de Apiúna

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço nº 37/2017

Objeto: Aquisição parcelada de microcomputadores para todas as secretarias municipais inclusive para o Fundo Municipal de Saúde

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, 1º andar, sala 05, centro, Apiúna/SC, 89135-000

Data/ Hora credenciamento e protocolo envelopes: 18/04/2017 – Das 09 horas às 09 horas e 20 minutos

Data/Hora da Abertura: 18/04/2017 – Às 09 horas e 40 minutos

Maiores Informações Fone 47 3353 2000, edital completo disponível em www.apiuna.sc.gov.br

Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

LEI COMPLEMENTAR Nº 165/2017

Lei Complementar Nº 165/2017

De 21/02/2017

Altera o artigo 2º da Lei Complementar 54/2002 e dá outras providências.

Artigo 1º: O artigo 2º da Lei Complementar nº 54/2002 passa a vigorar com o seguinte texto:

Art. 2º - Os beneficiários desta complementação instituída na presente Lei, deverão apresentar ao setor pessoal, semestralmente, comprovante dos valores mensais recebidos através da Previdência Social.

Parágrafo Único: Excepcionalmente, deverá o beneficiário desta Lei, apresentar o respectivo comprovante dos valores mensais recebidos através da Previdência Social sempre que ocorrer alteração em sua renda percebida junto a Previdência Social, no prazo de 15 dias a contar do conhecimento do fato, sob pena de ressarcimento aos cofres públicos em caso de prejuízo.

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Apiúna, SC, em 21 de Fevereiro de 2017

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 166/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 166/2017.

De 28 de março de 2017.

Dispõe sobre a criação do órgão executivo de trânsito no Município de Apiúna - SC e da Junta Administrativa de Recursos de Infração – JARI, altera a Lei Complementar nº 78, de 08/12/2005, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Apiúna, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica criado na estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Apiúna/SC, vinculado ao Gabinete do Prefeito, o Departamento Municipal de Trânsito, para atuar como Órgão Executivo de Trânsito.

§ 1º - Compete ao Órgão Executivo de Trânsito exercer as atividades de engenharia de tráfego, fiscalização de trânsito, educação para o trânsito, controle e análise de estatística, nos moldes preconizados pela Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 e Resoluções expedidas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

§ 2º - A estrutura do Órgão Executivo de Trânsito será regulamentada por meio de Regimento Interno, através de decreto municipal, especificando as atribuições e responsabilidades do órgão.

§ 3º - Cabe ao responsável pelo Órgão Executivo de Trânsito atuar como autoridade de trânsito municipal.

Art. 2º - Fica instituída a Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI, vinculada ao Órgão Executivo de Trânsito.

§ 1º - A Junta Administrativa de Recursos de Infrações terá regimento próprio regulamentado através de decreto municipal e apoio administrativo e financeiro do Órgão Executivo de Trânsito.

§ 2º - A JARI será composta por três membros titulares e respectivos suplentes, com mandato de dois anos, sendo:

I – 1 (um) representante com conhecimento na área de trânsito, mediante comprovação da participação de pelo menos 30 horas -aula de conhecimento teórico voltado para o trânsito nos últimos dois anos;

II – 1 (um) representante servidor do órgão ou entidade integrado ao Sistema Nacional de Trânsito que impôs a penalidade;

III – 1 (um) representante de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito.

§ 3º - O presidente da JARI poderá ser qualquer um dos integrantes do colegiado, a critério da autoridade de trânsito competente para designá-los.

§ 4º - É vedado ao integrante da JARI compor o Conselho Estadual de Trânsito do Estado de Santa Catarina.

§ 5º - A nomeação dos membros da JARI será realizada pelo Chefe do Poder Executivo, facultada a delegação ao responsável pelo Órgão Executivo de Trânsito.

§ 6º - Cabe ao Presidente da JARI, informar o Conselho Estadual de Trânsito sempre que alterada a sua composição ou Regimento Interno.

Art. 3º - Fica alterada a redação do Art. 36 da Lei Complementar nº 78, de 08/12/2005 e suas alterações posteriores, que trata do Quadro de Pessoal, Plano de Cargos, Vencimentos e Desenvolvimento Funcional do Poder Executivo Municipal de Apiúna, com a inclusão

de Parágrafo Único, passando este Artigo a ter a seguinte redação:

“Art. 36 - Os cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, de acordo com o artigo 37 da Constituição Federal, que integram os quadros de pessoal da administração pública municipal, a partir da vigência desta Lei, são os seguintes:

- I. Chefe de Gabinete;
- II. Secretários Municipais;
- III. Diretores de Departamento;
- IV. Chefes de Departamento;
- V. Assistente de Gabinete;
- VI. Secretário Adjunto de Transportes e Obras;
- VII. Assessor Jurídico;
- VIII. Assessor de Serviços e Obras Públicas;
- IX. Assessor de Comunicação;
- X. Assessor Operacional Máquinas e Equipamentos;
- XI. Assessor de Compras;
- XII. Assessor de Saúde;
- XIII. Assessor de Meio Ambiente;
- XIV. Assessor de Planejamento.

Parágrafo Único - Fica subordinado ao Gabinete do Prefeito o Departamento Municipal de Trânsito, como Órgão Executivo de Trânsito no Município, dirigido pelo Chefe de Gabinete, ao qual além de suas atribuições de gabinete caberá ainda organizar, executar, avaliar, controlar, fiscalizar e regulamentar as ações municipais na área de trânsito, nos limites legais e em cooperação com os demais órgãos governamentais e não governamentais competentes.”

Art. 4º - Fica, o Prefeito Municipal, autorizado a proceder, mediante Decreto, todas as alterações no orçamento do Município que se fizerem necessários em decorrência desta lei.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Apiúna, em 28 de Março de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

LEI Nº 818/2017

Lei Nº 818/2017

De 28/03/2017

“Dispõe sobre a instalação de biombos entre a área de espera e os caixas de atendimentos e a instalação de ☐ Guarda volumes ☐ , nas agências bancárias, instituições de crédito e agências dos Correios no município de Apiúna e dá outras providências.”

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito do Município de Apiúna, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Ordinária:

Art.1º Ficam obrigadas todas as agências bancárias, instituições financeiras e agências dos Correios que prestem serviços de natureza bancária no Município de Apiúna a instalar:

I - Biombos ou estruturas similares entre a área de espera e os caixas de atendimento e entre a área de espera e as mesas de atendimento.

II ☐ Guarda-Volumes na entrada da agência, antes do acesso a porta rotatória magnética.

§ 1º A obrigatoriedade de que trata o ☐caput☐ deste artigo de lei tem como objetivo impossibilitar a visão do público em geral a qualquer tipo de operação executada pelo cliente, bem como, permitir que o cliente armazene no guarda volumes itens desnecessários que possam dificultar a entrada no interior da agência bancária.☐

§ 2º - As Agências dos Correios que não possuem porta rotatória magnética ficam dispensadas da instalação de ☐Guarda-Volumes☐.

Art. 2º As agências bancárias, instituições financeiras e agências dos Correios, terão um prazo de 60 (sessenta dias) para se adaptar a esta nova lei a partir de sua publicação.

Art. 3º - Compete a Secretaria de Administração do Município, fiscalizar o cumprimento desta Lei, penalizando os infratores.

Art. 4º - No caso de descumprimento desta Lei, o infrator estará sujeito à multa de 200 (duzentos) UFM (Unidade Fiscal Municipal), e será notificado para se adequar a legislação no prazo de 30 dias.

§ 1º Em caso de não adequação no prazo estipulado no parágrafo acima será aplicada nova notificação para adequação no prazo de 15 (quinze) dias e multa de 1000 (mil) UFM (Unidade Fiscal Municipal).

§ 2º Não havendo o cumprimento da Lei após o prazo determinado na notificação que trata o § 1º deste artigo, o infrator está sujeito a suspensão do Alvará de funcionamento, até que se adeque aos termos desta Lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ressalvado o disposto no artigo 2º.

Município de Apiúna, SC, em 28 de Março de 2017.
JOSÉ GERSON GONÇALVES
Prefeito Municipal

LEI Nº 819/2017

LEI Nº 819/2017

De 28/03/2017

INSTITUI O DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA COMO ÓRGÃO DE PUBLICAÇÃO OFICIAL.

O Prefeito Municipal de Apiúna, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos administrativos.

Parágrafo Único. O Diário Oficial dos Municípios de que trata esta Lei substitui a publicação impressa e será veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet.

Art. 2º A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Art. 3º Os atos oficiais de efeitos externos surtirão seus efeitos somente depois de publicados no Diário Oficial dos Municípios.

Parágrafo único. Os atos oficiais de efeitos internos entrarão em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Art. 4º O Chefe do Poder Executivo regulamentará a implantação do Diário Oficial dos Municípios e indicará a data em que iniciará sua veiculação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando

revogadas as disposições em contrário.

Município de Apiúna, SC, em 28 de Março de 2017.
JOSÉ GERSON GONÇALVES
Prefeito Municipal

LEI Nº 820/2017

LEI Nº 820/2017

De 28/03/2017

"AUTORIZA A DESAPROPRIAÇÃO DO IMÓVEL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do poder executivo autorizado a desapropriar pelos meios: amigáveis e ou judiciais, parte do imóvel matrícula nº 4.003 do Cartório de Registro de Imóveis de Ascurra/SC, de propriedade de DIONIZIO REZINI FILHO e sua esposa EDITE LUZIA REZINI, a saber:

I – "Parte do imóvel rural, matriculado sob nº 4.003, do Ofício de Registro de Imóveis de Ascurra/SC, situado na Estrada Geral Subida Central e Estrada Geral Ribeirão Jacupema, no município de Apiúna, nesta Comarca de Ascurra/SC, contendo a área de 4.766,10m² (quatro mil setecentos e sessenta e seis metros e dez decímetros quadrados), sem benfeitorias, confrontando pela FRENTE em 60,00 metros com o lado par da Estrada Geral Subida Central; nos FUNDOS em 43,20 metros com terras remanescentes de Dionizio Rezini Filho e sua esposa Edite Luzia Rezini; no LADO DIREITO com 92,20 metros com terras remanescentes de Dionizio Rezini Filho e sua esposa Edite Luzia Rezini; e no LADO ESQUERDO com 86,40 metros, com a Estrada Geral Ribeirão Jacupema."

Art. 2º O imóvel referido no artigo 1º, Declarado de Utilidade Pública pelo Decreto nº 2698, de 18 de janeiro de 2017, terá por finalidade a implantação de área desportiva – campo de futebol na localidade de Santo Antonio – Subida Central".

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado, conforme valores apurados no Processo Administrativo de Desapropriação - PAD-001/2017, a pagar pelo imóvel mencionado no artigo 1º, a título de indenização a importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), no ato da assinatura da escritura pública definitiva.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente desapropriação correrão por conta da dotação orçamentária vigente para o exercício.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Apiúna, SC, em 28 de março de 2017.
JOSÉ GERSON GONÇALVES
Prefeito Municipal

LEI Nº 821/2017

LEI Nº 821/2017

De 28/03/2017

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente do Município de Apiúna/SC, até o valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil Reais) da seguinte dotação orçamentária:

04	Secretaria de Educação e Cultura	
01	Atividades do Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Superior	
012.361.0402.2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
11.800	Transf. FUNDEB/FUNDEB (Remun. Magistério)	200.000,00
	T O T A L	200.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a suplementar no orçamento vigente do município de Apiúna/SC, até o valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil Reais), na seguinte dotação orçamentária:

04	Secretaria de Educação e Cultura	
01	Atividades do Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Superior	
012.361.0402.1041	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Escolares	
40000000000000	Despesas de Capital	
44000000000000	Investimentos	
44900000000000	Aplicações Diretas	
11.900	Transf. FUNDEB/FUNDEB (out. despesas ensino)	200.000,00
	TOTAL	200.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna em, 28 de Março de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

1 ADENTO AO EDITAL 26/2017

PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2017

O MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, SC, inscrito no CNPJ sob nº 95.995.221/0001-53, com sede administrativa na Avenida Lauro Müller, 210, Centro, Arabutã, SC, CEP 89740-000, neste ato representada por sua Prefeita LEANI KAPP SCHMITT, torna público o Primeiro Adendo ao EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2017.

1. O item "02" do Anexo "E" do Edital do Processo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"LINHA 04 - LINHA BEIRA RIO E CASTRO FILHO Pela manhã - Parte da Escola de Educação Básica Marcolino Pedroso e Núcleo Educacional Municipal Nova Estrela, segue em direção a ponte do rio Engano, em direção a Linha Beira Rio, passando pela propriedade de Elemar Prediger, Ivar Noronha, Nestor Scheer, Ilário Appel, Antenor Hoffmann, Gilmar Scheuermann, seguindo em direção a Granja Biondo, seguindo sentido cascalheira, passando por Adelar Fülber, chegando no britador, sobe passando pela entrada de Arnildo Morche, seguindo em direção ao campo de futebol, segue passando pela propriedade de Adelar Klee, Ivo Wermeier, seguindo até a propriedade de Edson Sommer, retorna em direção ao campo de futebol passando pela entrada de Sigmar Lermen, sobe o morro, até a propriedade da família Rucks, retorna passando pela propriedade de Harald Lermen, seguindo para a estrada geral em direção ao distrito até a Escola de Educação Básica Marcolino Pedroso e Núcleo Educacional Municipal Nova Estrela. Total da manhã: 21 km Antes do meio dia - Parte da Escola de Educação Básica Marcolino Pedroso e Núcleo Educacional Municipal Nova Estrela, segue em direção a ponte do rio Engano, em direção a Linha Beira Rio, passando pela propriedade de Elemar Prediger, Ivar Noronha, Nestor Scheer, Ilário Appel, Antenor Hoffmann, Gilmar Scheuermann, seguindo em direção a Granja Biondo, seguindo sentido cascalheira, passando por Adelar Fülber, chegando no britador, sobe, passando pela entrada de Arnildo Morche, seguindo em direção ao campo de futebol, segue passando pela propriedade de Adelar Klee, Ivo Wermeier, seguindo até a propriedade de Edson Sommer, retorna em direção ao campo de futebol passando pela entrada de Sigmar Lermen, sobe o morro até a propriedade da família Rucks, retorna, passa pela propriedade de Harald Lermen, seguindo para a estrada geral em direção ao distrito até a Escola de Educação Básica Marcolino Pedroso e Núcleo Educacional Municipal Nova Estrela. Total do meio dia: 23 km Antes da noite - Parte da Escola de Educação Básica Marcolino Pedroso e Núcleo Educacional Municipal Nova Estrela, segue em direção a ponte do rio Engano, em direção a Linha Beira Rio, passando pela propriedade de Elemar Prediger, Ivar Noronha, Nestor Scheer, Ilário Appel, Antenor Hoffmann, Gilmar Scheuermann, seguindo em direção a Granja Biondo, seguindo sentido cascalheira, passando por Adelar Fülber, chegando no britador, sobe, passando pela entrada de Arnildo Morche, seguindo em direção ao campo de futebol, segue passando pela propriedade de Adelar Klee, Ivo Wermeier, seguindo até a propriedade de Edson Sommer, retorna em direção ao campo de futebol passando pela entrada de Sigmar Lermen, sobe o morro até a propriedade da família Rucks, retorna, passa pela propriedade de Harald Lermen, seguindo para a estrada geral em direção ao distrito até a Escola de Educação Básica Marcolino Pedroso e Núcleo Educacional Municipal Nova Estrela. Total antes da noite: 24 km. Veículo com capacidade para 28 alunos. Total do itinerário: 68 km.."

2. Em virtude da alteração da descrição do item, fica alterada a data do Pregão Presencial para dia 17 de abril de 2017, sendo recebimento dos Envelopes até às 14h00 e abertura inicial às 14h30.

3. Ficam ratificadas as demais cláusulas do Edital.

Arabutã, SC, 03 de abril de 2017.
LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita Municipal

PORTARIA 204/2017

PORTARIA Nº 204/2017
READAPTA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Leani Kapp Schmitt Prefeita Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º READAPTAR, a partir de 03 de abril, a servidora ROSA OS STEFFEN, inscrita no CPF-MF sob nº. 771.779.679-15, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Higiene, virtude de inaptidão no exercício das funções do cargo efetivo, conforme laudo médico, para exercer a função de Auxiliar Administrativo, nos termos do art. 27, da Lei Complementar nº. 159, de 29 de dezembro de 2014.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 03 de abril de 2017.
LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 205/2017

PORTARIA Nº 205/2017
CESSA EFEITOS DE PORTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Leani Kapp Schmitt, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Art. 1º. Faz Cessar os efeitos da portaria nº 241/2016 que designou o servidor LUIS HENRIQUE HUBNER, inscrito no CPF sob o nº 566.405.870-68 e CREMESC nº10822, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, para exercer a função de Diretor Técnico, responsável das Unidades de Saúde do Município Arabutã – SC.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 03 de abril de 2017
LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PORTARIA 206/2017

PORTARIA Nº 206/2017
DESIGNA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Leani Kapp Schmitt, Prefeita Municipal de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando a exigência do Decreto Federal nº 20.931/1932 e Resoluções do CFM nº 157/2013, nº 1342/1991 e 2.127/2015;

Considerando a Comunicação Interna nº 93/2016 da Secretaria de Saúde e Termo de Notificação nº. 16/2016/SC;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor DAVID DLUGOVIT, inscrito no CPF sob nº. 016.672370-70 e CREMESC nº21852, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, para exercer a função de Diretor Técnico, responsável das Unidades de Saúde do Município Arabutã – SC.

Art. 2º. A título de remuneração financeira será concedido dispensa de horário em dois dias durante o mês.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 03 de abril de 2017.
LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz
Responsável pela publicação.

PREGÃO 27/2017

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 030/2017. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2017

Objeto: Registro de Preços para possível contratação de empresa(s) especializada nas áreas de PEDIATRIA, OBSTETRÍCIA, GINECOLOGISTA E HIDROTERAPIA, para atender os pacientes da Secretaria Municipal de Saúde.

Recebimento das Propostas: até 08h30 do dia 17/04/2017.
Abertura: às 09h00 do dia 17/04/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.arabuta.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã, SC, 03 de abril de 2017.
Leani Kapp Schmitt
Prefeita.

Arroio Trinta

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0012/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0012/2017 - PR

Tipo: Menor Preço Unitário.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO E CORRELATOS PARA UTILIZAÇÃO NAS INSEMINAÇÕES ARTIFICIAIS NAS PROPRIEDADES RURAIS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO, PROPORCIONANDO O MELHORAMENTO DO REBANHO MUNICIPAL DE GADOS DE LEITE E DE CORTE, PARA O PERÍODO DE 1 ANO

Valor máximo R\$ 54.663,71

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 17/04/2017

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 17/04/2017

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroio30.com.br, compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 03 de Abril de 2017.

Claudio Spricigo.

Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO N. 22/2017

PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Pelo presente instrumento o MUNICIPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA BENJAMIN CONSTANT, 221, 89138-000, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, neste ato representado pelo Prefeito Senhor LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, considerando o julgamento do Pregão para Registro de Preços nº 22/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA ATENDER AS DE-MANDAS DE MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS, BEM COMO PARAUTILIZAÇÃO EM ATIVIDADES CULTURAIS, PARA O EXERCÍCIO DE 2017, conforme os preços abaixo registrados:

BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME				
Item e Descrição	Qtd.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
32. FITA CREPE 48MMX50M	100	UND	6,60	660,00
51. PAPEL CREPOM 48CMX2M, CORES: VERMELHO, VERDE BANDEIRA, AMARELO, AZUL CLARO, BRANCO, LILAS, MARROM.	250	UND	0,46	115,00
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME				
Item e Descrição	Qtd.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
2. APLICADOR DE COLA QUENTE PARA BASTAO GROSSO (PISTOLA) BLISTER COM 01 UNIDADE - DE BOA QUALIDADE	20	UND	11,00	220,00
6. BARBANTE CRU - ROLO DE 1 KG - N. 6	6	ROLOS	15,00	90,00
18. CANETA - RETRO PROJETOR, PONTA MEDIA, TINTA PERMANENTE, 2,0 MM, DE BOA QUALIDADE. COR PRETA	24	UND	1,45	34,80
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA ME				
Item e Descrição	Qtd.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
8. BOBINA DE PAPEL PARDO KRAFT - 60 CM DE ALTURA X 150	10	UND	45,00	450,00
14. CAIXA ARQUIVO MORTO EM PAPEL 35,00X13,3X24,7CM, COM 240GR.	50	UND	1,50	75,00
20. CANETA PINCEL PARA QUADRO BRANCO RECARREGAVEL. NAS CORES PRETA, AZUL, VERMELHO, ROSA E VERDE.	50	UND	1,60	80,00
50. PAPEL CREATIVE 90G A-4 CORES SORTIDAS (DOBRADURA).	100	UND	5,60	560,00
57. PASTA COM ELASTICO, MATERIAL POLIPROPILENO, ESPESSURA 0,35MM, 235X350MM. CORES: ROSA E AZUL.	200	UND	2,08	416,00
68. TINTA FACIAL, BLISTER COM 06 CORES, PINCEL E GLITER.	5	UND	17,20	86,00
74. INDICE A/Z MARMORIZADO 4/6 PARA FICHARIO.	8	UND	8,68	69,44
MÁXIMA ATACADISTA EIRELI ME				
Item e Descrição	Qtd.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
11. CADERNO BROCHURA COM 48 FOLHAS, CAPA INFANTIL.	200	UND	0,78	156,00
19. CANETA - RETRO PROJETOR, PONTA FINA, TINTA PERMANENTE, 1,0 MM, DE BOA QUALIDADE. COR PRETA	24	UND	2,00	48,00
33. FITA DUPLA FACE 18MMX30M	20	UND	5,00	100,00
52. PAPEL CARTAO FOSCO, 48X66CM, 210GR, CORES: VERMELHO, AZUL, VERDE BANDEIRA, ROSA, PRETO, BRANCO.	700	UND	0,65	455,00
55. PAPEL CELOFANE, 85X100. CORES: FURTA COR, VERMELHO, ROSA, AZUL E VERDE.	150	UND	0,70	105,00
61. PLACA EVA ATOALHADO, 600X400X2MM. COR: MARROM, PRETO, BRANCO, ROSA, AZUL E VERMELHO.	60	UND	5,70	342,00
62. REFIL DE COLA QUENTE FINO, PACOTE DE 1 KG TRANSPARENTE.	5	UND	21,00	105,00
63. REFIL DE COLA QUENTE GROSSO, PACOTE DE 1 KG TRANSPARENTE.	10	UND	21,00	210,00
73. FICHA PAUTADA 4X6, COM 100 UNIDADES.	16	UND	3,80	60,80
76. COLA INSTANTANEA, APLICACAO PRECISA, 5G.	24	UND	5,30	127,20
PERFORMACE COMERCIO & SERVICOS EIRELI - ME				
Item e Descrição	Qtd.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
4. BALAO SIMPLES - N. 070, CORES DIVERSAS, PACOTE COM 50 UNIDADES.	30	PACTS	4,10	123,00
5. BALAO CANUDO PARA MODELAR (PALITO) COM 50 UNIDADES	5	PACTS	6,90	34,50
7. BLOCO AUTO ADESIVO, 50X50, C/250FLS, NEON CORES	10	UND	7,80	78,00
9. BOMBA PARA ENCHER BEXIGAS (BALAO), MANUAL	3	UND	8,60	25,80

17. CANETA MARCA TEXTO A BASE D AGUA, SECAGEM RAPIDA,MULTIUSO, COR AMARELA, PONTA 2 MM.	24	UND	0,84	20,16
27. CORANTE ALIMENTICIO EM PO, 3GR. CORES: VERMELHO, AMARELO, AZUL, VERDE, VERMELHO, PRETO, PINK, VIOLETA.	40	UND	3,90	156,00
29. ESTILETE ESTREITO.	10	UND	0,70	7,00
31. FITA ADESIVA DE EMPACOTAMENTO 48X40, 50M, TRANSPARENTE	10	UND	2,04	20,40
36. GLITTER PARA PELE EM PO COM 10 CORES.	3	UND	23,00	69,00
40. GRAMPEADOR MEDIO DE MESA, PARA GRAMPOS 26/6, CAPACIDADE PARA ATE 25FLS.	5	UND	7,50	37,50
42. GRAMPO PARA GRAMPEADOR MANUAL DE PAREDE - 106/6 -CAIXA.	3	UND	8,00	24,00
58. PINCEL MARCADOR MULTIUSO, TINTA DE SECAGEM RAPIDA, RESISTENTE A AGUA, LUZ E UMIDADE. CORES: PRETO, AZUL, VERDE E VERMELHO.	60	UND	1,20	72,00
59. PLACA EVA LISA, 600X400X2MM. CORES: AMARELO, LARANJA, AZUL ESCURO, ROSA, VERMELHO, VERDE GRAMA, PRETO, BRANCO, MARROM, AZUL CLARO, VERDE CLARO, LILAS, CINZA, ROSA PINK E COR DE PELE.	2.000	UND	1,17	2.340,00
60. PLACA EVA GLITER, 600X400X2MM. COR: PRATA, OURO EVERMELHO.	50	UND	4,00	200,00
77. REFIL DE TINTA PARA CANETA/PINCEL DE QUADRO BRANCO 200ML CORES: PRETA, AZUL, VERMELHO, ROSA E VERDE.	10	UND	3,50	35,00
RSUL EIRELI EPP				
Item e Descrição	Qtd.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
10. BORRACHA SIMPLES , COR BRANCA PARA GRAFITE, MAXIMA APAGABILIDADE, MACIA, TAMANHO MEDIO;	96	UND	0,14	13,44
15. CANETA ESFEROGRAFICA, PONTA FINA 0,8 MM, COR AZULE PRETA.	200	UND	0,27	54,00
21. CANETINHAS HIDROGRAFICAS, 12 CORES, PONTA FINA, VAI E VEM, NAO TOXICA, A BASE D AGUA, CORES VIVAS, BOA QUALIDADE.	150	UND	2,10	315,00
23. COLA BRANCA, 1KG, APLICACAO PARA PAPEL, MADEIRA ETECIDO, A BASE DE PVA	30	UND	7,50	225,00
24. COLA EM BASTAO 40GR, ATOXICA, LAVAVEL, APLICACAO EM PAPEIS, FOTOS E TECIDOS, SECAGEM RAPIDA, BOA QUALIDADE.	100	UND	1,10	110,00
25. COLA ESCOLAR 110GR, BRANCA, LAVAVEL, NAO TOXICA	150	UND	1,50	225,00
28. ESTILETE LARGO.	10	UND	0,84	8,40
34. GIZ DE CERA TRIANGULAR, ESTOJO COM 12 CORES, NAO TOXICO, PARA DESENHAR SOBRE O PAPEL.	100	UND	1,90	190,00
43. LAPIS DE COR COM 12 CORES, GRAFITE GROSSO E RESISTENTE, LONGOS, CORES INTENSAS, LAPIS COM FORMATO SEXTAVADO. BOA QUALIDADE.	200	UND	2,90	580,00
46. MASSA PARA MODELAR, CAIXA COM 12 CORES SORTIDAS. BOA QUALIDADE.	1.500	UND	1,69	2.535,00
64. TESOURA PARA USO GERAL, CABO EMBORRACHADO, LAMINAEM INOX, 21 CM, EXCELENTE QUALIDADE.	40	UND	3,52	140,80
70. TINTA TEMPERA GUACHE 250 ML, PARA SER APLICADA EMPAPEL, DE BOA QUALIDADE. NAO TOXICO, SOLUVEL EM AGUA, CORES MISCIVEIS ENTRE SI. CORES: BRANCO, AZULESCURO, AZUL CLARO, VERDE BANDEIRA, ROSA PINK, VERMELHO, PRETO, AMARELO, LILAS, ROXO, BEGE, MARROM.	360	UND	2,82	1.015,20
78. COLA COLORIDA. NAO TOXICA, SOLUVEL EM AGUA, ACABAMENTO BRILHANTE. CAIXA C/6 FRASCOS COM 25G CADA. COLORIDA.	150	UND	3,65	547,50
SR ARTES GRAFICAS LTDA ME				
Item e Descrição	Qtd.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1. APLICADOR DE COLA QUENTE PARA BASTAO FINO (PISTOLA) BLISTER COM 01 UNIDADE - DE BOA QUALIDADE.	30	UND	9,99	299,70
3. ARGILA ESCOLAR BRANCA - ATÓXICA - PACOTE 1 KG	10	PACTS	2,70	27,00
12. CAIXA ORGANIZADORA DESMONTAVEL DE POLIPROPILENO, 420X310X200MM, COM DOIS ENCAIXES PARA MAOS. COR: ROSA	40	UND	28,80	1.152,00
13. CAIXA ORGANIZADORA EM PP, COR LISA ROSA, TAMANHO GRANDE (200 X 310 X 400 MM)	10	UND	28,80	288,00
22. CLIPS Nº5, ACO EPOXI, LATA COM 2.000, CORES SORTIDAS	5	UND	30,00	150,00
26. COLA GLITER, CAIXA COM 06 POTES PLÁSTICOS COLORIDO, 23GR CADA, NÃO TÓXICA, PARA APLICAÇÃO SOBRE PAPEL, SOLÚVEL EM ÁGUA.	50	UND	6,30	315,00
35. GIZ DE CERA - ESTOJO COM 06 CORES, NAO TOXICO, FORMATO ANATOMICO, 185G.	100	UND	1,50	150,00
37. GLITTER BROCAL 03G. CORES: AZUL, ROSA, VERMELHO, PRATA, DOURADO, VERDE, MAGENTA (10 POTES DE CADA COR).	70	UND	0,51	35,70
38. GLITTER PVC, 500 GRAMAS. CORES: PINK, VERMELHO, PRATA, DOURADO, AZUL.	12	UND	32,99	395,88
39. GLITTER ESTRELINHA, POTE 2G. COLORIDO.	24	UND	0,49	11,76
41. GRAMPEADOR PREMIUM MANUAL DE PAREDE.	2	UND	32,50	65,00
44. LAPIS DE COR AQUARELAVEL, COM 48 CORES, FORMATO SEXTAVADO, PONTA MAX RESISTENTE.	3	UND	70,00	210,00
45. LANTEJOULA CUBETA IRISADA, 06 MM, PCT COM 1.000. CORES: FURTA-COR, VERMELHO, AZUL, VERDE, PRATA E DOURADA.	10	UND	1,59	15,90
47. PALITO ESPETO DE CHURRASCO GRANDE - PACOTE C/ 100.	30	UND	3,65	109,50

53. PAPEL CARTOLINA (DUPLA FACE), 48X66, COR: VERMELHO, AZUL ESCURO, AMARELO, ROSA BEBE, VERDE BANDEIRAE ROSA PINK.	500	UND	0,57	285,00
54. PAPEL CARTOLINA ESCOLAR, 150GR, 50X66CM. COR: BRANCO.	500	UND	0,39	195,00
56. PAPEL DE SEDA 48X60CM. CORES: VERMELHO, AZUL ESCURO, VERDE BANDEIRA E BRANCO.	500	UND	0,13	65,00
65. TESOURA DE ARTESANATO PROFISSIONAL DE PICOTAR PAPEL, ACO, 21,6 CM, COM ACABAMENTO DE ZIG-ZAG, CABO EMBORRACHADO. EXCELENTE QUALIDADE.	3	UND	58,60	175,80
66. TINTA A OLEO 20 ML - COR: BRANCO.	60	UND	4,59	275,40
67. TINTA A OLEO 20 ML - CORES: VERMELHO CADMIO, VERMELHO CADMIO CLARO, ALARANJADO CADMIO.	30	UND	4,59	137,70
69. TINTA FACIAL LIQUIDA COM 03 CORES FLUORESCENTE.	3	UND	10,90	32,70
71. PRENDEDOR COLORIDO PARA PAPEL. 19MM - POTE COM 40UNIDADES.	10	UND	19,50	195,00
72. FICHARIO EM BASE METALICA, GRAFITE/TAMPA FUME 4X6.	8	UND	37,38	299,04

1.2 Este instrumento não obriga a Prefeitura Municipal de Ascurra a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93. 1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº 22/2017 e seus anexos;
- Proposta da (s) Licitante(s).

3 VIGÊNCIA

3.1 Os preços registrados por força do processo terão validade até 31/12/2017, a partir da data da assinatura da minuta.

4 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 Os materiais serão fornecidos de forma PARCELADA, em atendimento às requisição expedida pelo servidor público municipal designado pela Administração para fiscalizar e acompanhar o cumprimento do contrato, e deverão ser feitas no local indicado na respectiva requisição.

4.2 Após o recebimento da requisição, a empresa deverá entregar os materiais requisitados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

4.3 Se a entrega dos materiais cotados não for realizada no prazo estipulado, a PREFEITURA DE ASCURRA aplicará às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.4 No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal/fatura correspondente as quantias entregues realizados, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.5 Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.

5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

5.1.1 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.2 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2017:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
4	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
1	SECRETARIA DE EDUCACAO
12	EDUCACAO
361	ENSINO FUNDAMENTAL
40	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
2009	MAN. ENSINO FUNDAMENTAL E VAL. DO MAGISTERIO
3390301400	MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO
10100	Receitas de Impostos - Educação
4	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
1	SECRETARIA DE EDUCACAO
12	EDUCACAO
361	ENSINO FUNDAMENTAL
40	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
2009	MAN. ENSINO FUNDAMENTAL E VAL. DO MAGISTERIO
3390301400	MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO

13600	Salário Educação
4	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
1	SECRETARIA DE EDUCACAO
12	EDUCACAO
361	ENSINO FUNDAMENTAL
40	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
2009	MAN. ENSINO FUNDAMENTAL E VAL. DO MAGISTERIO
3390301400	MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO
33600	Salário Educação
4	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
1	SECRETARIA DE EDUCACAO
12	EDUCACAO
361	ENSINO FUNDAMENTAL
40	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
2062	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE EDUCACAO
3390301400	MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO
10100	Receitas de Impostos - Educação
4	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
1	SECRETARIA DE EDUCACAO
12	EDUCACAO
365	EDUCACAO INFANTIL
40	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
2013	MANUTENCAO DO ENSINO INFANTIL
3390301400	MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO
10100	Receitas de Impostos - Educação
4	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
2	ESPORTE E CULTURA
13	CULTURA
392	DIFUSAO CULTURAL
60	APOIO AO ESPORTE E CULTURA
2022	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS
3390301400	MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO
10000	Recursos Ordinários

6 REAJUSTE, REVISÃO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 Compete a CONTRATADA:

- a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;
- b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos produtos fornecidos;
- c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

- a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;
- b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

9 DA RESCISÃO DA ATA

9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

- 9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;
 - 9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;
 - 9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;
 - 9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
 - 9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
 - 9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - 9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
 - 9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;
 - 9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;
 - 9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
 - 9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
 - 9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.
 - 9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:
- 9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.
 - 9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
 - 9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;
- 9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.
- 9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:
- 10.2.1 Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.
 - 10.2.2 Multa, conforme os seguintes critérios:
 - 10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;
 - 10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;
 - 10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;
 - 10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;
 - 10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;
 - 10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na entrega da mercadoria.
 - 10.2.3 Suspensão de Participação em licitações com o Município de Ascurra, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.

10.2.4 Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

11 DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Ascurra, 3 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE ASCURRA

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

EMPRESA CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL

Aurora

PREFEITURA

RESULTADO PP 008/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

RESULTADO LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 008 de 23 de Janeiro de 2017, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados o resultado do Pregão Presencial Nº. 008/2017. Vencedores as empresas: SUPERMERCADO BRANKAMANIA LTDA ME Lotes 1, 2, 3 e 5 com o valor total de R\$ 93.960,00 (noventa e três mil e novecentos e sessenta reais) e a empresa CLEITON DE SOUZA ME Lote 4 com o valor total de R\$ 19.380,00 (dezenove mil e trezentos e oitenta reais).

Aurora, 29 de Março de 2017.

Alfonso Maria Souza
Prefeito Municipal

RESULTADO PP 010/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

RESULTADO LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 008 de 23 de Janeiro de 2017, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados o resultado do Pregão Presencial Nº. 010/2017. Vencedores as empresas: ALFASIGMA CONSTRUTORA EIRELI ME Itens 1, 3, 4 e 5 com o valor total de R\$ 87.570,00 (oitenta e sete mil e quinhentos e setenta reais) e a empresa ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TERESA LTDA ME Item 2 com o valor total de R\$ 22.680,00 (vinte e dois mil e seiscentos e oitenta reais).

Aurora, 27 de Março de 2017.

Alfonso Maria Souza
Prefeito Municipal

RESULTADO PP 011/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA

RESULTADO LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 008 de 23 de Janeiro de 2017, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados o resultado do Pregão Presencial Nº. 011/2017. Vencedor a empresa: CHA-PEAÇÃO E PINTURA KRUGER LTDA ME Lote 1 com o valor total de R\$ 12.100,00 (doze mil e cem reais).

Aurora, 31 de Março de 2017.

Alfonso Maria Souza
Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

PORTARIA 139/2017

PORTARIA N.º 139/2017

Dispõe sobre a indicação dos servidores da Secretaria Municipal de Educação de Balneário Piçarras para compor a equipe Técnica do Monitoramento do PME - e dá outras providências.

LEONEL JOSE MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhes concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e consequente DETERMINA:

Art.1º Nomear os seguintes Servidores da Secretaria Municipal de Educação que integrarão a Equipe Técnica para o monitoramento do Plano Municipal de Educação do Município de Balneário Piçarras - SC:

Albertina Schmitt Bonatto, CPF 402.395.199-49, RG 1.308.247, ocupante do cargo de Diretora de Ensino; Mirella Coutinho de Azevedo, CPF 828.629.409-25, RG 1.404.143, ocupante do cargo de Chefe de Educação Infantil; Juliane Bonnin Kumn, CPF 739.176.720-49, RG 5050035889, ocupante do cargo de Orientadora de Políticas Educacionais Inclusivas; Greice Maiara Denker, CPF 044.374.689-37, RG 4.723.310.9, ocupante do cargo de Psicopedagoga; Valdinei Gonçalves das Neves, CPF 007.415.019-70, RG 3.428.324, ocupante do cargo de Assessor de Apoio Administrativo;

Art.2º Nomear o servidor Valdinei Gonçalves das Neves, Assessor de Apoio Administrativo para Coordenar a Equipe Técnica do Monitoramento do Plano Municipal de Educação do Município de Balneário Piçarras.

Art.3º A Equipe Técnica tem a função de atuar no monitoramento das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação.

Parágrafo Único – a função de monitoramento descrita no caput do artigo e, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação, envolve, dentre outras atividades:

- I. organizar cronologicamente as metas mensuráveis;
- II. Avaliar as metas;
- III. Definir indicadores para as metas;
- IV. Elaborar Notas Técnicas para metas sem indicadores e com necessárias correções;
- V. Preparar relatório de monitoramento.

Art.4º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura e revoga-se as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique-se.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.

Balneário Piçarras (SC), 29 de março de 2017.
Leonel José Martins
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 140/2017

PORTARIA N.º 140/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria nº 070/2017 de 02 de janeiro de 2017, a consequente EXONERAÇÃO do cargo de ASSESSOR DE APOIO ADMINISTRATIVO, com as atribuições a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, o Senhor FERNANDO MANOEL DOS SANTOS, brasileiro, maior, casado, inscrito no CPF nº 028.711.649-24 e CI nº 3235526 SSP/SC, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 31 de março de 2017.
Leonel José Martins
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 141/2017

PORTARIA N.º 141/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com as atribuições a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, o Senhor FERNANDO MANOEL DOS SANTOS, brasileiro, maior, casado, inscrito no CPF nº 028.711.649-24 e CI nº 3235526 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 03 de abril de 2017.
Leonel José Martins
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 142/2017

PORTARIA N.º 142/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, CONCEDE A PEDIDO, LICENÇA SEM VENCIMENTO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES a servidora, Sra. GRAZIELLE ROCHA FRANÇA, brasileira, maior, solteira, portadora do C.I nº 3.272.389 SSP/SC, CPF nº 014.404.509-51, ocupante do cargo efetivo de PSICÓLOGA, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, matrícula nº 4822, lotada na Secretaria de Saúde pelo período de 02 (dois) anos, sem ônus para a Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras com início em 24 de março de 2017 .

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 03 de abril de 2017.
Leonel José Martins
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 143/2017

PORTARIA N.º 143/2017

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo em comissão de ASSESSORA DE APOIO ADMINISTRATIVO, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Saúde, a Senhora ALINE CARLA DE SANTANNA, brasileira, maior, casada, portadora do CPF nº 035.425.909-16, CI nº. 4038811 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município. Retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2017.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 03 de abril de 2017.
Leonel José Martins
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Balneário Rincão

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO - RIMOL

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 036/SAMAE/2016. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 036/SAMAE/2016, que prevê o termino em 31/03/2017, por mais 10 (dez) dias , ou seja, até 10/04/2017. ASSINATURA: 31/03/2017. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Rafael Motta Custodio - Diretor Presidente Interino e pela empresa o Sr. Valdir Ferreira

Barra Bonita

PREFEITURA

PORTARIA N.º099, DE 03 DE ABRIL DE 2017. DESIGNA SERVIDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

PORTARIA N.º099, de 03 de abril de 2017.

Designa servidor e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve,

Art.1º. Fica designada a servidora Isaete Bueno, matrícula nº422301, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para desempenhar as funções de seu cargo junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 03 de abril de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei .

EDITAL PREGÃO Nº13/2017 FMS

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2017

EDITAL DE PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 13/2017 Republicação

O Fundo Municipal de Saúde, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço, objetivando a Aquisição de medicamentos destinados a Farmácia Básica do Município. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 18 de abril de 2017. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 31 de março de 2017.

NILVA BAU BOSS

Gestora FMS

EDITAL PREGÃO Nº14/2017 FMS

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2017

EDITAL DE PREGÃO Nº 14/2017

O Fundo Municipal de Saúde, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial, objetivando a Contratação de Empresa especializada em capacitação treinamento na área da saúde, edição do Plano Municipal de Saúde, realização auditoria nos cadastros domiciliar e individual do

E-sus. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 17 de abril de 2017. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 3 de abril de 2017.

NILVA BAU BOSS

Gestora FMS

PORTARIA N.º098, DE 31 DE MARÇO DE 2017. CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA N.º098, de 31 de março de 2017.

Concede Férias aos Servidores e da Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Art.1º. Conceder Férias aos Servidores (as) abaixo relacionados, no período de 01 de abril a 30 de abril de 2017.

Resolve,

Nome	Matricula	Período aquisitivo
Eduardo de Souza Witcoski	417301	01.04.2016 a 31.03.2017
Maximino da Silva Dias	177203	01.04.2015 a 31.03.2016

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a contas do Orçamento Municipal Vigente.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 31 de março 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA N.º100, DE 03 DE ABRIL DE 2017. DESIGNA SERVIDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

PORTARIA N.º100, de 03 de abril de 2017.

Designa servidor e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve,

Art.1º. Fica designado a servidor Anderson Caneppele, matrícula nº129101, ocupante do cargo de Motorista para desempenhar as funções de seu cargo junto a Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 03 de abril de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei .

**PORTARIA Nº 094, DE 31 DE MARÇO DE 2017.
"CONCEDE ADIANTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

PORTARIA Nº 094, de 31 de março de 2017.

"Concede adiantamento e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º.Conceder ADIANTAMENTO ao servidor Davi Zacaron, Matrícula nº 415601, ocupante do cargo de Motorista, na importância de R\$ 200,00 (duzentos reais), para viagem até a cidade de Cascavel-PR, conforme Memorando nº002/2017, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 31 de março de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

**PORTARIA Nº 095, DE 31 DE MARÇO DE 2017.
"CONCEDE ADIANTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

PORTARIA Nº 095, de 31 de março de 2017.

"Concede adiantamento e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º.Conceder ADIANTAMENTO a servidora Crisianne Baldin, Matrícula nº 420801, ocupante do cargo de Psicóloga, na importância de R\$ 1000,00 (um mil reais), para custeio de despesas de alimentação e hospedagem na cidade de Cascavel- PR, onde irá participar de curso, conforme Memorando nº001/2017, da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 31 de março de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 096 DE 31 DE MARÇO DE 2017 NOMEIA O CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ISOLADA MUNICIPAL AGUAS DO ARAÇÁ

PORTARIA Nº 096 DE 31 DE MARÇO DE 2017

NOMEIA O CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA ISOLADA MUNICIPAL AGUAS DO ARAÇÁ

MOACIR PIROCA, Prefeito municipal de Barra Bonita, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade ao inciso VI do art. 73 da Lei Orgânica Municipal, de 11 de dezembro de 1997.

Resolve:

Art. 1º Nomear o conselho escolar da Escola Isolada Municipal Águas do Araçá para o exercício de 2 (dois) anos, com a seguinte composição:

I – Representante da Escola Isolada Municipal Águas do Araçá;

Professora Mélia Tereza Martinelli

II – Representante dos pais:

Titular: Valdecir Vier

Suplente: Sandra Aparecida de Souza

III – Representante dos professores:

Titular: Lederici Catto

Suplente: Josiane da Silva

IV – Representante de trabalhadores não docentes:

Titular: Iraci Vergani Rama

Suplente: Eliane Straes Vier

V- Representante dos alunos

Titular: Taís de Souza Vizzotto

Suplente: Eduardo Trevisol

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário e em especial, a portaria nº 158 de 06 de abril de 2015.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 097, DE 31 DE MARÇO DE 2017.
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PORTARIA Nº 097, de 31 de março de 2017.

Concede Licença-Prêmio a servidora e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o Art.º108, da Lei Complementar Nº037, de 07 de novembro de 2011.

Resolve,

Art. 1º - Conceder Conversão em Pecúnia em 50%(cinquenta por cento) da Licença-Prêmio a servidora Lederici Carmen Catto, matrícula nº149.0-2, ocupante do Cargo de Professora, do Quadro de Pessoal do Magistério Municipal, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, relativo ao período de 20.02.2011 a 20.02.2016, indenizando-a no mês de abril de 2017, usufruindo o restante da licença premio no período de 01 a 30 de maio de 2017.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 31 de março de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

**PORTARIA Nº 101, DE 03 DE ABRIL DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS DE SERVIDOR E DA OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

PORTARIA Nº 101, de 03 de abril de 2017.

Concede férias de servidor e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; combinado com o que consta no Anexo-I, da Lei nº 009, de 22 de janeiro de 1997, e conforme consta no paragrafo 5º do Art.87, da Lei Complementar 037/2011.

Resolve.

Art.1º. Fica concedido o gozo do restante de férias do servidor público municipal Agnaldo Deresz, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos e Obras, pelo período de 03 a 07 de abril de 2017, período em que foi interrompido conforme Portaria nº13/2017.

Art.2º.Ficam revogadas as disposições em contrario.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, 03 de abril de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

PP 006 - 2017 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 008/2017 – FMS - Pregão Presencial nº 006/2017-FMS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Lote, Aquisição de materiais de limpeza, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 19/04/2017 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 19/04/2017 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 04 de abril de 2017 VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito

PP 021/2017 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 029/2017 - Pregão Presencial nº 021/2017

A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço global por Lote para aquisição de produtos de higiene e material de limpeza para escolas e Ceis da rede municipal de ensino de Barra Velha. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 20/04/2017 às 08:45 horas. Data da Sessão Pública: 20/04/2017 às 08:30 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br. Barra Velha, 04 de abril de 2017. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

CONTRATOS 003/2017

PREFEITURA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº 018/2017-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: VALDIR KOHL. CNPJ 515.766.009-04, residente e domiciliado na Localidade da Imbuia, Interior, no município de Bela Vista do Toldo/SC.

Objeto: Contrato de locação é um imóvel rural com área de 118.200,00 m² (cento e dezoito mil e duzentos mil e duzentos metros quadrados), localizado no lugar denominado Imbuia, no Município de Bela Vista do Toldo – SC.

Valor do Contrato: R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais).

Data da assinatura: 09.03.2017.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 019/2017-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA. CNPJ 59.104.273/0001-29, Avenida Alfred Jurzykowski, 562 - Bairro Vila Pauliceia, no município de São Bernardo do Campo, SP.

Objeto: Contrato é a aquisição de transporte escolar diário de estudantes, denominado de Ônibus Rural Escolar (ORE), para compor a frota da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo/SC.

Valor do Contrato: R\$ 230.210,00 (Duzentos e trinta mil, duzentos e dez reais).

Data da assinatura: 23.03.2017.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 020/2017-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA. - EPP. CNPJ 05.157.804/0001-12, Rua Caetano Costa, 916, centro, no município de Canoinhas, SC.

Objeto: Contrato de Aquisição Parcelada De Produtos De Merenda Escolar Destinados As Escolas Municipais – PNAE

Valor do Contrato: R\$ 42.708,00 (Quarenta e dois mil, setecentos e oito reais).

Data da assinatura: 27.03.2017.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 021/2017-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA. - EPP. CNPJ 02.672.502/0001-94, Rua Gustavo Brandes, 484, Bairro Jardim Esperança, no município de Canoinhas, SC.

Objeto: Contrato de Aquisição Parcelada De Produtos De Merenda Escolar Destinados As Escolas Municipais – PNAE

Valor do Contrato: R\$ 149.084,80 (Cento e quarenta e nove mil, oitenta e quatro reais, oitenta centavos).

Data da assinatura: 27.03.2017.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 022/2017-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA. - EPP. CNPJ 05.157.804/0001-12, Rua Caetano Costa, 916, centro, no município de Canoinhas, SC.

Objeto: Contrato de Aquisição Parcelada De Produtos De Merenda Escolar Destinados As Escolas Municipais – PNAE

Valor do Contrato: R\$ 19.249,00 (Dezenove mil, duzentos e quarenta e nove reais).

Data da assinatura: 28.03.2017.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 023/2017-PREF.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA. - EPP. CNPJ 02.672.502/0001-94, Rua Gustavo Brandes, 484, Bairro Jardim Esperança, no município de Canoinhas, SC.

Objeto: Contrato de Aquisição Parcelada De Produtos De Merenda Escolar Destinados As Escolas Municipais – PNAE

Valor do Contrato: R\$ 57.723,72 (Cinquenta e sete mil, setecentos e vinte três reais, e setenta e dois centavos).

Data da assinatura: 28.03.2017.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Contrato Nº 006/2017-FMS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. CNPJ 00.802.002/0001-02, Rua Estrada Boa Esperança, 2.320, Fundo Canoas, no município de Rio do Sul, SC.

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS BÁSICOS.

Valor do Contrato: R\$ 10.644,82 (Dez mil, seiscentos quarenta quatro reais e oitenta e dois centavos).

Data da assinatura: 24.03.2017.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 007/2017-FMS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: ANGEOMED – COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA. CNPJ 02.607.956/0001-81, rua Octaviano T. dos Santos, nº 1132, Centro, no município de Francisco Beltrão, PR.

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS BÁSICOS.

Valor do Contrato: R\$ 15.354,59 (Quinze mil, trezentos cinquenta quatro reais e cinquenta nove centavos).

Data da assinatura: 24.03.2017.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 008/2017-FMS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.. CNPJ 03.652.030/0001-70, Rodovia BR-480, nº 795, Centro, no município de Barão de Cotegipe, RS.

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS BÁSICOS.

Valor do Contrato: R\$ 16.256,05 (Dezesseis mil, duzentos cinquenta e seis reais e cinco centavos).

Data da assinatura: 24.03.2017.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 009/2017-FMS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP. CNPJ 11.145.401/0001-56, Rua Pascoal Gomes Librelotto, nº 20, Parque Dom Antonio Reis, no município de Santa Maria, RS.

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS BÁSICOS.

Valor do Contrato: R\$ 23.200,70 (Vinte três mil, duzentos reais e setenta centavos).

Data da assinatura: 24.03.2017.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 010/2017-FMS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: METROMED COM. DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA. CNPJ 83.157.032/0001-22, Estrada Boa Esperança, nº 1918, Fundo Canoas, no município de Rio do Sul, SC.

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS BÁSICOS.

Valor do Contrato: R\$ 4.704,00 (Quatro mil, setecentos e quatro reais).

Data da assinatura: 24.03.2017.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 011/2017-FMS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. CNPJ 02.520.829/0001-40, Rodovia BR 480, 180, centro, no município de Barão de Cotegipe, RS,

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS.

Valor do Contrato: R\$ 3.596,00 (Três mil, quinhentos e noventa e seis reais).

Data da assinatura: 24.03.2017.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 012/2017-FMS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. CNPJ 00.802.002/0001-02, Rua Estrada Boa Esperança, 2.320, Fundo Canoas, no município de Rio do Sul, SC.

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS.

Valor do Contrato: R\$ 5.121,23 (Cinco mil, cento e vinte e um reais, vinte e três centavos).

Data da assinatura: 24.03.2017.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 013/2017-FMS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., CNPJ 03.652.030/0001-70, Rodovia BR-480, nº 795, Centro, no município de Barão de Cotegipe, RS.

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS.

Valor do Contrato: R\$ 3.103,35 (Três mil, cento e três reais, trinta e cinco centavos).

Data da assinatura: 24.03.2017.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 014/2017-FMS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: ANGEOMED – COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA., CNPJ 02.607.956/0001-81, rua Octaviano T. dos Santos, nº 1132, Centro, no município de Francisco Beltrão, PR.

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS.

Valor do Contrato: R\$ 7.810,59 (Sete mil, oitocentos e dez reais, cinquenta e nove centavos).

Data da assinatura: 24.03.2017.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 015/2017-FMS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP, CNPJ 11.145.401/0001-56, Rua Pascoal Gomes Librelotto, nº 20, Parque Dom Antonio Reis, no município de Santa Maria, RS

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS.

Valor do Contrato: R\$ 4.137,19 (Quatro mil cento e trinta e sete reais e dezenove centavos).

Data da assinatura: 24.03.2017.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 016/2017-FMS.

Contratante: Município de Bela Vista do Toldo/SC. CNPJ 01.612.888/0001-86, Rua Estanislau Schumann, 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC.

Contratada: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. CNPJ 81.706.251/0001-98, rua Professor Leonidas Ferreira da Costa, nº847, Bairro Parolin, no município de Curitiba/PR.

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS.

Valor do Contrato: R\$ 859,00 (Oitocentos e cinquenta e nove reais).

Data da assinatura: 24.03.2017.

ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÕES

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017 - PREF
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2017 – PREF
HOMOLOGAÇÃO: 27/03/2017
CONTRATADO: FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PNAE 2017.

VALOR: R\$ 42.708,00 (Quarenta e dois mil, setecentos e oito reais).

Bela Vista do Toldo, (SC) 27 de Março de 2.017.
ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017 - PREF
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2017 – PREF
HOMOLOGAÇÃO: 27/03/2017
CONTRATADO: JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA EPP
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PNAE 2017.

VALOR: R\$ 149.084,80 (Cento e quarenta e nove mil, oitenta e quatro reais, oitenta centavos).

Bela Vista do Toldo, (SC) 27 de Março de 2.017.
ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017 - PREF
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2017 – PREF
HOMOLOGAÇÃO: 28/03/2017
CONTRATADO: FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PNAC 2017.

VALOR: R\$ 19.249,00 (Dezenove mil, duzentos e quarenta e nove reais).

Bela Vista do Toldo, (SC) 28 de Março de 2.017.
ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017 - PREF
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2017 – PREF
HOMOLOGAÇÃO: 28/03/2017
CONTRATADO: JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA EPP
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PNAC 2017.

VALOR: R\$ 57.723,72 (Cinquenta e sete mil, setecentos e vinte e três reais, e setenta e dois centavos).

Bela Vista do Toldo, (SC) 28 de Março de 2.017.
ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÕES

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2017
CREDENCIAMENTO Nº 002/2017 - PREF
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2017 – PREF
HOMOLOGAÇÃO: 03/04/2017
CONTRATADO: DERPA USINA DE ASFALTO LTDA - EPP
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DO TIPO HORA/MÁQUINA, ESPECIALMENTE PARA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS.

Bela Vista do Toldo, (SC) 03 de Abril de 2.017.
ADELMO ALBERTI
Prefeito Municipal

Belmonte

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2017

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2017
Registro de Preços

Objeto: aquisição de serviços de conserto e montagem de pneus, para máquinas e veículos da municipalidade, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 14:00 horas do dia 19/04/2017, no Dpto.. de Licitações da Prefeitura Municipal, a Rua Engenheiro Francisco Passos, 133, iniciando a fase de lances às 14:00 horas do mesmo dia. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 03 de abril de 2017.
Genésio Bressiani
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2017

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2017
Registro de Preços

Objeto: aquisição de materiais, destinados aos serviços na educação infantil no município, com recursos do programa Brasil carinhoso, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08:00 horas do dia 19/04/2017, no Dpto.. de Licitações da Prefeitura Municipal, a Rua Engenheiro Francisco Passos, 133, iniciando a fase de lances às 08:00 horas do mesmo dia. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 03 de abril de 2017.
Genésio Bressiani
Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PP 40/2017

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2017 – SRP

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL CONFORME REGULAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.672 DE 14 DE MAIO DE 2012 E DECRETO MUNICIPAL Nº 36 DE 15 DE MAIO DE 2012. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 9h do dia 20 de abril de 2017. ABERTURA: às 9:05h do dia 20 de abril de 2017. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: www.beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 03 de abril de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO - PP 41/2017

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2017 - SRP

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E PRODUTOS DE COPA E COZINHA PARA CONSUMO NAS DIVERSAS SECRETARIAS. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14h do dia 20 de abril de 2017. ABERTURA: às 14:05h do dia 20 de abril de 2017. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou no e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 03 de abril de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO - PP 42/2017

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2017 - SRP

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE PAPEL TAMANHO A4 PARA OS DIVERSOS SETORES E SECRETARIAS. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 9h do dia 24 de abril de 2017. ABERTURA: às 9:05h do dia 24 de abril de 2017.

LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou no e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 03 de abril de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 39/2017

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

PROCESSO LICITÓRIO Nº 39/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA DE BENEDITO NOVO (83.102.780/0001-08)

CONTRATADO: EPAGRI - EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (83.052.191/0038-54)

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO - PAT

VALOR TOTAL: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO VIII e XXX DA LEI 8666/93.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/04/2017 a 31/12/2017.

Benedito Novo, 29 de março de 2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 43/2017

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2017 - SRP

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE PAPEL TAMANHO A4 PARA OS DIVERSOS SETORES E SECRETARIAS. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 9h do dia 24 de abril de 2017. ABERTURA: às 9:05h do dia 24 de abril de 2017. LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou no e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 03 de abril de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO 41/2017

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 41/2017

Processo Licitatório Nº 30/2017

Contratada: ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS),

Valor Total Contratado: R\$ 742,00

Vigência: 22/03/2017 a 31/07/2017

Data Assinatura: 22/03/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 42/2017

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2017

Processo Licitatório Nº 30/2017

Contratada: FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS PARA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEIS), PRÉ-ESCOLAS (PES) E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL (EMS),

Valor Total Contratado: R\$ 1.098,23

Vigência: 22/03/2017 a 31/07/2017

Data Assinatura: 22/03/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 043/2017

DECRETO Nº 043/2017 DE 13 DE MARÇO DE 2017.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR TEMPESTADE LOCAL CONVECTIVA – VENDAVAL – COBRADE: 1.3.2.5.1, CONFORME IN/MI 02/2016 E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMOM WOLINGER, Prefeito do município de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município de Biguaçu e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I – Que a ocorrência de tempestade local convectiva – vendaval, acompanhada de chuva e granizo, no dia 12 de março de 2017 à partir das 15h30 até as 18h30, atingindo grande parte do município, conforme listagem de famílias e seus respectivos endereços, atingidas em anexo ao presente Decreto;

II- Que em decorrência dos seguintes danos: 156 (cento e cinquenta e seis) residências destelhadas, 01 (uma) Secretaria Municipal (de Transporte) danificada, 05 (cinco) escolas Municipais destelhadas, 08 (oito) famílias desalojadas com um prejuízo aproximado de 187.790,00 (cento e oitenta e sete mil setecentos e noventa mil reais);

III – Que o parecer da Superintendência Municipal de Proteção e Defesa Civil – SUMPDEC/Biguaçu, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Tempestade Local Convectiva – Vendaval – COBRADE 1.3.2.5.1, conforme IN/MI nº 02/2016.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Superintendência Municipal de Proteção e Defesa Civil – SUMPDEC/Biguaçu, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Superintendência Municipal de Proteção e Defesa Civil – SUMPDEC/Biguaçu.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades

localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 90 (noventa) dias.

Biguaçu, 13 de março de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 049/2017

DECRETO Nº 049/2017 DE 21 DE MARÇO DE 2017.

REVOGA O DECRETO Nº 82, DE 23 DE JUNHO DE 2014, QUE “DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM JANAÍNA, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE ADMINISTRADORA DE BENS SEEMANN LTDA OU A QUEM DE DIREITO FOR”.

RAMON WOLLINGER Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, e,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o Decreto nº 82, de 23 de junho de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 21 de março de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PP 55/2017 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PP 55/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECETUL - SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES ESPORTIVAS.

VENCEDOR: ANDRÉ HOFFMANN MACHADO

VALOR TOTAL: R\$ 22.491,00

VENCEDOR: FABIO ARAUJO MARTINS

VALOR TOTAL: R\$ 23.817,78

VENCEDOR: SILVIA REGINA CECHINEL

VALOR TOTAL: R\$ 17.863,29

VENCEDOR: FRANCINI HENRIQUE

VALOR TOTAL: R\$ 17.863,29

VENCEDOR: JAQUELINE PEREIRA

VALOR TOTAL: R\$ 41.664,60

VIGÊNCIA: 03/04/2017 A 03/04/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br

Biguaçu, 03 de abril de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 3718/2017

LEI Nº 3718/2017 DE 31 DE MARÇO DE 2017.

DENOMINA ÁREA DE LAZER "CANDINHO – CÂNDIDO ROBERTO VIEIRA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RAMON WOLLINGER, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica denominado de ÁREA DE LAZER "CANDINHO – CÂNDIDO ROBERTO VIEIRA" a área situada na Rua Cônego Rodolfo Machado - bairro Universitário (próximo a UPA – Unidade de Pronto Atendimento).

Art.2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Biguaçu, 31 de março de 2017.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

Lei nº 3718/2017, de 31/03/2017

Sancionada em 31/03/2017

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

LEI Nº 3719/2017

LEI Nº 3719/2017 DE 31 DE MARÇO DE 2017.

ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 3707 DE 04 DE JANEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º- O artigo 1º da Lei Municipal nº 3707 de 04 de janeiro de 2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica denominada de "Rua Germano João Goularte", a via pública com extensão de 100,00 (cento) metros, que inicia partindo do final da Rua Paulo Pedro Rodrigues, margeando a praia, sentido sudeste, Latitude 27º 30' 56. 04" S e Longitude 48º 37" 58. 62" O, com término em frente a casa nº 951, Latitude 27º 30" 58. 31" S e Longitude 48º 37" 56, 26" O, Bairro Morro da Bina – Biguaçu/SC."

Art. 2º- Esta Lei entre em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 31 de março de 2017.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

Lei nº 3719/2017, de 31/03/2017

Sancionada em 31/03/2017

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

PORTARIA Nº 945/2017

PORTARIA nº 945 de 03 de abril de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo eletivo de Conselheiro Tutelar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Franciele Helbing, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 04/04/2017

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 03 de abril de 2017.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 946/2017

PORTARIA Nº. 946 de 03 de abril de 2017

Autoriza abertura de Sindicância, nos termos do art. 207, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar abertura de Sindicância para apuração dos fatos supostamente cometidos pelo servidor Manoel Airton Pereira, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, nos termos do art. 207, caput da LC 53/2012.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Thiago Alexandre Pereira, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental, André Schweitzer, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, e Leandro de Souza Cunha, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 2465/2016, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Sindicância instaurada nesta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 03 de abril de 2017.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 947/2017

PORTARIA nº 947 de 03 de abril de 2017

Torna sem efeito as Portarias n.º 854 e 855/2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito as Portarias n.º 854 e 855 de 21 de março de 2017, que designava os servidores Annamaria Bach Trevisan e Joel Aroldo Pereira, para responder pelo Exercício de Atividades de Fiscalização "Ad Hoc", referente ao cargo de Fiscal do Meio Ambiente, em virtude da nomeação e posse do servidor Felipe Teófilo Kindermann no cargo efetivo de Fiscal do Meio Ambiente a partir de 03/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/04/2017.

Biguaçu, 03 de abril de 2017.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 948/2017

PORTARIA nº 948 de 03 de abril de 2017

ERRATA:

Na portaria 929/2017, de nomeação do(a) servidor(a) Ronaldo Fernandes Junqueira, ocorreu um equívoco quanto ao cargo.

Portaria nº 929 de 28 de março de 2017:

Art. 1º. NOMEAR, RONALDO FERNANDES JUNQUEIRA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE TRATOR RETROESCAVADEIRA, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º. NOMEAR, RONALDO FERNANDES JUNQUEIRA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Biguaçu, 03 de abril de 2017.
Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 949/2017

PORTARIA nº 949 de 03 de abril de 2017

ERRATA:

Na portaria 930/2017, de nomeação do(a) servidor(a) Jayson Inácio Costa Velho, ocorreu um equívoco quanto ao cargo.

Portaria nº 930 de 28 de março de 2017:

Art. 1º. NOMEAR, JAYSON INACIO COSTA VELHO, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE TRATOR RETROESCAVADEIRA, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu..

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º. NOMEAR, JAYSON INACIO COSTA VELHO, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Biguaçu, 03 de abril de 2017.
Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 950/2017

PORTARIA nº 950 de 03 de abril de 2017

ERRATA:

Na portaria 931/2017, de nomeação do(a) servidor(a) Osmar Espíndola, ocorreu um equívoco quanto ao cargo.

Portaria nº 931 de 28 de março de 2017:

Art. 1º. NOMEAR, OSMAR ESPINDOLA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE TRATOR RETROESCAVADEIRA, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º. NOMEAR, OSMAR ESPINDOLA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Biguaçu, 03 de abril de 2017.
Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 10/2017**

Extrato da Dispensa de Licitação n. 10/2017

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para instalação e manutenção de um ar condicionado em caráter emergencial, conforme justificativa encaminhada pelo Secretário Administrativo através do Memorando n. 022/2017/ADM, enviado em 31/03/2017.

Contratante: Câmara Municipal de Biguaçu (CNPJ n. 73.564.064/0001-99).

Contratado: COSTA MULLER CLIMATIZAÇÃO EIRELI ME-CNPJ:22.802.705/0001-65.

Valor Global contratado: R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Forma de Pagamento: o pagamento será realizado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal.

Data de Ratificação e Homologação: 03/04/2017.

Vigência do Contrato: 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da ordem de compra.

Dotação Orçamentária: 33390000000000.

Fundamento Legal: Art. 24, IV, da Lei Federal n. 8.666/93.

Biguaçu/SC, 03 de abril de 2017.

Ângelo Ramos Vieira

Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.388/2017

LEI Nº 8.388, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A OFERTA DE SERVIÇOS DO TIPO COUVERT ARTÍSTICO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais do tipo restaurante, lanchonete, bares e seus congêneres, que oferecem serviços de couvert artístico, deverão afixar em local visível e de acesso ao consumidor e em seus cardápios a descrição clara do preço pago a mais pelo serviço.

§ 1º Para os fins desta lei entende-se como couvert artístico a taxa pré-estabelecida que o cliente paga pela música, shows ou apresentação ao vivo de qualquer natureza cultural e artística, que é repassada integral ou parcialmente ao músico ou artista, dependendo do acordo feito com o gerente ou dono do estabelecimento.

§ 2º O aviso colocado pelo estabelecimento deverá ter as dimensões mínimas de 50 cm (cinquenta centímetros) de altura por 40 cm (quarenta centímetros) de largura e que possa ser visualizada de maneira fácil, objetiva e ostensiva por todos os consumidores daquele local.

Art. 2º É proibida a cobrança do serviço de couvert artístico ao consumidor que se encontra, no estabelecimento comercial, em área reservada ou em local onde não possa usufruir integralmente do serviço sem que o mesmo tenha solicitado.

Parágrafo único. O serviço prestado em desconformidade com o previsto neste artigo não gerará qualquer obrigação de pagamento pelo consumidor.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de março de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.239/2017

DECRETO Nº 11.239, DE 30 DE MARÇO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 59, inciso V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o Art. 43, I, Parágrafo 1º, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, alínea c, da Lei Municipal nº 8.359 de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 112.444,93 (cento e doze mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e noventa e três centavos), na dotação abaixo discriminada:

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1203 – Diretoria de Proteção Especial

Projeto 12.03.08.244.0010.2291 – Manut.Ativ.de Proteção Especial

Modalidade 3.3.90 (742) Aplicações Diretas R\$ 112.444,93

Fonte de Recursos 0334.00000

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de março de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 0000101/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
DIRETORIA DE RECEITA
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 0000101/2017

CONTRIBUINTE: SONAEX S/A. INDUSTRIA E COMERCIO DE AÇO LTDA.

ENDEREÇO: BR 470 BLUMENAU – NAVEGANTES Nº 635 – SALTO DO NORTE

Inscrição no CMC: 73.232 CNPJ: 76.508.548/0009-66

Processo Fiscal: 2016/349

Sócios: LUIZ AUGUSTO VELLOSO VIANNA

Notifica-se o sujeito passivo, com fundamento nos artigos 70, V e 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do primeiro dia útil seguinte à ciência desta notificação recolher à Fazenda Municipal o valor referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza a seguir discriminado, facultada a reclamação contra este lançamento nos termos do Art. 207 da mesma lei e Art. 49 do Decreto 8.664/2008:

DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:

Base de Cálculo	500,00
Imposto a Recolher	15,00
Atualização Monetária	6,26
Juros de Mora	11,91
Multa p/ infração	16,30
Total Geral	43,80

1 - DESCRIÇÃO DOS FATOS

1.1 - Foi apurado no sistema eletrônico de Notas Fiscais, NOTABLU-NFS-E - a existência de débito, imposto retido, devido por substituição tributária, do tomador de serviços ora executado.

2) DA INCIDÊNCIA DO ISSQN

2.1) Os serviços CONSTRUÇÃO CIVIL (SERV. TOMADOS), estão sujeitos ao ISSQN conforme Lista de Serviços da LC Federal 116/03 e Art. 276 da LC 632/2007, item: 7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (...)

2.2) A responsabilidade pelo recolhimento do ISSQN pelo tomador do serviço decorre da LC 632/2007, Art. 283, letra d III.

3) DA INFRAÇÃO

3.1) O sujeito passivo deixou de cumprir a obrigação de recolher o ISSQN apurado nas NFS-e indicadas, infringindo a legislação tributária municipal (Art. 295, § 1º da LC 632/2007).

4) DA COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se dos valores das NFS-e relacionadas no Anexo I desta Notificação Fiscal, emitidas contra a sujeito passivo, (aceitas explicitamente ou implicitamente) ato e fato que implica na responsabilidade tributária por substituição do sujeito passivo, substituição legal que autoriza a exigência do imposto ora reclamado. ("ipso facto")

4.2 O detalhamento mensal e anual da base de cálculo é apresentado nos anexos Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo, que integram a presente notificação.

5) DO CÁLCULO DO VALOR A PAGAR

5.1) Sobre a base de cálculo apurada foi aplicada a alíquota de: 3% conforme Art. 276 LC 632/2007.

5.2) Sobre o valor histórico do imposto incidiram, com fundamento no art. 82 da LC 632/2007: juros de mora de 1% ao mês e atualização monetária pelo INPC, com índices fixado nos Decretos nº 8840/2008, nº 9085/2009, nº 9313/2010, nº 9551/2011, nº 9876/2012, nº 10.223/2013, nº 10.502/2014 e nº 10.820/2015 e 11146/2016.

5.3) Sobre o valor atualizado do imposto, foi aplicada multa de 50% (cinquenta por cento), cfe. Art. 305 da LC 632/2007.

6) Observações:

6.1) Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada ou parcelada nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2) Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terão início os procedimentos de cobrança.

6.3) Esta Notificação Fiscal não implica em homologação, podendo o sujeito passivo sofrer fiscalização relativo ao período a que se referem os documentos inclusos nesta Notificação Fiscal.

ROGÉRIO DEGLMANN

AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO

Matrícula nº 13.067-2

Anexo a Notificação Fiscal nº 0000101/2017 – SONAEX S/A INDUSTRIA E COMERCIO DE AÇO LTDA.

Exercício 2012	Receita	Imposto Devido	Imposto a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Julho	500,00	15,00	15,00	21,26	6,26	11,91	33,17
TOTAL	500,00	15,00	15,00	21,26	6,16	11,91	33,17

OBS:O DÉBITO REFERE-SE A NOTA FISCAL ELETRONICA EMITIDA POR CONSTRUTORA SOLAR LTDA. EPP – CNPJ 10.815.004/0001-81 DE Nº 00000028 DE 31/07/2012 NO VALOR DE R\$ 500,00.

ROGÉRIO DEGLMANN
AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO
Matrícula nº 13.067-2

RESOLUÇÃO COPE Nº 001/2017

RESOLUÇÃO COPE Nº. 001/2017

APROVA TOMBAMENTO EM EDIFICAÇÃO DE INTERESSE CULTURAL, REGULARIZAÇÃO DE PAINEL PUBLICITÁRIO, CONCEPÇÃO E VOLUMETRIA DE PROJETO EM IMÓVEL CLASSIFICADO COMO P3 E A PREVISÃO DE RECEITAS, METAS E PRIORIDADES PARA O ANO DE 2018 DO FUNDO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO – FUNPACE.

O CONSELHO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DE BLUMENAU, no uso de suas atribuições e de conformidade com as Leis Complementares ns. 793 e 794, ambas de 19 de abril de 2011, e considerando a deliberação ocorrida na reunião ordinária do dia 29 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar:

I – O tombamento do imóvel situado na Rua São Paulo, 2963, Bairro Itoupava Seca, matriculado sob nº. 2751, no 2º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, classificado como P2, conforme Processo Administrativo de Tombamento nº. 2011/062.

II – a instalação / regularização de um painel publicitário, em terreno situado na Rua Martin Luther, nº. 486, no Bairro Victor Konder, cadastro de IPTU nº. 70321, classificado como P3, nos termos do Processo Administrativo n. 2017/1007;

III - a concepção e volumetria do projeto arquitetônico de edificação de uso comercial, do imóvel situado na Rua Hermann Hering, s/nº, no Bairro Bom Retiro, cadastro de IPTU nº. 61772, classificado como P3, conforme Processo Administrativo nº. 2012/7203;

IV - a concepção e volumetria do projeto arquitetônico de edificação de uso comercial, do imóvel situado na Rua Gustavo Zimmermann, nº 9915, no Bairro Itoupava Central, cadastro de IPTU nº. 9662, classificado como P3, conforme Processo Administrativo nº. 2017/822;

V - a concepção e volumetria do projeto arquitetônico de edificação de uso industrial do imóvel situado na Rua Bahia, 4915, no Bairro Salto Weissbach, cadastro de IPTU nº. 51715, classificado como P3, conforme Processo Administrativo nº. 2017/1405;

VI - a Previsão de Receitas, Metas e Prioridades relativas à Lei de Diretrizes Orçamentárias do Exercício de 2018 do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural Edificado. – FUNPACE, conforme Anexo I e II;

Art. 2º Rejeitar:

I – a instalação de um painel de publicitário contendo as dimensões de 3,00m x 9,00m, em terreno situado na Rua São Paulo, nº. 1729, no Bairro Itoupava Seca, cadastro de IPTU nº. 92926, classificado como P3, nos termos do Processo Administrativo n. 2016/6122;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua homologação.

Blumenau, 03 de abril de 2017.

IVO BACHMANN JR.

Presidente do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural Edificado – COPE

Secretário de Desenvolvimento Urbano

PORTARIA Nº 110/2017 - PRÓ-FAMÍLIA

PORTARIA Nº 110

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE

CRISTIANE MARTA LOUREIRO, Presidente da Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº. 515, promulgada em 18 de março de 2005, resolve:

DESIGNAR,

As servidoras públicas municipais abaixo relacionadas, ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, para o exercício, a contar de 01/03/2017, das seguintes Funções Gratificadas de Confiança, constantes do Anexo III, da Lei Complementar nº 515, de 18/03/2005:

IONARA REGINA CANI, agente administrativa, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, cedida para a Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense, para a função de Coordenadora dos Clubes de Mães, símbolo FGC – 50%;

LEDI ROEDER, agente administrativa, lotada na SEDEAD (Secretaria Municipal de Administração), cedida para a Fundação do Bem-Estar da

Família Blumenauense, para a função de Coordenadora Financeira, símbolo FGC – 50%;

Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense, em 31 de março de 2017.

CRISTIANE MARTA LOUREIRO

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 28 DE MARÇO DE 2017

Reunião Extraordinária do dia 28 de março de 2017.

Terça-Feira - 18:30 horas.

Marcos da Rosa	- Presidente da Câmara Municipal
Almir Vieira	- Vice-Presidente
José de Souza (Zeca Bombeiro)	- 1º Secretário
Marcelo Lanzarin	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Ailton de Souza - Ito
Alexandre Matias	Alexandre Pereira Caminha
Bruno Cunha	Gilson de Souza
Jens Juergen Mantau	Jovino Cardoso Neto
Oldemar Becker	Ricardo Alba
Sylvio Zimmermann	

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações dos Projetos de Lei Complementar nº 1.659 e 1.664; e dos Projetos de Lei nºs 7.349, 7.358 e 7.359. Destino: à sanção do Executivo.

REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE MARÇO DE 2017

Reunião Ordinária do dia 28 de março de 2017.

Terça-Feira - 15:00 horas.

Marcos da Rosa	- Presidente da Câmara Municipal
Almir Vieira	- Vice-Presidente
José de Souza (Zeca Bombeiro)	- 1º Secretário
Marcelo Lanzarin	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Ailton de Souza - Ito
Alexandre Matias	Alexandre Pereira Caminha
Bruno Cunha	Gilson de Souza
Jens Juergen Mantau	Jovino Cardoso Neto
Oldemar Becker	Ricardo Alba
Sylvio Zimmermann	

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais do Projeto de Lei Complementar nº 1.655 e dos Projetos de Lei nºs 7.309, 7.324, 7.329 e 7.330. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovadas, em 2ª discussão e votação, as Emendas nºs 01, 02 e 03 ao Projeto de Lei nº 7.302. Destino: incorporadas ao projeto.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei Complementar nº 1.659 e 1.664; e os Projetos de Lei nºs 7.302, 7.305, 7.349, 7.358 e 7.359. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 315, 318 e 319/2017; e das Moções nºs 25 e 28/2017. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgada a Resolução MD nº 2808. Destino: comunique-se e publique-se.

Caracterizados como regime urgentíssimo os Projetos de Lei Complementar nºs 1.659 e 1.664; e os Projetos de Lei nºs 7.349, 7.358 e 7.359. Encaminhados ao arquivo, conforme o art. 19, § 6º da Lei Orgânica do Município, os Projetos de Lei nºs 7.352 e 7.353.

Entrada do Substitutivo Global ao Projeto de Lei nº 7.333.

Entrada do Projeto de Lei Complementar nº 1.666, que "ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 32 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 749, DE 23 DE MARÇO DE 2010".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.362, que "ESTABELECE A ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS PARA OS ELEITORES CONVOCADOS PELO TRE A TRABALHAR NAS ELEIÇÕES, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU".

REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 30 DE MARÇO DE 2017

Reunião Ordinária do dia 30 de março de 2017.

Quinta-Feira - 15:00 horas.

Marcos da Rosa	- Presidente da Câmara Municipal
Almir Vieira	- Vice-Presidente
José de Souza (Zeca Bombeiro)	- 1º Secretário
Marcelo Lanzarin	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Ailton de Souza - Ito
Alexandre Matias	Alexandre Pereira Caminha
Bruno Cunha	Gilson de Souza
Jens Juergen Mantau	Jovino Cardoso Neto
Oldemar Becker	Ricardo Alba
Sylvio Zimmermann	

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs 7.302 e 7.305. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovadas, em 2ª discussão e votação, as Emendas nºs 01, 02 e 03 ao Projeto de Lei nº 7.299; e as Emendas nºs 01 e 02 ao Projeto de Lei nº 7.336. Destino: incorporadas aos respectivos projetos.

Rejeitado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei nº 7.299. Destino: ao arquivo.

Aprovado, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei nº 7.366. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2809 e 2810. Destino: comunique-se e publique-se.

Entrada da Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.654.

Entrada do Projeto de Decreto Legislativo nº 960, que "ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO LEGISLATIVO Nº 821, DE 6 DE MARÇO DE 2014".

LEI 8.389

LEI Nº 8.389, DE 30 DE MARÇO DE 2017

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO E A REGULAMENTAÇÃO DA ENTRADA DE CHARANGA, BANDEIRAS E APARELHOS DE RÁDIO EM EVENTOS ESPORTIVOS NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

MARCOS DA ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 42, parágrafo 6º, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, considerando a sanção tácita caracterizada pelo transcurso do prazo para sanção pelo Prefeito Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A entrada de charanga, bandeiras com mastro e/ou similar e aparelhos de rádio a pilha em todos os eventos esportivos no município de Blumenau pode ser autorizada desde que atendidas as exigências legais.

Parágrafo único. Por charanga entende-se um grupo musical formado por instrumentos de sopro e que também pode incluir instrumentos de percussão, tais como, tambores, bumbo e tarol.

Art. 2º A autorização para entrada dos integrantes da "charanga" compreende o seu cadastramento prévio junto aos organizadores

do evento, sendo vedada a participação daqueles que não estejam cadastrados.

Parágrafo único. A exigência de prévio cadastramento estende-se aos que utilizam bandeiras com mastro e/ou similar, excetuando-se os portadores de aparelhos de rádio a pilha.

Art. 3º É necessário também o cadastramento de todos os instrumentos musicais a serem utilizados, bem como todos os mastros, suportes de bandeiras de bambu e/ou similares.

Art. 4º Os cadastramentos previstos nos arts. 2º e 3º devem ser realizados com pelo menos 1 (uma) hora de antecedência ao início do evento.

§ 1º O cadastramento será realizado pelo organizador do evento ou pela federação da modalidade esportiva da competição.

§ 2º Os mastros, suportes de bandeiras de bambu e/ou similares serão numerados e/ou identificadas para cada portador a ser cadastrado.

Art. 5º A utilização dos instrumentos da charanga, dos aparelhos de rádio a pilha e das bandeiras com mastro, suporte de bambu e/ou similar para qualquer outro fim, que não seja a manifestação festiva do torcedor e que venha a contribuir para a violência no evento esportivo, será de responsabilidade do portador cadastrado.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 30 DE MARÇO DE 2017.

Marcos da Rosa
Presidente da Câmara Municipal

MD 2808

RESOLUÇÃO MD Nº 2.808

NOMEIA GRACIANA APARECIDA BECK EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

Marcos da Rosa, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeada, em 22 de março de 2017, Graciana Aparecida Beck, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no Gabinete do Vereador Marcelo Lanzarin – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 22 DE MARÇO DE 2017.

Marcos da Rosa	
Presidente	
Almir Vieira	
Vice-Presidente	
José de Souza	Marcelo Lanzarin
1º Secretário	2º Secretário

MD 2809

RESOLUÇÃO MD Nº 2.809

CONSTITUI COMISSÃO LEGISLATIVA TEMPORÁRIA ESPECIAL DE REVOGAÇÃO DE LEIS.

MARCOS DA ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Legislativa Temporária Especial, nos termos dos artigos 66 e 67 do Regimento Interno, formada por 10 (dez) Vereadores, um de cada partido com assento na Câmara Municipal, com a finalidade de analisar a legislação municipal vigente, que se mostre inadequada ou dispensável, para efeito de revogação, conforme Requerimento nº 319, de 28 de março de 2017.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros Vereadores:

I – Sylvio Zimmermann - PSDB;

II – Oldemar Becker - DEM;

III – Adriano Pereira - PT;

IV – Ailton de Souza - PR;

V – Alexandre Caminha – PROS;

VI – Bruno Cunha –PSB;

VII – José de Souza – SD;

VIII – Marcelo Lanzarin – PMDB;

IX – Gilson de Souza – PSD;

X – Ricardo Alba – PSDB.

Art. 3º Os membros da Comissão elegerão, entre si, o Presidente e o Relator, sendo fixado o prazo de 120 (cento e vinte) dias – contado a partir da data de sua instalação – prorrogável até metade, para a conclusão dos seus trabalhos.

Art. 4º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 29 DE MARÇO DE 2017.

MARCOS DA ROSA
Presidente

ALMIR VIEIRA
Vice-Presidente

JOSÉ DE SOUZA
1º Secretário

MARCELO LANZARIN
2º Secretário

MD 2810

RESOLUÇÃO MD Nº 2.810

DEVOLVE SERVIDOR PÚBLICO CEDIDO PELO PODER EXECUTIVO E RETIRA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO CONCEDIDA AO SERVIDOR PÚBLICO ILMO IZOLABELA MENDES.

MARCOS DA ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º O servidor público Ilmo Izolabela Mendes, cedido pelo Poder Executivo conforme Termo de Cooperação Mútua, é devolvido à sua origem administrativa municipal em 31 de março de 2017.

Art. 2º É retirada, em 31 de março de 2017, a Gratificação de Função de Coordenador de Eventos Culturais, concedida ao servidor público efetivo Ilmo Izolabela Mendes pela Resolução MD nº 2.343, de 28 de maio de 2015.

Art. 3º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas da Câmara Municipal que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução na ficha funcional do servidor público.

Art. 4º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de março de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 30 DE MARÇO DE 2017.

MARCOS DA ROSA
Presidente

ALMIR VIEIRA
Vice-Presidente

JOSÉ DE SOUZA
1º Secretário

MARCELO LANZARIN
2º Secretário

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5025/2017

DECRETO MUNICIPAL Nº 5025/2017, DE 30 DE MARÇO DE 2017
"NOMEIA INTEGRANTES PARA COMPOR O COMITÊ DIRETOR MUNICIPAL PARA ATUAR NO PLANO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO CIGAMERIOS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDENCIAS. "

RONALDO LUIZ SENGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal n. 982/2015, o Protocolo de Intenções do CIGAMERIOS, o Contrato de Consórcio Público do CIGAMERIOS, em especial as Cláusulas 12, 13, XI e 14,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para compor o Comitê Diretor Municipal para atuar no Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PIGIRS, através do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS, os servidores abaixo relacionados:

- * Hari Schmitd, Operador de Máquinas;
- * Janiara Keller Ceccon, Assistente de Tributação;
- * Leonir Simonetti, Diretor Geral da Escola Municipal;
- * Marcio Storck, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- * Ricardo Luiz Copini, Controle Interno da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 2º. As funções dos membros deste comitê não serão remuneradas, sendo considerado serviços de relevante interesse social.

Art. 3º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado a sua eficácia a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do Art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 30 de março de 2017.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

RONALDO LUIZ SENGER,
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5026/2017

DECRETO MUNICIPAL Nº 5026/2017, DE 30 DE MARÇO DE 2017
"NOMEIA INTEGRANTES PARA COMPOR A EQUIPE DE APOIO DO CIGAMERIOS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDENCIAS. "

RONALDO LUIZ SENGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, o Protocolo de Intenções do CIGAMERIOS, que ratificado pela Lei Municipal n. 981/2015, gerou o Contrato de Consórcio Público do CIGAMERIOS, em especial as Cláusulas 12, 13, IV, 14 e 15,

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado para integrar o Colegiado de Licitações e compor a Equipe de apoio ao Pregoeiro do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS, o servidor abaixo relacionado:

* Jeferson Persch, Agente de Administração.

Art. 2º. As funções exercidas decorrentes desta designação, não serão remuneradas, sendo considerado serviços de relevante interesse social.

Art. 3º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado a sua eficácia a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do Art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 30 de março de 2017.

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

RONALDO LUIZ SENGER,
Prefeito Municipal

LICITAÇÃO Nº 677/2017 - PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 677/2017

EDITAL DE PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS Nº. 014/2017

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Ronaldo Luiz Senger, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 18 de Abril de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a eventual Aquisição de Tubos de Concreto, Brita e Meio Fios de Concreto.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdoeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 03 de Abril de 2017.

Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 058/2017

PORTARIA Nº 058/2017, DE 30 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE COMISSÃO DISCIPLINAR PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÃO AOS DEVERES DE SERVIDORES PÚBLICOS NO EXERCÍCIO DO SERVIÇO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a comunicação verbal feita pelo Secretário do DMER, Sr. Valdenor Nascimento, de que em horário de serviço e no exercício do serviço público os servidores públicos municipais, Sr. Claudiomiro Pedro Rossi e Volmir Peter, teriam praticado ato de "ofensa verbal e tentativa de agressão física", em afronta ao disposto no inciso XI do art. 110 da Lei Complementar nº 542/2006, verbis:

Art. 110. São deveres do servidor:

(...)

XI – Tratar com urbanidade os colegas de trabalho e o público em geral, tanto no próprio local de trabalho como nos demais setores;

O Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina RONALDO LUIZ SINGER, no uso de suas atribuições legais e em observância a Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º. Determina a criação de comissão disciplinar para apuração de suposto a ato de "ofensa verbal e tentativa de agressão física", em afronta ao disposto no inciso XI do art. 110 da Lei Complementar nº 542/2006, praticado pelos servidores públicos municipais, Sr. Claudiomiro Pedro Rossi e Volmir Peter, em horário de serviço e no exercício do serviço público.

Art. 2º. A comissão deverá ser composta por Jandrei Luiz Brutscher (Presidente), Fábio Gerhardt (secretário) e Jeferson Persch (membro), todos servidores municipais estáveis.

Art. 3º. Com aparo no art. 141 da Lei Complementar nº 542/2006, determino o afastamento cautelar de suas atividades dos Servidores Claudiomiro Pedro Rossi e Volmir Peter de suas funções pelo prazo de 01 (um) dia.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, e a validade e eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC, ao 30 de março de 2017.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se.

RONALDO LUIZ SINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 059/2017 DE 03 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 059/2017, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento a Servidora Municipal Sra. Iclair Bottim Garmatz, inscrita no CPF sob nº 020.840.709-02, e matricula sob nº 577-0, ocupante do cargo de Auxiliar dos Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Administração e Fazenda, sendo do período aquisitivo de 18/06/2015 a 17/06/2017 e período de concessão de 03/04/2017 a 02/05/2017. (30 dias).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 03 de abril de 2017.

RONALDO LUIZ SINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 060/2017 DE 03 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 060/2017, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

CONCEDE ADICIONAL POR TRIÊNIOS PARA SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Adicional por Triênios (3%) para servidores públicos municipais a partir do mês de abril do ano de 2017, conforme art. 66 do Estatuto dos Servidores, sendo do período de abril de 2014 a abril de 2017, conforme segue abaixo:

Nome	Matri- cula	Admissão	Cargo
Fabiana K. Thedesco Jung	520-7	01/04/2011	Psicóloga
Elizângela Rogovski	511-8	01/04/2011	Enfermeira
Gabriela Pagliarini	510-0	01/04/2011	Nutricionista

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 03 de abril de 2017.

RONALDO LUIZ SINGER

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 105/2017 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato Nº 105/2017 Ata de Registro de Preços nº 01/2017

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Qualifar Farmácia & Manipulação Ltda. ME.

Objeto: Registro de Preços, com o maior percentual de desconto sobre a tabela divulgada pela ABC FARMA VIGENTE DO MÊS, para fornecimento parcelado diário de medicamentos não padronizados para o Fundo Municipal de Saúde, que são prescritos pelos profissionais da saúde do Município de Bom Retiro, para atendimento específico e imediato de enfermidades de pacientes atendidos na rede pública de saúde. Valor Total Medicamento Similar: R\$ 3.125,88 (três mil cento e vinte e cinco reais e oitenta e oito centavos).

Bom Retiro, 04 de abril de 2017.

Vilmar Jose Neckel

Prefeito

MINUTA DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 03/2017.

Objeto: Prestação de Serviço de Divulgação de Matérias de interesse do município de Bom Retiro. Valor Total: R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais). Contratada: Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Portal da Serra. Fundamentação: Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 04 de abril de 2017.

Vilmar José Neckel

Prefeito

Botuvera

PREFEITURA

EDITAL 001/2017 CMAS CMI E CMH CMDCA 2017

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RUA JOÃO MORELLI, 66, CENTRO, BOTUVERA-SC
CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL-CRAS

EDITAL Nº 001/2017

Edital de convocação de Assembléia do Fórum Eletivo das Organizações Não - Governamentais, que elegerá os representantes da Sociedade Civil para comporem os Conselhos de Habitação, do Idoso, Dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social de Botuverá-SC, biênio 2017/2019.

A Comissão Eleitoral, (conforme edital 001/2017 convoca para a Assembléia do Fórum), que elegerá os representantes da Sociedade Civil composta por membros do Conselho Municipal de Habitação, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal do Idoso de Botuverá, devidamente eleitos, no uso de suas atribuições legais, com fundamentos na Lei nº 1.102/201, Lei nº 883/2002, Lei 884/2002 e na Lei nº 770/97, pelo presente edital, convoca e torna pública a Assembléia do Fórum Eletivo das Organizações Não-Governamentais, que elegerá representantes da Sociedade Civil para comporem os respectivos Conselhos, biênio 2017/2019.

1. DA REALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA

1.1. A Assembléia Geral para eleição será realizada no dia 19/04/2017 Quarta - Feira com início às 08h30min, na Plenária da Câmara Municipal de Vereadores de Botuverá localizada na Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá-SC sob a responsabilidade e supervisão desta Comissão Eleitoral, Conselhos Municipais de Habitação, dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Assistência Social e do Idoso.

1.2. A Comissão Eleitoral indicada pelo Conselho Municipal de Habitação, dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Assistência Social e Conselho Municipal do Idoso de Botuverá se encarregará dos trabalhos e de quaisquer questões relacionadas a esta eleição. A Comissão Eleitoral é competente e soberana para dirimir dúvidas sobre como se procederão os trabalhos durante a assembléia de votação.

1.3. A Eleição terá início, impreterivelmente, observando-se os 15 (quinze) minutos de tolerância, com qualquer número de participantes inscritos. A apuração dos votos terá início imediatamente após a eleição.

1.4. Comporão o novo Conselho Municipal de Habitação conforme a Lei nº 1.102/2010 de criação deste Conselho, 06 (seis) membros titulares e 06 (seis) suplentes, de forma paritária, entre Governo e Sociedade Civil.

1.5. Comporão o novo Conselho Municipal de Idoso conforme a lei nº 883/2002 de criação deste Conselho, 06 (seis) membros titulares e 06 (seis) suplentes, de forma paritária, entre Governo e Sociedade Civil.

1.6. Comporão o novo Conselho Municipal de Assistência Social conforme a lei nº 770/97 de criação deste Conselho, 06 (seis) membros titulares e 06 (seis) suplentes, de forma paritária, entre Governo e Sociedade Civil.

1.7. Comporão o novo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente conforme a lei nº 884/2002 de criação deste Conselho, 06 (seis) membros titulares e 06 (seis) suplentes, de forma paritária, entre Governo e Sociedade Civil.

1.8. Como determina a lei, os conselheiros governamentais, dos Conselhos, serão nomeados pelo Prefeito Municipal.

1.9. Como determina a lei, os Conselheiros não-governamentais, dos Conselhos, serão eleitos na Assembléia do Fórum Eletivo das Organizações Não-Governamentais, que será realizada em 19/04/2017, com início às 08h30min horas.

2. DOS RECURSOS

2.1. As eventuais interposições de recursos deverão ser fundamentadas nas leis supracitadas e encaminhadas ao representante do Ministério Público da Comarca de Brusque até o terceiro dia útil após a eleição.

3. DA CANDIDATURA; ELEIÇÃO E POSSE

3.1. Serão candidatos para a composição do CMH, não-governamentais: representantes dos prestadores de serviços da área; representantes dos Profissionais da Área e representantes dos Usuários, que estiverem devidamente inscritos nesta Assembléia, até o início dos trabalhos. Sendo uma vaga de Conselheiro Titular e uma vaga de Conselheiro Suplente para cada uma das Representações acima citadas.

3.2. Na ausência de qualquer representatividade do CMH, a vaga será cedida aos representantes de Usuários.

3.3. Serão candidatos para a composição do CMI, não-governamentais: sociedade civil-não governamental, as entidades privadas dedicadas à assistência ao idoso, reconhecidas envolvidas com trabalhos de valorização de idosos. representantes dos Prestadores de Serviços; representantes dos Profissionais da área e representantes dos Usuários, que estiverem devidamente inscritos nesta Assembléia, até o início dos trabalhos. Sendo uma vaga de Conselheiro Titular e uma vaga de Conselheiro Suplente para cada uma das Representações acima citadas.

3.4. Na ausência de qualquer representatividade do CMI, a vaga será cedida aos representantes de Usuários

3.5. Serão candidatos para a composição do CMAS, não-governamentais: representantes dos prestadores de serviços da área; representantes dos Profissionais da Área e representantes dos Usuários, que estiverem devidamente inscritos nesta Assembléia, até o início dos trabalhos. Sendo uma vaga de Conselheiro Titular e uma vaga de Conselheiro Suplente para cada uma das Representações acima citadas.

3.6. Serão candidatos para a composição do CMDCA, não-governamentais: representantes dos prestadores de serviços da área; representantes dos Profissionais da Área e representantes dos

Usuários, que estiverem devidamente inscritos nesta Assembléia, até o início dos trabalhos. Sendo uma vaga de Conselheiro Titular e uma vaga de Conselheiro Suplente para cada uma das Representações acima citadas.

3.7. A eleição dos membros da Sociedade Civil dos CMH, CMI, CMDCA e do CMAS se fará por voto direto e simples da Assembléia. Sendo que o candidato com maior número de votos, de cada representatividade, será o Conselheiro Titular, cabendo ao segundo candidato com maior número de votos, a vaga de Conselheiro Suplente.

3.8. Os membros eleitos, representantes da sociedade civil do CMH, CMI, CMDCA e CMAS de Botuverá serão empossados no prazo máximo de 30(trinta) dias após a proclamação do resultado da respectiva eleição, com a publicação dos seus respectivos representantes eleitos, titulares e suplentes.

Comissão Eleitoral 2017

ATA DE JULGAMENTO: PL15/2017-PP11/2017-SRP-CONCRETO USINADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2017-PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017-SRP

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

Aos trinta e um dias do mês de Março de dois mil e dezessete, às 14:00 horas, reuniram-se, na sala de licitações da sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, o Pregoeiro e sua equipe de apoio, designados pela portaria nº 19/2017, de 17 de Janeiro de 2017, com o objetivo da realização nesta sessão da abertura do Processo em epígrafe, que tem como objeto o Registro de Preço para aquisição CONCRETO USINADO, nas condições e especificações expressas no edital. Tendo aguardado o término do prazo fixado para a entrega dos envelopes "Proposta de Preços" e "Documentos", e tendo em vista que nenhuma proponente se habilitou no prazo estabelecido, foi declarado pelo pregoeiro do processo "LICITAÇÃO DESERTA", por não haver manifestação de interesse de participantes no certame. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada pelo pregoeiro, lavrando-se a presente ata, que após lida e assinada foi determinado a publicação no Diário Oficial dos Municípios, DOM/SC e mural público desta prefeitura, com a finalidade de intimação da decisão, nos termos da Lei Federal 8.666/93.

Márcio Adriano de Oliveira
Pregoeiro

Fábio Roberto Olinger Eltermann
Equipe de Apoio

João Kennedy Paulini
Equipe de Apoio

DECRETO Nº 2.015-2017 - SUPERAVIT

=====

D E C R E T O Nº 2.015/2017

=====

"Abre Crédito Suplementar Por Superávit Financeiro No Exercício De 2017"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.ºº da Lei nº 1.370/2016, de 21 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 7.961,85(Seze mil novecentos e sessenta e um reais e oitenta e cinco centavos), conforme abaixo especificado:

06.00	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
06.01	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
26-782-125-2.35	Operação e Manutenção do convênio de radio patrulha e convênio SSP/Trânsito
3.3.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.3.12(553)	Superávit R\$ 7.961,85

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 03 de abril de 2017.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 03 de abril de 2017.
JOSÉ LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.016/2017

DECRETO Nº 2.016/2017

"Nomeia Comissão Organizadora que Organizará, Executará e Julgará o Processo Seletivo, do Edital 02/2017."

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a COMISSÃO ORGANIZADORA para coordenar as atividades de preparar, executar e julgar o Processo Seletivo do Edital nº 02/2017.

Art. 2º - A Comissão Organizadora será composta da seguinte forma:

- 1- Coordenador: Márcia Adriana Cansian
- 2- Membro: Rogério Comandolli
- 3- Membro: Rosane Aguiar Tachini

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Botuverá, em 03 de Abril de 2017.
JOSÉ LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 02/2017**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 02/2017**

A Prefeitura Municipal de Botuverá, com fundamento na Lei nº 502/89 do Município de Botuverá, que regulamenta as contratações de pessoal em caráter temporário no âmbito da Administração do Município de Botuverá, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, dispensado o respectivo concurso público, consoante o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição da República, torna público que fará realizar Processo Seletivo Simplificado, para contratação, de Técnico de Enfermagem, nos termos deste edital.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1 Ao se inscrever o candidato aceita de forma irrestrita as condições contidas neste Edital, que constitui as normas que regem o Processo Seletivo, não podendo delas alegar desconhecimento;

1.2 O candidato interessado em participar do processo seletivo deverá comparecer na data, local e horários abaixo especificados, para entregar contra recibo a documentação descrita no item 2 deste edital.

DATA: 05/04/2017 a 13/04/2017.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Botuverá, Setor de Recursos Humanos, Rua João Morelli, 66 – Botuverá /SC.

HORÁRIO: 08 às 11:30 e 13:30 às 17:00 horas.

1.3 Não serão aceitas reclamações posteriores à data estabelecida para confirmação de inscrição.

1.4 O candidato que fizer qualquer declaração falsa, inexata ou, ainda que não possa satisfazer todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo tendo sido aprovado, no caso do fato ser constatado posteriormente à realização do processo seletivo.

2. DA DOCUMENTAÇÃO

Será exigida dos candidatos ao Processo Seletivo, para fins de inscrição, a apresentação de cópia simples e/ou original dos seguintes documentos:

a) Documento de Identidade (cópia simples);

b) CPF (cópia simples);

c) Título de Eleitor e do comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral (última votação), (cópia simples);

d) Quitação com a obrigação militar (masculino), (cópia simples);

e) Certificado de conclusão do curso técnico de enfermagem (habilitação), registro no Conselho de Classe (cópias simples);

f) Curriculum, conforme item 5, (original)

g) Preenchimento da ficha de inscrição (Anexo I) deste edital, (original);

h) Declaração de que não sofreu e/ou está sofrendo processo administrativo disciplinar (anexo II), (original).

i) Atestado de antecedentes criminais, expedido pelo Fórum da Comarca de Brusque (original).

3. DAS VAGAS, DA JORNADA DE TRABALHO E VENCIMENTOS**3.1 Vagas**

ÁREA	VAGAS
Técnico de Enfermagem	01

3.2 As vagas, em substituição de funcionários afastados para tratamento de saúde, são de caráter temporário e para admissão imediata.

3.3 Preenchidas as vagas disponíveis, os demais candidatos aprovados serão aproveitados nos casos de vacâncias ocorridas no período de validade do Processo Seletivo Simplificados, observando-se a caracterização da situação constante da Lei Municipal 502/89.

3.4 Jornada de Trabalho e Vencimentos

Área	Jornada de trabalho	Vencimento Mensal
Técnico de Enfermagem	40 horas semanais	R\$ 1.861,40

4 DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO**4.1 Atribuições de Técnico de Enfermagem:**

a) Descrição Sintética: Auxiliar no atendimento de enfermagem a pacientes e a população em geral.

b) Descrição Analítica: Fazer curativos, aplicar injeções e outros medicamentos de acordo com orientação recebida, verificar sinais vitais e registrar no prontuário; proceder à coleta para informações sanguíneas, efetuando os devidos registros; Auxiliar na colocação de talas e aparelhos gessados; Pesar e medir pacientes; Efetuar a coleta de material para exames de laboratório e a instrumentação em intervenções cirúrgicas; Auxiliar os pacientes em sua higiene pessoal, movimentação e alimentação; Auxiliar nos cuidados "post-mortem"; Registrar as ocorrências relativas a doentes; Prestar cuidados de enfermagem aos pacientes em isolamento; Preparar, esterilizar o material instrumental, ambientes e equipamentos, obedecendo à prescrição; Zelar pelo bem estar e segurança dos pacientes; Zelar pela conservação dos instrumentos utilizados; Ajudar a transportar doentes para cirurgias, retirar e guardar próteses e vestuário pessoal do paciente; Auxiliar nos socorros de emergência; Desenvolver atividades de apoio nas salas de consultas e de tratamento de pacientes; Executar tarefas afins e de interesse da municipalidade.

5 DO PROCESSO SELETIVO

5.1 O Processo Seletivo constará de análise de curriculum discriminando títulos e experiência profissional, mediante os critérios:

Critérios	Pontuação
Titulação:	
Certificado de conclusão de cursos de capacitação, nos últimos 5 anos, com carga horária mínima de 8 horas.	0,25 por curso

Certificado e/ou declaração de participação de palestras, congressos ou seminários, nos últimos 5 anos.	0,25 por palestra, curso ou congresso.
Curso Básico de Informática	0,5 (pontuação máxima 0,5 pontos)
Estágio extracurricular na área Hospitalar e ESF (excluindo os obrigatórios)	0,25 cada período de 6 meses completos (pontuação máxima 1 ponto)
Experiência profissional (últimos 5 anos)	0,5 pontos por ano completo (pontuação máxima 2,5 pontos)

5.2 Para fins de comprovação da formação educacional o candidato deverá apresentar no ato da inscrição curriculum acompanhado de cópias dos certificados, de cursos realizados;

5.3 Para fins de comprovação de experiência profissional o candidato deverá apresentar cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social; na hipótese de estatutário, publicação da nomeação em Diário Oficial ou Certidão de Tempo de Serviço expedida por órgão público (documento original).

5.4 Toda a documentação, deverá ser entregue juntamente com o formulário de inscrição, em envelope lacrado.

6 DO RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO

6.1 Na lista de classificação constará a relação dos candidatos, por ordem de classificação, de acordo com o número de pontos obtidos, do primeiro ao último colocado.

6.2 Em caso de empate no total de pontos na classificação, terá preferência o candidato que comprovar maior tempo de experiência na área de atuação e se persistir o empate, o mais idoso.

6.3 O resultado do processo seletivo será divulgado no dia 21/04/2017 no site do Município www.botuvera.sc.gov.br.

7 DOS RECURSOS

7.1 Após a divulgação da lista de classificação, o candidato que se sentir prejudicado poderá impetrar recurso mediante requerimento individual, que deverá ser entregue no protocolo da Prefeitura Municipal de Botuverá, no prazo de dois (2) dias úteis contados da divulgação do resultado.

7.2 O recurso não terá, sob nenhuma hipótese, efeito suspensivo total ou parcial.

8 DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

8.1 O Departamento de Recursos humanos (RH) da Prefeitura Municipal de Botuverá convocará os candidatos selecionados de acordo com a ordem classificatória para preenchimento da ficha cadastral, encaminhamento para exame médico admissional e informações da função a ser exigida, da área de atuação, do tempo de contratação, da lotação, da jornada de trabalho, do início de seu exercício bem como da assinatura do contrato.

9 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 O candidato não poderá acrescentar, alterar, substituir ou incluir qualquer informação exigida na ficha de inscrição e curriculum após a entrega dos mesmos;

9.2 Não poderão se inscrever no processo seletivo os servidores ocupantes de cargos públicos da Administração Direta e Indireta do Município, nos termos da Constituição Federal, da Lei Federal nº 8.745/03.

9.3 Não haverá inscrição fora da data prevista neste Edital;

9.4 O processo Seletivo terá validade de 1 (um) ano, contado da data de publicação do resultado, prorrogável por igual período, de acordo com o interesse e necessidade da Prefeitura Municipal de Botuverá.

9.5 A inexistência ou irregularidade das informações prestadas no ato da inscrição, ainda que verifica posteriormente eliminará o candidato do processo seletivo;

9.6 Para o profissional que por incompatibilidade de horário ou qualquer outro motivo não assumir a vaga oferecida no momento da convocação, perderá o direito à vaga;

9.7 O horário de trabalho do candidato aprovado será determinado pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Botuverá;

9.8 Os candidatos aprovados no processo seletivo serão chamados para o desempenho de suas atribuições de acordo com a ordem de classificação e necessidades da Prefeitura Municipal de Botuverá;

9.9 O candidato aprovado será convocado via email ou telefone, de acordo com os dados informados na ficha de inscrição, cabendo ao candidato manter as informações atualizadas e conferir o recebimento da convocação, dentro do prazo de validade do presente processo seletivo;

9.10 Após o prazo de 48 horas da convocação, o candidato que não comparecer dará direito ao setor de R.H. da Prefeitura Municipal de Botuverá de convocar o próximo classificado;

9.11 Não poderão participar do processo seletivo candidatos não habilitados para a função.

9.12 Os candidatos selecionados, quando convocados, serão submetidos a Inspeção Médica e só poderão ser contratados aqueles que forem julgados aptos fisicamente para o exercício das funções;

9.13 O candidato que vier a ser contratado celebrará termo de contrato temporário regido pelas normas contidas na CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, por um período de 90 (noventa) dias, a título de contrato de experiências, podendo ser rescindido ou prorrogado, conforme interesse da Prefeitura Municipal de Botuverá.

10 CRONOGRAMA

03/04/2017	Divulgação do Edital
05/04/2017 a 13/04/2017	Entrega de documentos no Setor de R.H. da Prefeitura Municipal (inscrição)
17 a 18/04/2017	Análise da documentação
19/04/2017	Publicação da Classificação Provisória
20/04/2017	Período para recursos contra classificação
21/04/2017	Divulgação da Classificação definitiva

Botuverá, 03 de Abril de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO – PROCESSO SELETIVO 02/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 02/2017		Uso Exclusivo
Número da Inscrição: Nºà		
CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM		
Nome do(a) Candidato(a):		
Identidade:	Data de Nascimento: / /	Sexo: M () F ()
CPF:		
E-MAIL:		
Endereço:		Bairro:
Município:	Estado:	Fone: ()
Escolaridade:		
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.		
Local e Data:		Assinatura do Candidato:

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 02/2017		
Número da Inscrição:		
CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM		
Nome do(a) Candidato(a):		
Local e Data:		Assinatura do Responsável:

Via Candidato.

ANEXO II – Declaração de Penas Disciplinares DECLARAÇÃO DE NÃO TER SOFRIDO PENALIDADES NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA

Nome do Candidato	
CPF do Candidato	

Declara:

() Não ter exercido cargo efetivo, temporário ou em comissão nas esferas federal, estaduais, municipais ou distrital;

() Ter exercido cargo efetivo, temporário ou em comissão nas tarefas federal, estadual, municipais ou distrital, bem como em decorrência disto, não ter sofrido penalidades no exercício da função pública conforme legislação aplicável como também não está respondendo processo administrativo disciplinar.

Assinatura do Candidato

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO Nº 31 2017

DECRETO Nº 031/2017.

Prorroga prazo para Pagamento da Taxa de Água referente ao mês de março de 2017 para 17.04.2017.

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal do município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para Pagamento da Taxa de Água referente ao mês de março/2017 para o dia 17.04.2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 03 de abril de 2017.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 16 2017

EXTRATO DE CONTRATO 16/2017

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25

Braço do Trombudo – SC.

Contratado: Antonio Hempkemaier

CPF: 518.118.639-49

com Sede na localidade Serril

Braço do Trombudo – SC.

Objeto: Locação de Imóvel do Sr. Antonio Hempkemaier com aproximadamente 360 m² para fins de utilização para Instalação de Equipamentos da ETA (Estação Tratamento de Água), Localidade Serril, Município de Braço do Trombudo.

Valor: R\$ 1.279,62 (Hum mil duzentos e setenta e nove reais e sessenta e dois centavos)

Vigência até 31/12/2017.

Data da assinatura: 03/04/2017

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 17/2017

EXTRATO DE CONTRATO 17/2017

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Beate Hasse

CPF: 015.226.149-40

Residente na localidade Serril

Braço do Trombudo – SC.

Objeto: Locação de Imóvel do Sr. Beate Hasse com aproximadamente 200 m² para fins de utilização para Instalação de Equipamentos da ETA (Estação Tratamento de Água), Localidade Serril, Município de Braço do Trombudo.

Valor: R\$ 568,80 (quinhentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos)

Vigência até 31/12/2017.

Data da assinatura: 03/04/2017

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal

LISTA PROVISORIA DE INSCRIÇÕES ON LINE - PROCESSO SELETIVO 02 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

Processo seletivo nº 02/2017 - LISTA PROVISÓRIA DE INSCRIÇÕES ONLINE

Inscrição	RG	Nome Completo	CARGO
1	5827291	DOUGLAS BRANCO DE SOUZA	Fisioterapeuta
2	4548254	DANIELA ALBANO	Fisioterapeuta
3	5087686	NICOLY GRASIELE JACINTO	Fisioterapeuta
4	91155265	KARLA WITT DE MATOS	Fisioterapeuta
5	5508902	RAFAELA KORB	Fisioterapeuta
6	5888083	CAMILA MADEIRA GUTZ	Fisioterapeuta
7	85469860	DANIELA SBARDELOTT LAMEIRAS	Fisioterapeuta
9	5586317	AMANDA TEIXEIRA	Fisioterapeuta
11	4934772	PRISCILA PISETTA	Fisioterapeuta
12	4093946	ANDRIELLI ABREU ALBINO	Fisioterapeuta
13	5282420	PATRÍCIA DA SILVA COELHO	Fisioterapeuta
14	4655054	CAROLINE LIMA DUARTE	Fisioterapeuta
16	4926833	NATANY CORDOVA QUADROS	Fisioterapeuta
17	5578223	DÉBORA LUIZA FEUSER	Fisioterapeuta
18	93470591	RITA DE CÁSSIA DA SILVA KOGUTA	Fisioterapeuta
19	703407	RANIELLA MERCÊS VALADARES DIAS	Fisioterapeuta
20	3595924	ELISANGELA LOPES PADILHA BITENCORT	Fisioterapeuta
21	4642061	TATIANE DUARTE DA SILVA	Fisioterapeuta
22	1100519601	JULIANA ROSA NASCIMENTO	Fisioterapeuta
23	4745876	MICHELE SCHOVINDER	Fisioterapeuta
24	4534718	LADI RITA SIRENA BRUNELLO	Fisioterapeuta
25	50388201	ANDRESSA MIKI TAKEDA	Fisioterapeuta
26	2131938645	ANA PAULA FRANTZ	Fisioterapeuta
27	48335509	FRANCIANE GUIOMARA DA SILVA	Fisioterapeuta
29	4982723	PATRICIA SCHUETZE	Fisioterapeuta
32	0934630062	ANDERSON DOS SANTOS BRAZILIO	Fisioterapeuta
34	2558258	MARIA LIDUINA DE ANDRADE LEITE	Fisioterapeuta
36	5733942	IOLANDA CAMPESTRINI	Fisioterapeuta
37	50118390	ELIANE TERESINHA ARSEGO EDDINGER	Fisioterapeuta
38	2784132	TIAGO DE ANDRADE LEITE	Fisioterapeuta
40	2262280	INEYA ABDUL HAK	Fisioterapeuta
35	234578	ANTÔNIO GONZAGA DE ANDRÉ LEITE	Ginecologista/obstetra
8	6132648	JOÃO PAULO VARGAS	Inseminador
28	6276065	PABLO ALVES DE ANDRADE	Inseminador
10	4154389	JEFFERSON KLEBER KLABUNDE	Técnico em Enfermagem
15	5633749	PRISCIELY COLOSSI MORAES	Técnico em Enfermagem
30	4481259	VERÔNICA DE FATIMA ALVES DOS SANTOS	Técnico em Enfermagem
31	49323938	SIMONI KLAUMANN	Técnico em Enfermagem
33	4642565	DANIELA FERNANDES GOEDE	Técnico em Enfermagem
39	55021864	ROBERTO CARLOS LEITE	Técnico em Enfermagem

LISTA PROVISÓRIA DE INSCRIÇÕES PRESENCIAIS

01	4374488	ALINE FERNANDA CHIQUELEIRO	Agente Comunitário de Saúde
02	5772617	MAIARA VIEIRA	Agente Comunitário de Saúde
03			Agente Comunitário de Saúde
04			Agente Comunitário de Saúde
05			Agente Comunitário de Saúde
06			Agente Comunitário de Saúde
07			Agente Comunitário de Saúde
08			Agente Comunitário de Saúde

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº01/2017 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 02/01/2017		Válido até: 02/01/2018			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de combustível (gasolina, etanol e diesel) para abastecer a frota de todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	GASOLINA COMUM (1323)	L	RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722)		0	3,7800	1
2	Etanol (7738)	L	RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722)		0	3,4400	1
3	Óleo Diesel S500 (comum) (17420)	LTS	RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (7722)		0	3,0100	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 1/2017		Data do Registro: 02/01/2017		Válido até: 02/01/2018			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de combustível (gasolina, etanol e diesel) para abastecer a frota de todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Óleo diesel S10. (15355)	L	RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT (77/22)		0	3,1400	1

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2017

Número do Registro de Preços: 1/2017 Data do Registro: 02/01/2017 Válido até: 02/01/2018
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de combustível (gasolina, etanol e diesel) para abastecer a frota de todas as Secretarias da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2017

PROCESSO Nº 49/2016

(7722) - RINNERT & CIA LTDA - POSTO RINNERT

Braço do Trombudo, 2 de Janeiro de 2017.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 7939/2017 - ERRATA

Errata

DECRETO Nº. 7.939, DE 06 DE MARÇO DE 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 4.038 de 16.12.16, a Lei nº 4.023 de 28.09.16, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, no valor de, Onde lê o Valor de R\$ 354.750,00, Leia se o Valor de R\$ 587.750,00 (quinhentos e oitenta e sete mil, setecentos e cinquenta reais), para atender a programação abaixo especificada:

09.00 Secretaria Municipal de Educação
09.001 Secretaria Municipal de Educação
0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.36.00 Salário Educação
VALOR R\$ 100.000,00
0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magistério
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.36.00 Salário Educação
Onde lê o Valor de R\$ 200.000,00,
Leia se o Valor de R\$ 430.000,00
19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0122.0330.1017 Programa Modernização Administrativa Financeira
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00
0004.0126.0250.2033 Manutenção do Centro de Tecnologia da Informação
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 2.050,00
23.00 Secretaria da Fazenda
23.001 Secretaria da Fazenda
0004.0129.0010.2014 Manutenção do depto. da Tributação e Fiscalização
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 2.700,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

09.00 Secretaria Municipal de Educação
09.001 Secretaria Municipal de Educação
0012.0365.0020.2020 Manutenção da Educação Infantil
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.36.00 Salário Educação
VALOR R\$ 100.000,00
0012.0361.0025.2019 Manutenção Desenvolv. Ensino Fund. Valor. Magist

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.36.00 Salário Educação
Onde lê o Valor de R\$ 200.000,00,
Leia se o Valor de R\$ 430.000,00
19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão
19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão
0004.0122.0330.1017 Programa Modernização Administrativa Financeira
4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 50.000,00
0004.0126.0250.2033 Manutenção do Centro de Tecnologia da Informação
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 2.050,00
23.00 Secretaria da Fazenda
23.001 Secretaria da Fazenda
0004.0129.0010.2014 Manutenção do depto. da Tributação e Fiscalização
3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 2.700,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 06/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de março de 2017

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

MARIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria da Fazenda

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 002/2017

PREGÃO nº 002/2017

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender a demanda da Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque.

RESULTADO DA LICITAÇÃO: Aberta a sessão pública no horário definido no edital e, observado a publicação legal, houve interessados na participação do certame licitatório, contudo os itens 04, 07, 13, 27, 32 e 33 do edital foram fracassados, por não haverem licitantes habilitados.

03/04/2017

CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA

Pregoeira da Administração Pública Municipal

Caçador

PREFEITURA

1º ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2016 - PROCESSO LICITATORIO Nº18/2016 – DISPENSA Nº 01/2016

1º ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2016 - PROCESSO LICITATORIO Nº18/2016 – DISPENSA Nº 01/2016 – FMAS - LOCAÇÃO DE SALAS COMERCIAIS COM 272,85 PARA FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS BOLSA FAMÍLIA, CADASTRO ÚNICO. CONTRATADO/LOCADOR: IVANIR JOSÉ COLLA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 065.888.919-20 e MARILDA DE FÁTIMA COLLA, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 771.670.409-59, ambos residentes nesta cidade de Caçador/SC; O presente Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula primeira e terceira do contrato nº 10/2016, conforme solicitação e justificativa emitida pela Prefeitura Municipal de Caçador e mediante parecer jurídico favorável nº 096/2017. O presente contrato tem prazo de 12 (doze) meses, contados a partir do dia 01 de janeiro de 2017, podendo ser renovado ou prorrogado, conforme o art. 57, II, da Lei 8.666/93, havendo interesse público na manutenção da locação.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 02/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 – FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 02/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 – FMAS - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA DESTINADOS À CASA LAR E CASA DE PASSAGEM DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR. CONTRATADA: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-84, com sede na cidade de Planalto Grande, SC.

ITENS: 48, 55, 60, 63, 70, 71, 79, 82, 85, 86, 94, 95 e 104

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
48	63919 - Sardinha em óleo comestível, embalagem com 125 gr	UND	150	2,44	366,00
55	55905 - CHÁ DIVERSOS SABORES C/25 SAQUINHOS	CX	200	2,80	560,00
60	55910 - FARINHA DE TRIGO ESPECIAL TIPO 01 PACOTE COM 5 KG	PCT	50	7,15	357,50
63	61668 - Leite condensado ingredientes: Leite integral, açúcar, leite em pó integral, lactose embalagem 395 g	UN	150	3,47	520,50
70	55921 - PÓ PARA GELATINA SABOR ARTIFICIAL, COLORIDO E AROMATIZADO AR	UN	288	0,65	187,20
71	55915 - PREPARADO PARA CALDO COM SEIS TABLETES COM 63G DIVERSOS SABORES	UN	150	0,90	135,00
79	63925 - Sal iodado refinado embalagem com 01 kg	UND	100	0,99	99,00
82	55918 - VINAGRE, MATÉRIA PRIMA MAÇÃ, TIPO AROMÁTICO, ACIDEZ 4,20, AS VINAGRE, MATÉRIA PRIMA MAÇÃ, TIPO AROMÁTICO, ACIDEZ 4,20, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, ASPECTO VISUAL LÍMPIDO E SEM DEPÓSITOS, EMBALAGEM COM 750 ML	UN	100	2,19	219,00
85	56027 - Colorífico com 100 gr	UN	30	0,89	26,70
86	56280 - GUARDANAPO BRANCO DE PAPEL FOLHA SIMPLES PEQUENO 24CM X 22CM COM 50	UN	300	0,50	150,00
94	63931 - Álcool em gel embalagem 500 gramas	UND	100	4,49	449,00
95	56276 - ÁLCOOL LÍQUIDO 92.8 COM 1LITRO	UN	200	4,73	946,00
104	63935 - Esponja de lavar louça dupla fase com 110mm x 70mm x 20mm	UND	200	0,45	90,00
Total					4.105,90

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 02/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 – FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 02/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 – FMAS. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA DESTINADOS À CASA LAR E CASA DE PASSAGEM DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR. CONTRATADA: VW COMERCIO ATACADISTA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 105.734.08/0001-06, com sede na cidade de RIO DAS ANTAS, SC. O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contados da assinatura da presente ata.

ITENS: 87, 89, 90, 97, 99, 105, 109, 110, 112, 114, 117, 123, 125.

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
87	63927 - Copo descartáveis produzido conforme a ABNT NDR nº 14865, 180 ml, caixa com 2.500 un.	CX	20	56,00	1.120,00

89	63928 - Saco de lixo reforçado, preto 12 micra, tamanho 75X90 capacidade 100 litros reforçada pacote com 05 unid.	UND	300	1,50	450,00
90	63929 - Saco de lixo reforçado, preto 07 micra, 30 litros reforçada pacote com 10 unid.	UND	450	1,30	585,00
97	63933 - Balde plástico reforçado com alça de plástico capacidade 20 litros	UND	12	6,30	75,60
99	2240 - BOLSA DE ALGODÃO ALVEJADA PARA LIMPEZA, MEDINDO NO MÍNIMO 0,70 X 0,80 MT	UN	100	2,04	204,00
105	55739 - ESPONJA DE Lã DE AÇO PCT C/ 60 GRAMAS	UN	60	0,65	39,00
109	56269 - LUVAS DE BORRACHA FORRADA PARA LIMPEZA, TAMANHOS P,M E G	UN	100	2,30	230,00
110	63937 - Luvas descartáveis em látex, para procedimento, lisa com pó bioabsorvível, embalagem: caixa com 100 unidades, tamanhos P,M,G	UND	50	15,60	780,00
112	48005 - MULTIUSO 500 ML, LIMPEZA PARA PISOS	UN	350	2,08	728,00
114	63938 - Pano de prato (copa) Pano de prato (copa)	UND	100	2,04	204,00
117	56182 - RODO DE BORRACHA DUPLA COM 30 CM COM CABO	UN	12	3,97	47,64
123	56264 - VASSOURA DE NYLON COM CAPA PLÁSTICA EM POLIPROPILENO E CEPA PLÁSTICA ROSQUEÁVEL V 12 CERDAS LONGAS COM CABO	UN	24	4,06	97,44
125	63941 - Sacos para freezer tamanho 34cm x 48cm - 8kg	UND	100	4,11	411,00
TOTAL					4.971,68

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 02/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 – FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 02/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 – FMAS. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA DESTINADOS À CASA LAR E CASA DE PASSAGEM DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR. CONTRATADA: FMAS/CONTRATANTE, e de outro a empresa SUPERMERCADOS CEREAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.054.924/0001-06, com sede na cidade de Caçador, SC. O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contados da assinatura da presente ata.

ITENS: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 57, 59, 61, 65, 66, 67, 72, 73, 74, 75, 77, 80, 81, 84, 88, 92, 106, 115, 116, 122 e 124.

Item	Material/Serviço	Unid.	Quant.	Valor un. (R\$)	Valor total (R\$)
1	55949 - ABACAXI PEROLA - DE 1ª QUALIDADE, TAMANHO GRANDE, COR E FORMAÇÃO UNIFORME, COM POLPA INTACTA E FIRME, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM CAIXA APROPRIADA	UN	60	4,59	275,40
2	55950 - ABOBRINHA - TAMANHO REGULAR DE 1ª QUALIDADE S/CORTES PRODUTOS FRESCOS E COM GRAU DE MATURAÇÃO INTERMEDIÁRIA, DEVERÁ APRESENTAR ODOR AGRADÁVEL, CONSISTÊNCIA FIRME, 1ª QUALIDADE, SEM LESÕES DE ORIGEM, SEM RACHADURAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS.	KG	120	2,50	300,00
3	55948 - ACELGA IN NATURA, ESPÉCIE COMUM	UN	60	3,50	210,00
4	55951 - ALFACE IN NATURA, ESPÉCIE CRESPA	UN	150	1,35	202,50
5	63905 - Alho, aspecto físico em cabeça, tipo branco.	KG	10	18,83	188,30
6	56001 - Banana caturra tamanho médio em processo de amadurecimento	KG	350	1,99	696,50
7	55953 - BATATA DOCE-TAMANHO REGULAR DE 1ª QUALIDADE ROXA DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM RAMA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, FRESCA COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM RACHADURAS E CORTES, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIOS E TRANSPORTE.	KG	200	1,99	398,00
8	55642 - Batata inglesa, boa qualidade, tamanho médio, casca lisa	KG	400	1,69	676,00
9	55954 - BETERRABA DE TAMANHO REGULAR DE 1ª QUALIDADE DE ÓTIMA QUALIDADE, FRESCA, COMPACTA E FIRME, ISENTA DE SUJIDADES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER VEM DESENVOLVIDA.	KG	200	1,99	398,00
10	55956 - BRÓCOLIS IN NATURA APRESENTAÇÃO PÉ	UN	80	2,87	229,60
11	55957 - CABUTIÁ TAMANHO REGULAR DE 1ª QUALIDADE S/CORTES PRODUTOS FRESCOS E COM GRAU DE MATURAÇÃO INTERMEDIÁRIA, DEVERÁ APRESENTAR ODOR AGRADÁVEL, CONSISTÊNCIA FIRME, 1ª QUALIDADE, SEM LESÕES DE ORIGEM, SEM RACHADURAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS.	UN	60	1,99	119,40
12	63906 - Cebola em cabeça branca de primeira qualidade tamanho médio.	KG	100	1,99	199,00
13	55958 - CENOURA, LEGUME IN NATURA, ESPÉCIE COMUM	KG	200	1,99	398,00
14	63908 - Couve flor, in natura, espécie comum, aplicação alimentação humana	UND	150	3,02	453,00
15	55960 - COUVE IN NATURA, ESPÉCIE COMUM/MANTEIGA, APRESENTAÇÃO EM MAÇO	UN	150	2,50	375,00
16	63909 - Laranja pêra, cor alaranjada odor agradável e doce	KG	200	1,99	398,00
17	63910 - Tempero Verde maço, tipo cebolinha e salsinha	UND	200	1,99	398,00
18	63911 - Tomate vermelho bem formado lisos livre de defeito	KG	200	1,99	398,00

19	55973 - RÚCULA IN NATURA, ESPÉCIE COMUM, APRESENTAÇÃO MAÇO	UN	200	2,30	460,00
21	55968 - PÊRA FRUTA IN NATURA, ESPÉCIE NACIONAL	KG	200	5,89	1.178,00
23	63912 - Ovos de galinha tipo 02 vermelhos grandes, fresco, casca livre de rachaduras e sujeiras	DZ	300	4,99	1.497,00
24	55963 - MELANCIA IN NATURA COM COR E FORMAÇÃO UNIFORME, POLPA INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE.	KG	150	1,49	223,50
25	63913 - Morango tamanho regular de 1ª qualidade s/cortes, sem lesões produtos frescos e com grau de maturação intermediária, deverá apresentar odor agradável, consistência firme. Embalagem bandeja	UND	150	3,90	585,00
26	55965 - MORGOTA IN NATURA, ESPÉCIE PONKAN	KG	200	3,50	700,00
27	63914 - Mamão formosa tamanho regular em processo de amadurecimento e livre de defeitos.	UND	200	3,49	698,00
28	55962 - MANDIOCA SEM CORTES DE 1ª QUALIDADE, TUBÉRCULO DEVE TER O ASPECTO ALONGADO, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, COM COZIMENTO GARANTIDO, COMPACTO E FIRME, ISENTA DE MATERIAL TERROSO, PARASITAS, MOFOS E SEM PARTES ARROXeadas SEM FOLHAS E TALOS.	KG	200	3,49	698,00
29	55727 - Maçã Fuji tamanho médio, casca íntegra, sem amassados	KG	200	4,98	996,00
30	55952 - BACON DEFUMADO, INGREDIENTES CARNE SUÍNA COM GORDURA, APRESENTAÇÃO MANTA RESFRIADO, EMBALADO À VÁCUO, EMBALAGEM COM 500G	UN	60	9,98	598,80
31	55900 - BANHA DE PORCO, EMBALAGEM COM 1 KG	UN	60	6,30	378,00
32	55923 - CARNE BOVINA IN NATURA TIPO COXÃO MOLE, CORTADA EM BIFES EM EMBALAGENS DE 1 KG CARNE BOVINA IN NATURA TIPO COXÃO MOLE, CORTADA EM BIFES EM EMBALAGENS DE 1 KG	KG	250	20,00	5.000,00
33	55904 - CARNE BOVINA TIPO IN NATURA FILÉ AGULHA (ACÉM)	KG	250	12,00	3.000,00
34	63915 - Carne de frango, tipo empanado 100g temperado cozido congelado a menos 12º	UND	250	1,20	300,00
35	55791 - CARNE DE PORCO COM OSSO - TIPO PALETA	KG	250	7,50	1.875,00
36	55889 - CARNE MOIDA BOVINA DE 2º IN NATURA MOIDA NA HORA	KG	140	15,50	2.170,00
37	63916 - Frango inteiro congelado em kg Frango inteiro congelado em kg	KG	150	6,00	900,00
38	63917 - Frango tipo coxa e sobrecoxa, sem carcaça, sem tempero, congelada	KG	300	4,99	1.497,00
39	55819 - MORTADELA DEFUMADA DE CARNE MECANIZADA SEPARADA DE AVES E SUÍNOS, EMBALAGEM 01 KG SEM CUBOS DE GORDURA.	UN	150	6,00	900,00
42	55967 - PEIXE IN NATURA, ESPÉCIE TILÁPIA, APRESENTAÇÃO FILÉ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONGELADO SEM ESPINHOS	KG	120	22,00	2.640,00
44	63918 - Queijo, ingredientes: sal, leite e condimentos, conservação 0 a 15, tipo colonial, prazo validade 30 dias	KG	100	20,00	2.000,00
45	55890 - SALSICHA A GRANEL ORIGEM CARNE DE FRANGO, BOVINA E SUINA TIPO TRADICIONAL INGREDIENTES PROTEÍNA DE SOJA AMIDO SAL CONDIMENTOS NATURAIS RESFRIADA	KG	200	6,89	1.378,00
46	55961 - CREME DE LEITE, INGREDIENTES GORDURA LÁCTEA - MÍNIMO 35, APRESENTAÇÃO POTE PLÁSTICO COM 300G	UN	150	4,20	630,00
47	34606 - LEITE UHT INTEGRAL LONGA VIDA - EMBALAGEM TETRA PAK. Leite UHT integral longa vida ? embalagem tetra pak, prazo de validade até 6 meses, deverá constar o registro no Ministério da Agricultura e apresentar laudo bromatológico- Data de fabricação máximo 30 dias - caixa com 12 unidades de 1 litro cada	CX	250	28,08	7.020,00
49	37666 - ACUCAR REFINADO BRANCO AÇÚCAR REFINADO BRANCO, PACOTE DE 5KG	PCT	200	12,49	2.498,00
51	55129 - ARROZ TIPO 1, PACOTE COM 05 QUILOS	PCT	200	10,98	2.196,00
57	55909 - FARINHA DE MANDIOCA TORRADA EMBALAGEM COM 1 KILO	PCT	30	3,35	100,50
59	5957 - FARINHA DE MILHO TIPO 1-FUBÁ- PACOTE COM 01 KG	KG	100	1,40	140,00
61	55911 - FEIJÃO TIPO 1, PRETO, SAFRA 2012 MAQUINADO, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO DE 1 KG	UN	400	3,50	1.400,00
65	55383 - MAIONESE SEM GORDURA TRANS SEM GLUTEN POTE COM 500 GRAMAS	UN	100	2,65	265,00
66	55914 - MARGARINA LIVRE DE GLÚTEN EMBALAGEM COM 500 GRAMAS	UN	150	1,80	270,00
67	63922 - Mel de abelha puro, embalagem 500 gr	UND	40	11,49	459,60
72	55917 - PREPARO SÓLIDO PARA REFRESCO, ADOÇADO, VÁRIOS SABORES, PACOTE COM 35 GR	UN	400	0,54	216,00
73	55799 - QUIRERA PACOTE DE 01 KG	UN	80	1,40	112,00
74	55715 - EXTRATO DE TOMATE 340 Gr Extrato de tomate Latas de 340 gramas, 1ª Qualidade. Produto resultante da concentração da polpa de tomates maduros, sem pele, sem semente, por processo tecnológico adequado. O Extrato de Tomate deverá ser preparado com frutos maduros, escolhidos, são, sem pele e sementes. Será tolerada a adição de 1% de açúcar e de 5% de cloreto de sódio. Ingredientes: tomates selecionados, açúcar e sal.	UN	200	1,99	398,00
75	63923 - Milho verde Milho verde em conserva; simples; grãos inteiros; imerso em líquido; tamanho e coloração uniformes; acondicionado em lata com peso líquido 200g, com validade mínima de 16 meses a contar da data de entrega; e suas condições deverão estar de acordo com a nta -31 (decreto 12.486 de 20/10/79).	UND	200	1,49	298,00

77	55896 - BEBIDA LÁCTEA LEITE FERMENTADO, PREPARADO DE FRUTAS E CEREAIS (ÁGUA, XAROPE DE AÇÚCAR, POLPA DE FRUTAS, SORO DE LEITE EM PÓ, AROMATIZANTES, ACIDULANTE ÁCIDO CÍTRICO, CORANTES NATURAIS E CONSERVADOR SORBATO DE POTÁSSIO), XAROPE DE AÇÚCAR E FERMENTOS LÁCTEOS, EMBALAGEM 900ML	LT	200	3,49	698,00
80	55897 - SUCO CONCENTRADO NATURAL, SABORES VARIADOS, INDUSTRIALIZADO, COM ALTO TEOR DE POLPA DE FRUTAS, 100% NATURAL, ISENTO DE CORANTES, CONSERVANTES E ACIDULANTES, EMBALAGEM ATÓXICA, 1 LITRO, PARA DILUIÇÃO EM ÁGUA	UN	360	5,98	2.152,80
81	55975 - TRIGO PARA QUIBE, EMBALAGEM 500 GR	UN	36	2,99	107,64
84	56026 - Fermento biológico seco instantâneo com levadura natural (Saccharomyces cerevisiae), agente de reidratação (monoestearato de sorbitana) com 125gr	UN	40	3,98	159,20
88	37722 - FÓSFORO, MAÇO COM 10 CAIXINHAS CADA	MAÇO	30	1,40	42,00
92	58321 - ABSORVENTE HIGIÊNICO COM ABAS PACOTE COM 8 UNIDADES	UN	30	3,49	104,70
106	56281 - INSETICIDA CONTRA INSETOS, APRESENTAÇÃO LATA 500 ML	UN	36	9,00	324,00
115	55854 - PAPEL HIGIENICO EXTRA MACIO, PICOTADO FOLHA DUPLA 4 ROLOS COM 60 METROS	PCT	600	2,98	1.788,00
116	63939 - Pedra sanitária germicida e bactericida desodor	UND	400	0,79	316,00
122	56271 - SHAMPOO AROMA AGRADÁVEL 500ML	UN	150	6,89	1.033,50
124	56285 - VELAS DE PARAFINA, 15 X 1,5, 200 GR, APRESENTAÇÃO MAÇO COM 8 UNID	UN	50	2,49	124,50
TOTAL 58.838,44					

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 02/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 – FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 02/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 – FMAS. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA DESTINADOS À CASA LAR E CASA DE PASSAGEM DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR. CONTRATADA: CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.556.616/0001-37, com sede na cidade de Coronel Freitas, SC. O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contados da assinatura da presente ata.

ITENS: 52, 53, 54, 93, 96, 100, 111, 119 e 121.

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
52	55955 - BISCOITO DOCE SORTIDO AMANTEIGADOS COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDO COM FERRO E ACIDO FÓLICO GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, 400G	PCT	200	2,77	554,00
53	55901 - BOLACHA SALGADA CREAM CRAKER, EMBALAGEM COM DUPLA PROTEÇÃO, APRESENTAÇÃO QUADRADO, SEM RECHEIO, PACOTE COM 800G	PCT	250	5,25	1.312,50
54	55903 - CAFÉ TORRADO E MOÍDO TRADICIONAL, TIPO EXPORTAÇÃO, EMPACOTADO À VÁCUO, EXTRA FORTE, SEM GLÚTEN, FABRICAÇÃO NO MÁXIMO 30 DIAS, EMBALAGEM COM 500 GR	UN	800	7,50	6.000,00
93	55737 - ÁGUA SANITÁRIA, CLORO ATIVO COM ALVEJANTE, DESINFETANTE E BACTERICIDA, EMBALAGEM DE 1 LITRO	UN	350	1,65	577,50
96	63932 - Amaciante de roupa, aspecto físico líquido viscoso, composição tensoativo não iônico, coadjuvante, alcalinizante, aplicação amaciante artigos têxteis, líquido concentrado, solúvel em água, base neutra, com 2 litros	UND	300	2,95	885,00
100	63934 - Desinfetante liquido para uso geral, com ação bactericida e germicida, embalagem 2 litros	UND	350	3,10	1.085,00
111	56244 - LIMPA VIDROS, FRASCO DE 500ML	UN	100	1,90	190,00
119	56255 - SABÃO EM PÓ COM BRANQUEADOR ÓPTICO, TENSOATIVOS ANIÔNICOS, TAMPONANTES COADJUVANTES, SINERGISTA CORANTES, FRAGRÂNCIA, ÁGUA, EMBALADO EM CAIXA DE PAPELÃO 1 KG	UN	500	2,85	1.425,00
121	2223 - SAPONÁCEO EM PÓ COM AMONÍACO, TUBO COM 300 GRAMAS. COMPOSIÇÃO: SODA CÁUSTICA, ÉTER, SULFATO DE SÓDIO, HIPODORITO	UN	96	1,40	134,40
TOTAL 12.163,40					

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 02/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 – FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 02/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 – FMAS. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA DESTINADOS À CASA LAR E CASA DE PASSAGEM DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR. CONTRATADA: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.814.016/0001-87, com sede na cidade de Chapecó, SC. O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contados da assinatura da presente ata.

ITENS: 50, 56, 58, 62, 64, 68, 69, 76, 83, 91, 103, 113, 118, 120, 126, 127.

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
50	63920 - Amido de milho embalagem com 1 Kg Amido de milho embalagem com 1 Kg	UND	35	3,49	122,15
56	63921 - Doce de frutas cremoso sem glúten com polpa de frutas, data de fabricação no Máximo de 30 dias, embalagem com 01kg	UND	100	5,60	560,00
58	55794 - FARINHA DE MILHO (TIPO BIJU) COM 01 KG	PCT	45	3,65	164,25
62	6080 - FERMENTO EM PÓ, LATA PEQUENA FERMENTO EM PÓ QUIMICO COM 250 GR	L	36	4,11	147,96
64	55913 - MACARRÃO TIPO TALHARIM COM OVOS, EMBALAGEM COM 1 KILO	UN	350	5,65	1.977,50
68	55878 - MILHO PARA PIPOCA TIPO 01 PACOTE COM 500G	UN	150	2,07	310,50
69	55768 - Óleo de soja embalagem c/ 900 ml	UN	350	3,59	1.256,50
76	63924 - Ervilha verde em conserva; simples; inteira; imersa em líquido; tamanho e coloração uniformes; acondicionada em lata com 200g; validade mínima de 16 meses a contar da data de entrega; sendo considerado como peso líquido o produto drenado; e suas condições deverão estar de acordo com a nta -31 (decreto 12.486 de 20/10/78).	UND	200	1,55	310,00
83	56210 - Filtro para café nº 103, caixa com 40 unidades	UN	150	2,45	367,50
91	63930 - Saco de lixo reforçado, preto 10 micra, tamanho 63X80 capacidade 50 litros reforçada pacote com 10 unid.	UND	450	1,35	607,50
103	59485 - DETERGENTE LIQUIDO COM 500ML, COMPOSIÇÃO: LINEAR ALQUILBENZENO SULFONADO, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, TRIETANOLAMINA, DIETANOLAMIDA DE ÁCIDO GRAXO DE COCO, LAURIL ÉTER SULFATO DE SÓDIO, SAL INORGÂNICO, DECILPOLI-GLUCOSÍDEO (C10-C16), ALQUIL AMIDO PROPIL BETAÍNA, 5-CLORO-2METIL ISOTHIAZOLIN-3-ONE, 2-METIL-4-ISOTHIAZOLIN-3-ONE, CORANTE AZUL ACIDO 90, CORANTE AMARELO ALIMENTO 4, FRAGÂNCIA E ÁGUA.	UN	400	1,17	468,00
113	56248 - ODORIZADOR DE AMBIENTE, ERVA DOCE, CAPIM LIMÃO, CITRUS EMBALAGEM DE 400 ML	UN	100	7,45	745,00
118	63940 - Sabão em barra com 400g Sabão em barra com 400g	UND	100	1,25	125,00
120	56256 - SABONETE EM BARRA C/ 90 G	UN	300	0,95	285,00
126	56291 - Cera em pasta cor amarela, lata com 400 gr	UN	10	8,45	84,50
127	56292 - Palha de aço para assoalho, embalagem com 25 gr	UN	40	0,80	32,00
TOTAL 7.563,36					

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 02/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 – FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 02/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 – FMAS. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA DESTINADOS À CASA LAR E CASA DE PASSAGEM DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR. CONTRATADA: TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.930.192/0001-84, com sede na cidade de Videira, SC. O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contados da assinatura da presente ata.

ITENS: 20, 22, 40, 41, 43, 78, 98, 101, 102, 107.

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
20	55972 - REPOLHO VERDE DE BOA QUALIDADE TAMANHO MÉDIO IN NATURA, ESPÉCIE COMUM	UN	100	2,06	206,00
22	55969 - PIMENTÃO LEGUME IN NATURA, ESPÉCIE VERDE	KG	80	3,80	304,00
40	55916 - OSSOBUCO, MÚSCULO DE GADO COM OSSO	KG	150	11,65	1.747,50
41	55966 - PEITO DE FRANGO, CARNE IN NATURA, ORIGEM AVÍCOLA, APRESENTAÇÃO SEM TEMPERO, SEM OSSO, CONGELADO.	KG	300	7,30	2.190,00
43	55970 - PRESUNTO COZIDO SEM CAPARA DE GORDURA, INGREDIENTES CARNE SUÍNA, EMBALAGEM COM 200G	KG	120	8,20	984,00
78	55971 - REFRIGERANTE, ÁGUA GASOSA, XAROPE, LARANJA, LIMÃO, COLA, EMBALAGEM PET 2 LT	UN	250	3,10	775,00
98	56277 - BARBEADOR DESCARTÁVEL 2 LÂMINAS, EMBALAGEM COM 2 UNIDADES	UN	200	2,25	450,00
101	56278 - DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE, AEROSSOL, SEM ÁLCOOL, EMBALAGEM 100 GR, FEMININO	UN	50	12,00	600,00
102	56279 - DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE, AEROSSOL, SEM ÁLCOOL, EMBALAGEM 100 GR, MASCULINO	UN	100	12,00	1.200,00
107	56282 - INSETICIDA CONTRA PULGAS EM PÓ, EMBALAGEM LATA 50 GR	UN	20	8,50	170,00
TOTAL 8.626,50					

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017 – FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017 – FMAS. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS E KITS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. CONTRATADA: SUPERMERCADOS CEREAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83054924/0001-06, com sede na cidade de Caçador, SC. O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contados da assinatura da presente ata.

ITEM – LOTE 2

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
2	14	5990 - ACUCAR REFINADO 1KG	PCT	2.000	2,56	5.120,00
2	15	59349 - SABONETE 90 GRAMAS	UN	1.000	0,93	930,00
2	16	63960 - Arroz parboerizado tipo 1 01 kg	KG	2.000	2,10	4.200,00
2	17	59947 - FEIJAO PRETO - TIPO 1 - PCT. COM 01 KG	KG	1.000	3,40	3.400,00
2	18	5957 - FARINHA DE MILHO TIPO 1-FUBÁ- PACOTE COM 01 KG	KG	1.000	1,31	1.310,00
2	19	39702 - SAL REFINADO 1KG	GR	1.000	0,93	930,00
2	20	39690 - MACARRÃO MASSA SÊMOLA C/ OVOS TIPO TALHARIM PACOTE COM 1KG	KG	1.000	2,79	2.790,00
2	21	55444 - ÓLEO DE SOJA, 900 ML	LT	1.000	3,36	3.360,00
2	22	39704 - LEITE EM PÓ INTEGRAL 400GR	GR	1.000	8,39	8.390,00
2	23	39698 - CREME DENTAL C/ 90GR	UN	1.000	1,21	1.210,00
2	24	39699 - SABÃO EM PEDAÇO DE 400 GRAMAS	GR	1.000	1,07	1.070,00
2	25	39705 - CAFÉ EMBALADO A VÁCUO COM 250 GRAMAS	UN	1.000	3,78	3.780,00
2	26	39706 - BOLACHA DOCE SORTIDA COM 800 GR	GR	1.000	5,40	5.400,00
TOTAL						41.890,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017 – FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017 – FMAS. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS E KITS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. CONTRATADA: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.814.016/0001-87, com sede na cidade de Chapecó, SC. O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, contados da assinatura da presente ata.

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	1	39684 - AÇÚCAR REFINADO 5KG	PCT	1.500	12,46	18.690,00
1	2	55689 - FARINHA DE TRIGO ESPECIAL COM 5 KG	PCT	1.500	7,12	10.680,00
1	3	39686 - ARROZ PARBOERIZADO TIPO 1 5KG	PCT	1.500	11,13	16.695,00
1	4	59947 - FEIJAO PRETO - TIPO 1 - PCT. COM 01 KG	KG	1.500	3,56	5.340,00
1	5	55650 - FARINHA DE MILHO - FUBA C/ 1 KG	UN	1.500	1,78	2.670,00
1	6	55638 - SAL REFINADO IODADO 01 KG	UN	1.500	0,89	1.335,00
1	7	39690 - MACARRÃO MASSA SÊMOLA C/ OVOS TIPO TALHARIM PACOTE COM 1KG	KG	3.000	3,12	9.360,00
1	8	39691 - ÓLEO DE SOJA 900 ML	UN	1.500	3,65	5.475,00
1	9	39692 - LEITE EM PÓ INTEGRAL, SEM GLÚTEN E SEM ADIÇÃO DE AÇUCAR 800 GR	GR	1.500	15,13	22.695,00
1	10	59348 - CREME DENTAL 90 GR CREME DENTAL 90 GR.	UN	1.500	1,34	2.010,00
1	11	56221 - Sabão em barra com 400 gr	UN	1.500	1,25	1.875,00
1	12	55868 - CAFÉ TORRADO E MOÍDO 500G, TIPO EXPORTAÇÃO, EMPACOTADO A VÁCUO, EXTRA FORTE, SEM GLÚTEN, FABRICAÇÃO DE NO MAXIMO 30 DIAS	UN	1.500	7,12	10.680,00
1	13	39695 - BISCOITO DOCE SORTIDO COM FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, AROMATIZANTE SINTÉTICO IDÊNTICO AO NATURAL COM 800 GRAMAS.	UN	1.500	5,33	7.995,00
TOTAL						115.500,00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2017 – FMAS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2017 - INEXIGIBILIDADE Nº 01/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2017 – FMAS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2017 - INEXIGIBILIDADE Nº 01/2017. AQUISIÇÃO DE CRÉDITO PARA VALES-TRANSPORTES DESTINADO AOS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS CRAS E CREAS. CONTRATADA: AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.060.327/0001-86, com sede na Rua Capitulino de Moraes, nº 110, nesta cidade de Caçador/ SC. O preço total da aquisição é de R\$ 34.167,80 (trinta e quatro mil cento e sessenta e sete reais e oitenta centavos), inclusos taxas, impostos e outros encargos que vierem existir, sendo o preço unitário assim estabelecido. O presente contrato tem prazo de vigência a partir da data de assinatura até 31 de dezembro de 2017, podendo ser renovado ou prorrogado, conforme o art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 15/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2017 - DISPENSA Nº 09/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 15/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2017 - DISPENSA Nº 09/2017 - LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL COM 100m2 PARA FUNCIONAMENTO DO ARQUIVO DA PREFEITURA. CONTRATADO/LOCADOR: MITRA DIOCESANA DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.059.758/0001-22, com sede na Rua Mafra nº 235, bairro Bom Jesus, nesta cidade de Caçador, SC. O preço certo e ajustado entre as partes é de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais) para a totalidade do presente contrato, ou seja: - R\$1.200,00 (mil e duzentos reais) mensais pela locação do imóvel acima descrito.

Parágrafo Único - O valor mensal permanecerá fixo e irrevogável durante os 12 (doze) primeiros meses, após este período o valor, no caso de renovação contratual, poderá sofrer reajuste a cada 12 (doze) meses, quando será utilizado o índice IGP-M (FGV) acumulado do período ou outro índice que venha substituí-lo. O presente contrato tem prazo de 12 (doze) meses, com vigência a partir desta data e findando dia 20 de março de 2018, podendo ser renovado ou prorrogado, conforme o art. 57, II, da Lei 8.666/93.

DECRETO Nº 7.059

DECRETO Nº 7.059, de 17 de março de 2017.

Designa Gestor do Cadastro Único e Programa Bolsa Família e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Federal 10.836, de 09/01/2004, na Portaria GM/MDS nº 246, de 20/05/2005 e na Lei nº 3.331, de 23 de novembro de 2016, que Dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Caçador e dá outras providências,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor Público Municipal CARLOS ANTONIO ARRUDA WAGNER, Gestor do Cadastro Único e Programa Bolsa Família, conforme o previsto na Lei Federal nº 10.836, de 09/01/2004, Portaria GM/MDS nº 246, de 20/05/2005 e na Lei nº 3.331, de 23/11/2016, a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 6.964, de 02 de dezembro de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 7.062

DECRETO Nº 7.062, de 20 de março de 2017.

Substitui membros nomeados para compor o Conselho Municipal dos Direitos de Mulher - COMDIM.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros da entidade abaixo relacionada, nomeados pelo Decreto nº 6.527, de 02 de setembro de 2015 e suas alterações, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

3- Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Candice Valeida Goltz Mate
Suplente: Ana Paula Simioni

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de março de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 7.064

DECRETO Nº 7.064, de 22 de março de 2017.

Designa Gestora do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Municipal nº 3.214, de 31/03/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Servidora Pública Municipal LOELY BELLAVIER como Gestora do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA do Município de Caçador, a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 7.045, de 06 de março de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 7.065

DECRETO Nº 7.065, de 22 de março de 2017.

Substitui membros nomeados para compor o Conselho Municipal do Idoso - CMI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros da entidade abaixo relacionada, nomeados pelo Decreto nº 6.493, de 05 de agosto de 2015, para compor o Conselho Municipal do Idoso - CMI, na forma que segue:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

6 – INSS (Agência de Previdência Social em Caçador/SC)

Titular: Elaine Raquel Pasini Bulat

Suplente: Maria Cristina Moschetta

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de março de 2017.

Saulo Sperotto,
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 7.067

DECRETO Nº 7.067, de 23 de março de 2017.

Designa Comissão de Seleção para as parcerias no âmbito da Saúde e Segurança.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os Servidores Públicos Municipais ANA PAULA CARDOSO DE LIMA, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, matrícula nº 14064, FERNANDO ANTONIO SINHORIN, ocupante do cargo de Guarda Municipal, matrícula nº 8336 e VALQUIRIA GRANEMANN SOUZA PERAZZOLI, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, matrícula nº 11058, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Seleção de que trata o art. 2º, inciso X, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para as parcerias no âmbito da Saúde e Segurança.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de março de 2017.

Saulo Sperotto,
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 7.068

DECRETO Nº 7.068, de 23 de março de 2017.

Aprova unificação de áreas de terrenos urbanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de duas áreas de terrenos urbanos, objetos das matrículas nºs 18280 e 18281, do Registro de Imóveis desta Comarca, abaixo descritas, de propriedade de Lauvir Cenci, resultando em 01 (uma) área com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – terreno urbano com 322,80m² (trezentos e vinte e dois metros e oitenta decímetros quadrados), constituído pelo lote nº 184, da quadra "M", do Loteamento Dona Regina, situado na Avenida Comendador Selvino Caramori, iniciando a descrição deste perímetro no ponto P-01, de coordenadas N 7.036.814,341m e E 499.922,294m; deste, segue confrontando com Avenida Comendador Selvino Caramori, com azimute de 277°34'56" por uma distância de 4,80m, até o ponto P-03, deste segue com azimute de 298°17'35" por uma distância de 2,78m, até o ponto P-04, deste segue com azimute de 317°00'20" por uma distância de 2,34m, até o ponto P-05, deste segue com azimute de 340°21'45" por uma distância de 3,42m, até o ponto P-06, deste segue confrontando com a Rua Vitor Hugo Petry com azimute de 5°46'60" por uma distância de 5,71m, até o ponto P-07, deste segue com azimute de 8°16'16" por uma distância de 17,64m, até o ponto P-08, deste segue confrontando com a propriedade de Osvaldo Ribeiro da Silva, com azimute de 95°18'44" por uma distância de 12,00m, até o ponto P-03, deste segue confrontando com a propriedade de Lauvir Cenci, com azimute de 190°02'51" por uma distância de 29,37m, até o ponto P-02, onde teve início essa descrição e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 51° WGr, tendo com Datum Oficial SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculadas no plano de projeção UTM.

II – terreno urbano com 343,20m² (trezentos e quarenta e três metros e vinte decímetros quadrados), constituído pelo lote nº 185, da quadra "M", do Loteamento Dona Regina, situado na Avenida Comendador Selvino Caramori, iniciando a descrição deste perímetro no ponto P-01, de coordenadas N 7.036.812,739m e E 499.934,328m; deste, segue confrontando com Avenida Comendador Selvino Caramori, com azimute de 277°34'56" por uma distância de 12,14m, até o ponto P-02, deste segue confrontando com a propriedade de Lauvir Cenci, com azimute de 10°02'51" por uma distância de 29,37m, até o ponto P-03, deste segue confrontando com a propriedade de Osvaldo Ribeiro da Silva, com azimute de 95°18'44" por uma distância de 11,10m, até o ponto P-04, deste segue confrontando com a propriedade de Lauvir Cenci, com azimute de 187°59'42" por uma distância de 29,78m, até o ponto P-01, onde teve início essa descrição e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 51° WGr, tendo com Datum Oficial SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculadas no plano de projeção UTM.

Art. 2º As áreas acima descritas formam uma área total com 666,00m² (seiscentos e sessenta e seis metros quadrados), constituída pelos lotes nºs 184 e 185, da quadra "M", do Loteamento Dona Regina, nesta cidade de Caçador-SC, iniciando a descrição

deste perímetro no ponto P-01, de coordenadas N 7.036.812,739m e E 499.934,328m; deste, segue confrontando com Avenida Comendador Selvino Caramori, com azimute de 277°34'56" por uma distância de 16,94m, até o ponto P-02, deste segue com azimute de 298°17'35" por uma distância de 2,78m, até o ponto P-03, deste segue com azimute de 317°00'20" por uma distância de 2,34m, até o ponto P-04, deste segue com azimute de 340°33'53" por uma distância de 3,42m, até o ponto P-05, deste segue com azimute de 5°46'37" por uma distância de 5,71m, até o ponto P-06, confrontando com a Rua Vitor Hugo Petry com azimute de 8°16'16" por uma distância de 17,64m, até o ponto P-07, deste segue confrontando com a propriedade de Osvaldo Ribeiro da Silva, com azimute de 95°18'44" por uma distância de 23,10m, até o ponto P-08, deste segue confrontando com a propriedade de Lauvir Cenci, com azimute de 187°59'42" por uma distância de 29,78m, até o ponto P-01, onde teve início essa descrição e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 51° WGr, tendo com Datum Oficial SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculadas no plano de projeção UTM.

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes desta unificação.

Art. 4º O Registro da Unificação no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de março de 2017.
Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 054, DE 22 DE MARÇO DE 2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 054, de 22 de março de 2017.
Convoca aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos artigos 37 e 41, da Constituição Federal, combinado com o inciso II, do artigo 17, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto no inciso I, do artigo 15 e inciso VIII, do artigo 16, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONVOCA:

O cidadão classificado conforme Edital de Concurso Público nº 002/2015, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO, de acordo com o Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, de homologação da Listagem Final de Classificação do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Caçador, Fundação Municipal de Esportes, Fundação Municipal de Cultura e Fundação Municipal do Meio Ambiente, conforme sequência de classificação:

CARGO: EDUCADOR SOCIAL
CL.: WILLIAN JOSE GUZI

a) O cidadão deverá se apresentar junto ao Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Caçador no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Concurso Público;

b) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos;

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 22 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 055, DE 27 DE MARÇO DE 2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 055, de 27 de março de 2017.
Convoca aprovada em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos artigos 37 e 41, da Constituição Federal, combinado com o inciso II, do artigo 17, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o disposto no inciso I, do artigo 15 e inciso VIII, do artigo 16, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONVOCA:

A cidadã classificada conforme Edital de Concurso Público nº 002/2015, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO, de acordo com o Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, de homologação da Listagem Final de Classificação do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Caçador, Fundação Municipal de Esportes, Fundação Municipal de Cultura e Fundação Municipal do Meio Ambiente, conforme sequência de classificação:

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL
CL.: GIZELE MUNHOZ PIRES BATISTA

a) A cidadã deverá se apresentar junto ao Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Caçador no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Concurso Público;

b) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos;

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.743

PORTARIA Nº 27.743, de 24 de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 53, da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER PROGRESSÃO VERTICAL às Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, lotadas na Secretaria Municipal da Educação, em virtude da apresentação de Certificado de Curso de Graduação, especificando código, nome, cargo nível/referência atual e nível/referência da progressão:

Código	Nome	Cargo	Referência Atual	Referência Nova
10826	Aline de Matos Roessler	Secretária Escolar	1/B	3/A
1507	Ivonete Ruppel Mello	Secretária Escolar	1/C	3/A

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de fevereiro de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.746

PORTARIA Nº 27.746, de 24 de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no inciso I, do artigo 98, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal da Educação e ocupantes de cargos efetivos, licença para tratamento de saúde conforme atestado médico apresentado no período de 31 de janeiro de 2017 a 28 de fevereiro de 2017, especificando código, nome do Servidor, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Período
4082	Adriana Antunes de Oliveira	Servente da Educação	10 dias	03/02/2017 a 12/02/2017
280	Cláudio Granja	Professor de Ensino Fundamental II	30 dias	17/02/2017 a 18/03/2017
6944	Dilma Bueno de Oliveira Gomes	Professora da Educação	10 dias	13/02/2017 a 22/02/2017
3290	Elisabete Aparecida Marini Bortolini	Professora de Ensino Fundamental I	60 dias	07/02/2017 a 07/04/2017
9073	Elisabete Aparecida Marini Bortolini	Professora de Ensino Fundamental I	60 dias	07/02/2017 a 07/04/2017
7775	Luciane Catarina Carneiro	Professora da Educação Infantil	30 dias	03/02/2017 a 04/03/2017
1236	Lucianita Furlanetto	Professora de Ensino Fundamental I	15 dias	30/01/2017 a 13/02/2017
1318	Maria Geni Huçulak	Servente da Educação	30 dias	31/01/2017 a 01/03/2017
6967	Marilene Padilha Meireles da Silva	Professora de Ensino Fundamental I	30 dias	01/02/2017 a 02/03/2017
824	Marlene Baziuk	Professora de Ensino Fundamental I	180 dias	03/02/2017 a 01/08/2017
2465	Marilucy Wierzbicki	Secretário Escolar	180 dias	15/02/2017 a 13/08/2017
6961	Sandra Mara Moscheta da Silva	Professora de Ensino Fundamental I	15 dias	03/02/2017 a 17/03/2017
528	Shirley Schmitt	Professora de Ensino Fundamental I	180 dias	24/01/2017 a 22/07/2017
595	Silésia de Menezes Veiga	Professora de Ensino Fundamental II	30 dias	13/02/2017 a 14/03/2017
1019	Sirlei Carlin da Silva	Merendeira Escolar	15 dias	20/02/2017 a 06/03/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de fevereiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.753

PORTARIA Nº 27.753, de 24 de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados e/ou em exercício nas diversas Secretarias Municipais, o pagamento de serviço extraordinário – HORAS EXTRAS, prestado no período de 15/01/2017 a 14/02/2017 e 01/01/2017 a 31/01/2017 (Secretaria da Saúde), especificando código, nome, cargo e quantidade de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de Horas
1964	Adelar Geraldo Piran	Motorista de Caminhão	45h10min
14596	Adriana Bento Grobe	Enfermeiroa35h	24h00min
10788	Aires Roberta da Rosa	Enfermeira 35h	40h00min
10453	Alan Rocha Liegel	Operador de Estação Aeronáutica	35h00min
324	Aldair José de Lima	Operador de Máquinas	10h00min
1836	Aldecir Barp	Motorista de Caminhão	42h55min
14081	Alessandro Luis Ribeiro	Agente de Serviços e Obras Especiais	60h00min
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Motorista de Caminhão	39h50min
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	Técnico em Enfermagem	34h37min
2512	Altino Inacio Carneiro	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	60h00min
1453	Alvaro Santos de Castro	Motorista de Caminhão	60h00min
3382	Anderson José de Oliveira	Eletrecista	17h30min
14079	Andre Leonardo Mazzotti	Motorista	60h00min
14073	Andressa Quintino da Silva	Auxiliar de Enfermagem	30h00min
1384	Antonio Vanderlei Pires	Auxiliar de Serviços Gerais	25h00min
1794	Camilo Baseggio	Motorista de Caminhão	27h00min
10775	Candice Valeida Goltz	Enfermeiro 35h	03h52min
11809	Carlos Antonio Sotel	Mecânico	60h00min
11813	Cintia Aparecida Carvalho Araujo	Enfermeira ESF	09h23min
831	Clarice Abrão	Atendente de Enfermagem	28h00min
8413	Claudete Maria Bento Corrente	Enfemeira 35h	15h22min
929	Damião Quintino de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais	20h10min
576	Daniel Pires de Camargo	Agente de Serviços Agrícolas e Florestais	33h00min
775	Daniel Rodrigo de Freitas	Marceneiro	24h00min
14059	Daniela Susin	Técnico em Enfermagem	16h00min
14089	Daniele Cristiane Ferreira Leites	Educadora Social	25h00min
364	Delma Leticia Dri Ficagna	Auxiliar de Enfermagem	24h02min
1240	Dirceu Ferreira da Luz	Auxiliar de Serviços Gerais	14h00min
12794	Doraci de Jesus Soares	Auxiliar de Enfermagem	34h18min
2027	Edezio Recalcatti	Motorista Caminhão	60h00min
14108	Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navroski	Auxiliar de Enfermagem	40h00min
7744	Elizandra Diedrich	Técnico em Enfermagem	18h38min
8612	Elizeni Batista Amaral	Auxiliar de Serviços Gerais	24h00min
103	Eltes Francisco Sinhorin	Motorista Gabinete	60h00min
3745	Erenilda Americano	Recepcionista	54h22min
1452	Evaldo Maurilio	Auxiliar de Serviços Gerais	60h00min
14505	Eveline Molin Gheller	Educadora Social	35h00min
2504	Ezio Ferreira dos Santos	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	24h00min
14078	Fabiano Midginski	Motorista	59h22min
14086	Fábio Barbosa de Miranda	Educador Social	93h20min
4081	Fátima Rozana Gomes Damaceno	Auxiliar de Serviços Gerais	121h00min
14606	Francieli Martins Fruhauf	Enfermeira 35h	24h00min
1089	Francisco de Assis Machado	Operador de Máquinas Pesadas	35h00min
755	Gilmar Rodrigues Ribeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	03h30min
305	Ginesio Alves de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	10h00min
14077	Henrique Lenardt Junior	Motorista	52h00min
1026	Ilario Bachi	Agente Serviços Agrícolas e Florestais	08h00min
1517	Iria dos Prazeres de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais	54h00min
7742	Ivonete Zollner Lara	Técnico em Enfermagem	32h23min
14588	Janaina Cristina Salles da Silva	Auxiliar de Enfermagem	32h00min
10050	João Antonio dos Santos	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	06h00min
1347	Joao Maria Hornburg	Auxiliar de Serviços Gerais	60h00min
10823	Jocemara Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	35h00min

1311	Joel Monteiro	Agente Serviços Agrícolas e Florestais	55h38min
11890	Jorge Jair de Moura Borges	Enfermeiro ESF	17h18min
2501	José Adelir Soares	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	17h30min
970	José Gomes de Mattos	Motorista de Veículo Leve	60h00min
1444	José Scheffemacher Ribeiro	Guarda Patrimonial Municipal	12h00min
14691	Josiane Lopes Pasquali	Auxiliar de Enfermagem	29h00min
674	Joventino Rodrigues dos Passos	Agente de Serviços e Obras Públicas	24h00min
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	Técnico em Enfermagem	21h58min
1146	Julio Cesar Moschetta da Silva	Técnico Agrícola	60h00min
932	Juracema Teodoro	Auxiliar de Serviços Gerais	35h05min
14115	Lais Suellen Nascimento dos Santos	Educadora Social	105h40min
7981	Laurita Aparecida Faustino Aimi	Técnico em Enfermagem	40h00min
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	Auxiliar em Saúde Bucal	20h30min
11032	Luiz Antonio Wanciw	Auxiliar de Enfermagem	40h00min
7824	Maicon Sgarbossa	Enfermeiro 35h	30h18min
581	Manoel Gonçalves Soares Neto	Operador de Máquinas	60h00min
7784	Mara Rubia Cordeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	75h33min
1214	Marcio Bassani	Motorista Caminhão	60h00min
624	Mardionice Helena Paris	Auxiliar de Secretário	60h00min
11140	Maria Aparecida Matos de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	40h00min
9385	Maria Eva Martins da Silva Soares	Auxiliar de Serviços Gerais	40h00min
9393	Maria Helena Moreira Magalhães	Auxiliar de Serviços Gerais	40h00min
11216	Maria Lourdes Khum Amancio	Auxiliar de Enfermagem	11h00min
10459	Marilena Tibes Kemp	Auxiliar em Saúde Bucal	11h00min
10129	Marli Aparecida de Lima Aziliero	Auxiliar de Serviços Gerais	77h00min
8331	Monica Michele Witiuk	Técnico em Saúde Bucal	65h25min
3436	Nery Daniel Vargas Cardoso	Agente de Serviços Agrícolas e Florestais	20h00min
546	Nery Oliveira Guerin	Motorista de Caminhão	20h00min
891	Nilton Antonio de Lima	Agente Serviços Agrícolas e Florestais	50h00min
11138	Noeli Gonçalves de Queiros	Auxiliar de Serviços Gerais	40h00min
2650	Odiney Leite	Motorista de Caminhão	59h07min
569	Oracides Pires de Camargo	Agente de Serviços Agrícolas e Florestais	63h00min
855	Osvaldir Costa Schaphauser	Motorista de Caminhão	35h00min
1993	Parcival Antonio Pinzigher	Motorista de Caminhão	60h00min
7674	Patricia Kirschner	Técnico em Saúde Bucal	40h00min
11886	Paula Francielly Zitkiewicz	Enfermeira ESF	12h08min
14080	Petras dos Santos	Motorista	60h00min
8479	Rejane Serafini	Enfermeir 35h	26h35min
14106	Rubens Jofre Goes	Agente de Serviços e Obras Especiais	50h00min
2628	Rui Mattana	Operador de Máquinas Pesadas	60h00min
110	Rutte Klava Silva	Auxiliar de Enfermagem	56h50min
9699	Salete Noll	Auxiliar de Serviços Gerais	40h00min
1720	Sandro José Neres da Rocha	Motorista de Caminhão	60h00min
7746	Santina Piacentini	Auxiliar Serviços Gerais	72h00min
3437	Sayonara Galina	Auxiliar de Enfermagem	26h08min
2648	Seleme Luiz Scolaro	Motorista de Caminhão	60h00min
135	Sueli Terezinha Bueno	Agente de Serviços e Obras Públicas	40h00min
10785	Vagner Gonçalves	Técnico em Enfermagem	40h00min
3416	Valcyr Nedival Vasconcelos	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	18h00min
749	Valdecir José Pereira da Silva	Motorista de Caminhão	33h20min
806	Valdir Alves	Agente de Serviços e Obras Públicas	09h57min
962	Valdir Antonio Teles de Oliveira	Operador de Máquinas	60h00min
627	Valdir Medeiros de Oliveira	Motorista de Caminhão	60h00min
609	Valsir Gribinski	Operador de Máquinas	09h40min
14612	Vanessa Petrykowski	Enfermeiro 35h	27h00min
1376	Veroni Salete Dalaqua	Auxiliar de Enfermagem	36h00min
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	Auxiliar de Enfermagem	40h00min
14107	Vilmar Antonio Antunes	Agente de Serviços e Obras Especiais	11h15min
2497	Vilmar Goes	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	42h00min
10484	Vinicius Alexandre Soares	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	22h00min
11814	Wania Aline Figura	Enfermeiro ESF	28h35min
10790	Willian Cardoso Ribeiro	Enfermeiro 35h	24h58min
14076	Willian Gualberto Werle	Motorista	60h00min
12588	Willian Schroder	Enfermeiro ESF	07h02min

3418	Zenita Aparecida Antunes de Moraes	Auxiliar de Serviços Gerais	40h00min
------	------------------------------------	-----------------------------	----------

Art. 2º CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados e/ou em exercício na Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, o pagamento de serviço extraordinário – HORAS EXTRAS, prestado no período de 15/01/2017 a 14/02/2017, especificando código, nome, cargo e quantidade de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de Horas
51	Adair Ferreira da Luz	Auxiliar Serviços Gerais	60h00min
122	Carlos Alberto Machado	Operador de Fábrica de Tubos	16h10min
128	Douglas de Lima	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	60h00min
104	Fernanda Alves	Auxiliar Serviços Gerais	18h00min
55	Gilberto Rodrigues Ribeiro	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	49h32min
126	Hemerson Bach Castilho	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	09h00min
102	Janini Terezinha Ribeiro	Auxiliar Serviços Gerais	24h00min
119	Jean Francisco Hahn	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	26h37min
117	Jeverson Alves Lisboa	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	16h30min
115	João Rodrigo de Souza	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	18h15min
124	Juliana Mantovani	Auxiliar Serviços Gerais	18h00min
111	Luan Fernando Varella	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	60h00min
57	Luiz Roberto de Souza	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	20h00min
123	Moacir Cardoso	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	10h00min
114	Monica Galvão Varella	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	60h00min
127	Neiva Teixeira da Rosa	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	60h00min
105	Queila Priscila Ribeiro	Auxiliar Serviços Gerais	18h00min
60	Rosely Aparecida Gribinski	Auxiliar Serviços Gerais	60h00min
61	Solange Vieira da Silva	Auxiliar Serviços Gerais	60h00min

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de fevereiro de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.754

PORTARIA nº 27.754, de 24 de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e mais o previsto no artigo 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados e/ou em exercício nas diversas Secretarias Municipais e órgãos da Administração Pública, o pagamento de ADICIONAL NOTURNO prestado no período de 15/01/2017 a 14/02/2017, e no período de 01/01/2017 a 31/01/2017 para os Servidores da Secretaria Municipal da Saúde, especificando código, nome do servidor, cargo e quantidade de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
1964	Adelar Geraldo Piran	Motorista de Caminhão	12h05min
10788	Aires Roberta da Rosa	Enfermeiro 35h	09h13min
1836	Aldecir Barp	Motorista de Caminhão	16h13min
7987	Alessandro Gonçalves	Agente Municipal de Segurança	144h00min
14081	Alessandro Luis Ribeiro	Agente de Serviços e Obras Especiais	07h03min
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Motorista de Caminhão	01h25min
1453	Álvaro Santos de Castro	Motorista de Caminhão	35h23min
14079	André Leonardo Mazzotti	Motorista	24h37min
831	Clarice Abrão	Atendente de Enfermagem	137h00min
10297	Cláudio Sônego	Agente Municipal de Segurança	144h00min
576	Daniel Pires de Camargo	Agente de Serviços Agrícolas e Florestais	144h00min
364	Delma Letícia Dri Ficagna	Auxiliar de Enfermagem	18h27min
12974	Doraci de Jesus Soares	Auxiliar de Enfermagem	15h23min
2027	Edézio Recalcatti	Motorista de Caminhão	72h05min
10292	Edgar Aimi	Agente Municipal de Segurança	144h00min
13493	Eduardo Barbosa Lopes	Médico 20h	20h00min
7991	Eduardo de Bittencourt	Agente Municipal de Segurança	144h00min
14108	Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navroski	Auxiliar de Enfermagem	02h18min

830	Eloir do Carmo Correia Antunes	Auxiliar de Enfermagem	01h43min
103	Eltes Francisco Sinhorin	Motorista Gabinete do Prefeito	23h30min
14505	Eveline Molin Gheller	Educadora Social	40h00min
14594	Evertton Zeni	Médico Plantonista	48h00min
14078	Fabiano Midginski	Motorista	28h30min
14086	Fábio Barbosa de Miranda	Educador Social	102h00min
4081	Fátima Rozana Gomes Damaceno	Auxiliar de Serviços Gerais	126h00min
1276	Geraldo Moraes da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	122h00min
14077	Henrique Lenardt Júnior	Motorista	28h03min
10949	Iseline Correia de Souza do Valle	Auxiliar de Enfermagem	53h23min
7742	Ivone Zöllner Lara	Técnico em Enfermagem	03h25min
1347	João Maria Hornburg	Auxiliar de Serviços Gerais	144h00min
11890	Jorge Jair de Moura Borges	Enfermeiro ESF	18h27min
970	José Gomes de Mattos	Motorista de Veículo Leve	24h35min
1444	Jose Scheffemacher Ribeiro	Guarda Patrimonial Municipal	144h00min
1457	José Vilmar Soares de Miranda	Guarda Patrimonial Municipal	144h00min
10831	Katia Possamai	Enfermeiro 35h	91h33min
14115	Laís Suellen Nascimento dos Santos	Educadora Social	106h00min
7981	Laurita Aparecida Faustino Aimi	Técnico em Enfermagem	01h15min
12590	Loraine Borghetti Rotta	Auxiliar de Enfermagem ESF	03h02min
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	Auxiliar em Saúde Bucal	09h13min
405	Luciano Coluzzi	Auxiliar de Serviços Gerais	04h30min
3384	Lucimeri Aparecida Vieira da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	240h00min
11032	Luiz Antonio Wanciwi	Auxiliar de Enfermagem	129h17min
7784	Mara Rubia Cordeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	46h07min
1214	Márcio Bassani	Motorista de Caminhão	25h38min
13465	Marilei Dallagnol	Assistente Administrativo	18h27min
10129	Marli Aparecida de Lima Aziliero	Auxiliar de Serviços Gerais	34h00min
14649	Matheus Lobato Farinon	Médico ESF	48h00min
12602	Maurício Bolduan	Agente Municipal de Segurança	36h00min
8331	Mônica Michele Witiuk	Técnico em Saúde Bucal	36h53min
2650	Odiney Leite	Motorista de Caminhão	29h22min
780	Oscar Ribeiro Gonçalves	Guarda Patrimonial Municipal	144h00min
7674	Patrícia Kirschner	Técnico em Saúde Bucal	18h27min
11886	Paula Francielli Zitzkievicz	Enfermeiro ESF	09h13min
14080	Petras dos Santos	Motorista	39h50min
14503	Rafael Stecca Martins	Médico Plantonista	48h00min
8479	Rejane Serafini	Enfermeiro 35h	119h13min
14129	Rodrigo Rocha da Silva	Médico Plantonista	56h00min
10102	Rosa Meri Coluzzi	Auxiliar de Serviços Gerais	08h53min
12603	Sandro Claudinei Kieski	Agente Municipal de Segurança e Trânsito	27h00min
1720	Sandro José Neres da Rocha	Motorista de Caminhão	51h53min
7746	Santina Piacentini	Auxiliar de Serviços Gerais	88h00min
10917	Sérgio Borges	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	114h00min
13769	Sullivan Francisco da Silva	Médico ESF	48h00min
14128	Thiago Muniz de Lima	Médico 40h	04h00min
10785	Vagner Gonçalves	Técnico em Enfermagem	129h00min
749	Valdecir José Pereira da Silva	Motorista Caminhão	16h07min
962	Valdir Antonio Teles de Oliveira	Operador de Máquinas	60h00min
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	Auxiliar de Enfermagem	45h22min
11814	Wania Aline Figura	Enfermeiro ESF	09h13min
10790	Wilian Cardoso Ribeiro	Enfermeiro 35h	09h13min
14076	Wilian Gualberto Werle	Motorista	35h33min
12588	Willian Schroder	Enfermeiro ESF	02h28min
14052	Youssef Elias Ammar	Médico Plantonista	56h00min

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de fevereiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.755

PORTARIA Nº 27.755, de 24 de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no inciso I, do artigo 3º, da Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados na Secretaria Municipal da Saúde, o pagamento da prestação de serviço sob o regime de SOBREAVISO realizado no mês de fevereiro de 2017 junto à Vigilância Sanitária e Epidemiológica, especificando código, nome dos Servidores, cargos e quantidade de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Nº Horas
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Motorista Caminhão	192h00min
10463	Alice Regina Sturmer Blank	Bioquímico	60h00min
3287	Andrea Rui Pistore	Tecnólogo em Alimentos	60h00min
14597	Elisa Regina Kruguer Possenti	Técnico em Enfermagem	191h00min
15	Giovani Ernandes Teles de Oliveira	Agente de Serviços Agrícolas e Florestais	192h00min
6301	Nilo Sérgio Luz Amorin	Engenheiro Civil	60h00min
7828	Pollyana Sibeli Gioppo	Farmacêutico	123h00min
10961	Renata Cristina da Silva Favarão	Assistente Administrativo	180h00min
1065	Waltraud Warken Zardo	Auxiliar de Enfermagem	232h00min

Art. 2º CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, em exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, o pagamento da prestação de serviço sob o regime de SOBREAVISO realizado no mês de fevereiro de 2017, especificando código, nome dos Servidores, cargos e quantidade de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Nº Horas
892	Cleony Lopes Barbosa Figur	Assistente Social	69h00min
7785	Elizete Farias	Assistente Social	159h00min
7670	Isolete Renon Farias	Assistente Social	115h00min
7848	Neiva Vieceli	Assistente Social	140h00min
14082	Rafael Nunes	Motorista	39h00min
14088	Rodrigo de Paula	Motorista	46h00min
14083	Tarcisio Roberto Cavalcante	Motorista	153h00min

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de fevereiro de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.756

PORTARIA Nº 27.756, de 24 de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores abaixo relacionados, em razão de faltas injustificadas no período de 01/12/2017 a 31/01/2017 na Secretaria de Saúde e de 15/01/2017 a 14/02/2017 nas demais Secretarias e órgãos Municipais, especificando código, nome, cargo, local de lotação ou exercício e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de lotação	Nº de Horas
1771	Aurélio Luiz Arrabar	Odontólogo	Saúde	04h00min
14033	Bruna Carolini Szymkuv	Agente Comunitária de Saúde	Saúde	20h20min
11937	Cybelli Aparecida Ribeiro dos Santos	Agente Comunitária de Saúde	Saúde	64h00min
11937	Dirce Teresinha Mantovani	Agente Comunitária de Saúde	Saúde	09h23min
14702	Douglas Zarur	Auxiliar de Farmácia	Saúde	06h00min
12021	Eliane Gouveia	Agente Comunitária de Saúde	Saúde	10h12min
769	Geni Aparecida dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	Saúde	50h07min
15	Giovani Ernandes Teles de Oliveira	Agente de Serviços Agrícolas e Florestais	Saúde	04h25min

14087	Jaisson Augusto Crus Martins	Operador de Estação Aeronáutica	Gabinete	17h50min
932	Juracema Teodoro	Auxiliar de Serviços Gerais	Saúde	10h38min
14591	Magali Bianchi Alcantara	Médica 20h	Saúde	08h00min
856	Paulo Cesar Jarschel	Atendente de Enfermagem	Saúde	14h15min
11869	Sandra de Fátima Ribeiro	Agente Comunitária de Saúde	Saúde	05h47min
11968	Silvana Aparecida Santana de Moraes	Agente Comunitária de Saúde	Saúde	16h00min
9197	Simone Aparecida Gonçalves Corrêa Machado	Auxiliar de Serviços Gerais	Saúde	48h35min

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de fevereiro de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.757

PORTARIA Nº 27.757, de 24 de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 113, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à Servidora Pública Municipal abaixo nominada, em exercício na Secretaria Municipal da Educação, licença por motivo de doença em pessoa da família conforme atestado médico apresentado, especificando código, nome, cargo, familiar, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome da Servidora	Cargo	Familiar	Total de dias	Período
8430	Maria Nedi Frederick	Servente	Mãe	100 dias	01/02/2017 a 11/05/2017

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de fevereiro de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.758

PORTARIA Nº 27.758, de 24 de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

CONSIDERANDO o resultado final de classificação do Edital Interno nº 002/2016 da Secretaria Municipal da Educação,

RESOLVE:

Art. 1º COLOCAR À DISPOSIÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE os Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, especificando código, nome, carga horária, escola de lotação, local e motivo da disposição, conforme segue:

Código	Nome	CH	Local de Lotação	Local da Disposição	Motivo da Disposição
1561	Eliane Cavalheiro	40	EMEB Henrique Júlio Berger	EMEB Henrique Júlio Berger	Vaga Transitória
3389	Eronildes Olienick Pinto	20	EMEB Ulysses Guimarães	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Transitória
2008	Ivone Dellai	40	EMEB Henrique Júlio Berger – 20h EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa – 20h	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Transitória
2408 4270	Jaqueline Scapinelli de Campos	40	EMEB Alto Bonito - 20h EMEB Walsin Nunes Garcia – 20h	EMEB Alto Bonito	Vaga Transitória
1477 6966	Jociane Regina Scapinelli Zardo	40	EMEB Padre José Chamot	EMEB Padre José Chamot -20h EMEB Walsin Nunes Garcia – 20h	Vaga Transitória
1136	Luiza Samira Flores Alves	40	EMEB Morada do Sol – 20h EMEB Tabajara – 20h	EMEB Henrique Júlio Berger	Vaga Transitória

10524	Olivia dos Santos Moreira	20	EMEB Henrique Júlio Berger	EMEB Esperança	Vaga Transitória
427	Rozangela de Bastiani	40	EMEB Irmão Venâncio José	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga Transitória
4589	Rozangela Preto Vivan	20	EMEB Henrique Júlio Berger	EMEB Alcides Tombini	Vaga Transitória

Art. 2º COLOCAR À DISPOSIÇÃO DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA os Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, especificando código, nome, carga horária, escola de lotação, local e motivo da disposição, conforme segue:

Código	Nome	CH	Local de Lotação	Local da Disposição	Motivo da Disposição
523	Adriana Valéria Ceciliato Azambuja	39	EMEB Pierina Santin Perret EMEB Alcides Tombini	EMEB Tabajara – 20H EMEB Santa Clara – 19h	Vaga Transitória
10538	Débora Jane Zarur	20	EMEB Padre José Chamot	EMEB Padre José Chamot	Vaga Transitória
677	Elay Elisiane Paloschi	20	EMEB Esperança	EMEB Alto Bonito (matutino)	Vaga Transitória
1202	Ieda Mara Fernandes	20	EMEB Ulysses Guimarães	EMEB Ulysses Guimarães (matutino) – 20h	Vaga Transitória
819 5700	Meriluci Trento	40	EMEB Henrique Júlio Berger	EMEB Henrique Júlio Berger	Vaga Transitória
457	Ricardo Azambuja	39	EMEB Pierina Santin Perret EMEB Padre José Chamot	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Transitória
6955	Scheila Balbinotto Anciutti	20	EMEB Hilda Granemann de Souza	Secretaria Municipal de Educação (Laboratório do NTM)	Vaga Transitória

Art. 3º As disposições previstas nos artigos anteriores produzirão efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2017 a 15 de dezembro de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de fevereiro de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.760

PORTARIA Nº 27.760, de 24 de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, em exercício na Secretaria Municipal da Saúde, o pagamento do SERVIÇO HORAS PLANTÕES realizado no mês de fevereiro de 2017 junto ao Pronto Atendimento Municipal, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº Horas
13493	Eduardo Barbosa Lopes	72h00min
14594	Everton Zeni	142h00min
14649	Matheus Lobato Farinon	190h00min
14503	Rafael Stecca Martins	93h00min
14129	Rodrigo Rocha da Silva	133h00min
13769	Sullivan Francisco da Silva	122h00min
14128	Thiago Muniz de Lima	102h00min
14052	Youssef Elias Ammar	226h00min

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de fevereiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.761

PORTARIA Nº 27.761, de 24 de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Ordinária nº 1.889, de 22/04/2003 e Lei Ordinária nº 1.932, de 02/07/2003, que dispõe sobre o pagamento de gratificação de produtividade,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais gratificação por produtividade referente ao período de 16/01/2017 a 15/02/2017, especificando código, nome, cargo, referência, secretaria de lotação e pontuação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Ref.	Sec.	Pontuação
13312	Ana Cláudia Serra Carpes Biela	Fiscal de Obras e Posturas	22	509	1.000
11775	Ariel Bleichuehl Dallazem	Fiscal de Obras e Posturas	22	IPPUC	1.000
12763	Gecione Correa Garcia	Fiscal Tributarista	37	023	1.000
3277	Gizele Aparecida Bonassa Mandelli	Fiscal de Obras e Posturas	22	023	1.000
12872	Gustavo Spuldaro Tanno	Fiscal Tributarista	37	002	1.000
13959	Juliana Sombrio	Fiscal de Obras e Posturas	22	IPPUC	1.000
13315	Louise Pereira Ruppel	Fiscal de Obras e Posturas	22	002	1.000
11776	Maicon Faccioni de Mello	Fiscal de Obras e Posturas	22	IPPUC	1.000
12577	Mara do Amaral e Silva	Fiscal de Obras e Posturas	22	023	1.000
801	Nedival Rodrigues Cruz	Fiscal de Obras e Posturas	22	023	1.000
154	Silvio José Ferrareze Godinho	Fiscal de Obras e Posturas	22	IPPUC	1.000

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de fevereiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 27.762

PORTARIA Nº 27.762, de 24 de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 63, da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º CESSAR os efeitos da Portaria nº 27.650, de 24 de janeiro de 2017, que designou o Servidor Público Municipal WAGNER SEVERGNINI, matrícula 14220, ocupante do cargo efetivo de Professor do Ensino Fundamental II, para exercer Função Gratificada de 70% sobre o valor base da Referência 1-A do Anexo III, conforme Anexo IV da Lei Complementar nº 286/2014, atuando na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de fevereiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 27.763

PORTARIA Nº 27.763, de 24 de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16 de dezembro de 2014, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos, disposições estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências, alterada pela Lei Complementar nº 312, de 22 fevereiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados para exercerem o Cargo de Confiança de Coordenador Geral na Secretaria Municipal da Educação, especificando: código, nome, cargo efetivo, escola atual de lotação e porcentagem de gratificação do acargo, conforme segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo	Escola de Lotação	Porcentagem de gratificação do cargo
14149	Ana Paula Spuldaro Peretto	Professora de Ensino Fundamental II	EMEB Hilda Granemann de Souza	70%
14220	Wagner Severgnini	Professor de Ensino Fundamental II	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa CMEI Sonho Encantado	70%

Art. 2º DESIGNAR os Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados para exercerem o Cargo de Confiança de Coordenador de Setor na Secretaria Municipal da Educação, especificando: código, nome, cargo efetivo, escola atual de lotação e porcentagem de gratificação do acargo, conforme segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo	Escola de Lotação	Porcentagem de gratificação do cargo
646	Aldo Marghotti	Professor de Ensino Fundamental I	EMEB Hilda Granemann de Souza	50%
804	Beatriz Aparecida Pereira	Professora de Ensino Fundamental II	EMEB Henrique Júlio Berger	50%
14863	Daniel Pereira Rafaelli Filho	Professor de Ensino Fundamental II	EMEB Hilda Granemann de Souza EMEB Morada do Sol EMEB Ulysses Guimarães	50%
8952	Helton Calisto	Professor de Ensino Fundamental II	EMEB Alcides Tombini EMEB Hilda Granemann de Souza EMEB Alto Bonito	50%
217	Hilda Aparecida Preveda	Professora de Ensino Fundamental I	EMEB Tabajara	50%
14225	Karla Mary Bechert	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Ulysses Guimarães	50%
5059	Márcia Alves de Oliveira Hahn	Secretária Escolar	EMEB Morada do Sol	50%
14166	Marluci Dalpiaz Blaskowski	Professora de Educação Infantil	EMEB Padre José Chamot	50%
522	Michelle de Souza Santos	Professora de Educação Infantil	EMEB Nossa Senhora da Salete CMEI Santa Clara	50%
5699	Sandra Elisa Muncinelli	Professora de Ensino Fundamental I	EMEB Tabajara	50%

Art. 3º DESIGNAR os Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados para exercerem o Cargo de Confiança de Assessor de Setor na Secretaria Municipal da Educação, especificando: código, nome, cargo efetivo, escola atual de lotação e porcentagem de gratificação do acargo, conforme segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo	Escola de Lotação	Porcentagem de gratificação do cargo
4275	Andrea Carla Comel	Professora de Educação Infantil	EMEB Esperança	40%
876	Bartira Elisa Tomazini	Secretária Escolar	EMEB Walsin Nunes Garcia	40%
800	Eliane Bortolini	Secretária Escolar	EMEB Alto Bonito	40%
10432	Graziela Wagner da Costa Bender	Auxiliar de Creche e Berçário	CMEI Pierina Adami	40%
275	Ilza Aparecida Rossetto Ribas	Professora de Ensino Fundamental I	EMEB Irmão Venâncio José	40%
10638	Luciana Maria da Costa	Auxiliar de Administração	Secretaria Municipal da Educação	30%
14216	Mauricio Luiz Somensi	Professor de Ensino Fundamental II	EMEB Vereda dos Trevos	40%
1129	Noeli Sandra Dallacosta	Professora de ensino Fundamental I	EMEB Alto Bonito	40%
283	Vilson Meireles da Silva	Professor de Ensino Fundamental II	EMEB Henrique Júlio Berger	40%
127	Zuleide Aparecida Picoli Ribeiro	Professora de Ensino Fundamental I	EMEB Irmão Venâncio José	40%

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de fevereiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.764

PORTARIA Nº 27.764, de 24 de fevereiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º EFETUAR o pagamento de serviço extraordinário – HORAS EXTRAS - aos Servidores Públicos Municipais abaixo nominados, especificando código, nome do Servidor, cargo, período aquisitivo, quantidade de horas extras e mês a ser efetuado o pagamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período aquisitivo	Nº de Horas	Mês de pagamento
8612	Elizeni Batista Amaral	Auxiliar de Serviços Gerais	15/12/2016 a 14/01/2017	36h	Fevereiro/2017
674	Joventino Rodrigues dos Passos	Agente de Serviços e Obras Públicas	15/12/2016 a 14/01/2017	48h	Fevereiro/2017
1376	Veroni Salete Dalaqua	Auxiliar de Enfermagem	01/12/2016 a 31/12/2016	40h	Fevereiro/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de fevereiro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.765

PORTARIA Nº 27.765, de 1º de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 113, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à Servidora Pública Municipal abaixo nominada, em exercício na Fundação Municipal do Meio Ambiente, licença por motivo de doença em pessoa da família conforme atestados médicos apresentados, especificando código, nome, cargo, familiar, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome da Servidora	Cargo	Familiar	Total de dias	Período
121	Cristiane Aparecida do Amaral Berbehk	Auxiliar de Serviços Gerais	Filho	12 dias	13/02/2017 a 24/02/2017

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 1º de março de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.766

PORTARIA Nº 27.766, de 1º de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nas Leis Complementares nº 56, de 20/12/2004; nº 163, de 24/02/2010 e nº 222, de 17/08/2011, e ainda no art. 60, inciso I, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados e/ou em exercício nas diversas Secretarias Municipais e ocupantes de cargos efetivos, licença para tratamento de saúde conforme atestado médico apresentado no período de 1º de fevereiro de 2017 a 28 de fevereiro de 2017, especificando código, nome dos servidores, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Período
620	Ana Lúcia Abdalla Ricardo	Psicóloga	15 dias	16/02/2017 a 02/03/2017
11207	Any Luiz Rodrigues de Lima	Auxiliar em Saúde Bucal	05 dias	06/02/2017 a 10/02/2017
9137	Eliana Aparecida Leveck	Auxiliar de Serviços Gerais	04 dias	19/02/2017 a 22/02/2017
14505	Eveline Molin Gheller	Educadora Social	10 dias	03/02/2017 a 12/02/2017
9484	Filomena Lazaris	Auxiliar de Serviços Gerais	15 dias	27/02/2017 a 13/03/2017
7742	Ivone Zolner Lara	Técnico em Enfermagem	15 dias	20/02/2017 a 06/03/2017
4418	Janete de Fátima Pereira	Recepcionista	05 dias	06/02/2017 a 10/02/2017
611	João de Oliveira Prestes	Mecânico	121 dias	20/02/2017 a 20/06/2017
405	Luciano Coluzzi	Auxiliar de Serviços Gerais	07 dias	02/02/2017 a 08/02/2017
9615	Marilene Lima Fagundes	Auxiliar de Serviços Gerais	172 dias	02/02/2017 a 23/07/2017
4999	Marisa Aparecida Goes	Auxiliar de Serviços Gerais	15 dias	15/02/2017 a 01/03/2017
3352	Marlei Kehler	Auxiliar de Enfermagem	178 dias	18/02/2017 a 14/08/2017
780	Oscar Ribeiro Gonçalves	Guarda Patrimonial Municipal	08 dias	11/02/2017 a 18/02/2017
123	Valdemar de Lima Ribeiro	Mecânico	15 dias	14/02/2017 a 28/02/2017
3265	Valdicleia Aparecida Ferreira	Psicóloga	15 dias	28/02/2017 a 14/03/2017

Art. 2º CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados e/ou em exercício nas diversas Secretarias Municipais e ocupantes de emprego público, licença para tratamento de saúde conforme atestado médico apresentado no período de 1º de fevereiro de 2017 a 28 de fevereiro de 2017, especificando código, nome dos servidores, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Período – A Contar de:
11932	Aline Cristiane Telles de Lima	Agente Comunitária de Saúde - ACS	33 dias	10/02/2017 a 14/03/2017
13524	Franciele Carline Zenaro	Enfermeira – ESF	03 dias	13/02/2017 a 15/02/2017
13524	Franciele Carline Zenaro	Enfermeira – ESF	01 dia	20/02/2017 a 20/02/2017
11946	Jucinei Pires do Prado	Agente Comunitária de Saúde - ACS	07 dias	03/02/2017 a 09/02/2017
11946	Jucinei Pires do Prado	Agente Comunitária de Saúde - ACS	03 dias	15/02/2017 a 17/02/2017
11946	Jucinei Pires do Prado	Agente Comunitária de Saúde - ACS	02 dias	23/02/2017 a 24/02/2017
11868	Miriam Olizete Almeida Fuks	Agente Comunitária de Saúde - ACS	15 dias	24/02/2017 a 10/03/2017
11861	Suzana Fernandes Garipuna	Agente Comunitária de Saúde - ACS	07 dias	07/02/2017 a 13/02/2017
11861	Suzana Fernandes Garipuna	Agente Comunitária de Saúde - ACS	01 dias	17/02/2017 a 17/02/2017

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 1º de março de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.767

PORTARIA Nº 27.767, de 1º de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na nos §1º, do artigo 29, na Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a necessidade da constituição de nova comissão para acompanhamento e avaliação dos estágios probatórios da Secretaria Municipal da Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Estágio Probatório dos Servidores da Secretaria Municipal da Educação nomeados em virtude de aprovação em concurso público realizado pelo município de Caçador/SC, especificando: código, nome do servidor avaliado, cargo, local de lotação e membros da comissão, conforme segue:

Código	Servidor Avaliado	Cargo	Local de lotação	Membros da Comissão
14143	Adenir dos Santos Camargo	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	Airton Carlos Leite Maria Antônia Fabiani Padilha Valmor Arl
14161	Adriana Antunes da Silva	Professor Educação Infantil	EMEB Hilda Granemann de Souza	Sandra Elisa Muncinelli Beatriz Aparecida Pereira Andréa Carla Comel
14170	Adriana Aparecida Zeni Bof	Professor Educação Infantil	EMEB Pierina Santin Perret	Gircela Antunes Juliana Velasques Ferreira Andréa Carla Comel
14177	Adrielli Lara de Amorim	Professor Educação Infantil	CMEI João Maria Fernandes	Francielle Marin Menzel Sandra Elisa Muncinelli Andréa Carla Comel
14215	Alexandra Balbinot	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Padre José Chamot	Beatriz Aparecida Pereira Antonio Getúlio Ribeiro dos Santos Marcos Adelmo dos Reis
14140	Aline Furlan	Auxiliar de Biblioteca	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	Fabiane Constantini Janete Aparecida Tarniowicz Sandra Elisa Muncinelli
14144	Aline Grasielle Gruchowski	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa; EMEB Morada do Sol	Fabiane Constantini Beatriz Aparecida Pereira Valmor Arl
14135	Ana Carla Klaus	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Hilda Granemann de Souza; EMEB Alto Bonito	Lucélia Aparecida Gonçalves Cordeiro Beatriz Aparecida Pereira Sandra Elisa Muncinelli
14181	Ana Cláudia Viero	Professor Educação Infantil	CMEI Dona Gladis Vargas Roesch	Francielle Marin Menzel Andréa Carla Comel Sandra Elisa Muncinelli
14188	Ana Maria Proença Negretti	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Henrique Júlio Berger	Rosana Aparecida Macedo Barzotto Rosane Fonseca Beatriz Aparecida Pereira
14149	Ana Paula Spuldaro Peretto	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Hilda Granemann de Souza	Sandra Elisa Muncinelli Beatriz Aparecida Pereira Andréa Carla Comel
14183	Andréia Teles Tesser	Professor de Educação Infantil	CMEI Dona Gladis Vargas Roesch	Francielle Marin Menzel Andréa Carla Comel Sandra Elisa Muncinelli
14163	Andreza de Oliveira Meireles da Silva	Professor Educação Infantil	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	Sandra Elisa Muncinelli Fabiane Constantini Andréa Carla Comel
14207	Arielly de Kássia Durli Fonseca	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Henrique Júlio Berger	Rosana Aparecida Macedo Barzotto Rosane Fonseca Janete Aparecida Tarniowicz

14138	Augusto Leonel Ribeiro	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	Fabiane Constantini Beatriz Aparecida Pereira Sandra Elisa Muncinelli
14185	Carla Capellari Nunes	Professor Educação Infantil	CMEI João Maria Fernandes	Sandra Elisa Muncinelli Francielle Marin Menzel Andréa Carla Comel
14157	Cici Josiane Bueno Nunes	Professor Educação Infantil	CMEI Santa Clara	Francielle Marin Menzel Andréa Carla Comel Sandra Elisa Muncinelli
14150	Cidinei Alves Moraes	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Alto Bonito; EMEB Morada do Sol; EMEB Hilda Granemann de Souza	Lucélia Aparecida Gonçalves Cordeiro Beatriz Aparecida Pereira Sandra Elisa Muncinelli
14195	Cláudia Aparecida Soares Bromer	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Henrique Júlio Berger	Rosana Aparecida Macedo Barzotto Rosane Fonseca Janete Aparecida Tarniowicz
14179	Clenir Aparecida Nurilles Rosário	Professor Educação Infantil	CMEI João Maria Fernandes	Sandra Elisa Muncinelli Francielle Marin Menzel Andréa Carla Comel
14518	Daiana Bibilio	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa; EMEB Hilda Granemann de Souza	Fabiane Constantini Valmor Arl Beatriz Aparecida Pereira
14165	Daniele Jociane Fortunato	Professor Educação Infantil	EMEB Morada do Sol	Agnese Aparecida Filipini Chaves Daniela da Silva Andréa Carla Comel
14213	Diego André Bridi	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Nossa Senhora da Salete	Sandra Elisa Muncinelli Beatriz Aparecida Pereira Andréa Carla Comel
14205	Diego Braz de Camargo	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Esperança	Clóris de Fátima Casagrande Rosane Fonseca Janete Aparecida Tarniowicz
14217	Edevan Pérego	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Padre José Chamot; EMEB Castelhana	Sandra Elisa Muncinelli Marcos Adelmo dos Reis Beatriz Aparecida Pereira
14155	Eduardo Langner Neri	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Alcides Tombini	Adriana Loss Beatriz Aparecida Pereira Sandra Elisa Muncinelli
14176	Eladir Maria Maciel	Professor Educação Infantil	CMEI João Maria Fernandes	Sandra Elisa Muncinelli Andréa Carla Comel Francielle Marin Menzel
14167	Eliana Aparecida Ramos Batista Padilha	Professor Educação Infantil	EMEB Padre José Chamot	Sandra Elisa Muncinelli Francielle Marin Menzel Andréa Carla Comel
14159	Elisamara Gaspar da Silva	Professor Educação Infantil	EMEB Esperança	Clóris de Fátima Casagrande Francielle Marin Menzel Andréa Carla Comel
14519	Elisângela Cristina Kviatkovski	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Ulysses Guimarães; EMEB Vereda dos Trevos	Beatriz Aparecida Pereira Márcia Pires de Camargo Sandra Elisa Muncinelli
14191	Eva Katlin Zarur	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Padre José Chamot	Andréa Carla Comel Beatriz Aparecida Pereira Sandra Elisa Muncinelli
14219	Eveline Semke Moraes	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Esperança	Clóris de Fátima Casagrande Beatriz Aparecida Pereira Sandra Elisa Muncinelli
14521	Evelyn Priscila Schulze Procópio	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Morada do Sol	Cleci Faganello Daniela da Silva Janete Aparecida Tarniowicz
14201	Fabiana Rodrigues Moschetta	Especialista em Assuntos Educacionais	CMEI Pierina Adami	Sandra Elisa Muncinelli Beatriz Aparecida Pereira Andréa Carla Comel
14204	Fauri José Carneiro	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Castelhana	Janete Aparecida Tarniowicz Sandra Elisa Muncinelli Fátima Hammes

14190	Fernanda Pollo	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Irmão Venâncio José	Maria Clarice Sarturi Beatriz Aparecida Pereira Sandra Elisa Muncinelli
14520	Gabriela Nava Ramos	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Ulysses Guimarães	Andréa Carla Cornel Beatriz Aparecida Pereira Sandra Elisa Muncinelli
14139	Heloísa Panisson Fagherazzi	Auxiliar de Biblioteca	EMEB Tabajara	Janete Aparecida Tarniowicz Cláudia Aparecida Maurílio Vanessa Coelho de Souza Maffessoni
14526	Iodete Aparecida Antunes Nunes Querino de Almeida	Professor Educação Infantil	EMEB Rodolfo Nickel	Andréa Carla Cornel Sandra Elisa Muncinelli Ilza Aparecida Rossetto Ribas
14147	Ione Maria Chiarello	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Alto Bonito	Lucélia Aparecida Gonçalves Cordeiro Beatriz Aparecida Pereira Sandra Elisa Muncinelli
14162	Janaína Girardi Inácio Santos	Professor Educação Infantil	EMEB Irmão Venâncio José	Andréa Carla Cornel Maria Clarice Sarturi Francielle Marin Menzel
14184	Jaqueline dos Santos Gonçalves Soares	Professor Educação Infantil	CMEI Dona Gladis Vargas Roesch	Francielle Marin Menzel Andréa Carla Cornel Sandra Elisa Muncinelli
14137	Jeana Zago	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Hilda Granemann de Souza	Lenira de Cácia Carneiro Ruppel Janete Aparecida Tarniowicz Sandra Elisa Muncinelli
14528	Jocilene Lúcia Coldebella Corrêa	Professor Educação Infantil	EMEB Ulysses Guimarães	Francielle Marin Menzel Andréa Carla Cornel Sandra Elisa Muncinelli
14211	Jorge Luiz Gonçalves	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Pierina Santin Perret	Rosane Fonseca Gircela Antunes Janete Aparecida Tarniowicz
14194	Josiane Carneiro	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Esperança	Clóris de Fátima Casagrande Beatriz Aparecida Pereira Sandra Elisa Muncinelli
14194	Josiane Pereira	Professor Educação Infantil	EMEB Pierina Santin Perret	Gircela Antunes Juliana Velasques Ferreira Andréa Carla Cornel
14173	Jucelaine Tosatti	Professor Educação Infantil	EMEB Ulysses Guimarães	Francielle Marin Menzel Sandra Elisa Muncinelli Andréa Carla Cornel
14180	Jucélia Aparecida Ferreira de Lima Palmeira	Professor Educação Infantil	CMEI João Maria Fernandes	Francielle Marin Menzel Andréa Carla Cornel Sandra Elisa Muncinelli
14193	Jucélia Aparecida Siqueira de Oliveira	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	Fabiane Constantini Beatriz Aparecida Pereira Sandra Elisa Muncinelli
14209	Juceliane Melek	Especialista Em Assuntos Educacionais	EMEB Hilda Granemann de Souza	Rosane Fonseca Vardelei Furlan Janete Aparecida Tarniowicz
14174	Juliana Gonçalves	Professor Educação Infantil	CMEI João Maria Fernandes	Francielle Marin Menzel Andréa Carla Cornel Sandra Elisa Muncinelli
14198	Juliana Tasca Olszewski	Especialista em Assuntos Educacionais	CMEI Santa Clara	Rosane Fonseca Janete Aparecida Tarniowicz Ilza Aparecida Rossetto Ribas
14224	Kamila de Andrade Mroz	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Ulysses Guimarães; EMEB Walsin Nunes Garcia	Beatriz Aparecida Pereira Ema Cristina D'Agostini Marcos Ronaldo Stein
14225	Karla Mary Bechert	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Ulysses Guimarães	Sandra Elisa Muncinelli Beatriz Aparecida Pereira Andréa Carla Cornel
14189	Lúgia Maria Weingartner Godoi	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Pierina Santin Perret	Gircela Antunes Beatriz Aparecida Pereira Sandra Elisa Muncinelli
14212	Liliane de Andrade	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Vereda dos Trevos	Márcia Pires Camargo Janete Aparecida Tarniowicz Sandra Elisa Muncinelli

14178	Lindomar Linhares de Camargo	Professor Educação Infantil	CMEI João Maria Fernandes	Francielle Marin Menzel Andréa Carla Comel Sandra Elisa Muncinelli
14206	Lisete Granemann	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Henrique Júlio Berger	Rosana Aparecida Macedo Barzotto Rosane Fonseca Janete Aparecida Tarniowicz
14168	Luana Rodakievis	Professor Educação Infantil	EMEB Alto Bonito	Andréa Carla Comel Francielle Marin Menzel Lucélia Aparecida Gonçalves Cordeiro
14175	Luciana das Graças Teles de Souza	Professor Educação Infantil	CMEI João Maria Fernandes	Francielle Marin Menzel Sandra Elisa Muncinelli Andréa Carla Comel
14182	Maila Debora Insberger	Professor Educação Infantil	CMEI Dona Gladis Vargas Roesch	Francielle Marin Menzel Sandra Elisa Muncinelli Andrea Carla Comel
14164	Maria Célia Badlhuk	Professor Educação Infantil	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	Sandra Elisa Muncinelli Fabiane Constantini Andréa Carla Comel
14148	Marianne Navroski	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	Fabiane Constantini Beatriz Aparecida Pereira Sandra Elisa Muncinelli
14187	Mariceli Adriane Krokosz	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Hilda Granemann de Souza	Lenira de Cácia Carneiro Ruppel Beatriz Aparecida Pereira Sandra Elisa Muncinelli
14158	Marines Granemann Spautz	Professor Educação Infantil	CMEI Santa Clara	Sandra Elisa Muncinelli Andréa Carla Comel Francielle Marin Menzel
14172	Marinez do Amaral	Professor Educação Infantil	EMEB Ulysses Guimarães	Andréa Carla Comel Sandra Elisa Muncinelli Francielle Marin Menzel
14223	Mário Luiz Cachinski Júnior	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Alto Bonito	Lucélia Aparecida Gonçalves Cordeiro Beatriz Aparecida Pereira Marcos Adelmo dos Reis
14166	Marluci Dalpias	Professor Educação Infantil	EMEB Padre José Chamot	Sandra Elisa Muncinelli Beatriz Aparecida Pereira Andréa Carla Comel
14186	Marta Aparecida Goes Cachinski	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Walsin Nunes Garcia; EMEB Nossa Senhora da Salete; CMEI Sonho Encantado	Andréa Carla Comel Ema Cristina D'Agostini Beatriz Aparecida Pereira
14216	Maurício Luiz Somensi	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Vereda dos Trevos	Sandra Elisa Muncinelli Beatriz Aparecida Pereira Andréa Carla Comel
14146	Mauro Rodrigues	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Ulysses Guimarães	Beatriz Aparecida Pereira Sandra Elisa Muncinelli Andréa Carla Comel
14214	Mauro Rogério dos Reis	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Nossa Senhora da Salete; EMEB Irmão Venâncio José	Maria Clarice Saruri Beatriz Aparecida Pereira Marcos Adelmo dos Reis
14202	Mayara Maria Ariotti	Especialista em Assuntos Educacionais	CMEI Dona Gladis Vargas Roesch	Janete Aparecida Tarniowicz Rosane Fonseca Sandra Elisa Muncinelli
14134	Maysa Aparecida Goronski	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Ulysses Guimarães; EMEB Hilda Granemann de Souza	Vardelei Furlan Beatriz Aparecida Pereira Sandra Elisa Muncinelli
14522	Micheli Castelani	Professor Educação Infantil	EMEB Hilda Granemann de Souza	Francielle Marin Menzel Andréa Carla Comel Sandra Elisa Muncinelli
14210	Michelli Cristina Pereira	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Nossa Senhora da Salete	Rosane Fonseca Sandra Elisa Muncinelli Janete Aparecida Tarniowicz
14203	Milene Santos Coelho de Souza	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Alcides Tombini	Adriana Loss Rosane Fonseca Janete Aparecida Tarniowicz
14222	Pâmela Cristina Fiorese Andrade	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Ulysses Guimarães	Sandra Elisa Muncinelli Beatriz Aparecida Pereira Andréa Carla Comel

14133	Patrícia Caroline Duarte	Auxiliar de Biblioteca	EMEB Alto Bonito	Lucélia Aparecida Gonçalves Cordeiro Janete Aparecida Tarniowicz Sandra Elisa Muncinelli
14523	Paula Cristina Santore	Professor Educação Infantil	CMEI Sonho Encantado	Francielle Marin Menzel Sandra Elisa Muncinelli Andréa Carla Comel
14196	Paulo Maurício Cavalheiro França	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Hilda Granemann de Souza	Rosane Fonseca Vardelei Furlan Janete Aparecida Tarniowicz
14197	Regeane Aparecida Machado do Prado	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Pierina Santin Perret	Rosane Fonseca Janete Aparecida Tarniowicz Gircela Antunes
14118	Regiane Meira	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Tabajara; EMEB Castelhanos	Cláudia Aparecida Maurílio Vanessa Coelho de Souza Maffessoni Beatriz Aparecida Pereira
14221	Ricardo Kinal	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	Fabiane Constantini Marcos Adelmo dos Reis Beatriz Aparecida Pereira
14218	Rodolfo Machado de Souza Segundo	Professor Ensino Fundamental II	CMEI Santa Clara	Marcos Adelmo dos Reis Andréa Carla Comel Beatriz Aparecida Pereira
14524	Rosângela da Cunha	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Morada do Sol	Cleci Faganello Janete Aparecida Tarniowicz Daniela da Silva
14208	Rosângela Schifeter	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Hilda Granemann de Souza	Lenira de Cácia Carneiro Ruppel Janete Aparecida Tarniowicz Rosane Fonseca
14171	Roseli Correia	Professor Educação Infantil	EMEB Pierina Santin Perret	Andréa Carla Comel Juliana Velasques Ferreira Gircela Antunes
14151	Suellen Mabel Schwartz	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa; EMEB Esperança	Beatriz Aparecida Pereira Fabiane Constantini Sandra Elisa Muncinelli
14199	Suzana de Oliveira Damer	Especialista em Assuntos Educacionais	CMEI João Maria Fernandes	Janete Aparecida Tarniowicz Rosane Fonseca Sandra Elisa Muncinelli
14145	Suzana Pereira do Prado	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Ulysses Guimarães	Sandra Elisa Muncinelli Beatriz Aparecida Pereira Andréa Carla Comel
14226	Taísa Beatriz Basso	Especialista em Assuntos Educacionais	EMEB Irmão Venâncio José	Maria Clarice Sarturi Janete Aparecida Tarniowicz Sandra Elisa Muncinelli
14525	Vanessa Brusco	Professor Educação Infantil	EMEB Hilda Granemann de Souza	Sandra Elisa Muncinelli Lenira de Cácia Carneiro Ruppel Andréa Carla Comel
14142	Vanessa Lopes Xavier	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Ulysses Guimarães; EMEB Hilda Granemann de Souza; EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	Beatriz Aparecida Pereira Adriana Loss Sandra Elisa Muncinelli
14308	Vanessa Zotto Costa	Professor Educação Infantil	CMEI Santa Clara	Sandra Elisa Muncinelli Andréa Carla Comel Francielle Marin Menzel
14153	Vânia Cristina Marcon da Rocha Lusa	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Pierina Santin Perret; EMEB Walsin Nunes Garcia	Beatriz Aparecida Pereira Gircela Antunes Sandra Elisa Muncinelli
14192	Vanusa de Oliveira Correa	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Ulysses Guimarães	Beatriz Aparecida Pereira Sandra Elisa Muncinelli Andréa Carla Comel
14227	Veni Aparecida de Moura	Professor Educação Infantil	EMEB Hilda Granemann de Souza	Lenira de Cácia Carneiro Ruppel Sandra Elisa Muncinelli Andréa Carla Comel
14154	Vera Regina Kreling	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Tabajara; EMEB Irmão Venâncio José	Beatriz Aparecida Pereira Cláudia Aparecida Maurílio Vanessa Coelho de Souza Maffessoni
14220	Wagner Severgnini	Professor Ensino Fundamental II	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	Sandra Elisa Muncinelli Beatriz Aparecida Pereira Andréa Carla Comel

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 1º de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.768

PORTARIA Nº 27.768, de 1º de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador e na Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010, que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

CONSIDERANDO a Portaria nº 27.744, de 24 de fevereiro de 2017, que contrata aprovados em processo seletivo para preenchimento dos cargos em caráter temporário na Secretaria Municipal da Educação, de acordo com o Edital SME nº 03/2016 e 01/2017,

CONSIDERANDO a necessidade de adequações dos servidores, a fim de atender ao interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR A PORTARIA nº 27.744, de 24 de fevereiro de 2017, no que se refere à carga horária, local de atuação e motivo da contratação dos Servidores abaixo nominados, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	CH	Local de Atuação	Motivo da Contratação	A contar de
14747	Juliane Silva dos Santos	Secretária Escolar	40	CMEI João Maria Fernandes	Vaga Transitória	16/02/2017
14834	Maristela Brixner Klegler	Professora de Educação Infantil	40	EMEB Padre José Chamot (extensão EEB Domingos da Costa Franco)	Vaga Transitória	20/02/2017
14733	Regina Aparecida Daneluz	Professora de Educação Infantil	40	EMEB Henrique Júlio Berger	Vaga Transitória	20/02/2017
71526	Rodrigo Cavalett	Professor de Ensino Fundamental II (educação infantil)	40	EMEB Padre José Chamot (extensão EEB Domingos da Costa Franco) EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Transitória	20/02/2017

Art. 2º O termo final das contratações permanece inalterado.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 1º de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.786

PORTARIA Nº 27.786, de 16 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos §§3º e 4º, do art. 184, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal a seguir relacionado, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, o adicional sexta-parte dos seus vencimentos por completar 25 (vinte e cinco) anos de tempo de serviço público municipal, a ser pago a contar do mês de março, especificando código, nome, cargo e data de admissão, conforme segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo	Data de admissão
1074	Pedro Roman Ros	Médico 20h	01/03/1992

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.787

PORTARIA Nº 27.787, de 16 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos §§3º e 4º, do art. 184, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal a seguir relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, o adicional sexta -parte dos seus vencimentos por completar 25 (vinte e cinco) anos de tempo de serviço público municipal, a ser pago a contar do mês de março, especificando código, nome, cargo e data de admissão, conforme segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo	Data de admissão
775	Daniel Rodrigo de Freitas	Marceneiro	01/03/1992

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de março de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.788

PORTARIA Nº 27.788, de 17 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados nas diversas Secretarias/Órgãos Municipais, férias regulamentares acrescidas do adicional de férias, especificando código, nome, período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
314	Antônio Valmiro Alves Weber	03/10/2011 a 02/10/2012	09/03/2017 a 28/03/2017
14099	Carlos Augusto Zago Ferreira de Almeida	11/01/2016 a 10/01/2017	03/04/2017 a 02/05/2017
10948	Claudinei Rosa de Oliveira	09/05/2014 a 02/05/2015	03/04/2017 a 02/05/2017
9492	Edineia Aparecida Gallo	11/11/2014 a 10/07/2016	20/03/2017 a 08/04/2017
9492	Edineia Aparecida Gallo	11/07/2016 a 10/07/2017	09/04/2017 a 18/04/2017
921	Ediane Bortot Faoro	14/10/2015 a 13/10/2016	24/04/2017 a 08/05/2017
1452	Evaldo Maurílio	01/12/2015 a 30/11/2016	01/03/2017 a 30/03/2017
01	Evandro José Martins	01/10/2015 a 30/09/2016	11/04/2017 a 20/04/2017
10485	Hélio Luiz Wirschum	01/02/2013 a 31/12/2014	03/04/2017 a 02/05/2017
7736	Ivanir Correia de Jesus	01/08/2014 a 31/07/2015	20/03/2017 a 18/04/2017
2513	Júlio César Ferreira	01/01/2011 a 31/12/2011	13/03/2017 a 11/04/2017
10217	Luciana Marques	14/06/2015 a 13/06/2016	20/03/2017 a 29/03/2017
405	Luciano Coluzzi	30/06/2009 a 19/06/2010	06/03/2017 a 04/04/2017
405	Luciano Coluzzi	30/06/2010 a 29/09/2011	05/04/2017 a 04/05/2017
11967	Lucimar dos Santos	18/06/2015 a 17/06/2016	24/04/2017 a 03/05/2017
10796	Lurdes dos Santos	15/03/2015 a 14/03/2016	10/04/2017 a 19/04/2017
10765	Marinez Aparecida Bertotto	15/03/2015 a 14/03/2016	01/04/2017 a 30/04/2017
10772	Maxsure Franca	01/03/2015 a 29/02/2016	13/03/2017 a 11/04/2017
801	Nedival Rodrigues da Cruz	01/02/2012 a 31/01/2013	10/03/2017 a 19/03/2017
801	Nedival Rodrigues da Cruz	01/02/2013 a 31/01/2014	20/03/2017 a 08/04/2017
884	Paulo Norberto Combin	01/02/2015 a 30/11/2016	16/03/2017 a 14/04/2017
12727	Rudyr Fausto Buba	01/07/2015 a 30/06/2016	03/04/2017 a 12/04/2017
10218	Silvia Linhares Martelo	14/06/2015 a 13/06/2016	22/03/2017 a 20/04/2017
6945	Zeli Moraes de Souza	01/01/2015 a 31/12/2015	07/03/2017 a 05/04/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de março de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.789

PORTARIA Nº 27.789, de 17 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados nas diversas Secretarias/Órgãos Municipais, ascensão de nível por tempo de serviço dentro do plano de carreira, especificando código, nome, cargo e nível ascendido, a ser pago a contar do mês de março de 2017:

Código	Nome	Cargo	Nível Ascendido
10131	Adriana Marielouise Van Passel	Auxiliar de Administração	Nível 3
3521	Airton Rogério Bick	Jardineiro	Nível 7
314	Antônio Valmiro Alves Weber	Mecânico	Nível 11
1018	Carlos Antônio Sotel	Mecânico	Nível 11
775	Daniel Rodrigo de Freitas	Marceneiro	Nível 11
364	Delma Letícia Dri Ficagna	Auxiliar de Enfermagem	Nível 11
1240	Dirceu Ferreira da Luz	Auxiliar de Serviços Gerais	Nível 9
9195	Gustavo Pedrotti Boscari	Guarda Municipal	Nível 4
1319	Ivanir José Pagotto	Guarda Municipal	Nível 9
611	João de Oliveira Prestes	Mecânico	Nível 11
1311	Joel Monteiro	Agente de Serviços Agrícolas e Florestais	Nível 7
865	Jussara Aparecida Hirsch Pereira	Auxiliar de Serviços Gerais	Nível 11
3273	Maria Estela Cavichioli	Auxiliar de Enfermagem	Nível 7
2650	Odney Leite	Motorista Caminhão	Nível 7
1074	Pedro Roman Ros	Médico	Nível 12
1106	Venturino José Zardo	Odontólogo	Nível 11

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.790

PORTARIA Nº 27.790, de 17 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, férias regulamentares acrescidas do adicional de férias, especificando código, nome, cargo, CPF, período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	CPF	Período Aquisitivo	Período Gozo
77	Luiz Carlos Zonta	Técnico em Processamento de Dados	623.373.199-20	01/03/2015 a 29/02/2016	24/04/2017 a 13/05/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.791

PORTARIA Nº 27.791, de 20 de março de 2017.

Dispõe sobre nomeação de Servidor Público Municipal aprovado em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de

2015 e Decreto nº 6.545, de 11 de setembro de 2015, o cidadão DANIEL PERERA para ocupar o cargo de Técnico em Processamento de Dados do grupo ocupacional Técnico do Poder Executivo, referência 30, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculado à Secretaria Municipal da Administração, com data de nomeação, posse e início do exercício a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.792

PORTARIA Nº 27.792, de 20 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no inciso I, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, por tempo determinado, os cidadãos a seguir relacionados em virtude da necessidade de substituição dos servidores efetivos, especificando nome, cargo, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	C.H.	Local de atuação	Motivo da contratação	Período
Francis Lee Figueiredo da Silva	Monitor Instrumental	40	Fundação Municipal de Cultura	Vaga Vinculada – Lilian Eger Pontes, óbito.	20/03/2017 a 20/06/2017
Saulo Soares Carlin	Monitor Instrumental	40	Fundação Municipal de Cultura	Vaga Vinculada – Luiz Alberto Gioppo, aposentadoria	20/03/2017 a 20/06/2017

Art. 2º A contratação terá a duração de 03 (três) meses, podendo ser prorrogada até a publicação do resultado final do Processo Seletivo em andamento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.794

PORTARIA Nº 27.794, de 21 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos §§3º e 4º, do art. 184, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal a seguir relacionado, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, o adicional sexta-parte dos seus vencimentos por completar 25 (vinte e cinco) anos de tempo de serviço público municipal, a ser pago a contar do mês de março, especificando código, nome, cargo e data de admissão, conforme segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo	Data de admissão
856	Paulo César Jarschel	Atendente de Enfermagem	19/03/1992

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de março de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.795

PORTARIA Nº 27.795, de 21 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 314, de 10 de março de 2017, que institui a Guarda Municipal de Caçador – GMC, e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGAR a Portaria nº 27.782, de 13 de março de 2017, que nomeou JOCIMAR ANTONIO SOARES DE ABREU para ocupar o cargo de Diretor Geral da Guarda Municipal de Caçador, pertencente ao grupo ocupacional em Comissão, referência CC1-A e com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13 de março de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de março de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.798

PORTARIA Nº 27.798, de 22 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO a análise da vida funcional e das fichas financeiras no que se refere à licença prêmio correspondente ao período aquisitivo de 21/02/2005 a 21/02/2010 do Servidor Silvio dos Santos Varela, matrícula 1963, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas e lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura,

CONSIDERANDO ter sido constatada a conversão de 1/3 da referida licença em junho de 2015,

CONSIDERANDO a ausência de ato e a necessidade de regularizar a situação funcional do Servidor,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal a conversão em dinheiro da licença prêmio a que faz jus, especificando código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão, período de aquisição e mês de pagamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conversão	Período Aquisitivo	Mês/Ano de pagamento
1963	Silvio dos Santos Varela	Operador de Máquinas	Infraestrutura	1/3	21/02/2005 a 21/02/2010	Junho/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 22 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.799

PORTARIA Nº 27.799, de 23 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR o local de lotação do Servidor Público Municipal abaixo relacionado, nomeado pela Portaria nº 27.745, de 24 de fevereiro de 2017, passando a vigorar da seguinte forma:

Onde se lê:

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REFERÊNCIA	LOCAL DE LOTAÇÃO	DATA DE POSSE
Antonio Marcos Carlin do Prado	Professor de Ensino Fundamental II (Educação Física)	40 h	1/A	EMEB Ulysses Guimarães	01/02/2017

Leia-se :

NOME	CARGO	CARGA HORÁ- RIA SEMANAL	REFERÊNCIA	LOCAL DE LOTAÇÃO	DATA DE POSSE
Antonio Marcos Carlin do Prado	Professor de Ensino Fundamental II (Educação Física)	40 h	1/A	EMEB Hilda Granemann de Souza	01/02/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 23 de março de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.800

PORTARIA Nº 27.800, de 24 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal a seguir relacionado, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, licença prêmio a que faz jus, especificando código, nome, cargo, período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de Aquisição	Período de gozo
1140	Luiz Fernando dos Santos	Odontólogo	01/02/2000 a 01/02/2005	01/03/2017 a 30/03/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de março de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.802

PORTARIA Nº 27.802, de 24 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 113, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal abaixo nominado, em exercício na Secretaria do Gabinete do Prefeito, licença por motivo de doença em pessoa da família conforme atestado médico apresentado, especificando código, nome, cargo, familiar, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo	Familiar	Total de dias	Período
10292	Edgar Aimi	Guarda Municipal	Pai	13 dias	09/03/2017 a 21/03/2017

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de março de 2017.
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.803

PORTARIA Nº 27.803, de 24 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º EFETUAR o desconto em folha de pagamento do Servidor abaixo relacionado, em razão de faltas injustificadas no período de 03/03/2017 a 06/03/2017, especificando código, nome, cargo, local de exercício e quantidade de dias, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Exercício	Nº de Dias
10464	Alexandre Granemann Lanzini	Auxiliar de Administração	Secretaria Municipal da Fazenda	04 dias

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.804

PORTARIA Nº 27.804, de 24 de março de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º EFETUAR o desconto em folha de pagamento do Servidor abaixo relacionado, em razão de faltas injustificadas no período de 16/02/2017 a 07/03/2017, especificando código, nome, cargo, local de exercício e quantidade de dias, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Exercício	Nº de Dias
14120	Evonei Cassiano Barroso	Agente de Serviços e Obras Especiais	Secretaria Municipal da Infraestrutura	20 dias

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de março de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 11 / 2017 INEXIGIBILIDADE 08/2017 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR

INEXIGIBILIDADE Nº 08 - 2017 – O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR/SC torna pública a INEXIGIBILIDADE Nº 08/2017, Objeto – Aquisição de 28.000 (vinte e oito mil) unidades de créditos para cartão referente a vale transportes destinado aos usuários do CAPS AD e CAPS II – Fornecedor: Auto Coletivo Caçador-SC, inscrito no CNPJ – sob o nº 83.060.327/0001-86, com sede no Município de Caçador - SC, O valor total do contrato será de R\$ 76.720,00 (setenta e seis mil setecentos e vinte reais). O prazo de vigência será de 12 meses a contar da data de assinatura, nos termos do artigo 25, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes. Caçador, 03 de abril de 2017.

ADEMAR SCHMITZ

Secretário de Saúde

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2015

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL. Contrato Administrativo Nº 03/2015. LOCAÇÃO DE 01 (uma) SALA COMERCIAL DE PROPRIEDADE DA MITRA DIOCESANA DE CAÇADOR, LOCALIZADO NA RUA CONSELHEIRO MAFRA, Nº 53, CENTRO, conforme inscrição nº 001.01.028.0317.002.0001 e ficha cadastral nº 1104. CONTRATADA: MITRA DIOCESANA DE CAÇADOR – PAROQUIA SÃO FRANCISCO DE ASSIS. Termo de Rescisão Amigável do Contrato Administrativo Nº 03/2015, Processo Licitatório nº 07/2015, Dispensa nº 01/2015, de comum acordo, em face de fatores supervenientes que inviabilizam a manutenção do mesmo sem indenização ou multa, seja a que título for, a qualquer das partes.

RREO 1º BIMESTRE 2017



Município de Caçador/SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

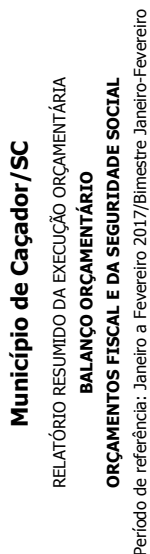
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				Em Reais	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	170.144.314,70	170.144.314,70	31.123.128,63	18,29	31.123.128,63	18,29	139.021.186,07	
RECEITAS CORRENTES	170.137.304,91	170.137.304,91	31.123.128,63	18,29	31.123.128,63	18,29	139.014.176,28	
RECEITA TRIBUTÁRIA	25.758.884,72	25.758.884,72	8.418.689,00	32,68	8.418.689,00	32,68	17.340.195,72	
Impostos	18.934.749,70	18.934.749,70	5.522.850,07	29,17	5.522.850,07	29,17	13.411.899,63	
Taxas	6.111.275,02	6.111.275,02	2.880.830,15	47,14	2.880.830,15	47,14	3.230.444,87	
Contribuição de Melhoria	712.860,00	712.860,00	15.008,78	2,11	15.008,78	2,11	697.851,22	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	7.812.386,50	7.812.386,50	1.560.789,66	19,98	1.560.789,66	19,98	6.251.596,84	
Contribuições Sociais	6.237.568,50	6.237.568,50	1.056.098,99	16,93	1.056.098,99	16,93	5.181.469,51	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	1.574.818,00	1.574.818,00	504.690,67	32,05	504.690,67	32,05	1.070.127,33	
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA PATRIMONIAL	10.870.205,10	10.870.205,10	1.546.937,40	14,25	1.546.937,40	14,25	9.323.267,70	
Receitas de Valores Mobiliários	17.821,50	17.821,50	2.500,00	14,03	2.500,00	14,03	15.321,50	
Receitas Imobiliárias	10.852.383,60	10.852.383,60	1.546.437,40	14,25	1.546.437,40	14,25	9.305.946,20	
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	53.464,50	53.464,50	0,00	0,00	0,00	0,00	53.464,50	
Receita da Produção Vegetal	53.464,50	53.464,50	0,00	0,00	0,00	0,00	53.464,50	
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	47.524,00	47.524,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.524,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	117.957.836,71	117.957.836,71	18.921.034,42	16,04	18.921.034,42	16,04	99.036.802,29	
Transferências Intergovernamentais	116.663.995,81	116.663.995,81	18.860.941,31	16,17	18.860.941,31	16,17	97.803.054,50	
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios	1.291.464,70	1.291.464,70	83,34	0,01	83,34	0,01	1.291.381,36	
Transferências para o Combate à Fome	2.376,20	2.376,20	60.009,77	2.525,45	60.009,77	2.525,45	-57.633,57	

1 / 6

Continua 2/6



Município de Caçador / SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

	Continuação					Em Reais
RECETA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETA DE CONTRIBUIÇÕES	12.945.000,00	12.945.000,00	2.543.337,23	19,65	2.543.337,23	10.401.662,77
Contribuições Sociais	12.945.000,00	12.945.000,00	2.543.337,23	19,65	2.543.337,23	10.401.662,77
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita da Produção Animal e Derivadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.000,00	17.000,00	5.886,07	34,62	5.886,07	11.113,93
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 4 / 6



Município de Caçador / SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

	Em Reais	Continuação									
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instit. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recitas da Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	12.962.000,00	12.962.000,00	12.962.000,00	2.549.223,30	19,67	2.549.223,30	19,67	2.549.223,30	19,67	10.412.776,70	10.412.776,70

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	SALDO (i) = (e-h)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES	6.806.533,78	6.806.533,78	2.185.472,04	2.185.472,04	4.621.061,74	2.185.472,04	2.185.472,04	1.132.102,23	4.621.061,74
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.806.533,78	6.806.533,78	2.185.472,04	2.185.472,04	4.621.061,74	2.185.472,04	2.185.472,04	1.132.102,23	4.621.061,74
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	3.445.490,00	3.445.490,00	627.430,25	627.430,25	2.818.059,75	627.430,25	627.430,25	418.724,71	2.818.059,75
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.445.490,00	3.445.490,00	627.430,25	627.430,25	2.818.059,75	627.430,25	627.430,25	418.724,71	2.818.059,75
TOTAL	10.252.023,78	10.252.023,78	2.812.902,29	2.812.902,29	7.439.121,49	2.812.902,29	2.812.902,29	1.550.826,94	7.439.121,49

FONTE: Sistema e-Pública (9076-2483-88). Unidade Responsável: . Data da emissão: 03/04/2017 e hora de emissão: 14:52.

Continua 5 / 6

**Município de Caçador / SC**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação
Em Reais

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL**OSÓRIO ELIAS TIMMERMANN**
Secretário da Fazenda**SERGIO INHAIA**
Contador
CRC-SC 028.242/O-2

6 / 6



Município de Caçador / SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		Em Reais	
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a - d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	172.854.290,92	174.384.691,91	35.530.539,68	35.530.539,68	92,66	20.324.700,42	20.324.700,42	87,84	154.059.991,49
LEGISLATIVA	7.248.500,00	7.248.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.248.500,00
Ação Legislativa	7.248.500,00	7.248.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.248.500,00
ADMINISTRAÇÃO	44.765.770,23	44.765.770,23	5.542.986,47	5.542.986,47	14,46	4.630.574,50	4.630.574,50	20,01	40.135.195,73
Administração Geral	37.030.314,43	37.030.314,43	3.721.617,04	3.721.617,04	9,71	3.308.697,39	3.308.697,39	14,72	33.625.518,11
Administração Financeira	7.735.455,80	7.735.455,80	1.821.369,43	1.821.369,43	4,75	5.914.086,37	5.914.086,37	5,30	6.509.677,62
SEGURANÇA PÚBLICA	3.834.499,69	3.834.499,69	550.327,57	550.327,57	1,44	3.284.172,12	3.284.172,12	1,37	3.517.240,52
Policimento	3.456.392,00	3.456.392,00	536.398,93	536.398,93	1,40	2.919.993,07	2.919.993,07	1,34	3.147.152,14
Defesa Civil	378.107,69	378.107,69	13.928,64	13.928,64	0,04	364.179,05	364.179,05	0,03	370.088,38
ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.746.043,00	5.757.603,74	899.442,37	899.442,37	2,35	4.858.161,37	4.858.161,37	2,36	5.210.958,38
Assistência à Criança e ao Adolescente	145.000,00	145.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	145.000,00
Assistência Comunitária	5.601.043,00	5.612.603,74	899.442,37	899.442,37	2,35	4.713.161,37	4.713.161,37	2,36	5.065.958,38
SAÚDE	34.052.564,57	34.052.564,57	9.595.328,31	9.595.328,31	25,02	24.457.236,26	24.457.236,26	24,71	28.336.081,09
Atenção Básica	34.032.564,57	34.032.564,57	9.585.707,37	9.585.707,37	25,00	24.446.857,20	24.446.857,20	24,70	28.318.540,54
Vigilância Epidemiológica	20.000,00	20.000,00	9.620,94	9.620,94	0,03	10.379,06	10.379,06	0,01	17.538,55
EDUCAÇÃO	41.143.220,33	41.140.860,58	13.236.888,51	13.236.888,51	34,52	28.173.972,07	28.173.972,07	25,34	35.547.756,71
Alimentação e Nutrição	1.472.854,30	1.472.854,30	463.335,32	463.335,32	1,21	1.009.518,98	1.009.518,98	0,69	1.313.881,56
E ensino Fundamental	35.463.275,44	35.720.915,69	9.127.288,19	9.127.288,19	23,80	26.593.627,50	26.593.627,50	22,33	30.553.880,10
E ensino Superior	85.000,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00	85.000,00	0,00	85.000,00
Educação Infantil	3.120.967,59	3.120.967,59	2.850.000,00	2.850.000,00	7,43	270.967,59	270.967,59	2,06	2.643.560,80
Educação de Jovens e Adultos	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Educação Especial	1.010.123,00	1.010.123,00	796.265,00	796.265,00	2,08	213.858,00	213.858,00	0,26	990.434,25
CULTURA	938.602,80	938.602,80	84.801,84	84.801,84	0,22	853.800,96	853.800,96	0,24	882.066,68
Difusão Cultural	938.602,80	938.602,80	84.801,84	84.801,84	0,22	853.800,96	853.800,96	0,24	882.066,68
DIREITOS DA CIDADANIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
URBANISMO	19.159.188,11	20.410.388,11	3.571.882,98	3.571.882,98	9,32	16.838.505,13	16.838.505,13	7,95	18.570.011,26
Infra-Estrutura Urbana	18.336.529,71	19.587.729,71	3.563.907,98	3.563.907,98	9,29	16.023.821,73	16.023.821,73	7,95	17.747.749,86
Serviços Urbanos	822.658,40	822.658,40	7.975,00	7.975,00	0,02	814.683,40	814.683,40	0,00	822.261,40
HABITAÇÃO	197.000,00	197.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00	196.000,00	196.000,00	0,00	196.935,50
Habituação Urbana	197.000,00	197.000,00	1.000,00	1.000,00	0,00	196.000,00	196.000,00	0,00	196.935,50
SANEAMENTO	4.393.331,84	4.393.331,84	321.837,17	321.837,17	0,84	4.071.494,67	4.071.494,67	1,39	4.071.494,67
Saneamento Básico Urbano	4.393.331,84	4.393.331,84	321.837,17	321.837,17	0,84	4.071.494,67	4.071.494,67	1,39	4.071.494,67

1 / 4



Município de Caçador/SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

PROCESO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)		
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		% (b/total b)	No Bimestre		Até o bimestre (d)	% (d/total d)
GESTÃO AMBIENTAL	2.773.698,05	2.773.698,05	443.427,10	443.427,10	1,16	2.330.270,95	224.471,56	0,97	2.549.226,49	
Preservação e Conservação Ambiental	2.773.698,05	2.773.698,05	443.427,10	443.427,10	1,16	2.330.270,95	224.471,56	0,97	2.549.226,49	
AGRICULTURA	3.053.328,50	3.053.328,50	610.845,53	610.845,53	1,59	2.442.482,97	256.458,60	1,11	2.796.865,90	
Extensão Rural	3.053.328,50	3.053.328,50	610.845,53	610.845,53	1,59	2.442.482,97	256.458,60	1,11	2.796.865,90	
INDÚSTRIA	803.501,00	803.501,00	92.195,89	92.195,89	0,24	711.305,11	22.581,10	0,10	780.915,90	
Promoção Industrial	489.188,10	489.188,10	81.076,53	81.076,53	0,21	408.111,57	13.168,25	0,06	476.019,85	
Produção Industrial	314.312,90	314.312,90	11.119,36	11.119,36	0,03	303.193,54	9.412,85	0,04	304.900,05	
DESPORTO E LAZER	1.831.574,00	1.831.574,00	112.194,98	112.194,98	0,29	1.719.379,02	60.927,18	0,26	1.770.646,82	
Desporto Comunitário	1.831.574,00	1.831.574,00	112.194,98	112.194,98	0,29	1.719.379,02	60.927,18	0,26	1.770.646,82	
ENCARGOS ESPECIAIS	2.789.658,80	2.789.658,80	467.380,96	467.380,96	1,22	2.322.277,84	467.380,96	2,02	2.322.277,84	
Serviço da Dívida Interna	2.789.658,80	2.789.658,80	467.380,96	467.380,96	1,22	2.322.277,84	467.380,96	2,02	2.322.277,84	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	118.810,00	118.810,00	0,00	0,00	0,00	118.810,00	0,00	0,00	118.810,00	
Reserva de Contingência	118.810,00	118.810,00	0,00	0,00	0,00	118.810,00	0,00	0,00	118.810,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	10.252.023,78	10.252.023,78	2.812.902,29	2.812.902,29	7,34	7.439.121,49	2.812.902,29	12,16	7.439.121,49	
TOTAL (III) = (I + II)	183.106.314,70	184.636.715,69	38.343.441,97	38.343.441,97	100,00	146.293.273,72	23.137.602,71	100,00	161.499.112,98	

Continua 2/4



Município de Caçador / SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continuação

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO		DESPESAS LIQUIDADAS		Em Reais SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)	(c) = (a - b)	No Bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	10.252.023,78	10.252.023,78	2.812.902,29	2.812.902,29	7,34	7.439.121,49	2.812.902,29	2.812.902,29	12,16
ADMINISTRAÇÃO	679.640,48	679.640,48	279.671,54	279.671,54	0,73	399.968,94	279.671,54	279.671,54	1,21
Administração Geral	248.360,18	248.360,18	73.386,46	73.386,46	0,19	174.973,72	73.386,46	73.386,46	0,32
Administração Financeira	431.280,30	431.280,30	206.285,08	206.285,08	0,54	224.995,22	206.285,08	206.285,08	0,89
SEGURANÇA PÚBLICA	130.691,00	130.691,00	53.213,24	53.213,24	0,14	77.477,76	53.213,24	53.213,24	0,23
Policimento	130.691,00	130.691,00	53.213,24	53.213,24	0,14	77.477,76	53.213,24	53.213,24	0,23
ASSISTÊNCIA SOCIAL	199.036,50	199.036,50	70.513,35	70.513,35	0,18	128.523,15	70.513,35	70.513,35	0,30
Assistência Comunitária	199.036,50	199.036,50	70.513,35	70.513,35	0,18	128.523,15	70.513,35	70.513,35	0,30
SAÚDE	1.189.288,10	1.189.288,10	449.333,91	449.333,91	1,17	739.954,19	449.333,91	449.333,91	1,94
Atenção Básica	1.189.288,10	1.189.288,10	449.333,91	449.333,91	1,17	739.954,19	449.333,91	449.333,91	1,94
EDUCAÇÃO	3.718.753,00	3.718.753,00	1.002.274,80	1.002.274,80	2,61	2.716.478,20	1.002.274,80	1.002.274,80	4,33
E ensino Fundamental	3.718.753,00	3.718.753,00	1.002.274,80	1.002.274,80	2,61	2.716.478,20	1.002.274,80	1.002.274,80	4,33
CULTURA	25.257,20	25.257,20	10.897,76	10.897,76	0,03	14.359,44	10.897,76	10.897,76	0,05
Difusão Cultural	25.257,20	25.257,20	10.897,76	10.897,76	0,03	14.359,44	10.897,76	10.897,76	0,05
URBANISMO	575.040,40	575.040,40	220.125,84	220.125,84	0,57	354.914,56	220.125,84	220.125,84	0,95
Infra-Estrutura Urbana	575.040,40	575.040,40	220.125,84	220.125,84	0,57	354.914,56	220.125,84	220.125,84	0,95
SANEAMENTO	1.306,90	1.306,90	0,00	0,00	0,00	1.306,90	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	1.306,90	1.306,90	0,00	0,00	0,00	1.306,90	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	91.483,70	91.483,70	33.511,72	33.511,72	0,09	57.971,98	33.511,72	33.511,72	0,14
Preservação e Conservação Ambiental	91.483,70	91.483,70	33.511,72	33.511,72	0,09	57.971,98	33.511,72	33.511,72	0,14
AGRICULTURA	130.691,00	130.691,00	54.258,04	54.258,04	0,14	76.432,96	54.258,04	54.258,04	0,23
Extensão Rural	130.691,00	130.691,00	54.258,04	54.258,04	0,14	76.432,96	54.258,04	54.258,04	0,23
INDÚSTRIA	13.069,10	13.069,10	763,01	763,01	0,00	12.306,09	763,01	763,01	0,00
Produção Industrial	13.069,10	13.069,10	763,01	763,01	0,00	12.306,09	763,01	763,01	0,00
DESPORTO E LAZER	52.276,40	52.276,40	10.908,83	10.908,83	0,03	41.367,57	10.908,83	10.908,83	0,05
Desporto Comunitário	52.276,40	52.276,40	10.908,83	10.908,83	0,03	41.367,57	10.908,83	10.908,83	0,05
ENCARGOS ESPECIAIS	3.445.490,00	3.445.490,00	627.430,25	627.430,25	1,64	2.818.059,75	627.430,25	627.430,25	2,71
Serviço da Dívida Interna	3.445.490,00	3.445.490,00	627.430,25	627.430,25	1,64	2.818.059,75	627.430,25	627.430,25	2,71
TOTAL	10.252.023,78	10.252.023,78	2.812.902,29	2.812.902,29	7,34	7.439.121,49	2.812.902,29	2.812.902,29	12,16

Fonte: Sistema e-Pública (1246-6733-497). Unidade Responsável: . Data da emissão: 03/04/2017 e hora de emissão: 14:57.

Continua 3 / 4

**Município de Caçador / SC**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação
Em Reais

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL**OSÓRIO ELIAS TIMMERMANN**
Secretário da Fazenda**SERGIO INHAIA**
Contador
CRC-SC 028.242/O-2

4 / 4



Município de Caçador / SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses											
	Março/2016	Abril/2016	Maió/2016	Junho/2016	Julho/2016	Agosto/2016	Setembro/2016					
RECEITAS CORRENTES (I)												
Receita Tributária	13.929.284,13	13.832.839,22	13.476.139,91	13.294.765,39	15.223.301,03	14.619.539,28	13.036.970,50					
IP/TU	1.618.290,69	1.251.653,41	1.409.387,54	1.074.435,26	1.261.923,87	3.138.605,03	1.173.544,44					
ISS	481.855,58	200.833,26	171.906,67	197.628,37	161.383,34	260.197,57	152.545,62					
ITBI	647.256,10	543.092,95	711.501,28	611.979,92	723.696,69	667.051,46	631.601,12					
ITRIF	204.842,49	322.227,73	237.463,77	123.222,46	146.627,47	220.706,22	293.307,42					
Outras Receitas Tributárias	40.956,96	0,00	29.849,53	13.201,61	142.083,02	1.834.788,94	5.071,70					
Receitas de Contribuições	243.379,56	185.499,47	298.666,29	128.402,90	88.133,35	155.860,84	91.018,58					
Receita Patrimonial	692.733,54	710.436,71	714.282,02	770.242,90	747.248,58	776.654,55	786.484,64					
Receita Agropecuária	2.087.455,14	1.829.055,34	689.136,44	1.186.121,47	1.566.860,46	1.006.801,69	1.214.141,81					
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Transferências Correntes	9.114.464,76	9.577.144,75	10.265.582,75	9.756.175,45	9.937.749,25	9.262.741,44	9.413.995,58					
Cota-Parte FPM	1.719.106,38	2.043.648,30	2.717.558,94	2.245.143,95	1.627.755,70	2.018.642,69	1.641.559,81					
Cota-Parte do ICMS	3.327.229,69	3.420.936,21	3.308.994,01	3.269.268,01	3.373.886,88	3.332.528,54	3.599.944,87					
Cota-Parte do IPVA	665.979,26	700.414,29	748.453,25	703.633,03	753.788,30	779.534,70	734.203,54					
Cota-Parte do ITR	2.891,15	911,57	1.088,23	9.219,93	-8.367,71	377,77	13.587,81					
Transferências da LC 87/1996	14.043,71	14.043,71	14.043,71	14.043,71	14.043,71	14.043,71	14.043,71					
Transferências da LC 61/1989	47.722,63	48.967,44	55.606,46	33.088,39	44.957,90	45.429,52	48.748,06					
Transferências do FUNDEB	2.163.211,33	2.267.802,80	2.336.951,55	2.238.424,98	2.086.816,52	2.219.138,74	2.267.969,80					
Outras Transferências Correntes	1.174.280,61	1.080.420,43	1.082.886,60	1.243.353,45	2.044.867,95	853.045,77	1.092.937,98					
Outras Receitas Correntes	416.340,00	464.549,01	397.751,16	507.790,31	1.709.518,87	434.736,57	448.804,03					
DEDUÇÕES (II)												
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	1.523.596,04	1.608.397,42	1.746.498,07	1.664.544,61	1.545.080,67	1.608.691,43	1.582.607,04					
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	333.531,05	327.942,75	342.678,72	374.973,30	349.197,29	370.980,28	371.989,67					
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	34.670,61	34.670,61	34.670,61	34.670,61	34.670,61	0,00	0,00					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.155.394,38	1.245.784,06	1.369.148,74	1.254.900,70	1.161.212,77	1.238.111,15	1.210.617,37					
	12.405.688,09	12.224.441,80	11.729.641,84	11.630.220,78	13.678.220,36	13.010.847,85	11.454.363,46					

1 / 2

**Município de Caçador/SC**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) Continuação
R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses						Previsão atualizada 2017
	Outubro/2016	Novembro/2016	Dezembro/2016	Janeiro/2017	Fevereiro/2017	Total Últimos 12 Meses	
RECEITAS CORRENTES (I)	15.858.823,83	15.924.570,23	28.052.766,72	15.215.960,49	18.754.676,23	191.219.636,96	188.008.081,30
Receita Tributária	3.218.731,51	1.071.884,10	2.578.344,29	2.223.850,43	6.194.838,57	26.215.489,14	25.758.884,72
IPJU	155.449,01	61.655,52	87.122,40	557.939,25	3.307.003,23	5.795.519,82	5.548.427,00
ISS	665.490,31	699.770,21	743.879,52	688.926,39	632.787,45	7.967.033,40	7.057.314,00
ITBI	119.968,98	236.006,99	253.139,80	200.340,90	108.108,42	2.465.862,65	2.073.234,50
IRRF	2.108.411,70	0,00	1.391.369,96	1.981,21	25.763,22	5.593.477,85	4.255.774,20
Outras Receitas Tributárias	169.411,51	74.451,38	102.832,61	774.662,68	2.121.176,25	4.393.495,42	6.824.135,02
Receitas de Contribuições	772.167,36	807.545,00	1.199.140,49	733.152,94	827.636,72	9.537.725,45	7.809.386,50
Receita Patrimonial	1.011.634,27	490.377,51	1.492.997,06	1.475.818,86	73.118,54	14.123.518,59	10.870.205,10
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.464,50
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	6.154.481,23	0,00	0,00	6.154.481,23	47.524,00
Cota-Parte FPM	10.526.974,37	13.214.314,66	15.670.145,89	10.480.742,13	11.287.800,38	128.507.831,41	135.831.613,10
Cota-Parte do ICMS	1.992.681,24	3.635.618,89	4.218.989,33	2.416.802,24	3.098.275,42	29.375.782,89	37.103.491,60
Cota-Parte do IPVA	3.723.931,37	3.604.545,81	3.967.083,85	4.060.510,71	3.609.930,98	42.598.790,93	44.375.535,00
Cota-Parte do ITR	776.105,83	588.089,27	391.073,09	390.723,92	500.708,24	7.732.706,72	9.694.896,00
Transferências da LC 87/1996	237.973,18	10.947,09	9.660,61	11.222,27	637,17	290.149,07	190.096,00
Transferências da LC 61/1989	14.043,71	14.043,71	14.043,71	27.667,64	13.833,82	181.938,56	219.798,50
Transferências do FUNDEB	52.581,09	54.951,38	58.463,00	51.071,71	56.158,47	598.746,05	671.276,50
Outras Transferências Correntes	2.584.107,09	2.623.222,38	2.959.179,57	2.593.897,35	2.482.689,45	28.823.411,56	25.957.228,40
Outras Receitas Correntes	1.145.550,86	2.682.896,13	4.051.652,73	928.846,29	1.525.566,83	18.906.305,63	17.619.291,10
DEDUÇÕES (II)	329.316,32	340.448,96	957.657,76	302.396,13	371.282,02	6.680.591,14	7.637.003,38
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	1.729.072,27	1.937.471,01	2.631.127,50	1.763.339,18	1.864.045,67	21.204.470,91	23.294.976,39
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	369.609,20	355.832,00	810.022,44	371.739,69	408.137,07	4.786.233,46	4.971.200,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	53.930,33	0,00	0,00	227.283,38	450.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.359.463,07	1.581.639,01	1.767.174,73	1.391.599,49	1.455.908,60	16.190.954,07	17.873.776,39

FONTE: Sistema e-Pública (1073-6629-521). Unidade Responsável: . Data da emissão: 03/04/2017 e hora de emissão: 15:15.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL**OSÓRIO ELIAS TIMMERMANN**
Secretário da Fazenda**SERGIO INHAIA**
Contador
CRC-SC 028.242/O-2



Município de Caçador / SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

PLANO PREVIDENCIÁRIO

	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016
RECEITAS CORRENTES (I)		27.574.200,00	27.574.200,00	4.157.268,60	0,00
Receta de Contribuições dos Segurados					
Civil		4.971.200,00	4.971.200,00	779.876,76	0,00
Ativo		4.971.200,00	4.971.200,00	779.876,76	0,00
Inativo					
Pensionista		4.875.000,00	4.875.000,00	779.876,76	0,00
Militar		94.000,00	94.000,00	0,00	0,00
Ativo		2.200,00	2.200,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Contribuições Patronais					
Civil		12.140.000,00	12.140.000,00	1.974.234,12	0,00
Ativo		9.750.000,00	9.750.000,00	1.560.633,76	0,00
Inativo		9.750.000,00	9.750.000,00	1.560.633,76	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Parcelamentos de Débitos					
Em Regime de Parcelamentos de Débitos		0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial		2.390.000,00	2.390.000,00	413.600,36	0,00
Recetas Imobiliárias		9.960.000,00	9.960.000,00	1.396.666,82	0,00
Recetas de Valores Mobiliários		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais		9.960.000,00	9.960.000,00	1.396.666,82	0,00
Receta de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Aporte Periódico de Valores Predefinidos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Correntes		503.000,00	503.000,00	6.490,90	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		450.000,00	450.000,00	0,00	0,00
Demais Recetas Correntes		53.000,00	53.000,00	6.490,90	0,00

1 / 3



Município de Caçador / SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

					Continuação
					Em Reais
RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)					
RECEITAS DE CAPITAL (II)					
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				0,00	0,00
Amortização de Empréstimos				0,00	0,00
Outras Receitas de Capital				0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREV. RPPS (III) = (I+II)			27.574.200,00	27.574.200,00	4.157.268,60

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)	16.468.065,53	16.468.065,53	2.422.169,60	0,00	2.325.345,33	0,00
Despesas Correntes	16.318.065,53	16.318.065,53	2.421.799,60	0,00	2.324.975,33	0,00
Despesas de Capital	150.000,00	150.000,00	370,00	0,00	370,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev. do RPPS para a RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV. RPPS (VI) = (IV+V)	16.468.065,53	16.468.065,53	2.422.169,60	0,00	2.325.345,33	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III-VI)	11.106.134,47	11.106.134,47	1.735.099,00	0,00	1.831.923,27	0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
Valor			0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
Valor			11.914.134,47

Continua 2 / 3



Município de Caçador / SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II) Continuação
Em Reais

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS	
	2017	2016
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar		0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos		0,00
Outros Aportes para o RPPS		0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro		0,00
	BENS E DIREITOS DO RPPS	
Caixa e Equivalente de Caixa	335.153,72 D	0,00
Investimentos e Aplicações	91.741.532,66 D	0,00
Outros Bens e Direitos	4.470,93 D	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1714-6970-822). Unidade Responsável: . Data da emissão: 30/03/2017 e hora de emissão: 13:08.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.



Município de Caçador / SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL Período de referência: Janeiro a Dezembro 2017

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	Em Reais	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)		1.069,29	486.725,84	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	-485.656,55
DESPESAS					
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	15.216.908,12	2.644.474,09	1.324.157,29	1.320.316,80	12.572.434,03
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	15.216.908,12	2.644.474,09	1.324.157,29	1.320.316,80	12.572.434,03
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	(a - d)	(b - e)	-	-	(c - f)
	-15.215.838,83	-2.157.748,25			-13.058.090,58

FONTE: Sistema e-Pública (1086-7163-760). Unidade Responsável: . Data da emissão: 31/03/2017 e hora de emissão: 17:25.

Notas:

1 - <Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>

SAULO SPEROTTO
 PREFEITO MUNICIPAL

OSÓRIO ELIAS TIMMERMAN
 Secretário da Fazenda

SERGIO INHAIA
 Contador
 CRC-SC 028.242/O-2



Município de Caçador/SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 05 (LRF, Art. 53, inciso III)

Em Reais

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/12/2016 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	9.702.998,73	9.702.998,73	8.817.196,53
Deduções (II)	-----	-----	11.060.047,77
Disponibilidade de Caixa	-----	-----	9.977.810,66
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.467.270,95	10.467.270,95	18.487.354,69
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	12.340.537,73	12.340.537,73	8.509.544,03
Demais Haveres Financeiros	1.078.345,44	1.078.345,44	1.082.237,11
Dívida Consolidada Líquida (III = I - II)	9.702.998,73	9.702.998,73	-2.242.851,24
Receita Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida (VI = III + IV - V)	9.702.998,73	9.702.998,73	-2.242.851,24
RESULTADO NOMINAL	PERÍODO REFERÊNCIA		
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)	
VALOR	-11.945.849,97	-11.945.849,97	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE
Meta de resultado nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência			-3.164.851,20

FONTE: Sistema e-Pública (2644-5373-880). Unidade Responsável: . Data da emissão: 31/03/2017 e hora de emissão: 14:15.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

OSÓRIO ELIAS TIMMERMANN
Secretário da Fazenda

SÉRGIO INHAIA
Contador
CRC-SC 028.242/O-2



Município de Caçador / SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Em Reais
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)		172.193.456,81	32.114.847,47	31.155.830,55	
Recargas Tributárias		25.758.884,72	8.418.689,00	8.225.568,60	
IPTU		5.548.427,00	3.864.942,48	4.027.195,67	
ISS		7.057.314,00	1.321.713,84	1.333.777,31	
ITBI		2.073.234,50	308.449,32	333.814,43	
IRRF		4.255.774,20	27.744,43	181.734,79	
Outras Receitas Tributárias		6.824.135,02	2.895.838,93	2.348.046,40	
Recargas de Contribuições		20.757.386,50	4.104.126,89	2.888.353,11	
Recargas Previdenciárias		17.919.200,00	3.323.213,99	2.136.218,43	
Outras Receitas de Contribuições		2.838.186,50	780.912,90	752.134,68	
Recarga Patrimonial Líquida		17.821,50	2.500,00	5.173,60	
Recarga Patrimonial		10.870.205,10	1.548.937,40	2.774.597,72	
(-) Aplicações Financeiras		10.852.383,60	1.546.437,40	2.769.424,12	
Transferências Correntes		117.957.836,71	18.909.967,36	19.257.189,10	
FPM		30.260.035,61	4.412.062,19	4.072.780,34	
ICMS		35.500.428,00	6.136.353,52	5.648.471,56	
Convênios		1.291.464,70	83,34	416.463,03	
Outras Transferências Correntes		50.905.908,40	8.361.468,31	9.119.474,17	
Demais Receitas Correntes		7.701.527,38	679.564,22	779.546,14	
Dívida Ativa		1.259.386,00	246.137,28	308.350,45	
Diversas Receitas Correntes		6.442.141,38	433.426,94	471.195,69	
RECEITAS DE CAPITAL (II)		7.009,79	0,00	46.313,57	
Operações de Crédito (III)		1.069,29	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos (IV)		0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens (V)		0,00	0,00	23.406,67	
Transferência de Capital		5.940,50	0,00	22.906,90	
Convênios		5.940,50	0,00	22.906,90	
Outras Transferências de Capital		0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)		5.940,50	0,00	22.906,90	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		172.199.397,31	32.114.847,47	31.178.737,45	



Município de Caçador / SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III) Continuação

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre /2017	Até o Bimestre /2016	Até o Bimestre /2017	Até o Bimestre /2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)		151.443.895,68	35.773.256,72	22.041.191,87	15.447.594,66
Pessoal e Encargos Sociais		89.489.197,95	17.040.553,43	16.310.136,77	11.706.743,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)		413.458,80	303,47	303,47	0,00
Outras Despesas Correntes		61.541.238,93	19.993.895,71	5.730.751,63	3.740.851,66
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)		151.030.436,88	35.773.256,72	22.040.888,40	15.447.594,66
DESPESAS DE CAPITAL (XI)		13.911.375,54	2.436.978,23	1.096.410,84	643.625,49
Investimentos		7.851.065,54	1.592.212,62	1.903,10	429.360,99
Inversões Financeiras		238.620,00	130.000,00	0,00	32.500,00
Concessão de Empréstimos (XII)		0,00	0,00	0,00	0,00
Aquis. Títulos Capital já Integralizado (XIII)		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras		0,00	130.000,00	0,00	32.500,00
Amortização da Dívida (XIV)		5.821.690,00	1.094.507,74	1.094.507,74	181.764,50
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)		8.089.685,54	214.181,62	1.903,10	461.860,99
Reserva de Contingência (XVI)		118.810,00			
Reserva RPPS (XVII)		11.914.134,47			
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)		171.153.066,89	37.495.469,34	22.042.791,50	15.909.455,65
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)		1.046.330,42	-6.316.731,89	10.072.055,97	15.269.281,80
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					
Meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência				VALOR CORRENTE	
				1.046.330,42	

FONTE: Sistema e-Pública (1454-6422-730). Unidade Responsável: . Data da emissão: 03/04/2017 e hora de emissão: 13:30.

Continua 2 / 3

**Município de Caçador / SC**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

Continuação
Em Reais**SAULO SPEROTTO**
PREFEITO MUNICIPAL**OSORIO ELIAS TIMMERMANN**
Secretário da Fazenda**SERGIO INHAIA**
Contador
CRC-SC 028.242/O-2

3 / 3



Município de Caçador/SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

Em Reais

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (L)=(e+k)
	Inscritos			Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a) (e)=(a+b)-(c+d)	Inscritos			Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo (b) (h)=(f+g)-(i+j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2016 (b)	Em 31 de dezembro de 2016 (g)				Em Exercícios Anteriores (f)						
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)													
EXECUTIVO													
Fundação Municipal de Cultura - FMC	1.399.259,26	6.672.837,32	2.709.944,31	90.731,90	5.271.420,37	746.115,92	7.219.723,46	561.340,29	337.062,27	153.441,76	7.475.345,35	12.746.765,72	
Fundação Municipal de Cultura - FMC	4.986,44	95.135,90	30.813,51	0,00	69.308,83	0,00	20.184,65	7.884,66	1.904,66	0,00	18.279,99	87.588,82	
Fundação Municipal de Esporte	16.545,11	325.982,13	26.911,18	0,00	315.616,06	0,00	51.894,76	16.574,18	952,33	0,00	50.942,43	366.558,49	
Fundo Municipal de Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.731,58	432,88	432,88	0,00	1.298,70	1.298,70	
Fundação Municipal do Meio Ambiente	48.558,17	283.784,61	121.223,81	12.964,69	198.154,28	2.276,04	110.411,17	31.764,78	13.398,95	0,00	99.288,26	297.442,54	
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.661,01	1.532,38	1.532,38	0,00	5.128,63	5.128,63	
Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.299,65	432,88	432,88	0,00	13.866,77	13.866,77	
Fundo Municipal de Saúde	149.629,40	905.779,94	427.779,73	77.767,21	549.862,40	0,00	442.428,57	175.640,36	170.183,06	0,00	272.245,51	822.107,91	
Fundo Municipal de Assistência Social	5.186,48	245.946,22	66.856,33	0,00	184.276,37	0,00	21.489,26	6.806,28	4.925,36	0,00	16.563,90	200.840,27	
Prefeitura Municipal de Caçador	1.174.353,66	4.816.208,52	2.036.359,75	0,00	3.954.202,43	743.839,88	6.550.632,81	320.271,89	143.299,77	153.441,76	6.997.731,16	10.951.933,59	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)													
EXECUTIVO													
Fundação Municipal de Cultura - FMC	0,00	11.235,87	5.213,55	0,00	6.022,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.022,32	
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano	22.262,08	12.681,36	10.861,39	0,00	24.082,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.082,05	
Fundação Municipal de Esporte	0,00	7.273,80	0,00	0,00	7.273,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.273,80	
Fundação Municipal do Meio Ambiente	36.690,22	32.122,05	15.623,50	0,00	53.188,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.188,77	
Fundo Municipal de Saúde	0,00	638.130,04	220.714,61	202.295,68	215.119,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	215.119,75	
Fundo Municipal de Assistência Social	24.124,43	41.869,75	36.262,45	0,00	29.731,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.731,73	
Prefeitura Municipal de Caçador	1.181.447,25	2.260.604,30	763.624,33	0,00	2.678.427,22	0,00	761,72	0,00	0,00	0,00	761,72	2.679.188,94	
TOTAL (III) = (I + II)													
	2.663.783,24	9.676.754,49	3.762.244,14	293.027,58	8.285.266,01	746.115,92	7.220.495,18	561.340,29	337.062,27	153.441,76	7.476.107,07	15.761.373,08	
MTE: Sistema e-Pública (1985-8889-466). Unidade Responsável: Data da emissão: 03/04/2017 e hora de emissão: 13:33.													

Fonte: Sistema e-Pública (1985-8897-466). Unidade Responsável: . Data da emissão: 03/04/2017 e hora de emissão: 13:33.

**Município de Caçador / SC**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação
Em Reais

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL**OSÓRIO ELIAS TIMMERMANN**
Secretário da Fazenda**SERGIO INHAIA**
Contador
CRC-SC 028.242/O-2

2 / 2



Município de Caçador/SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		% c= (b/a)x100
			Até o Bimestre (b)		
1-Receita de impostos	20.110.968,70	20.110.968,70	5.793.715,08		28,81
1.1-Receita resultante do IPTU	6.593.955,00	6.593.955,00	4.071.840,71		61,75
1.1.1-IPTU	5.548.427,00	5.548.427,00	3.864.942,48		69,66
1.1.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	1.045.528,00	1.045.528,00	206.898,23		19,79
1.2-Receita resultante do ITBI	2.073.234,50	2.073.234,50	308.449,32		14,88
1.2.1-ITBI	2.073.234,50	2.073.234,50	308.449,32		14,88
1.2.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00		0,00
1.3-Receita resultante do ISS	7.188.005,00	7.188.005,00	1.385.680,62		19,28
1.3.1-ISS	7.057.314,00	7.057.314,00	1.321.713,84		18,73
1.3.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	130.691,00	130.691,00	63.966,78		48,95
1.4-Receita resultante do IRRF	4.255.774,20	4.255.774,20	27.744,43		0,65
1.5-Receita resultante do ITR	0,00	0,00	0,00		0,00
1.5.1-ITR	0,00	0,00	0,00		0,00
1.5.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00		0,00
2-Receitas de transferências constitucionais e legais	93.597.646,60	93.597.646,60	14.223.708,77		15,20
2.1-Cota Parte FPM	38.446.044,60	38.446.044,60	5.515.077,66		14,34
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	37.103.491,60	37.103.491,60	5.515.077,66		14,86
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	1.342.553,00	1.342.553,00	0,00		0,00
2.1.3-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	0,00	0,00	0,00		0,00
2.2-Cota Parte ICMS	44.375.535,00	44.375.535,00	7.670.441,69		17,29
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	219.798,50	219.798,50	27.667,64		12,59
2.4-Cota Parte IPI-Exportação	671.276,50	671.276,50	107.230,18		15,97
2.5-Cota-Parte ITR	190.096,00	190.096,00	11.859,44		6,24
2.6-Cota-Parte IPVA	9.694.896,00	9.694.896,00	891.432,16		9,19
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00		0,00
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	113.708.615,30	113.708.615,30	20.017.423,85		17,60
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		% c= (b/a)x100
			Até o Bimestre (b)		
4-Receita da aplicação financeira de outros recursos de impostos vinculados ao ensino	0,00	0,00	0,00		0,00
5-Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00		0,00
5.1-Transferências do Salário-Educação	0,00	0,00	0,00		0,00
5.2-Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00		0,00
5.3-Transferências Diretas - PNAE	0,00	0,00	0,00		0,00
5.4-Transferências Diretas - PNATE	0,00	0,00	0,00		0,00
5.5-Outras transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00		0,00
5.6-Aplicações financeiras de recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00		0,00
6-Transferências de convênios	0,00	0,00	0,00		0,00
6.1-Transferências de convênios	0,00	0,00	0,00		0,00
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	0,00	0,00	0,00		0,00
7-Receita de Operações de créditos	0,00	0,00	0,00		0,00
8-Outras receitas para financiamentos do ensino	0,00	0,00	0,00		0,00
9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)	0,00	0,00	0,00		0,00
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		% c= (b/a)x100
			Até o Bimestre (b)		
10-Receitas destinadas ao FUNDEB	17.873.776,39	17.873.776,39	2.844.741,33		15,92

1 / 4



Município de Caçador/SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

10.1-Cota Parte FPM (20% de 2.1.1)	6.843.455,99	6.843.455,99	1.103.015,47	16,12
10.2-Cota Parte ICMS (20% de 2.2)	8.875.107,00	8.875.107,00	1.534.088,17	17,29
10.3-ICMS Desoneração (20% de 2.3)	43.959,70	43.959,70	5.533,52	12,59
10.4-Cota Parte IPI-Exportação (20% de 2.4)	134.255,30	134.255,30	21.446,02	15,97
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5))	38.019,20	38.019,20	2.371,86	6,24
10.6-Cota-Parte IPVA (20% de 2.6)	1.938.979,20	1.938.979,20	178.286,29	9,19
11-Receitas recebidas do FUNDEB	26.000.000,00	26.000.000,00	5.094.802,69	19,60
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	25.957.228,40	25.957.228,40	5.076.586,80	19,56
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	42.771,60	42.771,60	18.215,89	42,59

12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)

8.083.452,01 8.083.452,01 2.231.845,47 27,61

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ⁶ (i)
			Até o bimestre (e)	% f=(e/d)x100	Até o bimestre (g)	% h=(g/d)x100	
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	16.409.865,53	16.409.865,53	4.001.149,00	24,38	3.918.661,32	23,88	0,00
13.1-Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2-Com Ensino Fundamental	16.409.865,53	16.409.865,53	4.001.149,00	24,38	3.918.661,32	23,88	0,00
14-OUTRAS DESPESAS	9.590.134,47	9.590.134,47	3.799.740,28	39,62	1.374.046,06	14,33	0,00
14.1-Com Educação Infantil	99.087,54	99.087,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	9.491.046,93	9.491.046,93	3.799.740,28	40,03	1.374.046,06	14,48	0,00
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	26.000.000,00	26.000.000,00	7.800.889,28	30,00	5.292.707,38	20,36	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							Valor
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							0,00
16.1- FUNDEB 60%							0,00
16.2- FUNDEB 40%							0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1- FUNDEB 60%							0,00
17.2- FUNDEB 40%							0,00
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							5.292.707,38
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ⁴ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							76,91
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							26,97
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100- (19.1 + 19.2)) %							-3,88
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							Valor
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 ²							0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ⁶ (i)
			Até o Bimestre (e)	% f=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x100	
22-EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1-Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2-Custeadas com outros recursos de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2-Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2-Custeadas com outros recursos de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23-ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2-Custeadas com outros recursos de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24-Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25-Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26-Ensino Profissional não integrado ao ensino regular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 4



Município de Caçador/SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

27-Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
29-Resultado líquido das transferências do FUNDEB = (12)	2.231.845,47
30-Despesas custeadas com a complementação do FUNDEB no exercício	0,00
31-Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB até o bimestre = (49)	18.215,89
32-Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB	0,00
33-Despesas custeadas com superávit financeiro, do exercício anterior, de outros recursos impostos	0,00
34-Restos a pagar inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino ⁴	0,00
35-Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com dispon financ de rec de impostos vinculados ao ensino = (45j)	0,00
36-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29+30+31+32+33+34+35) ⁶	2.250.061,36
37-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (36)) ⁶	-2.250.061,36
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % ⁶ - LIMITE CONSTITUCIONAL 25% ⁵	-11,24

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ⁵ (i)
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h= (g/d)x100	
39-Custeadas com aplic finan de outros rec de imposto vinculadas ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40-Custeadas com contrib social salário-educação	3.267.275,00	3.267.275,00	1.070.939,33	32,78	246.246,57	7,54	0,00
41-Custeadas com operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42-Custeadas com outras receitas para finan do ensino	3.267.275,00	3.267.275,00	1.070.939,33	32,78	246.246,57	7,54	0,00
43-TOTAL OUTRAS DESPESAS (39+40+41+42)	6.534.550,00	6.534.550,00	2.141.878,66	32,78	492.493,14	7,54	0,00
44-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (28+43)	6.534.550,00	6.534.550,00	2.141.878,66	32,78	492.493,14	7,54	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO

SALDO ATÉ O BIMESTRE CANCELADO EM 2017 (j)

45-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	1.384.621,25	0,00
45.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	1.384.621,25	0,00
45.2-Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

VALOR

	FUNDEB	Salário Educação
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	0,00	0,00
47-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	5.076.586,80	656.468,53
48-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	4.251.805,04	157.609,85
48.1-Orçamento do Exercício (+ extras)	4.251.805,04	157.609,85
48.2 Restos a Pagar (+ extras)	0,00	0,00
49-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	18.215,89	2.898,94
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	842.997,65	501.757,62
51- (+) Ajustes	0,00	0,00
51.1 Retenções	0,00	0,00
51.2 Conciliação Bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	842.997,65	501.757,62

FONTE: Sistema e-Pública (1809-4724-639). Unidade Responsável: . Data da emissão: 03/04/2017 e hora de emissão: 13:36.

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Continua 3 / 4

**Município de Caçador/SC**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

Continuação

R\$ 1,00

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

OSÓRIO ELIAS TIMMERMANN
Secretário da Fazenda

SÉRGIO INHAIA
Contador
CRC-SC 028.242/O-2



Município de Caçador / SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2017

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			Em Reais	
						SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)	
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)		0,00				0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis		0,00				0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis		0,00				0,00	0,00
DESPESAS							
		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (f)
		(d)					(g) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2016		(h)	2017			SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)	
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		0,00	(i) = (Ib - (IIe + IIIf))			0,00	
VALOR (III)		0,00				0,00	

FONTE: Sistema e-Pública (2032-9388-326). Unidade Responsável: . Data da emissão: 31/03/2017 e hora de emissão: 17:34.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

OSÓRIO ELIAS TIMMERMANN
Secretário da Fazenda

SERGIO INHAIA
Contador
CRC-SC 028.242/O-2



Município de Caçador/SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	20.110.968,70	20.110.968,70	5.793.715,08	28,81
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	5.548.427,00	5.548.427,00	3.864.942,48	69,66
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.073.234,50	2.073.234,50	308.449,32	14,88
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	7.057.314,00	7.057.314,00	1.321.713,84	18,73
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.255.774,20	4.255.774,20	27.744,43	0,65
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	71.286,00	71.286,00	20.774,44	29,14
Dívida Ativa dos Impostos	784.146,00	784.146,00	175.709,73	22,41
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	320.787,00	320.787,00	74.380,84	23,19
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	92.255.093,60	92.255.093,60	14.223.708,77	15,42
Cota-parte FPM	37.103.491,60	37.103.491,60	5.515.077,66	14,86
Cota-parte ITR	190.096,00	190.096,00	11.859,44	6,24
Cota-parte IPVA	9.694.896,00	9.694.896,00	891.432,16	9,19
Cota-parte ICMS	44.375.535,00	44.375.535,00	7.670.441,69	17,29
Cota-parte do IPI - Exportação	671.276,50	671.276,50	107.230,18	15,97
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	219.798,50	219.798,50	27.667,64	12,59
Desoneração ICMS (LC 87/96)	219.798,50	219.798,50	27.667,64	12,59
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	112.366.062,30	112.366.062,30	20.017.423,85	17,81

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	9.550.448,68	9.550.448,68	1.540.199,16	16,13
Provenientes da União	8.729.035,88	8.729.035,88	1.325.835,48	15,19
Provenientes dos Estados	320.787,00	320.787,00	119.590,50	37,28
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	500.625,80	500.625,80	94.773,18	18,93
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	1.069,29	1.069,29	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	9.551.517,97	9.551.517,97	1.540.199,16	16,13

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS?
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)x100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)x100	
DESPESAS CORRENTES	34.479.092,47	34.479.092,47	10.013.839,83	29,04	6.165.817,39	17,88	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	22.080.935,35	22.080.935,35	5.612.438,40	25,42	5.098.221,74	23,09	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	12.398.157,12	12.398.157,12	4.401.401,43	35,50	1.067.595,65	8,61	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	382.568,20	382.568,20	8.502,39	2,22	0,00	0,00	0,00
Investimentos	382.568,20	382.568,20	8.502,39	2,22	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	34.861.660,67	34.861.660,67	10.022.342,22	28,75	6.165.817,39	17,69	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS?
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	1.424.690,63	14,22	1.418.843,54	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	9.014.179,90	9.014.179,90	2.931.236,31	29,25	1.410.269,67	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	8.693.392,90	8.693.392,90	2.686.780,84	26,81	1.286.359,24	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 3



Município de Caçador/SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Outros Recursos	320.787,00	320.787,00	244.455,47	2,44	123.910,43	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	9.014.179,90	9.014.179,90	4.355.926,94	43,46	2.829.113,21	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	25.847.480,77	25.847.480,77	5.666.415,28	56,54	3.336.704,18	54,12	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIIb x 100)⁶ - LIMITE CONSTITUCIONAL **16,67**

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]⁶ **334.090,60**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em Exercícios Anteriores a 2013 (Somatório)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores a 2013 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2012	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores a 2012 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS?
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x100	
Atenção Básica	34.841.660,67	34.841.660,67	10.012.721,28	99,90	6.163.355,94	99,96	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3

**Município de Caçador/SC****RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	20.000,00	20.000,00	9.620,94	0,10	2.461,45	0,04	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	34.861.660,67	34.861.660,67	10.022.342,22	100,00	6.165.817,39	100,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1625-7685-264). Unidade Responsável: . Data da emissão: 03/04/2017 e hora de emissão: 13:44.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestreSaldo Final.**SAULO SPEROTTO**
PREFEITO MUNICIPAL**OSÓRIO ELIAS TIMMERMANN**
Secretário da Fazenda**SÉRGIO INHAIA**
Contador
CRC-SC 028.242/O-2



Município de Caçador/SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

LRF, Art. 48 – Anexo 14

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		183.106.314,70		
Previsão Atualizada		183.106.314,70		
Receitas Realizadas		33.672.351,93		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados por Créditos Adicionais)		349.200,99		
DESPESAS				
Dotação Inicial		171.192.180,23		
Créditos Adicionais		1.530.400,99		
Dotação Atualizada		172.722.581,22		
Despesas Empenhadas		38.343.441,97		
Despesas Liquidadas		23.137.602,71		
Despesas Pagas		19.745.671,91		
Superávit Orçamentário		10.534.749,22		
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		38.343.441,97		
Despesas Liquidadas		23.137.602,71		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		170.015.166,05		
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		4.157.268,60		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		2.325.548,81		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		1.831.719,79		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-3.164.851,20	-11.947.115,54	377,49
Resultado Primário		1.046.330,42	10.083.123,03	963,67
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	12.340.537,73	293.027,58	3.762.244,14	8.285.266,01
Poder Executivo	12.340.537,73	293.027,58	3.762.244,14	8.285.266,01
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	7.966.611,10	153.441,76	337.062,27	7.476.107,07
Poder Executivo	7.966.611,10	153.441,76	337.062,27	7.476.107,07
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	20.307.148,83	446.469,34	4.099.306,41	15.761.373,08
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de impostos em MDE		-2.247.294,60	25,00	-11,22
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.918.661,32	60,00	76,91
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	10,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		3.336.704,18	15,00	16,66
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE: Sistema e-Pública (2147-9482-859). Unidade Responsável: . Data da emissão: 03/04/2017 e hora de emissão: 15:13.

1 Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

**Município de Caçador/SC**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

LRF, Art. 48 – Anexo 14

Continuação
Em Reais

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

OSÓRIO ELIAS TIMMERMANN
Secretário da Fazenda

SÉRGIO INHAIA
Contador
CRC-SC 028.242/O-2



Município de Caçador / SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22,25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31/12/2016 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		Saldo Total (c) = (a+b)							
		No bimestre	Até o bimestre(b)								
TOTAL DE ATIVOS											
Direitos Futuros											
Ativos Contabilizados na SPE											
Contrapartida para Provisões de PPP											
TOTAL DE PASSIVOS(I)											
Obrigações Não Relacionadas a Serviços											
Contrapartida para Ativos da SPE											
Provisões de PPP											
GARANTIAS DE PPP(II)											
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP(III)=(I-II)											
PASSIVOS CONTINGENTES											
Contraprestações Futuras											
Riscos Não Provisionados											
Outros Passivos Contingentes											
ATIVOS CONTINGENTES											
Serviços Futuros											
Outros Ativos Contingentes											
DESPESAS DE PPP	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Do Ente Federado (IV)											
Das Estadais Não-dependentes											
TOTAL DAS DESPESAS											
RECEITAS CORRENTES LÍQUIDA(RCL)(V)											
TOTAL DAS RECEITAS/RCL(%) (VI)=(IV)/(V)											

FOITE: Sistema e-Pública (1537-2941-736). Unidade Responsável: . Data da emissão: 03/04/2017 e hora de emissão: 13:45.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

OSÓRIO ELIAS TIMMERMANN

Secretário da Fazenda

SERGIO INHAIA

Contador

CRC-SC 028.242/O-2

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01, DE 03 DE ABRIL DE 2017**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01, de 03 de abril de 2017.

Convoca aprovado em Concurso Público.

A Diretora Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 91, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com os arts. 37 e 41, da Constituição Federal/1988, combinado com o art. 17, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o estabelecido no art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII, ambos da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe acerca do Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador,

CONVOCA:

O cidadão a seguir relacionado, classificado em Concurso Público, conforme Edital de Concurso Público nº 01/2015, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO, de acordo com o Decreto nº 6.639, de 10/12/2015, que homologou o resultado final do Concurso, conforme sequência de classificação:

ANALISTA PREVIDENCIÁRIO:

Leonardo Felipe Duarte

a) O cidadão deverá se apresentar na sede do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, localizada na Rua General Ozório, nº 52, Centro, nesta cidade de Caçador/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo, perder o direito ao Concurso de ingresso;

b) A nomeação, a posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 03 de abril de 2017.

Mari Aparecida Ceolla Biela - DIRETORA PRESIDENTE.

PORTARIA Nº 1031, 03 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA nº 1031, 03 de abril de 2017.

Exonera a Servidora THAYS NADIN MACHADO.

A Diretora Presidente e o Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015,

RESOLVEM:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a Servidora Pública Municipal THAYS NADIN MACHADO, matrícula nº 3386, ocupante do cargo de Analista Previdenciário do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, nomeada pela Portaria nº 882, de 01 de fevereiro de 2016, a contar desta data.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima, nos termos do inciso I, do art. 71, da Lei Complementar Municipal nº 56, de 20 de dezembro de 2004.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 03 de abril de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 03 de abril de 2017.

Mari Aparecida Ceolla Biela - DIRETORA PRESIDENTE.

Fabio Deniz Casagrande- DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO.

Camboriú

PREFEITURA

271/2017

PORTARIA Nº.271/2017

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Complementar nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 30(noventa) dias, referente a 40 horas semanais, a servidor CLARENICE MARIA CARDOZO, portador do CPF Nº035.590.659-76, matrícula nº4886, a partir de 18/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, em 19 de janeiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

272/2017

PORTARIA Nº.272/2017

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Complementar nº. 039/2012, de 02/01/2012, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 30(trinta) dias, referente a 40 horas semanais, ao servidor CLARICE ROCA MEZZOMO, portador do CPF Nº001.999.950-01, matrícula nº12298, a partir de 11/01/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, em 19 de janeiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

273/2017

PORTARIA Nº.273/2017

NOMEIA SECRETARIA DE ESCOLA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, MAYARA PEREIRA, no cargo de SECRETARIA DE ESCOLA, da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, em 20 de Janeiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

274/2017

PORTARIA nº.274/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 20/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ARIANA DEOLINDO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE PACS	016/2017	032

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 20 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

275/2017

PORTARIA nº.275/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 20/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
DAVID ALEXANDRE FARIAS	MOTORISTA SOCORRISTA SAMU	017/2017	004

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 20 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

276/2017

PORTARIA nº.276/2017

Prorroga contrato de Funcionário(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº2893/2016, de 27.01.2016, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária, necessita de mão de obra para dar prosseguimento ao atendimento nos postos de saúde, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais a comunidade;

CONSIDERANDO que não há aprovados em processo seletivo e para dar continuidade aos trabalhos do funcionário abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 31/12/2016 á 03/02/2017.

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
CARLOS ALEXANDRE DE BRITO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE PACS	014/2016	020/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 20 de janeiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

277/2017

PORTARIA nº.277/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 20/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ALVARO EDIL STAHNKE	MOTORISTA	018/2017	006

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 20 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

278/2017

PORTARIA Nº.278/2017

NOMEIA AUXILIAR IMEDIATO-EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei nº. 1096/1994 de 30/09/1994 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, CARLOS HENRIQUE MOTA RODRIGUES, no cargo de AUXILIAR IMEDIATO-EDUCAÇÃO, da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 23 de Janeiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

279/2017

PORTARIA Nº.279/2017

NOMEIA DIRETOR DE SERVIÇOS GERAIS DO CAIC JOVEM AILOR FRANCISCO LOTÉRIO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei nº. 1096/1994 de 30/09/1994 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, EDSON LUIZ GODARTH, no cargo de DIRETOR DE SERVIÇOS GERAIS do CAIC Jovem Ailor Francisco Lotério, da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 23 de Janeiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

280/2017

PORTARIA Nº.280/2017

NOMEIA ASSESSOR ADJUNTO DE DEPARTAMENTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, JESSICA HELENA GOMES, no cargo de ASSESSOR ADJUNTO DE DEPARTAMENTO, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, em 23 de Janeiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

281/2017

PORTARIA nº.281/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 23/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ALAN MANOEL GUIMARAES	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF	019/2017	052

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 23 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

282/2017

PORTARIA nº.282/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 23/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ELZA DIEHL OURIQUE	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF	020/2017	066

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 23 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

283/2017

PORTARIA nº.283/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;
CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;
CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 23/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
DIONE FATIMA DE SOUZA	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF	021/2017	046

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 23 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

284/2017

PORTARIA nº.284/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;
CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;
CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 23/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
MARCIA REGINA CANDIDO	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	022/2017	001

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 23 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

285/2017

PORTARIA nº.285/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 23/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
JOSIANE BARCELO AMARAL	AUXILIAR DE ENFERMAGEM ESF	023/2017	005

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 23 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

286/2017

PORTARIA nº.286/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 23/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ROSALINA DO NASCIMENTO	AUXILIAR DE ENFERMAGEM	024/2017	002

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 23 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

287/2017

PORTARIA nº.287/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 23/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
MILENA MARQUES RIBEIRO	ENFERMEIRA ESF	025/2017	039

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 23 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

288/2017

PORTARIA Nº.288/2017

NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ANTONIO CARLOS BARTH MOREIRA, no cargo de CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 23 de Janeiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

289/2017

PORTARIA nº.289/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 23/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ALINE DALBERTO VASCONCELOS	CIRURGIÃO DENTISTA ESF	026/2017	010

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 23 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

290/2017

PORTARIA Nº.290/2017

NOMEIA ASSESSOR ADJUNTO DE DEPARTAMENTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ANA CAROLINA MARAN FIGUEIREDO, no cargo de ASSESSOR ADJUNTO DE DEPARTAMENTO, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 24 de Janeiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

291/2017

PORTARIA Nº.291/2017

NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, FRANCIELLE VICENTE DOS SANTOS, no cargo de CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, em 24 de Janeiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

292/2017

PORTARIA Nº.292/2017

NOMEIA COORDENADOR DA CASA DA CIDADANIA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, VALMOR ALEXANDRE GONÇALVES, no cargo de COORDENADOR DA CASA DA CIDADANIA, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, em 24 de Janeiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

293/2017

PORTARIA Nº.293/2017

NOMEIA ASSESSOR DE ORGÃOS CONSULTIVOS

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, THEVES DARIAN DOS SANTOS RIBEIRO, no cargo de ASSESSOR DE ORGÃOS CONSULTIVOS, do GABINETE DO PREFEITO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, em 24 de Janeiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

294/2017

PORTARIA Nº.294/2017

NOMEIA ASSESSOR ADJUNTO DE DEPARTAMENTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, SABRINA DA SILVA ROSA, no cargo de ASSESSOR ADJUNTO DE DEPARTAMENTO, da SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, em 24 de Janeiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

295/2017

PORTARIA Nº.295/2017

NOMEIA COORDENADOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, HUDSON RICARDO PEREIRA, no cargo de COORDENADOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA, da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, em 25 de Janeiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

296/2017

PORTARIA Nº.296/2017

NOMEIA ASSESSOR PARA ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, WILMAR BARBOSA, no cargo de ASSESSOR PARA ASSUNTOS COMUNITÁRIOS, do GABINETE DO PREFEITO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, em 25 de Janeiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

297/2017

PORTARIA Nº.297/2017
NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, RICARDO EDUARDO, no cargo de CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO, da SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, em 26 de Janeiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

298/2017

PORTARIA Nº.298/2017
NOMEIA DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, NIVALDO EVARISTO JUNIOR, no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS, da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, em 26 de Janeiro de 2017.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

299/2017

PORTARIA nº.299/2017
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;
CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;
CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 26/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
DEIVID DOS SANTOS COELHO	MOTORISTA SOCORRISTA SAMU	027/2017	007

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 26 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

300/2017

PORTARIA nº.300/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 27/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
DAIANE VIEIRA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE PACS	028/2017	024

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 27 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

301/2017

PORTARIA nº.301/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 27/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
MARINA ANDRE DOS SANTOS	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE PACS	029/2017	011

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 27 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

303/2017

PORTARIA nº.303/2017
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;
CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;
CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;
RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 27/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ANA PAULA MAGALHAES SEBAGE PEREIRA	RECEPCIONISTA ESF	030/2017	038

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 27 de janeiro de 2016.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

304/2017

PORTARIA nº.304/2017
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;
CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;
CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;
RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 27/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
PAULO NADER	ENFERMEIRO ESF	031/2017	051

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 27 de janeiro de 2016.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

307/2017

PORTARIA nº.307/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 30/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ELIANE APARECIDA DE LIMA DA SILVA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE PACS	032/2017	35

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 30 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

308/2017

PORTARIA nº.308/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 30/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ELIZIANE JURACI PINHEIRO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE PACS	033/2017	002

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 30 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

309/2017

PORTARIA nº.309/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 30/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
LUCIANA MACHADO PEREIRA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE PACS	034/2017	015

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 30 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

310/2017

PORTARIA nº.310/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 30/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ROSANI CHAGAS	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE PACS	035/2017	018

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 30 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

311/2017

PORTARIA nº.311/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 30/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
NEIDE GRETE MARTINS CORREA	RECEPCIONISTA	036/2017	031

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 30 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

312/2017

PORTARIA nº.312/2017
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 30/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
JANIO ROBERTO DALAGO DEICHMANN	RECEPCIONISTA	037/2017	032

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 30 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

313/2017

PORTARIA nº.313/2017
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 30/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
DANIELI REGINA DA SILVA ROBLES	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF	038/2017	070

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 30 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

314/2017

PORTARIA nº.314/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 30/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
SAIONARA LOPES FONSECA	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF	039/2017	086

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 30 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

315/2017

PORTARIA nº.315/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 30/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
REGINALDO DE CASTRO VIANA	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF	040/2017	078

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 30 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

316/2017

PORTARIA nº.316/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 30/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ANGELO CESAR GERVASIO JUNIOR	AGENTE DE ENDEMIAS	041/2017	014

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 30 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

317/2017

PORTARIA nº.317/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 30/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
JEAN GUILHERME RODRIGUES DE ANDRADE	AGENTE DE ENDEMIAS	042/2017	009

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 30 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

318/2017

PORTARIA nº.318/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 30/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
MARGARETE PEREIRA DA LUZ	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	043/2017	042

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 30 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

319/2017

PORTARIA nº.319/2017
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;
CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;
CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 30/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ELIZANDRA CARDOSO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	044/2017	033

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 30 de janeiro de 2016.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

320/2017

PORTARIA nº.320/2017
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;
CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;
CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 30/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
LUCAS RAFAEL CESARIO PEREIRA DA SILVA	DIGITADOR ESF	045/2017	025

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 30 de janeiro de 2016.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

321/2017

PORTARIA Nº.321/2017

NOMEIA DIRETOR DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, MARILENA SOARES, no cargo de DIRETORA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, com subsídios previstos em Lei, a partir de 11/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 30 de Janeiro de 2017.

ÉLCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

322/2017

PORTARIA Nº.322/2017

Exonera Servidor(a) a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº. 039/2012, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, o(a) Servidor(a) ELISANDRA MARCOLLA DE SOUZA, portador do CPF Nº.001.006.329-39, matrícula 20814, do cargo efetivo de PROFESSOR 20 HORAS, do Concurso Público Edital nº025/2013, a partir de 01/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 30 de janeiro de 2017.

ÉLCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

323/2017

PORTARIA Nº.323/2017

Exonera Servidor(a) a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº. 039/2012, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, o(a) Servidor(a) LISANDRA FACIN NARESSI, portador do CPF Nº918.234.120-68, matrícula 13391, do cargo efetivo de PSICOLOGO, do Concurso Público Edital nº001/2007, a partir de 01/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 30 de janeiro de 2017.

ÉLCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

324/2017

PORTARIA Nº.324/2017

Exonera Servidor(a) a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº. 039/2012, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, o(a) Servidor(a) ADRIJANE FRANÇA, portador do CPF Nº001.068.929-08, matrícula 19407, do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, do Concurso Público Edital nº025/2013, a partir de 01/02/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 30 de janeiro de 2017.

ÉLCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

325/2017

PORTARIA Nº.325/2017

Exonera cargo comissionado a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, o(a) Servidor(a), do Cargo em Comissão da relação que segue abaixo, a partir de 01/02/2017;

NOME	CARGO	MATRÍCULA
MILENA ROVER ADRIANO	ASSESSOR DE DEPARTAMENTO	20529

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 31 de janeiro de 2017.

ÉLCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

326/2017

PORTARIA Nº.326/2017

Exonera Servidor(a) a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº. 019/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, o(a) Servidor(a) TATHIANA CRISTINE PAREDES, portador do CPF Nº045.101.299-20, matrícula 19934, do cargo efetivo de PROFESSOR 20 HORAS, do Concurso Público Edital nº025/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 31 de janeiro de 2017.

ÉLCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

327/2017

PORTARIA nº.327/2017

Prorroga contrato de Funcionário(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei nº2893/2016, de 27.01.2016, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária, necessita de mão de obra para dar prosseguimento ao atendimento nos postos de saúde, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais a comunidade;

CONSIDERANDO que não há aprovados em processo seletivo e para dar continuidade aos trabalhos do funcionário abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 31/12/2016 á 31/01/2017.

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
JULIANA VANZUITA DA ROCHA	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF	027/2016	21/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, em 31 de janeiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

328/2017

PORTARIA nº.328/2016

Rescinde contrato, a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº027/2016 de 18/01/2016, firmado entre JULIANA VANZUITA DA ROCHA, matrícula nº20257, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de TECNICO DE ENFERMAGEM - ESF.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 31 de janeiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

329/2017

PORTARIA nº.329/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 31/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
JOSEMARA MANLOSKI	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE PACS	046/2017	031

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 31 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

330/2017

PORTARIA nº.330/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 31/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
VANESSA CORREA LINHARES CORREA	ENFERMEIRA ESF	047/2017	056

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 31 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

331/2017

PORTARIA nº.331/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 31/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ROSELI DE LIMAS DA SILVA	AUXILIAR DE SEVIÇOS GERAIS – ESF	048/2017	043

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 31 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

332/2017

PORTARIA nº.332/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo 003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 31/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
CLAUDIA WINCKLER	ENFERMEIRO ESF	322/2017	059

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 31 de Janeiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

333/2017

PORTARIA nº.333/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 31/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
BARBARA DE OLIVEIRA	DIGITADOR – ESF	050/2017	020

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 31 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

334/2017

PORTARIA nº.334/2017
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 31/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ANA CLAUDIA PEREIRA BERNARDES TEODORO	TECNICA DE ENFERMAGEM PROGRAMA DST/AIDS	051/2017	002

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 31 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

335/2017

PORTARIA nº.335/2017
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais e ao Programa DST/AIDS;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 31/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
NOELI RENATA DA SILVA	TECNICA DE ENFERMAGEM PROGRAMA DST/AIDS	052/2017	001

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 31 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

336/2017

PORTARIA nº.336/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 31/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
MARIANA FRANCO COSTA	CIRURGIÃO DENTISTA ESF	053/2017	017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 31 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

337/2017

PORTARIA nº.337/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 31/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
MONIQUE DE OLIVEIRA E SILVA VICENTE	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – PACS	054/2017	033

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 31 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

338/2017

PORTARIA nº.338/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 23/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
LETICIA NUNES DA SILVA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – PACS	055/2017	021

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 31 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

339/2017

PORTARIA nº.339/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 23/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
DANIELA ESPINDULA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – PACS	056/2017	026

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 31 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

340/2017

PORTARIA nº.340/2017

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 23/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
FATIMA COSTA	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF	057/2017	048

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 31 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

341/2017

PORTARIA nº.341/2017
Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;
CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 31/01/2017 á 31/12/2017.

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
MARIA JOSEFINA SIMAO SOUTO	TECNICO DE ENFERMAGEM	058/2017	002

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 31 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

342/2017

PORTARIA nº.342/2017
Prorroga contrato de Funcionário(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº2893/2016, de 27.01.2016, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria de Educação, necessita de mão de obra para dar prosseguimento ao atendimento nas dependências das escolas e CEI, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais a comunidade;

CONSIDERANDO que não há aprovados em processo seletivo e para dar continuidade aos trabalhos do funcionário abaixo;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Contrato Administrativo de Prestação de Serviço, firmado entre as partes, de 31/12/2016 á 31/01/2017.

NOME	CARGO	CONT.	T. AD.
SELMO MACHADO	VIGIA	084/2016	022/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, em 31 de janeiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

343/2017

PORTARIA nº.343/2016

Rescinde contrato, a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº084/2016 de 01/02/2016, firmado entre SELMO MACHADO, matrícula nº20321, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de VIGIA.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 31 de janeiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

344/2017

PORTARIA nº 344/2017

Reduz carga horária a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº19/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Reduzir, a pedido, a carga horária do (a) servidor (a) TONY DE AGUIAR, matrícula nº. 11733, que ocupa o cargo de PROFESSOR, efetivo, passando de 20 horas a 10 horas semanais.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 31 de janeiro de 2016.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

345/2017

PORTARIA Nº.345/2017

Exonera Servidor(a) a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº. 019/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, o(a) Servidor(a) ELIANA ANDREA DE SIQUEIRA BACKES, portador do CPF Nº023.628.479-77, matrícula 11716, do cargo efetivo de PROFESSOR 20 HORAS, do Concurso Público Edital nº001/2007.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 31 de janeiro de 2017.

ÉLCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

346/2017

PORTARIA Nº.346/2017

NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO PARLAMENTAR

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, GLAUCIA FERNANDA DESPLANCHES SIDOR BECHTOLD, no cargo de CHEFE DE DIVISÃO PARLAMENTAR, da PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 01 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

347/2017

PORTARIA Nº.347/2017

NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, DANIEL DA SILVA PROENÇA, no cargo de CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO, da SECRETARIA DA SAUDE, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 01 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

348/2017

PORTARIA Nº.348/2017

NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, MICHEL BERNARDES MENDES, no cargo de CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO, da SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 01 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

349/2017

PORTARIA Nº.349/2017

NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei

Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ANTONIO CARLOS STOLFI JUNIOR, no cargo de CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO, da SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 01 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

350/2017

PORTARIA Nº.350/2017

NOMEIA ASSESSOR DE OUVIDORIA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ISAEY MARINA CARDOSO, no cargo de ASSESSOR DE OUVIDORIA, do GABINETE DO PREFEITO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 01 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

351/2017

PORTARIA Nº.351/2017

NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, JULIANA BRITO DA SILVA, no cargo de CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO, da SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 01 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

352/2017

PORTARIA Nº.352/2017
NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, RAFAEL DE SOUZA RONCAGLIO, no cargo de CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO, da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 01 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

353/2017

PORTARIA Nº.353/2017
NOMEIA COORDENADOR NA AREA DE VIGILANCIA SOCIOASSISTENCIAL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, DARA GABRIELA DA SILVA BASTOS, no cargo de COORDENADOR NA AREA DE VIGILANCIA SOCIOASSISTENCIAL, da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTENCIA SOCIAL, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 01 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

354/2017

PORTARIA Nº.354/2017
NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ONEIDE BORGES DOS SANTOS, no cargo de CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO, da SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 01 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

355/2017

PORTARIA Nº.355/2017
NOMEIA DIRETOR DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, TATIANE DA SILVA PENTEADO BERTOTTI, no cargo de DIRETOR DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTENCIA SOCIAL, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 01 de fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

356/2017

PORTARIA Nº.356/2017

NOMEIA COORDENADOR DA CASA DA COSTURA DO AREIAS

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ROSE MERI BORBA, no cargo de COORDENADOR DA CASA DA COSTURA DO AREIAS, da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTENCIA SOCIAL, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 01 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

357/2017

PORTARIA Nº.357/2017

NOMEIA COORDENADOR DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ADILSON GERONCIO CORREA, no cargo de COORDENADOR DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, da SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 01 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

358/2017

PORTARIA Nº.358/2017

NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de

18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, JOSOE JOAO DO NASCIMENTO, no cargo de CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO, da SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 01 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

359/2017

PORTARIA Nº.359/2017

NOMEIA ASSESSOR ADJUNTO DE DEPARTAMENTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, JULIANE CRISTINA VIGNOLI, no cargo de ASSESSOR ADJUNTO DE DEPARTAMENTO, da SECRETARIA DE FINANÇAS, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 01 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB

Secretário da Administração

360/2017

PORTARIA Nº.360/2017

NOMEIA SECRETARIA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, HAGATA CRISTINE DA SILVA, no cargo de SECRETARIA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Em 01 de Fevereiro de 2017.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado na Secretaria de Administração

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário da Administração

CC 01/17 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 001/2017 - PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROPAGANDA QUE SE COMPÕE DE PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, VEICULAÇÃO E CONTROLE DE CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS, PROMOÇÕES, MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO, PRODUÇÃO GRÁFICA E ELETRÔNICA, PROJETOS PUBLICITÁRIOS, EVENTOS E OUTROS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA AS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL REALIZADAS PELA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO, DE ACORDO COM O BRIEFING 001/2017 E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

TIPO DE JULGAMENTO: TÉCNICA E PREÇO.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 25 (Vinte e Cinco) de Maio de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 03 de Abril de 2017

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

COMUNICADO NOMES PARA SORTEIO CC 01/17

COMUNICADO

A Assessoria de Comunicação Social, através do Departamento de Compras e Licitações comunica que, de acordo com o disposto no artigo 10 da Lei 12.232/2010, realizará sorteio para formação da subcomissão técnica para acompanhamento da Concorrência Pública nº 001/2017 - PMC, conforme informações abaixo:

Data: 18 de abril de 2017

Horário: 13h00min

Local: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Camboriú, localizada na Rua Getúlio Vargas, 77, Centro, Camboriú/SC.

Relação dos participantes para o sorteio:

BRUNA AGNOLETTI HORVATH
FÁBIO BORBA
FELIPE COSTA

GUSTAVO ZONTA
JOANA GALL PEREIRA
LAURA SELIGMAN
NICOLE CRISTINA BUGNOTTO
RAFAEL BONA
SÍLVIA MENDES

Camboriú, 03 de Abril de 2017.

RAMON MARCIDES JACOB
Secretário de Administração

DL 08/17 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 008/2017 – FMS

Data: 03/04/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA PARA ATENDER A DEMANDA EMERGENCIAL DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA E SAÚDE DA MULHER DURANTE 30 (TRINTA) DIAS. Valor total: R\$ R\$ 4.166,75 (Quatro Mil Cento e Sessenta e Seis Reais e Setenta e Cinco Centavos).

Secretaria: Secretaria Municipal da Saúde.

Contratada: ANDREZZA SHIRAI PIRES

Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV" da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 03 de Abril de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 823/2017

PORTARIA N.º 823/2017

Constitui e nomeia a Comissão Municipal de Levantamento das Ocupações de Terrenos dos Cemitérios Municipais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Municipal de Levantamento das Ocupações de Terrenos dos Cemitérios Municipais, a qual tem por atribuições:

I - verificar a existência de possíveis irregularidades na ocupação das áreas;

II - conferir a quantidade de terrenos disponíveis;

III - analisar a necessidade e possibilidade de ampliação dos cemitérios municipais;

IV - avaliar os demais assuntos relacionados aos cemitérios municipais.

Art. 2º A Comissão Municipal de Levantamento das Ocupações de Terrenos dos Cemitérios Municipais será integrada pelos seguintes servidores:

I - Claudinei Loos, representante da Secretaria Municipal de Finanças - Presidente;

II - Ramon Marcides Jacob, representante da Secretaria Municipal de Administração - Secretário;

III - Fernando Garcia Junior, representante da Secretaria Municipal de Finanças - Membro;

IV - Eliomar Getúlio Pereira, representante da Secretaria Municipal de Obras - Membro;

V - Viviane Zimmermann, representante da Secretaria Municipal de Finanças - Membro;

VI - Glaucia Fernanda Desplanches Sidor, representante da Procuradoria-Geral do Município – Membro.

Art. 3º O exercício das funções exercidas pelos integrantes que

compõem a comissão de que trata este Decreto não serão remuneradas.

Art. 4º Fica revogada a Portaria Municipal n.º 944/2016.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC

Em, 1º de março de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob
Secretário M. de Administração

PORTARIAS 819, 820 E 821

PORTARIA Nº 819, DE 1º DE MARÇO DE 2017.

“Nomeia o Pregoeiro Oficial e respectiva equipe de apoio para a realização de licitação, na modalidade pregão, no âmbito do poder executivo do município de Camboriú-SC, especificamente para o Fundo Municipal de Assistência Social e para as Fundações Municipais: de Esportes; Cultural, e de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM, para os exercícios de 2017 e 2018”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base no art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado o Pregoeiro Oficial e respectiva Equipe de apoio para a realização da licitação, da modalidade Pregão, no âmbito do Poder Executivo deste Município de Camboriú-SC, especificamente para o Fundo Municipal de Assistência Social e para as Fundações Municipais: de Esportes; Cultural, e de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM, no decorrer de 2017 e 2018, conforme abaixo identificado pelos seguintes membros:

- PREGOEIRO OFICIAL: LUIZ ARMANDO DECEZARO

- EQUIPE: GABRIEL DA SILVA DUARTE
LUCIANE COITO DOS SANTOS
SUZETE TEIXEIRA RODRIGUES

Art. 2º. Caberá ao Pregoeiro Oficial e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento de propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, e deverá cumprir aos princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas pela Lei nº 10.520 de 17/07/2002, consoante as alterações que lhe forem dadas.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor em 03 de Abril de 2017, revogando a Portaria de nº 022/2017.

PAÇO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, ESTADO DE SANTA CATARINA,
PRIMEIRO DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 820, DE 1º DE MARÇO DE 2017.

“Nomeia a Pregoeira Oficial e respectiva equipe de apoio para a realização de licitação, na modalidade pregão, no âmbito do poder

executivo do município de Camboriú-SC, especificamente para o Fundo Municipal de Educação, para os exercícios de 2017 e 2018”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base no art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a Pregoeira Oficial e respectiva Equipe de apoio para a realização da licitação, da modalidade Pregão, no âmbito do Poder Executivo deste Município de Camboriú-SC, especificamente para o Fundo Municipal de Educação, no decorrer de 2017 e 2018, conforme abaixo identificado pelos seguintes membros:

- PREGOEIRA OFICIAL: SIMONE SANTOS SOUZA

- EQUIPE: MARISA DA COSTA
TALITA LINHARES VELOSO

Art. 2º. Caberá ao Pregoeiro Oficial e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento de propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, e deverá cumprir aos princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas pela Lei nº 10.520 de 17/07/2002, consoante as alterações que lhe forem dadas.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor em 03 de Abril de 2017, revogando a Portaria de nº 023/2017.

PAÇO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, ESTADO DE SANTA CATARINA,
PRIMEIRO DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 821, DE 1º DE MARÇO DE 2017.

“Nomeia a Pregoeira Oficial e respectiva equipe de apoio para a realização de licitação, na modalidade pregão, no âmbito do poder executivo do município de Camboriú-SC, especificamente para a Prefeitura Municipal de Camboriú, para os exercícios de 2017 e 2018”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base no art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a Pregoeira Oficial e respectiva Equipe de apoio para a realização da licitação, da modalidade Pregão, no âmbito do Poder Executivo deste Município de Camboriú-SC, especificamente para a Prefeitura Municipal de Camboriú, no decorrer de 2017 e 2018, conforme abaixo identificado pelos seguintes membros:

- PREGOEIRA OFICIAL: TANIA REGINA KALNIN

- EQUIPE: DANIELA NELI MORAES HUGEN
NANIAS BENEVENUTTI

Art. 2º. Caberá ao Pregoeiro Oficial e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento de propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, e deverá cumprir aos princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas pela Lei nº 10.520 de 17/07/2002, consoante as alterações que lhe forem

dadas.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor em 03 de Abril de 2017, revogando a Portaria de nº 024/2017.

PAÇO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, ESTADO DE SANTA CATARINA,
PRIMEIRO DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

PR 40/17 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 040/2017-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO INDIRETA E CONTINUADA, DOS SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS EM ÂMBITO NACIONAL, INCLUINDO EMISSÃO, CANCELAMENTO, REMARCAÇÃO, ENDOSSO, ENTREGA DE BILHETES OU ORDEM DE PASSAGENS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 20 (Vinte) de Abril de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 03 de Abril de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 05/2017 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2017 FMS

Processo Licitatório nº 8/2017 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de abril de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços de medicamentos para farmácia básica das Unidades de Saúde do município de Campo Alegre/SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ: 20.590.555/0001-48, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 8/2017 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafo, independentemente de sua transcrição.

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
23	500	FRASCO/AMPOLA	BENZILPENICELINA 600000 UI + DILUENTE	2,7690	1.384,50
26	1.000	COMPRIMIDO	BISOPROLOL 5MG	1,2430	1.243,00
27	30	frasco	BROMETO DE TIOTROPIO 2,5MCG/DOSE	247,3900	7.421,70
31	3.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE CALCIO, 500MG DE CALCIO, COMPRIMIDO	0,0358	107,40
42	3.500	COMPRIMIDO	CLOMIPRAMINA, 25MG, COMPRIMIDO	0,6590	2.306,50
72	2.500	COMPRIMIDO	ESPIRONOLACTONA, 100MG COMPRIMIDO	0,3200	800,00
97	10.000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 10MG, COMPRIMIDO	0,2620	2.620,00
98	2.000	COMPRIMIDO	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 5MG, COMPRIMIDO	0,2750	550,00
106	30.000	COMPRIMIDO	METILDOPA, 500 MG, COMPRIMIDO	0,2170	6.510,00
VALOR TOTAL (R\$)					22.943,10

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 06/2017 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2017 FMS

Processo Licitatório nº 8/2017 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de abril de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços de medicamentos para farmácia básica das Unidades de Saúde do município de Campo Alegre/SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 03.652.030/0001-70, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 8/2017 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafo, independentemente de sua transcrição.

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
16	3.500	COMPRIMIDO	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 75MG, COMPRIMIDO	0,1980	693,00

47	3.500	COMPRIMIDO	CLORPROMAZINA 25 MG - COMPRIMIDO	0,2000	700,00
59	2.000	DRAGEA	DICLOFENACO, SAL SODICO, 50MG, DRAGEA	0,028	56,00
63	600	AMPOLA	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 5MG + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG/ML AMPOLA 1 ML	3,1200	1.872,00
78	20.000	COMPRIMIDO	FLUOXETINA, 20MG, COMPRIMIDO	0,0320	640,00
85	1500	COMPRIMIDO	GLICASIDA 30 MG, COMPRIMIDO	0,2990	448,50
95	5.000	COMPRIMIDO	IMIPRAMINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	0,2800	1.400,00
119	2.000	CAPSULA	NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, CAPSULA	0,3000	600,00
147	50.000	DRAGEA	SULFATO FERROSO, 40MG DE FERRO II, DRAGEA	0,0340	1.700,00
VALOR TOTAL (R\$)					8.109,50

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/2017 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2017 FMS
Processo Licitatório nº 8/2017 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de abril de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços de medicamentos para farmácia básica das Unidades de Saúde do município de Campo Alegre/SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, CNPJ 67.729.178/0004-91, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 8/2017 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
10	3.000	FRASCO	AMBROXOL 15MG/5 ML - SUSPENSÃO ORAL - FRASCO 100 ML	1,4260	4.278,00
107	30.000	COMPRIMIDO	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 10MG, COMPRIMIDO	0,0680	2.040,00
125	200	FRASCO	PREDNISOLONA, 3MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 60ML	3,4000	680,00
128	800	AMPOLA	PROMETAZINA 50MG/2ML AMPOLA	1,0900	872,00
151	1.500	FRASCO	VITAMINA DO COMPLEXO B SOLUÇÃO - GOTAS 30 ML	2,45	3.675,00
VALOR TOTAL (R\$)					11.545,00

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 08/2017 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2017 FMS
Processo Licitatório nº 8/2017 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de abril de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços de medicamentos para farmácia básica das Unidades de Saúde do município de Campo Alegre/SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 94.516.671/0002-34, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 8/2017 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro

de Preços.

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
25	3.500	COMPRIMIDO	BIPERIDENO, 2MG, COMPRIMIDO	0,1400	490,00
29	20.000	COMPRIMIDO	CARBAMAZEPINA, 200MG, COMPRIMIDO	0,0590	1.180,00
60	25.000	COMPRIMIDO	DIGOXINA, 0,25MG, COMPRIMIDO	0,0420	1.050,00
69	960	AMPOLA	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA (4 MG + 500MG/ML) AMPOLA 5 ML	0,2500	240,00
86	5.000	COMPRIMIDO	HALOPERIDOL , 5MG, COMPRIMIDO	0,0830	415,00
104	80.000	COMPRIMIDO	METFORMINA CLORIDRATO, 500MG, COMPRIMIDO	0,0630	5.040,00
VALOR TOTAL (R\$)					8.415,00

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 09/2017 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2017 FMS

Processo Licitatório nº 8/2017 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de abril de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços de medicamentos para farmácia básica das Unidades de Saúde do município de Campo Alegre/SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA, CNPJ 05.531.725/0001-20, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 8/2017 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
12	400	AMPOLA	AMINOFILINA 24 MG/ML, AMPOLA COM 10 ML	0,6500	260,00
15	20.000	COMPRIMIDO	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	0,0280	560,00
22	20.000	COMPRIMIDO	AZITROMICINA, 500MG, COMPRIMIDO	0,3900	7.800,00
28	8.0000	COMPRIMIDO	CAPTAPRIL, 25MG, COMPRIMIDO	0,0130	1.040,00
33	5.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE LITIO, 300MG, COMPRIMIDO	0,1400	700,00
49	500	FRASCO	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSÓDICO) 2MG/ML INJETÁVEL, AMPOLA 1 ML	0,35	175,00
50	500	FRASCO	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSÓDICO) 4 MG/ML, AMPOLA 2,5 ML	0,4800	240,00
53	15.000	COMPRIMIDO	DEXAMETASONA, 4MG, COMPRIMIDO	0,1200	1.800,00
58	600	AMPOLA	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML AMPOLA 3 ML	0,3600	216,00
66	80.000	COMPRIMIDO	ENALAPRIL MALEATO, 10MG, COMPRIMIDO	0,0250	2.000,00
70	400	AMPOLA	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA 20 ML GOTAS	4,1600	1.664,00
73	30.000	COMPRIMIDO	ESPIRONOLACTONA, 25MG, COMPRIMIDO	0,1000	3.000,00
80	600	AMPOLA	FUROSEMIDA 10MG/ML, AMPOLA 2 ML	0,3500	210,00
82	1000	FRASCO	GENTAMICINA (SULFATO) 80MG/2ML (AMPOLA 2 ML)	0,5200	520,00

84	40.000	COMPRIMIDO	GLIBENCLAMIDA, 5MG, COMPRIMIDO	0,0160	640,00
89	100.000	COMPRIMIDO	HIDROCLOROTIAZIDA , 25MG, COMPRIMIDO	0,0130	1.300,00
101	200	FRASCO	LIDOCAÍNA (S/ VASOCONSTRITOR) 2% FRASCO 20 ML	1,9000	380,00
105	10.000	COMPRIMIDO	METFORMINA CLORIDRATO, 850MG, COMPRIMIDO	0,0460	460,00
120	80.000	CAPSULA	OMEPRAZOL, 20MG, CAPSULA embalagem com 14 unidades	0,0380	3.040,00
132	300	AMPOLA	RANITIDINA INJETAVEL 50MG/2ML	0,3500	105,00
149	10.000	COMPRIMIDO	VERAPAMIL CLORDRATO, 80MG, COMPRIMIDO	0,0600	600,00
VALOR TOTAL (R\$)					26.710,00

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10/2017 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2017 FMS
Processo Licitatório nº 8/2017 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de abril de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços de medicamentos para farmácia básica das Unidades de Saúde do município de Campo Alegre/SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 02.520.829/0001-40, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 8/2017 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
9	3.000	COMPRIMIDO	ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG, COMPRIMIDO	0,2500	750,00
18	4.000	FRASCO	AMOXICILINA, 50MG/ML, PÓ PARA SUSPENSÃO, FRASCO 60ML	3,0499	12.199,60
24	800	FRASCO/AMPOLA	BENZILPENICILINA BENZATINA 1200000 UI + DILUENTE	3,0000	2.400,00
32	4.000	COMPRIMIDO	CARBONATO DE CALCIO, ASSOCIADO COM VITAMINA D3, 500MG DE CALCIO + 400UI, COMPRIMIDO	0,1569	627,60
76	2.000	COMPRIMIDO	FENITOINA SODICA, 100MG, COMPRIMIDO	0,1800	360,00
94	4.000	FRASCO	IBUPROFENO, 50MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 30ML	0,9300	3.720,00
139	80.000	COMPRIMIDO	SINVASTATINA, 20MG, COMPRIMIDO	0,0589	4.712,00
VALOR TOTAL (R\$)					24.769,20

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 11/2017 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2017 FMS

Processo Licitatório nº 8/2017 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de abril de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços de medicamentos para farmácia básica das Unidades de Saúde do município de Campo Alegre/SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa DIMEVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, CNPJ 76.386.283/0001-13, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 8/2017 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
96	1.500	CANETA	INSULINA GLARGINA100U/ML 3 ML (CANETA + REFIL)	127,1000	190.650,00
144	900	SACHÊ	SULFATO DE GLICOSAMINA 1,5G + SULFATO DE CONDROITINA 1,2 G , SACHE	3,7000	3.330,00
145	1.500	CAPSULA	SULFATO DE GLICOSAMINA 500MG + SULFATO DE CONDROITINA 400 MG , CAPSULA	1,6100	2.415,00
VALOR TOTAL (R\$)					196.395,00

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

DIMEVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 12/2017 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2017 FMS

Processo Licitatório nº 8/2017 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de abril de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços de medicamentos para farmácia básica das Unidades de Saúde do município de Campo Alegre/SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa DRV COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-ME, CNPJ 19.156.566/0001-35, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 8/2017 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
83	300	FRASCO	GENTAMICINA 5MG/ML - SOLUÇÃO OFTALMICA - 5 ML	7,8000	2.340,00
VALOR TOTAL (R\$)					2.340,00

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

DRV COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-ME

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 13/2017 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2017 FMS

Processo Licitatório nº 8/2017 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de abril de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços de medicamentos para farmácia básica das Unidades de Saúde do município de Campo Alegre/SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa EFICAZ MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME, CNPJ 17.605.216/0001-83, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 8/2017 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
68	800	AMPOLA	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 20 MG/ML AMPOLA 2 ML	1,1190	895,20
87	100	AMPOLA	HALOPERIDOL 5MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL - 1 ML	0,9974	99,74
VALOR TOTAL (R\$)					994,94

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

EFICAZ MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 14/2017 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2017 FMS

Processo Licitatório nº 8/2017 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de abril de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços de medicamentos para farmácia básica das Unidades de Saúde do município de Campo Alegre/SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 12.889.035/0001-02, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 8/2017 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	500	FRASCO	ACIDO VALPROICO, 50MG/ML, XAROPE, FRASCO 100ML	2,0900	1.045,00
14	60.000	COMPRIMIDO	AMIODARONA, 200MG, COMPRIMIDO	0,2590	15.540,00
19	50.000	COMPRIMIDO	ANLODIPINO BESILATO, 5MG, COMPRIMIDO	0,0175	875,00
48	200	AMPOLA	AMPOLA I - CLORIDRATO DE TIAMINA, 100MG + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 100 MG (Excipientes: álcool benzílico, hidróxido de sódio e água para injetáveis) 1 ML AMPOLA II - CIANOCOBALINA 5.000 MCG + FOSFATO DE DEXAMETASONA 4 MG - (equivalente a 4,37 mg de fosfato dissódico dexametasona) 2 ML	7,1150	1.423,00
55	10.000	COMPRIMIDO	DIAZEPAM, 10MG, COMPRIMIDO	0,0330	330,00
77	10.000	COMPRIMIDO	FENOBARBITAL SODICO, 100MG, COMPRIMIDO	0,0740	740,00
90	500	FRASCO/AMPOLA	HIDROCORTISONA (SUCINATO) PÓ LIOFILIZADO 500MG P SOLUÇÃO INJETAVEL	4,9990	2.499,50
91	800	FASCO/AMPOLA	HIDROCORTIZONA (SUCINATO) PÓ LIOFILIZADO 100MG PARA SOLUÇÃO INJETAVEL	2,6690	2.135,20
121	2.000	COMPRIMIDO	PARACETAMOL 500MG + CODEÍNA 30MG	0,2690	538,00

124	3.500	COMPRIMIDO	PAROXETINA 20 MG - COMPRIMIDO	0,1519	531,65
133	3.500	COMPRIMIDO	RISPERIDONA, 1MG, COMPRIMIDO	0,1890	661,50
134	2.000	COMPRIMIDO	RISPERIDONA, 2MG, COMPRIMIDO	0,2190	438,00
135	2.000	COMPRIMIDO	RISPERIDONA 3MG, COMPRIMIDO	0,2990	598,00
138	10.000	COMPRIMIDO	SERTRALINA 50MG COMPRIMIDO	0,1059	1.059,00
148	10.000	COMPRIMIDO	VARFARINA SODICA, 5MG, COMPRIMIDO	0,0899	899,00
VALOR TOTAL (R\$)					29.312,85

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 15/2017 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2017 FMS
Processo Licitatório nº 8/2017 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de abril de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços de medicamentos para farmácia básica das Unidades de Saúde do município de Campo Alegre/SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-ME, CNPJ 15.068.089/0001-03, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 8/2017 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
93	40.000	COMPRIMIDO	IBUPROFENO 300MG COMPRIMIDO	0,0750	3.000,00
108	800	FRASCO	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO 4MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 10ML	0,4989	399,12
VALOR TOTAL (R\$)					3.399,12

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-ME
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 16/2017 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2017 FMS
Processo Licitatório nº 8/2017 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de abril de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços de medicamentos para farmácia básica das Unidades de Saúde do município de Campo Alegre/SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa M.U BACKES CIA LTDA ME, CNPJ 08.328.835/0001-87, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 8/2017 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
79	30	FRASCO/SPRAY	FLUTICASONA + SALMETEROL SPRAY 25/50 MG	77,90	2.337,00
VALOR TOTAL (R\$)					2.337,00

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

M.U BACKES CIA LTDA ME
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 17/2017 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2017 FMS
Processo Licitatório nº 8/2017 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de abril de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços de medicamentos para farmácia básica das Unidades de Saúde do município de Campo Alegre/SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, CNPJ 06.935.554/0001-67, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 8/2017 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafo, independentemente de sua transcrição.

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
35	20.000	COMPRIMIDO	CEFALEXINA, 500MG, COMPRIMIDO	0,3099	6.198,00
43	2.000	COMPRIMIDO	CLONAZEPAM, 2MG, COMPRIMIDO	0,0460	92,00
57	2.500	FRASCO	DICLOFENACO RESINATO 15MG/ML 10 ML	2,1980	5.495,00
67	400	FRASCO	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 20 ML GOTAS	7,9100	3.164,00
102	50	BISNAGA	LIDOCAINA CLORIDRATO, 2%, GELEIA, BISNAGA 30G	1,6700	83,50
115	1.000	COMPRIMIDO	NIMESULIDA 100MG, COMPRIMIDO	0,0560	56,00
129	15.000	COMPRIMIDO	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25MG, COMPRIMIDO	0,0700	1.050,00
130	20.000	COMPRIMIDO	PROPRANOLOL CLORIDRATO, 40MG, COMPRIMIDO	0,0140	280,00
152	50.000	DRAGEA	VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1, B2, B3, B5, B6, DRAGEA	0,0369	1.845,00
VALOR TOTAL (R\$)					18.263,50

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 18/2017 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2017 FMS

Processo Licitatório nº 8/2017 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de abril de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços de medicamentos para farmácia básica das Unidades de Saúde do município de Campo Alegre/SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 94.894.169/0001-86, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 8/2017 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
34	200	FRASCO	CEFALEXINA SUSPENSÃO 250MG/ML - 60 ML	4,4800	896,00
44	25.000	COMPRIMIDO	CLOPIDOGREL, 75MG, COMPRIMIDO	0,3500	8.750,00
46	800	FRASCO	CLORETO DE SÓDIO SOLUÇÃO NASAL 0,9% - 10 ML	0,6900	552,00
65	5.000	COMPRIMIDO	DOXASOSINA 2 MG	0,1200	600,00
74	40.000	COMPRIMIDO	EXTRATO DE PLANTAS, CASTANHA DA INDIA, AESCULUS HIPPOCASTANUM L., 100MG, COMPRIMIDO	0,1070	4.280,00
VALOR TOTAL (R\$)					15.078,00

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 19/2017 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2017 FMS

Processo Licitatório nº 8/2017 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de abril de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços de medicamentos para farmácia básica das Unidades de Saúde do município de Campo Alegre/SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa MEDILAR IMP. DISTR. DE PRODUTOS MED. HOSP. LTDA, CNPJ 07.752.236/0001-23, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 8/2017 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	200.000	COMPRIMIDO	ACIDO ACETILSALICILICO, 100MG, COMPRIMIDO	0,0156	3.120,00
3	4.000	CAPSULA	ACIDO VALPROICO, 250MG, CAPSULA	0,2400	960,00
17	50.000	CAPSULA	AMOXICILINA, 500MG, CAPSULA	0,1290	6.450,00
30	800	FRASCO	CARBAMAZEPINA, 20MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 100ML	4,4000	3.520,00
38	900	FRASCO/AMPOLA	CETOPROFENO 100MG/ML - EV - PÓ LIOFILO INJETAVEL	2,6000	2.340,00
39	1.200	AMPOLA	CETOPROFENO 50MG/ML - IM - 2ML	1,3600	1.632,00
45	800	FRASCO	CLORETO BENZALCONICO + SORO FISIOLÓGICO, GOTAS NASAIS	0,5400	432,00
54	5000	FRASCO	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 0,4MG/ML, SOLUÇÃO ORAL, FRASCO 100ML	0,8800	4.400,00
62	5.000	FRASCO	DIPIRONA SODICA, 500MG/ML, SOLUÇÃO ORAL-GOTAS, FRASCO 20ML	0,9900	4.950,00
116	200	BISNAGA	Nistatina + óxido de zinco	5,5500	1.110,00
118	1.000	BISNAGA	NISTATINA, 25.000UI/G, CREME VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 60G	4,0000	4.000,00
VALOR TOTAL (R\$)					32.914,00

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

MEDILAR IMP. DISTR. DE PRODUTOS MED. HOSP. LTDA
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 20/2017 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2017 FMS
Processo Licitatório nº 8/2017 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de abril de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços de medicamentos para farmácia básica das Unidades de Saúde do município de Campo Alegre/SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME, CNPJ 14.595.725/0001-84, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 8/2017 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
20	80.000	COMPRIMIDO	ATENOLOL, 50MG, COMPRIMIDO	0,0319	2.552,00
40	25.000	COMPRIMIDO	CINARIZINA, 75MG, COMPRIMIDO	0,1042	2.605,00
150	300	AMPOLA	VITAMINA DO COMPLEXO B (B ¹ 100, B ⁶ - 100, B ¹² - 5000) - INJETÁVEL 2ML	0,8990	269,70
VALOR TOTAL (R\$)					5.426,70

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 21/2017 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2017 FMS
Processo Licitatório nº 8/2017 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de abril de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços de medicamentos para farmácia básica das Unidades de Saúde do município de Campo Alegre/SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa PRATI DONADUZZI & CIA LTDA, CNPJ 73.856.593/0001-66, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 8/2017 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
7	2.000	COMPRIMIDO	ALBENDAZOL 400 MG	0,4000	800,00
8	500	FRASCO	ALBENDAZOL, 40MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 10ML	0,8600	430,00
21	1.500	FRASCO	AZITROMICINA DIHIDRATADA 600MG -PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL (13 G DE PÓ PARA RECONSTITUIÇÃO + FRASCO COM 9 ML DE DILUENTE + SERINGA DOSADORA)	3,7000	5.550,00
37	10.000	COMPRIMIDO	CETOCONAZOL, 200MG, COMPRIMIDO	0,1140	1.140,00
41	15.000	COMPRIMIDO	CIPROFLOXACINO (CLORIDRATO) 500 MG	0,1699	2.548,50
81	60.000	COMPRIMIDO	FUROSEMIDA, 40MG, COMPRIMIDO	0,0279	1.674,00

109	200	BISNAGA	METRONIDAZOL, 100MG/G, GEL VAGINAL, C/10 APLICADORES, BISNAGA 50G	3,7000	740,00
112	3.000	BISNAGA	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG+ 250UI/G, POMADA, BISNAGA 10G	0,9500	2.850,00
117	300	FRASCO	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSÃO ORAL - 50 ML	2,1300	639,00
123	60.000	COMPRIMIDO	PARACETAMOL, 500MG, COMPRIMIDO	0,0380	2.280,00
142	10.000	COMPRIMIDO	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 400MG+80MG, COMPRIMIDO	0,0790	790,00
143	250	FRASCO	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO A TRIMETOPRIMA, 40MG+8MG/ML, SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 50ML	0,8200	205,00
VALOR TOTAL (R\$)					19.646,50

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

PRATI DONADUZZI & CIA LTDA

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 22/2017 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2017 FMS

Processo Licitatório nº 8/2017 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de abril de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços de medicamentos para farmácia básica das Unidades de Saúde do município de Campo Alegre/SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, CNPJ 81.706.251/0001-98, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 8/2017 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

IT	QUTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
2	30.000	COMPRIMIDO	ACIDO FOLICO, 5MG, COMPRIMIDO	0,0389	1.167,00
4	3.500	COMPRIMIDO	ACIDO VALPROICO, 500MG, COMPRIMIDO	0,6759	2.365,65
11	1.500	FRASCO	AMBROXOL 30MG/5 ML - SUSPENSÃO ORAL - FRASCO 100 ML	1,4200	2.130,00
13	20.000	COMPRIMIDO	AMINOFILINA, 100MG, COMPRIMIDO	0,0499	998,00
51	500	FRASCO	DEXAMETASONA ELIXIR -0,1ML/ML - 120 ML	1,2660	633,00
52	5000	BISNAGA	DEXAMETASONA, 0,1%, CREME, BISNAGA 10G	0,5990	2.995,00
61	120.000	COMPRIMIDO	DIOSMINA, ASSOCIADA COM HESPERIDINA, 450MG+50MG, COMPRIMIDO	0,3404	40.848,00
71	1.000	DRAGEA	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 10MG, DRAGEA	0,3700	370,00
88	100	AMPOLA	HALOPERIDOL, SAL DECANOATO, 50MG/ML, SOLUCAO INJETAVEL, AMPOLA 1ML	6,7999	679,99
92	4000	FRASCO	HIDROXIDO DE ALUMINIO 61,5 MG/ML 100 ML	1,5000	6.000,00
99	60.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODICA, 50MCG, COMPRIMIDO	0,0899	5.394,00
100	40.000	COMPRIMIDO	LEVOTIROXINA SODIDA, 100MCG, COMPRIMIDO	0,0899	3.596,00
103	300	FRASCO	MEBENDAZOL 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL 30 ML	0,9500	285,00
113	15.000	COMPRIMIDO	NIFEDIPINA 10 MG - COMPRIMIDO	0,0269	403,50

131	30.000	COMPRIMIDO	RANITIDINA CLORIDRATO, 150MG, COMPRIMIDO	0,0580	1.740,00
136	1.500	ENVELOPE	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PÓ, COMPOSTO POR: CLORETO DE SODIO 3,5G+GLICOSE 20G+ CITRATO DE SODIO 2,9G + CLORETO DE POTASSIO 1,5G, PARA 1000ML DE SOLUÇÃO PRONTA, SEGUNDO PADRAO OMS, ENVELOPE CONTENDO 27,9G	0,4690	703,50
137	150	FRASCO	SALBUTAMOL 2MG/ML - XAROPE - 100 ML	1,50	R\$ 157,50
VALOR TOTAL R\$					R\$ 70.466,14

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 23/2017 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2017 FMS

Processo Licitatório nº 8/2017 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de abril de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços de medicamentos para farmácia básica das Unidades de Saúde do município de Campo Alegre/SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-EPP, CNPJ 85.247.385/0001-49, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 8/2017 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
140	800	FRASCO	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SODIO 0,9%) FRASCO 100 ML SISTEMA FECHADO	1,5700	1.256,00
141	1.500	FRASCO	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SODIO 0,9%) FRASCO 250 ML SISTEMA FECHADO	1,9900	2.985,00
VALOR TOTAL (R\$)					4.241,00

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-EPP
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 24/2017 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2017 FMS

Processo Licitatório nº 8/2017 FMS

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos três dias do mês de abril de 2017, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços de medicamentos para farmácia básica das Unidades de Saúde do município de Campo Alegre/SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa S&R DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME, CNPJ 04.889.315/0001-92, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 8/2017 FMS, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
6	100	AMPOLAS	ADRENALINA	3,4386	343,86

36	300	BISNAGA	CETOCONAZOL CREME - 20MG/G	1,4438	433,1400
110	15.000	COMPRIMIDO	METRONIDAZOL, 250MG, COMPRIMIDO	0,0759	1.138,50
114	10.000	COMPRIMIDO	NIFIDIPINA 20 MG - COMPRIMIDO	0,0295	295,00
122	5.000	FRASCO	PARACETAMOL, 200MG/ML, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS, FRASCO 20ML	0,7500	3.750,00
126	20.000	COMPRIMIDO	PREDNISONA, 20MG, COMPRIMIDO	0,1613	3.226,00
127	30.000	COMPRIMIDO	PREDNISONA, 5MG, COMPRIMIDO	0,0683	2.049,00
146	100	FRASCO	SULFATO FERROSO, 25MG/ML DE FERRO II, SOLUÇÃO ORAL-GOTAS, FRASCO 30ML	0,6744	67,44
VALOR TOTAL (R\$)					11.302,94

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

S&R DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME
Representante legal

ATA PREGÃO 24/2017

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 24/2017)

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniac Munhoz Pregoeira Municipal, Irineu Woitskovski Júnior e Patrick Onghero, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 24/2017, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual material químico (hidróxido de cálcio, ácido fluossilícico, sulfato de alumínio, cloro gás e hipoclorito de sódio) para manutenção das atividades de tratamento de água da Secretaria de Saneamento Ambiental de Campo Alegre - SC. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: Buschle & Lepper S/A, Dryller Indústria e Comércio de Hidróxidos Ltda e Hidromar Indústria Química Ltda. A licitante Buschle & Lepper S/A credenciou o Sr. Alexandre Tabbert como representante na sessão, as licitantes Dryller Indústria e Comércio de Hidróxidos Ltda e Hidromar Indústria Química Ltda não credenciaram representante na sessão. Os licitantes apresentaram a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação. Nenhuma licitante comprovou enquadramento como EPP ou ME. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM. Passou-se a fase de lances ficando definido conforme tabela abaixo:

ITEM 01

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Dryller Indústria e Comércio de Hidróxidos Ltda	2,40	2,40	1ª	HABILITADA

ITEM 02

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Buschle & Lepper S/A	2,10	2,03	1ª	HABILITADA

ITEM 03

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Hidromar Indústria Química Ltda /A	9,45	9,45	1ª	HABILITADA

ITEM 04

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
---------	---------------------------------	----------------------------------	---------------	----------------------

Buschle & Lepper S	1,84	1,78	1ª	HABILITADA
--------------------	------	------	----	------------

ITEM 05

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Buschle & Lepper S/A	2,42	2,35	1ª	HABILITADA

Após, abriu-se o envelope de documentos das licitantes classificadas nos itens conforme tabela acima, estando de acordo com o exigido no edital, a empresa Dryller Indústria e Comércio de Hidróxidos Ltda foi declarada vencedora do Item 01 com o valor de R\$ 2,40, a licitante Buschle & Lepper S/A. foi declarada vencedora do Item 02 com o valor de R\$ 2,03 e vencedora do item 04 com o valor de R\$ 1,78 e item 05 com o valor de R\$ 2,35, a empresa Hidromar Indústria Química Ltda foi declarada vencedora do Item 03 com o valor de R\$ 9,45. Não houve manifestação de Intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

DECRETO Nº 10.439 DE 03 DE ABRIL DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.439 DE 03 DE ABRIL DE 2017

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, a Servidora Pública Municipal RICARDO GOMES MARTINS, Matrícula Funcional nº 000800, Registro no Sistema sob nº 955463, do Cargo Público Médico I, Função Médico I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, fica declarada a vacância do respectivo Cargo Público, a partir de 03 de abril de 2017.

Parágrafo único: A exoneração de que trata o Caput deste Artigo em atenção ao Requerimento do pedido de exoneração devidamente assinado pelo Servidor Público Municipal, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 03 de abril de 2017, sob nº 9001.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 03 de abril de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 04/04/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

ATA 01 TOMADA DE PREÇOS 02/2017

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO
PROCESSO Nº: 390/2017 – TOMADA DE PREÇO 02/2017
ATA N º: 001/2017

As 08:00 horas do dia 03 de abril de 2017, reuniram-se os membros da comissão permanente de licitações, nomeada pelo decreto Nº 1.167/2017, para procederem à abertura e julgamento da habilitação das proponentes deste processo licitatório, para atendimento do objeto abaixo especificado:

Do Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de Consultoria e Assessoria Jurídica ao município de Campo Erê, conforme exposto no edital TP 02/2017:

Proponentes participantes:

PROponente	CNPJ
LOIVA CECÍLIA DAL PIVA & ADVOGADOS ASSOCIADOS	27.011.528/0001-12
GROSELLI & PRADO ADVOGADOS ASSOCIADOS	26.773.065/0001-63
ATHAYDE & ADVOGADOS ASSOCIADOS	05.389.834/0001-54

Proponentes presentes:

PROponente	CNPJ
GROSELLI & PRADO ADVOGADOS ASSOCIADOS	26.773.065/0001-63

Ao analisar a documentação da empresa ATHAYDE & ADVOGADOS ASSOCIADOS, constatou-se que o documento de indicação da sua equipe técnica não constava assinatura do sócio responsável. Constatou-se também que a proponente não apresentou os certificados de especialização em Direito Público exigidos e especificados pelo objeto do edital TP 02/2017. A proponente também NÃO renuncia o direito a recurso, portanto inicia-se, em observância ao art. 109 da Lei 8.666/93, a contagem do prazo de 5 dias úteis para a apresentação de quaisquer objeções inerentes à procedência deste certame.

As demais proponentes estão habilitadas para a próxima fase. A etapa de análise das propostas fica marcada para as 14:30hrs do dia 12 de Abril de 2017.

Findos os trabalhos de julgamento das propostas, o presidente da comissão encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos representantes presentes e encaminhada ao Prefeito Municipal para os devidos fins e efeitos.

De acordo:

ATA DE SANEAMENTO PP 12/2017

ATA DE SANEAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 272/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017
ATA N º: 02

O Pregoeiro e a Equipe de apoio, nomeados pelo decreto 1.168/2017, vêm, por intermédio desta ata, informar e corrigir mero vício datilográfico constante na ata nº 01 do Processo Licitatório nº 272/2017, PP 12/2017.

Onde consta:

PROponente	L	I	DESCRIÇÃO DO ITEM	R\$ UNT	TOTAL
A. R. PNEUS	1	27	Recapagem pneus 275/80R22.5 à frio	74,0	351,00

Doravante, que se considere:

PROponente	L	I	DESCRIÇÃO DO ITEM	R\$ UNT	TOTAL
F.M. PNEUS LTDA	1	27	Recapagem pneus 275/80R22.5 à frio	74,0	351,00

Finda a sucinta correção, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio informam que os demais itens permanecem inalterados.

Campo Erê – SC 03/04/2017.

PREGÃO PRESENCIAL 21/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ERE - SC
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 673/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2017
 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
 EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERE - SC, representado pelo seu Prefeito Sr. Odilson Vicente de Lima, TORNA PÚBLICO que até as 08 horas do dia 13 de Abril de 2017, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no Pregão Presencial Nº 21/2017 para a Prestação de Serviço de Transporte Eventual, conforme especificado neste Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações deste Edital serão fornecidos pelo Departamento de Licitações, no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Ere - SC, de segunda a sexta-feira no horário das 07:30hs às 11:30hs e 13:15hs às 17:15hs, pelo fone (49) 3655 3035, ou pelo e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Ere - SC, 03 de Abril de 2017. ODILSON VICENTE DE LIMA - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL 22/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 677/2017/FMS
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2017/FMS
 EXTRATO DE EDITAL

O Fundo Municipal de Saúde do Município De Campo Ere - SC, representado por sua Gestora CATIA FERLIN DA VEIGA, TORNA PÚBLICO que até as 14 horas do dia 13 de Abril de 2017, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 677/2017/FMS na modalidade de Pregão Presencial Nº 22/2017/FMS - Ata de Registro de Preços, cujo objeto é a aquisição de veículo com a finalidade de realizar atividades do Fundo Municipal de Saúde de Campo Erê/SC para a Secretaria de Saúde do Município de Campo Erê, conforme especificado nesse Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Ere - SC, de segunda a sexta-feira no horário das 7:30hs às 11:30hs e das 13:15hs às 17:15hs, telefone (49) 3655-3035, e através do e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê, SC, 03 de abril de 2017 - CATIA FERLIN DA VEIGA - Gestora do FMS.

TERMO ADITIVO CONTRATO 61/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 61/2016
 TERMO ADITIVO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICIPIO DE CAMPO ERÊ E A EMPRESA FAE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO.

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto à Prefeitura Municipal de Campo Erê, SC, sita à Rua 1º de Maio, 736 inscrito no CNPJ nº 83.026.765/0001-28, representado pelo Prefeito Municipal Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Campo Erê, inscrito no RG nº 312.584 e CPF nº 546.727.169-53, denominado para este instrumento particular simplesmente CONTRATANTE e de outro lado, a Empresa FAE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede administrativa na Rua da Consolação nº 317, Sala 01, Edifício Bossini, Bairro Matinho, na cidade de Xanxerê Estado de Santa Catarina, CEP 89.820-000, inscrita no CNPJ sob nº 07.753.029/0001-93, neste ato representado por seu sócio gerente, Paulo Celso de Quadros Ferreira, brasileiro, casado, residente e domiciliado na BR-282, Bairro Três Barras, na cidade de Xanxerê Estado de Santa Catarina, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente TERMO ADITIVO ao Contrato 61/2016, com fundamento no Inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Fica prorrogado o Prazo de vigência do Contrato 61/2016 para até 31/12/2017, com vigência a partir de 31/03/2017.

CLÁUSULA II - DISPOSIÇÕES GERAIS:

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Original, as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos da Lei.

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 31 de março de 2017.

ODILSON VICENTE DE LIMA Prefeito Municipal CONTRATANTE	FAE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA CONTRATADA
--	---

TESTEMUNHAS:

Leonce De Fátima Comin CPF N. 991.321.509-97	Matheus Bruno Poli Valgoi CPF N. 104.096.479-69
---	--

Visto da assessoria jurídica

Silomara Dos Santos De Almeida
 OAB/SC Nº 31191A
 Assessora Jurídica

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO CREDENCIAMENTO 03/2017 - CIRURGIAS - SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 29/2017

CREDENCIAMENTO Nº 03/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 24/04/2017 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura CREDENCIAMENTO, tendo como objeto CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇOS MÉDICOS, PESSOAS JURÍDICAS, PARA ATENDIMENTO NA FORMA DE CIRURGIAS A PACIENTES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 04 de Abril de 2017.

Sandra Maria Rosar Bresola

Secretaria Municipal de Saúde

Canoinhas

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DO NOVO PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR – COMPLAN

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DO NOVO PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR – COMPLAN

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, vem convocar todos os membros do Conselho Municipal do Plano Diretor – COMPLAN, representantes de todas as Associações representativas de vários segmentos da comunidade, bem como toda a população em geral, que no dia 27 de Abril de 2017 às 08h00min na Sala de Reuniões, no piso superior do Centro Administrativo (Paço Municipal), sito à Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, acontecerá a Reunião do Conselho Municipal do Plano Diretor – COMPLAN para a Eleição do novo Presidente do Conselho.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue desconhecimento, é expedido o presente EDITAL, que será publicado no Diário Oficial do Município, na Imprensa Local, no site www.pmc.sc.gov.br.

Canoinhas/SC 30 de Março de 2017

Vivianne Pailo Collares

Secretária de Planejamento

Engº Cleison Tarcisio Fuck

Presidente do COMPLAN

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº 05/2017

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL nº 05/2017

Notificante: MUNICÍPIO DE CANOINHAS, Estado de Santa Catarina, através de seu representante, legal, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, Rua Felipe Schmidt, n. 10, Canoinhas/SC.

Notificado: EMPRESA EGON KLUK STADLER, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 25.306.696/0001-00, com sede estabelecida a Rua Delegado Leopoldo Belczak, nº 96, Loja 05, Cristo Rei, Curitiba/PR, na pessoa de seu representante legal.

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS vem, através desta, NOTIFICAR a Empresa acima mencionada, ora denominada NOTIFICADA, quanto aos fatos a seguir expostos:

A empresa acima qualificada participou do processo licitatório nº PMC 186/2016, modalidade de concorrência pública nº PMC 20/2016.

Entretanto, segundo noticiado pelo Departamento de Licitações, através da comunicação interna nº 44/2017, no dia 23 de fevereiro de 2017, o Setor de Compras emitiu autorização de fornecimento nº 662/2017 para vários produtos, que foram entregues conforme o prazo estipulado no edital, porém, o item de nº 03, o qual se refere ao Leite Longa Vida Integral, a empresa se recusa a entregar com a marca cotada.

Através de conversa realizada com o representante da empresa, o mesmo alegou que possui interesse em substituir a marca, a partir desta informação, a empresa foi orientada a protocolar um pedido solicitando a troca, entretanto, até a presente data, nenhum

documento foi protocolado e o Município encontra-se em falta deste item.

De acordo com o citado no termo de referência:

ENTREGA: Os produtos destinados a Alimentação Escolar (Centros de Educação Infantil e Escolas) deverão ser entregues na periodicidade estipulada na descrição dos itens (anexo I). Os produtos destinados às demais Secretarias e Fundos Municipais deverão ser entregues, no prazo máximo, de 15 (quinze) dias após a emissão da autorização de fornecimento, ou conforme programação previamente estabelecida pelas mesmas.

Desta forma a empresa citada não está cumprimento com o pactuado no processo licitatório em comento, sendo assim, trazendo problemas para a Administração Pública.

Diante do todo exposto, serve a presente Notificação para CIEN-TIFICAR Vossa Senhoria, dos fatos acima descritos e, para que no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta Notificação apresente sua defesa, sob pena das sanções cabíveis.

Sendo o que tínhamos para o momento, sem mais.

Canoinhas/SC, 17 de março de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

PAUTA DE REUNIÃO - CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE CANOINHAS - 2ª SESSÃO ORDINÁRIA - 2017

PAUTA DE REUNIÃO – DISCUSSÃO E JULGAMENTO DE RECURSOS CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE CANOINHAS 2ª SESSÃO ORDINÁRIA – 2017

Data: 12 (doze) de abril de 2017.

Horário: 8h00min.

Local: Centro Administrativo Dr. Haroldo Ferreira, Prefeitura Municipal de Canoinhas (Sala de Reuniões – Piso Superior).

O presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Canoinhas, DIOGO CARLOS SEIDEL, faz saber a quem interessar possa, que na data, local e horário acima, será discutido e julgado o seguinte recurso:

(1)

Numero do recurso: 01/2017

Numero do protocolo: 652/2017

Recorrente: Merlinda Duarte Cavalheiro ME

Recorrida: Fazenda Municipal de Canoinhas

Canoinhas (SC), 03 de abril de 2017.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Presidente

PUBLICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº FMS 06/2017

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUN. DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório n.º FMS 14/2017
Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 06/2017

O Município de Canoinhas através do Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, contratação através de Dispensa de Licitação, Artigo 25, Caput, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores:

Contratado: HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS (83.192.096/0001-64).

Objeto: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE PARA FINS DE CREDENCIAMENTO, DE PESSOA(S) JURÍDICA(S), PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM PESSOAL NA ÁREA MÉDICA, COMO SERVIÇOS DE SOBREAVISO DE ESPECIALIDADES, PARA ATUAREM NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA – 24 HORAS E HSCC (HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, NAS SEGUINTE ESPECIALIDADES CLÍNICAS DE ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA, CIRURGIA GERAL, ANESTESIOLOGIA, PEDIATRIA E CLÍNICA MÉDICA, NEUROCIRURGIA E NEUROCLÍNICA.

Valor: R\$ 1.822.293,84 (um milhão oitocentos e vinte e dois mil duzentos e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos).

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

PUBLICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº FMS 07/2017

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUN. DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório n.º FMS 15/2017
Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 07/2017

O Município de Canoinhas através do Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, contratação através de Dispensa de Licitação, Artigo 25, Caput, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores:

Contratado: CLÍNICA DE FRATURAS CANOINHAS S/S LTDA (83.786.301/0001-10).

Objeto: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA SAÚDE PARA FINS DE CREDENCIAMENTO, DE PESSOA(S) JURÍDICA(S), PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM PESSOAL NA ÁREA MÉDICA, COMO SERVIÇOS DE SOBREAVISO DE ESPECIALIDADES, PARA ATUAREM NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA – 24 HORAS E HSCC (HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, NA SEGUINTE ESPECIALIDADE CLÍNICA DE ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA.

Valor: R\$ 139.627,66 (cento e trinta e nove mil seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e seis centavos).

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

PUBLICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº FMS 08/2017

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
FUNDO MUN. DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório n.º FMS 17/2017
Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 08/2017

O Município de Canoinhas através do Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10 – Centro, comunica, contratação através de Dispensa de Licitação, Artigo 25, Caput, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores:

Contratado: HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS (CNPJ: 83.192.096/0001-64).

Objeto: CONTRATAÇÃO DO HOSPITAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE A ESTRUTURA HOSPITALAR INCLUÍDA TODAS AS DESPESAS, EXCETO SOBRE OS VALORES DE HONORÁRIOS MÉDICOS DEVIDOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS NA MODALIDADE DE SOBREAVISO NAS ESPECIALIDADES DE ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA, NEUROCIRURGIA, CIRURGIA GERAL, ANESTESIA, PEDIATRIA, CLÍNICA MÉDICA, NEUROCLÍNICA.

Valor: R\$ 328.500,00 (trezentos e vinte e oito mil e quinhentos reais).

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº FMS 09/2017 (ELETRÔNICO)

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 16/2017
EDITAL DE PREGÃO N.º FMS 09/2017 (PRESENCIAL)

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 20/04/2017, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE DIVERSOS IMPRESSOS (FORMULÁRIOS, CADERNETAS, CARTEIRAS, BLOCOS DE RECEITUÁRIOS E OUTROS) DESTINADOS AOS PROGRAMAS DE ATENÇÃO BÁSICA DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, PROGRAMA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA E PROGRAMAS DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Recebimento de propostas até às 09h00min do dia 20/04/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 33/2017 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 46/2017
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 33/2017 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 19/04/2017, às 14h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT, 9.000, 12.000 e 18.000 BTUs, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, PELO PERÍODO

DE 12 MESES. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 19/04/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 34/2017 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 47/2017
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 34/2017 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 19/04/2017, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, RECARGA DE GÁS E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO (COM CAPACIDADE DE 9.000, 12.000 E 18.000 Btus), COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL NECESSÁRIO, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 19/04/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 35/2017 (ELETRÔNICO)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 49/2017
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 35/2017 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 19/04/2017, às 10h00min, licitação para AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DESTINADOS AO PAEM - PROGRAMA DE ATENÇÃO À EDUCAÇÃO MUNICIPAL - ESPAÇO CRESCER, PARA USO DOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA. Recebimento de propostas até às 09h00min do dia 19/04/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.

Gilberto do Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 36/2017 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 50/2017
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 36/2017 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 24/04/2017, às 09h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVISÓRIAS, TIPO EUCATÉX, DESTINADOS AS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 24/04/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 22/2017 - CONCEDE ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL

PORTARIA Nº 22/2017
CONCEDE ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedido o adicional de tempo integral de 30% ao servidor Daniel Carvalho, a partir do dia 03/04/2017, conforme comunicação interna;

Art. 2º As despesas constantes da presente Portaria, correrão por conta de dotações específicas do orçamento;

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 03 de abril de 2017.

Wilmar Sudoski
Presidente

Norma Pereira
1ª Secretária

Zenici Dreher
2ª Secretária

PORTARIA Nº 23/2017 - CONCEDE ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL

PORTARIA Nº 23/2017
CONCEDE ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedido o adicional de tempo integral de 30% a servidora CAMILA MAIORKI SALOMON, a partir do dia 03/04/2017, conforme comunicação interna;

Art. 2º As despesas constantes da presente Portaria, correrão por conta de dotações específicas do orçamento;

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 03 de abril de 2017.

Wilmar Sudoski
Presidente

Norma Pereira
1ª Secretária

Zenici Dreher
2ª Secretária

PORTARIA Nº 24/2017 - CONCEDE ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL

PORTARIA Nº 24/2017

CONCEDE ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedido o adicional de tempo integral de 30% à servidora JAQUELINE DE FÁTIMA NAVARRO, a partir do dia 03/04/2017, conforme comunicação interna;

Art. 2º As despesas constantes da presente Portaria, correrão por conta de dotações específicas do orçamento;

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 03 de abril de 2017.

Wilmar Sudoski
Presidente

Norma Pereira
1ª Secretária

Zenici Dreher
2ª Secretária

PORTARIA Nº 25/2017 - CONCEDE ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL

PORTARIA Nº 25/2017

CONCEDE ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedido o adicional de tempo integral de 30% à servidora JAQUELINE WRUBLESKI, a partir do dia 03/04/2017, conforme comunicação interna;

Art. 2º As despesas constantes da presente Portaria, correrão por conta de dotações específicas do orçamento;

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 03 de abril de 2017.

Wilmar Sudoski
Presidente

Norma Pereira
1ª Secretária

Zenici Dreher
2ª Secretária

PORTARIA Nº 26/2017 - CONCEDE FÉRIAS

PORTARIA Nº 26/2017

CONCEDE FÉRIAS

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder 10 (dez) dias de férias ao servidor José Luiz Lacowicz, ocupante do cargo de Secretário Legislativo, referente ao período aquisitivo de 05/02/2015 à 04/02/2016, que serão usufruídas do dia 04/04/2017 à 13/04/2017, retornando em 14/04/2017.

Art. 2º Fica deferido o adicional de um terço sobre a remuneração, conforme o disposto no Art. 115, da Lei 2305 de 03/07/1990, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas.

Art. 3º - As despesas constantes da presente Portaria correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 03 de Abril de 2017.

Wilmar Sudoski
Presidente

Norma Pereira
1º Secretária

Zenici Dreher
2º Secretária

Capinzal

PREFEITURA

Edital nº 020/2017

EDITAL Nº 020, DE 3 DE ABRIL DE 2017.

Notifica recursos recebidos do Governo Federal.

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997 e Decreto Municipal nº 005, de 09 de janeiro de 2017, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos financeiros provenientes do Governo Federal, a seguir especificados:

ÓRGÃO PROVENIENTE	DATA DO CRÉDITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
Fundo Nacional de Saúde	30/03/2017	Programa Melhoria de Acesso e Qualidade - PMAQ	16.300,00
Fundo Nacional de Saúde	30/03/2017	Farmácia Básica	8.890,58
Fundo Nacional de Assistência Social	03/04/2017	Índice de Gestão Descentralizada - SUAS	686,70
Fundo Nacional de Assistência Social	03/04/2017	Índice de Gestão Descentralizada - SUAS	1.430,70

Capinzal - SC, 3 de abril de 2017.

Nilvo Dorini

Prefeito de Capinzal

Registrado e publicado o presente Edital na data supra.

Hilário Chiamolera

Secretário Interino da Administração e Finanças

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0061/2017 PREGÃO PRESENCIAL 0046/2017**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0061/2017

Pregão Presencial Nº 0046/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para eventual fornecimento e consertos de calhas, rufos e contra rufos já existentes nas Unidades Escolares (Creches, Escolas e Ginásios Esportivos) e Centro Educacional Prefeito Celso Farina. Com recursos Federais, Estaduais e Municipais.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 17/04/2017.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zócolli, 155 - Centro.

Horário: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

Telefone: (049) 3555-8739, (049) 3555-8716.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

Capinzal, 4 de Abril de 2017.

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0043/2017 - PREGÃO Nº 0035/2017 AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0043/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0035/2017

Objeto: Aquisição de material de expediente visando o desenvolvimento da Secretaria de Administração.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 20 de abril de 2017.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 03 de abril de 2017, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 03 de abril de 2017.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

Caxambu do Sul

PREFEITURA

CONTRATO Nº 027/2017 PCS

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: GROSSI E PILATI BOITA ADVOGADOS ASSOCIADOS.

Contrato nº: 027/2017 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO A A CONTRATAÇÃO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA PARA O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Data da Assinatura: 31/03/2017.

Vigência: 31/12/2017.

Valor do Contrato: R\$ R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

VENCEDORES PE 003-2017 PCS

Portal de Compras Públicas | Vencedores do Processo

Página 1 de 2

VENCEDORES DO PROCESSO

Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL

Registro de Preços Eletrônico PE 003/2017 PCS

Ap Oeste comercio Ltda - Tipo: EPP - LC123: Sim - Documento 05.919.156/0001-94

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0016	Colorau, 500g, Embalagem Plástica de Polietileno Resistente, Prazo de Validade de 10 Meses A Contar da Data de Entrega.	daju	80 PC	R\$ 3,25	R\$ 260,00
0019	Farinha de Milho Industrializado, Embalagem de 05kg - Fubá Enriquecido Com Ferro e Ácido Fólico. Com Prazo de Validad...	DALLA	30 PC	R\$ 12,15	R\$ 364,50
Total					R\$ 624,50

EUNICE LESSA CHIARELLO ME - Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 04.627.887/0001-01

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	Alho de 1ª Qualidade - Grupo Comum, Roxo, Tipo Especial; - Embalagem de 100grs, Com Identificação No Rótulo do Prazo	Nacional	250 PC	R\$ 4,65	R\$ 1.162,50
0002	Abobrinha, Tipo Italiana, C/ Casca Sã, S/ Rupturas, de 1ª Qualidade, Com Coloração Própria, Livres de Danos Mecânicos...	Nacional	780 KG	R\$ 3,60	R\$ 2.808,00
0003	Abacaxi, 1ª Qualidade, Tamanho Grande, Isento de Danos Mecânicos e Fisiológicos.	Nacional	90 KG	R\$ 7,85	R\$ 706,50
0004	Apresentado Suino, Embalagem de 200g, Fatiado, de Boa Qualidade, Embalado A Vácuo e Submetido Ao Processo de Coziment...	Aurora	400 UN	R\$ 5,29	R\$ 2.116,00
0005	Banana Caturra de 1ª Qualidade, Graúdas, Em Penca, Frutos Com 60 A 70% de Maduração, Com Casca Uniforme, Aroma e Sabor...	Nacional	900 KG	R\$ 3,80	R\$ 3.420,00
0006	Batata Inglesa Selecionada de 1ª Qualidade, Sem Brotos, Tamanho Uniforme, Média A Grande, Limpa, Grau Médio de Amadur...	Monalisa	200 KG	R\$ 3,05	R\$ 610,00
0007	Bebida Láctea, Embalagem de Polietileno Com 01 Litro, Fermentado de Polpa - Morango/pêssego/uva. Com Prazo de Validad...	Carlitos	550 UN	R\$ 3,42	R\$ 1.881,00
0008	Beterraba Sem Folhas de 1ª Qualidade, Sem Brota, Lavada, Tamanho Uniforme, Médios, Sem Ferimentos Nem Defeitos.	Nacional	200 KG	R\$ 3,09	R\$ 618,00
0009	Carne Bovina Moída Na Hora de 2ª Qualidade, Sem Ossos, Sem Pele, Pouca Gordura, Embalada Em Filme Pvc Transparente Ou...	Trans Carnes	850 KG	R\$ 15,26	R\$ 12.971,00
0010	Carne de Frango Coxa e Sobrecoxa de Frango, Sem Dorso, Congelada e Sem Tempero, Embalagem Transparente Com Identifica...	Aurora	800 KG	R\$ 6,26	R\$ 5.008,00
0011	Carne de Frango Peito Sem Osso, Congelada e Sem Tempero, Com Selo de Inspeção Sanitária e Com Registro Nos Órgãos Vigentes.	Aurora	350 KG	R\$ 11,50	R\$ 4.025,00
0012	Carne Suína Tipo Pernil Ou Similar, Sem Pele, Sem Osso, de Primeira Qualidade, Resfriada, Isentas de Aditivos Ou Subs...	Schabarum	250 KG	R\$ 13,61	R\$ 3.402,50
0013	Cebola Em Cabeça, Selecionada, de Primeira Qualidade, Seca, Tamanho de Médio A Grande, Casca Inteira e Sem Fungos, Co...	Nacional	180 KG	R\$ 2,98	R\$ 536,40
0014	Cenoura Selecionada de 1ª Qualidade, Padrão Uniforme, Sem Brotos, À Grelha, Tipo Grande/comum	Nacional	150 KG	R\$ 2,99	R\$ 448,50
0015	Chocolate Em Pó. Pacote C/ 400 Grs. Instantâneo, Enriquecido Com 06 Vitaminas No Mínimo, Prazo de Validade Mínimo 10	Daju	100 PC	R\$ 4,99	R\$ 499,00
0017	Doce de Leite. Embalagem de 400g. Prazo de Validade de 10 Meses A Contar da Data da Entrega. Indicar Marca.	Incotril	75 UN	R\$ 5,99	R\$ 449,25
0018	Ervilha, Embalagem 200g, Em Conversa Sem Conservantes Artificiais, Peso Líquido, Com Validade Mínima de 1 Ano A Conta...	Predilecta	90 UN	R\$ 2,29	R\$ 206,10
0020	Maçã, Tipo Fuji, Selecionada, de 1ª Qualidade, Casca Inteira, Sem Ferimentos e Nem Defeitos.	Nacional	650 KG	R\$ 7,90	R\$ 5.135,00
0021	Mamão de 1ª Qualidade, Tipo Formosa Grande.	Nacional	600 KG	R\$ 5,81	R\$ 3.486,00
0022	Margarina Culinária Composta Por Óleos Vegetais Líquidos e Hidrogenados, Águas, Leite Desnatado Reconstituído Pasteur...	Soya	30 UN	R\$ 5,75	R\$ 172,50
0023	Moranga Cabotia, Tamanho Médio, C/casca Sã, Sem Rupturas, Madura, de 1ª Qualidade. Devem Estar Fisiologicamente Desen...	Nacional	100 KG	R\$ 3,95	R\$ 395,00
0024	Ovos de Galinha Brancos, Tamanho Grande, de Primeira Qualidade, Frescos, Isento de Aditivos Ou Substancias Estranhas	Nacional	100 DZ	R\$ 6,90	R\$ 690,00
0025	Pão Francês. Peso de Aproximadamente 50 Grs./unidade. Com Rótulo Contendo Peso, Data de Fabricação, Data de Validade,...	Vik Pao	500 KG	R\$ 7,99	R\$ 3.995,00
0026	Queijo Mussarela Fatiado, Embalado A Vácuo, Na Embalagem Deverá Conter: Descrição do Produto, Marca do Fabricante, Da...	Aurora	120 KG	R\$ 33,20	R\$ 3.984,00
0027	Repolho Em Cabeça de 1ª Qualidade, Apresentando Tamanho, aroma e Cor Próprios, Isenta de Sujidades, Parasitas e Larv...	Nacional	80 UN	R\$ 4,90	R\$ 392,00
0028	Tomate Selecionado de 1ª Qualidade, Amadurecidos, Polpa, Consistente, Sem Ferimentos, Coloração Uniforme, Sem Pontos	Nacional	250 KG	R\$ 4,22	R\$ 1.055,00
Total					R\$ 60.172,25

Valor Total: R\$ 60.796,75

file:///C:/Users/Usuario/AppData/Local/Temp/Vencedores_87793.html

03/04/2017

Portal de Compras Públicas | Vencedores do Processo

Página 2 de 2

file:///C:/Users/Usuario/AppData/Local/Temp/Vencedores_87793.html

03/04/2017

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06_2017**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2017

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO A CÂMARA MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL E A EMPRESA EDITORA POLO FOZ LTDA ME.

Contrato que entre si celebram a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAXAMBU DO SUL/SC, pessoa Jurídica de Direito Público, sito na Rua Albano Gilioli, nº 26, nesta cidade de Caxambu do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.527.861/0001-10, representada neste ato por seu Presidente Sr. OSVALDO HUNTEMAM, residente e domiciliado na Linha Dom José, interior do Município de Caxambu do Sul/SC, de ora em diante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a Empresa EDITORA POLO FOZ LTDA ME, Pessoa jurídica de Direito Privado, com sede a Rua MANOEL KLAUCK, nº 122, na cidade de São Carlos/SC, inscrita no CNPJ sob nº 81.854.044/0001-80, representada neste ato por seu sócio proprietário, Sr. ALFONSO DUPONT, brasileiro, casado, jornalista, residente na cidade de São Carlos/SC, doravante designada de CONTRATADA, sob cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA: O presente contrato Administrativo tem por objetivo único e exclusivo, a contratação da CONTRATADA acima qualificada, para Prestação de Serviços de Publicidade Legal, visando à publicação, informações e divulgação dos atos, trabalhos, projetos, indicações e demais Publicações do Legislativo Municipal de Caxambu do Sul/SC, no Jornal Polo Foz, de propriedade da CONTRATADA, com abrangência em todo o território do município de Caxambu do Sul/SC, no período compreendido entre 03 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

SEGUNDA: Pela prestação dos serviços especificados e descritos na Cláusula primeira deste contrato, o pagamento será efetuado em valor mensal, pelo espaço utilizado.

TERCEIRA: A CÂMARA pagará à CONTRATADA pela prestação dos serviços objeto deste contrato, o valor R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), divididos em 09 parcelas iguais e mensais de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

3.1 – O pagamento será efetuado junto a Tesouraria da CÂMARA ou na rede bancária, até o 10º dia útil do mês subsequente.

QUARTA: O valor total máximo a ser pago pela CÂMARA à CONTRATADA, pela efetiva prestação dos serviços de publicidade legal e Institucional objeto deste contrato, durante o prazo de vigência do presente Instrumento contratual, é de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

QUINTA: As despesas resultantes da execução deste contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias do orçamento vigente:

3.3.90.39.90.00.00.00 – Serviços de Publicidade Legal

SEXTA: A CONTRATADA se compromete a executar os serviços especificados e descritos na cláusula primeira deste contrato, na forma como lhe for solicitada, nas páginas internas do jornal.

6.1 - A CONTRATADA disponibilizará a CÂMARA, em cada edição, dois exemplares, sem qualquer custo adicional.

SÉTIMA: A CÂMARA poderá rescindir o presente contrato nas hipóteses previstas nos Artigos 77 e 78 e pelas formas do Artigo 79, todos da Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores.

OITAVA: A CÂMARA poderá ainda rescindir o presente contrato de forma unilateral, desde que comunique a CONTRATADA com antecedência mínima de trinta dias, sem que caiba qualquer tipo de indenização à CONTRATADA.

NONA: A CONTRATADA deve instruir as notas fiscais e/ou faturas de cobrança, com todos os documentos comprobatórios da realização das despesas.

DÉCIMA: A CONTRATADA prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CÂMARA, cujas reclamações se obrigam

a atender prontamente.

10.1 – No caso de recusa do atendimento de qualquer reclamação, independentemente das sanções cabíveis, a CÂMARA poderá confiar a outrem os serviços reclamados e não executados, notificando previamente a CONTRATADA, descontando seu custo, de uma só vez, no primeiro pagamento subsequente, sem que a mesma possa impugnar seu valor.

10.2 – A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade por todos os prejuízos que venha culposa ou dolorosamente, prejudicar a CÂMARA ou a terceiros, quando da execução do objeto deste instrumento contratual.

10.3 – Todas as despesas decorrentes da presente contratação, bem como. Encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução deste contrato, ficarão exclusivamente a cargo da CONTRATADA.

DÉCIMA PRIMEIRA: A CONTRATADA se responsabiliza Por todo e qualquer prejuízo que possa acarretar à CÂMARA, pelo não cumprimento de dispositivos legais relativos aos serviços ora contratados, salvo os que não lhe possam ser atribuídos, por motivo estranho a sua vontade, tais como, força maior comprovada, impossibilidade notória ou instruções determinantes da CÂMARA, ou falta de comunicação de fornecimento de dados elementos necessários.

DÉCIMA SEGUNDA: O recebimento provisório ou definitivo dos serviços ora contratado não exclui a responsabilidade civil e/ou penal da CONTRATADA, pela exatidão e segurança, nem ético-profissional dos mesmos.

DÉCIMA TERCEIRA: As partes elegem o foro da Comarca de Chapecó/SC, para dirimir eventuais dúvidas porventura resultantes deste instrumento.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, para único fim nele exposto.

Caxambu do Sul/SC, 03 de abril de 2017.

Osvaldo Huntemam

Presidente da Câmara Mun. De Vereadores de Caxambu do Sul/SC.

Alfonso Dupont

Editora Polo Foz Ltda ME

Testemunhas:

1 - _____

2- _____

PORTARIA Nº 11_2017

PORTARIA N.º 11/2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL A EXERCER O CARGO DE DIRETOR GERAL NA CÂMARA DE VEREADORES DE CAXAMBU DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar n.º 01/2013 – que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores do Poder Legislativo Municipal de Caxambu do Sul SC.

RESOLVE,

Art. 1.º - Fica nomeada a Srª. GIANI BURTET, RG. 4.863.451, CPF. 070.595.859-07, no cargo de provimento em comissão de Diretor Geral na Câmara de Vereadores de Caxambu do Sul SC, a partir do dia 03 de abril de 2017.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul SC, 03 de abril de 2017.

OSVALDO HUNTEMAM

Presidente da Câmara

ANTONIO PRIMO ZILLOTTO

Secretário da Câmara

Registra-se e Publica-se

Celso Ramos**PREFEITURA****CONTRATO DE ADITIVO 7/2016 - REF: 65/2014**

MINUTA DO SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N° 65/2014

ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS E A EMPRESA INOVAR CONSTRUÇÕES.

Pelo presente termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.493.343/0001-22, com sede sito à Rua Dom Daniel Hostin nº 930, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, neste ato representado por seu titular o senhor ONDIRO RIBERIO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal, residente e domiciliado no município de Celso Ramos - SC, e a empresa INOVAR CONSTRUÇÕES – SEDENIR DE LORENZI, inscrita no CNPJ nº 13.793.660/0001-19, com sede na Rua Dom Daniel Hostin, Centro, município de Celso Ramos - SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada por SEDENIR DE LORENZI, inscrito no CPF sob o nº 050.948.279-10, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizado pelo Processo Licitatório nº 65/2014, Tomada de Preços 04/2014, que se regerá nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, atendida as Cláusulas e condições que anunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de R\$ 16.081,72 (dezesseis mil e oitenta e um reais e setenta e dois centavos), ao Contrato Administrativo 65/2014, decorrentes de alterações do projeto original para possibilitar a construção de muro de contenção lateral da quadra coberta de acordo com a exigência do FNDE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO TERMO ADITIVO

O valor total deste termo aditivo para cobrir as despesas da construção do muro, não constantes do projeto original e possibilitar a conclusão da obra é de R\$ 16.081,72 (dezesseis mil e oitenta e um reais e setenta e dois centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas e aqui ratificadas as demais cláusulas do contrato ora aditado.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus regulares efeitos.

Celso Ramos, 03 de abril de 2017.

.....
Prefeitura Municipal de Celso Ramos
Contratante

.....
Inovar Construções
Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 083 DE 03.04.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI COMPLEMENTAR Nº 083 DE 03.04.2017

Altera o Anexo V da Lei Complementar nº006 de 23.12.1999, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei complementar:

Art. 1º Altera o Anexo V da Lei Complementar nº 006, de 23 de dezembro de 1999, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO V

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CÓDIGO: DASMA – DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR – MAGISTÉRIO

CARGA HORÁRIA – 40 HORAS SEMANAIS

- 20 HORAS SEMANAIS

CARGO	Nº DE CARGOS	VENCIMENTO R\$	Nº ALUNOS	HABILITAÇÃO
Diretor Nível I 20 horas	04	957,43 1.031,30 1.114,05	Até 100 De 101 à 200 + de 200	Curso de nível superior, Licenciatura Plena na área do Magistério.
Diretor Nível II 20 horas		1.031,30 1.114,05 1.193,83	Até 100 De 101 à 200 + de 200	Curso de nível superior, Licenciatura Plena na área do Magistério e Curso de Pós Graduação na área.
Diretor Nível I 40 horas		1.914,86 2.062,61 2.228,10	Até 100 De 101 à 200 + de 200	Curso de nível superior, Licenciatura Plena na área do Magistério.
Diretor Nível II 40 horas		2.062,61 2.228,10 2.387,67	Até 100 De 101 à 200 + de 200	Curso de nível superior, Licenciatura Plena na área do Magistério e Curso de Pós Graduação na área.

"

Art.2º As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão à conta de dotações do orçamento fiscal anual do Município.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 03 de abril de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 187/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 187/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar 008 de 23.12.199 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar 047 de 01.12.2010,

RESOLVE:

Art.1º Nomear DANILO SCHMIDT, para ocupar o cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde - Nível DAS-5, Anexo Único, da LC nº. 047 de 01.12.2010, a partir desta.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 04 de abril de 2017.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA N° 188/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 188/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal n° 0085 de 30.06.99, Lei Complementar n° 006 de 23.12.99 e Lei Complementar n° 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo – Edital n° 06/2016/SMECE;

RESOLVE:

Art.1º Alterar a carga horária de DEIVID DIONI MONTEIRO, professor Act-10 horas, admitido pela portaria n° 138/2017 de 01.03.2017, para 40 horas semanais, passando a atuar também no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, na Escolinha de Futsal e Judô e na Divisão de Esportes, pelo período de 03.04.2017 à 22.12.2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 04 de abril de 2017.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA N° 189/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 189/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal n° 0085 de 30.06.99, Lei Complementar n° 006 de 23.12.99 e Lei Complementar n° 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo – Edital n° 06/2016/SMECE;

RESOLVE:

Art.1º Alterar a carga horária de JANDERSON MACHADO, Professor de Informática Act-20 horas, admitido pela Portaria n° 133/2017 de 24.02.2017, para 40 horas semanais, sendo 10 horas no Centro Educacional e Esportivo Valdemiro Manoel Chiquio, e 30 horas no Centro Educacional de Ensino Fundamental Professor Verny Passig, pelo período de 03.04.2017 à 22.12.2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 04 de abril de 2017.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Chapecó

PREFEITURA

DECRETO Nº. 33.920, DE 30 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO Nº. 33.920, DE 30 DE MARÇO DE 2017.

Revoga Processo Licitatório e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV, do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e o artigo 49, parte inicial da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e, CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº, 0091/2017 da Procuradoria Geral do Município, CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de auto-controlar seus próprios atos,

DECRETA

Art. 1º. Fica revogado o Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial, Edital nº. 003/2017, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de preparo e distribuição de alimentação escolar no Município de Chapecó-SC, com fornecimento de todos os gêneros alimentícios.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 30 de março de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 33.921, DE 30 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO Nº. 33.921, DE 30 DE MARÇO DE 2017.

Dispõe sobre a designação de servidor público municipal para assinatura dos Termos de Reserva provisório para comercialização dos espaços e áreas durante a realização da XX Edição da Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial – EFAPI/2017 e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do Art. 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Senhor MARCIO ERNANI SANDER, servidor público municipal ocupante de cargo de provimento de Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo, para assinar o Termo de Reserva Provisório para comercialização de espaços e áreas durante a XX Edição da Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial – EFAPI/2017.

Art. 2º Na falta do titular fica designado o servidor público municipal senhor LUIZ ROBERTO TILLMANN ocupante do cargo de Diretor de Desenvolvimento Econômico e Turismo, para a referida assinatura.

Art. 3º Na ausência do servidor designado no Art. 2º, fica o servidor público municipal senhor CLAUDIOMIRO DO AMARAL, ocupante de cargo de Auxiliar Técnico em Administração para efetuar a referida assinatura.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 30 de março de 2017.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO CONVÊNIO

EXTRATO DO TERMO CONVÊNIO Nº. 046/2016

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIENTE: Editora e Distribuidora Educacional S/A.

OBJETO: Concessão de bolsas de estágio a alunos regularmente matriculados e com frequência nos cursos oferecidos pela Instituição de Ensino, proporcionando a oportunidade de realização de estágio em função afim ao curso, na Prefeitura Municipal de Chapecó. DO PRAZO: o presente convênio terá validade a partir de 01 de janeiro de 2017 com término em 31 de dezembro de 2020, podendo ser renovado mediante a lavratura de Termo Aditivo.

DATA E ASSINATURAS: Chapecó, 13 de Dezembro de 2016 – Hilário Kolba, Diretor de Gestão Administrativa, Igor Antônio Giroto, Secretário de Educação, Maria Isabel Andrade Cogo, Responsável pela Instituição.

EXTRATO DO TERMO CONVÊNIO Nº. 001/2017

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIENTE: Cooperativa Central Aurora Alimentos.

OBJETO: Atendimento integral pelo Município às crianças de 04 (quatro) meses a 03 (três) anos de idade, em regime de 04 (quatro) horas e/ou 08 (oito) horas diárias, filhos de funcionários (as) da Aurora, proporcionando-lhes educação, alimentação e recreação.

DO PRAZO: o presente convênio vigorará do dia 05 de janeiro de 2017 até o dia 31 de dezembro de 2017.

DO VALOR: O presente convênio não gera despesa ao Município. A Aurora repassará ao Município o valor mensal de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) para a execução do objeto.

DATA E ASSINATURAS: Chapecó, 3 de janeiro de 2017 – Igor Antônio Giroto, Secretário de Educação, Mario Lanznaster, Presidente Aurora, Neivor Canton, Vice-Presidente Aurora.

EXTRATO DA DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO POR INEXIGIBILIDADE Nº. 054/2017

ENTIDADE: Associação de Ginástica Olímpica de Chapecó – AGOCH.

OBJETO: Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão. Contratação por meio de Dispensa de Chamamento Público de entidade com registro cadastral no Município.

DO VALOR: Até R\$ 42.224,00 (quarenta e dois mil e duzentos e vinte e quatro reais).

DO PRAZO: Até 31/12/2017.

DATA E ASSINATURAS: Chapecó, 28 de março de 2017 – Osmar Buss, Diretor de Captação de recursos.

EXTRATO DA DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO POR INEXIGIBILIDADE Nº. 055/2017

ENTIDADE: Sindicato Rural de Chapecó.

OBJETO: Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão. Contratação por meio de Dispensa de Chamamento Público de entidade com registro cadastral no Município.

DO VALOR: Até R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais).

DO PRAZO: Até 31/12/2017.

DATA E ASSINATURAS: Chapecó, 28 de março de 2017 – Osmar Buss, Diretor de Captação de recursos.

EXTRATO DA DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO POR INEXIGIBILIDADE Nº. 056/2017

ENTIDADE: Junior Chamber Internacional - JCI Capítulo Chapecó – SC.

OBJETO: Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão. Contratação por meio de Dispensa de Chamamento Público de entidade com registro cadastral no Município.

DO VALOR: Até R\$ 36.946,00 (trinta e seis mil e novecentos e quarenta e seis reais).

DO PRAZO: Até 31/12/2017.

DATA E ASSINATURAS: Chapecó, 28 de março de 2017 – Osmar Buss, Diretor de Captação de recursos.

EXTRATO DA DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO POR INEXIGIBILIDADE Nº. 057/2017

ENTIDADE: Federação Catarinense de Atletismo.

OBJETO: Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão. Contratação por meio de Dispensa de Chamamento Público de entidade com registro cadastral no Município.

DO VALOR: Até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

DATA E ASSINATURAS: Chapecó, 30 de março de 2017 – Osmar Buss, Diretor de Captação de recursos.

EXTRATO DA DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO POR INEXIGIBILIDADE Nº. 058/2017

ENTIDADE: Associação de Ginástica Rítmica de Chapecó.

OBJETO: Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão. Contratação por meio de Dispensa de Chamamento Público de entidade com registro cadastral no Município.

DO VALOR: Até R\$ 20.056,00 (vinte mil e cinquenta e seis reais).

DATA E ASSINATURAS: Chapecó, 30 de março de 2017 – Osmar Buss, Diretor de Captação de recursos.

EXTRATO DA DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO POR INEXIGIBILIDADE Nº. 059/2017

ENTIDADE: Associação Ivanio Tekwondo.

OBJETO: Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão. Contratação por meio de Dispensa de Chamamento Público de entidade com registro cadastral no Município.

DO VALOR: Até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

DATA E ASSINATURAS: Chapecó, 30 de março de 2017 – Osmar Buss, Diretor de Captação de recursos.

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO**EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 017/2017**

CONVENIENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIADO – Verde Vida Programa Oficina Educativa.

OBJETO – O presente Termo de Colaboração, decorrente de chamamento público 016/2017, tem por objeto destinar recursos o qual proporcionara aos adolescentes em situação de risco social, uma formação cidadã, através de oficinas socioeducativas buscando o fortalecimento do vínculo familiar e comunitário.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Termo de Colaboração vigorará a partir da data de sua assinatura até 31/12/2017.

VALOR: até 74.213,43 (Setenta e quatro mil e duzentos e treze reais e quarenta e três centavos)

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 06 de Março de 2017 - Suzana Freitagmigott Colonheze, Secretária de Assistência Social, Lenoir Malagutti, Presidente da Entidade.

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 020/2017

CONVENIENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIADO – Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência.

OBJETO – O presente Termo de Colaboração, decorrente de chamamento público por Inexigibilidade nº 043/2017, tem por objeto

destinar recursos para auxiliar na realização e participação em ações nas áreas de: lazer, esportes, cultura e capacitação, através de oficinas, cursos, encontros, seminários, assembleias, visitas, palestras, orientações individuais e coletivas, eventos culturais e esportivos.

VALOR: até R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Termo de Colaboração vigorará a partir da data de sua assinatura até 31/12/2017.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 10 de março de 2017 - Suzana Freitagmigott Colonheze, Secretária de Assistência Social, Rubem Elirio Sheid, Presidente da Entidade.

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 042/2017

CONVENIENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó

CONVENIADO – Associação de Deficientes Visuais do Oeste De Santa Catarina – ADEVOSC.

OBJETO – O presente Termo de Colaboração, decorrente de chamamento público 039/2017, tem por objeto destinar recursos tendo como finalidade o desenvolvimento e a manutenção das atividades da entidade, visando às áreas de atendimentos, bem como projetos específicos para o desenvolvimento da política pública de assistência social na entidade.

VALOR: até R\$ 15.190,00 (Quinze mil, cento e noventa reais),

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Termo de Colaboração vigorará a partir da data de sua assinatura até 31/12/2017.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 13 de março de 2017 - Suzana Freitagmigott Colonheze, Secretária de Assistência Social, Raquel Elisa Gehm, Presidente da Entidade.

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 046/2017

CONVENIENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó

CONVENIADO – Chapecó e Região Convention & Visitors Bureau – CVB.

OBJETO – O presente Termo de Colaboração, decorrente de chamamento público por Inexigibilidade nº 046/2017, tem por objeto destinar recursos para auxiliar financeiramente visando, apoio e incentivo das ações desenvolvidas pela entidade, de modo a possibilitar as ações educativas para a construção da consciência em torno da importância do turismo para Chapecó e Região, como agente de apoio ao desenvolvimento social e econômico.

VALOR: Até R\$ 24.214,11 (vinte e quatro mil e duzentos e quatorze reais e onze centavos).

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Termo de Colaboração vigorará a partir da data de sua assinatura até 31/12/2017.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 20 de março de 2017 - Marcio Ernani Sander, Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Gustavo Giacomazzi Gisi, Presidente da Entidade

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 018/2017

CONVENIENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó

CONVENIADO – Verde Vida Programa Oficina Educativa.

OBJETO – O presente Termo de Colaboração, decorrente de chamamento público 017/2017, tem por objeto destinar recursos o qual proporcionara aos adolescentes em situação de risco social, uma formação cidadã, através de oficinas socioeducativas buscando o fortalecimento do vínculo familiar e comunitário.

VALOR: até R\$ 100.000,08 (Cem mil reais e oito centavos).

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Termo de Colaboração vigorará a partir da data de sua assinatura até 31/12/2017.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 06 de março de 2017 - Hilário Kolba, Diretor de Gestão de Pessoal, Lenoir Malagutti, Presidente da Entidade.

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 047/2017

CONVENIENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó

CONVENIADO – Fundo de Assistência do Servidor Público Municipal de Chapecó.

OBJETO – O presente Termo de Colaboração, decorrente de chamamento público 053/2017, consiste no estabelecimento de cooperação financeira entre o MUNICÍPIO e o FAS, para a manutenção dos projetos de prestação de serviços de odontologia, gratuitos, aos servidores públicos municipais de Chapecó, contribuintes do FAS.

VALOR: até R\$ 720.000,00 (Setecentos e vinte mil reais),

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Termo de Colaboração vigorará a partir da data de sua assinatura até 31/12/2020.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 24 de março de 2017, Luciano José Buligon, Prefeito Municipal de Chapecó Marizete Zanini De Souza, Presidente da Entidade.

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 052/2017

CONVENENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIADO – Associação dos Moradores do Goio-Ên.

OBJETO – O presente Termo de Colaboração, decorrente de chamamento público por Inexigibilidade nº 051/2017, tem por objeto destinar recursos para o desenvolvimento das atividades da entidade, como: plantio de gramas em leivas, plantio de flores e árvores nos locais onde necessários, reforma de quiosques e churrasqueiras e melhorias na praia pública, manutenção e reforma de imóveis.

VALOR: até R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais),

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Termo de Colaboração vigorará a partir da data de sua assinatura até 31/12/2017.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 24 de março de 2017 - Hilário Kolba, Diretor de Gestão de Pessoal, José Paulo Rotava, Presidente da Entidade.

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 004/2017

CONVENENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó

CONVENIADO – Centro Associativo de Atividades Psicofísicas Patrick – CAPP.

OBJETO – O presente Termo de Colaboração, decorrente de chamamento público 003/2017, tem por objeto destinar recursos para manutenção e funcionamento da entidade conforme detalhado no Plano de Trabalho.

VALOR: até R\$ 24.142,89 (Vinte e quatro mil, cento e quarenta e dois reais e oitenta e nove centavos),

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Termo de Colaboração vigorará a partir da data de sua assinatura até 31/12/2017.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 06 de março de 2017 - Suzana Freitag Migott Colonheze, Secretária de Assistência Social, Ivonei Barbiero, Presidente Conselho Escolar.

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 011/2017

CONVENENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó

CONVENIADO – Rede Feminina de Combate Ao Câncer.

OBJETO – O presente Termo de Colaboração, decorrente de chamamento público 010/2017, tem por objeto destinar recursos para auxiliar no pagamento de materiais de consumo, utensílios, materiais didáticos, de expediente e de limpeza, bem como, despesas de materiais de manutenção e serviços de terceiros e insumos químicos para laboratório.

VALOR: até R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais).

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Termo de Colaboração vigorará a partir da data de sua assinatura até 31/12/2017.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 06 de março de 2017 - Nédio Luiz Conci, Secretário de Saúde, Tanis Mara Zulian Legal, Presidente da Entidade.

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 015/2017

CONVENENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIADO – Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste – FUNDESTE.

OBJETO – O presente Termo de Colaboração, decorrente de chamamento público 015/2017, tem por objeto destinar recursos para manutenção e desenvolvimento das atividades do projeto FITO-CHAPECÓ, no âmbito do Sistema Municipal de Saúde.

VALOR: até R\$ 12.667,20 (Doze mil e seiscentos e sessenta e sete reais e vinte centavos).

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Termo de Colaboração vigorará a partir da data de sua assinatura até 31/12/2017.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 06 de março de 2017 - Nedio Luiz Conci, Secretário de Saúde, Vincenzo Francesco Mastrogiacomo, Presidente da Entidade.

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 043/2017

CONVENENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó

CONVENIADO – Grupo de Apoio a Prevenção a Aids e Defesa dos Direitos Humanos e Sociais – GAPA.

OBJETO – O presente Termo de Colaboração, decorrente de chamamento público 040/2017, tem por objeto destinar recursos para realização de oficinas e atividades de campo, visando o desenvolvimento de ações preventivas no combate ao HIV/AIDS, outras DST's e Violência Sexual no município de Chapecó.

VALOR: Até R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Termo de Colaboração vigorará a partir da data de sua assinatura até 31/12/2017.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 13 de março de 2017 - Nédio Luiz Conci, Secretário de Saúde, Dirceu Luiz Hermes, Presidente da Entidade.

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 057/2017

CONVENENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIADO – Junior Chamber Internacional - JCI.

OBJETO – O presente Termo de Colaboração, decorrente de chamamento público por Inexigibilidade nº 056/2017, consiste em oferecer aos jovens estudantes a oportunidade de conhecimento, reflexão e conscientização sobre a responsabilidade e compromisso de cada indivíduo em relação aos problemas sociais, ambientais e educacionais nos níveis: locais, regional, nacional e mundial.

VALOR: Até R\$ 36.946,00 (Trinta e seis mil novecentos e quarenta e seis reais).

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Termo de Colaboração vigorará a partir da data de sua assinatura até 31/12/2017.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 31 de março de 2017 - Hilário Kolba, Diretor de Gestão de Pessoal, Lianara Maseto Terribile, Presidente da Entidade.

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 058/2017

CONVENENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó

CONVENIADO – Sindicato Rural De Chapecó.

OBJETO – O presente Termo de Colaboração, decorrente de chamamento público por Inexigibilidade nº 055/2017, tem por finalidade estabelecer cooperação financeira entre Município e o Sindicato, para execução das atividades relativas a manutenção dos serviços de controle de qualidade de produtos de origem animal dos estabelecimentos agro industriais rurais de Chapecó.

VALOR: Até R\$ 50.400,00 (Cinquenta mil e quatrocentos reais).

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente Termo de Colaboração vigorará a partir da data de sua assinatura até 31/12/2017.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 31 de março de 2017 - Valdir Crestani, Secretário de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, Américo Do Nascimento, Presidente da Entidade.

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 24/PMCS/2017

CONTRATO Nº: 24/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: DECK MÓVEIS PLANEJADOS EIRELI – ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 75/PMCS/2016.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: CONCORRÊNCIA.

Objeto: O objeto do presente contrato é a concessão de direito real de uso, de 01 (um) terreno.

Assinatura: 15/03/2017.

Vigência: Início: 15/03/2017 Término: 13/03/2024.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 07/PMCS/2017

CONTRATO Nº: 134/2014.

ADITIVO Nº: 07/2017.

TIPO DE ADITIVO: QUINTO T.A. – ACRÉSCIMO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 95/PMCS/2014.

PREGÃO PRESENCIAL: 47/PMCS/2014.

Objeto do contrato: Contratação de empresa especializada para cobertura de seguros de veículos diversos da frota oficial do município de Cocal do Sul.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto o acréscimo ao valor do contrato, para inclusão na apólice de 01 (um) veículo de placa QIQ-9851.

Assinatura: 13/03/2017.

Vigência: Início: 13/03/2017 Término: 15/10/2017.

Valor: R\$ 246,04 (duzentos e quarenta e seis reais e quatro centavos).

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL

PREGÃO PRESENCIAL 10/2017

AVISO DE LICITAÇÃO. O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Cocal do Sul-SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09:00 horas do dia 19 de Abril de 2017, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL – TIPO MENOR PREÇO POR ITEM nº 10/2017, para contratação de prestação de serviços de 1.400 Horas de caminhão basculante, traçado 6x4, com capacidade de carga de 12m³, 400 horas de máquina escavadeira hidráulica com 1,30m³ de concha e 700 horas de máquina retroescavadeira equipada com pá carregadeira, modelo 4x4, conforme descrição no Anexo I do edital. As propostas serão recebidas a partir desta data, encerrando-se o prazo de entrega às 09:00 horas do dia 19 de Abril de 2017. A integral do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Lisboa, 520 – Bairro Jardim Bela Vista – Cocal do Sul-SC, pelo telefone (48)3447-6350, ou através do Site: www.samaecocaldosul.sc.gov.br. Cocal do Sul-SC, 03 de Abril de 2017. Carla Cristina Possamai Della. Diretora do SAMAE

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2017-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2017 – PMC

Aquisição de Bens

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de sementes de pastagem de inverno para o programa troca-troca de sementes da SEMADRA com agricultores do município, no exercício de 2017, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 717 de 5 de janeiro de 2016, no Programa de Fomento a Atividade Agropecuária e seu Desenvolvimento Tecnológico Sustentável, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor preço por item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 17/04/2017.

Abertura: dia 18/04/2017 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 31 de março de 2017.

MAURO MARTINI

Secretário Municipal de Agricultura,

Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

AVISO RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2017 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2017

Aquisição de bens

O Secretário Municipal de Urbanismo e Obras torna público que ratificou o ato do Senhor Valdomiro Tafarel, Diretor de Urbanismo, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso XX, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 6 de fevereiro de 2017, para aquisição de áreas de terras, para duplicação da rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, neste município, conforme Lei Nº 4.928 de 14 de dezembro de 2016, a favor de ROSANE BETTU GREZZANA, no valor total de R\$ 48.072,00 (quarenta e oito mil e setenta e dois reais), NEIVA FATIMA BONASSI DUTCHEVICZ, no valor total de R\$ 35.838,00 (trinta e cinco mil reais, oitocentos trinta e oito reais), DIVA METZ, no valor total de R\$ 33.489,20 (trinta e três mil quatrocentos oitenta e nove reais com vinte centavos), LUIZ FERNANDO FURLAN, no valor total de R\$ 16.504,30 (dezesseis mil quinhentos e quatro reais com trinta centavos), SIRLEI ANA DE ANDRADE, no valor total de R\$ 48.072,00 (quarenta e oito mil e setenta e dois reais), CONDOMINIO RESIDENCIAL COLINA VERDE, no valor total de R\$ 50.079,00 (cinquenta mil e setenta e nove reais), EUCLYDES ANTONIO MARCON, no valor total de R\$ 959,60 (novecentos e cinquenta e nove reais), ELIANE PAULA SBARDELLA PASTRE, no valor total de R\$ 16.992,80 (dezesseis mil novecentos e noventa e dois reais e oitenta centavos), MARCIO LUIS SBARDELLA, no valor total de R\$ 15.668,40 (quinze mil seiscentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos), ZAMETAL TECNICA E MECÂNICA INDUSTRIAL LTDA, no valor total de R\$ 79.640,00 (setenta e nove mil seiscentos e quarenta reais), GENTIL BROETTO, no valor

total de R\$ 16.183,20 (dezesseis mil cento e oitenta e três reais e vinte centavos), ANGELA ALBIERO LONGO, no valor total de R\$ 21.731,60 (vinte e um mil setecentos e trinta e um reais e sessenta centavos), WALMY CONFECÇÕES LTDA - ME, no valor total de R\$ 24.750,00 (vinte e quatro mil setecentos e cinquenta reais), JAIRO RESMIM, no valor total de R\$ 29.537,20 (vinte e nove mil quinhentos e trinta e sete reais e vinte centavos), EDIPO LEOMAR RESMIM, no valor total de R\$ 29.537,20 (vinte e nove mil quinhentos e trinta e sete reais e vinte centavos), SEVERINO ALBERTO CASAGRANDE JUNIOR, no valor total de R\$ 18.704,40 (dezoito mil setecentos e quatro reais e quarenta centavos), RUY PERIZZOLO, no valor total de R\$ 76.916,40 (setenta e seis mil novecentos e dezesseis reais e quarenta centavos), GENUINO RAGNINI, no valor total de R\$ 33.352,00 (trinta e três mil trezentos e cinquenta e dois reais), CAMILA DA CAMPO, no valor total de R\$ 17.309,60 (dezessete mil trezentos e nove reais e sessenta centavos), ELIOMAR JOSÉ LUCA-TELLI, no valor total de R\$ 21.507,20 (vinte e um mil quinhentos e sete reais e vinte centavos) DANILO LUPATO, no valor total de R\$ 24.525,60 (vinte e quatro mil quinhentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos), BRF S.A., no valor total de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), I B & F - ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS S. A., no valor total de R\$ 55.435,60 (cinquenta e cinco mil quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos), RCM COMÉRCIO E CONsertos DE BALANÇAS E EQUIP. LTDA, no valor total de R\$ 45.113,20 (quarenta e cinco mil cento e treze reais e vinte centavos), FABRICA CARROCERIAS SANTOS LTDA, no valor total de R\$ 106.422,80 (cento e seis mil quatrocentos e vinte e dois reais e oitenta centavos), OSVALDO ALVES VIEIRA, no valor total de R\$ 41.289,60 (quarenta e um mil duzentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos), IDIAN SOUZA DEQUECH, no valor total de R\$ 15.188,80 (quinze mil cento e oitenta e oito reais e oitenta centavos), GERSON SPAGNOL, no valor total de R\$ 15.316,40 (quinze mil trezentos e dezesseis reais e quarenta centavos), CLARICE BENDER, no valor total de R\$ 20.416,00 (vinte mil quatrocentos e dezesseis reais).

WAGNER ISIDORO SIMIONI

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 03/2017 – FMAS

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 03/2017 – FMAS

ESPÉCIE: Termo de Colaboração 03/2017, celebrado na data de 4 de abril de 2017, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por seu Gestor, DENISE JUSTI LOPES e a UNIÃO MUNICIPAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE CONCÓRDIA - UMAMC, inscrita no CNPJ sob nº 80.638.216/0001-16, representada pela seu Presidente, senhor Jânio de Oliveira.

OBJETO: Destinação de Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para a Proteção Social Básica, destinado ao desenvolvimento de ações de assessoramento, defesa e garantia de direitos.

VALOR: R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais) em até 10 parcelas, podendo chegar ao valor total de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais).

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2017, a partir da data de assinatura do termo de Colaboração.

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE FINANCEIRO 03/2017

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Janeiro
Página: 1

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	477.261,84
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	436.108,04
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	176.776,79
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	259.331,25
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	41.153,80
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	41.153,80
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	311.424,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	311.424,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	714.549,02	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	442.809,92
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	30.777,64	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	30.777,64
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	477.513,36	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	205.774,26
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	735,28	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	735,28
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	205.522,74	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	205.522,74
		SALDOS ATUAIS	105.901,26
		BANCO C/ MOVIMENTO	105.901,26
TOTAL	1.025.973,02	TOTAL	1.025.973,02

CONCORDIA, 31/01/2017

ARTÊMIO ORTIGARA
Presidente

DELAIR M. S. DALLEGRAVE
Contador CRC SC 022.843/O-5

BALANCETE FINANCEIRO 03/2017 - 3**SANTA CATARINA****CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Período: Março

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	255.984,23
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	248.406,94
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	196.838,97
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	51.567,97
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	7.577,29
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.577,29
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	311.416,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	311.416,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	546.001,77	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	537.297,59
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	38.592,83	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	37.673,17
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	259.209,23	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	251.424,71
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	248.199,71	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	248.199,71
SALDOS ANTERIORES	173.827,55	SALDOS ATUAIS	237.963,50
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	160.000,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	230.913,91
BANCO C/ MOVIMENTO	13.827,55	BANCO C/ MOVIMENTO	7.049,59
TOTAL	1.031.245,32	TOTAL	1.031.245,32

CONCORDIA, 03/04/2017

ARTÊMIO ORTIGARA
Presidente

DELAIR M. S. DALLEGRAVE
Contador CRC SC 022.843/O-5

BALANCETE FINANCEIRO 03/2017-2

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Fevereiro
Página: 1

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	232.550,03
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	224.972,74
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	196.274,54
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.698,20
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	7.577,29
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.577,29
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	311.416,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	311.416,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	512.406,33	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	523.346,01
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	34.997,42	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	34.986,54
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	233.229,50	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	244.180,06
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	244.179,41	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	244.179,41
SALDOS ANTERIORES	105.901,26	SALDOS ATUAIS	173.827,55
BANCO C/ MOVIMENTO	105.901,26	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	160.000,00
		BANCO C/ MOVIMENTO	13.827,55
TOTAL	929.723,59	TOTAL	929.723,59

CONCORDIA, 03/03/2017

ARTÊMIO ORTIGARA
Presidente

DELAIR M. S. DALLEGRAVE
Contador CRC SC 022.843/O-5

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 324/2017

DECRETO Nº324/2017, DE 03 DE ABRIL DE 2017

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia, de licença para tratamento de saúde a servidora Municipal, Sra. ANA PAULA TECCHIO BASSANI, ocupante do cargo de Professor do Ensino Fundamental, 20 h (vinte) semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 31/03/2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 03 de abril de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 322/2017

DECRETO Nº322/2017, DE 03 DE ABRIL DE 2017

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE PROFESSOR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e em especial ao disposto no Art. 1º da Lei Municipal Nº 468/01,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitido a partir de 03/04/2017, em caráter temporário por excepcional interesse público, o Sr. IAN CARLOS CIPRIANI na função de Professor do Ensino Fundamental – Informática, 20 (vinte) horas semanais, turno matutino e vespertino, lotado na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º O Servidor ficará sujeito ao disposto no Estatuto dos Servidores e Magistério Municipal (LC Nº018/01), Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação (LC Nº 92/2013) e Lei Municipal 468/01 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 03 de Abril de 2017

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 323/2017

DECRETO Nº323/2017, DE 03 DE ABRIL DE 2017

“NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO, OBJETO DO EDITAL Nº 001/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 03/04/2017, a Sra. ELIZETE RENOSTO SERAGLIO, para exercer o cargo de Psicólogo, com carga horária de 20h (vinte horas) semanais, ficando lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º A servidora nomeada pelo presente sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal - Lei Complementar n. 18/2001, e ao Plano de cargos e salários - Lei Complementar n. 93/2013 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 03 de Abril de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 325/2017

DECRETO Nº325/2017, DE 03 DE ABRIL DE 2017

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora Municipal Sra. NILVETE APARECIDA SARTOR ATUATTI, ocupante do cargo de Técnico de Apoio

Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, 30 (trinta) dias de férias relativos ao período aquisitivo de 07/02/2015 a 06/02/2016, que serão gozadas a partir do dia 02/05/2017.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de abril de 2017.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 03 de abril de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

NILVETE APARECIDA SARTOR ATUATTI

Ciente em: ____/____/2017

DECRETO N. 326/2017

DECRETO Nº326/2017, DE 03 DE ABRIL DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR, EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e em especial ao disposto no Art. 1º da Lei Municipal Nº 468/01,

DECRETA:

Art. 1º Fica admitido a partir de 03/04/2017, em caráter temporário por excepcional interesse público, o Sr. VANDERLEI DO ROSÁRIO na função de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º O Servidor ficará sujeito ao disposto no Estatuto dos Servidores e Magistério Municipal (LC Nº018/01), Lei Municipal 468/01 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 03 de Abril de 2017

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 327/2017

DECRETO Nº 327 DE 03 DE ABRIL DE 2017

"NOMEIA GERENTE DE MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia a partir do dia 03/04/2017 o Sr. BRUNO DE CESARO, para exercer o cargo de Gerente de meio Ambiente, com carga horária integral, ficando lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º O Servidor nomeado pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal – LC nº 18/2001 e ao Plano de Cargos e Salários – LC nº 93/2013 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 03 de Abril de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

EXTRATO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 68/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 19/2017 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE GINECOLOGISTA OBSTETRA PARA ATUAREM NAS UNIDADES DO MUNICÍPIO

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 68/2017

Pregão Presencial n. 19/2017

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE GINECOLOGISTA OBSTETRA PARA ATUAR NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, conforme especificações constantes no anexo "A" deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 18/04/2017.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 18/04/2017.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, 03 de abril de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO -
PROCESSO 62/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 16/2017
- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA
PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE
CLÍNICO GERAL E GINECOLOGISTA OBSTETRA PARA
ATUAREM NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

EXTRATO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 62/2017

PREGÃO PRESENCIAL: 16/2017

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no disposto no artigo 49 da Lei nº 8.666/93 e justificativa que consta nos autos, determinou a REVOGAÇÃO do Pregão Presencial nº 16/2017, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE CLÍNICO GERAL E GINECOLOGISTA OBSTETRA PARA ATUAREM NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.

Cordilheira Alta - SC, 03 de Abril De 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

LRF - 1. BIMESTRE - 2017

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	20.449.881,70	20.449.881,70	3.505.620,52	17,14	3.505.620,52	17,14
RECEITA TRIBUTÁRIA	20.364.481,70	20.364.481,70	3.501.633,51	17,19	3.501.633,51	17,19
IMPOSTOS	2.110.530,00	2.110.530,00	306.978,07	14,55	306.978,07	14,55
TAXAS	1.622.530,00	1.622.530,00	252.122,44	15,54	252.122,44	15,54
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	481.000,00	481.000,00	54.855,63	11,40	54.855,63	11,40
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	198.000,00	198.000,00	47.943,51	24,21	47.943,51	24,21
RECEITA PATRIMONIAL	198.000,00	198.000,00	47.943,51	24,21	47.943,51	24,21
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	187.121,70	187.121,70	43.638,56	23,32	43.638,56	23,32
RECEITA DE SERVIÇOS	187.121,70	187.121,70	43.638,56	23,32	43.638,56	23,32
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	783.500,00	783.500,00	101.117,33	12,91	101.117,33	12,91
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	16.808.350,00	16.808.350,00	2.963.464,16	17,63	2.963.464,16	17,63
TRANSF. DE CONV.	16.569.043,00	16.569.043,00	2.912.653,18	17,58	2.912.653,18	17,58
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	239.307,00	239.307,00	50.810,98	21,23	50.810,98	21,23
MULTAS E JUROS DE MORA	276.980,00	276.980,00	38.491,88	13,90	38.491,88	13,90
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	66.680,00	66.680,00	8.858,25	13,28	8.858,25	13,28
RECEITA DA DIVIDAATIVA	500,00	500,00	165,13	33,03	165,13	33,03
RECEITAS DIVERSAS	201.000,00	201.000,00	29.468,50	14,66	29.468,50	14,66
RECEITAS DE CAPITAL	85.400,00	85.400,00	3.987,01	4,67	3.987,01	4,67
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.800,00	2.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.800,00	2.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	73.000,00	73.000,00	3.987,01	5,46	3.987,01	5,46
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.400,00	9.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.300,00	9.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	20.449.881,70	20.449.881,70	3.505.620,52	17,14	3.505.620,52	17,14
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)			
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)										
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	20.449.881,70	20.449.881,70	3.505.620,52	17,14	3.505.620,52	17,14	16.944.261,18			
DÉFICIT (VI)										
TOTAL (VII) = (V + VI)										
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)										
Superávit Financeiro	—	907.924,52	—	—	118.623,08	—	—			
Reabertura de Créditos Adicionais	—	907.924,52	—	—	118.623,08	—	—			
		0,00	—	—	0,00	—	—			
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	
			No Bimestre	Até o Bimestre	(g) = (e-f)	No Bimestre	Até o Bimestre	(i) = (e-h)	(j)	
	20.449.881,70	21.370.928,22	4.938.550,36	4.938.550,36	16.432.377,86	2.502.844,45	2.502.844,45	18.868.083,77	2.213.563,64	
	19.023.891,20	19.585.526,66	4.595.450,66	4.595.450,66	14.990.076,00	2.407.759,55	2.407.759,55	17.177.767,11	2.129.862,74	
	8.500.770,32	8.587.327,34	1.251.870,87	1.251.870,87	7.335.456,47	1.225.309,21	1.225.309,21	7.362.018,13	1.114.478,13	
	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	
	10.403.120,88	10.878.199,32	3.343.579,79	3.343.579,79	7.534.619,53	1.182.450,34	1.182.450,34	9.695.748,98	1.015.384,61	
	1.345.990,50	1.705.401,56	343.099,70	343.099,70	1.362.301,86	95.084,90	95.084,90	1.610.316,66	83.700,90	
	945.990,50	1.305.401,56	52.058,50	52.058,50	1.253.343,06	46.578,00	46.578,00	1.258.823,56	35.194,00	
	400.000,00	400.000,00	291.041,20	291.041,20	108.958,80	48.506,90	48.506,90	351.493,10	48.506,90	
	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	
	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	
	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)									
	20.449.881,70	21.370.928,22	4.938.550,36	4.938.550,36	16.432.377,86	2.502.844,45	2.502.844,45	18.868.083,77	2.213.563,64	

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	20.449.881,70	21.370.928,22	4.938.550,36	4.938.550,36	16.432.377,86	2.502.844,45	2.502.844,45	18.868.083,77	2.213.563,64
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.002.776,07	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	20.449.881,70	21.370.928,22	4.938.550,36	4.938.550,36	—	2.502.844,45	3.505.620,52	—	2.213.563,64
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Cordilheira Alta, 31/03/2017

CARLOS ALBERTO TOZZO PREFEITO MUNICIPAL	EMANUELLE CELLA TOZZO CONTADORA - CRC/SC 0234170-8	SILVANA MAGIONI FAVERO TECNICO EM CONTROLE INTERNO
--	---	---

Município de Cordilheira Alta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

PREVISOÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				R\$ 1,00
RECEITAS						SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)		200,00				200,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		100,00				100,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		100,00				100,00
DESPESAS						
		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2017 (i) = (fb - (lfb + llg))				SALDO ATUAL (k) = (lli + liii)
		Em 2016 (i)				
Valor(III)		0,00	0,00			0,00

FONTE:

Cordilheira Alta, 31/03/2017

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/0-8

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)						
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU			1.622.530,00	1.622.530,00	252.122,44	15,54
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI			430.000,00	430.000,00	47.147,68	10,96
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS			100.000,00	100.000,00	104.083,50	104,08
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF			850.000,00	850.000,00	84.668,45	9,96
Imposto Territorial Rural - ITR			242.530,00	242.530,00	16.222,81	6,69
			0,00	0,00	0,00	0,00
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)			13.391.292,00	13.391.292,00	2.345.477,37	17,51
Cota-Parte FPM			5.760.000,00	5.760.000,00	1.018.168,24	17,68
Cota-Parte ITR			892,00	892,00	53,60	6,01
Cota-Parte IPVA			484.000,00	484.000,00	58.334,44	12,05
Cota-Parte ICMS			6.800.000,00	6.800.000,00	1.247.001,46	18,34
Cota-Parte IPI-Exportação			116.000,00	116.000,00	17.423,89	15,02
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			230.400,00	230.400,00	4.495,74	1,95
Desoneração ICMS (LC 87/96)			30.400,00	30.400,00	4.495,74	14,79
Outras			200.000,00	200.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II			15.013.822,00	15.013.822,00	2.597.599,81	17,30
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS			0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE			0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			1.550.000,00	1.550.000,00	335.509,06	21,65
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			1.550.000,00	1.550.000,00	335.509,06	21,65
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS
					Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100
					Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES			4.279.466,04	4.423.380,26	1.155.667,51	26,13
Pessoal e Encargos Sociais			2.080.134,92	2.144.367,92	307.465,65	14,34
Outras Despesas Correntes			2.199.331,12	2.279.012,34	848.201,86	37,22
DESPESAS DE CAPITAL			133.530,00	133.530,00	3.770,00	2,82
Investimentos			133.530,00	133.530,00	3.770,00	2,82

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	133.530,00	133.530,00	3.770,00	2,82	3.770,00	2,82
Investimentos	133.530,00	133.530,00	3.770,00	2,82	3.770,00	2,82
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.412.996,04	4.556.910,26	1.159.437,51	25,44	650.529,60	14,28
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	950.167,84	1.082.882,06	114.489,64	9,87	108.707,15	16,71
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	950.167,84	1.082.882,06	114.489,64	9,87	108.707,15	16,71
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	950.167,84	1.082.882,06	114.489,64	9,87	108.707,15	16,71
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	3.462.828,20	3.474.028,20	1.044.947,87	90,13	541.822,45	83,29
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						20,86
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						152.182,48

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Cordilheira Alta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) (m/Total m)*100
Atenção Básica	4.356.600,56	4.454.972,74	1.135.457,51	97,03	649.479,60
Vigilância Sanitária	88.421,94	133.963,98	34.780,00	2,97	2.850,00
TOTAL	4.445.022,50	4.588.936,72	1.170.237,51	100,00	652.329,60

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula [(l+i)-(15 x IIIb)/100]

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Cordilheira Alta, 31/03/2017

CARLOS ALBERTO TOZZO PREFEITO MUNICIPAL	EMANUELLE CELLA TOZZO CONTADORA - CRC/SC 023417/0-8	SILVANA MAGIONI FAVERO TÉCNICO EM CONTROLE II
--	--	--

Município de Cordilheira Alta - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		20.449.881,70		
Previsão Atualizada		20.449.881,70		
Receitas Realizadas		3.505.620,52		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		118.623,08		
DESPESAS				
Dotação Inicial		20.449.881,70		
Créditos Adicionais		921.046,52		
Dotação Atualizada		21.370.928,22		
Despesas Empenhadas		4.938.550,36		
Despesas Liquidadas		2.502.844,45		
Despesas pagas		2.213.563,64		
Superavit Orçamentário		1.002.776,07		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		4.938.550,36		
Despesas Liquidadas		2.502.844,45		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		20.493.869,16		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	0,00	0,00
Resultado Primário		0,00	1.003.657,40	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	23.181,97	0,00	11.765,51	11.416,46
EXECUTIVO	23.181,97	0,00	11.765,51	11.416,46
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	29.666,66	0,00	0,00	29.666,66
EXECUTIVO	29.666,66	0,00	0,00	29.666,66
TOTAL:	52.848,63	0,00	11.765,51	41.083,12
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		773.343,19	25%	24,14
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		197.337,40	60%	58,82
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	2.800,00
Despesa de Capital Líquida			95.084,90	1.610.316,66
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de Cordilheira Alta - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14		R\$ 1,00		
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Cordilheira Alta, 31/03/2017

CARLOS ALBERTO TOZZO

PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO

CONTADORA - CRC/SC 023417/0-8

SILVANA MAGIONI FAVERO

TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)		21.370.928,22	4.938.550,36	4.938.550,36	100,00	2.502.844,45	2.502.844,45	18.868.083,77
Legislativa	20.449.881,70	860.000,00	194.220,41	194.220,41	3,93	113.180,34	113.180,34	746.819,66
Ação Legislativa	860.000,00	860.000,00	194.220,41	194.220,41	3,93	113.180,34	113.180,34	746.819,66
Administração	2.643.700,00	2.646.300,00	851.914,76	851.914,76	17,25	366.256,28	366.256,28	2.280.043,72
Administração Geral	2.643.700,00	2.646.300,00	851.914,76	851.914,76	17,25	366.256,28	366.256,28	2.280.043,72
Assistência Social	784.650,00	951.003,43	84.168,60	84.168,60	1,70	64.856,51	64.856,51	886.146,92
Assistência Comunitária	784.650,00	951.003,43	84.168,60	84.168,60	1,70	64.856,51	64.856,51	886.146,92
Saúde	4.445.022,50	4.588.936,72	1.170.237,51	1.170.237,51	23,70	652.329,60	652.329,60	3.936.607,12
Atenção Básica	4.356.600,56	4.454.972,74	1.135.457,51	1.135.457,51	22,99	649.479,60	649.479,60	3.805.493,14
Vigilância Sanitária	88.421,94	133.963,98	34.780,00	34.780,00	0,70	2.850,00	2.850,00	131.113,98
Educação	4.259.598,00	4.316.390,39	699.621,54	699.621,54	14,17	526.081,98	526.081,98	3.790.308,41
Ensino Fundamental	3.544.848,00	3.591.150,74	699.880,14	699.880,14	13,56	526.081,98	526.081,98	3.065.068,76
Ensino Médio	602.000,00	612.489,65	29.166,40	29.166,40	0,59	0,00	0,00	612.489,65
Ensino Superior	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
Educação Infantil	43.250,00	43.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.250,00
Educação de Jovens e Adultos	22.000,00	22.000,00	575,00	575,00	0,01	0,00	0,00	22.000,00
Educação Especial	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
Cultura	292.400,00	292.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	292.400,00
Divulgação Cultural	292.400,00	292.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	292.400,00
Direitos da Cidadania	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00
Urbanismo	3.810.211,20	3.851.107,88	998.649,07	998.649,07	20,22	385.275,36	385.275,36	3.465.832,32
Serviços Urbanos	3.810.211,20	3.851.107,88	998.649,07	998.649,07	20,22	385.275,36	385.275,36	3.465.832,32
Habituação	11.200,00	11.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.200,00
Habituação Rural	7.100,00	7.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.100,00
Habituação Urbana	4.100,00	4.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.100,00
Agricultura	1.934.600,00	2.227.289,06	361.686,03	361.686,03	7,32	257.966,00	257.966,00	1.969.323,06
Extensão Rural	1.934.600,00	2.227.289,06	361.686,03	361.686,03	7,32	257.966,00	257.966,00	1.969.323,06
Comércio e Serviços	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Administração Geral	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Energia	198.500,00	398.300,94	23.652,12	23.652,12	0,48	23.652,12	23.652,12	374.648,82
Energia Elétrica	198.500,00	398.300,94	23.652,12	23.652,12	0,48	23.652,12	23.652,12	374.648,82
Desporto e Lazer	364.500,00	379.500,00	54.920,44	54.920,44	1,11	19.043,86	19.043,86	360.456,14
Desporto Comunitário	364.500,00	379.500,00	54.920,44	54.920,44	1,11	19.043,86	19.043,86	360.456,14
Encargos Especiais	828.000,00	831.000,00	499.479,88	499.479,88	10,11	94.202,40	94.202,40	736.797,60
Administração Geral	18.000,00	18.000,00	2.942,64	2.942,64	0,06	2.942,64	2.942,64	15.057,36
Refinanciamento da Dívida Interna	520.000,00	520.000,00	291.041,20	291.041,20	5,89	48.506,90	48.506,90	471.493,10

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Cordilheira Alta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	20.449.881,70	21.370.928,22	4.938.550,36	4.938.550,36	16.432.377,86	2.502.844,45	100,00	18.868.083,77
Encargos Especiais	828.000,00	831.000,00	499.479,88	499.479,88	331.520,12	94.202,40	3,76	736.797,60
Serviço da Dívida Interna	290.000,00	293.000,00	205.496,04	205.496,04	87.503,96	42.752,86	1,71	250.247,14
TOTAL (III) = (I + II)	20.449.881,70	21.370.928,22	4.938.550,36	4.938.550,36	16.432.377,86	2.502.844,45	100,00	18.868.083,77

FONTE:

Cordilheira Alta, 31/03/2017

CARLOS ALBERTO TOZZO PREFEITO MUNICIPAL	EMANUELLE CELLA TOZZO CONTADORA - CRC/SC 023417/0-8	SILVANA MAGIONI FAVERO TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO
--	--	---

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2016 A FEVEREIRO/2017

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017	
ESPECIFICAÇÃO		Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	TOTAL (ULT. 12 MESES)	RS 1,00
RECEITAS CORRENTES (I)		1.854.071,18	1.727.086,43	1.970.886,76	1.788.697,68	1.845.637,26	1.792.273,73	1.675.899,59	1.845.173,47	2.317.043,44	2.889.305,74	1.886.496,56	2.201.505,79	23.773.471,62	23.662.188,70
RECEITA TRIBUTÁRIA		305.165,70	128.075,13	153.610,44	116.874,72	108.711,42	201.924,79	101.526,19	114.312,99	138.190,25	137.470,15	87.349,13	219.628,94	1.817.839,85	2.110.530,00
I.R.T.U.		179.645,30	24.672,06	55.044,15	30.325,42	17.234,25	6.491,11	5.394,01	5.566,21	2.501,86	4.134,04	1.492,29	45.656,29	378.193,09	430.000,00
I.R.U.F.		15.637,20	21.031,66	19.579,08	20.083,15	19.235,32	19.632,47	18.853,74	20.629,55	20.761,98	50.235,39	307,68	15.915,13	241.903,55	242.530,00
I.S.S.		40.606,67	47.450,59	56.775,57	49.044,85	42.596,51	142.360,18	49.031,49	47.943,12	49.331,77	49.323,50	42.214,10	42.454,35	656.132,71	850.000,00
I.T.E.I.		26.940,00	26.336,00	5.600,00	4.800,00	20.550,00	24.390,00	19.430,00	33.353,46	54.340,00	18.690,36	16.983,50	87.100,00	338.953,32	100.000,00
Outras Receitas Tributárias		46.336,53	8.584,62	16.611,64	12.621,29	10.085,34	9.051,03	8.816,95	6.820,85	11.254,64	14.915,86	26.351,46	28.504,17	198.964,18	488.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		41.977,27	23.065,23	23.788,33	27.272,65	22.997,34	21.597,58	21.697,51	21.451,06	21.516,70	20.385,36	21.395,84	26.576,67	293.483,54	198.000,00
RECEITA PATRIMONIAL		23.539,47	19.354,49	18.068,50	15.807,47	15.338,79	15.074,37	15.621,79	17.384,25	16.952,45	15.881,99	22.003,66	21.634,90	216.362,13	187.121,70
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		81.557,88	52.791,50	60.471,03	59.896,61	68.550,87	61.058,49	60.055,01	61.500,24	55.262,94	61.976,26	48.990,54	51.195,79	724.269,16	783.300,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.376.187,99	1.485.370,82	1.692.294,69	1.528.207,65	1.612.220,90	1.471.814,73	1.462.547,44	1.596.148,27	2.062.911,96	2.615.675,88	1.688.794,41	1.890.088,58	20.453.223,33	20.106.058,00
Cota-Parte do FPM		396.716,85	471.611,14	627.129,00	514.828,14	574.515,35	465.840,62	378.821,49	459.849,52	839.898,98	1.311.543,46	557.723,59	714.996,63	7.312.554,77	7.200.000,00
Cota-Parte do ICMS		683.816,28	713.356,57	690.015,63	681.729,71	703.545,51	694.921,24	750.694,68	776.539,16	751.844,08	827.242,88	825.527,23	733.224,40	8.942.245,45	8.500.000,00
Cota-Parte do IPVA		55.547,83	51.327,89	57.597,52	56.738,29	53.718,99	66.054,97	51.647,42	61.390,77	38.995,98	18.249,75	23.443,35	43.474,90	985.447,26	605.000,00
Cota-Parte do ITR		73,93	194,78	39,71	0,00	6,42	453,08	1.208,12	5.423,71	305,12	19,02	6,21	60,78	7.790,88	1.000,00
Outras Transferências Correntes		86.698,77	100.430,80	163.184,94	131.525,95	139.517,48	99.736,46	131.553,38	124.879,37	262.173,99	267.769,00	92.517,16	189.990,57	1.798.946,67	2.067.058,00
Transferências de LC 61/1989		9.951,43	10.211,01	11.595,42	6.899,79	9.374,92	9.473,26	10.373,79	10.954,56	11.459,81	12.191,08	10.373,33	11.406,52	124.273,92	145.000,00
Transferências do FUNDEB		129.454,41	135.310,14	139.435,98	133.557,29	128.623,74	132.403,61	133.320,07	154.162,69	155.516,53	175.733,10	171.383,71	164.145,35	1.755.069,62	1.550.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		21.642,87	18.450,26	22.615,77	20.039,57	16.807,94	20.822,77	14.421,65	34.396,66	22.388,14	38.216,10	16.051,98	22.439,90	268.293,61	276.980,00
DEDUÇÕES (II)		232.065,77	249.926,06	277.934,52	249.999,03	229.041,84	247.934,07	238.132,59	263.417,01	328.844,11	374.997,63	285.176,50	301.192,33	3.279.602,46	3.297.708,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		232.065,77	249.926,06	277.934,52	249.999,03	229.041,84	247.934,07	238.132,59	263.417,01	328.844,11	374.997,63	285.176,50	301.192,33	3.279.602,46	3.297.708,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		1.622.005,41	1.477.172,37	1.692.952,24	1.538.698,65	1.616.595,42	1.544.339,66	1.437.767,00	1.581.756,46	1.988.199,33	2.514.308,11	1.601.320,06	1.900.313,45	20.493.869,16	20.364.481,70
FONTE:															
Cordilheira Alta, 31/03/2017															
CARLOS ALBERTO TOZZO PREFEITO MUNICIPAL	EMANUELE CELLA TOZZO CONTADOR - CROSC 029417/0-S	SILVANA MAGIONI FAVERO TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO													

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	20.177.360,00	3.457.994,95	3.230.559,04
Receita Tributária	2.110.530,00	306.978,07	216.906,76
I.P.T.U.	430.000,00	47.147,68	30.837,22
I.S.S.	850.000,00	84.668,45	80.046,02
I.T.B.I.	100.000,00	104.083,50	35.500,00
I.R.R.F.	242.530,00	16.222,81	16.114,09
Outras Receitas Tributárias	488.000,00	54.855,63	54.409,43
Receita de Contribuição	198.000,00	47.943,51	41.432,47
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	198.000,00	47.943,51	41.432,47
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	187.121,70	43.638,56	32.888,72
(-) Aplicações Financeiras	187.121,70	43.638,56	32.888,72
Transferências Correntes	16.808.350,00	2.963.464,16	2.823.293,50
F.P.M.	5.760.000,00	1.018.168,24	939.872,43
I.P.V.A	484.000,00	58.334,44	45.425,09
I.C.M.S.	6.800.000,00	1.247.001,46	1.220.348,25
Convênios	239.307,00	50.810,98	48.715,24
Outras Transferências Correntes	3.525.043,00	589.149,04	568.932,49
Demais Receitas Correntes	1.060.480,00	139.609,21	148.926,31
Dívida Ativa	201.000,00	29.468,50	50.709,48
Diversas Receitas Correntes	859.480,00	110.140,71	98.216,83
RECEITAS DE CAPITAL (II)	85.400,00	3.987,01	4.698,85
Operações de Crédito (III)	2.800,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	73.000,00	3.987,01	4.698,85
Alienação de Ativos (V)	200,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	9.400,00	0,00	0,00
Convênios	100,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	9.300,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	9.400,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	20.186.760,00	3.457.994,95	3.230.559,04

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	19.585.526,66	4.595.450,66	4.277.384,00	2.407.759,55	2.204.543,55
Pessoal e Encargos Sociais	8.587.327,34	1.251.870,87	1.139.267,49	1.225.309,21	1.109.834,16
Juros e Encargos da Dívida (IX)	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	10.878.199,32	3.343.579,79	3.138.116,51	1.182.450,34	1.094.709,39
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	19.465.526,66	4.595.450,66	4.277.384,00	2.407.759,55	2.204.543,55
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.705.401,56	343.099,70	330.840,54	95.084,90	85.788,42
Investimentos	1.305.401,56	52.058,50	39.799,52	46.578,00	37.281,52
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	400.000,00	291.041,20	291.041,02	48.506,90	48.506,90
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.305.401,56	52.058,50	39.799,52	46.578,00	37.281,52
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	80.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	20.850.928,22	4.647.509,16	4.317.183,52	2.454.337,55	2.241.825,07

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-664.168,22	-1.189.514,21	-1.086.624,48	1.003.657,40	988.733,97
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	118.623,08	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	118.623,08	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					0,00

Cordilheira Alta, 31/03/2017

CARLOS ALBERTO TOZZO
 PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
 CONTADORA - CRC/SC 023417/0-8

SILVANA MAGIONI FAVERO
 TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017 BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RP Nº 1.00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)											
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA											
Sec. Munic. da Agric. Ind. e Comércio	0,00	23.666,66	0,00	0,00	23.666,66	-	23.666,66	23.666,66	11.765,51	-	11.416,46
Sec. Munic. da Infra-Estrutura	0,00	23.666,66	0,00	0,00	23.666,66	0,00	23.666,66	23.666,66	11.765,51	0,00	11.416,46
Secretaria Munic. da Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.323,00	1.323,00	1.323,00	0,00	0,00
Secretaria Munic. de Adm. Fazenda e Planejamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.975,97	12.975,97	1.569,51	0,00	11.416,46
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)											
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	1.066,20	1.066,20	1.066,20	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	0,00	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	23.666,66	0,00	0,00	23.666,66	0,00	23.666,66	23.666,66	11.765,51	0,00	11.416,46

FONTE:

Cordilheira Alta, 31/03/2017

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE DELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/0-8SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.737.780,00	1.737.780,00	272.111,66	15,66
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	507.050,00	507.050,00	55.817,65	11,01
1.1.1- IPTU	430.000,00	430.000,00	47.147,68	10,96
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	77.050,00	77.050,00	8.669,97	11,25
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	104.083,50	104,08
1.2.1- ITBI	100.000,00	100.000,00	104.083,50	104,08
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	888.200,00	888.200,00	95.987,70	10,81
1.3.1- ISS	850.000,00	850.000,00	84.668,45	9,96
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	38.200,00	38.200,00	11.319,25	29,63
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	242.530,00	242.530,00	16.222,81	6,69
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	16.489.000,00	16.489.000,00	2.931.846,20	17,78
2.1- Cota-Parte FPM	7.200.000,00	7.200.000,00	1.272.710,22	17,68
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.200.000,00	7.200.000,00	1.272.710,22	17,68
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.500.000,00	8.500.000,00	1.558.751,63	18,34
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	38.000,00	38.000,00	5.619,66	14,79
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	145.000,00	145.000,00	21.779,85	15,02
2.5- Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	66,99	6,70
2.6- Cota-Parte IPVA	605.000,00	605.000,00	72.917,85	12,05
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	18.226.780,00	18.226.780,00	3.203.957,86	17,58
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	276.000,00	276.000,00	45.705,18	16,56
5.1- Transferências do Salário-Educação	180.000,00	180.000,00	45.705,18	25,39
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	41.000,00	41.000,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	233.907,00	233.907,00	36.087,78	15,43
6.1- Transferências de Convênios	233.807,00	233.807,00	36.087,78	15,43
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	100,00	100,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	145.850,00	145.850,00	40.777,24	27,96
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	655.757,00	655.757,00	122.570,20	18,69

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.297.708,00	3.297.708,00	586.368,83	17,78
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.440.000,00	1.440.000,00	254.541,98	17,68
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.700.000,00	1.700.000,00	311.750,17	18,34
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	7.600,00	7.600,00	1.123,92	14,79
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	29.000,00	29.000,00	4.355,96	15,02
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	108,00	108,00	13,39	12,40
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	121.000,00	121.000,00	14.583,41	12,05
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.550.000,00	1.550.000,00	335.509,06	21,65
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.550.000,00	1.550.000,00	335.509,06	21,65
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.747.708,00	-1.747.708,00	-250.859,77	14,35

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.201.635,40	1.234.959,42	197.337,40	15,98	197.337,40	15,98
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.201.635,40	1.234.959,42	197.337,40	15,98	197.337,40	15,98
14- OUTRAS DESPESAS	350.200,00	350.200,00	91.332,57	26,08	91.332,57	26,08
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	350.200,00	350.200,00	91.332,57	26,08	91.332,57	26,08
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.551.835,40	1.585.159,42	288.669,97	18,21	288.669,97	18,21
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						288.669,97
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						58,82
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						27,22
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						13,96
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	20.150,00	20.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	3.231.098,00	3.264.422,02	657.563,08	20,14	522.483,42	16,01
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.551.835,40	1.585.159,42	288.669,97	18,21	288.669,97	18,21
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.679.262,60	1.679.262,60	368.893,11	21,97	233.813,45	13,92
24- ENSINO MÉDIO	410.000,00	410.000,00	6.148,80	1,50	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	3.663.748,00	3.697.072,02	663.711,88	17,95	522.483,42	14,13
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-250.859,77
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						-
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						-250.859,77
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						773.343,19
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						24,14
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	908.850,00	932.318,37	140.622,63	15,08	108.886,53	11,68
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	1.088.850,00	1.112.318,37	140.622,63	12,64	108.886,53	9,79
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	4.752.598,00	4.809.390,39	804.334,51	16,72	631.369,95	13,13
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (i)	
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	0,00	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	335.509,06	0,00
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		
48.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
48.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	335.509,06	0,00
51- (+) Ajustes	0,00	0,00
51.1. Retenções	0,00	0,00
51.2. Conciliação bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	335.509,06	0,00

Cordilheira Alta, 31/03/2017

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/O-8SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	2.800,00	0,00			2.800,00
DESPESAS					
DESPESAS DE CAPITAL					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	1.705.401,56	343.099,70	95.084,90	0,00	1.362.301,86
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.705.401,56	343.099,70	95.084,90	0,00	1.362.301,86
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.702.601,56	-343.099,70	-	-	-1.359.501,86

FONTE:

Cordilheira Alta, 31/03/2017

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/0-8SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Cordilheira Alta, 31/03/2017

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPAL

EMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/0-8

SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Dez 2016 (B)	Em 28 Feb 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.322.065,03	2.322.065,03	3.399.700,36
Disponibilidade de Caixa	2.322.065,03	2.322.065,03	3.399.700,36
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.351.731,69	2.351.731,69	3.730.064,28
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	29.666,66	29.666,66	330.363,92
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIIc - VIIb)	Jan a Feb 2017 (VIIc - VIIa)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

Cordilheira Alta, 31/03/2017

CARLOS ALBERTO TOZZO
PREFEITO MUNICIPALEMANUELLE CELLA TOZZO
CONTADORA - CRC/SC 023417/0-8SILVANA MAGIONI FAVERO
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Coronel Freitas

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 16/2017

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº16/2017

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 16/2017 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 05e/2016

Contratado: ARTEFATOS DE CIMENTO QUILOMBO LTDA EPP, com sede no Acesso Euclides Benjamin Bodanese, nº 245, bairro São Cristóvão, CEP: 89.850-000, cidade de Quilombo/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.931.194/0001-37, representada por RONI R. REMUSSI, inscrito no CPF sob o nº 219.306.789-91.

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA PRIMEIRA da Ata de Registro de Preço nº 05e/2016 "DO OBJETO, PREÇOS E QUANTIDADES", acrescentando-se a quantidade de 100 unidades, ou seja, R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), do item "3" do Anexo D, constante no item 1.1 da Ata de Registro de preço Nº 05e/2016, totalizando 25% da quantidade licitada por item.

Vigência: 31/03/2017.

Cunhaporã

PREFEITURA

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 89/2016

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Quarto Termo Aditivo ao Contrato administrativo nº 89/2016.

Partes: Município de Cunha Porã e a Imperial Comércio de Materiais de Construção e Transportes Ltda. ME.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo para a conclusão do objeto do Contrato Administrativo nº 089/2016, até o dia 01/07/2017.

Processo Licitatório nº 1260/2016

Modalidade: Convite nº 07/2016

Data: 31/03/2017.

Jairo Rivelino Ebeling –Prefeito Municipal

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 91/2016

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Segundo Termo Aditivo ao Contrato administrativo nº 91/2016

Partes: Município de Cunha Porã e a Imperial Comércio de Materiais de Construção e Transportes Ltda. ME.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto Adicionar valores aos objeto do Contrato Administrativo nº 91/2016.

Processo Licitatório nº 951/2016

Modalidade: Tomada de Preços nº 1/2016

Valor aditado: R\$ 20.117,40.

Data: 13/03/2017.

Jairo Rivelino Ebeling –Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para: AQUISIÇÃO DE IMPRESSORA TÉRMICA, ETIQUETAS E RIBBON CERA PARA INSTALAÇÃO NO LABORATÓRIO DA UNIDADE DE SAÚDE DO CENTRO. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 17/04/2017. A partir das 16:00 horas do dia 17/04/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem pessoalmente junto ao Setor de Licitação de Curitibanos, no horário de expediente, ou na página da prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br não sendo autorizado qualquer tipo de envio.

Curitibanos, 03 de Abril de 2017.

Altamir Carvalho Goetten
Presidente do Fundo

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA INSTALAÇÃO E REFORMA DOS PORTÕES E PINTURA DA DELEGACIA GERAL DA POLICIA CIVIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL E MEMORIAL DESCRITIVO ANEXO.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 17/04/2017, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 17/04/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 17 de Março de 2017.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2017

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS PARA USO NO SETOR DE ATIVIDADES TÉCNICAS (SAT) DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CURITIBANOS CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 17/04/2017, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 14:00 horas do dia 17/04/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Curitibanos, 30 de Março de 2017.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2017

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para

AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS MAQUINAS EM USO NA SECRETARIA DE OBRAS E VICINAIS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 18/04/2017, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 16:00 horas do dia 18/04/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Curitibanos, 03 de Abril de 2017.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2017

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUÍNAS PARA

MANUTENÇÃO NAS MÁQUINAS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E VICINAIS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 19/04/2017, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 14:00 horas do dia 19/04/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Curitiba, 03 de Abril de 2017.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 59/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 59/2017

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE LÂMPADA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TROCA, PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 18/04/2017, na Recepção da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 18/04/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 03 de Abril de 2017.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO NR. 16/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS CNPJ: 83.754.044/0001-34 Rua Coronel Vidal Ramos, 860 C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 41/2017 - TP	
	Processo Administrativo:	41/2017
	Processo de Licitação:	41/2017
Data do Processo:		23/02/2017
Folha: 1/1		

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO LOTEAMENTO INDUSTRIAL DE CURITIBANOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 16/2017 (Sequência: 2)

Ao(s) 3 de Abril de 2017, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 267/2017, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 41/2017, Licitação nº. 41/2017 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA; MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA; FABIANO FRANCHIN ME; ACMM SERVIÇOS ELETRICOS LTDA; A S JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP; L E Z COMERCIO E INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA; ENGELUZ ILUMINAÇÃO E ELETRICIDADE LTDA;

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- CONFORME RECURSO PROTOCOLADO PELA EMPRESA A S JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP SOB Nº 3404/2017, DENTRO DO APRAZADO EM ATA. SEGUE RECURSO PARA CONHECIMENTO E ABERTURA DE PRAZO DE LEI PARA PROTOCOLO DE CONTRA-RAZÃO DAS EMPRESAS INTERESSADAS.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Curitiba, 3 de Abril de 2017

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL	- - Presidente da Comissão de Licitação
CRISTINA MELO MENEGOTTO	- - SECRETARIA
DANIELE CRISTINA POZZO DA SILVA	- - 1º MEMBRO

Descanso

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2017

MUNICIPIO DE DESCANSO

AVISO DE LICITAÇÃO

Dispensa de Licitação Nº 04/2017

Objeto: Contratação da Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A, para prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural e assessoramento técnico relacionado a área da agricultura, por Dispensa de Licitação, com base legal no art. 24, VIII, da Lei 8.666/93, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. A integra do Contrato encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br, Portal de Transparência. Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 31de Março de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito Municipal

Dionísio Cerqueira**PREFEITURA****EXTRATO DISPENSA LICITAÇÃO 12-2017****ERRATA**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2017

PROCESSO Nº 12/2017 HOMOLOGAÇÃO: 03/04/2017

CONTRATANTE: HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO

CERQUEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS

ESPECIALIZADOS EM REGIME DE URGÊNCIA PARA O HOSPITAL

MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.

-----CONTRATADO: RODRIGO MATANA SERAFINI & CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

-----CONTRATADO: CLINICA GONZALES ACOSTA LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos
reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

-----CONTRATADO: JAKYMIU & SILVA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 11.800,00 (onze mil oitocentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

-----CONTRATADO: ANTONIO JAIR SCHREINER MARAN - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

-----CONTRATADO: RENATO MOCELINI - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 23.200,00 (vinte e três mil e duzentos
reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

-----CONTRATADO: JULIANA CRISTINA DEOLA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

-----CONTRATADO: RICARDO ANTONIO SALVON E CIA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 37.250,00 (trinta e sete mil duzentos e
cinquenta reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

-----CONTRATADO: CLINICA FURUKITA - EIRELI - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

-----CONTRATADO: MARCOS MASSAO OKAMURA - EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.850,00 (seis mil oitocentos e cinquenta
reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

=====

Dionísio Cerqueira, 03/04/2017

MARIA CRISTINA WAGNER SCHIRMBECH - Coordenadora De Dep.

Responsável Pelo Hmdc

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 0004/2017- FMS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL N. 0004/2017 - FMS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0004/2017 - FMS – Melhor Preço – Preço Unitário por item, visando registro de preços - A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE LEITE EM PÓ, visando à distribuição gratuita as crianças, com vistas a garantir sua saúde de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 08h00m às 08h30m horas do dia 17 de Abril de 2017, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 7h30m às 11h30m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 03 de abril de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL 0021/2017

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL N. 0021/2017

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N. 0021/2017 – Melhor Preço – Preço Unitário por item, visando registro de preços - A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL - SMP, PARA COMUNICAÇÃO DE VOZ, DADOS E IMAGENS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 13h00m às 13h30m horas do dia 17 de Abril de 2017, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 13h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 7h30m às 11h30m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 03 de Abril de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

TOMADA DE PREÇOS 02/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS

DE ENGENHARIA N. 0002/2017

Comunicamos a quem interessar possa, que o MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, abriu Licitação Pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, na Modalidade TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N. 0002/2017, Tipo Menor Preço/Preço Global, objetivando a PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA TIPO CBUQ SOBRE MACADAME HIDRÁULICO DA RUA 7 SETEMBRO – DISTRITO DE BARRA GRANDE, MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, ESTADO DE SANTA CATARINA – TRECHO N. 01, COM EXTENSÃO APROXIMADA DE 4.904,75 M², e estará recebendo os Envelopes para habilitação e proposta de preços até as 08h30m do dia 20 de Abril de 2017, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitações, junto à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e, às 09h00m, deste mesmo dia, e, no mesmo local, fará a abertura dos envelopes da documentação e das propostas de preços dos interessados, o Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados, no Departamento Municipal de Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro, Cidade que lhe empresta o nome, ou pelo telefone 0xx49-3436-4300, no horário das 08h00m às 11h00m e das 13h00m às 17h00m ou junto ao sítio www.faxinal.sc.gov.br.

Faxinal dos Guedes/SC, 03 de Abril de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

Flor do Sertão

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO Nº. 601/2017

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 601/2017

Modalidade: Pregão Presencial Nº. 16/2017

As 09:30 horas do dia 03 de abril de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 059/2017, para realizar a abertura dos envelopes da proposta de preço e realizar a habilitação do proponente interessado em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO PARA ACADÊMICOS DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO ATÉ A CIDADE DE SÃO MIGUEL DO OESTE. Manifestou o interesse em participar do presente processo licitatório o seguintes interessado: DANIELA MARIZETE BARBOSA – ME.

Iniciada a sessão com a presença do interessado, sendo que somente a empresa DANIELA MARIZETE BARBOSA - ME compareceu ao certame, em seguida passou-se para a abertura e o julgamento da proposta apresentada pela proponente interessada. Após a análise da proposta de preços e rodada de lances do Processo Licitatório foi adjudicado a empresa DANIELA MARIZETE BARBOSA – ME como vencedora, sendo que os itens no edital não conferem, referente a quantidade e o valor Unitário, sendo assim, alterados e corrigidos conforme abaixo:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	PREÇO UNIT.
1	14.256,00	KM	SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO COM O SEGUINTE TRAJETO: INICIANDO O TRAJETO EM FRENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DO SERTÃO SEGUINDO SENTIDO A SC161 ATÉ O TREVO DE ACESSO A BR 282, SEGUINDO PELA MESMA ATÉ O TREVO DE ACESSO A SÃO MIGUEL DO OESTE SEGUINDO NA AVENIDA WILLY BARTH, ATÉ O CRUZAMENTO COM A RUA BARÃO DO RIO BRANCO NAS PROXIMIDADES DO POSTO PINHEIRINHO, PEGANDO A ESQUERDA SENTIDO A UNOESC, ATÉ A RUA MARECHAL FLORIANO, SEGUINDO NA MESMA (SENTIDO SENAC) ATÉ A RUA 7 DE SETEMBRO, SEGUINDO NESTA ATÉ O SENAC, SEGUINDO PELA AVENIDA SALGADO FILHO, ATÉ NA RUA BARÃO DO RIO BRANCO, SEGUINDO ATÉ O SENAI E UNOESC, PERCORRENDO 66Km DIÁRIOS DE SEGUNDA – FEIRA ATÉ O SÁBADO OU CONFORME A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO.	R\$ 3,65
2	720,00	KM	SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO COM O SEGUINTE TRAJETO: INICIANDO O TRAJETO NA UNOESC SÃO MIGUEL DO OESTE SEGUINDO PELA RUA RAPOSO TAVARES, SEGUINDO NA MESMA ATÉ A RUA BARÃO DO RIO BRANCO, SEGUINDO NA MESMA ATÉ A AVENIDA SALGADO FILHO, NESTA SEGUINDO ATÉ O SENAC NO CRUZAMENTO COM A RUA 7 DE SETEMBRO, NESTA SEGUINDO ATÉ A RUA MARCILIO DIAS, NESTA SEGUINDO (PASSANDO A TRAZ DA RODOVIÁRIA) ATÉ A RUA 22 DE ABRIL(GARAGEM DA REUNIDAS), SEGUINDO NESTA ATÉ O IFISC, PERCORRENDO 8Km DIÁRIOS, SENDO NECESSÁRIO ESTE TRAJETO SOMENTE NAS TERÇAS E QUINTAS – FEIRAS OU CONFORME A NECESSIDADE DE SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.	R\$ 3,65

Sendo um valor total de R\$ 54.662,40

Encerada a fase de julgamento da proposta o pregoeiro passou para a fase de abertura e julgamento das documentações para a habilitação, aberto os envelopes e analisado os documentos apresentados e estes observou-se que a empresa participante apresentou dois contratos que comprovam a Locação do Veiculo com as assinaturas sem reconhecimento em cartório como exige o item 9.1 do edital, sendo assim, o pregoeiro concedeu o prazo de 10 dias para empresa apresentar os dois contratos com todas as assinaturas com reconhecimento em cartório, sendo que os demais documentos estavam dentro do prazo de validade e sua regularidade reconhecida.

Findos os trabalhos de classificação da proposta e de habilitação, o pregoeiro encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Sendo que a mesma será publicada para efeitos legais. Flor do Sertão, aos três dias do mês de abril de dois mil e dezessete.

LEANDRO NEUHAUS	DIOGO DE BEM	ROSMARI ZANELLA
Membro da comissão	Pregoeiro	Membro da comissão

De acordo:

DECRETO Nº 35/2017

DECRETO nº. 035/2017

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado PONTO FACULTATIVO nas repartições públicas do Município de Flor do Sertão, no dia 13 de Abril de 2017, Quinta-Feira pela parte da tarde, Véspera de feriado Municipal da Sexta-Feira Santa.

Art. 2º Este decreto se estende também aos Conselheiros Tutelares do Município, que deverão trabalhar em forma de plantão nesse período.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 31 de Março de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DECRETO Nº 36/2017

DECRETO N.º 36/2017

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL (CMDR) E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº0282/2004 de 30/06/04.

DECRETA:

ART. 1º - Fica pelo presente decreto nomeados os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), que terá a seguinte composição:

I - Representante do Poder Executivo Municipal:

RUDIMAR ROTT

FRANCIELI BRUSCO DE OLIVEIRA

II - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

ANTONINHO BIANCHET

III - Representante da Cooperativa Auriverde Ltda.:

DARLEI LUVIZA

IV - Representante da EPAGRI/SC.:

NESTOR COLING

V - Representantes das Comunidades do Município:

*Comunidade de Lª Pedra Branca

ANTÔNIO ARCENIO BOLL

ENIO POSSELT

* Comunidade de Lª Marmeleiro:

PEDRO PALINSKI

MASARINO DOS SANTOS

* Comunidade de Lª Costa do Sargento:

VALCIR DE OLIVEIRA

JAIR GONÇALVES DE AZEVEDO

* Comunidade de Lª Cab. Do Poço Rico:

LAURI POLIS

ALCENO SPODE

* Comunidade de Lª Flor da Serra:

DOMINGOS BERNARDI

MARLEI RIFFEL SIMON

* Comunidade de Lª Fuzil:

DOALCEI PIGATTO

JAIME SUNDERMEYER

* Comunidade de Lª Barra do Taráíras:

JOSÉ GROKT

JORGE SELUNG

* Comunidade de Lª Sarandi:

SIDINEI GIACOMELLI

NELSO DALL AGNOL

* Comunidade de L^a Poço Rico Baixo:
LEONOR CHARNOSKI
DORVALINO DOS SANTOS

* Comunidade de Flor do Sertão (Sede):
ALOISIO SCHWERTZ
RICARDO PERIN

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº 197/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 31 dias do mês de Março de 2017.
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS
Chefe Dpto. de Administração

PORTARIA Nº 141/2017

	PORTARIA Nº 141/2017
CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO gratificação por grau de instrução ao servidor municipal ROGÉRIO PERIN, por ter concluído 3º GRAU (graduação), na ordem de 12% (doze por cento) calculado sobre o vencimento base constante no quadro próprio, conforme Lei Municipal nº 497/2011 em seu artigo 95.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Abril de 2017.
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 142/2017

	PORTARIA Nº 142/2017
CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO gratificação por grau de instrução ao servidor municipal ROGÉRIO PERIN, por ter concluído PÓS-GRADUAÇÃO, na ordem de 15% (quinze por cento) calculado sobre o vencimento base constante no quadro próprio, conforme Lei Municipal nº 497/2011 em seu artigo 95.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Abril de 2017.
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Formosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 4205/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4205, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA O CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 71, Inciso II da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 17, de 22 de dezembro de 2006 e Lei Complementar N.º 19, de 08 de março de 2007 e posteriores,

DECRETA:

Art.1º Fica nomeado, ISOMAR ANTÔNIO RISSOM, portador do CPF N.º 737.546.849-49 e da CI N.º 2.651.150, para ocupar o Cargo em Comissão de Diretor de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, nível de vencimento CC-5, com regime de Dedicação Integral.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 03 de abril de 2017.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

DECRETO Nº 4206/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4206, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

“CONCEDE FÉRIAS DE DIREITO A SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 17, de 22 de dezembro de 2006 e Lei Complementar N.º 19, de 08 de março de 2007 e posteriores,

DECRETA:

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, GERALDINO DE SOUZA, ocupante do cargo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social a serem gozadas no período de 03/04/2017 à 02/05/2017, relativas ao período aquisitivo de 15/01/2016 à 14/01/2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 03 de abril de 2017.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 54/2017

EXTRATO CONTRATUAL Nº 54/2017

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE ALARMES, LOCAÇÃO DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO E SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE IMAGENS

CONTRATADO: GELSON BARICHELLO CARVALHO 64805832053

VALOR: R\$ 17.630,00 (dezesete mil seiscentos e trinta reais)

Vigência : Início: 03/04/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Processo Administrativo Nº.: 30/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2017

FORMOSA DO SUL, 3 de Abril de 2017

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/PMF/2017

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 48/PMF/2017

OBJETIVO: A presente licitação tem como objetivo REGISTRAR PREÇO para prestação de serviços de agenciamento e fornecimento de passagens aéreas no âmbito nacional e internacional, para atender as necessidades do Município de Forquilha/SC, no período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 18 de abril de 2017 às 08:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 03 de abril de 2017.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/PMF/2017;

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 49/PMF/2017;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de areão para uso na manutenção das diversas ruas do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 20 de abril de 2017 às 08:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 03 de abril de 2017.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/PMF/2017;

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 50/PMF/2017;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de uniformes esportivos, através de empresas do ramo pertinente, para uso das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 24 de abril de 2017 às 08:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 03 de abril de 2017.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO PMF 21/2017

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 21/2017
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO – DL JARDINAGEM LTDA

OBJETO – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, conservação e construção de bocas de lobo, compreendendo o fornecimento de todos os materiais necessários, em diversos logradouros públicos do Município de Forquilha – SC.

VALOR – R\$ 48.979,00 (quarenta e oito mil novecentos e setenta e nove reais).

VIGÊNCIA – 31/12/2017

DOTAÇÃO - 0701.2032 fonte de recurso 3390.80.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 34/PMF/2017

DATA DA ASSINATURA – 22 de março de 2017.
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 22/2017

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 22/2017

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – MANTOMAC COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

OBJETO – contratação de empresa especializada para a aquisição de uma pá carregadeira 2016/2017, para atender as necessidades do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 323.000,00 (trezentos e vinte e três mil reais).

VIGÊNCIA – 395 (trezentos e noventa e cinco) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia) – 23/04/2018.

DOTAÇÃO – 0703.1012 fonte de recurso 4490.80; 0703.1012 fonte de recurso 4490.724.

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 36/PMF/2017.

DATA DA ASSINATURA – 24 de março de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO IPTU 2013 A 2016

PUBLICAÇÃO IPTU 2013 A 2016

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha-SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 142 do Código Tributário Nacional, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que encontram-se em local incerto e não sabido e que recusaram o recebimento, da presente constituição de crédito tributário, pelo lançamento do Imposto Predial Territorial Urbano I.P.T.U., referente ao exercício fiscal de 2013 a 2016.

Nº NOTIF.	DT GERAÇÃO	VALOR NOTIF.	NOME DO CONTRIBUINTE	OBJETO DE NOTIFICAÇÃO
32819	17/03/2017	2.080,13	MARIA MARGARETI MACHADO	IMÓVEL: 25802 – 01.02.013.0283.001

Forquilha/SC, 27 de Março de 2017.

Ademir Brandieli Pedro

Secretário de Administração e Finanças.

Fraiburgo

PREFEITURA

AT17FME12**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT17FME12
Contratante.: FUNDACAO MUNICIPAL ESPORTE E LAZER-FME
Contratada...: AVAJ PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA
Valor : R\$7.474,95 (sete mil quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa e cinco centavos)
Vigência : Início: 23/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2017
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÕES FUTURAS DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TENDAS, GRADES DE PROTEÇÃO E BANHEIROS QUÍMICOS, PARA USO NAS FESTIVIDADES E EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – FME, DURANTE O PERÍODO DE MARÇO A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 3 de Abril de 2017
JOÃO BATISTA DALANHOL - Superintendente

AT17FME13**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT17FME13
Contratante.: FUNDACAO MUNICIPAL ESPORTE E LAZER-FME
Contratada...: BANXAP BANHEIROS MÓVEIS LTDA ME
Valor.....: R\$14.409,00 (quatorze mil quatrocentos e nove reais)
Vigência : Início: 23/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2017
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÕES FUTURAS DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TENDAS, GRADES DE PROTEÇÃO E BANHEIROS QUÍMICOS, PARA USO NAS FESTIVIDADES E EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – FME, DURANTE O PERÍODO DE MARÇO A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 3 de Abril de 2017
JOÃO BATISTA DALANHOL - Superintendente

AT17FME14**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT17FME14
Contratante.: FUNDACAO MUNICIPAL ESPORTE E LAZER-FME
Contratada...: BELLOS EVENTOS LTDA EPP
Valor : R\$8.511,95 (oito mil quinhentos e onze reais e noventa e cinco centavos)
Vigência : Início: 23/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2017
Entid. Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÕES FUTURAS DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TENDAS, GRADES DE PROTEÇÃO E BANHEIROS QUÍMICOS, PARA USO NAS FESTIVIDADES E EVENTOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES – FME, DURANTE O

PERÍODO DE MARÇO A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 3 de Abril de 2017
JOÃO BATISTA DALANHOL - Superintendente

AT17FME15**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT17FME15
Contratante.: FUNDACAO MUNICIPAL ESPORTE E LAZER-FME
Contratada...: LIGA DESPORTIVA DA REGIÃO DE FRAIBURGO LIDERFRAY
Valor : R\$187.250,00 (cento e oitenta e sete mil duzentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 23/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM E DE MESÁRIOS PARA COMPETIÇÕES ORGANIZADAS, JOGOS ESCOLARES E AMISTOSOS DESTE MUNICÍPIO NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 3 de Abril de 2017
JOÃO BATISTA DALANHOL - Superintendente

AT17FME16**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT17FME16
Contratante.: FUNDACAO MUNICIPAL ESPORTE E LAZER-FME
Contratada...: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME
Valor : R\$23.981,45 (vinte e três mil novecentos e oitenta e um reais e quarenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2017
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OUTROS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME, FMS E SANEFRAI), DURANTE OS MESES DE MARÇO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 3 de Abril de 2017
JOÃO BATISTA DALANHOL - Superintendente

AT17FME17**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT17FME17
Contratante.: FUNDACAO MUNICIPAL ESPORTE E LAZER-FME
Contratada...: ATIAIA MATERIAIS CONSTRUÇÃO EIRELI EPP
Valor : R\$3.302,00 (três mil trezentos e dois reais)
Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2017
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OUTROS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE

FRAIBURGO), E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME, FMS E SANEFRAI), DURANTE OS MESES DE MARÇO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 3 de Abril de 2017
JOÃO BATISTA DALANHOL - Superintendente

AT17FME18**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT17FME18
Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL ESPORTE E LAZER-FME
Contratada...: JV COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÕES LTDA
Valor : R\$47.331,90 (quarenta e sete mil trezentos e trinta e um reais e noventa centavos)
Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2017
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OUTROS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME, FMS E SANEFRAI), DURANTE OS MESES DE MARÇO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 3 de Abril de 2017
JOÃO BATISTA DALANHOL - Superintendente

AT17FMS07**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT17FMS07
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO
Contratada...: MUNDIAL SOLUCOES LABORATORIAIS LTDA-ME
Valor : R\$54.740,87 (cinquenta e quatro mil setecentos e quarenta reais e oitenta e sete centavos)
Vigência : Início: 21/03/2017 Término: 31/08/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, DE FORMA PARCELADA, DE MATERIAIS DE CONSUMO E MATERIAIS ESPECÍFICOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, PARA USO NO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Fraiburgo, 3 de Abril de 2017
IDIONE FANTINEL - Secretária de Saúde

AT17FMS08**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT17FMS08
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO
Contratada...: PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA
Valor : R\$22.175,99 (vinte e dois mil cento e setenta e cinco reais e noventa e nove centavos)
Vigência : Início: 21/03/2017 Término: 31/08/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2017
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS, DE FORMA PARCELADA, DE MATERIAIS DE CONSUMO E MATERIAIS ESPECÍFICOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, PARA USO NO LABORATÓRIO

DE ANÁLISES CLÍNICAS DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Fraiburgo, 3 de Abril de 2017
IDIONE FANTINEL - Secretária de Saúde

AT17FMS09**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT17FMS09
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO
Contratada...: FRAYGAS COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP
Valor : R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 27/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2017
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO EM CARGAS DE 13 KG.

Fraiburgo, 3 de Abril de 2017
IDIONE FANTINEL - Secretária de Saúde

AT17FMS10**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT17FMS10
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO
Contratada...: COMPANHIA ULTRAGÁZ S.A
Valor : R\$500,00 (quinhentos reais)
Vigência : Início: 27/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2017
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE CASCOS VAZIOS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) 13 KG.

Fraiburgo, 3 de Abril de 2017
IDIONE FANTINEL - Secretária de Saúde

AT17FMS11**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT17FMS11
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO
Contratada...: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME
Valor : R\$19.553,10 (dezenove mil quinhentos e cinquenta e três reais e dez centavos)
Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2017
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OUTROS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME, FMS E SANEFRAI), DURANTE OS MESES DE MARÇO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 3 de Abril de 2017
IDIONE FANTINEL - Secretária de Saúde

AT17FMS12
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT17FMS12
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO
Contratada...: ATIAIA MATERIAIS CONSTRUÇÃO EIRELI EPP
Valor : R\$3.302,00 (três mil trezentos e dois reais)
Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2017
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OUTROS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME, FMS E SANEFRAI), DURANTE OS MESES DE MARÇO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 3 de Abril de 2017
IDIONE FANTINEL - Secretária de Saúde

AT17FMS13
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT17FMS13
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO
Contratada...: JV COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECO-RAÇÕES LTDA
Valor : R\$44.709,30 (quarenta e quatro mil setecentos e nove reais e trinta centavos)
Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2017
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OUTROS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME, FMS E SANEFRAI), DURANTE OS MESES DE MARÇO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 3 de Abril de 2017
IDIONE FANTINEL - Secretária de Saúde

AT17FMS14
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT17FMS13
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO
Contratada...: JV COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECO-RAÇÕES LTDA
Valor : R\$44.709,30 (quarenta e quatro mil setecentos e nove reais e trinta centavos)
Vigência : Início: 29/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2017
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OUTROS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME, FMS E SANEFRAI), DURANTE OS MESES DE MARÇO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 3 de Abril de 2017
IDIONE FANTINEL - Secretária de Saúde

AT17FMS15
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT17FMS15
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO
Contratada...: 3 S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA
Valor : R\$19.623,06 (dezenove mil seiscentos e vinte e três reais e seis centavos)
Vigência : Início: 31/03/2017 Término: 31/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 57/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS DE HIGIENE, DE LIMPEZA, DE COPA E COZINHA E OUTROS, COM PEDIDOS PARCELADOS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FME, FMS E SANEFRAI), DURANTE OS MESES DE MAIO A AGOSTO DE 2016.

Fraiburgo, 3 de Abril de 2017
IDIONE FANTINEL - Secretária de Saúde

AT17SF12
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT17SF12
Contratante.: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO SANEFRAI
Contratada...: BRITAGEM GASPAR LTDA
Valor...: R\$190.400,00 (cento e noventa mil quatrocentos reais)
Vigência : Início: 24/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2017
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE PEDRA BRITA, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI), DURANTE OS MESES DE MARÇO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017.

Fraiburgo, 3 de Abril de 2017
ILDO LUCAS - Presidente

AT17SF13
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT17SF13
Contratante.: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO SANEFRAI
Contratada...: FRAYGAS COMERCIO E TRANSPORTES LTDA EPP
Valor : R\$200,00 (duzentos reais)
Vigência : Início: 27/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2017
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO EM CARGAS DE 13 KG.

Fraiburgo, 3 de Abril de 2017
ILDO LUCAS - Presidente

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0032_2017-RP 0028 PMF-DOM

Aviso do Pregão Presencial nº 0032/2017– PMF

Registro de Preços Nº 0028/2017 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura contratação de empresa do ramo para o fornecimento de Solução de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) para os Centros de Educação Infantil do município, compreendendo os serviços de instalação, configuração, treinamento técnico, disponibilização de todos os materiais e mão de obra necessários para a execução do serviço, fornecimento de softwares de gerenciamento e monitoramento remoto com suas respectivas licenças e manutenção preventiva e corretiva durante o período de garantia Vigência da Ata: abril a dezembro de 2017. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 19.04.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 03 de abril de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

CT17SF12**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT17SF12

Contratante.: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO SANEFRAI

Contratada.: LABORATÓRIO BECKHAUSER E BARROS LTDA-EPP

Valor : R\$6.440,22 (seis mil quatrocentos e quarenta reais e vinte e dois centavos)

Vigência : Início: 21/03/2017 Término: 12/04/2017

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Nº.: 4/2017

Objeto : DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE NO ARTIGO 24, INCISO IV DA LEI 8.666/93 PARA SERVIÇOS DE COLETA E ANÁLISE DE AMOSTRAS DE AGUA BRUTA E AGUA TRATADA, EFLUENTES BRUTO E TRATADO, TIPO FÍSICO QUÍMICO E BACTERIOLÓGICO, CONFORME JUSTIFICATIVA EM ANEXO.

Fraiburgo, 3 de Abril de 2017

ILDO LUCAS - Presidente

DECRETO Nº 098-2017

DECRETO Nº 098, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o disposto no artigo 18 da Lei 2348 de 01 de Dezembro de 2016;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo, crédito adicional suplementar para o exercício de 2017, no valor de R\$ 242.100,00 (duzentos e quarenta e dois mil e cem reais), nas seguintes dotações orçamentárias

07.00 – Secretaria de Educação

07.01 – Educação Geral

12.361.0005.1.011 – Aquisição de Veículos para Ensino Fundamental

4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.9321 (282)	R\$	242.100,00
--	-----	------------

Total	R\$	242.100,00
-------	-----	------------

Art. 2º Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão à conta do Convênio celebrado entre o Ministério da Educação, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação conforme processo administrativo nº 23034.009370/2014-24 e o Município de Fraiburgo, tendo como objeto a aquisição de Ônibus Rural Escolar para compor a frota do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.

FRAIBURGO, 04 DE ABRIL DE 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12742017

PORTARIA Nº. 1274, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de TEREZINHA VERGINIA ZANON, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 649.724.029-20, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de abril de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de abril de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12752017

PORTARIA Nº 1275, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

Revoga Portaria 1256/2017.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 1256 de 30 de março de 2017 que reduziu de 40 (quarenta) para 22 (vinte e duas) horas semanais a carga horária da servidora JOSELITA LORENCINI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 051.049.619-90, na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – LÍNGUA PORTUGUESA, a partir

de 03 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12762017

PORTARIA Nº. 1276, DE 03 DE ABRIL DE 2017.
Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido o servidor NIVALDO JOSÉ BONALDO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 312.275.209-30, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de abril de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12772017

PORTARIA Nº. 1277, DE 03 DE ABRIL DE 2017.
Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear NIVALDO JOSÉ BONALDO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 312.275.209-30, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE GESTÃO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 04 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12782017

PORTARIA Nº. 1278, DE 03 DE ABRIL DE 2017.
Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar o servidor THIAGO JOSE PACHECO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 089.787.819-18, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 03 de abril de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 12792017

PORTARIA Nº. 1279, DE 03 DE ABRIL DE 2017.
Cede Servidor Municipal ao Cartório Eleitoral

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto na Lei Complementar n. 0109/2010; e em conformidade com o Ofício 014 de 2017 da 77ªZE/SC do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – Juízo da 77ª Zona Eleitoral;

RESOLVE:

Art. 1º Ceder a servidora PRICILA DAL MAGRO CORDEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 010.112.449-00, nomeada para o cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, para exercer suas funções junto ao Cartório da 77ª Zona Eleitoral, com ônus para o município, a partir de 03 de abril de 2017, por prazo indeterminado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de abril de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

TA.AT17SF14

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT17SF14 - Contrato Nº: AT16SF70
Contratante.: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO SANEFRAI
Contratada...: STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME
Vigência : Início: 23/03/2017 Término: 31/05/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 143/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO

NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE MAIO DE 2017.

Fraiburgo, 3 de Abril de 2017
ILDO LUCAS - Presidente

TA17FMS07

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA17FMS07 - Contrato Nº: CT12FMS21
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO
Contratada...: MARIA JOSÉ D ´ÁLASCIO
Valor : R\$1.545,55 (um mil quinhentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 21/03/2017 Término: 18/05/2017
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2012
Objeto : CONFORME CONSTA NA CLÁUSULA SEXTA DO CONTRATO, O LOCATÁRIO FICA RESPONSÁVEL PELOS PAGAMENTOS DAS DESPESAS E TRIBUTOS, SENDO QUE PARA O EXERCÍCIO DE 2017 O IPTU E A COLETA DE LIXO.
O VALOR TOTAL DO PRESENTE ADITIVO É DE R\$ 1.545,55 (UM MIL, QUINHENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS).
IPTU E TAXA DE COLETA DE LIXO 10 (DEZ) PARCELAS MENSAS.

Fraiburgo, 3 de Abril de 2017
IDIONE FANTINEL - Secretária de Saúde

TA17SF07

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA17SF07 - Contrato Nº: CT17SF06
Contratante.: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO SANEFRAI
Contratada...: J. DOS SANTOS EPP
Valor : R\$1.208,16 (um mil duzentos e oito reais e dezesseis centavos)
Vigência : Início: 22/03/2017 Término: 30/04/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2017
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NO VALOR TOTAL DE R\$ 1.208,16 (UM MIL, DUZENTOS E OITO REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS).

Fraiburgo, 3 de Abril de 2017
ILDO LUCAS - Presidente

Frei Rogério

PREFEITURA

EXTRATO PORTARIAS MÊS DE MARÇO DE 2017

EXTRATO PORTARIAS MÊS DE MARÇO DE 2017

Número	Assunto	Resumo	Data
052/2017	Rescisão de Contrato	Rescinde o contrato de trabalho de PATRICIA MACIEL DE CARVALHO MELLO nomeada através da Portaria 068/2016, para exercer o cargo de Servente/Merendeira.	01/03/2017
053/2017	Reintegração	Reintegra a Senhora LIDIANE ALVES FRANÇA, no cargo de Assistente Social, em cumprimento com a decisão judicial.	06/03/2017
054/2017	Contrato de Trabalho	Contrata o Sr. DELECIO FAQUIM FILHO, para exercer o cargo de PROFESSOR DE ARTES, para prestação de Serviços junto ao Centro Municipal Adolfo Soletti e Centro Municipal Irmão Florentina, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.	06/03/2017
055/2017	Contrato de Trabalho	Contrata a Sra. CARLA ALBUQUERQUE, para exercer o cargo de PROFESSORA DE ARTES, para prestação de Serviços junto ao Centro Municipal Irmão Florentina, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.	06/03/2017
056/2017	Contrato de Trabalho	Contrata a Sra. KAROLINE BOGO DELFES, para exercer o cargo de PROFESSORA PEDAGOGA, não habilitada, para prestação de Serviços junto ao C.M.E.I Meus Primeiros Passos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.	06/03/2017
057/2017	Concede Gratificação	Designa a servidora JUSSIMARA ALVES, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Administrativos, para receber Função Gratificada III, Chefe de Serviços, prevista na Lei Complementar 023/2007, anexo V.	07/03/2017
058/2017	Contrato de Trabalho	Contrata a Sra. MARLENE ALBERTON MAXIMIANO, para exercer o cargo de PROFESSORA PEDAGOGA, não habilitada, para prestação de Serviços junto ao C.M.E.I Meus Primeiros Passos e Centro Municipal Irmã Florentina, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.	08/03/2017
059/2017	Contrato de Trabalho	Contrata o Sr. PAULO DE MORAES, para exercer o cargo de PROFESSOR PEDAGOGO, para prestação de Serviços junto ao EJA, com carga horária de 10 (dez) horas semanais.	13/03/2017
060/2017	Férias Normais e Coletivas	Concede férias ao servidor ALBINO PRATES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Vigia, no período de 13/03/2017 a 11/04/2017, de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	13/03/2017
061/2017	Férias Normais e Coletivas	Concede férias ao servidor EDILSON CEZAR RAMIRO, no período de 15/03/2017 a 13/04/2017, de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	14/03/2017
062/2017	Revoga Portaria	Cessa os efeitos da Portaria 016/2017 que nomeou DIRCEIA LUCIA FRANZ como responsável pelos Benefícios Eventuais no âmbito da Política Municipal da Assistencial Social.	20/03/2017
063/2017	Nomear Funcionário	Nomeia a Senhora VENERANDA FAQUIM PILON, ocupante do cargo de Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social como Gestora do Programa Bolsa Família, Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social e Gestora do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	21/03/2017
064/2017	Progressão Funcional	Incorpora ao vencimento dos servidores relacionados à expressão monetária da Progressão Funcional, consistindo na movimentação do Nível onde está situado para o nível imediatamente superior, dentro da amplitude do vencimento do respectivo cargo.	24/03/2017
065/2017	Férias Normais e Coletivas	Concede férias aos servidores Edson Luiz de Souza, Marcos Ribeiro, Vitório Mazzuco, André Da Rold, Renato Pepes a partir de 03/04/2017 a 02/05/2017 - 30 dias de acordo com o período aquisitivo cumprido, conforme demonstra os recibos de férias.	29/03/2017
066/2017	Licença Prêmio	Concede Licença Prêmio no período de 03/04/2017 a 02/05/2017, 30 (trinta) dias, a servidora LENIR DE FATIMA RIBEIRO DE MELLO MARIOT referente ao período aquisitivo de 2007 a 2012.	31/03/2017

Frei Rogério, 03 de abril de 2017.

MAGNA ADRIANE RIBEIRO
Analista de Recursos Humanos

JAIR DA SILVA RIBEIRO
Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FEDERAIS NR. 002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

NOTIFICAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FEDERAIS NR. 002/2017

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal do Município de Frei Rogério – SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Federal 13.019/2014, e suas alterações posteriores; veem através deste, nos termos da Portaria Interministerial nº 424 de 30 de Dezembro de 2016 e na Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000; Tornar Público e Notificar os partidos políticos, sindicatos, entidades governamentais e não governamentais, e a população em geral; que a Prefeitura Municipal de Frei Rogério recebeu transferência de recursos financeiros do Governo federal, conforme segue abaixo:

Data da Liberação	Órgão concedente	Contrato de Repasse	Objeto	Valor da liberação em (R\$)
31/03/2017	Ministério das Cidades	803693/2014	Pavimentação da Avenida Vereador José Almeida de Souza	41.468,46



Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura Municipal junto ao Setor de Convênios.

Frei Rogério, 31 de Março de 2017.

Jair da Silva Ribeiro

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PE019/2017

] AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 019/2017

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega em parcela única, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, pretendendo a contratação de empresa para fornecimento de 02 (dois) televisores para uso da Secretária da Fazenda e do Gabinete do Prefeito. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 18/04/2017. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 18/04/2017, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 03 de Abril de 2017.
Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO RDC001/2017

AVISO DE LICITAÇÃO RDC Nº001/2017

O Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade Regime Diferenciado de Contratações – RDC, do tipo MAIOR DESCONTO, sob o REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, MODO DE DISPUTA COMBINADO FECHADO/ABERTO, sendo o objeto: contratação de empresa especializada para execução de remanescente de obra referente a construção de unidade de pronto atendimento no bairro centro, com o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme projeto básico. Os envelopes com a documentação de habilitação e proposta de preço deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até às 13h55min do dia 28/04/2017.

A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 28/04/2017, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.garopaba.sc.gov.br.

Garopaba, 03 de abril de 2017
Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 037/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 037/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
MONICA ANGONESE
Candidato(a): 260271
Cargo: PSICÓLOGO
Classificação: 5º LUGAR

Garopaba, 17 de março de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PSICÓLOGO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 5º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 038/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 038/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
CRISTIANE MARIA VIEIRA
Candidato(a): 262238
Cargo: SERVENTE
Classificação: 26º LUGAR

Garopaba, 30 de março de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de SERVENTE para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 26º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 039/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 039/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
MARCIO DE BULHOES GOMES
Candidato(a): 259597
Cargo: MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO
Classificação: 24º LUGAR

Garopaba, 30 de março de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 24º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 040/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 040/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

CIRO FERNANDO DA SILVA TAVARES EHLERS

Candidato(a): 264080

Cargo: CONTADOR

Classificação: 3º LUGAR

Garopaba, 30 de março de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de CONTADOR para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 3º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 041/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 041/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

RICARDO JOSÉ CARDOSO

Candidato(a): 236903

Cargo: OPERADOR DE EQUIPAMENTOS

Classificação: 9º LUGAR

Garopaba, 03 de abril de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de OPERADOR DE EQUIPAMENTOS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 9º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 042/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

CONVOCAÇÃO 042/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

ROBINSON LUIS DOS SANTOS BARBOSA

Candidato(a): 265069

Cargo: COVEIRO

Classificação: 2º LUGAR

Garopaba, 03 de abril de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de COVEIRO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 2º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 059, DE 03 DE ABRIL DE 2017

DECRETO N.º 059, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. Em virtude das festividades da Semana Santa, fica decretado ponto facultativo, no dia 14/04/2017 (sexta feira Santa).

Art. 2º. Aos dirigentes dos diversos órgãos da administração municipal, cabe fazer observar o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de abril de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 04/04/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

PORTARIA N.º 375/2017.

PORTARIA N.º 375, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº. 20001050.1.00007/16-0, nos assentos funcionais da servidora RITA DE CASSIA DO NASCIMENTO SILVA, detentora da matrícula funcional nº 0040 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II 40 HORAS e dá outras providências.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art.1º. Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora RITA DE CASSIA DO NASCIMENTO SILVA, detentora da matrícula nº 0040, e do cargo de provimento efetivo de Professor II 40 horas, do período de 01/05/1988 a 31/03/1992, correspondente a 03 anos e 11 meses (1.425 dias), constantes na Certidão de Tempo de Contribuição, expedida pelo INSS sob o nº 20001050.1.00007/16-0, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Garopaba, 03 de abril de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 04/04/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

LEI Nº 1972

LEI Nº 1972, DE 03 DE ABRIL DE 2017

“Dispõe sobre transmissão ao vivo, via internet, de todas as licitações realizadas no Poder Executivo e Legislativo do Município de Garuva e dá outras providências”.

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, RODRIGO ADRIANY DAVID, na qualidade de Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Os Poderes Executivo e Legislativo do município de Garuva promoverão a transmissão ao vivo, via internet, de todas as licitações realizadas no âmbito de cada Poder.

Art. 2º - Para fins do disposto no artigo 1º, os Poderes Executivo e Legislativo deverão utilizar os equipamentos já existentes nas áreas de comunicação, para assim, implementara transmissão.

Art. 3º- Os Poderes Executivo e Legislativo disporão do prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da publicação desta Lei, para adoção das providências necessárias ao seu cumprimento.

Art. 4º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

PORTARIA 052/2017

PORTARIA Nº. 52 de 03 de abril de 2017

“Dispõe sobre a nomeação da Senhorita Alyne Cristhine de Avelar, para o cargo de Agente de Combate a Endemias, e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 046/09 DE 16 DE OUTUBRO DE 2009.

RESOLVE:

Art. 1o. – Nomear a senhorita ALYNE CRISTHINE DE AVELAR, brasileira, solteira, portadora do RG nº 7166292 e CPF nº 063.744.949-54, para o cargo de Agente de Combate a Endemias, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam dos anexos III e IV da Lei Complementar 046/2009.

Art. 2o – O padrão de vencimentos, de acordo com a referida Lei Complementar, é o da referência A, de classe I, da Carreira de Suporte, no valor de R\$ 1033,31 (Hum mil e trinta e três reais e trinta e um centavos) mensais, para a carga horária de 220 horas/mês.

Art. 3o – A presente nomeação se dá em razão da classificação obtida pela referida nomeada no Teste Seletivo Simplificado nº 001/2016, autorizado pela Portaria Municipal nº 015 de 26/01/2016, homologado em 05/02/2016.

Art. 4o - Esta Portaria entra em vigor a contar de 03 de abril de 2017.
RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

TESTE SELETIVO 003/2017 RESOLUÇÃO 002

RESOLUÇÃO 001/2017

Considerando o edital do teste seletivo 003/2017, abre vaga para assistente social/

Considerando as inscrições encerradas na data de 31/03/2017;
A comissão do teste seletivo no uso de suas atribuições resolve homologar as inscrições deferidas e indeferidas, conforme anexo I.

Garuva/SC, 03 de abril de 2017.

ANA CLAUDIA PIONHIEVICZ

Presidente da Comissão

Portaria nº. 019/2017

DIAIME E. H. DA ROCHA EDUARDO DOS SANTOS LICETTI

Membro da Comissão Membro da Comissão

Portaria nº019/2017 Portaria 019/2017

RESOLUÇÃO 002/2017

Considerando o edital do teste seletivo 003/2017, abre vaga para assistente social/

Considerando as inscrições encerradas na data de 31/03/2017;
A comissão do teste seletivo no uso de suas atribuições resolve homologar o local e horário de prova:

I- A prova será realizada na Escola Estadual Carmem Seara Leite, sito a rua Papa João XXIII, nº 60 – Centro – próximo a Rodoviária do Município.

II- A prova terá início as 09h e término as 12h.

III - Não será permitido o acesso ao local da prova após as 09h.

IV – O candidato só terá acesso ao local da prova mediante documento com foto e do comprovante de inscrição.

Garuva/SC, 03 de abril de 2017.

ANA CLAUDIA PIONHIEVICZ

Presidente da Comissão

Portaria nº. 019/2017

DIAIME E. H. DA ROCHA EDUARDO DOS SANTOS LICETTI

Membro da Comissão Membro da Comissão

Portaria nº019/2017 Portaria 019/2017

NOTA DE ESCLARECIMENTO

A comissão do teste seletivo 003/2017 vem por meio desta informar que houve um preenchimento errado na numeração das inscrições do presente edital.

Desta forma consternados com tal erro, vimos pedir que desconsiderem o número de inscrição do comprovante, que apenas o número da lista oficial divulgada no site e no diário oficial tem validade.

Porém, cabe-nos esclarecer que a numeração é de ordem organizadora, para controle de quantidade de inscrições. Nenhum candidato será prejudicado por tal falha.

A comissão agradece a compreensão de todos, e se coloca a disposição para qualquer duvida através do telefone (47)3445-4042 ou do e-mail anaclaudia@garuva.sc.gov.br.

Garuva/SC, 03 de abril de 2017.

ANA CLAUDIA PIONHIEVICZ

Presidente da Comissão

Portaria nº. 019/2017

DIAIME E. H. DA ROCHA

Membro da Comissão

Portaria nº019/2017

EDUARDO DOS SANTOS LICETTI

Membro da Comissão

Portaria 019/2017

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO 11/2017**

Resolução nº 0011/2017

Dispõe sobre exoneração de servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e regimentais, em especial os artigos 8º e 50, parágrafo 3º, inciso II do Regimento Interno desta Casa Legislativa, Resolve:

Art. 1º - Exonerar o Servidor José Roberto Pakuszewski do Cargo de Assessor de Gabinete, nomeado pela Resolução 01/2017.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Oziel Fernandes Mattos
Presidente da Câmara de Vereadores de Garuva
Garuva, 03 de abril de 2017

RESOLUÇÃO 12/2017

Resolução nº 0012/2017

Dispõe sobre exoneração de servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e regimentais, em especial os artigos 8º e 50, parágrafo 3º, inciso II do Regimento Interno desta Casa Legislativa, Resolve:

Art. 1º - Exonerar o Servidor Gilsemar Mett do Cargo de Assessor Parlamentar, nomeado pela Resolução 04/2017.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Oziel Fernandes Mattos
Presidente da Câmara de Vereadores de Garuva
Garuva, 03 de abril de 2017

RESOLUÇÃO 13/2017

Resolução nº 0013/2017

Dispõe sobre exoneração de servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e regimentais, em especial os artigos 8º e 50, parágrafo 3º, inciso II do Regimento Interno desta Casa Legislativa, Resolve:

Art. 1º - Exonerar o Servidor Willian Zuffo do Cargo de Assessor Parlamentar, nomeado pela Resolução 05/2017.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Oziel Fernandes Mattos
Presidente da Câmara de Vereadores de Garuva
Garuva, 03 de abril de 2017

RESOLUÇÃO 14/2017

Resolução nº 0014/2017

Dispõe sobre a nomeação de servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina usando de suas atribuições legais com base na Lei Orgânica do Município, art. 13, VII, combinado com o Regimento Interno da Câmara Municipal

artigo 50, § 3º, II, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. Zenilda Miranda de Paula Jacques para o cargo comissionado de Assessor Legislativo e Administrativo, constante no Art. 13 da Lei Complementar 86/2015 combinada com a Lei Complementar 94/2017.

Art. 2º - O vencimento do referido cargo será constante no Art. 13 da Lei Complementar 86/2015 combinada com a Lei Complementar 94/2017.

Art. 3º - A servidora será regida pelas disposições contidas na Lei Complementar 01/98 (Estatuto do Servidor Público), a Lei Complementar 86/2015 e alterações posteriores.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Oziel Fernandes Mattos
Presidente da Câmara de Vereadores de Garuva
Garuva, 03 de abril de 2017

RESOLUÇÃO 15/2017

Resolução nº 0015/2017

Dispõe sobre a nomeação de servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina usando de suas atribuições legais com base na Lei Orgânica do Município, art. 13, VII, combinado com o Regimento Interno da Câmara Municipal artigo 50, § 3º, II, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Srta. Maize Cristina de Lima Neves para o cargo comissionado de Assessor Parlamentar, constante no Art. 13 da Lei Complementar 86/2015 combinada com a Lei Complementar 94/2017.

Art. 2º - O vencimento do referido cargo será constante no Art. 13 da Lei Complementar 86/2015 combinada com a Lei Complementar 94/2017.

Art. 3º - A servidora será regida pelas disposições contidas na Lei Complementar 01/98 (Estatuto do Servidor Público), a Lei Complementar 86/2015 e alterações posteriores.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Oziel Fernandes Mattos
Presidente da Câmara de Vereadores de Garuva
Garuva, 03 de abril de 2017

RESOLUÇÃO 16/2017

Resolução nº 0016/2017

Dispõe sobre a nomeação de servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina usando de suas atribuições legais com base na Lei Orgânica do Município, art. 13, VII, combinado com o Regimento Interno da Câmara Municipal artigo 50, § 3º, II, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. Gilsemar Mett para o cargo comissionado de Assessor de Comunicação, constante no Art. 13 da Lei

Complementar 86/2015 combinada com a Lei Complementar 94/2017.

Art. 2º - O vencimento do referido cargo será constante no Art. 13 da Lei Complementar 86/2015 combinada com a Lei Complementar 94/2017.

Art. 3º - O servidor será regido pelas disposições contidas na Lei Complementar 01/98 (Estatuto do Servidor Público), a Lei Complementar 86/2015 e alterações posteriores.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Oziel Fernandes Mattos
Presidente da Câmara de Vereadores de Garuva
Garuva, 03 de abril de 2017

RESOLUÇÃO 17/2017

Resolução nº 0017/2017
Dispõe sobre a nomeação de servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina usando de suas atribuições legais com base na Lei Orgânica do Município, art. 13, VII, combinado com o Regimento Interno da Câmara Municipal artigo 50, § 3º, II, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. Willian Zuffo para o cargo comissionado de Assessor de Gabinete, constante no Art. 13 da Lei Complementar 86/2015 combinada com a Lei Complementar 94/2017.

Art. 2º - O vencimento do referido cargo será constante no Art. 13 da Lei Complementar 86/2015 combinada com a Lei Complementar 94/2017.

Art. 3º - O servidor será regido pelas disposições contidas na Lei Complementar 01/98 (Estatuto do Servidor Público), a Lei Complementar 86/2015 e alterações posteriores.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Oziel Fernandes Mattos
Presidente da Câmara de Vereadores de Garuva
Garuva, 03 de abril de 2017

RESOLUÇÃO 18/2017

Resolução nº 0018/2017
Dispõe sobre a nomeação de servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina usando de suas atribuições legais com base na Lei Orgânica do Município, art. 13, VII, combinado com o Regimento Interno da Câmara Municipal artigo 50, § 3º, II, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. José Roberto Pakuszewski para o cargo comissionado de Diretor Administrativo, constante no Art. 13 da Lei Complementar 86/2015 combinada com a Lei Complementar 94/2017.

Art. 2º - O vencimento do referido cargo será constante no Art. 13 da Lei Complementar 86/2015 combinada com a Lei Complementar 94/2017.

Art. 3º - O servidor será regido pelas disposições contidas na Lei Complementar 01/98 (Estatuto do Servidor Público), a Lei Complementar 86/2015 e alterações posteriores.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Oziel Fernandes Mattos
Presidente da Câmara de Vereadores de Garuva
Garuva, 03 de abril de 2017

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.399, DE 20 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº 7.399, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

NOMEIA PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, conforme eleição ocorrida na plenária do dia 07 de fevereiro de 2017, o Presidente e Vice-Presidente do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme segue:

Presidente	Vice – Presidente
Gislaine dos Santos Representante Não Governamental	Santiago Martin Navia Representante Governamental

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 20 de março de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.415, DE 27 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº 7.415, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA ANA LIDIA SCHRAMM DA SILVA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada, a partir 01º de março 2017, a vacância do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Laboratório, da servidora ANA LIDIA SCHRAMM DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 652.313.099-15, lotada com 30 horas semanais na Secretaria Municipal de Saúde, em virtude de aposentadoria por tempo de contribuição.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de março de 2017.

Gaspar, 27 de março de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.417, DE 27 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº 7.417, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado nos termos do artigo 28 e seguintes da Lei Complementar nº 69, de 22 de dezembro de 2015, o servidor efetivo CELSO XAVIER SCHMITT, inscrito no CPF sob o nº 576.109.409-68, para exercício de função de confiança de Nível I - Supervisor Administrativo, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de fevereiro de 2017.

Gaspar, 27 de março de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DISPENSA Nº 02/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Processo Administrativo nº 46/2017

Dispensa nº 02/2017

OBJETO: Contrato emergencial de Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano no Município de Gaspar/SC. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GASPAR (CNPJ nº 83.102.244/0001-02). CONTRATADO: ANDRÉ MURCHESCKI – COLETIVO CATURANI (CNPJ nº 13.679.560/0002-47). BASE LEGAL: Art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 31 de março de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL - Prefeito

ERRATA À PORTARIA Nº 5.175, DE 23 DE MARÇO DE 2017

ERRATA À PORTARIA Nº 5.175, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, RETIFICA a publicação da Portaria nº 5.175, de 23 de março de 2017, veiculada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição 2219, de 27 de março de 2017, nos seguintes termos:

Onde se lê no art. 1º a Lotação da Servidora:

“lotada com 20 horas semanais na E.E.B. Dolores L.S. Krauss”

Leia-se:

“lotada com 20 horas semanais, sendo 05 horas na E.E.B. Zenaide S. Costa e 15 horas na E.E.B. Ferandino Dagnoni”

Gaspar, 30 de março de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

EXTRATO DO CONTRATO SAF-20/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO SAF-20/2017

OBJETO: Contrato emergencial de Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano no Município de Gaspar/SC. VIGÊNCIA: 04/04/2017 a 1º/10/2017. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GASPAR (CNPJ nº 83.102.244/0001-02). CONTRATADO: ANDRÉ MURCHESKI – COLETIVO CATURANI (CNPJ nº 13.679.560/0002-47). BASE LEGAL: Art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 31 de março de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL - Prefeito

LEI Nº 3.756, DE 28 DE MARÇO DE 2017

LEI Nº 3.756, DE 28 DE MARÇO DE 2017.

ALTERA O ANEXO I DA LEI Nº 3.348, DE 28 DE SETEMBRO DE 2011, QUE MODIFICOU O ANEXO I DA LEI Nº 2.802, DE 29 DE SETEMBRO DE 2006.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado de nove para doze o número de vagas do cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, criado pela Lei nº 3.173, de 11 de dezembro de 2009, e do cargo de provimento em comissão de Assessor de Gabinete, criado pela Lei nº 3.348, de 28 de setembro de 2011.

Art. 2º As modificações constantes do art. 1º desta Lei alteram o Anexo I da Lei nº 3.348, de 28 de setembro de 2011, passando a integrar o Anexo I da Lei nº 2.802, de 29 de setembro de 2006.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 28 de março de 2017.

Kleber Edson Wan-Dall

Prefeito

LEI Nº 3.758, DE 30 DE MARÇO DE 2017

LEI Nº 3.758, DE 30 DE MARÇO DE 2017.

ALTERA A REGULAMENTAÇÃO DAS CARREIRAS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, AGENTE ADMINISTRATIVO, AGENTE DE COMUNICAÇÃO E PROCURADOR JURÍDICO JUNTO AO QUADRO DE SERVIDORES DA CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas para trinta horas as cargas horárias semanais dos cargos de provimento efetivo de Assistente Administrativo, Agente Administrativo, Agente de Comunicação e Procurador Jurídico junto ao quadro de servidores da Câmara de Vereadores de Gaspar, criados pela Lei nº 3.653, de 10 de agosto de 2015.

Art. 2º Fica alterado o vencimento do cargo de provimento efetivo de Procurador Jurídico junto ao quadro de servidores da Câmara de Vereadores de Gaspar, criado pela Lei nº 3.653, de 10 de agosto de 2015, passando a vigorar conforme segue:

Cargo	Grupo Ocupacional	Número de vagas	Carga horária semanal	Habilitação	Letra	Vencimento
Procurador Jurídico	SEL – V	01	30h	Ensino Superior Completo em Direito (Bacharelado) e inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Santa Catarina – OAB/SC.	F	R\$ 6.600,00
					E	R\$ 6.930,00
					D	R\$ 7.267,50
					C	R\$ 7.630,90
					B	R\$ 8.012,44
					A	R\$ 8.413,10

Art. 3º Fica acrescida às funções inerentes ao cargo de provimento efetivo de Procurador Jurídico, no que tange à sua descrição detalhada, disposta no Anexo II da Lei nº 3.653, de 10 de agosto de 2015, o acompanhamento das votações realizadas nas sessões ordinárias e nas sessões extraordinárias.

Art. 4º O Anexo I da Lei nº 2.802, de 29 de setembro de 2006 e os Anexos I e II da Lei nº 3.653/2015 passam a vigorar considerando as alterações promovidas pela presente Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 30 de março de 2017.

Kleber Edson Wan-Dall

Prefeito

LEI Nº 3.762, DE 30 DE MARÇO DE 2017

LEI Nº 3.762, DE 30 DE MARÇO DE 2017.

INSTITUI GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ESPECIAL DAS FUNÇÕES INERENTES AO CARGO DE SUPERINTENDENTE DE DEFESA CIVIL.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, para os servidores cedidos temporariamente por outros órgãos da administração pública Estadual ou Federal, com ônus para a origem, a gratificação por exercício de atividade especial das funções inerentes ao cargo de Superintendente de Defesa Civil.

§ 1º A gratificação por exercício de atividade especial das funções inerentes ao cargo de Superintendente de Defesa Civil corresponderá a R\$ 3.329,56 (três mil, trezentos e vinte nove reais e cinquenta e seis centavos).

§ 2º Fica proibida a nomeação para o exercício do cargo em provimento de comissão de Superintendente de Defesa Civil enquanto houver servidor recebendo a gratificação por exercício de atividade especial das funções inerentes ao cargo de Superintendente de Defesa Civil.

Art. 2º Os valores definidos no § 1º do artigo 1º serão reajustados pelo mesmo índice e na mesma época do reajuste de vencimento concedido aos servidores municipais.

Art. 3º A gratificação de que trata o artigo 1º possui caráter transitório e será devida exclusivamente pelo desempenho das funções, não se incorporando ao vencimento do servidor, e nem gera qualquer efeito de natureza previdenciária, sendo sua percepção suspensa por ocasião do afastamento do servidor do cargo.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias no orçamento geral do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 30 de março de 2017.

Kleber Edson Wan-Dall

Prefeito

PORTARIA Nº 5.178, DE 23 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº 5.178, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA JUSSARA DA COSTA MIRANDA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora JUSSARA DA COSTA MIRANDA, inscrita no CPF sob o nº CPF 041.875.669-45, ocupante do cargo efetivo de Escriturária, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, fica à disposição na Secretaria Municipal de Administração e Gestão, a partir de 20 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 20 de março de 2017.

Gaspar, 27 de março de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 5.180, DE 30 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº 5.180, DE 30 de março de 2017.

HOMOLOGA CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a conclusão de estágio probatório da servidora abaixo relacionada:

NOME	CADASTRO	CARGO	DATA DA POSSE	TÉRMINO ESTÁGIO PROBATÓRIO
LUCIANA REIS BAUM	10433	DENTISTA ENDODONTIA	01/07/2013	27/01/2017

Art. 2º A servidora que obteve aprovação fica por este ato declarada ESTÁVEL NO SERVIÇO PÚBLICO, nos termos do artigo 41, § 4º, da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 30 de março de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA RH 10/2017
MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 10/2017

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) IRACILA MARIA LENFERS, ocupante do cargo efetivo

de Berçarista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 12/02/2012 a 19/02/2017, devendo folgar a partir de 01/03/2017 a 29/05/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de fevereiro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-1825-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO N.º 28/2017**

RESOLUÇÃO N.º 28/2017.

EXONERA, A PEDIDO, SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores de Gaspar, com fundamento no artigo 39, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, bem como no artigo 31, inciso VIII do Regimento Interno, faz saber,

CONSIDERANDO o teor do Ofício n.º 001/2017, oriundo do gabinete do Vereador Silvio Cleffi, através do qual requer a exoneração da servidora Bárbara Constance Corrêa do cargo de provimento em comissão de Assessora de Gabinete;

CONSIDERANDO que no ofício restou comunicado que a servidora desempenhará suas funções nesta Casa de Leis até o dia 4 de abril de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora Bárbara Constance Corrêa do cargo de provimento em comissão de Assessora de Gabinete.

Art. 2º As despesas originadas deste ato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão: 01 – Câmara de Vereadores de Gaspar; Unidade: 01 – Câmara de Vereadores de Gaspar; Função: 01 – Legislativa; Subfunção: 031 – Ação Legislativa; Programa: 01 – Processo Legislativo; Atividade: 2.2002 – Folha de Pagamento e Encargos Sociais; Modalidade: 3.1.90 – Aplicações diretas; Dotação: 3.1.90.11 – Vencimentos e Salários.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 4 de abril de 2017.

MESA DIRETORA

Ciro André Quintino	Silvio Cleffi
Presidente	Vice-Presidente
Rui Carlos Deschamps	Cícero Giovane Amaro
1º Secretário	2º Secretário

RESOLUÇÃO N.º 29/2017

RESOLUÇÃO N.º 29/2017.

EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores de Gaspar, com fundamento no artigo 39, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, bem como no artigo 31, inciso VIII do Regimento Interno, faz saber,

CONSIDERANDO o teor do Ofício Interno n.º 064/2017, subscrito pelo servidor Orli Flávio Paterno, através do qual requer a sua exoneração do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo - SEL – IV;

CONSIDERANDO que no ofício o servidor esclareceu que seu último dia no exercício das funções inerentes ao cargo já referido será o dia 3 de abril de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor Orli Flávio Paterno, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo - SEL – IV. Parágrafo único. O último dia de exercício do servidor será o dia 3 de abril de 2017.

Art. 2º As despesas originadas deste ato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão: 01 – Câmara de Vereadores de Gaspar; Unidade: 01 – Câmara de Vereadores de Gaspar; Função: 01 – Legislativa; Subfunção: 031 – Ação Legislativa; Programa: 01 – Processo Legislativo; Atividade: 2.2002 – Folha de Pagamento e Encargos Sociais; Modalidade: 3.1.90 – Aplicações diretas; Dotação: 3.1.90.11 – Vencimentos e Salários.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 3 de abril de 2017.

MESA DIRETORA

Ciro André Quintino	Silvio Cleffi
Presidente	Vice-Presidente
Rui Carlos Deschamps	Cícero Giovane Amaro
1º Secretário	2º Secretário

SAMAE - GASPAR**EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2017 - SAMAE**
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS EXTRATOS | 2017

Número do contrato: 07/2017

Data vigência: 30/03/2017

Data vencimento: 29/03/2018

Número da Licitação: 07/2017 - Modalidade: Pregão Presencial

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: TRANSÓLIDO TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos, incluindo os recicláveis, de origem domiciliar, comercial-industrial (com características de domiciliares), das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do Município de Gaspar

Valor R\$ 2.751.588,00 (dois milhões, setecentos e cinquenta e um mil, quinhentos e oitenta e oito reais)

Gaspar (SC), em 30 de março de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente

PORTARIA N. 49 DE 30 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA N. 49 DE 30 DE MARÇO DE 2017

NOMEIA DIRETORA DE FATURAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE A SERVIDORA LUANA LARISSA PAES STORCH

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica nomeada, a partir do dia 03 de abril de 2017, a servidora LUANA LARISSA PAES STORCH portadora do CPF nº 070.521.429-02 e da CI nº. 5.231.859 no cargo em comissão de Diretora de Faturamento, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 55, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 30 de março de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor-Presidente

PORTARIA N. 50 DE 30 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA N. 50 DE 30 DE MARÇO DE 2017

NOMEIA DIRETOR DE SANEAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR ÉDER RICARDO STIEGEMAIER LUZ

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica nomeado, a partir do dia 03 de abril de 2017, o servidor ÉDER RICARDO STIEGEMAIER LUZ, portador do CPF nº 038.676.309-76 e da CI nº. 4.166.922 no cargo em comissão de Diretor de Saneamento, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref.55, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 30 de março de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor-Presidente

PORTARIA N. 51 DE 30 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA N. 51 DE 30 DE MARÇO DE 2017

NOMEIA COORDENADOR DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR JOSÉ ÉRCIO MAIER

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica nomeado, a partir do dia 03 de abril de 2017, o servidor JOSÉ ÉRCIO MAIER, portador do CPF nº 684.750.809-44 e da CI nº. 17/R 2.420.042 no cargo em comissão de Coordenador de Estação de Tratamento de Água, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 50, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 30 de março de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor-Presidente

PORTARIA N. 52 DE 30 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA N. 52 DE 30 DE MARÇO DE 2017.

NOMEIA ENCARREGADO DOS ENCANADORES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR GILBERTO DELLANDRÉA

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica nomeado, a partir do dia 03 de abril de 2017, o servidor GILBERTO DELLANDRÉA, portador do CPF nº 452.157.319-34 e da CI nº. 911.130 no cargo em comissão de Encarregado dos Encanadores, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 33, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 30 de março de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor-Presidente

PORTARIA N. 53 DE 30 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA N. 53 DE 30 DE MARÇO DE 2017.

NOMEIA COORDENADOR DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR JOSÉ BATISTA

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica nomeado, a partir do dia 03 de abril de 2017, o servidor JOSÉ BATISTA, portador do CPF nº 186.255.179-00 e da CI nº. 5079440 no cargo em comissão de Coordenador de Esgotamento Sanitário, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 50, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 30 de março de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO
Diretor-Presidente

PORTARIA N. 54 DE 30 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA N. 54 DE 30 DE MARÇO DE 2017.

NOMEIA ENCARREGADA DE VEÍCULOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE A SERVIDORA FABRÍCIA APARECIDA REINERT DE SOUZA

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica nomeada, a partir do dia 03 de abril de 2017, a servidora FABRÍCIA APARECIDA REINERT DE SOUZA, portadora do CPF nº 021.257.259-83 e da CI nº. 3.545.418-0 no cargo em comissão de Encarregada de Veículos, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 33, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 30 de março de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO
Diretor-Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2017 – NÍVEL FUNDAMENTAL

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - SC torna público o EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2017 – NÍVEL FUNDAMENTAL que abre inscrições para o CONCURSO PÚBLICO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos para o quadro de pessoal da Administração Municipal a ser executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 31 de Março de 2017 nos seguintes endereços eletrônicos:

- No sítio de internet do Município de Governados Celso Ramos - SC: (<http://www.governadorcelso Ramos.sc.gov.br/>);
- No sítio de internet da FAEPESUL: (<http://concursos.faepesul.org.br/>).

Governador Celso Ramos - SC, 31 de Março de 2017.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2017 – NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - SC torna público o EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2017 – NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO que abre inscrições para o CONCURSO PÚBLICO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos para o quadro de pessoal da Administração Municipal a ser executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 31 de Março de 2017 nos seguintes endereços eletrônicos:

- No sítio de internet do Município de Governados Celso Ramos - SC: (<http://www.governadorcelso Ramos.sc.gov.br/>);
- No sítio de internet da FAEPESUL: (<http://concursos.faepesul.org.br/>).

Governador Celso Ramos - SC, 31 de Março de 2017.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 005/2017 – NÍVEL SUPERIOR

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - SC torna público o EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 005/2017 – NÍVEL SUPERIOR que abre inscrições para o CONCURSO PÚBLICO destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos para o quadro de pessoal da Administração Municipal a ser executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 31 de Março de 2017 nos seguintes endereços eletrônicos:

- No sítio de internet do Município de Governados Celso Ramos - SC: (<http://www.governadorcelso Ramos.sc.gov.br/>);
- No sítio de internet da FAEPESUL: (<http://concursos.faepesul.org.br/>).

Governador Celso Ramos - SC, 31 de Março de 2017.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 27/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABILITADO:

PREGÃO PRESENCIAL 27/2017

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CAMPAINHA ALARME DE VELOCIDADE, BOBINA SUT-300 SEVA, DISCO DIÁRIO 125KM/140KM/180KM, DISCO SEMANAL 125KM/140KM/180KM E AFERIÇÃO DE TACÓGRAFO (CALIBRAÇÃO, TAXA DE ENSAIO METROLÓGICO E TAXA DE SELAGEM) PARA OS VEÍCULOS DA PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 17/04/2017 até às 14h:00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 17/04/2017 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelso Ramos.sc.gov.br

Governador Celso Ramos, 03 de abril de 2017.
Edmar Souza
Pregoeiro

Grão Pará

PREFEITURA

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

DECRETO N. 16/2017, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

AUTORIZA A QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE VENCIMENTO RELATIVAS AO CONVÊNIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTA TERESINHA

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito do Município de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, que nos termos do art. 5º, da Lei Federal nº 8666/93, cada Unidade da Administração, nos pagamentos de suas obrigações, deve obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades;

CONSIDERANDO, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

CONSIDERANDO, disposto no Termo de Confissão e Parcelamento de Dívida e Execução de Título Extrajudicial Autos nº 08.2016.00199826-0 do MPSC firmado com a Associação Beneficente Santa Teresinha, anexo ao presente Decreto,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Secretário Municipal da Administração e Fazenda autorizado a quebrar a ordem cronológica de vencimento das faturas para priorizar o pagamento de créditos no valor de até R\$ 204.523,36 (duzentos e quatro mil, quinhentos e vinte e três reais e trinta e seis centavos) em nome do credor Associação Beneficente Santa Teresinha inscrita no CNPJ nº 86.437.845/0001-64.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
03 de abril de 2017.
MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 03 de abril de 2017.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor Le Monde Comércio de Veículos Ltda, condicionou o fornecimento de peças para conserto do veículo Citroen C4LA Placa MLY-0872, exclusivamente, ao preço á vista, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica consoante adiante descrito:

Fornecedor: Le Monde Comércio de Veículos Ltda
Notas de Empenho nº 1188 e 1189/2017
Valor R\$ 3.425,95

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 03 de abril de 2017.

MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

ATA Nº 12 SEQUENCIA 2 PROCESSO 17.2017 FMS. DOCX

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA/SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: 11.355.924/0001-27

RUA PRESIDENTE KENNEDY, 455

C.E.P.: 89920-000 - Guaraciaba - SC

Número da ATA: 12/2017 (Sequência: 2)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2017

Processo Administrativo: 17/2017

Processo de Licitação: 17/2017

Data do Processo: 01/03/2017

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM PROFISSIONAL COM TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA INTERESSADO PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS DESTINADAS AS PACIENTES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE GUARACIABA SC, CONFORME PREVE LEI MUNICIPAL Nº 2676 DE 2014 E AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA PARA O ANO DE 2017.

OBS: OS ATENDIMENTOS DEVERÃO SER REALIZADOS NA UNIDADE DE SAÚDE DE GUARACIABA SC.

OS ATENDIMENTOS DEVERÃO SER SEMANAIS.

Às 16:00 horas do dia 03 (tres) de abril de dois mil e dezessete, horário marcado para julgamento do Processo Licitatório 17/2017, Pregão Presencial 08/2017 do Fundo Municipal de Saúde do Município de Guaraciaba/SC o Pregoeiro reuniu-se com a Equipe de apoio para receber as propostas e documentação do Processo em epígrafe. No horário marcado nenhuma empresa apresentou envelopes contendo proposta e documentação, diante disso o Pregoeiro juntamente com a comissão de apoio resolve recomendar ao Gestor do Fundo Municipal de Saúde que REVOGUE o presente processo haja visto que o presente processo por duas vezes não acudiu interessados.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Publique-se

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

Aldo Justino Salvi Talita Guerini
Pregoeiro Equipe de Apoio

Tatiane Cristina Schneider
Equipe de Apoio/Suplente

MINUTA EDITAL DE CONCORRÊNCIA 01.17 CONCESSÃO DE TERRENO INCENTIVOS ECONOMICOS.DOC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABASC,
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº01/2017.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 64/17, Edital de Concorrência Nº 01/17, Objeto: Concessão de terreno a título de Incentivo a Indústria e Comércio; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 08/05/17; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 08/05/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e

no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 03 de abril de 2017.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE CONCORRÊNCIA 02.17 CONCESSÃO DE SALA INCENTIVOS ECONOMICOS.DOC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABASC,
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº02/2017.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Leis Municipais 1.490/99, e alterações, promove Processo Licitatório nº 65/17, Edital de Concorrência Nº 02/17, Objeto: Concessão de Direito Real de Uso de Barracão na área Industrial IV, para instalação de confecção têxtil; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 09/05/17; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 09/05/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:00h às 13:00h e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 03 de abril de 2017.

Roque Luiz Meneghini
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 09.17 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ANTROPOMETRO E BALANÇA.DOC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº09/2017.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Saúde, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 18/17, Edital de Pregão Presencial Nº 09/17, Objeto: Aquisição de Equipamentos (ANTROPOMETRO E BALANÇA); recebimento de propostas até às 11:00 horas do dia 17/04/17; a abertura do Edital será às 11:00 horas do dia 17/04/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 03 de ABRIL de 2017.

DAIANE DORIGON,
Ordenadora do FMS

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 10.17 REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS (FMS).DOC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº10/2017.

O Município de Guaraciaba, através do Fundo Municipal de Saúde, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 19/17, Edital de Pregão Nº 10/17, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de Materiais Odontológicos; recebimento de propostas até às 08:00 horas do dia 18/04/17; a abertura do Edital será às 08:00 horas do dia 18/04/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 04 de Abril de 2017.

DAIANE DORIGON,
Ordenadora do FMS

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 54.17 AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS.DOC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº54/2017.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 66/17, Edital de Pregão Presencial Nº 54/17, Objeto: Aquisição de Gêneros alimentícios para alunos das escolas da rede municipal de ensino, para uso nas escolas do ensino fundamental e infantil; recebimento de propostas até às 08:00 horas do dia 17/04/17; a abertura do Edital será às 08:00 horas do dia 17/04/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:00h às 13:00h e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 03 de abril de 2017.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 55.17 AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DE PROTEÇÃO MERENDEIRAS.DOC

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº55/2017.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 67/17, Edital de Pregão Presencial Nº 55/17, Objeto: Aquisição de materiais, uniformes para merendeiras das escolas municipais; recebimento de propostas até às 10:00 horas do dia 17/04/17; a abertura do Edital será às 10:00 horas do dia 17/04/17, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:00h às 13:00h e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 03 de abril de 2017.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO RESULTADO FINAL CONCURSO PÚBLICO EDITAL 002/2017

DECRETO Nº 541/2017, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

RETIFICA O DECRETO N. 539/2017, QUE HOMOLOGOU O FINAL (APÓS OS RECURSOS) DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2017 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ROQUE LUIZ MENECHINI, Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

Considerando, que a anulação da questão 01 foi deferida em grau de recurso, conforme se verifica no Gabarito Final divulgado em 30/03/2017, sendo que por erro do sistema não foi considerada tal anulação no resultado classificatório do cargo de Enfermeiro de ESF;

DECRETA:

Art. 1º. Fica retificado o Resultado Final (Após os Recursos) do Processo Seletivo nº 002/2017 da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, para o cargo de Enfermeiro do ESF, conforme segue:

Enfermeiro ESF Modalidade A								
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. E.	Port.	Mat.	Total	Class.
35	540021	Patricia Barbieri	15/12/1992	6,00	1,05	1,05	8,10	1º
33	533661	Taissana Dezanetti	03/05/1991	6,00	0,70	1,05	7,75	2º
12	534475	Eliamar Baranoski	05/02/1980	5,40	1,40	0,35	7,15	3º

16	543825	Barbara Monteiro Wehner	04/12/1976	4,20	1,05	1,05	6,30	4º
14	539168	Maiara Dais Schoeninger	08/01/1992	4,20	1,05	1,05	6,30	5º
30	532901	Sahra Regina Da Silva	04/08/1991	4,80	0,70	0,70	6,20	6º
9	557183	Micheli Beninca Trentin	09/05/1991	3,60	1,40	1,05	6,05	7º
18	535926	Lediane Nicloti	04/11/1993	3,00	1,75	1,05	5,80	8º
29	536881	Jaqueline Monize Ceconi	24/09/1995	3,60	1,05	1,05	5,70	9º
7	527917	Michely Carla Tremea	25/01/1986	3,00	1,40	1,05	5,45	10º
24	528926	Micheli Cristina Schmitt	01/03/1994	3,00	1,40	1,05	5,45	11º
31	558499	Priscila Piroca Dalla Costa	20/07/1988	3,60	1,40	0,35	5,35	12º
34	558836	Rubiele Tamara Haag	09/01/1990	3,60	1,05	0,70	5,35	13º
20	556917	Ana Paula Huppess	10/07/1994	3,00	1,75	0,35	5,10	14º
19	555924	Diandra Canei	28/01/1990	3,00	1,40	0,70	5,10	15º
10	528472	Gracieli Bragagnolo	29/01/1994	3,00	1,40	0,70	5,10	16º
13	534808	Jonas Kummer	05/08/1990	3,00	1,05	1,05	5,10	17º
11	553264	Ana Paula Belon De Oliveira	03/11/1992	3,60	0,70	0,70	5,00	18º
26	529144	Danielly Ferrari Dos Santos	17/09/1992	2,40	1,75	0,70	4,85	19º
6	536649	Laysa Cristina Dreyer	08/09/1991	3,00	1,05	0,70	4,75	20º
17	549037	Leticia Rinaldi	02/02/1994	2,40	1,75	0,35	4,50	21º
28	538689	Jessica Schaurich	29/03/1993	2,40	1,05	1,05	4,50	22º
25	534572	Angelo Zangalli	10/12/1981	3,00	0,70	0,70	4,40	23º
22	557401	Deisi Giovana Pasqualon	04/10/1993	2,40	1,05	0,70	4,15	24º
8	558193	Maikeli Andresa Kosloski	02/07/1994	2,40	1,05	0,70	4,15	25º
21	536909	Alini Amabil Balbinot	15/06/1995	2,40	1,05	0,70	4,15	26º
15	536320	Marilene Carteri	17/08/1972	2,40	0,70	0,70	3,80	Desc.
27	540858	Daiane Zatti Contini	02/04/1986	2,40	0,70	0,70	3,80	Desc.
23	558522	Juliana Zanin	27/11/1983	1,80	1,05	0,35	3,20	Desc.

Art. 2º. Permanecem inalterados os demais dispositivos do Decreto n. 539/2017, de 31 de março de 2017.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaraciaba - SC, 03 de Abril de 2017.
ROQUE LUIZ MENEHINI
 Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO LICITACAO 30 2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Presencial - 30/2017
Tipo : Menor Preço - por Item.
Objeto : AQUISIÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR PARA AS UNIDADES ESCOLARES.
Entrega dos Envelopes: 17/04/2017 às 09:00 h
Abertura dos Envelopes: 17/04/2017 às 09:15 h
Local : Secretaria de Educação de Guaramirim, Rua 28 de Agosto, 1255, Centro, Guaramirim SC.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 1255, Centro, Guaramirim SC, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00 – 13:00 às 17:00, ou pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-4433.
GUARAMIRIM (SC), 31/03/2017.
LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 762/2017

DECRETO Nº. 762/2017

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 317.645,39 (trezentos e dezessete mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e trinta e nove centavos).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de 317.645,39 (trezentos e dezessete mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e trinta e nove centavos) constante do orçamento Municipal, aprovada pela Lei nº. 4.354/2016, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
18	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001.0027	Desporto e Lazer
18.001.0027.0811	Desporto de Rendimento
18.001.0027.0811.0015	Esporte é vida
18.001.0027.0811.0015.2082	Apoio ao Esporte de Competicao
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	20.000,00
Código	Descrição
18	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001.0027	Desporto e Lazer
18.001.0027.0812	Desporto Comunitário

18.001.0027.0812.0015	Esporte é vida
18.001.0027.0812.0015.2083	Escolinhas de Esportes
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	50.000,00
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
07	Secretaria Desenvolvimento Social
07.004	Fundo Municipal do Idoso
07.004.0008	Assistência Social
07.004.0008.0241	Assistência ao Idoso
07.004.0008.0241.0009	Assistência social
07.004.0008.0241.0009.2167	Proteção e Defesa do Idoso - item 01 PAFI
3339000000000000	Aplicações diretas
03800000	Outras Especificações
Total Ação	24.097,86
Código	Descrição
07	Secretaria Desenvolvimento Social
07.004	Fundo Municipal do Idoso
07.004.0008	Assistência Social
07.004.0008.0241	Assistência ao Idoso
07.004.0008.0241.0009	Assistência social
07.004.0008.0241.0009.2169	Manut. do Cons. Mun. dos Direitos do Idoso - item 03 PAFI
3339000000000000	Aplicações diretas
03809000	Idoso - Imposto de Renda
Total Ação	3.931,15
Código	Descrição
07	Secretaria Desenvolvimento Social
07.004	Fundo Municipal do Idoso
07.004.0008	Assistência Social
07.004.0008.0241	Assistência ao Idoso
07.004.0008.0241.0009	Assistência social
07.004.0008.0241.0009.2170	Assessoria, Comunicação e Divulgação - Item 04 PAFI
3339000000000000	Aplicações diretas
03809000	Idoso - Imposto de Renda
Total Ação	68.795,24
Código	Descrição
07	Secretaria Desenvolvimento Social
07.004	Fundo Municipal do Idoso
07.004.0008	Assistência Social
07.004.0008.0241	Assistência ao Idoso
07.004.0008.0241.0009	Assistência social
07.004.0008.0241.0009.2168	Treinamento e Aperfeiçoamento - item 02 PAFI

3339000000000000	Aplicações diretas
03800000	Outras Especificações
Total Ação	4.518,52
Código	Descrição
07	Secretaria Desenvolvimento Social
07.004	Fundo Municipal do Idoso
07.004.0008	Assistência Social
07.004.0008.0241	Assistência ao Idoso
07.004.0008.0241.0009	Assistência social
07.004.0008.0241.0009.2169	Manut. do Cons. Mun. dos Direitos do Idoso - item 03 PAFI
3339000000000000	Aplicações diretas
03800000	Outras Especificações
Total Ação	1.807,41
Código	Descrição
07	Secretaria Desenvolvimento Social
07.004	Fundo Municipal do Idoso
07.004.0008	Assistência Social
07.004.0008.0241	Assistência ao Idoso
07.004.0008.0241.0009	Assistência social
07.004.0008.0241.0009.2170	Assessoria, Comunicação e Divulgação - Item 04 PAFI
3339000000000000	Aplicações diretas
03800000	Outras Especificações
Total Ação	31.629,69
Código	Descrição
07	Secretaria Desenvolvimento Social
07.004	Fundo Municipal do Idoso
07.004.0008	Assistência Social
07.004.0008.0241	Assistência ao Idoso
07.004.0008.0241.0009	Assistência social
07.004.0008.0241.0009.2171	Realização de Eventos - item 05 PAFI
3339000000000000	Aplicações diretas
03800000	Outras Especificações
07.004	Fundo Municipal do Idoso
07.004.0008	Assistência Social
07.004.0008.0241	Assistência ao Idoso
07.004.0008.0241.0009	Assistência social
07.004.0008.0241.0009.2171	Realização de Eventos - item 05 PAFI
3339000000000000	Aplicações diretas
03800000	Outras Especificações
Total Ação	28.317,08
Código	Descrição
07	Secretaria Desenvolvimento Social
07.004	Fundo Municipal do Idoso
07.004.0008	Assistência Social
07.004.0008.0241	Assistência ao Idoso

07.004.0008.0241.0009	Assistência social
07.004.0008.0241.0009.2167	Proteção e Defesa do Idoso - item 01 PAFI
3339000000000000	Aplicações diretas
03809000	Idoso - Imposto de Renda
Total Ação	74.347,75
Código	Descrição
07	Secretaria Desenvolvimento Social
07.004	Fundo Municipal do Idoso
07.004.0008	Assistência Social
07.004.0008.0241	Assistência ao Idoso
07.004.0008.0241.0009	Assistência social
07.004.0008.0241.0009.2168	Treinamento e Aperfeiçoamento - item 02 PAFI
3339000000000000	Aplicações diretas
03809000	Idoso - Imposto de Renda
Total Ação	9.827,89
Código	Descrição
07	Secretaria Desenvolvimento Social
07.004	Fundo Municipal do Idoso
07.004.0008	Assistência Social
07.004.0008.0241	Assistência ao Idoso
07.004.0008.0241.0009	Assistência social
07.004.0008.0241.0009.2171	Realização de Eventos - item 05 PAFI
3339000000000000	Aplicações diretas
03809000	Idoso - Imposto de Renda
Total Ação	372,80
Total Geral	317.645,39

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação das dotações abaixo relacionadas:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
18	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001.0027	Desporto e Lazer
18.001.0027.0811	Desporto de Rendimento
18.001.0027.0811.0015	Esporte é vida
18.001.0027.0811.0015.2082	Apoio ao Esporte de Competicao
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	20.000,00
Código	Descrição
18	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001	Secretaria de Esporte e Lazer
18.001.0027	Desporto e Lazer
18.001.0027.0812	Desporto Comunitário
18.001.0027.0812.0015	Esporte é vida

18.001.0027.0812.0015.2083	Escolinhas de Esportes
3339000000000000	Aplicações diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	50.000,00
Total Geral	70.000,00

Art. 3º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm do superávit de exercícios anteriores das fontes de recursos abaixo relacionadas:

03809000	Idoso - Imposto de Renda	157.274,83
03800000	Outras Especificações	90.370,56

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 31 de março de 2017.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2017 – PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2017 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017 - PMG

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA AS OBRAS REALIZADAS PELO SETOR DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 09/2017.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: G. MAIOCHI E CIA LTDA, com sede na ROD BR Duzentos e Oitenta, n.º 13354, Km 58, bairro Centro, em Guaramirim, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n.º. 84.091.974/0001-18.

Vigência: Início: 20/03/2017 Término: 19/03/2018.

Fornecedor: 141852 - G. MAIOCHI E CIA LTDA						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
24	144	PC	LÂMINA 13 FUROS 3/4 CURVA FURAÇÃO 3/4	RCP	329,99	47.518,56
25	144	PC	LÂMINA 13 FUROS 3/4 CURVA FURAÇÃO 5/8	RCP	329,99	47.518,56
Total					R\$95.037,12	

Guaramirim (SC), 03 de abril de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2017 – PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2017 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017 - PMG

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA AS OBRAS REALIZADAS PELO SETOR DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 09/2017.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: JULIO SILVESTRI FILHO ME, com sede na Rua Luiz Magalhães de Medeiros, n.º 1050, sala 01, bairro Humaitá, em Tubarão, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n.º. 15.608.150/0001-50.

Vigência: Início: 20/03/2017 Término: 19/03/2018.

Fornecedor: 402389 - JULIO SILVESTRI FILHO ME						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	96	PC	LÂMINA 13 FUROS 3/4 RETA FURAÇÃO 5/8	METISA	329,00	31.584,00
6	3	PC	LÂMINA DA CONCHA 1" 7 FUROS 0,30 X 2,55 - CARREGADEIRA HYUNDAI HL 740-95 2014	PTMX	2.199,00	6.597,00
7	6	PC	LÂMINA DA CONCHA DIANTEIRA 3/4 4 FUROS 1,13 MT - RETRO-ESCAVADEIRA CAT 416 E 2014	METISA	350,00	2.100,00

14	2	PC	LATERAL DA CONCHA (20Y-70-B.1361) - ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU PC 200 SÉRIE 8 2014	COLINA	199,00	398,00
15	2	PC	LATERAL DA CONCHA (20Y-70-B.1371) - ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU PC 200 SÉRIE 8 2014	COLINA	199,00	398,00
16	32	PC	PARAFUSO DA LATERAL DA CONCHA (176-32-11210) - ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU PC 200	FEY	6,40	204,80
17	32	PC	PORCA DA LATERAL DA CONCHA (01803-02430) - ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU PC 200	FEY	2,90	92,80
18	2	PC	LATERAL DA CONCHA (205-70-741.80) - ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU PC 200 SÉRIE B 2008	COLINA	175,00	350,00
19	2	PC	LATERAL DA CONCHA (205-70-471.90) - ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU PC 200 SÉRIE B 2008	COLINA	175,00	350,00
Total					R\$42.074,60	

Guaramirim (SC), 03 de abril de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2017 – PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2017 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017 - PMG

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA AS OBRAS REALIZADAS PELO SETOR DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 09/2017.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: MAIOCHI INST. MONT. MAQ. E EQUIP. LTDA, com sede na ROD BR 280, Km 58, nº 13354, bairro Centro, em Guaramirim, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 03.328.414/0001-32.

Vigência: Início: 20/03/2017 Término: 19/03/2018.

Fornecedor: 66532 - MAIOCHI INST. MONT. MAQ. E EQUIP. LTDA						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	100	PC	PARAFUSO DE LÂMINA 5/8 X 2 COM PORCA	FEY	1,95	195,00
3	100	PC	PARAFUSO DE LÂMINA 5/8 X 2 1/2 COM PORCA	FEY	2,35	235,00
4	100	PC	PARAFUSO DE LÂMINA 3/4 X 2 COM PORCA	FEY	2,90	290,00
5	100	PC	ARRUELA DE PRESSÃO DE LÂMINA 5/8 REFORÇADA	FEY	0,19	19,00
8	3	PC	LÂMINA DA CONCHA DIANTEIRA 3/4 10 FUROS 2,26 MT - RETROESCAVADEIRA RANDON RK 406 B 2008	RCP	760,00	2.280,00
9	3	PC	LÂMINA DA CONCHA DIANTEIRA 3/4 10 FUROS 2,26 MT - RETROESCAVADEIRA RANDON RD 406 ADV. GABIN. 2014	RCP	715,00	2.145,00
10	3	PC	LÂMINA DA CONCHA DIANTEIRA 3/4 8 FUROS 2,23 MT - RETROESCAVADEIRA JCB 3 C 2013	RCP	760,00	2.280,00
11	20	PC	PINO DO DENTE DA CONCHA (TRAVA) - ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU PC 200	FHND	9,90	198,00
12	40	PC	DENTE PARA CONCHA (PONTA PARA ROCHA) - ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU PC 200	RCP	59,00	2.360,00
13	40	PC	DENTE PARA CONCHA (PONTA PARA BARRO) - ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU PC 200	RCP	48,00	1.920,00
21	40	PC	SUPORTE DA UNHA DA CONCHA TRASEIRA (2085245) - RETROESCAVADEIRA CAT 416 E 2014	RCP	29,50	1.180,00
22	100	PC	PARAFUSO DA UNHA DA CONCHA TRASEIRA 12 X 90 COM PORCA TRAVANTE - RETROESCAVADEIRA CAT 416 E 2014	FEY	2,65	265,00
23	48	PC	LÂMINA 13 FUROS 3/4 CURVA FURAÇÃO 5/8	RCP	329,99	15.839,52
26	48	PC	LÂMINA 13 FUROS 3/4 CURVA FURAÇÃO 3/4	RCP	329,99	15.839,52
Total					R\$45.046,04	

Guaramirim (SC), 03 de abril de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2017 – PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2017 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017 - PMG

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA AS OBRAS REALIZADAS PELO SETOR DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 09/2017.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: TRATOR PECAS COM. DE PECAS P/ TRATOR, com sede na Rua Nossa Senhora do Guadalupe, n.º 122, BR 101, Km 201, bairro Barreiros, em São José, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 79.905.071/0001-93.

Vigência: Início: 20/03/2017 Término: 19/03/2018.

Fornecedor: 217450 - TRATOR PECAS COM. DE PECAS P/ TRATOR						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
20	80	PC	UNHA DA CONCHA TRASEIRA (2085235) - RETROES-CAVADEIRA CAT 416 E 2014	SICOL	18,50	1.480,00

Guaramirim (SC), 03 de abril de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2017 – FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2017 – FMS.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXAME DE ANATOMIA PATOLÓGICA DE BIÓPSIA RENAL IMUNOFLUORESCÊNCIA, EM CARÁTER EMERGENCIAL, PARA OS PACIENTES L.M, M.M E D.D, CONFORME DECLARAÇÃO DA MÉDICA AUDITORA.

Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, incisos II e IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrita no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Contratado: CENTRO DE DIAGNÓSTICOS ANATOMIA PATOLÓGICA LTDA, sob o

CNPJ nº 01.046.691/0001-27, estabelecido na Rua Mario Lobo, nº 61, Bairro Centro, Joinville/SC.

Valor: R\$ 2.016,00 (dois mil e dezesseis reais)

Guaramirim (SC), 03 de abril de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2017 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2017 – FMS.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXAME DE BIÓPSIA RENAL COM IMUNOFLUORESCÊNCIA, EM CARÁTER EMERGENCIAL, PARA OS PACIENTES L.M, M.M E D.D, CONFORME DECLARAÇÃO DA MÉDICA AUDITORA.

Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.

Fundamento Legal: Artigo 24, incisos II e IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrita no CNPJ sob o nº 11.293.409/0001-60.

Contratado: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO JOSÉ DE JARAGUÁ DO SUL, sob o CNPJ nº 12.846.027/0001-89, estabelecida na Rua Walde-miro Mazurechen, nº 80, Bairro Centro, Jaraguá do Sul-SC.

Valor: R\$ 1.650,00 (um mil seiscentos e cinquenta reais).

Guaramirim (SC), 03 de abril de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 38/2012 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 38/2012 – PMG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2012 – PMG

Modalidade: Pregão Presencial.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para a prestação de serviços de 1 (um) link dedicado para acesso à internet (com instalação) e interligação de 8 (oito) pontos através de rede de fibra ótica.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratada: TPA INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.255.187/0001-08, estabelecida na Rua General Osório, nº 311, sala 604, bairro Centro, município de Timbó, estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência em 87 (oitenta e sete) dias, estendendo até o dia 26 de junho de 2017.

Valor: R\$ 20.490,00 (vinte mil quatrocentos e noventa reais).
Data da Assinatura: 29/03/2017 Vigência: 26/06/2017.

Guaramirim (SC), 3 de abril de 2017.
Luiz Antonio Chiodini
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2014 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2014 – PMG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2014 – PMG

Modalidade: Pregão Presencial.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de videomonitoramento público militar, composto por 1 (uma) central de monitoramento e 10 (dez) câmeras, no município de Guaramirim (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratada: Coringa Comércio e Representações de Equipamentos Eletrônicos de Segurança Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 01.468.282/0001-19, estabelecida na Avenida Salvador di Bernardi, nº 700, bairro Campinas, município de São José, estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência em 12 (doze) meses, estendendo até o dia 16 de março de 2018.

Valor: R\$ 3.157,92 (três mil cento e cinquenta e sete reais e noventa e dois centavos).

Data da Assinatura: 16/03/2017 Vigência: 16/03/2018.

Guaramirim (SC), 3 de abril de 2017.
Luiz Antonio Chiodini
PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº. 100/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº. 100/2017

Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa às obras públicas na Rua 41 - Gustavo Rubin.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa às obras públicas, tendo como limite total as despesas realizadas das obras e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel beneficiado, compreendendo aquele diretamente localizado na Rua 41 – Gustavo Rubin, que inicia no trecho já pavimentado até o seu final, com extensão de 354,86m (trezentos e cinquenta e quatro metros e oitenta e seis centímetros).

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado no que se refere a consecução das obras públicas do referido projeto, corresponde à quantia de R\$ 387.090,46 (trezentos e oitenta e sete mil, noventa reais e quarenta e seis centavos) tendo como fonte de recursos o programa BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A.

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Os bens indivisos serão lançados em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

§ 2º Na hipótese de haver condomínio, o tributo será lançado em nome de todos os condôminos que serão responsáveis na proporção de suas cotas.

Art. 3º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

Art. 4º. O Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração dos atos administrativos que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei.

Art. 5º. A contribuição de melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras realizadas pelo Poder Executivo Municipal.
§ 1º A base de cálculo da contribuição de melhoria é a valorização do imóvel gerado pela obra realizada, deduzido o fator de absorção do Município se houver.

§ 2º A apuração da Contribuição de Melhoria, dependendo da natureza das obras, far-se-á rateando o valor apurado pela valorização dos imóveis em cada zona de influência, considerando sua testada, área, finalidade de exploração econômica e outros elementos, isolados ou conjuntamente, limitado o valor ao custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização e desapropriações.

CAPÍTULO II DOS ATOS PRÉVIOS

Art. 6º. A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano relacionará em lista própria e elaborará respectiva planta contendo todos os imóveis beneficiados pela obra, que comporão a zona de influência e memorial descritivo das obras, a ser acompanhado do orçamento detalhado de seu custo, devendo fazer parte do edital prévio.

Art. 7º. A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano fixará o valor imobiliário dos imóveis que se encontram dentro da zona de influência da obra pública.

Parágrafo único. As avaliações dos imóveis, prévia e posterior à realização da obra, serão efetivadas, independentemente dos valores que constarem no cadastro municipal, sem prejuízo de sua utilização se estiver atualizado de acordo com o valor de mercado.

Art. 8º. O cálculo para avaliação inicial deverá ser realizado considerando os seguintes fatores:

I - Fator de valorização (Fv) – posição geográfica do imóvel em relação a região central do Município;

II - Fator de medidas (Fm) – relação entre a testada e profundidade do terreno (área);

III - Fator gleba (Fg) – correção de distorções relacionadas aos dimensionamentos acima da média dos imóveis;

IV - Fator calçada (Fc) – quando a obra pública realiza a pavimentação do passeio público;

§ 1º O valor médio do metro quadrado (VM) da zona de influência será apurado com dados do mercado imobiliário local ou outras fontes.

§ 2º A fórmula aplicada utilizará o valor anterior à pavimentação (VA) será: $VA = VM \times (\text{área do terreno}) \times Fv \times Fm \times Fg \times Fc$.

Art. 9º. O Edital prévio será publicado contendo, entre outros, os seguintes elementos:

I - memorial descritivo do projeto;

II - orçamento do custo da obra;

III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria;

IV - delimitação da zona beneficiada;

V - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas;

VI - itens previstos no artigo 6º e 7º desta lei.

§ 1º Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação do Edital, para a impugnação de qualquer dos

elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 2º A impugnação deverá ser dirigida à Secretaria de Administração e Finanças, através de petição protocolada, nos termos da legislação municipal tributária vigente, em especial Decreto nº 50/1994.

§ 3º Os requerimentos de impugnação de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou prosseguimento das obras.

CAPÍTULO III DOS ATOS POSTERIORES À EXECUÇÃO DA OBRA

Art. 10. Após a conclusão da obra o Município de Guaramirim, através da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, realizará nova avaliação dos imóveis inseridos na zona de influência da obra pública, apurando o valor de cada imóvel após a execução da mesma, a fim de estabelecer o diferencial de valorização, assim entendido como sendo a diferença entre o valor anterior à obra pública e posterior à obra pública.

Parágrafo único. Os valores obtidos nas avaliações referidas neste artigo e artigo anterior balizarão a observância dos limites individuais da cobrança da contribuição de melhoria, que não poderá ser superior ao limite de valorização individual de cada imóvel.

Art. 11. O cálculo para avaliação final deverá ser realizado considerando os seguintes fatores:

I - Fator de valorização (Fv) – posição geográfica do imóvel em relação a região central do Município;

II - Fator de medidas (Fm) – relação entre a testada e profundidade do terreno (área);

III - Fator gleba (Fg) – correção de distorções relacionadas aos dimensionamentos acima da média dos imóveis;

IV - Fator calçada (Fc) – quando a obra pública realiza a pavimentação do passeio público;

§ 1º O valor médio do metro quadrado (VM) da zona de influência será apurado após a realização da obra pública com dados do mercado imobiliário local ou outras fontes.

§ 2º A fórmula aplicada utilizará o valor posterior à pavimentação (VP) será:

$VP = VM \times (\text{área do terreno}) \times Fv \times Fm \times Fg \times Fc$

§ 3º A valorização do imóvel individualizado (VI) será apurada pela diferença entre valor posterior à pavimentação (VP) e o valor anterior à pavimentação (VA).

$VI = VP - VA$

Art. 12. O cálculo para efetivo lançamento de Contribuição de Melhoria tem como limite total a despesa realizada com a execução da obra pública e como limite individual o acréscimo do valor que a obra resultar para cada imóvel, que deverá ser rateada entre os imóveis por ela beneficiados, proporcionalmente ao custo da obra e em função de fatores individuais de valorização.

§ 1º A valorização do imóvel individualizado (VI) será dividida pelo valor apurado da soma de todas as valorizações dos imóveis individualizados da zona influência (VI total), resultando no percentual individual de valorização (PVI).

$PVI = VI \div VI \text{ total}$

§ 2º O valor de rateio (VR) será o custo total da obra multiplicado pelo percentual individual de valorização, descontado eventual fator de absorção do Município.

VR = custo total da obra x PVI – fator de absorção

Art. 13. O Edital de Lançamento da Contribuição de Melhoria será publicado, após a execução das obras, contendo, entre outros, os seguintes elementos:

- I – demonstrativos de custos e valorização de cada imóvel;
- II - valor da Contribuição de Melhoria lançada;
- III - prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;
- IV - prazo para a impugnação;
- V - local e forma de pagamento.

§ 1º Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação do Edital, para a impugnação de qualquer dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 2º A impugnação deverá ser dirigida à Secretaria de Administração e Finanças, através de petição protocolada, nos termos da legislação municipal tributária vigente, em especial Decreto nº 50/1994.

§ 3º Os requerimentos de impugnação de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos não terão efeito de obstar a administração na prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da contribuição de melhoria.

CAPÍTULO IV **DA COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

Art. 14. São isentos do pagamento da contribuição de melhoria:

- I - A sede de entidades beneficentes, culturais e desportivas, sem fins lucrativos e que atendam a legislação federal;
- II - O imóvel pertencente à União e ao Estado bem como suas autarquias e fundações públicas, desde que concedam tratamento recíproco ao Município;
- III - Residência unifamiliar, único imóvel de aposentado ou pensionista, domiciliado no Município, desde que perceba a título de aposentadoria ou pensão valor mensal inferior a 03 (três) salários mínimos;
- IV - Proprietário de terreno considerado agrícola, que preencha os requisitos para efeito de isenção do IPTU, previstos na Lei complementar 01/1994 - Código Tributário Municipal - na parcela acima de 12 (doze) metros de testada do imóvel.

Art. 15. O contribuinte poderá efetuar o pagamento da Contribuição de Melhoria dentro do prazo estabelecido pelo edital em parcela única com 10% (dez por cento) de desconto sobre o valor total.

Art. 16. O contribuinte poderá optar pelo pagamento em até 12 (doze) parcelas de igual valor e sucessivo, com juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária INPC ou índice oficial equivalente que venha a substituí-lo previstas na legislação vigente, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito e interstício de 30 (trinta) dias entre as parcelas, observado o valor mínimo para a parcela equivalente a 01 (uma) UFM.

Parágrafo único. A inadimplência, por 03 (três) meses consecutivos ou 06 (seis) meses alternados, acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do saldo remanescente.

Art. 17. Esta lei complementar entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 31 de março de 2017.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº. 101/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº. 101/2017

Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa às obras públicas nas Ruas 329 – Dos Açores, 632 – Waldomiro Antonio Rosa e 204 – Hermínio Stringari.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa às obras públicas, tendo como limite total as despesas realizadas das obras e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel beneficiado, compreendendo aquele diretamente localizado nos seguintes logradouros:

I – Rua 329 – Dos Açores (trecho 1), que inicia na Rua 200 – Lauro Zimmermann até a estaca 3 + 4,17, com extensão de 64,17m (sessenta e quatro metros e dezessete centímetros);

II – Rua 329 – Dos Açores (trecho 2), que inicia na estaca 3 + 4,17 até o seu final, na Rua 204 – Hermínio Stringari na estaca 8 + 1,84, com extensão de 97,67m (noventa e sete metros e sessenta e sete centímetros);

III – Rua 632 – Waldomiro Antonio Rosa, que inicia na Rua 329 – Dos Açores até o seu final, estaca 6 + 10,96, com extensão de 130,96m (cento e trinta metros e noventa e seis centímetros);

IV – Rua 204 – Hermínio Stringari, que inicia na Rua 200 – Lauro Zimmermann até a estaca 4 + 7,50m, com extensão de 87,50m (oitenta e sete metros e cinquenta centímetros).

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado no que se refere a consecução das obras públicas do referido projeto, corresponde à quantia de R\$ 311.790,62 (trezentos e onze mil, setecentos e noventa reais e sessenta e dois centavos) tendo como fonte de recursos o programa BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A.

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Os bens indivisos serão lançados em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

§ 2º Na hipótese de haver condomínio, o tributo será lançado em nome de todos os condôminos que serão responsáveis na proporção de suas cotas.

Art. 3º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

Art. 4º. O Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração dos atos administrativos que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei.

Art. 5º. A contribuição de melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras realizadas pelo Poder Executivo Municipal.

§ 1º A base de cálculo da contribuição de melhoria é a valorização do imóvel gerado pela obra realizada, deduzido o fator de absorção do Município se houver.

§ 2º A apuração da Contribuição de Melhoria, dependendo da natureza das obras, far-se-á rateando o valor apurado pela valorização dos imóveis em cada zona de influência, considerando sua testada, área, finalidade de exploração econômica e outros elementos, isolados ou conjuntamente, limitado o valor ao custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização e desapropriações

CAPÍTULO II DOS ATOS PRÉVIOS

Art. 6º. A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano relacionará em lista própria e elaborará respectiva planta contendo todos os imóveis beneficiados pela obra, que comporão a zona de influência e memorial descritivo das obras, a ser acompanhado do orçamento detalhado de seu custo, devendo fazer parte do edital prévio.

Art. 7º. A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano fixará o valor imobiliário dos imóveis que se encontram dentro da zona de influência da obra pública.

Parágrafo único. As avaliações dos imóveis, prévia e posterior à realização da obra, serão efetivadas, independentemente dos valores que constarem no cadastro municipal, sem prejuízo de sua utilização se estiver atualizado de acordo com o valor de mercado.

Art. 8º. O cálculo para avaliação inicial deverá ser realizado considerando os seguintes fatores:

I - Fator de valorização (Fv) – posição geográfica do imóvel em relação a região central do Município;

II - Fator de medidas (Fm) – relação entre a testada e profundidade do terreno (área);

III - Fator gleba (Fg) – correção de distorções relacionadas aos dimensionamentos acima da média dos imóveis;

IV - Fator calçada (Fc) – quando a obra pública realiza a pavimentação do passeio público;

§ 1º O valor médio do metro quadrado (VM) da zona de influência será apurado com dados do mercado imobiliário local ou outras fontes.

§ 2º A fórmula aplicada utilizará o valor anterior à pavimentação (VA) será: $VA = VM \times (\text{área do terreno}) \times Fv \times Fm \times Fg \times Fc$.

Art. 9º. O Edital prévio será publicado contendo, entre outros, os seguintes elementos:

I - memorial descritivo do projeto;

II - orçamento do custo da obra;

III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria;

IV - delimitação da zona beneficiada;

V - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas;

VI - itens previstos no artigo 6º e 7º desta lei.

§ 1º Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação do Edital, para a impugnação de qualquer dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 2º A impugnação deverá ser dirigida à Secretaria de Administração e Finanças, através de petição protocolada, nos termos da legislação municipal tributária vigente, em especial Decreto nº 50/1994.

§ 3º Os requerimentos de impugnação de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou prosseguimento das obras.

CAPÍTULO III DOS ATOS POSTERIORES À EXECUÇÃO DA OBRA

Art. 10. Após a conclusão da obra o Município de Guaramirim, através da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, realizará nova avaliação dos imóveis inseridos na zona de influência da obra pública, apurando o valor de cada imóvel após a execução da mesma, a fim de estabelecer o diferencial de valorização, assim entendido como sendo a diferença entre o valor anterior à obra pública e posterior à obra pública.

Parágrafo único. Os valores obtidos nas avaliações referidas neste artigo e artigo anterior balizarão a observância dos limites individuais da cobrança da contribuição de melhoria, que não poderá ser superior ao limite de valorização individual de cada imóvel.

Art. 11. O cálculo para avaliação final deverá ser realizado considerando os seguintes fatores:

I - Fator de valorização (Fv) – posição geográfica do imóvel em relação a região central do Município;

II - Fator de medidas (Fm) – relação entre a testada e profundidade do terreno (área);

III - Fator gleba (Fg) – correção de distorções relacionadas aos dimensionamentos acima da média dos imóveis;

IV - Fator calçada (Fc) – quando a obra pública realiza a pavimentação do passeio público;

§ 1º O valor médio do metro quadrado (VM) da zona de influência será apurado após a realização da obra pública com dados do mercado imobiliário local ou outras fontes.

§ 2º A fórmula aplicada utilizará o valor posterior à pavimentação

(VP) será:

$$VP = VM \times (\text{área do terreno}) \times F_v \times F_m \times F_g \times F_c$$

§ 3º A valorização do imóvel individualizado (VI) será apurada pela diferença entre valor posterior à pavimentação (VP) e o valor anterior à pavimentação (VA).

$$VI = VP - VA$$

Art. 12. O cálculo para efetivo lançamento de Contribuição de Melhoria tem como limite total a despesa realizada com a execução da obra pública e como limite individual o acréscimo do valor que a obra resultar para cada imóvel, que deverá ser rateada entre os imóveis por ela beneficiados, proporcionalmente ao custo da obra e em função de fatores individuais de valorização.

§ 1º A valorização do imóvel individualizado (VI) será dividida pelo valor apurado da soma de todas as valorizações dos imóveis individualizados da zona influência (VI total), resultando no percentual individual de valorização (PVI).

$$PVI = VI \div VI \text{ total}$$

§ 2º O valor de rateio (VR) será o custo total da obra multiplicado pelo percentual individual de valorização, descontado eventual fator de absorção do Município.

$$VR = \text{custo total da obra} \times PVI - \text{fator de absorção}$$

Art. 13. O Edital de Lançamento da Contribuição de Melhoria será publicado, após a execução das obras, contendo, entre outros, os seguintes elementos:

- I – demonstrativos de custos e valorização de cada imóvel;
- II - valor da Contribuição de Melhoria lançada;
- III - prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;
- IV - prazo para a impugnação;
- V - local e forma de pagamento.

§ 1º Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação do Edital, para a impugnação de qualquer dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 2º A impugnação deverá ser dirigida à Secretaria de Administração e Finanças, através de petição protocolada, nos termos da legislação municipal tributária vigente, em especial Decreto nº 50/1994.

§ 3º Os requerimentos de impugnação de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos não terão efeito de obstar a administração na prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da contribuição de melhoria.

CAPÍTULO IV DA COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Art. 14. São isentos do pagamento da contribuição de melhoria:

- I - A sede de entidades beneficentes, culturais e desportivas, sem fins lucrativos e que atendam a legislação federal;
- II - O imóvel pertencente à União e ao Estado bem como suas autarquias e fundações públicas, desde que concedam tratamento recíproco ao Município;
- III - Residência unifamiliar, único imóvel de aposentado ou

pensionista, domiciliado no Município, desde que perceba a título de aposentadoria ou pensão valor mensal inferior a 03 (três) salários mínimos;

IV - Proprietário de terreno considerado agrícola, que preencha os requisitos para efeito de isenção do IPTU, previstos na Lei complementar 01/1994 - Código Tributário Municipal - na parcela acima de 12 (doze) metros de testada do imóvel.

Art. 15. O contribuinte poderá efetuar o pagamento da Contribuição de Melhoria dentro do prazo estabelecido pelo edital em parcela única com 10% (dez por cento) de desconto sobre o valor total.

Art. 16. O contribuinte poderá optar pelo pagamento em até 12 (doze) parcelas de igual valor e sucessivo, com juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária INPC ou índice oficial equivalente que venha a substituí-lo previstas na legislação vigente, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito e interstício de 30 (trinta) dias entre as parcelas, observado o valor mínimo para a parcela equivalente a 01 (uma) UFM.

Parágrafo único. A inadimplência, por 03 (três) meses consecutivos ou 06 (seis) meses alternados, acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do saldo remanescente.

Art. 17. Esta lei complementar entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 31 de março de 2017.
Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº. 102/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº. 102/2017

Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa às obras públicas na Rua 372 – Osvaldo Beber.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa às obras públicas, tendo como limite total as despesas realizadas das obras e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel beneficiado, compreendendo aquele diretamente localizado na Rua 372 – Osvaldo Beber, que inicia na Rua 26 – Emílio Manke Junior até o seu final, com extensão de 330,00m (trezentos e trinta metros).

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado no que se refere a consecução das obras públicas do referido projeto, corresponde à quantia de R\$ 340.533,50 (trezentos e quarenta mil, quinhentos e trinta e três reais e cinquenta centavos) tendo como fonte de recursos o programa Midades/Caixa.

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de

imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Os bens indivisos serão lançados em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

§ 2º Na hipótese de haver condomínio, o tributo será lançado em nome de todos os condôminos que serão responsáveis na proporção de suas cotas.

Art. 3º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

Art. 4º. O Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração dos atos administrativos que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei.

Art. 5º. A contribuição de melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras realizadas pelo Poder Executivo Municipal.

§ 1º A base de cálculo da contribuição de melhoria é a valorização do imóvel gerado pela obra realizada, deduzido o fator de absorção do Município se houver.

§ 2º A apuração da Contribuição de Melhoria, dependendo da natureza das obras, far-se-á rateando o valor apurado pela valorização dos imóveis em cada zona de influência, considerando sua testada, área, finalidade de exploração econômica e outros elementos, isolados ou conjuntamente, limitado o valor ao custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização e desapropriações.

CAPÍTULO II DOS ATOS PRÉVIOS

Art. 6º. A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano relacionará em lista própria e elaborará respectiva planta contendo todos os imóveis beneficiados pela obra, que comporão a zona de influência e memorial descritivo das obras, a ser acompanhado do orçamento detalhado de seu custo, devendo fazer parte do edital prévio.

Art. 7º. A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano fixará o valor imobiliário dos imóveis que se encontram dentro da zona de influência da obra pública.

Parágrafo único. As avaliações dos imóveis, prévia e posterior à realização da obra, serão efetivadas, independentemente dos valores que constarem no cadastro municipal, sem prejuízo de sua utilização se estiver atualizado de acordo com o valor de mercado.

Art. 8º. O cálculo para avaliação inicial deverá ser realizado considerando os seguintes fatores:

I - Fator de valorização (Fv) – posição geográfica do imóvel em relação a região central do Município;

II - Fator de medidas (Fm) – relação entre a testada e profundidade do terreno (área);

III - Fator gleba (Fg) – correção de distorções relacionadas aos dimensionamentos acima da média dos imóveis;

IV - Fator calçada (Fc) – quando a obra pública realiza a pavimentação do passeio público;

§ 1º O valor médio do metro quadrado (VM) da zona de influência será apurado com dados do mercado imobiliário local ou outras fontes.

§ 2º A fórmula aplicada utilizará o valor anterior à pavimentação (VA) será: $VA = VM \times (\text{área do terreno}) \times Fv \times Fm \times Fg \times Fc$

Art. 9º. O Edital prévio será publicado contendo, entre outros, os seguintes elementos:

I - memorial descritivo do projeto;

II - orçamento do custo da obra;

III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria;

IV - delimitação da zona beneficiada;

V - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas;

VI - itens previstos no artigo 6º e 7º desta lei.

§ 1º Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação do Edital, para a impugnação de qualquer dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 2º A impugnação deverá ser dirigida à Secretaria de Administração e Finanças, através de petição protocolada, nos termos da legislação municipal tributária vigente, em especial Decreto nº 50/1994.

§ 3º Os requerimentos de impugnação de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou prosseguimento das obras.

CAPÍTULO III DOS ATOS POSTERIORES À EXECUÇÃO DA OBRA

Art. 10. Após a conclusão da obra o Município de Guaramirim, através da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, realizará nova avaliação dos imóveis inseridos na zona de influência da obra pública, apurando o valor de cada imóvel após a execução da mesma, a fim de estabelecer o diferencial de valorização, assim entendido como sendo a diferença entre o valor anterior à obra pública e posterior à obra pública.

Parágrafo único. Os valores obtidos nas avaliações referidas neste artigo e artigo anterior balizarão a observância dos limites individuais da cobrança da contribuição de melhoria, que não poderá ser superior ao limite de valorização individual de cada imóvel.

Art. 11. O cálculo para avaliação final deverá ser realizado considerando os seguintes fatores:

I - Fator de valorização (Fv) – posição geográfica do imóvel em relação a região central do Município;

II - Fator de medidas (Fm) – relação entre a testada e profundidade do terreno (área);

III - Fator gleba (Fg) – correção de distorções relacionadas aos dimensionamentos acima da média dos imóveis;

IV - Fator calçada (Fc) – quando a obra pública realiza a

pavimentação do passeio público;

§ 1º O valor médio do metro quadrado (VM) da zona de influência será apurado após a realização da obra pública com dados do mercado imobiliário local ou outras fontes.

§ 2º A fórmula aplicada utilizará o valor posterior à pavimentação (VP) será:

$$VP = VM \times (\text{área do terreno}) \times F_v \times F_m \times F_g \times F_c$$

§ 3º A valorização do imóvel individualizado (VI) será apurada pela diferença entre valor posterior à pavimentação (VP) e o valor anterior à pavimentação (VA).

$$VI = VP - VA$$

Art. 12. O cálculo para efetivo lançamento de Contribuição de Melhoria tem como limite total a despesa realizada com a execução da obra pública e como limite individual o acréscimo do valor que a obra resultar para cada imóvel, que deverá ser rateada entre os imóveis por ela beneficiados, proporcionalmente ao custo da obra e em função de fatores individuais de valorização.

§ 1º A valorização do imóvel individualizado (VI) será dividida pelo valor apurado da soma de todas as valorizações dos imóveis individualizados da zona influência (VI total), resultando no percentual individual de valorização (PVI).

$$PVI = VI \div VI \text{ total}$$

§ 2º O valor de rateio (VR) será o custo total da obra multiplicado pelo percentual individual de valorização, descontado eventual fator de absorção do Município.

$$VR = \text{custo total da obra} \times PVI - \text{fator de absorção}$$

Art. 13. O Edital de Lançamento da Contribuição de Melhoria será publicado, após a execução das obras, contendo, entre outros, os seguintes elementos:

I – demonstrativos de custos e valorização de cada imóvel;

II - valor da Contribuição de Melhoria lançada;

III - prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

IV - prazo para a impugnação;

V - local e forma de pagamento.

§ 1º Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação do Edital, para a impugnação de qualquer dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 2º A impugnação deverá ser dirigida à Secretaria de Administração e Finanças, através de petição protocolada, nos termos da legislação municipal tributária vigente, em especial Decreto nº 50/1994.

§ 3º Os requerimentos de impugnação de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos não terão efeito de obstar a administração na prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da contribuição de melhoria.

CAPÍTULO IV DA COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Art. 14. São isentos do pagamento da contribuição de melhoria:

I - A sede de entidades beneficentes, culturais e desportivas, sem

fins lucrativos e que atendam a legislação federal;

II - O imóvel pertencente à União e ao Estado bem como suas autarquias e fundações públicas, desde que concedam tratamento recíproco ao Município;

III - Residência unifamiliar, único imóvel de aposentado ou pensionista, domiciliado no Município, desde que perceba a título de aposentadoria ou pensão valor mensal inferior a 03 (três) salários mínimos;

IV - Proprietário de terreno considerado agrícola, que preencha os requisitos para efeito de isenção do IPTU, previstos na Lei complementar 01/1994 - Código Tributário Municipal - na parcela acima de 12 (doze) metros de testada do imóvel.

Art. 15. O contribuinte poderá efetuar o pagamento da Contribuição de Melhoria dentro do prazo estabelecido pelo edital em parcela única com 10% (dez por cento) de desconto sobre o valor total.

Art. 16. O contribuinte poderá optar pelo pagamento em até 12 (doze) parcelas de igual valor e sucessivo, com juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária INPC ou índice oficial equivalente que venha a substituí-lo previstas na legislação vigente, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito e interstício de 30 (trinta) dias entre as parcelas, observado o valor mínimo para a parcela equivalente a 01 (uma) UFM.

Parágrafo único. A inadimplência, por 03 (três) meses consecutivos ou 06 (seis) meses alternados, acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do saldo remanescente.

Art. 17. Esta lei complementar entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 31 de março de 2017.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº. 103/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº. 103/2017

Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa às obras públicas nas Ruas 90 – Frederico Guenther, 83 – José Antônio Borges e 49 – Genoveva Pisetta.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa às obras públicas, tendo como limite total as despesas realizadas das obras e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel beneficiado, compreendendo aquele diretamente localizado nos seguintes logradouros:

I – Rua 90 – Frederico Guenther, que inicia na Rua 83 – José Antonio Borges até o seu final, com extensão de 405,85m (quatrocentos

e cinco metros e oitenta e cinco centímetros);

II – Rua 83 – José Antonio Borges, que inicia na Rua 90 – Frederico Guenther até o seu final, com extensão de 67,24m (sessenta e sete metros e vinte e quatro centímetros);

III – Rua 49 – Genoveva Pisetta, que inicia no cruzamento com a Rua 90 – Frederico Guenther até a estaca 3 + 17,50m, com extensão de 77,50m (setenta e sete metros e cinquenta centímetros).

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado no que se refere a consecução das obras públicas do referido projeto, corresponde à quantia de R\$ 487.694,95 (quatrocentos e oitenta e sete mil, seiscentos e noventa e quatro reais e noventa e cinco centavos) tendo como fonte de recursos o programa Mcidades/Caixa.

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Os bens indivisos serão lançados em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

§ 2º Na hipótese de haver condomínio, o tributo será lançado em nome de todos os condôminos que serão responsáveis na proporção de suas cotas.

Art. 3º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

Art. 4º. O Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração dos atos administrativos que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei.

Art. 5º. A contribuição de melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras realizadas pelo Poder Executivo Municipal.

§ 1º A base de cálculo da contribuição de melhoria é a valorização do imóvel gerado pela obra realizada, deduzido o fator de absorção do Município se houver.

§ 2º A apuração da Contribuição de Melhoria, dependendo da natureza das obras, far-se-á rateando o valor apurado pela valorização dos imóveis em cada zona de influência, considerando sua testada, área, finalidade de exploração econômica e outros elementos, isolados ou conjuntamente, limitado o valor ao custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização e desapropriações.

CAPÍTULO II DOS ATOS PRÉVIOS

Art. 6º. A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano relacionará em lista própria e elaborará respectiva planta contendo todos os imóveis beneficiados pela obra, que comporão a zona de influência e memorial descritivo das obras, a ser acompanhado do orçamento detalhado de seu custo, devendo fazer parte do edital prévio.

Art. 7º. A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano fixará o valor imobiliário dos imóveis que se encontram dentro da zona de influência da obra pública.

Parágrafo único. As avaliações dos imóveis, prévia e posterior à realização da obra, serão efetivadas, independentemente dos valores que constarem no cadastro municipal, sem prejuízo de sua

utilização se estiver atualizado de acordo com o valor de mercado.

Art. 8º. O cálculo para avaliação inicial deverá ser realizado considerando os seguintes fatores:

I - Fator de valorização (Fv) – posição geográfica do imóvel em relação a região central do Município;

II - Fator de medidas (Fm) – relação entre a testada e profundidade do terreno (área);

III - Fator gleba (Fg) – correção de distorções relacionadas aos dimensionamentos acima da média dos imóveis;

IV - Fator calçada (Fc) – quando a obra pública realiza a pavimentação do passeio público;

§ 1º O valor médio do metro quadrado (VM) da zona de influência será apurado com dados do mercado imobiliário local ou outras fontes.

§ 2º A fórmula aplicada utilizará o valor anterior à pavimentação (VA) será: $VA = VM \times (\text{área do terreno}) \times Fv \times Fm \times Fg \times Fc$

Art. 9º. O Edital prévio será publicado contendo, entre outros, os seguintes elementos:

I - memorial descritivo do projeto;

II - orçamento do custo da obra;

III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria;

IV - delimitação da zona beneficiada;

V - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas;

VI - itens previstos no artigo 6º e 7º desta lei.

§ 1º Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação do Edital, para a impugnação de qualquer dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 2º A impugnação deverá ser dirigida à Secretaria de Administração e Finanças, através de petição protocolada, nos termos da legislação municipal tributária vigente, em especial Decreto nº 50/1994.

§ 3º Os requerimentos de impugnação de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou prosseguimento das obras.

CAPÍTULO III DOS ATOS POSTERIORES À EXECUÇÃO DA OBRA

Art. 10. Após a conclusão da obra o Município de Guaramirim, através da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, realizará nova avaliação dos imóveis inseridos na zona de influência da obra pública, apurando o valor de cada imóvel após a execução da mesma, a fim de estabelecer o diferencial de valorização, assim entendido como sendo a diferença entre o valor anterior à obra pública e posterior à obra pública.

Parágrafo único. Os valores obtidos nas avaliações referidas neste

artigo e artigo anterior balizarão a observância dos limites individuais da cobrança da contribuição de melhoria, que não poderá ser superior ao limite de valorização individual de cada imóvel.

Art. 11. O cálculo para avaliação final deverá ser realizado considerando os seguintes fatores:

I - Fator de valorização (Fv) – posição geográfica do imóvel em relação a região central do Município;

II - Fator de medidas (Fm) – relação entre a testada e profundidade do terreno (área);

III - Fator gleba (Fg) – correção de distorções relacionadas aos dimensionamentos acima da média dos imóveis;

IV - Fator calçada (Fc) – quando a obra pública realiza a pavimentação do passeio público;

§ 1º O valor médio do metro quadrado (VM) da zona de influência será apurado após a realização da obra pública com dados do mercado imobiliário local ou outras fontes.

§ 2º A fórmula aplicada utilizará o valor posterior à pavimentação (VP) será:

$$VP = VM \times (\text{área do terreno}) \times Fv \times Fm \times Fg \times Fc$$

§ 3º A valorização do imóvel individualizado (VI) será apurada pela diferença entre valor posterior à pavimentação (VP) e o valor anterior à pavimentação (VA).

$$VI = VP - VA$$

Art. 12. O cálculo para efetivo lançamento de Contribuição de Melhoria tem como limite total a despesa realizada com a execução da obra pública e como limite individual o acréscimo do valor que a obra resultar para cada imóvel, que deverá ser rateada entre os imóveis por ela beneficiados, proporcionalmente ao custo da obra e em função de fatores individuais de valorização.

§ 1º A valorização do imóvel individualizado (VI) será dividida pelo valor apurado da soma de todas as valorizações dos imóveis individualizados da zona influência (VI total), resultando no percentual individual de valorização (PVI).

$$PVI = VI \div VI \text{ total}$$

§ 2º O valor de rateio (VR) será o custo total da obra multiplicado pelo percentual individual de valorização, descontado eventual fator de absorção do Município.

$$VR = \text{custo total da obra} \times PVI - \text{fator de absorção}$$

Art. 13. O Edital de Lançamento da Contribuição de Melhoria será publicado, após a execução das obras, contendo, entre outros, os seguintes elementos:

I – demonstrativos de custos e valorização de cada imóvel;

II - valor da Contribuição de Melhoria lançada;

III - prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

IV - prazo para a impugnação;

V - local e forma de pagamento.

§ 1º Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação do Edital, para a impugnação de qualquer dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 2º A impugnação deverá ser dirigida à Secretaria de Administração e Finanças, através de petição protocolada, nos termos da legislação municipal tributária vigente, em especial Decreto nº 50/1994.

§ 3º Os requerimentos de impugnação de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos não terão efeito de obstar a administração na prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da contribuição de melhoria.

CAPÍTULO IV DA COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Art. 14. São isentos do pagamento da contribuição de melhoria:

I - A sede de entidades beneficentes, culturais e desportivas, sem fins lucrativos e que atendam a legislação federal;

II - O imóvel pertencente à União e ao Estado bem como suas autarquias e fundações públicas, desde que concedam tratamento recíproco ao Município;

III - Residência unifamiliar, único imóvel de aposentado ou pensionista, domiciliado no Município, desde que perceba a título de aposentadoria ou pensão valor mensal inferior a 03 (três) salários mínimos;

IV - Proprietário de terreno considerado agrícola, que preencha os requisitos para efeito de isenção do IPTU, previstos na Lei complementar 01/1994 - Código Tributário Municipal - na parcela acima de 12 (doze) metros de testada do imóvel.

Art. 15. O contribuinte poderá efetuar o pagamento da Contribuição de Melhoria dentro do prazo estabelecido pelo edital em parcela única com 10% (dez por cento) de desconto sobre o valor total.

Art. 16. O contribuinte poderá optar pelo pagamento em até 12 (doze) parcelas de igual valor e sucessivo, com juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária INPC ou índice oficial equivalente que venha a substituí-lo previstas na legislação vigente, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito e interstício de 30 (trinta) dias entre as parcelas, observado o valor mínimo para a parcela equivalente a 01 (uma) UFM.

Parágrafo único. A inadimplência, por 03 (três) meses consecutivos ou 06 (seis) meses alternados, acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do saldo remanescente.

Art. 17. Esta lei complementar entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 31 de março de 2017.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº. 104/2017**LEI COMPLEMENTAR Nº. 104/2017**

Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa às obras públicas na Rua 18 – Alfredo Zimmermann.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa às obras públicas, tendo como limite total as despesas realizadas das obras e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel beneficiado, compreendendo aquele diretamente localizado na Rua 18 – Alfredo Zimmermann, que inicia na Rua 23 – Antonio Zimmermann até a Rua João Butschardt, com extensão de 240,90m (duzentos e quarenta metros e noventa centímetros).

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado no que se refere a consecução das obras públicas do referido projeto, corresponde à quantia de R\$ 230.070,43 (duzentos e trinta mil, setenta reais e quarenta e três centavos) tendo como fonte de recursos o programa BRDE Municípios.

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Os bens indivisos serão lançados em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

§ 2º Na hipótese de haver condomínio, o tributo será lançado em nome de todos os condôminos que serão responsáveis na proporção de suas cotas.

Art. 3º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

Art. 4º. O Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração dos atos administrativos que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei.

Art. 5º. A contribuição de melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras realizadas pelo Poder Executivo Municipal.

§ 1º A base de cálculo da contribuição de melhoria é a valorização do imóvel gerado pela obra realizada, deduzido o fator de absorção do Município se houver.

§ 2º A apuração da Contribuição de Melhoria, dependendo da natureza das obras, far-se-á rateando o valor apurado pela valorização dos imóveis em cada zona de influência, considerando sua testada, área, finalidade de exploração econômica e outros elementos, isolados ou conjuntamente, limitado o valor ao custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização e desapropriações.

CAPÍTULO II**DOS ATOS PRÉVIOS**

Art. 6º. A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano relacionará em lista própria e elaborará respectiva planta contendo todos os imóveis beneficiados pela obra, que comporão a zona de influência e memorial descritivo das obras, a ser acompanhado do orçamento detalhado de seu custo, devendo fazer parte do edital prévio.

Art. 7º. A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano fixará o valor imobiliário dos imóveis que se encontram dentro da zona de influência da obra pública.

Parágrafo único. As avaliações dos imóveis, prévia e posterior à realização da obra, serão efetivadas, independentemente dos valores que constarem no cadastro municipal, sem prejuízo de sua utilização se estiver atualizado de acordo com o valor de mercado.

Art. 8º. O cálculo para avaliação inicial deverá ser realizado considerando os seguintes fatores:

I - Fator de valorização (Fv) – posição geográfica do imóvel em relação a região central do Município;

II - Fator de medidas (Fm) – relação entre a testada e profundidade do terreno (área);

III - Fator gleba (Fg) – correção de distorções relacionadas aos dimensionamentos acima da média dos imóveis;

IV - Fator calçada (Fc) – quando a obra pública realiza a pavimentação do passeio público;

§ 1º O valor médio do metro quadrado (VM) da zona de influência será apurado com dados do mercado imobiliário local ou outras fontes.

§ 2º A fórmula aplicada utilizará o valor anterior à pavimentação (VA) será: $VA = VM \times (\text{área do terreno}) \times Fv \times Fm \times Fg \times Fc$.

Art. 9º. O Edital prévio será publicado contendo, entre outros, os seguintes elementos:

I - memorial descritivo do projeto;

II - orçamento do custo da obra;

III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria;

IV - delimitação da zona beneficiada;

V - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas;

VI - itens previstos no artigo 6º e 7º desta lei.

§ 1º Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação do Edital, para a impugnação de qualquer dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 2º A impugnação deverá ser dirigida à Secretaria de Administração e Finanças, através de petição protocolada, nos termos da legislação municipal tributária vigente, em especial Decreto nº 50/1994.

§ 3º Os requerimentos de impugnação de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou

prosseguimento das obras.

CAPÍTULO III

DOS ATOS POSTERIORES À EXECUÇÃO DA OBRA

Art. 10. Após a conclusão da obra o Município de Guaramirim, através da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, realizará nova avaliação dos imóveis inseridos na zona de influência da obra pública, apurando o valor de cada imóvel após a execução da mesma, a fim de estabelecer o diferencial de valorização, assim entendido como sendo a diferença entre o valor anterior à obra pública e posterior à obra pública.

Parágrafo único. Os valores obtidos nas avaliações referidas neste artigo e artigo anterior balizarão a observância dos limites individuais da cobrança da contribuição de melhoria, que não poderá ser superior ao limite de valorização individual de cada imóvel.

Art. 11. O cálculo para avaliação final deverá ser realizado considerando os seguintes fatores:

I - Fator de valorização (Fv) – posição geográfica do imóvel em relação a região central do Município;

II - Fator de medidas (Fm) – relação entre a testada e profundidade do terreno (área);

III - Fator gleba (Fg) – correção de distorções relacionadas aos dimensionamentos acima da média dos imóveis;

IV - Fator calçada (Fc) – quando a obra pública realiza a pavimentação do passeio público;

§ 1º O valor médio do metro quadrado (VM) da zona de influência será apurado após a realização da obra pública com dados do mercado imobiliário local ou outras fontes.

§ 2º A fórmula aplicada utilizará o valor posterior à pavimentação (VP) será:

$$VP = VM \times (\text{área do terreno}) \times Fv \times Fm \times Fg \times Fc$$

§ 3º A valorização do imóvel individualizado (VI) será apurada pela diferença entre valor posterior à pavimentação (VP) e o valor anterior à pavimentação (VA).

$$VI = VP - VA$$

Art. 12. O cálculo para efetivo lançamento de Contribuição de Melhoria tem como limite total a despesa realizada com a execução da obra pública e como limite individual o acréscimo do valor que a obra resultar para cada imóvel, que deverá ser rateada entre os imóveis por ela beneficiados, proporcionalmente ao custo da obra e em função de fatores individuais de valorização.

§ 1º A valorização do imóvel individualizado (VI) será dividida pelo valor apurado da soma de todas as valorizações dos imóveis individualizados da zona influência (VI total), resultando no percentual individual de valorização (PVI).

$$PVI = VI \div VI \text{ total}$$

§ 2º O valor de rateio (VR) será o custo total da obra multiplicado pelo percentual individual de valorização, descontado eventual fator de absorção do Município.

$$VR = \text{custo total da obra} \times PVI - \text{fator de absorção}$$

Art. 13. O Edital de Lançamento da Contribuição de Melhoria será publicado, após a execução das obras, contendo, entre outros, os seguintes elementos:

I – demonstrativos de custos e valorização de cada imóvel;

II - valor da Contribuição de Melhoria lançada;

III - prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

IV - prazo para a impugnação;

V - local e forma de pagamento.

§ 1º Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação do Edital, para a impugnação de qualquer dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 2º A impugnação deverá ser dirigida à Secretaria de Administração e Finanças, através de petição protocolada, nos termos da legislação municipal tributária vigente, em especial Decreto nº 50/1994.

§ 3º Os requerimentos de impugnação de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos não terão efeito de obstar a administração na prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da contribuição de melhoria.

CAPÍTULO IV

DA COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Art. 14. São isentos do pagamento da contribuição de melhoria:

I - A sede de entidades beneficentes, culturais e desportivas, sem fins lucrativos e que atendam a legislação federal;

II - O imóvel pertencente à União e ao Estado bem como suas autarquias e fundações públicas, desde que concedam tratamento recíproco ao Município;

III - Residência unifamiliar, único imóvel de aposentado ou pensionista, domiciliado no Município, desde que perceba a título de aposentadoria ou pensão valor mensal inferior a 03 (três) salários mínimos;

IV - Proprietário de terreno considerado agrícola, que preencha os requisitos para efeito de isenção do IPTU, previstos na Lei complementar 01/1994 - Código Tributário Municipal - na parcela acima de 12 (doze) metros de testada do imóvel.

Art. 15. O contribuinte poderá efetuar o pagamento da Contribuição de Melhoria dentro do prazo estabelecido pelo edital em parcela única com 10% (dez por cento) de desconto sobre o valor total.

Art. 16. O contribuinte poderá optar pelo pagamento em até 12 (doze) parcelas de igual valor e sucessivo, com juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária INPC ou índice oficial equivalente que venha a substituí-lo previstas na legislação vigente, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito e interstício de 30 (trinta) dias entre as parcelas, observado o valor mínimo para a parcela equivalente a 01 (uma) UFM.

Parágrafo único. A inadimplência, por 03 (três) meses consecutivos ou 06 (seis) meses alternados, acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do saldo remanescente.

Art. 17. Esta lei complementar entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 31 de março de 2017.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº. 105/2017**LEI COMPLEMENTAR Nº. 105/2017**

Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa às obras públicas nas Ruas 413 – Ademir Roberto Tomaselli, 416 – Liberato Micheluzzi, 341 – Manoel de Freitas, 415 – Orlando Solano Dias, 223 – Pedro João Raitz e 196 – Izídio Roberto de Freitas.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa às obras públicas, tendo como limite total as despesas realizadas das obras e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel beneficiado, compreendendo aquele diretamente localizado nos logradouros:

I – Rua 413 – Ademir Roberto Tomaselli, que inicia na Rua 196 – Izídio Roberto Freitas até o seu final, com extensão de 34,85m (trinta e quatro metros e oitenta e cinco centímetros);

II – Rua 416 – Liberato Micheluzzi, que inicia na Rua 196 – Izídio Roberto Freitas até o seu final, com extensão de 45,00m (quarenta e cinco metros);

III – Rua 341 – Manoel de Freitas, que inicia na Rua 196 – Izídio Roberto Freitas até o seu final, com extensão de 53,00m (cinquenta e três metros);

IV – Rua 415 – Orlando Solano Dias, que inicia na Rua 196 – Izídio Roberto Freitas até o seu final, com extensão de 320,00m (trezentos e vinte metros);

V – Rua 223 – Pedro João Raitz, que inicia na Rua 196 – Izídio Roberto Freitas até o seu final, com extensão de 273,00m (duzentos e setenta e três metros);

VI – Rua 196 – Izídio Roberto Freitas, que inicia na Rua Emílio Manke Junior até o seu final, com extensão de 370,00m (trezentos e setenta metros).

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado no que se refere a consecução das obras públicas do referido projeto, corresponde à quantia de R\$ 1.257.954,66 (um milhão, duzentos e cinquenta e sete mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e seis centavos) tendo como fonte de recursos o PAC.

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Os bens indivisos serão lançados em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

§ 2º Na hipótese de haver condomínio, o tributo será lançado em nome de todos os condôminos que serão responsáveis na proporção de suas cotas.

Art. 3º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer

título, do domínio do imóvel.

Art. 4º. O Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração dos atos administrativos que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei.

Art. 5º. A contribuição de melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras realizadas pelo Poder Executivo Municipal.

§ 1º A base de cálculo da contribuição de melhoria é a valorização do imóvel gerado pela obra realizada, deduzido o fator de absorção do Município se houver.

§ 2º A apuração da Contribuição de Melhoria, dependendo da natureza das obras, far-se-á rateando o valor apurado pela valorização dos imóveis em cada zona de influência, considerando sua testada, área, finalidade de exploração econômica e outros elementos, isolados ou conjuntamente, limitado o valor ao custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização e desapropriações.

CAPÍTULO II**DOS ATOS PRÉVIOS**

Art. 6º. A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano relacionará em lista própria e elaborará respectiva planta contendo todos os imóveis beneficiados pela obra, que comporão a zona de influência e memorial descritivo das obras, a ser acompanhado do orçamento detalhado de seu custo, devendo fazer parte do edital prévio.

Art. 7º. A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano fixará o valor imobiliário dos imóveis que se encontram dentro da zona de influência da obra pública.

Parágrafo único. As avaliações dos imóveis, prévia e posterior à realização da obra, serão efetivadas, independentemente dos valores que constarem no cadastro municipal, sem prejuízo de sua utilização se estiver atualizado de acordo com o valor de mercado.

Art. 8º. O cálculo para avaliação inicial deverá ser realizado considerando os seguintes fatores:

I - Fator de valorização (Fv) – posição geográfica do imóvel em relação a região central do Município;

II - Fator de medidas (Fm) – relação entre a testada e profundidade do terreno (área);

III - Fator gleba (Fg) – correção de distorções relacionadas aos dimensionamentos acima da média dos imóveis;

IV - Fator calçada (Fc) – quando a obra pública realiza a pavimentação do passeio público;

§ 1º O valor médio do metro quadrado (VM) da zona de influência será apurado com dados do mercado imobiliário local ou outras fontes.

§ 2º A fórmula aplicada utilizará o valor anterior à pavimentação (VA) será: $VA = VM \times (\text{área do terreno}) \times Fv \times Fm \times Fg \times Fc$

Art. 9º. O Edital prévio será publicado contendo, entre outros, os seguintes elementos:

I - memorial descritivo do projeto;

II - orçamento do custo da obra;

III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria;

IV - delimitação da zona beneficiada;

V - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas;

VI - itens previstos no artigo 6º e 7º desta lei.

§ 1º Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação do Edital, para a impugnação de qualquer dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 2º A impugnação deverá ser dirigida à Secretaria de Administração e Finanças, através de petição protocolada, nos termos da legislação municipal tributária vigente, em especial Decreto nº 50/1994.

§ 3º Os requerimentos de impugnação de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou prosseguimento das obras.

CAPÍTULO III DOS ATOS POSTERIORES À EXECUÇÃO DA OBRA

Art. 10. Após a conclusão da obra o Município de Guaramirim, através da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, realizará nova avaliação dos imóveis inseridos na zona de influência da obra pública, apurando o valor de cada imóvel após a execução da mesma, a fim de estabelecer o diferencial de valorização, assim entendido como sendo a diferença entre o valor anterior à obra pública e posterior à obra pública.

Parágrafo único. Os valores obtidos nas avaliações referidas neste artigo e artigo anterior balizarão a observância dos limites individuais da cobrança da contribuição de melhoria, que não poderá ser superior ao limite de valorização individual de cada imóvel.

Art. 11. O cálculo para avaliação final deverá ser realizado considerando os seguintes fatores:

I - Fator de valorização (Fv) – posição geográfica do imóvel em relação a região central do Município.

II - Fator de medidas (Fm) – relação entre a testada e profundidade do terreno (área);

III - Fator gleba (Fg) – correção de distorções relacionadas aos dimensionamentos acima da média dos imóveis;

IV - Fator calçada (Fc) – quando a obra pública realiza a pavimentação do passeio público.

§ 1º O valor médio do metro quadrado (VM) da zona de influência será apurado após a realização da obra pública com dados do mercado imobiliário local ou outras fontes.

§ 2º A fórmula aplicada utilizará o valor posterior à pavimentação (VP) será:

$$VP = VM \times (\text{área do terreno}) \times Fv \times Fm \times Fg \times Fc$$

§ 3º A valorização do imóvel individualizado (VI) será apurada pela diferença entre valor posterior à pavimentação (VP) e o valor anterior à pavimentação (VA).

$$VI = VP - VA$$

Art. 12. O cálculo para efetivo lançamento de Contribuição de Melhoria tem como limite total a despesa realizada com a execução da obra pública e como limite individual o acréscimo do valor que a obra resultar para cada imóvel, que deverá ser rateada entre os imóveis por ela beneficiados, proporcionalmente ao custo da obra e em função de fatores individuais de valorização.

§ 1º A valorização do imóvel individualizado (VI) será dividida pelo valor apurado da soma de todas as valorizações dos imóveis individualizados da zona influência (VI total), resultando no percentual individual de valorização (PVI).

$$PVI = VI \div VI \text{ total}$$

§ 2º O valor de rateio (VR) será o custo total da obra multiplicado pelo percentual individual de valorização, descontado eventual fator de absorção do Município.

$$VR = \text{custo total da obra} \times PVI - \text{fator de absorção}$$

Art. 13. O Edital de Lançamento da Contribuição de Melhoria será publicado, após a execução das obras, contendo, entre outros, os seguintes elementos:

I – demonstrativos de custos e valorização de cada imóvel;

II - valor da Contribuição de Melhoria lançada;

III - prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

IV - prazo para a impugnação;

V - local e forma de pagamento.

§ 1º Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação do Edital, para a impugnação de qualquer dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 2º A impugnação deverá ser dirigida à Secretaria de Administração e Finanças, através de petição protocolada, nos termos da legislação municipal tributária vigente, em especial Decreto nº 50/1994.

§ 3º Os requerimentos de impugnação de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos não terão efeito de obstar a administração na prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da contribuição de melhoria.

CAPÍTULO IV DA COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Art. 14. São isentos do pagamento da contribuição de melhoria:

I - A sede de entidades beneficentes, culturais e desportivas, sem fins lucrativos e que atendam a legislação federal;

II - O imóvel pertencente à União e ao Estado bem como suas autarquias e fundações públicas, desde que concedam tratamento recíproco ao Município;

III - Residência unifamiliar, único imóvel de aposentado ou pensionista, domiciliado no Município, desde que perceba a título de aposentadoria ou pensão valor mensal inferior a 03 (três) salários mínimos;

IV - Proprietário de terreno considerado agrícola, que preencha os requisitos para efeito de isenção do IPTU, previstos na Lei complementar 01/1994 - Código Tributário Municipal - na parcela acima de 12 (doze) metros de testada do imóvel.

Art. 15. O contribuinte poderá efetuar o pagamento da Contribuição de Melhoria dentro do prazo estabelecido pelo edital em parcela única com 10% (dez por cento) de desconto sobre o valor total.

Art. 16. O contribuinte poderá optar pelo pagamento em até 12 (doze) parcelas de igual valor e sucessivo, com juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária INPC ou índice oficial equivalente que venha a substituí-lo previstas na legislação vigente, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito e interstício de 30 (trinta) dias entre as parcelas, observado o valor mínimo para a parcela equivalente a 01 (uma) UFM.

Parágrafo único. A inadimplência, por 03 (três) meses consecutivos ou 06 (seis) meses alternados, acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do saldo remanescente.

Art. 17. Esta lei complementar entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 31 de março de 2017.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº. 106/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº. 106/2017

Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa às obras públicas nas Ruas 491 – Sem nome, 350 – Albino Reinke e 349 – Ernesto Reinke.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa às obras públicas, tendo como limite total as despesas realizadas das obras e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel beneficiado, compreendendo aquele diretamente localizado nos logradouros:

I – Rua 491 – Sem nome, que inicia na Rua 349 – Ernesto Reinke até o cruzamento com a Rua 490 – Leopoldo Friedel, com extensão de 45,38m (quarenta e cinco metros e trinta e oito centímetros);

II – Rua 350 – Albino Reinke, que inicia na Rua 346 – Daniel Campegger até o cruzamento com a Rua 349 – Ernesto Reinke, com extensão de 132,82m (cento e trinta e dois metros e oitenta e dois centímetros);

III – Rua 349 – Ernesto Reinke, que inicia na Rua 47 – Av. Izídio Carlos Peixer até o seu final, com extensão de 288,78m (duzentos e oitenta e oito metros e setenta e oito centímetros).

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado no que se refere a consecução das obras públicas do referido projeto, corresponde à quantia de R\$ 472.646,97 (quatrocentos e setenta e dois mil, seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e sete) tendo como fonte de recursos o PAC.

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Os bens indivisos serão lançados em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

§ 2º Na hipótese de haver condomínio, o tributo será lançado em nome de todos os condôminos que serão responsáveis na proporção de suas cotas.

Art. 3º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

Art. 4º. O Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração dos atos administrativos que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei.

Art. 5º. A contribuição de melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras realizadas pelo Poder Executivo Municipal.

§ 1º A base de cálculo da contribuição de melhoria é a valorização do imóvel gerado pela obra realizada, deduzido o fator de absorção do Município se houver.

§ 2º A apuração da Contribuição de Melhoria, dependendo da natureza das obras, far-se-á rateando o valor apurado pela valorização dos imóveis em cada zona de influência, considerando sua testada, área, finalidade de exploração econômica e outros elementos, isolados ou conjuntamente, limitado o valor ao custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização e desapropriações.

CAPÍTULO II DOS ATOS PRÉVIOS

Art. 6º. A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano relacionará em lista própria e elaborará respectiva planta contendo todos os imóveis beneficiados pela obra, que comporão a zona de influência e memorial descritivo das obras, a ser acompanhado do orçamento detalhado de seu custo, devendo fazer parte do edital prévio.

Art. 7º. A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano fixará o valor imobiliário dos imóveis que se encontram dentro da zona de influência da obra pública.

Parágrafo único. As avaliações dos imóveis, prévia e posterior à realização da obra, serão efetivadas, independentemente dos valores que constarem no cadastro municipal, sem prejuízo de sua utilização se estiver atualizado de acordo com o valor de mercado.

Art. 8º. O cálculo para avaliação inicial deverá ser realizado considerando os seguintes fatores:

I - Fator de valorização (Fv) – posição geográfica do imóvel em relação a região central do Município;

II - Fator de medidas (Fm) – relação entre a testada e profundidade do terreno (área);

III - Fator gleba (Fg) – correção de distorções relacionadas aos dimensionamentos acima da média dos imóveis;

IV - Fator calçada (Fc) – quando a obra pública realiza a

pavimentação do passeio público;

§ 1º O valor médio do metro quadrado (VM) da zona de influência será apurado com dados do mercado imobiliário local ou outras fontes.

§ 2º A fórmula aplicada utilizará o valor anterior à pavimentação (VA) será: $VA = VM \times (\text{área do terreno}) \times Fv \times Fm \times Fg \times Fc$

Art. 9º. O Edital prévio será publicado contendo, entre outros, os seguintes elementos:

I - memorial descritivo do projeto;

II - orçamento do custo da obra;

III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria;

IV - delimitação da zona beneficiada;

V - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas;

VI - itens previstos no artigo 6º e 7º desta lei.

§ 1º Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação do Edital, para a impugnação de qualquer dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 2º A impugnação deverá ser dirigida à Secretaria de Administração e Finanças, através de petição protocolada, nos termos da legislação municipal tributária vigente, em especial Decreto nº 50/1994.

§ 3º Os requerimentos de impugnação de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou prosseguimento das obras.

CAPÍTULO III DOS ATOS POSTERIORES À EXECUÇÃO DA OBRA

Art. 10. Após a conclusão da obra o Município de Guaramirim, através da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, realizará nova avaliação dos imóveis inseridos na zona de influência da obra pública, apurando o valor de cada imóvel após a execução da mesma, a fim de estabelecer o diferencial de valorização, assim entendido como sendo a diferença entre o valor anterior à obra pública e posterior à obra pública.

Parágrafo único. Os valores obtidos nas avaliações referidas neste artigo e artigo anterior balizarão a observância dos limites individuais da cobrança da contribuição de melhoria, que não poderá ser superior ao limite de valorização individual de cada imóvel.

Art. 11. O cálculo para avaliação final deverá ser realizado considerando os seguintes fatores:

I - Fator de valorização (Fv) – posição geográfica do imóvel em relação a região central do Município;

II - Fator de medidas (Fm) – relação entre a testada e profundidade do terreno (área);

III - Fator gleba (Fg) – correção de distorções relacionadas aos dimensionamentos acima da média dos imóveis;

IV - Fator calçada (Fc) – quando a obra pública realiza a pavimentação do passeio público.

§ 1º O valor médio do metro quadrado (VM) da zona de influência será apurado após a realização da obra pública com dados do mercado imobiliário local ou outras fontes.

§ 2º A fórmula aplicada utilizará o valor posterior à pavimentação (VP) será:

$VP = VM \times (\text{área do terreno}) \times Fv \times Fm \times Fg \times Fc$

§ 3º A valorização do imóvel individualizado (VI) será apurada pela diferença entre valor posterior à pavimentação (VP) e o valor anterior à pavimentação (VA).

$VI = VP - VA$

Art. 12. O cálculo para efetivo lançamento de Contribuição de Melhoria tem como limite total a despesa realizada com a execução da obra pública e como limite individual o acréscimo do valor que a obra resultar para cada imóvel, que deverá ser rateada entre os imóveis por ela beneficiados, proporcionalmente ao custo da obra e em função de fatores individuais de valorização.

§ 1º A valorização do imóvel individualizado (VI) será dividida pelo valor apurado da soma de todas as valorizações dos imóveis individualizados da zona influência (VI total), resultando no percentual individual de valorização (PVI).

$PVI = VI \div VI \text{ total}$

§ 2º O valor de rateio (VR) será o custo total da obra multiplicado pelo percentual individual de valorização, descontado eventual fator de absorção do Município.

$VR = \text{custo total da obra} \times PVI - \text{fator de absorção}$

Art. 13. O Edital de Lançamento da Contribuição de Melhoria será publicado, após a execução das obras, contendo, entre outros, os seguintes elementos:

I – demonstrativos de custos e valorização de cada imóvel;

II - valor da Contribuição de Melhoria lançada;

III - prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

IV - prazo para a impugnação;

V - local e forma de pagamento.

§ 1º Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação do Edital, para a impugnação de qualquer dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 2º A impugnação deverá ser dirigida à Secretaria de Administração e Finanças, através de petição protocolada, nos termos da legislação municipal tributária vigente, em especial Decreto nº 50/1994.

§ 3º Os requerimentos de impugnação de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos não terão efeito de obstar a administração na prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da contribuição de melhoria.

CAPÍTULO IV DA COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Art. 14. São isentos do pagamento da contribuição de melhoria:

I - A sede de entidades beneficentes, culturais e desportivas, sem fins lucrativos e que atendam a legislação federal;

II - O imóvel pertencente à União e ao Estado bem como suas autarquias e fundações públicas, desde que concedam tratamento recíproco ao Município;

III - Residência unifamiliar, único imóvel de aposentado ou pensionista, domiciliado no Município, desde que perceba a título de aposentadoria ou pensão valor mensal inferior a 03 (três) salários mínimos;

IV - Proprietário de terreno considerado agrícola, que preencha os requisitos para efeito de isenção do IPTU, previstos na Lei complementar 01/1994 - Código Tributário Municipal - na parcela acima de 12 (doze) metros de testada do imóvel.

Art. 15. O contribuinte poderá efetuar o pagamento da Contribuição de Melhoria dentro do prazo estabelecido pelo edital em parcela única com 10% (dez por cento) de desconto sobre o valor total.

Art. 16. O contribuinte poderá optar pelo pagamento em até 12 (doze) parcelas de igual valor e sucessivo, com juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária INPC ou índice oficial equivalente que venha a substituí-lo previstas na legislação vigente, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito e interstício de 30 (trinta) dias entre as parcelas, observado o valor mínimo para a parcela equivalente a 01 (uma) UFM.

Parágrafo único. A inadimplência, por 03 (três) meses consecutivos ou 06 (seis) meses alternados, acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do saldo remanescente.

Art. 17. Esta lei complementar entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 31 de março de 2017.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº. 107/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº. 107/2017

Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa às obras públicas na Rua 28 – Helmuth Gaedtke.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa às obras públicas, tendo como limite total as despesas realizadas das obras e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel beneficiado, compreendendo aquele diretamente localizado na Rua 28 – Helmuth Gaedtke, que inicia na Rua 26 – Emílio Manke Junior a estaca 3 + 10,00m (dez metros), com extensão de 70,00 (setenta metros).

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado no que se refere a consecução das obras públicas do referido projeto, corresponde à quantia de R\$ 66.705,25 (sessenta e seis mil, setecentos e cinco reais e vinte e cinco centavos) tendo como fonte de recursos o PAC.

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Os bens indivisos serão lançados em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

§ 2º Na hipótese de haver condomínio, o tributo será lançado em nome de todos os condôminos que serão responsáveis na proporção de suas cotas.

Art. 3º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

Art. 4º. O Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração dos atos administrativos que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei.

Art. 5º. A contribuição de melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras realizadas pelo Poder Executivo Municipal.

§ 1º A base de cálculo da contribuição de melhoria é a valorização do imóvel gerado pela obra realizada, deduzido o fator de absorção do Município se houver.

§ 2º A apuração da Contribuição de Melhoria, dependendo da natureza das obras, far-se-á rateando o valor apurado pela valorização dos imóveis em cada zona de influência, considerando sua testada, área, finalidade de exploração econômica e outros elementos, isolados ou conjuntamente, limitado o valor ao custo da obra, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização e desapropriações.

CAPÍTULO II DOS ATOS PRÉVIOS

Art. 6º. A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano relacionará em lista própria e elaborará respectiva planta contendo todos os imóveis beneficiados pela obra, que comporão a zona de influência e memorial descritivo das obras, a ser acompanhado do orçamento detalhado de seu custo, devendo fazer parte do edital prévio.

Art. 7º. A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano fixará o valor imobiliário dos imóveis que se encontram dentro da zona de influência da obra pública.

Parágrafo único. As avaliações dos imóveis, prévia e posterior à realização da obra, serão efetivadas, independentemente dos valores que constarem no cadastro municipal, sem prejuízo de sua utilização se estiver atualizado de acordo com o valor de mercado.

Art. 8º. O cálculo para avaliação inicial deverá ser realizado considerando os seguintes fatores:

I - Fator de valorização (Fv) – posição geográfica do imóvel em relação a região central do Município;

II - Fator de medidas (Fm) – relação entre a testada e profundidade

do terreno (área);

III - Fator gleba (Fg) – correção de distorções relacionadas aos dimensionamentos acima da média dos imóveis;

IV - Fator calçada (Fc) – quando a obra pública realiza a pavimentação do passeio público.

§ 1º O valor médio do metro quadrado (VM) da zona de influência será apurado com dados do mercado imobiliário local ou outras fontes.

§ 2º A fórmula aplicada utilizará o valor anterior à pavimentação (VA) será: $VA = VM \times (\text{área do terreno}) \times Fv \times Fm \times Fg \times Fc$

Art. 9º. O Edital prévio será publicado contendo, entre outros, os seguintes elementos:

I - memorial descritivo do projeto;

II - orçamento do custo da obra;

III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria;

IV - delimitação da zona beneficiada;

V - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas;

VI - itens previstos no artigo 6º e 7º desta lei.

§ 1º Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação do Edital, para a impugnação de qualquer dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 2º A impugnação deverá ser dirigida à Secretaria de Administração e Finanças, através de petição protocolada, nos termos da legislação municipal tributária vigente, em especial Decreto nº 50/1994.

§ 3º Os requerimentos de impugnação de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou prosseguimento das obras.

CAPÍTULO III DOS ATOS POSTERIORES À EXECUÇÃO DA OBRA

Art. 10. Após a conclusão da obra o Município de Guaramirim, através da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, realizará nova avaliação dos imóveis inseridos na zona de influência da obra pública, apurando o valor de cada imóvel após a execução da mesma, a fim de estabelecer o diferencial de valorização, assim entendido como sendo a diferença entre o valor anterior à obra pública e posterior à obra pública.

Parágrafo único. Os valores obtidos nas avaliações referidas neste artigo e artigo anterior balizarão a observância dos limites individuais da cobrança da contribuição de melhoria, que não poderá ser superior ao limite de valorização individual de cada imóvel.

Art. 11. O cálculo para avaliação final deverá ser realizado considerando os seguintes fatores:

I - Fator de valorização (Fv) – posição geográfica do imóvel em relação a região central do Município;

II - Fator de medidas (Fm) – relação entre a testada e profundidade do terreno (área);

III - Fator gleba (Fg) – correção de distorções relacionadas aos dimensionamentos acima da média dos imóveis;

IV - Fator calçada (Fc) – quando a obra pública realiza a pavimentação do passeio público;

§ 1º O valor médio do metro quadrado (VM) da zona de influência será apurado após a realização da obra pública com dados do mercado imobiliário local ou outras fontes.

§ 2º A fórmula aplicada utilizará o valor posterior à pavimentação (VP) será:

$VP = VM \times (\text{área do terreno}) \times Fv \times Fm \times Fg \times Fc$

§ 3º A valorização do imóvel individualizado (VI) será apurada pela diferença entre valor posterior à pavimentação (VP) e o valor anterior à pavimentação (VA).

$VI = VP - VA$

Art. 12. O cálculo para efetivo lançamento de Contribuição de Melhoria tem como limite total a despesa realizada com a execução da obra pública e como limite individual o acréscimo do valor que a obra resultar para cada imóvel, que deverá ser rateada entre os imóveis por ela beneficiados, proporcionalmente ao custo da obra e em função de fatores individuais de valorização.

§ 1º A valorização do imóvel individualizado (VI) será dividida pelo valor apurado da soma de todas as valorizações dos imóveis individualizados da zona influência (VI total), resultando no percentual individual de valorização (PVI).

$PVI = VI \div VI \text{ total}$

§ 2º O valor de rateio (VR) será o custo total da obra multiplicado pelo percentual individual de valorização, descontado eventual fator de absorção do Município.

$VR = \text{custo total da obra} \times PVI - \text{fator de absorção}$

Art. 13. O Edital de Lançamento da Contribuição de Melhoria será publicado, após a execução das obras, contendo, entre outros, os seguintes elementos:

I – demonstrativos de custos e valorização de cada imóvel;

II - valor da Contribuição de Melhoria lançada;

III - prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

IV - prazo para a impugnação;

V - local e forma de pagamento.

§ 1º Os proprietários de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação do Edital, para a impugnação de qualquer dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 2º A impugnação deverá ser dirigida à Secretaria de Administração e Finanças, através de petição protocolada, nos termos da legislação municipal tributária vigente, em especial Decreto nº 50/1994.

§ 3º Os requerimentos de impugnação de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos não terão efeito de obstar a administração na prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da contribuição de melhoria.

CAPÍTULO IV DA COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Art. 14. São isentos do pagamento da contribuição de melhoria:

I - A sede de entidades beneficentes, culturais e desportivas, sem fins lucrativos e que atendam a legislação federal;

II - O imóvel pertencente à União e ao Estado bem como suas autarquias e fundações públicas, desde que concedam tratamento recíproco ao Município;

III - Residência unifamiliar, único imóvel de aposentado ou pensionista, domiciliado no Município, desde que perceba a título de aposentadoria ou pensão valor mensal inferior a 03 (três) salários mínimos;

IV - Proprietário de terreno considerado agrícola, que preencha os requisitos para efeito de isenção do IPTU, previstos na Lei complementar 01/1994 - Código Tributário Municipal - na parcela acima de 12 (doze) metros de testada do imóvel.

Art. 15. O contribuinte poderá efetuar o pagamento da Contribuição de Melhoria dentro do prazo estabelecido pelo edital em parcela única com 10% (dez por cento) de desconto sobre o valor total.

Art. 16. O contribuinte poderá optar pelo pagamento em até 12 (doze) parcelas de igual valor e sucessivo, com juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária INPC ou índice oficial equivalente que venha a substituí-lo previstas na legislação vigente, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular comunicação do débito e interstício de 30 (trinta) dias entre as parcelas, observado o valor mínimo para a parcela equivalente a 01 (uma) UFM.

Parágrafo único. A inadimplência, por 03 (três) meses consecutivos ou 06 (seis) meses alternados, acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do saldo remanescente.

Art. 17. Esta lei complementar entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 31 de março de 2017.
Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº. 99/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº. 99/2017

Altera dispositivos da Lei Complementar nº. 58/2014, que dispõe sobre incentivos econômicos para empreendimentos que se estabelecem na área industrial do Município de Guaramirim, ou nela ampliem suas atividades.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A lei complementar nº. 58/2014 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º.

II – Alienação: A alienação ad corpus de terrenos pertencentes ao Município de Guaramirim, com condição resolutiva expressa,

insertos na área industrial descrita no parágrafo único, do art. 1º, mediante procedimento legal e avaliação prévia considerando o valor incentivado de 50% (cinquenta por cento) referente ao preço de mercado, devendo ainda obedecer aos seguintes termos:

a) A critério do Município de Guaramirim, o pagamento poderá ser parcelado com entrada de 30% (trinta por cento) e saldo em parcelas fixas até 12 (doze) meses, a contar da data da aquisição, podendo ser concedida uma carência de até 06 (seis) meses para o início da quitação das parcelas, desde que o valor esteja acrescido do INPC (ou índice que o substitua), desde a data da homologação da alienação até o seu pagamento integral.” (NR)

.....

“Art. 10.

I - que inicie suas atividades com a taxa de ocupação de mínimo 15% (quinze por cento) da área do terreno e, no prazo de 36 (trinta e seis) meses do início das atividades, deverá ocupar até 70% (setenta por cento) do limite máximo de ocupação definido pelo plano diretor municipal;

II - que as atividades da empresa iniciem no prazo de 18 (dezoito) meses da homologação da alienação;

III - Que mantenha por no mínimo 120 (cento e vinte) meses, a partir da homologação da licitação, a atividade para a qual se habilitou na concorrência para aquisição do imóvel;
..... ” (NR)

“Art. 19. Ao final do prazo de 120 (cento e vinte) meses da data da homologação da licitação e satisfeitas todas as condições da alienação, será emitida certidão de quitação em favor da entidade beneficiada.” (NR)

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 30 de março de 2017.
Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº. 4396/2017

LEI Nº. 4396/2017

Dispõe sobre a concessão de uso de espaços públicos para a instalação, manutenção, conservação e exploração publicitária e demais espaços destinados à publicidade nos próprios públicos municipais.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, mediante processo de licitação pública, às pessoas jurídicas, direito de instalação, manutenção, conservação e veiculação de publicidade em lixeiras, contentores de lixo, placas de denominação de logradouros públicos, placas de denominação de bairros, abrigos de ônibus e demais espaços destinados à publicidade em espaços públicos municipais.

§ 1º As dimensões, formatos, especificações e locais de instalação dos equipamentos e as demais condições de cada concessão, serão disciplinados pelo Poder Público Municipal e especificados em cada

um dos processos licitatórios.

§ 2º A instalação, a manutenção e a conservação das lixeiras, contentores de lixo, placas de denominação de logradouros públicos, placas de denominação de bairros e demais espaços destinados à publicidade serão de responsabilidade exclusiva da empresa concessionária, não sendo devida nenhuma contrapartida pela municipalidade.

§ 3º A concessão de que trata esta Lei será outorgada pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos.

Art. 2º. As despesas decorrentes da confecção e manutenção das placas e material publicitário, compreendendo mão de obra e material, serão de exclusiva responsabilidade da(s) empresa(s) vencedora(s) da licitação.

Parágrafo único. Caberá ao Município fiscalizar o uso adequado dos espaços publicitários.

Art. 3º. A concessionária poderá, durante o período de vigência do contrato de concessão, explorar e comercializar os espaços existentes nas lixeiras, contentores de lixo, placas de denominação de logradouros públicos, placas de denominação de bairros, abrigos de ônibus e demais espaços destinados à publicidade em espaços públicos municipais, para veiculação de publicidade, dentro dos limites estabelecidos pelo órgão público competente, no devido processo de licitação.

Art. 4º. É vedada a veiculação de propaganda de apelo erótico, cigarros, bebidas alcoólicas, jogos de azar e outros agentes nocivos à saúde, bem como, de propaganda político partidária ou de lojas de comércios localizados em outros países.

Parágrafo único. O Executivo exercerá o poder de polícia, fiscalizando o conteúdo das mensagens publicitárias, no sentido de que sejam evitados textos ilegais, imorais ou, ainda, sejam contrários à saúde e ao meio ambiente.

Art. 5º. Nenhuma responsabilidade caberá ao Município nos contratos de publicidade a serem realizados entre a Concessionária e terceiros.

§ 1º. O Município de Guaramirim não será responsável por prejuízos e/ou indenizações decorrentes dos atos praticados pela Concessionária, seus representantes, prepostos ou seus equipamentos.

§ 2º. Caberá a Concessionária a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais resultantes da execução, implantação e manutenção da concessão prevista na presente Lei.

Art. 6º. Serão de obrigação da concessionária:

I – instalar e executar adequadamente os reparos necessários nos locais que receberão os equipamentos, previstos nesta lei;

II – fornecer e instalar os bens no padrão a ser estabelecido pelo Município;

III – explorar o direito de veiculação de publicidade em espaços existentes de forma padronizada e previamente aprovada pelo poder concedente;

IV – respeitar e cumprir fielmente o disposto nos arts. 6º e 7º da Lei Federal nº. 8.987/1995;

V – prestar serviço adequado, de acordo com as normas técnicas aplicáveis;

VI – realizar a manutenção dos materiais publicitários, mantendo os bens em perfeito estado de conservação, obrigando-se a substituir total ou parcialmente aqueles em que se verifiquem vícios, defeitos, incorreções ou em estado de avançado desgaste natural;

VII - retirar, remover ou substituir as placas e/ ou postes de sustentação, por conta própria, sempre que necessário, para execução de obras, serviços públicos ou na ocorrência de circunstâncias que o Município, a seu critério, exija ou tome por necessárias;

Parágrafo único. Caberá ao Poder Público realizar a fiscalização dos equipamentos e das publicidades veiculadas, que em caso de descumprimento dos regulamentos editados, notificará a concessionária para a imediata adequação, sob pena de multa e demais penalidades previstas no edital.

Art. 7º. Será vedado à(s) Concessionária(s) vencedora(s) do processo licitatório, transferir, ceder, locar, sublocar ou delegar a terceiros o objeto licitado.

Art. 8º. Extinta a concessão, os equipamentos de que trata esta Lei ficarão definitivamente incorporados ao patrimônio do Município de Guaramirim, sem quaisquer pagamentos, seja a que título for.

Art. 9º. O Poder Executivo poderá regulamentar as disposições desta Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 30 de março de 2017.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 201/2017

PORTARIA Nº. 201/2017

Designar a Sra. Diana Mara da Silva para assinar os atos de competência do Prefeito, referentes a Recursos Humanos.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Sra. Diana Mara da Silva, Gerente de Recursos Humanos, conforme Portaria nº. 52/2017, para assinar os atos de competência do Prefeito, referente a Recursos Humanos, dentre eles: CTPS, contratos, rescisões, ficha de registro do funcionário e termo aditivo de contrato.

Art. 2º. Fica revogada a Portaria nº. 88/2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 30 de março de 2017.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 202/2017

PORTARIA Nº. 202/2017

Transfere Ilson Girolla.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Transferir Ilson Girolla, na função de Fiscal de Obras, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano à Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 30 de março de 2017.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 203/2017

PORTARIA Nº. 203/2017

Altera dispositivos da Portaria nº. 198/2017, que nomeia membros para comporem o Conselho do FUNDEB.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com a Lei nº. 3252/2007;

RESOLVE:

Art. 1º. A Portaria nº. 198/2017 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º.

I -
Titular: Rodrigo Ademir da Silva;
.....

VI -
Titular: Eliane Marques Nitz;
Suplente: Michele Cristiane Graczeck Mengarda;

Titular: Caroline Maria da Silva de Oliveira;
Suplente: Marcia Sadzinski Maida;

..... ” (NR)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 31 de março de 2017.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 204/2017

PORTARIA Nº. 204/2017

Aprova Luciane Jezur no Estágio Probatório.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Luciane Jezur, na função de Farmacêutica/Bioquímica, vinculada à Secretaria de Saúde, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 01 de abril de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 31 de março de 2017.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 205/2017

PORTARIA Nº. 205/2017

Aprova Margarete Brenneisen Sibowicz no Estágio Probatório.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Efetivar Margarete Brenneisen Sibowicz, na função de Auxiliar de Creche, vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 14 de abril de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 31 de março de 2017.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 206/2017

PORTARIA Nº. 206/2017

Concede licença saúde para Zelir Miranda dos Santos Saraiva.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença saúde para Zelir Miranda dos Santos Saraiva, na função de Agente Comunitária de Saúde, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 08 de março de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 31 de março de 2017.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 207/2017

PORTARIA Nº. 207/2017

Nomeia Pregoeira e compõe Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Pregoeira em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim, a Sra. Fernanda de Resende Rien Machado.

Art. 2º. Ficam nomeados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Guaramirim, os servidores:

Carlos Felipe Fischer – membro

Gabriel Felippi – membro

Paola Vieira Carriço Finatti – suplente

Emily Sasse Jordan – suplente

Art. 3º. Fica revogada a Portaria nº. 110/2016.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 03 de abril de 2017.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 058_2017

DECRETO Nº 058/2017, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

HOMOLOGA E PUBLICA O RESULTADO CLASSIFICATÓRIO PRELIMINAR RELATIVO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei e em atenção ao Parecer exarado pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo nº 001/2017, TORNA PÚBLICO aos interessados que o Decreto nº 050/2017 de 21 de março de 2017 que homologou e publicou o resultado classificatório preliminar (antes dos recursos) relativo ao edital de Processo Seletivo nº 001/2017, SOFRE ALTERAÇÃO, TÃO SOMENTE EM RELAÇÃO AO CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL, a saber:

Em análise ao reclamo do candidato com inscrição nº 558779 para o cargo de Assistente Social, constatou-se que o mesmo realizou a Prova Tipo 04 aplicada para o aludido cargo. Nada obstante, no momento de correção de seu cartão resposta, o sistema de correção, equivocadamente, procedeu a leitura do Cartão Resposta do candidato como sendo Tipo de Prova 03, atribuindo-lhe pontuação que não corresponde ao seu efetivo desempenho na prova objetiva e que fora a priori publicada.

Dessa forma, levando-se em consideração o Tipo de Prova 04 realizado pelo Recorrente o mesmo somou nas questões de conhecimento específico pontuação de 3,00 pontos, nas questões de Língua Portuguesa pontuação de 1,05 pontos e nas questões de Conhecimentos Gerais pontuação de 0,70 pontos, importando numa pontuação final de 4,75 pontos, pontuação esta que corresponde a 13º colocação, já aplicada as regras de desempate.

Em vista disso, procedeu-se a retificação necessária em relação a classificação dos candidatos inscritos, APENAS E TÃO SOMENTE, para o cargo de Assistente Social, nos seguintes termos:

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Classificatório Preliminar, dos candidatos que realizaram a prova para os cargos constantes no Edital de Processo Seletivo Edital nº 001/2017 do Município de Guarujá do Sul – SC, conforme segue:

Assistente Social Modalidade A								
C.I.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C.E.	L.P.	C.G.	Total	Class.
95	573139	Luciane Radke	11/12/1983	5,40	1,05	1,40	7,85	1º
89	573691	Graciele Regina Bizello	23/05/1983	5,40	1,05	1,05	7,50	2º
97	541114	Eliane Piacentini	14/11/1981	4,80	1,05	1,40	7,25	3º
94	571324	Cariela Martinazzo Jank	03/09/1984	4,80	1,05	1,05	6,90	4º
90	573171	Evelyn Luizie Kuhn	23/12/1987	4,20	1,05	1,40	6,65	5º
98	576950	Eliane Bau	10/08/1984	3,60	1,05	1,40	6,05	6º
93	547505	Aquidauana Marin Brunetto	31/07/1995	3,60	1,05	1,05	5,70	7º
92	570207	Leila De Ramos Pivetta	14/04/1988	3,60	1,05	1,05	5,70	8º
103	575605	Jesica Mai	16/02/1991	4,20	0,70	0,70	5,60	9º
99	575154	Marlene Terezinha Theisen	12/01/1983	3,00	1,05	1,05	5,10	10º
91	557915	Jussara Consoladora Colle	21/09/1969	3,00	1,05	0,70	4,75	11º
96	576281	Elis Marina Nodari	18/11/1988	3,00	1,05	0,70	4,75	12º
100	558779	Marilia Munerolli	02/05/1991	3,00	1,05	0,70	4,75	13º
101	564205	Jussamara Cristina Goncalves	29/01/1976	2,40	1,05	1,05	4,50	14º
102	576474	Angelita Poletto	18/01/1983	2,40	1,05	1,05	4,50	15º
104	563031	Raquel Tumelero	20/06/1995	3,00	0,70	0,35	4,05	16º
88	573523	Brigida Giongo	28/05/1983	0,60	0,70	0,70	2,00	Desc.

Art. 2º - Permanecem INALTERADAS as demais disposições constantes no Decreto nº 050/2017 de 21 de março de 2017 que homologou e publicou o resultado classificatório preliminar (antes dos recursos) relativo ao edital de Processo Seletivo nº 001/2017 do município de Guarujá do Sul, SC PARA TODOS OS DEMAIS CARGOS PREVISTOS NO PROCESSO DE SELEÇÃO.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC, em, 31 de março de 2017 - Certifique-se. Registre-se. Publique-se.

CLÁUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007-A/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007-A/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 01 de abril de 2018, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e dezessete, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para a eventual aquisição de tubos de concreto, meio fio de concreto e blocos vazados de concreto simples para alvenaria, para utilização da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 82.939.430/0001-38, neste ato representada pelo senhor AMÉRICO LORINI Prefeito Municipal, inscrito no CPF nº 162.730.799-00 e a empresa CONCRETOS CRUZEIRO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA., inscrita no CNPJ nº 75.493.908/0001-83 neste ato representada pelo senhor FERNANDO REGENSBURGER, Sócio Administrador, inscrito no CPF nº 196.410.609-53 em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do servidor Lorivan Xavier de Almeida, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
2	Tubo de concreto 300mm PS2	CONCRETOS Cr\$	UND	1000	23,00	23.000,00
3	Tubo de concreto 400mm PS2	CONCRETOS Cr\$	UND	1500	32,00	48.000,00
4	Tubo de concreto 500mm PS2	CONCRETOS Cr\$	UND	2500	57,00	142.500,00
5	Tubo de concreto 600mm PS2	CONCRETOS Cr\$	UND	1700	71,00	120.700,00
6	Tubo de concreto 800mm ca1 PA1	CONCRETOS Cr\$	UND	600	195,00	117.000,00
7	Tubo de concreto 1000mm ca1 PA1	CONCRETOS Cr\$	UND	50	295,00	14.750,00
8	Tubo de Concreto 1200mm ca1 PA1	CONCRETOS Cr\$	UND	30	550,00	16.500,00
9	Tubo de Concreto 1500mm ca1 PA1	CONCRETOS Cr\$	UND	30	810,00	24.300,00
10	Tubo de concreto 2000mm ca2 PA1	CONCRETOS Cr\$	UND	30	1390,00	41.700,00
11	Meio fio de concreto, peça com dimensão 0,65 x 0,30 x 0,10 mt.	CONCRETOS Cr\$	UND	500	17,00	8.500,00
TOTAL						556.950,00

Herval d'Oeste, 03 de abril de 2017.

AMÉRICO LORINI

Prefeito municipal

CPF Nº 162.730.799-00

Pelo município

FERNANDO REGENSBURGER

Sócio Administrador

CPF Nº 196.410.609-53

Pela empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007-B/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007-B/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 01 de abril de 2018, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e dezessete, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para a eventual aquisição de tubos de concreto, meio fio de concreto e blocos vazados de concreto simples para alvenaria, para utilização da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos pelo período de 12 meses, conforme descrito

no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ 82.939.430/0001-38, neste ato representada pelo senhor AMÉRICO LORINI Prefeito Municipal, inscrito no CPF nº 162.730.799-00 e a empresa SAUL CONCRETOS PRÉ-MOLDADOS LTDA. ME. , inscrita no CNPJ nº 12.108.380/0001-61 neste ato representada pelo senhor PEDRO JANDIR CORREA DE OLIVEIRA, Sócio Administrador, inscrito no CPF nº 730.189.379-53 em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do servidor Lorivan Xavier de Almeida, nos termos da IN CCI Nº 001/2015

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
1	Tubo de concreto 200mm PS2	SAUL PRÉ MOLDADOS	UND	500	19,40	9.700,00
12	Bloco de Concreto 14x19x39cm	SAUL PRÉ MOLDADOS	UND	5000	2,50	12.500,00
TOTAL						22.200,00

Herval d'Oeste, 03 de abril de 2017.

AMÉRICO LORINI PEDRO

Prefeito municipal

CPF Nº 162.730.799-00

Pelo município

JANDIR CORREA DE OLIVEIRA

Sócio Administrador

CPF Nº 730.189.379-53

Pela empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87

ATA SESSÃO PÚBLICA PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0021/2017

PREGAO PRESENCIAL N º 010/2017

ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DOS TRABALHOS LICITATÓRIOS REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017

Aos três dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às quatorze horas, no Gabinete do Senhor Prefeito Municipal de Herval d'Oeste o Pregoeiro Oficial do Município de Herval d'Oeste Servidor Rubens Antonio Correia, nomeado pela Portaria nº 816/2011, juntamente com o servidor Lucas Wilian da Silva Segundo, membro da equipe de apoio nomeado pela portaria nº 233/2017 Iniciou a sessão de abertura dos trabalhos licitatórios, para, na forma do edital de pregão presencial nº 010/2017 regido pela Lei nº 10.520/02 e suas alterações concomitantemente com a Lei n.º 8.666 de 21.06.93 e demais legislação vigente pertinente a matéria para proceder à que tem por objeto a Contratação de instituição financeira pública ou privada, devidamente autorizada pelo Banco Central, para a prestação de serviços, em caráter de exclusividade, de pagamento de vencimentos, salários, proventos, e similares, dos servidores da administração pública municipal direta e indireta do município com a permissão onerosa de uso de espaço público para a instalação e funcionamento de posto de atendimento bancário com 1 (um) guichê de caixa humano, 1(um) atendente e 1(um) vigilante bem como 1 (um) caixa automático, em conformidade com a regulamentação do Banco Central inclusive com atendimento no mesmo horário de expediente bancário em conformidade com as especificações do Termo de Referência. O edital foi publicado em 20/03/2017, contudo no horário preestabelecido, considerando que nenhuma empresa interessada em participar do presente processo protocolou os envelopes de proposta e habilitação, o pregoeiro declarou a licitação como DESERTA. Após este ato, nada mais havendo a tratar encerra os trabalhos com a lavratura desta ata que vai assinada pelo Pregoeiro Oficial e pelo membro da equipe de apoio. Esta ata terá publicidade conforme legislação e uma cópia afixada no Mural Público e no site da administração municipal, posteriormente o processo será remetido à autoridade competente para que a seu juízo, tome as medidas que julgar cabíveis.

RUBENS ANTONIO CORREIA LUCAS WILIAN DA SILVA SEGUNDO

Pregoeiro Oficial Equipe de Apoio

Matrícula 2878 Matrícula 4122

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2017

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2017

CONTRATANTE:
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO:
CLINICA FEMINA LTDA.

OBJETO:
Credenciamento de Pessoa Jurídica destinada a para prestação de serviços de na área de saúde, em consultas médicas especializada na área de Clínica Geral e pequenos procedimentos cirúrgicos.

VALOR CONSULTA - R\$ 20,00
VALOR PEQUENO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO – R\$ 30,00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.171/2016 de 21/12/2016.

Herval d'Oeste, em 31 de março de 2017.
AMÉRICO LORINI LUCIO SAAVEDRA TERAN
Prefeito Municipal Sócio Administrador

CONVOCAÇÃO Nº 2 _ ANDRESSA STREY
CONVOCAÇÃO

A PREFEITURA DE HERVAL D'OESTE (SC), por intermédio da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes:

Resolve:

Art. 1º Convocar a Senhora Andressa Strey, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 081.159.609-50, aprovada em 2º lugar, na relação de candidatos Habilitados com Graduação, para o cargo de professor de Artes, no Processo Seletivo nº 002/2015/SMECE, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.519/2016, prorrogado pelo Decreto 3.622/2017, para assumir 20 horas, nos turnos matutino e vespertino no GEM Nossa Senhora de Fátima e GEM Profº Adolfo Becker.

Art. 2º A convocada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir desta publicação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste para manifestar-se sobre a vaga.

Art. 3º A posse da aprovada, ora convocada, realizar-se-á a medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Herval d'Oeste (SC) em 03 de abril de 2017.

Mauro Sérgio Martini
Secretário Municipal de Educação,
Cultura e Esportes

Ciente em ____/____/____

Andressa Strey

LICITAÇÃO DESERTA Nº 010/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017
UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal
TIPO: MAIOR OFERTA

LICITAÇÃO DESERTA PP Nº 010/2017

OBJETO

Contratação de instituição financeira pública ou privada, devidamente autorizada pelo Banco Central, para a prestação de serviços, em caráter de exclusividade, de pagamento de vencimentos, salários, proventos, e similares, dos servidores da administração pública municipal direta e indireta do município

Tendo em vista que nenhuma empresa apresentou interesse em participar do certame licitatório em epígrafe, Declaro o Processo Licitatório nº 021/2017 na modalidade de Pregão Presencial nº 010/2017, como "Deserto".

Determino aos setores competentes que revoguem o presente processo e tomem-se as providências necessárias para a publicação de novo edital.

Publique-se,
Registre-se e
Cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), 03 de abril de 2017.
AMÉRICO LORINI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 578/2017

PORTARIA Nº 578/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor DIEGO DE BARROS (Matr. 3092), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "B", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº 281/2011, referente ao período aquisitivo de 04 de novembro de 2015 a 03 de novembro de 2016, para serem gozadas a contar de 03 de abril de 2017 a 14 de abril de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Abril de 2017.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 579/2017

PORTARIA Nº 579/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora MARILENE TANIELLO GOMES (Matr. 428), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível – 8, Referência "B", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2012 a 18 de agosto de 2013, para serem gozadas a contar de 03 de abril de 2017 a 14 de abril de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Abril de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 580/2017

PORTARIA Nº 580/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora FRANCIELI CAROLINE DRI TOSATTI (Matr. 3070), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "B", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº 281/2011, referente ao período aquisitivo de 30 de setembro de 2015 a 29 de setembro de 2016, para serem gozadas a contar de 03 de abril de 2017 a 14 de abril de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Abril de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 581/2017

PORTARIA Nº 581/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor SÉRGIO LUIZ NAGEL (Matr. 18), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Fiscal de Tributos, Nível – 11, Referência "N", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 16 de abril de 2015 e 15 de abril de 2016, para serem gozadas a partir de 03 de abril de 2017 a 02 de maio de 2017, de

conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Abril de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 582/2017

PORTARIA Nº 582/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor WILLIAN CÉSAR GAVASSO (Matr. 2751), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível – 12/1, Referência "C", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 06 de maio de 2015 e 05 de maio de 2016, para serem gozadas a partir de 03 de abril de 2017 a 02 de maio de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Abril de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 583/2017

PORTARIA Nº 583/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 03 de abril de 2017, da servidora IVONE DEBUS (Matr. 2859), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível – 8, Referência "C", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Abril de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 584/2017

PORTARIA Nº 584/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora SIDIMARA LOPES PEREIRA (Matr. 4010), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "A", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 22 de setembro de 2015 e 13 de outubro de 2016, para serem gozadas a partir de 03 de abril de 2017 a 02 de maio de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Abril de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 585/2017

PORTARIA Nº 585/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 10 (dez) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 1106/2016, da Servidora LUCIANA BOTTIN (Matr. 4006), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 22 de setembro de 2014 e 21 de setembro de 2015, para serem gozadas a partir de 03 de abril de 2017 a 12 de abril de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Abril de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 586/2017

PORTARIA Nº 586/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 1443/2016, da Servidora JANDIRA FERRANDIN (Matr. 4019), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo

compreendido entre 24 de setembro de 2015 e 25 de setembro de 2016, para serem gozadas a partir de 03 de abril de 2017 a 22 de abril de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Abril de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 587/2017

PORTARIA Nº 587/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DESIGNAR o Servidor ADRIANO BARETTA MANDRYK (Matr. 2875), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Arquiteto Urbanista, Nível/ Referência – 12/C, 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, para responder pelo Cargo em Provimento em Comissão de Diretor de Trânsito, Nível – DAS-1, a contar de 03 de abril de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Abril de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 588/2017

PORTARIA Nº 588/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor ADEMIR SAVIO PIRES DA SILVA (Matr. 1437), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Manutenção de Máquinas e Veículos, Nível – 8, Referência "F", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 22 de maio de 2015 e 21 de maio de 2016, para serem gozadas a partir de 03 de abril de 2017 a 02 de maio de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Abril de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 589/2017

PORTARIA Nº 589/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor ADEMIR TOSATTI (Matr. 882), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "F", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 16 de abril de 2015 e 15 de abril de 2016, para serem gozadas a partir de 03 de abril de 2017 a 02 de maio de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Abril de 2017.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 590/2017

PORTARIA Nº 590/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor JOÃO ELSON FERREIRA (Matr. 353), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "I", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07 de setembro de 2015 e 07 de setembro de 2016, para serem gozadas a partir de 03 de abril de 2017 a 02 de maio de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Abril de 2017.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 591/2017

PORTARIA Nº 591/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor JOSÉ ALÍPIO RIBEIRO (Matr. 146), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente Operacional, Nível – 4, Referência "N", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do

Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 20 de maio de 2015 e 19 de maio de 2016, para serem gozadas a partir de 03 de abril de 2017 a 02 de maio de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Abril de 2017.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 592/2017

PORTARIA Nº 592/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor SEBASTIÃO LOPES DE ANDRADE (Matr. 965), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "F", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 15 de abril de 2015 e 14 de abril de 2016, para serem gozadas a partir de 03 de abril de 2017 a 02 de maio de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Abril de 2017.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 593/2017

PORTARIA Nº 593/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, ao Servidor GILMAR CARMO KICH (Matr. 393), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "F", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08 de abril de 2015 e 07 de abril de 2016, para serem gozadas a partir de 03 de abril de 2017 a 02 de maio de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Abril de 2017.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 594/2017

PORTARIA Nº 594/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora ANGELA MARIA FINGER (Matr. 2777), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "C", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 16 de junho de 2015 e 15 de junho de 2016, para serem gozadas a partir de 03 de abril de 2017 a 02 de maio de 2017, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Abril de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 595/2017

PORTARIA Nº 595/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

EXONERAR, a Servidora VERA LÚCIA DA SILVA BILIBIO (Matr. 4390), a partir de 03 de abril de 2017, a qual ocupa o Cargo em Provimento em Comissão de Diretor de Finanças, Nível - DAS-1, 40 horas semanais, Anexo II da LC Nº 280/2011, alterado pelo Anexo VI da LC Nº 335/2016, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, alterada pela LC Nº 335/2016, sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Abril de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 596/2017

PORTARIA Nº 596/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR a pedido conforme requerimento anexo, a Servidora JAQUELINE SCHNEIDER (Matr. 4523), a contar de 03 de abril de 2017, a qual exercia a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno matutino, junto a EBM Estação Luzerna, de conformidade com preceitua

a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 03 de Abril de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 597/2017

PORTARIA Nº 597/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora FÁTIMA DIRLEY PEREIRA PAGANINI (Matr. 4525), para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Finanças, Nível – DAS-1, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 04 de abril de 2017, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, alterada pela Lei Complementar Nº 335/2016. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Abril de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 598/2017

PORTARIA Nº 598/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora VERA LÚCIA DA SILVA BILIBIO (Matr. 4526), para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Gestão, Administração e Patrimônio, Nível – DAS-1, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 04 de abril de 2017, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011, alterada pela Lei Complementar Nº 335/2016. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 04 de Abril de 2017.

Américo Lorini
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

AVISO DE LICITACAO PP 02 - FMS - MATERIAL DE LIMPEZA SAUDE CONSELHO TUTELAR, CRAS E PM

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE IBIAM

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE IBIAM, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 17 de abril, licitação modalidade Pregão Presencial n. 002/2017, SRP 001/2017, visando à aquisição de materiais de cozinha e limpeza para a Secretaria da Saúde, Conselho Tutelar, CRAS e Polícia Militar. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇO: 17 de abril de 2017 até as 09:00 hs, com abertura dos envelopes nesta mesma data, às 09:15 hrs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa, pelo fone (49) 3534 - 0045 ou pelo site www.ibiam.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC 29 DE MARÇO DE 2017

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITACAO PP 14 - PMI - ESCOLA MÚSICA

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE IBIAM

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 014/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE IBIAM, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 17 de abril de 2017, licitação modalidade Pregão Presencial n. 014/2017 visando a contratação de escola de música para oficinas de bateria, coral, violão e sanfona. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇO: 17/04/2017 até as 14:00 hs, com abertura dos envelopes nesta mesma data, às 14:15hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa, pelo fone (49) 3534 - 0045 ou pelo site www.ibiam.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC 28 DE MARÇO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3011/2017

DECRETO Nº 3011, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

DECLARA DESISTÊNCIA TÁCITA DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando, que no dia 02 de janeiro de 2017, o candidato aprovado em 1º lugar para o cargo de tesoureiro, foi convocado via e-mail;

Considerando, que no dia 03 de janeiro de 2017, foi enviado via correio a convocação para o candidato aprovado em 1º lugar para

o cargo de tesoureiro;

Considerando, que no dia 10 de janeiro de 2017, o candidato encaminhou e-mail, anexando a carta de desistência da vaga do cargo de tesoureiro;

Considerando, que no dia 12 de janeiro de 2017, o candidato recebeu a convocação que foi enviada via correio;

Considerando, o item 12.4 e 12.5, do Edital de Concurso Público nº 001/2016;

DECRETA

Art. 1º. Fica o candidato JOSÉ PAULO WEIDE, nº de inscrição 4912, aprovado para o cargo de TESOUREIRO, no Concurso Público homologado pelo Decreto nº 2911, de 30 de março de 2016, declarado desistente, tendo em vista a carta de desistência enviada via e-mail, bem como decorrido o prazo da convocação (artigo 21 da Lei Municipal nº 255/2004 – Estatuto do Servidor Público Municipal).

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 24 DE MARÇO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

DECRETO Nº 3012/2017

DECRETO Nº 3012, DE 24 DE MARÇO DE 2017.

DECLARA DESISTÊNCIA TÁCITA DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando, que no dia 02 de janeiro de 2017, o candidato aprovado em 4º lugar para o cargo de médico, foi convocado via e-mail;

Considerando, que no dia 03 de janeiro de 2017, foi enviado via correio a convocação para o candidato aprovado em 4º lugar para o cargo de médico;

Considerando, que no dia 13 de janeiro de 2017, o candidato recebeu a convocação que foi enviada via correio;

Considerando, que o dia 27 de janeiro de 2017, o candidato protocolou requerimento solicitando prorrogação do prazo de posse, conforme parágrafo único, do artigo 21, da Lei Municipal nº 255/2004;

Considerando, que no dia 13 de fevereiro, o candidato encaminhou via e-mail, foto da carta de desistência;

Considerando, o item 12.4 e 12.5, do Edital de Concurso Público nº 001/2016;

DECRETA

Art. 1º. Fica o candidato ROGER CARPES PONTEL, nº de inscrição 5358, aprovado para o cargo de MÉDICO, no Concurso Público homologado pelo Decreto nº 2911, de 30 de março de 2016, declarado desistente, tendo em vista a carta de desistência enviada via e-mail, bem como decorrido o prazo da convocação (artigo 21 da Lei Municipal nº 255/2004 – Estatuto do Servidor Público Municipal).

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 24 DE MARÇO DE 2017.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

DECRETO Nº 3013/2017

DECRETO Nº 3.013, DE 27 DE MARÇO DE 2017

“DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os termos da Portaria nº 150, de 27 de março de 2017;

Com amparo no artigo 88, incisos VII, IX e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. artigo 29, inciso III, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado vago o cargo de Professor II – Nível 3, em decorrência da aposentadoria da servidora WALDECIRA APARECIDA TRAGANCIN DE OLIVEIRA, concedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Benefício nº 1756741074.

Art. 2º. Em conformidade com o disposto no artigo 1º, restabelece no quadro geral dos servidores do Município, uma vaga para o cargo de Professor II a ser provida através de concurso público.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 27 DE MARÇO DE 2017.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 150/2017

PORTARIA Nº 150, DE 27 DE MARÇO DE 2017

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, VACÂNCIA E EXONERAÇÃO DA SERVIDORA WALDECIRA APARECIDA TRAGANCIN DE OLIVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelos incisos VII e IX do artigo 88 da Lei Orgânica Municipal, para efeitos do disposto no artigo 40 da Constituição Federal de 1988, combinado com o artigo 97, da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004 e,

Considerando a concessão, pelo Instituto Nacional da Seguridade Social, de Aposentadoria por Tempo de Serviço de Professor a servidora Waldecira Aparecida Tragancin de Oliveira, conforme benefício nº 1756741074, com início de vigência a partir de 09.12.2016 e com proventos no valor de R\$ 2.563,23, conforme carta de concessão do benefício apresentada pelo servidor;

Considerando que de acordo com o disposto no inciso III, do artigo 29, da Lei Municipal nº 255/2004, a vacância do cargo decorre, dentre outras causas, da aposentadoria;

Considerando que conforme Certidão emitida pelo Departamento de Pessoal do Município a servidora teria férias proporcionais (01.01.2017 a 27.03.2017), as quais poderão ser convertidas em pecúnia quando da exoneração conforme previsto no parágrafo único, do artigo 78 da mesma Lei;

Considerando que conforme Certidão emitida pelo Departamento de Pessoal do Município a servidora teria direito a licença prêmio (22.08.2008 a 23.08.2013), a qual poderá ser convertida em pecúnia quando da aposentadoria conforme previsto no parágrafo único, do artigo 96-F da Lei Municipal nº 385/2008;

RESOLVE:

Art. 1o. Declarar vago o cargo de Professor II, ocupado pela servidora WALDECIRA APARECIDA TRAGANCIN DE OLIVEIRA, matrícula nº 163, nomeada pela Portaria nº 101, de 02.07.2001, lotada na Secretaria Municipal da Educação em virtude de ter sido Aposentada por Tempo de Serviço de Professor conforme benefício nº 1756741074, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no caput deste artigo, fica a servidora exonerada do serviço público, cujas verbas rescisórias relativas à conversão em pecúnia das férias e licença prêmio não gozadas serão processadas e pagas.

Art. 2o. Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Portaria, serão usados recursos do orçamento municipal, no que couber.

Art. 3o. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4o. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 27 DE MARÇO DE 2017.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 151/2017

PORTARIA Nº 151, DE 27 DE MARÇO DE 2017

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; considerando os artigos 59 a 64, da Lei federal nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, combinado com o Decreto Federal nº 3.048, de 06 de Maio de 1999 e alterações posteriores, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Tratamento de Saúde a JUAREZ SIQUEIRA, servidor efetivo no cargo de Operador de Máquinas – Nível 4 – Referência E.

Art. 2º. O afastamento será de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Gabriel Cobra Teske – CRM-SC 23898, com início em 24 de março de 2017 e término em 07.04.2017.

§1º. Durante os primeiros 15 (quinze) dias consecutivos ao do afastamento do servidor, a remuneração será a cargo do órgão público.

§ 2º. A partir do décimo sexto dia do afastamento da atividade, o servidor estará em auxílio doença (INSS) e enquanto ele permanecer incapaz, de conformidade com o comunicado de resultado de avaliação da Previdência Social.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24 de março de 2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 27 DE MARÇO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 152/2017

PORTARIA Nº 152, DE 27 DE MARÇO DE 2017

"CONCEDE AFASTAMENTO TEMPORÁRIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos VII e IX, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com a alínea b, do inciso III, do Art. 100, da Lei Municipal nº 255, de 07 de Janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de Agosto de 2008, bem como certidão de óbito da Sra. Verônica Scortegagna Rampon, RESOLVE:

Art. 1º. Em razão do falecimento da Mãe do servidor efetivo WALDIR ANTONIO RAMPON – Operador de Máquinas – Nível 4 – Referência E, fica concedido afastamento temporário (luto) no período de 26 de março a 02 de abril de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 27 DE MARÇO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 153/2017

PORTARIA Nº 153, DE 27 DE MARÇO 2017

"CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, considerando o § 5º, do art. 87, da Lei Municipal nº 255, de 07 de Janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 450, de 20 de setembro de 2010, bem como o Atestado Médico apresentado em 28 de novembro de 2016, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder prorrogação da Licença Maternidade a servidora JULIANA LIZOT, ocupante do cargo efetivo de Fiscal Tributário – Nível 5 – Referência A, da Lei Complementar nº 023, de 03 de março de 2011.

Art. 2º. A prorrogação da licença maternidade de 60 (sessenta) dias será usufruída no período de 28 de março de 2017 a 26 de maio de 2017.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 27 DE MARÇO DE 2017.

IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA
Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 154/2017

PORTARIA Nº 154, DE 28 DE MARÇO DE 2017

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, considerando o art. 87, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Maternidade a servidora ADILCE RINALDI, ocupante do cargo efetivo de Agente Municipal – Nível 5– Referência E – Anexo 2, da Lei Complementar nº 023, de 03 de março de 2011.

Art. 2º. A licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias será usufruída no período de 28 de março de 2017 a 25 de julho de 2017.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 28 DE MARÇO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 156/2017

PORTARIA Nº 156, DE 31 DE MARÇO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentar ao servidor público municipal vinculado a Secretaria Municipal da Administração e da Fazenda, abaixo relacionado:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Gelson Luiz Trevisol	02.01.2014 a 01.01.2015	03.04.2017 a 02.05.2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 31 DE MARÇO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 157/2017

PORTARIA Nº 157, DE 31 DE MARÇO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Assistência Social, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Leila Aparecida Ramos Araldi	13.11.2015 a 12.11.2016	03.04.2017 a 02.05.2017
Simara Aparecida Trevisol Slongo	10.01.2016 a 09.01.2017	10.04.2017 a 09.05.2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 31 DE MARÇO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 158/2017

PORTARIA Nº 157, DE 31 DE MARÇO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Assistência Social, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Leila Aparecida Ramos Araldi	13.11.2015 a 12.11.2016	03.04.2017 a 02.05.2017
Simara Aparecida Trevisol Slongo	10.01.2016 a 09.01.2017	10.04.2017 a 09.05.2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 31 DE MARÇO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 159/2017

PORTARIA Nº 159, DE 31 DE MARÇO DE 2017

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Saúde, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Célia Aparecida da Silva Ramos	03.12.2015 a 02.12.2016	11.04.2017 A 10.05.2017
Ivair Zeno Micheluzzi	06.07.2015 a 05.07.2016	04.04.2017 a 13.04.2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 31 DE MARÇO DE 2017.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

Ilhota

PREFEITURA

EXTRATO DE DISPENSA - DJ 112 2017 - DOU - IMPRENSA NACIONAL

DISPENSA LICITATÓRIA - Nº 112/2017 - PROCESSO 126/2017

Objeto: REFERENTE A CONTRATAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.

CONTRATADA: – IMPRENSA NACIONAL

Valor Total: R\$ 7.987,31 (sete mil, novecentos e oitenta e sete reais e trinta e um centavos).

Amparo legal: art. 24, XVI da Lei Federal nº 8.666/93.

Ilhota, 31 de março de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 095/2017

PORTARIA Nº 95/2017

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

EXONERAR, o(a) Sr(a) Luiz Celso Sabino, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERIAIS, em caráter efetivo, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 200 horas mês, a partir de 01 de março de 2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 21 de março de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 096/2017

PORTARIA Nº 96/2017

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da lei orgânica municipal,

RESOLVE

DEMITIR, o(a) Sr(a) Kalinde Ribeiro dos Santos, do cargo de ATENDENTE DE CEI, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 27 de março de 2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 27 de março de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 098/2017

PORTARIA Nº 98/2017

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

ADMITIR, o(a) Sr(a) Cecilia Aparecida Minuzzi, no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 17 de março de 2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 28 de março de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 099/2017

PORTARIA Nº 99/2017

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

NOMEAR, o(a) Sr(a) Josimar Saes, no cargo de CHEFE DE DIVISÃO, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de março de 2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 28 de março de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA 97/2017

PORTARIA Nº 97/2017

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

NOMEAR, o(a) Sr(a) Alvarilda Aparecida de Souza, no cargo de CHEFE DE DIVISÃO, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 200 horas mês, a partir de 08 de fevereiro de 2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 27 de março de 2017.
ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PROTOCOLO DE CHAMADA DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

Protocolo de Chamada de Candidato Aprovado em Concurso Público

Dentro do que estabelece o Edital 001/2014 de 06/03/2014, e o Decreto nº 24 de 10/07/2014 que Homologa Resultado do Concurso Público nº 01/2014, deverá o candidato citado abaixo comparecer munido das documentações exigidas pelo referido edital em até 7 (sete) dias úteis a sua ciência, das 08:00 as 12:00 ou das 13:30 as 17:30 horas na Prefeitura Municipal de Ilhota, situada à Rua Leoberto Leal, 160, no Centro da Cidade de Ilhota, para o ingresso na carreira de serviço público municipal. O caso de não comparecimento no prazo acima citado importará em ciência do candidato no seu remanejamento para o final da listagem de classificação.

Ilhota (SC), 03 de Abril de 2017.

Candidato: MATEUS GARCIA BEZERRA DA SILVA

Inscrição: 51173-0

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO

Endereço: RUA GENERAL FAHRENHEIT 843 APTO 03

Bairro: FORTALEZA Cidade: BLUMENAU Estado: SC CEP: 895057500

Fone: 47 33390009 – 47 91235568

_____ CIENTE EM _____/

_____/_____
Ass. Candidato

Imarui**PREFEITURA****EDITAL CHAMADA PUBLICA Nº 003/SMECDJ/2017****TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO**

1.1. Pelo presente, solicitamos que seja aberto Edital de seleção emergencial de professores substitutos (chamada pública) em consonância ao edital nº001/2017 com base na Lei Complementar nº 005 de 04 de abril de 2008, de acordo com o Art. 56, para o ano letivo de 2017.

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS**2.1. Elaboração do edital para:**

- Seleção emergencial de professores substitutos (chamada pública) para ocupar vagas onde não houve inscritos e/ou já se esgotaram todas as possibilidades de chamamento em relação à listagem do processo seletivo, considerando que todos os candidatos já se encontram lotados em vagas com carga horária em sua totalidade.

3. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO

O processo de seleção emergencial de professores substitutos (chamada pública) deverá preencher as vagas das quais não temos mais inscritos no processo seletivo edital nº 001/2017 para atender os alunos das escolas da Rede Municipal de Ensino, desta forma necessitamos das contratações temporárias supracitadas.

A classificação dos membros inscritos dar-se-á com base na habilitação/ formação na área.

A carga horária oferecida poderá ser de 10, 20 e/ou 40 horas semanais de acordo com a necessidade das unidades escolares.

1. Dos Cargos e das Vagas**1.1. Quadro de Cargos, Vagas Carga Horária Semanal, habilitação Mínima e Salário:**

CARGO	VAGAS	C. H.	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA	SALÁRIO
Professor de Geografia (Habilitado) Ensino Fundamental e EJA	01	20h.	Nível Superior Em Licenciatura Plena na área.	R\$ 1.002,80
Pedagogo	01	40h	Nível Superior Em Licenciatura Plena em Pedagogia / Ed. Especial.	R\$ 2.005,61
Motorista Transporte Escolar	01	40h.	4ª série de Ensino Fundamental; Carteira Nacional de Habilitação "AD" e curso de Transporte Escolar.	R\$ 1.039,59
Segundo Professor	01	20	Nível Superior de Licenciatura Plena na área.	R\$ 1.002,80

4. ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. Os serviços serão realizados pelo responsável técnico do setor dos Recursos Humanos da Secretaria Municipal da Educação, tais como:

- Formulação edital emergencial;
- Levantamento das vagas necessárias;
- Análise dos documentos comprobatórios para classificação;
- Classificação dos candidatos;

5. QUALIFICAÇÃO E CAPACIDADE TÉCNICA

A secretaria municipal da educação, com designação da comissão do edital nº 001/2017 amparada pelo decreto de nº003 de 03 de janeiro de 2017 realizará o processo de elaboração do edital emergencial.

6. PRAZO DE DURAÇÃO/ EXECUÇÃO

O prazo de duração/ execução do presente objeto fará referencia do ano letivo 2017.

7. LOCAL DA CHAMADA

O local será sede da Secretaria Municipal de Educação.

Atenciosamente,

Deivid Monteiro Torquato
Secretário Municipal da Educação,
Cultura, Desporto e Juventude.

EDITAL EMERGENCIAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/SMECDJ/2017 PARA ADMISSÃO DE PROFESSORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Art. 28 da Lei Nº 1028, de 24 de Janeiro de 2005, e legislação em vigor no ato da admissão, torna público, pelo presente Edital, as normas para Chamada Pública, em razão de esgotada a listagem de professores classificados por disciplina, no processo seletivo ACT 2017, bem como da abertura de vagas para as disciplinas onde não houve inscritos no Edital de Nº 001/2017, em obediência aos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa, dando assim Provimento à contratação de profissionais para os cargos descritos na tabela a seguir:

1. DOS CARGOS E DAS VAGAS**1.2. QUADRO DE CARGOS, VAGAS CARGA HORÁRIA SEMANAL, HABILITAÇÃO MÍNIMA E SALÁRIO:**

CARGO	VAGAS	C. H.	HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA	SALÁRIO
Professor de Geografia (Habilitado) Ensino Fundamental e EJA	01	20h.	Nível Superior Em Licenciatura Plena na área	R\$1.002,80
Pedagogo (NAE)	01	40h	Nível Superior Em Licenciatura Plena em Pedagogia / Ed. Especial.	R\$2.005,61
Motorista Transporte Escolar	01	40h.	4ª série de Ensino Fundamental; Carteira Nacional de Habilitação "AD" e curso de Transporte Escolar.	R\$1.039,59
Segundo Professor	01	20	Nível Superior de Licenciatura Plena na área.	R\$1.002,80

2. JUSTIFICATIVAS PARA CONTRATAÇÃO DOS PROFISSIONAIS MENCIONADOS NESTE EDITAL:

As vagas supracitadas encontram-se á disposição para chamada pública devido aos seguintes fatores:

- ☐ Ausência de profissionais inscritos no edital de Nº 001/2017, nas vagas de Geografia (habilitado), Ensino Fundamental e EJA;
- ☐ Desinteresse por parte dos candidatos Inscritos no processo seletivo de Nº 001/2017 para os cargos de Pedagogo e Segundo professor, devido ao fato dos mesmos já estarem lotados em outras escolas, havendo assim excesso de carga horária ou incompatibilidade de horários.
- ☐ Falta de habilitação de alguns candidatos inscritos no processo seletivo Nº 001/2017 para o cargo de Motorista de transporte escolar, desinteresse de outros pelo fato de já estarem lotados em outras vagas, excedendo assim sua carga horária, bem como a falta de Curso de Transporte Escolar exigido pelo edital supracitado, para que seja feito a investidura no cargo.

2. A Comissão da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, responsável pela operacionalização do Edital nº 001/2017/SMEDJ, referentes ao Processo Seletivo ACT/2017, deverá proceder a Chamada Pública das vagas remanescentes das Chamadas anteriores, somente após esgotarem-se todas as possibilidades de oferta das aulas aos professores efetivos e aos professores ACTs que já escolheram.

3. Após o encerramento da listagem de professores classificados em disciplinas do Processo Seletivo, poderão ser oferecidas aulas/vagas remanescentes para candidatos classificados em áreas afins, bem como a composição de vagas com disciplinas da mesma área do conhecimento.

4. Os gestores Escolares deverão encaminhar, por e-mail, para o setor de Recursos humanos, um quadro com todas as vagas (por disciplina) que ainda não foram ocupadas em suas respectivas escolas, por não haver mais candidatos classificados ou que não há inscrito na referida Disciplina.

5. Os candidatos interessados deverão dirigir-se à Secretaria Municipal de Educação, munidos de documentos pessoais, comprovação (original) de sua habilitação, comprovante de tempo de atuação na disciplina da vaga pleiteada emitido pela Unidade Escolar (se houver) e/ ou requerido antecipadamente ao setor de Recursos Humanos do Município, bem como comprovante de tempo de serviço no Estado emitido por órgão competente, e para candidatos oriundos do magistério Particular apresentar documento comprobatório mediante carteira de trabalho para a escolha das vagas disponíveis em cada certame, em horário estabelecido pela Secretaria Municipal De Educação, no período matutino, entre 08:30 às 12:00 horas, todas as terças e quintas feiras a partir do dia 06/04/2017.

6. A chamada de Professores para admissão em caráter temporário (ACT), referente ao processo seletivo do Edital nº 001/2017/SMEDJ, havendo esgotamento da lista de classificados, por disciplina, será feita mediante Chamada Pública, a ser expedida pela SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, que deverá ser publicada no site www.imarui.sc.gov.br – Menu - Concursos Públicos, concursos abertos, no mural da Secretaria De Educação, e por outro meio hábil, de acordo com os critérios abaixo:

7. A Secretaria Municipal De Educação divulgará o quadro de vagas, por disciplina, com carga horária, motivo da contratação, conforme necessidade do poder Público.

8. A Secretaria Municipal De Educação, no mesmo ato, expedirá Chamada Pública, convocando os professores que tiverem interesse em assumir as vagas disponíveis, dentro de suas habilitações, respeitando todos os critérios e pré-requisitos previstos no Edital nº 001/2017/SMEDJ.

9. No momento do certame havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, exceto para o cargo de Motorista de transporte escolar e para o cargo de Pedagogo, a classificação destes candidatos obedecerá aos seguintes critérios:

- 1º) Diploma de Licenciatura Plena na disciplina da vaga;
- 2º) Frequência Curso Superior Licenciatura Plena na disciplina da vaga / 10ª fase;
- 3º) Frequência Curso Superior Licenciatura Plena na disciplina da vaga / 9ª fase;
- 4º) Frequência Curso Superior Licenciatura Plena na disciplina da vaga / 8ª fase;
- 5º) Frequência Curso Superior Licenciatura Plena na disciplina da vaga / 7ª fase;
- 6º) Frequência Curso Superior Licenciatura Plena na disciplina da vaga / 6ª fase;
- 7º) Frequência Curso Superior Licenciatura Plena na disciplina da vaga / 5ª fase;

- 8º) Frequência Curso Superior Licenciatura Plena na disciplina da vaga / 4ª fase;
- 9º) Frequência Curso Superior Licenciatura Plena na disciplina da vaga / 3ª fase;
- 10º) Frequência Curso Superior Licenciatura Plena na disciplina da vaga / 2ª fase;
- 11º) Frequência Curso Superior Licenciatura Plena na disciplina da vaga / 1ª fase;
- 12º) Tempo de serviço do magistério público Estadual, Municipal ou particular;
- 13º) Maior idade do candidato;
- 14º) Número de dependentes

10. Critérios para classificação de candidatos para as vagas de Motorista de Transporte Escolar:

- 1º) 4º série do Ensino Fundamental;
- 2º) Carteira Nacional de habilitação "AD";
- 3º) Curso de transporte escolar, atualizado;
- 4º) Maior idade do candidato;
- 5º) Maior Número de dependentes.

11. Critérios para classificação de candidatos à vaga de Pedagogo.

- 1º) Licenciatura plena em Pedagogia, Anos Iniciais/ Educação Infantil com habilitação em educação especial;
- 2º) Licenciatura plena em Pedagogia, Anos Iniciais/ Educação Infantil com pós Graduação (Latu Sensu) em educação Especial;
- 3º) Licenciatura em Pedagogia e complementação em Educação Especial;
- 4º) Licenciatura em Pedagogia, Anos Iniciais/Educação Infantil;
- 5º) Licenciatura em Pedagogia, Anos Iniciais;
- 6º) Licenciatura em Pedagogia, Educação Infantil.

12. O candidato que não possuir a habilitação mínima exigida constante na tabela do subitem 1.2 do edital nº 003/2017/SMEDJ, não poderá participar do processo de seleção, visto que os critérios se apresentam para que se tenha uma maior seleção dos profissionais contratados, atendendo assim o princípio da eficiência.

13. A Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Desempenho Pedagógico e Funcional dos Professores contratados, instituída pelo decreto Nº 003 de Janeiro de 2017, deverá manifestar Parecer referente aos casos em que a classificação de candidatos e/ou se encontre de maneira implícita ou haja empate de forma a não ser atendida primeiramente pelos critérios de desempate ou ainda qualquer outras situações que possam vir a surgir e que a Priore não sejam resguardadas pelos editais de nº 001/2017 e 003/2017.

14. Havendo dois ou mais candidatos classificados em um mesmo item acima, serão considerados os seguintes critérios de desempate:

- 1º) Maior grau de formação;
- 2º) Maior tempo de serviço no magistério: (Municipal, Estadual e Particular) -mediante apresentação do respectivo comprovante comprobatório;
- 3º) Maior idade.
- 4º) Sorteio

15. Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

IMARUÍ, 29/03/2017
Rui José Candemil Júnior
Prefeito municipal

PORTARIA Nº 173

PORTARIA GP Nº 173/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Exoneração do cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

SABRINA TORQUATO MENDES do cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro Geral de Pessoal do Município, de acordo com a Comunicação Interna nº 044/2017 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 174

PORTARIA GP Nº 174/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Redução de Carga Horária de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017, resolve:

REDUZIR:

A carga horária do(a) professor(a) CACILDA DE SOUZA PADILHA ALVES de 40h para 20h semanais, de acordo com a CI nº 043/2017 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 175PORTARIA GP Nº 175/2015, DE 02 DE MARÇO DE 2017
Conceder Licença sem vencimento

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Complementar 003/2007, resolve a pedido:

CONCEDER

Licença Sem vencimento para a funcionária SILVANA DA SILVA PAULO, ocupante do cargo de Professor Educação Infantil.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 176

PORTARIA GP Nº 176/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017, resolve:

NOMEAR:

QUIRINA GONÇALVES com CPF 078.666.719-23 para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 20h na E.E.F.M. Osvaldo de Sousa Siqueira, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 177

PORTARIA GP Nº 177/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017, resolve:

NOMEAR:

DAIANA DA SILVA com CPF 104.459.649-01 para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 20h na E.E.F.M. Osvaldo de Sousa Siqueira, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 178

PORTARIA GP Nº 178/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Assistente Social

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

MICHELLY CANDIDO PIRES com CPF 088.517.119-50, para exercer o cargo de Assistente Social, com carga horária de 30h, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 179

PORTARIA GP Nº 179/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Fonoaudiólogo

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

GUILHERME JAIR DOS SANTOS com CPF 092.568.609-37, para exercer o cargo de Fonoaudiólogo, com carga horária de 20h, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 180

PORTARIA GP Nº 180/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Nutricionista

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

MARISTELA LEAL FRANCISCO com CPF 507.134.699-00, para exercer o cargo de Nutricionista, com carga horária de 20h, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 181

PORTARIA GP Nº 181/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Psicólogo-NAE

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

MARIANE GUERREIRO MARGOTTI com CPF 087.605.069-03, para exercer o cargo de Psicólogo-NAE, com carga horária de 40h, de

acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 182

PORTARIA GP Nº 182/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017, resolve:

NOMEAR:

ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA COSTA com CPF 039.372.109-46, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 20h na E.E.F.M. Osvaldo de Sousa Siqueira, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 183

PORTARIA GP Nº 183/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017, resolve:

NOMEAR:

KELI SABINO PADILHA com CPF 087.891.809-41, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 20h na E.E.F.M. Osvaldo de Sousa Siqueira, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 184

PORTARIA GP Nº 184/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Física

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

VICTOR PEDRIMAR BARRETO com CPF 112.626.939-50, para exercer o cargo de Professor de Educação Física, com carga horária de 20h na E.E.F.M. Padre Itamar Luiz da Costa, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL

Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 185

PORTARIA GP Nº 185/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Artes

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

SUZIANE POLUCENO VIANA com CPF 987.936.409-00, para exercer o cargo de Professor de Artes, com carga horária de 20h na E.E.F.M. Guilhermina Ana Pereira e E.E.F.M. Larice Cavalcante Caldas, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL

Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 186

PORTARIA GP Nº 186/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Física

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

FERNANDA DA ROSA com CPF 102.094.109-06, para exercer o cargo de Professor de Educação Física, com carga horária de 20h na E.E.F.M. Larice Cavalcante Caldas, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL

Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 187

PORTARIA GP Nº 187/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Física

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

ORLANDO GUEDERT MENDES com CPF 043.452.739-43, para exercer o cargo de Professor de Educação Física, com carga horária de 30h na E.E.F.M. Herculano Vicente Luis e E.E.F.M. Osvaldo de Souza Siqueira, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL

Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 188

PORTARIA GP Nº 188/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Artes

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

ISRAEL CORREA com CPF 026.119.389-97, para exercer o cargo de Professor de Artes, com carga horária de 40h na E.E.F.M. Pref. Portinho Bittencourt, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 189

PORTARIA GP Nº 189/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Língua Portuguesa-EJA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

LUANA MARQUES MACHADO DE SOUZA com CPF 086.952.209-40, para exercer o cargo de Professor de Língua Portuguesa-EJA, com carga horária de 10h na E.E.F.M. Osvaldo de Souza Siqueira, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 190

PORTARIA GP Nº 190/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Língua Portuguesa

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

ELISANGELA AVILA MAXIMIANO com CPF 031.433.139-51, para exercer o cargo de Professor de Língua Portuguesa, com carga horária de 20h na E.E.F.M. Larice Cavalcante Caldas, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 191

PORTARIA GP Nº 191/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Inglês

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei

nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

ANA CAROLINI DE SOUSA com CPF 072.869.149-36, para exercer o cargo de Professor de Inglês, com carga horária de 20h na E.E.F.M. José Tomás Ribeiro, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 192

PORTARIA GP Nº 192/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Inglês

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

SILVANA DA SILVA PAULO com CPF 031.992.189-11, para exercer o cargo de Professor de Inglês, com carga horária de 40h na E.E.F.M. Larice Cavalcante Caldas e E.E.F.M. Padre Itamar Luis da Costa, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 193

PORTARIA GP Nº 193/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Inglês

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

RENATO BARBOSA RODRIGUES com CPF 020.461.929-74, para exercer o cargo de Professor de Inglês, com carga horária de 40h na E.E.F.M. Pref. Portinho Bittencourt, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 194

PORTARIA GP Nº 194/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Língua Portuguesa

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

MAURICIO DANIELSKI VICENTE com CPF 047.523.909-14, para exercer o cargo de Professor de Língua Portuguesa, com carga horária de 10h na E.E.F.M. Pref. Portinho Bittencourt, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 195

PORTARIA GP Nº 195/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Anos Iniciais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

MARIA APARECIDA DE SOUSA com CPF 613.310.829-00, para exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, com carga horária de 20h na E.E.F.M. Larice Cavalcante Caldas, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 196

PORTARIA GP Nº 196/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Anos Iniciais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

IVALDO DA SILVA com CPF 578.379.299-34, para exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, com carga horária de 20h na E.E.F.M. Larice Cavalcante Caldas, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 197

PORTARIA GP Nº 197/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Anos Iniciais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

CATIA SIMONE DE CARVALHO com CPF 884.918.970-20, para exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, com carga horária de 20h na E.E.F.M. José Tomás Ribeiro, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 198

PORTARIA GP Nº 198/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Anos Iniciais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

EDIMARA MARCELINO MACHADO com CPF 085.711.949-47, para

exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, com carga horária de 40h na E.E.F.M. Osvaldo de Souza Siqueira, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 199

PORTARIA GP Nº 199/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
DANIELA CUNHA DA SILVA CARDOZO com CPF 021.438.319-94, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 30h na C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 200

PORTARIA GP Nº 200/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
JANAINA LOVERBECK TOMAZ PIMENTA com CPF 285.369.558-96, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 30h na C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 201

PORTARIA GP Nº 201/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
FABIANA DOS REIS MATIAS com CPF 071.077.139-81, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40h na C.E.I.M. Herculano Vicente Luis, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 202

PORTARIA GP Nº 202/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
MORGANA MATIAS BITTENCOURT com CPF 103.451.379-65, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 10h na C.E.I.M. Herculano Vicente Luis, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 203

PORTARIA GP Nº 203/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
LIDIANE RIBEIRO DE JESUS CARVALHO com CPF 060.291.719-09,

para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 20h na C.E.I.M. Herculano Vicente Luis, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 204

PORTARIA GP Nº 204/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

FLAVIA DIONISSA DOMINGOS com CPF 075.125.059-73, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40h na C.E.I.M. Olímpio Córdova Valente, de acordo com a CI nº 064/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 205

PORTARIA GP Nº 205/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

ROSILENE DE SOUSA CARDOSO DE CASTRO com CPF 863.942.319-91, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 30h na C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 206

PORTARIA GP Nº 206/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

NECINA MACHADO FERNANDES com CPF 043.423.019-70, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 30h na E.E.F.M. Larice Cavalcante Caldas, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 207

PORTARIA GP Nº 207 /2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

DIELY DOMINGOS DO NASCIMENTO com CPF 107.736.199-84, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40h na C.E.I.M. Herculano Vicente Luis, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 208

PORTARIA GP Nº 208 /2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

OTILIA ROCHADEL NUNES DE CASTRO com CPF 767.039.839-68,

para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 30h na C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 209

PORTARIA GP Nº 209/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

DENISI VIERIA DAMAS DE SOUZA com CPF 058.098.999-27, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40h na C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 210

PORTARIA GP Nº 210/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

JOSIANE MONTEIRO VIEIRA CRESCENCIO com CPF 029.425.959-73, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 30h na C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 211

PORTARIA GP Nº 211/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

JOSIANI CORREIA VENÂNCIO com CPF 025.552.949-02, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 20h na C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 212

PORTARIA GP Nº 212/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

TAMIREZ DA SILVA MONTEIRO com CPF 094.558.599-39, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40h na E.E.F.M. Larice Cavalcante Caldas, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 213

PORTARIA GP Nº 213/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

DEIVID NUNES DE SOUSA com CPF 101.700.749-78, para exercer

o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40h na E.E.F.M. Larice Cavalcante Caldas, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 214

PORTARIA GP Nº 214/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

EDINA BERKENBROCK ALVES com CPF 060.175.459-06, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40h na E.E.F.M. Larice Cavalcante Caldas, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 215

PORTARIA GP Nº 215/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

PABLINNY FRANCISCO DE OLIVEIRA com CPF 088.802.089-93, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 20h na E.E.F.M. Padre Itamar Luiz da Costa, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 216

PORTARIA GP Nº 216/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

DAYANI DE OLIVEIRA CARDOSO com CPF 095.924.989-38, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40h na C.E.I.M. Herculano Vicente Luis, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 217

PORTARIA GP Nº 217/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

ROSIANE MARIA DOS SANTOS ALEXANDRE com CPF 042.408.869-02, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 30h na C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 218

PORTARIA GP Nº 218/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

MARCIA ANDREA MONTEIRO RAFAEL com CPF 784.791.939-72,

para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40h na C.E.I.M. José Tomás Ribeiro, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 219

PORTARIA GP Nº 219/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

ANA PAULA RAMOS com CPF 103.977.469-54, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 30h na C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 220

PORTARIA GP Nº 220/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

ROBERTA CABRAL MATIAS com CPF 085.910.399-47, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40h na C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 221

PORTARIA GP Nº 221/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

BRENDA VIEIRA DA SILVA com CPF 091.377.519-30, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40h na E.E.F.M. José Tomas Ribeiro, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 222

PORTARIA GP Nº 222/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

ADRIANA DE CASTRO MEDEIROS BARRETO com CPF 927.627.949-00, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 30h na C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 223

PORTARIA GP Nº 223/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

MARIA DO CARMO CRESCENCIO MATOS com CPF 489.847.369-53,

para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 30h na C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 224

PORTARIA GP Nº 224/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

JAQUELINE FLORENTINO DAMAS com CPF 045.898.959-27, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40h na C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 225

PORTARIA GP Nº 225/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Motorista

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

JASON DA SILVA NUNES com CPF 069.957.209-62, para exercer o cargo de Motorista, de acordo com a CI nº 050/2017 da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 226

PORTARIA GP Nº 226/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Motorista

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

DELZI MACHADO ALVES com CPF 179.095.119-49, para exercer o cargo de Motorista, de acordo com a CI nº 050/2017 da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 227

PORTARIA GP Nº 227/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Anos Iniciais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

CACILDA DE SOUZA PADILHA ALVES com CPF 132.212.949-48, para exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, com carga horária de 20h na E.E.F.M. Osvaldo de Souza Siqueira, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 228

PORTARIA GP Nº 228/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor Auxiliar de Educação Especial

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

DIEGO ALEXANDRE SILVA com CPF 102.955.799-35, para exercer

o cargo de Professor Auxiliar de Educação Especial, com carga horária de 20h na E.E.F.M. Osvaldo de Souza Siqueira, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 229

PORTARIA GP Nº 229/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor Auxiliar de Educação Especial

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

ELISABETE MARIA FORTUNATO DUARTE com CPF 897.933.079-00, para exercer o cargo de Professor Auxiliar de Educação Especial, com carga horária de 20h na E.E.F.M. José Tomas Ribeiro, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 230

PORTARIA GP Nº 230/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Redução de Carga Horária de Professor

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017, resolve:

REDUZIR:

A carga horária do(a) professor(a) MARCELO SEBASTIÃO FERNANDES de 40h para 20h semanais, de acordo com a CI nº 043/2017 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 231

PORTARIA GP Nº 231/2017 DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Assistente

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

MARCIA ELIZA DA SILVA DOS PASSOS com CPF 000.186.709-11 para exercer o cargo de Assistente, de acordo com a CI nº 054/2017 da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 232

PORTARIA GP Nº 232/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Designa Servidor Municipal para atuar no Apoio Pedagógico

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº005 de 04 de abril de 2008 e posteriores alterações, resolve:

DESIGNAR:

IVONETE VIEIRA DA SILVA para atuar no Apoio Pedagógico da E.E. F.M Pref. Portinho Bittencourt, com gratificação de 10% com carga horária de 40h semanais, de acordo com a CI nº 062/2017 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 233

PORTARIA GP Nº 233/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Designa Servidor Municipal para atuar no Apoio Pedagógico

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº005 de 04 de abril de 2008 e posteriores alterações, resolve:

DESIGNAR:

PATRICIA DAMAZIO para atuar no Apoio Pedagógico da E.E.F.M

Pref. Portinho Bittencourt, com gratificação de 10% com carga horária de 40h semanais, de acordo com a CI nº 062/2017 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 234

PORTARIA GP Nº 234/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Designa Servidor Municipal para atuar no Setor Pedagógico

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº005 de 04 de abril de 2008 e posteriores alterações, resolve:

DESIGNAR:

MARTA DA SILVA MAIA para atuar no Setor Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, com carga horária de 40 horas semanais e gratificação de 30%, de acordo com a CI nº 055/2017.

Imaruí, 02 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 02/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 235

PORTARIA GP Nº 235/2017, DE 03 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor Língua Inglesa

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
LUANA MARQUES MACHADO DE SOUZA com CPF 086.952.209-40, para exercer o cargo de Professor Língua Inglesa, com carga horária de 30h na E.E.F.M. Osvaldo de Souza Siqueira, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 03 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 03/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 236

PORTARIA GP Nº 236/2017, DE 03 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor Língua Inglesa

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
ELISANGELA AVILA MAXIMIANO com CPF 031.433.139-51, para exercer o cargo de Professor Língua Inglesa, com carga horária de 10h na E.E.F.M. Guilhermina Ana Pereira, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 03 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 03/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 237

PORTARIA GP Nº 237/2017, DE 03 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor Artes

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
ANA CAROLINI DE SOUSA com CPF 072.869.149-36, para exercer o cargo de Professor Artes, com carga horária de 10h na E.E.F.M. José Tomás Ribeiro, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 03 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 03/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 238

PORTARIA GP Nº 238/2017, DE 03 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Artes

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
MAURICIO DANIELSKI VICENTE com CPF 047.523.909-14, para

exercer o cargo de Professor de Artes, com carga horária de 20h na C.E.I.M. Padre Itamar Luis da Costa, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 03 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 03/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 239

PORTARIA GP Nº 239/2017, DE 03 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

LIDIANE RIBEIRO DE JESUS CARVALHO com CPF 060.291.719-09, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 20h na C.E.I.M. Herculano Vicente Luis, de acordo com a CI nº 064/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 03 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 03/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 240

PORTARIA GP Nº 240/2017, DE 03 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

MORGANA MATIAS BITTENCOURT com CPF 103.451.379-65, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 20h na C.E.I.M. Herculano Vicente Luis, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 03 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 03/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 241

PORTARIA GP Nº 241/2017, DE 03 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

SINARA ALVES com CPF 066.072009-40, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 30h na E.E. F.M. Larice Cavalcante Caldas, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 03 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 03/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 242

PORTARIA GP Nº 242/2017, DE 03 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

SABRINA TORQUATO MENDES com CPF 087.620.639-95, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 40h na E.E.F.M. Larice Cavalcante Caldas, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 03 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 03/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 243

PORTARIA GP Nº 243/2017, DE 03 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo

Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

DAIANE FERNANDES CARDOSO com CPF 056.494.969-86, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 30h na C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 03 de março de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 03/03/2017

JUACI DO AMARAL

Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 244

PORTARIA GP Nº 244/2017, DE 03 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

MARIA DE FATIMA FALUSINO PEREIRA com CPF 067.915.799-94, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 03 de março de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 03/03/2017

JUACI DO AMARAL

Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 245

PORTARIA GP Nº 245/2017 DE 03 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Diretor Geral

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

SANDRA MIRIAN OLIVEIRA DA SILVA com CPF 800.008.009-53 para exercer o cargo de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 03 de março de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 03/03/2017

JUACI DO AMARAL

Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 246

PORTARIA GP Nº 246/2017, DE 03 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

PABLINNY FRANCISCO DE OLIVEIRA com CPF 088.802.089-93, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 20h na E.E.F.M. Padre Itamar Luiz da Costa, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 03 de março de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 03/03/2017

JUACI DO AMARAL

Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 247

PORTARIA GP Nº 247/2017, DE 03 DE MARÇO DE 2017.

Exoneração de Funcionário Público Municipal

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

DOMENICIA MARCELINO MACHADO do cargo de Merendeira, decorrente de aposentadoria concedida pelo INSS.

Imaruí, 03 de março de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 03/03/2017

JUACI DO AMARAL

Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 248

PORTARIA GP Nº 248/2017, DE 03 DE MARÇO DE 2017.

Exoneração do Cargo de Técnico de Enfermagem

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve, a pedido:

EXONERAR:

FABIANE PEREIRA DE MEDEIROS ALSIRA do cargo de Técnico de

Enfermagem, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 03 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 03/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 249

PORTARIA GP Nº 249/2017, DE 06 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor Auxiliar de Educação Especial

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
KARINA DE SOUSA DA SILVA com CPF 037.873.489-05, para exercer o cargo de Professor Auxiliar de Educação Especial, com carga horária de 20h na E.E.F.M. Larice Cavalcante Caldas, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 06 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 250

PORTARIA GP Nº 250/2017, DE 06 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Anos Iniciais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
MARIA SALETE ROSA DA SILVA com CPF 398.371.499-49, para exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, com carga horária de 20h na E.E.F.M. Pref. Portinho Bittencourt, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 06 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 251

PORTARIA GP Nº 251/2017, DE 06 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Agente Educador

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
DOUGLAS PEREIRA BATISTA com CPF 087.131.509-28, para exercer o cargo de Agente Educador na C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 06 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 252

PORTARIA GP Nº 252/2017, DE 06 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Agente Educador

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
PATRICIA DOS REIS JORGE com CPF 109.718.899-02, para exercer o cargo de Agente Educador na C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 06 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 253

PORTARIA GP Nº 253/2017, DE 06 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Agente Educador

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
RODRIGO SILVA DE OLIVEIRA com CPF 105.906.359-05, para exercer o cargo de Agente Educador na C.E.I.M. Carlos Gomes,

de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 06 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 254

PORTARIA GP Nº 254/2017, DE 06 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Agente Educador

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
LUCAS ALVES SELHORST com CPF 096.972.169-24, para exercer o cargo de Agente Educador na C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 06 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 255

PORTARIA GP Nº 255/2017, DE 06 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Agente Educador

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
AMELIA DOS REIS DE SOUSA com CPF 108.284.849-29, para exercer o cargo de Agente Educador na C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 06 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 256

PORTARIA GP Nº 256/2017, DE 06 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
FABIANA SILVEIRA FELIPE com CPF 018.570.089-60, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 06 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 257

PORTARIA GP Nº 257/2017, DE 06 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
JULIANA COSTA TEIXEIRA com CPF 114.508.979-83, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 06 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 258

PORTARIA GP Nº 258/2017, DE 06 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
ALBA ESPINDOLA RODRIGUES com CPF 031.025.789-18, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 06 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 259

PORTARIA GP Nº 259/2017, DE 06 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
PRISCILA DOS PASSOS RAFAEL com CPF 081.808.719-67, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 06 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 260

PORTARIA GP Nº 260/2017, DE 06 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor Auxiliar de Educação Especial

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
SILVANIA SILVA MACHADO DE SOUZA com CPF 079.624.339-57, para exercer o cargo de Professor Auxiliar de Educação Especial, com carga horária de 20h na E.E.F.M. Osvaldo de Souza Siqueira, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 06 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 261

PORTARIA GP Nº 261/2017, DE 06 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de História-EJA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
SÔNIA CARDOSO com CPF 096.167.659-06, para exercer o cargo de Professor de História-EJA, com carga horária de 10h na C.E.I.M. Olímpio Córdova Valente, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 06 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 06/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 262

PORTARIA GP Nº 262/2017, DE 08 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
DANIELY FAUST FLORIANO com CPF 107.288.919-64, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 10h na C.E.I.M. Herculano Vicente Luis, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 08 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 08/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 263

PORTARIA GP Nº 263/2017, DE 09 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
DANIELY FAUST FLORIANO com CPF 107.288.919-64, para exercer

o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 20h na C.E.I.M. Herculano Vicente Luis, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 09 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 09/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 264

PORTARIA GP Nº 264/2017, DE 09 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Agente Educador

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
NEUSA NUNES DA SILVA com CPF 192.566.248-93, para exercer o cargo de Agente Educador na C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 09 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 09/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 265

PORTARIA GP Nº 265/2017, DE 09 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
JULIANA GRUNOW MATIAS com CPF 103.622.799-50, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 10h na C.E.I.M. Herculano Vicente Luis, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 09 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 09/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 266

PORTARIA GP Nº 266/2017, DE 10 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Anos Iniciais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
ANA CAROLINE DA ROSA com CPF 108.382.229-27, para exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, com carga horária de 20h na E.E.F.M. Guilhermina Ana Pereira, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 10 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 10/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 267

PORTARIA GP Nº 267/2017, DE 10 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Física-EJA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
GEOVANI VENÂNCIO CRESCÊNCIO com CPF 021.201.409-95, para exercer o cargo de Professor de Educação Física-EJA, com carga horária de 10h na E.E.F.M. Osvaldo de Sousa Siqueira, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 10 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 10/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 268

PORTARIA GP Nº 268/2017, DE 10 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Língua Portuguesa-EJA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
JOSEANE DOS PASSOS VIZOSO VARGAS com CPF 028.646.759-35,

para exercer o cargo de Professor de Língua Portuguesa-EJA, com carga horária de 10h na E.E.F.M. Pref. Portinho Bittencourt, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 10 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 10/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 269

PORTARIA GP Nº 269/2017, DE 10 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
JESSICA GONÇALVES DA ROSA com CPF 080.268.069-05, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 20h na E.E.F.M. Osvaldo de Sousa Siqueira, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 10 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 10/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 270

PORTARIA GP Nº 270/2017, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor Auxiliar de Educação Especial

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
DANIELA CUNHA DA SILVA CARDOZO com CPF 021.438.319-94, para exercer o cargo de Professor Auxiliar de Educação Especial, com carga horária de 10h na C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 13 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 13/03/2017

JUACI DO AMARAL

Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 271

PORTARIA GP Nº 271/2017, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor Auxiliar de Educação Especial

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
MARIA LUISA DOS PASSOS DA SILVA com CPF 077.639.069-44, para exercer o cargo de Professor Auxiliar de Educação Especial, com carga horária de 20h na C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 050/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 13 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 13/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 272

PORTARIA GP Nº 272/2017, DE 16 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Física

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:
ANDRE LUIZ SCHARDONG com CPF 551.826.580-87, para exercer o cargo de Professor de Educação Física, com carga horária de 40h na C.E.I.M. Carlos Gomes e E.E.F.M. José Tomas Ribeiro, de acordo com a CI nº 052/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 16 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 16/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 273

PORTARIA GP Nº 273/2017, DE 16 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Infantil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

NAYARA BORGES BALLMAM com CPF 088.624.759-42, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 20h na E.E.F.M. Osvaldo de Sousa Siqueira, de acordo com a CI nº 052/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 16 de março de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 16/03/2017

JUACI DO AMARAL

Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 274

PORTARIA GP Nº 274/2017, DE 16 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Motorista

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei nº 1930 de 27 de abril de 2016 e de acordo com o Processo Seletivo 004/2016, resolve:

NOMEAR:

OTACILIO MARQUES com CPF 079.279.869-45, para exercer o cargo de Motorista, de acordo com a CI nº 027/2017 da Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 16 de março de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 16/03/2017

JUACI DO AMARAL

Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 275

PORTARIA GP Nº 275/2017, DE 16 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Educação Física

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

VICTOR PEDRIMAR BARRETO com CPF 112.626.939-50, para exercer o cargo de Professor de Educação Física, com carga horária de 20h na C.E.I.M. Carlos Gomes, de acordo com a CI nº 052/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 16 de março de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 16/03/2017

JUACI DO AMARAL

Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 276

PORTARIA GP Nº 276/2017, DE 16 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Anos Iniciais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

PATRICIA DE SOUZA ZAMPIERE com CPF 069.807.629-07, para exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, com carga horária de 20h na E.E.F.M. Pref. Portinho Bittencourt, de acordo com a CI nº 052/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 16 de março de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 16/03/2017

JUACI DO AMARAL

Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 277

PORTARIA GP Nº 277/2017, DE 17 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Motorista

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei nº 1930 de 27 de abril de 2016 e de acordo com o Processo Seletivo 004/2016, resolve:

NOMEAR:

ANTONIO JOSÉ ALVES DA SILVA com CPF 009.895.749-03, para exercer o cargo de Motorista, de acordo com a CI nº 030/2017 da Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 17 de março de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 17/03/2017

JUACI DO AMARAL

Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 278

PORTARIA GP Nº 278/2017, DE 17 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

CLAUDIA APARECIDA PEREIRA com CPF 064.774.829-08, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, de acordo com a CI nº 052/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 17 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 17/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 279

PORTARIA GP Nº 279/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Médico Psiquiatra - NASF

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei nº 1930 de 27 de abril de 2016 e de acordo com o Processo Seletivo 004/2016, resolve:

NOMEAR:

FERNANDO VERÇOSA MARINHO com CPF 305.544.248-27, para exercer o cargo de Médico Psiquiatra - NASF, de acordo com a CI nº 030/2017 da Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 20 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 20/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 280

PORTARIA GP Nº 280/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

Exoneração de Funcionário Público Municipal

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

MARIA ALBERTINA SOARES do cargo de Agente Administrativo II, decorrente de aposentadoria concedida pelo INSS.

Imaruí, 20 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 20/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 281

PORTARIA GP Nº 281/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

GRAZIELI FERNANDES DA ROCHA FAUST com CPF 083.695.559-50, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, de acordo com a CI nº 056/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 20 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 20/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 282

PORTARIA GP Nº 282/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

Nomeação para o cargo de Professor de Matemática-EJA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.962 de 15 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Processo Seletivo 001/2017, resolve:

NOMEAR:

SABRINA PEREIRA FLAUSINO com CPF 093.502.669-03, para exercer o cargo de Professor de Matemática-EJA, com carga horária de 10h na E.E.F.M. Pref. Portinho Bittencourt, de acordo com a CI nº 056/2017, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 20 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 20/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 283

PORTARIA GP Nº 283/2017, DE 21 DE MARÇO DE 2017.

Remoção de Servidor Público Municipal

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 34 da Lei Complementar nº 003/2007, de 26 de dezembro de 2007, resolve:

REMOVER:

ELIGIA DA ROSA NEVES da Secretaria Municipal de Administração e Finanças para a Secretaria Municipal de Saúde de acordo com a

CI nº 02/2017 da Secretaria de Administração e Finanças.

Imaruí, 21 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 21/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 284

PORTARIA GP Nº 284/2017, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

Exoneração do Cargo de Assistente Social

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve, a pedido:

EXONERAR:

ANA CLAUDIA SOARES DOS SANTOS do cargo de Assistente Social, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 27 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 27/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 285

PORTARIA GP Nº 285/2017, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

Exoneração do Cargo de Tesoureiro

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve, a pedido:

EXONERAR:

DEBORA GARCIA HERMESMEYER do cargo de Tesoureiro, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 27 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 27/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 286

PORTARIA GP Nº 286/2017 DE 27 DE MARÇO DE 2017.

Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 305/2015, do funcionário JAIME WESTRUP para atuar como responsável pela manutenção de Rodovias Municipais da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Imaruí, 27 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 27/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 287

PORTARIA GP Nº 287/2017 DE 27 DE MARÇO DE 2017.

Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 306/2015, do funcionário JACOB MONTEIRO DE METRIO para atuar como responsável pela manutenção de Rodovias Municipais Região-Norte da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Imaruí, 27 de março de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 27/03/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 288

PORTARIA GP Nº 288/2017 DE 03 DE ABRIL DE 2017.

Nomeação para o cargo de Secretário de Administração e Finanças

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

JAILSON MANOEL ROSA com CPF 058.607.539-93 para exercer o cargo de Secretário de Administração e Finanças, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 03 de abril de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 03/04/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 289

PORTARIA GP Nº 289/2017 DE 03 DE ABRIL DE 2017.

Nomeação para o cargo de Coordenador de Promoção Social

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

ANA CLAUDIA SOARES DOS SANTOS com CPF 079.761.079-09 para exercer o cargo de Coordenador de Promoção Social, de acordo com a CI nº 031/2017 da Secretaria de Promoção Social, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 03 de abril de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 03/04/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 290

PORTARIA GP Nº 290/2017, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

Nomeação para o cargo de Engenheiro Civil

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições, que lhe confere o art. 61, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o resultado do Concurso Público Edital nº 001/2016, resolve:

NOMEAR:

TAMIRES DOS SANTOS com CPF 093.347.159-95 para exercer o cargo efetivo de Engenheiro Civil, com carga horária de 30h semanais, do Quadro Geral de Pessoal do Município.

Imaruí, 03 de abril de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 03/04/2017

JUACI DO AMARAL
Secretario de Planejamento e Gestão

PORTARIA Nº 291

PORTARIA GP Nº 291/2017, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

Revogação de Portaria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, usando de suas atribuições legais, resolve:

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 013/2017, do funcionário ROMOALDO RAIMUNDO com a função de responsável pela Secretaria de Administração e Finanças.

Imaruí, 03 de abril de 2017.
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/DOM em 03/04/2017

JUACI DO AMARAL
Secretário de Planejamento e Gestão

Imbituba

PREFEITURA

ATA



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Conselho Municipal de Contribuintes

Ao primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e dezessete, às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, tendo por local a sala de reuniões do Gabinete do Prefeito, na sede da Prefeitura Municipal de Imbituba, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Municipal de Contribuintes nomeados pelo DECRETO PMI Nº 249, de 30 de dezembro de 2015, sob a presidência do Sr. Felipe Ribeiro Marins, para discutir junto à Administração Municipal assuntos relacionado ao aperfeiçoamento do Conselho Municipal de Contribuintes. Além do Presidente, estavam presentes os Conselheiros titulares Eraldo Bittencourt Mota, Andrea Leydeane Miranda, Tatianne de Bona, Osmarina Teixeira Machado e Paulo Sérgio Martins. Fizeram-se presentes à reunião, o Excelentíssimo Prefeito do Município de Imbituba, Senhor Rosivaldo da Silva Júnior, e o Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública, Senhor Amilton Gonçalves de Souza. Inicialmente, o Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, em nome dos demais Conselheiros, cumprimentou o Prefeito e o Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública, e agradeceu a ambos por receberem o Conselho, principalmente num período de início do mandato de Governo, quando as demandas são inúmeras. Na sequência, o Presidente explicou que a solicitação da reunião junto à administração municipal tem como objetivo reivindicar algumas melhorias na infraestrutura do Conselho, com vistas a aperfeiçoar o trabalho do colegiado e garantir a transparência necessária do trâmite dos processos que são analisados pelo Conselho. O Presidente informou que as reivindicações são aquelas apresentadas ao Prefeito, quando este esteve presente à reunião do Conselho realizada no dia 08 de setembro de 2016, quando estava em campanha eleitoral, concorrendo ao cargo de Chefe do Poder Executivo do município de Imbituba. Com a palavra, o Prefeito cumprimentou a todos os presentes e falou da importância do Conselho para o município. Declarou que também se recorda das reivindicações e, na sequência, colocou-se à disposição do Conselho para discutir cada uma delas. Com a palavra, o Presidente, Conselheiro Felipe Marins, falou que, em 2015, o Conselho elaborou o seu Regimento Interno e que o mesmo foi aprovado pelo então Prefeito, Senhor Jaison Cardoso de Souza. No entanto, para colocar em prática o Regimento Interno, há necessidade de algumas demandas. A primeira delas é colocar à disposição do Conselho uma Secretária ou estagiária para realizar atendimento ao contribuinte, prestando informações sobre os processos em trâmite no Conselho, orientando-os na elaboração de seu recurso dirigido ao Conselho e prestando os esclarecimentos sobre a legislação tributária. Além disso, a secretária ou estagiária deverá elaborar acórdãos, atas, editais de convocação, pautas, ofícios, etc; organizar e



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Conselho Municipal de Contribuintes

participar das reuniões do Conselho; organizar arquivos e fazer a devida publicação no Diário Oficial do Município, mural da Prefeitura e site do Poder Executivo, de todos atos oficiais do Conselho, garantindo a devida publicidade e transparência. Com a palavra, o Prefeito declarou que estão selecionando estagiários para atuarem na Prefeitura e que poderá direcionar um deles para atuar junto ao Conselho. Foi discutido que o estagiário deverá ser da área de direito ou contabilidade, devido a necessidade de que o mesmo tenha conhecimentos relacionados à legislação tributária. Com a palavra, o Secretário de Administração e Gestão Pública, Senhor Amilton Gonçalves de Souza, declarou que os estagiários da área de direito estão sendo os mais requisitados pelas secretarias da Prefeitura, mas que, na medida do possível, tentará viabilizar um deles para o Conselho. Ato contínuo, o Prefeito apresentou ao Conselho, o Administrador da Prefeitura Municipal de Imbituba, Senhor Luciano Alves Zanini, que é servidor responsável pela publicação dos atos da Prefeitura no Diário Oficial dos municípios. O Senhor Luciano falou que os atos do Conselho poderão ser encaminhados a ele, por e-mail, que providenciará a devida publicação. Dando continuidade à pauta, o Presidente solicitou a disponibilização de um local apropriado para atendimento ao contribuinte e para o desenvolvimento dos trabalhos do Conselho Municipal de Contribuintes na Prefeitura Municipal de Imbituba, dotado da infraestrutura necessária. Ainda esclareceu que o Conselho de Contribuintes já possui um notebook que foi disponibilizado pela administração anterior. O Secretário de Administração informou que, brevemente, o layout físico da Prefeitura será remodelado e que tentará viabilizar um local apropriado ao Conselho no andar térreo. Com a palavra, o Conselheira Osmarina sugeriu que a estagiária ou estagiário do Conselho poderá ficar junto ao setor de protocolo. Com a palavra, o Secretário declarou que estudará um local apropriado para o Conselho. O Presidente do Conselho declarou que o espaço será destinado a estagiária e que o Conselho poderá continuar fazendo as suas reuniões na Câmara, onde tem uma sala com espaço adequado para que os contribuintes, bem como os representantes da Prefeitura possam ser ouvidos ou, simplesmente, possam acompanhar o julgamento dos processos. Dando continuidade à reunião, o Presidente tratou da importância de que seja disponibilizado no site da Prefeitura um link direcionado ao Conselho Municipal de Contribuintes, onde o contribuinte e demais interessados possam acessar informações sobre os processos, as pautas e calendário de reuniões, bem como os resultados dos julgamentos, acórdãos, atas, além de informações sobre Código tributário Municipal, entre outros. O Prefeito declarou que estão reformulando o site da Prefeitura e que solicitará



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Conselho Municipal de Contribuintes

ao Profissional responsável que viabilize o link do Conselho. O Prefeito então questionou a quem caberá alimentar com informações o link do Conselho. Com a palavra, o Presidente informou que caberá à estagiária fazer esse trabalho. Por fim, foi tratado sobre a viabilidade de um projeto de Lei para que o município conceda isenção do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana do município ao portador de moléstia grave ou que possua dependente portador diagnosticado de moléstia grave. Com a palavra, o Prefeito declarou que um projeto nestas proporções necessita ser bem estudado, já que é bastante complicado mensurar o impacto dessa concessão de isenção no orçamento da prefeitura. Falou que o projeto deverá ser bem detalhado, e citou o exemplo de considerar a cardiopatia grave como uma das moléstias para a concessão de isenção de IPTU. Segundo o Prefeito, a cardiopatia grave pode ter vários graus. Por exemplo, um indivíduo pode ser portador de doença cardíaca, mas não ter qualquer limitação de atividade física ou pode ter doença cardíaca que o impossibilite de qualquer atividade, até mesmo levantar da cama. Com a palavra, o Presidente do Conselho informou que solicitou informações à Secretaria Municipal de Saúde e que o assunto será bastante estudado pelo Conselho. Com a palavra, o Presidente ainda informou que o Conselho elaborou um modelo de Requerimento a ser preenchido pelo Contribuinte que desejar apresentar recurso contra decisão em Primeira Instância, ou seja, Recurso dirigido ao Conselho Municipal de Contribuintes. O Presidente então explicou que, atualmente, o Contribuinte é muito mal orientado no preenchimento do Requerimento endereçado ao Conselho e que o modelo sugerido melhor instruirá o Contribuinte no seu preenchimento, além de descrever a documentação necessária a ser juntada junto ao Requerimento. Com a palavra, o Prefeito solicitou ao Conselho que encaminhe o modelo de Requerimento ao Secretário da Fazenda. Não havendo mais nada a tratar, os representantes do Conselho desejaram sucesso ao Prefeito Municipal que está iniciando o seu mandato e agradeceram pela proveitosa reunião. Por fim, o Presidente, Conselheiro Felipe Ribeiro Marins, convocou os demais Conselheiros para a próxima reunião Ordinária do ano de 2017 do Conselho Municipal de Contribuintes que será realizada no dia 15 de março, às 17h45 min, na sala de reuniões da Câmara de Vereadores de Imbituba. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião da qual eu, Tatianne de Bona, Secretária do Conselho, lavrei a presente ata que após lida, foi colocada em votação pela Presidente, sendo a ata aprovada e devidamente assinada pelos Conselheiros presentes.

ATA

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, tendo por local a sala de reuniões da Câmara Municipal de Imbituba, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Municipal de Contribuintes nomeados pelo DECRETO PMI Nº 249, de 30 de dezembro de 2015, sob a presidência do Sr. Felipe Ribeiro Marins, para analisar e deliberar sobre a Ordem do Dia. Além do Presidente, estavam presentes os Conselheiros titulares Eraldo Bittencourt Mota, Andrea Leydeane Miranda, Tatianne de Bona, Osmarina Teixeira Machado, Nil Marlene Arantes e Paulo Sérgio Martins. Dando por aberta a reunião, o Presidente, Conselheiro Felipe Ribeiro Marins, solicitou à Secretária, Conselheira Tatianne de Bona, a leitura do Edital nº 007/2017 que teve por objetivo a convocação dos membros integrantes do Conselho Municipal de Contribuintes para a presente reunião. Após a leitura do Edital, o Presidente pediu suspensão do julgamento do Processo nº 3420/2014, da contribuinte Maria Aparecida Laurentino Luiz, e do Processo nº 2990/2016, do Contribuinte Vanderlei de Souza, que estão sob a sua relatoria, para fins de averiguação in locu. No caso do processo do contribuinte Vanderlei, o relator pediu a suspensão, visto que o mesmo trata de não incidência respectivo à cultura de gado no imóvel. A Conselheira Andrea manifestou-se no sentido de afastar a intempestividade do recurso, já que o protocolo juntado aos autos pelo recorrente demonstra a inequívoca verossimilhança das alegações, por quanto à data manualmente inserida no recurso demonstra o interstício legal adequado para a interposição do referido recurso. O relator Felipe Ribeiro Marins pediu a suspensão do julgamento que foi aprovado por unanimidade dos conselheiros, estando impedida a conselheira Nil Marlene face à relação profissional da mesma com o contribuinte. O Conselheiro Felipe diante da manifestação da Conselheira Andrea reviu seu posicionamento anterior e tratando-se de matéria fático probatória a ser averiguada in locu, requereu a suspensão do julgamento. Após, o Presidente solicitou ao Conselheiro Paulo Sérgio Martins a leitura do Processo nº 17371/2016, do Contribuinte João de Souza, que está sob a sua relatoria. O Relator informou que o contribuinte solicitou prescrição de IPTU relativo a três imóveis. Foi constatado nos autos do processo que o requerente assinou confissão da dívida, no entanto, o contribuinte relata no processo que a dívida estava prescrita. Esgotado o tempo de reunião, ficou suspenso o julgamento para a próxima reunião, ficando este e os demais temas previstos no edital de convocação, incluídos na pauta da próxima reunião do Conselho Municipal. Por fim, o Presidente, Conselheiro Felipe Ribeiro Marins, convocou os demais Conselheiros para a próxima reunião Ordinária do ano de 2017 do Conselho Municipal de Contribuintes que será realizada no dia 05 de abril, às 17h45 min, na sala de reuniões da Câmara de Vereadores de Imbituba. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião da qual eu, Tatianne de Bona, Secretária do Conselho, lavrei a presente ata que após lida, foi colocada em votação pela Presidente, sendo a ata aprovada e devidamente assinada pelos Conselheiros presentes.

DECRETO PMI Nº 040, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO PMI Nº 040, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria-Executiva do Gabinete do Prefeito – SEGAB e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria – Executiva do Gabinete do Prefeito – SEGAB, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I**DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º À Secretaria-Executiva do Gabinete do Prefeito – SEGAB compete prestar assistência e assessoramento ao Chefe do Poder Executivo no desempenho das atividades relacionadas com:

- I – administração geral do Gabinete do Prefeito;
- II – assistência direta e imediata nos serviços de secretaria particular e institucional do Prefeito;
- III – articulação política com a população e com outras esferas de poder;
- IV – executar as atividades de assessoramento legislativo, acompanhando a tramitação, na Câmara, de projetos de interesse do Executivo, e manter contato com lideranças políticas, comunitárias e parlamentares do Município;
- V – assessorar a Administração Municipal na interlocução com a União, o Estado e outros Municípios;
- VI – transmissão e controle das orientações e instruções emanadas do Prefeito;
- VII – expedição e publicação dos atos editados pelo Prefeito;
- VIII – comunicação com as Secretarias, órgãos e entidades municipais;
- IX – organização de cerimonial de eventos;
- X – organização da agenda do Prefeito;
- XI – representação, atendimento e articulação política e social;
- XII – serviços de publicidade, comunicação social, de relações públicas e de campanhas institucionais;
- XIII – coordenação de assuntos afins ou interdependentes que interessem a mais de um órgão da Administração Municipal;
- XIV – contratação e interlocução com o órgão oficial do Município, responsável pela divulgação e publicação dos atos oficiais;
- XV – edição e controle de atos normativos de cunho geral, com a respectiva publicidade legal.

Parágrafo único. Cabe a(o) titular da Secretaria-Executiva do Gabinete do Prefeito exercer as atribuições atinentes à competência estabelecida no caput, pelas disposições normativas atinentes às atividades do órgão, bem como aquelas estabelecidas direta ou indiretamente pela legislação vigente ou determinadas por delegação ou subdelegação de competência.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria- Executiva do Gabinete do Prefeito, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a)-Executivo(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

1. Departamento de Atos Normativos

2. Departamento de Cerimonial

3. Departamento de Relações Institucionais

4. Diretoria de Coordenação-Geral do Orçamento Participativo

III – órgão colegiado:

a) Conselho Municipal da Medalha Henrique Lage.

Art. 4º O(a) titular da Secretaria-Executiva do Gabinete do Prefeito deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria-Executiva do Gabinete do Prefeito para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria-Executiva, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria-Executiva do Gabinete do Prefeito ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a)-Executivo(a)	Secretaria Executiva	1	Remuneração	2.500,00
Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	1	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) Técnico	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Assessor(a) de Comunicação	Assessoria	2	Remuneração	1.600,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.300,00
Assistente de Diretor(a)	Assessoria	1	Remuneração	1.200,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Assessor(a) de Gabinete	Gratificação	2.200,00
Secretário(a) Executivo(a)	Gratificação	1.250,00
Diretor(a)	Gratificação	950,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	950,00
Assessor(a) Técnico	Gratificação	800,00
Assessor(a) de Comunicação	Gratificação	800,00
Chefe de Departamento	Gratificação	650,00
Assistente de Diretor(a)	Gratificação	600,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria-Executiva do Gabinete do Prefeito.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de março de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luiciano Alves Zanini
Administrador

DECRETO PMI Nº 041, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO PMI Nº 041, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas Unidade Central do Sistema de Controle Interno - UCSCI e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Unidade Central do Sistema de Controle Interno – UCSCI, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Unidade Central do Sistema de Controle Interno compete:

- I – adoção das providências necessárias à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e combate à corrupção, às atividades de ouvidoria e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da administração pública municipal;
- II – decisão preliminar acerca de representações ou denúncias fundamentadas que receber, indicando as providências cabíveis;
- III – instauração de procedimentos e processos administrativos a seu cargo, constituindo comissões, e requisição de instauração daqueles injustificadamente retardados pela autoridade responsável;
- IV – acompanhamento de procedimentos e processos administrativos em curso em órgãos ou entidades da administração pública municipal;
- V – realização de inspeções e avocação de procedimentos e processos em curso na administração pública municipal, para exame de sua regularidade, propondo a adoção de providências ou a correção de falhas;
- VI – efetivação ou promoção da declaração da nulidade de procedimento ou processo administrativo e, se for o caso, da imediata e regular apuração dos fatos envolvidos nos autos e na nulidade declarada;
- VII – requisição de dados, informações e documentos relativos a procedimentos e processos administrativos já arquivados por autoridade da administração pública municipal;
- VIII – requisição a órgão ou entidade da administração pública municipal de informações e documentos necessários a seus trabalhos ou atividades;
- IX – requisição a órgãos ou entidades da administração pública municipal de servidores necessários à constituição de comissões e de qualquer servidor indispensável à instrução de processo ou procedimento;
- X – proposição de medidas legislativas ou administrativas e sugestão de ações necessárias a evitar a repetição de irregularidades constatadas;
- XI – recebimento de reclamações relativas à prestação de serviços públicos, em geral, e apuração do exercício negligente de cargo, emprego ou função na administração pública municipal, quando não houver disposição legal que atribua competências específicas a outros órgãos;
- XII – execução das atividades de controladoria no âmbito do Poder Executivo municipal;
- XIII – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009.
- XIV – apoio ao controle social, seja o exercido individualmente por qualquer cidadão ou por um grupo de pessoas, oferecendo suporte estrutural e de infraestrutura para o pleno funcionamento dos conselhos municipais no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas;
- XV – coordenar as atividades da Ouvidoria;
- XIV – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Unidade Central do Sistema de Controle Interno, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Coordenação Executiva da Unidade de Controle Interno;

1. Diretoria de Ouvidoria, Transparência e Combate à Corrupção

1.2. Supervisão de Apoio ao Controle Social

III – órgão colegiado:

a) Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral

do Município, o Regimento Interno da Unidade Central do Sistema de Controle Interno para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Unidade Central do Sistema de Controle Interno, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Unidade Central do Sistema de Controle Interno ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	1.900,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Coordenação Executiva	1	Remuneração	1.600,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	950,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Gratificação	800,00

III – Funções Gratificadas:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Supervisor(a)	1	Gratificação	250,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Unidade Central do Sistema de Controle Interno.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de março de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

DECRETO PMI Nº 042, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO PMI Nº 042, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Procuradoria-Geral do Município – PGM e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Procuradoria-Geral do Município – PGM, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Procuradoria-Geral do Município compete prestar assistência e assessoramento jurídico ao Chefe do Poder Executivo no desempenho de suas funções, bem como:

I – defender em juízo e fora dele os interesses e direitos do Município;

- II – emitir pareceres nos processos que lhe são distribuídos, assim como naqueles de matéria legislativa;
- III – redigir, organizar, numerar e manter sob sua responsabilidade, os contratos e convênios, termos de colaboração, termos de fomento e acordos de cooperação, que geram direitos e obrigações pelo Município;
- IV – exercer a representação judicial e extrajudicial do Município, em qualquer processo em que este for autor, réu, assistente, oponente, ou de qualquer forma interessado, em qualquer foro, instância, e órgãos da administração direta e indireta dos entes federativos; bem como em outras atividades jurídicas delegadas pelo Prefeito ou por previsão normativa específica;
- V – assessorar juridicamente as Secretarias e demais órgãos da administração direta do Município;
- VI – elaborar e/ou analisar anteprojeto de leis, decretos, resoluções, regulamentos e portarias, minutas de contratos, de escrituras, acordos, convênios, licitações e quaisquer outros atos ou negócios jurídicos em que o Município seja parte;
- VII – cobrar a dívida ativa fiscal, e da proveniente de quaisquer outros créditos do Município;
- VIII – auxiliar em sindicâncias administrativas e processos administrativos disciplinares;
- IX – assessorar o Prefeito e as unidades administrativas nos atos relacionados à desapropriação, alienação e aquisição de bens móveis e imóveis;
- X – emitir pareceres sobre o interesse da municipalidade, examinando anteprojeto de leis, justificativas de vetos, decretos, contratos, projetos de regulamentos e outros documentos de natureza jurídica;
- XI – promover o exame de ordens e sentenças judiciais e orientar o Prefeito e as demais unidades administrativas quanto ao seu exato cumprimento;
- XII – zelar pela fiel observância à aplicação das leis, decretos, portarias e regulamentos existentes no Município, principalmente no que se refere ao controle da legalidade dos atos praticados pelos agentes públicos;
- XIII – promover a organização e atualização da coletânea de leis municipais, bem como da legislação estadual e federal de interesse do Município;
- XIV – apoiar e manter os serviços de proteção e defesa do consumidor;
- XV – coordenar as medidas relativas ao cumprimento dos prazos de pronunciamento, pareceres, requerimentos e respostas de solicitações de informações endereçadas ao Executivo Municipal e outras atividades correlatas;
- XVI – desenvolver ações integradas com as Secretarias Municipais relacionadas a área jurídica;
- XVII – realizar o controle orçamentário no âmbito da Procuradoria-Geral do Município;
- XVIII – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais no âmbito da Procuradoria-Geral do Município;
- XIX – executar atividades administrativas no âmbito da Procuradoria-Geral do Município;
- XX – zelar pelo patrimônio alocado na Procuradoria-Geral do Município, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;
- XXI – edição e controle de atos normativos de cunho específico da Procuradoria-Geral do Município, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Procuradoria-Geral do Município, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata a(o) Secretário(a)-Executivo(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

1. Diretoria de Atos Contratuais
2. Diretoria de Defesa e Proteção do Consumidor
3. Unidade Gestora Organizacional de Registro e Acompanhamento de Feitos
 - 3.1. Departamento de Acompanhamento de Intimações
 - 3.1. Gerência Geral dos Procuradores
 - 3.2. Gerência de Apoio Técnico e Administrativo
 - 3.3. Gerência de Expedição Administrativa
4. Programa do Executivo Fiscal

III – órgão colegiado:

a) Conselho Municipal de Defesa do Consumidor

Art. 4º O(a) titular da Procuradoria-Geral do Município deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas, o Regimento Interno da Procuradoria-Geral do Município para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Procuradoria-Geral do Município, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Procuradoria-Geral do Município ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Procurador(a)-Geral	Procuradoria Geral	1	Subsídio	5.200,00

Procurador(a)	Procuradoria	6	Remuneração	2.300,00
Diretor(a)	Diretoria	2	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	1	Remuneração	1.300,00
Assistente de Diretor	Assessoria	4	Remuneração	1.200,00
Assistente de Chefe de Departamento	Assessoria	1	Remuneração	1.000,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Procurador(a)	Gratificação	1.150,00
Diretor(a)	Gratificação	950,00
Chefe de Departamento	Gratificação	650,00
Assistente de Diretor	Gratificação	600,00
Assistente de Chefe de Departamento	Gratificação	500,00

III – Funções Gratificadas:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Gestor(a) Organizacional	1	Gratificação	1.600,00
Gerente	3	Gratificação	800,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Procuradoria-Geral do Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de março de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

DECRETO PMI Nº 043, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO PMI Nº 043, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Administração – SEAD e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Administração – SEAD, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Administração compete desenvolver as atividades relacionadas com:

I – o planejamento operacional e a execução da política administrativa no que compreende prover os órgãos da administração direta de suporte administrativo nas áreas de recursos humanos, serviços gerais, organização e métodos, informática, tecnologia da informação, manutenção e suprimentos para o desenvolvimento das atividades;

II – manter as atividades da Secretaria objetivando o apoio e a orientação às demais áreas;

III – realizar ações de inspeção e orientações nos locais de trabalho sobre medidas preventivas e uso de equipamentos de proteção

individual visando à prevenção de acidentes de trabalho;

IV – implantar a medicina preventiva com vistas à prevenção de doenças ocupacionais;

V – realizar concurso público, processo seletivo público e processo seletivo simplificado de acordo com as necessidades administrativas e condições legais;

VI – operacionalizar as atividades relativas à folha de pagamento, registro e cadastro dos servidores;

VII – proporcionar condições de desenvolvimento do corpo funcional com vistas à melhoria da qualidade do serviço público;

VIII – planejar e executar programas de treinamento, evolução funcional, produtividade e gerenciamento do quadro de vagas;

IX – gerir os planos de cargos, carreiras e salários dos servidores;

X – administrar e controlar o patrimônio mobiliário e imobiliário pertencentes ao Município;

XI – administrar e controlar os processos de compras, em conformidade com a legislação vigente;

XII – manter os serviços de recepção e informações ao público em geral no Paço Municipal;

XIII – administrar os serviços de telefonia, monitorando as ligações telefônicas, visando o aperfeiçoamento do serviço e a redução de custos;

XIV – efetuar estudos e análises técnicas para redesenhos de processos, com normatização de procedimentos e elaboração dos regimentos internos dos órgãos municipais, em colaboração com os mesmos;

XV – desenvolver estudos e análises técnicas voltadas à racionalização e celeridade das atividades, visando obter eficiência e eficácia na prestação dos serviços públicos;

XVI – efetuar o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação;

XVII – licenciar e manter contratos de softwares e de sistemas de informação no âmbito da administração municipal;

XVIII – manter os equipamentos de informática e solicitar a aquisição de suprimentos no âmbito da administração municipal;

XIX – coordenar as atividades da Defesa Civil;

XX – apoiar a Polícia Militar e a Polícia Civil nas ações de segurança, desenvolvidas no Município;

XXI – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009.

XXII – avaliar as contas de energia das unidades consumidoras municipais, cadastrar as unidades e encaminhar faturas para pagamento, a partir do controle realizado pela SEINFRA;

XXIII – avaliar as faturas de água e esgoto das unidades consumidoras municipais, a partir do controle do órgão de saneamento;

XXIV – gerenciar e manter os serviços de zeladoria, de reprografia, de protocolo, de vigilância, bem como a guarda e conservação de processos e documentos encaminhados ao Arquivo Público Municipal;

XXV – gerir os serviços de segurança patrimonial da municipalidade, em cooperação com os demais órgãos municipais;

XXVI – realizar a manutenção preventiva e de conservação das instalações do Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, bem como adequar às instalações de acordo com as normas de acessibilidade, segurança e de medicina do trabalho;

XXVII – dar suporte à Junta de Serviço Militar;

XXVIII – desenvolver ações integradas com outros órgãos municipais;

XXIX – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;

XXX – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;

XXXI – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais, no âmbito da Secretaria;

XXXII – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;

XXXIII – integração do Plano de Governo aos Planos, Projetos, Ações da Administração Municipal e demais instrumentos de planejamento estratégico do governo;

XXXIV – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Administração, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Diretoria de Planejamento e Gestão

1. Departamento de Gestão de Pessoas

1.1. Gerência de Pessoal

1.1.1. Coordenadoria de Segurança e Saúde Ocupacional

1.2. Gerência de Atos de Pessoal

b) Diretoria de Relações Institucionais

1. Gerência de Defesa Civil

2. Coordenadoria da Junta Militar

3. Coordenadoria de Identificação Civil

4. Coordenadoria de Relações com a Polícia Militar

c) Diretoria de Licitação

1. Unidade Gestora Organizacional de Análise Procedimental

1.1. Departamento de Atos Licitatórios

d) Diretoria de Documentação e Patrimônio

1. Coordenadoria do Arquivo Público Municipal

e) Diretoria de Suprimentos

1. Departamento de Recepção de Materiais

2. Departamento de Expedição de Materiais

2.1. Gerência de Controle de Materiais

III – órgãos colegiados:

- a) Conselho Municipal de Segurança Pública de Imbituba;
- b) Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal;
- c) Comissão de Avaliação Especial de Desempenho; e
- d) Comissão de Avaliação Periódica de Desempenho.
- e) Conselho Diretor do FUNREBOM;
- f) Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

Art. 4º O(a) titular da Secretaria Municipal de Administração deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Administração para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Administração ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Assessor(a) de Secretário(a)	Assessoria	1	Remuneração	2.200,00
Diretor(a)	Diretoria	5	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	4	Remuneração	1.300,00
Assistente de Diretor	Assessoria	2	Remuneração	1.200,00
Assistente de Chefe de Departamento	Assessoria	6	Remuneração	1.000,00

II – Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Assessor(a) de Secretário(a)	Gratificação	1.100,00
Diretor(a)	Gratificação	950,00
Chefe de Departamento	Gratificação	650,00
Assistente de Diretor	Gratificação	600,00
Assistente de Chefe de Departamento	Gratificação	500,00

III – Funções Gratificadas:

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Gestor(a) Organizacional	1	Gratificação	1.600,00
Gerente	4	Gratificação	800,00
Coordenador(a)	5	Gratificação	550,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal da Administração.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de março de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

DECRETO PMI Nº 044, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO PMI Nº 044, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I**DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º À Secretaria Municipal da Fazenda, compete:

- I – desenvolver o planejamento operacional e a execução da política financeira, tributária e econômica do Município;
- II – assessorar as secretarias municipais em assuntos financeiros;
- III – desenvolver estudos e coordenar o planejamento e a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, bem como orientar, coordenar, acompanhar e controlar a execução do orçamento de acordo com as disposições legais, respeitando os princípios e limites estabelecidos na Lei Federal nº 8.666/1993, na Lei Federal nº 4.320/1964 e na Lei Complementar Federal nº 101/2000;
- IV – realizar o planejamento econômico e a proposta orçamentária;
- V – definir e executar as diretrizes das políticas orçamentárias, econômicas, tributárias e financeiras do município, atendendo a legislação em vigor e otimizando os recursos públicos;
- VI – acompanhar os sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e a dívida pública, proporcionando a contabilização e a liquidação da despesa pública;
- VII – realizar as prestações de contas do Município;
- VIII – elaborar demonstrativos e relatórios do comportamento das despesas orçamentárias;
- IX – programar o desembolso financeiro, o empenho, a liquidação e o pagamento das despesas;
- X – elaborar balancetes, demonstrativos e balanços, bem como, disponibilizar as informações estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e demais legislações vigentes;
- XI – supervisionar os investimentos públicos e controlar a capacidade de endividamento do Município;
- XII – inscrever e cadastrar os contribuintes, bem como prestar orientação aos mesmos;
- XIII – realizar o lançamento, a arrecadação e fiscalização dos tributos devidos ao Município;
- XIV – realizar a inserção e baixa em dívida ativa dos contribuintes;
- XV – implementar campanhas visando à arrecadação;
- XVI – executar o registro e controles contábeis da administração financeira e patrimonial e o registro da execução orçamentária;
- XVII – fiscalizar e autuar as infrações cometidas contra a legislação vigente relacionada à sua área de competência;
- XVIII – orientar as unidades administrativas sobre os possíveis remanejamentos e abertura de crédito adicional ao orçamento, bem como, sobre as necessidades de correção de eventuais desvios na execução do orçamento e nas diretrizes propostas;
- XIX – efetuar o remanejamento orçamentário e abertura de crédito adicional ao orçamento quando solicitado pelas unidades administrativas, de acordo com as disposições legais;
- XX – gerir e cumprir a legislação tributária e financeira do Município;
- XXI – manter, revisar e atualizar o cadastro econômico do Município;
- XXII – controlar e acompanhar a execução de convênios, acordos, ajustes, termos de cooperação técnica e/ou financeira ou instrumentos congêneres, com entidades privadas sem fins lucrativos e órgãos da administração direta e indireta da União, Estados e outros Municípios;
- XXIII – manter, revisar e atualizar os valores da Planta de Valores Genéricos;
- XXIV – executar em conjunto com a SEDAP a emissão e o cadastro da nota do produtor rural;
- XXV – desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;
- XXVI – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;
- XXVII – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;
- XXVIII – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais no âmbito da secretaria;
- XXIX – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;
- XXX – orientar e coordenar o levantamento de informações, inclusive no que se refere à aplicação do orçamento municipal;
- XXXI – constituir projetos estratégicos para o Município e buscar os meios gerenciais e financeiros para viabilizá-los, junto aos governos federal e estadual, assim como, demais organismos de fomento e apoio;
- XXXII – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009;
- XXXIII – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II**DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal da Fazenda, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata a(o) Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

1. Diretoria-Executiva Financeira
 - 1.1. Departamento Administrativo-Financeiro
 - 1.2. Departamento de Contabilidade Pública
 - 1.3. Tesoureira-Geral
2. Diretoria de Projetos e Ações Estratégicas
 - 2.1. Departamento de Convênios
3. Unidade Gestora Organizacional Fazendária
 - 3.1. Coordenadoria de Lançamento
 - 3.2. Coordenadoria de Arrecadação
 - 3.3. Coordenadoria de Dívida Ativa

III – órgão colegiado:

- a) Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 4º O titular da Secretaria Municipal da Fazenda deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal da Fazenda para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal da Fazenda ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)-Executivo(a) Financeiro	Diretoria	1	Remuneração	3.700,00
Assessor(a) de Secretário(a)	Assessoria	1	Remuneração	2.200,00
Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.300,00
Assistente de Diretor	Assessoria	3	Remuneração	1.200,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)-Executivo(a) Financeiro(a)	Gratificação	1.650,00
Diretor(a)	Gratificação	950,00
Chefe de Departamento	Gratificação	650,00
Assistente de Diretor	Gratificação	600,00
Assistente de Chefe de Departamento	Gratificação	500,00

III – Funções Gratificadas:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Assessor(a) de Secretário(a)	1	Gratificação	2.200,00
Gestor(a) Organizacional	1	Gratificação	1.600,00
Tesoureiro(a)-Geral	1	Gratificação	1.200,00
Coordenador(a)	3	Gratificação	550,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação de 2017.

Imbituba, 31 de março de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

DECRETO PMI Nº 045, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO PMI Nº 045, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – SEDUCE e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 29 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – SEDUCE, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de educação, especialmente:

- a) programar, coordenar e executar a política educacional na rede pública municipal de ensino;
- b) instalar e manter estabelecimentos públicos municipais de ensino, controlando e fiscalizando o seu funcionamento;
- c) gerenciar a documentação escolar e estatística, a estrutura e funcionamento do programa federal vinculado à frequência do aluno à escola, bem como o registro escolar;
- d) manter e assegurar a universalização dos níveis e modalidades de ensino;
- e) ampliar gradativamente a jornada de tempo escolar;
- f) prover o atendimento educacional especializado com recursos tecnológicos, equipamentos adaptados, acessibilidade arquitetônica, entre outros, conforme a necessidade do aluno com deficiência;
- g) articular ações com outros órgãos públicos – municipais, estaduais e federais, entidades não-governamentais e de iniciativa privada sem fins lucrativos para complementar o atendimento especializado nas áreas de educação;
- h) incentivar a pesquisa didático-pedagógica no intuito de implementar uma prática contínua de divulgação e publicação por meio de eventos na área da educação;
- i) implementar o Sistema Municipal de Ensino;
- j) instituir gradativamente conselhos escolares;
- k) proporcionar acesso qualitativo aos recursos tecnológicos para alunos, professores e funcionários;
- l) implementar programas de alimentação e nutrição nos estabelecimentos públicos municipais de ensino;
- m) participar efetivamente nos conselhos municipais;
- n) prover de transporte escolar, sempre que possível em regime de colaboração com os governos estadual e federal, entidades não-governamentais e de iniciativa privada sem fins lucrativos, de forma a garantir o acesso dos alunos à escola;
- o) estabelecer plano de ação orçamentário anual que contemple: a criação de mecanismos de controle e avaliação do sistema de ensino, formação continuada, adequação do espaço físico, aquisição de materiais e equipamentos, entre outros;

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de cultura, especialmente:

- a) assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;
- b) universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;
- c) contribuir para a construção da cidadania cultural;
- d) reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;
- e) combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;
- f) promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;
- g) qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;
- h) democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;
- i) estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;
- j) consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;
- k) intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;
- l) contribuir para a promoção da cultura da paz;
- m) preservação, proteção e promoção do patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

III – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de esporte e lazer, especialmente:

- a) formular e executar a política esportiva e de lazer municipal;
- b) efetuar o planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes;
- c) promover ações de democratização da prática esportiva e inclusão social por intermédio do esporte;
- d) manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, voltados à promoção do esporte;
- e) elaborar o calendário de competições esportivas nas diversas modalidades, com integração dos bairros;
- f) constituir projeto específico para esportes náuticos e aquáticos;
- g) promover oportunidades esportivas para pessoas com deficiência;

- h) incentivar e conscientizar sobre a importância da prática de atividades físicas, em todas as faixas etárias.
 - i) promover a representatividade do Município em eventos desportivos regionais, estaduais, nacionais e internacionais;
 - j) realizar e desenvolver eventos esportivos em suas diferentes modalidades;
 - k) sediar eventos esportivos;
 - l) promover o lazer a toda sociedade;
 - m) realizar atividades de lazer e recreação, mediante a utilização dos espaços disponíveis;
 - n) proporcionar a integração e o conagração, às diferentes faixas etárias, através de atividades esportivas e recreativas;
 - o) incentivar através de ações, o esporte como pressuposto de saúde e vitalidade às diferentes faixas etárias;
 - p) implantar projeto para avaliação e orientação de atletas amadores do Município e praticantes de atividades físicas nos programas desenvolvidos pela Secretaria;
 - q) conservar os espaços esportivos pertencentes ao Município;
 - r) manter e adequar a infraestrutura dos locais para a realização de atividades esportivas e de lazer e demais serviços prestados à comunidade, no âmbito da Secretaria;
- IV – intermediar convênios, acordos, ajustes, termos de cooperação técnica e/ou financeira ou instrumentos congêneres, com entidades privadas sem fins lucrativos e órgãos da administração direta e indireta da União, Estados e outros Municípios;
- V – desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;
- VI – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;
- VII – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;
- VIII – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais, no âmbito da Secretaria;
- IX – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;
- X – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009.
- XI – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Superintendência de Ensino:

1. Coordenadoria de Articulação Pedagógica do Ensino Fundamental:

- 1.1. Escola Básica Municipal Basileu José da Silva;
- 1.2. Escola Básica Municipal Deputado Joaquim Ramos;
- 1.3. Escola Básica Municipal José Vanderlei Mayer;
- 1.4. Escola Básica Municipal Pe. Dr. Itamar Luiz da Costa;
- 1.5. Escola Municipal Belarminda de Souza Pires;
- 1.6. Escola Municipal Etelvina de Souza Pereira;
- 1.7. Escola Municipal Herminia de Souza Marques;
- 1.8. Escola Municipal Terezinha Pinho de Souza;
- 1.9. Escola Municipal Ugero Pittigliani;

2. Coordenadoria de Educação Inclusiva do Ensino Fundamental;

3. Coordenadoria de Articulação Pedagógica da Educação Infantil:

- 3.1. Centro Municipal de Educação Infantil Alceu Rochadel;
- 3.2. Centro Municipal de Educação Infantil Altona;
- 3.3. Centro Municipal de Educação Infantil Cidália Soares Menezes;
- 3.4. Centro Municipal de Educação Infantil Clara Heitch Soares;
- 3.5. Centro Municipal de Educação Infantil Coração de Mãe;
- 3.6. Centro Municipal de Educação Infantil Domingos Frasson;
- 3.7. Centro Municipal de Educação Infantil Juci de Souza dos Santos;
- 3.8. Centro Municipal de Educação Infantil Laura Perfeito;
- 3.9. Centro Municipal de Educação Infantil Maria Lopes (Dona Pequena);
- 3.10. Centro Municipal de Educação Infantil Maria Virginia Soares;
- 3.11. Centro Municipal de Educação Infantil Marilene Polachini;
- 3.12. Centro Municipal de Educação Infantil Moacyr Orige;
- 3.13. Centro Municipal de Educação Infantil Menino Deus;
- 3.14. Centro Municipal de Educação Infantil Profª Doraci da Silva Spillere;
- 3.15. Centro Municipal de Educação Infantil Raios de Sol;

4. Coordenadoria de Atividades Complementares da Educação Infantil;

5. Coordenadoria de Educação Inclusiva Infantil;

6. Coordenadoria de Acompanhamento e Fiscalização do Plano Municipal de Educação;

7. Coordenadoria de Projetos Socioeducativos;

8. Coordenadoria de Materiais Didáticos e Bibliotecas;

9. Coordenadoria de Educação Física;

10. Coordenadoria de Apoio Multiprofissional;

c) Gerência de Gestão, Orçamento e Finanças;

1. Departamento Gestor de Convênios e Licitações;
2. Coordenadoria de Gestão de Pessoas;
- 2.1. Supervisão de Contratos Temporários da Educação;
3. Coordenadoria de Controle de Matrículas;
4. Coordenadoria de Estatísticas e Censo Escolar;
5. Coordenadoria do Patrimônio da Educação;
6. Coordenadoria de Manutenção, Reforma e Ampliação da Rede Física de Ensino;
7. Departamento de Informatização da Rede Pública de Ensino;
8. Departamento de Gestão Democrática Escolar;
9. Supervisão de Alimentação Escolar;

d) Gerência de Mobilidade Escolar:

1. Coordenadoria do Passe Escolar;

e) Diretoria de Cultura:

1. Departamento de Patrimônio Cultural;
- 1.1. Coordenadoria do Sistema Municipal de Patrimônio Cultural – SMPG;
2. Departamento de Articulação e Desenvolvimento Institucional;
- 2.1. Coordenadoria do Sistema Municipal de Museus – SMM;
3. Departamento de Fomento e Incentivo à Cultura;
- 3.1. Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura - SMBLL;

f) Diretoria de Esportes:

1. Unidade Gestora Organizacional Socioesportiva;
- 1.1. Coordenadoria de Fomento e Incentivo ao Esporte;

III – órgãos colegiados:

- a) Conselho Municipal de Educação;
- b) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação;
- c) Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- d) Conselho Municipal de Política Cultural;
- e) Conselho Municipal de Esporte
- f) Conselho Municipal do Idoso.

Art. 4º O titular da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	1	Remuneração	3.700,00
Assessor(a) Técnico	Assessoria	2	Remuneração	1.600,00
Chefe de Departamento	Departamento	6	Remuneração	1.300,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Superintendente	Gratificação	2.200,00
Assessor(a) Técnico	Gratificação	800,00
Chefe de Departamento	Gratificação	650,00

III – Funções Gratificadas:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Assessor(a) de Secretário(a)	1	Gratificação	2.200,00
Gestor(a) Organizacional	1	Gratificação	1.600,00
Gerente	2	Gratificação	800,00
Coordenador(a)	20	Gratificação	550,00
Supervisor(a)	2	Gratificação	250,00

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

NOMENCLATURA		REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a) de Escola	Acima de 300 alunos	Gratificação	550,00
	Até 300 alunos	Gratificação	450,00
Diretor(a) de CEI		Gratificação	450,00
Secretário(a) de Escola	Acima de 300 alunos	Gratificação	420,00
	Até 300 alunos	Gratificação	350,00
Secretário(a) de CEI		Gratificação	350,00
Coordenador(a) Pedagógico(a)	Acima de 300 alunos	Gratificação	200,00
	Até 300 alunos	Gratificação	150,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de março de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

DECRETO PMI Nº 046, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO PMI Nº 046, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Saúde compete desenvolver as atividades relacionadas com:

I – elaborar o planejamento operacional e executar a política municipal de saúde, por meio da implementação do sistema municipal da saúde e do desenvolvimento de ações de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde da população com a realização integrada de atividades assistenciais e preventivas;

II – coordenar, controlar e fiscalizar o Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito do Município;

III – formular a política de saúde ambiental e ações de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva;

IV – definir a política de regulação da Secretaria em relação ao Sistema Municipal de Saúde;

V – elaborar boletins sobre informações da saúde;

VI – as vigilâncias epidemiológicas, sanitárias, de orientação alimentar e de saúde do trabalhador;

VII – realizar ações preventivas em geral, de vigilância e controle sanitário;

VIII – a vigilância de saúde, especialmente quanto às drogas, medicamentos e alimentos;

IX – estabelecer diretrizes para desenvolvimento do programa de controle de infecção nas áreas de abrangência da Secretaria;

X – elaborar e realizar pesquisa científica e tecnológica na área de saúde;

- XI – elaborar, discutir, pactuar e recomendar as diretrizes básicas e as guias operacionais do atendimento integral às urgências no seu âmbito de responsabilidade, em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais;
- XII – promover, coordenar e normatizar a organização e o desenvolvimento da política de média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar do SUS;
- XIII – promover campanhas de esclarecimento, visando a preservação da saúde da população;
- XIV – elaborar, discutir, pactuar e recomendar as diretrizes básicas e as guias operacionais do atendimento integral em saúde bucal no seu âmbito de responsabilidade, em consonância com as diretrizes estaduais e federais;
- XV – implantar e fiscalizar posturas municipais relativas a higiene e a saúde pública;
- XVI – promover, coordenar e normatizar a organização e o desenvolvimento da política de assistência farmacêutica em consonância com a Política Nacional de Medicamentos, observando os princípios do Plano Municipal de Saúde;
- XVII – articular com outros órgãos e secretarias municipais, estaduais e federais, entidades da iniciativa privada para o desenvolvimento de programas conjuntos;
- XVIII – elaborar, discutir, pactuar e recomendar as diretrizes básicas e as guias operacionais do atendimento integral em saúde mental no seu âmbito de responsabilidade, em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais;
- XIX – estimular e apoiar o bom funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, criando mecanismos para sua avaliação de forma permanente;
- XX – subsidiar os processos de elaboração, implantação e implementação de normas, instrumentos e métodos necessários ao fortalecimento do modelo de gestão do SUS;
- XXI – intermediar convênios, consórcios, acordos, ajustes, termos de cooperação técnica e/ou financeira ou instrumentos congêneres, com entidades privadas sem fins lucrativos e órgãos da administração direta e indireta da União, Estados e outros Municípios;
- XXII – desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;
- XXIII – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;
- XXIV – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;
- XXV – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais, no âmbito da Secretaria;
- XXVI – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;
- XXVII – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009;
- XXVIII – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Saúde, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Unidade Gestora Organizacional de Saúde Pública

1. Diretoria Financeira

1.1. Gerência do Fundo Municipal de Saúde

1.2. Tesouraria

2. Diretoria de Suprimentos da Saúde

2.1. Departamento de Controle de Suprimentos

2.2. Departamento de Apoio Administrativo

2.3. Departamento de Apoio Operacional

2.4. Departamento Sistemas de Informação Tecnológica

2.5. Departamento de Farmácia Básica

3. Diretoria de Atenção Básica

3.1. Gerência da Estratégia de Saúde da Família

3.1.1. Supervisão de Autorização de Internação Hospitalar

3.2. Gerência da Frota e Transporte

3.3. Gerência do Centro de Referência de Saúde da Mulher

3.4. Gerência da Policlínica

3.4.1. Coordenadoria do Laboratório de Análises Clínicas

3.4.2. Coordenadoria Técnica do Laboratório de Análises Clínicas

3.4.3. Coordenadoria do Centro de Atenção Psicossocial

3.5. Unidade Gestora Institucional do Programa PMAQ

4. Diretoria do Centro de Especialidades Odontológicas

5. Diretoria de Vigilância em Saúde e Assistência Farmacêutica

5.1. Gerência de Imunização

5.1.1. Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica

5.1.2. Coordenação Executiva do Programa DST-AIDS-HIV

6. Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria

6.1. Sistema Municipal de Auditoria do SUS

III – órgão colegiado:

a) Conselho Municipal da Saúde

b) Conselho Municipal Antidrogas.

Art. 4º O titular da Secretaria Municipal de Saúde deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Saúde para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Saúde ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a) Financeiro da SEMUSA	Diretoria	1	Remuneração	1.900,00
Diretor(a)	Diretoria	5	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	1	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) Técnico	Assessoria	1	Remuneração	1.600,00
Gestor(a) Institucional	Programa – PMAQ	1	Remuneração	1.800,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Coordenação Executiva	1	Remuneração	1.600,00
Chefe de Departamento	Departamento	6	Remuneração	1.300,00
Assistente de Diretor	Assessoria	5	Remuneração	1.200,00
Assistente de Chefe de Departamento	Assessoria	1	Remuneração	1.000,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a) Financeiro(a) da SEMUSA	Gratificação	950,00
Diretor(a)	Gratificação	950,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	950,00
Assessor(a) Técnico	Gratificação	800,00
Gestor(a) Institucional	Gratificação	800,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Gratificação	800,00
Chefe de Departamento	Gratificação	650,00
Assistente de Diretor	Gratificação	600,00
Assistente de Chefe de Departamento	Gratificação	500,00

III – Funções Gratificadas:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Gestor(a) Organizacional	1	Gratificação	1.600,00
Tesoureiro(a)	1	Gratificação	800,00
Gerente	6	Gratificação	800,00
Coordenador(a)	5	Gratificação	550,00
Supervisor(a)	1	Gratificação	250,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de março de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

DECRETO PMI Nº 047, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO PMI Nº 047, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SEASTH e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SEASTH, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I**DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º À Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de assistência social, especialmente:

- a) implementação das ações do Município no âmbito o Sistema Único de Assistência Social;
 - b) formulação de planos e programas em sua área de competência, observadas as diretrizes gerais da Administração Municipal e em articulação com os demais órgãos municipais;
 - c) elaboração e divulgação de diretrizes da política municipal de atendimento, promoção e defesa:
 1. dos direitos da criança e do adolescente e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
 2. da mulher e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta;
 3. da pessoa com deficiência e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta.
 4. da pessoa idosa e promover a execução das ações respectivas, de forma direta ou indireta.
 - d) manter atividades de pesquisa e acompanhamento de cenários de direitos humanos, trabalho, emprego e renda e de territórios sociais;
 - e) apoiar ações e projetos voltados para a interiorização do desenvolvimento social;
 - f) promover e facilitar a intersetorialidade para a implementação das políticas públicas sob sua direção;
 - g) desenvolver ações de captação de recursos para fundos sujeitos à sua gestão e para projetos específicos;
 - h) realizar o planejamento operacional e o desenvolvimento de ações na área de assistência social;
 - i) prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para as famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem;
 - j) contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais;
 - k) assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária;
 - l) planejar e organizar serviços de amparo e proteção à infância e adolescência, idosos, à pessoa portadora de necessidades especiais, famílias, grupos e indivíduos em risco de vulnerabilidade social;
 - m) prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades do indivíduo, e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
 - n) acompanhar e monitorar o serviço de habilitação e reabilitação na comunidade da pessoa com deficiência;
 - o) promover e participar de cursos, seminários, campanhas, pesquisas, fóruns e conferências na área de assistência social;
 - p) prestar o atendimento assistencial destinado a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos, e ou psíquicos, abuso sexual, uso de substância psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras;
 - q) promover atividades destinadas à melhoria da renda familiar;
 - r) garantir a oferta de serviços de proteção social especial, nas modalidades de média complexidade, garantindo a proteção e o atendimento das famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, e que tenham os seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares não foram rompidos;
 - s) oferecer os serviços de alta complexidade, garantindo a proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para as famílias e indivíduos sem referência, e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário;
 - t) desenvolver e executar programas e políticas públicas de atendimento ao idoso, mediante a participação das famílias, da sociedade e de entidades governamentais e não governamentais;
 - u) desenvolver diretamente e/ou estabelecer parceria com o governo federal, os programas de atendimento e proteção à criança e ao adolescente, visando erradicar o trabalho infantil;
 - v) cadastrar as famílias e pessoas carentes;
 - x) desenvolver e executar programas de atendimento as crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, nos regimes de orientação e apoio sóciofamiliar, apoio sócioeducativo em meio aberto, colocação familiar, abrigo, liberdade assistida e semiassistida, em consonância com a legislação vigente;
- II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de promoção do trabalho e geração de renda, especialmente:
- a) formação profissional e orientação, visando a organização dos trabalhadores;
 - b) identificação de oportunidade de trabalho e emprego para inserção de trabalhadores no mercado de trabalho e melhoria das relações de trabalho;
 - c) articulação com entidades de direito público interno ou externo de todas as esferas de governo e entidades de direito privado nacionais ou estrangeiras;
 - d) propiciar condições e iniciativas que estimulem a promoção do trabalho decente para todos;

- e) participar de atividades que estimulem o desenvolvimento sustentável, o enfrentamento da pobreza e o exercício da cidadania, como políticas de promoção do trabalhador;
- f) desenvolver ações destinadas à qualificação profissional, inclusão do trabalhador no mercado de trabalho, com a consequente geração de renda e de apoio ao trabalhador desempregado.
- III – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de habitação de interesse social, especialmente:
- a) planejamento operacional, articulação, coordenação, integração, execução e avaliação das políticas públicas municipais relativas à habitação de interesse social e regularização fundiária;
- b) atualização do Plano Habitacional do Município, em consonância com as políticas de uso e ocupação do solo;
- c) proposição e coordenação de projetos de construção, de ampliação e de melhorias habitacionais para famílias de baixa renda do Município;
- d) realização de estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica e habitacional do Município;
- e) estímulo à constituição de cooperativas habitacionais e similares;
- f) monitoramento, junto com a Defesa Civil, de áreas de risco para reassentamento de famílias;
- g) coordenação e execução do processo de regularização fundiária no Município;
- h) fiscalização de obras e serviços públicos contratados pelo Município, na área da habitação e regularização fundiária;
- i) planejamento, coordenação, execução e fiscalização de programas, serviços e obras de saneamento básico específico das unidades habitacionais de interesse social, em conjunto com o órgão municipal responsável pelo saneamento;
- IV – promover em conjunto com os conselhos as Conferências Municipais;
- V – intermediar convênios, acordos, ajustes, termos de cooperação técnica e/ou financeira ou instrumentos congêneres, com entidades privadas sem fins lucrativos e órgãos da administração direta e indireta da União, Estados e outros Municípios;
- VI – desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;
- VII – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;
- VIII – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;
- IX – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais no âmbito da secretaria;
- X – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;
- XI – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009;
- XII – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Gerência Técnico-Administrativa

1. Departamento de Orçamento e Finanças

1.1. Coordenação do Controle Orçamentário e Financeiro

1.1.1. Supervisão de Transferência e Complementação de Renda

1.2. Coordenação de Suprimentos

b) Gerência das Proteções Sociais (Média e Alta Complexidade)

1. Coordenadoria do Centro de Referência da Assistência Social

1.1. Coordenadoria do Centro de Atenção à Pessoa Idosa

1.2. Coordenadoria de Projetos para a Infância e Adolescência

1.3. Coordenadoria do Centro de Referência Especializado da Assistência Social

1.4. Coordenadoria do Programa Acalento

1.4.1. Supervisão do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Infantil

1.4.2. Supervisão do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Juvenil

c) Superintendência de Direitos Humanos, Cidadania e Inclusão Social

1. Diretoria de Inclusão a Minorias Sociais

1.1. Coordenação de Captação para Emprego e Geração de Renda

1.2. Coordenadoria de Carteira de Trabalho e Economia Solidária

1.3. Coordenação de Transparência e Participação Democrática

d) Superintendência de Habitação e Regularização Fundiária

1. Gerência de Habitação		
--------------------------	--	--

III – órgãos colegiados:

a) Conselho Municipal de Assistência Social;

b) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

c) Conselho Gestor do Telecentro Comunitário;

d) Conselho Municipal do Idoso;

- e) Conselho Municipal Antidrogas;
- f) Conselho Municipal da Juventude;
- g) Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- h) Conselho Municipal de Habitação;
- i) Conselho Municipal do Trabalho e Emprego;
- j) Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil;
- k) Comissão Municipal de Enfrentamento a Violência Infanto Juvenil.

Art. 4º O titular da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	2	Remuneração	3.700,00
Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	1	Remuneração	1.300,00
Assistente de Chefe de Departamento	Assessoria	6	Remuneração	1.000,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Superintendente	Gratificação	2.200,00
Diretor(a)	Gratificação	950,00
Chefe de Departamento	Gratificação	650,00
Assistente de Chefe de Departamento	Gratificação	500,00

III – Funções Gratificadas:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Assessor(a) de Secretário(a)	1	Gratificação	2.200,00
Gerente	3	Gratificação	800,00
Coordenador(a)	10	Gratificação	550,00
Supervisor(a)	3	Gratificação	250,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de março de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luiciano Alves Zanini

Administrador

DECRETO PMI Nº 048, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO PMI Nº 048, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SEDURB e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I**DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de desenvolvimento urbano sustentável, especialmente:

- a) elaboração e coordenação da execução das políticas e dos planos de desenvolvimento sustentável do Município;
 - b) elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao desenvolvimento urbano sustentável;
 - c) instituir projeto visando a adequação do espaço urbano e dos edifícios às necessidades de inclusão de toda população, eliminando os obstáculos existentes ao acesso;
 - d) instituir programa de conscientização da comunidade sobre a acessibilidade;
 - e) coordenação do planejamento físico-territorial do município;
 - f) desenvolvimento de atividades relacionadas com estudos cartográficos e estatísticos;
 - g) gestão, controle e fiscalização das atividades edilícias e de empreendimentos urbanísticos;
 - h) zelar pela aplicação do plano diretor do município e a obediência das normas complementares relativas ao urbanismo e posturas municipais;
 - i) elaborar projetos, compatibilizados, das ações em conjunto com as demais secretarias;
 - j) efetuar registros e informar sobre imóveis, cálculos para fins de contribuição de melhoria e dados dos cidadãos, subsidiando planos e projetos;
 - k) elaborar e atualizar a cartografia municipal;
 - l) aprovação, licenciamento e fiscalização de obras e urbanizações;
 - m) elaborar, desenvolver e acompanhar projetos, visando a busca de recursos junto a organismos federais, estaduais e internacionais;
 - n) elaborar termos de referência, projetos, programas, planos de trabalho e demais documentos necessários à viabilização de recursos para implantação de projetos edilícios e urbanísticos no Município;
 - o) atualizar a legislação municipal relacionada ao planejamento urbano, uso e ocupação do solo;
 - p) controlar os sistemas de numeração predial, identificação dos logradouros públicos, execução de projetos para geração e atualização de cadastros, bem como o levantamento e sistematização dos dados;
 - q) gerenciar o geoprocessamento;
 - r) fiscalizar o cumprimento do Código de Posturas, Código de Obras e as normas urbanísticas;
 - s) realizar serviços de topografia para alinhamentos e nivelamentos, elaboração de projetos públicos e apoio à cartografia municipal;
 - t) planejar o sistema viário municipal em conjunto com órgão municipal responsável pela mobilidade urbana e trânsito;
 - u) realizar serviços de topografia para subsidiar a elaboração de projetos de obras públicas ou alinhamentos de muros, vias e edificações;
- II – intermediar convênios, acordos, ajustes, termos de cooperação técnica e/ou financeira ou instrumentos congêneres, com entidades privadas sem fins lucrativos e órgãos da administração direta e indireta da União, Estados e outros Municípios;
- III – desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;
- IV – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;
- V – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;
- VI – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais, no âmbito da Secretaria;
- VII – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;
- IIX – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009.
- IX – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II**DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

- a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- a) Gerência de Desenvolvimento Urbanístico
 1. Supervisão de Viabilidade Urbanística
 - b) Departamento de Monitoramento de Processos

c) Unidade Gestora Organizacional de Fiscalização

1. Departamento de Fiscalização de Obras, Posturas e Empreendimentos Urbanísticos

d) Gerência de Atualização Cadastral Imobiliária

III – órgão colegiado:

a) Conselho da Cidade de Imbituba

Art. 4º O titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Assessor(a) de Secretário(a)	Assessoria	1	Remuneração	2.200,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	1	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.300,00
Assistente de Diretor	Assessoria	2	Remuneração	1.200,00
Assistente de Chefe de Departamento	Assessoria	2	Remuneração	1.000,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Assessor(a) de Secretário(a)	Gratificação	1.100,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	950,00
Chefe de Departamento	Gratificação	650,00
Assistente de Diretor	Gratificação	600,00
Assistente de Chefe de Departamento	Gratificação	500,00

III – Funções Gratificadas:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Gestor(a) Organizacional	1	Gratificação	1.600,00
Gerente	2	Gratificação	800,00
Supervisor(a)	1	Gratificação	250,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de março de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

DECRETO PMI N° 049, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO PMI N° 049, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar n° 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I**DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º À Secretaria Municipal do Meio Ambiente compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal do meio ambiente, especialmente:

- a) elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao meio ambiente;
- b) licenciamento, controle e fiscalização ambiental;
- c) realizar atividades voltadas à preservação e conservação ambiental;
- d) implementar políticas e desenvolver campanhas de educação ambiental, visando o equilíbrio ecológico e a conscientização da população;
- e) fazer cumprir as leis federais, estaduais e municipais relativas ao meio ambiente;
- f) estabelecer a cooperação técnica e científica com instituições nacionais e internacionais de defesa e proteção do meio ambiente;

II – intermediar convênios, acordos, ajustes, termos de cooperação técnica e/ou financeira ou instrumentos congêneres, com entidades privadas sem fins lucrativos e órgãos da administração direta e indireta da União, Estados e outros Municípios;

III – desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;

IV – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;

V – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;

VI – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais, no âmbito da Secretaria;

VII – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;

VIII – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei n° 3.442, de 22 de janeiro de 2009.

IX – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II**DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Gerência do Meio Ambiente

1. Coordenadoria de Licenciamento Ambiental

2. Coordenadoria de Fiscalização Ambiental

III – órgão colegiado:

a) Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

Art. 4º O titular da Secretaria Municipal do Meio Ambiente deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Funções de Representação e Gratificadas para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III**DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS**

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal do Meio Ambiente ficam atribuídos os(as) seguintes:

I – Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00

II – Funções Gratificadas:
NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Gerente	1	Gratificação	800,00
Coordenador(a)	2	Gratificação	550,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de março de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

DECRETO PMI Nº 050, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO PMI Nº 050, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável Agrícola e da Pesca – SEDAP e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 31 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável Agrícola e da Pesca, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável Agrícola e da Pesca compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal agrícola e da pesca;

II – orientar a recuperação e o uso adequado do solo agrícola e dos recursos naturais, como um todo, para a sustentação da atividade agropecuária;

III – prover assistência e qualificação aos agricultores, pecuaristas e pescadores;

IV – estabelecer a política municipal para a agricultura, pecuária e pesca;

V – estimular o desenvolvimento da aquicultura, pecuária e apicultura no município;

VI – motivar o associativismo, cooperativismo, a produção e a comercialização, a qualidade e apresentação dos produtos da agricultura familiar e da pesca artesanal;

VII – desenvolver projetos em conjunto com as organizações representativas do meio rural e pesqueiro, objetivando a expansão das atividades, na busca de alternativas que visem aperfeiçoar as potencialidades locais, permitindo a auto sustentação, o aumento da renda e ao mesmo tempo melhorar a qualidade de vida do produtor rural e do pescador;

VIII – desenvolver estudos e diretrizes objetivando planejar e gerenciar as ações de desenvolvimento de programas e projetos do setor agrícola e aquícola no Município;

IX – orientar e fiscalizar os processos e procedimentos dos estabelecimentos que se destinem ao abate, produção, transformação e industrialização de produtos de origem animal, no âmbito municipal;

X – promover constantemente a modernização técnica através de estudos para a melhoria dos serviços oferecidos pela Secretaria;

XI – prestar assessoria e assistência técnica aos programas desenvolvidos junto aos produtores rurais e pescadores, objetivando o desenvolvimento dos programas atendidos pela Secretaria ou em parceria com outros órgãos;

XII – promover seminários, eventos, palestras, fóruns, cursos de treinamentos e capacitação para o produtor rural e o pescador, visando à melhoria da qualidade de vida e agregando valores em suas propriedades e atividades;

XIII – difundir o conhecimento técnico referente à eficiência tecnológica, econômica e administrativa das cadeias produtivas e a qualidade de produção;

XIV - incentivar o produtor rural e o pescador a diversificar suas atividades em culturas ou atividades alternativas, através de programas implementados pelo Município;

XV – coordenar e executar em conjunto com a SEFAZ a emissão e o cadastro da nota do produtor rural;

XVI - coordenar e atualizar os dados das propriedades rurais do Município através do Cadastro Técnico Rural;
 XVII – desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;
 XVIII – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;
 XIX – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;
 XX – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais no âmbito da Secretaria;
 XXI – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;
 XXII – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009;
 XXIII – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável Agrícola e da Pesca, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Departamento de Gestão Administrativa e Operacional

Art. 4º O titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável Agrícola e da Pesca deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável Agrícola e da Pesca para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável Agrícola e da Pesca ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Assessor(a) de Secretário(a)	Assessoria	1	Remuneração	2.200,00
Chefe de Departamento	Departamento	1	Remuneração	1.300,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Assessor(a) de Secretário(a)	Gratificação	1.100,00
Chefe de Departamento	Gratificação	650,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável Agrícola e da Pesca.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de março de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

DECRETO PMI Nº 051, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO PMI Nº 051, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento – SEINFRA e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento – SEINFRA, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I**DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º À Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento – SEINFRA compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de infraestrutura urbana, especialmente:

- a) execução e manutenção da infraestrutura urbana, das praças, parques, jardins e canteiros;
- b) conservação e recuperação dos prédios, vias e logradouros públicos municipais;
- c) controle, manutenção e recuperação da frota de veículos municipais;
- d) gestão, controle e fiscalização dos serviços de transporte público, funerários e de iluminação pública;
- e) gerir o consumo de energia elétrica nos prédios municipais e da iluminação pública das vias e logradouros públicos;
- f) planejar, operacionalizar e executar a política de obras públicas no Município;
- g) elaborar os orçamentos de obras públicas;
- h) executar e fiscalizar a execução de obras públicas no Município, por administração direta ou indireta, abrangendo a manutenção e pavimentação de vias públicas, construção civil e obras de artes especiais;
- i) elaborar e gerenciar os cronogramas de projetos de obras públicas;
- j) buscar parcerias com o governo do Estado ou Federal, para execução, fiscalização e gerenciamento de obras de interesse municipal;
- k) promover constantemente a modernização técnica por meio de estudos para a melhoria dos serviços oferecidos pela Secretaria;
- l) realizar serviços de topografia para a execução de obras públicas;
- m) desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;

II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de mobilidade urbana, especialmente:

- a) planejar, executar e avaliar a política de mobilidade urbana, bem como promover a regulamentação dos serviços de transporte urbano;
- b) prestar, direta, indiretamente ou por gestão associada, os serviços de transporte público coletivo urbano, que têm caráter essencial;
- c) capacitar pessoas e desenvolver as instituições vinculadas à política de mobilidade urbana do Município;
- d) planejar e coordenar os diferentes modos e serviços, observados os princípios e diretrizes da legislação vigente;
- e) avaliar e fiscalizar os serviços e monitorar desempenhos, garantindo a consecução das metas de universalização e de qualidade;
- f) implantar a política tarifária;
- g) dispor sobre itinerários, frequências e padrão de qualidade dos serviços;
- h) estimular a eficácia e a eficiência dos serviços de transporte público coletivo;
- i) garantir os direitos e observar as responsabilidades dos usuários;
- j) fiscalizar os serviços públicos relacionados à mobilidade urbana;
- k) combater o transporte ilegal de passageiros;
- l) editar os atos de outorga dos serviços autorizados ou permitidos, bem como conceder Licenças para Trafegar, na forma da legislação vigente;
- m) desenvolver as atividades relacionadas ao trânsito, na forma da legislação vigente;

III – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de saneamento, especialmente:

- a) coordenação da execução da política municipal de saneamento;
- b) elaboração de projetos e prospecção de projetos, programas, convênios e ações junto a organismos públicos ou privados voltados ao saneamento;
- c) gestão dos serviços de saneamento: resíduos sólidos e líquidos, abastecimento d'água, drenagem e limpeza urbana;
- d) zelar pela aplicação do plano municipal de saneamento.
- e) coordenar e executar os serviços de limpeza pública, coleta e destinação de resíduos sólidos;
- f) requisitar aos órgãos competentes a fiscalização relativa à manutenção e limpeza de terrenos baldios ou ocupados;
- g) gerenciar a usina de triagem de resíduos sólidos;
- h) gerir os serviços de água e esgoto nos prédios municipais;

IV – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;

V – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;

VI – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais, no âmbito da Secretaria;

VII – zelar pelo patrimônio alocado na Secretaria, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;

VIII – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009;

IX – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II**DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento, constituída pelos seguintes

órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Superintendência de Infraestrutura e Serviços Públicos:

1. Diretoria de Serviços Públicos

1.1. Departamento de Serviços Públicos

1.1.1. Gerência de Execução de Obras Públicas

1.1.1.1. Coordenadoria de Execução de Vias

1.1.1.2. Coordenadoria de Iluminação Pública e Eficiência Energética

1.1.1.2. Supervisão de Iluminação Pública

1.2. Departamento do Serviço Funerário Municipal

2. Diretoria de Controle da Frota

2.1. Gerência de Controle Operacional de Frota

2.2. Gerência de Manutenção e Reparo de Veículos Automotores

2.2.1. Coordenadoria de Abastecimento da Frota

3. Diretoria de Transporte e Mobilidade Urbana

3.1. Coordenação de Transporte Público

3.1.1. Supervisão de Fiscalização do Transporte Público

3.2. Coordenação da Balsa do Sambaqui

4. Diretoria Municipal de Trânsito

4.1. Coordenadoria de Fiscalização e Sinalização de Trânsito

4.1.1. Supervisão de Sinalização de Trânsito

b) Superintendência de Saneamento

1. Gerência de Água e Esgoto

1.1. Coordenadoria de Captação, Tratamento e Distribuição de Água

1.2. Coordenadoria de Coleta e Tratamento de Esgoto

2. Gerência de Drenagem Urbana

2.1. Coordenadoria de Drenagem Urbana

2.1.1. Supervisão Técnica

2.1.1. Supervisão de Campo

3. Gerência de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública

3.1. Coordenadoria de Resíduos Sólidos

3.1.1. Supervisão da Usina de Triagem de Resíduos Sólidos

3.2. Coordenadoria de Limpeza Pública

3.2.1. Supervisão de Limpeza Urbana

3.2.2. Supervisão de Praças, Parques, Jardins e Canteiros

3.2.3. Supervisão de Limpeza de Unidades Escolares e de Saúde

c) Superintendência de Desenvolvimento Regional – Norte

d) Superintendência de Desenvolvimento Regional – Sul

1. Departamento de Gestão Administrativa e Operacional

e) Superintendência de Desenvolvimento Regional – Oeste

1. Departamento de Gestão Administrativa e Operacional

III – órgão colegiado:

a) Conselho Municipal de Trânsito e Transporte.

Art. 4º O titular da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Superintendente	Superintendência	5	Remuneração	3.700,00
Assessor(a) de Secretário(a)	Assessoria	1	Remuneração	2.200,00
Diretor(a)	Diretoria	4	Remuneração	1.900,00
Chefe de Departamento	Departamento	4	Remuneração	1.300,00
Assistente de Diretor	Assessoria	3	Remuneração	1.200,00
Assistente de Chefe de Departamento	Assessoria	5	Remuneração	1.000,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Superintendente	Gratificação	2.200,00
Assessor(a) de Secretário(a)	Gratificação	1.100,00
Diretor(a)	Gratificação	950,00
Assessor(a) Especial	Gratificação	950,00
Assistente de Diretor	Gratificação	600,00
Assistente de Chefe de Departamento	Gratificação	500,00

III – Funções Gratificadas:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO GRATIFICADA – FG

DENOMINAÇÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
		FORMA	VALOR (R\$)
Gerente	6	Gratificação	800,00
Coordenador(a)	11	Gratificação	550,00
Supervisor(a)	9	Gratificação	250,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de março de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador

DECRETO PMI Nº 052, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO PMI Nº 052, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico – SEDETUR e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelo artigo 39, da Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico compete:

I – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de desenvolvimento econômico, especialmente:

- a) adoção de medidas de promoção do desenvolvimento econômico sustentável e da atividade empresarial;
 - b) promoção de medidas relativas ao desenvolvimento econômico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como com outras organizações;
 - c) divulgação das potencialidades econômicas do Município;
 - d) formular, planejar e implementar a política de fomento econômico e tecnológico dos setores industrial, comercial e de serviços do Município, compreendendo a atração de novos investimentos, contribuindo para a geração de emprego e renda;
 - e) promover e incentivar a criação, preservação e ampliação de empresas e pólos econômicos, industriais e turísticos;
 - f) buscar viabilizar junto aos organismos de fomento, linhas de crédito para compra de máquinas e equipamentos aos empresários empreendedores, formais e informais, auxiliando na geração de empregos, renda e surgimento de novas empresas no Município;
 - g) apoiar empresas no processo de difusão de seus produtos e serviços, com vistas à ampliação dos negócios no mercado nacional e internacional;
 - h) promover a educação empreendedora, através de convênios e parcerias com instituições de ensino e entidades vinculadas à profissionalização empresarial;
- II – desenvolver as atividades relacionadas com a implantação e coordenação da política municipal de turismo, especialmente:
- a) adoção de medidas de promoção do desenvolvimento turístico sustentável e da atividade empresarial turística;
 - b) promoção de medidas relativas ao desenvolvimento turístico, em articulação com as esferas federal e estadual de governo, bem como com outras organizações;
 - c) estímulos à implantação de infraestrutura turística;
 - d) incentivo e apoio às atividades socioeconômicas vinculadas ao turismo;
 - e) realização de eventos de cunho turístico;
 - f) divulgação das potencialidades turísticas do Município;
 - g) promoção, coordenação e execução de pesquisas, estudos e diagnósticos visando a subsidiar as políticas, os planos, os programas, os projetos e as ações no âmbito turístico;
 - h) incentivar o desenvolvimento do turismo de eventos no Município, incluindo a realização de encontros de negócios, congressos e outras atividades congêneres;
 - i) promoção, criação, desenvolvimento e administração de espaços e equipamentos voltados para a preservação de valores turísticos e para o fomento de atividades turísticas;
 - j) formulação, administração e controle de convênios, acordos e contratos com a União, o Estado e outras entidades nacionais e internacionais para o desenvolvimento de projetos turísticos, na área de competência do Município;
 - k) planejamento e organização do calendário turístico do Município, promovendo e apoiando as festividades, comemorações e eventos programados;
 - l) promoção de campanhas e ações para o desenvolvimento da mentalidade turística no Município e a participação da comunidade local no fomento ao turismo;
 - m) formulação de políticas, planos e programas turísticos, em articulação com os demais órgãos municipais competentes e em consonância com os princípios de integração social e promoção da cidadania;
 - n) promoção e coordenação de estudos e análises visando à atração de investimentos e a dinamização de atividades turísticas no Município;
- III – celebração, a coordenação e o monitoramento de convênios e parcerias com associações e entidades afins, públicas e privadas, para a implantação de programas e realização de atividades econômicas e turísticas;
- IV – exercer o controle orçamentário no âmbito da Secretaria;
- V – desenvolver ações integradas com outras Secretarias Municipais;
- VI – executar atividades administrativas no âmbito da Secretaria;
- VII – efetuar o planejamento das atividades anuais e plurianuais, no âmbito da Secretaria;
- VIII – zelar pelo patrimônio alocado na unidade, comunicando o órgão responsável sobre eventuais alterações;
- IX – decidir sobre processos administrativos e solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, na forma dos artigos 48 e 49 da Lei nº 3.442, de 22 de janeiro de 2009.
- X – edição e controle de atos normativos de cunho específico do órgão, com a respectiva publicidade legal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º Fica estabelecida a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico, constituída pelos seguintes órgãos:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário(a):

a) Assessoria

II – órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Diretoria de Desenvolvimento Econômico

b) Diretoria de Desenvolvimento Turístico

III – órgãos colegiados:

a) Conselho Municipal de Desenvolvimento;

b) Conselho Municipal de Turismo.

Art. 4º O titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria-Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores, assistentes e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III
DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

NOMINATA E REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretoria	2	Remuneração	1.900,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	1	Remuneração	1.900,00
Assistente de Diretor	Assessoria	2	Remuneração	1.200,00

II – Funções de Representação:

NOMINATA E VALOR DA FUNÇÃO DE REPRESENTAÇÃO – FR

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	950,00
Assessor(a) Especial	Remuneração	950,00
Assistente de Diretor	Gratificação	600,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constantes deste Decreto, estão definidas na Lei Complementar nº 4.800/2017 e seus Anexos, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de março de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2017

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, no uso de suas atribuições legais, convoca os membros integrantes deste para sessão ordinária, a ser realizada no dia 5 de abril de 2017, às 17h45min, na sala de reuniões, nas dependências do prédio da Câmara de Vereadores, para tratar da seguinte ordem do dia:

1. Leitura, discussão e aprovação da ata

2. Julgamento

(Discussão de Processos)

Processo nº: 3420/2014

Contribuinte: Maria Aparecida Laurentino Luiz

Relator: Felipe Ribeiro Marins

Processo nº: 2990/2016

Contribuinte: Vanderlei de Souza

Relator: Felipe Ribeiro Marins

Processo nº: 17371/2016

Contribuinte: João de Souza

Relator: Paulo Sérgio

3. Assuntos Gerais

Projeto em trâmite na Câmara de Vereadores de Imbituba - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 398/2017 - Dispõe sobre isenção do ISSQN nas atividades jurídicas que prestarem assistência jurídica pro bono, aos municípios comprovadamente carentes. Autor: Eduardo

Faustina da Rosa

Indicação nº 106/2017 – Indica a elaboração de lei que objetive a extinção, por REMISSÃO, de créditos tributários relativos à IPTU, concernentes a fato geradores posteriores à 31 de dezembro de 2010. Autor: Gilberto Pereira.

Indicação nº 121/2017 - Indica ao Excelentíssimo Prefeito do Município de Imbituba, Senhor Rosivaldo da Silva Júnior, Alteração da alínea b, inciso I do Artigo 1º da lei 3821/10 que dispõe sobre isenção do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana do município e dá outras providências. Autoria: Vereador Gilberto Pereira.

Imbituba, 31 de março de 2017.

Felipe Ribeiro Marins

Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes

EXTRATO ATA Nº 07/2017 DO PP Nº 01/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2017 DO PP 01/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE FRALDAS E LEITES ESPECIAIS PARA CRIANÇAS ACOLHIDAS PELO PROGRAMA ACALENTO

EMPRESA: IMBIFARMA FARMACIA LTDA - EPP

VALOR TOTAL: R\$ 2.886,00

VIGÊNCIA: será de 12 meses – 27/03/2017 à 27/03/2018.

Imbituba, 27 de março de 2017.

EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E RENDA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 04.2017 PREGÃO 02.2017 SEMUSA

PREFEITURA M. DE IMBITUBA

SEMUSA

PROCESSO Nº 04/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

A Prefeitura de Imbituba, por meio de sua Pregoeira Oficial e através da SEMUSA – Secretaria M. de Saúde, comunica, que realizará às 14:30 horas, do dia 17 de março de 2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por Item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO, TROCA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA DOS PNEUS DOS VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA, encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 04 de março de 2017

Graciela Wiemes Ribeiro

Secretária Municipal da SEMUSA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2017 PROC 19/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 02/2017 – A/00

Contratada: ITAPIRUBÁ INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP

CNPJ: 08.397.388/0001-18

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO EMERGENCIAL DE MÁQUINAS PARA SEAPI

Prazo: 11/04/2017 Valor R\$ 40.950,00

Fundamento: Processo nº 19/2017 Dispensa: 03/2017

Imbituba, 22 de março de 2017.

Alex Sandro Carpes

Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura

Contratante

ITAPIRUBÁ INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP Representante legal

Contratado

LEI Nº 4.801, DE 28 DE MARÇO DE 2017

LEI Nº 4.801, DE 28 DE MARÇO DE 2017.

Altera a redação do Artigo 1º da Lei nº 4.790, de 07 de março de 2017, que autoriza o Poder Executivo a efetuar despesas com o 18º Festival Nacional do Camarão – 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado a redação do Artigo 1º da Lei nº 4.790, de 07 de março de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar despesas no valor de até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para a contratação de empresa especializada em organização de eventos para prestação de serviços de organização e realização do 18º Festival Nacional do Camarão - 2017, a ser realizado nos dias 20, 21, 22 e 23 de abril de 2017, com fornecimento das estruturas, divulgação, segurança, limpeza, produção dos shows e demais serviços.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação;

Imbituba, 28 de março de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador CRA-SC 5892

LEI Nº 4.802, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

LEI Nº 4.802, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Dispõe sobre a isenção do pagamento da taxa de inscrição em concursos públicos para a admissão no serviço público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º Ficam isentos do pagamento de taxa de inscrição para concursos públicos da Administração Direta e Indireta do Município de Imbituba/SC os candidatos:

- I. Cuja renda não ultrapasse a 02 (dois) salários mínimos;
- II. Doadores de sangue.

Art. 2º O benefício de que trata o inciso "I" do art. 1º desta Lei será deferido mediante a apresentação do comprovante de renda do candidato ou declaração escrita de que se encontre desempregado, e da fotocópia autenticada da Carteira de Trabalho da Previdência Social - CTPS, especificamente das anotações dos contratos de trabalho.

Parágrafo único. A constatação de falsidade do comprovante de renda ou da declaração referidos no caput deste artigo, além das sanções penais cabíveis, importará na exclusão do candidato do processo seletivo em que estiver inscrito, sem prejuízo da obrigatoriedade de arcar com o pagamento da taxa devida.

Art. 3º O benefício de que trata o inciso II do art. 1º desta Lei será deferido ao candidato que comprovar a doação de sangue, que não poderá ser inferior a 03 (três) vezes em um período de 12 (doze) meses que antecedem à data limite para a respectiva inscrição.

§ 1º A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada por meio de apresentação de documento expedido pela

entidade coletora.

§ 2º Para efeitos desta Lei, somente será considerada a doação de sangue promovida a órgão oficial ou à entidade credenciada pela União, pelo Estado ou Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.

Imbituba, 31 março de 2017.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Administrador CRA-SC 5892

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 338/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 338, de 03 de abril de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Secretário Municipal de Administração - SEAD, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 03 de abril de 2017, o Sr. AMILTON GONÇALVES DE SOUZA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 432.894.289-15, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Administração, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 03 de abril de 2017.

Imbituba, 03 de abril de 2017.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 339/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 339, de 03 de abril de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de Secretário Municipal da Fazenda - SEFAZ, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 03 de abril de 2017, o Sr. JARI LUIZ DALBOSCO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 223.225.159-49, para exercer o cargo de Secretário Municipal da Fazenda, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 03 de abril de 2017.

Imbituba, 03 de abril de 2017.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 341/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 341, de 03 de abril de 2017.
Dispõe sobre a nomeação de Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Agrícola e da Pesca - SEDAP, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 03 de abril de 2017, o Sr. EVALDO ESPEZIM, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 221.802.140-49, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Agrícola e da Pesca, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 03 de abril de 2017.

Imbituba, 03 de abril de 2017.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 342/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 342, de 03 de abril de 2017.
Dispõe sobre a nomeação de Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento - SEINFRA, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 03 de abril de 2017, o Sr. ALEX SANDRO CARPES, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 022.905.399-88, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 03 de abril de 2017.

Imbituba, 03 de abril de 2017.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 343/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 343, de 03 de abril de 2017.
Dispõe sobre a nomeação de Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano - SEDURB, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 03 de abril de 2017, o Sr. ANDERSON CRISTIANO MAXIMIANO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 005.186.289-14, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 03 de abril de 2017.

Imbituba, 03 de abril de 2017.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 344/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 344, de 03 de abril de 2017.
Dispõe sobre a nomeação de Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes - SEDUCE, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 03 de abril de 2017, o Sr. FILIPE DIAS ANTÔNIO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 050.334.009-08, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 03 de abril de 2017.

Imbituba, 03 de abril de 2017.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 345/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 345, de 03 de abril de 2017.
Dispõe sobre a nomeação de Secretária Municipal de Saúde - SEMUSA, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 03 de abril de 2017, a Sra. GRACIELA WIEMES RIBEIRO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 020.769.739-66, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Saúde, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 03 de abril de 2017.

Imbituba, 03 de abril de 2017.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 346/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 346, de 03 de abril de 2017.
Dispõe sobre a nomeação de Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SEASTH, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 03 de abril de 2017, a Sra. EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 826.347.776-04, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 03 de abril de 2017.

Imbituba, 03 de abril de 2017.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 348/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 348, de 03 de abril de 2017.
Dispõe sobre a nomeação de Procurador Geral do Município - PGM, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 03 de abril de 2017, o Sr. GUSTAVO BORBA BENETTI, brasileiro, Advogado, OAB/SC nº 30.472, inscrito no CPF sob o n.º 054.359.549-83, para exercer o cargo de Procurador Geral do Município, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 03 de abril de 2017.

Imbituba, 03 de abril de 2017.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 349/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 349, de 03 de abril de 2017.
Dispõe sobre a nomeação de servidor de carreira, em função gratificada de Gerente de Atos de Pessoal, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 03 de abril de 2017, o Sr. RODRIGO DE FARIAS ROSA, brasileiro, Agente Administrativo, inscrito no CPF sob o n.º 033.843.869-65, para exercer o cargo de Gerente de Atos de Pessoal junto a Secretaria Municipal de Administração, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º O servidor de carreira nomeado para a função gratificada de Gerente, perceberá gratificação, nos termos do Art. 31, II, b e Anexo IV da LC nº 4.800/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 03 de abril de 2017.

Imbituba, 03 de abril de 2017.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 350/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 350, de 03 de abril de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de servidor de carreira, em função de representação de Assessor de Gabinete, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 03 de abril de 2017, o Sr. LUCIANO ALVES ZANINI, Administrador, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 888.521.309-00, para exercer o cargo de Assessor de Gabinete junto a Secretaria Executiva do Gabinete do Prefeito, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º O servidor de carreira nomeado para a função de representação de Assessor de Gabinete, perceberá gratificação, nos termos do Art. 31, I, e Anexo II da LC nº 4.800/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 03 de abril de 2017.

Imbituba, 03 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito MunicipalAmilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal**PORTARIA PMI/SEAGP Nº 351/2017**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 351, de 03 de abril de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de servidores em cargos de provimento em comissão e/ou em função de representação para atuação como Superintendentes dos órgãos superiores, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo descritos, nos cargos de provimento em comissão e/ou em função de representação, para a atuação como Superintendentes dos respectivos órgãos superiores.

SUPERINTENDENTES – LC nº 4.800/2017				
Nome	Órgão Superior	Cargo	CPF	Nomeação
Ivone Trietro Daniel	SEASTH	Superintendência Direitos Humanos, Cidadania e Inclusão Social	784.799.169-15	03/04/2017
Leandro Geremias da Silva	SEASTH	Superintendência de Habitação e Regulamentação Fundiária	003.493.539-80	03/04/2017
Márcia Fernandes Rosa Neu	SEDUCE	Superintendência de Ensino	507.336.569-00	03/04/2017
Deivid Rafael Aquino	SEINFRA	Superintendência de Infraestrutura Regional/Oeste	056.024.829-62	03/04/2017
Eduvirgem Vieira	SEINFRA	Superintendência de Infraestrutura Regional/Norte	454.743.709-20	03/04/2017
Rogério Querino	SEINFRA	Superintendência de Infraestrutura Regional/Sul	019.358.179-51	03/04/2017
João Batista Réus Alano	SEINFRA	Superintendência de Saneamento	507.281.809-87	03/04/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 03 de abril de 2017.

Imbituba, 03 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito MunicipalAmilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 352/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 352, de 03 de abril de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de servidores em cargos de provimento em comissão, para atuação como Diretores dos órgãos superiores, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, os servidores abaixo descritos, nos cargos de provimento em comissão, para a atuação como Diretores dos respectivos órgãos superiores.

DIRETORES – LC nº 4.800/2017				
Nome	Órgão Superior	Cargo	CPF	Nomeação
Davi Luiz Schmidt	SEGAB	Diretoria da Coordenação Geral do Orçamento Participativo	136.074.560-20	03/04/2017
Michelle Furtado	PGM	Diretoria de Atos Contratuais	008.686.469-62	03/04/2017
Suelen Garcia	PGM	Diretoria de Defesa e Proteção do Consumidor	037.292.649-58	03/04/2017
Emanuele Martins Ávila	SEAD	Diretoria de Licitações	058.415.909-95	03/04/2017
Fred Hesse	SEAD	Diretoria de Suprimentos	294.402.979-72	03/04/2017
Luíza Rostirola Chukster	SEAD	Diretoria de Documentação e Patrimônio	043.991.489-26	03/04/2017
Vinícius de Souza	SEAD	Diretoria de Planejamento e Gestão	067.572.289-63	03/04/2017
Débora Borges Catarina	SEAD	Diretoria de Relações Institucionais	055.942.969-05	03/04/2017
Célia David da Silva	SEASTH	Diretoria de Inclusão a Minorias Sociais	245.634.639-49	03/04/2017
Everaldo de Paula	SEDETUR	Diretoria de Desenvolvimento Turístico	630.562.839-49	03/04/2017
José Domingos Notargiacomo Rios	SEDETUR	Diretoria de Desenvolvimento Econômico	467.399.800-63	03/04/2017
Norton José Evaldt da Silva	SEDUCE	Diretoria de Esportes	888.394.279-53	03/04/2017
Veronice Lúcia Milhoreto Niehues	SEFAZ	Diretoria de Projetos e Ações Estratégicas	809.050.139-72	03/04/2017
Anselmo José Ramos Neto	SEINFRA	Diretoria de Transporte e Mobilidade Urbana	888.403.799-91	03/04/2017
Ilsomar Nunes Francisco	SEINFRA	Diretoria de Controle da Frota	289.142.289-91	03/04/2017
Moisés Alves Querino	SEINFRA	Diretoria de Serviços Públicos	828.183.639-34	03/04/2017
Vanderlei Assis do Vale	SEINFRA	Diretoria Municipal de Trânsito	594.162.389-53	03/04/2017
Camila Pires Fermio	SEMUSA	Diretoria de Vigilância em Saúde e Assistência Farmacêutica	051.630.189-65	03/04/2017
Cristiane da Silva	SEMUSA	Diretoria De Suprimentos da Saúde	021.151.249-44	03/04/2017
Cleide Machado	SEMUSA	Diretoria de Atenção Básica	036.056.339-27	03/04/2017
Caroline Teixeira Oliveira Igreja	SEMUSA	Diretoria do Centro de Especialidades Odontológicas	004.476.239-90	03/04/2017
Paulo Marcos de Souza	SEMUSA	Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria	947.025.609-30	03/04/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 03 de abril de 2017.

Imbituba, 03 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 353/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 353, de 03 de abril de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de servidores em cargos de provimento em comissão, para atuação como Chefes de Departamentos dos órgãos superiores, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, os servidores abaixo descritos, nos cargos de provimento em comissão, para a atuação como Chefes de Departamentos dos respectivos órgãos superiores.

CHEFES DE DEPARTAMENTOS – LC nº 4.800/2017				
Nome	Órgão Superior	Cargo	CPF	Nomeação
Leandro Crispim de Souza	PGM	Departamento de Acompanhamento de Intimações	078.640.449-30	03/04/2017
Jéssica Possamai Silveira	SEAD	Departamento de Atos Licitatórios	065.658.349-54	03/04/2017
Márcia Aparecida da Silva Luiz	SEAD	Departamento de Recepção de Materiais	022.899.339-37	03/04/2017
André de Carvalho Francisco	SEAD	Departamento de Expedição de Materiais	054.600.679-52	03/04/2017
Karine Rosa Bodenmuller	SEAD	Departamento de Gestão de Pessoas	039.991.329-73	03/04/2017
Ariane Elizabete Gotti Spinosa	SEASTH	Departamento de Orçamento e Finanças	023.290.879-69	03/04/2017
Andréia Mello	SEDAP	Departamento de Gestão Administrativa e Operacional	025.700.989-22	03/04/2017
José Gil Alves de Medeiros	SEDUCE	Departamento de Gestão Democrática Escolar	098.796.229-95	03/04/2017
Bethania Antunes	SEDUCE	Departamento de Patrimônio Cultural	096.393.689-11	03/04/2017
Paula Dias Machado	SEDUCE	Departamento Gestor de Convênios e Licitações:	080.840.269-25	03/04/2017
Fernanda Bernardo	SEDUCE	Departamento de Fomento e Incentivo Cultura	071.564.019-47	03/04/2017
Herculano Feliciano	SEDUCE	Chefe de Departamento de Articulação e Desenvolvimento Institucional	432.890.619-49	03/04/2017
Paulo Roberto Soares	SEDURB	Departamento de fiscalização de posturas e edificações	044.762.619-14	03/04/2017
Mayara Cardoso de Oliveira	SEDURB	Departamento de protocolo e Despachos	095.198.659-77	03/04/2017
Jackeline da Silva Rosa	SEFAZ	Departamento de Convênios	047.528.849-17	03/04/2017
Moisés Fagundes Júnior	SEFAZ	Departamento de Contabilidade Pública	006.995.639-17	03/04/2017
Maria de Fátima Domingos Pacheco	SEFAZ	Departamento Administrativo-Financeiro	045.229.039-28	03/04/2017
Ana Paula Leal da Silveira	SEGAB	Departamento de Atos Normativos	101.554.199-27	03/04/2017
Elyza Martins de Freitas Rodrigues	SEGAB	Departamento de Cerimonial	069.426.139-40	03/04/2017
Elisa de Souza	SEGAB	Departamento de Relações Institucionais	067.572.389-26	03/04/2017
Vamilson Matias Daniel	SEINFRA	Departamento do Serviço Funerário Municipal	265.853.240-72	03/04/2017
Valdir Pires	SEINFRA	Departamento de Gestão Administrativa e Operacional Regional/SUL	507.125.279-15	03/04/2017
Tiago Soares Maciel	SEINFRA	Departamento de Gestão Administrativa e Operacional Regional/Oeste	042.463.159-82	03/04/2017
Edson Ricardo	SEINFRA	Departamento de serviços Públicos	009.810.579-50	03/04/2017
Selma Martins Andrade	SEMUSA	Departamento de Apoio Operacional	455.230.459-34	03/04/2017
Josilene David da Silva	SEMUSA	Departamento de Controle de Suprimentos	008.753.719-22	03/04/2017
Denise Soares	SEMUSA	Departamento da Farmácia Básica	054.091.719-26	03/04/2017
Sandra Mara Querino	SEMUSA	Departamento de Apoio Administrativo	029.938.369-51	03/04/2017
Alexandre Coelho	SEMUSA	Departamento de Sistemas de Informação Tecnológica	077.079.689-30	03/04/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 03 de abril de 2017.

Imbituba, 03 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 354/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 354, de 03 de abril de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de servidores em cargos de provimento em comissão, para atuação como Procuradores junto a Procuradoria Geral do Município, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, os servidores abaixo descritos, nos cargos de provimento em comissão, para a atuação como Procuradores junto a Procuradoria Geral do Município.

PROCURADORES – LC nº 4.800/2017					
Nome	OAB/SC	Órgão Superior	Cargo	CPF	Nomeação
Adaliany Vieira Constantino	24.671	PGM	Procuradora	005.747.659-48	03/04/2017
Daiane Leopoldina Nunes	35.009	PGM	Procuradora	063.676.309-96	03/04/2017
Emanuel da Silva Gomes	43.133	PGM	Procurador	043.967.989-38	03/04/2017
Kadyr Sebolt Cargnin	14316	PGM	Procurador	888.517.969-04	03/04/2017
Roberta Kelleter Borges Inhaia Ripoll	44.378	PGM	Procuradora	087.094.079-10	03/04/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 03 de abril de 2017.

Imbituba, 03 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 355/2017

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 355, de 03 de abril de 2017.

Dispõe sobre a nomeação de servidores em cargos de provimento em comissão, para atuação nos respectivos órgãos superiores, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, os servidores abaixo descritos, nos cargos de provimento em comissão, para a atuação nos respectivos órgãos superiores.

Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Assistente de Diretor	PGM	Michelle Felliipe Hugen	052.388.069-30	03/04/2017
Assistente de Diretor	PGM	Valdir Felipe	063.760.299-49	03/04/2017
Assistente de Diretor	PGM	Natália Hellen Corrêa Aguiar	088.510.049-27	03/04/2017
Assistente de Chefe de Departamento	PGM	Amanda de Araújo	081.215.729-08	03/04/2017
Assistente de Chefe de Departamento	PGM	Jéssica Garcia Luiz	105.656.329-06	03/04/2017
Assessor de Secretário	SEAD	Bruno Pacheco Da Costa	077.897.449-92	03/04/2017
Assistente de Diretor	SEAD	Rúbia Regina Adriano	046.699.269-69	03/04/2017
Assistente de Chefe de Departamento	SEAD	Rozilane Borges Manoel Maximiano	005.042.059-35	03/04/2017
Assistente de Chefe de Departamento	SEAD	Patrick Salles Rebelo	089.493.689-19	03/04/2017
Assistente de Chefe de Departamento	SEAD	Carolina Antunes	071.511.729-74	03/04/2017
Assistente de Chefe de Departamento	SEAD	Luciana Pires Pacheco	888.519.239-74	03/04/2017
Assistente de Chefe de Departamento	SEAD	Daniela Diogo Alves	103.685.559-76	03/04/2017
Assistente de Chefe de Departamento	SEAD	Rafael Freitas Pires	104.693.309-45	03/04/2017
Assistente de Chefe de Departamento	SEASTH	Rosana Bernardino Limas	028.741.919-30	03/04/2017
Assistente de Chefe de Departamento	SEASTH	Filipe Tomé Borges	076.382.689-89	03/04/2017
Assistente de Chefe de Departamento	SEASTH	Ana Raquel Tomé	033.931.999-27	03/04/2017
Assistente de Chefe de Departamento	SEASTH	Fatima Albino Nunes	028.178.139-79	03/04/2017
Assistente de Chefe de Departamento	SEASTH	Marlene Pedro Américo	015.851.299-50	03/04/2017
Assessora de Secretário	SEDAP	Marlene Borges	578.628.779-34	03/04/2017
Assessor Especial	SEDETUR	Celso Ricardo Bertachini Moretti	288.284.648-79	03/04/2017

Assistente de Diretor	SEDETUR	Maria Luisa Teodoro Espíndola	103.652.969-02	03/04/2017
Assistente de Diretor	SEDETUR	Vanessa Meiry Nascimento	035.263.929-60	03/04/2017
Assessora Técnica	SEDUCE	Francine Laurentino Inacio	027.764.829-73	03/04/2017
Assessor Técnico	SEDUCE	Lourival Horácio	245.622.469-87	03/04/2017
Assessor de Secretário	SEDURB	Paulo Márcio de Souza	021.711.969-99	03/04/2017
Assessor Especial	SEDURB	Douglas Germano Bode	076.279.349-07	03/04/2017
Assistente de Diretor	SEDURB	Yago Barcelos Piucco	093.290.659-10	03/04/2017
Assistente de Diretor	SEDURB	Luiz Antônio Martins Duarte	097.031.039-01	03/04/2017
Assistente de Chefe de Departamento	SEDURB	Josimara Martins Krausen	038.894.969-46	03/04/2017
Assistente de Chefe de Departamento	SEDURB	Alexandre Luiz Silveira	065.505.809-51	03/04/2017
Diretor-Executivo Financeiro	SEFAZ	Adriane Martins Luiz	003.770.449-46	03/04/2017
Assistente de Diretor	SEFAZ	Daiara Maria Francisco	047.035.589-12	03/04/2017
Assistente de Diretor	SEFAZ	Alisson Ranieri Berkenbrock	027.484.339-04	03/04/2017
Assistente de Diretor	SEFAZ	Jonathan Corrêa Silveira	072.877.259-08	03/04/2017
Assistente de Diretor	SEFAZ	Ilton Outemane Ferreira	108.433.039-30	03/04/2017
Secretaria Executiva	SEGAB	Maurina Borges Silvano	507.251.579-68	03/04/2017
Assessoria da Comunicação	SEGAB	Tuliana Fernandes Rosa	008.581.279-03	03/04/2017
Assessoria da Comunicação	SEGAB	César Laus Simas	210.259.670-20	03/04/2017
Assessora Especial	SEGAB	Jaqueline Costa Calônico	064.681.409-51	03/04/2017
Assessor Técnico	SEGAB	João Paulo Pacheco da Costa	047.317.629-79	03/04/2017
Assistente de Diretor	SEGAB	Janaina Fernanda da Cruz	080.391.499-06	03/04/2017
Assessor de Secretário	SEINFRA	Edilson Misael Antunes da Silva	014.331.519-60	03/04/2017
Assistente de Diretor	SEINFRA	Pedro João Custódio	068.724.501-00	03/04/2017
Assistente de Diretor	SEINFRA	Paulino Faustino	029.435.499-91	03/04/2017
Assistente de Diretor	SEINFRA	Rosilda Bernardino Soares	507.288.909-25	03/04/2017
Assistente de Chefe de Departamento	SEINFRA	Givanildo Martins	014.341.129-26	03/04/2017
Assistente de Chefe de Departamento	SEINFRA	Manoel Custódio Bernardino Neto	102.907.759-22	03/04/2017
Assistente de Chefe de Departamento	SEINFRA	Renata Florentino Albino Tomé	047.671.229-70	03/04/2017
Assistente de Chefe de Departamento	SEINFRA	Larissa Borges Cardoso	105.135.889-22	03/04/2017
Assistente de Chefe de Departamento	SEINFRA	Franchescoly de Souza	087.087.069-64	03/04/2017
Diretor Financeiro	SEMUSA	Thiago Agostinho Martins	057.851.919-46	03/04/2017
Assessora Especial	SEMUSA	Luciana Freitas da Rosa Feliciano	841.255.199-00	03/04/2017
Assistente de Diretor	SEMUSA	Lilian Maria Pires	888.400.429-20	03/04/2017
Assistente de Diretor	SEMUSA	Daiane Teixeira de Espindola	096.438.399-31	03/04/2017
Assistente de Diretor	SEMUSA	Léia Pires Laurentino	036.805.469-12	03/04/2017
Assistente de Chefe de Departamento	SEMUSA	Selma Dias	854.580.319-20	03/04/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 03 de abril de 2017.

Imbituba, 03 de abril de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

Indaial

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2017 PUBLICAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 028/2017

Edital de Pregão Presencial nº 001/2017-18201

Com Registro de Preços

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de materiais de higiene, limpeza e cosméticos para o Abrigo.

Entrega dos envelopes: 17/04/2017 - 08h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 17/04/2017 - 09h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic01@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2017 PUBLICAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 029/2017

Edital de Pregão Presencial nº 011/2017-10430

Com Registro de Preços

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de carneiras de concreto para cemitério público municipal.

Entrega dos envelopes: 18/04/2017 - 08h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 18/04/2017 - 09h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic01@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2017 PUBLICAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 030/2017

Edital de Pregão Presencial nº 012/2017-10430

Com Registro de Preços

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Locação de serviços de caminhões e tratores, com operadores por hora.

Entrega dos envelopes: 18/04/2017 - 14h15min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 18/04/2017 - 14h30min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic01@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 008 AO CONTRATO Nº 039/2015

TERMO ADITIVO Nº 008 AO CONTRATO Nº 039/2015

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, TERRAPLENAGEM ÁGUA VERDE LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.483.817/0001-32, com sede à Rua General Osório, nº 2.600, fundos, bairro Velha, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Antonio Dorival Roncaglio, brasileiro, empresário, divorciado, inscrito no CPF sob nº 445.259.319/49 e Cédula de Identidade nº 829883/SESPDC-SC, residente domiciliado na Rua General Osório, nº 2.600, bairro Velha, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1 e sétima, item 7.1, do contrato original, que tem como objeto a execução de terraplenagem, complementação de drenagem pluvial, e pavimentação em blocos de concreto intertravados da Rua Luigi Panini, com extensão de 320,00 metros (início: interseção com a Rua Mal. Floriano Peixoto – estaca 0+0,00 PP; término: defronte à E.B.M Profª Ana Lúcia Hiendlmayer – estaca 16+0,00 PF), conforme anexos VI, VII e VIII do edital mencionado na Cláusula Primeira do contrato, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Ficam suprimidos da planilha do contrato original os seguintes itens: 2.3.2, 4.6.6, 6.2.1, 6.2.2, 6.2.3, 6.2.4, 6.2.5, 6.3.1, 6.3.2, 6.3.3, 6.3.4, 6.3.5, 6.3.6, 6.3.7, 7.1.1, 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3, 7.2.4 e 7.2.5, totalizando R\$ 12.802,25 (doze mil, oitocentos e dois reais e vinte e cinco centavos), conforme planilha anexa.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR DO CONTRATO

7.1. Em razão do presente Termo Aditivo o valor total do presente contrato passa a ser de R\$ 471.607,80 (quatrocentos e setenta e um mil, seiscentos e sete reais e oitenta centavos), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 17 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE INDAIAL André Luiz Moser Contratante	TERRAPLENAGEM ÁGUA VERDE LTDA – ME Antonio Dorival Roncaglio Contratada
SECRETARIA DE OBRAS Lindomar Lindner Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNI- CÍPIO Rodrigo Koenig França OAB/SC nº 47.689

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

RETIFICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 009 AO CONTRATO Nº 039/2015

TERMO ADITIVO Nº 009 AO CONTRATO Nº 039/2015

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atradores, nº 141, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, TERRAPLENAGEM ÁGUA VERDE LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.483.817/0001-32, com sede à Rua General Osório, nº 2.600, fundos, bairro Velha, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Antonio Dorival Roncaglio, brasileiro, empresário, divorciado, inscrito no CPF sob nº 445.259.319/49 e Cédula de Identidade nº 829883/SESPDC-SC, residente domiciliado na Rua General Osório, nº 2.600, bairro Velha, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, as cláusulas terceira, item 3.1 e sétima, item 7.1, do contrato original, que tem como objeto a execução de terraplenagem, complementação de drenagem pluvial, e pavimentação em

blocos de concreto intertravados da Rua Luigi Panini, com extensão de 320,00 metros (início: interseção com a Rua Mal. Floriano Peixoto – estaca 0+0,00 PP; término: defronte à E.B.M Profª Ana Lúcia Hiendlmayer – estaca 16+0,00 PF), conforme anexos VI, VII e VIII do edital mencionado na Cláusula Primeira do contrato, passam a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Ficam acrescidos à planilha do contrato original os seguintes itens: 3.1, 3.4, 3.5, 3.6, 4.1, 4.3, 4.5.1, 4.5.1.1, 4.5.2, 4.5.2.1, 4.6.1, 4.6.2, 4.6.4, 4.6.5, 4.7.1, 4.7.1.1, 4.7.2, 4.7.2.1, 4.8.1, 4.8.2, 4.8.3, 4.8.4 e 4.8.5, totalizando R\$ 14.513,66 (quatorze mil quinhentos e treze reais e sessenta e seis centavos), conforme planilha anexa.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR DO CONTRATO

7.1. Em razão do presente Termo Aditivo, o valor total do presente contrato passa a ser de R\$ 486.121,46 (quatrocentos e oitenta e seis mil cento e vinte e um reais e quarenta e seis centavos), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 17 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE INDAIAL André Luiz Moser Contratante	TERRAPLENAGEM ÁGUA VERDE LTDA – ME Antonio Dorival Roncaglio Contratada
SECRETARIA DE OBRAS Lindomar Lindner Secretário Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNI- CÍPIO Rodrigo Koenig França OAB/SC nº 47.689

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO CONTRATO 07/2017**

EXTRATO CONTRATO Nº 007/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAIAL

Processo de Inexigibilidade n. 001/2016

Edital de Credenciamento no: 001/2016

CONTRATADA: METROPOLITANA FM DE COMUNICAÇÃO LTDA EPP.

OBJETO: Prestação de serviços de divulgação dos atos e ações do legislativo em emissoras de radiodifusão sonora AM e FM.

Início de vigência: 24 de março de 2017.

Término de vigência: De acordo com Edital de Credenciamento 001/2016.

Valor: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por ano.

DATA DA ASSINATURA: 24/03/17.

Iomerê

PREFEITURA

LEI 847/2017

LEI N. 847, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe acerca da premiação para o concurso Rainha do Município de Iomerê – Edição 2017, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado contrair despesas para a premiação do concurso Rainha do Município de Iomerê – Edição 2017, nos seguintes valores:

I – Rainha: R\$ 600,00(seiscentos reais) em dinheiro, mais um ramalhete de flores, no valor de R\$ 100,00;

II – Primeira Princesa: R\$ 300,00(trezentos reais), mais um ramalhete de flores, no valor de R\$ 100,00;

III – Segunda Princesa: R\$ 300,00(trezentos reais), mais um ramalhete de flores, no valor de R\$ 100,00;

IV – para todas as candidatas participantes do concurso, com exceção das eleitas(rainha e princesas): um ramalhete de flores, no valor de R\$ 50,00(cinquenta reais) cada um.

Parágrafo Único: A premiação será distribuída na data da realização do evento, prevista para 06 de maio de 2017.

Art. 2. As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 3. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 03 de Abril de 2017.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2985/2017

PORTARIA Nº 2985 DE 03 DE ABRIL DE 2017

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1ºConceder férias a servidora municipal, MAIARA BASEGIO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 a 28/02/2017 a contar de 03/04/2017 a 02/05/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 03 de abril de 2017

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 2986/2017

PORTARIA Nº 2986 DE 03 DE ABRIL DE 2017

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1ºConceder férias a servidora municipal, SUELEN CAMILA GOTTSSELING ZAMBONI , pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 09/09/2015 a 08/09/2016 a contar de 03/04/2017 a 02/05/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 03 de abril de 2017

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 2987/2017

PORTARIA Nº 2987 DE 03 DE ABRIL DE 2017

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1ºConceder férias a servidora municipal, MARISTELA BRUGNAGO CRESTANI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 08/01/2016 a 07/01/2017 a contar de 03/04/2017 a 02/05/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 03 de abril de 2017

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Sec. de Adm e Finanças

PORTARIA 2988/2017

PORTARIA Nº 2988 DE 03 DE ABRIL DE 2017

Exonera a pedido servidor publico

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Exonerar a pedido a servidora municipal, SIBELE SANTIN, do cargo efetivo de Professor de Educação Física.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 03 de abril de 2017.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Sec. de Adm e Finanças

Concurso Público nº 01, de 29 de setembro de 2015, nomeia-se o servidora MAYARA PERAZZOLI no cargo efetivo de Fisioterapeuta nomeado(a) através da Portaria nº 2989 de 03 de abril de 2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios, e preenchendo as exigências para investidura no referido cargo.

O (a) empossado (a), que comprova não se enquadrar nas proibições contidas nas Constituições Federal e Estadual e Leis Complementares, obedecendo a normas estatutárias, assumiu o compromisso solene de cumprir bem e fielmente os deveres e as atribuições que lhe são inerentes, em virtude da função pública que passará a exercer, e apresentou, com a Declaração de Bens que constituem o seu patrimônio e Declaração de Empregos, todos os demais documentos em lei exigidos. E, estando conforme, foi lavrado o presente Termo que vai assinado por quem de direito.

Iomerê, 03 de abril de 2017.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

MAYARA PERAZZOLI

Empossado(a)

PORTARIA 2989/2017

PORTARIA Nº 2989, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

Nomeia MAYARA PERAZZOLI para o cargo efetivo de Fisioterapeuta.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei:

RESOLVE

Art. 1º Nomear MAYARA PERAZZOLI, brasileira, portadora do CPF nº 076.058.299-81, para o cargo efetivo de Fisioterapeuta, lotado na Secretaria de Saúde e Ação Social, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomere, 03 de abril de 2017

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

TERMO DE POSSE 075/2017

TERMO DE POSSE nº075

Nome: MAYARA PERAZZOLI

Cargo ou Função: FISIOTERAPEUTA

Sec. De Saúde e Ação Social

Está sob o Regime de Tempo Integral?() Sim (x) Não.

Com dedicação Exclusiva? ()Sim (x)Não

Em 03 (três) de abril do ano de dois mil e dezessete, nesta Secretaria, atendendo ao ato convocatório do Prefeito Municipal Sr. Luciano Paganini, e tendo em vista o que estabelece o edital de

Ipuauçu**PREFEITURA****ADENDO PL FMS 07.2017 CREDENCIAMENTO FMS 02.2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE IPUAÇU

DESPACHO/DECISÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 07/2017

MODALIDADE: CREDENCIAMENTO FMS Nº 02/2017

OBJETO: Visa o presente certame realizar o de credenciamento de fornecedores interessados para a contratação prestadores de serviços médicos e hospitalares quando da realização de consultas, cirurgias, exames especializados de diagnóstico e demais procedimentos nas áreas específicas de otorrinolaringologia, ortopedia, urologia, cirurgia de bucomaxilo, dermatologista, cirurgião clínico geral, proctologista, ginecologia e cirurgia vascular, para atendimento de pacientes residentes neste Município, para exercício de 2017.

Considerando que para o credenciamento dos serviços na especialidade de Otorrinolaringologista, foram omitidos no edital alguns procedimentos que são estritamente necessários para o atendimento da população do município, os quais foram aprovados em reunião plenária do Conselho Municipal de Saúde de Ipuauçu-SC. O anexo I do presente edital passa a ter a seguinte redação:

Quantitativo Físico Financeiro Mensal

Item	Procedimentos	Qtde Mês	Valor Total Unitário	Valor Unit SUS	Valor Contrapart	Valor Total
01	Consulta Médica Especializada	03	R\$ 150,00	R\$ 56,00	R\$ 150,00	R\$ 450,00
02	Videolaringoscopia	01	R\$ 280,00	R\$ 36,02	R\$ 280,00	R\$ 280,00
03	Cirurgia de Adenoidectomia	03	R\$ 800,00	R\$ 348,18 AIH	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
04	Cirurgia de Amigdalectomia	02	R\$ 800,00	R\$ 306,57 AIH	R\$ 800,00	R\$ 1.600,00
05	Cirurgia de Adenoamigdalectomia	03	R\$ 800,00	R\$ 337,22 AIH	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
06	Cirurgias de mastoidectomia radical, mas- toidectomia subtotal,	02	R\$ 1.350,00	R\$ 337,22 AIH	R\$ 1.350,00	R\$ 2.700,00
07	Turbinectomia	03	R\$ 800,00	R\$ 337,22 AIH	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
08	Microcirurgia Otológica	03	R\$ 800,00	R\$ 337,22 AIH	R\$ 800,00	R\$ 2.400,00
09	Septoplastia	03	R\$ 1.350,00	R\$ 337,22 AIH	R\$ 1.350,00	R\$ 4.050,00
10	Timpanoplastia	03	R\$ 1.350,00	R\$ 337,22 AIH	R\$ 1.350,00	R\$ 4.050,00
11	Endoscopia Nasal	02	R\$ 280,00	R\$ 36,02	R\$ 280,00	R\$ 560,00

Ratificam-se as demais cláusulas e condições do Edital e respectivos anexos que deram origem ao presente processo licitatório.

Comunique-se aos interessados cadastrados junto à Prefeitura Municipal.

Cumpra-se.

Ipuauçu – SC, em 30 de março de 2017.

CLORI PEROZA

PREFEITA MUNICIPAL

Visto Jurídico. De Acordo. Adv. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445 _____

Ipumirim

PREFEITURA

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL Nº 21, PP Nº 11-2017-PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2017 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 21/2017 Data do Processo: 21/03/2017
Folha: 1/2	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de Empresa Especializada para realização de evento com mateada e show baile, em comemoração aos 54 anos de Emancipação Político Administrativa do Município de Ipumirim, que será realizado no dia 07 de abril de 2017, atendendo a todas as especificações contidas ANEXO AO EDITAL.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 10/2017 (Sequência: 2)

Ao(s) 3 de Abril de 2017, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 2265/2016, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 21/2017, Licitação nº 11/2017 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos três dias do mês de abril de 2017, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora pública Jucilene Goldoni Calari, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 2265/2016, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: MARCO A DIAS TEIXEIRA EVENTOS - ME e MUSICAL GRUPO CHAMA LTDA ME. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Sr. CESAR ANTONIO PELLIZZER representante credenciado pela empresa MUSICAL GRUPO CHAMA LTDA ME e o Srº MARCO AURÉLIO DIAS TEIXEIRA sócio proprietário da empresa MARCO A DIAS TEIXEIRA EVENTOS - ME. Indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de Microempresa, todas as empresas acima transcritas se credenciam como Microempresas. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, todas as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as licitantes apresentaram as mesmas conforme os requisitos mínimos fixados no Edital. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilha anexa ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os Representantes Legais das licitantes. Na análise da documentação constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme exigência do presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

Participante: 10036 - MARCO A DIAS TEIXEIRA EVENTOS - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Contratação de Empresa Especializada para realização de evento com mateada e show baile, em comemoração aos 54 anos de Emancipação Político Administrativa do Município de Ipumirim, que será realizado no dia 07 de abril de 2017.	UN	1,00		0,0000	39.900,00	39.900,00
Total do Participante —————>							39.900,00
Total Geral —————>							39.900,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM****CNPJ:** 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P: 89790-000 - Ipumirim - SC**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 11/2017 - PR****Processo Administrativo:**
Processo de Licitação: 21/2017
Data do Processo: 21/03/2017

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 3 de Abril de 2017

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO	- - Pregoeiro(a)
JUCILENE GOLDONI CALIARI	- - Equipe de Apoio
SUZANA GIOMBELLI	- - Equipe de Apoio
MOIRA COMBOSKI	- - Equipe de Apoio
JULIE REGINATO	- - Equipe de Apoio
PAULO DE BORTOLI	- - Equipe de Apoio

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO 1º BIMESTRE DE 2.017

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	24.297.040,00	24.297.040,00	4.657.807,45	19,17	4.657.807,45	19,17
RECEITA TRIBUTÁRIA	24.297.040,00	24.297.040,00	4.342.913,07	17,87	4.342.913,07	17,87
IMPOSTOS	1.493.600,00	1.493.600,00	186.696,35	12,50	186.696,35	12,50
TAXAS	1.433.200,00	1.433.200,00	161.828,64	11,29	161.828,64	11,29
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	60.400,00	60.400,00	24.867,71	41,17	24.867,71	41,17
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	174.600,00	174.600,00	24.488,31	14,03	24.488,31	14,03
RECEITA PATRIMONIAL	174.600,00	174.600,00	24.488,31	14,03	24.488,31	14,03
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	13.700,00	13.700,00	41.500,49	302,92	41.500,49	302,92
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	41.431,16	0,00	41.431,16	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	13.700,00	13.700,00	69,33	0,51	69,33	0,51
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	155.700,00	155.700,00	685,65	0,44	685,65	0,44
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	22.324.540,00	22.324.540,00	4.076.617,06	18,26	4.076.617,06	18,26
TRANSF. DE PESSOAS	22.121.240,00	22.121.240,00	4.027.602,80	18,21	4.027.602,80	18,21
TRANSF. DE CONV.	4.400,00	4.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	198.900,00	198.900,00	49.014,26	24,64	49.014,26	24,64
MULTAS E JUROS DE MORA	134.900,00	134.900,00	12.925,21	9,58	12.925,21	9,58
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	56.400,00	56.400,00	4.033,76	7,15	4.033,76	7,15
RECEITA DA DIVIDATIVA	4.500,00	4.500,00	1.158,63	25,75	1.158,63	25,75
RECEITAS DIVERSAS	61.900,00	61.900,00	7.732,82	12,49	7.732,82	12,49
RECEITAS DE CAPITAL	12.100,00	12.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	314.894,38	0,00	314.894,38	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	314.894,38	0,00	314.894,38	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	176.034,38	0,00	176.034,38	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	24.297.040,00	24.297.040,00	4.657.807,45	19,17	4.657.807,45	19,17
OPERações DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Mobiliária						
Contratual						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	24.297.040,00	24.297.040,00	4.657.807,45	19,17	4.657.807,45	19.639.232,55
DÉFICIT (VI)						
TOTAL (VII) = (V + VI)	24.297.040,00	24.297.040,00	4.657.807,45		4.657.807,45	19.639.232,55
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)						
Superávit Financeiro		363.818,24				
Reabertura de Créditos Adicionais		363.818,24				
		0,00				

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	24.297.040,00	24.984.210,83	6.339.802,08	6.339.802,08	18.644.408,75	3.088.108,57	3.088.108,57	21.896.102,26	2.803.686,63
DESPESAS CORRENTES	23.642.240,00	23.657.468,82	5.865.195,03	5.865.195,03	17.792.273,79	3.074.547,92	3.074.547,92	20.582.920,90	2.799.914,19
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.436.800,00	13.445.112,55	1.965.730,01	1.965.730,01	11.479.382,54	1.749.657,65	1.749.657,65	11.695.454,90	1.729.614,84
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	90.000,00	90.000,00	16.645,49	16.645,49	73.354,51	16.645,49	16.645,49	73.354,51	16.645,49
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.115.440,00	10.122.356,27	3.882.819,53	3.882.819,53	6.239.536,74	1.308.244,78	1.308.244,78	8.814.111,49	1.053.653,86
DESPESAS DE CAPITAL	554.800,00	1.226.742,01	474.607,05	474.607,05	752.134,96	13.560,65	13.560,65	1.213.181,36	3.772,44
INVESTIMENTOS	515.300,00	1.187.242,01	473.574,61	473.574,61	713.667,40	12.528,21	12.528,21	1.174.713,80	2.740,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	39.500,00	39.500,00	1.032,44	1.032,44	38.467,56	1.032,44	1.032,44	38.467,56	1.032,44
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	24.297.040,00	24.984.210,83	6.339.802,08	6.339.802,08	18.644.408,75	3.088.108,57	3.088.108,57	21.896.102,26	2.803.686,63
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	24.297.040,00	24.984.210,83	6.339.802,08	6.339.802,08	18.644.408,75	3.088.108,57	3.088.108,57	21.896.102,26	2.803.686,63
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.569.698,88	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	24.297.040,00	24.984.210,83	6.339.802,08	6.339.802,08	—	3.088.108,57	4.657.807,45	—	2.803.686,63
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

IPUMIRIM, 31/03/2017

Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.297.040,00	24.984.210,83	6.339.802,08	6.339.802,08	100,00	3.088.108,57	3.088.108,57	21.896.102,26
Legislativa	1.000.000,00	1.000.000,00	123.904,80	123.904,80	1,95	118.507,76	118.507,76	881.492,24
Ação Legislativa	1.000.000,00	1.000.000,00	123.904,80	123.904,80	1,95	118.507,76	118.507,76	881.492,24
Essencial à Justiça	62.000,00	62.000,00	9.084,35	9.084,35	0,14	7.561,40	7.561,40	54.438,60
Defesa da Ordem Jurídica	62.000,00	62.000,00	9.084,35	9.084,35	0,14	7.561,40	7.561,40	54.438,60
Administração	2.435.727,44	2.435.727,44	744.266,17	744.266,17	11,74	376.614,17	376.614,17	2.059.113,27
Planejamento e Orçamento	198.000,00	198.000,00	31.086,99	31.086,99	0,49	31.086,99	31.086,99	166.913,01
Administração Geral	2.135.727,44	2.135.727,44	696.923,56	696.923,56	10,99	329.271,56	329.271,56	1.806.455,88
Controle Interno	102.000,00	102.000,00	16.255,62	16.255,62	0,26	16.255,62	16.255,62	85.744,38
Segurança Pública	98.000,00	98.000,00	1.559,78	1.559,78	0,02	0,00	0,00	98.000,00
Policimento	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00
Defesa Civil	80.000,00	80.000,00	1.559,78	1.559,78	0,02	0,00	0,00	80.000,00
Assistência Social	1.193.200,00	1.193.200,00	448.350,11	448.350,11	7,07	135.110,23	135.110,23	1.058.089,77
Assistência ao Idoso	30.000,00	30.000,00	578,13	578,13	0,01	536,63	536,63	29.463,37
Assistência à Criança e ao Adolescente	178.000,00	178.000,00	21.838,05	21.838,05	0,34	11.095,05	11.095,05	166.904,95
Assistência Comunitária	985.200,00	985.200,00	425.933,93	425.933,93	6,72	123.478,55	123.478,55	861.721,45
Saúde	6.244.722,30	6.244.722,30	2.109.469,40	2.109.469,40	33,27	908.660,87	908.660,87	5.336.061,43
Atenção Básica	4.028.322,30	4.028.322,30	1.164.665,75	1.164.665,75	18,37	702.647,34	702.647,34	3.325.674,96
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.939.800,00	1.939.800,00	912.208,34	912.208,34	14,39	173.994,22	173.994,22	1.765.805,78
Suporte Profilático e Terapêutico	100.000,00	100.000,00	10.270,80	10.270,80	0,16	10.270,80	10.270,80	89.729,20
Vigilância Sanitária	147.000,00	147.000,00	22.324,51	22.324,51	0,35	21.748,51	21.748,51	125.251,49
Vigilância Epidemiológica	29.600,00	29.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.600,00
Educação	6.408.263,90	6.408.263,90	640.766,34	640.766,34	10,11	451.179,14	451.179,14	5.957.084,76
Alimentação e Nutrição	139.300,00	139.300,00	36.840,61	36.840,61	0,58	102.459,39	7.871,98	131.428,02
Ensino Fundamental	4.495.763,90	4.495.763,90	364.408,90	364.408,90	5,75	238.862,58	238.862,58	4.256.901,32
Ensino Médio	290.600,00	290.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	290.600,00
Ensino Superior	135.000,00	135.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	135.000,00
Educação Infantil	1.342.600,00	1.342.600,00	239.516,83	239.516,83	3,78	204.444,58	204.444,58	1.138.155,42
Educação de Jovens e Adultos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Cultura	90.000,00	90.000,00	4.000,00	4.000,00	0,06	293,72	293,72	89.706,28
Difusão Cultural	90.000,00	90.000,00	4.000,00	4.000,00	0,06	293,72	293,72	89.706,28
Urbanismo	1.276.100,00	1.460.592,59	423.039,64	423.039,64	6,67	160.146,67	160.146,67	1.300.445,92
Infra-Estrutura Urbana	479.600,00	664.092,59	28.487,57	28.487,57	0,45	28.487,57	28.487,57	635.605,02
Serviços Urbanos	796.500,00	796.500,00	394.552,07	394.552,07	6,22	131.659,10	131.659,10	664.840,90

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		%	SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		%	SALDO
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)			No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.297.040,00	24.984.210,83	6.339.802,08	6.339.802,08	100,00	18.644.408,75	3.088.108,57	3.088.108,57	100,00	21.896.102,26
Habituação	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Habituação Urbana	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Saneamento	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Saneamento Básico Urbano	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Gestão Ambiental	57.300,00	57.300,00	26.910,84	26.910,84	0,42	30.389,16	2.242,57	2.242,57	0,07	55.057,43
Preservação e Conservação Ambiental	32.300,00	32.300,00	26.910,84	26.910,84	0,42	5.389,16	2.242,57	2.242,57	0,07	30.057,43
Recursos Hídricos	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Agricultura	1.277.000,00	1.764.449,42	618.428,65	618.428,65	9,75	1.146.020,77	125.731,46	125.731,46	4,07	1.638.717,96
Abastecimento	705.000,00	705.000,00	128.395,30	128.395,30	2,03	576.604,70	79.673,11	79.673,11	2,58	625.326,89
Extensão Rural	348.000,00	835.449,42	443.975,00	443.975,00	7,00	391.474,42	0,00	0,00	0,00	835.449,42
Promoção da Produção Agropecuária	130.000,00	130.000,00	18.873,43	18.873,43	0,30	111.126,57	18.873,43	18.873,43	0,61	111.126,57
Defesa Agropecuária	94.000,00	94.000,00	27.184,92	27.184,92	0,43	66.815,08	27.184,92	27.184,92	0,88	66.815,08
Indústria	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Promoção Industrial	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Comércio e Serviços	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Promoção Comercial	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Transporte	2.020.226,36	2.020.226,36	608.985,71	608.985,71	9,61	1.411.240,65	460.404,29	460.404,29	14,91	1.559.822,07
Transporte Rodoviário	2.020.226,36	2.020.226,36	608.985,71	608.985,71	9,61	1.411.240,65	460.404,29	460.404,29	14,91	1.559.822,07
Desporto e Lazer	391.000,00	391.000,00	60.144,22	60.144,22	0,95	330.855,78	32.822,31	32.822,31	1,06	358.177,69
Desporto Comunitário	391.000,00	391.000,00	60.144,22	60.144,22	0,95	330.855,78	32.822,31	32.822,31	1,06	358.177,69
Encargos Especiais	1.548.500,00	1.563.728,82	520.892,07	520.892,07	8,22	1.042.836,75	308.833,98	308.833,98	10,00	1.254.894,84
Serviço da Dívida Interna	129.500,00	129.500,00	17.677,93	17.677,93	0,28	111.822,07	17.677,93	17.677,93	0,57	111.822,07
Outros Encargos Especiais	1.419.000,00	1.434.228,82	503.214,14	503.214,14	7,94	931.014,68	291.156,05	291.156,05	9,43	1.143.072,77

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de IPUMIRIM - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.297.040,00	24.984.210,83	6.339.802,08	6.339.802,08	18.644.408,75	3.088.108,57	3.088.108,57	21.896.102,26
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	24.297.040,00	24.984.210,83	6.339.802,08	6.339.802,08	18.644.408,75	3.088.108,57	3.088.108,57	21.896.102,26

FONTE:

IPUMIRIM, 31/03/2017

Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2016 A FEVEREIRO/2017

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017	
ESPECIFICAÇÃO		Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	TOTAL (ULT. 12 MESES)	RS 1,00
RECEITAS CORRENTES (I)		2.083.075,10	2.298.763,47	2.328.040,09	2.224.741,53	2.292.846,22	2.233.694,40	2.280.489,08	2.342.839,79	2.753.308,89	3.442.357,01	2.439.491,69	2.651.091,10	29.370.735,37	28.212.400,00
RECEITA TRIBUTÁRIA		93.077,68	181.659,18	104.659,70	100.560,27	126.463,42	131.896,80	215.104,36	130.033,10	133.754,96	185.347,38	73.912,91	112.783,44	1.589.252,20	1.463.600,00
I.P.T.U.		0,00	0,00	0,00	0,00	14.240,17	35.063,18	104.111,41	7.864,88	1.866,12	1.639,06	0,00	0,00	164.744,82	165.700,00
I.R.R.F.		17.989,95	98.523,60	36.345,63	20.894,24	45.612,93	27.816,14	26.038,85	50.405,81	42.373,78	73.341,63	365,78	41.598,75	481.267,09	472.900,00
I.S.S.		61.849,34	59.419,35	56.560,48	64.650,69	56.159,20	48.986,49	54.943,23	54.943,23	71.668,54	86.374,46	50.571,94	44.865,49	715.814,52	665.100,00
I.T.B.I.		5.689,10	12.634,00	3.210,00	10.509,23	6.052,10	13.322,26	18.455,18	7.408,00	7.896,00	16.512,00	20.210,00	4.256,68	126.262,55	129.500,00
Outras Receitas Tributárias		7.549,29	10.881,23	8.545,59	4.506,11	4.399,02	6.686,73	6.736,61	9.413,18	10.096,52	7.480,23	2.785,19	22.102,52	101.163,22	60.400,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		26.092,56	12.630,49	13.041,85	12.907,51	12.132,04	12.484,11	13.220,96	11.927,12	11.828,63	11.103,25	11.649,33	12.638,98	162.166,83	174.600,00
RECEITA PATRIMONIAL		17.457,64	29.532,98	21.585,01	23.549,50	20.092,28	22.967,02	18.981,35	18.929,45	16.280,14	-13.802,99	20.510,20	20.990,29	217.072,87	13.700,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		5.842,70	8.008,21	11.114,25	15.747,62	8.276,87	24.890,97	22.756,68	11.010,37	18.505,32	12.498,11	557,50	128,15	139.325,75	155.700,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.904.544,49	2.059.639,85	2.172.625,17	2.064.647,40	2.114.501,48	2.017.653,15	2.002.143,13	2.163.915,60	2.552.112,22	3.229.701,42	2.326.433,30	2.497.853,48	27.057.770,69	26.238.900,00
Cota-Parte do FPM		396.716,85	471.611,14	627.129,00	516.110,14	574.515,35	465.840,62	378.821,49	459.849,52	838.988,98	1.315.878,30	557.723,59	714.886,63	7.320.171,61	6.484.900,00
Cota-Parte do I.C.M.S.		958.978,09	985.986,30	953.722,18	942.272,33	972.425,67	960.505,32	1.037.590,40	1.073.315,90	1.038.906,47	1.143.397,62	1.237.045,72	1.101.869,72	12.406.105,72	12.498.900,00
Cota-Parte do I.P.V.A.		78.862,96	80.821,75	74.894,72	99.327,39	83.863,70	89.144,61	83.556,13	65.475,60	114.054,53	16.973,75	32.102,45	53.264,69	870.342,28	865.900,00
Outras Transferências Correntes		169.661,22	208.092,30	192.855,63	200.218,67	186.311,19	196.284,84	187.623,55	204.471,91	198.797,09	349.408,86	121.342,33	263.057,03	2.478.124,62	2.550.300,00
Transferências da LC 61/1989		13.754,88	14.113,45	16.028,97	9.536,76	12.857,84	13.093,77	14.338,47	15.155,00	15.638,18	16.850,30	15.590,19	17.143,00	174.388,61	175.600,00
Transferências da LC 87/1996		4.047,70	4.047,70	4.047,70	4.047,70	4.047,70	4.047,70	4.047,70	4.047,70	4.047,70	4.047,70	4.222,92	4.222,92	48.922,84	49.100,00
Transferências do FUNDEB		284.205,62	294.555,33	303.948,97	291.134,41	280.380,03	288.625,99	294.977,04	336.094,61	341.182,05	383.071,24	356.369,24	343.167,47	3.800.112,00	3.612.800,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		36.050,03	7.093,76	5.014,11	7.329,23	11.380,13	23.812,35	8.273,60	7.024,15	20.727,62	17.509,84	6.428,45	6.498,76	157.150,03	134.900,00
DEDUÇÕES (II)		290.155,35	311.318,25	335.163,91	314.658,65	289.786,00	306.548,27	303.908,29	324.689,65	405.243,01	443.474,83	369.344,09	378.325,63	4.072.575,93	3.915.360,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		290.155,35	311.318,25	335.163,91	314.658,65	289.786,00	306.548,27	303.908,29	324.689,65	405.243,01	443.474,83	369.344,09	378.325,63	4.072.575,93	3.915.360,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		1.792.919,75	1.987.445,22	1.992.876,18	1.910.082,88	2.003.060,22	1.927.146,13	1.976.580,79	2.018.170,14	2.348.065,88	2.998.882,18	2.070.147,60	2.272.765,47	25.298.162,44	24.297.040,00
FONTE:															
IPUMIRIM, 31/03/2017															
Juliano Babinski															
Volnei Antônio Schmidt															
Prefeito de Ipumirim															
Contrador CRCSC 026089/O-9															

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
RECEITAS CORRENTES (I)				
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
APORTES REALIZADOS						
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2017		2016	
Caixa e equivalentes de caixa			0,00		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações			0,00		0,00	0,00
Outros Bens e Direitos			0,00		0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de IPUMIRIM - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FONTE:
IPUMIRIM, 31/03/2017

Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	24.297.040,00	4.301.481,91	4.119.936,13
Receita Tributária	1.493.600,00	186.696,35	225.159,10
I.P.T.U.	165.700,00	0,00	0,00
I.S.S.	665.100,00	95.437,43	108.711,38
I.T.B.I.	129.500,00	24.466,68	24.933,19
I.R.R.F.	472.900,00	41.924,53	44.452,32
Outras Receitas Tributárias	60.400,00	24.867,71	47.062,21
Receita de Contribuição	174.600,00	24.488,31	13.329,20
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	174.600,00	24.488,31	13.329,20
Receita Patrimonial Líquida	13.700,00	69,33	1.933,60
Receita Patrimonial	13.700,00	41.500,49	39.873,52
(-) Aplicações Financeiras	0,00	41.431,16	37.939,92
Transferências Correntes	22.324.540,00	4.076.617,06	3.843.421,12
F.P.M.	5.287.920,00	1.018.168,24	939.872,43
I.P.V.A	692.640,00	68.293,88	69.789,19
I.C.M.S.	9.999.920,00	1.871.212,55	1.688.028,14
Convênios	198.900,00	49.014,26	42.200,00
Outras Transferências Correntes	6.145.160,00	1.069.928,13	1.103.531,36
Demais Receitas Correntes	290.600,00	13.610,86	36.093,11
Dívida Ativa	61.900,00	7.732,82	20.462,58
Diversas Receitas Correntes	228.700,00	5.878,04	15.630,53
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	314.894,38	474.513,32
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	314.894,38	474.513,32
Convênios	0,00	138.860,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	176.034,38	474.513,32
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	314.894,38	474.513,32
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	24.297.040,00	4.616.376,29	4.594.449,45

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	23.657.468,82	5.865.195,03	5.699.015,30	3.074.547,92	3.299.115,86
Pessoal e Encargos Sociais	13.445.112,55	1.965.730,01	2.141.239,65	1.749.657,65	2.054.165,92
Juros e Encargos da Dívida (IX)	90.000,00	16.645,49	2.910,58	16.645,49	2.910,58
Outras Despesas Correntes	10.122.356,27	3.882.819,53	3.554.865,07	1.308.244,78	1.242.039,36
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	23.567.468,82	5.848.549,54	5.696.104,72	3.057.902,43	3.296.205,28
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.226.742,01	474.607,05	76.516,36	13.560,65	65.254,83
Investimentos	1.187.242,01	473.574,61	34.044,76	12.528,21	22.783,23
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	39.500,00	1.032,44	42.471,60	1.032,44	42.471,60
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.187.242,01	473.574,61	34.044,76	12.528,21	22.783,23
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	100.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	24.854.710,83	6.322.124,15	5.730.149,48	3.070.430,64	3.318.988,51

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-557.670,83	-1.705.747,86	-1.135.700,03	1.545.945,65	1.275.460,94
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	15.228,82	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	15.228,82	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	129.500,00

IPUMIRIM, 31/03/2017

Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		RP NÃO PROCESSADOS										R\$ 1.00	
PODER/ÓRGÃO		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
		Inscritos Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2016	Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2016	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)													
EXECUTIVO													
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		0,00	348.814,56	348.814,56	0,00	902,49	19.053,72	490.938,88	344.911,35	344.911,35	-	165.081,25	165.983,74
FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO		0,00	348.814,56	348.814,56	0,00	902,49	19.053,72	469.576,92	323.549,39	323.549,39	0,00	165.081,25	165.983,74
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	23.836,39	23.836,39	0,00	0,00	0,00	149.531,76	110.531,76	110.531,76	0,00	39.000,00	39.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	875,97	875,97	875,97	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO MUNIC		0,00	49.294,82	48.483,23	0,00	811,59	0,00	25.440,61	16.730,73	16.730,73	0,00	8.709,88	9.521,47
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇ		0,00	5.235,88	5.235,88	0,00	0,00	0,00	9.307,00	8.750,00	8.750,00	0,00	557,00	557,00
SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E E		0,00	7.787,72	7.787,72	0,00	0,00	0,00	6.680,93	3.480,37	3.480,37	0,00	3.200,56	3.200,56
SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E I		0,00	203.677,85	203.594,15	0,00	83,70	3.570,00	158.001,71	158.385,60	158.385,60	0,00	3.186,11	3.289,81
SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMERC		0,00	15.524,38	15.524,38	0,00	0,00	0,00	2.080,53	1.233,00	1.233,00	0,00	847,53	847,53
SECRETARIA MUN. ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FIN		0,00	19.683,36	19.683,36	0,00	0,00	15.483,72	98.285,45	6.481,66	6.481,66	0,00	107.287,51	107.287,51
LEGISLATIVO													
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	24.676,65	24.689,45	0,00	7,20	0,00	19.372,96	17.080,30	17.080,30	0,00	2.292,66	2.292,66
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)													
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.361,96	21.361,96	21.361,96	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	348.717,05	348.814,56	0,00	902,49	19.053,72	490.938,88	344.911,35	344.911,35	0,00	165.081,25	165.983,74

FONTE:

IPUMIRIM, 31/03/2017

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.445.100,00	1.445.100,00	165.235,20	11,43
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	171.300,00	171.300,00	2.121,93	1,24
1.1.1- IPTU	165.700,00	165.700,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	5.600,00	5.600,00	2.121,93	37,89
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	129.500,00	129.500,00	24.466,68	18,89
1.2.1- ITBI	129.500,00	129.500,00	24.466,68	18,89
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	671.400,00	671.400,00	96.722,06	14,41
1.3.1- ISS	665.100,00	665.100,00	95.464,99	14,35
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	6.300,00	6.300,00	1.257,07	19,95
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	472.900,00	472.900,00	41.924,53	8,87
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	19.701.800,00	19.701.800,00	3.738.350,71	18,97
2.1- Cota-Parte FPM	6.109.900,00	6.109.900,00	1.272.710,22	20,83
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.109.900,00	6.109.900,00	1.272.710,22	20,83
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	12.499.900,00	12.499.900,00	2.339.015,44	18,71
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	49.100,00	49.100,00	8.445,84	17,20
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	175.600,00	175.600,00	32.733,19	18,64
2.5- Cota-Parte ITR	1.500,00	1.500,00	78,88	5,26
2.6- Cota-Parte IPVA	865.800,00	865.800,00	85.367,14	9,86
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	21.146.900,00	21.146.900,00	3.903.585,91	18,46
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	658.700,00	658.700,00	93.712,49	14,23
5.1- Transferências do Salário-Educação	487.600,00	487.600,00	93.225,89	19,12
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	79.300,00	79.300,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	91.800,00	91.800,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	486,60	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	65.600,00	65.600,00	18.812,44	28,68
6.1- Transferências de Convênios	65.600,00	65.600,00	18.812,44	28,68
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	21.150,00	21.150,00	6.310,58	29,84
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	745.450,00	745.450,00	118.835,51	15,94

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.915.360,00	3.915.360,00	747.669,72	19,10
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.196.980,00	1.196.980,00	254.541,98	21,27
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.499.980,00	2.499.980,00	467.802,89	18,71
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	9.820,00	9.820,00	1.689,16	17,20
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	35.120,00	35.120,00	6.546,67	18,64
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	300,00	300,00	15,76	5,25
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	173.160,00	173.160,00	17.073,26	9,86
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.612.800,00	3.612.800,00	706.895,14	19,57
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.612.800,00	3.612.800,00	701.536,71	19,42
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	5.358,43	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-302.560,00	-302.560,00	-46.133,01	15,25

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.961.050,88	2.961.050,88	172.604,38	5,83	172.604,38	5,83
13.1- Com Educação Infantil	483.000,00	483.000,00	56.659,80	11,73	56.659,80	11,73
13.2- Com Ensino Fundamental	2.478.050,88	2.478.050,88	115.944,58	4,68	115.944,58	4,68
14- OUTRAS DESPESAS	651.749,12	651.749,12	55.216,71	8,47	55.216,71	8,47
14.1- Com Educação Infantil	321.000,00	321.000,00	41.224,01	12,84	41.224,01	12,84
14.2- Com Ensino Fundamental	330.749,12	330.749,12	13.992,70	4,23	13.992,70	4,23
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.612.800,00	3.612.800,00	227.821,09	6,31	227.821,09	6,31
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—
16.1 - FUNDEB 60%						—
16.2 - FUNDEB 40%						—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						227.821,09
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						24,42
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						7,81
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						67,77
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.336.000,00	1.336.000,00	239.516,83	17,93	204.444,58	15,30
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	3.879.663,90	3.879.663,90	364.408,90	9,39	238.862,58	6,16
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.808.800,00	2.808.800,00	129.937,28	4,63	129.937,28	4,63
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.070.863,90	1.070.863,90	234.471,62	21,90	108.925,30	10,17
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	5.215.663,90	5.215.663,90	603.925,73	11,58	443.307,16	8,50
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-46.133,01
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						5.358,43
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						—
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						—
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						-40.774,58
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						484.081,74
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						12,40
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	487.600,00	487.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	219.400,00	219.400,00	9.314,15	4,25	1.219,60	0,56
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	707.000,00	707.000,00	9.314,15	1,32	1.219,60	0,17
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	5.922.663,90	5.922.663,90	613.239,88	10,35	444.526,76	7,51
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (i)		
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		2.433,71		0,00		
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino		2.433,71		0,00		
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB		0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	172.812,71	10.252,38
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	701.536,71	0,00
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	381.090,15	0,00
48.1 Orçamento do Exercício	258.452,22	0,00
48.2 Restos a Pagar	122.637,93	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	5.358,43	0,00
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	498.617,70	10.252,38
51- (+) Ajustes	0,00	0,00
51.1. Retenções	0,00	0,00
51.2. Conciliação bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	498.617,70	10.252,38

IPUMIRIM, 31/03/2017

Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.445.100,00	1.445.100,00	165.235,20	11,43
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	165.700,00	165.700,00	0,00	0,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	129.500,00	129.500,00	24.466,68	18,89
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	665.100,00	665.100,00	95.464,99	14,35
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	472.900,00	472.900,00	41.924,53	8,87
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.000,00	2.000,00	141,41	7,07
Dívida Ativa dos Impostos	6.500,00	6.500,00	2.589,34	39,84
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	3.400,00	3.400,00	648,25	19,07
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	19.576.800,00	19.576.800,00	3.738.350,71	19,10
Cota-Parte FPM	5.984.900,00	5.984.900,00	1.272.710,22	21,27
Cota-Parte ITR	1.500,00	1.500,00	78,88	5,26
Cota-Parte IPVA	865.800,00	865.800,00	85.367,14	9,86
Cota-Parte ICMS	12.499.900,00	12.499.900,00	2.339.015,44	18,71
Cota-Parte IPI-Exportação	175.600,00	175.600,00	32.733,19	18,64
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	49.100,00	49.100,00	8.445,84	17,20
Desoneração ICMS (LC 87/96)	49.100,00	49.100,00	8.445,84	17,20
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	21.021.900,00	21.021.900,00	3.903.585,91	18,57
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	500,00	500,00	220,75	44,15
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	500,00	500,00	220,75	44,15
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100
			Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	6.211.722,30	6.211.722,30	2.093.274,40	33,70
Pessoal e Encargos Sociais	3.235.000,00	3.235.000,00	559.068,07	17,28
Outras Despesas Correntes	2.976.722,30	2.976.722,30	1.534.206,33	51,54
DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	20.000,00	5.395,00	26,98
Investimentos	20.000,00	20.000,00	5.395,00	26,98

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de IPUMIRIM - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	20.000,00	5.395,00	26,98	5.395,00	26,98
Investimentos	20.000,00	20.000,00	5.395,00	26,98	5.395,00	26,98
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	6.231.722,30	6.231.722,30	2.098.669,40	33,68	907.760,87	14,57
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS Recursos de Operações de Crédito Outros Recursos OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹ DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS² DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1.503.800,00	1.503.800,00	52.089,17	2,48	49.781,95	5,48
	1.503.800,00	1.503.800,00	52.089,17	2,48	49.781,95	5,48
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-	-	0,00	0,00	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.503.800,00	1.503.800,00	52.089,17	2,48	49.781,95	5,48
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	4.727.922,30	4.727.922,30	2.046.580,23	97,52	857.978,92	94,52
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VI%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						21,98
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [V(i) - (15 x IIIb) / 100] 6						
						272.441,03

Continuação 3/4

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			
		0,00		0,00		0,00
TOTAL (VIII)		0,00		0,00		0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
		LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			
		-		-		-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total j)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total n)*100
Atenção Básica	4.028.322,30	4.028.322,30	1.164.665,75	55,21	702.647,34	77,33
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.939.800,00	1.939.800,00	912.208,34	43,24	173.994,22	19,15
Suporte Profilático e Terapêutico	100.000,00	100.000,00	10.270,80	0,49	10.270,80	1,13
Vigilância Sanitária	147.000,00	147.000,00	22.324,51	1,06	21.748,51	2,39
Vigilância Epidemiológica	29.600,00	29.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6.244.722,30	6.244.722,30	2.109.469,40	100,00	908.660,87	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times lllb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

IPUMIRIM, 31/03/2017

Município de IPUMIRIM - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		24.297.040,00		
Previsão Atualizada		24.297.040,00		
Receitas Realizadas		4.657.807,45		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		15.228,82		
DESPESAS				
Dotação Inicial		24.297.040,00		
Créditos Adicionais		687.170,83		
Dotação Atualizada		24.984.210,83		
Despesas Empenhadas		6.339.802,08		
Despesas Liquidadas		3.088.108,57		
Despesas pagas		2.803.686,63		
Superavit Orçamentário		1.569.698,88		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		6.339.802,08		
Despesas Liquidadas		3.088.108,57		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		25.298.162,44		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-28.995,79	1.032,44	-3,56
Resultado Primário		129.500,00	1.545.945,65	1.193,78
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	509.992,60	0,00	344.911,35	165.081,25
EXECUTIVO	488.630,64	0,00	323.549,39	165.081,25
LEGISLATIVO	21.361,96	0,00	21.361,96	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	349.717,05	0,00	348.814,56	902,49
EXECUTIVO	349.717,05	0,00	348.814,56	902,49
TOTAL:	859.709,65	0,00	693.725,91	165.983,74
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		484.081,74	25%	12,40
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		172.604,38	60%	24,42
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		13.560,65	1.213.181,36	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de IPUMIRIM - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos			857.978,92	% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
				15,00	21,98
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)					0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 21, PP Nº 11-2017-PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 11/2017 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 21/2017 Data do Processo: 21/03/2017
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 21/2017
b) Licitação Nr.: 11/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 03/04/2017
e) Objeto da Licitação: Contratação de Empresa Especializada para realização de evento com mateada e show baile, em comemoração aos 54 anos de Emancipação Política Administrativa do Município de Ipumirim, que será realizado no dia 07 de abril de 2017, atendendo a todas as especificações contidas ANEXO AO EDITAL.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

MARCO A DIAS TEIXEIRA EVENTOS - ME (10036)

1 Contratação de Empresa Especializada para realização de evento com mateada e show baile, em comemoração aos 54 anos de Emancipação Política Administrativa do Município de Ipumirim, que será realizado no dia 07 de abril de 2017.	UN	1,00	0,0000	39.900,00	39.900,00
---	----	------	--------	-----------	-----------

Total do Fornecedor: 39.900,00

Total Geral: 39.900,00

Ipumirim, 3 de Abril de 2017.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

Iraceminha

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO PP 20/2017

MUNICIPIO DE IRACEMINHA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 036/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017 – Registro de Preços

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial – REGISTRO DE PREÇOS;

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de "sementes de aveia e azevem", para incentivo dos agricultores no melhoramento da qualidade na área rural, pastagem para animais e recuperação de solos com adubação verde, no município de Iraceminha/SC, durante o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 13 de abril de 2017 às 08:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Iraceminha, no Paço Municipal com sede na Rua Dona Paulina, 780, centro, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: compras@iraceminha.sc.gov.br ou <http://www.iraceminha.sc.gov.br/>

Iraceminha, SC, 04 de abril de 2017.

Jean Carlos Nyland

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ANULAÇÃO PROCESSO 034/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Iraceminha (SC), por intermédio da Comissão Permanente de Licitação informa que o Processo Licitatório nº 34/2017, modalidade Pregão Presencial 19/2017, foi ANULADO com base no art. 49 da Lei 8666/93 e na Lei 13.019/2014 e justificativa fundamentada no processo. Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas junto ao Departamento de Compras e Licitações, em horário de expediente. Fone para contato (0xx49) 3665 3200. Iraceminha (SC), 04 de Abril de 2017. Jean Carlos Nyland – Prefeito Municipal.

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3185/2017

Decreto nº 3.185/2017.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.913 de 07 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 24.357,48 (vinte e quatro mil trezentos e cinquenta e sete reais e quarenta e oito centavos), conforme discriminação seguinte:

01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IRINEOPOLIS		
2.047 – Manutenção do Programa Benefícios Eventuais		
3.3.90.00.00.00.00.00.0224 (26)	Aplicações Diretas	R\$ 24.357,48

Art. 3º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 224 – Recursos Transferências do Estado-FEAS.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 22 de Março de 2017.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3186/2017

Decreto nº 3.186 /2017.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.913 de 07 de Dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada.

Art. 2º - Suplementar o valor de R\$ 36.000,00 (Trinta e Seis Mil Reais), conforme discriminação seguinte:

01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IRINEOPOLIS		
2.044 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV		
3.1.90.00.00.00.00.00.0250 (12)	Aplicações Diretas	R\$ 36.000,00

Art. 3º - Por conta da suplementação prevista no artigo anterior, ficam parcialmente anuladas as dotações a seguir especificadas:

01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IRINEOPOLIS		
2.042 – Manutenção do Programa de Atenção Integral a Família - PAIF		
3.3.90.00.00.00.00.00.0250 (5)	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IRINEOPOLIS		
2.045 – Índice de Gestão Descentralizada Bolsa Família - IGDBF		
3.3.90.00.00.00.00.00.0250 (22)	Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IRINEOPOLIS		
2.046 – Índice de Gestão Descentralizada - SUAS		
3.3.90.00.00.00.00.00.0250 (18)	Aplicações Diretas	R\$ 6.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 22 de Março de 2017.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3188/2017

DECRETO N.º 3.188 /2017 de 03 de abril de 2017.

NOMEIA MEMBROS PARA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso I, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, e em conformidade com o disposto no artigo 1.º do Decreto n.º 1.398/2005, de 13/01/2005,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para a comporem a Comissão de Acompanhamento do Transporte Escolar para o biênio 2017/2019 os membros abaixo relacionados:

- I. Andréia Aparecida Kaschuk Janiszewski ;
- II. Edilson Prust;
- III. Jonhy Kobilanski Neves;
- IV. Juliana Nogara do Carmo;
- V. Valci Ilda Knoll Rosinski;
- VI. Rogério Natalício Senff.

Parágrafo único – A Comissão deverá designar dentre seus membros, um Presidente e um Secretário, que coordenarão os trabalhos do grupo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 2.181/2012 de 07/01/2012.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis (SC), 03 de abril de 2017.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 115/2017

PORTARIA Nº 115/2017.

EXONERA SERVIDORA EFETIVA Á PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1.º- EXONERAR a pedido em data de 31/03/2017, a servidora ANA PAULA REICHARDT do cargo de Agente Administrativa (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, para o qual foi nomeada através da Portaria nº 169/2014 de 02/04/2014.

Art. 2.º-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 30 de Março de 2017.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 116/2017

PORTARIA N.º 116/2017.

CONCEDE EXONERAÇÃO A SERVIDORA EXERCENTE DE CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE :

Art. 1º - Conceder exoneração em data de 31/03/2017, a servidora MARIA EMÍLIA SCHIESSL ALBERTI, do cargo de Contadora Geral, do Quadro de Pessoal Comissionado do Município de Irineópolis, no

qual foi admitida em 01/09/2014, através da Portaria nº 433/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 30 de Março de 2017.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 118/2017

PORTARIA N.º 118/2017.

“DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELA CONTABILIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS, DE IRINEÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE :

Art. 1º - Designar JULIO CESAR QUADROS, nascido em 07/02/1990, portador do CPF n.º 077.731.279-48, RG n.º 5.886.121–SESP/SC, servidor público Municipal no cargo efetivo de Contador, inscrito no CRC/SC nº SC-038851/O-8, para responder pela Contabilidade do Fundo Municipal da Saúde – FMS de Irineópolis, CNPJ nº 06.089.125/0001-16.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 01/04/2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de Abril de 2017.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

HOSPITAL Bom Jesus

RESOLUÇÃO 019/2017

RESOLUÇÃO NR. 019/2017

EXONERA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã WIANEY DE CASSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar nº 07/2001, de 15.10.2001, e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97 de 30.12.1997,

RESOLVE:

Art. 1.º- EXONERAR a pedido, o servidor RONALDO OLBERTZ do Cargo Efetivo Vigia (44 h/sem), do quadro do HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS, para o qual foi nomeado através da Resolução 009/2007 de 02.07.2007.

Art. 2.º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01.04.2017.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Irineópolis, 01 de abril 2017.

WIANEY DE CASSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS
Presidente.

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 18 de abril de 2017, para contratação de empresa para prestação de serviços de equitação lúdica. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 18 de abril de 2017 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá SC., 03 de abril de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATOS 21 A 41

Contrato Nº.: 21/2017

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada.: SERVITA - AS.DOS SERV.PUBL.MUNIC.DE ITA

Valor : 10.000,00 (dez mil reais)

Vigência : Início: 22/03/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2017

Recursos : Dotação: 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (127) Saldo: 69.095,09

Objeto : Locação da praça esportiva para uso das atividades desenvolvidas pela CME.

JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 22/2017

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada.: EMPRESA DE PESQ. AGROP. E EXT. RURAL DE SC-E-PAGRI

Valor : 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

Vigência : Início: 22/03/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2017

Recursos : Dotação: 1.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (44) Saldo: 142.991,50

Objeto : Apoio financeiro no desenvolvimento de pesquisas agropecuárias, assistência técnica e extensão rural, e na implementação de programas e projetos.

JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 23/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada.: FERNANDO CORDOVA ALVES

Valor : 10.000,00 (dez mil reais)

Vigência : Início: 22/03/2017 Término: 31/12/2017

Objeto : Serviços de plantão de sobreaviso em saúde pública com

profissionais na área de enfermagem.

Contratada.: FERNANDO CORDOVA ALVES

Vigência : Início: 22/03/2017 Término: 31/12/2017

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI - Gestora do Fundo

Contrato Nº.: 24/2017

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada.: VTI TRANSPORTES LTDA

Valor : 44.878,24 (quarenta e quatro mil oitocentos e setenta e oito

reais e vinte e quatro centavos)

Vigência : Início: 27/03/2017 Término: 21/12/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2017

Recursos : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (97) Saldo: 413.514,89

Objeto : Contratação de serviço de transporte escolar de alunos do

ensino infantil, fundamental e médio da rede de ensino municipal para o

ano letivo 2017 para a linha 11.

JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 25/2017

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada.: GENTE SEGURADORA S.A

Valor : 39.901,10 (trinta e nove mil novecentos e um reais e dez

centavos)

Vigência : Início: 31/03/2017 Término: 30/03/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2017

Recursos : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (9), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (39), 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (59),

2.012.3.3.90.00.00.00.00.00 (82), 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 (96),

2.020.3.3.90.00.00.00.00.00 (120), 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 (127),

2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (132), 2.052.3.3.90.00.00.00.00.00 (146),

2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (176), 2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 (222)

Objeto : Contratação de seguros para veículos, máquinas e edificações públicas pertencentes ao Município de Itá.

JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 26/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada.: GENTE SEGURADORA S.A

Valor : 9.595,20 (nove mil quinhentos e noventa e cinco reais e

vinte centavos)

Vigência : Início: 31/03/2017 Término: 30/03/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2017

Entid.Gestora: MUNICIPIO DE ITA

Recursos : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 (9), 2.038.3.3.90.00.00.00.00.00 (39)

Objeto : Contratação de seguros para veículos, máquinas e edificações públicas pertencentes ao Município de Itá.

JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI - Gestora do Fundo

Contrato Nº.: 27/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada.: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Valor : 8.971,75 (oito mil novecentos e setenta e um reais e

setenta e cinco centavos)
 Vigência : Início: 31/03/2017 Término: 31/12/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2017
 Recursos : Dotação: 2.032.3.3.90.00.00.00.00 (20),
 2.032.4.4.90.00.00.00.00 (42), 2.032.3.3.90.00.00.00.00 (43)
 Objeto : Aquisição de equipamentos e material permanente
 para as
 unidades de saúde do município, 03 Mesas Ginecológica móvel, 02
 Dermatoscópio Led, 01 Ultra som 1.3 mhz fisioterapia, 01 Aparelho
 de
 laser e caneta infravermelho, 02 Corrente TENS/FES, 02 canais.
 JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI - Gestora do Fundo

Contrato Nº.: 28/2017
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
 Contratada...: FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA ME
 Valor : 1.080,00 (um mil e oitenta reais)
 Vigência : Início: 31/03/2017 Término: 31/12/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2017
 Recursos : Dotação: 2.032.3.3.90.00.00.00.00 (20),
 2.032.4.4.90.00.00.00.00 (42), 2.032.3.3.90.00.00.00.00 (43)
 Objeto : Aquisição de equipamentos e material permanente
 para as
 unidades de saúde do município, 02 Nobreak mínimo 1KVA.
 JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI - Gestora do Fundo

Contrato Nº.: 29/2017
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
 Contratada...: FRANIELI HAIDUK RIGO ME
 Valor : 3.390,00 (três mil trezentos e noventa reais)
 Vigência : Início: 31/03/2017 Término: 31/12/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2017
 Recursos : Dotação: 2.032.3.3.90.00.00.00.00 (20),
 2.032.4.4.90.00.00.00.00 (42), 2.032.3.3.90.00.00.00.00 (43)
 Objeto : Aquisição de equipamentos e material permanente
 para as
 unidades de saúde do município, 02 Compressor Odontológico 30L.
 JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI - Gestora do Fundo

Contrato Nº.: 30/2017
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
 Contratada...: DENTAL OESTE EIRELI EPP
 Valor : 2.420,00 (dois mil quatrocentos e vinte reais)
 Vigência : Início: 31/03/2017 Término: 31/12/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2017
 Recursos : Dotação: 2.032.3.3.90.00.00.00.00 (20),
 2.032.4.4.90.00.00.00.00 (42), 2.032.3.3.90.00.00.00.00 (43)
 Objeto : Aquisição de equipamentos e material permanente
 para as
 unidades de saúde do município, 03 Foco refletor ambulatorial has-
 te
 flexível led, 02 Fotopolimizador portátil sem fio.
 JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI - Gestora do Fundo

Contrato Nº.: 31/2017
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
 Contratada...: MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALA-
 RES
 Valor : 1.399,00 (um mil trezentos e noventa e nove reais)
 Vigência : Início: 31/03/2017 Término: 31/12/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2017
 Recursos : Dotação: 2.032.3.3.90.00.00.00.00 (20),
 2.032.4.4.90.00.00.00.00 (42), 2.032.3.3.90.00.00.00.00 (43)
 Objeto : Aquisição de equipamentos e material permanente

para as
 unidades de saúde do município, 02 Seladora manual de mesa, 01
 Amalgamador.
 JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI - Gestora do Fundo

Contrato Nº.: 32/2017
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
 Contratada...: COMERCIO DE ARTIGOS DE INFORMATICA
 IRACEMINHA LTDA
 Valor : 3.198,00 (três mil cento e noventa e oito reais)
 Vigência : Início: 31/03/2017 Término: 31/12/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2017
 Recursos : Dotação: 2.032.3.3.90.00.00.00.00 (20),
 2.032.4.4.90.00.00.00.00 (42), 2.032.3.3.90.00.00.00.00 (43)
 Objeto : Aquisição de equipamentos e material permanente
 para as
 unidades de saúde do município, 02 Televisor LCD 42".
 JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI - Gestora do Fundo

Contrato Nº.: 33/2017
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
 Contratada...: QUALYMEDIC COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA
 LTDA EPP
 Valor : 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)
 Vigência : Início: 31/03/2017 Término: 31/12/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2017
 Recursos : Dotação: 2.032.3.3.90.00.00.00.00 (20),
 2.032.4.4.90.00.00.00.00 (42), 2.032.3.3.90.00.00.00.00 (43)
 Objeto : Aquisição de equipamentos e material permanente
 para as
 unidades de saúde do município, 01 Aparelho de diatermia por
 ondas
 curtas.
 JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI - Gestora do Fundo

Contrato Nº.: 34/2017
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
 Contratada...: KALINOVSKI E KALINOVSKI LTDA
 Valor : 3.659,00 (três mil seiscentos e cinquenta e nove
 reais)
 Vigência : Início: 31/03/2017 Término: 31/12/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2017
 Recursos : Dotação: 2.032.3.3.90.00.00.00.00 (20),
 2.032.4.4.90.00.00.00.00 (42), 2.032.3.3.90.00.00.00.00 (43)
 Objeto : Aquisição de equipamentos e material permanente
 para as
 unidades de saúde do município, 03 Impressora Multifuncional, 02
 Poltrona
 estofada, 04 Lixeira com pedal 15 litros.
 JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI - Gestora do Fundo

Contrato Nº.: 35/2017
 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
 Contratada...: AGUAMED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS
 HOSPITALARES E OD
 Valor : 4.816,00 (quatro mil oitocentos e dezesseis reais)
 Vigência : Início: 31/03/2017 Término: 31/12/2017
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2017
 Recursos : Dotação: 2.032.3.3.90.00.00.00.00 (20),
 2.032.4.4.90.00.00.00.00 (42), 2.032.3.3.90.00.00.00.00 (43)
 Objeto : Aquisição de equipamentos e material permanente
 para as
 unidades de saúde do município, 04 Oxímetro portátil de mesa.
 JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI - Gestora do Fundo

Contrato Nº.: 36/2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada...: REFRIMIX REFRIGERAÇÃO EM AR CONDICIONADO EIRELI
Valor : 2.223,00 (dois mil duzentos e vinte e três reais)
Vigência : Início: 31/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2017
Recursos : Dotação: 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (20),
2.032.4.4.90.00.00.00.00.00 (42), 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (43)
Objeto : Aquisição de equipamentos e material permanente para as unidades de saúde do município, 01 Climatizador 18.000 BTUs.
JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI - Gestora do Fundo

Contrato Nº.: 37/2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada...: ADAGIL HIDRAULICA E CLIMATIZAÇÃO
Valor : 8.382,00 (oito mil trezentos e oitenta e dois reais)
Vigência : Início: 31/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2017
Recursos : Dotação: 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (20),
2.032.4.4.90.00.00.00.00.00 (42), 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (43)
Objeto : Aquisição de equipamentos e material permanente para as unidades de saúde do município, 06 Ar Condicionado 9.000 BTUs.
JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI - Gestora do Fundo

Contrato Nº.: 38/2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada...: TECNOFORTE SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP
Valor : 2.380,00 (dois mil trezentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 31/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2017
Recursos : Dotação: 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (20),
2.032.4.4.90.00.00.00.00.00 (42), 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (43)
Objeto : Aquisição de equipamentos e material permanente para as unidades de saúde do município, Televisor LCD 32'.
JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI - Gestora do Fundo

Contrato Nº.: 39/2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada...: TOTAL HEALTH DISTRI. DE MAT. PARA USO MEDICO EIREL
Valor : 840,00 (oitocentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 31/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2017
Recursos : Dotação: 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (20),
2.032.4.4.90.00.00.00.00.00 (42), 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (43)
Objeto : Aquisição de equipamentos e material permanente para as unidades de saúde do município, 03 Mocho odontológico assento.
JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI - Gestora do Fundo

Contrato Nº.: 40/2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada...: DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLOGICOS LTDA
Valor : 17.340,00 (dezessete mil trezentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 31/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2017
Recursos : Dotação: 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (20),
2.032.4.4.90.00.00.00.00.00 (42), 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (43)

(43)
Objeto : Aquisição de equipamentos e material permanente para as unidades de saúde do município, 02 Cadeira Odontológica completa.
JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI - Gestora do Fundo

Contrato Nº.: 41/2017
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada...: PAULINÉIA LOTTERMANN REIS
Valor : 7.466,00 (sete mil quatrocentos e sessenta e seis reais)
Vigência : Início: 31/03/2017 Término: 31/12/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2017
Recursos : Dotação: 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (20),
2.032.4.4.90.00.00.00.00.00 (42), 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (43)
Objeto : Aquisição de equipamentos e material permanente para as unidades de saúde do município, 06 Cadeira giratória modelo secretaria,
03 Armário em madeira/MDF, 30 Cadeira Fixa, 10 Longarina três lugares,
03 Gaveteiro com rodízio 4 gavetas.
JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI - Gestora do Fundo

Itapema

PREFEITURA

EDITAL DE PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº 001/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA - SC

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTE

EDITAL DE PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº 001/2017

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE ITAPEMA, Estado de Santa Catarina, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTE, vem através do presente Chamamento Público, apresentar as diretrizes para participação de interessados no presente Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI, ora instaurado, nos termos do artigo 21 da Lei Federal nº 8.987/95, e na Lei Federal nº 11.079/04 e nos termos do presente Edital de Chamamento, visando convocar interessados em desenvolver e apresentar estudos de viabilidade, levantamentos, investigações, pesquisas, soluções técnicas, projetos e pareceres, que consolidem um novo modelo de gestão dos serviços de iluminação pública, suas arrecadações e tarefas de manutenção, com o fito não só de reduzir e amenizar custos, mas, igualmente, otimizar a gestão do clareamento noturno das vias públicas e transferir atribuições e responsabilidades administrativas.

1. PREÂMBULO

O Município de Itapema - SC torna público este Edital para solicitação de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), regido de acordo com o disposto na legislação abaixo indicada e suas alterações posteriores.

2. LEGISLAÇÃO PERTINENTE

- 2.1. Lei Federal no 11.079, de 30 de dezembro de 2004;
- 2.2. Lei Federal no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;
- 2.3. Lei Federal no 9.074, de 07 de julho de 1995;

3. CONTEXTO

O Município de Itapema, com a finalidade de promover a prestação dos serviços públicos de forma mais eficiente, sustentável e econômica possível, promove este chamamento à iniciativa privada com a finalidade de buscar respostas para a eficiente manutenção e operação de Iluminação Pública.

Os estudos apresentados serão posteriormente analisados pela Secretaria Municipal de Obras e Transportes, com a aprovação de um modelo que atenda às necessidades municipais, dentro das premissas aqui descritas.

4. OBJETO

Esta PMI convida aos interessados para contribuir com estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica, contendo os suficientes levantamentos, investigações, dados, informações técnicas, projetos e pareceres ("Estudos") com o objetivo de subsidiar a modelagem de contratação para os investimentos em infraestruturas e a prestação de serviços de iluminação pública no município, com a consequente valorização do espaço urbano municipal.

O propósito, ou seja, o objeto deste edital é colher propostas de soluções de engenharia, luminotécnica e de tecnologia da informação, aplicadas em projetos específicos para o aumento da eficiência da iluminação pública, através da:

- (i) reconstrução total ou parcial de sua infraestrutura, com

investimento do parceiro privado, podendo haver aportes do Poder Público;

- (ii) execução, atualização e manutenção do seu cadastro técnico;
- (iii) expansão da infraestrutura da rede;
- (iv) operação e manutenção de seus ativos, envolvendo todos os possíveis serviços agregados, incluindo, sem limitação:
 - (a) Centro de Controle Operacional (CCO);
 - (b) monitoramento e controle dos ativos;
 - (c) Atendimento à população;
 - (d) consultoria especializada e elaboração de projetos executivos;
 - (e) manutenção rotineira e periódica dos ativos;
 - (f) remodelação;
 - (g) efficientização.

O foco do novo modelo de prestação de serviços de Iluminação Pública no Município de Itapema - SC deverá obrigatoriamente ser a qualidade do serviço prestado aos munícipes.

Nesse sentido, busca-se a construção de mecanismos que possibilitem a aferição de determinadas variáveis que consigam qualificar e quantificar o desempenho do concessionário. Assim, o Município pretende adotar, sempre que possível, as métricas de gestão por serviços para a operacionalização deste projeto. Deverão ser estudados e propostos índices adequados de nível de serviço, disponibilidade e outros fatores que possam delinear adequadamente essa prestação.

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão participar deste PMI quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, individualmente ou em grupo, neste último caso, sem necessidade de vínculo formal entre os participantes.

A participação neste Procedimento, bem como o fornecimento de estudos, levantamentos, investigações, dados, informações técnicas, projetos ou pareceres pelos interessados não impedirá a sua participação em eventual futura licitação promovida pelo município com este objeto, em aplicação ao disposto no artigo 21 da Lei Federal no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e artigo 31 da Lei Federal no 9.074, de 07 de julho de 1995.

O(s) interessado(s) que for(em) autorizado(s) não gozará(ão) de qualquer espécie de favorecimento, vantagem ou privilégio em procedimentos licitatórios relativos à realização do projeto pela apresentação dos Estudos que eventualmente sejam utilizados para a sua consolidação.

Os interessados em participar deste PMI deverão requerer a autorização para a elaboração dos estudos por meio do encaminhamento de solicitação formal à Secretaria Municipal de Obras e Transporte, na forma do modelo constante do "Anexo" deste Edital, que deverá conter, obrigatoriamente: nome ou razão social da solicitante, seu endereço completo, área de atuação, e, na hipótese de pessoa jurídica, o nome do representante, comprovando-se os devidos poderes para manifestar em nome da interessada, dados para contato, devendo, em todos os casos, responsabilizar-se pela veracidade das declarações que fizer.

O pedido deverá ser acompanhado da demonstração de experiência do interessado na realização de projetos, estudos, levantamentos e investigações similares ao objeto da PMI.

O pedido de autorização deverá ser encaminhado à Secretaria Municipal de Obras e Transporte em até 10 (dez) dias da publicação do Aviso de PMI veiculado no Diário Oficial do Município ou nos órgãos que veiculam suas publicações legais. Os estudos produzidos sem a devida autorização não serão aceitos ou considerados pelo Município.

O pedido de autorização será avaliado pela Secretaria Municipal de Obras e Transporte, tendo como critério mínimo a demonstração

de o interessado, diretamente ou por meio de terceiros nominados no pedido, deter habilitação técnica e jurídica para executar os produtos solicitados em atenção das limitações impostas pela natureza das atividades profissionais exigidas.

6. PRODUTOS A SEREM ENTREGUES PELO INTERESSADO

Os Estudos a serem apresentados pelos autorizados deverão contemplar, no mínimo, o conteúdo abaixo descrito:

6.1. Parâmetros para a Prestação do Serviço de Iluminação Pública; Os Estudos deverão adotar como premissa a assunção pelo concessionário da gestão de toda a infraestrutura da Rede de Iluminação Pública do Município de Itapema e seus bairros desde o início do prazo da concessão, podendo haver a previsão de prazo de migração da prestação dos serviços para a gestão do concessionário. Como produto a ser entregue nesta prestação de serviços, a luz deverá ser medida e monitorada.

Sem prejuízo, alguns critérios derivados como consumo, disponibilidade, registros de incidentes e problemas, tempo de reparo e informações acerca dos eventos relacionados à prestação do serviço de iluminação pública deverão ser abordados pelos Estudos. A luz deverá ser medida conforme sua luminância, na unidade de medida correspondente (Lux). Outros critérios de medição poderão ser propostos, entre eles, os níveis de sombra e zebração, diferenças entre iluminação na via de tráfego e nas calçadas, correções para luminárias obstruídas por árvores e outros obstáculos, entre outros.

Quanto às tecnologias referentes à iluminação, poderão apenas ser propostas as soluções de iluminação LED multiled, sendo excluídas todas as demais, por estarem em desacordo com a legislação ambiental hodierna e com os objetivos de durabilidade e de qualidade desejados. Os Estudos deverão sempre ter em consideração que o principal objetivo é a melhor solução ao consumo mais baixo e mais sustentável sob o prisma ambiental.

6.2. Gestão da Rede de Iluminação Pública

Quanto ao gerenciamento da infraestrutura da Rede de Iluminação Pública, os Estudos deverão apresentar soluções que possibilitem, sendo que o principal objetivo é ter a solução mais completa possível com o custo mais exequível, existindo alguns pontos que são importantes e outros que sendo interessantes em estarem previstos não são de implementação obrigatória:

- (i) atuar de forma individual em cada ponto de iluminação;(opcional)
- (ii) poder monitorar o estado mediante equipe de terreno durante o dia; (obrigatório)
- (iii) monitorar o estado (ligado ou desligado) em tempo real;(opcional)
- (iv) registrar alterações de comportamento dos componentes, centralizando-as em tempo real em um Centro de Controle Operacional (CCO) a ser criado, automaticamente ou mediante equipe de terreno;(obrigatório)
- (v) possibilitar o acionamento automático de equipes de campo, para correção de incidentes e problemas, atualizando o CCO sobre o status do atendimento;(obrigatório)
- (vi) registrar o momento exato do retorno ao funcionamento, controlando todos os índices de atendimento e eficiência do serviço;(obrigatório)
- (vii) implantar, corrigir e atualizar automaticamente o cadastro técnico, a cada evento ou intervenção necessária, com o uso de equipamentos com georreferenciamento;(obrigatório)
- (viii) prover sistema inteligente de controle e tomada de decisões, com base nos dados dos eventos de serviço e com capacidade para geração de relatórios dinâmicos, temáticos e georreferenciados. (opcional)

Esse CCO deverá concentrar também a central de atendimento telefônico a população, e, também, os sistemas e demais aparatos necessários para a medição e o controle de todo funcionamento da Infraestrutura da Rede de Iluminação Pública. Deverá operar sob a metodologia de gerenciamento de serviços, guiados pelas

melhores práticas e metodologias de mercado.

A Solução de Gestão e Operação será composta de hardwares, softwares, firmwares e demais componentes necessários à sua perfeita operação e será constituída por componentes de uso externo (restritos ao perímetro do Município) e internos, situados na Secretaria Municipal de Obras e Transporte, ou onde o Município determinar.

Deverá ser prevista a instalação de um CCO e de um serviço de atendimento à população na sede, ou em local designado pela Secretaria Municipal de Obras e Transporte, que possibilitem a fiscalização das ações do concessionário, inclusive permitindo acesso do poder público aos dados primários e informações operacionais da Rede de Iluminação Pública remotamente e em tempo real.

No projeto a ser elaborado, deverão estar descritas também as potencialidades da rede proposta, bem como suas interfaces de integração a outras soluções e também os protocolos de comunicação e integração a serem adotados. As potencialidades da infraestrutura da Rede de Iluminação Pública deverão ser estudadas e propostas seguindo as melhores práticas de mercado, alinhando o Município aos princípios de sustentabilidade e estruturação de cidades inteligentes, sendo sempre a exequibilidade técnica e econômica de extrema importância.

6.3. Atribuições Relativas à Operação e Controle da Rede de Iluminação Pública

As frentes de serviço poderão ser oferecidas de forma distinta, em grupos denominados Gestão e Operação.

Deverão ser demonstrados os detalhamentos técnicos de cada etapa das soluções propostas, sua composição, compatibilidades, interoperabilidades, integrabilidade, escalabilidade, e demais critérios aplicáveis e desejáveis à análise técnica.

As soluções propostas devem ser aderentes às tendências de mercado e estar baseadas em tecnologias não proprietárias ou com condições garantidas de interoperabilidade.

6.4. Objetivos

Os Estudos deverão ser orientados pelos seguintes objetivos:

- (i) promover a melhoria do índice ou grau de luminância implantado (aumentar a eficiência da Rede de Iluminação Pública) para níveis adequados ao tipo de via;
- (ii) promover a uniformidade da iluminação nas vias e nas calçadas;
- (iii) promover a redução do consumo de energia elétrica, com o uso de tecnologias mais eficientes (eficientização);
- (iv) propor soluções de mitigação em relação à poluição visual na Iluminação Pública;
- (v) criar/instalar Centro de Controle Operacional – CCO eficiente;
- (vi) viabilizar a aplicação de ferramentas de Tecnologia da Informação no controle efetivo e em tempo real do comportamento da Rede de Iluminação Pública;
- (vii) controlar/medir a eficiência da prestação do serviço pela luminosidade entregue;
- (viii) promover a melhoria do nível de serviço de Iluminação Pública, especialmente na correção de incidentes e problemas correlatos;
- (ix) permitir a detecção de incidentes na Rede de Iluminação Pública em tempo real;
- (x) promover a redução dos incidentes e problemas na Rede de Iluminação Pública;
- (xi) possibilitar ação imediata do concessionário, independente de chamamento do cidadão;
- (xii) oferecer resposta ativa ao cidadão, quando este fizer contato;
- (xiii) ampliar a disponibilidade e a capacidade da Rede de Iluminação Pública;
- (xiv) garantir a implantação e atualização constante, a integridade e a confiabilidade dos dados de cadastro técnico/inventário da Rede de Iluminação Pública;
- (xv) estruturar modelo de negócio e solução tecnológica que possibilitem a fiscalização das ações do concessionário, sempre que

necessário para garantia do fiel cumprimento do contrato de concessão, inclusive permitindo acesso do poder público aos dados primários e informações operacionais da Rede de Iluminação Pública remotamente e em tempo real;

(xvi) promover o controle eletrônico e a automação como meios para garantir a transparência da informação e da gestão, bem como evitar interferência e manipulação de dados Rede de Iluminação Pública;

(xvii) promover iniciativas de uso compartilhado da estrutura da Rede de Iluminação Pública, alinhando o Município às iniciativas de sustentabilidade e de cidades inteligentes;

(xviii) adequar os custos iniciais decorrentes do projeto aos valores recebidos pelo Município com a arrecadação da Contribuição para Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP), com tendência de redução ao longo do tempo do contrato de concessão sempre que tal seja possível.

6.5. Aspectos técnicos

6.5.1. Infraestrutura atual:

A Infraestrutura da Rede de Iluminação Pública do Município de Itapema (SC) atualmente é composta pelos bens descritos na tabela a seguir:

Compõem a infraestrutura da rede de Iluminação Pública do Município, e deverão ser contemplados nos Estudos, todos os logradouros públicos, incluindo, sem limitação:

(i) vias públicas em geral;

(ii) largos, praças, parques, jardins e semelhantes;

(iii) equipamentos públicos inseridos em parques e praças e centros esportivos;

(iv) faixas de pedestres;

(v) pontos de ônibus;

(vi) iluminação de destaque em monumentos históricos e públicos, dentre outros.

O detalhamento do inventário da infraestrutura da Rede de Iluminação Pública será fornecido aos proponentes autorizados, para uso exclusivo na elaboração dos Estudos.

6.6. Modelagem jurídica do projeto

A modalidade de PPP inicialmente considerada para o projeto é a Concessão Administrativa (art. 2º, § 2º, da Lei Federal 11.079, de 30 de dezembro de 2004). O contrato de concessão será celebrado entre o concessionário e o Poder Concedente, representado pela Secretaria Municipal de Obras e Transporte, por um período a ser definido com base nos Estudos apresentados.

Caso os interessados entendam ser mais vantajosa a adoção de outro formato jurídico para o projeto, ou seja, outra modalidade de contratação que não a Concessão Administrativa acima indicada, a proposta do novo formato jurídico deve vir claramente detalhada e justificada nos Estudos a serem entregues.

7. ESTUDOS E PROJETOS TÉCNICOS A SEREM APRESENTADOS

Os Estudos deverão apresentar a lista de profissionais envolvidos na sua elaboração, com indicação da empresa de origem, área de especialidade e cargo. Caso seja necessário, a Secretaria Municipal de Obras e Transporte poderá solicitar esclarecimentos acerca das propostas apresentadas, sendo permitida a correção de vícios formais, vedada, nessa ocasião, qualquer mudança que caracterize inovação da proposta original apresentada.

Os Estudos deverão ser resumidos em um sumário executivo que, de forma ampla, contenha as ideias gerais dos itens abaixo citados.

7.1. Projeto de Engenharia

Em relação aos projetos de engenharia que eventualmente sejam aplicados ao projeto, estes deverão seguir às recomendações das Normas Brasileiras aplicáveis a cada área de projeto, bem como estarem adequadas à legislação vigente.

Para efeito deste Estudo serão consideradas como atendidas todas as determinações legais e normas técnicas, e, caso não estejam, será de responsabilidade da proponente sua adequação.

O projeto de engenharia pode ser compreendido como o conjunto

de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da concessão, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilitem a avaliação do custo da obra e a definição do prazo de execução, devendo em seu conjunto, esclarecer os seguintes pontos:

(i) desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global do projeto e identificar todos os seus elementos constitutivos com a mais absoluta clareza;

(ii) soluções técnicas globais e localizadas, em detalhamento suficiente para não comprometer a capacidade do concessionário em inovações e melhoramentos durante a elaboração do projeto executivo;

(iii) elementos para montagem do plano de licitação e a programação das intervenções necessárias ao longo de todo o prazo da concessão, de modo a subsidiar a elaboração dos anexos técnicos ao edital de licitação;

(iv) orçamento dos investimentos necessários à implantação do projeto, com os itens de custo desagregados em elementos de maior representatividade sobre o valor do investimento, a ser resumido em cronograma físico-financeiro pelo prazo da concessão.

Nos elementos de projeto deverão ser apresentadas as premissas norteadoras que deverão ser adotadas na elaboração dos projetos executivos pelo futuro concessionário vencedor do processo de licitação.

Na elaboração do projeto de engenharia, deverá ser obrigatoriamente considerada a integração de soluções de acessibilidade e ambientais e, preferencialmente, soluções que incluam fontes alternativas de energia, logística reversa dos equipamentos a serem substituídos e descartados e destinação adequada de resíduos.

Como produtos dos estudos de engenharia, deverão ser apresentados:

(i) anteprojetos e plantas esquemáticas;

(ii) descrição técnica das soluções de engenharia e tecnologia adotadas na proposta apresentada;

(iii) plano de implantação, dimensionamento e caracterização dos empreendimentos previstos;

(iv) estimativa dos investimentos e despesas de implantação exigidas, discriminados em seus principais itens (materiais, equipamentos, obras civis, despesas ambientais, aprovações e licenciamentos, dentre outros); e

(v) cronograma físico-financeiro.

7.2. Modelagem Operacional

A prestação de serviço deve ser adequada ao pleno atendimento dos usuários, considerando que "serviço adequado" é aquele que satisfaz às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, cortesia na sua prestação e modicidade de preços.

A atualidade compreende a modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações e a sua conservação. Deverá ser apresentado plano para a manutenção da atualidade dos equipamentos.

A modelagem operacional deverá apresentar a forma e o dimensionamento da administração do projeto, como serão prestados os serviços e como isto beneficiará a população.

Deverão ser apresentados o plano de operação e manutenção dos ativos e a política de gestão de pessoal, com o detalhamento de custos e despesas. A estrutura física e de pessoal necessária para a adequada administração dos serviços precisará ser descrita e justificada, incluindo os recursos para os sistemas de informação.

Como resultado da modelagem operacional, deverão ser detalhados, para todo o período da concessão:

(i) custos operacionais;

(ii) custos administrativos;

(iii) custos de manutenção;

(iv) outras despesas.

7.3. Viabilidade do Projeto

7.3.1. Análise e Projeção de Receita

Os Estudos deverão contemplar:

(i) modelo de remuneração do futuro concessionário, incluindo cenários com a possibilidade de aporte de recursos na fase de investimentos, nos termos do artigo 6º da Lei Federal nº 11.079/2004, alterado pela Lei Federal nº 12.766/2012;

(ii) metodologia de cálculo da contraprestação pública, incluindo fórmulas, índices e mecanismos para reajuste da contraprestação, considerando o cálculo do percentual da contraprestação vinculado aos indicadores de desempenho, bem como a eventual remuneração pelos investimentos em expansão da rede;

(iii) descrição e dimensionamento das fontes de receitas acessórias, alternativas ou complementares, caso haja, capazes de reduzir o montante de contraprestação necessária para a viabilidade do projeto; e

(iv) proposta de indicadores de desempenho, incluindo metas, padrões de qualidade, forma de aferição e periodicidade para revisão destes indicadores.

A contraprestação pública será composta por 2 (duas) parcelas, sendo uma fixa - referente ao investimento - e outra variável - relativa aos serviços prestados. Frise-se que, com o advento da Lei Federal nº 12.766/2012, é possível a previsão de aportes nos modelos de PPP, sendo que esse cenário também deverá ser analisado nos Estudos.

Os Estudos deverão ainda explicitar as premissas adotadas para a projeção das receitas ao longo do prazo da concessão.

7.3.2. Análise de viabilidade econômico-financeira

Os Estudos deverão conter a análise econômica da modalidade de contratação do empreendimento mais vantajosa para o Poder Concedente, considerando os aspectos de custo-benefício, custos de oportunidade, "Value for Money", dentre outros.

O estudo de viabilidade financeira deverá incluir projeções na forma de um modelo financeiro detalhado. Uma cópia eletrônica em formato MS Excel do modelo deverá ser disponibilizada incluindo sua formulação matemática, vínculos e macros de forma aberta, passível de verificação.

Os Estudos deverão seguir às práticas contábeis e fiscais vigentes à época da preparação do modelo.

O modelo financeiro deverá claramente mostrar as premissas que embasaram os Estudos, incluindo, sem limitação:

(i) premissas macroeconômicas e financeiras;

(ii) avaliação e justificativa para a taxa interna de retorno (TIR) adotada;

(iii) premissas fiscais e tributárias;

(iv) descrição da estrutura de capital (próprio e de terceiros);

(v) descrição do tipo de dívida e dos instrumentos financeiros utilizados (ponte e/ou longo prazo, sênior e/ou subordinada, empréstimos bancários, utilização de valores mobiliários, melhorias de créditos, hedge etc.), montante, prazo e condições;

(vi) cronograma físico-financeiro detalhado dos investimentos, por etapa e por fase de implantação, caso haja, incluindo os prazos para obtenção das licenças de instalação e operação, se aplicável;

(vii) todas as fontes de receita;

(viii) premissas para projeção de capital de giro;

(ix) custos e despesas;

(x) premissas para a recuperação do investimento por parte dos acionistas ao longo do prazo da concessão (distribuição de dividendos, redução de capital etc.);

(xi) indicadores de desempenho e percentual vinculado à contraprestação.

Os principais resultados do modelo financeiro deverão incluir:

(i) contraprestação pública (destacando-se eventual "Aporte", nos termos do artigo 6º da Lei Federal nº 11.079/2004, alterado pela Lei Federal nº 12.766/2012);

(ii) Taxa Interna de Retorno do projeto e do Equity (TIR);

(iii) alavancagem financeira máxima;

(iv) produção de indicadores a exemplo de exposição máxima, custo médio ponderado de capital (WACC), payback etc.;

(v) Índice de Cobertura dos Serviços de Dívida (ICSD) anual e médio;

(vi) avaliação e justificativa para o prazo de concessão adotado;

(vii) ano do primeiro retorno de Equity;

(viii) primeiro e último ano de pagamento das dívidas;

(ix) outras que se julgar necessárias.

O modelo financeiro deverá incluir as seguintes planilhas:

(i) painel de controle (sumário);

(ii) premissas;

(iii) demonstração de fluxo de caixa;

(iv) demonstração de resultados de exercício;

(v) balanço patrimonial;

(vi) termos e condições de financiamento;

(vii) investimentos e manutenções periódicas;

(viii) custos de operação e manutenção;

(ix) análises de sensibilidade;

(x) quadro de usos e fontes de recursos, ano a ano;

(xi) outras que se julgar necessárias.

Os Estudos deverão expressar todos os valores em reais (R\$) constantes, além de considerar a Norma Contábil e o Regime Fiscal vigentes no País.

7.4. Avaliação de impacto e risco

Como parte dos Estudos, deverá ser apresentada matriz de riscos e respectivos mecanismos de mitigação e penalizações. Deverá também ser sugerida estrutura de garantias a serem providas pelos parceiros público e privado. Ainda como parte da estratégia de mitigação de riscos, deverá ser proposto Plano de Seguros a ser adotado pelo futuro concessionário.

7.5. Análise da fundamentação legal

Os interessados deverão sugerir alternativas de modelagem jurídica e formas de contratação, considerando o modelo sugerido no presente Edital. A sugestão da modalidade de contratação deverá estar embasada em avaliação jurídica da viabilidade de modelos institucionais alternativos ou complementares para o financiamento e a implantação do projeto, identificando suas implicações para o modelo de PPP.

A modelagem jurídica deverá detalhar as responsabilidades do parceiro público e do futuro concessionário, deixando claro quais riscos serão assumidos por cada uma das partes.

Os Estudos deverão ainda apresentar análise dos aspectos tributários do modelo de contratação escolhido, bem como abordar diretrizes regulatórias (municipais e federais), ambientais, de zoneamento e outros aspectos de natureza jurídico-regulatória aplicáveis ao projeto.

Por fim, deverão ser detalhadas as diretrizes para elaboração das minutas de edital e contrato.

Os interessados deverão obrigatoriamente contemplar a totalidade dos produtos exigidos neste PMI, bem como no termo autorizativo para o início dos estudos, sendo expressamente vedada a apresentação de apenas parte dos estudos. Na hipótese de a CGPPP considerar que os Estudos entregues (i) estão incompletos; ou (ii) foram entregues parcialmente; será concedido prazo adicional improrrogável de 30 (trinta) dias para a reapresentação dos itens identificados. Mantida a incompletude, o autorizado será desclassificado e os estudos desconsiderados, não fazendo jus ao recebimento de quaisquer quantias a título de ressarcimento, nos termos do presente edital e da legislação aplicável.

8. SELEÇÃO DOS ESTUDOS

Os Estudos apresentados serão avaliados por grupo técnico definido pela Secretaria Municipal de Obras e Transporte considerando os critérios relativos à consistência das informações que subsidiaram sua realização, à compatibilidade com técnicas previstas em normas e procedimentos pertinentes, bem como sua adequação à legislação aplicável, ao Termo de Autorização e aos benefícios de interesse público esperados, além das inovações, das melhorias e das alternativas propostas.

Os Estudos a serem eventualmente selecionados poderão ser objeto de aproveitamento total ou parcial de seu conteúdo, hipótese em que o ressarcimento será proporcional às informações

efetivamente utilizadas.

Frisa-se que este os Estudos são feitos por conta e risco do interessado, não cabendo qualquer tipo de ressarcimento ou questionamento na hipótese de não utilização dos Estudos apresentados.

9. CUSTOS PREVISTOS PARA OS ESTUDOS E VALOR MÁXIMO DE REEMBOLSO

Os interessados serão responsáveis pelos custos financeiros e demais ônus decorrentes de sua participação no PMI, não fazendo jus a qualquer espécie de ressarcimento, indenizações ou reembolsos por despesa incorrida, nem a qualquer remuneração pelo órgão ou entidade solicitante.

Os Estudos que venham a ser selecionados, no todo ou em parte, como subsídios para a definição e estruturação do projeto final terão seus custos, desde que devidamente comprovados por meio da apresentação das notas fiscais de pagamento, reembolsados pelo licitante vencedor do eventual certame, nos termos de previsão expressa do edital da respectiva licitação, nos termos do art. 21, da Lei Federal no 8.987/95. Os valores de reembolso limitar-se-ão aos valores comprovados pelo interessado e avaliados pelo órgão responsável.

O valor proposto deve ser a somatória dos produtos especificados no item 7, devendo esse valor ser discriminado por produto na apresentação da proposta.

10. DIREITOS AUTORAIS

Os estudos, levantamentos, investigações, dados, informações técnicas, projetos ou pareceres de que trata este PMI a critério exclusivo do órgão ou entidade solicitante, poderão ser utilizados, total ou parcialmente, na elaboração de editais, contratos e demais documentos referentes ao projeto objeto do PMI.

A submissão dos Estudos pelos interessados no âmbito do presente PMI implica na cessão total e irrestrita dos direitos autorais relativos aos Estudos apresentados, não tendo direito a qualquer ressarcimento pela sua não utilização, cabendo o eventual ressarcimento apenas nos termos previstos no item 9 do presente edital.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

A participação neste PMI pressupõe conhecimento das condições de execução dos serviços.

O protocolo do pedido de autorização e a referida autorização confirmam a concordância integral do interessado aos termos do presente edital.

Todos os documentos apresentados pelos interessados deverão ser rubricados previamente por seus representantes ou procuradores especialmente constituídos.

Os documentos que comporão os produtos da PMI deverão ser apresentados em versão impressa, encadernadas, e em versão digital (CD-ROM) editável, no prazo e segundo os demais termos fixados neste edital.

Não serão aceitos arquivos em qualquer programa que não permita acesso integral ao conteúdo.

O prazo de entrega dos estudos solicitados será de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados a partir da autorização para realização dos estudos a ser publicada no Diário Oficial do Município ou veículo que publica sua legislação, podendo ser prorrogado mediante justificativa técnica, a pedido e conforme decisão da Secretaria Municipal de Obras e Transporte.

Poderá ser prevista a entrega faseada dos produtos que compõem os Estudos, conforme as orientações que constarão no Termo de Autorização dos Estudos.

Os documentos que comporão o pedido de autorização deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Obras e Transporte, de segunda a sexta-feira, das 12h às 18h00.

Juntamente com os documentos que comporão as Manifestações deverá ser entregue o Formulário para qualificação do Interessado, conforme modelo constante do Anexo, devidamente preenchido e assinado.

Dúvidas ou solicitações poderão ser realizadas por meio de contato

através de e-mail a ser fornecido oportunamente aos interessados. A autorização para realização dos Estudos não implica, em hipótese alguma, corresponsabilidade do Município de Itapema perante terceiros pelos atos praticados pelos autorizados.

A realização deste procedimento:

a) não implica na instauração futura do procedimento licitatório para a realização do projeto;

b) não condiciona à utilização dos Estudos, ou das propostas, estudos ou levantamentos oferecidos pelo(s) autorizado(s).

Na hipótese de o Município optar pela realização do Projeto, ou parte dele, através de obra pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, todos os estudos de viabilidade apresentados serão desconsiderados, de forma a não gerar qualquer forma de impedimento para a eventual participação no certame dos autorizados.

O(s) autorizado(s) poderá(ão) desistir a qualquer tempo de apresentar ou concluir os Estudos, mediante comunicação, por escrito, ao Município de Itapema (SC), mediante carta protocolada no setro competente do Paço Municipal.

Este PMI poderá ser revogada, em razão de conveniência do Município de Itapema, ou anulada, sem que gere qualquer tipo de indenização ao interessado.

Itapema, 31 de março de 2017

Mauricio Silva

Secretario Municipal de Obras e Transporte

ANEXO I- MODELO DE FORMULÁRIO PARA QUALIFICAÇÃO DO INTERESSADO

QUALIFICAÇÃO DO INTERESSADO

(em papel timbrado da empresa qualificada)

(Local e data)

A

Secretaria de Obras

Referente ao PMI Nº xx/2017 - realização de estudos de viabilidade técnica, ambiental, econômico-financeira e jurídica, bem como projetos que contenham nível de detalhamento suficiente para a composição do edital de contratação de parceria público-privada ou outro modelo de concessão que seja economicamente viável para modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da infra-estrutura da rede de iluminação pública no Município de Itapema - SC.

Prezados Senhores,

[Denominação social da INTERESSADA], [CNPJ/CPF], [área de atuação],[identificação do preposto (cargo e profissão)], [endereço físico completo e eletrônico],[números de telefone e fax]. [ramo de atividade, com identificação de seu preposto(cargo e profissão)],
DECLARA:

a) Renunciar integralmente aos direitos autorais decorrentes dos estudos apresentados;

b) Cumprir eventuais solicitações feitas pelo Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas - CGPPP, sob pena de desclassificação da proposta.

c) No caso de participação em consórcio, a documentação e informações devem ser prestadas por todos consorciados;

d) Apresentar a comprovação de experiência na realização de projetos, estudos, levantamentos e investigações similares.

e) A detenção de habilitação jurídica compatível com o objeto proposto.

assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) da INTERESSADA, ou pessoa

credenciada ou procurador com poderes específicos.

PROCESSO 008.2017 - TOMADA DE PREÇO 02.001.2017 - CONTRATO 005.2017 - CABECEIRAS PONTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

PROCESSO 008/2017 – TOMADA DE PREÇO 02.001.2017
CONTRATO 005/2017

BASE LEGAL: Lei 8.666/93 e alterações.

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para construção das cabeceiras de ponte sobre o rio Bela Cruz, Bairro Centro, no Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro anexo ao Edital Tomada de Preço nº. 02.001.2017.

VALOR TOTAL: R\$ 189.782,00 (cento e oitenta e nove mil setecentos e oitenta e dois reais)

PRAZO DE EXECUÇÃO: 03 (três) meses

EMPRESA: DECC CONSTRUÇÕES LTDA EPP

Itapema, 31 de março de 2017.

NILZA NILDA SIMAS

PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA

PROCESSO 017.2016 - CONTRATO 042.2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 042/2016
PROCESSO 017/2016

BASE LEGAL: Art. 57, §1º Lei 8.666/93 e alterações.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de construção do CMEI Bento Elói Garcia, conforme projetos, memorial descritivo, orçamento estimativo e cronograma anexos ao processo.

DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO:

2.1 Os valores inicialmente contratados sofrem o acréscimo de R\$ 191.666,75 (cento e noventa e um mil, seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e cinco centavos) correspondente a 12,51% do contrato inicial, de acordo com parecer técnico, planilha, acostados nos autos do processo.

2.2 Os valores inicialmente contratados sofrem a supressão de R\$ 55.965,97 (cinquenta e cinco mil, novecentos e sessenta e cinco reais e noventa e sete centavos) correspondente a 3,65% do contrato inicial, de acordo com parecer técnico, planilha, acostados nos autos do processo.

2.3 O valor resultante do presente termo é de R\$ 135.700,78 (cento e trinta e cinco mil, setecentos reais e setenta e oito centavos) a ser acrescido ao contrato.

DO PRAZO: Prorrogado o prazo contratual por 10 (dez) meses

EMPRESA: THOME EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA – EPP.

Itapema, 30 de março de 2017.

NILZA NILDA SIMAS

PREFEITA MUNICIPAL

PROCESSO 085.2015 - CONTRATO 095.2015.7

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 095/2015
PROCESSO 085/2015 – TOMADA DE PREÇOS – 02.004.2015

BASE LEGAL: Art.57, §1º lei 8.666/93 e alterações.

DO OBJETO: prestação de serviço de construção da Cancha de Laço e Blocos Sanitários do Parque de Exposições no Bairro Várzea, com fornecimento de materiais e mão de obra.

DO PRAZO: Prorrogado o prazo contratual por 120 (cento e vinte dias) dias.

EMPRESA: ARRUDA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA – EPP

Itapema, 29 de março de 2017.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 108/2017/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 108/2017/RH

PARTES: Município de Itapiranga e ROSANE BECKER VALK.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2016

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 61/2017 onde altera a carga horaria de 20 para 40 horas semanais do contrato de Prestação de Serviço Temporário, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referencia: C-01

VIGÊNCIA: 07/03/2017 a 14/12/2017.

Itapiranga – SC, 07 de março de 2017.

Jorge Welter – Prefeito Municipal

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra vigor nesta data.

Itapiranga SC, 3 de abril de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 141/2017

Portaria nº 141 de 3 de abril de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art.1º. Cessar o pagamento de Gratificação do servidor municipal João Hammerschmiedt, matrícula nº 14946/01.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 53 de 2/1/2017.

Art. 3º. Esta Portaria entra vigor nesta data.

Itapiranga SC, 3 de abril de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 142/2017

Portaria nº 142 de 3 de abril de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 92/2016;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder o pagamento de Gratificação no valor de R\$ 913,75 (novecentos e treze reais e setenta e cinco centavos) mensais ao servidor municipal Daniel Soares Welter, matrícula nº 15274/01, para atuar como responsável pela leitura de água na Região B, em conformidade com a Lei Complementar nº 92 de 22 de março de 2016.

Itapoá

PREFEITURA

CMI: ATA ORDINÁRIA 003/2017

Ata: 003/2017

Reunião: ORDINÁRIA

Data: 30/03/2017

Horário: 09h00

Local: SCFV

Aos trinta dias do mês de março de 2017, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, situado na Av. das Nações Unidas, 340, balneário Princesa do Mar, Centro, Itapoá, às 09h00 foi efetuada a contagem dos presentes, havendo quórum, estando presentes os conselheiros Elisa Gonzalez Corso, Fátima Cilene da Costa Leite, Genésio Tavares, Janaina Maiara Bittencourt Carvalho, Licélia Maria Pedrosa Vida, Ilza de Lourdes Barbosa Czarnecki, Maria Alzira Coneglian Viana, Carlos Roberto Martini, Roseli Itner e Claudio Roberson Lemonie, Simoni Dias Fernandes de Souza. Relata-se a presença dos representantes da ILPI Fantim e Gonçalves, Mara Gouveia Fantin e Dayene Baltazar Fantin. A presidente Sra. Eliza Gonzalez Corso deu boas vindas a todos, informando que a reunião possuirá gravação de áudio e que a pauta foi anteriormente encaminhada, sendo: Item 01. Decreto Municipal 3107 de 02.03.2017 que estabelece a Sra. Roseli Itner como Titular da SAF neste conselho. Item 02. OF. AIART 001.2017, em resposta ao OF. CMI 006.2017 indicando as senhoras Silvia Helena Batista Marcondes – Titular e Fátima Cilene da Costa Leite – Suplente. Item 03. OF. SMAS 063.2017 informando a mudança de sala da Secretaria Executiva para o SCFV. Item 04.OF. OF. CEI 158.2017 encaminhando denúncia protocolo 1284272, denúncia 804753 e protocolo 1297796, denúncia 811647 DELIBEROU o conselho por encaminhar cópia das denúncias para que a SMAS efetue as diligências necessárias e apresente relato dos fatos. Item 05. OF. Comunicação da Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais – CNSPM endereçada ao Prefeito Municipal e encaminhada para o FMI de Itapoá, encaminhando Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana. DELIBEROU o conselho por encaminhar a correspondência à secretaria de Administração e finanças para as ações necessárias, informando não haver funcionário alocado ao fundo. Item 06. Denúncia do Idoso Eloi Pereira Cubas. DELIBEROU o conselho por encaminhar denúncia ao Ministério Público face às empresas de ônibus ofertarem apenas linhas executivas em alguns horários/linhas deixando de atender o benefício concedido pelo decreto federal 5934/2006, sugerindo a alteração deste ao órgão emitente e requerer às empresas que atendem ao município a extensão do benefício às linhas e horários atendidas pelos ônibus executivos. A seguir, na pauta deliberativa tratou-se do andamento da Comissão de Análise do Regimento Interno e Leis Municipais. Até a próxima ordinária será encaminhado o Regimento Interno e proposta de alteração das Leis Municipais para análise do plenário. Informes / Outros Assuntos: a) Pendente de resposta a abertura de conta específica para o FMI, conforme ata 001.2017 e ofício 007.2017 de 07.03.2017. OFICIE-SE a secretaria para que a mesma informe o andamento. b) Ofício 050.2017 que reconduz os membros do CMI encontra-se ainda com a chefia do gabinete. Será emitido em 28/03 e submetido à assinatura do prefeito. c) Convite ao prefeito sobre linha de ônibus e demais itens. Necessita de análise por parte do conselho e posterior encaminhamento ao prefeito. A presidente solicitou a indicação de responsáveis para a análise de pendências junto a este conselho. O conselheiro Carlos Roberto Martini explanou que um dos objetivos da visita do prefeito é estreitar o relacionamento com este conselho e ampliar o respeito ao mesmo. A conselheira Janaina se comprometeu a analisar as pendências e informar posteriormente o conselho. Com

relação à acessibilidade na sala de audiências do Fórum Municipal, a secretaria executiva apresentou o formulário para manifestação a ouvidoria do MP. O conselho deverá tomar as providências necessárias para o encaminhamento bem como publicizar esta ação do conselho ao prefeito e a direção do Fórum. d) Reuniões descentralizadas extraordinárias pendentes de ação por parte do conselho. A presidente relata a necessidade de temas pertinentes. O conselheiro Carlos Roberto relatou que é necessário a conscientização das entidades sobre o funcionamento do conselho bem como ouvir as necessidades dos idosos. A conselheiro Carlos Roberto informará na próxima semana os assuntos a serem tratados, datas e demais informações necessárias no clube Maria Izabel. e) Nenhuma ação adicional registrada por parte da ILPI Fantin e Gonçalves, prazo do registro provisório encerra-se em 03.04.2017. Deu-se voz à ILPI Fantin e Gonçalves. A Sra. Mara relatou a ausência da Sra. Cristiane devido a estar em atendimento, relata o fechamento de ILPIs do município de Guaratuba. Justificou a ausência da psicóloga Raquel por estar em atendimento também. Relatou os registros existentes pela instituição (Ministério Público e Bombeiros) e da necessidade de registro no conselho. Que está presente para ouvir quais são as adaptações necessárias para adequar-se. A Sra. Dayene apresentou-se ao conselho e fez consulta sobre a forma de apresentação do Plano de Ação. Declara ter trazido o Plano de Ação da parte de assistência social, faltando a parte referente a psicologia e nutrição. Informou que foi contratada em fins de fevereiro e que a contratação da psicóloga que está em fase de registro. A conselheira Maria Alzira questionou se o cardápio da instituição está sendo elaborado por nutricionista. A Sra. Mara informou que segue cardápio elaborado pela nutricionista atende a instituição quando necessário, em caso de necessidade, que a profissional a atende de forma voluntária e que norma da ANVISA não obriga a contratação da profissional. A Sra. Maria Alzira parabenizou a instituição pela atuação com os idosos pois não há mais reclamações por parte dos idosos e seus familiares. A presidente relata a necessidade de adequação do plano de ação e trienal com a fundamentação da não contreatação de nutricionista e a efetivação da contratação da psicóloga. A presidente indicou a necessidade de estabelecimento de comissão para análise do Registro da ILPI, sendo: Maria Alzira, Ilza de Lourdes, Elisa Gonzalez. A conselheira Simoni relatou a realização de passeio ciclístico, obedecendo programação da SM Saúde em 07/04/2018. O conselheiro Lemonie informou que dia 26 será o aniversário do município, com a realização de evento cívico municipal com a participação das entidades e clubes convidados, a partir das 08h30, na frente do Supermercado Brasão, com a presença da cavalaria estadual e banda do exército. A secretaria solicita ao conselheiro Lemonie cópia da relação de entidades. Não havendo mais assuntos a serem tratados, encerra-se a reunião às 11h08. Próxima reunião ocorrerá 28/04/2017 às 09h00. Assinam a presente os conselheiros abaixo:

Elisa Gonzalez Corso

Genésio Tavares

Maria Alzira Coneglian Viana

Carlos Roberto Martini

Fátima Cilene da Costa Leite

Janaina Maiara Bittencourt Carvalho

Licélia Maria Pedrosa Vida

Ilza de Lourdes Barbosa Czarnecki

Simoni Dias Fernandes de Souza

Claudio Roberson Lemonie

Roseli Itner

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 048, de 03 de abril de 2017

DECRETO Nº 048, de 03 de abril de 2017

Estabelece valores e formas de cobrança da taxa relativa à prestação de serviço de guarda de veículos e define o valor a ser cobrado pelo licenciado pela prestação do serviço para os eventos realizados no parque de exposições.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, o Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município Inciso VII e XVI do Artigo 65, combinado com a Lei Complementar nº 007 de 28 de dezembro de 2003; DECRETA:

Art. 1º - As Pessoas Físicas ou Jurídicas que trabalharem a título precário com atividade prevista no sub-item 11.01 da lista de serviços do Município, constante do anexo I da Lei nº 007/03, recolherão os seguintes valores para a taxa, constante do art. 45 do mesmo diploma legal:

§ 1º - Ficam estipulados os seguintes valores, presumidos para a Taxa de Licença Provisória de Funcionamento de acordo com o serviço público mencionado no caput do artigo:

I – nas áreas de até 1000 m² (mil metros quadrados) o valor correspondente a 2 UFM;

II - nas áreas de até 2000 m² (dois mil metros quadrados) o valor correspondente a 4 UFM;

III - nas áreas acima de 2000 m² (dois mil metros quadrados) o valor correspondente a 7 UFM.

§ 2º - Fica arbitrado o valor do ISS referente à mesma atividade em 0,68 UFM pela prestação do serviço de guarda de veículos;

§ 3º - A extensão territorial da validade da presente cobrança dar-se-á na localidade de Cerro Negro, neste município às margens da rodovia SC 350 e na rodovia de acesso a localidade de Rio Novo.

Art. 2º - Fica estipulado o valor máximo de até R\$ 25,00 (vinte reais) a serem cobrados pelos licenciados pela prestação de serviços de guarda de veículos durante os eventos realizados no Parque de Exposição conforme segue:

Quinta-feiraR\$20,00

Sexta-feiraR\$25,00

Sábado R\$25,00

Domingo R\$25,00

Parágrafo único – O valor previsto neste artigo será cobrado a cada entrada.

Art. 3º - Fica proibido efetuar cobrança de estacionamento, na faixa de domínio ao longo da rodovia SC/350, trecho Bairro Vila Nova à Barragem Sul, bem como nos acostamentos das estradas municipais que circundam o Parque de Exposições.

Art. 4º - O não licenciamento ou o contribuinte que descumprir qualquer das obrigações previstas neste regulamento, estará sujeito às penalidades previstas no art. 108 da Lei Complementar nº 002/01 (Código Tributário Municipal) e art. 120 da Lei Complementar nº 032/2010 (Código de Posturas).

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA, 03 de abril de 2017.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito de Ituporanga

ARTUR ALEXANDRE KORB

Presidente da FEXPONACE

Jaborá

PREFEITURA

DECRETO 1.660

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO-F U N D E B"

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que a Lei lhe confere, e nos termos da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

ARTIGO 1º - ficam nomeados os membros abaixo, para comporem O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO- CONSELHO DO F U N D E B DO MUNICÍPIO DE JABORÁ-SC, sendo estes os seguintes:

Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública
Ivone Zambom - Titular
Samara Gonçalves Machado Forchesatto - Suplente;
Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública – indicada pela Entidade de Estudantes Secundaristas
Vera Lucia Santi - Titular
Suelen Gonçalves Machado - Suplente
Artigo 2º - Os serviços prestados pelos membros conselheiros serão gratuitos e considerados de relevante interesse público.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 03/04/2017
KLEBER MÉRCIO NORA
Prefeito Municipal

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária de Administração

PORTARIA 049/2017

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 049, de 03 de abril de 2017.
CONTRATA TEMPORARIAMENTE FRANCIELY AMARO FERREIRA PARA O CARGO DE PROFESSORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito Municipal de Jaborá, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos VIII e XII, do Art. 102, da Lei Orgânica do Município; combinado com o inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal; mais a Lei Complementar nº. 125 de 18/junho/2013; ainda o constante no Processo Seletivo Simplificado 001/2016,

RESOLVE,

Art. 1º - Fica contratada temporariamente, FRANCIELY AMARO FERREIRA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Anésio Miotto - centro, Município de Jaborá - SC, filha de Valdecir Jose

Ferreira e Zeni Amaro, portadora do CPF nº 093.378.409-01, Carteira de Identidade nº 5753921, para ocupar o Cargo de Professora, subordinada à Secretaria de Educação e Desporto, sob o regime de Contrato por Prazo Determinado.

Art. 2º - O prazo de contratação será até 20/12/2017.

Art. 3º - O presente ato poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público devidamente justificado, desde que haja notificação escrita, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de abril de 2017.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 03/04/2017.
KLEBER MÉRCIO NORA
Prefeito Municipal

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária de Administração

REVOGAÇÃO DO EDITAL_18_2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2017
INEXIGIBILIDADE Nº 2/2017
EXTRATO DE REVOGAÇÃO

O Presidente da Comissão de Licitação do Município de Jaborá/SC, através da Prefeitura Municipal de Jaborá, faz publicar o extrato de revogação do processo de Inexigibilidade de Licitação a seguir:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PEÇAS GENUINAS PARA REVISÃO DE 2.000 HORAS DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA DX180LC DOOSAN.
FAVORECIDO: Romac Técnica de Equipamentos Ltda
VALOR ESTIMADO: 11.495,62
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: "Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial"
DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE: emitida pelo Presidente da Comissão de Licitação e ratificada pelo Sr. Kleber Mercio Nora, na qualidade de ordenador de despesas.
A REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO ASSENTA EM MOTIVOS DE OPORTUNIDADE E CONVENIÊNCIA, EM RAZÃO DE EQUÍVOCO OCORRIDO NA QUANTIFICAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO.

Jaborá (SC), 03 de abril de 2017.
Aldo Guarese
Presidente da Comissão

Jacinto Machado

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 20/2017_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 20/2017

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado
Contratado: Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda

Objeto: Fornecimento parcelado material médico hospitalar para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde do município de Jacinto Machado, durante o exercício de 2017

Valor: R\$ 44.409,30 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e nove reais e trinta centavos) global estimado

Vigência: de 17/03/2017 a 31/12/2017

e oito reais e dez centavos) global estimado

Vigência: de 17/03/2017 a 31/12/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 24/2017_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 24/2017

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado

Contratado: Silmes Comércio de Produtos Odontológicos Ltda ME
Objeto: Fornecimento parcelado material odontológico para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde do município de Jacinto Machado, durante o exercício de 2017

Valor: R\$ 17.771,50 (dezesete mil, setecentos e setenta e um reais e cinquenta centavos) global estimado

Vigência: de 17/03/2017 a 31/12/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2017_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 21/2017

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado
Contratado: Hosplin Comércio Atacadista de Materiais Hospitalares Eireli ME

Objeto: Fornecimento parcelado material médico hospitalar para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde do município de Jacinto Machado, durante o exercício de 2017

Valor: R\$ 260.530,30 (duzentos e sessenta mil, quinhentos e trinta reais e trinta centavos) global estimado

Vigência: de 17/03/2017 a 31/12/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2017_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 25/2017

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado

Contratado: Lucineide Maria Pavesi 029880465984

Objeto: Fornecimento parcelado de material de expediente para manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado, durante o exercício de 2017

Valor: R\$ 35.847,75 (trinta e cinco mil, oitocentos e quarenta e sete reais e setenta e cinco centavos) global estimado

Vigência: de 21/03/2017 a 31/12/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2017_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 22/2017

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado
Contratado: Prosaude Distribuidora de Medicamentos Eireli EPP
Objeto: Fornecimento parcelado material médico hospitalar para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde do município de Jacinto Machado, durante o exercício de 2017

Valor: R\$ 25.275,00 (vinte e cinco mil, duzentos e setenta e cinco reais) global estimado

Vigência: de 17/03/2017 a 31/12/2017

LEI Nº. 832 DE 16 DE MARÇO DE 2017

LEI Nº. 832 DE 16 DE MARÇO DE 2017.

ALTERA O ARTIGO 8º DA LEI Nº 669/ 2013 QUE INSTITUI O PROGRAMA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a alterar o Art. 8 da Lei nº 669 de 28 de Fevereiro de 2013 que Institui o Programa de Estágio Supervisionado no Âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Jacinto Machado que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º. O estagiário receberá a título de remuneração uma bolsa estágio, pelo período de concessão de estágio não obrigatório, a ser paga mensalmente até o 5º dia útil de cada mês, com os valores definidos a seguir:

I - R\$ 500,00 (quinhentos reais), aos estudantes que estiverem frequentando o ensino regular em ensino médio;

II – R\$ 600,00 (seiscentos reais), aos estudantes que estiverem frequentando o ensino regular em instituições de educação superior e

EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2017_FMS

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 23/2017

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado
Contratado: Cirúrgica Alto Feliz – Comércio Atacadista Eirelli ME
Objeto: Fornecimento parcelado material odontológico para manutenção da Secretaria Municipal de Saúde do município de Jacinto Machado, durante o exercício de 2017

Valor: R\$ 178.338,10 (cento e setenta e oito mil, trezentos e trinta

de educação profissional.

§ 1º O valor da remuneração citado no "caput" deste artigo será reajustado sempre no mesmo período e no mesmo índice dos servidores municipais.

§ 2º A remuneração do bolsa estágio pressupõe o cumprimento das atividades previstas no Termo de Compromisso de Estágio, sendo que as ausências não justificadas serão descontadas, podendo gerar, inclusive, a rescisão antecipada do Termo de Compromisso".

Art. 2º - O Art. 14 da Lei nº 669, de 28 de Fevereiro de 2013, acrescido de parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação, remunerando-se os demais artigos da Lei:

"Art. 14. Aplica-se a presente Lei, no que couber, ao Poder Legislativo Municipal, podendo esta nos termos de sua competência privativa instituir Programa de Estágio Supervisionado para estudantes que frequentam o ensino regular em instituições de educação superior.

Párrafo único. A regulamentação do Estágio Supervisionado no âmbito do Poder Legislativo será por ato do presidente da Mesa Diretora."

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 16 de março de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

LEI Nº. 833 DE 30 DE MARÇO DE 2017

LEI Nº. 833 DE 30 DE MARÇO DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JACINTO MACHADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, apresenta à Câmara de Vereadores desta municipalidade, para deliberar e ao final aprovar, o presente Projeto de Lei com as seguintes disposições:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JACINTO MACHADO, objetivando a manutenção da entidade.

Art. 2º. O valor será de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), a ser repassado em 10 parcelas de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), tendo o primeiro vencimento no mês de abril de 2017.

Art. 3º. Os recursos financeiros necessários ao atendimento da despesa autorizada por esta Lei são provenientes do orçamento vigente:

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 2.003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice e Assessorias.

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.0080 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 4º. O beneficiado prestará contas dos recursos recebidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento, obedecida a legislação vigente.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta do Item Subvenções Sociais, inseridos no orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, perdendo sua eficácia com o último repasse estabelecido no artigo 2º desta Lei.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 30 de março de 2017.

JOÃO BATISTA MEZZARI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 20/2017_FMS

Município de Jacinto Machado

Fundo Municipal de Saúde

Termo de Dispensa de Licitação

Processo Licitatório Nº 20/2017 - Dispensa de Licitação

Objeto: Aquisição de medicamentos em cumprimento de mandados judiciais, anexo ao processo, para fornecimento a pacientes locais, pelo período de 90 (noventa) dias.

Valor: R\$ 55.562,80 (cinquenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos) global estimado.

Base legal: Artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

Justificativa: Trata-se de procedimento de licitação, visando a aquisição dos medicamentos acima especificados, para fornecimento a pacientes locais, específico, de fornecedor e por preço já determinado, constante dos processos judiciais.

Enfim se trata de procedimentos para atender as decisões liminares dos processos judiciais, cujas cópias são parte integrantes do presente, por intermédio de dispensa de licitação nos termos do artigo 24, IV, da Lei 8.666/93, para o fornecimento dos medicamentos.

Tendo em vista a necessidade e a legalidade, pela urgência na aquisição e no atendimento, entende-se configurada a hipótese de contratação mediante dispensa de licitação, amparada pelo artigo 24, IV da referida Lei.

O expediente encontra-se justificado e os preços são compatíveis com os praticados no mercado.

O prazo da contratação direta é o suficiente para a realização do devido processo de licitação, estimado em 90 (noventa) dias.

Jacinto Machado/SC, 03 de abril de 2017.

Varcilei Recco

Chefe da Divisão de Saúde

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

COGEM - PORTARIA Nº 017/2017

PORTARIANº 017/2017/Cogem

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício Nº 037/2017/CEPA, de 28/03/2017, da Comissão Especial de Processo Administrativo;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 29/03/2017, por mais 30(trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Geral Nº 001/2016, instaurado pela Portaria Nº 0007/2016, de 01/02/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29/03/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de abril de 2017.

EDUARDO BERTOLDI
Controlador-Geral do Município

DECRETO Nº 11.283

D E C R E T O Nº 11.283/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.355/2017, de 29 de março de 2017,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 38.000,00 (Trinta e oito mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Gabinete do Prefeito (Gabpref), a saber:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.04.122.03002.020 - Manutenção das Atividades Administrativas do Gabinete

do Prefeito e Vice-Prefeito

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

02.01.1 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 38.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Gabinete do Prefeito (Gabpref), a saber:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.04.131.03002.021 - Publicidade de Caráter Educativo, Informativo e de

Orientação Social

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

02.01.6 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 38.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 29 de março de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 117/2017

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 117/2017

PERMITENTE: Município de Jaraguá do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal da Administração. PERMISSONÁRIA: ASSOCIAÇÃO DOS CLUBES E SOCIEDADES DE TIRO DO VALE DO ITAPOCU. DO OBJETO: A permissão de uso, em caráter precário, gratuito e sem ônus, de 01 (uma) sala com 27,48m², no pavimento térreo, composta por escritório, banheiro, sala cofre e escada de acesso à sala do pavimento superior; e de 01 (uma) sala com 146,17m², no pavimento superior, composta por sala de reunião, sala de arquivo, cozinha, sacadas externas no entorno frontal e lateral da sala, varanda interna para dentro do Pavilhão "A2" e escada de acesso à sala do pavimento térreo; localizadas na parte frontal do Pavilhão "A1", do Parque Municipal de Eventos, situado à Rua Walter Marquardt, Nº 910, bairro Barra do Rio Molha, nesta cidade, integrante do patrimônio público municipal, à ASSOCIAÇÃO DOS CLUBES E SOCIEDADES DE TIRO DO VALE DO ITAPOCU, CNPJ/ MF 79.363.214/0001-82. DA FINALIDADE: A permissão de uso tem por finalidade disponibilizar à PERMISSONÁRIA um espaço destinado a abrigar um escritório, sala de reunião, depósito de armas e equipamentos de tiro, para o desenvolvimento de suas finalidades estatutárias. DO VALOR: A permissão de uso dar-se-á a título gratuito. A gratuidade não elide as obrigações de caráter fiscal ou tributário a que a PERMISSONÁRIA poderá estar sujeita pelo uso e ocupação, respeitada a imunidade tributária decorrente da propriedade das salas do PERMITENTE (IPTU e Contribuição de Melhorias). DA VIGÊNCIA: A permissão de uso terá vigência até 31/12/2020, contada da data de assinatura do Termo de Permissão de Uso, com eficácia a contar da publicação do respectivo extrato no órgão de publicações oficiais do Município, podendo ser prorrogada, mediante Termo Aditivo, por mútuo acordo entre as partes. Na hipótese de revogação do ato de permissão, a PERMISSONÁRIA terá o prazo de 30 dias para a entrega do local. As benfeitorias que forem lançadas nas salas incorporar-se-ão ao patrimônio do Município, sem direito à indenização ou retenção. Na devolução das salas, reverterão automaticamente ao Patrimônio Público as construções ou benfeitorias de caráter permanente realizadas nas mesmas, vedado o pagamento de indenização. DA RESCISÃO, MODIFICAÇÃO E CADUCIDADE: A permissão de uso é outorgada de forma precária, podendo ser revogada a qualquer tempo se o interesse público assim o exigir, ou em caso de descumprimento, pela PERMISSONÁRIA, de qualquer uma de suas cláusulas, mediante comunicação expressa, com antecedência de 30 (trinta) dias. A PERMISSONÁRIA obriga-se a utilizar as salas, exclusivamente, para os fins previstos no Termo de Permissão de Uso, sob pena de caducidade da permissão. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO: A permissão de uso será acompanhada e fiscalizada por servidor da Secretaria Municipal da Administração, ou outra que a suceder, com autoridade para exercer, como representante da Administração, toda e qualquer ação destinada a orientar, acompanhar e fiscalizar o uso adequado das salas permitidas, com

prerrogativas para adoção das medidas alinhadas no Termo de Permissão de Uso. FORO: Jaraguá do Sul - SC. DATA DE ASSINATURA: 21/03/2017. SIGNATÁRIOS: ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI, Prefeito; ARGOS JOSÉ BURGARDT, Secretário Municipal da Administração; e ELEMAR DIERSCHNABEL, Presidente da Associação dos Clubes e Sociedades de Tiro do Vale do Itapocu.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

ISSEM - PORTARIA Nº 138/2017

PORTARIA Nº 138/2017 – ISSEM
De 27.03.2017.
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. RICARDO LUIZ DA CUNHA, lotado na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 21.03.2017 a 23.03.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 21.03.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de março de 2017.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

ISSEM - PORTARIA Nº 139/2017

PORTARIA Nº 139/2017 – ISSEM
De 27.03.2017.
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SILVIA SAVIA CHAVES, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 15.03.2017 a 13.05.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 15.03.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de março de 2017.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

ISSEM - PORTARIA Nº 140/2017

PORTARIA Nº 140/2017 – ISSEM
De 27.03.2017.
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARIANA DA SILVA, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 15.03.2017 a 12.07.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 15.03.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de março de 2017.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

ISSEM - PORTARIA Nº 141/2017

PORTARIA Nº 141/2017 – ISSEM
De 27.03.2017.
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ANA LUIZA DA FONSECA, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 17.03.2017 a 16.06.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 17.03.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de março de 2017.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

ISSEM - PORTARIA Nº 142/2017

PORTARIA Nº 142/2017 – ISSEM
De 27.03.2017.
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. EDUARDO ADRIANO GESSNER, lotado na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 21.03.2017 a 04.04.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 21.03.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de março de 2017.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

ISSEM - PORTARIA Nº 143/2017

PORTARIA Nº 143/2017 – ISSEM

De 27.03.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ROSENY DE OLIVEIRA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 21.03.2017 a 04.04.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 21.03.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de março de 2017.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

ISSEM - PORTARIA Nº 144/2017

PORTARIA Nº 144/2017 – ISSEM

De 27.03.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. IRIO DALLMANN, lotado na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 21.03.2017 a 19.04.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 21.03.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de março de 2017.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

ISSEM - PORTARIA Nº 145/2017

PORTARIA Nº 145/2017 – ISSEM

De 27.03.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MIRIAM ALVES DE CARVALHO MENEL, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 21.03.2017 a 19.04.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 21.03.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de março de 2017.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

ISSEM - PORTARIA Nº 146/2017

PORTARIA Nº 146/2017-ISSEM

De 28.03.2017

Concede Benefício de Pensão por Morte

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - Issem, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 40, § 7º Inc. I e § 8º da Constituição Federal de 1988 e Art. 35, Inc. I, e Artigos 56 e 58, todos da Lei Complementar nº 33/2003 e ainda tendo em vista o contido no processo de Pensão por Morte nº 886,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE ao Sr. JOÃO HOLLER, inscrito no CPF sob nº 310.533.609-59, esposo da Ex-servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, Sra. TE-REZA HOLLER, inscrita no CPF sob nº 003.789.389-08, aposentada na data de 25.03.2011, conforme Portaria Nº 088/2011 de 17.03.2011.

Art. 2º A Cota do benefício de pensão por morte devida ao beneficiário será na ordem de 100% (cem por cento) sobre os proventos da aposentadoria da segurada.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente do Fundo Municipal de Previdência Social - FMPS, à conta do Issem, nos termos do art. 45, II, "a" da Lei Complementar Municipal nº 33/2003.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data do falecimento da servidora, ou seja 11.02.2017.
REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de março de 2017.
Ademar Possamai
Diretor-Presidente do Issem
Portaria nº 002/2017

ISSEM - PORTARIA Nº 147/2017

PORTARIA Nº 147/2017 – ISSEM
De 28.03.2017.
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. EDNA LETICIA NUNES PEREIRA, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 21.03.2017 a 20.04.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 21.03.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de março de 2017.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

ISSEM - PORTARIA Nº 148/2017

PORTARIA Nº 148/2017 – ISSEM
De 28.03.2017.
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. GLAUCE LUCIANE KLABUNDE ERN, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 21.03.2017 a 29.04.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 21.03.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de março de 2017.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

ISSEM - PORTARIA Nº 149/2017

PORTARIA Nº 149/2017 – ISSEM
De 28.03.2017.
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. ULISES SEBASTIAN STERNHEIM, lotado na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 21.03.2017 a 20.06.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 21.03.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de março de 2017.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

ISSEM - PORTARIA Nº 150/2017

PORTARIA Nº 150/2017 – ISSEM
De 28.03.2017.
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. EDNA EUNICE ROMIG MARQUARDT, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 22.03.2017 a 20.04.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 22.03.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de março de 2017.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

ISSEM - PORTARIA Nº 151/2017

PORTARIA Nº 151/2017 – ISSEM
De 28.03.2017.
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. JULIANA AGOSTINI, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 22.03.2017 a 20.04.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 22.03.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de março de 2017.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

ISSEM - PORTARIA Nº 152/2017

PORTARIA Nº 152/2017 – ISSEM

De 28.03.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. LORILI CIRLENE TODT, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 24.03.2017 a 07.04.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 24.03.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de março de 2017.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

ISSEM - PORTARIA Nº 153/2017

PORTARIA Nº 153/2017 – ISSEM

De 30.03.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. PAULA ROBERTA SCABURI DOS SANTOS, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 14.03.2017 a 26.06.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 14.03.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de março de 2017.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

ISSEM - PORTARIA Nº 154/2017

PORTARIA Nº 154/2017 – ISSEM

De 30.03.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SIMONE DA SILVA WALDMANN, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 24.03.2017 a 07.04.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 24.03.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de março de 2017.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

ISSEM - PORTARIA Nº 155/2017

PORTARIA Nº 155/2017 – ISSEM

De 30.03.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. ARLINDO SATIG, lotado na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 24.03.2017 a 30.04.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 24.03.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de março de 2017.
Ademar Possamai
Diretor Presidente do ISSEM
Portaria nº 002/2017

ISSEM - PORTARIA Nº 156/2017

PORTARIA Nº 156/2017 – ISSEM

De 30.03.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SILVANA DE LIMA, lotada na Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 24.03.2017 a 23.06.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 24.03.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de março de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

ISSEM - PORTARIA Nº 157/2017

PORTARIA Nº 157/2017 – ISSEM

De 30.03.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ELFI BACHMANN, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 27.03.2017 a 25.04.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 27.03.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de março de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

ISSEM - PORTARIA Nº 158/2017

PORTARIA Nº 158/2017 – ISSEM

De 30.03.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. FRANCINE CUSTÓDIO PAES, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 27.03.2017 a 04.06.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 27.03.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de março de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

ISSEM - PORTARIA Nº 159/2017

PORTARIA Nº 159/2017 – ISSEM

De 30.03.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. GENIVAL SANTOS DA SILVA, lotado na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 28.03.2017 a 26.04.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 28.03.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de março de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

LEI Nº 7.355/2017

LEI Nº 7.355/2017

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 38.000,00 (Trinta e oito mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Gabinete do Prefeito (Gabpref), a saber:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.04.122.03002.020 - Manutenção das Atividades Administrativas do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
02.01.1 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 38.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Gabinete do Prefeito (Gabpref), a saber:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.04.131.03002.021 - Publicidade de Caráter Educativo, Informativo e de

Orientação Social

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

02.01.6 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 38.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 29 de março de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

PORTARIA Nº 331/2017

PORTARIANº 331/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do parágrafo único, do artigo 125, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 046/2017/Semad-GAS, de 27/03/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º CONCEDER licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 1º/03/2017 a 30/03/2017, ao servidor público municipal EUGÊNIO DEMENCHUCKI, matrícula 8425, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/03/2017.

Jaraguá do Sul, 29 de março de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 332/2017

PORTARIANº 332/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 138/2013, de 15/10/2013, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 180/2016, de 02/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 456, do Programa de Readaptação e Remanejamento Profissional junto à Gerência de Assistência ao Servidor;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 033/2017/Semad-GAS, de 20/02/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º ALTERAR, a partir de 18/02/2017, de 40 horas semanais

para 30 horas semanais, a carga horária de trabalho da servidora pública municipal MARLY REGINA BEHLING TOMAZ, matrícula 9346, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, sem prejuízo da remuneração.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/02/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de março de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 333/2017

PORTARIANº 333/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 191/2017, de 29/03/2017; e

CONSIDERANDO os termos do Convênio Nº 001/2017, de 10/01/2017;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 123/2017/Issem, de 07/02/2017, do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais;

RESOLVE :

Art.1º CEDER ao INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS (ISSEM), nos termos do §1º, do artigo 1º, da Lei Complementar Municipal Nº 148/2014, de 23/04/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 191/2017, de 29/03/2017, por 40 (quarenta) horas semanais, ANALORES FROHLICH JAHN, servidora pública municipal efetiva e estável, matrícula 9690, Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, no período de 03 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2020, com ônus para a Autarquia.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/04/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de março de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 334/2017

PORTARIANº 334/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e nos termos do artigo 22, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015, e do parágrafo único, do artigo 45, da Lei Complementar Municipal Nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO que a lotação dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, no âmbito da Administração Direta e Indireta, será determinada, observada a necessidade de pessoal e a qualificação, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 052/2017/Semplu, de 13/02/2017, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 23/01/2017, o servidor público municipal FELIPE KUTZNER, matrícula 9741, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23/01/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de março de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 335/2017

PORTARIANº 335/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 384, do Programa de Readaptação e Remanejamento Profissional junto à Gerência de Assistência ao Servidor;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 044/2017/Semad-GAS, de 20/03/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º REVOGAR a Portaria Nº 088/2016, de 25/02/2016, que adaptou o servidor público municipal ARLINDO MULLER, matrícula 3116, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de março de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 336/2017

PORTARIANº 336/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 402, do Programa de Readaptação e Remanejamento Profissional junto à Gerência de Assistência ao Servidor;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 045/2017/Semad-GAS, de 22/03/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º REVOGAR a Portaria Nº 1180/2016, de 16/12/2016, que adaptou a servidora pública municipal MADALENA UBER DEMATHE, matrícula 7294, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de março de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 337/2017

PORTARIANº 337/2017

Designa Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 030/2017/Controle Social, de 27/03/2017, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR GILBERTO GESSER, como conselheiro titular; e ANA LÚCIA DE LIMA SANTOS, como conselheira suplente, para representarem a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, na qualidade de Representantes Governamentais, no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI).

Art.2º O mandato encerrar-se-á em 31/03/2018.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de março de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 338/2017

PORTARIANº 338/2017

Substitui Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 029/2017/Controle Social, de 22/03/2017, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR MICHEL BRAMBILLA CONTESSI, como conselheiro titular, em substituição a Israel Frederico Gums Jacintho; e LEANDRO BROGIN MORELI, como conselheiro suplente, em substituição à Tamara de Cássia Petry Rodrigues, para representarem as Entidades de Organizações Não Governamentais com serviços e programas de atendimento, na qualidade de Representantes da Sociedade Civil, no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI).

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 558/2014, de 26/03/2014, no que se refere a designação de Israel Frederico Gums Jacintho; e revogada a Portaria Nº 1629/2014, de 23/10/2014.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 31/03/2018.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de março de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

PORTARIA Nº 339/2017

PORTARIANº 339/2017

Substitui Conselheiros do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Comphaan).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 040/2017/Semcel, de 14/03/2017, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR ELIZIANA DOS REIS, como conselheira titular, em substituição à Cristiana de Souza; e RONIS ROBERTO BOSSE, como conselheiro suplente, em substituição à Ana Maria Badura, para representarem a Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, na qualidade de Representantes do Governo Municipal, no Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Comphaan).

Art.2º DESIGNAR CRISTIANA DE SOUZA, como conselheira suplente, em substituição à Eliziana dos Reis, para representar a Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, na qualidade de Representante do Governo Municipal, no Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Comphaan).

Art.3º DESIGNAR LUÍS FERNANDO MARCOLLA, como conselheiro titular, em substituição à Juliana Reu Junqueira; e LIZZIANE MYLENA VOLKMANN, como conselheira suplente, em substituição à Cristiane Lucht Gascho, para representarem a Diretoria do Instituto Jourdan, na qualidade de Representantes do Governo Municipal, no Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Comphaan).

Art.4º DESIGNAR ADERBAL RODRIGO CASTELLAN LOPES, como conselheiro titular, em substituição a Marcelo Gumboski; e ESTEFÂNIA MULLER TERRAZAS OLMOS RAMLOW, como conselheira suplente, em substituição a Aderbal Rodrigo Castellan Lopes, para representarem a Diretoria do Instituto Jourdan, na qualidade de Representantes do Governo Municipal, no Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Comphaan).

Art.5º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 598/2016, de 11/07/2016, no que se refere a designação dos mesmos.

Art.6º O mandato encerrar-se-á em 26/07/2018.

Art.7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/03/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de março de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

SAMAE - EXTRATO DO CONTRATO 041/2017

EXTRATO DO CONTRATO 041/2017

Processo: Pregão 11/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Tim Celular S.A.; Objeto: Prestação de Serviço de Telefonia Móvel; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 42.997,20 (quarenta e dois mil, novecentos e noventa e sete reais e vinte centavos); O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação das Faturas, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE, para o exercício de 2017: 25.01.4.401.3.3.90.39.58.00.00.00 – 5 – Manutenção das atividades administrativas - Samae; Prazo de Entrega: Até 24/02/2018; Data da assinatura: 24/02/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro, Sandro Marques Barbosa Coutinho e Alexandre de Menezes Valério Nunes.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 42/2017

Processo: Dispensa de Licitação nº 18/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Luiz Carlos Markiewicz; Objeto: Locação de Imóvel; Forma de Pagamento: O Samae pagará à contratada o valor de R\$ 11.244,00 (onze mil, duzentos e quarenta e quatro reais); O valor do aluguel será pago ao Locador, até o dia 10 (dez) do mês vencido, iniciando-se o pagamento, portanto, a partir de 10/04/2017, sob a forma de depósito; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE, para o exercício de 2017, a saber: 25.01.4.406.3.3.90.36.15.00.00 - 20 – Manutenção das atividades técnicas e operacionais; Data da assinatura: 01/03/2017; Prazo de Fornecimento: Até 01/03/2018, podendo ser prorrogado na forma da lei; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Luiz Carlos Markiewicz.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2017
3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 321/2013

Processo: Credenciamento nº 01/2013; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.; Objeto: Reajuste de 5,5555% no valor dos serviços de arrecadação prestados e prorrogação de prestação dos serviços até 31/12/2017; As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas; Data da assinatura: 01/03/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro, Sorea Lisiane Araújo da Silva e Alberto Franzmann.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 044/2017

Processo: Inexigibilidade 29/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Hewlett Packard Brasil Ltda.; Objeto: Serviço de Suporte Técnico em Servidores e Equipamentos Hewlett Packard; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 27.699,44 (vinte e sete mil, seiscentos e noventa e nove reais e quarenta

e quatro centavos); O pagamento será efetuado 10 dias após a data de certificação na nota fiscal de que o serviço foi executado e está de acordo com as especificações em orçamento previamente aprovado, em anexo a este edital, e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega do objeto; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.02.4.406.3.3.90.39.95.00.00.00 – 07 – Manutenção Patrimonial – Div. Administrativa; Prazo de Fornecimento: 12 meses, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento; Data da assinatura: 01/03/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Maica Cubas.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 045/2017

Processo: Inexigibilidade nº 15/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Viação Canarinho Ltda. Objeto: Aquisição de Créditos Vale Transporte. Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais); O pagamento dar-se-á à vista após emissão da NF, mediante certificação do Samae de que os créditos foram devidamente disponibilizados. O prazo para certificação é de 05 (cinco) dias; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017: - Pagamento dos servidores - Div.Adm.Samae; - Pagamento dos servidores - Divisão Água; Pagamento dos servidores - Divisão Esgoto; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, até 31/12/2017; Data da assinatura: 01/03/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Décio Bogo.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 046/2017

Processo: Pregão nº 17/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Comercial Vitória Ltda.; Objeto: Ferramentas em Geral; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 10.878,64 (dez mil, oitocentos e setenta e oito reais e sessenta e quatro centavos); O pagamento será efetuado 10 (dez) dias após a entrega total do(s) lote(s), do(s) qual(is) a empresa sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.02.4.407.3.3.90.30.42.00.00.00 – 22 – Manutenção patrimonial - Divisão Água; 25.03.4.412.3.3.90.30.42.00.00.00 – 37 – Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 03/04/2017; Data da assinatura: 08/03/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Verônica Solange Rigo Scheer.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 047/2017

Processo: Pregão nº 17/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Danna Comercial Eireli - ME; Objeto: Ferramentas em Geral; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 4.692,00 (quatro mil, seiscentos e noventa e dois reais); O

pagamento será efetuado 10 (dez) dias após a entrega total do(s) lote(s), do(s) qual(is) a empresa sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.02.4.407.3.3.90.30.42.00.00.00 – 22 – Manutenção patrimonial - Divisão Água; 25.03.4.412.3.3.90.30.42.00.00.00 – 37 – Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 03/04/2017; Data da assinatura: 08/03/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Albino Celso Danna.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 048/2017

Processo: Pregão nº 17/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Kafer Comércio Ltda. EPP; Objeto: Ferramentas em Geral; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 11.093,25 (onze mil, noventa e três reais e vinte e cinco centavos); O pagamento será efetuado 10 (dez) dias após a entrega total do(s) lote(s), do(s) qual(is) a empresa sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.02.4.407.3.3.90.30.42.00.00.00 – 22 – Manutenção patrimonial - Divisão Água; 25.03.4.412.3.3.90.30.42.00.00.00 – 37 – Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 03/04/2017; Data da assinatura: 08/03/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Oswaldo de Oliveira Cercal.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 049/2017

Processo: Pregão nº 17/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: RD Comércio de Ferragens e Ferramentas - ME; Objeto: Ferramentas em Geral; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais); O pagamento será efetuado 10 (dez) dias após a entrega total do(s) lote(s), do(s) qual(is) a empresa sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.02.4.407.3.3.90.30.42.00.00.00 – 22 – Manutenção patrimonial - Divisão Água; 25.03.4.412.3.3.90.30.42.00.00.00 – 37 – Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 03/04/2017; Data da assinatura: 08/03/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Rodrigo Decker.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 050/2017

Processo: Pregão nº 23/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada:

Gráfica Guaramirim Ltda. EPP; Objeto: Serviços Gráficos; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 15.812,00 (Quinze mil oitocentos e doze reais); O pagamento será efetuado 10 (dez) dias após a entrega total do(s) lote(s), do(s) qual(is) a empresa sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: - 25.01.4.401.3.3.90.39.63.00.00.00 - 5 - Manutenção das atividades administrativas; - 25.02.3.40.0.4.4.90.51.91.00.00.00 - 47 - Implantação da ETA Água Verde - Contrapartida;; Prazo de Fornecimento: Até 31/12/2017; Data da assinatura: 14/03/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul - SC. Signatários: Ademir Izidoro e Ricardo Danilo Hackbarth.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 051/2017 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 487/2015

Processo: Concorrência 174/2015; Entidade: SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Construtora Elevação Ltda.; Objeto: Acrescer em 4,920% o serviço contratado (Execução de Estação de Tratamento de Água) na cláusula 2º do referido contrato, com base no art. 65, inc. II, letra "b" da Lei 8.666/1993, equivalente a R\$ 1.424.221,38 (Um milhão, quatrocentos e vinte e quatro mil, duzentos e vinte e um reais e trinta e oito centavos); As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas; Data da assinatura: 14/03/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul - SC. Signatários: Ademir Izidoro e José Antônio da Fontoura.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 053/2017

Processo: Pregão 07/2017; Entidade: SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Transpêzia Ambiental Ltda. - EPP; Objeto: Serviço de locação de escavadeira hidráulica com martetele hidráulico 2.500 Kg; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 35.800,00 (Trinta e Cinco mil e oitocentos reais); O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: - 25.03.3.410.4.4.9 0.51.99.00.00.00 - 31 - Ampliação de redes coletoras; Prazo de Fornecimento: Até 31/12/2017; Data da assinatura: 24/03/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul - SC. Signatários: Ademir Izidoro e Dêlcio Luis Spêzia.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 054/2017

Processo: Pregão 007/2017; Entidade: SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Winter Ambiental Ltda. ME; Objeto: Serviço de locação de minicarregadeira compacta para manutenção de redes e ramais de água e esgoto; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 19.297,50 (Dezenove mil duzentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos); O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias

após a apresentação da Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: - 25.02.4.407.3.3.90.39.99.00.00.00 - 22 - Manutenção Patrimonial - Divisão água; - 25.03.4.412.3.3.90.39.99.00.00.00 - 37 - Manutenção Patrimonial - Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: até 31/12/2017; Data da assinatura: 24/03/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul - SC. Signatários: Ademir Izidoro e Gerson Pedro Winter.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 055/2017

Processo: Pregão nº 013/2017; Entidade: SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: G-TEC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE BOMBAS E MOTORES ELÉTRICOS EIRELI; Objeto: Serviço de Manutenção de Bombas; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 132.000,00 (Cento e trinta e dois mil reais); O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: - 25.02.4.407.3.3.90.39.17.00.00.00 - 22 - Manutenção Patrimonial - Div. Água - 25.03.4.412.3.3.90.39.17.00.00.00 - 37 - Manutenção Patrimonial - Div. Esgoto; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, até 31/12/2017; Data da assinatura: 24/03/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul - SC. Signatários: Ademir Izidoro e Gleison Rodrigo de Souza Pereira.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 056/2017

Processo: Pregão nº 22/2017; Entidade: SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: CASSIO LIMA COM. E SERV. DE HIDRÔMETROS;; Objeto: Geofone eletrônico para pesquisa de vazamento; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 33.000,00 (Trinta e Três mil reais); O pagamento será efetuado 10 (dez) dias após a entrega total do objeto, do qual a empresa sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.02.4.408.4.4.90.52.04.00.00.00 - 23 - Aquisição de equipamentos e material permanente - Divisão Água. - 25.03.4.413.4.4.90.52.06.00.00.00 - 38 - Aquisição de equipamentos e material permanente - Divisão Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 28/04/2017; Data da assinatura: 24/03/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul - SC. Signatários: Ademir Izidoro e Marcelo Degasperli Lima.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 057/2017

Processo: Pregão nº 30/2017; Entidade: SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: TECNOLAR LTDA -ME; Objeto: Bebedouro Industrial 100 litros com

02 torneiras e 02 fontes; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 12.275,00 (Doze mil duzentos e setenta e cinco reais); O pagamento será efetuado 10 (dez) dias após a entrega total do objeto, do qual a empresa sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber: 25.01.4.403.4.4.90.52.34.00.00.00 – 09 – Aquisição de equipamentos e material permanente – Divisão Administrativa; Prazo de Fornecimento: Até 29/04/2017; Data da assinatura: 28/03/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Hélio Almir Bagatoli.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 058/2017

Processo: Pregão nº 007/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Prestadora de Serviços em Alvenaria H&G Ltda. EPP. Objeto: Serviço de escavação mecânica com mini escavadeira hidráulica; Forma de Pagamento: O Samae pagará à contratada o valor de R\$ 23.600,00 (Vinte e três mil e seiscentos reais); O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante certificação do SAMAE de que o serviço foi executado de acordo com as exigências do Edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE, para o exercício de 2017 a saber: - 25.03.3.410.4.4.90.51.99.00.00.00 – 31 – Ampliação de redes coletoras; Data da assinatura: 28/03/2017; Prazo de Fornecimento: até 31/12/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Hemerson Hanemann.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 059/2017

Processo: Pregão nº 024/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: MARGEM COM. DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA. Objeto: Tubos e Conexões; Forma de Pagamento: O Samae pagará à contratada o valor de R\$ 199.144,40 (cento e noventa e nove mil cento e quarenta e quatro reais e quarenta centavos); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos lotes dos quais a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria. ; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE, para o exercício de 2017 a saber: 25.02.3.405.4.4.90.51.99..00.00.00 – 16 - Ampliação e substituição de redes e ramais de água; 25.02.4.407.3.3.90.30.24.00.00.00 - 22- Manutenção patrimonial - Div. Água25.03.4.412.3.3.90.30.24.00.00 - 37- Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; Data da assinatura: 31/03/2017; Prazo de Fornecimento: até 24/04/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Marino Padovan.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente – SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 060/2017

Processo: Pregão nº 024/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: TIGRE MATERIAIS E SOLUÇÕES PARA CONSTRUÇÃO LTDA. Objeto: Tubos e Conexões; Forma de Pagamento: O Samae pagará à contratada o valor de R\$ 108.400,00 (cento e oito mil e quatrocentos reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos lotes dos quais a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria. ; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE, para o exercício de 2017 a saber: 25.02.3.405.4.4.90.51.99..00.00.00 – 16 - Ampliação e substituição de redes e ramais de água; 25.02.4.407.3.3.90.30.24.00.00.00 - 22- Manutenção patrimonial - Div. Água25.03.4.412.3.3.90.30.24.00.00.00 - 37- Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; Data da assinatura: 31/03/2017; Prazo de Fornecimento: até 24/04/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Aurea M. O. Belli.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente – SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 061/2017

Processo: Pregão nº 024/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Via d'Água Com. Produtos de Medição, Hidráulica e Saneamento Ltda. Objeto: Tubos e Conexões; Forma de Pagamento: O Samae pagará à contratada o valor de R\$ 3.300,00 (Três mil e trezentos reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos lotes dos quais a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria. ; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE, para o exercício de 2017 a saber: 25.02.3.405.4.4.90.51.99..00.00.00 – 16 - Ampliação e substituição de redes e ramais de água; 25.02.4.407.3.3.90.30.24.00.00.00 - 22- Manutenção patrimonial - Div. Água25.03.4.412.3.3.90.30.24.00.00.00 - 37- Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; Data da assinatura: 31/03/2017; Prazo de Fornecimento: até 24/04/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Patrícia Fernanda Ev.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente – SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 062/2017

Processo: Pregão nº 024/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Danna Comercial Eireli - ME. Objeto: Tubos e Conexões; Forma de Pagamento: O Samae pagará à contratada o valor de R\$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos lotes dos quais a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria. ; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE, para o exercício de 2017 a saber: 25.02.3.405.4.4.90.51.99..00.00.00 – 16 - Ampliação e substituição de redes e ramais de água; 25.02.4.407.3.3.90.30.24.00.00.00 - 22- Manutenção patrimonial - Div. Água25.03.4.412.3.3.90.30.24.00.00.00 - 37- Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; Data da assinatura: 31/03/2017; Prazo de Fornecimento: até 24/04/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Albino Celso Danna.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente – SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 063/2017

Processo: Pregão nº 024/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: CCK Comercial Eirelli - ME. Objeto: Tubos e Conexões; Forma de Pagamento: O Samae pagará à contratada o valor de R\$ 6.186,20 (seis mil e cento e oitenta e seis reais e vinte centavos); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos lotes dos quais a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria. ; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE, para o exercício de 2017 a saber: 25.02.3.405.4.4.90.51.99..00.00.00 – 16 - Ampliação e substituição de redes e ramais de água; 25.02.4.407.3.3.90.30.24.00.00.00 - 22- Manutenção patrimonial - Div. Água 25.03.4.412.3.3.90.30.24.00.00.00 - 37- Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; Data da assinatura: 31/03/2017; Prazo de Fornecimento: até 24/04/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Carin Christa Blasiesing Koch.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente – SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 064/2017

Processo: Pregão nº 024/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: JGM Mangueiras Ltda. Objeto: Tubos e Conexões; Forma de Pagamento: O Samae pagará à contratada o valor de R\$ 14.040,30 (quatorze mil e quarenta reais e trinta centavos); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos lotes dos quais a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria. ; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE, para o exercício de 2017 a saber: 25.02.3.405.4.4.90.51.99..00.00.00 – 16 - Ampliação e substituição de redes e ramais de água; 25.02.4.407.3.3.90.30.24.00.00.00 - 22- Manutenção patrimonial - Div. Água 25.03.4.412.3.3.90.30.24.00.00.00 - 37- Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; Data da assinatura: 31/03/2017; Prazo de Fornecimento: até 24/04/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Elaine Cristina Maluta Roberti.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente – SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 065/2017

Processo: Pregão nº 024/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Hifersane Com. Ind. Mats. Hid. Ltda EPP. Objeto: Tubos e Conexões; Forma de Pagamento: O Samae pagará à contratada o valor de R\$ 15.673,80 (quinze mil seiscentos e setenta e três reais e oitenta centavos); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos lotes dos quais a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria. ; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE, para o exercício de 2017 a saber: 25.02.3.405.4.4.90.51.99..00.00

0.00 – 16 - Ampliação e substituição de redes e ramais de água; 25.02.4.407.3.3.90.30.24.00.00.00 - 22- Manutenção patrimonial - Div. Água 25.03.4.412.3.3.90.30.24.00.00.00 - 37- Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; Data da assinatura: 31/03/2017; Prazo de Fornecimento: até 24/04/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Marcelo Regis dos Santos.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente – SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 066/2017

Processo: Pregão nº 024/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: RD Comércio de Ferragens e Ferramentas - ME. Objeto: Tubos e Conexões; Forma de Pagamento: O Samae pagará à contratada o valor de R\$ 4.999,98 (quatro mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos); O pagamento será efetuado 10 dias após a entrega total dos lotes dos quais a PROPONENTE sair vencedora, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria. ; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE, para o exercício de 2017 a saber: 25.02.3.405.4.4.90.51.99..00.00.00 – 16 - Ampliação e substituição de redes e ramais de água; 25.02.4.407.3.3.90.30.24.00.00.00 - 22- Manutenção patrimonial - Div. Água 25.03.4.412.3.3.90.30.24.00.00.00 - 37- Manutenção patrimonial - Div. Esgoto; Data da assinatura: 31/03/2017; Prazo de Fornecimento: até 24/04/2017; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Alexandre Innocenti Ortiz.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 150/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº 150/2017

Acordo Extrajudicial

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 5191/2009 de 16/04/2009,

CONSIDERANDO o memorando 207/2017, de 29 de Março de 2017. RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Processo de Acordo Extrajudicial a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade do SAMAE diante do fato apresentado pelo senhor RENELSON MARQUES DE ARAÚJO e, se necessário, levantar o valor ao ressarcimento dos danos materiais.

Art.2º A Comissão responsável para apuração dos fatos, designada pela Portaria nº 040/2017 de 30/01/2017, terá prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta, para conclusão dos trabalhos devendo elaborar o Laudo de Avaliação.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da Comissão, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de Março de 2017.

ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

SAMAE - PORTARIA Nº 151/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº 151/2017

Acordo Extrajudicial

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 5191/2009 de 16/04/2009,

CONSIDERANDO o memorando 206/2017, de 29 de Março de 2017.
RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Processo de Acordo Extrajudicial a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade do SAMAE diante do fato apresentado pelo senhor LUIZ CARLOS PRESTES e, se necessário, levantar o valor ao ressarcimento dos danos materiais.

Art.2º A Comissão responsável para apuração dos fatos, designada pela Portaria nº 040/2017 de 30/01/2017, terá prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta, para conclusão dos trabalhos devendo elaborar o Laudo de Avaliação.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da Comissão, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 29 de Março de 2017.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

53/2013 PMJ TA 05

CONTRATO Nº 53/2013/PMJ – TA 05

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIOCLÉSIO RAGNINI, e a Empresa T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.332.778/0001-09, estabelecida na Avenida 7 de Setembro, 211, sala 106, no Município de Maravilha – SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. MARCOS FERNANDES GASPAR DE LIMA, portador da Carteira de Identidade nº 1.717.885-1 – SESP/SC.e CPF nº 665.162.939-53, residente e domiciliado na Avenida Presidente Kennedy, 509 – Bairro Padre Antonio, na cidade de Maravilha – SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 53/2013/PMJ, firmado em 01 de abril de 2013, proveniente do Processo de Licitação nº 11/2013/PMJ, instaurado através do Edital de Concorrência nº 01/2013/PMJ, homologado em 20/03/2013, cujo objeto é “a prestação pela CONTRATADA de serviços de engenharia sanitária de limpeza pública no perímetro urbano do Município de Joaçaba”, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 01 de abril de 2017, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 60 (sessenta) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

Os valores contratados ficam reajustados em 4,6940%, correspondentes a variação do INPC (IBGE) no período de março/2016 a fevereiro/2017, passando a vigorar, a contar de 01 de abril de 2017, conforme discriminado a seguir:

ITEM	QTDE. MENSAL ESTIMADA	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO MENSAL R\$
1	600,00	ton	1.1. Coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e comerciais	183,73
	600,00	ton	1.2. Operação, manutenção e monitoramento de Aterro Sanitário.	129,61
2	300,00	km	Varrição manual de vias e logradouros públicos	128,88
3	1,00	Eqp	Fornecimento de Equipe Apoio	91.606,93

Diante da prorrogação do prazo contratual constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo e do reajuste desta cláusula, agregar-se-á ao valor global do contrato R\$ 3.819.299,16 (três milhões oitocentos e dezenove mil duzentos e noventa e nove reais e dezesseis centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, SC, em 30 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

MARCOS FERNANDES GASPAR DE LIMA

CONTRATADA

Testemunhas:

1 _____

2 _____

AVISO PL 8/2017/PMJ - CC 1/2017/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE CONTINUAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2017/PMJ

CONCORRÊNCIA Nº 01/2017/PMJ

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório nº 08/2017/PMJ – concorrência nº 01/2017/PMJ, cujo objeto é “Contratação de empresa(s) especializada(s) para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para o Projeto de Eficiência Energética do Sistema de Iluminação Pública do Município de Joaçaba, SC, conforme Resolução nº 556/2013 e Procedimentos do Programa de Eficiência Energética PROPEE da ANEEL, compreendendo: LOTE 01 - Medição e verificação (M&V) inicial e final de resultados, incluindo os serviços de marketing (divulgação), treinamento e capacitação. LOTE 02 - Fornecimento e instalação de luminárias para Iluminação Pública com tecnologia de diodo emissor de luz (LED).”, que teve a sua sessão suspensa no dia 23/03/2017, terá a sua continuação no dia 05/04/2017 às 17h para leitura da ata de julgamento dos documentos de habilitação no Setor de Compras e Licitações. Após a leitura a ata será disponibilizada no site do Município para iniciar a contagem do prazo para apresentação de possíveis recursos quanto às decisões da comissão. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br. Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br)

Joaçaba, 03 de abril de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Comissão de Licitação

DECRETO Nº 5.106 DE 03 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 5.106 DE 03 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI Nº 5.045 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016, PELO ARTIGO 15 E 16 DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 16.892,24 (dezesesseis mil, oitocentos e noventa e dois reais e vinte e quatro centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, por conta do superávit financeiro exercício dos recursos ordinários do município:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE 01 Assessoria do Gabinete do Prefeito

Proj./Atividade: 1.076 Aquisição de Veículos p /Ações de Assistência social

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000-266

Valor: R\$ 1.600,00

Órgão: 20 SECRETARIA MUNIC. DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Unidade orçamentária: 01 Secretaria de desenvolvimento Sustentável

Proj./Atividade: 2.115 Manutenção da Frota Agrícola

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000-272

Valor: R\$ 15.292,24

Art. 2º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 1.000,00 (um mil reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita:

Órgão: 20 SECRETARIA MUNIC. DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Unidade orçamentária: 01 Secretaria de desenvolvimento Sustentável

Proj./Atividade: 2.115 Manutenção da Frota Agrícola

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-209

Valor: R\$ 1.000,00

Art. 3º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com recurso proveniente da anulação da dotação abaixo descrita:

Órgão: 20 SECRETARIA MUNIC. DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Unidade orçamentária: 01 Secretaria de desenvolvimento Sustentável

Proj./Atividade: 2.115 Manutenção da Frota Agrícola

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-210

Valor: R\$ 1.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 03 de abril de 2017.
DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

PARECER BOLSA ATLETA

COMISSÃO DE SELEÇÃO DESPORTIVA
PARECER 03 – BOLSA ATLETA

Em atendimento ao disposto na Lei Municipal nº 4.675/2016, Edital e Edital de Retificação das Inscrições para o Programa Bolsa Atleta, do Fundo Municipal de Esportes, objetivando valorizar e beneficiar atletas amadores representantes do Município de Joaçaba em competições regionais, estaduais, nacionais e internacionais, a Comissão de Seleção Desportiva composta pelos servidores Ana Paula Abe Gurgacz, Franciani Alice Rizzi e Suelen Ferreira França, designadas pela Portaria Municipal nº 218/2017, procedeu à análise individual da documentação protocolizada pelos interessados.

Conforme os critérios pré-definidos relacionam-se abaixo as avaliações efetuadas:

ATLETA	MODALIDADE	SITUAÇÃO		MOTIVO	CATEGORIAS	Valor Total Aprovado
		DEFERIDO	INDEFERIDO			
SIDNEI LOPES DE ANDRADE	ATLETISMO	X			A	1.327,71
AMAURI TOMACHINSKI DOS SANTOS	JUDÔ	X			A	1.327,71
EVELYN CANCELLI LIMA	JUDÔ	X			A	1.327,71
GUILHERME CEZARIO PICCOLI	VOLEIBOL	X			A	1.327,71
JUNIOR MOREIRA DA SILVA	JUDÔ	X			A	1.327,71
JEFERSON CAMILO ASSUNÇÃO	ATLETISMO	X			A	1.327,71
JOHN SILVA SAFFE	WHEELING	X			A	1.327,71
LUCAS MELERE BITTENCOURT	HANDEBOL	X			B	1.991,56
GABRIEL RODRIGUES PEGORARO	HANDEBOL	X			B	1.991,56
JOÃO FELIPE LORENZONI ESPAGNOL	HANDEBOL	X			B	1.991,56
RAYLANTHER VINICIUS FAVETTI	HANDEBOL	X			B	1.991,56
RODNEI SANGUANINI	VOLEIBOL	X			B	1.991,56
RAFAEL BRUNO HILDEBRANDO	VOLEIBOL	X			B	1.991,56
ROGÉRIO ANTONIO BRAGA	VOLEIBOL	X			B	1.991,56
JEAN RODRIGO BECHI	VOLEIBOL	X			B	1.991,56
LUCAS DA SILVA BRESCIANI	VOLEIBOL	X			B	1.991,56
CRISTIANO NOVAKOWSKI	VOLEIBOL	X			B	1.991,56
JULIANO CECONELLO	VOLEIBOL	X			B	1.991,56
JOÃO MARIA LUCHESE	VOLEIBOL	X			B	1.991,56
MARC ELO DA SILVA	VOLEIBOL	X			B	1.991,56
EDUARDO COMACHIO	VOLEIBOL	X			B	1.991,56
HEITOR ATTOLINI NETO	BASQUETE	X			B	1.991,56
LUCAS MORAIS DA SILVA	BASQUETE	X			B	1.991,56
RENAN WILLIAN BELCARO PAZIN	BASQUETE	X			B	1.991,56
ERIK FRANÇA NEGREIROS	BASQUETE	X			B	1.991,56
WILLIAN MOREIRA COSTA	BASQUETE	X			B	1.991,56
DAVID WILLIAN PERUSSO	BASQUETE	X			B	1.991,56
GUSTAVO TERRA FIGUEIREDO	BASQUETE	X			B	1.991,56
FERNANDA DOS SANTOS SANGUANINI	VOLEIBOL	X			B	1.991,56
STHEFANY JULIANNE SCHULKA	VOLEIBOL	X			B	1.991,56
MARIAH TEREZINHA PENTEADO MARTINS	VOLEIBOL	X			B	1.991,56
MARIA EDUARDA CAMARGO	VOLEIBOL	X			B	1.991,56
ANDRIELLI DE VARGAS	VOLEIBOL	X			B	1.991,56
EDUARDA DA SILVA	VOLEIBOL	X			B	1.991,56
MANUELLA DO NASCIMENTO BURLIN	VOLEIBOL	X			B	1.991,56
KAUANA MARCELA VASCONCELOS	VOLEIBOL	X			B	1.991,56
VITTOR HENRIQUE DA SILVA	FUTSAL	X			B	1.991,56
LUCAS COELHO DA SILVA	JUDÔ	X			C	2.655,42
MARCOS HENRIQUE BUENO	TÊNIS DE MESA	X			C	2.655,42
EVANDRO RODRIGUES DA ROSA	BOCHA OLÍMPICA	X			C	2.655,42
SAMUEL SEBASTIÃO SANTIN DUARTE	CICLISMO	X			C	2.655,42

WINICIUS BANDEIRA	TÊNIS DE MESA	X			C	2.655,42
JOSÉ LUIS CAMPANHALI DE CAMPOS	ATLETISMO	X			C	2.655,42
EMANUELLE DE ANDRADE DA COSTA	JUDÔ	X			C	2.655,42
NÁDIA MARIA PALAVECINI	ATLETISMO	X			C	2.655,42
RODRIGO ZÍLIO QUIOCA	JUDÔ	X			C	2.655,42
FELIPE VASTRES	JUDÔ	X			C	2.655,42
UBIRATA DURANT GONZALES	TÊNIS DE MESA	X			C	2.655,42
KAUÃ MAZIERO DA SILVA	FUTSAL	X			C	2.655,42
FABIANA APARECIDA DA LUZ	ATLETISMO	X			C	2.655,42
FELIPE BURTULUZZI	BADMINTON	X			C	2.655,42
MATHEUS GREGÓRIO RIBEIRO	BADMINTON	X			C	2.655,42
JAMILLY DE BARBA ENDERLE	BADMINTON	X			C	2.655,42
ERICK TOMACHINSKI COSTA	BADMINTON	X			C	2.655,42
BERNARDO PEROTTO	BADMINTON	X			C	2.655,42
ANA PAULA TOMACHINSKI	BADMINTON	X			C	2.655,42
ALINE MARIA VALMORBIDA	ATLETISMO	X			C	2.655,42
SAVIO BRUNO MACHADO	ATLETISMO	X			C	2.655,42
DANIEL DE DEUS E SILVA DE GODOI	TÊNIS DE MESA	X			D	3.319,27
GLEDSON ALESSANDRETTI	KUNG-FU	X			D	3.319,27
LEANDRO DOS SANTOS	KUNG-FU	X			D	3.319,27
GABRIELA JUNGES DE OLIVEIRA	BADMINTON	X			D	3.319,27
LUÍS EDUARDO CAMARÇO DOS ANJOS	TÊNIS DE MESA	X			D	3.319,27
MARLON IGOR BOTELHO SPIN-DOLA	TÊNIS DE MESA	X			D	3.319,27
ARTHUR BONFANTI VALMORBIDA	KUNG-FU	X			D	3.319,27
LAURO SCHWEITZER SEBOLD	TÊNIS DE MESA	X			E	3.983,13
HUANDEL CRISTIANO ALBERGUINI	CICLISMO	X			E	3.983,13
RAFAEL LOPES	CICLISMO	X			E	3.983,13
RAFAEL AMARAL FUNK	CICLISMO		X	ITEM 4.3		
MARIA CAROLINA ALBARÁ	VOLEIBOL		X	ITEM 3.2 f DO EDITAL		
JAQUELINE PEREIRA RAMOS	JUDÔ		X	ITEM 3.2 f DO EDITAL		
JORGE GUILHERME IGLESIAS JUNIOR	BASQUETE		X	ITEM 3.2 f DO EDITAL		
ADRIELI CARDOSO DE OLIVEIRA	ATLETISMO		X	ITEM 12.1 IV, ITEM 3.2 f DO EDITAL		
ANAEL JOLAR DE ALMEIDA	CAPOEIRA		X	ITEM 3.2 f DO EDITAL		
JENNIFER VARGAS DA CRUZ	CAPOEIRA		X	ITEM 3.2 f DO EDITAL		
SERGIO SOUZA DA CRUZ	CAPOEIRA		X	ITEM 3.2 f DO EDITAL		
GLAUCO ANTONIO PEGORARO CIMADON	CAPOEIRA		X	ITEM 3.2 f DO EDITAL		
CLAUDIA APARECIDA VARGAS DA CRUZ	CAPOEIRA		X	ITEM 3.2 f DO EDITAL		
OLINOIR FLORES DE CAMARGO	CAPOEIRA		X	ITEM 12.1 IV, ITEM 3.2 f DO EDITAL		
INGRID VARGAS DA CRUZ	CAPOEIRA		X	ITEM 3.2 f DO EDITAL		
JOÃO LUCAS ZARDO BONALDO	CICLISMO		X	ITEM 12.1 IV E IX, ITEM 3.2 f DO EDITAL		
ALLAN SANTOS DA SILVA	CICLISMO		X	ITEM 3.2 f DO EDITAL		
DANIEL LUIS BOHRER	CICLISMO		X	ITEM 3.2 f DO EDITAL		
ARIEL JOSE ZONTA	FUTSAL		X	PROTOCOLO INTEMPESTIVO (ITEM 12 DO EDITAL, ANEXO 10)		
GABRIEL GUSTAVO DOS SANTOS	FUTSAL		X	PROTOCOLO INTEMPESTIVO (ITEM 12 DO EDITAL, ANEXO 10)		
BRUNO AMORIN VARELA	FUTSAL		X	PROTOCOLO INTEMPESTIVO (ITEM 12 DO EDITAL, ANEXO 10)		

VITOR GABRIEL AUGUSTIN	FUTSAL		X	PROTOCOLO INTEMPESTIVO (ITEM 12 DO EDITAL, ANEXO 10)		
LUCAS BALDO	FUTSAL		X	PROTOCOLO INTEMPESTIVO (ITEM 12 DO EDITAL, ANEXO 10)		
EDUARDO EGER	FUTSAL		X	PROTOCOLO INTEMPESTIVO (ITEM 12 DO EDITAL, ANEXO 10)		
GUSTAVO PAGLIARI	FUTSAL		X	PROTOCOLO INTEMPESTIVO (ITEM 12 DO EDITAL, ANEXO 10)		
WILLIAN ANTONY SCHILER	FUTSAL		X	PROTOCOLO INTEMPESTIVO (ITEM 12 DO EDITAL, ANEXO 10)		
PEDRO YURI PINHO	FUTSAL		X	PROTOCOLO INTEMPESTIVO (ITEM 12 DO EDITAL, ANEXO 10)		
JOÃO VICTOR PEREIRA DEMENTEK	FUTSAL		X	PROTOCOLO INTEMPESTIVO (ITEM 12 DO EDITAL, ANEXO 10)		
JOÃO WESLEY FAQUIN	FUTSAL		X	PROTOCOLO INTEMPESTIVO (ITEM 12 DO EDITAL, ANEXO 10)		
GABRIEL LUIZ	FUTSAL		X	PROTOCOLO INTEMPESTIVO (ITEM 12 DO EDITAL, ANEXO 10)		
EVERTON CORRÊA MARQUES	FUTSAL		X	PROTOCOLO INTEMPESTIVO (ITEM 12 DO EDITAL, ANEXO 10)		
IGOR DOS SANTOS DA SILVA	FUTSAL		X	ITEM 3.2 a e f, ITEM 12.1 IV DO EDITAL		
JAKSON LUIZ DA MAIA	JUDÔ		X	ITEM 3.2 a e f		
EVANDRO ROSSI JULIOR	TÊNIS DE MESA		X	ITEM 12.1 IV, ITEM 3.2 f DO EDITAL		
PAULO CEZAR DOLEJAL BERTÉ	VOLEIBOL		X	ITEM 4.3		
MADIER GULLITI VIDAL	VOLEIBOL		X	ITEM 3.2 f DO EDITAL		

TOTAIS:

QUANTIDADE DE ATLETAS		QUANTIDADE ATLETAS APTOS POR CATEGORIA					Valor Total Aprovado
DEFERIDOS	INDEFERIDOS	A	B	C	D	E	
68	33	7	30	21	7	3	159.988,87

A Comissão de Seleção Desportiva alerta aos atletas que tiveram seu requerimento DEFERIDO de que deverão comparecer junto à Diretoria do Fundo Municipal de Esportes para a assinatura do Termo de Adesão entre o dia 10 e 20/04/2017, bem como, comunica os atletas que ainda não apresentaram comprovação de conta bancária individualizada, que deverão apresentar no ato de assinatura do Termo.

É o parecer,
Joaçaba (SC), 30 de março de 2017.

Ana Paula Abe Gurgacz Franciani Alice Rizzi Suelen Ferreira França

IMPRES - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOACABA**BALANCETE FINANCEIRO IMPRES - 02/2017**

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Fevereiro
Página: 1

SANTA CATARINA
INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE JOACABA
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	2.012.014,32	ORÇAMENTÁRIAS	726.552,63
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	272.262,25	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	726.552,63
RECEITA PATRIMONIAL	973.006,91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	725.488,06
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	36.951,38	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.064,57
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	543.393,87		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	186.399,91		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.787.477,68	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.861.288,77
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	209.125,68	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	209.673,32
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	768.330,50	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	843.228,51
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	810.021,50	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	805.214,99
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	3.171,95
SALDOS ANTERIORES	68.064.693,73	SALDOS ATUAIS	69.276.344,33
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	68.028.293,42	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	69.241.989,91
BANCO C/ MOVIMENTO	36.400,31	BANCO C/ MOVIMENTO	34.354,42
TOTAL	71.864.185,73	TOTAL	71.864.185,73

JOACABA, 03/04/2017

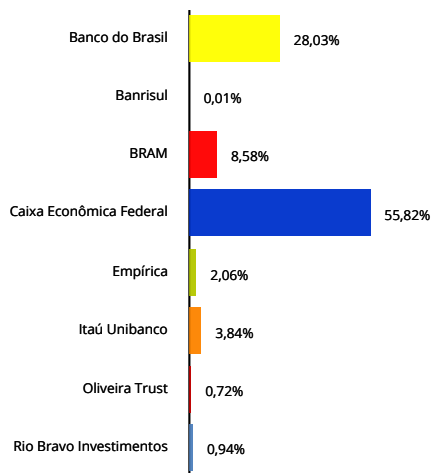
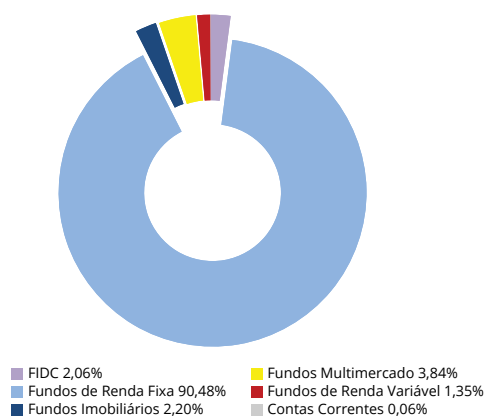
CESAR AUGUSTO MACIEL RIBEIRO
CONTADOR CRCSC 039259/O-8

ELISABET M. Z. SARTORI
DIRETORA PRESIDENTE

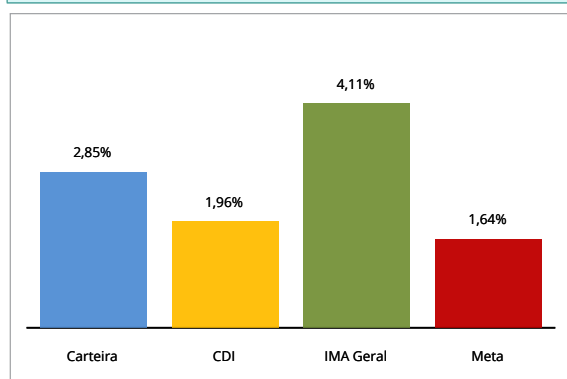
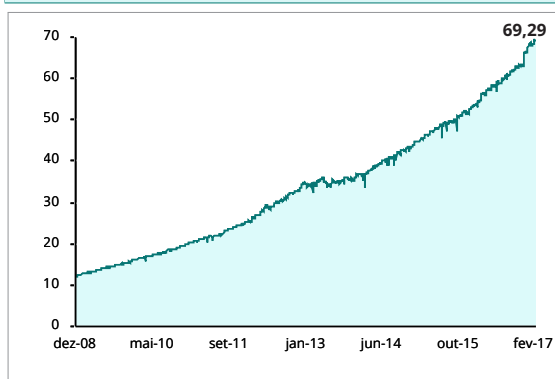
RENTABILIDADE CARTEIRA - IMPRES 02/2017
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - SC
Relatório da Carteira de Investimentos
FEVEREIRO

Os recursos do IMPRES são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência.

A diretoria do Instituto, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos. Neste mês a carteira de investimentos está distribuída da seguinte forma:

Distribuição da Carteira por Instituição Financeira

Distribuição da Carteira por Segmento

HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 252 DIAS ÚTEIS
IMPRES	1,43%	2,85%	15,78%
CDI	0,87%	1,96%	13,89%
IMA Geral	2,26%	4,11%	21,43%
Meta Atuarial - INPC + 6 %	0,73%	1,64%	10,95%

Carteira x Indicadores em 2017

Evolução do Patrimônio (em R\$ Milhões)


Análise de Desempenho: A carteira do IMPRES tem como principal objetivo superar a Meta Atuarial.

SMI Consultoria de Investimentos
Fone: 48 3037 1001
www.smiconsult.com.br



Análise Macroeconômica

Em fevereiro, nos EUA foram divulgados dados do mercado de trabalho com forte criação de vagas. No entanto, o aumento da taxa de participação (proporção de pessoas que buscam emprego em relação ao total pessoas em idade ativa) levou a um ligeiro crescimento do desemprego, de 4,7% para 4,8%. Além disso, a variação de salários decepcionou e fez o mercado entender que o Fed poderia estar distante de seu próximo aumento de juros. No mesmo sentido, a ata da reunião mostrou que o Fed espera ver indicadores mais fortes de inflação e os próximos passos da política fiscal antes de retomar o processo de normalização da Fed Fund. O mês parecia tranquilo e a probabilidade de aumento na reunião de 15 de março parecia muito pequena, mas, enquanto era carnaval aqui no Brasil, os membros do Fed discursaram indicando muita confiança não só na atividade econômica, como nas perspectivas para o mercado de trabalho e na elevação da inflação em direção à meta. Donald Trump discursou no último dia do mês e, apesar de ainda não ter sido efetivamente claro sobre sua ação de expansionismo fiscal, sugeriu que deve investir 1 trilhão de dólares em infraestrutura – mas sem detalhes relevantes. Por enquanto, ele permanece com a política de atacar os demais países e afirmar que seus governos estariam mantendo por período indeterminado suas moedas artificialmente depreciadas.

Na Área do Euro, este ano teremos eleições em uma série de países – e sinais de que candidatos de extrema direita poderiam vencer são grande foco de medo. A primeira eleição ocorrerá em março, quando teremos eleições gerais na Holanda. Em abril e maio será realizada a eleição para presidente na França, enquanto em junho haverá a eleição legislativa. A França é o maior risco, uma vez que a candidata Marine Le Pen aparece tecnicamente empatada em primeiro lugar na disputa com o candidato social-liberal Emmanuel Macron. Por fim, na Alemanha haverá em setembro eleições para primeiro ministro e Angela Merkel deve concorrer novamente ao cargo que ocupa desde o final de 2005.

Fevereiro foi mais curto na China, com o feriado do ano novo lunar. O resultado da balança comercial foi o destaque positivo, que ajudou a manter os ânimos do mercado no mês. As exportações cresceram 7,9% e as importações 16,7%, ambas bem acima das projeções (3,3% e 10%, respectivamente).

Fevereiro acabou sendo um mês relativamente tranquilo, com dados mistos de atividade e inflação bastante baixa para o período. No Congresso, Rodrigo Maia (DEM-RJ) foi reeleito para a presidência da Câmara dos Deputados e Eunício Oliveira (PMDB-CE) eleito para a presidência do Senado Federal – ambos importantes aliados do Planalto.

Neste cenário, o Copom decidiu reduzir a meta da taxa Selic pela quarta vez consecutiva, passando a taxa de 13% para 12,25%, em linha com as projeções de mercado. O comunicado após a reunião surpreendeu com os membros do Comitê afirmando que buscarão, a partir de agora, estimar a taxa de juros estrutural da economia brasileira e, em seguida, conduzir a política monetária de maneira a atingi-la. Assim, aumentou a convicção de que o Banco Central é (ou está!) independente de pressões políticas, o que dá melhores condições para o cumprimento da meta de inflação de 4,5%. Assim, consolidou-se a percepção de que o Banco Central tem total condição de trazer a inflação para a meta (projetamos uma inflação de 4,35%) neste ano e, ainda, de a manter ancorada para os anos seguintes. Por consequência, é muito provável que em junho tenhamos, pela primeira vez desde 2003, uma redução da meta de inflação por parte Conselho Monetário Nacional – que deve reduzir a meta de 4,5% para 4% para o ano de 2019.

Apesar da relativa tranquilidade, ainda paira sobre a economia certo temor em relação às consequências do processo de cassação da chapa Dilma-Temer sobre o governo. Pode trabalhar a favor de Temer a perspectiva de começarmos a ver dados de atividade mais otimistas, o que reduziria o apelo popular por sua saída. Entretanto, a Reforma da Previdência é um ponto sensível e representa um nó que precisa ser urgentemente desatado.

Renda Fixa

Fevereiro foi um mês de mais do mesmo, ou seja, uma continuação de janeiro. Ainda permanece uma certa cautela com a falta de clareza quanto as diretrizes da política de expansão fiscal do presidente dos EUA, Donald Trump. Na Europa, fica uma certa tensão no ar pela candidata de extrema direita estar na liderança e apoiar uma espécie de Brexit francês – “Frexit”. Fato que poderia trazer à tona um mal-estar político no continente. No Brasil, as projeções apontam para uma inflação abaixo de 4,5% ao ano, o que leva o mercado a crer que o Banco Central pode acelerar a magnitude do corte dos juros. Podemos dizer que foi um mês de certo apetite a risco. Por outro lado, temos alguns fatos que podem surgir em março e trazer uma certa tensão, principalmente, no cenário político local. Aguardemos o andar da carruagem...



Para a curva de juros, o mês foi marcado em grande parte pelo ajuste das expectativas dos players em relação à decisão do Copom, que encerraria fevereiro. Gradualmente a maior parte do mercado passou a acreditar que o Banco Central passaria a ter uma maior inclinação a acelerar o ciclo de corte de juros, o que causou em uma queda considerável dos DI's em toda extensão da curva. Ainda que nada tenha mudado fundamentalmente, o fato de fevereiro ter sido um mês "morno", em relação às novidades da Operação Lava Jato, aumentou os medos de que a Lava Jato pudesse atingir o núcleo do governo e, conseqüentemente, colaborou com o movimento de fechamento da curva.

Diante de um ambiente sem novidades ruins, o dólar fechou o mês com queda de 0,88%, cotado a R\$ 3,0993.

Renda Variável

As bolsas globais continuaram na rota de valorização neste mês de fevereiro. Observou-se de forma genérica a queda dos CDS, num contexto de melhor crescimento e atividade dos EUA, Europa e China, amenizando o risco da deflação. No Brasil, com seu índice de bolsa costumeiramente mais volátil, houve valorização de 3,25% e 4,65% em dólar, considerando a apreciação do real de 1,26%. Como motivo para todo esse bom humor temos o andamento das reformas fiscais, o fluxo de recursos positivos e a melhora da expectativa.

Em relação às estratégias do Fundo que contribuíram para o resultado do mês, citamos as operações estruturadas, como financiamento coberto e colar spread; operações de long&short; operações de curto prazo; e day trade de ações e de índice de ações.

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA ERRATA JHL 183/2017**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
ERRATA

Na portaria JHL 183/2017, publicada em 28.03.2017, edição 2220, p. 376, fica retificado:

Onde lê-se "CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Nilson Araújo, Oficial Técnico", retificar por "CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Nilson Araújo, Auxiliar de Operações".

Joaçaba-SC 03 de abril de 2017.

Paulo Cesar Lamin/Diretor Presidente

PORTARIA JHL 189/2017

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 0189/2017

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 138, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

Resolve:

Art. 1º INSTAURAR "Processo Administrativo", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de assinatura deste ato, afim de que se apure possível responsabilidade de dano ao erário por parte do servidor Helison Carvalho Ferreira, conforme determina o art. 117, da Lei Complementar nº 76, de 11 de dezembro de 2003, de conformidade com os documentos constantes no protocolado sob nº 575/2017, em anexo.

Art. 2º DESIGNAR os servidores, Andréa Reisdorfer Camaroto, Aluir Flemming e Fabiola Fritzen Pellizzaro para atuarem sob a Presidência do primeiro, devendo promover as diligências necessárias apresentando relatório conclusivo do que for apurado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único do art. 3º da Lei nº 4003, de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC 03 de abril de 2017.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PREGÃO PRESENCIAL 0017/2017 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0022/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0017/2017

PROTOCOLO JHL 0797/2017

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0017/2017 – Licitação 0022/2017, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EXAMES E PERÍCIAS MÉDICAS PARA ATENDER ÀS

NECESSIDADES DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: até as 9h00min do dia 18/04/2017 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 18/04/2017 às 9h10min, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 04/04/2017 a 18/04/2017.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: licitacao@simae.sc.gov.br.

Joaçaba - SC, 03 de abril de 2017.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

Lages

PREFEITURA

EXTRATO ARP 07/2017 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2017

PROCESSO Nº 28/2017

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de Preços para Aquisição de Gás de Cozinha para uso nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 De Início: a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.2 De Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega(s) e local(is): em até 05 (cinco) dias, nas Unidades Escolares, conforme solicitação(ões), mediante a apresentação do(s) ticket(s);

2.4 Da Ata de Registro de Preços: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS

O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 05/2017. O valor registrado é de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais)

COMPANHIA ULTRAGAZ AS - CNPJ 61.602.199/0232-44 RUA ANTONIO FREDERICO OZANAN Nº 1655 BAIRRO BRIGADEIRO CANOS/RS - CEP 92.420-360

Lages, 03 de abril de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 12/2017 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 12/2017 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: REUNIDAS TURISMO S/A, inscrito no CNPJ nº 04.176.082/0001-80, com sede a Rua Herculano Coelho de Souza, 555 Bairro Reunidas Caçador/SC CEP 89.500-000.

resolvem celebrar este Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 16/2017, correlato à inexigibilidade 01/2017, homologada em 31/03/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa para o fornecimento de passagens rodoviárias para pacientes do tratamento fora do domicílio, com itinerário Lages/Florianópolis/Lages, com locomoção dos pacientes da rodoviária de Florianópolis até hospitais e clínicas e vice-versa.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do presente Contrato;

2.2 De Execução, contar-se-á em 15 (quinze) dias após a ordem de serviço;

2.3 Do Contrato, contar-se-á da data da assinatura do presente Contrato, até 31/12/2017, podendo ser prorrogado, se houver interesse e conveniência da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, nos termos dispostos no do Art. 57 da Lei 8666/93 e Diplomas Complementares.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 451.920,00 (quatrocentos e cinquenta e um mil novecentos e vinte reais).

Lages, 03 de abril de 2017

Antonio Ceron

Prefeito municipal

CONTAS PÚBLICAS Nº 01

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	523.080.000,00	523.080.000,00	73.657.329,03	14,08	73.657.329,03	14,08
RECEITAS CORRENTES	484.780.000,00	484.780.000,00	72.831.365,55	15,02	72.831.365,55	15,02
RECEITA TRIBUTÁRIA	59.457.751,00	59.457.751,00	7.808.697,34	13,13	7.808.697,34	13,13
IMPOSTOS	56.275.888,00	56.275.888,00	7.244.279,06	12,87	7.244.279,06	12,87
TAXAS	2.940.163,00	2.940.163,00	564.418,28	19,20	564.418,28	19,20
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	241.700,00	241.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	27.145.000,00	27.145.000,00	4.188.776,56	15,43	4.188.776,56	15,43
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	14.945.000,00	14.945.000,00	2.048.737,78	13,71	2.048.737,78	13,71
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	12.200.000,00	12.200.000,00	2.140.038,78	17,54	2.140.038,78	17,54
RECEITA PATRIMONIAL	7.739.741,00	7.739.741,00	1.252.534,83	16,18	1.252.534,83	16,18
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	924.941,00	924.941,00	139.605,06	15,09	139.605,06	15,09
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	6.763.800,00	6.763.800,00	1.101.354,45	16,28	1.101.354,45	16,28
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	51.000,00	51.000,00	11.575,32	22,70	11.575,32	22,70
RECEITA DE SERVIÇOS	46.742.424,01	46.742.424,01	7.488.728,10	16,02	7.488.728,10	16,02
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	302.061.015,80	302.061.015,80	48.623.156,91	16,10	48.623.156,91	16,10
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	301.549.015,80	301.549.015,80	48.576.641,03	16,11	48.576.641,03	16,11
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	170.000,00	170.000,00	11.045,00	6,50	11.045,00	6,50
TRANSF. DE PESSOAS	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSF. DE CONV.	222.000,00	222.000,00	35.470,88	15,98	35.470,88	15,98
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	41.634.068,19	41.634.068,19	3.469.471,81	8,33	3.469.471,81	8,33
MULTAS E JUROS DE MORA	7.388.693,33	7.388.693,33	1.468.772,88	19,88	1.468.772,88	19,88
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.766.950,00	1.766.950,00	239.702,87	13,57	239.702,87	13,57
RECEITA DA DIVIDAATIVA	13.383.160,00	13.383.160,00	1.430.851,65	10,69	1.430.851,65	10,69
RECEITAS DIVERSAS	19.095.264,86	19.095.264,86	330.144,41	1,73	330.144,41	1,73
RECEITAS DE CAPITAL	38.300.000,00	38.300.000,00	825.963,48	2,16	825.963,48	2,16
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	38.300.000,00	38.300.000,00	825.963,48	2,16	825.963,48	2,16
TRANSF. DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	164.045,80	0,00	164.045,80	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	38.300.000,00	38.300.000,00	661.917,68	1,73	661.917,68	1,73
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	26.920.000,00	26.920.000,00	4.424.607,59	16,44	4.424.607,59	16,44
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	550.000.000,00	550.000.000,00	78.081.936,62	14,20	78.081.936,62	14,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)			
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)									
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	550.000.000,00	550.000.000,00	78.081.936,62	14,20	78.081.936,62	471.918.063,38			
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—			
TOTAL (VII) = (V + VI)	550.000.000,00	550.000.000,00	78.081.936,62	14,20	78.081.936,62	471.918.063,38			
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)									
Superávit Financeiro	—	883.782,80	—	—	883.782,80	—			
Reabertura de Créditos Adicionais	—	883.782,80	—	—	883.782,80	—			
		0,00	—	—	0,00	—			
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	
			No Bimestre	Até o Bimestre					No Bimestre
	(d)	(e)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(i) = (e-h)	(j)		
	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	526.079.800,00	543.753.614,49	194.096.141,25	194.096.141,25	349.657.473,24	59.574.146,70	484.179.467,79	51.875.099,17
	DESPESAS CORRENTES	455.386.080,00	459.131.707,81	175.439.725,80	175.439.725,80	283.691.982,01	57.296.726,98	401.834.980,83	49.860.340,77
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	246.804.550,00	247.964.550,00	71.954.396,25	71.954.396,25	176.010.153,75	33.346.465,45	214.618.084,55	32.662.526,25
	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.930.000,00	1.930.000,00	1.929.578,08	1.929.578,08	421,92	529.971,06	1.400.028,94	529.971,06
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	206.651.530,00	209.237.157,81	101.555.751,47	101.555.751,47	107.681.406,34	23.420.290,47	185.816.867,34	16.667.843,46
	DESPESAS DE CAPITAL	70.663.720,00	84.591.906,68	18.656.415,45	18.656.415,45	65.935.491,23	2.277.419,72	82.314.486,96	2.014.758,40
	INVESTIMENTOS	58.053.720,00	71.981.906,68	6.092.009,65	6.092.009,65	65.889.897,03	442.717,37	71.539.189,31	180.056,05
	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	12.610.000,00	12.610.000,00	12.564.405,80	12.564.405,80	45.594,20	1.834.702,35	10.775.297,65	1.834.702,35
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00
	RESERVA DE CONTINGENCIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	23.920.200,00	23.920.200,00	2.618.562,31	2.618.562,31	21.301.637,69	2.618.562,31	21.301.637,69	2.618.562,31
	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	550.000.000,00	567.673.814,49	196.714.703,56	196.714.703,56	370.959.110,93	62.192.709,01	62.192.709,01	54.493.661,48

Continuação 2/4

Continuação 3/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	550.000.000,00	567.673.814,49	196.714.703,56	196.714.703,56	370.959.110,93	62.192.709,01	62.192.709,01	505.481.105,48	54.493.661,48
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	15.889.227,61	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	550.000.000,00	567.673.814,49	196.714.703,56	196.714.703,56	—	62.192.709,01	78.081.936,62	—	54.493.661,48
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
Receitas (Intra-Orçamentárias)	26.920.000,00	26.920.000,00	4.424.607,59	16,44	4.424.607,59	16,44
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	26.920.000,00	26.920.000,00	4.424.607,59	16,44	4.424.607,59	16,44
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	26.920.000,00	26.920.000,00	4.424.607,59	16,44	4.424.607,59	16,44
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	26.920.000,00	26.920.000,00	4.424.607,59	16,44	4.424.607,59	16,44

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
Despesas Intra-Orçamentárias	23.920.200,00	23.920.200,00	2.618.562,31	2.618.562,31	21.301.637,69	2.618.562,31	2.618.562,31	21.301.637,69	2.618.562,31
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.920.200,00	23.920.200,00	2.618.562,31	2.618.562,31	21.301.637,69	2.618.562,31	2.618.562,31	21.301.637,69	2.618.562,31

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 7.239.830,61

Continuação 3/4

Continuação 4/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LAGES , 24/03/2017

ANTONIO CERON
Prefeito Municipal em ExercícioANTONIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário da FazendaLUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

CONTAS PÚBLICAS Nº 02

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		%	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		%	SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)			No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	526.079.800,00	543.753.814,49	194.096.141,25	194.096.141,25	98,67	349.657.473,24	59.574.146,70	59.574.146,70	95,79	484.179.467,79
Legislativa	13.150.000,00	13.150.000,00	2.119.302,28	2.119.302,28	1,08	11.030.697,72	1.186.115,56	1.186.115,56	1,91	11.963.884,44
Ação Legislativa	13.150.000,00	13.150.000,00	2.119.302,28	2.119.302,28	1,08	11.030.697,72	1.186.115,56	1.186.115,56	1,91	11.963.884,44
Judiciária	2.937.600,00	2.937.600,00	326.267,74	326.267,74	0,17	2.611.332,26	260.375,74	260.375,74	0,42	2.677.224,26
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	2.937.600,00	2.937.600,00	326.267,74	326.267,74	0,17	2.611.332,26	260.375,74	260.375,74	0,42	2.677.224,26
Administração	40.752.460,00	40.752.460,00	6.972.753,77	6.972.753,77	3,54	33.779.706,23	3.589.576,31	3.589.576,31	5,77	37.162.883,69
Planejamento e Orçamento	3.241.303,00	3.241.303,00	346.221,92	346.221,92	0,18	2.895.081,08	256.810,74	256.810,74	0,41	2.984.492,26
Administração Geral	21.458.857,00	21.458.857,00	3.234.668,30	3.234.668,30	1,64	18.224.188,70	1.672.473,63	1.672.473,63	2,69	19.786.383,37
Administração Financeira	2.004.000,00	2.004.000,00	1.749.208,29	1.749.208,29	0,89	254.791,71	280.392,21	280.392,21	0,45	1.723.607,79
Controle Interno	707.000,00	707.000,00	69.267,70	69.267,70	0,04	637.732,30	60.886,18	60.886,18	0,10	646.113,82
Normalização e Fiscalização	5.243.000,00	5.243.000,00	656.189,58	656.189,58	0,33	4.586.810,42	649.160,43	649.160,43	1,04	4.593.839,57
Administração de Receitas	5.624.200,00	5.624.200,00	758.914,86	758.914,86	0,39	4.865.285,14	657.226,41	657.226,41	1,06	4.966.973,59
Comunicação Social	2.474.100,00	2.474.100,00	158.283,12	158.283,12	0,08	2.315.816,88	12.626,71	12.626,71	0,02	2.461.473,29
Segurança Pública	2.359.200,00	2.359.200,00	316.487,27	316.487,27	0,16	2.042.712,73	145.076,85	145.076,85	0,23	2.214.123,15
Policimento	793.000,00	793.000,00	88.672,41	88.672,41	0,05	704.327,59	72.225,25	72.225,25	0,12	720.774,75
Defesa Civil	1.566.200,00	1.566.200,00	227.814,86	227.814,86	0,12	1.338.385,14	72.851,60	72.851,60	0,12	1.493.348,40
Assistência Social	17.539.820,00	17.778.787,08	2.840.841,41	2.840.841,41	1,44	14.937.945,67	1.963.527,43	1.963.527,43	3,16	15.815.259,65
Assistência ao Idoso	95.000,00	95.000,00	0,00	0,00	0,00	95.000,00	0,00	0,00	0,00	95.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	302.200,00	302.200,00	3.090,00	3.090,00	0,00	299.110,00	2.505,00	2.505,00	0,00	299.695,00
Assistência Comunitária	17.142.620,00	17.381.587,08	2.837.751,41	2.837.751,41	1,44	14.543.835,67	1.961.022,43	1.961.022,43	3,15	15.420.564,65
Previdência Social	50.648.200,00	50.648.200,00	45.781.083,21	45.781.083,21	23,27	4.867.116,79	6.915.253,83	6.915.253,83	11,12	43.732.946,17
Previdência do Regime Estatutário	50.648.200,00	50.648.200,00	45.781.083,21	45.781.083,21	23,27	4.867.116,79	6.915.253,83	6.915.253,83	11,12	43.732.946,17
Saúde	122.743.580,00	128.901.103,85	64.873.123,97	64.873.123,97	32,98	64.027.979,88	15.866.220,78	15.866.220,78	25,51	113.034.883,07
Atenção Básica	63.972.430,00	68.191.293,12	15.959.012,57	15.959.012,57	8,11	52.232.280,55	8.099.781,70	8.099.781,70	13,02	60.091.511,42
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	54.216.050,00	56.154.710,73	48.555.686,29	48.555.686,29	24,68	7.599.024,44	7.670.570,79	7.670.570,79	12,33	48.484.139,94
Suporte Profilático e Terapêutico	3.430.000,00	3.430.000,00	320.617,13	320.617,13	0,16	3.109.382,87	81.275,43	81.275,43	0,13	3.348.724,57
Vigilância Sanitária	1.125.100,00	1.125.100,00	37.807,98	37.807,98	0,02	1.087.292,02	14.592,86	14.592,86	0,02	1.110.507,14
Trabalho	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Fomento ao Trabalho	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Educação	116.991.900,00	125.688.715,72	18.080.618,45	18.080.618,45	9,19	107.608.097,27	14.265.559,46	14.265.559,46	22,94	111.423.156,26
Ensino Fundamental	113.641.900,00	122.338.715,72	17.872.806,12	17.872.806,12	9,09	104.465.909,60	14.215.539,30	14.215.539,30	22,86	108.123.176,42
Ensino Superior	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Educação Infantil	3.300.000,00	3.300.000,00	207.812,33	207.812,33	0,11	3.092.187,67	50.020,16	50.020,16	0,08	3.249.979,84
Cultura	4.176.600,00	4.176.600,00	317.646,58	317.646,58	0,16	3.858.953,42	195.603,23	195.603,23	0,31	3.980.996,77
Diffusão Cultural	4.176.600,00	4.176.600,00	317.646,58	317.646,58	0,16	3.858.953,42	195.603,23	195.603,23	0,31	3.980.996,77

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		543.753.614,49	194.096.141,25	194.096.141,25	349.657.473,24	59.574.146,70	59.574.146,70	484.179.467,79
Direitos da Cidadania	526.079.800,00	210.700,00	419,00	419,00	210.281,00	419,00	419,00	210.281,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	210.700,00	210.700,00	419,00	419,00	210.281,00	419,00	419,00	210.281,00
Urbanismo	8.100.000,00	8.100.000,00	6.421.357,70	6.421.357,70	1.678.642,30	1.082.771,84	1.082.771,84	7.017.228,16
Serviços Urbanos	8.100.000,00	8.100.000,00	6.421.357,70	6.421.357,70	1.678.642,30	1.082.771,84	1.082.771,84	7.017.228,16
Habituação	2.171.000,00	2.171.000,00	285.623,92	285.623,92	1.885.376,08	215.099,05	215.099,05	1.955.900,95
Habitação Urbana	2.171.000,00	2.171.000,00	285.623,92	285.623,92	1.885.376,08	215.099,05	215.099,05	1.955.900,95
Saneamento	88.746.700,00	88.746.700,00	18.381.423,83	18.381.423,83	70.365.276,17	5.960.685,99	5.960.685,99	82.786.014,01
Saneamento Básico Rural	1.200.000,00	1.200.000,00	23.544,00	23.544,00	1.176.456,00	23.544,00	23.544,00	1.176.456,00
Saneamento Básico Urbano	87.546.700,00	87.546.700,00	18.357.879,83	18.357.879,83	69.188.820,17	5.937.141,99	5.937.141,99	81.609.558,01
Gestão Ambiental	8.875.000,00	8.875.000,00	1.907.208,72	1.907.208,72	6.967.791,28	1.100.014,27	1.100.014,27	7.774.985,73
Preservação e Conservação Ambiental	8.875.000,00	8.875.000,00	1.907.208,72	1.907.208,72	6.967.791,28	1.100.014,27	1.100.014,27	7.774.985,73
Agricultura	4.770.000,00	4.770.000,00	361.181,07	361.181,07	4.408.818,93	247.967,31	247.967,31	4.522.032,69
Extensão Rural	4.770.000,00	4.770.000,00	361.181,07	361.181,07	4.408.818,93	247.967,31	247.967,31	4.522.032,69
Comércio e Serviços	3.030.200,00	3.030.200,00	232.202,01	232.202,01	2.797.997,99	155.487,41	155.487,41	2.874.712,59
Promoção Comercial	1.369.600,00	1.369.600,00	130.830,09	130.830,09	1.238.769,91	87.906,62	87.906,62	1.281.693,38
Comercialização	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
Turismo	1.640.600,00	1.640.600,00	101.371,92	101.371,92	1.539.228,08	67.580,79	67.580,79	1.573.019,21
Transporte	15.059.440,00	16.919.947,84	4.452.520,78	4.452.520,78	12.467.427,06	1.249.739,21	1.249.739,21	15.670.208,63
Transporte Aéreo	600.000,00	600.000,00	282.674,14	282.674,14	317.325,86	96.533,48	96.533,48	503.466,52
Transporte Rodoviário	14.459.440,00	16.319.947,84	4.169.846,64	4.169.846,64	12.150.101,20	1.153.205,73	1.153.205,73	15.166.742,11
Desporto e Lazer	3.612.400,00	3.612.400,00	401.314,40	401.314,40	3.211.085,60	163.568,68	163.568,68	3.448.831,32
Desporto Comunitário	3.612.400,00	3.612.400,00	401.314,40	401.314,40	3.211.085,60	163.568,68	163.568,68	3.448.831,32
Encargos Especiais	20.095.000,00	20.815.000,00	20.024.765,14	20.024.765,14	790.234,86	5.011.084,75	5.011.084,75	15.803.915,25
Serviço da Dívida Interna	14.540.000,00	14.540.000,00	14.493.983,88	14.493.983,88	46.016,12	2.364.673,41	2.364.673,41	12.175.326,59
Outras Transferências	3.140.000,00	3.140.000,00	2.400.000,00	2.400.000,00	740.000,00	558.303,75	558.303,75	2.581.696,25
Outros Encargos Especiais	2.415.000,00	3.135.000,00	3.130.781,26	3.130.781,26	4.218,74	2.088.107,59	2.088.107,59	1.046.892,41
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		23.920.200,00	2.618.562,31	2.618.562,31	21.301.637,69	2.618.562,31	2.618.562,31	21.301.637,69
Legislativa	245.000,00	245.000,00	23.140,63	23.140,63	221.859,37	23.140,63	23.140,63	221.859,37
Ação Legislativa	245.000,00	245.000,00	23.140,63	23.140,63	221.859,37	23.140,63	23.140,63	221.859,37
Judiciária	150.000,00	150.000,00	15.047,63	15.047,63	134.952,37	15.047,63	15.047,63	134.952,37
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	150.000,00	150.000,00	15.047,63	15.047,63	134.952,37	15.047,63	15.047,63	134.952,37
Administração	2.710.000,00	2.710.000,00	307.224,89	307.224,89	2.402.775,11	307.224,89	307.224,89	2.402.775,11
Planejamento e Orçamento	310.000,00	310.000,00	31.115,63	31.115,63	278.884,37	31.115,63	31.115,63	278.884,37

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	23.920.200,00	23.920.200,00	2.618.562,31	1,33	21.301.637,69	2.618.562,31	2.618.562,31	21.301.637,69
Administração	2.710.000,00	2.710.000,00	307.224,89	0,16	2.402.775,11	307.224,89	307.224,89	2.402.775,11
Administração Geral	1.025.000,00	1.025.000,00	112.458,78	0,06	912.541,22	112.458,78	112.458,78	912.541,22
Controle Interno	60.000,00	60.000,00	6.273,91	0,00	53.726,09	6.273,91	6.273,91	53.726,09
Normalização e Fiscalização	600.000,00	600.000,00	65.269,33	0,03	534.730,67	65.269,33	65.269,33	534.730,67
Administração de Receitas	715.000,00	715.000,00	92.107,24	0,05	622.892,76	92.107,24	92.107,24	622.892,76
Assistência Social	615.000,00	615.000,00	64.529,36	0,03	550.470,64	64.529,36	64.529,36	550.470,64
Assistência Comunitária	615.000,00	615.000,00	64.529,36	0,03	550.470,64	64.529,36	64.529,36	550.470,64
Saúde	4.542.000,00	4.542.000,00	409.694,62	0,21	4.132.305,38	409.694,62	409.694,62	4.132.305,38
Atenção Básica	4.542.000,00	4.542.000,00	409.694,62	0,21	4.132.305,38	409.694,62	409.694,62	4.132.305,38
Educação	13.950.000,00	13.950.000,00	1.637.039,86	0,83	12.312.960,14	1.637.039,86	1.637.039,86	12.312.960,14
Ensino Fundamental	13.950.000,00	13.950.000,00	1.637.039,86	0,83	12.312.960,14	1.637.039,86	1.637.039,86	12.312.960,14
Cultura	112.000,00	112.000,00	14.883,85	0,01	97.116,15	14.883,85	14.883,85	97.116,15
Diffusão Cultural	112.000,00	112.000,00	14.883,85	0,01	97.116,15	14.883,85	14.883,85	97.116,15
Habituação	76.100,00	76.100,00	9.901,54	0,01	66.198,46	9.901,54	9.901,54	66.198,46
Habituação Urbana	76.100,00	76.100,00	9.901,54	0,01	66.198,46	9.901,54	9.901,54	66.198,46
Gestão Ambiental	790.000,00	790.000,00	74.276,59	0,04	715.723,41	74.276,59	74.276,59	715.723,41
Preservação e Conservação Ambiental	790.000,00	790.000,00	74.276,59	0,04	715.723,41	74.276,59	74.276,59	715.723,41
Agricultura	140.100,00	140.100,00	12.078,64	0,01	128.021,36	12.078,64	12.078,64	128.021,36
Extensão Rural	140.100,00	140.100,00	12.078,64	0,01	128.021,36	12.078,64	12.078,64	128.021,36
Comércio e Serviços	86.900,00	86.900,00	8.487,39	0,00	78.412,61	8.487,39	8.487,39	78.412,61
Promoção Comercial	57.900,00	57.900,00	4.651,26	0,00	53.248,74	4.651,26	4.651,26	53.248,74
Turismo	29.000,00	29.000,00	3.836,13	0,00	25.163,87	3.836,13	3.836,13	25.163,87
Transporte	418.600,00	418.600,00	36.000,53	0,02	382.599,47	36.000,53	36.000,53	382.599,47
Transporte Rodoviário	418.600,00	418.600,00	36.000,53	0,02	382.599,47	36.000,53	36.000,53	382.599,47

Continuação 3/4

Continuação 4/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	23.920.200,00	23.920.200,00	2.618.562,31	2.618.562,31	21.301.637,69	2.618.562,31	2.618.562,31	4,21
Desporto e Lazer	84.500,00	84.500,00	6.256,78	6.256,78	78.243,22	6.256,78	6.256,78	0,01
Desporto Comunitário	84.500,00	84.500,00	6.256,78	6.256,78	78.243,22	6.256,78	6.256,78	0,01
TOTAL (III) = (I + II)	550.000.000,00	567.673.814,49	196.714.703,56	196.714.703,56	370.959.110,93	62.192.709,01	62.192.709,01	100,00

FONTE:

LAGES , 24/03/2017

ANTONIO CERON
Prefeito Municipal em ExercícioANTONIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário da FazendaLUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

CONTAS PÚBLICAS Nº 03

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2016 A FEVEREIRO/2017

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Sep/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	TOTAL (JUL.12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	42.004.833,49	43.550.643,99	38.093.008,46	37.038.460,65	38.193.717,11	37.014.783,87	36.688.119,83	38.143.212,21	41.304.054,20	53.762.033,45	37.210.400,00	41.416.874,77	486.421.722,03
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.976.154,35	10.602.970,12	3.524.102,45	4.036.019,98	4.625.282,21	3.934.852,12	3.721.042,34	3.939.433,15	3.290.201,89	6.218.410,79	4.238.733,03	3.469.984,31	59.457.751,00
IPTU	1.085.791,51	6.595.325,65	361.383,65	293.879,88	274.904,65	276.246,77	245.432,29	82.514,17	126.530,29	167.776,34	51.617,10	91.308,31	9.644.709,61
IRPJ	1.078.429,31	888.712,30	654.242,64	644.172,07	1.339.289,10	675.146,86	694.442,25	661.249,20	680.416,22	2.854.346,14	1.530.339,13	664.621,30	12.419.406,52
IRPF	2.057.549,49	2.151.534,91	2.094.274,59	2.594.365,51	2.269.016,90	2.293.390,93	2.109.790,20	2.330.006,54	2.038.332,52	2.457.707,59	2.323.579,02	1.932.576,48	26.612.986,68
Outras Receitas Tributárias	284.983,38	393.240,20	326.710,31	392.319,56	666.507,12	593.809,19	585.772,22	423.821,84	382.088,66	551.615,45	351.814,58	325.423,14	5.288.105,65
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	14.884.000,96	602.157,06	117.891,26	111.281,96	85.594,44	95.518,37	75.006,38	51.841,40	62.804,20	95.993,27	106.393,20	456.035,08	3.342.049,28
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.340.860,95	2.004.680,80	2.036.406,81	2.056.236,02	1.906.971,15	2.324.731,62	2.119.757,20	2.106.500,70	2.098.876,28	3.163.946,50	2.098.929,22	2.099.847,34	27.146.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	3.103.612,67	994.473,88	502.702,20	644.446,46	605.170,83	595.502,38	637.695,90	512.279,69	439.855,96	682.613,75	567.312,89	685.221,94	9.974.888,55
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	5.202.407,23	3.697.136,89	3.824.080,88	3.908.033,27	3.893.204,52	3.800.180,47	3.782.139,62	3.644.767,98	3.790.446,95	4.186.076,58	3.766.619,85	3.722.108,25	47.427.222,59
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.455.124,07	24.024.276,10	26.248.753,18	24.135.511,65	25.167.812,04	24.036.966,26	23.925.547,26	27.356.698,97	29.470.911,28	37.074.951,29	24.892.976,88	29.526.087,45	318.473.206,23
Cota-Parte do FPM	3.459.690,48	4.112.828,93	5.468.069,74	4.518.337,62	5.010.236,45	4.092.356,31	3.303.628,45	4.010.238,07	7.316.659,46	11.475.515,13	4.872.069,76	6.246.982,34	60.600.000,00
Cota-Parte do ICMS	6.507.996,29	6.691.274,09	6.472.317,68	6.394.614,61	6.599.246,72	6.518.350,73	7.041.411,02	7.293.926,85	7.050.410,30	7.759.926,62	8.311.189,77	7.401.061,54	84.031.915,22
Cota-Parte do IRPJ	1.353.461,17	1.380.711,77	1.431.046,69	1.533.574,54	1.529.463,67	1.511.678,89	1.481.515,65	1.621.983,16	1.283.342,81	988.366,17	797.899,02	982.357,04	15.875.390,58
Cota-Parte do ITR	3.186,53	4.314,44	9.908,92	4.294,37	21.561,39	12.813,95	95.075,38	748.303,63	97.357,59	112.351,20	74.327,16	6.214,99	1.192.309,55
Outras Transferências Correntes	6.400.162,53	6.878.894,43	7.849.903,27	6.822.103,27	7.297.718,89	7.144.594,74	7.045.781,64	8.052.808,94	7.997.735,49	10.348.699,58	5.141.184,28	9.410.093,04	90.391.225,16
Transferências de LC 61/1999	93.344,42	95.779,22	108.765,03	64.720,12	87.936,65	88.859,15	97.306,11	102.847,48	107.463,68	114.352,32	104.703,96	115.135,85	1.181.236,99
Transferências de LC 87/1996	27.469,19	27.469,19	27.469,19	27.469,19	27.469,19	27.469,19	27.469,19	27.469,19	27.469,19	27.469,19	27.469,19	27.469,19	331.415,94
Transferências do FUNDEC	4.833.004,03	4.833.004,03	4.833.004,03	4.770.395,67	4.594.179,08	4.729.294,30	4.833.399,82	5.590.462,76	5.990.462,76	6.276.631,08	5.535.239,71	5.325.000,03	61.613.053,06
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.923.674,22	1.897.105,20	1.857.562,94	2.258.153,27	3.005.276,26	2.282.730,82	2.502.837,51	1.892.511,72	2.222.761,84	1.545.626,33	1.923.645,48	1.923.645,48	25.528.993,13
DEDUÇÕES (II)	3.090.803,56	3.261.730,33	3.504.574,64	3.308.942,14	3.104.528,94	3.248.545,29	3.211.740,50	3.567.594,17	3.896.714,64	5.290.710,10	3.328.848,31	4.015.789,69	43.420.831,31
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	801.776,20	796.255,02	802.465,92	796.633,31	796.224,12	804.210,10	802.459,59	808.436,95	810.170,27	1.688.263,80	836.444,43	880.894,22	11.245.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	2.289.025,36	2.462.475,31	2.702.208,72	2.510.108,83	2.308.304,82	2.444.335,19	2.409.280,91	2.759.157,22	3.176.544,37	3.601.455,30	2.837.710,71	2.968.198,51	32.458.906,25
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	38.914.029,93	40.288.913,66	34.588.433,82	33.729.518,51	36.089.188,17	33.766.238,58	33.477.379,33	35.575.618,04	37.417.339,56	48.471.323,35	33.381.551,69	37.401.076,08	443.001.080,72
FONTE:													
LAGES													
, 24/03/2017													
ANTONIO CERON	LUNARA NETO SOUZA												
Prefeito Municipal em Exercício	Conselheira CRO/SC - 0290909/03												
Secretário da Fazenda													

CONTAS PÚBLICAS Nº 04

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
RECEITAS CORRENTES (I)	48.585.000,00	48.585.000,00	7.239.830,61	5.844.943,69
Receita de Contribuições dos Segurados	11.245.000,00	11.245.000,00	1.727.327,65	2.337.383,64
Civil	11.245.000,00	11.245.000,00	1.727.327,65	2.337.383,64
Ativo	10.738.000,00	10.738.000,00	1.600.243,15	2.233.072,44
Inativo	505.000,00	505.000,00	127.084,50	104.311,20
Pensionista	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	26.920.000,00	26.920.000,00	4.424.607,59	2.783.328,24
Civil	26.920.000,00	26.920.000,00	4.424.607,59	2.783.328,24
Ativo	26.920.000,00	26.920.000,00	4.424.607,59	2.783.328,24
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	5.050.000,00	5.050.000,00	686.422,20	540.731,82
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	5.050.000,00	5.050.000,00	686.422,20	540.731,82
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	5.370.000,00	5.370.000,00	401.473,17	183.499,99
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	3.700.000,00	3.700.000,00	321.410,13	0,00
Demais Receitas Correntes	1.670.000,00	1.670.000,00	80.063,04	183.499,99
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	48.585.000,00	48.585.000,00	7.239.830,61	5.844.943,69

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)						
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	199.205,33	0,00	30.217,90
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	199.205,33	0,00	30.217,90
PREVIDÊNCIA (V)						
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	31.315.108,00	0,00	6.044.289,28
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	31.315.108,00	0,00	6.044.289,28
Pensões	0,00	0,00	0,00	31.315.108,00	0,00	6.044.289,28
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	31.514.313,33	0,00	6.074.507,18
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	48.585.000,00	48.585.000,00	7.239.830,61	(25.669.369,64)	7.239.830,61	(229.563,49)
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
APORTES REALIZADOS						
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
Caixa e equivalentes de caixa Investimentos e Aplicações Outros Bens e Direitos	2017		2016			
	77.018,43		169.395,51			
	23.482.706,84		19.845.523,68			
	0,00		0,00			

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de LAGES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FONTE:
LAGES

, 24/03/2017

ANTONIO CERON
Prefeito Municipal em Exercício

ANTONIO CESAR ALVES DE ARR
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

CONTAS PÚBLICAS Nº 05

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Dez 2016 (B)	Em 28 Feb 2017 (C)
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>			
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	61.635.420,52	61.635.420,52	59.800.718,17
DEDUÇÕES (II)	18.405.525,01	18.405.525,01	33.529.376,99
Disponibilidade de Caixa	17.605.630,75	17.605.630,75	31.092.106,71
Disponibilidade de Caixa Bruta	44.444.107,62	44.444.107,62	58.235.178,42
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	26.838.476,87	26.838.476,87	27.143.071,71
Demais Haveres Financeiros	799.894,26	799.894,26	2.437.270,28
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	43.229.895,51	43.229.895,51	26.271.341,18
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	43.229.895,51	43.229.895,51	26.271.341,18

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Feb 2017 (Vlc - Vla)
<u>RESULTADO NOMINAL</u>		
VALOR	-16.958.554,33	-16.958.554,33

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

LAGES , 24/03/2017

ANTONIO CERON
Prefeito Municipal em Exercício

ANTONIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

CONTAS PÚBLICAS Nº 06

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	504.936.200,00	76.154.618,69	70.542.394,10
Receita Tributária	59.457.751,00	7.808.697,34	7.531.549,43
I.P.T.U.	10.200.000,00	142.925,41	36.626,66
I.S.S.	30.352.500,00	4.256.155,50	4.180.114,80
I.T.B.I.	5.073.388,00	677.237,72	688.917,78
I.R.R.F.	10.650.000,00	2.167.960,43	1.895.582,58
Outras Receitas Tributárias	3.181.863,00	564.418,28	730.307,61
Receita de Contribuição	54.065.000,00	8.613.384,15	7.020.553,21
Receitas Previdenciárias	41.865.000,00	6.473.345,37	5.120.711,88
Outras Contribuições	12.200.000,00	2.140.038,78	1.899.841,33
Receita Patrimonial Líquida	975.941,00	151.180,38	64.979,70
Receita Patrimonial	7.739.741,00	1.252.534,83	1.048.690,67
(-) Aplicações Financeiras	6.763.800,00	1.101.354,45	983.710,97
Transferências Correntes	302.061.015,80	48.623.156,91	45.180.370,89
F.P.M.	48.402.000,00	8.894.345,80	8.196.443,98
I.P.V.A	13.800.000,00	1.432.205,03	1.459.521,51
I.C.M.S.	75.600.000,00	12.569.801,18	11.453.740,09
Convênios	222.000,00	35.470,88	38.279,34
Outras Transferências Correntes	164.037.015,80	25.691.334,02	24.032.385,97
Demais Receitas Correntes	88.376.492,20	10.958.199,91	10.744.940,87
Dívida Ativa	13.383.160,00	1.430.851,65	1.321.546,23
Diversas Receitas Correntes	74.993.332,20	9.527.348,26	9.423.394,64
RECEITAS DE CAPITAL (II)	38.300.000,00	825.963,48	302.711,86
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	79.133,29
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	38.300.000,00	825.963,48	223.578,57
Convênios	38.300.000,00	661.917,68	84.925,34
Outras Transferências de Capital	0,00	164.045,80	138.653,23
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	38.300.000,00	825.963,48	223.578,57
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	543.236.200,00	76.980.582,17	70.765.972,67

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	483.051.907,81	178.058.288,11	172.523.793,07	59.915.289,29	58.891.222,27
Pessoal e Encargos Sociais	271.884.750,00	74.572.958,56	30.273.769,90	35.965.027,76	30.269.499,04
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.930.000,00	1.929.578,08	2.265.644,73	529.971,06	607.967,23
Outras Despesas Correntes	209.237.157,81	101.555.751,47	139.984.378,44	23.420.290,47	28.013.756,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	481.121.907,81	176.128.710,03	170.258.148,34	59.385.318,23	58.283.255,04
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	84.591.906,68	18.656.415,45	41.629.270,21	2.277.419,72	8.959.774,05
Investimentos	71.981.906,68	6.092.009,65	27.580.553,23	442.717,37	7.293.217,07
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	12.610.000,00	12.564.405,80	14.048.716,98	1.834.702,35	1.666.556,98
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	71.981.906,68	6.092.009,65	27.580.553,23	442.717,37	7.293.217,07
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	30.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	553.133.814,49	182.220.719,68	197.838.701,57	59.828.035,60	65.576.472,11

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-9.897.614,49	-105.240.137,51	-127.072.728,90	17.152.546,57	5.189.500,56
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	883.782,80	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	883.782,80	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					0,00

LAGES , 24/03/2017

ANTONIO CERON
Prefeito Municipal em Exercício

ANTONIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

CONTAS PÚBLICAS Nº 07

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)	PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES										RP NÃO PROCESSADOS					RS 1,00
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidadas	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)				
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016									
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	4.200.003,83	22.638.473,04	8.068.767,04	2.285,58	18.777.424,25	6.099,80	12.816.909,91	816.909,04	150.309,11	4.146,19	12.688.554,41	31.445.978,66				
		4.200.003,83	22.638.473,04	8.068.767,04	2.285,58	18.777.424,25	6.099,80	12.816.909,91	816.909,04	150.309,11	4.146,19	12.688.554,41	31.445.978,66				
		4.200.003,83	20.753.792,71	7.197.949,31	2.285,58	17.753.561,65	6.099,80	11.428.260,78	638.205,89	80.062,12	4.146,19	11.350.152,27	28.103.713,92				
		60.284,87	9.091,50	9.091,50	0,00	60.284,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.284,87				
		27.468,29	25.939,27	25.939,27	0,00	53.407,56	0,00	4.999,64	450,00	22,50	0,00	4.977,14	58.384,70				
		83.349,01	58.001,40	13.554,57	0,00	127.795,84	0,00	1.291,57	0,00	0,00	0,00	1.291,57	128.087,41				
		42.434,86	217.598,61	67.999,28	0,00	192.065,19	0,00	1.410,00	0,00	0,00	0,00	1.410,00	193.475,19				
		49.648,31	568.916,25	133.349,56	0,00	485.215,00	0,00	6.692,81	0,00	0,00	0,00	6.692,81	491.907,81				
		0,00	890.099,88	491.319,96	0,00	388.780,02	0,00	252.302,86	67.668,60	1.297,69	3.053,00	247.952,17	636.732,19				
		1.908,36	812.777,66	31.053,31	0,00	783.632,71	0,00	8.668,82	0,00	0,00	0,00	8.668,82	8.668,82				
		0,00	5.006.547,07	2.079.206,66	0,00	2.927.340,41	0,00	423.936,55	267.290,97	32.954,00	1.050,76	389.931,80	3.317.272,21				
		275.407,48	794.434,37	160.631,62	0,00	909.210,23	0,00	25.716,48	10.377,60	170,88	0,00	25.545,60	994.755,83				
		0,00	57.714,27	50.367,82	0,00	7.406,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.406,45				
		92.333,64	0,00	7.867,44	0,00	84.466,20	0,00	797,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.466,20				
		380.663,74	1.366.692,93	376.156,06	0,00	1.371.200,61	699,80	47.078,47	7.738,68	33,00	40,43	47.048,84	1.418.905,45				
		119.208,67	688.401,27	429.869,83	0,00	377.740,11	0,00	4.508,00	4.248,00	0,00	0,00	4.508,00	392.248,11				
		238.183,62	4.339.818,96	1.787.396,05	0,00	2.790.606,53	0,00	8.306.426,89	242.026,66	25.954,55	0,00	8.280.472,34	11.071.078,87				
		45.360,60	0,00	0,00	0,00	45.360,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.360,60				
		28.606,21	529.656,26	166.413,81	0,00	389.563,08	0,00	2.239,02	0,00	0,00	0,00	2.239,02	391.802,10				
		29.026,66	281.604,89	51.879,38	0,00	487.752,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	487.752,17				
		1.625.220,73	3.400.045,97	726.390,43	0,00	4.296.886,27	0,00	2.082.601,48	24.392,42	0,00	0,00	2.082.601,48	6.381.487,75				
		5.181,76	822.602,92	287.452,20	0,00	540.332,48	0,00	109.787,80	19.078,96	1,00	90.707,84	1,00	90.707,84				
		555.211,51	262.008,39	47.754,60	0,00	769.465,30	0,00	125.774,33	13.777,00	0,00	529,04	0,00	125.245,29				
		0,00	67.008,24	29.173,79	0,00	37.834,45	0,00	8.028,05	0,00	0,00	0,00	8.028,05	45.862,50				
		309.388,07	505.414,76	208.528,43	0,00	605.274,40	5.400,00	16.000,00	430,00	21,50	0,00	21.376,50	627.652,90				
		2.117,44	59.386,84	42.573,11	0,00	18.941,17	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	18.941,17				
		0,00	1.884.690,33	860.817,73	0,00	1.023.862,60	0,00	1.388.649,13	158.703,15	70.246,99	0,00	1.318.402,14	2.342.264,74				
		0,00	1.884.690,33	860.817,73	0,00	1.023.862,60	0,00	1.388.649,13	158.703,15	70.246,99	0,00	1.318.402,14	2.342.264,74				
		0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

FONTE:

LAGES , 24/03/2017

ANTONIO CERNON
Prefeito Municipal em Exercício

ANTONIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

CONTAS PÚBLICAS Nº 08

MUNICÍPIO DE LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	64.247.688,00	64.247.688,00	7.993.831,00	12,44
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	15.635.200,00	15.635.200,00	578.965,53	3,70
1.1.1- IPTU	10.200.000,00	10.200.000,00	142.925,41	1,40
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	5.435.200,00	5.435.200,00	436.040,12	8,02
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	5.073.388,00	5.073.388,00	677.237,72	13,35
1.2.1- ITBI	5.073.388,00	5.073.388,00	677.237,72	13,35
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	32.889.100,00	32.889.100,00	4.569.667,32	13,89
1.3.1- ISS	30.352.500,00	30.352.500,00	4.256.155,50	14,02
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	2.536.600,00	2.536.600,00	313.511,82	12,36
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.650.000,00	10.650.000,00	2.167.960,43	20,36
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	175.538.350,00	175.538.350,00	28.979.548,47	16,51
2.1- Cota-Parte FPM	60.600.000,00	60.600.000,00	11.117.932,10	18,35
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	60.600.000,00	60.600.000,00	11.117.932,10	18,35
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	94.500.000,00	94.500.000,00	15.712.251,31	16,63
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	416.850,00	416.850,00	56.724,04	13,61
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	1.382.500,00	1.382.500,00	219.842,81	15,90
2.5- Cota-Parte ITR	1.389.000,00	1.389.000,00	82.542,15	5,94
2.6- Cota-Parte IPVA	17.250.000,00	17.250.000,00	1.790.256,06	10,38
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	239.786.038,00	239.786.038,00	36.973.379,47	15,42
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	9.754.000,00	9.754.000,00	1.386.542,67	14,22
5.1- Transferências do Salário-Educação	7.430.000,00	7.430.000,00	1.386.524,67	18,66
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	2.250.000,00	2.250.000,00	18,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	74.000,00	74.000,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	222.000,00	222.000,00	35.470,88	15,98
6.1- Transferências de Convênios	222.000,00	222.000,00	35.470,88	15,98
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.161.900,00	3.161.900,00	265.692,60	8,40
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	13.137.900,00	13.137.900,00	1.687.706,15	12,85

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	35.174.910,00	35.174.910,00	5.795.909,22	16,48
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	12.198.000,00	12.198.000,00	2.223.586,30	18,23
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	18.900.000,00	18.900.000,00	3.142.450,13	16,63
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	83.340,00	83.340,00	11.344,80	13,61
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	265.750,00	265.750,00	43.968,55	16,55
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	277.820,00	277.820,00	16.508,41	5,94
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	3.450.000,00	3.450.000,00	358.051,03	10,38
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	66.490.000,00	66.490.000,00	10.888.240,34	16,38
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	66.490.000,00	66.490.000,00	10.888.240,34	16,38
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	31.315.090,00	31.315.090,00	5.092.331,12	16,26
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	59.340.000,00	59.340.000,00	7.967.255,99	13,43	7.967.255,99	13,43
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	59.340.000,00	59.340.000,00	7.967.255,99	13,43	7.967.255,99	13,43
14- OUTRAS DESPESAS	7.250.000,00	7.250.000,00	1.447.367,50	19,96	1.447.367,50	19,96
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	7.250.000,00	7.250.000,00	1.447.367,50	19,96	1.447.367,50	19,96
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	66.590.000,00	66.590.000,00	9.414.623,49	14,14	9.414.623,49	14,14
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						9.414.623,49
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						73,17
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						13,29
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						13,53
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	37.830.000,00	37.830.000,00	4.805.877,14	12,70	4.805.877,14	12,70
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	74.140.000,00	74.140.000,00	12.635.101,32	17,04	10.215.720,01	13,78
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	66.590.000,00	66.590.000,00	9.414.623,49	14,14	9.414.623,49	14,14
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	7.550.000,00	7.550.000,00	3.220.477,83	42,66	801.096,52	10,61
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	111.970.000,00	111.970.000,00	17.440.978,46	15,58	15.021.597,15	13,42
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						5.092.331,12
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						-
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						5.092.331,12
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						9.929.266,03
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						26,86
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	7.430.000,00	7.430.000,00	1.666.606,40	22,43	414.101,48	5,57
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	8.531.900,00	17.228.715,72	450.274,25	2,61	405.566,76	2,35
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	15.961.900,00	24.668.715,72	2.116.880,65	8,58	819.668,24	3,32
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	127.931.900,00	136.628.715,72	19.557.859,11	14,31	15.841.255,39	11,59
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (i)		
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		2.533.256,59		0,00		
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino		0,00		0,00		
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB		2.533.256,59		0,00		

MUNICÍPIO DE LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	0,00	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	10.888.240,34	0,00
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	10.888.240,34	0,00
48.1 Orçamento do Exercício	10.888.240,34	0,00
48.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (+) Ajustes	0,00	0,00
51.1. Retenções	0,00	0,00
51.2. Conciliação bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	0,00	0,00

LAGES , 24/03/2017

ANTONIO CERON
Prefeito Municipal em Exercício

ANTONIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

CONTAS PÚBLICAS Nº 09

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)	0,00	0,00			0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	84.591.906,68	18.656.415,45	2.277.419,72	0,00	65.935.491,23
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	84.591.906,68	18.656.415,45	2.277.419,72	0,00	65.935.491,23
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-84.591.906,68	-18.656.415,45	-	-	-65.935.491,23

FONTE:

LAGES , 24/03/2017

ANTONIO CERON
Prefeito Municipal em Exercício

ANTONIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

CONTAS PÚBLICAS Nº 10

Município de LAGES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)					SALDO (c) = (a-b)	
RECEITAS								
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)		0,00					0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00					0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00					0,00	
DESPESAS								
		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2016 (i)	Em 2017 (j) = (Ib - (IIrf + IIg)					SALDO ATUAL (k) = (III + IIIf)
Valor(III)		0,00						0,00
FONTE:								

LAGES , 24/03/2017

ANTONIO CERON
Prefeito Municipal em Exercício

ANTONIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC/SC - 0239908/O-3

CONTAS PÚBLICAS Nº 11

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

**RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES
E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)		0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	57.981,58	57.981,58	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	57.981,58	57.981,58	0,00	0,00

**DESPESAS COM SAÚDE
(Por Grupo de Natureza da Despesa)**

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	126.468.360,00	129.567.020,73	62.224.814,05	48,03	16.147.368,67	12,46
Pessoal e Encargos Sociais	49.958.350,00	51.118.350,00	6.794.629,37	13,29	6.794.629,37	13,29
Outras Despesas Correntes	76.510.010,00	78.448.670,73	55.430.184,68	70,66	9.352.739,30	11,92
DESPESAS DE CAPITAL	796.220,00	3.855.083,12	3.058.004,54	79,32	128.546,73	3,33
Investimentos	796.220,00	3.855.083,12	3.058.004,54	79,32	128.546,73	3,33

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	796.220,00	3.855.083,12	3.058.004,54	79,32	128.546,73	3,33
Investimentos	796.220,00	3.855.083,12	3.058.004,54	79,32	128.546,73	3,33
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	127.264.590,00	133.422.103,85	65.282.818,59	49,93	16.275.915,40	12,20
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	73.489.080,00	79.646.603,85	53.423.343,25	81,83	9.954.026,24	61,16
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	73.489.080,00	79.646.603,85	53.423.343,25	81,83	9.954.026,24	61,16
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	73.489.080,00	79.646.603,85	53.423.343,25	81,83	9.954.026,24	61,16
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	53.775.500,00	53.775.500,00	11.859.475,34	19,17	6.321.889,16	38,84
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						
						6.321.889,16

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Inscritos em 2016	0,00	50,76	792,29	-792,29	0,00	
TOTAL	0,00	50,76	792,29	-792,29	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º E 2º						
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2016	50,76		0,00			
TOTAL (VIII)	50,76		0,00			
LIMITE NÃO CUMPRIDO						
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
-		-	-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	68.514.430,00	72.733.293,12	16.368.707,19	25,07	8.509.476,32	52,28
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	54.216.050,00	56.154.710,73	48.555.686,29	74,38	7.670.570,79	47,13
Suporte Profilático e Terapêutico	3.430.000,00	3.430.000,00	320.617,13	0,49	81.275,43	0,50
Vigilância Sanitária	1.125.100,00	1.125.100,00	37.807,98	0,06	14.592,86	0,09
TOTAL	127.285.580,00	133.443.103,85	65.282.818,59	100,00	16.275.915,40	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V(i+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de LAGES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LAGES, 03/04/2017

ANTONIO CERON Prefeito Municipal em Exercício	ANTONIO CESAR ALVES DE ARRUDA Secretário da Fazenda	LUNARA NETO SOUZA Contadora CRC/SC - 029908
--	--	--

CONTAS PÚBLICAS Nº 12

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

LAGES , 24/03/2017

ANTONIO CERON
Prefeito Municipal em Exercício

ANTONIO CESAR ALVES DE ARRUDA
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

CONTAS PÚBLICAS Nº 13

Município de LAGES - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		550.000.000,00		
Previsão Atualizada		550.000.000,00		
Receitas Realizadas		78.081.936,62		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		883.782,80		
DESPESAS				
Dotação Inicial		550.000.000,00		
Créditos Adicionais		17.673.814,49		
Dotação Atualizada		567.673.814,49		
Despesas Empenhadas		196.714.703,56		
Despesas Liquidadas		62.192.709,01		
Despesas pagas		54.493.661,48		
Superavit Orçamentário		15.889.227,61		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		196.714.703,56		
Despesas Liquidadas		62.192.709,01		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		443.001.090,72		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)		7.239.830,61		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		7.239.830,61		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-16.958.554,33	0,00
Resultado Primário		0,00	17.152.546,57	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS EXECUTIVO	12.823.009,71	4.146,19	150.309,11	12.668.554,41
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS EXECUTIVO	12.823.009,71	4.146,19	150.309,11	12.668.554,41
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EXECUTIVO	26.838.476,87	2.285,58	8.058.767,04	18.777.424,25
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EXECUTIVO	26.838.476,87	2.285,58	8.058.767,04	18.777.424,25
TOTAL:	39.661.486,58	6.431,77	8.209.076,15	31.445.978,66
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		9.929.266,03	25%	26,86
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		7.967.255,99	60%	73,17

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de LAGES - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL				Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito				0,00	
Despesa de Capital Líquida				2.277.419,72	82.314.486,96
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)			0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)			0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)			0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			Valor apurado até o Bimestre		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00		
			0,00		
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
				% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos			6.321.889,16	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)			0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

LAGES , 24/03/2017

ANTONIO CERON
 Prefeito Municipal em Exercício

ANTONIO CESAR ALVES DE ARRUDA
 Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
 Contadora CRC/SC - 029908/O-3

Lauro Muller

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 054/PMLM/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 054/PMLM/2017

Data e horário da sessão de abertura: 18/04/2017 às 08h30min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de materiais elétricos para atendimento das demandas das secretarias do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2017.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3464.3122), ou através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com.

Lauro Muller, 03 de abril de 2017.

Pregoeiro

Genivaldo da Silva

Lebon Regis

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº IN05/2017 PROCESSO Nº 19/2017.

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº IN05/2017 PROCESSO Nº 19/2017.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LICENÇA PELO PERÍODO DE 12 MESES DE USO DE SOFTWARE, ESPECIALIZADO NA DIVULGAÇÃO, PUBLICAÇÃO E GERENCIAMENTO DO COMPÊNDIO DOS ATOS OFICIAIS, DE EFEITO EXTERNO (LEI ORGÂNICA, LEIS COMPLEMENTARES, LEIS ORDINÁRIAS, DECRETOS) DESSE MUNICÍPIO. Data de Homologação: 03/04/2017. LICITANTES HOMOLOGADOS: 2476 - LIZ SERVICOS ONLINE LTDA - EPP (03.725.725/0001-35). Valor total (R\$) 4.500,00. Lebon Regis, 03/04/2017.

Douglas Fernando de Mello - Prefeito Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PR 27/2017

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2017

FLAVIO LUIZ BENINI – Prefeito Municipal em exercício de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios, no dia 18 de abril de 2017, as 08:30, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 do mesmo dia, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site, www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 03 de abril de 2017.

Flávio Luiz Benini - Prefeito Municipal em exercício

Lontras

PREFEITURA

ANULAÇÃO PL 25/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LONTRAS

ANULAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 25/2017

Fica Anulado o Pregão nº 25/2017 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SUPORTE TÉCNICO E APOIO ADMINISTRATIVO, ATRAVÉS DE APOIO TÉCNICO NA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMÁTICA NA ÁREA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO EM SEUS VÁRIOS MÓDULOS, EM ESPECIAL O SICONV E NA ÁREA DE DEFESA CIVIL, EM ESPECIAL O S2ID, UTILIZADOS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS, ALÉM DO ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO ESCRITA E VERBAL NAS ÁREAS DE PLANEJAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS/CONTRATOS E ORIENTAÇÃO NAS AÇÕES DE RESPOSTA E RECUPERAÇÃO EM DEFESA CIVIL, por razões de vícios no procedimento. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 04 de Abril de 2017. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EDITAL Nº 41/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 41/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DE FAMÍLIAS CARENTES, CONFORME LEI MUNICIPAL 1882/2011 DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS. Entrega dos Envelopes: até às 08 horas e 30 minutos do dia 18/04/2017; Abertura dos Envelopes: 09 horas do dia 18/04/2017. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 04 de abril de 2017. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EDITAL Nº 42/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Nº 042/2017.

A Prefeitura de Lontras – SC, torna público nos termos do Artigo 24 Inciso X da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, que formalizou Processo de Dispensa de Licitação nº 042/2017 para locação de um imóvel situado na Rua Pascoal Conti, nº 80, centro de Lontras, para instalação da escola profissional e biblioteca. Locador: Comunidade Evangélica de Lontras, CNPJ 85.788.487/0001-71.

Prazo: até 31 de dezembro de 2017.

Valor: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) mensais.

Lontras, 03 de abril de 2017 – MARCIONEI HILLESHEIM – PREFEITO.

EDITAL Nº 43/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 43/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CALCÁRIO, TRAJETO BOTUVERÁ - LONTRAS, COM CAMINHÃO BASCULANTE

COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 TONELADAS. Entrega dos Envelopes: até às 14 horas e 15 minutos do dia 19/04/2017; Abertura dos Envelopes: 14 horas e 30 minutos do dia 19/04/2017. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 04 de abril de 2017. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EDITAL Nº 44/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 44/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE CONCRETO ASFALTICO USINADO A QUENTE - CBUQ E EMULSÃO ASFALTICA. Entrega dos Envelopes: até às 08 horas e 30 minutos do dia 19/04/2017; Abertura dos Envelopes: 09 horas do dia 19/04/2017. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 04 de abril de 2017. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

PORTARIA Nº 155/2017

PORTARIA Nº 155/2017

CONCEDE FÉRIAS

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 100 da Lei Complementar nº 662/90,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 15 dias de férias para o(a) servidor(a) SONIA REGINA PEIXER BAUMAM ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, do dia 06/03/17 ao dia 20/03/2017 referente ao período aquisitivo, 2015/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 01 de março de 2017.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 156/2017

PORTARIA Nº 156/2017

CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando-se a falta de profissionais concursados nos quadros da municipalidade, tendo em vista que o último concurso foi realizado no ano de 2012, não havendo, assim, concurso público em vigência;

Considerando o processo seletivo previsto nos Editais 006 e 007 de 12 de Dezembro de 2016, para contratação de professor em

caráter temporário para o ano letivo de 2017 da rede municipal de ensino;

RESOLVE:

Art.1º - Contratar a servidora abaixo relacionada e selecionada, para conforme data de admissão, exercer o cargo de professor (a) em caráter temporário para o ano letivo de 2017 da rede municipal de ensino.

NOME	ADMISSÃO	CARGA HORÁRIA/ NÍVEL
Grasiele Haffermann	01/03/2017	20h/1A

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 01 de março de 2017
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 157/2017

PORTARIA Nº 157/2017

REDISTRIBUI SERVIDOR

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere,

RESOLVE:

Art. 1º - Redistribuir a servidora MARGARETE BOEHME, ocupante do cargo de MOTORISTA, atualmente lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, passando a ser lotado(a) na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 01 de março de 2017.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 158/2017

PORTARIA Nº 158/2017

CONCEDE FÉRIAS

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 100 da Lei Complementar nº 662/90,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 15 dias de férias para o(a) servidor(a) ACLAIR CESAR CABANA ocupante do cargo de FARMACÊUTICO, do dia 01/03/17 ao dia 15/03/2017 referente ao período aquisitivo, 2015/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 01 de março de 2017.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 159/2017

PORTARIA Nº 159/2017

CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 94 da Lei Complementar nº 662/90(Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lontras),

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de licença-prêmio em pecunia para o(a) servidor(a) EVANIR JOANNE JENNRICH DA SILVA, ocupante do cargo de SERVIÇOS GERAIS, referente ao aquisitivo 2011 a 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 01 de março de 2017.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 160/2017

PORTARIA Nº 160/2017

CONCEDE FÉRIAS

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 100 da Lei Complementar nº 662/90,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 25 dias de férias para o(a) servidor(a) IVO-NE VARGAS FERRARI ocupante do cargo de AUDITOR CONTÁBIL, do dia 02/03/2017 ao dia 26/03/2017 referente ao aquisitivo, 2015/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 02 de março de 2017.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 161/2017

PORTARIA Nº 161/2017

CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 94 da Lei Complementar nº 662/90(Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lontras),

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de licença-prêmio para o(a) servidor(a) CLAUDELINO CONSTANTINO, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS, do dia 06/03/2017 a 04/04/2017, referente ao aquisitivo 2011 a 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 01 de março de 2017.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 162/2017

PORTARIA Nº162/2017
CONCEDE FÉRIAS

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 100 da Lei Complementar nº 662/90,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 15 dias de férias para o(a) servidor(a) NILVA TEREZINHA BRAATZ ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do dia 14/03/17 ao dia 28/03/2017 referente ao período aquisitivo, 2015/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 02 de março de 2017.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 163/2017

PORTARI Nº 163/2017
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 94 da Lei Complementar nº 662/90(Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lontras),

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de licença-prêmio em pecúnia para o(a) servidor(a) JAISON SCHULZ, ocupante do cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO, referente ao aquisitivo 2011 a 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 02 de março de 2017.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 164/2017

PORTARIA Nº164/2017
CONCEDE FÉRIAS

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 100 da Lei Complementar nº 662/90,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de férias para o(a) servidor(a) SILVIO SEBASTIÃO FRUTUOSO ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS, do dia 06/03/2017 ao dia 04/04/2017 referente ao período aquisitivo, 2015/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 02 de março de 2017.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 165/2017

PORTARIA Nº165/2017
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 da Lei Complementar nº662/90(Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lontras),

Considerando o atestado médico apresentado no dia, 22/02/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 120 dias de licença-maternidade para a servidora LEID DAIANA WAGENKNECHT CLAUDINO, ocupante do cargo de PROFESSORA, no período de 22/02/2017 a 21/06/2017, com retorno no dia 22/06/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 03 de março de 2017.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 166/2017

PORTARIA Nº 166/2017

INSTAURA PROCESSO DE SINDICÂNCIA.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Sindicância, a fim de apurar suposta conduta irregular praticada no atendimento realizado na Unidade Conjugada Central de Atenção Básica de Saúde, nos termos dos artigos 119 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Lontras.

Art. 2º - Nomear os servidores efetivos abaixo relacionados, para compor a Comissão de Sindicância:

1 – Ariano Francisco Vogelbacher, matrícula nº 46191, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, que oficiará como Presidente desta comissão;

2 – Suseleide da Cunha, matrícula nº 120243, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo;

3 – Luis Fernando Bassi de Araújo, matrícula nº1392, ocupante do cargo de provimento efetivo de Odontólogo.

Art. 3º - Fixar o prazo de 120 (cento e vinte) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Comissão.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lontras, 03 de março de 2017.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 167/2017

PORTARIA Nº 167/2017
CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO
E PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 54 da Lei Complementar nº

662/90 de 07 de dezembro de 1990 e,

Considerando que a referida lei permite que os servidores desta municipalidade façam jus ao adicional por tempo de serviço na razão de 6%(seis) a cada 3(três) anos de serviços prestados ao município;

Considerando que com o referido tempo de serviço faz jus a promoção por antiguidade de tempo de serviço:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder adicional por tempo de serviço e promoção por antiguidade para os servidores abaixo relacionados:

FUNCIONÁRIO	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	ADICIONAL %	Nível anterior	Nível atual
FERNANDO WESTPHAL	3 ANOS	6	60	61
ROBSON DA SILVA	3 ANOS	6	51	52

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 06 de Março de 2017.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 168/2017

PORTARIA Nº168/2017
EXONERA FUNCIONÁRIO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a servidora JAQUELINE KEMPNER ocupante do cargo de ASSISTENTE I, na data de 06/03/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 06 de Março de 2017.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 169/2017

PORTARIA Nº 169/2017
CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 94 da Lei Complementar nº 662/90(Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lontras),

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de licença-prêmio para o(a) servidor(a) JAIR BOHME, ocupante do cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTO, do dia 06/03/2017 a 04/04/2017, referente ao aquisitivo 2010 a 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 06 de março de 2017.
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 170/2017

PORTARIA Nº 170/2017
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando-se a falta de profissionais concursados nos quadros da municipalidade, tendo em vista que o último concurso foi realizado no ano de 2012, não havendo, assim, concurso público em vigência;

Considerando o processo seletivo previsto nos Editais 006 e 007 de 12 de Dezembro de 2016, para contratação de professor em caráter temporário para o ano letivo de 2017 da rede municipal de ensino;

RESOLVE:

Art.1º - Contrata o servidor abaixo relacionado e selecionado, para conforme data de admissão, exercer o cargo de professor (a) em caráter temporário para o ano letivo de 2017 da rede municipal de ensino.

NOME	ADMISSÃO	CARGA HORÁRIA/ NÍVEL
Natan Gabriel Andreis	01/03/2017	40h/2A

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 06 de março de 2017
MARCIONEI HILLESHEIM
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 171/2017

PORTARIA Nº 171/2017
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando-se a falta de profissionais concursados nos quadros da municipalidade, tendo em vista que o último concurso foi realizado no ano de 2012, não havendo, assim, concurso público em vigência;

Considerando o processo seletivo previsto nos Editais 006 e 007 de 12 de Dezembro de 2016, para contratação de professor em caráter temporário para o ano letivo de 2017 da rede municipal de ensino;

RESOLVE:

Art.1º - Contrata o servidor abaixo relacionado e selecionado, para conforme data de admissão, exercer o cargo de professor (a) em caráter temporário para o ano letivo de 2017 da rede municipal de ensino.

NOME	ADMISSÃO	CARGA HORÁRIA/ NÍVEL
Fabio Beninca	01/03/2017	20h/3A

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 06 de março de 2017

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 172/2017

PORTARIA Nº 172/2017

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando-se a falta de profissionais concursados nos quadros da municipalidade, tendo em vista que o último concurso foi realizado no ano de 2012, não havendo, assim, concurso público em vigência;

Considerando o processo seletivo previsto nos Editais 006 e 007 de 12 de Dezembro de 2016, para contratação de professor em caráter temporário para o ano letivo de 2017 da rede municipal de ensino;

RESOLVE:

Art.1º - Contrata a servidora abaixo relacionada e selecionada, para conforme data de admissão, exercer o cargo de professor (a) em caráter temporário para o ano letivo de 2017 da rede municipal de ensino.

NOME	ADMISSÃO	CARGA HORÁRIA/ NÍVEL
Darciane Aparecida de Oliveira dos Santos	06/03/2017	40h/3A

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 06 de março de 2017.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 173/2017

PORTARIA Nº173/2017

TÉRMINO DE CONTRATO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora PRISCILA KRIECK ocupante do cargo de PROFESSORA, em decorrência do término de contrato, na data de 16/03/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 06 de Março de 2017.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 174/2017

PORTARIA Nº174/2017

EXONERA FUNCIONÁRIA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a servidora RUBIANA MUTSCHLER ocupante do cargo de PROFESSORA, na data de 04/03/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 06 de Março de 2017.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 175/2017

PORTARIA Nº175/2017

EXONERA FUNCIONÁRIA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a servidora Rosecler de Oliveira Alexandre ocupante do cargo de PROFESSORA, na data de 01/03/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 06 de Março de 2017.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 176/2017

PORTARIA Nº176/2017

CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 da Lei Complementar nº662/90(Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lontras),

Considerando o atestado médico apresentado no dia, 06/03/017;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 120 dias de licença-maternidade para a servidora NEIDE DOS SANTOS, ocupante do cargo de PROFESSORA, no período de 06/03/2017 a 03/07/2017, com retorno no dia 04/07/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 06 de março de 2017.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 177/2017

PORTARIA Nº 177/2017

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando-se a falta de profissionais concursados nos quadros da municipalidade, tendo em vista que o último concurso foi realizado no ano de 2012, não havendo, assim, concurso público em vigência;

Considerando o processo seletivo previsto nos Editais 006 e 007 de 12 de Dezembro de 2016, para contratação de professor em caráter temporário para o ano letivo de 2017 da rede municipal de ensino;

RESOLVE:

Art,1º - Contrata a servidora abaixo relacionada e selecionada, para conforme data de admissão, exercer o cargo de professor (a) em caráter temporário para o ano letivo de 2017 da rede municipal de ensino.

NOME	ADMISSÃO	CARGA HORÁRIA/ NIVEL
Luana Fernanda Girardi Rosseti	01/03/2017	40h/2A

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 07 de março de 2017.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 178/2017

PORTARIA Nº 178/2017

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando-se a falta de profissionais concursados nos quadros da municipalidade, tendo em vista que o último concurso foi realizado no ano de 2012, não havendo, assim, concurso público em vigência;

Considerando o processo seletivo previsto nos Editais 006 e 007 de 12 de Dezembro de 2016, para contratação de professor em caráter temporário para o ano letivo de 2017 da rede municipal de ensino;

RESOLVE:

Art,1º - Contrata o servidor abaixo relacionado e selecionado, para conforme data de admissão, exercer o cargo de professor (a) em caráter temporário para o ano letivo de 2017 da rede municipal de ensino.

NOME	ADMISSÃO	CARGA HORÁRIA/ NIVEL
Marcos Scheidt	01/03/2017	40h/2A

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 07 de março de 2017.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 179/2017

PORTARIA Nº 179/2017

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando-se a falta de profissionais concursados nos quadros da municipalidade, tendo em vista que o último concurso foi realizado no ano de 2012, não havendo, assim, concurso público em vigência;

Considerando o processo seletivo previsto nos Editais 006 e 007 de 12 de Dezembro de 2016, para contratação de professor em caráter temporário para o ano letivo de 2017 da rede municipal de ensino;

RESOLVE:

Art,1º - Contrata a servidora abaixo relacionada e selecionada, para conforme data de admissão, exercer o cargo de professor (a) em caráter temporário para substituir a Professora Neide dos Santos que se encontra em licença-maternidade.

NOME	ADMISSÃO	CARGA HORÁRIA/ NIVEL
Isanir Gielow	06/03/2017	40h/3A

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 07 de março de 2017.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 180/2017

PORTARIA Nº 180/2017

CONCEDE FÉRIAS

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 100 da Lei Complementar nº 662/90,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 20 dias de férias para o(a) servidor(a) PAULO CUNHA ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS, do dia 07/03/17 ao dia 26/03/2017 referente ao período aquisitivo, 2016/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 07 de Março de 2017.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 181/2017

PORTARIA Nº 181/2017

ALTERA CARGA HORÁRIA

MARCIONEI HILLESHEIM,
Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe confere,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária passando de 20h para 40h semanais, para a servidora Grasielle Hafermann, ocupante do cargo de

Professora a partir de 08/03/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 08 de março de 2017.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 182/2017

PORTARIA Nº 182/2017

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, usando das atribuições que lhe confere o artigo 97, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando-se a falta de profissionais concursados nos quadros da municipalidade, tendo em vista que o último concurso foi realizado no ano de 2012, não havendo, assim, concurso público em vigência;

Considerando o processo seletivo previsto nos Editais 006 e 007 de 12 de Dezembro de 2016, para contratação de professor em caráter temporário para o ano letivo de 2017 da rede municipal de ensino;

RESOLVE:

Art,1º - Contrata o servidor abaixo relacionado e selecionado, para conforme data de admissão, exercer o cargo de professor (a) em caráter temporário para o ano letivo de 2017 da rede municipal de ensino.

NOME	ADMISSÃO	CARGA HORÁRIA/ NIVEL
Ruan da Silva Amaral	16/02/2017	40h/1A

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lontras, 08 de março de 2017.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

CONTRATO FMS Nº 002.17

CONTRATO FMS Nº 002/2017
PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 002/2017
DISPENSA FMS Nº 001/2017
[CONTRATO DE PROGRAMA Nº 001/2017/CISMARP]

Pelo presente instrumento de Contrato de Rateio que celebram entre si o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira SC, neste ato representado por seu Presidente SR. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONSÓRCIO/CONTRATADO, e o MUNICÍPIO DE LUZERNA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Rua 16 de Fevereiro, nº 151, CEP 89609-000, neste ato representado por seu Prefeito Sr. MOISÉS DIERS-MANN, doravante denominado CONSORCIADO/CONTRATANTE.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Primeira - Aplica-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da Legislação Federal de Licitações, Lei nº 8.666/93, e de Consórcios Públicos, Lei 11.107/05, o Decreto Federal nº 6.017/07, bem como a Legislação Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMARP, Lei Municipal nº 1499, de 14 de fevereiro de 2017, bem como as cláusulas do Contrato de Programa nº 01/2017.

Cláusula Segunda - O presente contrato é celebrado com dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93, c/c art. 2, § 1º, inciso III da lei 11.107/05, c/c art. 18 do Decreto Federal nº 6.017/07.

DO OBJETO

Cláusula Terceira - Este Contrato de Rateio tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo CONSORCIADO/CONTRATANTE ao CONSÓRCIO/CONTRATADO para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 01/2017.

DOS VALORES E FORMA DE REPASSE

Cláusula quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o CONSORCIADO/CONTRATANTE repassará mensalmente ao CONSÓRCIO/CONTRATADO:

a) A importância fixa de R\$ 1.860,00 (Um mil, oitocentos e sessenta reais) que serão utilizadas para cobertura das despesas administrativas do CONSÓRCIO/CONTRATADO, compreendendo pessoal, obrigações patronais, encargos sobre movimentações financeiras e taxas bancárias, despesas de capital e despesas de consumo.

Parágrafo único - O CONSORCIADO/CONTRATANTE repassará ao CONSÓRCIO/CONTRATADO, a parcela fixa, nos meses de abril a dezembro de 2017, que deverá ser repassada até o dia 20 de cada mês.

DOS RECURSOS

Cláusula quinta - As despesas que decorrem da aplicação deste termo de Contrato de Rateio correrão por conta de dotações específicas do orçamento fiscal do CONSORCIADO/CONTRATANTE.

Cláusula sexta - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente CONSORCIADO/CONTRATANTE que não consignar em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

Atividade:

13.001.10.301.0016.2096 – Média e Alta Complexidade

Modalidade de Aplicação:

Dotação: 3.1.71 – Transferências a Consórcios Públicos

Dotação: 3.3.71 – Transferências a Consórcios Públicos

Fonte: 1.02 – Detalhamento: 002 – Rec. De Imp. E Transf. De Impostos – Saúde

DAS RESPONSABILIDADES

É RESPONSABILIDADE DO CONSÓRCIO/CONTRATADO:

I- Receber e Contabilizar os recursos recebidos de acordo com as normas de direito financeiro aplicável às entidades públicas, conforme estabelece o artigo 9º da Lei Federal 11.107;

II- Fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do município de Luzerna, todas as despesas realizadas com os recursos ora pactuados, de forma que possam ser contabilizado nas contas do município na conformidade dos elementos econômicos e das atividades atendidos o parágrafo 4º, artigo 8º da Lei Federal 11.107.

III- Aplicar os recursos repassados pelo município exclusivamente nas ações previstas no Contrato de Programa e no Orçamento aprovado pela Assembleia Geral dos Consorciados;

IV- Disponibilizar relação atualizada dos prestadores de serviços credenciados e contratados, com identificação dos procedimentos e respectivos custos.

É RESPONSABILIDADE DO CONSORCIADO/CONTRATANTE:

I- Emitir as autorizações para atendimento aos usuários;

II- Promover o controle de uso dos procedimentos pactuados para identificar o limite de uso de acordo com seu repasse;

III- Receber a prestação de contas e consolidar nas contas do município;

IV- Apresentar os resultados da execução, ao Conselho Municipal de Saúde;

V- Efetuar o repasse mensal do recurso conforme estabelecido;

VI- Manter os recursos orçamentários necessários ao desempenho das ações ora pactuadas.

DA VIGÊNCIA

Cláusula sétima – O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura, até o dia 31 de dezembro de 2017, podendo ser alterado ou aditado.

DAS PENALIDADES

Cláusula oitava - O CONSORCIADO/CONTRATANTE inadimplente com o CONSÓRCIO/CONTRATADO será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula nona - Uma vez notificado da inadimplência serão suspensos os serviços do CONSÓRCIO/CONTRATADO ao respectivo CONSORCIADO/CONTRATANTE até a regularização da dívida.

Cláusula décima - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente CONSORCIADO/CONTRATANTE poderá ser excluído do CONSÓRCIO/CONTRATADO, mediante deliberação da Assembleia Geral.

DO FORO

Cláusula décima primeira - Fica eleito o foro da Comarca de Videira/SC para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima segunda - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (dois) vias de igual teor e forma.

Luzerna/SC, 27 de março de 2017.

LUCIANO PAGANINI

Presidente CISAMARP

CONSÓRCIO/CONTRATADO

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Ass.

Ass.

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

CONTRATO DE PROGRAMA Nº 01/2017

CONTRATO DE PROGRAMA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LUZERNA E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP.

Pelo presente instrumento de Contrato de Programa que celebram entre si o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. LUCIANO PAGANINI, e o MUNICÍPIO DE LUZERNA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Rua 16 de Fevereiro, nº 151, CEP 89609-000, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, maior e capaz, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade RG nº 11/R 227.997, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, s/n, neste Município de Luzerna/SC.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Primeira - Aplica-se ao presente Contrato de Programa as disposições da Legislação Federal de Licitações, Lei nº 8.666/93, e de Consórcios Públicos, Lei 11.107/05, bem como a Legislação Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMARP, Lei Municipal nº 1499, de 14 de fevereiro de 2017.

Cláusula Segunda - O presente contrato é celebrado com dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula Terceira - Constitui objeto do presente Contrato de Programa:

- I - representar o conjunto dos municípios que o integram, em assuntos de saúde de interesse comum, perante outras esferas de Governo e perante quaisquer entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;
- II - assegurar a prestação de serviços de saúde em caráter suplementar e complementar à população dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e de maneira eficiente e eficaz, sempre que tais serviços não possam ser prestados diretamente pelo município;
- III - fomentar o fortalecimento das especialidades de saúde existentes nos municípios consorciados ou que neles vierem a se estabelecer;
- IV - estimular a integração das diversas instituições públicas e privadas para melhor operacionalização das atividades de saúde;
- V - criar instrumentos de controle, acompanhamento e avaliação dos serviços de saúde prestados à população;
- VI - planejar, adotar e executar programas e medidas destinados à promoção da saúde dos habitantes dos municípios consorciados, em especial apoiar serviços e campanhas do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde;
- VII - desenvolver e executar serviços e atividades de interesse dos municípios consorciados de acordo com os projetos e programas de trabalho aprovados pelo CIS-AMARP;
- VIII - desenvolver de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas de vigilância em saúde, tanto sanitária quanto epidemiológica;
- IX - realizar estudos de caráter permanente sobre as condições epidemiológicas da região oferecendo alternativas de ações que modifiquem tais condições;
- X - viabilizar ações conjuntas na área da compra e ou produção de equipamentos, materiais, medicamentos e outros insumos;
- XI - incentivar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saúde nos municípios consorciados, objetivando a uniformidade de atendimento médico e de auxílio diagnóstico para a correta utilização dos serviços oferecidos através do Consórcio;
- XII - prestar assessoria na implantação de programas e medidas destinadas à promoção da saúde da população dos municípios consorciados;
- XIII - estabelecer relações cooperativas com outros consórcios regionais que venham a ser criados e que por sua localização, no âmbito macro-regional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas.

DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Cláusula Quarta - O CISAMARP será responsável pela execução do objeto deste contrato, cuja prestação do serviço observará:

- a) A capacidade instalada do CISAMARP de acordo com o Credenciamento de Prestadores de Serviço;
- b) Assegurar a prestação de serviços de saúde em caráter suplementar e complementar à população dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e de maneira eficiente e eficaz.

DAS RESPONSABILIDADES

Cláusula quinta - É Responsabilidade do Contratado:

- a) Disponibilizar ao Contratante, os Serviços Relacionados no Objeto do presente contrato, limitados a Capacidade Instalada e de acordo com Planilha com a cota de cada Município Consorciado.

Cláusula sexta - É Responsabilidade do Contratante:

- a) Transferir, de acordo com o Contrato de Rateio, os recursos financeiros necessários à execução do objeto do consórcio.

DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

Cláusula sétima - A fim de garantir a transparência da gestão administrativa, econômica e financeira do objeto previsto neste contrato, serão observadas as disposições constantes no Contrato de Consórcio Público, sendo que o CISAMARP deverá, especialmente:

- a) Elaborar e encaminhar ao Município a Prestação de Contas anual quanto aos serviços contratados, fazendo neles constar um resumo geral das atividades e valores;
- b) Disponibilizar ao Município as informações contábeis e demonstrações financeiras, exigidas segundo a legislação pertinente, relativos ao desenvolvimento e ao cumprimento do objeto deste contrato.

DA VIGÊNCIA

Cláusula oitava - O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura, e vigorará enquanto o Município de Luzerna for consorciado ao CISAMARP, ou enquanto este existir.

DAS PENALIDADES

Cláusula nona - O consorciado inadimplente com o CISAMARP será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação da Assembléia Geral.

DA RESCISÃO

Cláusula décima segunda - O presente Contrato de Programa poderá ser rescindido por:

- a) Descumprimento de qualquer obrigação para execução do objeto;
- b) Superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexecutável;
- c) Ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 dias, respeitando as metas em curso constante em contrato de rateio.

DO FORO

Cláusula décima terceira - Fica eleito o foro da Comarca de Videira/SC para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Luzerna, 27 de março de 2017.

LUCIANO PAGANINI

Presidente CISAMARP

CONSÓRCIO/CONTRATADO

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Ass.

Ass.

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

CONTRATO FMS Nº 003.17

CONTRATO FMS Nº 003/2017

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 005/2017

DISPENSA FMS Nº 002/2017

[CONTRATO DE PROGRAMA Nº 001/2017/CISAMARP]

Pelo presente instrumento de Contrato de Prestação de serviço que celebram entre si o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira SC, neste ato representado por seu Presidente Sr. Luciano Paganini, doravante denominado CONSÓRCIO/CONTRATADO, e o Município de Luzerna, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Rua 16 de Fevereiro, nº 151, CEP 89609-000, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Moisés Diersmann, doravante denominado CONSORCIADO/CONTRATANTE.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Primeira - Aplica-se ao presente Contrato de Prestação de serviço as disposições da Legislação Federal de Licitações, Lei nº 8.666/93, e de Consórcios Públicos, Lei 11.107/05, o Decreto Federal nº 6.017/07, bem como a Legislação Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMARP, Lei Municipal nº 1499, de 14 de fevereiro de 2017, bem como as cláusulas do Contrato de Programa nº 01/2017.

Cláusula Segunda - O presente contrato é celebrado com dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93, C/C art. 2, § 1º, inciso III da lei 11.107/05, c/c art. 18 do Decreto Federal nº 6.017/07.

DO OBJETO

Cláusula Terceira - Este Contrato de Prestação de serviço tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo CONSORCIADO/CONTRATANTE ao CONSÓRCIO/CONTRATADO para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 01/2017.

DOS VALORES E FORMA DE REPASSE

Cláusula quarta - Para a execução do objeto deste contrato, o CONSORCIADO/CONTRATANTE repassará mensalmente ao CONSÓRCIO/CONTRATADO:

A importância variável de acordo com a utilização dos serviços mensais, expressa em relatório de gastos encaminhado mensalmente pelo CISAMARP e disponível no programa informatizado ao Município.

Parágrafo primeiro - A cota anual máxima prevista do município é de R\$ 74.880,00 (setenta e quatro mil oitocentos e oitenta reais), podendo ser utilizada fracionando-se o valor anual nos meses do ano conforme for conveniente ao município.

Parágrafo segundo - O Município repassará ao CISAMARP a importância variável, nos meses de abril a dezembro de 2017, até o dia 15 do mês subsequente ao da prestação do serviço.

DOS RECURSOS

Cláusula quinta - As despesas que decorrem da aplicação deste termo de Contrato de Rateio correrão por conta de dotações específicas do orçamento fiscal do CONSORCIADO/CONTRATANTE.

Parágrafo primeiro - Para o pagamento das despesas decorrentes da prestação de serviço, poderá o município optar por utilizar recursos de Média e Alta Complexidade e/ou próprios para pagamento de valores até o limite dos valores da tabela SUS e deverá utilizar recursos próprios para a complementação dos valores que excedem os valores da tabela SUS, conforme portaria 1.606 de 11 de setembro de 2001.

Cláusula sexta - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente CONSORCIADO/CONTRATANTE que não consignar em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de prestação de serviço.

DAS RESPONSABILIDADES

É RESPONSABILIDADE DO CONSÓRCIO/CONTRATADO:

- I- Receber e Contabilizar os recursos recebidos de acordo com as normas de direito financeiro aplicável às entidades públicas, conforme estabelece o artigo 9º da Lei Federal 11.107;
- II- Fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do município de Luzerna, todas as despesas realizadas com os recursos ora pactuados, de forma que possam ser contabilizado nas contas do município na conformidade dos elementos econômicos e das atividades atendidos o parágrafo 4º, artigo 8º da Lei Federal 11.107.
- III- Aplicar os recursos repassados pelo município exclusivamente nas ações previstas no Contrato de Programa e no Orçamento aprovado pela Assembléia Geral dos Consorciados;
- IV- Disponibilizar relação atualizada dos prestadores de serviços credenciados e contratados, com identificação dos procedimentos e respectivos custos.

É RESPONSABILIDADE DO CONSORCIADO/CONTRATANTE:

- I- Emitir as autorizações para atendimento aos usuários, utilizando o sistema informatizado disponibilizado pelo CONSÓRCIO/CONTRATADO;
- II- Promover o controle de uso dos procedimentos pactuados para identificar o limite de uso de acordo com seu repasse;
- III- Receber a prestação de contas e consolidar nas contas do município;
- IV- Apresentar os resultados da execução, ao Conselho Municipal de Saúde;
- V- Efetuar o repasse mensal do recurso conforme estabelecido;
- VI- Manter os recursos orçamentários necessários ao desempenho das ações ora pactuadas.

DA VIGÊNCIA

Cláusula sétima – O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura, até o dia 31 de dezembro de 2017, podendo ser alterado ou aditado.

DAS PENALIDADES

Cláusula oitava - O CONSORCIADO/CONTRATANTE inadimplente com o CONSÓRCIO/CONTRATADO será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula nona - Uma vez notificado da inadimplência serão suspensos os serviços do CONSÓRCIO/CONTRATADO ao respectivo CONSORCIADO/CONTRATANTE até a regularização da dívida.

Clausulas décima - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente CONSORCIADO/CONTRATANTE poderá ser excluído do CONSÓRCIO/CONTRATADO, mediante deliberação da Assembléia Geral.

DO FORO

Cláusula décima primeira - Fica eleito o foro da Comarca de Videira/SC para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima segunda - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Luzerna/SC, 31 de março de 2017.

LUCIANO PAGANINI

Presidente CISAMARP

CONSÓRCIO/CONTRATADO

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Ass.

Ass.

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

CONTRATO DE PROGRAMA Nº 01/2017

CONTRATO DE PROGRAMA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LUZERNA E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP.

Pelo presente instrumento de Contrato de Programa que celebram entre si o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. LUCIANO PAGANINI, e o MUNICÍPIO DE LUZERNA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Rua 16 de Fevereiro, nº 151, CEP 89609-000, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, maior e capaz, casado, professor, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade RG nº 11/R 227.997, residente e domiciliado na Rua Beno Dresch, s/n, neste Município de Luzerna/SC.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Primeira - Aplica-se ao presente Contrato de Programa as disposições da Legislação Federal de Licitações, Lei nº 8.666/93, e de Consórcios Públicos, Lei 11.107/05, bem como a Legislação Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMARP, Lei Municipal

nº 1499, de 14 de fevereiro de 2017.

Cláusula Segunda - O presente contrato é celebrado com dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

DO OBJETO

Cláusula Terceira - Constitui objeto do presente Contrato de Programa:

I - representar o conjunto dos municípios que o integram, em assuntos de saúde de interesse comum, perante outras esferas de Governo e perante quaisquer entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

II - assegurar a prestação de serviços de saúde em caráter suplementar e complementar à população dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e de maneira eficiente e eficaz, sempre que tais serviços não possam ser prestados diretamente pelo município;

III - fomentar o fortalecimento das especialidades de saúde existentes nos municípios consorciados ou que neles vierem a se estabelecer;

IV - estimular a integração das diversas instituições públicas e privadas para melhor operacionalização das atividades de saúde;

V - criar instrumentos de controle, acompanhamento e avaliação dos serviços de saúde prestados à população;

VI - planejar, adotar e executar programas e medidas destinados à promoção da saúde dos habitantes dos municípios consorciados, em especial apoiar serviços e campanhas do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde;

VII - desenvolver e executar serviços e atividades de interesse dos municípios consorciados de acordo com os projetos e programas de trabalho aprovados pelo CIS-AMARP;

VIII - desenvolver de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas de vigilância em saúde, tanto sanitária quanto epidemiológica;

IX - realizar estudos de caráter permanente sobre as condições epidemiológicas da região oferecendo alternativas de ações que modifiquem tais condições;

X - viabilizar ações conjuntas na área da compra e ou produção de equipamentos, materiais, medicamentos e outros insumos;

XI - incentivar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saúde nos municípios consorciados, objetivando a uniformidade de atendimento médico e de auxílio diagnóstico para a correta utilização dos serviços oferecidos através do Consórcio;

XII - prestar assessoria na implantação de programas e medidas destinadas à promoção da saúde da população dos municípios consorciados;

XIII - estabelecer relações cooperativas com outros consórcios regionais que venham a ser criados e que por sua localização, no âmbito macro-regional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas.

DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Cláusula Quarta - O CISAMARP será responsável pela execução do objeto deste contrato, cuja prestação do serviço observará:

a) A capacidade instalada do CISAMARP de acordo com o Credenciamento de Prestadores de Serviço;

b) Assegurar a prestação de serviços de saúde em caráter suplementar e complementar à população dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS e de maneira eficiente e eficaz.

DAS RESPONSABILIDADES

Cláusula quinta - É Responsabilidade do Contratado:

a) Disponibilizar ao Contratante, os Serviços Relacionados no Objeto do presente contrato, limitados a Capacidade Instalada e de acordo com Planilha com a cota de cada Município Consorciado.

Cláusula sexta - É Responsabilidade do Contratante:

a) Transferir, de acordo com o Contrato de Rateio, os recursos financeiros necessários à execução do objeto do consórcio.

DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

Cláusula sétima - A fim de garantir a transparência da gestão administrativa, econômica e financeira do objeto previsto neste contrato, serão observadas as disposições constantes no Contrato de Consórcio Público, sendo que o CISAMARP deverá, especialmente:

a) Elaborar e encaminhar ao Município a Prestação de Contas anual quanto aos serviços contratados, fazendo neles constar um resumo geral das atividades e valores;

b) Disponibilizar ao Município as informações contábeis e demonstrações financeiras, exigidas segundo a legislação pertinente, relativos ao desenvolvimento e ao cumprimento do objeto deste contrato.

DA VIGÊNCIA

Cláusula oitava - O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura, e vigorará enquanto o Município de Luzerna for consorciado ao CISAMARP, ou enquanto este existir.

DAS PENALIDADES

Cláusula nona - O consorciado inadimplente com o CISAMARP será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima primeira - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação da Assembléia Geral.

DA RESCISÃO

Cláusula décima segunda - O presente Contrato de Programa poderá ser rescindido por:

a) Descumprimento de qualquer obrigação para execução do objeto;

b) Superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexecutável;

c) Ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 dias, respeitando as metas em curso constante em contrato de rateio.

DO FORO

Cláusula décima terceira - Fica eleito o foro da Comarca de Videira/SC para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Luzerna, 27 de março de 2017.

LUCIANO PAGANINI

Presidente CISAMARP

CONSÓRCIO/CONTRATADO

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Ass.

Ass.

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

LEI COMPLEMENTAR 160 - REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

LEI COMPLEMENTAR Nº 160 de 21 de março de 2017.

“ADEQUA OS ANEXOS III, IV e VI DA LEI COMPLEMENTAR Nº 035 DE 18 DE MARÇO DE 2004 À LEI DE ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, EXTINGUE, ALTERA E CRIA CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS NO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE LUZERNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art.1º - Fica adequado o ANEXO III - TABELA DE CARGOS E VENCIMENTOS DE CARGOS DE PROVIMENTO DE COMISSÃO da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 à nova LEI DE ESTRUTURA ADMINISTRATIVA.

Art.2º- Ficam extintos os cargos de Assessor do Prefeito, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Gestor da Incubadora Tecnológica, Coordenador do Setor de Saúde e Secretário de Agricultura e Meio Ambiente no Anexo III - TABELA DE CARGOS E VENCIMENTOS DE CARGOS DE PROVIMENTO DE COMISSÃO, criado pela Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores.

Art.3º - Ficam transformados os cargos de Assessor de Planejamento em Diretor de Planejamento, Assessor Jurídico Sênior em Consultor Jurídico, Secretário de Fazenda e Administração em Secretário de Coordenação de Governo e Gestão, e o Assistente Administrativo na atual Secretaria de Fazenda e Administração em Assistente Administrativo de Compras, o Assistente Administrativo na atual Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente em Assistente Administrativo em Agropecuária, o Secretário de Saúde e Bem Estar Social em Secretário de Saúde e Assistência Social; Diretor do Departamento de Saúde e Bem Estar Social em Diretor de Saúde; Chefe do Setor de Habitação e Programas Sociais em Chefe do Setor de Habitação e Trabalho, Secretário de Obras e Serviços em Secretário de Serviços Integrados de Infraestrutura e Agropecuária, Diretor do Departamento de Obras e Serviços em Diretor de Serviços Integrados de Infraestrutura, Diretor do Departamento de Paisagismo em Diretor de Paisagismo, Coordenador do Setor de Manutenção em Coordenador do Setor de Manutenção de Equipamentos, Diretor do Departamento de Educação e Cultura em Diretor de Educação e Cultura e Diretor do Departamento de Esportes em Diretor de Esportes, no Anexo III - TABELA DE CARGOS E VENCIMENTOS DE CARGOS DE PROVIMENTO DE COMISSÃO, criado pela Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores.

Art.4º - Ficam criados os cargos de provimento em comissão de Chefe de Gabinete, Diretor de Desenvolvimento Econômico e Inovação, Subsecretário de Administração, Finanças e Patrimônio, Coordenador do Setor de Compras, Subsecretário de Agropecuária e Meio Ambiente, Assistente Administrativo de Atenção Básica em Saúde e Assistente Administrativo de Atenção Básica em Assistência Social, no Anexo III - TABELA DE CARGOS E VENCIMENTOS DE CARGOS DE PROVIMENTO DE COMISSÃO, criado pela Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores.

Art.5º- O Anexo III - TABELA DE CARGOS E VENCIMENTOS DE CARGOS DE PROVIMENTO DE COMISSÃO, criado pela Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores passa a ter a seguinte redação:

ANEXO III

TABELA DE CARGOS E VENCIMENTOS DE CARGOS DE PROVIMENTO DE COMISSÃO

DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS	QUANTIDADE DE CARGOS	NÍVEL	VENCIMENTO
GABINETE DO PREFEITO			
Chefe de Gabinete	01	CC-4	R\$ 2.730,59
Consultor Jurídico	01	CC-2	R\$ 5.647,42
Diretor de Planejamento	01	CC-3	R\$ 3.520,90
Diretor de Desenvolvimento Econômico e Inovação	01	CC-3	R\$ 3.520,90
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO			
Secretário de Coordenação de Governo e Gestão	01	CC-1	R\$ 5.673,25
Subsecretário de Administração, Finanças e Patrimônio	01	CC-2	R\$ 5.647,42
Coordenador de Compras	01	CC-5	R\$ 2.076,16
Assistente Administrativo de Compras	01	CC-6	R\$ 1.339,75
SECRETARIA DE SERVIÇOS INTEGRADOS EM INFRAESTRUTURA E AGROPECUÁRIA			
Secretário de Serviços Integrados em Infraestrutura e Agropecuária	01	CC-1	R\$ 5.673,25
Subsecretário de Agropecuária e Meio Ambiente	01	CC-2	R\$ 5.647,42
Diretor de Serviços Integrados de Infraestrutura	01	CC-3	R\$ 3.520,90
Diretor de Paisagismo	01	CC-3	R\$ 3.520,90
Coordenador de Manutenção de Equipamentos	01	CC-5	R\$ 2.076,16
Assistente Administrativo de Agropecuária	01	CC-6	R\$ 1.339,75
SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Secretário de Saúde e Assistência Social	01	CC-1	R\$ 5.673,25
Diretor de Saúde	01	CC-3	R\$ 3.520,90
Diretor de Assistência Social	01	CC-3	R\$ 3.520,90
Chefe do Setor de Habitação e Trabalho	01	CC-4	R\$ 2.730,59
Assistente Administrativo de Atenção Básica de Saúde	01	CC-6	R\$ 1.339,75
Assistente Administrativo de Atenção Básica de Assistência Social	01	CC-6	R\$ 1.339,75
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
Secretário de Educação, Cultura e Esportes	01	CC-1	R\$ 5.673,25
Diretor de Educação e Cultura	01	CC-3	R\$ 3.520,90
Diretor de Esportes	01	CC-3	R\$ 3.520,90
Coordenador do Centro de Eventos	01	CC-5	R\$ 2.076,16

Art.6º- Fica transformada a função gratificada de Coordenador do ESF em Coordenador de Atenção Básica de Saúde e a de Chefe do Setor de Tecnologia da Informação em Chefe do Setor de Tecnologias Educacionais, com apenas 01(uma) vaga e extintas as funções gratificadas de Chefe do Setor de Compras, Coordenador do CRAS, Chefe do Setor de Contabilidade, Chefe do Setor de Comunicação, Secretário da Junta do Serviço Militar e Assistente dos Serviços de Sinalização Viária e criada a função gratificada de Chefe do Setor de Controle de Frotas, do Anexo IV - TABELA DE FUNÇÕES GRATIFICADAS, criado pela Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores passa a ter a seguinte redação:

ANEXO IV

TABELA DE FUNÇÕES GRATIFICADAS

Funções Gratificadas	Quant.	Título	Valor
FG1	01	Chefe do Setor de Tesouraria	R\$ 622,14
FG1	01	Coordenador de Atenção Básica em Saúde	R\$ 622,14
FG2	01	Coordenador Executivo do PROCON Municipal	R\$ 482,51
FG2	01	Chefe do Setor de Licitações	R\$ 482,51
FG2	01	Chefe do Setor de Desenvolvimento Humano	R\$ 482,51
FG2	01	Chefe do Setor de Tributação	R\$ 482,51
FG2	01	Chefe do Setor de Tecnologias Educacionais	R\$ 482,51
FG2	01	Chefe do Setor de Vigilância Sanitária	R\$ 482,51
FG2	01	Chefe do Setor de Controle de Frotas	R\$ 482,51

Art.7º- Dá nova redação ao ANEXO VI - ESPECIFICAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, conforme abaixo:

ANEXO VI

ESPECIFICAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

CARGO: Chefe de Gabinete

ATRIBUIÇÕES: Assessorar diretamente o Prefeito; elaborar e assessorar o expediente oficial do Prefeito, supervisionar a elaboração de sua agenda administrativa e social; apoiar o Prefeito no acompanhamento das ações das demais Secretarias, em sincronia com o Plano de Governo Municipal; receber e atender com cordialidade a todos quantos o procurem para tratar, junto a si ou ao Prefeito, de assuntos de interesse do cidadão ou da comunidade, providenciando, quando for o caso, o seu encaminhamento às Secretarias da área; supervisionar

a organização do cerimonial das solenidades realizadas no âmbito da Administração Municipal que contem com a participação do Prefeito; exercer outras atividades correlatas ou que lhe sejam delegadas pelo Prefeito Municipal.

REGIME DE TRABALHO: dedicação integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: livre nomeação e exoneração

CARGO: Consultor Jurídico

ATRIBUIÇÕES: Prestar consultoria jurídica às questões de direito; examinar previamente contratos e convênios em que a Prefeitura seja parte; emitir pareceres jurídicos em licitações e contratos e sempre que for solicitado; presidir comissões de inquérito; prestar consultoria direta ao Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários; despachar o expediente com o Prefeito e entender-se com os demais Secretários Municipais sobre assuntos das respectivas pastas e relacionados com suas atribuições; opinar sobre todos os assuntos que lhe forem submetidos pelo Prefeito e pelos Secretários Municipais; exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas em leis e regulamentos.

REGIME DE TRABALHO: dedicação integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: livre nomeação e exoneração

CARGO: Diretor de Planejamento

ATRIBUIÇÕES: Organizar o plano integrado de desenvolvimento; elaborar e coordenar projetos e obras públicas a serem desenvolvidos pelos órgãos da Administração Municipal; realizar estudos e pesquisas de viabilidade de obras; apurar os custos de serviços de obras municipais; desenvolver a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, acompanhar a sua execução e prestar assessoria aos órgãos da Prefeitura; acompanhar a elaboração e o desenvolvimento dos Convênios, bem como suas prestações de contas; manter atualizada a planta cadastral do Município; fiscalizar o cumprimento das normas referentes às construções particulares, zoneamento e loteamento e posturas municipais, bem como os serviços públicos ou de utilidade pública concedidos ou permitidos pelo Município.

REGIME DE TRABALHO: dedicação integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: livre nomeação e exoneração

CARGO: Diretor de Desenvolvimento Econômico e Inovação

ATRIBUIÇÕES: Estabelecer e coordenar a execução das diretrizes básicas do desenvolvimento municipal nas áreas da indústria e do comércio; atuar no planejamento e desenvolvimento de projetos e programas de apoio e incentivo que estimulem a expansão da atividade econômica; executar projetos de incentivo ao desenvolvimento industrial, comercial, de inovação e de prestação de serviços; implantar e desenvolver áreas industriais e de inovação; atuar junto ao Conselho Municipal do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico na definição de políticas públicas prioritárias e ações de desenvolvimento, expansão e crescimento do Município; implantar a Política Municipal de Desenvolvimento Econômico, mediante a concessão de incentivos econômicos para implantação, expansão e reativação de empreendimentos industriais em Luzerna, visando o desenvolvimento econômico-social; participar e promover feiras, congressos e outros eventos visando o desenvolvimento econômico do Município; fomentar as atividades referentes à inovação; promover ações e parcerias a fim de incentivar e promover projetos relativos à área de inovação; atuar na fiscalização dos contratos de concessão de áreas/terrenos públicos quando tal concessão objetivar o desenvolvimento, apoio e incentivo que estimulem a expansão da atividade econômica no Município; gerenciar a Incubadora Tecnológica de Luzerna.

REGIME DE TRABALHO: dedicação integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: livre nomeação e exoneração

CARGO: Secretário de Coordenação de Governo e Gestão

ATRIBUIÇÕES: Prestar assistência e assessorar direta e imediatamente ao Prefeito na gestão e administração dos negócios públicos; coordenar, supervisionar e assegurar a execução do expediente e das atividades do Prefeito; administrar as dependências do Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito; controlar o atendimento de munícipes e visitantes nas dependências do Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito; realizar em nome do Prefeito diligências e inspeções nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal; dar apoio administrativo aos órgãos colegiados da Administração Pública Municipal; desempenhar missões específicas, atribuídas pelo Chefe do Poder Executivo; assessorar o Poder Executivo Municipal na representação com as autoridades, comunidade e demais esferas; articular politicamente as ações governamentais de forma integrada, compartilhada e desconcentrada; coordenar, superintender e executar as atividades administrativas do desenvolvimento organizacional, com autoridade funcional e faculdades para delegar competência, suprimindo a Administração Pública Municipal de recursos humanos e materiais; coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas demais Secretarias e órgãos setoriais; prospectar, desenvolver e implementar instrumentos de contratualização de resultados para incentivar as organizações na busca da melhoria da eficiência, eficácia e efetividade dos programas governamentais; desenvolver e implementar o processo de avaliação de desempenho institucional, por meio de acordos de resultados, visando oferecer à sociedade instrumentos objetivos de mensuração do desempenho dos órgãos e entidades; planejar, acompanhar, avaliar e monitorar os indicadores de desempenho institucional dos órgãos e entidades que tenham celebrado instrumentos de contratualização de resultados, visando à geração de insumos para o planejamento governamental; monitorar a qualidade e realizar pesquisa de satisfação dos usuários dos serviços públicos; avaliar a melhoria de desempenho dos processos organizacionais reestruturados, a partir da formulação e acompanhamento de indicadores; administrar espaços públicos de propriedade do Município de Luzerna; desenvolver ações, projetos e programas voltados à melhoria dos espaços públicos administrados; articular-se com as demais Secretarias e Diretorias, com vistas à realização de serviços públicos necessários para a administração dos espaços públicos administrados; auxiliar o Prefeito Municipal nas atividades inerentes à modernização da gestão municipal.

REGIME DE TRABALHO: dedicação integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: livre nomeação e exoneração

CARGO: Subsecretário de Administração, Finanças e Patrimônio

ATRIBUIÇÕES: Gerir a política municipal de finanças do Município de Luzerna, efetuando o controle da arrecadação, dos pagamentos, das prestações de contas, da gestão de compras, das licitações e dos contratos; coordenar as ações tributárias e de fiscalização tributária mobiliária e imobiliária; programar, dirigir, coordenar e controlar as atividades financeiras da Administração; organizar e orientar a execução dos serviços atinentes à política tributária e econômico-financeira do Município; gerir os registros contábeis referentes à execução financeira, orçamentária e patrimonial, bem como a fiscalização tributária e a dívida ativa; gerir, coordenar e controlar o patrimônio municipal; programar,

implantar e gerir o sistema de gestão de documentos municipais e de arquivo público, assegurando a consulta aos processos municipais; normatizar, supervisionar, controlar, orientar e formular políticas de gestão de recursos humanos, envolvendo entre outros a melhoria das condições de saúde ocupacional dos servidores públicos municipais e a prevenção contra acidentes de trabalho; adoção de estratégias de comprometimento dos servidores em substituição às estratégias de controle e programas de valorização do servidor público, calcados no desempenho; gerir e fiscalizar a execução dos convênios de radiopatrulha e corpo de bombeiros; efetuar outras atividades afins no âmbito de sua competência.

REGIME DE TRABALHO: dedicação integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: livre nomeação e exoneração

CARGO: Coordenador de Compras

ATRIBUIÇÕES: Efetuar o controle de compras realizadas pela Administração Municipal e Fundos; chefiar as atividades, de forma a atender as competências do Setor e outras compatíveis com sua área de atuação, observando o cumprimento da legislação específica; receber as solicitações de compras das Secretarias Municipais e Fundos Especiais; dar suporte para todas as Secretarias e Fundos Municipais no momento de efetuar pedido de compras; elaborar as autorizações de compras, a qual conterá objeto, fornecedor, item orçamentário, valor, dotação, entre outros; gerar as requisições para empenho; recepcionar os empenhos gerados; manter a guarda dos processos de empenho até o momento de sua liquidação; receber os documentos pertinentes que possibilitem a liquidação dos empenhos e encaminhá-los aos Setores competentes; auxiliar os Setores no gerenciamento de recursos disponíveis, especialmente os recursos financeiros e orçamentários; promover pesquisa de mercado; estabelecer diretrizes e metas de atuação e de execução dos serviços operacionais realizados no setor; desenvolver e executar, junto à sua equipe, projetos voltados ao aperfeiçoamento de procedimentos e rotinas de sua área de atuação; identificar necessidades e propor condições para um melhor desempenho e integração da equipe, com ênfase no processo de capacitação dos servidores lotados na Coordenadoria; requisitar, distribuir e controlar os recursos e materiais necessários à execução das atividades da Coordenadoria; manter o cadastro de fornecedores, de prestadores de serviços, de materiais, de serviços e de licitações vigentes atualizado; providenciar o cumprimento de atividades necessárias às licitações, conforme normas vigentes; prestar apoio administrativo à Comissão de Licitações; incrementar o desenvolvimento de novas fontes de fornecimento, através de pesquisa e análise de mercado; realizar pedidos de procedimentos licitatórios para aquisição ou serviço de material; realizar compra de materiais; determinar o fechamento do processo de compra e licitação das Secretarias; chefiar servidores designados à Coordenadoria; Executar outras atividades inerentes à sua área de competência.

REGIME DE TRABALHO: dedicação integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: livre nomeação e exoneração

CARGO: Assistente Administrativo de Compras

ATRIBUIÇÕES: Receber e enviar correspondências e documentos referentes à Coordenadoria de Compras; elaborar relatórios pertinentes à área; acompanhar o trabalho da Coordenadoria de Compras; manter arquivos e cadastros de informações atualizados; assessorar à Coordenadoria de Compras com questões práticas da rotina de trabalho, como preparar documentos, prestar informações ao público, responder e-mails.

REGIME DE TRABALHO: dedicação integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: livre nomeação e exoneração

CARGO: Secretário de Serviços Integrados em Infraestrutura e Agropecuária

ATRIBUIÇÕES: Coordenar as atividades de execução de obras e serviços públicos de infra-estrutura urbana, rurais, urbanização e edificações; Coordenar a execução de obras públicas urbanas e rurais, visando ao pleno funcionamento dos sistemas viário e de drenagem, das edificações e áreas públicas; Apoiar os demais órgãos da Administração Municipal no controle e na fiscalização das normas urbanísticas, ambientais e de trânsito; Executar as obras públicas urbanas utilizando os equipamentos, veículos e materiais sob sua responsabilidade; Articular-se com as demais Secretarias Municipais com vistas a execução de obras públicas urbanas; Zelar pela conservação dos bens públicos municipais sob sua responsabilidade; Gerenciar as ações de iluminação pública; Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito no âmbito municipal e as demais atribuições que lhe compete como órgão executivo Municipal de Trânsito nos termos da Lei Federal nº 9.503/97; Planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, pedestres, animais e prover o desenvolvimento da circulação e da segurança dos ciclistas; Implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e equipamentos de controle viário; Coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas; Integrar-se a outros Órgãos e Entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e celeridade das transferências de veículos e de prontuários dos condutores de uma para outra unidade da Federação; Implantar as medidas da política nacional de trânsito e Programa Nacional de Trânsito; Promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN; Efetuar recolhimento de entulhos; realizar e/ou gerenciar os serviços de carpintaria, pintura e reparos elétricos; dirigir, coordenar, controlar e executar ou gerenciar as atividades relativas à operação do sistema de tratamento e disposição final de resíduos sólidos (resíduos sólidos domiciliares, resíduos dos serviços de saúde, resíduos da construção e demolição, resíduos industriais); Articular-se com outros órgãos públicos e com a sociedade para o efetivo desenvolvimento da política municipal de saneamento; Executar obras de saneamento básico, tais como: 1. conservação e ampliação do sistema de drenagens de águas pluviais; 2. apoio à ampliação do sistema de esgoto sanitário; 3. apoio suplementar na implantação e melhoramento nos sistemas de fornecimento e abastecimento de água; A execução de outras obras afins, de propriedade e de interesse do Município, determinadas pela autoridade competente; Administrar os serviços delegados de coleta, depósito, tratamento e destinação de detritos, rejeitos e lixo urbanos, segundo sua natureza; Promover o saneamento de locais baixos, facilitando o escoamento rápido de águas pluviais; Coordenar as atividades de fiscalização do serviço público de água e esgoto, bem como acompanhar as obras realizadas quanto ao serviço público de água e esgoto; supervisionar serviços referentes à manutenção de estradas e acessos rurais; programar as equipes para execução dos serviços; manter o cadastro técnico das estradas rurais; vistoriar e analisar as solicitações dos munícipes; fiscalizar a execução dos trabalhos desenvolvidos por empresas contratadas; responder pela assistência aos pequenos agricultores e fomento a política agrícola do Município; desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

REGIME DE TRABALHO: dedicação integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: livre nomeação e exoneração

CARGO: Subsecretário de Agropecuária e Meio Ambiente

ATRIBUIÇÕES: Planejar, executar e controlar, na forma da lei, a política agrícola no Município, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização e de armazenamento da produção; desenvolver ações públicas com vistas ao fomento da política agrícola; incentivar a implantação de hortas comunitárias nos bairros e comunidades do interior; participar de eventos e promoções relacionadas com o setor agropecuário e demais atividades de produção primária; desenvolver e apoiar ações voltadas ao desenvolvimento, da agricultura no Município; promover medidas, visando a aplicação correta de defensivos e fertilizantes, incentivando a proteção do solo; promover ações visando a preservação do meio ambiente; incentivar o ensino agrícola formal e informal, articuladamente com as demais Secretarias Municipais; promover e apoiar ações voltadas ao desenvolvimento da pecuária no Município; desenvolver ações objetivando a prática da inseminação artificial e outras que visem ao melhoramento genético dos rebanhos; promover medidas visando a educação e a defesa sanitária animal e vegetal; promover a execução de açudagens, irrigação e demais práticas visando o desenvolvimento da piscicultura; coordenar os trabalhos referentes à área de microbacia; apoiar o cooperativismo, o associativismo, a pesquisa, a extensão rural, a integração agroindustrial e outras formas de organização do produtor e da produção; promover medidas visando o desenvolvimento de atividades de estímulo à economia doméstica; apoiar e incentivar o desenvolvimento da apicultura e demais práticas do setor primário, no Município; incentivar o armazenamento e silagens, visando a formação de estoques regulares; promover medidas visando auxiliar o abastecimento por meio da produção de hortifrutigranjeiros; incentivar a industrialização, a conservação e a comercialização de produtos agropecuários; criar mecanismos de apoio à mecanização e infra-estrutura da propriedade rural; desenvolver ações voltadas para o abastecimento de água potável e de boa qualidade, junto às propriedades rurais; incentivar a implantação de equipamentos sociais e obras de infra-estrutura básica, visando incentivar a permanência do agricultor na zona rural; promover a implantação de viveiros para a produção de mudas de essências florestais, visando o florestamento e o reflorestamento; incentivar o desenvolvimento e a implantação de indústrias artesanais rurais; realizar a inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal e vegetal no Município de Luzerna; planejar, executar e controlar, na forma da lei, a política de meio ambiente no Município; planejar e coordenar a execução das atividades relativas ao licenciamento ambiental em conformidade com as Políticas Públicas do Município; supervisionar e orientar a análise técnica dos processos de Licenciamento Ambiental e de Autorização de Corte de Árvores; desincumbir-se de outras atividades que lhe forem atribuídas pela autoridade competente.

REGIME DE TRABALHO: dedicação integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: livre nomeação e exoneração

CARGO: Diretor de Serviços Integrados de Infraestrutura

ATRIBUIÇÕES: Gerenciar a elaboração de projetos, execução e conservação de obras públicas municipais; fiscalizar os contratos relacionados com obras e serviços da sua competência feitos pela Prefeitura ou órgãos que tenham competência para fazer intervenções em áreas públicas; promover a apropriação e controle de custos das obras e serviços municipais; gerenciar a execução direta ou contratada das atividades relativas à construção, ampliação, reforma, manutenção, conservação, restauração ou demolição de prédios, instalações e demais imóveis públicos; supervisionar a execução dos serviços de manutenção da pavimentação, galerias pluviais, máquinas e veículos; promover a implantação de sistema de infraestrutura básica adequada à evolução populacional de Luzerna e ao desenvolvimento urbano.

REGIME DE TRABALHO: dedicação integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: livre nomeação e exoneração

CARGO: Diretor de Paisagismo

ATRIBUIÇÕES: Assegurar a conservação e manutenção de praças e parques municipais; gerenciar as ações públicas de manutenção de praças e parques do Município planejar, programar e executar as ações para a conservação e a manutenção periódica das áreas verdes, praças e parques municipais; orientar os trabalhos relativos a paisagismo e plantio de espécies arbóreas e forrageiras em áreas públicas e Próprios municipais; manter e ampliar a arborização de ruas; coordenar e acompanhar o trabalho do pessoal de campo; promover a guarda e o controle da utilização dos equipamentos e máquinas sob sua responsabilidade e desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

REGIME DE TRABALHO: dedicação integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: livre nomeação e exoneração

CARGO: Coordenador de Manutenção de Equipamentos

ATRIBUIÇÕES: Administrar o Parque Rodoviário Municipal; executar os serviços da Oficina Mecânica Municipal, destinados a consertos e recuperação de equipamentos e máquinas rodoviárias municipais; manter registro da entrada e saída de equipamentos, máquinas e viaturas; proporcionar condições para o cumprimento dos prazos dos cronogramas físicos de obras programadas; conhecer qualitativa e quantitativamente a composição do Parque Rodoviário Municipal; conhecer e orientar os operadores de equipamentos rodoviários, sobre a capacidade de produção de cada equipamento; executar o acompanhamento da utilização do equipamento rodoviário, dando cobertura completa, inclusive nos casos de ocorrências que ocasionem impedimento da sua utilização; organizar um controle individual de desempenho de veículo, elaborado pelo seu operador; sugerir medidas quanto à ampliação, recuperação e renovação da frota do Parque Rodoviário Municipal; implantar e manter atualizado o controle estatístico de ocorrências que ocasionem paralisação dos equipamentos rodoviários; estabelecer programas de manutenção preventiva; conhecer e apurar, junto a cada operador, as irregularidades de cada unidade rodoviária; propor, quando os recursos forem suficientes, a manutenção por terceiros; promover o abastecimento das unidades rodoviárias do Parque Rodoviário Municipal, mediante controle detalhado da unidade rodoviária e do combustível aplicado, quando sob sua guarda e responsabilidade; promover a lubrificação das unidades rodoviárias; promover a lavagem das unidades rodoviárias; executar rigoroso e completo controle de combustíveis e lubrificantes; responder pela guarda, segurança e manutenção do equipamento a sua disposição; informar as unidades rodoviárias que apresentam gasto anormal; realizar todos os demais atos necessários ao bom desempenho das atividades da Coordenadoria, delegados pela autoridade competente.

REGIME DE TRABALHO: dedicação integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: livre nomeação e exoneração

CARGO: Assistente Administrativo de Agropecuária

ATRIBUIÇÕES: Receber e enviar correspondências e documentos referentes à Subsecretaria de Agropecuária de Meio Ambiente; elaborar relatórios pertinentes à área; acompanhar o trabalho da Subsecretaria de Agropecuária de Meio Ambiente; manter arquivos e cadastros de informações atualizados; assessorar à Subsecretaria de Agropecuária de Meio Ambiente com questões práticas da rotina de trabalho, como

preparar documentos, prestar informações ao público, responder e-mails.

REGIME DE TRABALHO: dedicação integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: livre nomeação e exoneração

CARGO: Secretário de Saúde e Assistência Social

ATRIBUIÇÕES: Planejar, formular e implementar as políticas municipais de saúde e assistência social, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelos Órgãos Federais e Estaduais, e pelos Conselhos Municipais de Saúde e Assistência Social; organizar, avaliar, controlar, fiscalizar e regulamentar as ações dos serviços e dos diferentes recursos de saúde sejam eles de prestação direta ou indireta, públicos ou privados; a gestão e execução dos serviços públicos de saúde, com vistas à universalização, à equidade e à integralidade do atendimento à saúde; a articulação da esfera municipal às esferas estadual e federal de gestão do Sistema Único Saúde - SUS; contribuir ao controle social e à participação da comunidade na gestão do sistema local de saúde e assistência social, através da garantia de acesso às informações e comunicações em saúde e assistência social; prestar apoio às organizações comunitárias de assistência social, bem como propiciar condições de planejamento estratégico, controle e integração de suas ações; manter convênios com a União, Estados e Municípios, bem como com entidades de assistência social, governamentais e não-governamentais, para implementação e execução de programas de assistência social; promover e implementar o atendimento de pessoas carentes de recursos, incluindo o resgate da cidadania e a recolocação no mercado de trabalho, bem como relacionar-se produtivamente com as entidades assistenciais, públicas ou privadas, conveniadas ou não; promover o desenvolvimento integral de ações voltadas ao acolhimento, fortalecimento e emancipação sócio-econômica e cultural das famílias e grupos sociais vulnerabilizados; implementar e executar serviços, projetos e programas sociais e benefícios de proteção social básica e, ou, especial acompanhamento e avaliação familiar, à criança, ao adolescente e ao idoso e demais grupos que deles necessitem; realizar serviços de fiscalização sanitária e epidemiológica de conformidade com a legislação vigente e promover o saneamento básico em conjunto com as demais Secretarias; contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços sócio assistenciais básicos e especiais, em área urbana e rural; assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária; desenvolver a Política Municipal de Habitação; realizar o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da política de Assistência Social.

REGIME DE TRABALHO: dedicação integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: livre nomeação e exoneração

CARGO: Diretor de Saúde

ATRIBUIÇÕES: Participar da formulação e implementação da política de assistência à saúde, observados os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde; auxiliar na organização do sistema de redes integradas de ações e serviços de saúde; identificar os serviços de referência para o estabelecimento de padrões técnicos de assistência à saúde; elaborar e propor normas para disciplinar as relações entre as instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde e os serviços privados contratados de assistência à saúde; participar da elaboração, implantação e implementação de normas, instrumentos, indicadores e métodos que fortaleçam a qualidade e a capacidade de gestão do Sistema Único de Saúde, no Município; contribuir para a equidade, apoiando e articulando grupos sociais que demandam políticas específicas de saúde; participar na coordenação da Política de Monitoramento e Avaliação da Gestão do Sistema Único de Saúde, por meio da análise de seu desenvolvimento, da identificação e disseminação de experiências inovadoras, produzindo subsídios para a tomada de decisões e a organização dos serviços; participar na seleção e contratação dos profissionais que compõem as equipes multiprofissionais de saúde, em conformidade com a legislação vigente; definir os diferentes fluxos de referência e contra-referência para serviços básicos e de maior complexidade ou de apoio diagnóstico, de acordo com a rede instalada; desempenhar outras atividades, determinadas pelo Secretário de Saúde e Assistência Social.

REGIME DE TRABALHO: dedicação integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: livre nomeação e exoneração

CARGO: Diretor de Assistência Social

ATRIBUIÇÕES: Coordenar as questões de ordem administrativa, financeira e funcional relativas aos Serviços, Projetos e Programas de Proteção Social Básica; coordenar e gerenciar a vigilância social no Município; efetuar o monitoramento e avaliação dos programas, projetos e serviços da área e das Entidades Sócio Assistenciais; gerenciar as ferramentas e tecnologias de informação do SUAS; gerenciar e acompanhar o planejamento das ações sociais no Município; gerenciar as atividades de Capacitação Continuada dos Trabalhadores do SUAS; gerenciar e coordenar o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS; gerenciar os Serviços de convivência para crianças, adolescentes, idosos, mulheres e pessoas com deficiência; coordenar a concessão de Benefícios Eventuais e atendimentos emergenciais às famílias; a formulação de políticas públicas e a proposição de diretrizes ao Chefe do Poder Público, visando às necessidades da pessoa com deficiência, mulheres e idosos; promover a cooperação técnica entre os órgãos do Poder Público e entidades privadas, a fim de assegurar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à pessoa com deficiência, mulheres e idosos; organizar campanhas e atividades que fomentem a inclusão social da pessoa com deficiência, mulheres e idosos; promover e divulgar eventos e atividades sociais, educacionais, esportivas e culturais referentes à pessoa com deficiência, mulheres e idosos; promover a realização de estudos, de pesquisas, formando um banco de dados, e ou de debates sobre a situação da população de pessoas com deficiência, mulheres e idosos neste Município; efetuar intercâmbio com instituições públicas, privadas, estaduais, nacionais e estrangeiras, visando à busca de informações para qualificar as políticas públicas a serem implantadas; instituir projetos e ações visando o acesso da pessoa com deficiência, mulheres e idosos à educação e ao mercado de trabalho; executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser designada pela autoridade superior.

REGIME DE TRABALHO: dedicação integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: livre nomeação e exoneração

CARGO: Chefe do Setor de Habitação e Trabalho

ATRIBUIÇÕES: Conduzir a política habitacional do Município de Luzerna, dirigida às famílias em situação de vulnerabilidade social, proporcionando o acesso a moradia; planejar, organizar, executar e controlar as atividades da política habitacional; administrar, conjuntamente com outros órgãos públicos, o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social; efetuar levantamentos, estudos, pareceres e outros documentos necessários ao desenvolvimento de projetos habitacionais, articuladamente com outros órgãos da Administração Municipal visando o desenvolvimento das atividades do Setor; efetuar o cadastramento de interessados em ingressar no programa de habitação popular, desenvolvido pelo Município; selecionar, com base nas informações cadastrais, os casos prioritários de atendimento, desde que atendidos os requisitos básicos estabelecidos; administrar a execução do programa habitacional, com a construção de moradias populares

e demais projetos, com vistas a minimizar o déficit habitacional no Município; promover e incentivar a participação efetiva das comunidades nos projetos desenvolvidos pelo Setor; promover, articuladamente com órgãos da Administração Estadual e Federal, o desenvolvimento de programas e projetos de atendimento à comunidade; efetuar o acompanhamento social dos projetos e ações de habitação; efetuar o acompanhamento social das famílias atendidas pela política de habitação; coordenar e gerenciar a execução dos programas voltados a inclusão produtiva; gerenciar o apoio ao artesanato e economia solidária; gerenciar os programas de enfrentamento à pobreza; gerenciar os programas de transferência de renda.

REGIME DE TRABALHO: dedicação integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: livre nomeação e exoneração

CARGO: Assistente Administrativo de Atenção Básica de Saúde

ATRIBUIÇÕES: Receber e enviar correspondências, convites, convocações e avisos e documentos referentes às Diretorias de Saúde; confeccionar planilhas e emitir relatórios pertinentes à área; acompanhar o trabalho da Secretaria de Saúde e Assistência Social; organizar sob orientação do Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social a Conferência Municipal de Saúde; buscar informações em sites de saúde e outros; organizar arquivos, pastas, documentos e atas; observar condições de infraestrutura e notificar problemas; fazer cadastros de programas projetos, convênios e parcerias; auxiliar na programação de escala de férias, no registro e controle de faltas, folgas e horas extras, participações em cursos e preparo da documentação para o servidor ausentar-se do trabalho; auxiliar no processo de capacitação da equipe; auxiliar no controle de notificações e produções periódicas; manter lista de contatos atualizada; manter a agenda organizada e atualizada; receber, arquivar documentos e encaminhar aos setores responsáveis; auxiliar na resolução de pendências; manipular fotocopiadoras e equipamentos audiovisuais; fazer a digitação de dados e documentos; auxiliar no controle da manutenção de equipamentos e materiais; organizar os pedidos das diferentes áreas Secretaria de Saúde e Assistência Social; atentar para a programação para processos licitatórios, validade de licitações e de outras modalidades de compra e prazo de vigência de contratos; auxiliar no processo de divulgação e programação de eventos e datas em saúde; atender colaboradores, representantes, fornecedores; participar de processos formais e informações de capacitação técnica; auxiliar de forma direta o Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social ou seu representante, quando no exercício de função em órgão colegiado regional, estadual ou federal.

REGIME DE TRABALHO: dedicação integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: livre nomeação e exoneração

CARGO: Assistente Administrativo de Atenção Básica de Assistência Social

ATRIBUIÇÕES: Receber e enviar correspondências, convites, convocações e avisos e documentos referentes à Assistência Social; confeccionar planilhas e emitir relatórios pertinentes à área; assessorar o ordenamento dos grupos de controle social presentes no Município de Luzerna; organizar sob orientação do Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social as Conferências Municipais ligadas à política de assistência social; buscar informações em sites de assistência social e outros; organizar arquivos, pastas, documentos e atas; fazer cadastros de programas projetos, convênios e parcerias; manter lista de contatos atualizada; manter a agenda organizada e atualizada; receber, arquivar documentos e encaminhar aos setores responsáveis; auxiliar na resolução de pendências; manipular fotocopiadoras e equipamentos audiovisuais; fazer a digitação de dados e documentos; auxiliar no controle da manutenção de equipamentos e materiais; atender aos usuários de assistência social; auxiliar de forma direta o Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social ou seu representante, quando no exercício de função em órgão colegiado regional, estadual ou federal.

REGIME DE TRABALHO: dedicação integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: livre nomeação e exoneração

CARGO: Secretário de Educação, Cultura e Esportes

ATRIBUIÇÕES: coordenar, apoiar e orientar os setores de educação, cultura e esportes; planejar, coordenar e executar atividades esportivas, turísticas e culturais; explorar espaços e áreas de turismo, esporte e cultura, em geral, no município e fora dele; planejar eventos para o desenvolvimento do esporte, turismo e da cultura no Município; representar o Município em todas as associações que desenvolvam o esporte, turismo e a cultura no Estado; coordenar, orientar os servidores lotados em sua Secretaria para o bom andamento da mesma e atendimento ao público; promover a integração entre a União, o Estado e o Município e entidades não governamentais, objetivando a promoção do esporte, turismo e da cultura; acompanhar o planejamento e a execução dos programas de capacitação dos profissionais da Área da educação, esporte, turismo e cultura; convocar e presidir as atividades dos Conselhos Municipais subordinados à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes; promover reuniões com servidores e especialistas para discussão, reflexão e elaboração de projetos que promovam o desenvolvimento educacional, esportivo, turístico e cultural no Município; buscar junto aos órgãos competentes, recursos para financiamentos de projetos e programas educacionais, turísticos, esportivos e culturais; executar tarefas que, por sua natureza, ou em virtude de disposições regulamentares, se coloquem no âmbito de sua competência; promover, coordenar, orientar, controlar e avaliar a execução da política educacional do Município, articulando-se com o Conselho Municipal de Educação, em consonância com a do Estado e da União, visando a expansão e a melhoria do ensino municipal; promover e acompanhar o desenvolvimento de estudos, levantamentos e pesquisas, objetivando o diagnóstico para melhoria da qualidade do ensino, bem como atender às demandas de informações por parte dos diversos setores governamentais; promover o desenvolvimento, a orientação e a implantação de atividades técnico-pedagógicas no Município; promover e acompanhar a execução de convênios com o Estado e outras esferas, definindo assim uma política de ação voltada para a educação infantil e o ensino fundamental; promover a valorização, a orientação e o aperfeiçoamento dos profissionais do ensino municipal; promover a orientação, a supervisão e a inspeção das atividades educacionais e administrativas, inclusive das desenvolvidas nas escolas particulares de educação infantil e ensino fundamental; promover a elaboração dos currículos, observando as diretrizes constantes na legislação e pronunciamentos dos Conselhos de Educação; promover assistência aos responsáveis pelos estabelecimentos de ensino, orientando-os na elaboração e na implantação de seus planos e programas de trabalho; coordenar, em nível local, os serviços de apoio ao educando; promover a análise e a seleção do material didático-pedagógico, providenciando sua aquisição e a orientação quanto a sua devida utilização; providenciar o acompanhamento físico-financeiro das obras e projetos educacionais decorrentes de convênios e contratos bem como a prestação de contas dos recursos aplicados; participar de programas educativos a cargo de outros órgãos públicos; promover e supervisionar os serviços relacionados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização da Educação Básica (FUNDEB) e Salário Educação; coordenar a execução de programas educacionais do Município, decorrentes de contratos e convênios com órgãos estaduais e federais que desenvolvam políticas voltadas para a educação da população; promover a avaliação periódica do sistema municipal, objetivando sua realimentação e melhoria de qualidade; conduzir outros trabalhos relacionados com seu campo de

atuação ou que lhe sejam determinados pelo Prefeito;promover o desenvolvimento cultural, esportivo e turístico do município do, através do estímulo ao cultivo das ciências, das artes, das letras, dos esportes e do turismo;promover e incentivar a realização de atividades e estudos de interesse local de natureza cultural e ou socioeconômica;incentivar e proteger o artista e o artesão;documentar artes populares, organizar, manter e supervisionar a biblioteca municipal;promover com regularidade a execução de programas culturais e recreativos de interesse para a população;promover e apoiar as práticas esportivas, aproveitar e desenvolver o potencial de esporte amador no município, conservar e manter ginásios de esportes e demais espaços físicos destinados à prática esportiva;assessorar o Poder Executivo em assuntos de sua competência.

REGIME DE TRABALHO: dedicação integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: livre nomeação e exoneração

CARGO: Diretor de Educação e Cultura

ATRIBUIÇÕES: Coordenar, planejar e avaliar, juntamente com as gerências, os projetos a serem implantados e as ações a serem implementadas pelas Gerências de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos, ou seja, na Educação Básica da Rede Municipal; buscar constantemente, junto com sua equipe, acompanhar as inovações da área educacional e a constante melhoria dos indicadores de qualidade; planejar e executar a formação continuada dos Educadores da Rede Municipal; coordenar as bibliotecas escolares e a biblioteca Municipal Bom Retiro; responsabilizar-se pela elaboração do Calendário Escolar; coordenar a gestão do planejamento estratégico; planejar e articular a gestão dos recursos financeiros; formular diretrizes e definir critérios de gestão financeira, pedagógica, administrativa, de pessoas e de inovação; elaborar projetos para captação de recursos junto ao Estado e União; assegurar na forma da lei e obedecendo aos princípios constitucionais, o atendimento ao educando, de 0 a 5 anos de idade, na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, nas Séries Iniciais e Séries Finais; articular-se com as demais redes de ensino, objetivando o aprimoramento e a manutenção da qualidade pedagógica; implementar programas, cursos, palestras aos educandos, referente a temas atuais e interesse geral; planejar, juntamente com a Secretária de Educação, Cultura e Esportes a realização e participação dos educadores da Rede Municipal de Ensino, em Seminários, Simpósios, Feiras, Palestras, Exposições, Mostras didático-pedagógicas, Programas de Literatura, visando a formação continuada destes; implantar e implementar Projetos Educacionais complementares; acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades pedagógicas desenvolvidas nas Unidades Escolares, observando o desempenho dos educandos e educadores; coordenar a execução de projetos que contemplem ações voltadas à estrutura física, equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos; formular, coordenar, executar e apoiar programas de incentivo ao desenvolvimento cultural; gerenciar a política municipal de cultura; desenvolver ações públicas de desenvolvimento da cultura luzernense; coordenar e gerenciar a realização de eventos organizados, patrocinados ou que venham a ter a colaboração da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes; elaborar, propor e gerenciar projetos culturais no âmbito do Município de Luzerna; acompanhar a execução de programas, projetos e eventos culturais realizados no Município de Luzerna; fomentar e promover o artesanato local; contatar com entidades de classe, clubes de serviços, organizações sociais e populares, para difusão da cultura;incentivar e apoiar o surgimento de grupos de culto à tradição e à cultura popular em todos os níveis e manifestações;promover a formação do museu histórico do Município e manter, zelar e modernizar o Museu Frei Miguel;promover estudos e pesquisas para definição do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e da cultura do Município;promover as letras e as artes;incentivar e apoiar todos os movimentos culturais;estimular e apoiar todos os artistas locais;apoiar exposições ou mostras de artes e letras; identificar e cadastrar, mantendo sob sua guarda e responsabilidade arquivo atualizado da área cultural; identificar e orientar a preservação do patrimônio histórico; desenvolver e executar a política e o planejamento municipal de turismo; promover ações voltadas para o desenvolvimento turístico do Município; promover a divulgação dos potenciais turísticos do Município;incentivar a instalação, ampliação e modernização de empreendimentos voltados para o desenvolvimento turístico do Município; promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento econômico e social; incluir o Município no roteiro turístico do Estado; representar o Município nas promoções e atividades turísticas;desenvolver outras atividades determinadas pelo Secretário.

REGIME DE TRABALHO: dedicação integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: livre nomeação e exoneração

CARGO: Diretor de Esportes

ATRIBUIÇÕES: A administração e o desenvolvimento de projetos voltados ao esporte e lazer no Município de Luzerna; dirigir a política municipal de esporte; organizar, coordenar, dirigir, supervisionar e controlar as atividades técnicas necessárias à consecução dos objetivos da política municipal de esporte; elaborar programas e projetos, bem como relatórios das atividades da área sob sua responsabilidade; supervisionar e coordenar a execução dos programas e projetos; manter contatos com órgãos federal, estaduais e municipais e da área privada visando à integração de programas e projetos; coordenar a realização das promoções da Secretaria; organizar, coordenar, dirigir, supervisionar e controlar as atividades técnicas e projetos esportivos; elaborar e coordenar programas e projetos especiais, de iniciação esportiva, de competição e de alto rendimento, bem como apresentar relatórios das atividades da área sob sua responsabilidade; supervisionar e coordenar junto com os professores e técnicos especialistas, a execução dos programas, projetos e eventos; administrar o patrimônio, praças esportivas como Ginásios, Estádio, quadras públicas; e materiais utilizados pela Diretoria de Esportes; solicitar compras ou aquisições, vendas ou alienações, na forma prevista na legislação pertinente; promover o recebimento, tombamento, identificação, cadastro, avaliação, reavaliação, incorporação, carga e descarga de bens patrimoniais; realizar outras atividades relativas à administração de material e patrimônio que lhe forem cometidas na forma desta Lei.

REGIME DE TRABALHO: dedicação integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: livre nomeação e exoneração

CARGO: Coordenador do Centro de Eventos

ATRIBUIÇÕES: Gerir, organizar, coordenar, supervisionar e administrar o Centro de Eventos; Manter o Centro de Eventos aberto, nos horários determinados, e em condições de proporcionar perfeito atendimento ao público freqüentador; gerenciar e orientar os servidores lotados no Centro de Eventos; responsabilizar-se pela manutenção e pela correta utilização do Centro de Eventos pelo público, articulando-se com as demais Secretarias e órgãos pertinentes da Administração Pública e parceiros, sempre que necessário e, em especial, na realização de eventos e em atividades de manutenção; zelar pelo cumprimento, em todas as atividades desenvolvidas, das normas e legislações vigentes nas áreas de segurança, saúde e meio ambiente, em especial no que tange às orientações dos órgãos fiscalizadores; supervisionar as atividades realizadas no Centro de Eventos, bem como as respectivas licenças que devem ser providenciadas pelos organizadores junto aos órgãos públicos, para a realização das atividades programadas; acompanhar as montagens e desmontagens das estruturas móveis voltadas

para a realização de eventos, no que tange à logística e utilização das melhores práticas para a conservação do Centro de Eventos; reportar-se e cumprir as determinações da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, no que se referir à administração financeira e à manutenção do imóvel no que tange às atividades artísticas e culturais desenvolvidas em suas dependências; fazer cumprir o Regimento Interno do Centro de Eventos, de forma a garantir o uso adequado de suas instalações e equipamentos.

REGIME DE TRABALHO: dedicação integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: livre nomeação e exoneração

Art.8º- Altera o Parágrafo Único e revoga os incisos do art. 15 da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004, que passa a ter a seguinte redação:

“art. 15 - ...

Parágrafo Único - As atribuições das Funções Gratificadas, constantes do Anexo IV da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e suas alterações, são as seguintes:

FUNÇÃO GRATIFICADA: Chefe do Setor de Tesouraria

ATRIBUIÇÕES: Assegurar a concretização das orientações financeiras definidas superiormente; participar em reuniões periódicas de coordenação da Área de Administração Geral e Finanças; elaborar propostas devidamente fundamentadas que visem a melhoria do funcionamento da Tesouraria e submetê-las a apreciação superior; efetuar os recebimentos, de acordo com as Guias de Recebimento (Guias de Receita) e dar deles o respectivo documento de quitação; efetuar o pagamento das despesas devidamente autorizadas; elaborar diariamente a Folha de Caixa (Diário de Caixa); elaborar o Resumo Diário de Tesouraria; proceder à guarda, conferência e controle sistemático do numerário e valores de Caixa e Bancos; controlar o movimento das contas bancárias, através do sistema informático instalado na Tesouraria, com o objetivo de poder elaborar o Resumo Diário de Caixa; assinar os cheques e ordens de transferência bancária e recolher as restantes assinaturas; efetuar os depósitos, transferências e levantamentos, tendo em atenção a rentabilização dos valores; assistir à verificação do estado de responsabilidade do tesoureiro, efetuado por quem for nomeado para verificar os fundos, montantes e documentos entregues à sua guarda, através de contagem física do numerário e documentos sob a sua responsabilidade; assegurar o depósito das receitas em instituição bancária e proceder ao seu registro no Diário de Caixa e no Resumo de Tesouraria; enviar, diariamente, para a Contabilidade os originais e duplicados da Folha de Caixa (Diário de Tesouraria) e do Resumo Diário de Tesouraria, acompanhados dos duplicados das Guias de Recebimento (Guias de Receita) e de todos os restantes documentos; recepcionar os duplicados dos Diários de Caixa e dos Resumos de Tesouraria e arquivá-los; executar outras funções que lhe sejam superiormente cometidas ou impostas por lei ou regulamento em matéria financeira.

FUNÇÃO GRATIFICADA: Coordenador de Atenção Básica em Saúde

ATRIBUIÇÕES: Planejar, organizar, executar e gerenciar os serviços e ações de Atenção Básica, incluindo as unidades próprias e as decorrentes de convênios; planejar, organizar, executar e controlar as ações e programas de saúde, previstos no Plano Municipal de Saúde do Município, desenvolvendo ações preventivas, assistenciais e de promoção da saúde, dentro das diretrizes do Sistema Único de Saúde e do que preconiza a lei; planejar, orientar e avaliar as ações e serviços prestados à população nas Unidades Básicas de Saúde e outros serviços e programas aprovados no Plano Municipal de Saúde, em articulação com as demais instâncias da Secretaria de Saúde e Assistência Social; promover o desenvolvimento de ações estratégicas voltadas para a reorientação do modelo de atenção à saúde, tendo como eixo estruturador as ações de atenção básica em saúde; organizar o fluxo de usuários, visando a garantia das referências a serviços e ações de saúde fora do âmbito da Atenção Básica; fortalecer e expandir a Estratégia de Saúde da Família na rede de serviços, visando à organização sistêmica da atenção à saúde; estimular e viabilizar a capacitação e a educação permanente dos profissionais das equipes; viabilizar infraestrutura necessária ao funcionamento das Unidades de Saúde, dotando-as de recursos materiais, equipamentos e insumos suficientes para o conjunto de ações propostas; organizar e analisar os dados de interesse das equipes locais e da gestão municipal, relativos à atenção básica, disponibilizando e divulgando os resultados obtidos; programar as ações da Atenção Básica a partir de sua base territorial, utilizando instrumento de programação local; participar da elaboração de metodologias e instrumentos de monitoramento e avaliação da Atenção Básica na esfera municipal, desenvolvendo mecanismos técnicos e estratégias organizacionais de qualificação de recursos humanos, com vistas à institucionalização da avaliação; definir estratégias de articulação com os serviços de saúde; firmar, monitorar e avaliar os indicadores da Atenção Básica, divulgando anualmente os resultados alcançados; buscar a viabilização de parcerias com organizações governamentais, não governamentais e com o setor privado para fortalecimento da Atenção Básica no âmbito do seu território; participar na seleção e contratação dos profissionais que compõem as equipes multiprofissionais de saúde, em conformidade com a legislação vigente; definição do território de atuação das UBS; desempenhar outras atividades, determinadas pelo Secretário de Saúde e Assistência Social.

FUNÇÃO GRATIFICADA: Coordenador Executivo do PROCON Municipal

ATRIBUIÇÕES: Coordenar a política municipal de defesa do consumidor; promover procedimento administrativo, como instância de instrução e julgamento no âmbito de sua competência, dentro das regras fixadas pela legislação em vigor; aplicar as sanções administrativas previstas na legislação de defesa do consumidor; receber, assinar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias ou sugestões apresentadas por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado; prestar aos consumidores orientação permanente sobre os seus direitos e garantias; informar, conscientizar e motivar o consumidor através dos meios de comunicação; desenvolver palestras, campanhas, feiras, debates e outras atividades correlatas; manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços; expedir notificações aos fornecedores para que, sob pena de desobediência, prestem informações sobre questões de interesse do consumidor; manter vínculo com órgãos e entidades de notória especialização técnica para a consecução dos do PROCON.

FUNÇÃO GRATIFICADA: Chefe do Setor de Licitações

ATRIBUIÇÕES: Receber processos e elaborar Editais de Licitação; receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes; receber, analisar e julgar os pedidos de credenciamento de licitantes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF); promover o credenciamento dos licitantes interessados em participar da seção pública de pregões presenciais; encaminhar Editais de Licitação para a emissão de Parecer Jurídico, efetuando, após aprovação, a publicação dos mesmos; acolher, julgar e responder às impugnações de Edital nos termos da legislação vigente; promover a análise prévia das propostas de preço dos produtos ofertados em pregões eletrônicos e presenciais, abrir a sessão pública do pregão, no dia e horário pré-estabelecidos no instrumento convocatório; receber, examinar e julgar propostas de preço e documentos de habilitação referentes a pregões eletrônicos e

presenciais; realizar consultas, junto ao setor interessado no produto ou serviço a ser contratado, visando esclarecer dúvidas relacionadas à qualidade e ao atendimento das especificações constantes no edital da licitação; promover reuniões para analisar e julgar a documentação relativa à habilitação de todos os licitantes e as propostas dos concorrentes habilitados; efetuar, quando necessário, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo; receber, analisar e emitir parecer sobre recursos interpostos contra as decisões do pregoeiro, da Comissão de Licitação e os relacionados à fase de julgamento das propostas e à de habilitação de licitantes, encaminhando o processo à autoridade superior, devidamente instruído para julgamento, decisão e conclusão final da licitação; encaminhar ao ordenador da despesa os processos licitatórios conclusos para homologação.

FUNÇÃO GRATIFICADA: Chefe do Setor de Desenvolvimento Humano

ATRIBUIÇÕES: Definir e implementar, em conjunto com os órgãos da Administração Municipal, o dimensionamento adequado dos seus quadros de cargos e funções, com vistas a assegurar a estrutura adequada para concretização de seus objetivos institucionais; indicar, quando necessário, a possibilidade de simplificação e aperfeiçoamento de processos e métodos de trabalho, buscando maior eficiência e qualidade dos serviços públicos; desenvolver e executar a política de profissionalização e capacitação continuada dos servidores municipais dos órgãos da Administração Municipal; gerenciar o sistema informatizado e descentralizado de recursos humanos; manter e atualizar documentos inerentes às rotinas e políticas de pessoal; disponibilizar informações íntegras, tempestivas, autênticas e completas, que facilitem a tomada de decisão dos gestores municipais, a fiscalização dos órgãos de controle e a transparência da gestão pública aos cidadãos e sociedade civil organizada; desenvolver políticas de gestão de pessoas que auxiliem na melhoria contínua da eficiência e qualidade dos serviços públicos; criar e fomentar ações que assegurem a saúde e segurança dos servidores municipais, reduzindo os riscos de acidentes, doenças funcionais e o absenteísmo; participar da elaboração do orçamento para execução das políticas de gestão de pessoas e da folha mensal de pagamento e encargos sociais de todos os órgãos da Administração Municipal; emitir e publicar todos os atos administrativos inerentes à nomeação, exoneração, demissão e demais registros funcionais e financeiros dos servidores; elaborar projetos de leis pertinentes às rotinas e políticas de pessoal, acompanhados de fundamentação técnica e legal pertinente; emitir regulamentos relativos às rotinas e políticas de pessoas para os órgãos da Administração Municipal; efetuar outras atividades afins, no âmbito de suas competências.

FUNÇÃO GRATIFICADA: Chefe do Setor de Tributação

ATRIBUIÇÕES: Atendimento ao público; arrecadar valores, controlar recebimentos, atualizar débitos; controlar parcelamentos, inscrever em dívida ativa; encaminhar débitos para cobrança; manter o cadastro atualizado dos contribuintes; processar a abertura de empresas e profissionais autônomos; emitir Alvarás e Certidões referentes a assuntos constantes no cadastro tributário do Município; propor medidas para o aperfeiçoamento da legislação tributária afetas a sua área de atuação.

FUNÇÃO GRATIFICADA: Chefe do Setor de Tecnologias Educacionais

ATRIBUIÇÕES: Gerir a área de tecnologia da informação da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes; supervisionar a área de equipamentos e componentes, internet e rede lógica, plataforma e programas, suporte e treinamento da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes; assessorar a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes nas questões relativas às tecnologias educacionais; encaminhar, à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes propostas de adoção de políticas e diretrizes; representar a área de Tecnologias Educacionais no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes; planejar, organizar, dirigir e controlar a execução de atividades em ambientes informatizados da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes; definir requisitos técnicos para a contratação de produtos e serviços referentes à tecnologias Educacionais para a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes; identificar fornecedores e solicitar demonstrações de produtos e serviços relacionados às tecnologias educacionais para a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes; estabelecer o cronograma de trabalho e ações emergenciais referentes ao atendimento relacionado a Tecnologias Educacionais; estabelecer e divulgar os padrões e procedimentos adotados: na nomenclatura de equipamentos, na interface com o usuário, no formato de arquivos digitais, no uso de impressoras, além das boas práticas em ambientes informatizados; realização de pesquisas de opinião sobre assuntos relacionados à área de Tecnologias Educacionais; diagnóstico de necessidades - atuais ou iminentes da área de Tecnologias Educacionais.

FUNÇÃO GRATIFICADA: Chefe do Setor de Vigilância Sanitária

ATRIBUIÇÕES: Coordenar e acompanhar o desenvolvimento de serviços e ações de investigação, fiscalização e vigilância sanitária em conformidade com legislação vigente e em articulação com os demais órgãos e instituições estaduais e federais; desenvolver e coordenar programas de educação sanitária; fazer cumprir as legislações sanitárias municipal, estadual e federal, investindo-se como autoridade sanitária com poderes para atuar, processar e impor sanções em caso de infrações a leis e regulamentos; autorizar a concessão de alvarás sanitários e outros documentos previstos na legislação vigente, relativos a produtos e estabelecimentos produtores relacionados direta ou indiretamente com a saúde; elaborar normas técnicas específicas de Vigilância Sanitária no âmbito municipal, atendidas as disposições legais; elaborar planos, emitir pareceres, executar diligências e demais ações de fiscalização sanitária; manter um sistema de informações que favoreça a participação do consumidor e do usuário nas ações de Vigilância Sanitária; participar, em integração com a Diretoria de Saúde e outros órgãos afins, da execução das ações de fármaco-vigilância, da vigilância de agravos inusitados, vigilância das enfermidades transmissíveis por alimentos, das intoxicações químicas e outras; subsidiar a atualização da legislação sanitária municipal, compatibilizando-a com a Legislação Estadual e Federal em função das peculiaridades do Município; exercer atividades correlatas que lhe forem delegadas.

FUNÇÃO GRATIFICADA: Chefe do Setor de Controle de Frotas

ATRIBUIÇÕES: Controlar a entrada e saída de motoristas e veículos da frota oficial do Município; Analisar as solicitações de veículos e elaborar planilha diária de distribuição destes; exercer controle sobre o combustível, produtos e peças utilizadas nos veículos; encaminhar os veículos danificados para serem reparados em oficina mecânica autorizada; analisar os relatórios mensais emitidos pelos motoristas; acompanhar a gestão dos contratos de locação, manutenção de veículos, fornecimento de combustíveis e seguros; controle permanente da frota, incluindo dados cadastrais e equipamentos de cada veículo (pneus, rádios, bateria e outros); implantar e manter atualizado um sistema de custo de manutenção; elaborar e analisar orçamentos de custos de manutenção.

Art.9º- As demais disposições vigentes da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004, permanecem inalteradas.

Art.10- Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 1º do mês subsequente à sua publicação.

Luzerna(SC), 21 de março de 2017.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PL 005/2017 - DL 002/2017 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CISAMARP - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE LUZERNA
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório 005/2017
Dispensa nº 002/2017

O Poder Público Municipal torna pública a Dispensa de Licitação referente ao contrato de rateio firmado com a CISAMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira/SC, denominado CONSÓRCIO/CONTRATADO, e o MUNICÍPIO DE LUZERNA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Rua 16 de Fevereiro, nº 151, CEP 89609-000, denominado CONSORCIADO/CONTRATANTE, e de acordo com a Lei nº 8.666/93; Lei 11.107/05, o Decreto Federal nº 6.017/07, bem como a Legislação Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMARP, Lei Municipal nº 1499, de 14 de fevereiro de 2017, bem como as cláusulas do Contrato de Programa nº 01/2017, objetivando a entrega de recursos financeiros variáveis relativos à utilização dos serviços referente ao atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 001/2017 firmado, para o exercício de 2017.

Valor homologado: cota anual máxima prevista no valor de R\$ 74.880,00

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas em especial o disposto no art. 24, inciso XXVI.

Luzerna (SC), 31 de março de 2017.
Moisés Diersmann
Prefeito de Luzerna

PL 035/2017 - TP 002/2017 - REFORMA CENTRO DE RECUPERAÇÃO - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE EDITAL
Processo Licitatório nº 035/2017 - PML
Tomada de Preço nº 002/2017 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito, MOISÉS DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de engenharia e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para execução de reforma do espaço destinado a implantação de programas de auxílio e reabilitação social, em edificação pertencente ao Município de Luzerna, localizada na Rua São Roque, nº 303, Centro, tudo conforme projetos, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma em anexo ao Edital.

REGIMENTO: Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 20 de abril de 2017.

ABERTURA ENVELOPES DA DOCUMENTAÇÃO: às 09h10min do dia 20 de abril de 2017.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

PL 036/2017 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2017/PML - AGRICULTURA FAMILIAR

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo Licitatório 036/2017 - PML
Dispensa nº 008/2017 - PML
Chamamento Público nº 002/2017 - PML

O Poder Público Municipal torna pública a Dispensa de Licitação referente a contratação destinada a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Fornecedores:

- * COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE TANGARA – COOPAFAT
- * INDUSTRIA E COMERCIO DE SUCOS SÃO CARLO LTDA - ME
- * JOSE LUIS DEZANET
- * JULIO ANTONIO MARQUEZ
- * MARILDE DAGOSTIN
- * MAURO HECKLER

Valor homologado: R\$ 38.579,70

Fundamento legal: art. 14, §1º da Lei nº 11.947/2009.

Luzerna (SC), 03 de abril de 2017.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PL 037/2017 - DL 009/2017 - LICENCIAMENTO AMBIENTAL (LOTEAMENTO POPULAR) - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

Processo Licitatório 037/2017

Dispensa nº 009/2017

O Município de Luzerna torna pública a Dispensa de Licitação para Serviço de Engenharia referente à contratação com a empresa JRG SO-LUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.778.303/0001-32, com endereço na Avenida XV de Novembro, 1190, Centro, Joaçaba/SC, CEP 89600-000 para o Licenciamento Ambiental objetivando a execução de loteamento popular de interesse social, em terreno de 26.961,61m² inscrito sob matrícula nº 32.718 do Cartório de Registro de Imóveis 1º Ofício, situado na Estrada Municipal de Acesso (Anel Viário), Bairro Empresarial de Luzerna/SC.

Valor homologado: R\$12.000,00

Fundamento legal: artigo 24, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Luzerna (SC), 03 de abril de 2017.

Moisés Diersmann

Prefeito de Luzerna

PL 038/2017 - DL 010/2017 - PROJETO ELÉTRICO (LOTEAMENTO POPULAR) - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

Processo Licitatório 038/2017

Dispensa nº 010/2017

O Município de Luzerna torna pública a Dispensa de Licitação para Serviço de Engenharia referente à contratação com a empresa RGV ENGENHARIA LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.100.173/0001-14, com endereço na Rua Minas Gerais, 166, Bairro Santa Tereza, Joaçaba/SC, CEP 89600-000 para a execução de Projeto Elétrico objetivando a execução de loteamento popular de interesse social, em terreno de 26.961,61m² inscrito sob matrícula nº 32.718 do Cartório de Registro de Imóveis 1º Ofício, situado na Estrada Municipal de Acesso (Anel Viário), Bairro Empresarial de Luzerna/SC.

Valor homologado: R\$2.500,00

Fundamento legal: artigo 24, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Luzerna (SC), 03 de abril de 2017.

Moisés Diersmann

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 063/17

PORTARIA Nº 063/17 de 30 de março de 2017.

“READAPTA SERVIDOR QUE ESPECIFICA”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- READAPTAR, conforme indicação do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, o servidor LAURO HACK, ocupante do emprego público efetivo de Operador de Máquinas, para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 30 de março de 2017.

Art.2º- O servidor deverá cumprir o horário determinado para a Secretaria em que atuará.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de março de 2017.

Luzerna(SC), 30 de março de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Mafra

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 014/2017

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 014/2017

Contrato n°: 014/2017

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: ELEC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO LTDA

Objeto: O presente contrato tem por objetivo a aquisição de bocal tipo "One-Way", com válvula de retenção do retorno de ar e sifão para retenção de líquidos, embalados individualmente, homologado pelo INMETRO, com todas as especificações adequadas ao Etilômetro BAF 300, fabricado exclusivamente pela ELEC, através da Polícia Militar de Mafra.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 091/2017- Inexigibilidade n° 002/2017

Valor: R R\$ 1.890,00 (mil oitocentos e noventa)

Data Assinatura: 08 de março de 2017

Prazo: 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado dês de devidamente justificado pela autoridade competente.

Dotação Orçamentária:

294 - 1 . 24002 . 6 . 122 . 24 . 2.186 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

Maracajá

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 003/FMS/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial 003/FMS/2017

OBJETIVO: Registro de preços de tiras reagentes para medição da glicemia, para aquisições futuras, no atendimento ao programa de alto monitoramento glicêmico e unidades descentralizadas de saúde da rede municipal de Saúde de Maracajá/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 24 de abril de 2017 às 17h00min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getulio Vargas nº530 – bairro Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h30min às 17h30min, ou pelos telefones (**48) 3523-1199 e 3523-1111, ou através do endereço eletrônico licitacao@maracaja.sc.gov.br

Maracajá, 31 de março de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 004/FMS/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial 004/FMS/2017

OBJETIVO: Registro de preços de Órteses e Próteses, para aquisições futuras, no atendimento a pessoas carentes do Fundo Municipal de Saúde de Maracajá/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 17 de abril de 2017 às 17h00min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getulio Vargas nº530 – bairro Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h30min às 17h30min, ou pelos telefones (**48) 3523-1199 e 3523-1111, ou através do endereço eletrônico licitacao@maracaja.sc.gov.br

Maracajá, 31 de março de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 017/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial 017/2017

OBJETIVO: Aquisição de materiais de limpeza para atendimento a rede municipal de ensino (escolas e CEI), serviços de convivência e fortalecimento de vínculo, terceira idade e administração em geral do município de Maracajá.

DATA DE ABERTURA: Dia 25 de abril de 2017 às 17h00min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getulio Vargas nº530 – bairro Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h30min às 17h30min, ou pelos telefones (**48) 3523-1199 e 3523-1111, ou através do endereço eletrônico licitacao@maracaja.sc.gov.br

Maracajá, 31 de março de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 307/2017

DECRETO Nº 307, DE 3 DE ABRIL DE 2017

Exonera servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto exonerada a pedido a servidora pública ALIANDRA MARA RIGONI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2017.

Maravilha – SC, 3 de abril de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 308/2017

DECRETO Nº 308, DE 3 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratado em caráter temporário, pelo período de 3 de abril de 2017 a 2 de abril de 2018, ZAUQUEU CAMARGO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 797.712.709-15, para ocupar o cargo de Agente de Manutenção e Conservação, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 3 de abril de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 309/2017

DECRETO Nº 309, DE 3 DE ABRIL DE 2017

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Concurso Público Edital nº 001/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada INDIRA KLEIN SCHMIDT, brasileira, inscrita no CPF sob nº 069.025.099-13, para assumir o cargo de Fiscal de Tributos, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Planejamento, Administração e Fazenda, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 3 de abril de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 310/2017

DECRETO Nº 310, DE 3 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 3 de abril de 2017 a 2 de abril de 2018, DAYANNA BASSO PEROZZO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 049.262.199-30, para ocupar o cargo de Psicólogo, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 3 de abril de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 311/2017

DECRETO Nº 311, DE 3 DE ABRIL DE 2017

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeado MOZER MATHEUS DE OLIVEIRA, para assumir o cargo de Diretor, lotado na Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 3 de abril de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 312/2017

DECRETO Nº 312, DE 3 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 004/2016, homologado pelo Decreto nº 76, de 30 de janeiro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 3 de abril de 2017 a 2 de abril de 2018, CRISTIELI BRINGHUEI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 081.531.799-93, para ocupar o cargo de Psicólogo, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto

correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 3 de abril de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 313/2017

DECRETO Nº 313, DE 3 DE ABRIL DE 2017

Nomeia Órgão Técnico e Gestor de Parcerias da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 2014 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado RODRIGO MOTTER como Órgão Técnico de Parcerias da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, nos termos do art. 35, inciso V e suas alíneas, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 2º Fica igualmente nomeado MOZER MATHEUS DE OLIVEIRA como Gestor de Parcerias da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, nos termos do art. 61, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 3 de abril de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 314/2017

DECRETO Nº 314, DE 3 DE ABRIL DE 2017

Nomeia Órgão Técnico e Gestor de Parcerias da Secretaria de Saúde nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 2014 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada ROSINEI HOSS como Órgão Técnico de Parcerias da Secretaria de Saúde, nos termos do art. 35, inciso V e suas alíneas, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 2º Fica igualmente nomeada MIRIANE SARTORI como Gestora de Parcerias da Secretaria de Saúde, nos termos do art. 61, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 3 de abril de 2017.

ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 315/2017

DECRETO Nº 315, DE 3 DE ABRIL DE 2017

Nomeia Órgão Técnico e Gestor de Parcerias da Secretaria de Assistência Social nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 2014 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada LIANE MULLER como Órgão Técnico de Parcerias da Secretaria de Assistência Social, nos termos do art. 35, inciso V e suas alíneas, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 2º Fica igualmente nomeada KATHYUCIA LARA IMMIG como Gestora de Parcerias da Secretaria de Assistência Social, nos termos do art. 61, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 3 de abril de 2017.

ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 316/2017

DECRETO Nº 316, DE 3 DE ABRIL DE 2017

Exonera servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto exonerada a servidora pública LEONICE FATIMA NEMIRSKI CASTANHA, ocupante do cargo de

Diretor, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 3 de abril de 2017.

ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 317/2017

DECRETO Nº 317, DE 3 DE ABRIL DE 2017

Exonera servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto exonerada a pedido a servidora pública MARCIELLY THIAGO, ocupante do cargo de Professor ACT, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 3 de abril de 2017.

ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei nº 4.003/2017

LEI Nº 4.003, DE 3 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre contribuição financeira para a Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer de Maravilha/SC e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar, em forma de contribuição financeira, o valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) mensais, para a Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer de Maravilha/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 01.959.465/0001-37, localizada na Avenida Araucária, nº 769, Centro, neste Município.

Parágrafo único. O valor da contribuição de que trata o presente artigo será repassado anualmente à Entidade, com a possibilidade de ser reajustado anualmente pelo INPC, nos termos da Lei. NR

Art. 2º O valor do repasse, a título de contribuição financeira, de que trata o artigo 1º tem por objetivo auxiliar a Entidade com a contratação de uma profissional enfermeira.

Art. 3º O repasse dos valores será realizado nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 4º A Entidade deverá prestar contas dos recursos concedidos, conforme o Art. 43, § 4º, e demais disposições da Instrução Normativa N.TC-14/2012.

Art. 5º Fica a beneficiária proibida de repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado.

Art. 6º A não comprovação da aplicação dos recursos recebidos, conforme o objeto constante do plano de trabalho, e/ou caso a prestação de contas não for aprovada pelo órgão fiscalizador, a Entidade deverá obrigatoriamente efetuar a devolução dos recursos e dos rendimentos da aplicação ao Município de Maravilha/SC.

Art. 7º As despesas decorrente desta Lei serão consignadas no orçamento municipal vigente.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Maravilha - SC, 3 de abril de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Marema

PREFEITURA

CONTRATO FMAS Nº: 002/2017

MINUTA

Contrato nº: 002/2017 de 03 de março de 2017
Contratante: Município de Marema/FMAS-Fundo Municipal de Assistência Social
Contratado: LEITUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA – ME
Objeto: VIAGEM CULTURAL
Valor total: R\$ 900,00 (reais).
Prazo: 08/03/2017
Foro: Comarca de Xaxim

Marema, 03 de março de 2017.

CONTRATANTE
ADILSON BARELLA
Prefeito Municipal

CONTRATO FMAS Nº: 003/2017

MINUTA

Contrato nº: 003/2017
Contratante: Município de Marema
Contratado: MITRA DIOCESANA DE CHAPECO-PARÓQUIA SÃO LUIZ GONZAGA
Objeto: LOCAÇÃO DO ESPAÇO PARA EVENTOS
Valor Total: R\$ 280,00 com luz e água incluso
Prazo: 11 de março de 2017
Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 07 de março de 2017

ADILSON BARELLA
Prefeito Municipal

CONTRATO FMAS Nº: 012/2017

MINUTA

Contrato FMAS nº: 012/2017
Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social
Contratado: FENIX CURSOS E TREINAMENTOS LTDA ME, inscrito no CNPJ/MF n. 19.608.839/0001-35
Objeto: Serviço de Assessoria na Gestão da Assistência Social; Cursos para atendimento a programas desenvolvido junto ao Departamento de Assistência Social.
Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 002/2017 – Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 002/2017.
Valor Total: R\$ 19.800,00 (reais).
Prazo: 31 de Dezembro de 2017.
Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 20 de Março de 2017

CONTRATANTE
ADILSON BARELLA
Prefeito Municipal

CONTRATO FMAS Nº: 013/2017

MINUTA

Contrato nº: 013/2017
Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social
Contratado: BIG ARTES LTDA ME - CNPJ sob nº. 11.895.980/0001-54
Objeto: Serviço de Assessoria na Gestão da Assistência Social; Cursos para atendimento a programas desenvolvido junto ao Departamento de Assistência Social.
Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 002/2017 – Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 002/2017.
Valor Total: R\$ 20.610,00 (reais).
Prazo: 31 de Dezembro de 2017.
Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 20 de Março de 2017

CONTRATANTE
ADILSON BARELLA
Prefeito Municipal

CONTRATO FMAS Nº: 014/2017

MINUTA

Contrato nº: 014/2017
Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social
Contratado: NEUSA MOSCON SUZANA MEI - CNPJ sob nº. 19.281.587/0001-82
Objeto: Serviço de Assessoria na Gestão da Assistência Social; Cursos para atendimento a programas desenvolvido junto ao Departamento de Assistência Social.
Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 002/2017 – Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 002/2017.
Valor Total: R\$ 22.729,00 (reais).
Prazo: 31 de Dezembro de 2017.
Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 20 de Março de 2017

CONTRATANTE
ADILSON BARELLA
Prefeito Municipal

CONTRATO FMAS Nº: 015/2017

MINUTA

Contrato nº: 015/2017
Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social
Contratado: SPEEDT INTELIGENCIA EM TECNOLOGIA LTDA EPP - CNPJ sob nº. 24.736.257/0001-74
Objeto: Serviço de Assessoria na Gestão da Assistência Social; Cursos para atendimento a programas desenvolvido junto ao Departamento de Assistência Social.
Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 002/2017 – Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 002/2017.
Valor Total: R\$ 27.810,00 (reais).
Prazo: 31 de Dezembro de 2017.
Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 20 de Março de 2017

CONTRATANTE
ADILSON BARELLA
Prefeito Municipal

Marema - SC, 14 de Março de 2017.

Adilson Barella
Contratante

CONTRATO FMAS Nº: 016/2017

MINUTA

Contrato nº: 016/2017

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: ADRIANO PELEGRINI - CNPJ sob nº. 27.034.509-0001-01

Objeto: Serviço de Assessoria na Gestão da Assistência Social; Cursos para atendimento a programas desenvolvido junto ao Departamento de Assistência Social.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 002/2017 – Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 002/2017.

Valor Total: R\$ 13.500,00 (reais).

Prazo: 31 de Dezembro de 2017.

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 20 de Março de 2017

CONTRATANTE
ADILSON BARELLA
Prefeito Municipal

CONTRATO FMAS Nº: 006/2017

MINUTA

Contrato/FMAS nº: 006/2017

Contratante: Município de Marema/FMAS-Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: FABIANE FALABRETTI ME

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza e material de consumo para atendimento ao departamento de Assistência Social, CRAS e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 01/2017 – Pregão Presencial/FMAS n. 01/2017.

Valor Total: R\$ 9.073,60 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2017

Foro: Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina

Marema - SC, 14 de Março de 2017.

Adilson Barella
Contratante /Prefeito

CONTRATO FMAS Nº: 004/2017

MINUTA

Contrato/FMAS nº: 004/2017

Contratante: Município de Marema/FMAS-Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: IVONIR MATIASO ME

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza e material de consumo para atendimento ao departamento de Assistência Social, CRAS e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 01/2017 – Pregão Presencial/FMAS n. 01/2017.

Valor Total: R\$ 18.711,90 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2017

Foro: Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina

Marema - SC, 14 de Março de 2017.

Adilson Barella
Contratante /Prefeito

CONTRATO FMAS Nº: 007/2017

MINUTA

Contrato/FMAS nº: 007/2017

Contratante: Município de Marema/FMAS-Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: ESSENCIAL PRODUTOS PARA HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza e material de consumo para atendimento ao departamento de Assistência Social, CRAS e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 01/2017 – Pregão Presencial/FMAS n. 01/2017.

Valor Total: R\$ 621,88 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2017

Foro: Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina

Marema - SC, 14 de Março de 2017.

Adilson Barella
Contratante /Prefeito

CONTRATO FMAS Nº: 005/2017

MINUTA

Contrato/FMAS nº: 005/2017

Contratante: Município de Marema/FMAS-Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: SUPERMERCADO MAREMA LTDA ME

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza e material de consumo para atendimento ao departamento de Assistência Social, CRAS e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 01/2017 – Pregão Presencial/FMAS n. 01/2017.

Valor Total: R\$ 16.033,45 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2017

Foro: Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina

CONTRATO FMAS Nº: 008/2017

MINUTA

Contrato/FMAS nº: 008/2017

Contratante: Município de Marema/FMAS-Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA ME

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza e material de consumo para atendimento ao departamento de Assistência Social, CRAS e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 01/2017 – Pregão Presencial/FMAS n. 01/2017.

Valor Total: R\$ 10.237,14 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2017
Foro: Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina

Marema - SC, 14 de Março de 2017.

Adilson Barella
Contratante /Prefeito

CONTRATO FMAS Nº: 009/2017

MINUTA

Contrato/FMAS nº: 009/2017

Contratante: Município de Marema/FMAS-Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza e material de consumo para atendimento ao departamento de Assistência Social, CRAS e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 01/2017 – Pregão Presencial/FMAS n. 01/2017.

Valor Total: R\$ 8.667,22 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2017

Foro: Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina

Marema - SC, 14 de Março de 2017.

Adilson Barella
Contratante /Prefeito

CONTRATO FMAS Nº: 010/2017

MINUTA

Contrato/FMAS nº: 010/2017

Contratante: Município de Marema/FMAS-Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: CTR ALIMENTOS LTDA ME

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza e material de consumo para atendimento ao departamento de Assistência Social, CRAS e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 01/2017 – Pregão Presencial/FMAS n. 01/2017.

Valor Total: de R\$ 3.822,40 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2017

Foro: Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina

Marema - SC, 14 de Março de 2017.

Adilson Barella
Contratante /Prefeito

CONTRATO FMAS Nº: 011/2017

MINUTA

Contrato/FMAS nº: 011/2017

Contratante: Município de Marema/FMAS-Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: BISTRO E PIZZARIA MBA LTDA ME

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza e material de consumo para atendimento ao departamento de Assistência Social, CRAS e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 01/2017 – Pregão

Presencial/FMAS n. 01/2017.

Valor Total: R\$ 9.675,00 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2017

Foro: Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina

Marema - SC, 14 de Março de 2017.

Adilson Barella
Contratante /Prefeito

CONTRATO FMS Nº: 011/2017

MINUTA

Contrato/FMS nº: 011/2017

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: ALTERMED MAT. MED. HOSP. LTDA

Objeto: Aquisição de material médico e odontológico e material permanente para uso na unidade de saúde do Município

Vinculação: Processo Licitatório/FMS nº. 005/2017 Pregão Presencial Compras e Serviços/FMS nº. 004/2017

Valor total: R\$ 13.303,62(reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2017

Foro: Foro da Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina

Marema/ SC, 07 de março de 2017

Adilson Barella
Contratante /Prefeito

CONTRATO FMS Nº: 012/2017

MINUTA

Contrato/FMS nº: 012/2017

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA ME

Objeto: Aquisição de material médico e odontológico e material permanente para uso na unidade de saúde do Município

Vinculação: Processo Licitatório/FMS nº. 005/2017 Pregão Presencial Compras e Serviços/FMS nº. 004/2017

Valor total: R\$ 17.141,42 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2017

Foro: Foro da Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina

Marema/ SC, 07 de março de 2017

Adilson Barella
Contratante /Prefeito

CONTRATO FMS Nº: 013/2017

MINUTA

Contrato/FMS nº: 013/2017

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: CASA CIRURGICA CHAPECO LTDA

Objeto: Aquisição de material médico e odontológico e material permanente para uso na unidade de saúde do Município

Vinculação: Processo Licitatório/FMS nº. 005/2017 Pregão Presencial Compras e Serviços/FMS nº. 004/2017

Valor total: R\$ 16.12,70 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2017

Foro: Foro da Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina

Marema/ SC, 07 de março de 2017

Adilson Barella
Contratante /Prefeito

CONTRATO FMS Nº: 014/2017

MINUTA

Contrato/FMS nº: 014/2017

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: DENTAL OESTE - EPP

Objeto: Aquisição de material médico e odontológico e material permanente para uso na unidade de saúde do Município

Vinculação: Processo Licitatório/FMS nº. 005/2017 Pregão Presencial Compras e Serviços/FMS nº. 004/2017

Valor total: R\$ 8.672,51 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2017

Foro: Foro da Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina

Marema/ SC, 07 de março de 2017

Adilson Barella

Contratante /Prefeito

CONTRATO FMS Nº: 015/2017

MINUTA

Contrato/FMS nº: 015/2017

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: DENTAL SHOW COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS

Objeto: Aquisição de material médico e odontológico e material permanente para uso na unidade de saúde do Município

Vinculação: Processo Licitatório/FMS nº. 005/2017 Pregão Presencial Compras e Serviços/FMS nº. 004/2017

Valor total: R\$ 12.41,88 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2017

Foro: Foro da Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina

Marema/ SC, 07 de março de 2017

Adilson Barella

Contratante /Prefeito

CONTRATO FMS Nº: 016/2017

MINUTA

Contrato/FMS nº: 016/2017

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS LTDA

Objeto: Aquisição de material médico e odontológico e material permanente para uso na unidade de saúde do Município

Vinculação: Processo Licitatório/FMS nº. 005/2017 Pregão Presencial Compras e Serviços/FMS nº. 004/2017

Valor total: R\$ 9.106,80 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2017

Foro: Foro da Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina

Marema/ SC, 07 de março de 2017

Adilson Barella

Contratante /Prefeito

CONTRATO FMS Nº: 017/2017

MINUTA

Contrato/FMS nº: 017/2017

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: POSSATTO & POSSATTO LTDA ME

Objeto: Aquisição de material médico e odontológico e material permanente para uso na unidade de saúde do Município

Vinculação: Processo Licitatório/FMS nº. 005/2017 Pregão Presencial Compras e Serviços/FMS nº. 004/2017

Valor total: R\$ 14.953,60 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2017

Foro: Foro da Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina

Marema/ SC, 07 de março de 2017

Adilson Barella

Contratante /Prefeito

CONTRATO FMS Nº: 018/2017

MINUTA

Contrato/FMS nº: 018/2017

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: PRO-CIRÚRGICA CHAPECO EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MEDICOS LTDA-ME

Objeto: Aquisição de material médico e odontológico e material permanente para uso na unidade de saúde do Município

Vinculação: Processo Licitatório/FMS nº. 005/2017 Pregão Presencial Compras e Serviços/FMS nº. 004/2017

Valor total: R\$ 7.454,90 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2017

Foro: Foro da Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina

Marema/ SC, 07 de março de 2017

Adilson Barella

Contratante /Prefeito

CONTRATO FMS Nº: 019/2017

MINUTA

Contrato/FMS nº: 019/2017

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: SANTA LUCIA PRODUTOSPRA SAUDE EIRELI

Objeto: Aquisição de material médico e odontológico e material permanente para uso na unidade de saúde do Município

Vinculação: Processo Licitatório/FMS nº. 005/2017 Pregão Presencial Compras e Serviços/FMS nº. 004/2017

Valor total: R\$ 10.431,37 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2017

Foro: Foro da Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina

Marema/ SC, 07 de março de 2017

Adilson Barella

Contratante /Prefeito

CONTRATO FMS Nº: 020/2017

MINUTA

Contrato/FMS nº: 020/2017

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MEDICO EIRELI-EPP

Objeto: Aquisição de material médico e odontológico e material permanente para uso na unidade de saúde do Município

Vinculação: Processo Licitatório/FMS nº. 005/2017 Pregão Presencial Compras e Serviços/FMS nº. 004/2017

Valor total: R\$ 19.773,85 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2017

Foro: Foro da Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina

Marema/ SC, 07 de março de 2017

Adilson Barella
Contratante /Prefeito

CONTRATO Nº: 037/2017

MINUTA

Contrato nº: 037/2017
Contratante: MUNICÍPIO DE MAREMA
Contratado: PROJETARC ENGENHARIA LTDA ME
Objeto: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
Valor Total: R\$ 4.500,00 (reais).
Prazo: 07 de julho de 2017
Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 03 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE MAREMA
CNPJ nº 78.509.072/0001-56
CONTRATANTE

CONTRATO Nº: 039/2017

MINUTA

Contrato nº: 039/2017
Contratante: Município de Marema
Contratada: VALDECIR GENTIL FLORES
Finalidade: Mão de Obra aplicado no conserto de muro de pedra junto ao centro de múltiplo uso
Valor Total: R\$ 7.500,00 (reais)
Prazo: 30 de abril de 2017
Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 08 de março de 2017

ADILCON BARELLA
Contratante /Prefeito

CONTRATO Nº: 042/2017

MINUTA

Contrato nº: 042/2017
Contratante: Município de Marema
Contratada: IVANDRO MARTINI
Finalidade: Colocação de Manta Térmica e tecido isolante térmico junto ao Colégio Municipal, reparo de parede com infiltração, construção de escada e bocas de lobos.
Valor Total: R\$ 4.500,00 (reais)
Prazo: 10 de abril de 2017
Foro: Comarca de Xaxim – SC
Marema/ SC, 20 de março de 2017

ADILSON BARELLA
Contratante /Prefeito Municipal

CONTRATO Nº: 038/2017

MINUTA

Contrato nº: 038/2017 de 03 de março de 2017
Contratante: Município de Marema.
Contratado: LEITUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA – ME
Objeto: VIAGEM CULTURAL
Valor Total: R\$ 6.960,00 (reais).

Prazo: 24 de março de 2017
Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 03 de março de 2017.
CONTRATANTE
ADILSON BARELLA
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº: 040/2017

MINUTA

CONTRATO: 040/2017
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Marema
CONTRATADO: Ruas Representações Ltda ME
OBJETO: Aquisição de Sêmen Bovino
VINCULAÇÃO: Processo Licitatório nº. 014/2017, Pregão Presencial Compras e Serviços nº. 013/2017
VALOR TOTAL: R\$ 22.490,00 (reais)
PRAZO: 31 de dezembro de 2017
FORO: Foro da Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina

Marema/ SC, 13 de março de 2017

Adilson Barella
Contratante /Prefeito

CONTRATO Nº: 041/2017

MINUTA

CONTRATO: 041/2017
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Marema
CONTRATADO: Sementec Genética Ltda
OBJETO: Aquisição de Sêmen Bovino
VINCULAÇÃO: Processo Licitatório nº. 014/2017, Pregão Presencial Compras e Serviços nº. 013/2017
VALOR TOTAL: R\$ 58.955,00 (reais)
PRAZO: 31 de dezembro de 2017
FORO: Foro da Comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina

Marema/ SC, 13 de março de 2017

Adilson Barella
Contratante /Prefeito

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº. 3415 DE 15 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº. 3415 DE 15 DE MARÇO DE 2017

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1784 de 02 de Dezembro de 2016, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito suplementar no valor de R\$ 49.100,00 (Quarenta e Nove Mil e Cem reais), conforme programa e verba abaixo discriminado:

0300 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0302 – GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO
0302.004.122.0030.2013 – Administração dos Serviços Gerais
0302 – 44900000 – Aplicações Diretas
0302 – 38900 – Alienação Bens Dest. Outros Programas
..... R\$ 49.100,00

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado, decorrerá do Superávit Financeiro verificado no exercício de 2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 15 DE MARÇO DE 2017.
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3416 DE 15 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº. 3416 DE 15 DE MARÇO DE 2017

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1784 de 02 de Dezembro de 2016, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito suplementar no valor de R\$ 44.038,31 (Quarenta e Quatro Mil Trinta e Oito Reais e Trinta e Um Centavos), conforme programa e verba abaixo discriminado:

0600 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
0601 – GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO
0601.010.301.0190.2013 – Administração dos Serviços Gerais
0601 – 31900000 – Aplicações Diretas
0601 – 30200 – Receitas de Impostos – Saúde
..... R\$ 44.038,31

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado, decorrerá do Superávit Financeiro verificado no exercício de 2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 15 DE MARÇO DE 2017.
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3417 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº. 3417 DE MARÇO DE 2017

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1784 de 02 de Dezembro de 2016, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito suplementar no valor de R\$ 3.185,00 (Três Mil Cento e Oitenta e Cinco Reais), conforme programa e verba abaixo discriminado:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0601 – GERÊNCIA DE SAÚDE
0601.010.301.0190.2094 – Manutenção Da Secretaria de Saúde
0601 – 33900000 – Aplicações Diretas
0601 – 10200 –Receitas de Impostos - Saúde
..... R\$ 3.185,00

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado, decorrerá da anulação no valor de R\$ 3.185,00 (Três Mil Cento e Oitenta e Cinco Reais), do programa e verba abaixo discriminados:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0601 – GERÊNCIA DE SAÚDE
0601.010.301.0190.2094 – Manutenção Da Secretaria de Saúde
0601 – 31900000 – Aplicações Diretas
0601 – 10200 –Receitas de Impostos - Saúde
..... R\$ 104,03
0601 – 33500000 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos
0601 – 10200 –Receitas de Impostos - Saúde
..... R\$ 795,72
0601 – 44900000 – Aplicações Diretas
0601 – 10200 –Receitas de Impostos - Saúde
..... R\$ 2.285,25

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 15 DE MARÇO DE 2017.
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3418 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº. 3418 DE MARÇO DE 2017

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1784 de 02 de Dezembro de 2016, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos suplementares no valor de R\$ 6.489,37 (Seis Mil Quatrocentos e Oitenta e Nove Reais e Trinta e Sete Centavos), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
 0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
 0501.012.306.0080.2033 – Manutenção Do Programa de Merenda Escolar
 0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 3.153,64
 0501.012.366.0100.2056 – Manutenção Da Educação de Jovens e Adultos
 0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 2.222,50
 0506 – GERÊNCIA DE ESPORTES
 0506.027.812.0132.2068 – Manutenção Do Programa de Merenda Escolar
 0506 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0506 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 1.113,23

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados decorrerão da anulação no valor de R\$ 6.489,37 (Seis Mil Quatrocentos e Oitenta e Nove Reais e Trinta e Sete Centavos), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
 0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
 0501.012.306.0080.2033 – Manutenção Do Programa de Merenda Escolar
 0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 3.153,64
 0501.012.366.0100.2056 – Manutenção Da Educação de Jovens e Adultos
 0501 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 2.222,50
 0506 – GERÊNCIA DE ESPORTES
 0506.027.812.0132.2068 – Manutenção Do Programa de Merenda Escolar
 0506 – 44900000 – Aplicações Diretas
 0506 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 1.113,23

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 15 DE MARÇO DE 2017.
 ARMINDO SESAR TASSI
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
 Gerente de Gabinete

LEI Nº 1798/2017

LEI Nº 1798/2017

Insere parágrafo único no art. 1º da Lei nº 1093 de 24 de Julho de 2009

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica inserido no art. 1º da Lei nº 1093 de 24 de julho de 2009 o Parágrafo Único com o seguinte teor:

“Parágrafo Único Para efeito desta Lei são considerados espaços públicos as praças, canteiros, rotatórias, academias populares, parquinhos infantis.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 03 de abril de 2017
 ARMINDO SESAR TASSI
 Prefeito

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
 Gerente de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO 01.2017 PP 01.2017 (FASS) - REGISTRO DE PREÇOS: GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE DIVERSOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS CAFÉS DOS ENCONTROS DOS GRUPOS DA TERCEIRA IDADE DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 18/04/2017.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 18/04/2017.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 03 de abril de 2017.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 10.2017 PP 08.2017 (FMS) - AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETA E CAPACETE

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2017

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO

PRESENCIAL, objetivando a AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETA EQUIPADADA COM BAÚ E UM CAPACETE PARA A VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 18/04/2017.

ABERTURA DA SESSÃO: 14h00min do dia 18/04/2017.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 03 de abril de 2017.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO 52.2017 PP 39.2017 (PMM)
- REGISTRO DE PREÇOS: PEÇAS PARA OFICINA
(SERVIÇOS DE SOLDA)**

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2017

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA OFICINA (PARA SERVIÇOS DE SOLDA) DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 17/04/2017.

ABERTURA DA SESSÃO: 14h00min do dia 17/04/2017.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 03 de abril de 2017.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49.2017 PP 36.2017 -
AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR**

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2017

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 1.444/2007, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 19/04/2017.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 19/04/2017.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 03 de abril de 2017.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA Nº142-2017

PORTARIA n.º 142/2017

TRATA DA PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

PRORROGAR

Art. 1.º A portaria nº 128/2017, que concede licença saúde à servidora SANTINA NICOLAU DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de encaminhamento para benefício junto a Previdência Social, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 03 de Abril de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº143-2017

PORTARIA n.º 143/2017

TORNA SEM EFEITO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei nº 1409/2009, de 28 de Dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1408/2009, de 28 de Dezembro de 2009 e suas alterações e Edital do Processo Seletivo 001/2017, resolve:

TORNAR

Artigo 1.º Tornar sem efeito a Portaria 140/2017, publicada no dia 03 de Abril de 2017, no Dom - Edição nº 2224, pagina 714.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 03/04/2017.

Artigo 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 03 de Abril de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 005-2017 PRÓTESES DENTÁRIAS-FMS

Resolução nº 005/2017 de 03/04/17

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 237/2017, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

ERNO MICHELIN, gestor do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Resolve:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 237/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 020/2017, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto AQUISIÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS TOTAIS (PT) E PRÓTESES DENTÁRIAS PARCIAIS REMOVÍVEIS (PPR) PARA PROTETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO USUÁRIA DO SUS DA REDE BÁSICA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ACORDO COM O PROGRAMA BRASIL SORRIDENTE, adjudicado a favor da seguinte empresa:

Empresa	Valor Total Homologado
CLÍNICA ODONTOLÓGICA 19 DE DEZEMBRO LTDA EPP	32.390,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Segunda-Feira, 03 de abril de 2017.

ERNO MICHELIN
Gestor FMS

Registrado e publicado na data supra:

EDER SCHLOSSER DA SILVA
Depto. de Licitações

Monte Carlo

PREFEITURA

DECRETO Nº 38.2017 NOMEIA MEMBROS DO PMEDUCAÇÃO

DECRETO Nº 038/2017 DE 03 DE MARÇO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALTE VEDOVATTO, Prefeita Municipal do município de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 938/15, de 06 de março de 2015, Lei Municipal nº 941/15 de 24 de março de 2015 e demais legislações pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam Nomeados para compor a Equipe Técnica Acompanhamento e Adequação do Plano Municipal de Educação - PME, especificamente para fazer levantamentos dos dados educacionais e elaborar uma proposta de Documento-Base a ser oferecido e validado pela Comissão antes da ampla divulgação e do debate público, os seguintes membros a seguir especificados:

Secretaria Municipal de Educação

- 1.1 Marlei Vedovatto
- 1.2 Rita de Cassia Vicente Flesch
- 1.3 Patrícia Luciana Proêncio
- 1.4 Neusa Maria Sganderla
- 1.5 Edir Salete de Souza
- 1.6 Salete Ana Macarine
- 1.7 Hamilton Ribeiro

2. Escolas Municipais

- 2.1. E.E.B.M Carlos Pisani – Series Iniciais – Ensino Fundamental
- 2.1.2 Alessandra Aparecida Deon Pieri
- 2.1.3 Kelly Morais Pieri

2.2 E.E.B.M. Olga Fortes

- 2.2.1 Maria Ivone Scuzziatto
- 2.2.2 Luciana da Rosa Gepfrick

2.3 E.E.B.M Erci Dick

- 2.3.1 Sandra Carvalho
- 2.3.2 Noeli Elza Gerlach

2.4 E.E.M. Maria do Rosário Fischer – Ensino Fundamental

- 2.4.1 Emidia Benta de Andrade
- 2.4.2 Fernanda Fortes

2.5 E.E.B.M. Sonho Infantil

- 2.5.1 Fabiana Ribeiro
- 2.5.2 Juraci Aparecida Ribeiro da Silva

3. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE

- 3.1 Ana Tavares

4. Educação Especial

- 4.1 Michelli Rosangela Pauletti
- 4.2 Jandira de Lara
- 4.3 Marciana Ozorio
- 4.4 Celia de Fatima Gomes

- 4.5 Elenice Castanha
- 4.6 Claudete Gonçalves
- 4.7 Marcionete Menegatti

5. PROGRAMA CULTURAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- 5.1 Sinclair da Rosa

6. BIBLIOTECA PUBLICA MUNICIPAL

- 6.1 Leonir Rossi

7. ESCOLAS ESTADUAIS

- 7.1 E.E.B. Marino Pisani
- 7.1.1 Adriana Raízes da Cruz

7.2 E.E.B.E Professora Virginia Paulina da Silva Gonçalves

- 7.2.1 Alexandre Dementóvis

8. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

- 8.1 Ilcemar Scapinelli Menegatti

9. CASA DA CIDADANIA

- 9.1 Maria Auxiliadora Sganderla Biavati

10. ENSINO TECNICO PROFISSIONALIZANTE

- 10.1 Pamela de Oliveira de Souza – SENAI – Campos Novos

11. ENSINO SUPERIOR

- 11.1 Saulo Borsato – UNOESC – VIDEIRA.

Art. 2º - O mandato dos membros nomeados por este decreto, considerado serviço público relevante não remunerado, terá duração até a finalização e conclusão do Plano Municipal de Educação - PME.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 03 de março de 2017.

Registre-se. Publique-se. Cumpre-se.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2017/PM

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 044/2017/PM

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2017/PM

REGISTRO DE PREÇO Nº 020/2017/PM

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pela Prefeita Municipal Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando REGISTRO DE PREÇO para contratação futura de pessoa jurídica para fornecimento de serviços para o TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO. Os envelopes de “PROPOSTA DE PREÇOS” e “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro, Monte Carlo, SC.

Os envelopes deverão ser entregues a partir das 12:00 horas do dia 04/abril/2017 até as 12:45 horas do dia 17/abril/2017.

Abertura da sessão no dia 17/abril/2017 às 13:00 horas.

A presente licitação será do tipo menor preço, com objetivo de selecionar melhor proposta, consoante as condições estatuídas em Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 004/2017 de 10/janeiro/2017, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: Sala de Reunião – Prefeitura Municipal

INFORMAÇÕES: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo – SC, 03 de abril de 2017

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

Morro da Fumaça

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 061/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 061, DE 04 DE ABRIL DE 2017

"ACRESCENTA NÚMERO DE VAGAS AO CARGO DE FARMACÊUTICO E AO CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL, PREVISTOS NO ANEXO II, DA LEI MUNICIPAL Nº 1284, DE 24 DE JUNHO DE 2008."

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica acrescido para 03 o número de vagas para o cargo de Farmacêutico, previsto no anexo II da Lei 1284, de 24 de Junho de 2008.

Art. 2º - O cargo de Assistente Social, previsto no anexo II da Lei 1284, de 24 de Junho de 2008, será acrescido de 02 vagas, tendo um total de 05 vagas.

Art. 3º - Os vencimentos e a carga horária dos cargos de Farmacêutico e Assistente Social são aqueles constantes e definidos no Anexo I da Lei Complementar Municipal nº 006, de 15 de Dezembro de 2011, com suas atualizações.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, em 29 de Março de 2017.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

DALVANIA CARDOSO

Secretária do Sistema Econômico

LEI COMPLEMENTAR Nº 062/2017

LEI COMPLEMENTAR nº. 062, DE 04 DE ABRIL DE 2017

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 002, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE TRATA DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - A Lei Complementar no 002, de 21 de Dezembro de 2009, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

Art. 311. [...]

§4º A data de pagamento anual do imposto descrito no caput deste artigo será definida por ato próprio do Poder Executivo, com desconto de 15% (quinze por cento) sobre o pagamento antecipado.

Art. 417. [...]

§5º - Ficam isentos das taxas definidas no §3º deste artigo os estabelecimentos abertos em horário especial quando assim for definido pela Câmara de Dirigentes Legistas – CDL deste Município.

Art. 2º - A Lei Complementar no 002, de 21 de Dezembro de 2009, passa a vigorar com a alteração dos seguintes dispositivos:

Art. 75. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional.

Art. 359. [...]

§ 1º- As multas serão aplicadas sobre as importâncias corrigidas com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Art. 3º - Fica revogado o Parágrafo Único do art. 75 da Lei

Complementar no 002, de 21 de Dezembro de 2009.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 04 de Abril de 2017.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

DALVANIA CARDOSO

Secretária do Sistema Econômico

REGISTRO DE PREÇOS 040/2017

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 040/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTÃO DE SERVIÇO DE DESENTUPIMENTO DE REDES DE DRENAGEM E ESGOTO DO MUNICÍPIO E LIMPEZA DE BUEIROS, BOCA DE LOBO, FOSSAS SÉPTICAS, LIMPEZA, LAVAÇÃO DE ESTRADAS E FACHADAS E LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA ATÉ 1000L, conforme anexo I. Data: 18/04/2017 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVANIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

Navegantes

PREFEITURA

PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 016/2017 EDITAL DE 7ª CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO, DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS DE MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR (A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSOR (A) DE SÉRIES FINAIS, AGENTES DE EDUCAÇÃO DA

PROCESSO SELETIVO – EDITAL Nº 016/2017

EDITAL DE 7ª CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO, DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS DE MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR (A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSOR (A) DE SÉRIES FINAIS, AGENTES DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria de Administração, torna pública a sétima chamada do Processo Seletivo, para o provimento das funções de monitor de educação infantil, Professor(A) De Educação Infantil, Professor(A) de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Professor (A) de Séries Finais, Agentes de Educação.

1. Da Chamada

1.1. Serão chamados para o provimento a partir de ABRIL de 2017 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Processo Seletivo nº 001/2014 e 001/2017, conforme segue:

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH	PERÍODO
PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL	04	20	VESP
PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	05	20	MAT/VESP
PROFESSOR (A) DE SÉRIES FINAIS– disciplina Ciências	01	10	MAT
PROFESSOR (A) DE SÉRIES FINAIS– disciplina Educação física	03	10/20	MAT/VESP
AGENTE DE EDUCAÇÃO 20 HORAS	06	20	VESP
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	01	40	INTEGRAL
MONITOR	07	30	MAT/VESP

2 . Das Exigências para a Contratação

2.1. Os candidatos aprovados serão chamados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

- a. 1 foto 3x4
- b. 2 cópias do RG – Carteira de Identidade – NÃO PODE SER HABILITAÇÃO
- c. 2 Cópias do CPF
- d. Situação Cadastral do CPF (consultar no site www.receita.fazenda.gov.br / Aplicações/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp)
- e. 2 Cópias do Comprovante de Residência – EM NOME DO CANDIDATO, PAI OU MÃE, SE DO CONJUGE, ANEXAR A CERTIDÃO DE CASAMENTO OU DECLARAÇÃO DE RESIDENCIA AUTENTICADA EM CARTÓRIO.
- f. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento ou escritura pública de união estável ou documento similar emitido por autoridade de registro civil e RG e CPF do(a) companheiro (a)
- g. Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino até 45 anos)
- h. Cópia do Título de Eleitor
- i. Cópia do comprovante da última votação
- a. Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município, conforme data agendada neste edital ,no item 4., na Junta Médica, sito á Rua Conselheiro João Gaya, nº 996, TELEFONE: 3249-0188. Apresentar no local o formulário PREENCHIDO do anexo I ou II.
- j.
- k. 1 Cópia da Carteira Profissional frente e verso, constando: Número, Série, U.F. e Data de Expedição
- l. 1 Cópia do Número de PIS/PASEP
- m. 1 Cópia do Conselho de Registro Profissional (se o cargo exigir)
- n. 1 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (se o cargo exigir)
- o. DIPLOMA ou HISTÓRICO ESCOLAR comprovando a escolaridade e a especialidade exigida para o cargo Autenticada em Cartório,
- p. Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente
- q. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição
- r. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios
- s. Certidão de Nascimento dos dependentes
- t. 1 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos
- u. 1 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7(sete) anos
- v. Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezesete) anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente

- w. Se possuir filhos menores de 18 anos: RG ou Certidão de Nascimento
 x. Se possuir filhos entre 18 e 21 anos: RG e CPF
 y. Se possuir filhos com algum tipo de deficiência incapacitante permanente: Laudo médico e documentação do dependente RG e CPF
 z. Se possui filhos dependentes em situação de guarda, tutela ou curatela: termo correspondente e documentação do dependente RG e CPF
 aa. 1 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia, se Funcionário Público
 bb. Certidões de Negativas de Antecedentes Criminais:
 a) da Justiça Federal(www.trf4.jus.br) certidão cível, criminal, eleitoral e eleitoral 1º grau
 b) da Justiça Estadual(no Fórum de sua Cidade ou pelo site www.tjsc.jus.br)
 c) da Justiça Eleitoral(www.tse.gov.br) certidão de quitação e de crimes eleitorais.

OBS: Os itens P, Q, R foram anexados os Formulários para preenchimento, assinatura e apresentação com toda a documentação.

2.3. O (a) Candidato(a) que não apresentar toda a documentação exigida na data agendada será eliminado automaticamente.

2.4. A aprovação neste Processo Seletivo Concurso Público não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Servidores Públicos Cíveis da Prefeitura Municipal de Navegantes.

1.5. A efetivação é de competência do Prefeito de Navegantes, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

2. Dos candidatos a serem chamados

2.1. Cargo: Professor de Educação Infantil – 001/2017 (20 horas semanais) 001/2017

Classif.	Candidato
1.	Isabel Baumrucker Turassi
2.	Viviane De Cassia Catarina
3.	Daniely Costa Lindozo
4.	Maelly Custodio Pivatto

2.1.1. Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

Cargo: Professor de Educação Infantil – 001/2017 (20 horas semanais) 001/2017

Classif.	Candidato
1.	Valdeci De Jesus Pires Santos
2.	Evelin Maria Dos Santos Felipe
3.	Nayara Caldonho
4.	Jeniffer Pereira
5.	Flavia Regina Ferreira Felicio
6.	Gabriela Ana Domingos
7.	Juraci Maria Antonietti

2.2. Cargo: Professor de Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 001/2017 (20 horas semanais) 001/2017

Classif.	Candidato
1.	Krishnayane Andresen Albano
2.	Gardenia De Fatima Alves Rosa Matias
3.	Cintia Renata Cabral
4.	Camila Cioli
5.	Patricia Rodrigues Tavares

2.2.1. Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

Cargo: Professor de Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 001/2017 (20 horas semanais) 001/2017

Classif.	Candidato
01.	Regiane Fernanda Caldonho
02.	Jessica Grangeiro Sampaio Soares
03.	Amanda Alves
04.	Cristiane Severino
05.	Karine Pegoretti
06.	Ana Celia Cabral Do Carmo
07.	Fabiane Dallago
08.	Maria De Fatima Da Hora Machado

09.	Marli Regina Pacheco Fausto
-----	-----------------------------

2.3. Cargo: PROFESSOR (A) DE SÉRIES FINAIS – disciplina Ciências – (10 e 20 horas semanais) 001/2017

Classif.	Candidato
1.	Ricardo Gaya Oliveira De Amorim

2.3.1. Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

Cargo: Professor DE SÉRIES FINAIS – disciplina Ciências – (10 e 20 horas semanais) 001/2017

Classif.	Candidato
1.	Cristiane Pereira De Araujo Veleda
2.	Eliane Gomes Mafra

2.4. Cargo: PROFESSOR (A) DE SÉRIES FINAIS – disciplina Educação Física – (10 e 20 horas semanais) 001/2017

Classif.	Candidato
1.	Fernando Valle
2.	Marcio Antunes Ramos
3.	Joaquim Eduardo De Oliveira

2.4.1. Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

Cargo: Professor DE SÉRIES FINAIS – disciplina Educação Física – (10 e 20 horas semanais) 001/2017

Classif.	Candidato
1.	Suellen Almeida Batista
2.	Jorge Fernando Infanzon Marquez
3.	Inalva Lilian Andrade Loes
4.	Adrielli Priscila Machado
5.	Barbara Da Silva Monteiro

3.05. Cargo: AGENTE DE EDUCAÇÃO 20 HORAS – (20 horas semanais) 001/2014

Classif.	Candidato
1.	Maria Goretti Duplaa Soares
2.	Leticia Alves Jurado
3.	Sandra Luiza Barbosa de Oliveira
4.	Patrícia Rodrigues Tavares
5.	Albertina kuntz Vieira da Silva
6.	João Pedro Lemos Buchalla

3.06. Cargo: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - 40 HORAS – (40 horas semanais) 001/2017

Classif.	Candidato
1.	Rosana Aparecida Ianhaki Bordinhao

3.06.1. Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

Cargo: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - 40 HORAS – (40 horas semanais) 001/2017

Classif.	Candidato
1.	Sonia Costa
2.	Marcia Simões de Andrade Dos Santos
3.	Bibiana Bernardo Martins Cordeiro
4.	Maria Rosa Maciel De Oliveira
5.	Rita De Cassia Finardi

2.07. Cargo: MONITOR – (30 horas semanais) SELETIVO 001/2017

Classif.	Candidato
1.	Claudia Freitas Ferrarezi

2.	Sonia Correa
3.	Natalia Falcao Silva
4.	Catiene Freitas dos Navegantes
5.	Lays Meire Jaco
6.	Keyla Silvano Memoria Souto
7.	Christiane Eufrazio

2.07.1. Deverão comparecer os seguintes candidatos aprovados, em ordem de classificação, pois caso haja desistência ou sobra de vagas os seguintes poderão escolher vagas de acordo com a classificação, caso todas as vagas sejam preenchidas estes candidatos serão novamente chamados no próximo edital.

Cargo: MONITOR – (30 horas semanais) SELETIVO 001/2017

Classif.	Candidato
1.	Scheila Mafra
2.	Marlete Amorim Pereira
3.	Priscila De Oliveira Alves Lopes
4.	Paula Camargo Martins Mathes
5.	Tatiane Da Silva Pereira
6.	Alessandra Martins Da Silva
7.	Renata De Lima Henriques
8.	Jaqueline Pereira Torres
9.	Graziela Romao Pacheco
10.	Karoly Pinheiro Reiser
11.	Baby Bruna Coelho

3. Do agendamento dos exames admissionais:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL	05/04	13:30	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	05/04	13:30	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
PROFESSOR (A) DE SÉRIES FINAIS– disciplina Ciências	05/04	13:30	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
PROFESSOR (A) DE SÉRIES FINAIS– disciplina Educação física	05/04	13:30	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
AGENTE DE EDUCAÇÃO 20 HORAS	05/04	13:30	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	05/04	13:30	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
MONITOR	05/04	13:30	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.

4. Da entrega de documentos e escolha de vagas:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL	06/04	13:40	Secretaria Municipal de Educação de Navegantes
PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	06/04	14:00	Secretaria Municipal de Educação de Navegantes
PROFESSOR (A) DE SÉRIES FINAIS– disciplina Ciências	06/04	14:30	Secretaria Municipal de Educação de Navegantes
PROFESSOR (A) DE SÉRIES FINAIS– disciplina Educação física	06/04	14:45	Secretaria Municipal de Educação de Navegantes
AGENTE DE EDUCAÇÃO 20 HORAS	06/04	15:00	Secretaria Municipal de Educação de Navegantes
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	06/04	15:30	Secretaria Municipal de Educação de Navegantes
MONITOR	06/04	15:40	Secretaria Municipal de Educação de Navegantes

Secretaria Municipal de Educação de Navegantes :Avenida Prefeito José Juvenal Mafra,430 - Centro, Navegantes.

A falta de quaisquer dos documentos, acima listados, no dia marcado para a entrega implicará na perda da vaga escolhida.

5. Das Disposições Finais

6.1. A convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, e no mural público da Prefeitura Municipal de Navegantes.

6.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Administração.

Navegantes (SC), 31 de março de 2017.

Emílio Vieira
Prefeito Municipal

Regina Célia Correa
Secretária de Educação

Karlile Gugnier
Secretária da Administração e Logística Interino

ANEXO I

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIA MÉDICA E SAÚDE OCUPACIONAL

NOME _____ TELEFONE ____ - _____ RG _____
CPF _____ DATA DE NASCIMENTO ____ / ____ / ____ Nº _____
END _____
BAIRRO _____ CIDADE _____ UF _____
CARGO _____ SECRETARIA _____
EFETIVO () ACT () COMISSIONADO ()

QUESTIONARIO PRÉ ADMISSÃO MASCULINO

- 01 – Fumante ?
() Sim () Não () Ex fumante
- 02 – Pratica algum tipo de atividade física ? qual (is)?
() Sim () Não
- 03 - Já fez alguma cirurgia ? qual (is) ?
() Sim () Não
- 04 - Já sofreu algum tipo de fratura ? Em que parte do corpo?
() Sim () Não
- 05- Já teve algum acidente de trabalho importante?
() Sim () Não
- 06 – Tem filhos ?Quantos?
()
- 07 – Tem problema de saúde na família , tipo: diabetes , hipertensão , cardiopatias , câncer ou AVC? Qual parentesco ?
() Sim () Não
- 08 – Já teve alguma doença grave? Qual (is) ?
() Sim () Não
- 09 – Algum sintoma como dor de cabeça , tontura , desmaio ? Se sim , qual (is) ?
() Sim () Não
- 10 – Algum problema de visão ?
() Sim () Não
- 11 – Algum problema no ouvido, como: dor , zumbido ou chiado ?
() Sim () Não
- 12 – Alguma dor na garganta, como : falta de voz ou rouquidão ?
() Sim () Não
- 13 – Algum problema pulmonar como : falta de ar, asma ou bronquite?
() Sim () Não
- 14 – Sente dor no peito , como : palpitação?
() Sim () Não
- 15 – Sente algum tipo de dor no estomago como : azia ,queimação ou quando se alimenta sente alguma dor? Se sim qual?
() Sim () Não
- 16 – Tem ou já teve algum distúrbio psiquiátrico ? Se sim qual?
() Sim () Não
- 17 – Apresente algum problema de saúde aqui não especificado ? Se sim qual?
() Sim () Não
- 18 – Toma algum tipo de medicação continua ? Se sim qual?
() Sim () Não
- 19 – Como esta sua alimentação ?
Adequada () Não adequada ()
- 20 – Como esta seu sono ?
De boa qualidade () Sem qualidade ()

Afirmo que todas as informações prestadas são verdadeiras, sabendo que informações erradas, simulações serão enquadradas e puníveis de acordo com os critérios legais ART. 301 e 304 do CÓDICO PENAL.

Ass: _____

Data : ____ / ____ / ____
ANEXO II

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
 DEPARTAMENTO DE PERÍCIA MÉDICA E SAÚDE OCUPACIONAL

NOME _____ TELEFONE ____ - _____ RG _____
 CPF _____ DATA DE NASCIMENTO ____ / ____ / ____ Nº _____
 END _____
 BAIRRO _____ CIDADE _____ UF _____
 CARGO _____ SECRETARIA _____
 EFETIVO () ACT () COMISSIONADO ()

QUESTIONARIO PRÉ ADMISSÃO FEMININO

- 01 – Fumante ?
 () Sim () Não () Ex fumante
 02 – Pratica algum tipo de atividade física ? qual (is)?
 () Sim () Não
 03 - Já fez alguma cirurgia ? qual (is) ?
 () Sim () Não
 04 - Já sofreu algum tipo de fratura ? Em que parte do corpo?
 () Sim () Não
 05- Já teve algum acidente de trabalho importante?
 () Sim () Não
 06 – Já esteve grávida ?
 () Sim () Não
 07 – Quantos filhos?
 ()
 08 – Parto Normal ou Cesária ?
 Normal () Cesária () Normal e Cesária ()
 09 – Tem problema de saúde na família , tipo: diabetes , hipertensão , cardiopatias , câncer ou AVC? Qual parentesco ?
 () Sim () Não
 10 – Já teve alguma doença grave? Qual (is) ?
 () Sim () Não
 11- Tem menstruação regular ?
 () Sim () Não
 12 – Toma algum anticoncepcional ? qual (is)?
 () Sim () Não
 13 – Algum sintoma como dor de cabeça , tontura , desmaio ? Se sim , qual (is) ?
 () Sim () Não
 14 – Algum problema de visão ?
 () Sim () Não
 15 – Algum problema no ouvido, como: dor , zumbido ou chiado ?
 () Sim () Não
 16 – Alguma dor na garganta, como : falta de voz ou rouquidão ?
 () Sim () Não
 17 – Algum problema pulmonar como : falta de ar, asma ou bronquite?
 () Sim () Não
 18 – Sente dor no peito , como : palpitação?
 () Sim () Não
 19 – Sente algum tipo de dor no estômago como : azia ,queimação ou quando se alimenta sente alguma dor? Se sim qual?
 () Sim () Não
 20 – Tem ou já teve algum distúrbio psiquiátrico ? Se sim qual?
 () Sim () Não
 21 – Apresente algum problema de saúde aqui não especificado ? Se sim qual?
 () Sim () Não
 22 – Toma algum tipo de medicação continua ? Se sim qual?
 () Sim () Não
 23 – Como esta sua alimentação ?
 Adequada () Não adequada ()
 24 – Como esta seu sono ?
 De boa qualidade () Sem qualidade ()

Afirmo que todas as informações prestadas são verdadeiras, sabendo que informações erradas, simulações serão enquadradas e puníveis de acordo com os critérios legais ART. 301 e 304 do CÓDIGO PENAL.

Ass: _____

Data : ____ / ____ / ____

ATA DA SESSÃO Nº 25/2017 PMN

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2017 PMN

ABERTA A SESSÃO COM A PRESENÇA DAS EMPRESAS: OLIVEIRA E OLIVEIRA COM. E TRANSP. DE GÁS LTDA E RESCAROLI COM E TRANSP DE GÁS - AMBAS NÃO CREDENCIADAS POR NÃO APRESENTAR CERTIDÃO SIMPLIFICADA - E COMPANHIA ULTRAGAS SA E MARCELO ZERMINIANE ME DEVIDAMENTE CREDENCIADAS.

PREGOEIRA, EQUIPE DE APOIO E LICITANTES CREDENCIADOS VISTARAM OS DOCUMENTOS RELATIVOS AO CREDENCIAMENTO.

LOGO APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE DEU INÍCIO A ABERTURA DAS PROPOSTAS. DURANTE A ABERTURA DAS PROPOSTAS VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA RESCAROLI COM E TRANSP DE GÁS LTDA NÃO APRESENTOU PRAZO DE VALIDADE NA PROPOSTA SENDO, PORTANTO DESCLASSIFICADA.

APÓS O VISTO DOS LICITANTES NAS PROPOSTAS DEU INÍCIO A ETAPA DE LANCES.

NA FASE DE LANCES A EMPRESA ULTRAGAS VENCEU TODOS OS ITENS DO PREGÃO 25/2017.

MOMENTO EM QUE FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA COMPANHIA ULTRAGAS S/A E VERIFICOU QUE TODOS OS DOCUMENTOS ESTAVAM CORRETOS.

MAIS NADA PARA DECLARAR E NÃO HAVENDO INTENÇÃO DE INTERPOR RECURSOS, A COMISSÃO DECIDE ENCERRAR A SESSÃO E ENVIAR A AUTORIDADE COMPETENTE PARA POSTERIOR HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DOS ITENS.

20/03/2017 14:00 ATÉ 15:33

CARLA CLAUDINO – PREGOEIRA

MARIA BENEDITA CORRÊA – PREGOEIRA SUBSTITUTA

PEDRO PAULO DA COSTA - MEMBRO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 12/2017 PMN

PREFEITURA DE NAVEGANTES – 12/2017 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a aquisição de materiais (macadame, areias, britas, pó de britas, base, rachão e argamassa) para serem utilizados nas obras de reparo e manutenção das vias públicas e prédios públicos (locados e próprios) exceto os prédios usados pelas Secretarias da Educação e Secretaria da Saúde do município através da secretaria municipal de obras de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 18/04/2017 até às 8h50. Abertura/envelopes: 18/04/2017 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA (Prefeito).

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 40/2017 PMN

PREFEITURA DE NAVEGANTES - PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2017 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a aquisição de uniformes e equipamentos de proteção individual para serem utilizados pelas auxiliares de serviços gerais da rede municipal de ensino, através da Secretaria de Educação do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 18/04/2017 até às 13h50. Abertura/envelopes: 18/04/2017 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA (Prefeito).

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 57/2017 PMN

PREFEITURA DE NAVEGANTES – 57/2017 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a contratação de pessoa física ou jurídica especializada na prestação de serviços de locação de horas máquinas (trator agrícola 4 x 4 com implementos) com operador, para auxiliar nas atividades da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 17/04/2017 até às 8h50. Abertura/envelopes: 17/04/2017 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA (Prefeito).

CONCURSO – EDITAL Nº 017/2017 EDITAL DE 4ª CHAMADA DO CONCURSO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS, AGENTE DE EDUCAÇÃO E MONITOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONCURSO – EDITAL Nº 017/2017

EDITAL DE 4ª CHAMADA DO CONCURSO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS, AGENTE DE EDUCAÇÃO E MONITOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria de Administração, torna pública a quarta chamada dos candidatos do CONCURSO, conforme estabelecido no Edital de CONCURSO nº 001/2013 e 001/2014 para o provimento das funções de Professor(a) de anos iniciais, Agente de Educação E Monitor De Educação Infantil.

1. Da Chamada

1.1. Serão chamados para o provimento a partir de 06 de ABRIL de 2017 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do CONCURSO nº 001/2013, 001/2014 e 001/2015, conforme segue:

1.2.

CARGO	CH	PERÍODO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	20	VESP
MONITOR	30	VESP
AGENTE DE EDUCAÇÃO 20 H	20	MAT/VESP
AGENTE DE EDUCAÇÃO 30 H	30	MAT
AGENTE DE EDUCAÇÃO 40 H	40	INTEGRAL

1.3. A chamada acontecerá no mês de ABRIL do ano de 2017 na Secretaria Municipal de Educação de Navegantes, sito à Avenida Prefeito José Juvenal Mafra, 430 - Centro, Navegantes.

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	06/04	16:00	Secretaria Municipal de Educação de Navegantes
MONITOR	06/04	16:15	Secretaria Municipal de Educação de Navegantes
AGENTE DE EDUCAÇÃO 20 H	06/04	16:45	Secretaria Municipal de Educação de Navegantes
AGENTE DE EDUCAÇÃO 30 H	06/04	17:00	Secretaria Municipal de Educação de Navegantes
AGENTE DE EDUCAÇÃO 40 H	06/04	17:15	Secretaria Municipal de Educação de Navegantes

2 . Das Exigências para a Contratação

- a. 1 foto 3x4
- b. 2 cópias do RG – Carteira de Identidade – NÃO PODE SER HABILITAÇÃO
- c. 2 Cópia do CPF
- d. Situação Cadastral do CPF (consultar no site [www.receita.fazenda.gov.br / Aplicações/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp))
- e. 2 Cópia do Comprovante de Residência – EM NOME DO CANDIDATO, PAI OU MÃE, SE DO CONJUGE, ANEXAR A CERTIDÃO DE CASAMENTO OU DECLARAÇÃO DE RESIDENCIA AUTENTICADA EM CARTÓRIO.
- f. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento ou escritura pública de união estável ou documento similar emitido por autoridade de registro civil e RG e CPF do(a) companheiro (a)
- g. Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino até 45 anos)
- h. Cópia do Título de Eleitor
- i. Cópia do comprovante da última votação
- a. Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município, conforme data agendada neste edital ,no item 4., na Junta Médica, sito á Rua Conselheiro João Gaya, nº 996, TELEFONE: 3249-0188. Apresentar no local o formulário PREENCHIDO do anexo I ou II.
- j.
- k. 1 Cópia da Carteira Profissional frente e verso, constando: Número, Série, U.F. e Data de Expedição
- l. 1 Cópia do Número de PIS/PASEP
- m. 1 Cópia do Conselho de Registro Profissional (se o cargo exigir)
- n. 1 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (se o cargo exigir)
- o. DIPLOMA ou HISTÓRICO ESCOLAR comprovando a escolaridade e a especialidade exigida para o cargo Autenticada em Cartório,
- p. Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente
- q. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição
- r. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios
- s. Certidão de Nascimento dos dependentes
- t. 1 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos
- u. 1 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7(sete) anos
- v. Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezesete)anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente
- w. Se possuir filhos menores de 18 anos: RG ou Certidão de Nascimento
- x. Se possuir filhos entre 18 e 21 anos: RG e CPF
- y. Se possuir filhos com algum tipo de deficiência incapacitante permanente: Laudo médico e documentação do dependente RG e CPF
- z. Se possui filhos dependentes em situação de guarda, tutela ou curatela: termo correspondente e documentação do dependente RG e CPF
- aa. 1 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia , se Funcionário Público
- bb. Certidões de Negativas de Antecedentes Criminais:
 - a) da Justiça Federal(www.trf4.jus.br) certidão cível, criminal, eleitoral e eleitoral 1º grau
 - b) da Justiça Estadual(no Fórum de sua Cidade ou pelo site www.tjsc.jus.br)
 - c) da Justiça Eleitoral(www.tse.gov.br) certidão de quitação e de crimes eleitorais.

OBS: Os itens P, Q, R foram anexados os Formulários para preenchimento , assinatura e apresentação com toda a documentação.

2.3. O (a) Candidato(a) que não apresentar toda a documentação exigida na data agendada será eliminado automaticamente.

2.4. A aprovação neste Processo Seletivo Concurso Público não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Servidores Públicos Cíveis da Prefeitura Municipal de Navegantes.

1.5. A efetivação é de competência do Prefeito de Navegantes, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

2. Dos candidatos a serem chamados

2.1. Cargo: Professor de Educação Infantil– (20 horas semanais) Edital :001/2013

Classif.	Candidato
01	CRISTIANE RAQUEL DE QUEVEDO

2.2. Cargo: Monitor – (30 horas semanais) - Edital 001/2014

Classif.	Candidato
01	JOSIELI APARECIDA DE LIMA DOS SANTOS
02	DAYANI ASSOLARI SALDANHA XAVIER
03	AMANDA VITORIA DA COSTA
04	ANA CLÁUDIA RODRIGUES

2.3. Cargo: Agente de Educação – (20 horas semanais) - Edital 001/2014

Classif.	Candidato
01	ANA LIA DA COSTA INDIO
02	MARILENE ELISABETH KRETZER
03	SILVANIA NARCIZA SAGAS MARTINS
04	NELLI MIRANDA DETTONI

2.4. Cargo: Agente de Educação – (30 horas semanais) - Edital 001/2014

Classif.	Candidato
01	ROSMERI TEREZINHA POZZA
02	NAIR MARIA DE SOUZA
03	MARIA JOSÉ DOS SANTOS SEVERINO

2.5. Cargo: Agente de Educação – (40 horas semanais) - Edital 001/2014

Classif.	Candidato
01	CLAUDINE TOLENTINO DE SOUZA

3. Do agendamento dos exames admissionais:

CARGO	Dia	Hora	Local:
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	05/03	15:00	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
MONITOR	05/03	15:00	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
AGENTE DE EDUCAÇÃO 20 H	05/03	15:00	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
AGENTE DE EDUCAÇÃO 30 H	05/03	15:00	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
AGENTE DE EDUCAÇÃO 40 H	05/03	15:00	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.

4. Da entrega de documentos:

CARGO	Dia	Hora	Local:
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	06/04	16:00	Secretaria Municipal de Educação de Navegantes
MONITOR	06/04	16:15	Secretaria Municipal de Educação de Navegantes
AGENTE DE EDUCAÇÃO 20 H	06/04	16:45	Secretaria Municipal de Educação de Navegantes
AGENTE DE EDUCAÇÃO 30 H	06/04	17:00	Secretaria Municipal de Educação de Navegantes
AGENTE DE EDUCAÇÃO 40 H	06/04	17:15	Secretaria Municipal de Educação de Navegantes

A falta de quaisquer dos documentos, acima listados, no dia marcado para a entrega implicará na perda da vaga escolhida.

5. Das Disposições Finais

6.1. A convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, e no mural público da Prefeitura Municipal de Navegantes.

6.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Administração.

Navegantes (SC), 31 de março de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal

Regina Célia Correa

Secretária de Educação

Karlile Gugnier

Secretária da Administração e Logística

ANEXO I

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PERÍCIA MÉDICA E SAÚDE OCUPACIONAL

NOME _____ TELEFONE ____ - _____ RG _____
CPF _____ DATA DE NASCIMENTO ____ / ____ / ____ Nº _____
END _____
BAIRRO _____ CIDADE _____ UF _____
CARGO _____ SECRETARIA _____
EFETIVO () ACT () COMISSIONADO ()

QUESTIONARIO PRÉ ADMISSIONAL MASCULINO

01 – Fumante ?

() Sim () Não () Ex fumante

02 – Pratica algum tipo de atividade física ? qual (is)?

() Sim () Não

03 - Já fez alguma cirurgia ? qual (is) ?

() Sim () Não

04 - Já sofreu algum tipo de fratura ? Em que parte do corpo?

() Sim () Não

05- Já teve algum acidente de trabalho importante?

() Sim () Não

06 – Tem filhos ?Quantos?

()

07 – Tem problema de saúde na família , tipo: diabetes , hipertensão , cardiopatias , câncer ou AVC? Qual parentesco ?

() Sim () Não

08 – Já teve alguma doença grave? Qual (is) ?

() Sim () Não

09 – Algum sintoma como dor de cabeça , tontura , desmaio ? Se sim , qual (is) ?

() Sim () Não

10 – Algum problema de visão ?

() Sim () Não

11 – Algum problema no ouvido, como: dor , zumbido ou chiado ?

() Sim () Não

12 – Alguma dor na garganta, como : falta de voz ou rouquidão ?

() Sim () Não

13 – Algum problema pulmonar como : falta de ar, asma ou bronquite?

() Sim () Não

14 – Sente dor no peito , como : palpitação?

() Sim () Não

15 – Sente algum tipo de dor no estomago como : azia ,queimação ou quando se alimente sente alguma dor? Se sim qual?

() Sim () Não

16 – Tem ou já teve algum distúrbio psiquiátrico ? Se sim qual?

() Sim () Não

17 – Apresente algum problema de saúde aqui não especificado ? Se sim qual?

() Sim () Não

18 – Toma algum tipo de medicação continua ? Se sim qual?

() Sim () Não

19 – Como esta sua alimentação ?

Adequada () Não adequada ()

20 – Como esta seu sono ?

De boa qualidade () Sem qualidade ()

Afirmo que todas as informações prestadas são verdadeiras, sabendo que informações erradas, simulações serão enquadradas e puníveis de acordo com os critérios legais ART. 301 e 304 do CÓDICO PENAL.

Ass: _____

Data : ____ / ____ / ____

ANEXO II

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PERÍCIA MÉDICA E SAÚDE OCUPACIONAL

NOME _____ TELEFONE ____-____ RG
CPF _____ DATA DE NASCIMENTO ____ / ____ / ____ Nº
END _____
BAIRRO _____ CIDADE _____ UF _____
CARGO _____ SECRETARIA _____
EFETIVO () ACT () COMISSIONADO ()

QUESTIONARIO PRÉ ADMISSIONAL FEMININO

01 – Fumante ?

() Sim () Não () Ex fumante

02 – Pratica algum tipo de atividade física ? qual (is)?

() Sim () Não

03 - Já fez alguma cirurgia ? qual (is) ?

() Sim () Não

04 - Já sofreu algum tipo de fratura ? Em que parte do corpo?

() Sim () Não

05- Já teve algum acidente de trabalho importante?

() Sim () Não

06 – Já esteve grávida ?

() Sim () Não

07 – Quantos filhos?

()

08 – Parto Normal ou Cesária ?

Normal () Cesária () Normal e Cesária ()

09 – Tem problema de saúde na família , tipo: diabetes , hipertensão , cardiopatias , câncer ou AVC? Qual parentesco ?

() Sim () Não

10 – Já teve alguma doença grave? Qual (is) ?

() Sim () Não

11- Tem menstruação regular ?

() Sim () Não

12 – Toma algum anticoncepcional ? qual (is)?

() Sim () Não

13 – Algum sintoma como dor de cabeça , tontura , desmaio ? Se sim , qual (is) ?

() Sim () Não

14 – Algum problema de visão ?

() Sim () Não

15 – Algum problema no ouvido, como: dor , zumbido ou chiado ?

() Sim () Não

16 – Alguma dor na garganta, como : falta de voz ou rouquidão ?

() Sim () Não

17 – Algum problema pulmonar como : falta de ar, asma ou bronquite?

() Sim () Não

18 – Sente dor no peito , como : palpitação?

() Sim () Não

19 – Sente algum tipo de dor no estomago como : azia ,queimação ou quando se alimenta sente alguma dor? Se sim qual?

() Sim () Não

20 – Tem ou já teve algum distúrbio psiquiátrico ? Se sim qual?

() Sim () Não

21 – Apresente algum problema de saúde aqui não especificado ? Se sim qual?

() Sim () Não

22 – Toma algum tipo de medicação continua ? Se sim qual?

() Sim () Não

23 – Como esta sua alimentação ?

Adequada () Não adequada ()
24 – Como esta seu sono ?
De boa qualidade () Sem qualidade ()

Afirmo que todas as informações prestadas são verdadeiras, sabendo que informações erradas, simulações serão enquadradas e puníveis de acordo com os critérios legais ART. 301 e 304 do CÓDICO PENAL.

Ass: _____

Data : ____ / ____ / ____

CONTRATO Nº 485/2017 CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

CONTRATO Nº 485/2017.

CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO QUE ENTRE SI FIRMAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, E O CONTRATADO NA FORMA ABAIXO:

Em 03 de abril de 2017, mediante autorização governamental, firmam o presente instrumento para prestação de trabalho por tempo determinado, celebrado na forma da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, que DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, neste ato, representado pela Prefeitura Municipal de Navegantes na pessoa do Prefeito Sr. Emilio Vieira, CPF: 716.701.659-49 a Secretaria de Administração de Logística na pessoa da Sra. Karlile Cugnier, CPF: 124.394.589.55, e de outro ANGELA MARIA JASPER CPF 023.555.119.85 – Rua Encon. Artur Alfredo Galves Nº 438 – Bairro: Gravatá - Cidade: Navegantes CEP 88372-560, doravante designados CONTRATANTE e CONTRATADO, respectivamente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Vinculo – Com vaga vinculada em conformidade ao(s) item(s) abaixo:
Vinculo Efetivo de ACIRLEIA GARCIA FLORIANO - com carga horaria 40 horas – AUXILIO DOENCA

CLÁUSULA SEGUNDA – Do objeto – O presente contrato tem por finalidade atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme previsto na Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, na prestação de serviços na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CLÁUSULA TERCEIRA – Da origem dos recursos – Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta da Dotação Orçamentária :

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.093.3.1.90.00	10200	11/2017	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde

CLÁUSULA QUARTA – Da vigência – O presente contrato terá a duração de 03 de abril de 2017 À 03/04/2018, não podendo exceder a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA QUINTA - Das atribuições - O CONTRATADO se compromete a desempenhar as atribuições conforme Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA SEXTA – Dos deveres – O CONTRATADO se compromete a desempenhar suas atribuições com atenção aos seguintes deveres:

- Ter conduta ilibada;
- Cultivar assiduidade e a pontualidade no trabalho;
- Cumprir as ordens superiores, salvo se considerados entre os ilegais;
- Haver-se, em relação aos companheiros de trabalho, com espírito de cooperação e solidariedade;
- Tratar os administrados e suas famílias com urbanidade e sem preferências;
- Frequentar os cursos legalmente instituídos para seu aprimoramento;
- Aplicar com constantes atualizações, os processos de educação e aprendizagem que lhe forem transmitidos em decorrência de suas funções;
- Apresentar-se decentemente trajado;
- Comparecer às comemorações cívicas e participar das atividades extracurriculares;
- Levar ao conhecimento da autoridade superior competente as irregularidades de que tiver conhecimento em razão da função;
- Atender prontamente as requisições de documentos informações ou providências que lhe forem formuladas pela autoridade e pelo público;

CLÁUSULA SÉTIMA – Da remuneração - O CONTRATADO receberá do CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.123,07 (mil cento e vinte e três reais e sete centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais ao contratante, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de RH da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

CLÁUSULA OITAVA – Do regime de trabalho – Será de 40 horas semanais no período Integral à jornada de trabalho, tendo um total mensal de 220 horas, a ser cumprida de acordo com a necessidade do serviço, devidamente comprovado pelos meios utilizados para apuração de frequência.

CLÁUSULA NONA – Das declarações iniciais – O CONTRATADO declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função públicos, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Subcláusula Única – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função públicos que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

CLÁUSULA DÉCIMA – Do regime disciplinar – O CONTRATADO se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Subcláusula Única – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao CONTRATADO o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Extinção – O contrato ora firmado poderá ser extinto a qualquer tempo, sem direito a indenizações, verificadas quaisquer das hipóteses conforme incisos do art. 10º da Lei 2384/2010. §1º A extinção do contrato, nos casos do inciso II, (por iniciativa do contratado;) será comunicada com a antecedência mínima de dez dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Do Registro – O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do FORO – O foro da Comarca do Fórum de Navegantes - SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias, uma das quais será enviada ao Departamento de Recursos Humanos, uma via para o contratado, o qual depois de lida e achada conforme, vai assinado pelos pactuantes.

Navegantes, 03 de abril de 2017.
Emílio Vieira
Prefeito Municipal de Navegantes

Karlile Cugnier
Secretária de Administração

Angela Maria Jasper
Agente de serviços gerais

DECRETO 32/ 2017 DISPOE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE PARCELAMENTO DE SOLO, NA MODALIDADE LOTEAMENTO, DENOMINADO JARDIM DAS ROSAS, NESTE MUNICÍPIO, NAS FORMAS E CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA

DECRETO N º 32 DE 28 DE MARÇO DE 2017

DISPOE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE PARCELAMENTO DE SOLO, NA MODALIDADE LOTEAMENTO, DENOMINADO JARDIM DAS ROSAS, NESTE MUNICÍPIO, NA FORMA E CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA.

Prefeito do Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seus artigos 60, III e 12, XLIII, §1º,

CONSIDERANDO a aprovação do projeto em questão;

CONSIDERANDO a manifestação da área técnica da Secretaria de Planejamento Urbano;

CONSIDERANDO a expedição da Licença Ambiental Prévia - LAP emitida pela Fundação do Meio Ambiente de Navegantes - FUMAN

DECRETA:

Art. 1 º Ficam por este ato aprovadas as condições e projetos de parcelamento de solo, na modalidade Loteamento, denominado "JARDIM DAS ROSAS", do seguinte imóvel: um terreno, sem benfeitorias, localizado na zona urbana deste Município de Navegantes/SC, na quadra única, do lado ímpar da Rua Aníbal Narciso, bairro Gravatá, com área total de 163.125,86 metros quadrados, e as seguintes medidas e confrontações: na frente, que faz ao leste, com a rua acima, onde mede 229,39 metros: fundos, ao oeste, com o Ribeirão Guaporuma, onde mede 368,31 metros, estrema ao sul, com terras de Empreendimento Narciso Ltda. (14º terreno T-54.042, fls 92/93 do livro 3 "Z", 1º ORI de Itajaí-SC), onde mede 681,25 metros; estrema ao norte onde mede em linha quebrada, partindo da frente (leste) na direção dos fundos (oeste), 524,00 metros, no fim dos quais quebra para o norte em (03) linhas, de sul para norte, a primeira em linha reta de 24,00 metros, a segunda quebrando em linha oblíqua no sentido nordeste, com 137,61 metros e, finalmente, quebra a direção dos fundos (oeste) numa linha reta de 122,12 metros, estremando nestas três (03) linhas com terras de Empreendimento Narciso Ltda. (respectivamente 17º, 39º e 37º terrenos T-54.042, fls.92/93 do livro 3 "Z", 1º ORI de Itajaí), distante ao leste da Rua Sávio Narciso ao leste 244,00 metros.

Art.2º. A área total do loteamento será destinada da seguinte forma:

I – Área privativa dos lotes: 85.374,89m²

II – Área para arruamento: 32.051,64m²

III – Área para Equipamentos Urbanos e Comunitários: 16.057,20m²

IV – Área de Interesse Social: 8.221,37m²

V – Área de APP: 5.372,75m²

VI – Área verde: 16.048,01m²

VII – Área total do imóvel loteado: 157.753,11m²

VIII – Área Total da matrícula: 163.125,86m²

Parágrafo único: Os itens mencionados nos incisos II, III, IV e VI

constantes no caput, ficam incorporadas ao patrimônio do município no ato da publicação deste Decreto, constituindo bens de domínio público, sem qualquer ônus para esta Municipalidade.

Art. 3º. O loteador compromete-se, conforme Termo de Compromisso que constitui o Anexo Único deste Decreto, a executar as obras de infraestrutura do loteamento, tais como calçamento das vias públicas com lajotas sextavadas e passeios público com paver, rede de água em todo o loteamento, tubulação de drenagem pluvial com tubos de concreto em todas as vias públicas do loteamento, rede de energia elétrica e iluminação pública, tudo conforme projetos aprovados.

Art. 4º. O registro do projeto de loteamento deverá ser feito conjuntamente com a caução dos lotes descritos a seguir, oferecidos como garantia ao Município de Navegantes pela execução das obras de infraestrutura, são estes: o Lote 01 da Quadra "F" (A: 1639,34m²); Lote 12 da Quadra "G" (A: 689,38 m²); Lote 13 da Quadra "G" (A:685,35 m²); Lote 14 da Quadra "G" (A:681,25m²); Lote 15 da Quadra "G" (A:677,18m²); Lote 16 da Quadra "G" (A: 673,11 m²); Lote 18 da Quadra "H" (A: 738,59m²); Lote 19 da Quadra "H" (A: 734,50 m²); Lote 20 da Quadra "H" (A: 730,42 m²); Lote 21 da Quadra "H" (A:726,33m²); Lote 22 da Quadra "H" (A: 722,25 m²); Lote 23 da Quadra "H" (A:718,10 m²); que totalizam uma área de 9.415,80m².

§1º. No prazo máximo de sessenta (60) dias, a contar da publicação deste Decreto, o empreendedor fica obrigado a apresentar na Prefeitura a certidão dos lotes em que conste caução.

§2º. A Secretaria de Planejamento Urbano acompanhará os demais atos pendentes, com estrita observância às Diretrizes expedidas, especialmente, o Termo de Compromisso, anexo único deste Decreto.

Art. 5º. As obras de infraestrutura mencionadas anteriormente, tais como instalação da rede de energia elétrica e iluminação pública, rede de água, tubulação de drenagem pluvial, pavimentação das ruas/ passeios públicos, serão realizadas no prazo de dezoito (18) meses, conforme cronograma apresentado.

§1º. O início de contagem de prazo para a realização das obras de infraestrutura do Loteamento dar-se-á a partir da data de publicação deste Decreto.

§2º. Caso o loteador recuse-se a realizar as obras de infraestrutura, o Município poderá alienar e/ou adjudicar os imóveis caucionados para cobrir os custos das referidas obras.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, SC, 28 de março de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito do Município de Navegantes

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de março de 2017.

Karlile Kugnier

Secretária de Administração e Logística

TERMO DE COMPROMISSO

Aos 24 dias do mês de Março de dois mil e dezesseis, comparece nas dependências da Secretaria de Governo e de Planejamento Urbano da Prefeitura do Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, o representante legal da empresa Empreendimentos Narciso Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 84.299.957/0001-70, proprietária do loteamento denominado "Jardim das Rosas", localizado da zona urbana deste Município, na forma do que dispõe o Decreto nº 032 de 28 de março de 2017, se compromete e se obriga a executar no loteamento acima identificado, às suas expensas e dentro do prazo de 18 (dezoito) meses, a contar da data da publicação do Decreto retro – mencionado, as seguintes obras:

- A) Pavimentação das ruas com lajotas e passeios públicos com paver;
- B) Instalação da rede de energia elétrica;
- C) Instalação da rede de água potável;
- D) Tubulação de drenagem pluvial com tubos de concreto em todas as vias públicas do loteamento.

Todos os itens acima serão executados conforme projetos aprovados pela Secretaria de Governo e de Planejamento Urbano.

Para o cumprimento das obrigações constantes deste Termo de Compromisso, o empreendedor oferece como garantia da execução das obras em dito loteamento, os seguintes lotes:

Lote 01 da quadra F;

Lotes 12,13,14,15 e 16 da quadra G;

Lotes 18,19,20,21,22 e 23 da quadra H.

A área total dos lotes é de 9.415,80 m².

O Loteador se compromete ainda através deste Termo a:

- 1) Executar as obras de consolidação e arrimo para boa conservação das vias de circulação, pontilhões e bueiros necessários, sempre que as obras mencionadas forem consideradas indispensáveis à vista das condições viárias, de segurança e sanitárias do terreno a arruar;
- 2) Facilitar a fiscalização permanente da Prefeitura Municipal durante a execução das obras e serviços;
- 3) Não outorgar qualquer escritura de compra e venda ou compromisso de compra e venda dos lotes caucionados antes de concluídas as obras previstas nos itens anteriores;
- 4) Utilizar o exemplar do contrato padrão de promessa de venda, ou de cessão ou de promessa de cessão, do qual constam obrigatoriamente as indicações previstas na legislação federal de parcelamento de solo;
- 5) Preservar as áreas verdes existentes, sob pena de responsabilização cível, administrativa e criminal;
- 6) Pagar o custo de obras e serviços, com acréscimos legais, se executados pela Prefeitura, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa para cobrança executiva, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

É necessário ensejar que após executadas a totalidade das obras e dos logradouros pelo Loteador, o mesmo deverá solicitar que seja feita vistoria pelo órgão competente. Em caso de aceitação, a Prefeitura de Navegantes expedirá o Certificado de Vistoria de Conclusão de Obras – CVCO, o qual deverá ser encaminhado ao Cartório de Registro de Imóveis para liberação da caução.

O Loteador declara ainda ter ciência que os lotes só poderão receber construções depois de executar as obras previstas neste termo de compromisso.

As obrigações do presente Termo se estendem aos herdeiros e sucessores do Requerente.

Navegantes/SC, 28 de março de 2017.

Empreendimentos Narciso Ltda. Prefeitura Municipal de Navegantes

André Luiz Narciso Rosa Emílio Vieira

Loteador Prefeito Municipal

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

DISTRATO Nº 397/2017

DISTRATO Nº 397/2017

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Emilio Vieira, e também Secretária Municipal de Administração e logística, Sra. Karlile Cugnier, Secretária CPF: 852.159.969-20 que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado Jocelaine Alves de Souza CPF:052.200.169-62, Rua Abdon Cardoso Sacavem Nº 479 casa 02 - Bairro: São Paulo - Cidade: Navegantes SC CEP:88371-120 doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA_-DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO o término do CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 349/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 30/03/2017.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 17 de Março de 2017.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	Karlile Cugnier Secretaria de Administração e Logística Jocelaine Alves de Souza Contratado
--	--

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA

JUSSARA DE MORAES COELHO AUGUSTO

DISTRATO Nº 398/2017

DISTRATO Nº 398/2017

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Emilio Vieira, e também Secretária Municipal de Administração e logística, Sra. Karlile Cugnier, Secretária CPF: 852.159.969-20 que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado Valdir José da Silva CPF:809.265.769-68, Rua Raulino Couto Nº 442 cx 01 - Bairro: Nossa Senhora das Graças - Cidade: Navegantes SC CEP:88375-000 doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA_-DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO o término do CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 391/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 29/03/2017.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 17 de Março de 2017.

EMÍLIO VIEIRA
Prefeito do Município de Navegantes

Karlile Cugnier
Secretaria de Administração e Logística

Valdir José da Silva
Contratado

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA

JUSSARA DE MORAES COELHO AUGUSTO

DISTRATO Nº 399/2017

DISTRATO Nº 399/2017

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Emilio Vieira, e também Secretária Municipal de Administração e logística, Sra. Karlile Cugnier, Secretária CPF: 852.159.969-20 que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado Jessica Alice Fortuna CPF:084.744.259-48, Rua Leopoldo Arcanjo da Rocha Nº 882 - Bairro: São Paulo - Cidade: Navegantes SC CEP:88370-579 doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA_ _DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO o término do CONTRATO, conforme inciso I art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 350/2016, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 30/03/2017.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 17 de Março de 2017.

EMÍLIO VIEIRA
Prefeito do Município de Navegantes

Karlile Cugnier
Secretaria de Administração e Logística

Jessica Alice Fortuna
Contratado

Testemunhas:

DIANDRA PEREIRA JUSSARA DE MORAES COELHO AUGUSTO

ERRATA PORTARIA 837/2017

ERRATA

Na publicação da Portaria nº 837 de 13 de março de 2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios do dia 21/03/2017.

ONDE SE LÊ:

I – [...] para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 01/03/2017 a 29/05/2017,

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de março de 2017 a 29 de maio de 2017, fazendo gozo de 90 (noventa) dias.

LEIA-SE:

I – [...] para usufruir de 30 (trinta) dias, pelo período de 01/03/2017 a 30/03/2017,

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 01 de março de 2017 a 30 de março de 2017, fazendo gozo de 30 (trinta) dias. Restando 60 dias para gozo posterior

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Errata foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 31 de março de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 077/2017 PMN

EXTRATO CONTRATUAL Nº 77/2017 PMN.

PROCESSO: DL 71/2017.

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS (BOMBONA DE 20 LITROS) COM VASILHAMES RETORNÁVEIS PARA ATENDIMENTO ÀS UNIDADES E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, EM RAZÃO DO ITEM 01 TER RESTADO FRACASSADO NO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2017 (CONFORME ART.24, INCISO V, LEI 8.666/93).

Contratada: Comercial Pescador Ltda.

CNPJ Nº 03.120.878/0001-59.

Valor: R\$ 8.980,00 (oito mil novecentos e oitenta reais).

Recursos: 2.054 3.3.90.00.00

Vigência: 31/03/2017 – 29/06/2017.

*FUNDAMENTO: Art. 24, inciso V, Lei de Licitações 8.666/93.

Navegantes, 31 de março de 2017.

EXTRATO DA ATA Nº 19/2017 PMN

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2017 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 19/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 19/2017 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS), DESTINADOS A COMPOSIÇÃO DO CARDÁPIO (ALMOÇO DIÁRIO) PARA OS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão

Presencial nº 19/2017 PMN.
Fornecedor: Tecnoal Comercial Distribuidora Ltda
Valor: R\$ 49.900,00
Fornecedor: L&E Comércio Varejista Ltda
Valor: R\$ 5.519,00
Fornecedor: Jean Carlos Pereira Nunes
Valor: R\$ 65.880,00
Fornecedor: PL Fernandes Distribuidora
Valor: R\$ 312.295,00
Vigência: 31/03/2017 a 31/03/2018
A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.
Navegantes, 31 de março de 2017.

EXTRATO DA ATA Nº 25/2017 PMN

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2017 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 25/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 25/2017 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS GLP (P13KG E P45KG) E VASILHAMES (P13KG E P45KG) IMOBILIZADO PARA ATENDIMENTO AS SECRETARIAS E AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES /SC. Conforme Pregão Presencial nº 25/2017 PMN.
Fornecedor: Companhia Ultragaz S.A
Valor: R\$ 472.970,00
Vigência: 23/03/2017 a 23/03/2018
A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.
Navegantes, 23 de março de 2017.

LEI 3174/2017 ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3138 DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

LEI Nº 3174 DE 24 DE MARÇO DE 2017.

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3138 DE 21 DE OUTUBRO DE 2016"

O Prefeito do Município de Navegantes, no uso das suas atribuições legais, faço saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica alterado o Art.2º da Lei nº 3138 de 21 de Outubro de 2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art.2º Fica desafetado da destinação de "Avenida Radial Leste Oeste", passando a fazer parte do patrimônio do Município como equipamento comunitário, um terreno sem benfeitorias denominado "Área "B" do Loteamento Vila Paraná, situado no lugar Meia Praia, zona urbana deste Município de Navegantes-SC, com área total de 2.035,00 m² e as seguintes medidas e confrontações: ao norte 110,00 metros sendo 27 metros com o lote 1, 13 metros com o lote 3, 13 metros com o lote 4, 13 metros com o lote 5, 13 metros com o lote 6, 31 metros com o lote 7 da quadra 19 do Loteamento Vila Paraná (lado esquerdo);Ao Sul 110,00 metros com a Rua Engenheiro Felix Malburg (lado direito); A Leste 18,50 metros com a Rua João Balança Filho (fundos); A Oeste 18,50 metros com a Av. Radial Norte – Sul (Ivo Silveira – frente), imóvel este registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Navegantes/SC sob a matrícula nº 18.819".

Art. 2º Fica alterado o Art.3º da Lei nº 3138 de 21 de Outubro de 2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art.3º Fica desafetado da destinação de "Avenida Radial Leste

Oeste", passando a fazer parte do patrimônio do Município como equipamento comunitário, um terreno sem benfeitorias denominado "Área "C" do Loteamento Vila Paraná, situado no lugar Meia Praia, zona urbana deste Município de Navegantes-SC, com área total de 186,85 m² e as seguintes medidas e confrontações: Ao Norte 10,10 metros com a rua João Balança Filho (fundos); Ao Sul 10,10 metros com a Rua Engenheiro Felix Malburg (frente); A Leste 18,50 metros com área pública "A" (lado direito) e a Oeste 18,50 metros com área pública "B" (lado esquerdo) imóvel este registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Navegantes/SC sob a matrícula nº 18.819".

Art. 3º Permanecem inalteradas e ficam ratificadas as demais disposições da Lei nº 3138 de 21 de Outubro de 2016.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE MARÇO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de março de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1135,1136,1137,1138,1139,1140,1141,1142,1143,1144/2017 PROGRESSÃO POR DESEMPENHO

PORTARIA N º 1135 DE 31 DE MARÇO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ALINE CUSTODIO LUZ no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL posicionando para a classe/referência " B ".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 03.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE MARÇO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 31 de março de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Regina Célia Correia
SECRETÁRIA INTERINA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA N º 1136 DE 31 DE MARÇO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:
I PROMOVER ADRIANE GONÇALVES RODRIGUES MADUREIRA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL posicionando para a classe/referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 03.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE MARÇO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 31 de março de 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Regina Célia Correia
SECRETÁRIA INTERINA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA N º 1137 DE 31 DE MARÇO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER ELIANE ANEZIA DIAS no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL posicionando para a classe/referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 03.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE MARÇO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 31 de março de 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Regina Célia Correia
SECRETÁRIA INTERINA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA N º 1138 DE 31 DE MARÇO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER LILIANE CRISTINA DORNELES MACHADO no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL posicionando para a classe/referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 03.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE MARÇO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 31 de março de 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Regina Célia Correia
SECRETÁRIA INTERINA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA N º 1139 DE 31 DE MARÇO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER ELIANE DE SOUZA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL posicionando para a classe/referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 03.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE MARÇO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 31 de março de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Regina Célia Correia

SECRETÁRIA INTERINA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA N º 1140 DE 31 DE MARÇO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER OSVIN SCHLOGL no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de MOTORISTA posicionando para a classe/referência " F ".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 03.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE MARÇO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 31 de março de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1141 DE 31 DE MARÇO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER PATRICIA FRANCISCONI no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS posicionando para a classe/referência " C ".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 03.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE MARÇO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 31 de março de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1142 DE 31 DE MARÇO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER SOLANGE ODETE RODRIGUES DA SILVA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS posicionando para a classe/referência " C ".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 03.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE MARÇO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 31 de março de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1143 DE 31 DE MARÇO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER SILVANA MARIA ALMEIDA LUCINDO no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS posicionando para a classe/referência " A ".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 03.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE MARÇO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 31 de março de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1144 DE 31 DE MARÇO DE 2017

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER THAISY VENTURA ANTUNES no quadro geral de

servidores por desempenho no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS posicionando para a classe/referência " B ".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir de 03.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE MARÇO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 31 de março de 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV

PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO AUTOS Nº 02/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO

AUTOS nº 02/2016

PORTARIA Nº: 84 DE 28 DE OUTUBRO DE 2016.

TERMO DE JULGAMENTO

Processo administrativo Previdenciário n º. 02/2016, instaurado pela Portaria nº 084 de 28 de outubro de 2016.

Segurada: A. M. C. da S.

Vistos, relatados, etc., os presentes autos, verifiquei que:

Por intermédio da Portaria nº. 084 de 28 de outubro de 2016 foi instaurado processo administrativo previdenciário para apurar a regularidade dos proventos de aposentadoria da segurada em questão.

A instauração foi determinada na fl. 03, designou-se a Comissão de Processo Administrativo Previdenciário, citada a apresentar defesa em 10 dias, restou inerte. Foi solicitado parecer jurídico ao Procurador da Autarquia e, após, a Comissão de Processo Administrativo Previdenciário recomendou a retificação dos proventos de aposentadoria da segurada, fazendo incidir os adicionais/gratificações calculados em forma de percentual exclusivamente sobre o salário base (horas normais) da segurada.

É o Relatório.

A vista do exposto e considerando o que mais dos autos consta, em conformidade com a Lei 9.784/99, Lei Complementar Municipal nº. 07/2003, Lei Complementar nº 99/2011 e Instrução Normativa nº 45/2010 do MPS.

DECIDO:

JULGO procedente a sugestão apontada pela Comissão de Processo Administrativo Previdenciário, no que concerne a RETIFICAÇÃO do valor dos proventos de aposentadoria, haja vista que a legislação local é bem clara quanto a aplicação dos adicionais e gratificações, percebidos em forma de percentual, incidirem exclusivamente sobre o salário base.

Ainda, cabe destacar que a Constituição Federal, em seu art. 37,

inc. XIV veda o chamado "efeito cascata" na remuneração dos servidores públicos.

Por fim, tal decisão é amplamente amparada na jurisprudência dos tribunais pátrios, inclusive nos tribunais superiores.

Determino que o setor de benefício retifique o valor dos proventos da segurada, considerando que as verbas calculadas em forma de percentual deverão incidir exclusivamente sobre o salário base (horas normais).

Determino a intimação por carta com AR à segurada ou o seu representante com entrega de cópia.

Diante do presente julgamento, determino que seja lavrado o competente Ato, procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial no prazo de 10 (dez) dias a contar da presente data.

Após publicação, determino o arquivamento dos autos.

Cumpra-se. Publique-se. Intime-se.

Navegantes-SC, 04 de abril de 2017.

JAN ULLRICH

Diretor Presidente do NavegantesPREV

Nova Itaberaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 131/2017

DECRETO Nº 131/2017 DE 03 DE ABRIL DE 2017.

"NOMEIA CHEFE DE DEPARTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 1098/2016 de 18 de Outubro de 2016.

CONSIDERANDO: Que o servidor é responsável pelo setor de identificação e patrimônio do Município;

DECRETA:

Art. 1º - FICA nomeado para exercer a Função de Chefe de Departamento, o servidor público municipal LEOCIR MENDES DE MEDEIROS, Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, percebendo como gratificação os vencimentos previstos no Anexo II A da Lei Complementar nº 1098/2016 de 18 de Outubro de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, EM 03 DE ABRIL DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 075/2017 - CONVOCA APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2016

DECRETO nº 075/2017

convoca aprovadoS no PROCESSO SELETIVO Nº 004/2016, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências. O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos classificados nominado no Anexo I, do presente Decreto para comparecerem ao Setor de Recursos Humanos, do dia 05 de abril de 2017 a 07 de abril de 2017, munidos da documentação abaixo relacionada:

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Cópia da Carteira de Identidade;

III – Cópia do CPF;

IV – Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida (se for o caso);

V – Cópia do Título Eleitoral;

VI – Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Cópia da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Cópia Comprovante de Residência;

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Cópia do Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);

XIV – Cópia do Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);

XV – Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou distrital do domicílio do candidato, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 03 de abril de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I

(Decreto nº 075/2017)

CARGO: ATENDENTE DE CRECHE

Classificação	Nome completo
2ª	Alice Cristina Machado

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS

Classificação	Nome completo
1ª	Clenilson Machado

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA
(Decreto nº 075/2017)

Exmo. Senhor

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,
....., portador (a) do
RG nº e CPF nº
....., Candidato(a) naª posição do Processo Seletivo
- Edital nº , inscrição nº , para o cargo
de , pela Prefeitura Municipal de
Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA
à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto
nº , publicado no Diário Oficial dos Municípios de
...../...../.....

Nova Trento, de de 2017.

Assinatura

DECRETO Nº 076/2017 - CONVOCA APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015

DECRETO nº 076/2017

convoca aprovado no concurso público nº 003/2015 – VIGÉSIMA QUINTA chamada, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º - Fica convocado o candidato classificado nominado no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, do dia 05 de abril de 2017 a 24 de abril de 2017 (exceto nas terças-feiras), munido da documentação abaixo relacionada, observado o grau de instrução do respectivo cargo:

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Cópia da Carteira de Identidade;

III – Cópia do CPF;

IV – Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida (se for o caso);

V – Cópia do Título Eleitoral;

VI – Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
 VII – Inscrição no PIS/PASEP;
 VIII – Cópia atualizada da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);
 IX – Cópia atualizada da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);
 X – Cópia Comprovante de Residência;
 XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, demonstrada por atestado médico de saúde, fornecido por médico, homologado pela junta médica oficial do município, após a apreciação dos exames e demais documentos (Anexo II);
 XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;
 XIII – Cópia do Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);
 XIV – Cópia autenticada do Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);
 XV – Cópia do comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);
 XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pelos Cartórios Judiciais Federal, Estadual ou distrital do domicílio do candidato, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;
 XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 03 de abril de 2017.

Gian Francesco Voltolini
 Prefeito Municipal

JUCELINO MARINO CHINI
 Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I
 (Decreto nº 076/2017)

CARGO: TÉCNICO EM RADIOLOGIA

Classificação	Nº da Inscrição	Nome completo
13ª	1337	Fernanda Kriger

ANEXO II – EXAMES MÉDICOS
 (Decreto nº 076/2017)

CARGOS	EXAMES
TÉCNICO EM RADIOLOGIA	HEMOGRAMA

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA
 (Decreto nº 076/2017)

Exmo. Senhor
 Gian Francesco Voltolini
 Prefeito Municipal.
 Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,, portador (a) do
 RG nº e CPF nº
, Candidato(a) na ...ª posição do Concurso Público

- Edital nº, inscrição nº, para o cargo de, pela Prefeitura Municipal de Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº, publicado no Diário Oficial dos Municípios de/...../.....

Nova Trento, de de 2017.

Assinatura

RESOLUÇÃO Nº 05/2017

MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO – SANTA CATARINA
 CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA - NT
 SECRETARIA EXECUTIVA

RESOLUÇÃO COMDEMA No 05, DE 15 DE MARÇO DE 2017
 O CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMDEMA - NT, no uso das atribuições regimentais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.806 / 2001, alterada através da Lei Municipal 2.619/2016, considerando a proposta aprovada em Plenário na 5ª Reunião Ordinária, realizada em 15 de Março de 2017.
 Considerando a necessidade

RESOLVE:

Art. 1º Compor a Câmara Técnica do COMDEMA – NT, que fica composta pelos Técnicos: Mateus Davino Ferreira, com formação em Engenharia Ambiental, Fernanda Piazza, com formação em Biologia e Jubal Duarte, com formação em Engenharia Agrônômica.
 Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 15 de Março de 2017.

VALENTIM CAMILO CASSETT
 Presidente do Conselho de Meio Ambiente – COMDEMA-NT

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.314, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 2.314, de 03 de abril de 2017.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE PARA PROCESSAR E JULGAR AS LICITAÇÕES DO EXERCÍCIO DE 2017.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo art. 51 da Lei Federal 8.666/93, com suas atualizações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Especial para processar e julgar as licitações do exercício de 2017, assim definida:

IDINARA CRISTINA MASSUCCO – Presidente

IVETE SANAGIOTTO – Membro

DIEGO CASAGRANDE – Membro

NAUDIR CADORE – Suplente

Art. 2º - Aos trabalhos realizados pela comissão ora nomeados não caberá nenhum adicional financeiro, por se tratar de relevantes serviços públicos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto 2.290 de 02 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC,
em 03 de abril de 2017.

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se e

Publique-se

Richardson Batisti

Secretário da Administração e Fazenda

DECRETO Nº 2.315, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 2.315, de 03 de abril de 2017.

NOMEIA PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICÍPIO PARA PROCESSAR E JULGAR AS LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO DO EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado pela Lei Federal 10.520/2002, com suas atualizações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada interinamente como Pregoeiro Oficial do Município o Sr. SILVANI ZILLIO MOSCHEN, para coordenar, processar e julgar as licitações na modalidade de pregão para o exercício de 2017.

Art. 2º - Fica nomeada a Comissão de Apoio ao Pregoeiro, assim constituída:

DIEGO CASAGRANDE

IVETE SANAGIOTTO

IDINARA CRISTINA MASSUCCO

Art. 3º - Aos trabalhos realizados pela comissão ora nomeados e pelo pregoeiro não caberão nenhum adicional financeiro, por se tratar de relevantes serviços públicos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente o decreto 2.291 de 01 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC,
em 03 de abril de 2017.

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se e

Publique-se

Richardson Batisti

Secretário da Administração e Fazenda

EXTRATO DO PL FMS Nº 004/17-PR FMS Nº 002/17 SRP

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS Nº 004/2017 - PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 002/2017 –

Sistema de Registro de Preços

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: O objeto do presente Edital é a seleção de propostas para a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviço hospitalar de Plantão e Emergência médica para atendimento dos Municípios de Novo Horizonte, no âmbito das especialidades da Instituição contratada, incluindo os serviços de Plantão em Obstetrícia e Pediatria, através do seu corpo clínico e em suas dependências e instalações, com vistas a complementar a rede de atendimento hospitalar SUS e demais condições constante nos anexos do presente edital;

-Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min, no dia 13/04/2017, na sala de Licitações, junto a Prefeitura Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima.

-O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024.

Fundamentação legal: Lei Federal Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, e Decreto nº 1.694/2009, de 20/10/2009, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie.

Novo Horizonte (SC) em 04 de Abril de 2017. ROGERIO ACACIO MASCARELLO – Gestor FMS

Orleans

PREFEITURA

PROCESSO 31/2017

PROCESSO Nº 31/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ORLEANS PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM QUANTIDADE DE 2.558 PONTOS, OBEDECENDO INTEGRALMENTE ÀS ESPECIFICAÇÕES E DETERMINAÇÕES PREVISTAS NO PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 19/04/2017 às 14h:00min.

Abertura das Propostas: dia 19/04/2017, às 14h30min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 03 de Abril de 2017.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

PROCESSO 32/2017

PROCESSO Nº 32/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DOS PERÍMETROS URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE ORLEANS DE ACORDO COM OS REQUISITOS DA NR-10 (SEGURANÇA E SERVIÇOS DE ELETRICIDADE) E DA NR-35 (SEGURANÇA EM TRABALHOS EM ALTURA).

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 19/04/2017 às 08h:30min.

Abertura das Propostas: dia 19/04/2017, às 09h00min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 03 de Abril de 2017.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

Ouro

PREFEITURA

DL 004 CONTRATO 0040

MUNICÍPIO DE OURO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0033/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0004/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE OURO. Contratado: BANCO DO BRASIL SA. Objeto: Prestação dos serviços de arrecadação dos tributos e demais receitas públicas do Município. Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93. Vigência: De 03/04/2017 até 31/12/2017. Ouro, 03/04/2017, Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0033/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0004/2017

CONTRATO N. 0040/2017

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: BANCO DO BRASIL SA

Objeto: Prestação dos serviços de arrecadação dos tributos e demais receitas públicas do Município.

Vigência: 03/04/2017 até 31/12/2017.

Valor total: O valor total aproximado será de R\$ 14.938,00 (quatorze mil novecentos e trinta e oito reais)

Data de assinatura: 03/04/2017.

IN 003/2017 - CONTRATO 039

MUNICÍPIO DE OURO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO N 0032/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 0003/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE OURO. Contratado: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina -EPAGRI. Objeto: Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93. Vigência: 01/04/2017 até 31/12/2017. Ouro, 31/03/2017, Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

Processo Licitatório n. 0032/2017

Modalidade de Inexigibilidade de Licitação n. 0003/2017

CONTRATO N. 0039/2017

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina -Epagri

Objeto: Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural. Vigência: 01/04/2017 e término em 31/12/2017.

Valor total: O valor total será de R\$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais).

Data de assinatura: 31/03/2017.

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº 2906

DECRETO N.º 2906/2017

"DISPÕE SOBRE REEMBOLSO DE DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE OURO VERDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art 86, VI da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º Fica instituído o reembolso de despesas com alimentação ao servidor da administração pública municipal que se deslocar da sede, eventualmente e por motivo de serviço, participação em cursos, treinamentos ou eventos de interesse da municipalidade, conforme tabela abaixo;

DESCRIÇÃO	VALOR
CAFÉ	R\$ 10,00
ALMOÇO	R\$ 25,00
JANTAR	R\$ 25,00

Art. 2º Somente serão reembolsadas as despesas que forem devidamente comprovadas, através de notas fiscais ou cupons fiscais até o limite máximo da tabela acima. Despesas com valores inferiores a tabela será reembolsado pelo valor da despesa da nota ou cupom.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 2619/2015, de 08/04/2015.

Ouro Verde – SC, em 22 de Março de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº2907

DECRETO Nº 2907/2017

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NAS FONTES DE RECURSOS:

0331 – Transf. Conv. União Assit. Social, 0338 – Transf. do SUS União,
0388 – Alienação de Bens Saúde, 0333 – Transf. Convênio União/ Saúde,
0367 – Transf. SUS Estado, 0335 – Transf. SUAS União,
0361 – Transf. Assist. Social Estado, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº. 980/2017.

DECRETA:

Art. 1º. – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito Suplementar no valor de até R\$ 1.111.813,91,(Um milhão cento e onze mil oitocentos e treze reais e noventa e um centavos) apurado pelo Superávit da Exercício Anterior, para as seguintes Dotações Orçamentárias:

11.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$	1.012.287,80
10.301.1001-1.52-Construção/Ampliação da Rede Física de Saúde		
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0333	R\$	102.024,45
10.301.1001-2.50-Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0388	R\$	7.062,90
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0333	R\$	270.838,53
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0338		200.000,00
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0338	R\$	335.792,54
10.302.1001-2.70-Manutenção do Bloco de Média e Alta Complexidade		
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0367	R\$	6.360,15
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0338	R\$	7.646,99
10.304.1002-2.53-Manutenção das Ações Básica de Vigilância Sanitária		
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0338	R\$	9.567,71
10.305.1003-2.54-Manutenção das Ações de Vigilância em Saúde		
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0338	R\$	72.971,19
10.306.1004-2.55-Manutenção das Atividades de Alimentação e Nutrição		
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0338	R\$	23,34
12.001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	R\$	99.526,11
8.244.804-2.59-Manutenção dos Programas do Fundo de Assistência Social		
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0335	R\$	49.761,79
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0335	R\$	20.000,00
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0361	R\$	22.333,71
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0361	R\$	7.430,61

Art. 2º - Os Créditos abertos por este Decreto ocorreram por conta de recursos Vinculados ao Superávit Financeiro apurando no Exercício Anterior nas Fontes de Recursos acima identificadas.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 28 de Março de 2017.

AMÉLIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

Adécio Valendorf Kosinski
Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº2908

DECRETO Nº 2908/2017

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº. 982/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

4000 – SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO E ESPORTES				
4001-12-362-1202-2.20 – Manutenção do Ensino Médio				

Fonte	0100	Recursos Ordinários		
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa - 43	R\$	30.000,00

Art. 2º - Para fazer face a suplementação citada no artigo anterior, serão utilizados recursos da seguinte dotação orçamentária:

3000 – SECRETARIA/COORD. DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO				
3001-4-122-402-2.6 – Manutenção das Atividades da Administração, Gestão e Finanças				

Fonte	0100	Recursos Ordinários		
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa - 126	R\$	30.000,00

Art. 3º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 28 de Março de 2017.

AMÉLIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

Adécio Valendorf Kosinski

Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº2909

DECRETO N.º 2909/2017

“NOMEIA FUNCIONARIO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Comp. 022/2005 e 023/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeado para o Serviço Público Municipal o Sr. LEUCIR ANTONIO PANTALEÃO, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista, enquadrado no anexo III, da Lei Complementar n.º 023/2005, nível 26.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ouro Verde – SC, em 03 de Abril de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº2910

DECRETO N.º 2910/2017

“CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, E DÁ OUTRAS ROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 035/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Concedido Função de Confiança de Direção de Departamento e de Equipes de Trabalho, Padrão FG, Nível 01, ao servidor Público Municipal Sr. Getulio Ribeiro de Freitas.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 03 de abril de 2017.

AMELIO REMOR JÚNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº2911

DECRETO N.º 2911/2017

“CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, E DÁ OUTRAS ROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 035/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Concedido Função de Confiança de Direção de Departamento e de Equipes de Trabalho, Padrão FG, Nível 01, ao servidor Público Municipal Sr. Volmir Faccio.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 03 de abril de 2017.

AMELIO REMOR JÚNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº2912

DECRETO N.º 2912/2017

“CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, E DÁ OUTRAS ROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 035/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Concedido Função de Confiança de Direção de Programas ou Execução de Projetos de Governo, Padrão FG, Nível 01-A, a servidora Pública Municipal Sra. Sandra Mara Alves de Maia.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 03 de abril de 2017.

AMELIO REMOR JÚNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº2913

DECRETO N.º 2913/2017

“CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, E DÁ OUTRAS ROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 035/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Concedido Função de Confiança de Direção de Programas ou Execução de Projetos de Governo, Padrão FG, Nível 01-A, a servidora Pública Municipal Sra. Alexsandra Olívia Ferneda de Siqueira.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ouro Verde – SC, em 03 de abril de 2017.

AMELIO REMOR JÚNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº2914

DECRETO N.º 2914/2017

“CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, E DÁ OUTRAS ROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 035/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Concedido Função de Confiança de Direção de Programas ou Execução de Projetos de Governo, Padrão FG, Nível 01-A, a servidora Pública Municipal Sra. Teresinha Cavalheiro da Silva.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ouro Verde – SC, em 03 de abril de 2017.

AMELIO REMOR JÚNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº2915

DECRETO N.º 2915/2017

“CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, E DÁ OUTRAS ROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 035/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Concedido Função de Confiança de Direção de Programas ou Execução de Projetos de Governo, Padrão FG, Nível 01-A, a servidora Pública Municipal Sra. Eli Cleide Balbinot.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ouro Verde – SC, em 03 de abril de 2017.

AMELIO REMOR JÚNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº2916

DECRETO N.º 2916/2017

“CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 035/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Concedido Função de Confiança de Direção de Programas ou Execução de Projetos de Governo, Padrão FG, Nível 01-A, a servidora Pública Municipal Sra. Adriane Marcheto Alves de Quadra.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ouro Verde – SC, em 03 de abril de 2017.

AMELIO REMOR JÚNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº2917

DECRETO Nº 2917/2017

“DISPÕE SOBRE IDENTIFICAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL NO CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA (CNPJ) PERANTE A RECEITA FEDERAL DO BRASIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º. – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal Sr. Amelio Remor Junior, CPF 049.920.479-89, Prefeito Municipal, identificado como Representante Legal das Pessoas Jurídicas como segue abaixo:

CNPJ: 15.265.451/0001-28 – Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC;

CNPJ: 19.988.936/0001-09 – Fundo Municipal de Habitação;

CNPJ: 23.162.827/0001-05 – Fundo Municipal de Direitos do Idoso de Ouro Verde – SC;

CNPJ: 21.383.668/0001-35 – Fundo Municipal para a Infância e Adolescência de Ouro Verde, e

CNPJ: 20.135.841/0001-13 – Fundo Municipal de Cultura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 03 de Abril de 2017.

AMÉLIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

Adécio Valendorf Kosinski

Vice-Prefeito Municipal

DISPENSA 006/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE OURO VERDE

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2017

O Município de Ouro Verde - SC, torna público a realização de licitação na modalidade de Dispensa de Licitação: Objeto: Prestação de Serviços de fiscalização de obras de engenharia na execução de Pavimentação Asfáltica com CBUQ sobre pavimentação poliédrica na Rua Vitório Barreta – Trecho entre a Avenida Pedro Biotto Sobrinho e Estaca 26 + 18 m e na execução de Pavimentação Poliédrica e Passeios - Rua João Pasini, - Trecho entre a Rua Albino Sgarbossa e Natal Binda. Passeio na Rua João Pasini e José Santin. Amparo legal lei 8.666/93 e suas alterações Informações: Secretaria Geral de ADM e setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 03 de abril de 2017. Amelio Remor Junior Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº041

PORTARIA N.º 041/2017

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelas Lei Complementares 022/2005 e 047/2011.

RESOLVE:

1 – Conceder Licença Prêmio por tempo de Serviço, ao servidor público Municipal Sr. EDSON LUIZ SANTOS, correspondente aos períodos aquisitivos de 22 de novembro de 2011 à 21 de Novembro de 2016, que serão gozadas no período de 01 de abril de 2017 à 31 de maio de 2017.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 21 de março de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº042

PORTARIA Nº 042/2017

Determina a instauração de processo administrativo e designa os membros, conforme especifica.

AMÉLIO REMOR JÚNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e:

CONSIDERANDO, requerimento administrativo protocolizado sob o n. 00246/2017, no qual a Sra. Kátia Regina Soares, pretende sua nomeação e posse no cargo de Assistente Social;

CONSIDERANDO, que aparentemente a demanda do Município está sendo atendida a contento pelas Assistentes Sociais de carreira efetiva;

CONSIDERANDO, a necessidade de observância do princípio constitucional da eficiência e preservação do erário público (economicidade);

CONSIDERANDO, o disposto no § 3º, do art. 41, da CF/88;

CONSIDERANDO, a necessidade de observância do direito fundamental ao contraditório e ampla defesa;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os senhores Douglas Costa Curta - Gestor Municipal de Convênios, Osmar Faccio – Agente de Controle Interno – Teresinha Cavaleiro da Silva – Almoxarife – Alcione Selig – Médico Veterinário – Ronaldo Pratto – Fiscal de Tributos, Obras e Serviços, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Processo Administrativo destinado a apurar para ao final emitir relatório circunstanciado quanto à necessidade ou desnecessidade de manutenção no quadro de servidores do Município de Ouro Verde do quantitativo de vagas destinados ao cargo de Assistente Social.

Art. 2º Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para elaboração do relatório final, devendo proceder todas as diligências necessárias.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e COMUNIQUE-SE.

Ouro Verde, 23 de março de 2017.

AMÉLIO REMOR JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente portaria foi registrada e publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

RREO ANEXO I

Município de Ouro Verde
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				Em Reais	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	13.255.496,81	13.255.496,81	2.280.959,34	17,21	2.280.959,34	17,21	10.974.537,47	
RECEITAS CORRENTES	13.235.496,81	13.235.496,81	2.280.959,34	17,23	2.280.959,34	17,23	10.954.537,47	
RECEITA TRIBUTÁRIA	519.150,00	519.150,00	45.981,36	8,86	45.981,36	8,86	473.168,64	
Impostos	481.000,00	481.000,00	37.044,03	7,70	37.044,03	7,70	443.955,97	
Taxas	37.150,00	37.150,00	8.937,33	24,06	8.937,33	24,06	28.212,67	
Contribuição de Melhoria	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	77.140,00	77.140,00	11.158,76	14,47	11.158,76	14,47	65.981,24	
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	2.140,00	2.140,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.140,00	
Contribuição de Iluminação Pública	75.000,00	75.000,00	11.158,76	14,88	11.158,76	14,88	63.841,24	
RECEITA PATRIMONIAL	86.700,00	86.700,00	49.326,45	56,89	49.326,45	56,89	37.373,55	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	86.700,00	86.700,00	49.326,45	56,89	49.326,45	56,89	37.373,55	
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	15.000,00	15.000,00	1.695,75	11,30	1.695,75	11,30	13.304,25	
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Agropecuárias	15.000,00	15.000,00	1.695,75	11,30	1.695,75	11,30	13.304,25	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	32.100,00	32.100,00	3.675,86	11,45	3.675,86	11,45	28.424,14	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.374.666,81	12.374.666,81	2.159.425,69	17,45	2.159.425,69	17,45	10.215.241,12	
Transferências Intergovernamentais	12.272.666,81	12.272.666,81	1.983.871,93	16,16	1.983.871,93	16,16	10.288.794,88	
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios	102.000,00	102.000,00	175.553,76	172,11	175.553,76	172,11	-73.553,76	
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

1 / 3

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)	Continuação				Em Reais
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	130.740,00	130.740,00	9.695,47	7,42	121.044,53
Multas e Juros de Mora	19.000,00	19.000,00	836,24	4,40	18.163,76
Indenizações e Restituições	31.240,00	31.240,00	0,00	0,00	31.240,00
Receita da Dívida Ativa	10.500,00	10.500,00	0,00	0,00	10.500,00
Receitas Decorrentes de Aportes Perdidos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	70.000,00	70.000,00	8.859,23	12,66	61.140,77
RECEITAS DE CAPITAL	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
Alienação de Bens Móveis	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
Alienação de Bens Imóveis	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas da Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	13.255.496,81	13.255.496,81	2.280.959,34	17,21	10.974.537,47
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	13.255.496,81	13.255.496,81	2.280.959,34	17,21	10.974.537,47

Continua 2 / 3

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

Continuação

DEFFÍCIT (VI)										Em Realiz
TOTAL (VII) = (V + VI)										10.974.537,47
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)										
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS										
Superávit Financeiro										
Reabertura de Créditos Adicionais										
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	SALDO (i) = (e-h)	
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	13.255.496,81	13.852.080,44	3.319.338,20	3.319.338,20	10.532.742,24	1.580.946,75	1.580.946,75	1.458.170,88	12.271.133,69	
DESPESAS CORRENTES	11.834.346,81	12.024.242,76	2.971.127,14	2.971.127,14	9.053.115,62	1.348.086,79	1.348.086,79	1.227.612,92	10.676.155,97	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.458.500,00	7.476.295,03	968.305,55	968.305,55	6.507.989,48	968.305,55	968.305,55	968.305,55	6.507.989,48	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.315.846,81	4.487.947,73	2.002.821,59	2.002.821,59	2.485.126,14	379.781,24	379.781,24	259.307,37	4.108.166,49	
DESPESAS DE CAPITAL	1.416.150,00	1.822.837,68	348.211,06	348.211,06	1.474.626,62	232.859,96	232.859,96	230.557,96	1.589.977,72	
INVESTIMENTOS	906.150,00	1.312.837,68	287.487,42	287.487,42	1.025.350,26	220.640,58	220.640,58	218.338,58	1.092.197,10	
INVERSÕES FINANCEIRAS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	490.000,00	490.000,00	60.723,64	60.723,64	429.276,36	12.219,38	12.219,38	12.219,38	477.780,62	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	13.255.496,81	13.852.080,44	3.319.338,20	3.319.338,20	10.532.742,24	1.580.946,75	1.580.946,75	1.458.170,88	12.271.133,69	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.255.496,81	13.852.080,44	3.319.338,20	3.319.338,20	10.532.742,24	1.580.946,75	1.580.946,75	1.458.170,88	12.271.133,69	
SUPERÁVIT (XIII)							700.012,59			
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.255.496,81	13.852.080,44	3.319.338,20	3.319.338,20	10.532.742,24	1.580.946,75	2.280.959,34	1.458.170,88	12.271.133,69	
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE: Sistema e-Pública (1104-2118-978). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 01/04/2017 e hora de emissão: 10:01.

RREO ANEXO II

Município de Ouro Verde
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		Em Reais SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	
				(b)	% (b/total b)		(d/total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)					100,00			100,00
LEGISLATIVA	13.255.496,81	13.852.060,44	3.319.338,20	3.319.338,20	2,51	1.580.946,75	1.580.946,75	12.271.133,69
Ação Legislativa	778.190,73	778.190,73	83.155,38	83.155,38	2,51	83.155,38	83.155,38	695.035,35
ADMINISTRAÇÃO	778.190,73	778.190,73	83.155,38	83.155,38	2,51	83.155,38	83.155,38	695.035,35
Administração Geral	2.231.547,15	2.234.034,29	609.991,65	609.991,65	18,38	224.039,55	224.039,55	2.009.994,74
SEGURANÇA PÚBLICA	2.231.547,15	2.234.034,29	609.991,65	609.991,65	18,38	224.039,55	224.039,55	2.009.994,74
Policimento	17.680,00	44.655,50	27,00	27,00	0,00	27,00	27,00	44.628,50
Defesa Civil	16.680,00	43.655,50	27,00	27,00	0,00	27,00	27,00	43.628,50
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Assistência ao Portador de Deficiência	1.290.776,52	1.409.305,27	302.010,95	302.010,95	9,10	141.862,49	141.862,49	1.267.442,78
Assistência à Criança e ao Adolescente	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Assistência Comunitária	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
SAÚDE	1.260.776,52	1.279.305,27	302.010,95	302.010,95	9,10	141.862,49	141.862,49	1.227.442,78
Atenção Básica	2.965.367,16	2.965.367,16	827.895,95	827.895,95	24,94	320.931,58	320.931,58	2.644.435,58
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.812.985,56	2.812.985,56	761.802,04	761.802,04	22,95	308.550,36	308.550,36	2.504.035,20
Vigilância Sanitária	106.090,92	106.090,92	65.915,51	65.915,51	1,99	12.202,82	12.202,82	93.888,10
Vigilância Epidemiológica	19.000,00	19.000,00	178,40	178,40	0,01	178,40	178,40	18.821,60
Alimentação e Nutrição	20.690,68	20.690,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.690,68
EDUCAÇÃO	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Alimentação e Nutrição	2.446.135,25	2.668.439,77	573.170,08	573.170,08	17,27	363.532,06	363.532,06	2.304.907,71
Ensino Fundamental	45.400,00	47.253,65	8.896,74	8.896,74	0,27	1.766,75	1.766,75	45.486,90
Ensino Médio	2.156.835,25	2.377.286,12	500.209,89	500.209,89	15,07	349.722,89	349.722,89	2.027.563,23
Ensino Superior	20.400,00	20.400,00	4.400,00	4.400,00	0,13	0,00	0,00	20.400,00
Educação de Jovens e Adultos	30.000,00	30.000,00	19.700,00	19.700,00	0,59	0,00	0,00	30.000,00
Educação Especial	183.500,00	183.500,00	39.963,45	39.963,45	1,20	12.042,42	12.042,42	171.457,58
CULTURA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Diffusão Cultural	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
URBANISMO	51.000,00	51.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00
Infra-Estrutura Urbana	51.000,00	51.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00
Serviços Urbanos	627.950,00	798.533,17	303.067,02	303.067,02	9,13	174.760,58	174.760,58	583.772,59
HABITAÇÃO	75.000,00	204.024,72	129.024,72	129.024,72	3,89	129.024,72	129.024,72	75.000,00
Habituação Urbana	552.950,00	554.508,45	174.042,30	174.042,30	5,24	45.735,86	45.735,86	508.772,59
	85.000,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00
	85.000,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00

1 / 3

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO		DESPESAS LIQUIDADAS		Em Reais	
			No Bimestre	Até o bimestre (b)	%	(b/total b)	No Bimestre	Até o bimestre (d)	%	(d/total d)
SANEAMENTO	41.000,00	84.365,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.365,51
Saneamento Básico Urbano	41.000,00	84.365,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	84.365,51
GESTÃO AMBIENTAL	280.000,00	280.000,00	29.107,88	29.107,88	0,88	0,88	29.107,88	29.107,88	1,84	250.892,12
Preservação e Conservação Ambiental	280.000,00	280.000,00	29.107,88	29.107,88	0,88	0,88	29.107,88	29.107,88	1,84	250.892,12
AGRICULTURA	670.000,00	670.000,00	152.096,02	152.096,02	4,58	4,58	72.704,52	72.704,52	4,60	597.295,48
Extensão Rural	670.000,00	670.000,00	152.096,02	152.096,02	4,58	4,58	72.704,52	72.704,52	4,60	597.295,48
INDÚSTRIA	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Promoção Industrial	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
TRANSPORTE	991.850,00	1.044.189,04	214.834,56	214.834,56	6,47	6,47	131.219,54	131.219,54	8,30	912.969,50
Transporte Rodoviário	991.850,00	1.044.189,04	214.834,56	214.834,56	6,47	6,47	131.219,54	131.219,54	8,30	912.969,50
DESPORTO E LAZER	81.000,00	81.000,00	16.000,00	16.000,00	0,48	0,48	1.254,97	1.254,97	0,08	79.745,03
Desporto Comunitário	81.000,00	81.000,00	16.000,00	16.000,00	0,48	0,48	1.254,97	1.254,97	0,08	79.745,03
ENCARGOS ESPECIAIS	690.000,00	690.000,00	207.981,71	207.981,71	6,27	6,27	38.351,20	38.351,20	2,43	651.648,80
Serviço da Dívida Interna	400.000,00	400.000,00	60.723,64	60.723,64	1,83	1,83	12.219,38	12.219,38	0,77	387.780,62
Outros Encargos Especiais	290.000,00	290.000,00	147.258,07	147.258,07	4,44	4,44	26.131,82	26.131,82	1,65	263.868,18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Reserva de Contingência	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	13.255.496,81	13.852.080,44	3.319.338,20	3.319.338,20	100,00	100,00	1.580.946,75	1.580.946,75	100,00	12.271.133,69

Continua 2 / 3

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	
				% (b/total b)			% (d/total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1755-4077-094). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 01/04/2017 e hora de emissão: 10:02.

RREO ANEXO III

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses											
	Março/2016	Abril/2016	Maio/2016	Junho/2016	Julho/2016	Agosto/2016	Setembro/2016					
RECEITAS CORRENTES (I)	913.535,06	985.339,02	1.147.729,92	1.272.342,26	1.220.610,66	1.088.290,22	1.026.536,01					
Receita Tributária	28.530,99	25.976,26	13.561,73	41.182,99	68.084,31	77.625,62	73.511,66					
IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	35.987,91	21.175,62	964,73					
ISS	7.681,47	8.829,20	5.913,48	10.830,09	5.191,93	7.316,48	7.453,28					
ITBI	5.264,64	15.760,00	6.138,00	28.959,18	25.588,00	47.787,80	64.763,80					
IRRF	5.728,07	0,00	1.249,64	1.393,72	1.316,47	1.345,72	0,00					
Outras Receitas Tributárias	9.856,81	1.387,06	260,61	0,00	0,00	0,00	329,85					
Receita de Contribuições	6.044,53	6.013,04	5.396,69	5.775,33	6.694,45	5.669,34	6.343,88					
Receita Patrimonial	9.615,74	8.810,24	6.635,84	6.498,49	9.926,15	13.233,09	11.411,89					
Receita Agropecuária	3.063,42	903,96	1.657,26	1.381,05	401,76	150,66	326,43					
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita de Serviços	5.372,40	1.230,50	420,00	0,00	438,02	238,51	489,07					
Transferências Correntes	847.146,33	933.219,31	1.113.453,56	1.211.703,07	1.126.761,32	986.685,15	932.004,28					
Cota-Parte FPM	396.716,85	471.611,14	627.129,00	518.110,14	375.635,93	465.840,62	378.821,49					
Cota-Parte do ICMS	337.412,07	346.914,73	335.562,75	331.534,18	342.143,50	337.949,37	365.067,89					
Cota-Parte do IPVA	22.772,35	17.410,73	25.098,79	25.117,17	19.738,69	20.485,93	15.375,84					
Cota-Parte do ITR	101,10	25,08	60,06	0,00	10,00	112,12	3.532,69					
Transferências da LC 87/1996	1.424,16	1.424,16	1.424,16	1.424,16	1.424,16	1.424,16	1.424,16					
Transferências da LC 61/1989	4.839,51	4.965,76	5.639,01	3.355,46	4.559,17	4.606,98	5.044,53					
Transferências do FUNDEB	64.659,75	63.477,59	69.844,53	66.899,92	64.428,68	66.323,47	67.782,95					
Outras Transferências Correntes	19.220,54	27.390,12	48.695,26	265.262,04	318.821,19	89.942,50	94.954,33					
Outras Receitas Correntes	13.761,65	9.185,71	6.604,84	5.861,33	8.304,65	4.687,85	2.448,80					
DEDUÇÕES (II)	152.653,02	168.470,11	198.982,58	175.908,02	148.702,09	166.083,64	153.853,21					
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	152.653,02	168.470,11	198.982,58	175.908,02	148.702,09	166.083,64	153.853,21					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	760.882,04	816.868,91	948.747,34	1.096.434,24	1.071.908,57	922.206,58	872.682,80					

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

Continuação

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses						
	Outubro/2016	Novembro/2016	Dezembro/2016	Janeiro/2017	Fevereiro/2017	Total Últimos 12 Meses	Previsão atualizada 2017
RECEITAS CORRENTES (I)							
Receita Tributária	1.157.570,44	1.674.015,17	1.925.859,87	1.366.682,10	1.336.007,42	15.114.518,15	15.620.974,02
IPJU	10.829,29	147.247,93	36.262,46	25.747,91	20.233,45	568.794,60	519.150,00
ISS	369,93	0,00	1.092,00	0,00	0,00	59.990,19	65.000,00
ITBI	2.055,67	2.616,25	-4,48	5.923,61	1.313,36	65.120,34	82.000,00
ITRIRF	6.950,00	10.650,00	8.416,00	5.145,84	0,00	225.423,26	164.000,00
Outras Receitas Tributárias	1.379,23	133.981,68	26.758,94	12.724,55	11.936,67	197.814,69	170.000,00
Receitas de Contribuições	74,46	0,00	0,00	1.953,91	6.983,42	20.846,12	38.150,00
Receita Patrimonial	5.247,14	5.907,48	5.669,15	5.725,46	5.433,30	69.919,79	77.140,00
Receita Agropecuária	12.578,20	12.641,83	12.610,03	26.577,47	22.748,98	153.227,95	86.700,00
Receita Industrial	502,20	778,41	414,72	416,50	1.279,25	11.275,62	15.000,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	298,03	385,39	226,44	238,25	3.437,61	12.774,22	32.100,00
Cota-Parte FPM	1.123.999,13	1.505.414,95	1.868.976,60	1.304.886,82	1.276.269,05	14.230.519,57	14.760.144,02
Cota-Parte do ICMS	459.849,52	838.988,98	1.014.382,28	557.723,59	714.986,63	6.819.796,17	6.835.187,35
Cota-Parte do IPVA	377.641,28	362.729,95	402.299,19	421.551,38	375.094,96	4.335.901,25	4.761.619,60
Cota-Parte do ITR	16.989,57	16.330,03	6.194,76	12.711,76	12.365,62	210.351,24	232.471,35
Transferências da LC 87/1996	33.690,01	108,86	90,01	10,36	191,77	37.932,06	4.863,01
Transferências da LC 61/1989	1.424,16	1.424,16	1.424,16	1.437,42	1.437,42	17.116,44	19.796,59
Transferências do FUNDEB	5.332,23	5.572,58	5.928,70	5.306,67	5.835,23	60.886,23	73.461,28
Outras Transferências Correntes	77.231,34	78.400,32	92.326,40	70.761,19	67.675,06	849.811,20	861.000,00
Outras Receitas Correntes	151.841,02	201.860,07	346.371,10	235.384,45	98.682,36	1.898.424,98	1.971.744,84
DEDUÇÕES (II)							
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	4.116,45	1.639,18	1.700,47	3.089,69	6.605,78	68.006,40	130.740,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	178.985,17	245.030,71	286.056,02	199.748,03	221.982,15	2.296.454,75	2.385.477,21
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)							
	178.985,17	245.030,71	286.056,02	199.748,03	221.982,15	2.296.454,75	2.385.477,21
	978.585,27	1.428.984,46	1.639.803,85	1.166.934,07	1.114.025,27	12.818.063,40	13.235.496,81

FONTE: Sistema e-Pública (1880-1118-547). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 01/04/2017 e hora de emissão: 10:02.

RREO ANEXO IV

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Em Reais

RREO - ANEXO 04 (LRF-Art. 53, inciso II)

FONTE: Sistema e-Pública (2206-7970-128). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 01/04/2017 e hora de emissão: 10:03.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

RREO ANEXO V**Município de Ouro Verde**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 05 (LRF, Art. 53, inciso III)

Em Reais

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/12/2016 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	420.577,42	420.577,42	408.358,04
Deduções (II)	3.224.212,98	3.224.212,98	4.052.483,13
Disponibilidade de Caixa	3.209.374,78	3.209.374,78	4.037.450,81
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.472.184,34	3.472.184,34	4.049.545,81
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	262.809,56	262.809,56	12.095,00
Demais Haveres Financeiros	14.838,20	14.838,20	15.032,32
Dívida Consolidada Líquida (III = I - II)	-2.803.635,56	-2.803.635,56	-3.644.125,09
Receita Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida (VI = III + IV - V)	-2.803.635,56	-2.803.635,56	-3.644.125,09
RESULTADO NOMINAL	PERÍODO REFERÊNCIA		
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)	
VALOR	-840.489,53	-840.489,53	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE
Meta de resultado nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência			0,00

FONTE: Sistema e-Pública (2423-6760-087). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 01/04/2017 e hora de emissão: 10:03.

RREO ANEXO VI

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Em Reais
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/2016	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	13.133.796,81	2.229.937,14	1.772.555,01	
Recargas Tributárias	519.150,00	45.981,36	30.303,00	
IPTU	65.000,00	0,00	0,00	
ISS	82.000,00	7.236,97	6.872,03	
ITBI	164.000,00	5.145,84	8.614,00	
IRRF	170.000,00	24.661,22	10.551,03	
Outras Receitas Tributárias	38.150,00	8.937,33	4.265,94	
Recargas de Contribuições	77.140,00	11.158,76	11.113,98	
Recargas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	77.140,00	11.158,76	11.113,98	
Recarga Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	
Recarga Patrimonial	86.700,00	49.326,45	11.051,46	
(-) Aplicações Financeiras	86.700,00	49.326,45	11.051,46	
Transferências Correntes	12.374.666,81	2.159.425,69	1.725.587,44	
FPM	5.468.150,24	1.018.168,24	999.872,43	
ICMS	3.809.296,98	637.317,24	540.182,15	
Convênios	102.000,00	175.553,76	31.872,22	
Outras Transferências Correntes	2.995.219,59	328.386,45	213.660,64	
Demais Receitas Correntes	162.840,00	13.371,33	5.550,59	
Dívida Ativa	10.500,00	0,00	0,00	
Diversas Receitas Correntes	152.340,00	13.371,33	5.550,59	
RECEITAS DE CAPITAL (II)	20.000,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens (V)	20.000,00	0,00	0,00	
Transferência de Capital	0,00	0,00	0,00	
Convênios	0,00	0,00	0,00	
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	13.133.796,81	2.229.937,14	1.772.555,01	

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

Continuação

Em Reais

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	12.024.242,76	2.971.127,14	2.205.618,20	1.348.086,79	1.353.792,53
Pessoal e Encargos Sociais	7.476.295,03	968.305,55	811.972,99	968.305,55	811.972,99
Juros e Encargos da Dívida (IX)	60.000,00	0,00	723,00	0,00	723,00
Outras Despesas Correntes	4.487.947,73	2.002.821,59	1.392.922,21	379.781,24	541.096,54
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	11.964.242,76	2.971.127,14	2.204.895,20	1.348.086,79	1.353.069,53
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.822.837,68	348.211,06	43.317,18	232.859,96	36.397,18
Investimentos	1.312.837,68	287.487,42	12.498,00	220.640,58	5.578,00
Inversões Financeiras	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)		0,00	0,00	0,00	0,00
Aquis. Títulos Capital já Integralizado (XIII)		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	490.000,00	60.723,64	30.819,18	12.219,38	30.819,18
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.332.837,68	287.487,42	12.498,00	220.640,58	5.578,00
Reserva de Contingência (XVI)	5.000,00				
Reserva RPPS (XVII)	0,00				
DESPA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	13.302.080,44	3.258.614,56	2.217.393,20	1.568.727,37	1.358.647,53
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-168.283,63	-1.028.677,42	-444.838,19	661.209,77	413.907,48
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					
Meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência					0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1718-8851-706). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 01/04/2017 e hora de emissão: 10:07.

RREO ANEXO VII

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (L)=(e+k)	
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a) (e)=(a+b)-(c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)		Saldo (b) (k)=(f+g)-(i+j)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2016 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2016 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	109.711,18	153.098,38	250.714,56	0,00	12.095,00	0,00	127.264,07	0,00	0,00	0,00	127.264,07	139.359,07
EXECUTIVO												
Município de Ouro Verde	109.711,18	153.098,38	250.714,56	0,00	12.095,00	0,00	127.264,07	0,00	0,00	0,00	127.264,07	139.359,07
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	109.711,18	153.098,38	250.714,56	0,00	12.095,00	0,00	127.264,07	0,00	0,00	0,00	127.264,07	139.359,07

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

FONTE: Sistema e-Pública (1962-4981-480). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 01/04/2017 e hora de emissão: 10:09.

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

RREO ANEXO VIII**Município de Ouro Verde**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100	
1-Receita de impostos	495.500,00	495.500,00	37.059,54	7,48	
1.1-Receita resultante do IPTU	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	
1.1.1-IPTU	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	
1.1.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	
1.2-Receita resultante do ITBI	164.000,00	164.000,00	5.145,84	3,14	
1.2.1-ITBI	164.000,00	164.000,00	5.145,84	3,14	
1.2.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3-Receita resultante do ISS	86.500,00	86.500,00	7.252,48	8,38	
1.3.1-ISS	82.000,00	82.000,00	7.236,97	8,83	
1.3.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	4.500,00	4.500,00	15,51	0,34	
1.4-Receita resultante do IRRF	170.000,00	170.000,00	24.661,22	14,51	
1.5-Receita resultante do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.1-ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.2-Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
2-Receitas de transferências constitucionais e legais	12.414.899,18	12.414.899,18	2.108.652,81	16,98	
2.1-Cota Parte FPM	7.322.687,35	7.322.687,35	1.272.710,22	17,38	
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.835.187,35	6.835.187,35	1.272.710,22	18,62	
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	280.000,00	280.000,00	0,00	0,00	
2.1.3-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	207.500,00	207.500,00	0,00	0,00	
2.2-Cota Parte ICMS	4.761.619,60	4.761.619,60	796.646,34	16,73	
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	19.796,59	19.796,59	2.874,84	14,52	
2.4-Cota Parte IPI-Exportação	73.461,28	73.461,28	11.141,90	15,17	
2.5-Cota-Parte ITR	4.863,01	4.863,01	202,13	4,16	
2.6-Cota-Parte IPVA	232.471,35	232.471,35	25.077,38	10,79	
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	12.910.399,18	12.910.399,18	2.145.712,35	16,62	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100	
4-Receita da aplicação financeira de outros recursos de impostos vinculados ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	
5-Transferências do FNDE	159.220,00	159.220,00	21.376,26	13,43	
5.1-Transferências do Salário-Educação	87.500,00	87.500,00	20.678,44	23,63	
5.2-Transferências Diretas - PDDE	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	
5.3-Transferências Diretas - PNAE	21.860,00	21.860,00	0,00	0,00	
5.4-Transferências Diretas - PNATE	33.510,00	33.510,00	0,00	0,00	
5.5-Outras transferências do FNDE	13.200,00	13.200,00	0,00	0,00	
5.6-Aplicações financeiras de recursos do FNDE	2.150,00	2.150,00	697,82	32,46	
6-Transferências de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	
6.1-Transferências de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	
7-Receita de Operações de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00	
8-Outras receitas para financiamentos do ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	
9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)	159.220,00	159.220,00	21.376,26	13,43	
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100	
10-Receitas destinadas ao FUNDEB	2.385.477,21	2.385.477,21	421.730,18	17,68	

1 / 3

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

10.1-Cota Parte FPM (20% de 2.1.1)	1.367.037,11	1.367.037,11	254.541,98	18,62
10.2-Cota Parte ICMS (20% de 2.2)	952.322,62	952.322,62	159.329,10	16,73
10.3-ICMS Desoneração (20% de 2.3)	3.959,26	3.959,26	574,96	14,52
10.4-Cota Parte IPI-Exportação (20% de 2.4)	14.692,30	14.692,30	2.228,38	15,17
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5))	972,54	972,54	40,41	4,16
10.6-Cota-Parte IPVA (20% de 2.6)	46.493,38	46.493,38	5.015,35	10,79
11-Receitas recebidas do FUNDEB	868.500,00	868.500,00	139.031,74	16,01
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	861.000,00	861.000,00	138.436,25	16,08
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	7.500,00	7.500,00	595,49	7,94
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.524.477,21	-1.524.477,21	-283.293,93	18,58

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ⁶ (i)
			Até o bimestre (e)	% f=(e/d)x100	Até o bimestre (g)	% h=(g/d)x100	
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	818.500,00	818.500,00	114.974,96	14,05	114.974,96	14,05	0,00
13.1-Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2-Com Ensino Fundamental	818.500,00	818.500,00	114.974,96	14,05	114.974,96	14,05	0,00
14-OUTRAS DESPESAS	50.000,00	50.000,00	24.000,00	48,00	24.000,00	48,00	0,00
14.1-Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	50.000,00	50.000,00	24.000,00	48,00	24.000,00	48,00	0,00
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	868.500,00	868.500,00	138.974,96	16,00	138.974,96	16,00	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							Valor
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							0,00
16.1- FUNDEB 60%							0,00
16.2- FUNDEB 40%							0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							17.795,03
17.1- FUNDEB 60%							17.795,03
17.2- FUNDEB 40%							0,00
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							17.795,03
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							121.179,93
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							69,90
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							17,26
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100- (19.1 +19.2)) %							12,84
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							Valor
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							17.795,03
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 ²							17.795,03

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ⁶ (i)
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h= (g/d)x100	
22-EDUCAÇÃO INFANTIL	187.000,00	187.000,00	43.538,22	23,28	12.606,81	6,74	0,00
22.1-Creche	187.000,00	187.000,00	43.538,22	23,28	12.606,81	6,74	0,00
22.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2-Custeadas com outros recursos de impostos	187.000,00	187.000,00	43.538,22	23,28	12.606,81	6,74	0,00
22.2-Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2-Custeadas com outros recursos de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23-ENSINO FUNDAMENTAL	1.928.415,25	1.928.415,25	352.159,16	18,26	251.218,98	13,03	0,00
23.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	868.500,00	868.500,00	138.974,96	16,00	138.974,96	16,00	0,00
23.2-Custeadas com outros recursos de impostos	1.059.915,25	1.059.915,25	213.184,20	20,11	112.244,02	10,59	0,00
24-Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25-Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26-Ensino Profissional não integrado ao ensino regular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

27-Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	2.115.415,25	2.115.415,25	395.697,38	18,71	263.825,79	12,47	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							Valor
29-Resultado líquido das transferências do FUNDEB = (12)							-283.293,93
30-Despesas custeadas com a complementação do FUNDEB no exercício							0,00
31-Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB até o bimestre = (49)							595,49
32-Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB							17.795,03
33-Despesas custeadas com superávit financeiro, do exercício anterior, de outros recursos impostos							0,00
34-Restos a pagar inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino ⁴							0,00
35-Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com dispon financ de rec de impostos vinculados ao ensino = (45j)							0,00
36-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29+30+31+32+33+34+35) ⁶							-264.903,41
37-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (36)) ⁶							528.729,20
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % ⁶ - LIMITE CONSTITUCIONAL 25% ⁵							24,64

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ⁶ (i)
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h= (g/d)x100	
39-Custeadas com aplic finan de outros rec de imposto vinculadas ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40-Custeadas com contrib social salário-educação	88.500,00	122.418,63	4.567,80	3,73	0,00	0,00	0,00
41-Custeadas com operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42-Custeadas com outras receitas para finan do ensino	88.500,00	122.418,63	4.567,80	3,73	0,00	0,00	0,00
43-TOTAL OUTRAS DESPESAS (39+40+41+42)	177.000,00	244.837,26	9.135,60	3,73	0,00	0,00	0,00
44-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (28+43)	2.292.415,25	2.360.252,51	404.832,98	17,15	263.825,79	11,18	0,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO

SALDO ATÉ O BIMESTRE

CANCELADO EM 2017 (j)

45-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	115,00	0,00
45.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	115,00	0,00
45.2-Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

VALOR

FUNDEB

Salário Educação

46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	17.795,03	33.918,63
47-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	138.436,25	20.678,44
48-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	156.769,99	0,00
48.1-Orçamento do Exercício (+ extras)	156.769,99	0,00
48.2 Restos a Pagar (+ extras)	0,00	0,00
49-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	595,49	529,88
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	56,78	55.126,95
51- (+) Ajustes	0,00	0,00
51.1 Retenções	0,00	0,00
51.2 Conciliação Bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	56,78	55.126,95

FONTE: Sistema e-Pública (1585-3100-784). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 01/04/2017 e hora de emissão: 10:24.

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

RREO ANEXO XII 1**Município de Ouro Verde**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	495.500,00	495.500,00	37.059,54	7,48
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	164.000,00	164.000,00	5.145,84	3,14
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	82.000,00	82.000,00	7.236,97	8,83
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	170.000,00	170.000,00	24.661,22	14,51
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.000,00	2.000,00	15,51	0,78
Dívida Ativa dos Impostos	8.500,00	8.500,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.927.399,18	11.927.399,18	2.108.652,81	17,68
Cota-parte FPM	6.835.187,35	6.835.187,35	1.272.710,22	18,62
Cota-parte ITR	4.863,01	4.863,01	202,13	4,16
Cota-parte IPVA	232.471,35	232.471,35	25.077,38	10,79
Cota-parte ICMS	4.761.619,60	4.761.619,60	796.646,34	16,73
Cota-parte do IPI - Exportação	73.461,28	73.461,28	11.141,90	15,17
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	19.796,59	19.796,59	2.874,84	14,52
Desoneração ICMS (LC 87/96)	19.796,59	19.796,59	2.874,84	14,52
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.422.899,18	12.422.899,18	2.145.712,35	17,27

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	1.141.978,32	1.141.978,32	279.664,93	24,49
Provenientes da União	546.351,16	546.351,16	99.016,29	18,12
Provenientes dos Estados	45.796,00	45.796,00	10.648,76	23,25
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	549.831,16	549.831,16	169.999,88	30,92
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.141.978,32	1.141.978,32	279.664,93	24,49

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS?
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)x100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)x100	
DESPESAS CORRENTES	2.359.367,16	2.359.367,16	681.115,85	28,87	302.475,34	12,82	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.605.000,00	1.605.000,00	231.503,31	14,42	231.503,31	14,42	0,00
Juros e Encargos da Dívida	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	724.367,16	724.367,16	449.612,54	62,07	70.972,03	9,80	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	462.000,00	462.000,00	2.780,10	0,60	2.780,10	0,60	0,00
Investimentos	342.000,00	342.000,00	2.780,10	0,81	2.780,10	0,81	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.821.367,16	2.821.367,16	683.895,95	24,24	305.255,44	10,82	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS?
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	1.379,30	0,20	1.379,30	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	599.367,16	599.367,16	225.502,20	32,97	84.335,74	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	548.571,16	548.571,16	225.502,20	32,97	84.335,74	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 3

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Outros Recursos	50.796,00	50.796,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	606.367,16	606.367,16	226.881,50	33,17	85.715,04	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.215.000,00	2.215.000,00	457.014,45	66,83	219.540,40	71,92	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIIb x 100)⁶ - LIMITE CONSTITUCIONAL **10,23**

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]⁶ **-102.316,45**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em Exercícios Anteriores a 2013 (Somatório)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores a 2013 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2012	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores a 2012 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ⁷
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x100	
Atenção Básica	2.668.585,56	2.668.585,56	617.802,04	90,34	292.874,22	95,94	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	106.090,92	106.090,92	65.915,51	9,64	12.202,82	4,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3

Município de Ouro Verde**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Vigilância Sanitária	19.000,00	19.000,00	178,40	0,03	178,40	0,06	0,00
Vigilância Epidemiológica	20.690,68	20.690,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.821.367,16	2.821.367,16	683.895,95	100,00	305.255,44	100,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1115-6580-317). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 01/04/2017 e hora de emissão: 10:26.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre Saldo Final.

RREO ANEXO XII 2**Município de Ouro Verde**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	495.500,00	495.500,00	37.059,54	7,48
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	164.000,00	164.000,00	5.145,84	3,14
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	82.000,00	82.000,00	7.236,97	8,83
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	170.000,00	170.000,00	24.661,22	14,51
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.000,00	2.000,00	15,51	0,78
Dívida Ativa dos Impostos	8.500,00	8.500,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.927.399,18	11.927.399,18	2.108.652,81	17,68
Cota-parte FPM	6.835.187,35	6.835.187,35	1.272.710,22	18,62
Cota-parte ITR	4.863,01	4.863,01	202,13	4,16
Cota-parte IPVA	232.471,35	232.471,35	25.077,38	10,79
Cota-parte ICMS	4.761.619,60	4.761.619,60	796.646,34	16,73
Cota-parte do IPI - Exportação	73.461,28	73.461,28	11.141,90	15,17
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	19.796,59	19.796,59	2.874,84	14,52
Desoneração ICMS (LC 87/96)	19.796,59	19.796,59	2.874,84	14,52
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.422.899,18	12.422.899,18	2.145.712,35	17,27

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	1.141.978,32	1.141.978,32	279.664,93	24,49
Provenientes da União	546.351,16	546.351,16	99.016,29	18,12
Provenientes dos Estados	45.796,00	45.796,00	10.648,76	23,25
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	549.831,16	549.831,16	169.999,88	30,92
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.141.978,32	1.141.978,32	279.664,93	24,49

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS?
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)x100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)x100	
DESPESAS CORRENTES	2.359.367,16	2.359.367,16	681.115,85	28,87	318.151,48	13,48	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.605.000,00	1.605.000,00	231.503,31	14,42	231.503,31	14,42	0,00
Juros e Encargos da Dívida	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	724.367,16	724.367,16	449.612,54	62,07	86.648,17	11,96	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	462.000,00	462.000,00	2.780,10	0,60	2.780,10	0,60	0,00
Investimentos	342.000,00	342.000,00	2.780,10	0,81	2.780,10	0,81	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.821.367,16	2.821.367,16	683.895,95	24,24	320.931,58	11,38	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS?
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	1.379,30	0,20	1.379,30	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	599.367,16	599.367,16	225.502,20	32,97	84.335,74	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	548.571,16	548.571,16	225.502,20	32,97	84.335,74	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 3

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Outros Recursos	50.796,00	50.796,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	606.367,16	606.367,16	226.881,50	33,17	85.715,04	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.215.000,00	2.215.000,00	457.014,45	66,83	235.216,54	73,29	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIIb x 100)⁶ - LIMITE CONSTITUCIONAL **10,96**

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]⁶ **-86.640,31**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em Exercícios Anteriores a 2013 (Somatório)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores a 2013 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2012	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores a 2012 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ⁷
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x100	
Atenção Básica	2.668.585,56	2.668.585,56	617.802,04	90,34	292.874,22	91,26	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	106.090,92	106.090,92	65.915,51	9,64	12.202,82	3,80	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3

Município de Ouro Verde

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Vigilância Sanitária	19.000,00	19.000,00	178,40	0,03	178,40	0,06	0,00
Vigilância Epidemiológica	20.690,68	20.690,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	15.676,14	4,88	0,00
Total	2.821.367,16	2.821.367,16	683.895,95	100,00	320.931,58	100,00	0,00

DESPESA COM SAÚDE EXECUTADA EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS

DESPESAS COM SAÚDE EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO CIS AMOSC	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100	Até o Bimestre (c)	% (c/a)x100
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	15.676,14	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	15.676,14	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (I)	0,00	0,00	0,00	15.676,14	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
	Até o Bimestre (d)	% (d/Ib)x100	Até o Bimestre (f)	% (f/Ic)x100
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = (I - II)	0,00	0,00	15.676,14	100,00

FONTE: Sistema e-Pública (1512-8311-562). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 01/04/2017 e hora de emissão: 10:29.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre Saldo Final.

RREO ANEXO XIV**Município de Ouro Verde**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Fevereiro 2017/Bimestre Janeiro-Fevereiro

LRF, Art. 48 – Anexo 14

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre			
RECEITAS					
Previsão Inicial		13.255.496,81			
Previsão Atualizada		13.255.496,81			
Receitas Realizadas		2.280.959,34			
Déficit Orçamentário		0,00			
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados por Créditos Adicionais)		596.583,63			
DESPESAS					
Dotação Inicial		13.255.496,81			
Créditos Adicionais		596.583,63			
Dotação Atualizada		13.852.080,44			
Despesas Empenhadas		3.319.338,20			
Despesas Liquidadas		1.580.946,75			
Despesas Pagas		1.458.170,88			
Superávit Orçamentário		700.012,59			
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre			
Despesas Empenhadas		3.319.338,20			
Despesas Liquidadas		1.580.946,75			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL		Até o Bimestre			
Receita Corrente Líquida		12.818.063,40			
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00			
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00			
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00			
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		0,00	-840.489,53	0,00	
Resultado Primário		0,00	661.209,77	0,00	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		262.809,56	0,00	250.714,56	12.095,00
Poder Executivo		262.809,56	0,00	250.714,56	12.095,00
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		127.264,07	0,00	0,00	127.264,07
Poder Executivo		127.264,07	0,00	0,00	127.264,07
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		390.073,63	0,00	250.714,56	139.359,07
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de impostos em MDE		528.729,20	25,00	24,64	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		97.179,93	60,00	69,90	
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	10,00	0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		235.216,54	15,00	10,96	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas/RCL (%)					0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1736-6409-306). Unidade Responsável: Município de Ouro Verde. Data da emissão: 01/04/2017 e hora de emissão: 10:36.

1 Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2017

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 17 de abril de 2017, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2017, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução de ondulações transversais (lombadas) e faixas elevadas para travessia de pedestre, com fornecimento do material e mão de obra, a ser utilizado em diversas ruas deste Município, através de Registro de Preços. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 19h00min, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 03 de abril de 2017. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGAO PRESENCIAL RP 34/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL RP Nº. 34/2017

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 20 de abril de 2017, às 09:00 hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações a sessão pública para recebimento de documentação e abertura das propostas, bem como a etapa dos lances, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL RP - Nº. 34/2017 contratação de serviços de pequenos reparos nas Unidades Escolares e Demais segmentos administrativos para o ano Letivo de 2017, onde inclui serviço de pedreiro, serviço de carpintaria, serviço de servente, serviço de pintura predial, serviço de eletricitista e serviço de instalação hidráulica, para o Município de Palhoça conforme edital. O edital que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 03 de abril de 2017. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 2.143, DE 17 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO Nº 2.143, DE 17 DE MARÇO DE 2017.

Dispõe sobre a regulamentação do Programa Municipal de Competitividade e Inovação – INOVA PALHOÇA e estabelece outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 4.293, de 29 de setembro de 2015, resolve

DECRETAR:

CAPÍTULO I
DO GRUPO GESTOR DO PROGRAMA INOVA PALHOÇA
FINALIDADE, COMPETÊNCIA E ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I
DA FINALIDADE

Art. 1º O Grupo Gestor do Programa Municipal de Competitividade e Inovação – INOVA PALHOÇA, criado pela Lei n. 4.293, de 29 de setembro de 2015 e vinculado diretamente ao Poder Executivo Municipal, tem como escopo a determinação e operacionalização do referido programa, bem como a avaliação do mérito, dos investimentos e dos resultados dos projetos apresentados, inclusive por meio de análise e deliberação sobre os pedidos de enquadramento de empresas instaladas no município e sobre a concessão e parâmetro de incentivos fiscais e econômicos.

SEÇÃO II
DA COMPETÊNCIA E DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º Compete ao Grupo Gestor:

I – elaborar e aprovar seu Regimento Interno, no prazo 60 (sessenta) dias após início dos trabalhos;

II – decidir sobre os pedidos de enquadramento de projetos no INOVA PALHOÇA, bem como sobre os incentivos fiscais e econômicos a

serem concedidos e seus critérios de valoração, na forma deste Decreto;

III – emitir resoluções que definam as diretrizes e normas operacionais do INOVA PALHOÇA e os parâmetros de incentivo;

IV – conhecer, avaliar e julgar as demais matérias que lhe forem submetidas;

Parágrafo Único. As deliberações do Grupo Gestor serão reduzidas a termo, em parecer devidamente fundamentado.

Art. 3º Na forma do art. 18 da Lei n. 4.293, de 29 de setembro de 2015, o Grupo Gestor será composto pelos seguintes membros:

I – 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Fazenda, indicado por seu titular;

II – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Planejamento, indicado por seu titular;

III – 01 (um) representante da Associação Comercial e Industrial de Palhoça (ACIP), indicado por seu presidente;

IV – 01 (um) representante do Instituto de Tecnologia de Palhoça (INAITEC), indicado por seu presidente;

V – 01 (um) procurador integrante dos quadros da Procuradoria Geral do Município de Palhoça;

§ 1º A participação no Grupo Gestor do INOVA PALHOÇA será considerada função pública relevante e não-remunerada, exercida por representante formal da instituição nominada, que exercerá mandato pelo período de 02 (dois) anos, sendo permitida uma recondução;

§ 2º Os membros nomeados deverão indicar 01 (um) suplente para, na eventualidade de sua ausência, representar a respectiva instituição perante o Grupo Gestor;

§ 3º Os membros do Grupo Gestor e seus suplentes serão nomeados por meio de portaria a ser expedida pelo Poder Executivo Municipal.

§ 4º O Grupo Gestor deverá eleger seu presidente por meio de voto direto e aberto dos seus membros, por maioria simples, a quem caberá o voto de qualidade em caso de empate nas deliberações.

Art. 4º Perderá o mandato o membro do Grupo Gestor que:

I – usar de qualquer forma, meios ilícitos para procrastinar o exame e avaliação de processo;

II – deixar de comparecer às sessões por 03 (três) vezes consecutivas ou 05 (cinco) intercaladas, no mesmo exercício, salvo por motivo de doença, férias, licença ou afastamento do Município desde que devidamente autorizado;

III – receber o processo e não devolvê-lo no prazo máximo de 10 (dez) dias, com sua avaliação e análise.

IV – solicitar diligências e não completar a providência para a qual se destina no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data em que receber o processo com a diligência cumprida.

§ 1º A perda do mandato mencionado neste artigo será declarado por iniciativa do Presidente do Grupo Gestor, comunicando a ocorrência a administração municipal;

§ 2º Não se aplica o disposto nos incisos III e IV ao membro que solicitar pedido de dilatação do prazo, por período não superior a 10 (dez) dias, em se tratando de processo de difícil estudo;

§ 3º Em caso de perda de mandato, o suplente do membro afastado ocupará sua posição perante o Grupo Gestor, até a nomeação de novo membro efetivo.

Art. 5º Sem prejuízo de todas as vantagens legais atribuídas aos integrantes do Grupo Gestor, não se realizarão sessões:

I – nos feriados e dias de ponto facultativo;

II – no período compreendido entre os dias 20 (vinte) de dezembro e 19 (dezenove) de janeiro;

Art. 6º Os membros do Grupo Gestor declarar-se-ão impedidos de funcionar nos processos que lhes interessarem pessoalmente ou que envolvam empresas ou sociedades de que façam parte como sócios, acionistas, empregados, interessados ou membros da diretoria ou de quaisquer conselhos.

§ 1º Subsiste o impedimento quando, nos processos, estiverem envolvidos interesses pessoais ou profissionais, diretos ou indiretos, próprios ou de qualquer parente, consanguíneo ou afim, até o 3º (terceiro) grau, de amigo íntimo ou de inimigo capital.

§ 2º Poderá o membro do Grupo Gestor considerar-se impedido por motivo de foro íntimo, hipótese em que não será necessário declarar o motivo do impedimento.

§ 3º O Presidente fará nova distribuição no caso de impedimento do membro do Grupo Gestor que estiver responsável pelo processo,

distribuindo outro processo ao impedido.

§ 4º A declaração de impedimento deverá ser formalizada pelo membro do Grupo Gestor com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data da avaliação do processo e implicará na sua imediata redistribuição.

Art. 7º Ao Presidente, além de atribuições normais de membro do Grupo Gestor, compete:

I – convocar e presidir as sessões ordinárias ou extraordinárias do Grupo Gestor;

II – encaminhar as proposições, submetê-las a deliberação, colher os votos, proclamar o resultado, assinar resoluções e proferir, quando for o caso, a manifestação de qualidade;

III – representar o Grupo Gestor ou delegar sua representação a qualquer um dos membros nas solenidades e atos oficiais;

IV – distribuir, por sorteio, os processos aos membros do Grupo Gestor;

V – despachar expediente do Grupo Gestor;

VI – despachar os pedidos que versem sobre matéria estranha à competência do Grupo Gestor, determinando a devolução ou remessa às repartições competentes;

VII – solicitar à administração municipal os servidores necessários ao serviço e propor a substituição destes, quando for o caso;

VIII – apreciar os pedidos dos membros do Grupo Gestor, relativos às justificativas de ausência nas sessões;

IX – apreciar os pedidos dos membros do Grupo Gestor relativos à prorrogação de prazos para estudos de processos.

X – promover o imediato andamento dos processos distribuídos aos membros do Grupo Gestor, cujo prazo de retenção já tenha esgotado;

XI – fixar o número mínimo de processos em pauta de avaliação, para abertura e funcionamento das sessões do Grupo Gestor;

XII – assinar as decisões, resoluções e atos das sessões;

XIII – examinar e decidir sobre os pedidos de diligência requeridos pelos membros do Grupo Gestor;

XIV – comunicar à administração municipal a perda de mandato de membros do Grupo Gestor por falta de comparecimento, sem justa causa, a 03 (três) sessões consecutivas ou 05 (cinco) intercaladas, no mesmo exercício;

XV – encaminhar à Administração Municipal os pedidos de renúncia dos membros do Grupo Gestor;

XVI – apreciar e decidir sobre os pedidos de licença dos membros do Grupo Gestor;

XVII – celebrar convênios, acordos e contratos em nome do Município, relacionados com os objetivos do INOVA PALHOÇA, após aprovação pelos membros do Grupo Gestor;

XVIII – supervisionar as atividades dos órgãos de execução; e

XIX – exercer outras atribuições definidas em lei, decreto e regimento interno, ou outorgadas pelo Grupo Gestor.

Art. 8º Aos membros do Grupo Gestor compete:

I – estudar e avaliar os processos que lhe forem distribuídos, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento, bem como redigir os respectivos relatórios e pareceres.

II – proferir manifestação nos processos em análise;

III – solicitar diligência que julgar necessária à instrução dos processos que relatar;

IV – solicitar vista de processos, com adiantamento da deliberação;

V – pronunciar-se, quando solicitado pelo Presidente, sobre assuntos referentes a processo que seja relator;

VI – comunicar ao Presidente sobre a impossibilidade de seu comparecimento à sessão, observando a antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis;

VII – sugerir medidas de interesse do Grupo Gestor;

VIII – comunicar ao Presidente seu afastamento temporário, por circunstâncias supervenientes;

IX – praticar os demais atos inerentes às suas funções.

SEÇÃO III DA SECRETARIA

Art. 9º À Secretaria do Grupo Gestor, indicada pelo seu Presidente, compete a execução dos trabalhos de natureza administrativa, necessários ao desempenho dos encargos que lhe são conferidos, sendo de sua atribuição:

- I – receber os processos, numerá-los seguidamente, em ordem cronológica do recebimento e registrá-los em livro próprio ou ficha de controle;
- II – dar baixa dos processos devolvidos pelos membros do Grupo Gestor;
- III – preparar e encaminhar para análise ou despacho do Presidente os processos e demais expedientes;
- IV – preparar matéria para publicação, pauta de deliberação e expedientes;
- V – devolver aos órgãos competentes os processos analisados, para cumprimentos das manifestações proferidas;
- VI – datilografar ofícios, memorandos, portarias, exposições de motivos, resoluções, relatórios e outros documentos de interesse do INOVA PALHOÇA;
- VII – preparar a pauta de processos para análise e deliberação;
- VIII – preparar a requisição de material permanente e de expediente necessários ao desempenho do INOVA PALHOÇA;
- IX – fazer, afixar, ou publicar, a pauta de deliberação e as manifestações;
- X – receber e expedir a correspondência do Grupo Gestor;
- XI – datilografar os relatórios, pareceres e manifestações dos membros do Grupo Gestor, assim como suas deliberações;
- XII – observar as normas administrativas adotados pela Administração Municipal.
- XIII – secretariar as sessões do Grupo Gestor e lavrar atas dos trabalhos em livro próprio, fazendo a respectiva leitura;
- IXX – levar ao conhecimento do Presidente, para os devidos fins, a devolução dos processos fora de prazos;
- XX – manter atualizado o controle de frequência dos membros do Grupo Gestor;
- XXI – expedir notificações ou intimações;

CAPÍTULO II DA ORDEM DOS TRABALHOS

SEÇÃO I DO FUNCIONAMENTO DO GRUPO GESTOR

Art. 10. O Grupo Gestor realizará sessões ordinárias e extraordinárias em dia e hora fixados pelo seu Presidente, dentro do horário de funcionamento do expediente da Prefeitura Municipal, cujo objetivo principal será a análise e deliberação dos pedidos de enquadramento no INOVA PALHOÇA, bem como a apreciação do pleito de concessão de incentivos e seus parâmetros, na forma da Lei n. 4.293, de 29 de setembro de 2015.

SEÇÃO II DO PREPARO PARA ANÁLISE DOS PROCESSOS

Art. 11. O pedido de enquadramento no INOVA PALHOÇA será apresentado pelo contribuinte interessado, diretamente na Secretaria Municipal da Fazenda, mediante protocolo de declaração de intenções, acompanhado de projeto inovador e dos documentos exigidos no art. 29 deste Decreto.

§ 1º O projeto apresentado pelo contribuinte interessado deverá apresentar o potencial inovador exigido no art. 2º da Lei 4.293, de 29 de setembro de 2015, com a concepção de novo produto, processo de fabricação ou modelo de negócio, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo que implique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando maior competitividade no mercado, sendo que tais fatores serão determinantes para a concessão ou não de incentivos pelo Grupo Gestor, que em sua análise aplicará a matriz de pontuação prevista no art. 33 deste Decreto e os critérios de prioridade estabelecidos no art. 8º, § 1º da Lei 4.293, de 29 de setembro de 2015:

§ 2º O projeto apresentado pelo contribuinte interessado deverá apresentar, ainda, o cronograma de implantação, expansão, reativação ou dos investimentos em pesquisa e tecnologia, o incremento dos níveis de produção ou de prestação de serviços e de absorção de mão de obra e os investimentos realizados, até a completa implantação do projeto-base do empreendimento, que deverá ser cumprido sob pena de

aplicação das sanções previstas no do art. 6º, § 2º, da Lei 4.293, de 29 de setembro de 2015.

§ 3º O estabelecimento enquadrado deverá informar o Grupo Gestor, a cada 06 (seis) meses, acerca do andamento da execução do cronograma previsto no parágrafo anterior, bem como o cumprimento das metas nele estabelecidas, por meio de relatório devidamente assinado pelo seu representante legal, sob pena de aplicação das sanções previstas no do art. 6º, § 2º, da Lei 4.293, de 29 de setembro de 2015.

Art. 12. Recebido o pedido de enquadramento na Secretaria Municipal da Fazenda, caberá a esta realizar a análise preliminar dos documentos apresentados e organizá-los na forma de autos forenses, com a posterior remessa ao Grupo Gestor que, por seu Presidente, realizará a distribuição ao Relator, obedecendo à ordem sequencial de recebimento.

§ 1º O Relator sorteado terá o prazo de 10 (dez) dias para devolver o processo com relatório e parecer devidamente fundamentados.

§ 2º Por solicitação do Relator ao Presidente, para efeito de diligência, poderá ser concedido novo prazo de 10 (dez) dias para a instrução processual, contados da data que receber o processo com a diligência cumprida.

§ 3º O Relator, em se tratando de processo de difícil estudo, deverá alegar esse fato por escrito ao Presidente que, se achar conveniente, dilatará o período por prazo não superior a 10 (dez) dias.

Art. 13. No caso de impedimento do Relator, o processo ir será redistribuído para outro membro, por sorteio.

Art. 14. Com o processo devolvido pelo Relator, a Secretaria do Grupo Gestor organizará a pauta para análise do parecer e deliberação.

Art. 15. Não estando os autos devidamente instruídos, determinar-se-ão as medidas que forem convenientes, mediante despacho interlocutório do Presidente.

SEÇÃO III DAS SESSÕES

Art. 16. As sessões do Grupo Gestor serão públicas, salvo as que o Presidente considerar de matéria reservada.

Art. 17. Aberta a Seção e não havendo número mínimo de membros para deliberar, aguardar-se-á por 15 (quinze) minutos e, persistindo a falta de quorum, o Presidente encerrará a sessão.

Art. 18. Para efeito do que dispõe o artigo anterior, considera-se número mínimo a presença da maioria absoluta dos membros do Grupo Gestor, ou seja, metade mais um.

Art. 19. Iniciada a sessão, o Presidente toma assento à mesa dos trabalhos ladeado à direita pelo Secretário (a) do Grupo Gestor.

Art. 20. A sessão obedecerá a seguinte ordem de trabalhos:

I – leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior;

II – comunicações;

III – análise dos processos, leitura dos pareceres pelo relator e deliberação pelos demais membros do Grupo Gestor;

IV - distribuição, mediante sorteio, dos novos processos e estudo de outros assuntos de competência do Grupo Gestor.

Parágrafo Único. As atas das sessões serão elaboradas pelo (a) Secretário (a) e assinadas por ele (a), pelos membros e pelo Presidente.

Art. 21. Inicia-se a sessão com leitura do processo, seguido dos debates e posterior manifestação do Relator.

§ 1º Nenhuma deliberação se fará sem a presença do Relator do processo.

§ 2º Durante as sessões o Presidente não poderá ser aparteado quando fizer uso da palavra, ressalvadas as questões de ordem.

§ 3º Findo o debate e proferido o parecer do Relator, o Presidente questionará os demais membros para que se manifestem sobre a concordância ou não do parecer.

§ 4º Qualquer membro poderá, no curso do debate, modificar total ou parcialmente sua manifestação.

§ 5º O Presidente se manifestará por último, dando ainda, quando for o caso, a manifestação de qualidade.

Art. 22. O membro que não se considerar esclarecido sobre a matéria, poderá pedir vista do processo, suspendendo-se a avaliação.

Parágrafo Único. O prazo para exame do processo a que se refere este artigo será de 10 (dez) dias contados da data do pedido de vista, devendo neste mesmo prazo ser devolvido em sessão ou à Secretaria.

Art. 23. As manifestações serão fundamentadas e por escrito, em forma de parecer, e serão juntados no processo, na sessão em que forem

proferidas.

Art. 24. A qualquer membro do Grupo Gestor é lícito, em razão de impedimento, abster-se de se manifestar nos processos.

Art. 25. A avaliação do processo poderá ser adiada, mediante declaração do Presidente de sessão, se o Relator manifestar, pela ordem, logo após a aprovação da ata, que lhe surgiram dúvidas quanto a sua manifestação.

Parágrafo Único. O processo cuja avaliação tenha sido adiada figurará em primeiro lugar na pauta de avaliação da sessão ordinária seguinte ou, sendo o caso, em sessão extraordinária devidamente convocada pelo Presidente para esta finalidade.

Art. 26. Somente poderá se manifestar o conselheiro que tiver assistido à exposição da causa pelo Relator.

Art. 27. A decisão, sob forma de parecer fundamentado, será redigida pelo Relator, nela devendo constar expressamente o deferimento ou indeferimento do pedido de enquadramento no INOVA PALHOÇA, o(s) incentivo(s) a ser(em) concedido(s) e sua valoração e a especificação de qualquer outra vantagem prevista em Lei que eventualmente venha ser concedida ao contribuinte.

Parágrafo Único. Se a manifestação do Relator for contrária ao entendimento da maioria dos conselheiros, o Presidente designará um Conselheiro para redigi-la.

Art. 28. O parecer final do Grupo Gestor devidamente reduzida a termo, se favorável, será remetida à Secretaria Municipal da Fazenda, para que o Secretário homologue o deferimento do pedido de enquadramento, mediante expedição de resolução, definindo especificadamente os benefícios concedidos, em observância ao art. 27, caput, da Lei 4.293, de 29 de setembro de 2015.

Parágrafo Único. O projeto cujo pedido de enquadramento tenha sido deferido deverá ter sua execução iniciada no prazo de 12 (doze) meses, contados da data da publicação da resolução mencionada no caput deste artigo.

CAPÍTULO III

SESSÃO I

DOS CRITÉRIOS DE ANÁLISE PARA ENQUADRAMENTO NO INOVA PALHOÇA E CONCESSÃO DE INCENTIVOS

Art. 29. O pedido de enquadramento no INOVA PALHOÇA, que deverá ser protocolado na Secretaria Municipal da Fazenda por meio de declaração de intenções devidamente preenchida pela empresa interessada, na forma descrita no art. 11 deste Decreto, deverá vir acompanhado obrigatoriamente, do projeto inovador e dos seguintes documentos:

I – Atos determinantes da concessão de poderes aos administradores de empresa, para fins de responderem pelo incentivo solicitado ao INOVA PALHOÇA;

II – Contrato Social e todas as alterações da sociedade;

III – Três últimos balanços e o último balancete ou balancete de abertura;

IV – Certidão Negativa de Débitos – CND da Receita Federal;

V – Certidão Negativa de Débitos – CND da Receita Estadual;

VI – Certidão Negativa de Débitos – CND do INSS;

VII – Certidão Negativa de Débitos – CND do FGTS;

VIII – Certidão Negativa de Débitos Municipais;

IX – Ficha de CNPJ emitida pela Secretaria da Receita Federal;

X – Certidão simplificada da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC;

§ 1º Na hipótese de não ser apresentado qualquer um dos documentos essenciais listados no caput, a própria Secretaria Municipal da Fazenda, antes de remeter os autos ao Grupo Gestor, deverá notificar o solicitante para complementar o pedido de enquadramento, apresentando o(s) documento(s) faltante no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da comunicação;

§ 2º Decorrido o prazo mencionado no parágrafo anterior sem cumprimento das providências pelo solicitante, caberá à Secretaria Municipal da Fazenda remeter os autos ao Grupo Gestor com indicação de documentação incompleta, facultando-se ao Presidente propor o indeferimento liminar do pedido de enquadramento na sessão seguinte.

Art. 30. Recebidos todos os documentos obrigatórios, os autos serão distribuídos pelo Presidente ao Relator, na forma do art. 12 deste Decreto, a quem incumbirá a confecção de relatório e parecer fundamentado acerca do pedido de enquadramento e da concessão de incentivos.

Parágrafo Único. Não poderão ser enquadrados no INOVA PALHOÇA empresas inadimplentes com a Fazenda Pública Municipal, Estadual ou Nacional.

Art. 31. Tanto o Relator, ao elaborar relatório e parecer, quanto os membros da sessão, ao deliberar sobre o deferimento ou não do pedido de enquadramento, deverão levar em consideração aspectos cadastrais, técnicos, tecnológicos, inovadores, econômicos, financeiros, gerenciais e jurídicos envolvidos, além de qualquer outro elemento de avaliação que se entenda pertinente.

§ 1º Somente poderão ser enquadrados no INOVA PALHOÇA os segmentos empresariais estratégicos, assim considerados aqueles previstos no rol taxativo do art. 3º da Lei 4.293, de 29 de setembro de 2015, cuja descrição das atividades se passa a apresentar:

- a) setor automotivo e de autopeças, assim compreendido como o setor da indústria envolvido com o projeto, desenvolvimento e fabricação de veículos terrestres e autopeças, bem como fornecedores de produtos e serviços da cadeia produtiva do setor;
- b) setor aeroespacial, assim compreendido como o setor envolvido na pesquisa, projeto, fabricação e operação de aviões, foguetes e outros veículos de transporte aéreo e espacial;
- c) setores fármacos, biofármacos e cosméticos, assim compreendido como os setores envolvidos no projeto, desenvolvimento e fabricação de substâncias utilizadas em farmácia e com ação farmacológica, ou pelo menos com interesse médico, de medicamentos obtidos por alguma fonte ou processo biológicos, e de tudo aquilo que é relativo à cosmética e higiene pessoal;
- d) setor de telecomunicações, assim compreendido como o setor envolvido com projeto, implantação, manutenção e controles de redes de sistemas de comunicações;
- e) setor de tecnologia da informação e comunicação, assim compreendido como o setor envolvido com a comunicação, por fios, cabos, ou sem fio, na moderna tecnologia da informação e todos os meios técnicos usados para tratar a informação e auxiliar na comunicação;
- f) setor de óleo e gás, assim compreendido como o setor envolvido com o processo industrial de refino e produção dos derivados de petróleo e gás, bem como fornecedores de produtos e serviços da cadeia produtiva do setor;
- g) nanotecnologia, assim compreendido como o setor envolvido com o estudo e produção de matéria ou equipamento em escala atômica e molecular;
- h) setor de desenvolvimento de softwares, assim compreendido como o setor envolvido com a elaboração e o implemento de sistemas computacionais e com a aplicação dos processos da engenharia de software combinados com a pesquisa das necessidades do produto para desenvolver software e aplicativos, inclusive para dispositivos móvel celular;
- i) pesquisa e desenvolvimento em ciência e tecnologia, assim compreendido como o setor envolvido com atividades de longo prazo orientadas ao futuro, relacionadas à ciência ou tecnologia, usando técnicas similares ao método científico sem que haja resultados pré-determinados, mas com previsões gerais de benefício comercial;
- j) produção, distribuição e montagem de equipamentos de diagnósticos médicos e hospitalares, assim compreendido como o setor envolvido com a produção, distribuição e montagem de equipamentos de diagnósticos médicos e hospitalares;
- k) produção, distribuição e montagem de equipamentos de defesa nos termos da Lei Federal 12.598/12, assim compreendido como o setor envolvido com a produção, distribuição e montagem de equipamentos de defesa, conforme conceituados na referida Lei;
- l) máquinas e equipamentos, assim compreendido como o setor envolvido com a produção e montagem de máquinas e equipamentos em geral;
- m) produção e distribuição de eletro-eletrônicos, assim compreendido como o setor envolvido com a produção e distribuição de equipamentos eletro-eletrônicos;
- n) planos de saúde e cooperativas médicas, assim compreendido como o setor envolvido com o desenvolvimento, distribuição, fornecimento e administração de serviços de planos de saúde e cooperativas médicas;
- o) setor náutico, assim compreendido como o setor da indústria envolvido com projeto, desenvolvimento e fabricação de embarcações aquáticas, bem como fornecedores de produtos e serviços da cadeia produtiva do setor;
- p) empresas e empreendimentos que atuem na gestão de portfólio de cartões, em especial, mas não se limitando, a emissão, implementação e gestão;
- q) empresas e empreendimentos que atuem no desenvolvimento de tecnologia, análise, consultoria e planejamento de programas relacionados à área de pagamento via meios eletrônicos;
- r) empresas e empreendimentos que atuem no desenvolvimento de tecnologia e procedimentos direcionados ao credenciamento, análise, concessão e autorização de meios de pagamento através de dispositivo eletrônico de telefonia móvel, ou outras tecnologias para realização de compras e aquisição de bens e serviços;
- s) empresas e empreendimentos que atuem no desenvolvimento de tecnologias voltadas a execução ou facilitação da instrução de pagamento relacionada a determinado serviço de pagamento, inclusive transferência originada de ou destinada a conta de pagamento.

§ 2º Além de ser estratégico, nos termos do parágrafo anterior, o contribuinte interessado somente poderá ser enquadrado no INOVA

PALHOÇA se o Grupo Gestor aprovar o projeto por ele apresentado, que deverá ser confeccionado na forma do art. 2º da Lei 4.293, de 29 de setembro de 2015, e do art. 11 deste Decreto, contendo cronograma de execução, que deverá ser cumprido sob pena de aplicação das sanções previstas em Lei.

Art. 32. Votado pelo deferimento do pedido de enquadramento no INOVA PALHOÇA, deverá o Grupo Gestor, na mesma sessão, passar a análise da concessão de incentivos e seus parâmetros de valoração, respeitando os limites estabelecidos nos arts. 4º, 5º e 8º da Lei 4.293, de 29 de setembro de 2015.

Art. 33. Para fins de graduação/valoração dos incentivos, o Grupo Gestor deverá observar os critérios estabelecidos na matriz de pontuação – ANEXO I, os quais foram adotados em observância ao art. 8º, § 1º da Lei 4.293, de 29 de setembro de 2015, de forma a priorizar:

I - empreendimentos que se caracterizem por apresentar elevado grau de inovação e impacto econômico, inclusive com relação à perspectiva de alavancagem da economia palhocense, catarinense e brasileira;

II - empreendimentos com maior índice de absorção de mão-de-obra;

III - a desconcentração econômica e espacial das atividades produtivas;

IV - o incremento nos níveis tecnológicos das atividades produtivas; e

V - empreendimentos industriais não-poluentes ou voltados à preservação do meio ambiente.

§ 1º Por graduação/valoração dos incentivos, entenda-se:

I – isenções tributárias e limite de seus respectivos percentuais; e

II – prazo de gozo das isenções tributárias a serem concedidas.

§ 2º Os membros Grupo Gestor, ao analisarem a graduação/valoração dos incentivos, deverão tomar como base, além do relatório e do parecer do Relator, os dados constantes na declaração de enquadramento, no projeto de inovação e nos documentos apresentados pelo empreendimento solicitante.

CAPÍTULO IV

SESSÃO I

DA EXCLUSÃO DO INOVA PALHOÇA

Art. 34. A Secretaria Municipal da Fazenda e o Grupo Gestor poderão exigir, mediante notificação e a qualquer tempo, que a empresa enquadrada no INOVA PALHOÇA apresente declaração acompanhada de outros dados e documentos que julgue necessários para verificar o cumprimento das condições estabelecidas para a permanência no Programa, em conformidade com a Lei 4.293 de 29 de setembro de 2015 e com este Decreto.

Parágrafo Único. As informações obtidas no levantamento periódico mencionado no caput servirão para que a Administração Pública verifique o cumprimento, pela empresa enquadrada, de todas as exigências estabelecidas em lei, sob pena de suspensão dos benefícios ou exclusão do programa da empresa que não esteja cumprindo qualquer uma delas, sem prejuízo das penalidades previstas no art. 23 da Lei 4.293 de 29 de setembro de 2015, bem como das demais sanções previstas em Lei.

CAPÍTULO V

SESSÃO I

DO PROGRAMA ISS TECNOLÓGICO

Art. 35. As empresas prestadoras de serviços poderão apresentar pedido de enquadramento no “Programa ISS Tecnológico”, mediante declaração devidamente preenchida acompanhada dos documentos exigidos no art. 29 deste Decreto, diretamente na Secretaria Municipal da Fazenda, na forma do art. 11 deste Decreto.

Art. 36. Proceder-se-á a análise dos pedidos de enquadramento no “Programa ISS Tecnológico” pelo Grupo Gestor do INOVA PALHOÇA, aplicando-se, no que couber, as regras previstas nos Capítulos II e III deste Decreto, respeitando-se ainda os limites da dotação orçamentária do município.

Art. 37. O enquadramento no “Programa ISS Tecnológico” não ficará restrito aos ramos empresariais elencados no rol do art. 3º da Lei 4.293 de 29 de setembro de 2015, podendo contemplar qualquer empresa prestadora de serviços que tenha recolhido ISSQN regularmente durante pelo menos 12 (doze) meses consecutivos anteriores à data da apresentação do pedido.

Art. 38. Deferido o pedido de enquadramento no “Programa ISS Tecnológico”, deverá o Grupo Gestor estabelecer e valorar o incentivo a ser concedido, tendo como base de aferição o ISSQN efetivamente recolhido nos 12 (doze) meses anteriores à data da apresentação do projeto, bem como os critérios estabelecidos na matriz de pontuação – ANEXO I e os limites do art. 11 da Lei 4.293 de 29 de setembro de 2015.

§ 1º O incentivo concedido ao contribuinte não poderá, em nenhuma hipótese, resultar em redução da alíquota mínima de ISSQN de 2% (dois por cento).

§ 2º O incentivo será concedido sobre o incremento de ISSQN recolhido pelo contribuinte nos meses subsequentes ao deferimento do pedido de enquadramento, tendo como parâmetro a média mensal do ISSQN efetivamente recolhido nos 12 meses anteriores a data da apresentação do pedido.

§ 3º Deverá ainda o grupo gestor fixar o prazo de concessão do incentivo, que não poderá ultrapassar o limite de 24 (vinte e quatro) meses, conforme previsto no art. 14 da Lei 4.293 de 29 de setembro de 2015.

§ 4º Estabelecido e valorado o incentivo a ser concedido à empresa enquadrada no "Programa ISS Tecnológico", deverá o Grupo Gestor remeter sua decisão, na forma de parecer final devidamente reduzido a termo, à Secretaria Municipal da Fazenda, para que o Secretário homologue o deferimento do pedido de enquadramento, mediante expedição de resolução, definindo especificadamente os benefícios concedidos, emitindo ainda o certificado que habilitará o contribuinte a realizar a dedução do seu ISSQN, conforme prevê o art. 12 da Lei 4.293 de 29 de setembro de 2015.

Art. 40. O valor do incentivo concedido deverá ser aplicado integral e especificamente nas finalidades previstas no art. 13 da Lei 4.293 de 29 de setembro de 2015, dentro do prazo de 12 (doze) meses.

Parágrafo Único. O contribuinte enquadrado deverá comprovar ao Grupo Gestor o cumprimento dos requisitos previstos no caput deste artigo, por meio de apresentação de relatório devidamente assinado por seu representante legal e demais documentos exigidos pela administração pública, até o prazo final de 12 (doze) meses, sob pena de aplicação das sanções previstas no do art. 17, da Lei 4.293, de 29 de setembro de 2015.

CAPÍTULO VI

SESSÃO I

DOS RECURSOS, DO PROCESSO E DOS PRAZOS

Art. 41. Das deliberações proferidas pelo Grupo Gestor caberá Recurso de Reconsideração, a ser protocolado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação pessoal do representante legal da empresa.

§ 1º O Grupo Gestor deverá analisar o recurso em sessão a ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do seu recebimento, emitindo parecer pelo provimento ou desprovimento, cabendo ao Chefe do Poder Executivo, contudo, emanar a decisão final.

§ 2º É vedado recorrer administrativamente da decisão final do Chefe do Poder Executivo na hipótese prevista neste artigo.

§ 3º O recurso de reconsideração só poderá ser julgado quando presente todos os membros do Grupo Gestor.

§ 4º O membro do Grupo Gestor que houver sido relator do processo será excluído do sorteio para distribuição de pedido de reconsideração no mesmo processo.

CAPÍTULO VII

SESSÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. A todos os membros do Grupo Gestor compete observar rigorosa igualdade no tratamento das partes.

Art. 43. O Grupo Gestor, por seu Presidente, pode representar a Administração Pública:

I – contra irregularidade ou falta funcional em processo;

II – para propor medidas que julgar necessárias a melhor organização dos processos;

III – para sugerir providências de interesse público em assuntos submetidos a sua apreciação.

Art. 44. O Grupo Gestor poderá convocar servidores municipais para esclarecimentos, ou dirigir-se para o mesmo fim a qualquer repartição municipal.

Parágrafo Único. As repartições e os servidores municipais deverão atender, prontamente, a requisição de papéis, documentos e processos, bem como prestar as informações e tomar as providências que forem solicitadas pelo Grupo Gestor, sob pena de responsabilidade.

Art. 45. Qualquer proposta de alteração deste Decreto será apresentada em sessão do Grupo com a assinatura de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros.

§ 1º Aceita a proposta de alteração, nomeará o Presidente um Relator, que apresentará parecer no prazo que lhe for concedido.

§ 2º O parecer será discutido e aprovado somente por maioria absoluta, em sessão convocada exclusivamente para tal fim.

§ 3º A aprovação ou não da proposta, será efetivada sob forma de Resolução, com a consecutiva remessa ao órgão competente para providências de alteração, se for o caso.

Art. 46. Quando na análise dos processos o Grupo gestor concluir pela decorrência de qualquer falta funcional ou violação das disposições de caráter penal, poderá determinar que, antes do arquivamento do processo, seja ele remetido à autoridade competente para as providências

cabíveis.

Art. 47. Os casos omissos neste Decreto serão resolvidos pelo Grupo Gestor, se assim permitir a legislação, com manifestação da maioria, ou pelo seu Presidente.

Art. 48. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições demais em contrário.

Palhoça, 17 de março de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

ANEXO I

1. Planilha do Grau de Avaliação de Inovação e Empregos gerados

		1	2	3	4	5	6
		0 < 2%	2 a 24%	25 a 49%	50 a 74%	75 a 99%	100% ou +
A	Indicadores de entrada	4,5	9	13,5	18	20,25	22,5
1	Qual a percentagem dos Recursos Humanos da empresa que são dedicados exclusivamente a P & D ?						
2	Qual a percentagem do faturamento da empresa que é investido em P & D ?						
B	Indicadores de Saída	4,5	9	13,5	18	20,25	22,5
3	Qual a percentagem do faturamento da empresa que advém de produtos lançados nos últimos 3 anos ?						
4	Em relação ao número de novos processos produtivos introduzidos/modificados nos últimos 3 anos: se a empresa não teve nenhum, preencha a coluna 1; se a empresa teve de 1 a 10, preencha a coluna 2; de 11 a 20, coluna 3; de 21 a 30, coluna 4; de 31 a 40, coluna 5, mais de 40, coluna 6.						
5	Qual a percentagem da economia de custos decorrente de melhoria nos processos produtivos da empresa nos últimos 3 anos ?						
6	Em relação aos projetos concluídos que geraram inovação nos últimos 3 anos: se a empresa não teve nenhum, preencha a coluna 1; se a empresa teve de 1 a 3, preencha a coluna 2; de 4 a 8, coluna 3; de 9 a 15, coluna 4; de 16 a 30, coluna 5, mais de 30, coluna 6.						
7	Em relação a patentes registradas: Se a empresa não possui patentes, preencha a coluna 1; se a empresa possui de 1 a 3 patentes, preencha a coluna 2; de 4 a 8, coluna 3; de 9 a 15, coluna 4; de 16 a 30, coluna 5 e mais de 30, coluna 6.						
C	Formas de Inovação	2	4	6	8	9	10
8	Das principais inovações em produtos, serviço e/ou processos nos últimos 3 anos que percentagem originou-se de tecnologia Radicalmente Nova?						
9	Das principais inovações em produtos, serviço e/ou processos nos últimos 3 anos, que percentagem originou-se de aperfeiçoamentos ou adaptações dos produtos, serviço e/ou processos já existentes ?						
D	Fonte de Inovação	2	4	6	8	9	10
12	Nos últimos 3 anos, que percentagem das inovações teve como origem as atividades de P & D ?						
13	Nos últimos 3 anos, que percentagem das inovações teve como origem cooperação com outras empresas (alianças) ?						
14	Nos últimos 3 anos, que percentagem das inovações teve como origem cooperação com universidades e/ou institutos de com universidades e/ou institutos de pesquisa ?						

16	Nos últimos 3 anos, que percentagem das inovações teve como origem os Clientes ou consumidores ?						
17	Nos últimos 3 anos, que percentagem das inovações teve como origem os Concorrentes (benchmarking) ?						
18	Nos últimos 3 anos, que percentagem das inovações teve como origem serviços de consultoria ?						
19	Nos últimos 3 anos, que percentagem das inovações teve como origem outra empresa do grupo ?						
20	Nos últimos 3 anos, que percentagem das inovações teve como origem aquisição de licenças, patentes e know how ?						
21	Nos últimos 3 anos, que percentagem das inovações teve como origem feiras, exposições, conferências, encontros						
22	Nos últimos 3 anos, que percentagem das inovações teve como origem Redes de informação informatizadas ?						
23	Nos últimos 3 anos, que percentagem das inovações teve como origem treinamentos para os funcionários ?						
24	Nos últimos 3 anos, que percentagem das inovações teve como origem mudança significativa de software ?						
25	Nos últimos 3 anos, que percentagem das inovações teve como origem novos usos para o produto já existente ?						
E	Impactos das Inovações	2	4	6	8	9	10
26	As inovações de produtos, serviços e/ou processos nos últimos 3 anos impactaram a empresa melhorando a qualidade dos produtos em:						
27	As inovações de produtos, serviços e/ou processos nos últimos 3 anos impactaram a empresa aumentando o número de Produtos ofertados ao mercado em:						
28	As inovações de produtos, serviços e/ou processos nos últimos 3 anos impactaram a empresa aumentando a participação da mesma no mercado (market-share) em:						
29	As inovações de produtos, serviços e/ou processos nos últimos 3 anos impactaram a empresa aumentando a capacidade produtiva em:						
30	As inovações de produtos, serviços e/ou processos nos últimos 3 anos impactaram a empresa reduzindo o consumo de Matéria-prima em:						
F	Características dos empregos gerados	5	10	15	20	22,5	25
31	Salários médio dos colaboradores: preencha a coluna 1; se está entre 1 e 2 salários mínimos, coluna 2; entre 2 e 4, coluna 3; entre 5 e 7, coluna 4; entre 7 e 9, coluna 5; entre 9 e 11 e coluna 6; acima de 11 salários mínimos.						
32	Número de colaboradores: preencha a coluna 1; se está entre 0 e 20 colaboradores, coluna 2; entre 20 e 40 colaboradores, coluna 3; entre 40 e 60 colaboradores, coluna 4; entre 60 e 80 colaboradores, coluna 5; entre 80 e 100 colaboradores e coluna 6; acima de 100 colaboradores.						
33	Escolaridade dos colaboradores preencha a coluna 1; se a empresa possui menos de <2% com curso superior, preencha a coluna 2; de 2% a 30% com curso superior, coluna 3; de 31% a 60% com curso superior, coluna 4; de 61 a 90%, coluna 5; de 91 a 100% com curso superior e pelo menos 10% com pos graduação ou mestrado, coluna 6; coluna 5; de 91 a 100% com curso superior e pelo menos 20% com pos graduação ou mestrado e 10% com Doutorado						
		0	0	0	0	0	0
	Fonte: Adptado de Silva, 2006					Total	0
	Se resultado for menor ou igual a 173 = 0 pontos						
	Se resultado for maior que 173 e menor ou igual a 259,50 = 25 pontos						

	Se resultado for maior que 259,50 e menor ou igual a 346,75 = 50 pontos						
	Se resultado for maior que 346,75 e menor ou igual a 389,25 = 75 pontos						
	Se resultado for maior que 389,25 = 100 pontos						

2.Faturamento em Milhões

		1	2	3	4	5	6
		0 a 3	3 a 10	10 a 20	20 a 35	35 a 60	acima 60
1	Média do faturamento da empresa nos últimos 3 anos?						
	Pontos	50	60	70	80	90	100
						Total	0

RESULTADO FINAL

	Se resultado (Planilha 1 x Planilha 2 = zero) o candidato não atende os requisitos mínimos para concessão dos incentivos						
	Se resultado (Planilha 1 x Planilha 2 = maior que zero) utilizar equação abaixo:						
	(Planilha 1 x 0,8) + (Planilha 2 x 0,2) = percentual de incentivo obtido						

DECRETO Nº 2.145, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 2.145, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

REFORMA ADMINISTRATIVA. Estabelece alteração na estrutura administrativa.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais e com base no art. 113 da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, resolve

DECRETAR:

Art. 1º O cargo de Gerente de Ouvidoria, do Gabinete do Prefeito Municipal, previsto no inciso XI do art. 25 da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, passa a ser denominado de Gerente de Gabinete.

Art. 2º Um cargo de Assessor Técnico, do Gabinete do Prefeito Municipal, previsto no inciso XIII do art. 25 da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, passa a ser denominado de Gerente de Gabinete.

Art. 3º O cargo de Gerente Geral de Iluminação Pública, da Secretaria Municipal de Serviços Públicos - SESP, previsto no inciso X do art. 50 da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, passa a ser denominado de Coordenador Regional IV.

Art. 4º O cargo de Diretor de Iluminação Pública, código DR, da Secretaria Municipal de Serviços Públicos - SESP, previsto no inciso VII do art. 50 da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, fica transferido para a Secretaria Municipal de Assistência Social e passa a ser denominado de Diretor de Assistência Social.

Art. 5º Um cargo de Assessor II, Código DAS V, da Faculdade Municipal de Palhoça - FMP, previsto no inciso IV do art. 74 da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, fica transferido para o Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 6º Um cargo de Assessor I, Código DAS IV, do Gabinete do Prefeito Municipal, alterado pelo Decreto nº 2.115, de 30 de janeiro de 2017, fica transferido para a Secretaria Municipal de Maricultura, Pesca e Agricultura.

Art. 7º Um cargo de Assessor I, Código DAS IV, do Gabinete do Prefeito Municipal, alterado pelo Decreto nº 2.112, de 30 de janeiro de 2017, fica transferido para a Secretaria Municipal de Fazenda.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27 de março de 2017.

Palhoça, 03 de abril de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2.147, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 2.147, de 03 de ABRIL de 2017

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA NA ORDEM DE R\$ 23.600.000,00.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.444, de 21 de dezembro de 2016 e Lei Municipal nº 4.474, de 03 de abril de 2017, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 8.600.000,00 (oito milhões e seiscentos mil reais) a dotação orçamentária abaixo:

35.00 - SECRETARIA MUN. DE ABASTECIMENTO E ESGOTO

35.01 - SECRETARIA MUN. DE ABASTECIMENTO E ESGOTO

2.135 - Funcionamento e Manutenção das Águas de Palhoça R\$ 8.600.000,00

423 3.3.90.00.00.00.00.0.1.800133 - Aplicações Diretas R\$ 8.600.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação da dotação orçamentária abaixo:

35.00 - SECRETARIA MUN. DE ABASTECIMENTO E ESGOTO

35.01 - SECRETARIA MUN. DE ABASTECIMENTO E ESGOTO

1.153 - Proj.Exec.Sistemas Esgotamento Sanitário-Pac2 R\$ 800.000,00

418 4.4.90.00.00.00.00.0.1.800133 - Aplicações Diretas R\$ 800.000,00

1.154 - Proj.Exec.Sist.Macrodrenagem de Palhoça-Pac2 R\$ 800.000,00

420 4.4.90.00.00.00.00.0.1.800133 - Aplicações Diretas R\$ 800.000,00

2136 - Saneamento Básico p/ Todos R\$ 4.000.000,00

427 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.800133 - Aplicações Diretas R\$ 4.000.000,00

2139 - Serv. Coleta e Tratamento Res. Solidos Hosp R\$ 3.000.000,00

428 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.800133 - Aplicações Diretas R\$ 3.000.000,00

TOTAL GERAL R\$ 8.600.000,00

Art. 3º Fica também o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar por conta do provável excesso de arrecadação, da FR 01830188 – BADESC, a quantia de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), a dotação orçamentária abaixo:

14.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA

14.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA

1.023 - Pavimentação e Drenagem de Ruas R\$ 10.000.000,00

141 4.4.90.00.00.00.00.0.1.830188 - Aplicações Diretas R\$ 10.000.000,00

05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS - SESP

05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS - SESP

2029 - Recup. Revit. Proj. Construção e Equip e Man. De Praças R\$ 5.000.000,00

018 4.4.90.00.00.00.00.0.1.830188 - Aplicações Diretas R\$ 5.000.000,00

TOTAL GERAL R\$ 15.000.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 03 de abril de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.474, DE 03 DE ABRIL DE 2017

LEI Nº 4.474, de 03 de ABRIL de 2017

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA NA ORDEM DE R\$ 23.600.000,00.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.444, de 21 de dezembro de 2016, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 8.600.000,00 (oito milhões e seiscentos mil reais) a dotação orçamentária abaixo:

35.00 - SECRETARIA MUN. DE ABASTECIMENTO E ESGOTO
35.01 - SECRETARIA MUN. DE ABASTECIMENTO E ESGOTO
2.135 - Funcionamento e Manutenção das Águas de Palhoça R\$ 8.600.000,00
423 3.3.90.00.00.00.00.0.1.800133 - Aplicações Diretas R\$ 8.600.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º desta Lei correrá por conta da anulação da dotação orçamentária abaixo:

35.00 - SECRETARIA MUN. DE ABASTECIMENTO E ESGOTO
35.01 - SECRETARIA MUN. DE ABASTECIMENTO E ESGOTO
1.153 - Proj.Exec.Sistemas Esgotamento Sanitário-Pac2 R\$ 800.000,00
418 4.4.90.00.00.00.00.0.1.800133 - Aplicações Diretas R\$ 800.000,00
1.154 - Proj.Exec.Sist.Macrodrenagem de Palhoça-Pac2 R\$ 800.000,00
420 4.4.90.00.00.00.00.0.1.800133 - Aplicações Diretas R\$ 800.000,00
2136 - Saneamento Básico p/ Todos R\$ 4.000.000,00
427 - 4.4.90.00.00.00.00.0.1.800133 - Aplicações Diretas R\$ 4.000.000,00
2139 - Serv. Coleta e Tratamento Res. Solidos Hosp R\$ 3.000.000,00
428 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.800133 - Aplicações Diretas R\$ 3.000.000,00
TOTAL GERAL R\$ 8.600.000,00

Art. 3º Fica também o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar por conta do provável excesso de arrecadação, da FR 01830188 – BADESC, a quantia de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), a dotação orçamentária abaixo:

14.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA
14.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA
1.023 - Pavimentação e Drenagem de Ruas R\$ 10.000.000,00
141 4.4.90.00.00.00.00.0.1.830188 - Aplicações Diretas R\$ 10.000.000,00

05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS - SESP
05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS - SESP
2029 - Recup. Revit. Proj. Construção e Equip e Man. De Praças R\$ 5.000.000,00
018 4.4.90.00.00.00.00.0.1.830188 - Aplicações Diretas R\$ 5.000.000,00
TOTAL GERAL R\$ 15.000.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 03 de abril de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Palma Sola

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO N°. 084/2017

CONTRATO: 084/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: NEYLOR FRANCISCO SANTIN - ME

OBJETO: CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIA.

VALOR TOTAL: 62.100,00

VIGENCIA: 31/12/2017

ASSINATURA: 03/04/2017

FUNDAMENTADO: Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Papanduva

PREFEITURA

PREGÃO 030/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2017

Objeto Contratação de empresa para a prestação de serviços de análises laboratoriais de água.

Tipo: Modalidade Pregão, do tipo Menor Preço Global; Entrega dos envelopes: 18 de abril de 2017 às 08:30 hs; Início da Sessão Pública: 18/04/2017 – 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007, e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 03 de abril de 2017. Luiz Henrique Saliba. Prefeito Municipal.

PREGÃO 031/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2017

Objeto Contratação de empresa para a prestação de serviços de análises laboratoriais de água.

Tipo: Modalidade Pregão, do tipo Menor Preço Global; Entrega dos envelopes: 18 de abril de 2017 às 08:30 hs; Início da Sessão Pública: 18/04/2017 – 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007, e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 03 de abril de 2017. Luiz Henrique Saliba. Prefeito Municipal.

PREGÃO 033/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2017

REGISTRO DE PREÇO

Objeto: Aquisição de tubos de concreto, areia e meio fio para a Secretaria da Infraestrutura. Tipo: Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço do tipo menor preço a por item presencial; Entrega dos envelopes: 20/04/2017 às 08:30 hs; Início da Sessão Pública: 20/04/2017 às 08:45h. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007, e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva 03 de abril de 2017. Luiz Henrique Saliba. Prefeito Municipal

PREGÃO 034/2017

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2017

REGISTRO DE PREÇOS

01. PREÂMBULO

1.1 - O Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, por intermédio de seu PREGOEIRO(A), designado pela Portaria 8169/2017, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de nº 034/2017, na Modalidade Pregão Presencial Registro de Preços, do tipo menor preço por item, sob regime de entrega parcelada, cujo setor interessado é a Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme dispõe a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nº 1783 de 31 de maio de 2013 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as propostas de preços e de nº 02, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro(a), no Centro

Administrativo Municipal, situado na Rua Sérgio Glevinski, 134, Centro, Papanduva/SC, CEP 89.370.000, até às 13:45 horas do dia 20 de abril de 2017, iniciando-se a Sessão Pública às 14:00 horas do mesmo dia e local.

02. OBJETO

2.1 - A presente licitação tem por objetivo o registro de preços para aquisição de madeira de eucalipto e pinus para reforma de pontes, pontilhões e demais necessidades do Município para a Secretaria da Infraestrutura, conforme itens descritos no Anexo I deste edital.

2.2 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3. A presente licitação tem por objetivo o registro de preços que terão validade de 12 meses (01 ano), contados a partir da homologação deste certame.

03. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

3.2 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- a) - concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) - que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- c) - que estejam reunidas em consórcio, ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição.
- d) - estrangeiras que não funcionem no País.

3.3 - Conforme estabelece o art. 48, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 147, de 07 de agosto de 2014, o ITEM ou LOTE, cujo valor orçado seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), é de exclusiva participação de MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, que comprovaram o enquadramento, conforme disposto no item 5.1 letra f do presente instrumento convocatório;

3.4 - O ITEM ou LOTE, que não atender no mínimo 3 (três) propostas válidas, de empresas enquadradas como ME ou EPP, será aberto para participação das empresas normais, a fim de evitar a repetição do certame.

04. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o pregoeiro(a) receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo, na parte externa, além do nome da empresa, a seguinte identificação:

A) PREGÃO (PRESENCIAL) N.º 034/2017
REGISTRO DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA/SC
Proponente: (Razão Social)
ENVELOPE N.º 01 – Proposta Comercial

B) PREGÃO (PRESENCIAL) N.º 034/2017
REGISTRO DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA/SC
Proponente: (Razão Social)
ENVELOPE N.º 02 - Documentação

4.2 - Em seguida, realizar-se-á o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Tal comprovação deverá ser feita:

- a) No caso do representante da proponente presente ser o proprietário ou o sócio administrador o credenciamento se dará através da apresentação do Contrato Social, devidamente autenticado e de apresentação cópia autenticada de documento com foto;
- b) Para os representantes das proponentes presentes que não sejam proprietários ou sócios administradores o credenciamento se dará por meio de apresentação de Procuração ou Carta de Credenciamento (modelo sugestivo no Anexo II do Edital), com firma reconhecida em Cartório.

Os Documentos de credenciamento deverão ser entregues ao Pregoeiro(a) juntamente com os envelopes, ficando arquivada no Processo Licitatório. A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o ocorrido. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital. O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

05. DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1 - A Proposta Comercial contida no Envelope nº 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

a) emitida, de preferência por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa, em todas as páginas e anexos. Obrigatoriamente a empresa interessada deverá preencher sua proposta através do sistema Betha Auto Cotação, disponível gratuitamente no link: <http://download.betha.com.br/versoes-disp.jsp?s=33&rdn=260313174243>. Neste caso, a empresa interessada deverá solicitar ao departamento de licitações o arquivo Betha Auto Cotação pelo e-mail compras@papanduva.sc.gov.br. Além de apresentar a proposta impressa pelo sistema Betha Auto Cotação, a empresa deverá encaminhar o arquivo digital gerado pelo sistema gravado em mídia própria. Será desclassificada a empresa que não apresentar a proposta em sua forma eletrônica.

b) conter razão social ou nome do proponente completa (o) e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

c) descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações do Anexo I, constando o valor unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismos e também o valor total por extenso. Em caso de divergência entre os preços em algarismos e por extenso, serão levados em consideração os últimos e entre o preço unitário e total prevalecerá o unitário. No preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação. Na cotação dos preços para a presente licitação, os participantes deverão observar o uso de somente duas casas após a vírgula, nos valores unitários e totais propostos, caso contrário o item será automaticamente desclassificado;

d) apresentar declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas no Edital (modelo anexo V);

e) conter prazo de validade da proposta de no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a entrega dos envelopes. Se o prazo for omitido, a proposta será considerada por 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação.

f) Declaração, quando for o caso, de enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. O proponente deverá incluir no envelope nº 01 PROPOSTA DE PREÇOS, comprovação de seu enquadramento como Microempresa (inciso I do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006) ou Empresa de Pequeno Porte (Inciso II Lei Complementar nº 123/2006) através de Certidão Simplificada emitida pelo órgão competente, a qual deverá apresentar a data de emissão de no máximo 60 dias antes da data de abertura da sessão do certame, ou seja não poderá ter a data de emissão de antes do dia 18/02/2017. As proponentes que deixarem de apresentar a respectiva certidão simplificada ou a apresentarem com data de emissão anterior a 18/02/2017, não conseguindo assim a comprovação do enquadramento fiscal pelo qual alcança-se os benefícios da Lei Complementar Federal 123, poderão participar do certame na condição de empresas com enquadramento fiscal normal, observados os itens 3.3 e 3.4 deste edital.

Parágrafo único — A apresentação da proposta eletrônica não dispensa a apresentação da proposta em papel, podendo inclusive ser usado o modelo sugestivo constante do Anexo IV do Edital, que deverá conter as especificações constantes no item 5.1, letras b, c, d e e. Ambas propostas devem possuir o mesmo teor, no tocante a itens, quantidade unitários dos itens, valores unitários dos itens, valores totais e total geral, sob pena de desclassificação do certame.

5.2 - A(s) proponente(s) deverá(ao) informar um endereço eletrônico (e-mail) no qual receberá(ão) as informações, notificações e outros assuntos referentes ao certame. Recomenda-se que o usuário do e-mail indicado, cadastre no seu provedor o e-mail oficial do departamento de licitações do Município de Papanduva (compras@papanduva.sc.gov.br) para que as correspondências eletrônicas enviadas pelo município não caiam nas respectivas caixas de spam, bem como manter a caixa de entrada vazia ou com espaço suficiente para recebimento de e-mails.

06. HABILITAÇÃO

No envelope n.º 02 – Documentação, deverão constar os seguintes documentos:

6.1 – Pessoas Jurídicas

6.1.1. Habilitação Jurídica:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, com as alterações.
- d) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

Obs.: Será dispensada a apresentação dos itens a, b, c ou d do item 6.1.1.1 no envelope de habilitação, somente no caso em que estes já tenham sido apresentados no ato de credenciamento, como prevê o item 4.2, letra a.

6.2. Regularidade Fiscal

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão de quitação de tributos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na

forma da Lei;

- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS); dispensável se a certidão apresentada no item 6.2 letra a incluir as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS),
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, segundo alteração dada ao Art. 29, da Lei nº 8.666/1993, pela Lei nº 12.440/2011.

6.3. Qualificação Econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da Lei que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

Observações: serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- 1) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

I publicados em Diário Oficial ou;

II publicados em jornal de grande circulação; e

- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

- 2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

- fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

- 3) sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei n. 9.317, de 05 de dezembro de 1996 - Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES":

- por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou

- fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

- 4) sociedade criada no exercício em curso:

- fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta comercial da sede ou domicílio dos licitantes;

- 5) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho regional de Contabilidade.

- 6) As empresas optantes do Sistema Público de Escrituração Digital SPED submetida ao IND DNRC 107/08, deverão apresentar:

- a) Termo de Autenticação com a identificação do Autenticador – Junta Comercial

(impresso do arquivo SPED Contábil);

- b) Termo de Abertura e Encerramento (impresso do arquivo SPED contábil);

- c) Recibo de Entrega do Livro Digital (impresso do arquivo SPED contábil);

- d) Balanço Patrimonial (impresso do arquivo SPED contábil);

- e) Demonstração de Resultado do Exercício (impresso do arquivo SPED contábil);

6.4 – Qualificação técnica:

6.4.1 - Comprovante de inscrição da empresa e prova de regularidade junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

6.5 – As proponentes deverão apresentar declaração de que não possuem em seu quadro social funcionários públicos desta municipalidade. (modelo Anexo VII)

6.6 - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, mediante declaração da proponente, sob as penas da Lei (conforme modelo constante do Anexo VI do Edital).

6.7 - Declaração que não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal (modelo anexo VIII);

6.8 - Os documentos de habilitação preliminar poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor do Município de Papanduva/SC, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. O Pregoeiro(a) e a equipe de apoio farão consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-las. Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

6.9 – Os documentos referentes as negativas de débitos que forem apresentados, sem que neles constem seu prazo de validade, serão

considerados válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua expedição.

6.10 - No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 43, §º I, da Lei Complementar Federal nº 147, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, alíneas "a" ao "g", o pregoeiro(a), concederá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

07. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 - Aberta a Sessão Pública, os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, apresentarão declaração, fora dos envelopes, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (modelo sugestivo no Anexo III do Edital) e entregarão os envelopes conforme item 04 do Edital.

7.2 - Para fins de julgamento, o critério adotado para a adjudicação do objeto deste PREGÃO será o MENOR PREÇO POR ITEM. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, e que forem superiores aos valores máximos admitidos por item, conforme Anexo I do Edital.

7.3 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.4 - No curso da Sessão Pública, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.5 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo vedada a oferta de lance com vista ao empate, bem como a substituição da marca do produto constatada na proposta comercial, ou o uso de mais de duas casas após a vírgula. Dos lances ofertados não caberá retratação. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro(a), implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas. Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro(a), negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.6 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro(a), as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.7 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro(a) verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores máximos consignados no Anexo I a este edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.8 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro(a) procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 deste Edital. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

7.9 - Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro(a) a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro(a) poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter o menor preço.

7.10 - No que diz respeito às microempresas e empresas de pequeno porte a aferição das propostas por elas apresentadas respeitará o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

7.11 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro(a) declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão Pública a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

7.12 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro(a) e por todos as licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a

continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

08. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1 - Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro(a) poderá fazê-lo, através do seu representante, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, no prazo de 03 (três) dias consecutivos e deverá ser protocolada na forma documental presente no departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Papanduva. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões devendo também ser protocolada na forma documental presente no departamento de licitações e que começará a correr o referido prazo do término do prazo da recorrente.

8.2 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

8.3 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro(a) à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

8.4.1 – O resultado do julgamento do(s) recurso(s) será(ao) encaminhado(s) via e-mail oficial (compras@papanduva.sc.gov.br) à(s) proponente(s) impetrante(s) e as demais participantes interessadas nos endereços eletrônicos (e-mails) informados pelas proponentes em conformidade com o item 5.2 deste edital, sendo que o mesmo terá status de notificação, independentemente das notificadas confirmarem ou não a leitura dos mesmos.

8.5 – O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6 - O(s) recurso(s) será (ão) dirigido(s) à Prefeitura Municipal – Departamento de Compras e Licitações, e, por intermédio do Pregoeiro(a), será (ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

09. DA ENTREGA

9.1 – A entrega dos itens adjudicados deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação/requerimento emitida pela Secretaria solicitante, diretamente na sede da Secretaria Municipal de Infraestrutura, sito à Rua José Reva nº 389, Centro, Papanduva/SC.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

10.1 O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

10.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

11. RECURSOS FINANCEIROS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 - Os recursos financeiros serão próprios do Município, referentes ao Orçamento do exercício financeiro vigente.

11.2 - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta dos projetos atividades nºs. 2.030 - Manutenção dos Serviços Urbanos – elemento de despesa 3.3.90.00 – Aplicações Diretas do orçamento do exercício financeiro de vigente.

12. ADJUDICAÇÃO

12.1 - Adjudicado o objeto da presente licitação, o município de Papanduva elaborará a competente Ata de Registro de Preços, com prazo de validade de 12 (doze) meses, e convocará o adjudicatário para assiná-la no impreterível prazo de 03 (três) dias úteis. Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente a assinar, no prazo e condições estabelecidas a Ata de Registro de Preços, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela proposta, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro(a) negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

13.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

13.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

14. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

14.1 - O Município ficará obrigado a:

a) promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e

qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

b) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

15. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

15.1 - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir a Ata, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto no item 16, deste Edital.

15.2 – A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

15.2.1 - Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;
- b) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- c) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- d) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- e) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- f) a dissolução da empresa;
- g) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- h) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- i) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

15.2.2 - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

15.2.3 - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

15.3 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

16. PENALIDADES

16.1 - À Registrada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor da Ata;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

16.2 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.2 - As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento de sua abertura, respectivamente, no final de cada Sessão Pública, quando serão registradas em ata, sendo vedada a qualquer licitante observações ou reclamações posteriores, a este respeito.

17.3 - A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.4 - Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro(a), com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e os Decretos Municipais nº 1783 de 31 de maio de 2013 e 1975 de 10 de junho de 2009.

17.5 - No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

17.6 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Relação de Itens e Preços Máximos Admitidos por Item;

ANEXO II – Modelo de Carta de Credenciamento;

ANEXO III – Modelo de Declaração firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação;

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA

ANEXO V – Modelo de Declaração de Atendimentos aos requisitos do Edital;

ANEXO VI – Modelo de Declaração firmando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

ANEXO VII – Modelo de declaração firmando que não possui em seu quadro social servidor público do município de Papanduva/SC

ANEXO VIII – Modelo de declaração de inidoneidade

ANEXO IX – Minuta da Ata.

17.7 - Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrado na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

17.8 - Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Prefeitura não serão consideradas como motivos para impugnações.

17.9 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data final fixada para o recebimento das propostas, ou seja, até o dia 18 de abril de 2017, qualquer pessoa poderá protocolar no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Papanduva, pedido de esclarecimentos, providências ou impugnação do ato convocatório do Pregão. Caberá ao Pregoeiro(a) decidir sobre a petição no prazo legal. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

17.10 - Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

17.11 - É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

17.12 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

17.13 - Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital, deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3653-2166.

Aprovo o Edital.

Dê-se-lhe a divulgação prevista na Lei n. 10.520/02.

Papanduva(SC), 30 de março de 2017.

Luiz Henrique Saliba

PREFEITO MUNICIPAL

Visto e aprovado pela Procuradoria Jurídica

Soraya F. Mendes Prust

Procuradora Jurídica

OAB/SC 19087

ANEXO I
RELAÇÃO DE ITENS E PREÇOS MÁXIMOS
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 034/2017
PREGÃO No 034/2017

Item	Quan	Uni	Descrição	Preço máximo Unit. R\$	Valor R\$
01	200	M3	Vigote 5x10 de Eucalipto	580,00	116000,00
02	200	M3	Vigote 5x10 de Pinus	595,00	119000,00
03	450	M3	Prancha de eucalipto, serrada, bruta, com 8 (oito) cm de espessura, larguras e comprimentos variados, de acordo com a necessidade.	605,00	272250,00
04	150	M3	Ripa de Eucalipto, nas medidas de acordo com a necessidade	555,00	83250,00

05	150	M3	Ripa de Pinus, nas medidas de acordo com a necessidade	595,00	89250,00
06	100	M3	Tabua de Eucalipto, nas medidas de acordo com a necessidade	555,00	55500,00
07	100	M3	Tabua de Pinus, nas medidas de acordo com a necessidade	545,00	54500,00
08	250	M3	Toras (vigas) de madeira bruta de eucalipto, com diâmetros e comprimentos variados, de acordo com a necessidade	390,00	97500,00
TOTAL R\$					887.250,00

ANEXO II

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 034/2017
PREGÃO No 034/2017

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____ e CPF sob n.º _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Papanduva/SC, na modalidade Pregão n.º 034/2017, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de _____ 2017.

Carimbo e Assinatura do Credenciante
(Obrigatório Assinatura reconhecida em cartório)

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 034/2017
PREGÃO No 034/2017

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO n.º 034/2017 do município de Papanduva/SC, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 06 do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 2017.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 034/2017
PREGÃO No 034/2017

Nome da Empresa:					
CNPJ: Celular: e-mail:					
Endereço: Telefone:					
Item	Qtd	Unid.	Descrição do Produto	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$
Valor Total					

Valor total da proposta (por extenso): R\$ _____ (_____).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas,



previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem à todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (no mínimo, 60 - sessenta - dias da data-limite para a entrega dos envelopes).

PRAZO DE ENTREGA: _____
(conforme item 9 do edital).

DATA:

NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

NO CASO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ASSINALE:

() Declaramos para os devidos fins, que somos Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

Nome completo e Assinatura do responsável legal e carimbo da Empresa
LOCAL/DATA

ANEXO V
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 034/2017
PREGÃO PRESENCIAL No 034/2017
REGISTRO DE PREÇOS

..... inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal, Sr. (a)
..... portador (a) da Carteira de Identidade n.º CPF n.º DECLARA, para fins de que o(s)
objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas no Edital

data

Representante Legal

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO EM Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 034/2017
PREGÃO No 034/2017

..... inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal, Sr. (a)
..... portador (a) da Carteira de Identidade n.º CPF n.º DECLARA, para fins do disposto
no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em
trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:
Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz().

data

Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO firmando que não possui em seu quadro social servidor público do município de papanduva/SC
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 034/2017
PREGÃO PRESENCIAL No 034/2017
REGISTRO DE PREÇOS

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial do município de Papanduva/SC, que
não possuímos em nosso quadro social nenhum Servidor Público, Dirigente ou Secretário do Município de Papanduva.

data

Representante Legal

ANEXO VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 034/2017
PREGÃO PRESENCIAL No 034/2017

DECLARAMOS para os devidos fins que a empresa, CNPJ não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal

data

Representante Legal

ANEXO IX
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 034/2017
PREGÃO No 034/2017

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e _____, na Sede da Prefeitura Municipal de, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 034/2017 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em ____/____/____, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o fornecimento de ..., conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 034/2017.

1.2 – As proponentes registradas para o(s) fornecimento(s) cotados são os seguintes

1.3 – O fornecimento dos itens licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

1.4 - No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente.

1.4.1 – O objeto adjudicado deverá ser executado no território do Município de Papanduva/SC, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento. As registradas deverão iniciar a execução do objeto, imediatamente após receber(em) as devidas ordens de serviços e/ou solicitação(ões) da Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 034/2017 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Proponente(s).

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 – A entrega dos itens adjudicados deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação/requerimento emitida pela Secretaria solicitante, diretamente na sede da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, sito à Rua José Reva nº 389, Centro, Papanduva/SC

4.2.1 – O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

5.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

5.3 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 034/2017 e seus anexos;

5.9 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a EMPRESA VENCEDORA deverá providenciar a correção em até 05 dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a empresa vencedora fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;
- b) Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste Edital;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

8.1.2 – quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 – quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A empresa vencedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva, / / /

_____- Pregoeiro(a)
_____- Equipe de Apoio
_____- Equipe de Apoio
_____- Equipe de Apoio

EMPRESAS: _____

Visto e aprovado pela Procuradoria Jurídica

Soraya F. Mendes Prust
Procuradora Jurídica
OAB/SC 19087

PREGÃO 035/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2017

REGISTRO DE PREÇO

Objeto: Aquisição de recargas de gás de cozinha para as Secretarias Municipais e Fundo Municipal de Saúde Tipo: Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço do tipo menor preço a por item presencial; Entrega dos envelopes: 20/04/ 2017 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 24/04/2017 as 08:45h. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007, e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva 03 de abril de 2017. Luiz Henrique Saliba. Prefeito Municipal

Paraíso

CÂMARA MUNICIPAL

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL 001/2017

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 001/2017

Altera o artigo 104 da Lei Orgânica Municipal, que trata da publicação dos atos municipais.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Paraíso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e esta promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica Municipal.

Artigo 1º - O Artigo 104 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo XX - Os atos municipais que produzam efeitos externos serão publicados no órgão oficial do Município definido em lei ou, na falta deste, em diário da respectiva associação municipal ou em jornal local ou da microrregião a que pertencer.

§ 1º - A lei poderá instituir diário oficial eletrônico do Município, disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação dos atos municipais

§ 2º - O sítio e o conteúdo das publicações de que trata § 1º deverão ser assinados digitalmente com base em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

§ 3º - A publicação eletrônica na forma do § 1º substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei especial, exijam outro meio de publicação.”

Artigo 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PARAÍSO (SC), 29 DE MARÇO DE 2017.

FABRÍCIO GARLET

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

MARCOS LUIZ PENZ
1º SECRETÁRIO

ANTONINHO LEÃO
VICE – PRESIDENTE

SILENE Mª B. LÍBERO
2º SECRETÁRIO

Passos Maia

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO 0039/2017

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0039/2017

PREGÃO PRESENCIAL N. 0027/2017

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberto o Processo Licitatório n. 0039/2017, Modalidade de Pregão Presencial n. 0027/2017 – Objeto- Constitui o objeto da presente licitação a contratação de empresa para prestar serviço de instrutor para o coral Irineu Angonese, conforme especificações constantes no Anexo I deste Edital. Os envelopes contendo a documentação e propostas serão recebidas até às 08:45 horas/minutos do dia 17 de Abril de 2017, iniciando-se a Sessão Pública às 09:00 horas/minutos, do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto ao Departamento Municipal de Compras e Licitações das 08:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia - SC, 03 de abril de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO 0040/2017

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0040/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0013/2017

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Leomar Roberto Listoni, justifica a Dispensa de Licitação para contratação de empresa especializada para criação, roteirização captação de imagens e produção de vídeo institucional/promocional para 6º feira do bezerro e amostra de novilhas de passos maia nos dias 06 e 07 de maio de 2017 conforme proposta SIGEF 18718/2017, com duração mínima de 6 minutos, podendo ser fracionado em takes de 3 minutos, com gravação feita em qualidade full hd, exportado para reprodução também em qualidade full hd, podendo haver em seu conteúdo, uso de fotografias, locução off, e para complemento das informações apresentadas uso de caracteres previamente especificados em roteiro elaborado, além de imagens aéreas com drone correspondentes a no mínimo 10% o conteúdo final apresentado.

Valor: R\$ 6.000,00

Amparo Legal: Art.24, inciso II, da Lei 8.666/93 e suas alterações e demais normas vigentes.

Passos Maia, 03 de Abril de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

PREFEITO MUNICIPAL

Paulo Lopes

PREFEITURA

LEI Nº 1690/2017

LEI Nº 1690/2017

Institui denominação de Travessa Duas Lagoas, no Bairro Bom Retiro.

Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou o Projeto de Lei nº. 06/2017 e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Institui a denominação de Travessa Duas Lagoas, trecho compreendido com início na Estrada José Manoel Lopes, entre os Cretas Feminino e Masculino, sentido norte/sul, indo para a direita, com aproximadamente 400 (quatrocentos) metros. Ainda, como referência destaca-se o sítio da Sra. Maria Teresa Müller de Siqueira no Início da Via, e uma cachoeira há aproximadamente 50 (cinquenta) metros na Beira da Estrada José Manoel Lopes. Trata-se de uma Travessa sem saída.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Lopes, 09 de março de 2017.

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal de Paulo Lopes

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 04 de abril de 2017.

JOSÉ ANTÔNIO ROGÉRIO

Sec. Mun. de Administração

LEI Nº 1691/2017

LEI Nº 1691/2017

Aumenta as cargas horárias semanais e as respectivas remunerações dos servidores ocupantes de cargo efetivo e cargo em comissão, respectivamente, de Contador e Assessor Jurídico no âmbito do Poder Legislativo de Paulo Lopes, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Faço saber que a Câmara Municipal de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONA a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a carga horária semanal da jornada de trabalho do Contador da Câmara de Vereadores de Paulo Lopes de 10 (dez) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais.

Parágrafo único. Em virtude de a carga horária semanal ter sofrido aumento de 100% (cem por cento), a remuneração, que atualmente é de R\$ 992,94 (novecentos e noventa e dois reais e noventa e quatro centavos) por mês, passa a ser de R\$ 1.985,88 (um mil e novecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e oito centavos) por mês, a ser pago a partir do mês de abril do corrente ano.

Art. 2º Fica alterada a carga horária semanal da jornada de trabalho do Assessor Jurídico da Câmara de Vereadores de Paulo Lopes de 15 (quinze) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais.

Parágrafo único. Em virtude de a carga horária semanal ter sido

aumentada em 33,3% (trinta e três vírgula três por cento), a remuneração, que atualmente é de R\$ 1.745,68 (um mil e setecentos e quarenta e cinco reais e

sessenta e oito centavos) por mês, passa a ser de R\$ 2.327,57 (dois mil e trezentos e vinte

e sete reais e cinquenta e sete centavos) por mês, a ser pago a partir do mês de abril do corrente ano.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações do Orçamento Fiscal vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Paulo Lopes/SC, 16 de março de 2017.

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal de Paulo Lopes

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 04 de abril de 2017.

JOSÉ ANTÔNIO ROGÉRIO

Sec. Mun. de Administração

PORTARIA Nº 167/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 167/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/1991, artigo 144, item I e comunicado em anexo resolve:

CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, de Chefe de departamento, ao Servidor Público Municipal, efetivo, Marcelo Martins, nível médio, brasileiro, portador do CPF nº 025.867.289-71, matrícula nº 11290, ocupante do Cargo de Auxiliar Financeiro III, nomeado pela portaria nº 35/2017, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 01 de março de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 168/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 168/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes,

no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/91, artigo 79, item I, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Samir Leal Fernandes, efetivo e estável, matrícula nº 10819, até 22/05/2017, portaria de concessão 228/2016, conforme decisão em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 01 de março de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 169/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 169/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/91, artigo 79, item I, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Fabiani Knackfuss Dorneles, efetiva e estável, matrícula nº 1028, por 15 dias, a partir de 08/02/2017 até 22/02/2017, conforme atestado médico em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 01 de março de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 170/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 170/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/91, artigo 79, item I, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Fabiani Knackfuss Dorneles, efetiva e estável, matrícula nº 1028, até 23/03/2017, portaria de concessão 169/2017, conforme decisão em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 01 de março de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada

sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 171/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 171/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/91, artigo 79, item I, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor João dos Passos Custódio, efetivo e estável, matrícula nº 10929, por 15 dias, a partir de 03/02/2017 até 17/02/2017, conforme atestado médico em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 01 de março de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 172/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 172/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/91, artigo 79, item I, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor João dos Passos Custódio, efetivo e estável, matrícula nº 109298, até 20/02/2017, portaria de concessão 171/2017, conforme decisão em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 01 de março de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 173/2017ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 173/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto nas Leis Municipais 649/1994 e 975/2002, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Valdemir Antônio Custódio, ensino fundamental incompleto, brasileiro, portador do CPF 050.091.309-98, matrícula nº 11358, para o Cargo de Operador de Máquinas, 40 horas, a partir de 07/02/2017, a contratação será mantida até que se realize Concurso Público ou Processo Seletivo, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 01 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 174/2017ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 174/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal 819/98 e exposição de motivo nº 023/2017, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Tania Patrícia dos Santos, nível superior completo, brasileira, portadora do CPF 066.166.709-02, matrícula nº 11359, classificada em décimo primeiro lugar no Processo Seletivo nº 001/2017, para ocupar o Cargo de Professor de Educação Infantil, 20 horas, substituindo professora Idenis Pereira Matos Medeiros a partir de 21/02/2017 até 20/05/2017, junto a Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 01 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 175/2017ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 175/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes,

no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 497/1991, artigo 17º, item I, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, Dorotea da Silva Rocha, ensino médio completo, brasileira, portadora do CPF nº 852.377.879-91, residente e domiciliada no Município Paulo Lopes/SC, matrícula nº 11360, aprovada em Quinto lugar no Concurso Público, edital nº 001/2015, homologado pelo decreto nº 004/2016, para ocupar o Cargo de Auxiliar de serviços Gerais, criado pela Lei 349/86, junto a Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 horas semanais, constante no Quadro de Carreira dos Servidores Públicos Municipais, com vencimentos fixados no mesmo. Cumprirá Estágio Probatório de 01/03/2017 à 01/03/2020 sob Regime Estatutário (Estatuto dos Servidores Público Municipal), com vínculo contributivo ao Regime Geral Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 01 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 176/2017ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 176/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto nas Leis Municipais 649/1994 e 957/2002 e exposição de motivo nº 009/2017 resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Patrícia Paola Cagol, portadora do CPF nº 077.933.319-25, matrícula 11396, para atuar no para atuar no Cargo de Enfermeira Plantonista, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com início em 02/03/2017. A contratação será mantida até que se realize Concurso Público ou Processo Seletivo, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, 02 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 177/2017ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 177/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 497/1991, artigo 17º, item I, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, Eder Espindola, técnico nível médio completo, brasileiro, portador do CPF nº 046.782.009-08, residente e domiciliado no Município Palhoça/SC, matrícula nº 11361, aprovado em Quarto lugar no Concurso Público, edital nº 001/2015, homologado pelo decreto nº 004/2016, para ocupar o Cargo de Técnico em Enfermagem, criado pela Lei 607/93, junto a Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, constante no Quadro de Carreira dos Servidores Público Municipal, com vencimentos fixados no mesmo. Cumprirá Estágio Probatório de 02/03/2017 à 01/03/2020 sob Regime Estatutário (Estatuto dos Servidores Público Municipal), com vínculo contributivo ao Regime Geral Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 02 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 178/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 178/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 497/1991, artigo 17º, item I, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, Cristiane Gerreiro Patrício, brasileira, nível médio completo (técnico), portadora do CPF nº 092.880.699-50, residente e domiciliada no Município Paulo Lopes/SC, matrícula nº 11362, aprovado em Sexto lugar no Concurso Público, edital nº 001/2015, homologado pelo decreto nº 004/2016, para ocupar o Cargo de Técnica em Enfermagem, criado pela Lei 607/93, junto a Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, constante no Quadro de Carreira dos Servidores Público Municipal, com vencimentos fixados no mesmo. Cumprirá Estágio Probatório de 02/03/2017 à 01/03/2020 sob Regime Estatutário (Estatuto dos Servidores Público Municipal), com vínculo contributivo ao Regime Geral Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 02 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 179/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 179/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº

1259/07 e 497/1991, artigo 17º, item I, resolve:

NOMEAR PARA EMPREGO PÚBLICO, Fernanda Pereira Botega, nível superior completo, brasileira, portadora do CPF nº 059.607.489-16, residente e domiciliada no Município Paulo Lopes/SC, matrícula nº 11363, aprovada em Oitavo lugar no Concurso Público, edital nº 001/2015, homologado pelo decreto nº 004/2016, para ocupar o Cargo de Enfermeira ESF (Enfermeiro de Saúde da Família), criado pela Lei 1259/07, junto a Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, sob Regime da Consolidação da Lei Trabalhista – CLT.

Município de Paulo Lopes-SC, em 02 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 180/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 180/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/91, artigo 79, item I, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Cidinea Ana Jovino de Souza, efetiva e estável, matrícula nº 10904, por 15 dias, a partir de 02/03/2017 até 16/02/2017, conforme atestado médico em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 06 de Março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 181/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 181/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 497/1991, artigo 17º, item I, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, Ezequiel Anedir Batista, ensino médio completo, brasileiro, portador do CPF nº 033.969.049-66, residente e domiciliado no Município Palhoça/SC, matrícula nº 11364, aprovado em Sétimo lugar no Concurso Público, edital nº 001/2015, homologado pelo decreto nº 004/2016, para ocupar o Cargo de Motorista, criado pela Lei 441/91, junto a Secretaria de Educação, com carga horária de 40 horas semanais, constante no Quadro

de Carreira dos Servidores Público Municipal, com vencimentos fixados no mesmo. Cumprirá Estágio Probatório de 06/03/2017 à 05/03/2020 sob Regime Estatutário (Estatuto dos Servidores Público Municipal), com vínculo contributivo ao Regime Geral Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 06 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 182/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 182/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal 819/98 e exposição de motivo nº 028/2017, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Rita de Cassia Cardoso, ensino superior completo, brasileira, portadora do CPF 638.996.479-04, matrícula nº 11365, classificada em Segundo lugar no Chamamento Público nº 001/2017, para ocupar o Cargo de Segundo Professor, 20 horas, a partir de 07/03/2017 até 22/12/2017 ou enquanto houver demanda de alunos que dela necessitarem durante o ano letivo, junto a Secretaria de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 07 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 183/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 183/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal 819/98 e exposição de motivo nº 024/2017, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Simoní de Souza Crescencio, ensino superior completo, brasileira, portadora do CPF 049.874.765-41, matrícula nº 11366, classificada em Primeiro lugar no Chamamento Público nº 001/2017, para ocupar o Cargo de Professora de Geografia, 20 horas, substituindo a professora Luciana Vieira a partir de 07/03/2017 até 22/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 07 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 184/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 184/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal 819/98 e exposição de motivo nº 025/2017, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Eva Antoria Almeida, ensino superior completo, brasileira, portadora do CPF 621.102.920-91, matrícula nº 11367, classificada em Primeiro lugar no Chamamento Público nº 001/2017, para ocupar o Cargo de Professora de Língua Portuguesa, 10 horas, substituindo a professora Fabiani Knacfuss Dorneles a partir de 07/03/2017 até 23/03/17, junto a Secretaria de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 07 de Março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 185/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 185/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal 819/89 e exposição de motivo nº 030/2017, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Edinéia Dilma Borges Rodrigues, ensino superior completo, brasileira, portadora do CPF 927.572.519-53, matrícula nº 11368, classificada em Terceiro lugar no Chamamento Público nº 001/2017, para ocupar o Cargo de Segundo Professor, 20 horas, a partir de 07/03/2017, até 23/12/2017 ou enquanto houver demanda de alunos que dela necessitarem durante o ano letivo, junto a Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 07 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada

sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 186/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 186/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal 819/98 e exposição de motivo nº 026/2017, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Elisângela de Britto Pa-lagen, ensino superior completo, brasileira, portadora do CPF 656.027.900-63, matrícula nº 11369, classificada em Primeiro lugar no Chamamento Público nº 001/2017, para ocupar o Cargo de Professora de Língua Inglesa, 10 horas, substituindo a professora Aline Rosa da Silva a partir de 07/03/2017 a 31/07/2017, junto a Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 07 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condiciona-da sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 187/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 187/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto nas Leis Municipais 649/1994 e 975/2002, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Adi Aduce Silvano, ensino fundamental incompleto, brasileiro, portador do CPF 437.610.039-00, matrícula nº 11370, para o Cargo de Operador de Máquinas, 40 horas, a partir de 07/03/2017. A contratação será mantida até que se realize Concurso Público ou Processo Seletivo, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 07 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condiciona-da sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 188/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA NºXXX/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/91, artigo 61, item I, resolve.

EXONERAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal, Eva Maria Bernardo, brasileira, portadora do CPF nº 509.576.439-34, matrícula nº 11354, ocupante do Cargo temporário de Professor de Educação Infantil, nomeada pela portaria nº 148/2017.

Município de Paulo Lopes – SC, em 6 de Março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condiciona-da sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Jose Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 189/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 189/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal 819/89 e exposição de motivo nº 031/2017, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Eva Maria Bernardo, brasileira, ensino superior completo, portadora do CPF 509.567.439-34, matrícula nº 11372, classificada em Quarto lugar no Chamamento Público nº 001/2017, para ocupar o Cargo de Segundo Professor, 20 horas, a partir de 07/03/2017, até 23/12/2017 ou enquanto houver demanda de alunos que dela necessitarem durante o ano letivo, junto a Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 07 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condiciona-da sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 190/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 199/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 015/2017,

resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO, Marcio Schafer, brasileiro, portador do CPF 470.704.710-68, matrícula nº 11238, contratado pela portaria nº 233/2016 à disposição da Secretaria Municipal de Saúde com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 09 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 190/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 190/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal 819/98 e exposição de motivo nº 033/2017, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Maria da Constancia da Silveira, nível superior completo, brasileira, portadora do CPF 031.483.249-19, matrícula nº 11373, classificada em quinto lugar no Processo Seletivo nº 001/2017, para ocupar o Cargo de Professor de Educação Infantil, 20 horas, a partir de 07/03/2017 a 21/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 07 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 191/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 191/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal 819/98 e exposição de motivo nº 032/2017, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Camila Angelita Marques, ensino superior completo, brasileira, portadora do CPF 037.168.389-00, matrícula nº 11374, classificada em Primeiro lugar no Chamamento Público nº 001/2017, para ocupar o Cargo de Segundo Professor, 30 horas, a partir de 07/03/2017 até 22/12/2017 ou enquanto houver demanda de alunos que dela necessitarem durante o ano letivo, junto a Secretaria Municipal de Educação, com

vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 07 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 192/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 192/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 497/1991, artigo 17º, item I, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, Ruy Castro Silveira, ensino superior completo, brasileiro, portador do CPF nº 001.243.940-19, residente e domiciliado no Município Garopaba/SC, matrícula nº 11375, aprovado em Sétimo lugar no Concurso Público, edital nº 001/2015, homologado pelo decreto nº 004/2016, para ocupar o Cargo de Professor de Educação Física, criado pela Lei 349/86, junto a Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 horas semanais, constante no Quadro de Carreira dos Servidores Público Municipal, com vencimentos fixados no mesmo. Cumprirá Estágio Probatório de 07/03/2017 à 06/03/2020 sob Regime Estatutário (Estatuto dos Servidores Público Municipal), com vínculo contributivo ao Regime Geral Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 07 de Março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 193/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 193/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal 819/98 e exposição de motivo nº 027/2017, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Marli Borges Carboni, ensino superior completo, brasileira, portadora do CPF 520.632.839-15, matrícula nº 11371, classificada em Sexto lugar no Chamamento Público nº 001/2017, para ocupar o Cargo de Segundo Professor, 20 horas, a partir de 07/03/2017 a 22/12/2017 ou enquanto houver demanda de alunos que dela necessitarem durante o ano letivo, junto a Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 07 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 194/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 194/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto nas Leis Municipais 1221/2007 e 1582/2013, exposição de motivo nº 01/2017, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Carla de Oliveira Liberto, ensino superior incompleto, brasileira, portadora do CPF 054.782.449-10, matrícula nº 11376, classificada em Segundo lugar no Processo Seletivo nº 002/2017, para ocupar o Cargo de Estagiária, 20 horas, a disposição da Secretaria de Educação, a partir de 08/03/2017, até 21/12/2017.

Município de Paulo Lopes - SC, em 08 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 195/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 195/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal 819/98 e exposição de motivo nº 029/2017, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Maurilia Pereira Vieira, brasileira, ensino superior completo, portadora do CPF 039.005.189-63, matrícula nº 11377, classificada em Décimo Terceiro lugar no Processo Seletivo nº 001/2017, para ocupar o Cargo de Professora de Educação Infantil, 30 horas, a partir de 08/03/2017, até 23/12/2017, junto a Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 08 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 196/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 196/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto nas Leis Municipais 1221/2017 e 1582/2013, exposição de motivo nº 02/2017, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Carolina Zucchi dos Anjos, brasileira, ensino médio incompleto, portadora do CPF 114.857.929-08, matrícula nº 11378, classificada em Sexto lugar no Processo Seletivo nº 002/2017, para ocupar o Cargo de Estagiária, 20 horas, a disposição da Secretaria de Educação, a partir de 08/03/2017, até 21/12/2017.

Município de Paulo Lopes - SC, em 08 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 197/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 197/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto nas Leis Municipais 1221/2007 e 1582/2013, exposição de motivo nº 03/2017, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Rosana Lilia Laurindo de Souza, ensino superior incompleto, brasileira, portadora do CPF 031.716.009-51, matrícula nº 11379, classificada em Oitavo lugar no Processo Seletivo nº 002/2017, para ocupar o Cargo de Estagiária, 20 horas, a disposição da Secretaria de Educação, a partir de 08/03/2017, até 21/12/2017.

Município de Paulo Lopes - SC, em 08 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 198/2017ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 198/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/1991, artigo 44 e exposição de motivo 043/2017, resolve:

COLOCAR A DISPOSIÇÃO da Secretaria Municipal de Saúde a servidora pública municipal efetiva e estável, Joice Borba de Leandro, nomeada pela Portaria 193/2016, brasileira, portadora do CPF 049.439.849-32, matrícula nº 11226, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 08 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antonio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 200/2017ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 200/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 014/2017, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO, Pedro Henrique Caponi Hilger, brasileiro, portador do CPF 060.390.589-78, matrícula nº 11222, contratado pela portaria nº 155/2016 à disposição da Secretaria Municipal de Saúde com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 09 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 201/2017ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 201/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na

Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 016/2017, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO, Peter Maciel Haberlehner, brasileiro, portador do CPF 028.031.217-27, matrícula nº 11251, contratado pela portaria nº 273/2016 à disposição da Secretaria Municipal de Saúde com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 09 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 202/2017ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 202/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 017/2017, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO, Ana Paula Faccin Araujo de Souza, brasileira, portadora do CPF 079.361.799-50, matrícula nº 11256, contratado pela portaria nº 283/2016 à disposição da Secretaria Municipal de Saúde com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 09 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 203/2017ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 203/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 013/2017, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO, Halison Araújo de Souza, brasileira, portadora do 846.963.382-15, matrícula nº 11139, contratado pela portaria nº 209/2015 à disposição da Secretaria Municipal de Saúde com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 09 de março de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 204/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 204/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e justificativa 012/2017 resolve:

CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, de Chefe de equipe ESF (Estratégia de Saúde da Família) à Alfredo Rodolfo Schmidt Hebbel Busch, estrangeiro, portador do CPF nº 113.344.178-57, matrícula 11385, Médico Clínico Geral, 40 horas, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, 10 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 205/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 205/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto nas Leis Municipais 1221/20017 e 1582/2013, exposição de motivo nº 04/2017, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Edson da Costa Gularte, ensino médio incompleto, brasileiro, portador do CPF 120.775.329-71, matrícula nº 11380, classificado em Nono lugar no Processo Seletivo nº 002/2017, para ocupar o Cargo de Estagiário, 20 horas, a disposição da Secretaria de Educação, a partir de 09/03/2017, até 21/12/2017.

Município de Paulo Lopes - SC, em 09 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 206/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 206/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto nas Leis Municipais 1221/20017 e 1582/2013, exposição de motivo nº 06/2017, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Estéfani Vitória Bernardo, ensino médio incompleto, brasileira, portadora do CPF 099.488.519-94, matrícula nº 11381, classificado em Quinto lugar no Processo Seletivo nº 002/2017, para ocupar o Cargo de Estagiário, 20 horas, a disposição da Secretaria de Educação, a partir de 09/03/2017 até 21/12/2017.

Município de Paulo Lopes - SC, em 09 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 207/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 207/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal 819/98 e exposição de motivo nº 034/2017, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Ariana Marilene Fortunato Alexandre, ensino superior completo, brasileira, portadora do CPF 055.872.229-69, matrícula nº 11382, classificada em Nono lugar no Processo Seletivo nº 001/2017, para ocupar o Cargo de Professora de Educação Infantil, 40 horas, a partir de 09/03/2017, até 21/12/2017 junto a Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 09 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 208/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 198/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 010/2017, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO, Alfredo Rodolfo Schmith H. Brusch, estrangeiro, portador do CPF 113.344.178-57, matrícula nº 11302, contratado pela portaria nº 054/2107 à disposição da Secretaria Municipal de Saúde com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 09 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 209/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 209/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal 819/98 e exposição de motivo nº 036/2017, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Rosimere Marcelino Torquato, habilitada pelo curso de Magistério, brasileira, portadora do CPF 046.143.149-10, matrícula nº 11383, classificada em Sétimo lugar no Processo Seletivo nº 001/2017, para ocupar o Cargo de Professora de Educação Infantil, 20 horas, a partir de 10/03/2017, até 21/12/2017, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 10 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 210/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 210/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto nas Leis Municipais 649/1994 e 957/2002, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Marcelo de Oliveira Prado, brasileiro, portador do CPF 025.880.681-89, matrícula nº 11384, classificado em Segundo lugar no Processo Seletivo nº 001/2017, para ocupar o Cargo de Psicólogo, 30 horas, em substituição a

funcionária, Caroline Bropp Cardoso, a partir de 10/03/2017 até 28/07/17, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 10 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 211/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 211/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto nas Leis Municipais 649/1994 e 957/2002 e exposição de motivo 011/2017 resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Alfredo Rodolfo Schmidt Hebbel Busch, ensino superior completo, estrangeiro, portador do CPF nº 113.344.178-57, matrícula 11385, aprovado em Primeiro lugar no Processo Seletivo 001/2017 para o cargo de Médico Clínico Geral, 40 horas, a partir de 10/03/2017 até que se realize Concurso Público, junto a Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, 10 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 212/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 212/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/91, artigo 61, item I, resolve.

EXONERAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Milena Montardo Serri de Castro, brasileira, portadora do CPF nº 028.339.949-07, matrícula nº 10322, ocupante do Cargo de Enfermeira, nomeada pela portaria nº 248/2008.

Município de Paulo Lopes – SC, em 10 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada

sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Jose Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 213/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 213/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 37/2017 resolve:

TORNAR SEM EFEITO, portaria que concedeu Função Gratificada, a Servidora Pública Municipal, efetiva, Joelma de Bona, brasileira, portadora do CPF nº 026.263.459-70, matrícula nº 11179, ocupante do Cargo de Professora, nomeada pela portaria nº 055/2016, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 13 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 214/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 214/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/2001 e exposição de motivo nº 37/2017 resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Joice Darci Vieira, ensino superior incompleto, brasileira, portadora do CPF nº 079.665.119-10, matrícula nº 11386, para ocupar o Cargo em Comissão de Diretora de Unidade Escolar, criado pela Lei 855/2000, 40 horas, junto a Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, 13 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 215/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 215/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto nas Leis Municipais 1221/20017 e 1582/2013 e exposição de motivo nº 05/2017, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Alice Silveira Pereira, ensino médio incompleto, brasileira, portadora do CPF 115.812.009-51, matrícula nº 11387, classificado em Sétimo lugar no Processo Seletivo nº 002/2017, para ocupar o Cargo de Estagiário, 20 horas, a disposição da Secretaria de Educação, a partir de 13/03/2017 até 21/12/2017.

Município de Paulo Lopes - SC, em 13 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 216/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 216/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/1991, artigo 144, item I e exposição de motivo nº 37/2017 resolve:

CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, de Coordenadora Pedagógica, a Servidora Pública Municipal, efetiva, Joelma de Bona, nível superior completo, brasileira, portadora do CPF nº 026.263.459-70, matrícula nº 11179, ocupante do Cargo de Professora, nomeada pela portaria nº 055/2016, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 13 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 217/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 217/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no

uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal 649/1994 e 975/2002, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Andrea Regina Toni Pastoriza, ensino superior completo, brasileira, portadora do CPF 606.440.790-53, matrícula nº 11389, classificada em Primeiro lugar no Processo Seletivo nº 001/2017, para ocupar o Cargo de Enfermeira, a partir de 14/03/2017 até que se realize concurso público, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 14 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 218/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 218/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto nas Leis Municipais 1221/2007 e 1582/2013, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Leticia Aparecida Zanela, ensino superior incompleto, brasileira, portadora do CPF 080.830.059-83, matrícula nº 11388, classificada em Primeiro lugar no Processo Seletivo nº 002/2017, para ocupar o Cargo de Estagiário, 20 horas, a disposição da Secretaria de Administração, a partir de 14/03/2017 até 14/03/2018.

Município de Paulo Lopes - SC, em 14 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 219/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 219/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade do disposto na Lei Municipal 47/1991, artigo 61, resolve.:

EXONERAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal Camila Angeli Marques, brasileira, portadora do CPF 037.168.389-00, matrícula nº 11374, ocupante do cargo de Segundo Professor, nomeada pela portaria 183/2017, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 14 de Março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Jose Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 220/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 220/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/91, artigo 79, item I, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor João dos Passos Custódio, efetivo e estável, matrícula nº 10929, por 15 dias, a partir de 06/03/2017 até 20/03/2017, conforme atestado médico em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 15 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 221/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA N.º 217/2017

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR EFETIVO OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, a partir de 15/03/17 resolve:

Art. 1º. Ampliar conforme Edital 001/2016, fundamentado no Decreto 036/2015, a carga horária semanal de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas de forma temporária, da Servidora Pública e Efetiva Karoline Rosa Da Silva.

Art. 2º A ampliação da carga horária semanal prevista no Artigo 1º, será para atender as necessidades e interesses do Município, não podendo exceder o Ano Letivo de 2017.

Município de Paulo Lopes – SC, em 15 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 222/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 222/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto nas Leis Municipais 1221/2007 e 1582/2013 Vigente, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Jéssica Caetano Rodrigues, ensino superior incompleto, brasileira, portadora do CPF 094.755.619-27, matrícula nº 11391, classificado em Primeiro lugar no Processo Seletivo nº 002/2017, para ocupar o Cargo de Estagiário, 20 horas, a disposição da Secretaria de Saúde, a partir de 15/03/2017 até 15/03/2018

Município de Paulo Lopes - SC, em 15 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 223/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 223/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 497/1991, artigo 17º, item I, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, Fernando Marafon, ensino fundamental completo, brasileiro, portador do CPF nº 005.453.299-06, residente e domiciliado no Município Paulo Lopes/SC, matrícula nº 11390, aprovado em Décimo Quinto lugar no Concurso Público, edital nº 001/2015, homologado pelo decreto nº 004/2016, para ocupar o Cargo de Motorista, criado pela Lei 441/1989, junto a Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 horas semanais, constante no Quadro de Carreira dos Servidores Público Municipal, com vencimentos fixados no mesmo. Cumprirá Estágio Probatório de 15/03/2017 à 15/03/2020 sob Regime Estatutário (Estatuto dos Servidores Público Municipal), com vínculo contributivo ao Regime Geral Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 15 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 224/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 224/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/91, artigo 79, item I, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Luciana Cardoso Custódio, efetiva e estável, matrícula nº 666, por 15 dias, a partir de 15/03/2017 até 29/03/2017, conforme atestado médico em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 16 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 225/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 225/2017

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DO SERVIDOR EFETIVO OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve:

Art. 1º. Ampliar conforme Edital 001/2016, fundamentado no Decreto 036/2015, a carga horária semanal de 10 (dez) horas para 20 (vinte) horas de forma temporária, da Servidora Pública e Efetiva Isabel Cristina Nunes Lacau.

Art. 2º A ampliação da carga horária semanal prevista no Artigo 1º, será para atender as necessidades e interesses do Município, não podendo exceder o Ano Letivo de 2017.

Município de Paulo Lopes – SC, em 16 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 226/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 226/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 497/1991, artigo 17º, item I, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, Rafael Medeiros Roedel, ensino médio completo, brasileiro, portador do CPF nº 004.781.619-80, residente e domiciliado no Município São José/SC, matrícula nº 11392, aprovado em Nono lugar no Concurso Público, edital nº 001/2015, homologado pelo decreto nº 004/2016, para ocupar o Cargo de Motorista, criado pela Lei 441/89, com carga horária de 40 horas semanais, constante no Quadro de Carreira dos Servidores Público Municipal, com vencimentos fixados no mesmo. Cumprirá Estágio Probatório de 17/03/2017 à 17/03/2020 sob Regime Estatutário (Estatuto dos Servidores Público Municipal), com vínculo contributivo ao Regime Geral Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 17 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 227/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 227/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/1991, artigo 144, item I, resolve:

CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, de Secretária de Escola, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Giseli Noemia Marcos, nível superior completo, brasileira, portadora do CPF nº 052.523.339-39, matrícula nº 10886, ocupante do Cargo de Professora, nomeada pela portaria nº 115/2013, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 20 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 228/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 228 /2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/1991, artigo 104, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a Servidora Pública Municipal, Patrício Manoel de Souza, matrícula nº 10788, ocupante do Cargo de

Auxiliar de Serviços Gerais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação com gozo no período de 08/03/2017 à 07/06/2017, referente ao quinquênio 14/03/2012 à 20/03/2017, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 20 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 229/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº229/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/91, artigo 17, item II, resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Ivonete Maria Demétrio do Nascimento, brasileira, portadora do CPF nº 665.467.459-68, matrícula nº 11393, residente em Paulo Lopes/SC, para ocupar o Cargo e de Chefe de Setor Ambulatorial a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 20 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 230/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 230/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/1991, artigo 17, resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Gabriela Moraes de Souza, brasileira, portadora do CPF nº 103.635.239-01, matrícula nº 11334, residente em Paulo Lopes/SC, para ocupar o Cargo de Chefe de Setor da Central de Marcação de Consultas, criado pela Lei 653/1194, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 20 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada

sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 231/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 231/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal 819/98 e exposição de motivo nº 039/2017, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Phamella Teixeira

Machado, ensino médio completo, brasileira, portadora do CPF 058.053.334-94, matrícula nº 11395, classificada em Quinto lugar no Chamamento Público nº 001/2017, para ocupar o Cargo de Segundo Professor, 20 horas, a partir de 20/03/2017 até 21/12/2017 ou enquanto houver demanda de alunos que dela necessitarem durante o ano letivo, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 20 de março de 2017.
Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 03/17

PORTARIA Nº. 03/17

EVERALDO EVILASIO DOS SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, assim como lhe confere o art. 14 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Autorizar o servidor efetivo, JULIANO FRONCHETTI, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, entrar em gozo de férias, de 04 de Abril de 2017 a 03 de maio de 2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paulo Lopes, 03 de abril de 2017.
EVERALDO EVILASIO DOS SANTOS
Presidente

Publicada a presente Portaria em 03 de abril de 2017.

Penha

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 008/2017 ALTERA A VELOCIDADE DA RUA CALIXTO LUÍS HONORIO

RESOLUÇÃO Nº 008/2017

ALTERA A VELOCIDADE DA RUA CALIXTO LUÍS HONORIO.

O Departamento Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 24 da Lei Federal n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, o Decreto Municipal n.º 1835/2012, que institui o Departamento Municipal de trânsito, e: Considerando o disposto no artigo 24 (e incisos) do CTB, que estabelece como competência e responsabilidade dos Órgãos e Entidades Executivos de Trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição;

Art.1º - Fica estabelecido que a Rua CALIXTO LUÍS HONORIO, passa a ter a velocidade máxima alterada para 40 (quarenta) quilômetros por hora.

Art.2º - O Departamento de Trânsito - DETRANPEN efetuara a colocação ao longo das vias, de sinalização prevista no código de trânsito para orientação de condutores de veículos e pedestres, vedada a utilização de qualquer outra.

§ 1º A sinalização será colocada em posição e condições que a tornem perfeitamente visível e legível durante o dia e a noite, em distância compatível com a segurança do trânsito, conforme normas e especificações do CONTRAN.

Art.3º - Esta Resolução entrará em vigor a partir do dia 21/04/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 24 de março de 2017.

JORGE LUIZ DE FRANÇA Diretor do DETRANPEN Mat. 9466

CÂMARA MUNICIPAL

ATA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 26.01.2017

Ata da 1ª Sessão Extraordinária da 1ª sessão legislativa ordinária anual da 15ª Legislatura da Câmara de Vereadores de Penha, realizada em sua sede aos vinte e seis de janeiro de 2017, às 18:00 horas. Presentes todos os Vereadores, havendo o quorum legal, o Exma. Sra. Presidente Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO, cumprimentou a todos e declarou aberta a reunião, solicitando ao Primeiro Secretário que procedesse à chamada dos Vereadores em cumprimento ao Regimento Interno. Em seguida Iniciou o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 179 do Regimento Interno determinando a leitura e votação da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, solicitou a Leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 01/2017, de autoria do Poder Executivo. Procedida a leitura, o Vereador SILAS RENATO ANTONIETTI apresentou o projeto de Emenda 01/2017, sendo feita a leitura da mesma e distribuído cópias para conhecimento do Plenário. Encerrada leitura, a Exma. Sra. Presidente Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO realizou a proclamação dos membros das comissões legislativas permanentes conforme exposto: Comissão Legislativa Permanente de Constituição, Justiça e Redação Final: MAURÍCIO DA COSTA, LUIZ AMÉRICO PEREIRA e MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD. Comissão Legislativa Permanente de Finanças e Orçamento: EVERALDO DAL POSSO, ANTÔNIO ALFREDO CORDEIRO FILHO e ISAC HAMILTON DA COSTA. Comissão Legislativa Permanente de Assuntos Gerais: JESUEL CAPELA, REGIANE APARECIDA SEVERINO, SILAS RENATO ANTONIETTI e JOAQUIM ANTÔNIO COSTA JUNIOR. Feita a proclamação, determinou a suspensão temporária da sessão para reunião das Comissões permanentes para análise do projeto 01/2017. Sendo reconvocados os senhores vereadores, procedeu-se a leitura dos Pareceres das comissões relativos ao Projeto de Lei Ordinária 01/2017, de autoria do Poder Executivo e respectiva Emenda. Iniciou a ORDEM DO DIA de acordo com Artigo 182 R.I. com a Discussão e Votação Única a Emenda ao Projeto de Lei Ordinária Nº 01/2017 de autoria do Poder Executivo, que: ACRESCENTA §5º, I ao artigo 4º do projeto de lei nº 01/2017 do Executivo. Aprovada por unanimidade. Em Discussão e Votação Única o Projeto de Lei Ordinária Nº 01/2017 de autoria do Poder Executivo, que DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DO RECEBIMENTO

DE PATROCÍNIO E APOIO PELO MUNICÍPIO MEDIANTE CONTRA-PARTIDA E PUBLICIDADE. Projeto APROVADO por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a Exma. Sra. Presidente Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO encerrou a presente sessão, convocando para a próxima reunião ordinária no dia trinta de janeiro, às dezenove horas. E, para constar, eu, Matheus Souza de Melo, Assessor Legislativo, lavrei a presente ata que após aprovada segue devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e 1º Secretário. Plenário Expedicionário Tenente Milton Fonseca, 09 de dezembro de 2016.

MARIA JURACI ALEXANDRINO MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD
Presidente 1º Secretário

ATA 1ª REUNIÃO SOLENE/ORDINÁRIA 23.01.2017

Ata da 1ª Reunião Solene de instalação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Anual da 15ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede aos vinte e três de janeiro de 2017. Presentes os Senhores Vereadores, havendo o quorum legal. A Exma. Sra. Presidente Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão com a execução do Hino Nacional. Sendo realizada a leitura da ata da sessão solene de instalação da 15ª Legislatura de posse dos senhores vereadores, pelo 1º Secretário MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD, em observância ao §1 do Art. 18 do Regimento Interno, fez uso da palavra o Exmo. Sr. Prefeito AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA. Tendo feito os devidos cumprimentos, apresentou imagens relatando a situação em que se encontram as instalações da Prefeitura Municipal em sua sede, devidas repartições e secretarias. Fez menção aos equipamentos e frotas, que igualmente se encontram fora de uso ou sem condições de serem utilizados, bem como também medicamentos adquiridos em excesso tendo, todavia, seu prazo de validade próximo de expirar. Sobre a situação dos professores admitidos em caráter temporário, alegou estar sendo alvo de diversos mandados de segurança, uma vez que tenham sido contratados para 40 horas e recebido 20, hoje se encontram em prejuízo. Mencionou também diversas dívidas não relatadas da última gestão, como as relativas à Casa da Amizade. Explicando a transição CASAN – Águas

de Itapocoroy, falou sobre o aumento no custo do fornecimento do serviço ao Município, mesmo tendo sido feita a concessão a uma empresa privada, e a dívida que hoje existe com o Município vizinho já acumulada ao longo dos anos. Enfatizou a necessidade de interação entre os poderes Legislativo e Executivo, bem como com o povo na tomada de decisões. Sobre suas propostas para combater os problemas relativos aos débitos herdados da gestão passada, falou sobre a não nomeação de seis secretários pelos próximos seis meses e a redução em 30% da remuneração daqueles de primeiro escalão que foram chamados, como também dos cargos de Prefeito e Vice, tendo como impacto a redução de gastos com folha de pagamento. Mencionou a contenção de gastos com combustível e diárias, bem como também com detalhes pequenos, como a gestão de energia. Trouxe suas expectativas de retornar ao Poder Legislativo após 100 dias de governo, trazendo uma análise mais apurada de todas as dívidas deixadas pelo gestor antecessor e também balanços relativos à sua gestão, em que visa já obter resultados no que tange à solução dos problemas e dívidas herdadas. Relatou a falta de projetos por parte da Prefeitura Municipal, a necessidade de alterações no Plano Diretor e de investimento na Construção Civil e turismo, bem como também a elaboração de um plano de desenvolvimento municipal. Encerrando, se comprometeu a comparecer sempre que necessário para que sejam feitos os devidos esclarecimentos e mais uma vez defendeu uma maior sinergia entre os poderes Legislativo e Executivo na gestão do município. Encerrada a apresentação do Exmo. Sr. Prefeito AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, segundo §2 do art. 18 do Regimento Interno foi facultado o uso da palavra por até 5 minutos aos senhores vereadores. Como próximo orador o Vereador ANTÔNIO ALFREDO CORDEIRO FILHO falou sobre a situação em que se encontra o Pronto Atendimento, em que há apenas um médico disponível para o atendimento. Solicitou a contratação de mais um médico para que as brechas que não podem ser sanadas por apenas uma pessoa em plantão sejam devidamente preenchidas. Fazendo uso da palavra, o Vereador EVERALDO DAL POSSO enfatizou o grande apelo turístico natural que o município possui e parabenizou sua mãe pelos 88 anos a serem completados nos próximos dias. Assumindo a tribuna, o Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA trouxe exemplos de atendimento às solicitações das comunidades por parte do Poder Executivo. Alertou também sobre a necessidade de se atentar quanto ao problema de água e saneamento básico, que vem sendo recorrente em diversas partes do mundo. Finalizou falando sobre a pautar seu próximo mandato, assim como foi o último, em clareza e ética, lutando contra a corrupção e visando sempre o melhor para o município. Ato contínuo, o Vereador JOAQUIM ANTÔNIO COSTA JUNIOR, em concordância com seu antecessor, enfatizou a necessidade de se visar sempre o melhor ao município e que será esse seu foco durante seu mandato. Em continuidade, o Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA atentou para a necessidade de não serem esquecidas as obras que foram concluídas ou entregues em vias de conclusão, como postos de saúde, creches e afins. Mencionou também o dinheiro que foi deixada em caixa, em especial nas Secretarias de Educação e Bem-Estar Social. Salientou a situação dos pescadores que tiveram seu fornecimento de água e energia cancelados pela Prefeitura. Parabenizou ao Prefeito pela postura até então adotada e aos vereadores recém-eleitos. Em observância ao tempo regimental, fez uso da palavra o Vereador LUIZ AMÉRICO PEREIRA, falando sobre as responsabilidades do gestor, como as relativas às folhas de pagamento e a de harmonizar os poderes Legislativo, Executivo e a sociedade civil organizada. Fez menção aos pedidos já apresentados à Prefeitura, dentre as quais está o pedido de atenção voltado aos pescadores artesanais, que vêm enfrentando problemas com os banhistas nesta última temporada. Fazendo uso da palavra, o Vereador MAURÍCIO DA COSTA falou sobre sua caminhada até o serviço público e a necessidade de serem adotadas certas perspectivas do serviço privado, como o foco na economicidade e controle. Atentou para a necessidade de transparência e combate à corrupção, que hoje se encontra intrínseca na cultura do brasileiro. Por conseguinte, o Vereador

MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD falou sobre a necessidade de serem nomeados bom funcionários para auxiliar na gestão do município, dando especial atenção aos secretários nomeados. Ratificando as palavras do Exmo. Sr. Prefeito, relatou ter constatado em visitas o descaso na última gestão com os prédios públicos, em especial as escolas. A Vereadora REGIANE APARECIDA SEVERINO em seu discurso falou sobre o pronunciamento do Exmo. Sr. Prefeito, todavia, em concordância com um de seus antecessores, defendendo que juntamente com uma infraestrutura adequada são necessários funcionários que mantenham toda a estrutura com o funcionamento adequado. Finalizou falando sobre a necessidade de ser ouvida a população, agindo em conjunto com o Poder Executivo realizando assim os anseios do povo. Como penúltimo vereador a fazer uso da tribuna, o Vereador SILAS RENATO ANTONIETTI falou também sobre sua caminhada até o posto de Vereador e sua luta já recorrente em favor do Município. Mencionou o problema dos pescadores e solicitou transparência no processo de apuração dos fatos. Transferindo a condução dos trabalhos ao Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA, fez uso da tribuna a Exma. Sra. Presidente MARIA JURACI ALEXANDRINO, discursando sobre a necessidade de inclusão social através da educação, mencionando com regozijo o reajuste anunciado para o piso salarial dos profissionais da área. Em resposta às menções e questionamentos, o Exmo. Sr. Prefeito AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA esclareceu a questão do cancelamento do benefício oferecido aos pescadores e do fornecimento de alvarás para ambulantes nas praias do município. Encerrados os pronunciamentos, a Exma. Sra. Presidente MARIA JURACI ALEXANDRINO determinou a execução do hino de amor à Penha. Nada mais havendo a tratar, a Exma. Sra. Presidente encerrou a presente sessão, convocando todos os vereadores para a próxima reunião ordinária no dia trinta de janeiro, às dezenove horas. E, para constar, eu, Matheus Souza de Melo, Assessor Legislativo, lavrei a presente ata que após aprovada segue devidamente assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e 1º Secretário. Plenário Exp. Tem. Milton Fonseca, em 23 de janeiro de 2017.

MARIA JURACI ALEXANDRINO
Presidente

MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD
1º Secretário

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA 30.01.2017

Ata da 2ª Reunião Ordinária do 1ª Sessão Legislativa Ordinária anual da 15ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede dia trinta do mês de janeiro de 2017. Presentes os Senhores Vereadores, havendo o quórum legal. A Exma. Sra. Presidente Vereadora Maria Juraci Alexandrino, cumprimentou a todos e declarou aberta a reunião, iniciando o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 179 do Regimento Interno com a leitura e votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade; seguindo com a apresentação do balancete financeiro simplificado de dezembro de 2016 da Câmara de Vereadores de Penha e convite aos senhores vereadores para a primeira reunião ordinária do Conselho Municipal de Penha, a ser realizada no dia 14 de fevereiro de 2017. INDICAÇÕES: Nº 01/2017 do Vereador Antônio Alfredo Cordeiro Filho. Nº 02/2017 do Vereador Maurício Olívio Brockveld. Nº 03/2017 do Vereador Jesuel Francisco Capela. Nº 04 e 05/2017 do Vereador Antônio Alfredo Cordeiro Filho. Nº 06/2017 do Vereador Joaquim Antônio Costa Júnior. Nº 07 e 08/2017 do Vereador Everaldo Dal Posso. Nº 09 e 10/2017 do Vereador Silas Renato Antonietti. Nº 11/2017 do Vereador Everaldo Dal Posso. Nº 12 e 13/2017 do Vereador Luiz Américo Pereira. Nº 14/2017 do Vereador Silas Renato Antonietti. Nº 15/2017 da Vereadora Maria Juraci Alexandrino. Nº 16/2017 da Vereadora Regiane Aparecida Severino. Nº 17 e 18/2017 do Vereador Isac Hamilton Da Costa. Nº 19/2017 da Vereadora Regiane Aparecida Severino. Nº 20 e 21/2017 do

Vereador Maurício Da Costa. Nº 22/2017 da Vereadora Maria Juraci Alexandrino. REQUERIMENTOS: Nº 01/2017 do Vereador Jesuel Francisco Capela. PEDIDOS DE INFORMAÇÃO: Nº 01/2017 da Vereadora Maria Juraci Alexandrino. Nº 02/2017 do Vereador Maurício Olívio Brockveld. Nº 03/2017 do Vereador Antônio Alfredo Cordeiro Filho. Nº 04/2017 do Vereador Jesuel Francisco Capela. Nº 05/2017 do Vereador Joaquim Antônio Costa Junior. Nº 06/2017 do Vereador Maurício Da Costa. Nº 07/2017 do Vereador Everaldo Dal Posso. Nº 08/2017 da Vereadora Regiane Aparecida Severino. Leitura do Projeto de Lei nº 01/2017 de autoria do Presidente da Mesa: ALTERA IV, ART.1º DA LEI MUNICIPAL 2823/2016. Leitura do Projeto de Lei nº 02/2017 de autoria do Vereador Luiz Américo Pereira: ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI ORDINÁRIA Nº 2214/2008, QUE "PROÍBE A ENTRADA DE BANHISTAS E TERCEIROS NAS EMBARCAÇÕES DOS PESCADORES ARTESANAIS ANCORADAS NAS PRAIAS DO MUNICÍPIO DE PENHA". Leitura do Projeto de Lei nº 03/2017 de autoria do Vereador Everaldo Dal Posso: DISPÕE SOBRE O SERVIÇO VOLUNTÁRIO NO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Leitura do Projeto de Lei nº 04/2017 de autoria do Vereador Maurício Olívio Brockveld: TORNA OBRIGATÓRIA A INSTALAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NOS LOGRADOUROS DOS LOTEAMENTOS URBANOS, EXECUTADOS POR PARTE DAS LOTEADORAS. Leitura do Projeto de Lei nº 05/2017 de autoria do Vereador Isac Hamilton Da Costa: ALTERA REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 1.977/04 - "RUA BENVENUTE LAURENTINO". Leitura do Projeto de Resolução 01/2017 de autoria da Mesa Diretora: FICA A CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA FILIADA A UNIÃO DOS VEREADORES DO BRASIL – UVB, CONTRIBUINDO MENSALMENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Projeto de Lei Complementar nº 01/2017 do EXECUTIVO: ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 03 DE 08 DE OUTUBRO DE 2007. Determinado o início do GRANDE EXPEDIENTE, conforme Art. 180 do Regimento Interno, fez uso da tribuna o Vereador JESUEL CAPELA, agradecendo ao Secretário de Obras pela ação de remoção do lixo que se encontrava acumulado na praia próxima ao "rio da Cássia", no bairro de Armação. Falou também sobre seus projetos futuros de solicitações de recursos para o Município por meio do Governo do Estado. Falou também sobre a participação de vereadores de oposição no governo municipal, auxiliando para o crescimento do Município. Como orador seguinte, o Vereador EVERALDO DAL POSSO falou sobre seus pedidos encaminhados na presente sessão, em especial o referente ao estacionamento a ser disponibilizado aos pescadores, bem como o fornecimento de água e energia elétrica para auxílio nas atividades pesqueiras. Falou também sobre a situação de abandono da Rua Inácio Francisco de Souza. Solicitou também tubulação e limpeza das bocas de lobo, visando acabar com pontos de referência já comuns, como por exemplo ruas chamadas de "rua da vala". Finalizou falando sobre o aniversário de morte do empresário João Batista Sérgio Murad, mais conhecido como Beto Carrero. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador ANTÔNIO ALFREDO CORDEIRO FILHO. Corroborou o Vereador Jesuel Francisco Capela, falando sobre a participação dos vereadores de oposição no governo. Falou sobre a Recicle e seu descaso na prestação de serviços, além da disparidade na cobrança de valores, principalmente em comparação com serviços similares em Municípios na região. Em aparte, a Exma. Sra. Presidente falou sobre a rescisão do contrato com a Recicle, que atualmente faz o recolhimento e tratamento de lixo reciclável no município, e a realização de uma Audiência Pública acerca do assunto, além do aumento indevido na cobrança pelos serviços, situação que ocorreu em Barra Velha e que já havia sido questionada em 2013, quando foi realizado no município. Também em aparte, o Vereador Everaldo Dal Posso falou sobre a necessidade de avaliação do serviço prestado e ajustar o valor cobrado ao real serviço prestado. Retomando a palavra, o Vereador Antônio Alfredo Cordeiro Filho falou sobre a volta às aulas e a situação de atraso nas escolas, tanto em infraestrutura quanto em suprimentos, como merendas. Transmitindo a condução dos trabalhos ao Vice-Presidente Isac Hamilton da Costa, fez uso da palavra a Exma. Sra. Vereadora Presidente MARIA

JURACI ALEXANDRINO. Iniciando, falou sobre a necessidade de comunicação ao Poder Executivo de todos os eventos realizados pelo Poder Público Municipal. Dando prosseguimento, mencionou o trabalho da Secretaria de Saúde, que passa a disponibilizar o Sistema Único de Saúde no Núcleo de Atenção à Mulher e à Criança e no Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Falou também sobre o curso disponibilizado pelo Governo do Estado, através da EPAGRI, que será realizado no município, de empreendedorismo para jovens do mar com gestão pesqueira. Assumindo a tribuna, o Vereador JOAQUIM ANTÔNIO COSTA JÚNIOR falou sobre sua indicação encaminhada, que também trata sobre a empresa Recicle, ratificando o que já havia sido exposto. Dando continuidade, o Vereador LUIZ AMÉRICO PEREIRA falou sobre o início do trabalho dos vereadores nesta legislatura que se inicia em 2017 e a necessidade de se manter a união entre os vereadores, moldando o futuro da comunidade. Como próximo orador, o Vereador MAURÍCIO BROCKVELD iniciou seu pronunciamento elogiando o projeto de regularização dos alvarás, de iniciativa do Poder Executivo. Mencionou a falha no convite aos vereadores por parte do Poder Executivo em ocasião recente e a situação dos colégios no município, bem como as responsabilidades da Secretaria de Educação. Finalizando, falou sobre seu pedido de remuneração dos servidores do Poder Executivo na data adequada, sendo esta uma reivindicação dos próprios servidores. A Vereadora REGIANE APARECIDA SEVERINO, em seu pronunciamento, falou sobre seus pedidos encaminhados na presente sessão, em especial os relativos à área da educação e sobre a situação das escolas e o início do ano letivo, dando continuidade ao assunto iniciado pelo Vereador Maurício. Falou também sobre o Projeto de Lei Ordinária 01/2017, de origem do Poder Executivo, referente à obtenção de verbas oriundas de fontes estranhas ao Poder Legislativo. Por conseguinte, o Vereador MAURÍCIO DA COSTA falou sobre a religação de diversos pontos de água e energia pelo município, sobre a Recicle, que em municípios vizinhos inclusive faz o serviço de carpir diversas vias públicas, e também sobre o pronunciamento da Vereadora Regiane, pertinente aos alagamentos no município. Em aparte, a Vereadora Regiane falou sobre seu requerimento que trata especificamente sobre o assunto no bairro de Santa Lúcia. Falou também sobre a situação dos pescadores e das operações de tapa-buracos. Como penúltimo orador da noite, o Vereador SILAS RENATO ANTONIETTI falou sobre seu pedido de indicação 09/2017, que solicita melhorias na Avenida Antônio Carlos Konder Reis. Solicitou também melhorias no Recanto Arvoredo, e tratou sobre a importância da manutenção das valas, bem como do processo de tubulação nestas. Finalizando, falou sobre a necessidade de conscientização da população, além de todos os esforços por parte do Poder Executivo. Encerrando os pronunciamentos, o Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA falou sobre o boleto de pagamento para a taxa de IPTU, que atualmente apenas pode ser pago na Caixa Econômica Federal. Mencionou também assuntos abordados por seus antecessores, como a disponibilização de água e energia elétrica aos pescadores, a coleta realizada pela Recicle e os serviços que vêm sendo resolvidos pela Secretaria de Obras. Falou sobre a Secretaria de Turismo, que havia sido esquecida pela gestão anterior. Nada mais havendo a tratar, a Exma. Sra. Presidente Vereadora Maria Juraci Alexandrino encerrou a presente sessão, convocando para a próxima reunião ordinária no dia seis de fevereiro, às dezenove horas. E, para constar, eu, Matheus Souza de Melo, Assessor Legislativo, lavrei a presente ata que após aprovada segue devidamente assinada pela Exma. Sra. Presidente e 1º Secretário. Plenário expedicionário Tenente Milton Fonseca, em 30 de janeiro de 2017.

MARIA JURACI ALEXANDRINO
Presidente

MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD
1º Secretário

ATA REUNIÃO SOLENE DE POSSE DA 15ª LEGISLATURA 01.01.2017

Ata da Sessão Solene de Instalação da 15ª Legislatura e Posse dos Senhores Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito eleitos no dia dois de outubro de 2016 realizada as dez horas do dia primeiro do mês de janeiro de 2017. Iniciada a solenidade, O Vereador Antônio Alfredo Cordeiro Filho, Vereador Mais idoso entre os eleitos, assumiu a Presidência conforme determina o Regimento Interno, convidando o Vereador Eleito Isac Hamilton da Costa para Secretariar os trabalhos neste primeiro momento da solenidade, e em seguida, convidou a todos a ouvirem a execução do hino nacional. Após a entrega de diplomas e declarações de bens devidamente feitas, o Exmo. Sr. Presidente ad-hoc proferiu o compromisso nos seguintes termos: "PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE PENHA E AS DEMAIS LEIS, CUMPRIR O REGIMENTO INTERNO DESTA CASA E DESEMPENHAR COM LEALDADE O MANDATO QUE ME FOI OUTORGADO, TRABALHANDO COM PATRIOTISMO, SEMPRE PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E BEM ESTAR DO POVO DE PENHA". Em seguida, o Secretário ad-hoc procedeu a chamada dos Senhores Vereadores para firmarem o compromisso: Vereador Antônio Alfredo Cordeiro Filho(DEM), Everaldo Dal Posso(PMDB), Isac Hamilton da Costa(PR), Jesuel Francisco Capela(PSDB), Joaquin Antônio Costa Júnior(PSDB), Luiz Américo Pereira(PSDB), Maria Juraci Alexandrino(PMDB), Maurício Olívio Brockveld(PRO), Maurício da Costa(PMDB), Regiane Aparecida Severino(PMDB) e Silas Renato Antonietti (PSD), que de pé, proferiram solenemente "ASSIM O PROMETO" e assinaram os respectivos termos de posse. Devidamente empossados, o Exmo. Sr. Presidente ad-hoc Antônio Alfredo Cordeiro Filho iniciou o processo de eleição da nova mesa Diretora para o ano de 2017, com a apresentação da chapa única composta pela Vereadora Maria Juraci Alexandrino como Presidente, como Vice Presidente o Vereador Isac Hamilton da Costa, Vereador Maurício Olívio Brockveld como 1º Secretário e como 2º Secretário o Vereador Maurício da Costa. Feita a eleição nominal e aberta, a presente chapa foi aprovada por unanimidade dos votos. Tomando posse a Nova Mesa Diretora eleita, os trabalhos seguiram sob a Presidência da Exma. Vereadora Maria Juraci Alexandrino, que chamando o Prefeito eleito Aquiles José Schneider da Costa e Vice Prefeito Lindomar Ezier Schulle Filho, proferiu solenemente o compromisso: "PROMETO MANTER, CUMPRIR E DEFENDER A LEI ORGANICA MUNICIPAL, A CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, OBSEVAR AS LEIS DA UNIÃO, DO ESTADO E DO MUNICÍPIO, PROMOVER O BEM GERAL DO POVO DE PENHA E EXERCER O CARGO SOB A INSPIRAÇÃO DA DEMOCRACIA, DA HONRADEZ, DA LEGITIMIDADE E DA LEGALIDADE." DE pé, com o braço estendido, proferiram solenemente "ASSIM O PROMETO" e assinaram os respectivos termos de posse. Ato contínuo a Exma. SRª Presidente concedeu a palavra a cada vereador para pronunciarem-se em tribuna, e ao final pronunciarem-se o Vice Prefeito de Penha e Prefeito empossados para o mandato 2017/2020. Após os pronunciamentos, todos foram convidados a ouvirem a execução do hino de amor à Penha. Nada mais havendo a tratar, a Exma. Srª Presidente convocou os Senhores Vereadores para a 1ª Reunião Ordinária da 15ª Legislatura a realizar-se em 23 de janeiro do corrente em seu horário habitual. E, para constar, Eu, Ivana da Costa, Secretária, lavrei a presente ata, tendo anexos a esta, os respectivos termos de posse e protocolo da chapa única da Mesa Diretora. Plenário Expedicionário Ten. Milton Fonseca, em 1º de janeiro de 2017.

MARIA JURACI ALEXANDRINO
PRESIDENTE

MAURÍCIO OLÍVIO BROCKVELD
1º SECRETÁRIO

Petrolândia

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS 05 2017 - PNEUS NOVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 07/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS, PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLÂNDIA. Empresa CS COMÉRCIO ATACADISTA DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA ME, inscrita no CNPJ: 12.973.944/0001-24, valor R\$ 40.720,00. Data: 03/04/2017. Valor Total: R\$ 40.720,00. Petrolândia, 04 de abril de 2017. Joel Longen – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº. 024/2017

DECRETO Nº. 024, de 31 de Março de 2017.

ESTABELECE HORÁRIO DE EXPEDIENTE E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito do Município de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso VII, Artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido horário de expediente para os servidores municipais prestadores de serviços externos que compõe o quadro da Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, a partir de 03 de Março de 2017, por tempo indeterminado, das 07:30 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 31 de Março de 2017.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 024/2017

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA ABERTURA DA
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 024/2017
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O prefeito de Pinheiro Preto faz saber a todos os interessados, que o edital de pregão presencial nº 024/2017, fica prorrogado o prazo para dia 18/04/2017, às 09:00hs, o recebimento dos documentos e propostas de preços, com abertura dos envelopes contendo a proposta de preço às 09:15hs, cujo objeto visa a Aquisição de Materiais para Manutenção das Instalações do Corpo de Bombeiros.

Os demais termos e cláusulas do edital permanecem inalteradas.

Pinheiro Preto, 03 de abril de 2017.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 040/2017

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 040/2017
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O prefeito de Pinheiro Preto torna público que realizou as seguintes alterações no edital de licitação nº 040/2017, cujo objeto visa a aquisição de óleo lubrificante de Pinheiro Preto:

1. DO OBJETO:

Item	Descrição	Quantidade Total
04	ÓLEO HIDRÁULICO 46 – EXTREMA PRESSÃO	15 BALDES COM 20 LITROS
12	ÓLEO HIDRÁULICO 85W140 GL 5	10 BALDES COM 20 LITROS

Em razão da alteração da descrição dos itens do edital, o recebimento das propostas e julgamento fora prorrogada para o dia 18/04/2017 mantidos os horários iniciais e demais termos e cláusulas do edital.

Pinheiro Preto, 03 de abril de 2017.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO 005/2017

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 05/2017 - MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 20 de abril de 2017 licitação modalidade Tomada de Preços nº 005/2017, cujo objeto visa a contratação de empresa para a execução de obra de engenharia para reforma da sala de fisioterapia, na unidade de Saúde do município de Pinheiro

Preto. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 20/04/2017, até às 09:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 09:15 hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 03 DE ABRIL DE 2017

Pedro Rabuske
Prefeito Municipal

AVISO LICITAÇÃO TP 005

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 05/2017 - MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que realizará na data de 20 de abril de 2017 licitação modalidade Tomada de Preços nº 005/2017, cujo objeto visa a contratação de empresa para a execução de obra de engenharia para reforma da sala de fisioterapia, na unidade de Saúde do município de Pinheiro Preto. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 20/04/2017, até às 09:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 09:15 hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 03 DE ABRIL DE 2017

Pedro Rabuske
Prefeito Municipal

EDITAL CONVOCAÇÃO TAUANA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

Pedro Rabuske, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital n. 002/2015, CONVOCA a seguinte candidata aprovada no Concurso Público para apresentação de exames de saúde para análise de aptidão física:

CPF	NOME DO CANDIDATO	CARGO (Regime estatutário)
084.305.859-58	Tauana Neis	Assistente Social

A candidata acima relacionada deverá no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar os seguintes exames de saúde:

- Sangue: Hemograma, Glicemia e Sorologia de Lues;
- Parcial de Urina;
- Raio-X do Tórax P.A e perfil;
- Raio X de coluna P.A e perfil – cervical e lombar
- ECG – eletrocardiograma com laudo.

1. Os EXAMES MÉDICOS deverão ser apresentados para Certificação, aos médicos Credenciados pelo Município, através de agendamento junto a Secretaria de Administração, pelos telefones 3562-2012 ou 3562-2000.

2. Além dos referidos exames, a candidata deverá apresentar exames complementares caso haja solicitação do Médico Credenciado pelo Município de Pinheiro Preto – SC, bem como os seguintes documentos:

- a. formulário de Dados Cadastrais; (anexo Modelo);
- b. formulário de Declaração de Dependência; (anexo Modelo);
- c. formulário de Declaração de Bens; (anexo Modelo);
- d. formulário de Declaração de Não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções pública; (anexo Modelo);
- e. Carteira de Identidade;
- f. Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos;
- g. Certificado de Reservista;
- h. Certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
- i. Documento com o nº do PIS/PASEP, ou extrato de inexistência de registro obtido, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);
- j. CPF - Cartão do Cadastro de Pessoa Física;
- k. Carteira nacional do S.U.S;
- l. Certidão de Casamento;
- m. Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
- n. Laudo médico (obtido mediante perícia médica);
- o. Carteira de Trabalho (CTPS);
- p. Comprovante de conta corrente bancária;
- q. Comprovante de residência (conta de luz ou água ou telefone não superior a 90 dias);
- r. 01 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;
- s. Documentos exigidos para cargos específicos:
Comprovante expedida pelo conselho profissional, comprovando a inscrição e a regularidade do registro para os cargos exigidos.

Analisados os exames e sendo a candidata considerada apta, a mesma será, então, nomeada para o cargo, através de Portaria expedida pelo Chefe do Poder Executivo.

OBS: A presente convocação para apresentação de exames de saúde não gera direito à nomeação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 03 de abril de 2017.
Pedro Rabuske
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 179

PORTARIA Nº 179, DE 31 de março DE 2017.
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR AUGUSTINHO CARLOS LOAT.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor AUGUSTINHO CARLOS LOAT, ocupante do cargo efetivo de vigia, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 16/10/2015 a 15/10/2016, cujo gozo dar-se-á no período de 03 de abril de 2017 a 02 de maio de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de abril de 2017.

Centro Administrativo Municipal, 31 de março de 2017.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 180

PORTARIA Nº 180 DE 03 DE Abril DE 2017.
CONCEDE GOZO DE licença maternidade a servidora Geslaine Rodrigues da Silva OCUPANTE do cargo efetivo de Telefonista.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar 016/92, e ainda a Lei Complementar 155 de 11 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de 03 de abril de 2017, a servidora Geslaine Rodrigues da Silva, ocupante do cargo efetivo de telefonista, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, sendo o gozo de 03 de abril de 2017 a 29 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de abril de 2017.

Centro Administrativo Municipal, 03 de abril de 2017.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 181

PORTARIA Nº 181 DE 03 DE Abril DE 2017.

DESGINA SCHELEY RAAP DO NASCIMENTO PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA QUE ESPECIFICA.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a partir de 01 de abril de 2017, SCHELEY RAAP DO NASCIMENTO, brasileira, inscrita no CPF sob n. 952.246.370-15, residente e domiciliada na Rua Angelo Graziotin, nº 546, no Município de Videira - SC, para exercer a Função Gratificada de "Coordenador e Gerenciador das Ações da Atenção Básica da Unidade de Saúde", nível de vencimento FG-05, conforme disposto na Lei Complementar n.º 234 de 29 de março de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a de 01 de abril de 2017.

Centro Administrativo Municipal, 03 de abril de 2017.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 182

PORTARIA Nº 055, DE 23 DE JANEIRO DE 2017.

DESIGNA, PROVISORIAMENTE, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E COMISSÃO PERMANENTE PARA ANÁLISE E JULGAMENTO DE LICITAÇÕES MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS E CONVITE

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei 8666/93, e

CONSIDERANDO o afastamento do Sr. Hadriel Dalmolin para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam designados para exercer a função de presidente da comissão de licitações e comissão permanente, os seguintes servidores:

I – Maria Helena Mattana Mariani, o qual exercerá a função de presidente da comissão;

II – Eloísa Hack ,membro permanente;

III – Bruna Bertoncello, membro permanente.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

.

Pinheiro Preto – SC, 23 de janeiro de 2017

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA 183

PORTARIA Nº 183, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA ANÁLISE E JULGAMENTO DE LICITAÇÕES MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei 8666/93,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam designados para exercer a função de pregoeiro e membros da equipe de apoio, os seguintes servidores:

I – Maria Helena Mattana Mariani, o qual exercerá a função de pregoeira;

II –Hadriel Dalmolin ,membro;

III – Bruna Bertoncello, membro;

IV – Erio Partyka, membro.

.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

.

Pinheiro Preto – SC, 03 de abril de 2017

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

Planalto Alegre

PREFEITURA

EDPP08_2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE EDITAL
Processo Adm. Nº. FMS 08/2017
Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº FMS 08/2017
Tipo: Menor Preço/Por Item
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO PARA ATENDIMENTO JUNTO A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.
Entrega dos Envelopes: 08:00hs. do dia 17 de Abril de 2017.
Abertura dos Envelopes: 08:00hs. do dia 17 de Abril de 2017.
O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site:www.planaltoalegre.sc.gov.br/licitações
PLANALTO ALEGRE, 03 de Abril de 2017.
JUARES BET
Prefeito

EDRP022_2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DE EDITAL
Processo Adm. Nº. 022/2017
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2017
Tipo: Menor Preço/Por Item
Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA A MERENDA ESCOLAR.
Entrega dos Envelopes: 08:00hs. do dia 18 de Abril de 2017.
Abertura dos Envelopes: 08:00hs. do dia 18 de Abril de 2017.
O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site:www.planaltoalegre.sc.gov.br
PLANALTO ALEGRE, 03 de Abril de 2017.
JUARES BET
Prefeito

Ponte Serrada

PREFEITURA

REVOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 25/2017 PREGÃO 16/2017

AVISO DE REVOGAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2017

O MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, através do Prefeito Municipal ALCEU ALBERTO WRUBEL, torna público o cancelamento da Licitação, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL. OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL NA MODALIDADE REGISTRO DE PREÇO PELO PERÍODO DE 12 MESES PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS UNIDADES DO MUNICÍPIO DE ACORDO COM A SOLICITAÇÃO DE CADA DEPARTAMENTO. POR RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO E NOS TERMOS DO ART. 49 DA LEI Nº 8.666/93, FICA REVOGADA ESTE PROCESSO LICITATÓRIO, DEVENDO SER REMARCADO PARA OUTRA DATA, COM AS DEVIDAS PUBLICAÇÕES NO DOM – DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS E NO SITE www.ponteserrada.sc.gov.br. PONTE SERRADA, 03 DE ABRIL DE 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL, PREFEITO MUNICIPAL.

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 145/2017

DECRETO Nº 145, de 30 de março de 2017.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bens Móveis Municipais à Associação dos Produtores Agrícolas de Santa Maria e Fazenda Santa Maria - APAFSM, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, à Associação dos Produtores Agrícolas de Santa Maria e Fazenda Santa Maria - APAFSM, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 03.327.173/0001-07, com sede na localidade de Colônia Santa Maria – Porto União – SC, o uso gratuito dos bens móveis municipais abaixo especificados:

- 01 (uma) colheitadeira de milho de linha, marca PENHA;

- 01 (um) trator agrícola usado, marca VALMET modelo 88, cor amarela, simples, com 03 marchas frente e 01 marcha ré, direção hidráulica, toldo de cobertura.

Art. 2º Os bens móveis em referência deverão ser utilizados pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º Os bens acima especificados serão entregues à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos ser devolvidos ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2020.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 30 de março de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação dos Produtores Agrícolas de Santa Maria e Fazenda Santa Maria - APAFSM, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 03.327.173/0001-07, com sede na localidade de Colônia Santa Maria – Porto União – SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, os bens móveis municipais abaixo especificados:

- 01 (uma) colheitadeira de milho de linha, marca PENHA;

- 01 (um) trator agrícola usado, marca VALMET modelo 88, cor amarela, simples, com 03 marchas frente e 01 marcha ré, direção hidráulica, toldo de cobertura.

Compromete-se ainda a Permissionária a obedecer aos seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - Os bens móveis em referência deverão ser utilizados pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - Os bens móveis acima relacionados serão entregues à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos ser devolvidos ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2020.

04 - Necessitando os bens de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foram recebidos, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização dos bens móveis supra mencionados, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso dos equipamentos, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União (SC), para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 30 de março de 2017.

PERMITENTE: ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PERMISSIONÁRIA:

Presidente: CLAUDIO MAGDAL
RG nº 4.238.381-3/SSP/PR
CPF nº 017.451.129-95

DECRETO Nº 149/2017

DECRETO Nº 149, de 30 de março de 2017.

Dispõe sobre autorização para a concessão de diárias no âmbito do Município de Porto União (SC), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº 4.102, de 13 de março de 2013,

DECRETA:

Art. 1º As diárias para cobertura das despesas de viagens administrativas dos agentes políticos e dos servidores públicos da Administração Pública Direta, de Autarquias, Fundações e Fundos Municipais legalmente instituídos do Município de Porto União, serão concedidas pelo dirigente do órgão ou entidade a quem estiver subordinado o servidor, e autorizadas pelo Chefe de Gabinete do Município.

§ 1º Os valores das diárias serão os constantes das tabelas que constituem os Artigos 2º, 3º, 4º, 5º e 6º da Lei Municipal nº 4.102, de 13 de março de 2013.

§ 2º Responderão solidariamente pelos atos praticados em desacordo com o disposto neste Decreto a autoridade proponente, a autoridade concedente, o ordenador de despesas e o servidor que houver recebido as diárias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 30 de março de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 150/2017

DECRETO Nº 150, de 03 de abril de 2017.

Dispõe sobre Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, observado o disposto no Artigo 3º da Emenda Constitucional 47/2005,

DECRETA:

Art. 1º CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO com proventos integrais, à Servidora Pública Municipal Sra. ELIANE MARIA SCHNECK BORTOLON, portador do RG nº 126.472 SSP/SC e CPF nº 168.823.939-15, no Cargo de Farmacêutico, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Estatutário, preenchendo todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, Legislação Federal e Legislação Municipal vigentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de abril de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

MARGARETH FLISSAK
Presidente do IMPRESS

DECRETO Nº 151/2017

DECRETO Nº 151, de 03 de abril de 2017.

Dispõe sobre Permissão de Uso de Bens Móveis Municipais à Associação dos Produtores Agrícolas de São Martinho – APASMAR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o Art. 84, I, i, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário e pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, à Associação dos Produtores Agrícolas de São Martinho – APASMAR, inscrita no CNPJ sob o nº 04.866.361/0001-76, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 2.730, de 1º de abril de 2002, com sede no Município de Porto União (SC), o uso gratuito dos bens móveis municipais abaixo especificados:

- 01 (uma) Calcareadeira usada, para 2.500 kg, com esteira, cardan, pneus usados, acoplável ao trator.
- 01 (uma) Ensiladeira usada, acoplada com cardan, de 01 (uma) linha, com pneus usados.
- 01 (uma) roçadeira para trator, guia livre, com regulagem lateral, com facas e correntes, largura 1,80 m.
- 01 (uma) roçadeira lateral a gasolina marca Kawashima.

Art. 2º Os bens móveis em referência deverão ser utilizados pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

Art. 3º Os bens acima especificados serão entregues à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos ser devolvidos ao Município em igual condição até o dia 31 de dezembro de 2020.

Art. 4º As demais condições constarão no Termo de Permissão e Recebimento do objeto deste Decreto, a ser firmado pela Permissionária, junto à Secretaria Municipal de Administração e Esporte desta Prefeitura.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2017.

Porto União (SC), 03 de abril de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal da Associação dos Produtores Agrícolas de São Martinho - APASMAR, inscrita no CNPJ sob o nº 04.866.361/0001-76, regida por estatuto, com sede no Município de Porto União – SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITO, a título precário e pelo período de 02 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, os bens móveis municipais abaixo especificados:

- 01 (uma) Calcareadeira usada, para 2.500 kg, com esteira, cardan, pneus usados, acoplável ao trator.
- 01 (uma) Ensiladeira usada, acoplada com cardan, de 01 (uma) linha, com pneus usados.
- 01 (uma) roçadeira para trator, guia livre, com regulagem lateral, com facas e correntes, largura 1,80 m.
- 01 (uma) roçadeira lateral a gasolina marca Kawashima.

Compromete-se ainda, a Permissionária, a obedecer os seguintes termos:

01 - Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

02 - Os bens móveis em referência deverão ser utilizados pela Permissionária com a finalidade específica de promover o desenvolvimento dos trabalhos na sua área de abrangência, conforme seu estatuto.

03 - Os bens móveis acima relacionados serão entregues à Permissionária em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos ser devolvidos ao Município em igual condição, até o dia 31 de dezembro de 2020.

04 - Necessitando os bens de conserto, reparo, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação na condição em que foram recebidos, todas e quaisquer despesas provenientes, bem como os encargos, correm por conta da Permissionária, sem qualquer direito a reembolso.

05 - Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito o presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta da Permissionária.

06 - A Permissionária responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização dos bens móveis supra mencionados, durante o período da Permissão de Uso.

07 - O Município de Porto União, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou danos causados a terceiros, decorrentes do uso dos equipamentos, respondendo única e exclusivamente a Permissionária por tais situações.

08 - A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Permitente, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

09 - Fica eleito o foro da Comarca de Porto União, para dirimir as questões deste Termo.

Porto União (SC), 03 de abril de 2017.

PERMITENTE: ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PERMISSIONÁRIA:

Presidente: RICARDO WINTER

RG nº 3.146.290 – SSP/SC

CPF nº 973.557.639-20

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 035/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 052/2017 – Registro de Preços.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 035/2017– Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de materiais diversos para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 03 de maio de 2017 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 03 de abril de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 036/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 053/2017 – Registro de Preços.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 036/2017– Multientidade.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de combustível. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 04 de maio de 2017 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 03 de abril de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 037/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 054/2017.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 037/2017 – Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de móveis para manutenção da Polícia Civil. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 05 de maio de 2017 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 03 de abril de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 038/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 055/2017.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 038/2017 – Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por lote, do tipo presencial, para aquisição de divisória e porta para divisória para manutenção da Polícia Civil. O recebimento dos envelopes se dará até às 15h30min do dia 05 de maio de 2017 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 15h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 03 de abril de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
039/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 056/2017.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 039/2017 – Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de Equipamento de Proteção Individual para atender as necessidades da Defesa Civil do Município. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 08 de maio de 2017 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 03 de abril de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
040/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 057/2017.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 040/2017 – Exclusivo MEI, ME e EPP.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de cargas de gás para uso do Corpo de Bombeiros Militar de Porto União. O recebimento dos envelopes se dará até às 16h00min do dia 08 de maio de 2017 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 16h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 03 de abril de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2017

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2017

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08:15 (oito horas e quinze minutos), do dia 17 (dezessete) de abril de 2017, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de Material Escolar, Didático e Pedagógico para manutenção das atividades com os alunos da Rede Municipal de Ensino Fundamental e Infantil, para o ano letivo de 2017, conforme especificações constantes no Anexo I do presente Edital. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 03 DE ABRIL DE 2017.

Ademir Domingos Miotto

Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 18/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0** 47 3362-1108 – Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1508

Ano lei : 2016

Data Lei: 09/01/2016

DECRETO Nº 18, de 31 de marco de 2017

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA

no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Legislação Municipal.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2017, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO DE EDUCACAO 05.001.0012.0361.1501.2010.33900000000000.01010000 50.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação :

R\$50.000,00 (cinquenta mil reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO DE EDUCACAO 05.001.0012.0361.1501.2010.31900000000000.01010000 50.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 31 de marco de 2017

ISAMAR DE MELO

ALINE LESKE TILLMANN

Prefeito Municipal

Contadora

Princesa

PREFEITURA

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO 15.2017-FMS - CREDENCIAMENTO PEQUENOS PROCEDIMENTOS

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 15/2017-FMS

Inexigibilidade de Licitação 03/2017-FMS

Credenciamento 01/2017-FMS

O Município de PRINCESA/SC, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, torna público que realizará licitação PÚBLICA, destinada a "Chamada Pública para CREDENCIAMENTO de Pessoas Físicas ou Jurídicas para contratação de serviços - PROCEDIMENTOS MÉDICOS AMBULATORIAIS a serem realizados em estabelecimento do Contratado para pacientes residentes no Município de Princesa/SC.". A efetivação do procedimento ocorrerá a partir das 08h30min do dia 05 de abril de 2017, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 03 de abril de 2017. Clédina de Olivenria – Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº. 67 DE 03.04.2017

PORTARIA Nº. 67, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

TRANSFERE LOTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE,

Art. 1º. TRANSFERIR, lotação do Servidor Público Municipal Sr. PEDRO JOSÉ GIEHL, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Pesados, Grupo V, Nível TSA, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, para a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 04 de Abril de 2017 por tempo indeterminado.

Art. 2º. TRANSFERIR, lotação do Servidor Público Municipal Sr. GILBERTO FÁVERO, ocupante do cargo de Agente de Apoio Operacional, Grupo V, Nível TSA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para a Secretaria de Educação e Cultura, a partir de 04 de Abril de 2017 por tempo indeterminado.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal, especificamente de cada secretaria onde o servidor será lotado.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04.04.2017

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 03 de Abril de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 16.2017 - TOMADA DE PREÇOS 01.2017 - RETIFICADO

Processo Licitatório 16/2017-PM

Tomada de Preços 01/2017-PM

(RETIFICADO – Redesignada data)

PREÂMBULO

O Município de Princesa/SC, inscrito no CNPJ 01.612.836/0001-00, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Tomada de Preços, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, com base na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislação aplicável, além das condições deste Edital, a realizar-se na sala do Departamento de Compras, Licitações e Contratos, no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro - Princesa/SC.

O envelope da Proposta de Preços e o envelope de Habilitação deverão ser entregues até às 08h00min do dia 24 de abril de 2017, no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, e então será iniciada a Sessão Pública.

1 - DO OBJETO

1.1 - Este procedimento tem como objeto: "Contratação de Pessoa Jurídica habilitada para executar projeto de PAVIMENTAÇÃO com PEDRAS IRREGULARES, DRENAGEM PLUVIAL e SINALIZAÇÃO VIÁRIA nas Ruas Sete de Setembro, Dom Pedro II e Voluntários da Pátria, totalizando área de 3.074,28 m²."

1.2 – Ficará a cargo da empresa contratada o fornecimento de materiais, mão de obra especializada, equipamentos, acessórios e estrutura

necessária à execução dos trabalhos conforme memorial descritivo, planilhas orçamentárias e quantitativas, cronograma físico financeiro e anotação de responsabilidade técnica - ART", conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital, nos arquivos digitalizados disponíveis e nos demais documentos que integram o Processo Licitatório.

1.3 – Os arquivos que compõem o Processo Licitatório poderão ser solicitados:

- a) pessoalmente junto ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos; ou
- b) por solicitação encaminhada ao e-mail compras@princesa.sc.gov.br.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 - Poderão participar desta licitação todos os interessados devidamente inscritos junto ao Cadastro de Fornecedores do Município de Princesa/SC bem como os interessados não cadastrados, que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o 3º dia útil anterior à data de recebimento das propostas, nos termos dos parágrafos 2º e 9º do art. 22 da Lei nº 8.666/93 e nas condições previstas neste Edital.

2.2 - Não poderão participar deste processo os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, bem como aqueles que estejam nas seguintes condições:

- a) Concorratórias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição;
- c) Estrangeiras que não funcionem no País;
- d) Responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

2.3 - Os impedimentos caso existentes deverão ser declarados pela empresa licitante, sob pena de responsabilidade administrativa e penal.

2.4 - Será considerada para efeitos de alcance da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a dois anos, apenas perante os órgãos, entidades e unidades administrativas concernentes ao Poder Público que lhe aplicou a sanção, consoante estabelecido no art. 6º, inciso XII da Lei 8.666/93.

2.5 – Não poderão participar na condição de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as que se enquadram nas hipóteses do artigo 3º, §4º, da Lei Complementar 123/2006.

2.6 - A participação na licitação implica na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

3 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1 - Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos e providências ou impugnar este ato convocatório, protocolizando o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, no local discriminado no item 18.11 deste Edital, cabendo à Comissão Permanente de Licitações decidir sobre a petição, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

3.2 – Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

4 - DO CREDENCIAMENTO e do REPRESENTANTE

4.1 - Para o credenciamento, os interessados deverão apresentar cópia autenticada da seguinte documentação:

- a) Contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; registro comercial no caso de empresa individual; Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas;
- b) Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação
- c) Certidão Simplificada da Junta Comercial ou Comprovante de Inscrição no Simples Nacional;
- d) Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.

4.2 - Os interessados que desejarem se manifestar durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por, pelo menos, uma dessas pessoas:

4.2.1 - Titular da empresa licitante, que deverá apresentar cópia autenticada de:

- a) Cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial;

4.2.2 - Representante designado pela empresa licitante, que deverá apresentar cópia autenticada de:

- a) Cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial;
- b) Instrumento particular de procuração ou documento equivalente, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação;

4.3 – Considerações sobre a documentação:

4.3.1 - Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante;

4.3.2 - Somente poderá se manifestar durante a Sessão Pública o representante legal devidamente credenciado;

4.3.3 - Dentre os objetivos sociais da empresa deverá estar contemplado, ainda que parcialmente, o objeto deste Edital;

4.3.4 - A apresentação da Certidão/Comprovante (item 4.1.1.'c') é condição indispensável para comprovar a condição de ME/EPP e para que estas possam usufruir dos benefícios da Lei 123/2006.

4.3.6 – A Certidão/Comprovante (item 4.1.1.'c') não poderá ter data de emissão superior a 180 (cento e oitenta) dias;

5 – DOS ENVELOPES E SUA ENTREGA

5.1 – Os documentos referentes à HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS deverão ser entregues antes do início da Sessão Pública, observados data, horário e local descrito neste Edital.

5.2 – Os documentos deverão estar acondicionados em 2 (dois) envelopes distintos, lacrados, contendo no anverso de cada um deles os seguinte dizeres:

5.2.1) ENVELOPE nº 1 – HABILITAÇÃO

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

(ENDEREÇO COMPLETO)

PROCESSO LICITATÓRIO nº ____/ ____

TOMADA DE PREÇOS nº ____/ ____

5.2.2) ENVELOPE nº 2 – PROPOSTA DE PREÇOS

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

(ENDEREÇO COMPLETO)

PROCESSO LICITATÓRIO nº ____/ ____

TOMADA DE PREÇOS nº ____/ ____

5.3 – Os documentos poderão ser apresentados em original ou cópia.

5.3.1 – No caso de cópia, deverá ser autenticada por Cartório competente ou por servidor público do Departamento de Compras, Licitações e Contratos do Município de Princesa/SC, ou por meio de publicação em órgão de imprensa oficial.

5.3.2 – A autenticação de documentos por servidores lotados no Departamento de Compras, Licitações e Contratos deverá ser solicitada, pelo interessado, até às 17h00min do dia útil imediatamente anterior ao designado para a realização da Sessão Pública.

5.3.3 – Não serão aceitos documentos apresentados em desacordo com a legislação ou determinações deste Edital; admitir-se-ão fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

5.3.4 – Nenhum dos documentos, ainda que apresentado em original será devolvido ao proponente, salvo no caso de documentos de habilitação não utilizados nos autos do processo licitatório.

5.3.5 – Os Servidores lotados no Departamento de Compras, Licitações e Contratos não realizarão a prévia conferência de documentos de possíveis licitantes; também não assumirão qualquer responsabilidade em razão de falta ou entrega incorreta de documentos de possíveis licitantes.

5.3.6 – Toda e qualquer consequência advinda de fato envolvendo quaisquer documentos exigidos no Edital, até o momento da entrega ao Pregoeiro, é de única e inteira responsabilidade do licitante.

6 – DA HABILITAÇÃO

6.1 - Para a habilitação exigir-se-á dos interessados documentação relativa a:

6.1.1 – Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Certidão Negativa Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

c) Certidão Negativa de Débitos Municipais (da sede da proponente);

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

e) Certificado de Regularidade do FGTS;

f) Comprovante de inscrição no CNPJ.

6.1.2 – Qualificação Econômico-financeira

a) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial;

b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

6.1.3 – Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF/88

a) Declaração de que não possui, em seu quadro de funcionários, menores de 18 anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso, ou menores de 16 anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

6.1.4 – Qualificação Técnica

a) Certidão comprovando o Registro e a Regularidade (recibo de quitação) da Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;

b) Certidão comprovando o Registro e a Regularidade (recibo de quitação) do Profissional Responsável junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;

c) Comprovante de que possui em seu quadro permanente de funcionários ou em seu quadro societário, profissional de nível superior, com registro junto ao Conselho de Classe, com habilitação para execução do objeto da licitação. A Comprovação do vínculo empregatício do profissional deverá ser efetuada mediante cópia autenticada do contrato de trabalho com a empresa ou ficha de empregado da empresa ou registro do empregado; ata de eleição de diretoria ou contrato social devidamente registrado no órgão competente, com validade na data da licitação; bem como, por qualquer outro contrato ou instrumento jurídico considerado idôneo para demonstrar que o profissional indicado pela licitante integra seus “quadros permanentes” ou “societários” nos termos do art. 30, § 1º, I da Lei Federal nº 8.666/93.

d) Comprovação de capacidade técnico-profissional através de Atestado de Capacidade Técnica em nome do profissional de nível superior (Engenheiro com atribuições para execução dos serviços do objeto), expedidos por pessoas jurídicas de direito público e/ou privado, devidamente registrados pelo CREA, com sua respectiva CAT – Certidão de Acervo Técnico expedida pelo CREA, que comprove que o profissional já executou serviços pertinentes e compatíveis em características semelhantes ao descrito no objeto desta licitação.

e) Com relação ao local de extração das pedras a serem utilizadas, apresentar Licença Ambiental emitida pela FATMA e Registro de Licença de Pedra Talhe junto ao DNPM, com validade ativa.

f) Programa de Prevenção de Riscos Ambientais da Pessoa Jurídica, assinado por Técnico de Segurança no Trabalho com Registro no Ministério do Trabalho e Emprego;

g) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional da Pessoa Jurídica, referente aos seu quadro de funcionários/colaboradores, desenvolvido por profissional Médico do Trabalho.

h) Certificado de Registro Cadastral expedido pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos do Município de Princesa/SC, com validade ativa.

6.1.5 – Outros Documentos:

a) Declaração de que não possui, em seu quadro de funcionários, menores de 18 anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso, ou menores de 16 anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

b) Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

c) Declaração expressa da licitante de que recebeu os documentos, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições do edital para o cumprimento das obrigações do objeto licitado e que se vencedora fornecerá o objeto desta licitação pelo preço proposto, no qual estão incluídas todas as despesas para o perfeito e cabal fornecimento do objeto, ficando a o Município de Princesa/SC livre de quaisquer

ônus;

d) Atestado de visita técnica dos locais onde serão executados os serviços, expedido pelo Secretário Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes de Princesa/SC, certificando que o licitante visitou os locais de execução das obras e tomou conhecimento de todas as suas particularidades. Este atestado pode ser substituído por declaração formal expedido pela licitante, através de seu responsável técnico, devidamente identificado, declarando que tomou conhecimento de todas as informações para cumprimento do objeto desta licitação. A visita técnica ao local de execução das obras é recomendada para o conhecimento antecipado das peculiaridades da área, das condições de serviço, de acesso de pessoal e de transporte de materiais, bem como das condições locais e regionais de fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos e para inteirar-se do local e das condições técnicas ambientais em que os serviços serão realizados, de modo a avaliar melhor o trabalho a ser executado. A visita técnica/vistoria deverá ser acompanhada pelo Secretário Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes, e realizada em dias úteis, no horário compreendido entre as 07h30min e as 11h30min, mediante agendamento prévio por intermédio do telefone (49) 3641.0195.

e) A empresa deverá comprovar que prestou, antecipadamente, a Garantia de Proposta, no valor equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto do processo licitatório; a prestação da Garantia da Proposta haverá de ter sido efetuada por intermédio de uma das modalidades de garantia elencadas no § 1º, do art. 56, da Lei 8.666/93, não sendo aceita qualquer outra forma de garantia, sob pena de inabilitação do proponente.

Obs.: A proponente vencedora do certame será notificada a comparecer para a assinatura do contrato, devendo para isso efetuar, a título de Garantia Contratual, o recolhimento da importância equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato no prazo máximo de até 15 dias, contados da assinatura do contrato, sob pena de rescisão contratual.

A Garantia Contratual poderá ser feita em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei 8.666/93.

Em caso de rescisão do contrato e/ou interrupção dos trabalhos, não serão devolvidas a Garantia Contratual e seus reforços, a não ser que a rescisão e/ou a paralisação decorra de acordo com o Contratante.

A Garantia Contratual e os respectivos reforços somente serão levantados 60 (sessenta) dias após o Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços.

No caso de rescisão do contrato por inadimplência da contratada não serão devolvidos a Garantia de Execução e os respectivos reforços, que serão apropriados pelo Município de Princesa/SC.

7 - DA PROPOSTA

7.1 – No Envelope nº 2 – PROPOSTA, deverá estar acondicionado:

7.1.1 - O "Formulário Padronizado de Proposta" (vide Observação abaixo) contendo a proposta de preços, emitida em 1 (uma) via impressa, datada e assinada, preferencialmente rubricada e paginada (exemplo: 1/5, 2/5...5/5) em todas as suas folhas, além dos seguintes elementos necessários à sua elaboração:

– Razão Social, endereço e CNPJ do proponente;

- Descrição detalhada do objeto a ser fornecido (de acordo com as especificações constantes neste Edital), marca, valor unitário do item/ lote, valor total do item/lote e total geral, em moeda corrente nacional, em algarismos (duas casas decimais após a vírgula) e, preferencialmente, também por extenso;

7.1.2 – As "Planilhas Orçamentárias", devidamente preenchidas com valores condizentes com a proposta do licitante e que respeitem os valores máximos estipulados;

7.1.3 – O "Cronograma Físico Financeiro", devidamente preenchido com valores condizentes com a proposta do licitante e que respeitem os valores máximos e os prazos estipulados.

Observações:

I - O "Formulário Padronizado de Proposta" será disponibilizado na página eletrônica do Município de Princesa/SC (www.princesa.sc.gov.br), link "licitações", em duas versões:

a) "Versão PDF": formulário a ser impresso, que permite preenchimento dos dados do proponente e de itens do processo, como valor unitário, marca, valor total etc.

b) "Versão Betha Auto-Cotação": formulário digital, em versão compatível com o sistema "Betha Auto-Cotação", para cotação eletrônica. Poderá ser utilizado para elaborar as propostas, cujas informações deverão, então, ser salvas em mídia de armazenamento (CD, pen drive etc) e entregues juntamente com a versão impressa, ambas alocadas no envelope lacrado "Envelope nº 1 – PROPOSTA". A utilização desta versão proporcionará maior agilidade no processamento do certame;

II - Nos preços apresentados pela licitante deverão estar inclusas todas as despesas inerentes ao contrato, como: encargos, impostos etc.;
III – Proposta de preços superiores ao máximo delimitado pelo Município serão causa de desclassificação automática da proposta do licitante relativamente àquele item/lote;

IV - Propostas contendo pequenas falhas ou defeitos poderão ser sanadas por decisão do Pregoeiro, salvo se comprometerem a legalidade do certame.

V – A versão impressa ("Versão PDF") da "Proposta de Preços" é indispensável, e sua ausência acarretará, ao proponente, a imediata exclusão do certame.

VI – A "versão Betha auto-cotação" da "Proposta de Preços" é de apresentação facultativa, pois visa, apenas, dar maior agilidade ao processamento do certame.

VII - As "Planilhas Orçamentárias" e O "Cronograma Físico Financeiro" também estão disponibilizado na página eletrônica do Município de Princesa/SC (www.princesa.sc.gov.br), link "licitações".

8 – DA VIGÊNCIA

8.1 – O prazo de vigência do Contrato oriundo deste procedimento licitatório será idêntico ao prazo para execução da obra, ou seja, 4 (quatro) meses, contados da entrega da Ordem de Serviço.

8.2 - Por conveniência da Administração, o contrato poderá ser prorrogado em conformidade com a previsão legal.

9 – DA ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES "HABILITAÇÃO"

9.1 – Os envelopes contendo os documentos de HABILITAÇÃO serão abertos pela Comissão de Licitações que, após proceder à devida conferência, dará vista da documentação aos representantes credenciados.

9.2 - Os envelopes contendo os documentos de habilitação serão abertos pela Comissão que, após proceder à devida conferência, dará vista da documentação aos representantes credenciados.

9.3 - A Comissão poderá apreciar a documentação relativa à habilitação das Licitantes na sessão designada para o recebimento e abertura do correspondente envelope, divulgando desde logo o resultado da habilitação, ou, ainda, apreciá-la em momento posterior, caso em que o resultado será divulgado por intermédio da imprensa oficial e endereço eletrônico (e-mail) dos licitantes ou determinando nova data para sessão de divulgação e continuidade dos trabalhos.

9.4 - A sessão de abertura dos envelopes "Habilitação" será pública, da qual lavrar-se-á ata circunstanciada, assinada pelos membros da Comissão e pelos representantes presentes.

9.5 - Serão consideradas habilitadas as licitantes que atenderem ao estabelecido no Item 6 deste Edital.

9.6 - Analisada a documentação de habilitação, a Comissão, de forma motivada e fundamentada, indicará os licitantes inabilitados em razão de falha ou omissão na documentação, registrando na ata da sessão.

9.7 - A inabilitação da licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

9.8 - Se todas as licitantes forem inabilitadas, a Comissão poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, escoimada das causas que ensejaram a inabilitação.

9.9 - Os envelopes contendo as "Propostas de Preços" poderão ser abertos na sessão de habilitação, se houver renúncia ao direito de interposição de recursos por parte de todas as licitantes, registrada em ata ou formalizada por escrito.

9.10 - Não havendo renúncia da fase de habilitação, a Comissão abrirá o prazo recursal de 5 dias úteis; transcorrido o prazo, a Comissão marcará nova sessão para abertura dos envelopes de "Propostas de Preços".

9.11 - A Comissão, antes de proceder à abertura dos envelopes contendo as propostas das licitantes habilitadas, promoverá a devolução dos envelopes fechados às licitantes inabilitadas que estejam presentes, ou em outra oportunidade, mediante recibo de entrega.

9.12 - Após a fase de habilitação, não caberá desistência da "Proposta", salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

9.13 - Ultrapassada a fase de habilitação das licitantes e abertas as Propostas, não caberá desclassificá-las por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes só conhecidos após o resultado do julgamento.

10 – DA ABERTURA E JULGAMENTO DOS ENVELOPES "PROPOSTA DE PREÇOS"

10.1 - Serão abertos os envelopes "PROPOSTA DE PREÇOS" somente das licitantes habilitadas.

10.2 - A proposta de preço deverá ser apresentada em 01 (uma) via, em envelope fechado, conforme modelo disponível no site do Município (www.princesa.sc.gov.br) ou solicitado via e-mail (compras@princesa.sc.gov.br).

10.3 - Abertas As propostas e rubricadas suas folhas pelos membros da Comissão e pelos representantes presentes, a Comissão poderá encerrar ou apenas suspender a Sessão para analisá-las.

10.4 - Somente serão abertos os envelopes contendo as propostas de preço das licitantes devidamente habilitadas, conforme Item 9 deste Edital.

10.5 - Analisadas as propostas, serão desclassificadas, com base no artigo 48, I e II da Lei 8.666/93, as propostas que:

10.5.1 - não atendam as exigências deste Edital;

10.5.2 - contenha vícios ou ilegalidades;

10.5.3 - não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Edital;

10.6 - Analisadas as propostas, a Comissão, de forma motivada e fundamentada, indicará as licitantes desclassificadas em razão de falha ou omissão na documentação da proposta, registrando na ata da sessão.

10.7 - Encerradas as análises das propostas, a Comissão procederá à classificação dos licitantes, considerando os valores lançados e verificará a ocorrência de empate (empate ficto), nos termos do art. 44 e 45 da LC nº 123/2006, entre a proposta mais bem classificada e as apresentadas por empresas com direito a tratamento diferenciado, além de examinar a aceitabilidade da menor proposta quanto ao objeto e ao preço, decidindo motivadamente a respeito.

10.8 - Considerar-se-ão empatados (empate ficto) todas as propostas apresentadas pelas Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

10.9 - Não ocorrerá empate quando a melhor proposta tiver sido apresentada por empresa que se enquadre como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

10.10 - Ocorrendo empate nos termos do disposto no subitem 10.9, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A Comissão, verificando a existência de empresa enquadrada no art. 3º da LC 123/2006, no intervalo citado no subitem 10.9, convocará a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada para apresentação de proposta de preço inferior à da primeira classificada;

b) A convocação deverá ser atendida no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito, e, havendo a apresentação de preço inferior pela mesma, esta passará à condição de primeira classificada no certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

c) Não ocorrendo o interesse da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma das alíneas "a" e "b" deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos itens 10.8 e 10.9 deste edital, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito;

d) No caso de equivalência (igualdade) dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 10.9 deste Edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer o direito de preferência, através da apresentação de melhor oferta.

10.11 - Na hipótese do não exercício de preferência, nos termos previstos no subitem anterior, voltará à condição de primeira classificada a empresa autora da proposta de melhor preço originariamente apresentada.

10.12 - A Comissão poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao Quadro de Servidores da Prefeitura Municipal de Princesa/SC, e, também, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

10.13 - Analisada a conformidade das propostas com o estabelecido no edital de licitação e seus anexos será declarada como mais vantajosa para a Administração a oferta de Menor Preço Global.

10.14 - A critério da Comissão Permanente de Licitação, poderão ser relevados erros ou omissões formais, desde que não resultem prejuízo para o entendimento das "Propostas" ou para o Serviço Público.

10.15 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, será efetuado sorteio em ato público, para o qual todas as licitantes serão

convocadas.

10.16 – Caso todas as licitantes sejam desclassificadas, a Comissão poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova proposta, escoimadas das causas que ensejaram a desclassificação.

10.17 - A adjudicação, bem como a homologação, será feita à Concorrente vencedora julgada como classificada em primeiro lugar na licitação pela autoridade competente do Município de Princesa/SC.

11 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

11.1 – É facultado a qualquer cidadão impugnar, por escrito, os termos deste Edital, desde que o faça até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de habilitação (documentação), devendo a Comissão Permanente de Licitação julgar e notificar o impugnante da decisão, em até 3(três) dias úteis.

11.2 - Eventuais impugnações do Edital, por parte das empresas licitantes, deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Tomada de Preços, por escrito e entregues diretamente à Comissão até o 2º dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, devendo conter, necessariamente:

- a) Identificação e qualificação do impugnante;
- b) Data, nome e assinatura do signatário, explicitando-se o cargo, quando se tratar de representante legal da pessoa jurídica, exigindo-se, na hipótese de procurador, procuração com poderes específicos, outorgada na forma da lei;
- c) Objeto da impugnação com a identificação clara dos itens impugnados;
- d) Fundamentação do pedido;

11.3 - Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a empresa licitante que não o fizer até o 2º(segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de documentação de habilitação, hipótese em que a comunicação respectiva não terá efeito de recurso.

11.4 - Acolhida a impugnação, a Comissão divulgará o aviso de Alteração de Edital na Imprensa Oficial e nos demais meios pelos quais se deu a publicação original, informando as partes do Edital que foram alteradas e, caso a alteração implique a reformulação da Documentação de Habilitação e das Propostas, será reaberto o prazo inicialmente estabelecido.

11.5 - O não oferecimento, no prazo legal, de impugnação ao Edital e a subsequente entrega dos envelopes, levam a pressupor que a empresa licitante tem dele pleno conhecimento e que o aceita, incondicionalmente, vedadas alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas cláusulas ou condições, bem como das normas regulamentares pertinentes.

12 – DO DIREITO DE RECURSOS

12.1 - Das decisões da Comissão Permanente de Licitação caberão recursos dirigidos à autoridade competente do Município, nos termos do art. 109 da Lei 8.666/93, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação da empresa licitante;
- b) julgamento das propostas; ou
- c) anulação ou revogação da licitação.

12.1.1 - Os recursos previstos nas alíneas “a” e “b” do subitem 12.1 terão efeito suspensivo.

12.1.2 - O Recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido à autoridade competente do Município, por intermédio da Comissão, em horário normal de expediente da repartição.

12.1.3 - Recebido o Recurso, o presidente da Comissão Permanente de Licitação comunicará às demais empresas licitantes para, querendo, apresentar contra razões, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

12.1.4 - Expirado o prazo para impugnação, com ou sem a manifestação das demais empresas licitantes, a Comissão Permanente de Licitação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, procederá à análise do Recurso, podendo reconsiderar sua decisão ou submetê-lo, devidamente informado, à autoridade competente do Município, que o julgará no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13 – DO CONTRATO

13.1 - Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada, para assinatura do Contrato, na forma da minuta apresentada no Anexo V deste Edital.

13.2 - A empresa adjudicatária será convocada para firmar o contrato no prazo de até 5 (cinco) dias consecutivos, contados da data de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades legalmente estabelecidas.

13.3 - O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária desde que aceita pelo Município de Princesa/SC.

13.4 - Caso haja recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no subitem anterior, caracterizar-se-á o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades cabíveis.

14 – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

14.1 - A licitante vencedora, nos termos do § 1º, do art. 65 da Lei Federal nº 8666/93 fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da sua proposta, os acréscimos ou supressões, mediante aditamento contratual.

14.2 - A licitante vencedora é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, do objeto do contrato quando constatados vícios, defeitos ou incorreções de execução ou de materiais empregados.

14.3 - A licitante vencedora é responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa possibilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

14.4 - Caberá a licitante vencedora cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor, relativa à Segurança e Medicina do Trabalho, objetivando a prevenção de acidentes pessoais e/ou materiais, bem como a preservação da saúde de seus trabalhadores, inclusive em relação à mão-de-obra contratada de terceiros.

14.5 - A licitante vencedora deverá manter permanentemente na obra o engenheiro indicado na licitação, durante todo o período de execução da mesma, devidamente credenciado para receber, como seu representante, ordem de execução, dar andamento às providências nelas contidas ou delas decorrentes e tudo o mais necessário à boa execução dos serviços e obras objeto deste contrato, somente podendo substituí-lo por elemento de igual, ou melhor, experiência profissional e mediante prévia autorização escrita do município.

14.6 - Caberá ainda a licitante vencedora treinar seus funcionários para a prática de prevenção de acidentes, fornecer os equipamentos de proteção individual necessários, bem como tornar obrigatória e fiscalizar sua utilização, responsabilizando-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, durante a execução da obra, objeto do presente edital.

- 14.7 - Sempre que necessário, a licitante vencedora poderá reforçar a sua equipe de técnicos na obra para permitir a execução dos serviços dentro dos prazos previstos, se ficarem constatada tal necessidade.
- 14.8 - Ao final da obra, deverá a licitante vencedora proceder à recomposição do local, limpeza e remoção de todo o material indesejável.
- 14.9 - Terá a licitante vencedora que reforçar o seu parque de equipamentos se for constatada inadequação para realizar os serviços de acordo com cronograma ou se, em virtude de atraso em uma das suas fases, for necessário esse aumento de equipamentos para recuperação de tempo perdido.
- 14.10 - Se necessário, a licitante vencedora praticará a substituição dos equipamentos defeituosos ou que estiverem em más condições de funcionamento.
- 14.11 - Somente após o término da utilização dos equipamentos em face do plano de trabalho desenvolvido ou mediante autorização escrita do Município, poderá a licitante vencedora retirá-los do canteiro de obras.
- 14.12 - A licitante vencedora deverá executar rigorosamente o serviço, sendo vedada qualquer alteração ou acréscimo sem a competente autorização escrita do Município.
- 14.13 - A licitante vencedora obriga-se a impedir que o seu pessoal ou equipamento ingresse em terras de terceiros sem autorização do Município, respondendo por qualquer dano que tal procedimento originar.
- 14.14 - A licitante vencedora deverá submeter à aprovação do Município, amostras de materiais a serem utilizados na execução das obras.
- 14.15 - Correrão por conta e risco da licitante vencedora todas as despesas, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 14.16 - Apresentar a A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou R.R.T. (Registro de Responsabilidade Técnica) de execução, devidamente quitada, no momento em que receber a Ordem de Serviço.
- 14.17 - Quando da apresentação da nota fiscal/fatura ao Contratante, a qual deverá discriminar o quantitativo e os valores do material e da mão de obra empregados na execução do objeto do Contrato, conforme a Instrução Normativa MPS/SRP nº 3, de 14 de julho de 2005 e alterações, encaminhando, juntamente com a nota fiscal/fatura, a GRPS devidamente preenchida.
- 14.18 - Recolher o ISSQN devido na base territorial da execução da obra.
- 14.19 - Providenciar a sinalização de segurança de trânsito para o canteiro de obras e/ou ruas envolvidas na execução da obra objeto do este Contrato.
- 14.20 - Disponibilizar o "Diário de Obra" e mantê-lo em local apropriado do canteiro de obras, conforme orientação do Setor de Engenharia do Município de Princesa/SC, em cumprimento ao disposto no Art. 67, § 1º da Lei 8.666/93.
- 14.21 - Assumir total responsabilidade sobre custos de transporte ou deslocamento dos objetos vinculados aos itens licitados, bem como em relação a toda e qualquer ação, sua ou de terceiro, necessária à execução de todas as cláusulas, direitos e obrigações constantes no Edital, em seu contrato, ou qualquer outro documento vinculado ao objeto deste instrumento.
- 14.22 - Assumir total responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos que, por ação ou omissão, cause ao Município ou a terceiro durante o período em que estiver vinculada ao cumprimento das cláusulas do Edital e seus documentos.
- 14.23 - Arcar com todos os custos necessários à perfeita e acabada entrega dos produtos.
- 14.23.1 - Dentre os custos compreendidos no item 14.23 estão (rol meramente exemplificativo, não exaustivo):
- transporte/entrega dos objetos nos locais indicados pelo setor requisitante;
 - contratação de equipamentos ou profissionais;
 - deslocamento e diárias de profissionais;
 - alimentação e hospedagem de profissionais;
 - entre outros.

15 – DO RECEBIMENTO DA OBRA

15.1 - Para o recebimento da obra observar-se-á o procedimento a seguir:

15.1.1 - A fiscalização do município verificará se a obra está concluída de acordo com estabelecido nas especificações técnicas e, em caso positivo, proporá a sua aceitação provisória, mediante a emissão do Termo de Recebimento Provisório, nos termos do art. 73, inc. I, "a" da Lei 8.666/93.

15.1.2 - Após a entrega da última medição será dado prazo de 90 (noventa) dias para a observação do objeto contratado, ao final do qual a mesma será recebida definitivamente através do Departamento de Engenharia, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo das mesmas, nos termos do art. 73, inc. I, "b" da Lei 8.666/93.

15.1.3 - A licitante contratada responderá pela solidez e segurança das obras, objeto da presente licitação, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o art. 618, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02), ficando responsável, neste período, por reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, os serviços e obra empreitada, toda vez que forem apontados vícios ou irregularidade pelo município, contados da data do recebimento definitivo do objeto contratado.

15.1.4 - Antes da assinatura do Termo de Recebimento, quer provisório quer definitivo, a Contratada deverá atender todas as exigências da fiscalização do Contratante, relacionadas com qualquer defeito ou imperfeição verificado, que deverão ser corrigidos pela Contratada, sem qualquer ônus para o Contratante;

15.1.5 - A assinatura do Termo de Recebimento em definitivo não implica em eximir a Contratada das responsabilidades e obrigações a que se refere o Código Civil Brasileiro.

16 - DA FISCALIZAÇÃO

16.1 - A execução dos serviços entrega dos produtos pela empresa vencedora será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pelo servidor público João Luiz Kayser – Engenheiro Civil.

16.1.1 - O Município, desde que o faça expressamente, poderá designar outro representante para acompanhar a entrega dos produtos.

17 – DOS RECURSOS FINANCEIROS

17.1 - Para custeio das despesas originadas por esta licitação, serão utilizados recursos próprios, provenientes da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Urbanismo e Transportes, oriundos do orçamento Municipal do exercício financeiro de 2017.

18 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1 - Para custear as despesas oriundas da presente licitação, serão usadas as seguintes dotações orçamentárias:

Entidade: 5- Município de Princesa

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Urbanismo e Transportes

Unidade: 01 - Departamento de Infraestrutura, Obras e Urbanismo

Projeto/Atividade: 1009 - Pavimentação de Ruas e Passeios

Elemento Despesa: 105 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas

Elemento Despesa: 156 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas

Elemento Despesa: 157 - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000 - Aplicações Diretas

19 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 - No caso da licitante vencedora recusar-se, injustificadamente, a cumprir o objeto do Edital, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

19.2 - A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do compromisso, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com esta Administração e, se for o caso, será descredenciado no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais;

19.3 - As penalidades de que tratam o subitem anterior, serão aplicadas na forma abaixo:

19.3.1 Deixar de entregar documentação exigida para o certame, retardar a execução do seu objeto e não manter a sua proposta: impedimento de licitar com esta Administração por até 90 (noventa) dias;

19.3.2 Fraudar ou falhar na prestação de serviço/entrega de produto: impedimento de licitar com esta Administração pelo período de 90 (noventa) dias até 02 (dois) anos;

19.3.3 Apresentar documentação falsa, cometer fraude fiscal e comportar-se de modo inidôneo: descredenciamento junto ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos pelo período de 02 (dois) a 05 (cinco) anos;

19.4 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Departamento de Compras, Licitações e Contratos e, no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

19.5 - A licitante ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

19.5.1 - advertência;

19.5.2- multa(s):

19.5.2.1- de 0,1% (um décimo por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso, por descumprimento dos prazos de entrega dos produtos/materiais previstos neste Edital;

19.5.2.2- de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, aplicada em dobro na reincidência.

19.6 - As multas aplicadas deverão ser recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente.

19.7 - Além das multas estabelecidas, a Administração poderá recusar a prestação de serviço/entrega dos produtos, se a irregularidade não for sanada, podendo ainda, a critério da mesma, a ocorrência constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital.

19.8 - Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e a critério da Administração, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal.

19.9 - As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo da Administração.

19.10 - Da aplicação das penalidades previstas neste Edital, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data da intimação.

20 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pela Comissão Permanente de Licitações do Município de Princesa/SC.

20.2. A Comissão, ou autoridade superior, poderá promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, fixando prazos para atendimento.

20.3. Caso não haja expediente na repartição pública na data designada para as sessões públicas, estas serão automaticamente transferidas para o primeiro dia útil subsequente.

20.4. A solicitação de informações não motivará a prorrogação da data de entrega dos envelopes.

20.5. A Administração Municipal reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

20.6. Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação, bem como pela revogação ou anulação da presente licitação, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93.

20.7. O não comparecimento de quaisquer dos representantes das licitantes às Sessões referentes a esta licitação não impedirá que elas se realizem.

20.8. Das sessões serão lavradas atas com a relação das empresas licitantes e todas as ocorrências que interessarem ao certame. Essas atas serão assinadas pelos membros da Comissão e representantes das licitantes presentes e serão comunicadas no local da reunião.

20.9. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo das propostas apresentadas, ressalvada apenas a alteração destinada a sanar evidentes erros formais, depois de avaliadas pela Comissão.

20.10. O resultado desta licitação será homologado após o transcurso do prazo recursal ou depois da decisão dos recursos eventualmente interpostos ou, ainda, após renúncia expressa de todas as licitantes ao direito de apresentá-los.

20.11. Ocorrendo a hipótese de não cumprimento do disposto no item 13, o Município reserva-se o direito de convocar as empresas licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira

classificada, inclusive quanto ao preço, devidamente atualizado, podendo, ainda, revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

20.12. Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação que se valerá da Lei 8.666/93 e suas alterações.

20.13. É competente o Foro da Comarca de São José do Cedro/SC para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.

20.14. Fazem parte integrante deste Edital de Tomada de Preços os anexos a seguir:

Anexo I -	Relatório de Itens;
Anexo II -	Termo de Credenciamento;
Anexo III -	Modelo Declaração de inexistência de trabalhador menor;
Anexo IV -	Declaração e Idoneidade e Fatos Impeditivos;
Anexo V -	Minuta do Contrato.

Edilson Miguel Volkweis Prefeito Municipal	Ivan Bernardi OAB/SC – 18.468 Assessor Jurídico
---	---

Anexo I

Relatório de Itens

ANEXO II

Processo Licitatório nº ____/ ____

CREDENCIAMENTO (modelo)

Por este instrumento solicitamos o credenciamento da empresa (razão social) _____, para participar da licitação acima referenciada, neste evento representada por (nome/RG/CPF) _____, na qualidade de Representante Legal, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da outorgante, visando formular propostas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interposição de recurso, renunciar ao direito de interpor recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.
(Local/Data)

(Carimbo e Assinatura)

OBS.: Documentos a serem apresentados:

- (1) em caso de firma individual, o registro comercial;
- (2) nos demais casos, o ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor);
- (3) em se tratando de pessoa física, a apresentação da cédula de identidade.

ANEXO III

Processo Licitatório nº ____/ ____

DECLARAÇÃO (atende o Inc. V do art. 27 da Lei 8.666/93)

(razão social) _____, com sede na (endereço da empresa) _____, CNPJ _____, por seu representante legal infra assinado, em atenção ao inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, declara, sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República, ou seja, que não possui em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho (exceto aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

(Local/Data)

(nome e assinatura do representante legal)

ANEXO IV

Processo Licitatório nº ____/ ____

DECLARAÇÃO

(razão social) _____, CNPJ _____, com sede na (endereço da empresa) _____, declara, sob as penas da lei, que não está impedida de

participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal. Declara, também, que está obrigada sob as penas da lei, a declarar, quando de sua ocorrência, fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

(Local/Data)

(nome e assinatura do representante legal)

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

Contrato nº / , de ____ de de ____.

Contratação de Pessoa Jurídica habilitada para executar projeto de PAVIMENTAÇÃO com PEDRAS IRREGULARES, DRENAGEM PLUVIAL e SINALIZAÇÃO VIÁRIA nas Ruas Sete de Setembro, Dom Pedro II e Voluntários da Pátria, totalizando área de 3.074,28 m²

Contratante: O MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.612.836/0001-00, com sede à Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro - Princesa/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor Edilson Miguel Volkweis, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Sete de Setembro, 1041, Centro, Princesa/SC, inscrito no CPF sob o nº 066.378.379-89 de ora em diante denominado de CONTRATANTE

Contratada: (razão social), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº (número), com sede na (endereço), neste ato representado pelo Sr. (nome), brasileiro, inscrito no CPF sob o nº (número) residente na (endereço), de ora em diante denominada de CONTRATADA.

Fundamento Legal: Este contrato tem seu fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, bem como nas condições estabelecidas no Processo Licitatório nº ____/____, na modalidade de Tomada de Preços nº ____/____, homologado e adjudicado em ____ de ____ de ____/____, onde os mencionados acima resolvem contratar o objeto do presente, pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente instrumento "Contratação de Pessoa Jurídica habilitada para executar projeto de PAVIMENTAÇÃO com PEDRAS IRREGULARES, DRENAGEM PLUVIAL e SINALIZAÇÃO VIÁRIA nas Ruas Sete de Setembro, Dom Pedro II e Voluntários da Pátria, totalizando área de 3.074,28 m², incluindo fornecimento de materiais, mão de obra especializada, equipamentos, acessórios e estrutura necessária à execução dos trabalhos conforme memorial descritivo, planilhas orçamentárias e quantitativas, cronograma físico financeiro e anotação de responsabilidade técnica - ART integrantes do Edital.", com as seguintes especificações:

Item	Qtde	Un.	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	01	Un	Execução de Projeto de PAVIMENTAÇÃO com PEDRAS IRREGULARES de basalto (calçamento), drenagem pluvial e sinalização viária: - Na Rua 7 de Setembro, com área de 1.041,64 m², no trecho compreendido entre a Rua Paraná e a Rua Santa Catarina; - Na Rua Dom Pedro II, com área de 1.000,00 m², no trecho compreendido entre a Rua Três de Maio e a Rua Santa Cruz; e - Na Rua Voluntários da Pátria, com área de 1.032,64 m², no trecho compreendido entre a Avenida 15 de Novembro e a Rua Voluntários da Pátria. A área total a pavimentar é de 3.074,28 m², conforme projetos e planilha orçamentária que integram o Edital de Licitação.		
				TOTAL (R\$)	

Cláusula Segunda – Da forma, do prazo e da execução do objeto

2.1 - A empresa contratada deverá entregar os produtos/materiais ou executar os serviços no Município de Princesa/SC, nos locais indicados no Edital de Licitação, no prazo de até 04 (quatro) meses contados do recebimento da Ordem de Serviço, podendo este prazo ser prorrogado nos casos a que alude o Art. 57, § 1º da Lei 8.666/93.

2.2 - A obra deverá ser iniciada, obrigatoriamente, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço, sob pena de notificação.

Cláusula Terceira – Das condições de pagamento

3.1. Pela execução da obra prevista na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ _____ (_____), dos quais R\$ _____ (_____) correspondem à mão de obra e R\$ _____ (_____) aos materiais empregados, entendido como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

3.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas com a execução do objeto licitado, deverão estar inclusos nos preços a serem pagos, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

3.3. O pagamento à empresa contratada será efetuado por intermédio de crédito em conta bancária, efetuado proporcionalmente às entregas realizadas ou aos serviços prestados, conforme previsão contratual, até o 10º dia do mês subsequente a prestação dos serviços, tudo em conformidade com o Cronograma Físico Financeiro que integra o Edital.

3.3.1 - O pagamento fica condicionado ao atestado de recebimento/aceite emitido pelo Setor Requisitante ou pelo Fiscal do Contrato a que

estiver vinculado o objeto do Edital;

3.3.2 - O pagamento fica condicionado à apresentação, por parte do fornecedor, da nota fiscal referente aos serviços prestados.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

Cláusula Quarta – Do reajuste dos preços

4.1 - O preço dos serviços constantes neste contrato será fixo. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666/93, devidamente comprovado pela parte que o alegar.

4.2 - Caso a Contratada detectar a necessidade de readequação de valores, deverá encaminhar solicitação expressa ao Contratante, descrevendo pormenorizadamente os motivos do pedido, justificar a solicitação e demonstrar documentalmente as razões do requerimento de readequação de valores.

Cláusula Quinta – Da vigência e da prorrogação do contrato

5.1 - A vigência deste instrumento é de 04 (quatro) meses, tendo como termo inicial o dia ____ de _____ de _____ e como termo final o dia ____ de _____ de _____.

5.2 - Este contrato poderá ter seu prazo de vigência prorrogado pelos prazos previstos na legislação que o rege, desde que detectadas necessidade, oportunidade e conveniência do Contratante.

5.3- Havendo prorrogação do prazo deste contrato, poderá ocorrer o reajuste de valores.

5.3.1 - Para efetivação do reajuste de valores, adotar-se-á a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC do período e sua formalização dar-se-á por intermédio de solicitação do Setor Requisitante.

Cláusula Sexta – Das dotações orçamentárias

6.1 - Para custear as despesas oriundas desta contratação, serão usadas as seguintes dotações orçamentárias:

Entidade: 5- Município de Princesa

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Urbanismo e Transportes

Unidade: 01 – Departamento de Infraestrutura, Obras e Urbanismo

Projeto/Atividade: 1009 – Pavimentação de Ruas e Passeios

Elemento Despesa: 105 – 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas

Elemento Despesa: 156 – 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas

Elemento Despesa: 157 – 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.000000 – Aplicações Diretas

Cláusula Sétima – Dos recursos financeiros

7.1 - Para custeio das despesas originadas por esta licitação, serão utilizados recursos próprios, provenientes da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Urbanismo e Transportes, oriundos do orçamento Municipal do exercício financeiro de 2017.

Cláusula Oitava – Da possibilidade de rescisão do contrato

8.1 - A rescisão contratual poderá ocorrer por inadimplemento, por iniciativa da parte que se sentir prejudicada.

8.2 - No caso de rescisão contratual, devidamente justificada e em conformidade com as hipóteses legais, não será devido à Contratada nenhum outro valor senão aquele efetivamente gasto com a prestação dos serviços.

Cláusula Nona – Das obrigações do Município

9.1 - O Município, por intermédio de seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias à perfeita entrega dos produtos/ serviços ou prestação dos serviços, bem como efetuará o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

9.2 - O Município será responsável pela execução das atividades descritas nas planilhas orçamentárias que integram o Edital, especialmente aquelas indicadas nos itens 2.0, 3.0 e 4.0.

Cláusula Décima – Das obrigações da contratada

10.1 - Aceitar, nas mesmas condições da sua proposta, os acréscimos ou supressões, mediante aditamento contratual.

10.2 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato quando constatados vícios, defeitos ou incorreções de execução ou de materiais empregados.

10.3 - Assumir total responsabilidade pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

10.4 - Cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor, especialmente aquela relativa à Segurança e Medicina do Trabalho, objetivando a prevenção de acidentes pessoais e/ou materiais, bem como a preservação da saúde de seus trabalhadores, inclusive em relação à mão de obra contratada de terceiros.

10.5 - Manter, durante todo o período de execução da obra, Engenheiro indicado na licitação, devidamente credenciado para receber, como seu representante, ordem de execução, dar andamento às providências nelas contidas ou delas decorrentes e tudo o mais necessário à boa execução dos serviços e obras objeto do contrato, somente podendo substituí-lo por elemento de igual, ou melhor, experiência profissional e mediante prévia autorização escrita do município.

10.6 - Treinar seus funcionários para a prática de prevenção de acidentes, fornecer os equipamentos de proteção individual necessários, bem como tornar obrigatória e fiscalizar sua utilização, responsabilizando-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, durante a execução da obra, objeto do presente edital.

10.7 - Reforçar a sua equipe de técnicos na obra, sempre que necessário, para permitir a execução dos serviços dentro dos prazos previstos.

10.8 - Realizar, ao final da obra, a recomposição do local, limpeza e remoção de todo o material indesejável.

10.9 - Reforçar o seu parque de equipamentos caso constatada inadequação para realizar os serviços de acordo com cronograma ou caso, em virtude de atraso em uma das suas fases, for necessário esse aumento de equipamentos para recuperação de tempo perdido.

10.10 - Realizar a substituição dos equipamentos defeituosos ou que estiverem em más condições de funcionamento.

10.11 - Executar rigorosamente o serviço, sendo vedada qualquer alteração ou acréscimo sem a competente autorização expressa do Contratante.

10.12 - Impedir que o seu pessoal ou equipamento ingresse em propriedades de terceiros sem expressa autorização, respondendo por qualquer dano que tal procedimento originar.

10.13 - Submeter à aprovação do Contratante, amostras de materiais a serem utilizados na execução das obras.

10.14 - Assumir total responsabilidade por todas as despesas resultantes da execução do contrato, inclusive os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

10.15 - Apresentar a A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou R.R.T. (Registro de Responsabilidade Técnica) de execução, devidamente quitada, no momento em que receber a Ordem de Serviço.

10.16 - Encaminhar ao Contratante:

a) Nota Fiscal, a qual deverá discriminar o quantitativo e os valores do material e da mão de obra empregados na execução do objeto do Contrato, conforme a Instrução Normativa MPS/SRP nº 3, de 14 de julho de 2005

b) Guia de Recolhimento da Previdência Social - GRPS devidamente preenchida.

10.17 - Recolher o ISSQN devido na base territorial da execução da obra.

10.18 - Previdenciar a sinalização de segurança de trânsito para o canteiro de obras e/ou ruas envolvidas na execução da obra objeto do Contrato.

10.19 - Disponibilizar o "Diário de Obra" e mantê-lo em local apropriado do canteiro de obras, conforme orientação do Setor de Engenharia do Município de Princesa/SC, em cumprimento ao disposto no Art. 67, § 1º da Lei 8.666/93.

10.20 - Assumir total responsabilidade sobre custos de transporte ou deslocamento dos objetos vinculados aos itens licitados, bem como em relação a toda e qualquer ação, sua ou de terceiro, necessária à execução de todas as cláusulas, direitos e obrigações constantes no Edital, em seu contrato, ou qualquer outro documento vinculado ao objeto deste instrumento.

10.21 - Assumir total responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos que, por ação ou omissão, cause ao Município ou a terceiro durante o período em que estiver vinculada ao cumprimento das cláusulas do Edital e seus documentos.

10.22 - Arcar com todos os custos necessários à perfeita e acabada entrega dos produtos.

10.22.1 - Dentre os custos compreendidos no item 10.22 estão (rol meramente exemplificativo, não exaustivo):

- transporte/entrega dos objetos nos locais indicados pelo setor requisitante;

- contratação de equipamentos ou profissionais;

- deslocamento e diárias de profissionais;

- alimentação e hospedagem de profissionais;

- entre outros.

Cláusula Décima Primeira – Dos direitos do Município

11.1 - O Município tem o direito de exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte, a si próprio ou a quem determinar, caso a execução não seja comprovadamente aquela estabelecida no edital de Tomada de Preços 01/2017-PM.

Cláusula Décima Segunda – Da vinculação à licitação

12.1 - Este contrato vincula-se ao Edital de Processo Licitatório 16/2017-PM, modalidade Tomada de Preços 01/2017-PM, para todos os efeitos legais e jurídicos, e às determinações contidas na Lei Federal nº 8.666/93, especialmente no tocante às dúvidas, contradições e omissões.

Cláusula Décima Terceira – Das penalidades por descumprimento

13.1 - São ações passíveis de aplicação de punição à Contratada:

- Deixar de entregar documentação exigida para o certame;

- Apresentar documentação falsa;

- Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

- Não manter a proposta;

- Fraudar ou falhar na execução do compromisso;

- Comportar-se de modo inidôneo; ou

- Cometer fraude fiscal.

13.1.1 - Caso cometa alguma destas ações, a Contratada ficará impedida de licitar e contratar com o Contratante e, se for o caso, será descredenciada no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais;

13.2 - As penalidades de que tratam o subitem anterior, serão aplicadas na forma abaixo:

I) Deixar de entregar documentação exigida para o certame, retardar a execução do seu objeto e não manter a sua proposta: impedimento de licitar com esta Administração por até 90 (noventa) dias;

II) Fraudar ou falhar na prestação de serviço/entrega de produto: impedimento de licitar com esta Administração pelo período de 90 (noventa) dias até 02 (dois) anos;

III) Apresentar documentação falsa, cometer fraude fiscal e comportar-se de modo inidôneo: descredenciamento junto ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos pelo período de 02 (dois) a 05 (cinco) anos;

13.3 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Departamento de Compras, Licitações e Contratos e, no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.4 - A licitante ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Contrato:

I) - advertência;

II) multa(s):

a) de 0,1% (um décimo por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso, por descumprimento dos prazos de entrega dos produtos/materiais previstos neste Edital;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, aplicada em dobro na reincidência.

13.5 - As multas aplicadas deverão ser recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente.

13.6 - Além das multas estabelecidas, a Administração poderá recusar a prestação de serviço/entrega dos produtos, se a irregularidade não for sanada, podendo ainda, a critério da mesma, a ocorrência constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital.

13.7 - Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e a critério da Administração, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal.

13.8 - As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo da Administração.

13.9 - Da aplicação das penalidades previstas neste Contrato, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data da intimação.

Cláusula Décima Quarta – Eventual atraso do Município

14.1 - Na eventualidade do município não cumprir os pagamentos conforme pactuado, remunerará os atrasos a título de encargos de mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do Município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

Cláusula Décima Quinta – Das condições de habilitação

15.1 - A Contratada se obriga a manter, durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem.

15.2 – A inobservância do item 15.1 poderá ser tomada como motivo justo para rescisão contratual e aplicação de penalidades.

Cláusula Décima Sexta – Dos recursos administrativos

16.1 - Da penalidade porventura aplicada caberá recurso à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando esta sobrestada até o julgamento do pleito.

Cláusula Décima Sétima – Do acompanhamento e fiscalização

17.1 - A execução dos serviços aqui contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pelo Servidor Público João Luiz Kayser – Engenheiro Civil.

17.2 – O Município, desde que o faça expressamente, poderá designar outro representante para acompanhar a prestação dos serviços.

Cláusula Décima Oitava – Das disposições Finais

18.1 - Este contrato é intransferível, não podendo a Contratada, de forma alguma, sem anuência do Contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

18.2 - Os casos omissos serão regidos pelos preceitos de direito público, teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

Cláusula Décima Nona – Do Foro para resolução de controvérsias

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de São José do Cedro/SC, para dirimir questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do Art. nº 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98. E, para que este contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em duas vias de igual teor e forma.

Princesa/SC, ____ de _____ de 2017. Edilson Miguel Volkweis Prefeito Municipal Contratante	xxxxxxx Representante Legal xxxxxxxxxxxxxxx Contratada
Ivan Bernardi OAB/SC – 18.468 Assessor Jurídico	

Rio das Antas

PREFEITURA

DESPACHO DO PREFEITO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE RIO DAS ANTAS

CNPJ: 83.074.294/0001-23

GABINETE DO PREFEITO

D E S P A C H O

Trata-se de recursos interpostos pelas empresas GM INSTALADORA LTDA com inscrição no CNPJ 14.623.473/0001-50 e ROSANE'S SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA-ME com inscrição no CNPJ 14.212.343/0001-24, onde apresentaram tempestivamente as razões de seus inconformismos contra a decisão do pregoeiro que habilitou a empresa LHC SCHNEIDER HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA LTDA-ME com inscrição no CNPJ 26.268.378/0001-64, conforme consta nos termos de encaminhamento e do parecer retro que, por razões de brevidade e em conformidade com a lei, adoto como integrante do presente despacho.

Os argumentos encontram-se expendidos, em síntese, no encaminhamento efetuado pelo pregoeiro, tornando-se desnecessário alongar-se. Garantiu-se o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Considerando que as recorrentes questionaram quanto a habilitação de uma única empresa, ou seja, da empresa LHC SCHNEIDER HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA LTDA-ME, a mesma foi comunicada onde apresentou as contra-razões, devidamente juntado neste recurso.

Subiram os recursos à autoridade superior, pelo que passo a proferir a decisão:

Da análise das razões expostas nos recursos, o pregoeiro opinou pelo INDEFERIMENTO DOS RECURSOS APRESENTADOS PELAS EMPRESAS RECORRENTES, conforme argumentos constantes em seu encaminhamento.

Razão assiste ao pregoeiro que diante do recurso apresentado pelas empresas acima mencionadas com o objetivo de resguardar o direito de cada cidadão, com base no que dispõe o §3º do artigo 43 da Lei nº 8.666/93, cujo texto autoriza a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, realizou pesquisa sobre o recurso apresentado consultando, além de material próprio (internet "acesso ao concla" e outros) o contador da Prefeitura Municipal e o responsável pelo escritório contábil da cidade "São Judas Tadeu" para melhor obter informações sobre as referidas alegações das empresas recorrentes.

Após lido o posicionamento do Pregoeiro, com a devida aprovação neste ato da Assessoria Jurídica adoto idênticas razões, como se minhas fossem para DECIDIR por conhecer dos recursos para, no mérito, julgá-los improcedentes, declarando ainda a manutenção da empresa LHC SCHNEIDER HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA LTDA-ME habilitada no presente processo, e portanto vencedora, e desde já homologo o presente procedimento licitatório, informando como dia 13 de abril de 2017 a data limite para que a empresa vencedora inicie os trabalhos.

Retornem os autos ao Departamento de licitações para intimação dos interessados, tudo observando o devido processo legal.

Rio das Antas/SC, 03 de Abril de 2017.

Ronaldo Domingos Loss

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 003/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

Aos oito (08) dias do mês de fevereiro (02) do ano de 2017, o Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Mineração Rio do Ouro Ltda., sediada na Rod. SC. 427, Km 34, Estrada Geral, s/n, Salseiro, cidade de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, CEP 88.443-000, por seu Diretor, Sr. Eduardo Barni, portado do RG de nº 3.285.038, inscrito com o CPF sob o nº 025.701.469-19 acordam proceder, nos termos do edital do Pregão Presencial nº 002/2017, em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de macadame seco conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 423815 - MINERACAO RIO DO OURO LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Macadame seco, britado e peneirado, proveniente de rocha sã, com as seguintes características: - Granulometria máxima 1,5" - Pedregulho = 40% - Areia Grossa = 47% - Areia Fina = 8% - Material Passante da peneira 200 = 5% - Índice de Suporte Califórnia = 39,7% - Expansão = 0,02% Com transporte (c/frete até o destino)	M3	BOTUVERA/VOTORANTIM	15.000	R\$38,00	R\$570.000,00
Total do Fornecedor:						R\$570.000,00
Total Geral dos Itens:						R\$570.000,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA
Sr. Eduardo Barni
Diretor

NOTIFICAÇÃO 001/2017

NOTIFICAÇÃO E TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO

Pelo presente termo de Distrato Contratual, O Município de Rio do Sul, localizado na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, CEP 89.160-900, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.574/0001-06, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, de agora em diante denominado DISTRATANTE, e a empresa Andreia Nigro - ME, estabelecida à Av. Governador Jorge Lacerda, 455, Bairro Budag, no município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP – 89.165-457, representado neste ato pelo seu procurador o Sr. Inácio Nigro, portador da CI de nº 786.009-0, CPF nº 250.009.009-44, doravante denominada DISTRATADA, tem justo e decidido o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a rescisão unilateral do Contrato de Serviço de Fornecimento de Material nº 076/2016, firmado em 10 de junho de 2016, cujo objeto é a execução na implantação de duas praças, sendo a primeira na Rua André Largura, Bairro Taboão, a segunda na Rua Eugênio Marchi, Bairro Santa Rita em Rio do Sul, originária da Dispensa nº 053/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Pela inexecução parcial do Contrato de Serviço de Fornecimento de Material nº 076/2016, por razões de interesse público, justificado através do memorando nº 030/2017, da Secretaria Municipal da Infraestrutura, (Art. 78, Inciso XII da Lei nº 8.666/93), empresa Andreia Nigro - ME, ora DISTRATADA. A Administração Municipal promove a rescisão unilateral do Contrato de Serviço de Fornecimento de Material nº 076/2016, nos termos do Art. 79, Inciso I da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA

Fica desde já intimada esta DISTRATADA para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, apresente sua defesa, se quiser, sobre os termos do presente.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

Intima-se e Publique-se

Rio do Sul, 29 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE RIO DO SUL
José Eduardo Rothbarth Thomé
Prefeito Municipal

PORTARIA N. 0374/2017

PORTARIA Nº 0374/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder regime suplementar de 20 (vinte) horas semanais, na Escola Modelo Ella Kurth, a partir de 13/03/2017, com fundamento no art. 20, §§ 1º e 2º da Lei Complementar n.º 075, de 20/11/2001 e alterações posteriores, à servidora Carolina Machado de Oliveira, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, em substituição temporária ao Professor Mateus Marco Brandl, que está afastado em virtude de licença para tratamento de saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de março de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rp

PORTARIA N. 0383/RH

PORTARIA N. 0383/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor ROBERTO FERREIRA JÚNIOR, lotado na Fundação Municipal de Desporto para, a partir de 01/03/2017, atuar como Chefe de Divisão Administrativa de Esporte, com opção pela remuneração do cargo comissionado, fundamentado no Art. 13 da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e alterações posteriores e Art. 56 da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015 e alterações posteriores.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de março de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Cfr

Portaria n. 0391/RH de 27 de março de 2017.

PORTARIA N. 0391/RH

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Processante de fls. 81 a 86, dos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 010/2016, instaurado pela Portaria n. 0947/RH de 09 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 16 de agosto de 2016 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 89 dos mesmos autos, no que tange à apuração de fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo Disciplinar n. 010/2016 em razão da impossibilidade de apuração dos fatos.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 27 de março de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0410/RH

PORTARIA Nº.0410/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, CAMILA PEREIRA PAES para exercer o cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de março de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA N. 0411/RH

PORTARIA Nº.0411/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, DEIVID PINTO VIEIRA para exercer o cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de março de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA N. 0412/RH

PORTARIA Nº.0412/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, MARCELA DE FÁTIMA KLOSTER para exercer o cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de março de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA N. 0413/RH

PORTARIA Nº.0413/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, VANDAMARIS ANGELA SCOPEL para exercer o cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de março de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA N. 0416/RH

PORTARIA Nº.0417/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, SANDRA REGINA DE OLIVEIRA VIEIRA para exercer o cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de março de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA N. 0418/RH

PORTARIA Nº.0418/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, PRISCILA VENTURI para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de março de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA N. 0422/RH

PORTARIA Nº.0422/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, HELIO MARCOS VIEIRA para exercer o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA DE CAMINHÃO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de março de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA N. 0427/RH

PORTARIA Nº.0427/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, DIANDRA ROCHA ZUCATELLI para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de março de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA N. 0429/RH

PORTARIA Nº.0429/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, ALEXANDRA MENDES para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de março de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA N. 0430/RH

PORTARIA Nº.0430/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, VIVIANE EGER BITTENCOURT para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de março de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA N. 0431/RH

PORTARIA Nº.0431/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, FRANCIELI ROBERTA MOHR DA SILVA para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de março de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA N. 0432/RH

PORTARIA Nº.0432/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, SANDRA MARIA SESTREN para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR – ANOS INICIAIS, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de março de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA N. 0433/RH

PORTARIA Nº.0433/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, EDSON IVO CHRISTEN JUNIOR, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR – EDUCAÇÃO FÍSICA, 10h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de março de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA N. 0434/RH

PORTARIA Nº.0434/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, ANILORE ROIWAS, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR – INGLÊS, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de março de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA N. 0435/RH

PORTARIA Nº.0435/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, DEBORA BENDER SESTREM, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR – INGLÊS, 30h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de março de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA N. 0436/RH

PORTARIA Nº.0436/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, JANILA GARCIA MORETTI, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR – MATEMÁTICA, 30h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de março de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria n. 0437/RH de 30 de março de 2017.

PORTARIA N. 0437/RH

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Processante de fls. 46 a 48, dos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 025/2016, instaurado pela Portaria n. 1307/RH de 30 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 07 de dezembro de 2016 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 51 a 52 dos mesmos autos, no que tange à apuração de fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo Disciplinar n. 025/2016 em razão da impossibilidade de apuração dos fatos e, encaminhar cópia integral do respectivo processo ao Ministério Público de Santa Catarina para investigação e levantamento dos fatos.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 30 de março de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA N. 0439/RH

PORTARIA Nº. 0439/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0101/RH de 31/01/2017, a qual nomeia LILIANE SILVA DOS SANTOS para exercer o cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, 40h, em virtude da perda do prazo legal para a posse, nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de março de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Cfr

PORTARIA N. 0440/RH

PORTARIA Nº.0440/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, EDUARDO FELIPE ALVES para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de março de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA N. 0442/RH

PORTARIA Nº. 0442/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art 1º Ceder, a partir de 27/03/2017, a servidora KELI MONTEIRO DE VARGAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, com jornada de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Administração e Fazenda, para atuar no Cartório da 026ª Zona Eleitoral de Rio do Sul, em atendimento ao Ofício n. 002/2017-DF do Poder Judiciário de Santa Catarina – Comarca de Rio do Sul e Convênio n. 221/2011 com Termo Aditivo n. 221/2011.001, em conformidade com o inciso II, Art. 161, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º A referida servidora irá desempenhar atribuições próprias de seu cargo e caberá ao Município o ônus da remuneração devida a mesma.

Parágrafo Único – A servidora cedida deverá apresentar mensalmente ao Departamento de Gestão de Pessoas seu controle mensal de frequência.

Art. 3º A cessão se dará pelo período de 01 (um) ano.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de março de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Cfr

PORTARIA N. 0443/RH

PORTARIA Nº. 0443/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder prorrogação do prazo para posse, nos termos do Parágrafo 3º, Art. 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, a VANIELE DE ABREU, nomeada pela Portaria Nº 0199/RH de 15 de fevereiro 2017, publicada em 01 de março 2017, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40 HORAS, vinculado ao quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de março de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rp

PORTARIA Nº 0403/RH

PORTARIA Nº. 0403/RH

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Convalidar com fundamento no disposto nos Art. 151 e 152, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 309/2015, Licença Prêmio em pecúnia, aos servidores lotados na Fundação Municipal de Desporto:

NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO
ADRIANA CAMPESTRINI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO I	16/09/2003 a 14/09/2008
CARLOS ALBERTO DOS ANJOS	MOTORISTA DE VEICULO LEVE	01/10/2003 a 29/09/2008
MARIA TEREZINHA DOS ANJOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO	01/10/2003 a 29/09/2008

Art. 2º As referidas licenças foram pagas na competência 11/2008.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de março de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

TAS

PORTARIA Nº 0404/RH

PORTARIA N. 0404/RH

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, e considerando a Portaria nº 0325/RH, de 08 de março de 2017, publicada em 10 de março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo identificados, o primeiro Adicional por Formação Profissional, por terem apresentado o respectivo certificado e obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

a) ELIZEU DE OLIVEIRA SANTOS SOBRINHO, matrícula n. 236616-1, ocupante do cargo de provimento efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso de Direito, no processo n. 164759/2017.

b) FERNANDA VARGAS RODRIGUES, matrícula n. 116556-1, ocupante do cargo de provimento efetivo CIRURGIÃO DENTISTA, por ter apresentado o Certificado de conclusão de Pós-Graduação Especialização em Saúde da Família, no processo n. 164593/2017.

c) MARILEA BATISTA, matrícula n. 87440-1, ocupante do cargo de provimento efetivo ASSISTENTE SOCIAL, por ter apresentado o Certificado de conclusão de Pós-Graduação Especialização em Políticas Públicas, no processo n. 164880/2017.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de abril de 2017, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de

28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de março de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Asfj

PORTARIA Nº 0405/RH

PORTARIA N. 0405/RH

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo relacionados o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por terem comprovado a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupam, bem como terem obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PROTOCOLO
ELIZEU DE OLIVEIRA SANTOS SOBRINHO	236616-1	AGENTE ADMINISTRATIVO	164833/2017
LINDOLFO KRAUSE	104310-1	VIGIA	164327/2017
MICHEL LUIS STREY	103306-1	CIRURGIÃO DENTISTA	164861/2017
SOLANGE BRANGER	79367-3	AGENTE ADMINISTRATIVO	164712/2017

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de abril de 2017, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de março de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Asfj

PORTARIA Nº 0406/RH

PORTARIA N. 0406/RH

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo relacionados o segundo Adicional por Capacitação Profissional por terem comprovado a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupam, bem como terem obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PROTOCOLO
APARECIDA HONORATA CORDEIRO MILITZER	102172-1	ENFERMEIRO	164370/2017
DJONATAN PARMA	171581-1	GUARDA MUNICIPAL	164326/2017
EDER KREUSCH	171417-1	GUARDA MUNICIPAL	164433/2017
GERSON PASQUALINI SCHMIDT	171590-1	GUARDA MUNICIPAL	164859/2017

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de abril de 2017, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de março de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Asfj

PORTARIA Nº 0407/RH

PORTARIA N. 0407/RH

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder aos servidores abaixo relacionados o terceiro Adicional por Capacitação Profissional por terem comprovado a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupam, bem como terem obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

NOME	MATRÍCULA	CARGO	PROTOCOLO
ADRIANO ZIMMERMANN	171638-1	GUARDA MUNICIPAL	164280/2017
LEONARDO ANTONIO DA SILVEIRA	171344-1	GUARDA MUNICIPAL	164250/2017
RAFAEL SCOPEL	171620-1	GUARDA MUNICIPAL	164226/2017
SILVIO KLETTENBERG	171468-1	GUARDA MUNICIPAL	164224/2017

Art. 2º. O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de abril de 2017, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Rio do Sul, 29 de março de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Asfj

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - ELIETE LESSA**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) ELIETE LESSA, nomeado (a) pela Portaria n. 0203/RH, de 15/02/2017, publicada no DOM na data de 01/03/2017, para exercer o cargo efetivo de Professor Educação Infantil, Nível III, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 001/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como se comprometeu a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 03/04/2017.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo anexo.

Rio do Sul, 24 de março de 2017.

Assinatura do (a) Empossado (a)

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

Rio Fortuna

PREFEITURA

LICITAÇÃO 013/2017 PROCESSO 020/2017 ANIMAÇÃO MUSICAL TERCEIRA IDADE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA

Processo de Licitação 020/2017

Edital de Pregão Presencial 013/2017

A Comissão Permanente de Licitações de Rio Fortuna torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 11 h, do dia 13 de Abril de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna – Setor de Licitação, situado na Avenida Sete de Setembro, 1.175, Centro, PREGÃO PRESENCIAL visando CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ANIMAÇÃO MUSICAL DOS GRUPOS DE IDOSOS DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, DUAS VEZES POR SEMANA, PERFAZENDO 08 (OITO) HORAS SEMANAIS, DE ACORDO COM AS DETERMINAÇÕES DE HORÁRIOS E ACOMPANHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2017. Os interessados em participar poderão retirar o Edital Completo e demais informações complementares no Setor de Licitações da Prefeitura de Rio Fortuna, no endereço acima, de segunda à sexta-feira, das 07 (sete) às 13 (treze) horas, ou pelo telefone: (48) 3653-1122, ou pelo email licitações@riofortuna.sc.gov.br, edital completo no site www.riofortuna.sc.gov.br.

Rio Fortuna/SC, 04 de abril de 2017.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO 019/2017 PREGÃO PRESENCIAL 012/2017

O Prefeito Municipal de Rio Fortuna, Estado de Santa Catarina, torna público que, às 08 horas, do dia 13 de abril de 2017, no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna, serão abertas as propostas referentes ao Processo Licitatório nº 019/2017, Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sob nº 012/2017, do Município de Rio Fortuna, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com obediência ao disposto na Lei nº 10.520, de 18 de julho de 2002, e no Decreto nº 3.555/00, de 08 de agosto de 2000, e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93 e demais legislações.

I – DO OBJETO E SEUS ITENS

1.1 O objeto do presente Edital é a Aquisição de Produtos para Alimentação do Atendimento aos Grupos da Terceira Idade da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, conforme itens especificados com o preço máximo, no Anexo I do Edital assim intitulado: Relação dos Itens do Processo / Licitação.

1.2 A entrega do objeto da presente licitação deverá ocorrer parceladamente na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e/ou nos locais indicados pela referida Secretaria, conforme necessidade e solicitação, até 30/09/2017 ou até quando durarem os valores/quantidades licitados.

1.3 O valor do contrato será o que resultar da proposta vencedora, resultante do preço total proposto.

II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Podem participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas que cumprirem as regras da presente licitação.

2.2 Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital e seus anexos e das condições do objeto da Licitação. Deverá ser verificado o local de entrega dos objetos e o prazo máximo contido no item 1.2 deste instrumento, não podendo ser invocado, em nenhum momento, desconhecimento destes pontos como elemento impeditivo para realização do objeto.

2.3 Não poderá participar a empresa que tenha sido declarada inidônea ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com a administração pública, por qualquer órgão, em qualquer dos níveis da administração pública, dentro do território nacional, conforme as regras previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei 8.666/93.

2.4 É vedada a participação de empresas em consórcio ou associação.

III – DOS REQUISITOS PARA A APRESENTAÇÃO E ENVELOPES

3.1 É condição para a participação na presente licitação a apresentação, em envelopes separados, das Propostas de Preço e dos Documentos de Habilitação pelos proponentes, até as 08h, do dia 13 de abril de 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura. As propostas de preços deverão constar do Envelope nº 01 e os Documentos de Habilitação deverão constar do Envelope nº 02. Os envelopes devem estar lacrados e deverão ser identificados da seguinte forma:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA PREGÃO Nº 012/2017 Data e hora da abertura Nome e CPF ou Razão Social e CNPJ Endereço completo do licitante	ENVELOPE Nº02– DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA PREGÃO Nº 012/2017 Data e hora da abertura Nome e CPF ou Razão Social e CNPJ Endereço completo do licitante
--	---

3.2 A entrega dos envelopes descritos no item 3.1 do presente instrumento, no dia e horário mencionado, significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e seus anexos e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

3.3 Caso a indicação acima apresentar-se incompleta ou com algum erro de transcrição nos envelopes (proposta no envelope de documentação e vice-versa), tais fatos não constituirão motivo para exclusão da empresa do procedimento licitatório, desde que a incorreção apontada não cause dúvida ou não atrapalhe o andamento do processo.

3.4 Em nenhuma hipótese, serão recebidos os envelopes contendo a proposta de preços e a documentação posteriormente ao prazo limite estabelecido neste Edital.

IV – DA HABILITAÇÃO

4.1 Para a habilitação das empresas faz-se necessária a apresentação, em via única, em envelope separado, não transparente e devidamente lacrado denominado ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO, os seguintes documentos, devidamente validados, sob pena de inabilitação:

a) Certidão Negativa do INSS;

b) Certidão Negativa do FGTS;

c) Certidão Negativa de Tributos Federais (Negativa Conjunta Federal e União);

d) Certidão Negativa de Tributos Estaduais;

e) Certidão Negativa de Tributos Municipais;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

g) Contrato Social e suas alterações e/ ou Consolidação Contratual; Observação: Caso a empresa já tenha apresentado o Contrato Social no Credenciamento, fica dispensada de apresentá-lo novamente na Habilitação;

h) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

i) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Modelo Anexo V);

j) Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo (Modelo Anexo IV).

4.2 A presente documentação, devidamente atualizada, poderá ser apresentada em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração do Município, caso em que devem estar presentes os originais ou publicação em órgão de imprensa oficial.

4.3 Não serão aceitas fotocópias efetuadas em aparelhos de fax, bem como aquelas que se encontrarem ilegíveis, rasuras, ressalvas ou emendas.

4.4 Os documentos sem validade expressa considerar-se-á como sendo 180 (cento e oitenta) dias da data de sua emissão.

4.5 A Comissão de Licitação poderá consultar ao serviço de verificação de autenticidade das Certidões emitidas pela Internet, ficando a licitante dispensada de autenticá-la, no caso de cópia das mesmas.

V – DAS FORMAS DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 São requisitos da proposta de preços:

5.1.1 Ser datilografada ou impressa em papel timbrado da empresa, preferencialmente em 02 (duas) vias, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e datada, contendo, se possível, nome ou razão social e endereço completo, telefone, fax e e-mail da licitante;

5.1.2 Conter o preço unitário por item e total por item, em moeda nacional, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o produto e a venda a ser realizada, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, correndo por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras desta licitação, no preço cotado por item, já estarão incluídos todos os descontos oferecidos pelo licitante;

5.1.3 Estar assinada pelo representante legal na última folha e rubricada em todas as folhas, preferencialmente numerada;

5.1.4 Na hipótese das propostas estarem em desacordo com o item anterior, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes para tal, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato;

5.1.5 A referência na proposta do número da Agência e Conta Bancária do Licitante no Banco do Brasil - BB - agilizará o processo de pagamento;

5.1.6 Conter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura;

5.1.7 Conter a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado;

5.1.8 A Licitante poderá ofertar opções de marca, mantendo as especificações do Edital e de qualidade igual ou superior a primeira cotação, não podendo alterar o preço cotado (preço único), ou oferecer proposta alternativa de preços;

5.1.9 Caso a licitante apresente opções de marca com preços diversos, será validada somente a menor cotação, desprezando-se aquela(s) com maior (es) preço(s);

5.1.10 A proposta deverá obedecer rigorosamente às especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital, sob pena de desclassificação do item em desacordo;

5.1.11 As unidades de medida que são indicadas no Anexo I devem ser observadas e obedecidas no momento da formulação da proposta, comprometendo-se o vencedor em fornecer os produtos em quantidades parceladas, conforme forem solicitados pela Secretaria de Educação;

5.1.1 Qualquer documento que componha o envelope de proposta de preços deverá ser apresentado em original ou por qualquer processo de cópia perfeitamente legível, autenticado na forma da lei ou mediante cotejo das cópias com os originais, por servidor público municipal designado para o ato ou publicação em órgão da imprensa oficial que, no caso de cópia, também deverá estar autenticada na forma da lei;

5.1.13 Eventual documentação estrangeira deverá ser apresentada em original ou qualquer processo de cópia autenticada pelo respectivo Consulado, traduzida por tradutor público juramentado.

5.2 O Preço unitário não poderá ultrapassar DUAS CASAS DECIMAIS após a vírgula, sob pena de desclassificação da proposta nos itens em que as licitantes não cumprirem com esses critérios.

5.3 A proposta deverá ser encaminhada digitada e em CD ou Pen Drive (Sistema Betha Auto Cotação), para que os itens possam ser copiados automaticamente para o Sistema, agilizando o Processo.

5.4 Ocorrendo erro, engano ou rasura na digitação do preço do item ou do total do Item constante na Proposta, o representante da empresa deverá manifestar-se na sessão sobre o preço apresentado, podendo a CPL inabilitar o referido participante para aquele Item.

5.5 O Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá aceitar a correção de eventuais falhas ou omissões na própria sessão pública, principalmente àquelas formais;

5.6 Na apreciação das propostas o Pregoeiro, auxiliado por sua Equipe de Apoio, poderá solicitar informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado num prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da solicitação, sob pena de desclassificação;

5.6.1 No caso de não haver entrega da(s) amostra(s) e/ou prospecto(s), quando solicitada(s), ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou haver entrega de amostra(s) para análise fora das especificações técnicas previstas no Anexo I deste Edital, a proposta da licitante será desclassificada, estando sujeita às penalidades e sanções previstas neste Edital e legislação vigente;

5.7 Depois de verificada a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, o Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para cada um dos itens objeto da presente licitação, os respectivos valores ofertados e, se necessário, a marca.

VI – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DA SESSÃO PÚBLICA

6.1 A convocação de interessados dar-se-á através de publicação de aviso no Mural da Prefeitura, no Diário Oficial dos Municípios, no Site da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna e disponibilização gratuita do Edital, na íntegra, na sede desta Prefeitura.

6.2 A sessão pública de realização do pregão será conduzida por servidor designado como Pregoeiro, que terá a atribuição de decidir sobre todos os atos relativos à licitação.

6.3 A disputa entre os interessados ocorrerá através das propostas escritas apresentadas e em lances verbais durante a fase adequada da sessão pública.

6.4 A manifestação da intenção de recorrer será feita no final da sessão, quando forem declarados os licitantes vencedores, devendo os interessados, através de seus representantes, registrarem em ata a síntese de suas razões.

6.5 Para ofertar propostas através de lances verbais, recorrer de decisão e contraditar, os interessados deverão credenciar (facultativo),

junto ao Pregoeiro, os respectivos representantes legais com poderes para praticar esses atos (ANEXO II).

6.6 Caso a empresa apresente representante legal, este deverá identificar-se e trazer ao Pregoeiro um documento hábil a comprovar sua representação, que poderá ser a apresentação do Ato Constitutivo da empresa ou outro equivalente.

6.7 Para o caso de não haver menção do nome do representante no Ato Constitutivo ou equivalente, este deverá apresentar procuração, com firma reconhecida em Cartório, que comprove poderes para praticar todos os atos referentes a este Pregão, tais como: formulação de lances, alegações em ata, interposição de recurso, renúncia de direitos etc. Poderá ser apresentado, também, em substituição à Procuração, Termo de Credenciamento, conforme Anexo II, acompanhado do Ato Constitutivo da empresa. Observação: No caso de apresentação de Procuração, esta deverá estar acompanhada do Ato Constitutivo da empresa representada.

6.8 O representante legal da empresa, no ato da entrega dos envelopes, se solicitado, deverá exibir sua cédula de identidade ou qualquer outro documento oficial de identificação (com foto).

6.9 O não credenciamento de representante legal na sessão pública ou a incorreção dos documentos de identificação apresentados não inabilita a licitante, mas inviabilizará a formulação de lances verbais e a manifestação de intenção de recorrer por parte do interessado, bem como de quaisquer atos relativos à presente licitação para o qual seja exigida a presença de representante legal da empresa.

6.10 Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a documentação exigida no certame e as propostas, podendo, para tanto, ser utilizado o modelo de declaração constante no ANEXO III. Caso os interessados não se fizerem representar na sessão pública, a Declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação deverá ser encaminhada no 3º Envelope, devendo o mesmo estar assim identificado:

ENVELOPE Nº 3 – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA
PREGÃO Nº 012/2017

Data e hora da abertura
Nome e CPF ou Razão Social e CNPJ

Endereço completo do licitante 6.11 A não apresentação da Declaração de que trata o item 6.10 do Edital inviabilizará a apresentação da Proposta e da Habilitação. O representante do proponente poderá, também, fazer a referida Declaração de próprio punho, no momento oportuno, na Sessão do Pregão, em caso de o licitante ter deixado de encaminhar o referido documento.

6.12 As empresas que tiverem interesse em se utilizar dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 deverão apresentar, juntamente com o Credenciamento ou com a Proposta de Preços, a Certidão Simplificada da Junta Comercial, comprovando que a empresa é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. A não apresentação deste documento impossibilitará a licitante de se utilizar dos benefícios da Lei Complementar 123/2006.

VII – DO PROCEDIMENTO E FASES DA SESSÃO PÚBLICA

7.1 PRIMEIRA FASE: ABERTURA DA SESSÃO

7.1.1 No dia e horário estabelecidos neste Edital, o Pregoeiro Oficial fará a abertura da sessão, recebendo da empresa interessada, ou de seu representante, o documento para credenciamento (ANEXO II), a Declaração prevista no ANEXO III e os envelopes de proposta e habilitação.

7.1.2 Não será admitida a atuação de um representante para duas ou mais empresas.

7.2 SEGUNDA FASE: ANÁLISE DAS PROPOSTAS E LANCES VERBAIS

7.2.1 Terminada a fase de credenciamento e entrega da Declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro passará para a abertura dos envelopes das propostas, com a finalidade de verificar se as propostas estão em conformidade com as exigências estabelecidas neste Edital, desclassificando aquelas que se encontrarem em desconformidade ou incompatíveis.

7.2.2 Após a análise das propostas pelo Pregoeiro, os participantes, através de seus representantes, darão visto nas propostas apresentadas.

7.2.3 Em seguida, passar-se-á à oferta de lances verbais, em valores sucessivos e decrescentes para o item a ser adquirido, considerando-se o valor unitário de cada item.

7.2.4 Poderão ofertar lances as licitantes detentoras das propostas classificadas com preços até 10% (dez por cento) superiores ao preço do autor da oferta mais baixa para cada item, até a proclamação do vencedor.

7.2.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas anteriormente, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecerem novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.2.6 O Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentarem lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço para o item e os demais, em ordem decrescente de valor. Dos lances ofertados, não caberá retratação.

7.2.6.1 Somente serão aceitos os lances com redução de preços de, pelo menos, 1% (um por cento) do lance anterior para o item.

7.2.7 A desistência da apresentação de lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, importará na perda do direito de apresentar novos lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante.

7.2.8 Ofertados os lances verbais, o Pregoeiro solicitará a todas as licitantes que efetivaram lances, a redução a termo dos últimos lances ofertados.

7.2.9 O Pregoeiro poderá fixar em até 05 (cinco) minutos o tempo máximo para os lances verbais, devendo avisar aos licitantes quando decidir pela última rodada de lances que poderá, inclusive, ocorrer antes do esgotamento do tempo máximo anteriormente estipulado.

7.2.10 Durante a etapa de lances verbais, o pregoeiro monitorará os preços ofertados, de modo a desclassificar propostas inexequíveis ou com preço excessivo.

7.2.11 Caso alguma descrição do item tenha, por qualquer motivo, que ser retirada ou alterada, poderá o Pregoeiro desconsiderá-lo, mantendo-se a licitação nas demais descrições.

7.3 TERCEIRA FASE: HABILITAÇÃO

7.3.1 Encerrada a fase de lance para todos os itens, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, verificando a sua habilitação ou inabilitação.

7.3.2 Constatado o atendimento das exigências editalícias, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos.

7.3.3 Caso o licitante classificado em primeiro lugar seja inabilitado, o Pregoeiro examinará a habilitação dos licitantes com as ofertas subsequentes e a qualificação destas, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do Edital.

VIII – DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTAS

8.1 Serão desclassificados:

a) Os proponentes que não apresentarem os documentos exigidos neste Edital para habilitação;

b) As propostas que não atenderem às especificações deste Edital, em especial o item 1.2 e 1.3, e sejam, ainda, manifestadamente inexequíveis, sejam por preços excessivos ou simbólicos, irrisórios ou de valor zero;

c) Demais determinações constantes no Edital e na Lei 8.666/93.

8.2 Serão inabilitados os licitantes ou desclassificadas as propostas que deixarem de atender às exigências deste Edital, ressalvadas as situações previstas nos itens 8.6 e 8.7.

8.3 Os preços serão analisados conforme o Capítulo IX, deste Edital.

8.4 As propostas serão classificadas, conforme o critério do menor preço por item, apresentado em proposta ou lance verbal, sendo considerado vencedor o licitante que apresentar/ofertar lance, como sendo o de menor preço unitário e total de cada item licitado e, ainda, estiver com sua documentação válida, satisfazendo os termos deste Edital e seus Anexos.

8.5 No caso de igualdade do preço ofertado entre duas ou mais propostas, no mesmo item, o Pregoeiro Oficial efetuará sorteio na própria sessão pública, da qual participarão apenas as empresas empatadas, para definição da ordem de lances verbais.

8.5.1 A regra de sorteio também é válida quando houver empate entre duas ou mais propostas, no mesmo item, e os licitantes não quiserem ofertar lances verbais.

8.6 A não indicação dos prazos exigidos na proposta indicará que o licitante se compromete com os prazos estabelecidos neste Edital.

8.7 O Pregoeiro Oficial, verificando a necessidade de mais informações, no que diz respeito à documentação e às propostas apresentadas, aplicará subsidiariamente o disposto no § 3º, do art. 43, da Lei nº 8.666/93, podendo suspender a sessão a qualquer momento para realização de diligências.

8.8 Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, será lavrada ata circunstanciada narrando todos os fatos, ficando em poder da Comissão de Apoio ao Pregoeiro, todos os envelopes, devidamente rubricados e vistados pelos membros da Comissão, Pregoeiro e licitantes presentes, até a resolução do ocorrido, oportunidade em que será oficiado às mesmas a data para prosseguimento do certame.

8.9 Não serão levadas em consideração, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens oferecidas na proposta que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital e Anexos.

8.10 Serão desconsiderados os fatos irrelevantes que não causem prejuízo à escolha da melhor proposta para o objeto da presente licitação.

IX – DOS PREÇOS

9.1 Os preços serão considerados pelo valor unitário e global para cada item cotado, expressos em moeda corrente nacional.

9.2 Não serão aceitos preços cujos valores unitários sejam iguais a 0 (zero), inexequíveis ou excessivos, sendo entendidos como excessivos aqueles superiores aos praticados pelo mercado.

9.3 Os preços ofertados são fixos e invariáveis não podendo ultrapassar o preço máximo estipulado por este Edital em seu Anexo I intitulado: Relação dos Itens do Processo/Licitação.

X – DOS RECURSOS

10.1 Os recursos somente serão recebidos após a Fase de Habilitação quando for (em) declarado (s) o (s) vencedor (es), momento em que, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentarem contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

10.2 O recurso tempestivamente interposto terá efeito suspensivo e devolutivo exclusivamente em relação ao item questionado e deverá ser dirigido ao Prefeito Municipal de Rio Fortuna, cabendo ao mesmo apreciá-lo em 05 (cinco) dias úteis.

10.3 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, inclusive em função da falta de representante credenciado, importará na decadência do direito de recurso em âmbito administrativo e, conseqüentemente, adjudicação do objeto da licitação, pelo Pregoeiro, ao vencedor.

XI – DA ADJUDICAÇÃO

11.1 O objeto da presente licitação será adjudicado ao licitante que, atendendo a todas as condições expressas neste Edital de Pregão e seus anexos, for declarado vencedor para o item respectivo, de acordo com os critérios de julgamento e habilitação.

XII – DO PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado de acordo com a ordem de fornecimento e com o volume de material adquirido no referido mês.

XIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 A despesa decorrente do objeto de licitação correrá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste Município para 2017, nas seguintes dotações:

(27) 3.3.90.32.03.00.00.00– Saldo de Dotação: R\$ 81.000,00

XIV – DO CONTRATO E RESCISÃO

14.1 Será firmado Contrato (Anexo VI) com o Licitante vencedor, que será notificado a assinar o mesmo, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir da data de homologação e adjudicação e terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e pelas condições estabelecidas neste.

14.2 Farão parte integrante do Contrato, todos os elementos apresentados pela Licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento deste Edital, bem como as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, independente de transcrição.

14.3 O Contrato a ser assinado com o Licitante vencedor terá sua vigência adstrita ao prazo para fornecimento dos produtos, definido por este Edital, iniciando-se na data de assinatura do contrato, que vigorará no prazo de até 31/09/2017 ou até enquanto perdurarem as quantidades/ valores licitados.

14.4 Não assinado o contrato no prazo fixado pela Administração, o licitante vencedor perderá o direito à contratação, sofrerá aplicação de multa igual a 5% (cinco por cento) do valor da proposta e ficará, temporariamente, suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com a Prefeitura Municipal de Rio Fortuna e seus órgãos pelo período não superior a 02 (dois) anos.

14.5 Se o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo estabelecido, o Município de Rio Fortuna poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante.

14.6 O contrato será rescindo automaticamente no caso de o Licitante vencedor apresentar produtos em desacordo com as normas padrões, entregar produtos com qualidades inferiores às normas estabelecidas, em desacordo com as regras deste Edital ou, ainda, não atender ao item 1.3 deste Edital.

XV – DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

15.1 O cancelamento da execução será cabível, de pleno direito, independente de interpretação judicial ou extra-judicial, a firma adjudicatária que:

15.1.1 Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

15.1.2 Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência do Município de Rio Fortuna;

15.1.3 Estiver sendo processada por crime previsto no Código Penal Brasileiro ou outras Leis;

15.1.4 Possuir conduta social reprovável e/ou não respeitar as normas da Administração Municipal.

15.2 O Município de Rio Fortuna reserva-se o direito de transferir ou revogar a presente licitação, no todo ou parcialmente, mediante razões de conveniência administrativa e de interesse público, nos termos do art. 49, da Lei nº 8.666/93.

XVI – DAS PENALIDADES

16.1 À empresa proponente vencedora que não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, será aplicada as seguintes penalidades:

16.1.1 Rescisão do contrato de fornecimento;

16.1.2 Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Rio Fortuna;

16.1.3 Declaração de inidoneidade.

16.2 A critério da autoridade competente, a aplicação de quaisquer das penalidades acima mencionadas, acarretará perda da garantia com todos os seus acréscimos.

16.3 O Município de Rio Fortuna poderá, a seu critério, rescindir o contrato e/ou aplicar multa de 2% (dois por cento) por dia, sobre o valor do objeto da presente, até 15% (quinze por cento), quando a proponente, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida, bem como:

16.3.1 Prestar informações inexatas ou criar embaraços para entrega dos produtos;

16.3.2 Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte a terceiros, sem prévia autorização do Município;

16.3.3 Cometer qualquer infração às normas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

16.4 Na hipótese do Adjudicatário não prestar os serviços desta licitação, será aplicada uma multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do objeto, não o eximindo das penalidades previstas.

16.5 A recusa de receber a Ordem de Fornecimento, no prazo de validade das propostas, e a entrega fora das especificações predeterminadas implicam sanções previstas no item 13.3, além do fornecedor arcar com todas as despesas provenientes.

16.6 Se o licitante vencedor receber a Ordem de Fornecimento e não fornecer o objeto no prazo estabelecido, o Município de Rio Fortuna poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinarem o contrato e assumirem os serviços em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante, conforme legislação em vigor, ou poderá revogar total ou parcialmente qualquer dos Itens do item 1, deste Edital.

16.7 Em caso de ocorrência de fatos dolosos ou culposos supervenientes envolvendo o CONTRATADO, o Município de Rio Fortuna poderá anular ou revogar o processo licitatório, no todo ou em parte, inclusive após assinatura do contrato, levando-se em conta o interesse público, nos termos da Lei, sempre fundamentalmente e após processo regular, sem decorrer direito à indenização.

XVII – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

17.1 Qualquer pessoa poderá questionar, solicitar informações ou impugnar este Edital de Pregão, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública de Pregão, devendo o Município, através do Pregoeiro Oficial, julgar e responder sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

17.2 Não sendo feito nesse prazo, pressupõe-se que os elementos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação da proposta, não cabendo à proponente direito a qualquer reclamação posterior.

XVIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer licitante ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou estiver em regime de falência, este fica desde já impedido de participar da presente licitação.

18.2 Não serão aceitos, sob qualquer alegação, os envelopes de HABILITAÇÃO e PROPOSTA, apresentados após o horário marcado para o encerramento deste EDITAL, no local indicado na inicial desta licitação.

18.3 É facultada a Comissão ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação ou durante a validade do contrato de prestação de serviços, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo ou averiguar fatos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar da habilitação ou da proposta.

18.4 A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes devidamente comprovados, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, com a devida justificação.

18.5 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos ao presente certame.

18.6 Realizado o procedimento licitatório, com a observação de todas as formalidades legais, o resultado será comunicado aos licitantes na própria sessão de julgamento e, naqueles itens onde não houver interposição de recurso, será efetuada a adjudicação pelo Pregoeiro e submetidos ao Prefeito Municipal para homologação do certame.

18.7 A Comissão de Apoio ao Pregoeiro dirimirá as dúvidas concernentes às especificações técnicas e demais esclarecimentos acerca do objeto desta licitação, desde que argüidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura dos envelopes.

18.8 Os licitantes poderão examinar e retirar o presente Edital no Setor de Licitações, estando o Pregoeiro e Equipe de Apoio, disponíveis para atendimento de segunda a sexta-feira, das 07 (sete) às 13 (treze) horas, na sede da PREFEITURA, situada na Avenida Sete de Setembro, 1.175, Centro, nesta Cidade, fone/fax: (48) 3653-1122.

18.9 Fazem parte deste Edital os seguintes Anexos: 1) Anexo I – Relação dos Itens do Processo/Licitação; 2) Anexo II – Modelo de Termo de Credenciamento; 3) Anexo III – Declaração de cumprimento aos requisitos de Habilitação; 4) Anexo IV – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo; 5) Anexo V – Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do art. 7º da CF/88; 6) Anexo VI – Minuta do Contrato; 7) Anexo VII - Termo de Referência.

18.10 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço para qualquer correspondência.

18.11 No caso de não haver expediente para a data fixada, a entrega e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e/ou proposta realizar-se-á às 08 (oito) horas do primeiro dia útil, após aquela data.

18.12 Nos pontos em que este Edital for omissivo, prevalecerão os termos da Lei nº 10.520, de 18 de Julho de 2002, e do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93 e demais legislações em vigor.

18.13 Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o foro da Cidade de Braço do Norte/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

O presente Edital será publicado em resumo no MURAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA, no Diário Oficial Municipal, e no Site da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna.

Município de Rio Fortuna, Estado de Santa Catarina, 03 de abril de 2017.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Relação dos Itens do Processo/Licitação

Item	Produtos	Unidade Medida	Quantidade	Preço unitário Máximo(R\$)	Valor Total
01	Leite Integral cx com 12 litros Características técnicas: produto de origem animal (vaca), líquido fluído, homogêneo, de cor branca opaca. Deve apresentar certificado de inspeção (federal ou estadual) Embalagem primária com identificação do produto, especificação dos ingredientes, informação nutricional, marca do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade, peso líquido e rotulagem de acordo com a legislação.	CX	10	30,76	
02	Café Solúvel granulado c/ 200 Características técnicas: café para preparo instantâneo, facilmente solúvel em água quente. Embalagem 200 gramas; validade no mínimo 12 meses e data de fabricação no máximo de 60 dias.	KG	30	12,66	

03	<p>Açúcar refinado 1 kg</p> <p>Características técnicas: produto de 1º contendo no mínimo 99,3% de carboidrato por porção. Deverá ser fabricado de cana-de-açúcar livre de fermentação, com moagem refinada, isento de matéria terrosa de parasitos e de detritos animais e vegetais. Embalagem deve estar intacta, acondicionada em embalagens atóxicas em pacotes de 1kg de polietileno leitoso e transparente. Prazo de validade mínimo 12 meses e data de fabricação no máximo de 45 dias.</p>	KG	15	9,2	
04	Saco plástico rolo de 5 lt, com 100 unidades	UNID	05	4,64	
05	Saco plástico rolo de 3 lt, com 100 unidades	UNID	08	3,77	
06	Detergente líquido neutro 500 ml	UNID	25	1,52	
07	Papel higiênico c/ 30 mts c/ 4 und	UNID	10	2,20	
08	Copos descartáveis 200 ml tira c/ 100 und	UNID	50	4,65	
09	Pratos descartáveis c/ 10 und PS 23 cm	UNID	15	3,8	
10	Pratos descartáveis c/ 10 und PS 18 cm	UNID	15	1,43	
11	Garfos descartáveis c/ 50 und	UNID	10	4,94	
12	Esponja louça dupla face 110x75x20mm	UNID	20	1,53	
13	Esponja de lã de aço c/ 60 gr	UNID	05	1,59	
14	Álcool Etilico 92,8º lt	UNID	05	6,57	
15	Água sanitária 02 lt	UNID	03	4,75	
16	Água Mineral 500 ml und	UNID	10	1,4	
17	<p>Molho de tomate 340 gm und</p> <p>Características técnicas: produto resultante da concentração da polpa de tomate por processo tecnológico, preparado com frutos maduros selecionados, sem pele, sem sementes e sem corantes artificiais, isenta de sujidade e fermentação.</p> <p>Ingredientes: tomate, sal, açúcar e conservantes.</p> <p>Prazo de validade: mínimo de 12 meses e data de fabricação com máximo de 30 dias</p>	UNID	10	3,23	
18	<p>Cebola branca</p> <p>Características técnicas: classe médica (4), tipo especial (40 a 90 mm de diâmetro transversal), pesando entre 100 e 200 gramas a unidade. Deve apresentar as características de unidade bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas e maduras, bem formadas, limpas e sadias, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.</p>	KG	10	1,74	
19	<p>Salsicha</p> <p>Características técnicas: Salsicha de carne bovina/suína tipo hot dog com no máximo 2% de amido. Com aspecto característico, cor própria sem manchas pardacentas ou esverdeadas, odor e sabor próprio, com adição de água ou gelo máximo de 10%. Com registro no SIF ou SISP.</p> <p>Prazo de validade mínimo de 6 meses, e a data de fabricação com máximo de 30 dias.</p>	KG	25	8,77	
20	<p>Tomate</p> <p>Características técnicas: grupo oblongo ou redondo. Subgrupo verdade maduro ou pintado, classe pequena. Deve apresentar as características de cultivas bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvido, bem formado, limpo, com colorações próprias, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação, livre de unidade externa anormal.</p> <p>Embalagem: Material possível de ser higienizado de acordo com a Instrução Normativa do SARC – MA, ANVISA, INMETRO nº 009, de 12/11/02.</p>	KG	15	2,54	

21	Milho para Pipoca 500 gm und Ingredientes: milho para pipoca. Isento de glúten. Livre de sujidades e contaminantes. Embalagem plástica íntegra, atóxica de 500g. Rótulo com dados de indicação do fabricante, produto, peso, data de fabricação e validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro no órgão competente.	UNID	10	3,14	
22	Papel Toalha Interfolhas c/ 2 c/ 1000 und dobras Branco Clean	UNID	10	8,99	
23	Toalha de louça 67x42	UNID	10	3,55	
24	Saco p/ lixo pcte c/ 10 und. De 100 lt	UNID	25	4,42	
25	Saco p/ lixo pcte c/ 15 und. De 50 lt	UNID	10	4,42	
26	Saco p/ lixo pcte c/ 40 und. De 30 lt	UNID	10	4,42	
27	Pão de leite doce, com no mínimo 50 gr	UNID	200	0,50	
28	Pão de cachorro quente, com no mínimo 70 gr und	UNID	500	0,82	
29	Pão de sal, com no mínimo 50 gr und	UNID	150	0,50	
30	Bolo tipo cuca de batata em kg Ingredientes: batata, ovos, açúcar, óleo, manteiga, sal, trigo, leite, fermento Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados os bolos mal amassados, queimados e de caracteres organolépticos anormais. Deverá ser produzido no dia da entrega e acondicionado em embalagem própria.	KG	300	12,5	
31	Bolo tipo cuca banana (integral) em kg Ingredientes: farinha integral, trigo, banana, ovos, óleo, bicarbonato, fermento, canela, açúcar, manteiga. Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados os bolos mal amassados, queimados e de caracteres organolépticos anormais. Deverá ser produzido no dia da entrega e acondicionado em embalagem própria.	KG	300	14,05	
32	Bolo tipo manteiga em kg Ingredientes: ovos, açúcar, trigo, manteiga, fermento e leite Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados os bolos mal amassados, queimados e de caracteres organolépticos anormais. Deverá ser produzido no dia da entrega e acondicionado em embalagem própria.	KG	400	16,00	
33	Cavaco doce ou salgado com aprox. 60 gramas por und Ingredientes: ovos, manteiga, leite, água, sal, açúcar, fermento, óleo e trigo Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados os cavacos queimados e de caracteres organolépticos anormais. Deverá ser produzido no dia da entrega e acondicionado em embalagem própria.	UNID	1.250	0,78	
34	Pão de queijo com aprox. 45 gramas por unidade Ingredientes: fécula mandioca, óleo, sal, leite, queijo, ovos, água Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados os pães de queijo queimados e de caracteres organolépticos anormais. Deverá ser produzido no dia da entrega e acondicionado em embalagem própria.	UNID	1.250	1,2	

35	<p>Bolacha caseira de Trigo 30 gramas unidade</p> <p>Ingredientes: ovos, açúcar, manteiga, nata, salamoniaco, fermento e trigo</p> <p>Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados as bolachas queimadas e de caracteres organolépticos anormais. Deverá ser produzido no dia da entrega e acondicionado em embalagem própria.</p>	UNID	2500	0,43	
36	<p>Bolacha caseira de polvilho 30 gr und</p> <p>Ingredientes: ovos, açúcar, óleo, fermento, e polvilho</p> <p>Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados as bolachas queimadas e de caracteres organolépticos anormais. Deverá ser produzido no dia da entrega e acondicionado em embalagem própria.</p>	UNID	1500	0,46	
37	<p>Bolo salgado com Frango e Legumes em kg</p> <p>Ingredientes: ovos, trigo, leite, óleo, sal, fermento, queijo, franjo, cebola, tomate, xucu, brócolis, cenoura, couve for e vagem.</p> <p>Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados os bolos mal amassados e queimados e de caracteres organolépticos anormais. Deverá ser produzido no dia da entrega e acondicionado em embalagem própria.</p>	KG	125	17,00	
38	<p>Bolacha caseira de máquina (Sprits) 30 gramas por und</p> <p>Ingredientes: trigo, ovos, leite, açúcar, manteiga, fermento</p> <p>Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados as bolachas queimadas e de caracteres organolépticos anormais. Deverá ser produzido no dia da entrega e acondicionado em embalagem própria.</p>	UNID	500	19,83	
39	<p>Bolo de cenoura em kg</p> <p>Ingredientes: cenoura, ovos, açúcar, óleo manteiga, sal, trigo e fermento.</p> <p>Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados os bolos mal amassados queimados e de caracteres organolépticos anormais. Deverá ser produzido no dia da entrega e acondicionado em embalagem própria.</p>	KG	200	3,62	
40	<p>Torta recheio de frutas</p> <p>Ingredientes: ovos, açúcar, trigo, fermento, leite condensado, creme de leite, leite, pêssego, abacaxi ou (uva, morango, coco, ameixa)</p> <p>Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados as tortas mal amassadas, queimadas e de caracteres organolépticos anormais. Deverá ser produzido no dia da entrega e acondicionado em embalagem própria.</p>	KG	125	0,46	
41	Refrigerante 2 litros diversos sabores lt	LITRO	75	15,5	

Total 29.646,00

ANEXO II

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o (a) Sr. (a.), portador (a) do RG nº e do CPF nº, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Rio Fortuna, na modalidade Pregão Presencial, de nº 012/2017, na qualidade de representante legal, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular propostas, ofertar lances verbais, renunciar

direitos, desistir de recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

....., de de

Diretor ou Representante Legal com Firma Reconhecida da Assinatura

Obs.: Este documento deverá ser entregue fora dos envelopes.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A (razão social da empresa), CNPJ nº, localizada em,

DECLARA, em conformidade com a Lei nº 10.520/02, que cumpre todos os requisitos de habilitação para este certame licitatório, realizado pela Prefeitura Municipal de Rio Fortuna – Pregão nº 012/2017.

....., de de

Diretor ou Representante Legal

Obs.: Este documento deverá ser entregue fora dos envelopes.

ANEXO IV

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Para fins de participação no Edital de Pregão Presencial nº 012/2017, declaramos para todos os fins de direito, que a nossa empresa não foi declarada inidônea e nem está suspensa em nenhum órgão público, Federal, Estadual ou Municipal, nos termos do artigo 32 - Parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.648/98.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, ____ de _____ de _____.

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa licitante.

ANEXO V

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Para fins de participação, no Edital de Pregão nº 012/2017, em cumprimento com o que determina o art. 27, inciso V, da Lei 8.666/93, declaramos para todos os fins de direito, que a nossa empresa não possui empregados menores de dezoito anos em jornada noturna, ou em locais insalubres ou perigosos; não possui em seus quadros empregados menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a

partir dos quatorze anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, ____ de _____ de _____.

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa proponente.

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO Nº .../2017

Termo de Contrato de aquisição de Produtos para Merenda Escolar para a Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna, conforme discriminado no Edital de Licitação nº 012/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 019/2017, que fazem entre si o Município de Rio Fortuna e a empresa

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.926.585/0001-30, situado na Avenida Sete de Setembro, 1.175, Centro, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Lindomar Ballmann, CPF nº 031.353.049-14

CONTRATADO:

Cláusula Primeira - DO OBJETO E PREÇOS UNITÁRIOS

1ª. O presente Contrato tem por objeto a Aquisição de produtos destinados a Merenda Escolar para a Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna, até o dia 30/09/2017 ou até quando durarem os valores/quantidades licitados, em conformidade com as especificações técnicas, quantidades e preços constantes no Quadro Comparativo de Preços/Itens por Fornecedor, anexo deste Contrato.

Cláusula Segunda - DO VALOR GLOBAL

2ª. Dá-se a este Contrato o valor global de R\$ (... ..), sendo que os pagamentos serão efetuados, mensalmente, de acordo com o volume adquirido pelo CONTRATANTE.

Parágrafo único. O pagamento será efetuado na praça do CONTRATANTE, mediante cheque nominal e cruzado, ou depositado em conta bancária indicada pelo CONTRATADO.

Cláusula Terceira - DO PRAZO, DA ENTREGA E DO LOCAL DE ENTREGA

3ª. O presente contrato é celebrado por prazo determinado, com vigência até 30/09/2017 ou até quando as quantidades adquiridas somarem os valores/quantidades licitados. O Local de entrega dos objetos descritos na

Cláusula Primeira é a Sede da Secretaria de Educação de Rio Fortuna. A entrega será conforme necessidade do Contratante, não necessitando este adquirir toda a quantidade licitada.

Cláusula Quarta - DA FORMA DE REAJUSTE

4ª. Os valores previstos neste instrumento não sofrerão reajustes, conforme disposto no edital.

Cláusula Quinta - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5ª. O CONTRATANTE para atender os dispêndios decorrentes com a execução deste contrato, alocará recursos em seu orçamento próprio para 2017, discriminados pelos seguintes elementos:

(27) 3.3.90.32.03.00.00.00-

Cláusula Sexta - DAS PENALIDADES

6ª. O inadimplemento de qualquer das partes implicará pagamento de multa administrativa de 10% do valor total do contrato, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo a ser instaurado pelo CONTRATANTE.

§ 1º. Em conformidade com o estabelecido nos artigos 77, 78, 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, o CONTRATADO que não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais estará sujeito às seguintes penalidades:

I) A recusa de receber a Ordem de Fornecimento no prazo de validade das propostas e a entrega fora das especificações predeterminadas implicam sanções previstas no inciso III, além do fornecedor arcar com todas as despesas provenientes.

II) Se o licitante vencedor receber a Ordem de Fornecimento e não entregar quaisquer dos produtos no prazo estabelecido, o MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o contrato e assumir a entrega dos produtos em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora, conforme legislação em vigor.

III) Decorridos 10 (dez) dias de atraso da entrega dos itens, objeto da presente licitação, poderá o MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA cancelar a Nota de Compra e a Ordem de Fornecimento, sujeitando-se a proponente ao pagamento de multa prevista na letra "a", desta cláusula, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

IV) Ressalvados os casos de força maior, ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas, a critério do MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, as seguintes penalidades à proponente, no caso de inadimplência contratual:

a) Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso calculado sobre o valor total do objeto contratado com a empresa executora.

b) Em caso de tolerância, após os primeiros 30 (trinta) dias de atraso e não cancelada a Ordem de Fornecimento, se este atraso for repetido, o MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA poderá aplicar a multa em dobro da forma da letra "a".

c) Advertência expressa.

d) Suspensão do direito de licitar, junto ao MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA E SEUS ÓRGÃOS, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo período de 01 (um) ano.

§ 2º. O atraso para efeito de cálculo da multa prevista nas letras "a" e "b" será contado em dias corridos, a partir do vencimento do prazo estipulado da entrega até a data de entrega do Objeto da presente Licitação.

§ 3º. Nenhum pagamento será feito à Proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

Cláusula Sétima - DA RESCISÃO ANTECIPADA

7ª. O contrato poderá ser rescindido antecipadamente nos seguintes casos:

a) não cumprimento de quaisquer cláusulas desse Contrato;

b) cumprimento irregular das cláusulas desse Contrato;

c) lentidão de seu cumprimento;

d) o fornecimento dos itens descritos na Cláusula Primeira em condições diversas da apresentada no envelope proposta do Processo Licitatório nº 019/2017, Edital de Pregão nº 012/2017, do Município de Rio Fortuna.

Parágrafo Único. Em caso de ocorrência de fatos dolosos ou culposos supervenientes envolvendo o CONTRATADO, a Prefeitura Municipal de Rio Fortuna poderá anular ou revogar o processo licitatório, no todo ou em parte, inclusive após assinatura do contrato, levando-se em conta o interesse público, nos termos da Lei, sempre fundamentalmente e após processo regular, sem decorrer direito à indenização.

Cláusula Oitava - DO FORO

8ª. Para dirimir qualquer dúvida decorrente da execução do presente contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Cláusula Nona - DOS CASOS OMISSOS

9ª. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93 e, na lacuna também desta, pelas disposições do Código Civil Brasileiro.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que, de todos os atos, têm conhecimento.

Rio Fortuna/ SC, ... de de

LINDOMAR BALLMANN
Prefeito Municipal Contratado

ANEXO VII DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2017 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2017 – TERMO DE REFERÊNCIA

1 DO OBJETO

1.1 A presente licitação, de melhor proposta para Aquisição de Produtos de Alimentação para o Atendimento aos Grupos da Terceira Idade da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento na modalidade Pregão Presencial, do Município de Rio Fortuna.

2 DA DESCRIÇÃO DOS ITENS

Item	Produtos	Unidade Medida	Quantidade	Preço unitário (R\$)	Valor Total
01	Leite Integral cx com 12 litros Características técnicas: produto de origem animal (vaca), líquido fluído, homogêneo, de cor branca opaca. Deve apresentar certificado de inspeção (federal ou estadual) Embalagem primária com identificação do produto, especificação dos ingredientes, informação nutricional, marca do fabricante e informações do mesmo, prazo de validade, peso líquido e rotulagem de acordo com a legislação.	CX	10	30,76	
02	Café Solúvel granulado c/ 200 Características técnicas: café para preparo instantâneo, facilmente solúvel em água quente. Embalagem 200 gramas; validade no mínimo 12 meses e data de fabricação no máximo de 60 dias.	KG	30	12,66	
03	Açúcar refinado 1 kg Características técnicas: produto de 1º contendo no mínimo 99,3% de carboidrato por porção. Deverá ser fabricado de cana-de-açúcar livre de fermentação, com moagem refinada, isento de matéria terrosa de parasitos e de detritos animais e vegetais. Embalagem deve estar intacta, acondicionada em embalagens atóxicas em pacotes de 1kg de polietileno leitoso e transparente. Prazo de validade mínimo 12 meses e data de fabricação no máximo de 45 dias.	KG	15	9,2	
04	Saco plástico rolo de 5 lt, com 100 unidades	UNID	05	4,64	
05	Saco plástico rolo de 3 lt, com 100 unidades	UNID	08	3,77	
06	Detergente líquido neutro 500 ml	UNID	25	1,52	
07	Papel higiênico c/ 30 mts c/ 4 und	UNID	10	2,20	
08	Copos descartáveis 200 ml tira c/ 100 und	UNID	50	4,65	
09	Pratos descartáveis c/ 10 und PS 23 cm	UNID	15	3,8	
10	Pratos descartáveis c/ 10 und PS 18 cm	UNID	15	1,43	
11	Garfos descartáveis c/ 50 und	UNID	10	4,94	
12	Esponja louça dupla face 110x75x20mm	UNID	20	1,53	
13	Esponja de lã de aço c/ 60 gr	UNID	05	1,59	
14	Álcool Etílico 92,8º lt	UNID	05	6,57	
15	Água sanitária 02 lt	UNID	03	4,75	
16	Água Mineral 500 ml und	UNID	10	1,4	
17	Molho de tomate 340 gm und Características técnicas: produto resultante da concentração da polpa de tomate por processo tecnológico, preparado com frutos maduros selecionados, sem pele, sem sementes e sem corantes artificiais, isenta de sujidade e fermentação. Ingredientes: tomate, sal, açúcar e conservantes. Prazo de validade: mínimo de 12 meses e data de fabricação com máximo de 30 dias	UNID	10	3,23	
18	Cebola branca Características técnicas: classe médica (4), tipo especial (40 a 90 mm de diâmetro transversal), pesando entre 100 e 200 gramas a unidade. Deve apresentar as características de unidade bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas e maduras, bem formadas, limpas e sadias, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas, doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	10	1,74	

19	<p>Salsicha</p> <p>Características técnicas: Salsicha de carne bovina/suína tipo hot dog com no máximo 2% de amido. Com aspecto característico, cor própria sem manchas pardacentas ou esverdeadas, odor e sabor próprio, com adição de água ou gelo máximo de 10%. Com registro no SIF ou SISP.</p> <p>Prazo de validade mínimo de 6 meses, e a data de fabricação com máximo de 30 dias.</p>	KG	25	8,77	
20	<p>Tomate</p> <p>Características técnicas: grupo oblongo ou redondo. Subgrupo verdade maduro ou pintado, classe pequena. Deve apresentar as características de cultivas bem definidas, estar fisiologicamente desenvolvido, bem formado, limpo, com colorações próprias, livres de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação, livre de unidade externa anormal.</p> <p>Embalagem: Material possível de ser higienizado de acordo com a Instrução Normativa do SARC – MA, ANVISA, INMETRO nº 009, de 12/11/02.</p>	KG	15	2,54	
21	<p>Milho para Pipoca 500 gm und</p> <p>Ingredientes: milho para pipoca. Isento de glúten. Livre de sujidades e contaminantes. Embalagem plástica íntegra, atóxica de 500g. Rótulo com dados de indicação do fabricante, produto, peso, data de fabricação e validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e fungos. Registro no órgão competente.</p>	UNID	10	3,14	
22	Papel Toalha Interfolhas c/ 2 c/ 1000 und dobras Branco Clean	UNID	10	8,99	
23	Toalha de louça 67x42	UNID	10	3,55	
24	Saco p/ lixo pcte c/ 10 und. De 100 lt	UNID	25	4,42	
25	Saco p/ lixo pcte c/ 15 und. De 50 lt	UNID	10	4,42	
26	Saco p/ lixo pcte c/ 40 und. De 30 lt	UNID	10	4,42	
27	Pão de leite doce, com no mínimo 50 gr	UNID	200	0,50	
28	Pão de cachorro quente, com no mínimo 70 gr und	UNID	500	0,82	
29	Pão de sal, com no mínimo 50 gr und	UNID	150	0,50	
30	<p>Bolo tipo cuca de batata em kg</p> <p>Ingredientes: batata, ovos, açúcar, óleo, manteiga, sal, trigo, leite, fermento</p> <p>Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados os bolos mal amassados, queimados e de caracteres organolépticos anormais. Deverá ser produzido no dia da entrega e acondicionado em embalagem própria.</p>	KG	300	12,5	
31	<p>Bolo tipo cuca banana (integral) em kg</p> <p>Ingredientes: farinha integral, trigo, banana, ovos, óleo, bicarbonato, fermento, canela, açúcar, manteiga.</p> <p>Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados os bolos mal amassados, queimados e de caracteres organolépticos anormais. Deverá ser produzido no dia da entrega e acondicionado em embalagem própria.</p>	KG	300	14,05	

32	<p>Bolo tipo manteiga em kg</p> <p>Ingredientes: ovos, açúcar, trigo, manteiga, fermento e leite</p> <p>Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados os bolos mal amassados, queimados e de caracteres organolépticos anormais. Deverá ser produzido no dia da entrega e acondicionado em embalagem própria.</p>	KG	400	16,00	
33	<p>Cavaco doce ou salgado com aprox. 60 gramas por und</p> <p>Ingredientes: ovos, manteiga, leite, água, sal, açúcar, fermento, óleo e trigo</p> <p>Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados os cavacos queimados e de caracteres organolépticos anormais. Deverá ser produzido no dia da entrega e acondicionado em embalagem própria.</p>	UNID	1.250	0,78	
34	<p>Pão de queijo com aprox. 45 gramas por unidade</p> <p>Ingredientes: fécula mandioca, óleo, sal, leite, queijo, ovos, água</p> <p>Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados os pães de queijo queimados e de caracteres organolépticos anormais. Deverá ser produzido no dia da entrega e acondicionado em embalagem própria.</p>	UNID	1.250	1,2	
35	<p>Bolacha caseira de Trigo 30 gramas unidade</p> <p>Ingredientes: ovos, açúcar, manteiga, nata, salmóniaco, fermento e trigo</p> <p>Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados as bolachas queimadas e de caracteres organolépticos anormais. Deverá ser produzido no dia da entrega e acondicionado em embalagem própria.</p>	UNID	2500	0,43	
36	<p>Bolacha caseira de polvilho 30 gr und</p> <p>Ingredientes: ovos, açúcar, óleo, fermento, e polvilho</p> <p>Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados as bolachas queimadas e de caracteres organolépticos anormais. Deverá ser produzido no dia da entrega e acondicionado em embalagem própria.</p>	UNID	1500	0,46	
37	<p>Bolo salgado com Frango e Legumes em kg</p> <p>Ingredientes: ovos, trigo, leite, óleo, sal, fermento, queijo, frango, cebola, tomate, xucu, brócolis, cenoura, couve for e vagem.</p> <p>Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados os bolos mal amassados e queimados e de caracteres organolépticos anormais. Deverá ser produzido no dia da entrega e acondicionado em embalagem própria.</p>	KG	125	17,00	

38	<p>Bolacha caseira de máquina (Sprits) 30 gramas por und</p> <p>Ingredientes: trigo, ovos, leite, açúcar, manteiga, fermento</p> <p>Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados as bolachas queimadas e de caracteres organolépticos anormais. Deverá ser produzido no dia da entrega e acondicionado em embalagem própria.</p>	UNID	500	19,83	
39	<p>Bolo de cenoura em kg</p> <p>Ingredientes: cenoura, ovos, açúcar, óleo manteiga, sal, trigo e fermento.</p> <p>Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados os bolos mal amassados queimados e de caracteres organolépticos anormais. Deverá ser produzido no dia da entrega e acondicionado em embalagem própria.</p>	KG	200	3,62	
40	<p>Torta recheio de frutas</p> <p>Ingredientes: ovos, açúcar, trigo, fermento, leite condensado, creme de leite, leite, pêssago, abacaxi ou (uva, morango, coco, ameixa)</p> <p>Deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, em perfeito estado de conservação. Serão rejeitados as tortas mal amassadas, queimadas e de caracteres organolépticos anormais. Deverá ser produzido no dia da entrega e acondicionado em embalagem própria.</p>	KG	125	0,46	
41	Refrigerante 2 litros diversos sabores lt	LITRO	75	15,5	

3 DA JUSTIFICATIVA

3.1 A Contratação de Empresa(s) para fornecimento parcelado de Alimentos deve-se à necessidade de fornecimento de alimentação Ao Grupo de Atendimento a Terceira Idade do Município de Rio Fortuna.

4 DA ESTIMATIVA CONTRATUAL

4.1 O valor global estimado para contratação de Empresa especializada em fornecimento de alimentação Ao Grupo de Atendimento a Terceira Idade do Município de Rio Fortuna será de, aproximadamente, R\$ 29.646,00 (vinte e nove mil seiscentos e quarenta e seis reais).

5 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1 O(s) contrato(s) a ser(em) firmado(s) com a(s) licitante(s) vencedora(s) terá(ão) vigência até 30 de setembro de 2017, ou enquanto perdurarem os estoques licitados, conforme Edital.

6 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 Deverá (ão) a(s) contratada(s) disponibilizar (em) os produtos de alimentação, conforme necessidade desta Municipalidade.

7 DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado, mensalmente, após a entrega dos materiais e apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is), obedecida à ordem cronológica de empenho da(s) Nota(s) Fiscal(is).

8 DO LOCAL DE ENTREGA

8.1 Entregar os produtos, conforme solicitado na ordem de compra expedida.

9 DA CLASSIFICAÇÃO DO BEM

9.1 Os bens a serem contratados enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005.

10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Não fornecer os produtos sem a devida ordem de compra;

10.2 Manter em dia estoque dos produtos, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;

10.3 Não fornecer os produtos fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;

10.4 Atender às requisições de compra no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

10.5 Realizar a entrega dos produtos de acordo com o solicitado pela Secretaria Municipal de Educação de Rio Fortuna, até 30 de setembro

2017, sendo que os produtos, bem como suas quantidades, marcas e especificações técnicas serão fiscalizados pela referida Secretaria.

11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Efetuar os pagamentos referentes aos produtos adquiridos;

11.2 Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos produtos licitados.

11.3 Fiscalizar a entrega dos produtos, quantidades, marcas e especificações técnicas relativamente aos produtos entregues.

12 DAS MEDIDAS CAUTELADORAS

12.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

13 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no Edital.

Rio Fortuna/SC, 03 de abril de 2017.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

DECRETO 3.830/2017

DECRETO Nº 3.830/2017	
	DESIGNA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto DESIGNADA, a Servidora Municipal, senhora EDINÉIA PAULA MENEHINI MICHELS, ocupante do cargo de Técnico Administrativo I, como GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de acordo com a Lei Municipal nº 1.873/2009 de 18 de novembro de 2009, em substituição ao senhor CLAUDIO ELIAS SCHENKEL, quando o mesmo estiver ausente em regime de diárias, a serviço do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º A função acima citada será desempenhada sem remuneração.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia – SC, 03 de abril de 2017.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Claudio Elias Schenkel

Gestor Fundo Municipal de Saúde

DECRETO 3.831/2017

DECRETO Nº 3.831/2017

DISPÕE SOBRE QUEM PODE DIRIGIR VEÍCULOS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes

Considerando o número reduzido de servidores municipais ocupantes do cargo de motorista;

Considerando a Necessidade freqüente de deslocamento de veículos a serviço, para comunidades diversas ou a outros Municípios, inclusive para que servidores e agentes políticos participem de cursos, palestras, reuniões e outros;

Considerando o prejulgado n. 704 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que orienta positivamente no sentido da possibilidade de outros servidores que não, especificamente os motoristas, poderem dirigir os veículos do Município em situações especiais;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam autorizadas a dirigir veículos pertencentes ao Município de Romelândia para serviço, quando houver necessidade e no interesse da Administração, os seguintes servidores

I- Valdinei Gregol, ocupante do cargo de Técnico Administrativo I;

II- Nilson Schaeffer, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos Externos;

III- Valmir Birkheuer, ocupante do cargo de Secretário de Agricultura;

IV- Robson Luiz Scholtze, ocupante do cargo de engenheiro agrônomo;

V – Dariz Genz, ocupante do cargo de Auxiliar de Movimento Econômico;

VI –Josenei Sasset, ocupante do cargo de Auxiliar de Contabilidade;

VII – Romeu Kuhn, ocupante do cargo de Técnico Administrativo I;

VIII –Sergio Dorindo Meneghini, ocupante do cargo de Secretário de Educação;

IX – Lucimar Luiz Ferrari, ocupante do cargo de Contador;

X – Tiago Henrique Fronchetti, ocupante do cargo de Médico Veterinário;

XI – Valdir Bugs – ocupante do cargo de Prefeito Municipal;

XII – Loide Maria Pereira – ocupante do Cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária;

XIII- Jair Zimmer, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo III;

XIV- Adriane Terezinha Merigo Jung, ocupante do cargo de Secretário de Administração;

XV- Cláudio Elias Schenkel, ocupante do cargo de Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

XVI- Simone Ceccheler, ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária;

XVII- Lorena de Fátima Assis Biondo, ocupante do cargo de secretária de Assistência social e Habitação;

XVIII-Evandro Luiz Schaefer, ocupante do cargo de Controle;

XIX- Itacir Belusso, ocupante do cargo de Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo.

XX- Cleiton Luiz Tessaro- ocupante do cargo de Diretor Geral dos Esportes

XXI- Alessandra Pulita Heimburg- ocupante do cargo de Diretora na Secretaria da Agricultura

Art. 2º - Para que os servidores de que trata o artigo 1º, possam ser autorizados pela Chefia imediata (Secretário ou Prefeito) a dirigir veículo pertencente à municipalidade, deverá se cadastrar junto ao setor de recursos humanos, apresentando a Carteira Nacional de Habilitação.

§ 1º - O responsável pelo Departamento de Recursos Humanos expedirá documento especificando que o servidor apresentou habilitação para dirigir veículo, encontrando-se autorizado para dirigir (anexo I).

§ 2º - Tal documento deverá ser encaminhado ao Secretário da pasta a que o servidor autorizado a dirigir, está vinculado.

§ 3º - O Secretário deverá emitir autorização para que o servidor possa dirigir, em três vias, uma permanecendo no veículo, uma para o arquivo da Secretaria e outra para o setor de recursos humanos arquivar na pasta do Servidor.

Art. 3º - O servidor autorizado nos moldes dos artigos 1º e 2º, ao dirigir o veículo deverá preencher planilha (anexo III) contendo:

- I - Data;
- II- Veículo;
- III – Finalidade da saída;
- IV – Hora da saída e hora da chegada;
- V – Destino;
- VI – Quilometragem da Saída;
- VI- Quilometragem da chegada;
- VIII – Assinatura de quem autorizou;
- IX – Assinatura do Motorista.

Parágrafo único – O servidor autorizado, que utilizar o veículo e não preencher a planilha de que trata o Caput, entregando-a até o dia seguinte a viagem, ao responsável pelos veículos na Secretaria, poderá ser penalizado conforme estabelece o Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art. 4º - O servidor que utilizar veículo de propriedade do Município sem autorização do Chefe imediato de acordo com o presente Decreto será penalizado nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições do Decreto 3.825 de 20 de março de 2017 e demais disposições em contrário.

Romelândia – SC, 03 de abril de 2017.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada o presente Decreto em data supra

Adriane Terezinha Merigo Jung

Secretária de Administração e Fazenda

Santa Helena

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2017

=====

OBJETO: LOCAÇÃO DE 03 (TRÊS) BOMBAS SUBMERSAS PARA USO PROFUNDO (ARTESIANO), A SEREM INSTALADAS NAS COMUNIDADES DE LINHA CANTINA, LINHA QUADRO SANTO ANTONIO E NA SEDE (PRÓXIMO A LATICINIOS), COM SERVIÇOS DE RETIRADA, REINSTALAÇÃO E TRANSPORTE DAS MOTO BOMBA SUBMERSA.

JUSTIFICATIVA: O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO ATENDE DIVERSAS FAMILIAS DO INTERIOR E DA CIDADE. OCORRENDO QUE 03 (TRÊS) BOMBAS SUBMERSAS APRESENTARAM PROBLEMAS E O MUNICÍPIO NÃO DISPÕE DE BOMBAS PARA SUBSTITUI-LAS. DESTA FORMA, COM A NECESSIDADE DE FORNECER ÁGUA POTÁVEL À ESSAS FAMILIAS ATINGIDAS, FAZ-SE NECESSÁRIO MEDIDAS IMEDIATAS COMO A LOCAÇÃO DE 03 (TRÊS) BOMBAS SUBMERSAS PARA FAZER O ABASTECIMENTO DE ÁGUA ÀS COMUNIDADES, ATÉ QUE SE CONCLUA O PROCESSO LICITATÓRIO PARA CONserto DAS BOMBAS

Santa Helena (SC), 30 de março de 2017.

Blásio Ivo Hickmann

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2017

=====

OBJETO: LOCAÇÃO DE 03 (TRÊS) BOMBAS SUBMERSAS PARA USO PROFUNDO (ARTESIANO), A SEREM INSTALADAS NAS COMUNIDADES DE LINHA CANTINA, LINHA QUADRO SANTO ANTONIO E NA SEDE (PRÓXIMO A LATICINIOS), COM SERVIÇOS DE RETIRADA, REINSTALAÇÃO E TRANSPORTE DAS MOTO BOMBA SUBMERSA.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL - A presente Dispensa de licitação tem sua fundamentação legal no inciso II, do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, onde consta:

Art. 24. É Dispensavel a Licitação:

...

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

...

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação

emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

Santa Helena (SC), 30 de março de 2017.

Blásio Ivo Hickmann

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2017

=====

OBJETO: LOCAÇÃO DE 03 (TRÊS) BOMBAS SUBMERSAS PARA USO PROFUNDO (ARTESIANO), A SEREM INSTALADAS NAS COMUNIDADES DE LINHA CANTINA, LINHA QUADRO SANTO ANTONIO E NA SEDE (PRÓXIMO A LATICINIOS), COM SERVIÇOS DE RETIRADA, REINSTALAÇÃO E TRANSPORTE DAS MOTO BOMBA SUBMERSA.

FORNECEDOR: SC ENGENHARIA E POÇOS ARTESIANOS LTDA EPP

ENDEREÇO: Rua 7 de Setembro, 2555, centro, na cidade de São Miguel do Oeste-SC, CEP:89.900-000

Valor Contratado: R\$ 7.770,00 (Sete mil setecentos e setenta reais).

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR - O fornecedor retro mencionado foi escolhido por praticar o preço mais em conta e a disponibilidade de pronto atendimento.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO: O preço ajustado para a prestação dos serviços pelo fornecedor citado acima são os mais em conta, conforme orçamentos.

Santa Helena (SC), 30 de março de 2017.

Blásio Ivo Hickmann

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2017

=====

OBJETO: LOCAÇÃO DE 03 (TRÊS) BOMBAS SUBMERSAS PARA USO PROFUNDO (ARTESIANO), A SEREM INSTALADAS NAS COMUNIDADES DE LINHA CANTINA, LINHA QUADRO SANTO ANTONIO E NA SEDE (PRÓXIMO A LATICINIOS), COM SERVIÇOS DE RETIRADA, REINSTALAÇÃO E TRANSPORTE DAS MOTO BOMBA SUBMERSA.

ENCAMINHAMENTO

Sr. Prefeito Municipal

Encaminhamos à Vossa Senhoria para ratificação, o Processo de Modalidade de Dispensa de Licitação Nº 03/2017, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo, com a expedição do Termo de Ratificação do Processo.

Santa Helena (SC), 30 de março de 2017.
Blásio Ivo Hickmann
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2017

=====

OBJETO: LOCAÇÃO DE 03 (TRÊS) BOMBAS SUBMERSAS PARA USO PROFUNDO (ARTESIANO), A SEREM INSTALADAS NAS COMUNIDADES DE LINHA CANTINA, LINHA QUADRO SANTO ANTONIO E NA SEDE (PRÓXIMO A LATICÍNIOS), COM SERVIÇOS DE RETIRADA, REINSTALAÇÃO E TRANSPORTE DAS MOTO BOMBA SUBMERSA.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Tendo em vista a necessidade da contratação de um profissional que presta serviços técnicos na área de engenharia civil, ratifico a Dispensa de licitação, nos termos e condições constantes dos autos.

Publique-se a presente decisão.

LUIZ GLUITZ
Prefeito Municipal

Santa Helena (SC), 30 de março de 2017.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2017

=====

OBJETO: LOCAÇÃO DE 03 (TRÊS) BOMBAS SUBMERSAS PARA USO PROFUNDO (ARTESIANO), A SEREM INSTALADAS NAS COMUNIDADES DE LINHA CANTINA, LINHA QUADRO SANTO ANTONIO E NA SEDE (PRÓXIMO A LATICÍNIOS), COM SERVIÇOS DE RETIRADA, REINSTALAÇÃO E TRANSPORTE DAS MOTO BOMBA SUBMERSA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, art 24, II e IV.

PREÇO: R\$ R\$ 7.770,00 (Sete mil setecentos e setenta reais).

DOTAÇÃO: 07.03.2.037.3.3.90.39.12.00 (87)

CONTRATADO: SC ENGENHARIA E POÇOS ARTESIANOS LTDA EPP

VIGÊNCIA: 01 de abril de 2017 a 15 de maio de 2017.

Santa Helena (SC), 30 de março de 2017.
LUIZ GLUITZ
Prefeito municipal

(Processo Nr. 22/2017)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA – PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 23/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2017

O Município de Santa Helena - Prefeitura, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório nº 23/2017, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 20/2017, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para aquisição de equipamentos e materiais de consumo de primeira qualidade para a secretaria de obras urbanismo e saneamento e para o viveiro municipal do município de Santa Helena - SC. Recebimento dos envelopes até as 13h20min do dia 18 de abril de 2017. Abertura das propostas as 13h30min do dia 18 de abril de 2017, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site www.santahelena.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3633 0009. Santa Helena (SC), 03 de abril de 2017.

LUIZ GLUITZ
Prefeito Municipal

Santa Rosa de Lima

PREFEITURA

RESULTADO DA CHAMADA PÚBLICA 01/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

RESULTADO EDITAL DE CHAMADA PUBLICA Nº 01/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 06/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREDENDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS, DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA/SC.

VENCEDOR: LUCIANA OENING E CANDIDO KULKAMP.

VALOR HOMOLOGADO: R\$ 16.540,50.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 31 de março de 2017.

Santa Rosa de Lima, em 31 de março de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREDENDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS, DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA/SC.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: LUCIANA OENING

CPF/MF: 068.763.379-60

VALOR DO CONTRATO: R\$ 11.540,50

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2017.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 31 de março de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREDENDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS, DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA/SC.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: CÂNDIDO KULKAMP

CPF/MF: 564.429.399-87

VALOR DO CONTRATO: R\$ 5.000,00

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2017.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 31 de março de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

RESULTADO DO PREGÃO 06/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO

Nº 21/2017 E CONTRATO FMS 28/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA.

CONTRATADA: SERRA GERAL SOLUÇÕES PARA INTERNET LTDA EPP.

OBJETO DO ADITIVO: O valor da supressão e passando o LINK DE INTERNET, DEDICADOS 24 HORAS POR DIA AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA SANTA ROSA DE LIMA DIGITAL E A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA de R\$ 19.870,00 (dezenove mil oitocentos e setenta reais) para R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais), as demais Cláusulas do Contrato nº 21/2017 e Contrato FMS 28/2017 de 21 de março de 2017 permanecem inalteradas.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 21 de março de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

RESULTADO DO PREGÃO 06/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

RESULTADO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LINK DE INTERNET, DEDICADOS 24 HORAS POR DIA AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA SANTA ROSA DE LIMA DIGITAL E A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA.

VENCEDORES: SERRA GERAL SOLUÇÕES PARA INTERNET LTDA EPP.

VALOR HOMOLOGADO: R\$ 198.700,00.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 21 de março de 2017.

Santa Rosa de Lima, em 21 de março de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2017

EXTRATO DO CONTRATO FMS 28/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LINK DE INTERNET, DEDICADOS 24 HORAS POR DIA AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA SANTA ROSA DE LIMA DIGITAL E A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: SERRA GERAL SOLUÇÕES PARA INTERNET LTDA EPP.

CNPJ/MF: 09.399.126/0001-55

VALOR DO CONTRATO: R\$ 198.700,00

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2017. , com possível prorrogação, conforme o Edital de Licitações. Sempre atendendo o disposto na Lei das Licitações.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 21 de março de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

RESULTADO DO PREGÃO 10/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

Santa Rosa de Lima, em 03 de abril de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

RESULTADO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 14/2017

OBJETO: SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA DE MAQUINAS EM GERAL CAMINHÕES, ÔNIBUS E VEÍCULOS LEVES, PARA AS NECESSIDADES DA FROTA PERTENCENTE AO MUNICIPIO DE SANTA ROSA DE LIMA NO EXERCICIO DE 2017.

VENCEDORES: VANDERLEI RODRIGUES ME.

VALOR HOMOLOGADO: R\$ 30.700,00.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 31 de março de 2017.

Santa Rosa de Lima, em 31 de março de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 24/2017

OBJETO: SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECANICA DE MAQUINAS EM GERAL CAMINHÕES, ÔNIBUS E VEÍCULOS LEVES, PARA AS NECESSIDADES DA FROTA PERTENCENTE AO MUNICIPIO DE SANTA ROSA DE LIMA NO EXERCICIO DE 2017.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: VANDERLEI RODRIGUES ME CNPJ/MF: 13.923.301/0001-39

VALOR DO CONTRATO: R\$ 30.700,00

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2017, com possível prorrogação, conforme o Edital de Licitações. Sempre atendendo o disposto na Lei das Licitações.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 31 de março de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

RESULTADO DO PREGÃO 11/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

RESULTADO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2017

OBJETO: SERVIÇOS DE HORAS DE MÁQUINAS, CAMINHÃO E SERVIÇOS DE FURAÇÃO E DESMONTE DE ROCHAS PARA O MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

VENCEDORES: VALBERTO STUEPP ME.

VALOR HOMOLOGADO: R\$ 67.840,00.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 03 de abril de 2017.

Santa Rosa de Lima, em 03 de abril de 2017.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2017

OBJETO: SERVIÇOS DE HORAS DE MÁQUINAS, CAMINHÃO E SERVIÇOS DE FURAÇÃO E DESMONTE DE ROCHAS PARA O MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: VALBERTO STUEPP ME. CNPJ/MF: 07.745.695/0001-80.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 67.840,00

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2017.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 036/2017 PR

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 036/2017- PR 036/2017

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para a contratação de empresa para fornecimento de 01 (uma) Colhedora de forragens de uma linha de no mínimo de 12 facas serrilhadas e 01 (uma) Retroescavadeira nova, tração 4x4, potência mínima 92HP, caixa de câmbio com no mínimo 4 marcha à frente e 4 a ré, a diesel, para uso do Setor de Agricultura. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 13h30min do dia 17 de Abril de 2017, com início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 13h45min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113. E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 03 de Abril de 2017.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 38/2017

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. DERLI FURTADO, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 18 de abril de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços, tendo como objeto a Aquisição de pneus novos e óleo lubrificante para manutenção das diversas Secretarias da Municipalidade e Fundo Municipal da Saúde.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Fone 049 3657 0001, pelo site www.staterezinha-progresso.sc.gov.br; ou pelo e-mail: compras@staterezinhaprogresso.sc.gov.br

Santa Terezinha do Progresso – SC, aos 04 de abril de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

EDITAL Nº 003/2017

PROCESSO SELETIVO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA
PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
EDITAL Nº 03/2017

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, através da Secretaria Municipal de Administração, torna público que fará realizar Processo Seletivo Simplificado para a contratação de pessoal, atendendo a Administração Direta, admitidos em caráter temporário, conforme dispõe o art. 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município, art. 61 Inciso VII e Lei nº 2.397 de 09 de setembro de 2009.

1. DOS CARGOS

1.1 O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento das vagas referentes aos cargos dispostos no quadro a seguir, sempre que houver necessidade de contratação temporária, atendendo Lei nº 2.397 de 09 de setembro de 2009.

1.2 O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento dos cargos de:

Cargo	Vagas	C.H	Vencimento	Requisitos
Médico Pediatra	01	40	***R\$ 12.621,16	Ensino Superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática.
Médico Ginecologista/Obstetra	01	40	***R\$ 12.621,16	Ensino Superior no curso específico com título de especialização na área de atuação e inscrição no órgão de classe da região e conhecimento básico em informática.
Odontólogo	01	40	***R\$ 7.799,44	Ensino Superior no curso específico com inscrição no órgão de classe da região
Auxiliar de Consultório Dentário	01	40	R\$ 1.529,82	Ensino Médio completo com inscrição no órgão de classe da região com conhecimento básico em informática.

***O valor informado corresponde a 40 horas semanais, podendo ser proporcional a carga horária.

1.3 O Processo Seletivo Simplificado terá validade para o ano de 2017.

1.4 Os candidatos aprovados e classificados poderão ser admitidos para o preenchimento da vaga que vier a surgir, dentro do prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado, ficando a admissão dentro do interesse e conveniência da administração.

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Processo Seletivo será regido por este Edital, eventuais retificações e/ou aditamentos serão realizados sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

2.1.1 É de responsabilidade exclusiva do candidato, acompanhar todas as publicações referentes a este Processo Seletivo.

2.1.2 Ao realizar a inscrição o candidato declara estar de acordo com todas as disposições deste edital, não podendo alegar desconhecimento das normas nele contidas.

2.2 A aprovação no Processo Seletivo não ensejará a obrigatoriedade da admissão para o serviço público, que se dará apenas em decorrência das necessidades da administração e da existência de vagas.

3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 O período das inscrições é de 05 de abril de 2017 a 13 de abril de 2017.

3.2 Para inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado previsto neste Edital, o candidato deverá fazer sua inscrição durante o período de inscrições junto à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, no Departamento de Recursos Humanos, sito à Rua Jorge Lacerda, 75 - Centro, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas.

3.3 O candidato deverá preencher a ficha de inscrição disponível no local das inscrições e verificar a exatidão das declarações nela contidas, ficando, após a assinatura, inteiramente responsável pelas informações prestadas; bem como anexar cópias:

- Da cédula de identidade (RG) e CPF
- Comprovação do tempo de serviço conforme item 4.4
- Certidão de nascimento/adoção dos dependentes

d) Comprovante de escolaridade

3.4 Em hipótese alguma será admitida inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por instrumento procuratório com fins específicos.

3.4.1 No caso de inscrição via procuração, o procurador deve apresentar a procuração específica para este fim original e ainda um documento de identificação original com foto válido, e mais todos os documentos do item 3.3 do outorgante da procuração.

3.5 Somente será considerado inscrito o candidato cuja inscrição for deferida pela Comissão do Processo Seletivo, considerando-se os critérios exigidos neste Edital.

3.6 O teor do Edital estará disponível no "site" www.saobentodosul.sc.gov.br, no link Editais de RH, e publicado no Diário Oficial dos Municípios, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção deste documento.

3.7 São condições de admissão:

3.7.1 Nacionalidade brasileira;

3.7.2 O gozo dos direitos civis e políticos;

3.7.3 A quitação das obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as obrigações militares;

3.7.4 Possuir escolaridade exigida para o exercício do cargo, comprovando estar em dia com o órgão regulamentador da profissão;

3.7.5 Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data da admissão;

3.7.6 Ser aprovado em exame médico pré-admissional; em caso do exame admissional declarar o candidato inapto, o candidato estará eliminado do processo seletivo, sendo convocado o próximo candidato da lista de classificação.

3.8 Ao preencher sua ficha de inscrição, o candidato estará declarando formalmente que preenche as condições de inscrição relacionadas no item 3.7 deste Edital.

3.9 Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto à identificação do candidato ou quanto ao cargo, nem será devolvido nenhum documento ao candidato, que não seja o comprovante de inscrição.

3.10 A inscrição do candidato importa no conhecimento e na aceitação das condições estabelecidas no presente Edital.

4. DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 Os cargos previstos no quadro do item 1.1 terão como critério de classificação o Tempo de Serviço no cargo.

4.2 A classificação final dos candidatos, para cada cargo, será feita em ordem decrescente de pontos.

4.3 Tempo de Serviço no exercício do cargo:

a) Até 05 anos: 2,5 pontos

b) De 06 anos a 10 anos: 05 pontos

c) Acima de 10 anos: 7,5 pontos

4.4 A comprovação do tempo de serviço conforme o item 4.3 se dará no ato da inscrição, através da apresentação de Declaração ou Certidão de Tempo de Serviço, ou cópias do registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS, que devem ser anexadas com a ficha de inscrição.

4.4.1 O tempo de serviço prestado simultaneamente em dois ou mais locais será computado apenas uma vez.

5 – CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

5.1 Para o caso de empate nos critérios do item 4.3 entre candidatos, após a classificação final, serão aplicados os critérios de desempate seguintes:

5.1.1 Que tenha maior número de dependentes até 16 anos;

5.1.2 Que seja mais idoso.

5.2 A lista com o resultado final será divulgada no site www.saobentodosul.sc.gov.br, no link Editais de RH e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

5.3 O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de divulgação da listagem para entrar com pedido de reconsideração da classificação, junto à Secretaria Municipal de Administração.

6. DO REGIME JURÍDICO

6.1 Aplica-se ao pessoal contratado nos termos da Lei 2397/2009 o disposto na Consolidação das leis do Trabalho, aplicando-se supletivamente os deveres e proibições previstos do regime jurídico dos servidores municipais.

7. DAS EXIGÊNCIAS PARA A ADMISSÃO

7.1 Os candidatos classificados serão admitidos obedecendo rigorosamente à ordem de classificação por cargo/função.

7.2 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul. A admissão é de competência da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

7.3 Por ocasião da admissão serão exigidos do candidato habilitado os seguintes documentos, sob pena de exclusão do presente processo:

- ABERTURA DE CONTA CORRENTE no Banco Caixa Econômica Federal – SBS;
- Documentos necessários para abertura da conta corrente: Identidade, CPF, Comprovante de Residência (mês atual) e Comprovante de Renda (Expedido pelo Depto. Recursos Humanos da PMSBS).
- 01 Foto 3x4
- Exame Pré-admissional; (Em local indicado pela Prefeitura, com agendamento no Departamento de RH)
- Declaração negativa de que não exerce cargo ou emprego público;
- Declaração de que percebe ou não percebe Aposentadoria ou Benefício proveniente de Regime Próprio de Previdência Social, e ou, do Regime Geral de Previdência Social, relativo a emprego público;
- Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art.151 da Lei 228/2001;
- Declaração de Bens que constituem o seu Patrimônio;
- Certidões Negativas CÍVEL e CRIMINAL da Comarca de São Bento do Sul, que pode ser obtida através do site www.tjsc.jus.br
- Certidão de Regularidade do Conselho de Classe Profissional da Região de Santa Catarina
- Registro no órgão de classe da Região (identidade Profissional) autenticada em cartório

Fotocópias (xerox):

- Cédula de Identidade;
- C.P.F.;
- Título de Eleitor
- Comprovante de votação da última Eleição OU certidão de quitação eleitoral disponível no site www.tse.jus.br
- Certidão de Nascimento, e ou, Casamento;
- Certidão de Nascimento e da Carteira de Vacinação dos Filhos menores de 14 anos, (páginas contendo o nome e comprovação das vacinas);
- Atestado de Frequência Escolar dos Filhos entre 06 e 14 anos;
- Certificado de Alistamento Militar;
- Comprovante de Residência Atual;
- Comprovante de Escolaridade Diploma ou Certificado de conclusão autenticado em cartório; com apresentação do original no ato da admissão;
- Carteira de vacina contra Rubéola. (Frente e Verso)
- Nº do PIS/PASEP e sua data de Cadastro;
- Carteira de Trabalho onde consta a Foto e os dados Pessoais.
- Apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, Original para registro.

7.4 Será excluído do Processo Seletivo Simplificado, anulando os atos decorrentes da inscrição, o candidato que:

- a) Fizer em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata, mesmo que verificada posteriormente a admissão;
- b) Não mantiver atualizado seu endereço. Em caso de alteração do endereço constante da "FICHA DE INSCRIÇÃO", o candidato deverá comparecer à Secretaria Municipal de Administração, no Departamento de Recursos Humanos, sito à Rua Jorge Lacerda nº 75 – Centro, e preencher documento indicando seu cargo função - fazendo menção expressa que se relaciona ao Processo Seletivo Simplificado objeto deste Edital.

8. DA ESCOLHA DE VAGA

8.1 A escolha da vaga ocorrerá de acordo com a ordem de classificação e será realizada pela Secretaria Municipal de Administração através do Departamento de Recursos Humanos.

8.2 A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato não podendo ser realizada por meio de procuração;

8.3 No surgimento de vagas, caberá a Secretaria Municipal de Administração através do Departamento de Recursos Humanos realizar a chamada para contratação via telefone, email ou através de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com aviso de recebimento (AR);

8.4 O candidato terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de recebimento da comunicação via telefone, email

ou de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com aviso de recebimento (AR), para se apresentar e entregar todos os documentos exigidos no item 7.3, além de passar pelo exame médico admissional, sob pena de desclassificação.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 O Poder Executivo do Município de São Bento do Sul - SC não se responsabiliza por eventual prejuízo do candidato na fase de admissão, decorrentes de:

- a) endereço não atualizado;
- b) endereço de difícil acesso;
- c) correspondência devolvida pela Empresa de Correios e Telégrafos por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
- d) correspondência recebida por terceiros.

9.2. Durante o prazo de validade do Processo Seletivo o candidato aprovado deverá manter seu endereço atualizado, devendo em caso de alteração do mesmo comunicar oficialmente ao Departamento de Recursos Humanos.

9.3. Durante o prazo de validade do Processo Seletivo, será respeitada a ordem de classificação obtida pelos candidatos para admissão nas vagas existentes ou que porventura vierem a existir, de acordo com suas necessidades e disponibilidade financeira, não havendo obrigatoriedade de contratação de todos os candidatos.

9.4 Os casos omissos e situações não previstas neste edital, serão analisadas e deferidas pela Comissão Organizadora deste Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal de São Bento do Sul.

9.5 A homologação do resultado deste Processo Seletivo Simplificado será efetuada por cargo função.

9.6 O Edital, resultado final e homologação serão publicados no Diário dos Municípios e disponibilizados no "site" www.saobentodosul.sc.gov.br - no link /EditaisRH.

9.7 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo Simplificado de quaisquer membros da Comissão organizadora.

9.8 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação das condições estabelecidas no teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

9.9 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo.

São Bento do Sul/SC, 31 de março de 2017.

Magno Bollmann

Prefeito Municipal

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 83/2014

Contrato Nº: 11/2017 – 3º Termo Aditivo

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: SANEBRAS SANEAMENTO LTDA - ME

Vigência: Início: 16/03/2017 - Término: 15/09/2017

Recursos: Dotação:

(36) – 3.3.90.39.00 Setor de Abastecimento de Água

Objeto: locação de veículo retroescavadeira com operador e gastos com combustível.

Valor: R\$ 8.429,82 (Oito Mil, Quatrocentos e Vinte e Nove Reais e Oitenta e Dois Centavos) por mês.

São Bento do Sul, 31 de março de 2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 09/2017

Contrato Nº: 13/2017

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: DESENTUPIDORA PROGRESSO LTDA ME

Vigência: Início: 27/03/2017 - Término: 26/03/2018

Recursos: Dotação:

(74) 3.3.90.39.00.00.00.0200

Objeto: Contratação de empresa para prestação de Serviços continuados para coleta e descarga (limpeza de fundo) com transporte rodoviário e sem transporte rodoviário, e Contratação de serviço continuado para desobstrução de tubulações de DN 100 até DN 400 por processo de hidrojateamento.

Valores:

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO DO m3	PREÇO TOTAL POR MÊS	PREÇO TOTAL ANUAL
1	400 m3/mês	Contratação de serviço continuado para coleta e descarga (limpeza de fundo) com transporte rodoviário de no máximo 400 m3/mês de lodo hidratado de efluente urbano oriundos de descarte de lodo, e startup de reator biológico aeróbio, entre Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) e Elevatórias de Esgoto Bruto (EEB), localizadas no perímetro urbano de São Bento do Sul, existentes ou futuras, do SAMAE, pelo período de 01 ano, conforme termo de referência.	11,2045	4481,80	53781,54
2	50 m3/mês	Contratação de serviço continuado para coleta e descarga (limpeza de fundo) sem transporte rodoviário de no máximo 50 m3/mês de lodos biológicos dentro de Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) do SAMAE localizadas no perímetro urbano de São Bento do Sul pelo período de 01 ano, conforme termo de referência.	10,0840	504,20	6050,40
3	20 horas/mês	Contratação de serviço continuado para desobstrução de tubulações de DN 100 até DN 400 por processo de hidrojateamento de 20 horas/mês, localizadas no perímetro urbano de São Bento do Sul, pelo período de 01 ano, conforme termo de referência.	84,0336	1680,672	20168,06
VALOR TOTAL ANUAL					80.000,00

São Bento do Sul, 31 de março de 2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 30/2016

Contrato Nº: 14/2017 – 1º Termo Aditivo

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada: CONTINENTAL EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA - ME

Vigência: Início: 28/03/2017 - Término: 20/06/2017

Recursos: Dotação:

(36) – 3.3.90.39.00.00.00 - Setor de Abastecimento de Água

(60) – 3.3.90.39.00.00.00 - Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário

Objeto: prestação de serviços de reposição de calçamento.

DO ADITIVO

Fica aditivado o presente contrato em 20%, conforme tabela:

ITEM	QTDE INICIAL	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ADITIVADA	VALOR TOTAL ADITIVADO
01	1.000 m²	Paralelepípedo	200 m²	5.580,00
02	1.000 m²	Lajota sextavada	200m²	4.980,00

03	300 m²	Pedra tipo "petit pavê"	60m²	2.280,00
04	1.100 m²	Concreto	220m²	6.600,00
05	200 m²	Peiver	40m²	920,00
06	300 ml	Meio-fio	60ml	540,00
			VALOR TOTAL ADITIVADO: 20.900,00	

São Bento do Sul, 31 de março de 2017.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO 16/2017-ADM

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Processo adm. .nº.:	15/2017
Cont. adm. Nº	16/2017
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	RETIFICA O DESBRAVADOR LTDA
Objeto :	RECUPERAÇÃO PARCIAL DA MAQUINA RETROESCAVADEIRA RANDON RK406B COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA
Valor :	R\$ 10.300,00
Vigência :	31/07/2017
Licitação :	PREGÃO PRESENCIAL 15/2017
Recursos :	DOTAÇÃO: ORCAMENTO ANUAL 2017
SÃO CARLOS/SC, 03 de abril de 2017	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO MUNICIPAL	

São João Batista

PREFEITURA

DECRETO 3106/2017

DECRETO 3106/2017

"Regula o expediente nas repartições públicas municipais nos dias 13 e 14 de abril de 2017."

O Prefeito do Município de São João Batista, no exercício da competência que lhe é outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XII, da Lei Orgânica do Município e considerando o feriado nacional do dia 14 de abril de 2017, Paixão de Cristo, decreta:

Art. 1st Será considerado ponto facultativo o dia 13 de abril de 2017, não havendo expediente no Prédio da Prefeitura Municipal de São João Batista, no Centro Administrativo em anexo e nas Secretarias.

Parágrafo único. Não se aplica o artigo 1º deste decreto às creches do município, e ao posto de saúde central, que terão suas atividades realizadas normalmente.

Art. 2nd Nas repartições públicas municipais da Administração Direta e Indireta também não haverá expediente durante todo o dia 13 de abril de 2017 para aqueles que desempenham atividades burocráticas, ficando ressalvada a prestação de serviços para a população em geral.

Art. 3rd Os serviços essenciais não serão paralisados em função deste Decreto, devendo ser garantido o normal funcionamento no hospital, coleta de lixo e estação de tratamento de água, inclusive em regime de plantão, a critério de cada órgão, conforme a necessidade e a conveniência, não se aplicando o disposto no artigo 1º.

Art. 4th No dia 14 de abril de 2017, considerado feriado nacional da Paixão de Cristo, não haverá expediente na totalidade das repartições públicas municipais da Administração Direta e Indireta. Parágrafo único. Os serviços essenciais não serão paralisados em função deste Decreto, devendo funcionar normalmente ou em regime de plantão, a critério de cada órgão, conforme a necessidade e a conveniência.

Art. 5th Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista SC, 28 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 3.703, DE 29 DE MARÇO DE 2017

Lei Municipal 3.703, de 29 de março de 2017.

"Autoriza o poder executivo municipal a proceder à terceirização, mediante licitação específica, dos serviços de plantão de atendimento médico e de especialidades médicas realizados no Hospital Monsenhor José Locks."

O Prefeito Municipal de São João Batista, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, para fins do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal, a proceder à terceirização, mediante licitação específica, dos serviços de plantão de atendimento médico e de especialidades médicas realizados no Hospital Monsenhor José Locks.

Art. 2º O prazo de vigência dos serviços descritos no artigo anterior

obedecerá os previstos na Lei 8.666/93.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São João Batista, 29 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 3.704, DE 29 DE MARÇO DE 2017

Lei Municipal 3.704, de 29 de março de 2017.

"Autoriza a abertura de crédito adicional especial na Lei Orçamentária para 2017."

O Prefeito do Município de São João Batista, faz saber que a Câmara aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, no valor de R\$ 222.950,00 (duzentos e vinte e dois mil, novecentos e cinquenta reais), utilizando como fonte de recursos o Superávit Financeiro na fonte 0.6.09.000017 no valor de 178.360,00 (cento e setenta e oito mil, trezentos e sessenta reais) e anulação de dotação orçamentária na fonte 0.2.09.000071 no valor de 44.590,00 (quarenta e quatro mil, quinhentos e noventa reais) com a seguinte classificação orçamentária:

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0801	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	222.950,00
0801.10.301.0004.1044	Aquisição de Veículos	222.950,00
4.4.90.00/0.6.09.000017	Investimentos	178.360,00
4.4.90.00/0.2.09.000071	Investimentos	44.590,00

ANULAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0801	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	44.590,00
0801.10.301.0004.2036	Manutenção do FMS – ESF	44.590,00
3.1.90.00/0.2.09.000071	Aplicações Diretas	44.590,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São João Batista, 29 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 3.705, DE 29 DE MARÇO DE 2017

Lei Municipal 3.705, de 29 de março de 2017.

“Inclui ação de governo no anexo 1.2 da lei de diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017.”

O Prefeito do Município de São João Batista, faz saber que a Câmara aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo de Prioridades e Metas da LDO para 2017, aprovado pela Lei Municipal nº 3676/2016, referente ao Programa 0004 – Saúde para Todos, fica acrescido da Ação 1044 – Aquisição de Veículos, no valor de R\$ 222.950,00, sendo R\$ 44.590,00 por conta de recursos 0.2.09.000071 e R\$ 178.360,00 por conta de recursos da fonte 0.6.09.000017.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São João Batista, 29 de março de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATORIO 048/PMSJB/2017 - PP 037/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO Nº 048/PMSJB/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/PMSJB/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o Pregão Presencial 037/PMSJB/2017, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇO DE REMOÇÃO DE MORCEGOS, LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA E DEDETIZAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 25/04/2017. Abertura dos envelopes: 9h do dia 25/04/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramais: 206/214, ou pelos e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br, licita01@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 11:30 e das 13:30 as 17:30, em dias úteis. São João Batista, 03 de abril de 2017. Augusto Correia Junior - Pregoeiro Municipal

São João do Oeste

PREFEITURA

PP 09.17 FMS EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, para a aquisição de equipamentos e mobiliários para o setor de vigilância epidemiológica e para a secretaria de Saúde do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 08:30 horas do dia 19 de abril de 2017 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, no e-mail compras@saojoao.sc.gov.br e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 04 de abril de 2017. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

São Joaquim

PREFEITURA

ERRATA PROCESSO 01/2017 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
ERRATA DE LICITAÇÃO

Processo Nº 01/2017

Pregão Presencial Nº: 01/2017 - Registro de preços

Objeto: Contratação de prestação de serviço de Transporte Escolar para a Rede Municipal de Ensino

No anexo I Relação de Itens da Licitação/Ata de Registro de Preço/Autorização de Fornecimento

Onde se lê:

Item 10 – Quantidade: 4224Km - Linha 10-Transporte escolar: Saindo da Fazenda Colégio até a estrada geral Estância do Meio. Período matutino

Leia-se:

Item 10 - Quantidade: 4224Km - Linha 10-Transporte escolar: Colégio, passando pela Fazenda do Sr. Sálvio Nunes até a estrada geral Estância do Meio. Período matutino

São Joaquim, 03 de abril de 2017

A Comissão

RETIFICAÇÃO DA CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO Nº001/2016

RETIFICAÇÃO -CONVOCAÇÃO PARA CHAMADA PÚBLICA Nº005/2017

A Secretaria Municipal de Administração e Educação convoca todas as professoras abaixo relacionadas inscritas no Edital de Processo Seletivo Nº001/2016 para comparecerem no Departamento de RH, quarta feira dia 22/02/2017 às 14h para escolha de vaga para professor de Educação infantil 20h semanais sendo que o não comparecimento das mesmas automaticamente ficarão fora do certame.

PROFESSOR

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS – NÃO HABILITADO

1- ROSIANE ARRUDA DO NASCIMENTO

EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS - NÃO HABILITADO PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS - NÃO HABILITADO PROFESSOR
EDUCAÇÃO INFAS - NÃO PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS - MAGISTÉRIO

1- VANDRÉIA OLIVEIRA BARBOSA

2- EVANDRA APARECIDA MARAFIGO DA ROSA

3- MARILEI MOTA MACEDO

4- ELENICE SANTOS OLIVEIRA PEREIRA

5- LURDES DANIELA CRUZ OLIVEIRA

6- MAYRA FIGUEREDO DA SILVA

7- CRISTIANE DE FÁTIMA BARBOSA

8- LUCIANA DE FATIMA DA SILVA

9- ELIZABETE GUEDES DE LIMA

Atenciosamente;

Mauricio Yamashiro

Secretário Municipal da Administração

Vice Prefeito Municipal

Onde se lê: CONVOCAÇÃO PARA CHAMADA PÚBLICA Nº005/2017

Leia se: CONVOCAÇÃO PARA CHAMADA DE PROCESSO SELETIVO Nº002/2017

São José

PREFEITURA

DECRETO N.º 7715/2017

DECRETO N.º 7715/2017

ALTERA O DECRETO N.º 4054/2015, DE 25 DE MARÇO DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES AMBIENTAIS DE COMPETÊNCIA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Altera o parágrafo único do artigo 5º do Decreto N.º 4054, de 23 de março de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º -
.....

Parágrafo único. A lavratura do Auto de Infração Ambiental será realizada pelos fiscais ambientais que compõem o quadro de servidores da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FMADS.” (NR)

Art. 2º - Altera o inciso I, do artigo 7º, do Decreto N.º 4054, de 23 de março de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º -
.....
“I – nome e matrícula do agente autuante;
[...]”.(NR)

Art. 3º - Revoga o artigo 8º do Decreto N.º 4054, de 23 de março de 2015.

Art. 4º - Altera o caput, do artigo 18, do Decreto N.º 4054, de 23 de março de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18 - Os bens objeto de medida administrativa cautelar de apreensão deverão ficar sob a guarda da FMADS/SJ, podendo, excepcionalmente, ser confiados a fiel depositário até o julgamento do processo administrativo.” (NR)

Art. 5º - Revoga o artigo 40, do Decreto N.º 4054, de 23 de março de 2015.

Art. 6º - Revoga o artigo 41, do Decreto N.º 4054, de 23 de março de 2015.

Art. 7º - Altera o artigo 42, do Decreto N.º 4054, de 23 de março de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 42 - O processo a que se refere este artigo, instaurado no Setor Apoio Administrativo, aguardará neste setor o transcorrer do prazo de 20 (vinte) dias para apresentação da defesa administrativa e findo prazo será encaminhado à Diretoria Operacional para providências.” (NR)

Art. 8º - Altera o inciso IV do artigo 45 do Decreto N.º 4054, de 23 de março de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 45 -
.....
[...]

IV - sem o preenchimento dos requisitos indicados no artigo 47 deste Decreto.”

[...](NR)

Art. 9º - Altera o parágrafo segundo do artigo 48 do Decreto N.º

4054, de 23 de março de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 48 -
.....

§1º
.....

§2º - Após a manifestação técnica e/ou jurídica ser anexada ao processo o mesmo será encaminhado para o Superintendente que iniciará a 1ª Fase de julgamento da Infração Ambiental.

[...]” (NR)

Art. 10 - Altera o caput e o parágrafo único do artigo 49 do Decreto N.º 4054, de 23 de março de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 49 - Com base no art. 124, § 3º do Decreto Federal N.º 6.514/2008, o julgamento em primeiro grau será realizado pelo Superintendente da FMADS.

Parágrafo único. A decisão do Superintendente não se vinculará às sanções aplicadas pelo agente autuante e nas avaliações preliminares, ou ao valor da multa, podendo, de ofício ou a requerimento do interessado, minorar, manter ou majorar o seu valor, respeitando os limites estabelecidos na legislação ambiental vigente, conforme definido no art. 123 do Decreto Federal N.º 6.514 / 2008.” (NR)

Art. 11 - Altera o artigo 50 do Decreto N.º 4054, de 23 de março de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 50 – No caso de impedimento legal da autoridade julgadora o Superintendente, em decisão devidamente fundamentada, indicará servidor responsável pelo julgamento do caso específico.” (NR)

Art. 12 – Revoga o artigo 51, do Decreto N.º 4054, de 23 de março de 2015.

Art. 13 - Altera o inciso IV, do artigo 57, do Decreto N.º 4054, de 23 de março de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 57 -
.....

I – [...].

IV - sem o preenchimento dos requisitos indicados no artigo 59 deste Decreto.

[...]” (NR)

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de março de 2017.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

FERNANDA VIEIRA DINIZ FARIAS
Superintendente da Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

DECRETO Nº 7708/2017

DECRETO Nº 7708/2017

DEFINE VALORES ANTIECONÔMICOS PARA EFEITOS DE NÃO AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL NO ANO DE 2017. A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica do Município e de acordo com as disposições dos §§ 1º a 3º do art. 186 do Código Tributário Municipal;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam definidos como antieconômicos aqueles cujo principal atualizado seja igual ou inferior a R\$ 99,50 (noventa e nove reais e cinquenta centavos), os quais não serão objeto de execução fiscal.

Parágrafo único. As disposições deste artigo não se aplicam quando a soma dos valores dos créditos fiscais de mais do que uma inscrição do mesmo devedor ultrapassar o limite nele fixado.

Art. 2º - Ficam extintos os créditos fiscais lançados em dívida ativa, referentes ao exercício de 2012 ou anteriores, de valores antieconômicos na forma do artigo anterior.

Parágrafo único. A extinção será procedida sob rito processual, em processo administrativo contendo relação de todos os créditos extintos, mediante despacho fundamentado do Secretário Municipal da Receita.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de março de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTONIO CARLOS VIEIRA Secretário de Finanças	RODRIGO JOÃO MACHADO Procurador-Geral do Município
---	---

DECRETO Nº 7746/2017

DECRETO Nº 7746/2017

CONCEDE PENSÃO POR MORTE NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos IV, VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/1991 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e;

CONSIDERANDO despachos exarados no Processo protocolado sob n.º 2226/2017.

DECRETA:

Art. 1º – FICA CONCEDIDA, nos termos do artigo 40, § 7º e § 8º, da Constituição Federal, c/c os artigos 27 e 29, da Lei Complementar Municipal nº 005/2002, PENSÃO POR MORTE, a JUDITE DE AMORIM CURCIO, em decorrência do falecimento do seu esposo ELPIDIO VICENTE CURCIO, servidor aposentado em 01/02/1982 (Decreto nº 269/1982).

Art. 2º - Os proventos decorrentes deste benefício deverão ser calculados sobre a integralidade da aposentadoria do ex-servidor, a contar de 08/03/2017, sendo 100% (cem por cento) de pensão, devendo ser arcado pelos cofres públicos do Município de São José (SC).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 08/03/2017, revogadas disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de março de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 7747/2017

DECRETO Nº 7747/2017

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE E PARECER EM PROCESSOS DE REQUERIMENTO DE REDUÇÃO PERCENTUAL DA TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos II e IV, da Lei Orgânica Municipal, e em atenção às normas do § 3º do art. 340 da Lei Complementar nº 021, de 20 de dezembro de 2005, que aprovou o Código Tributário Municipal, com a redação que lhe foi dada pela Lei Complementar nº 45, de 2009,

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Especial de que trata o § 3º do art. 340 da Lei Complementar nº 021/2005, para efetivação de e emissão de parecer em todos os processos de requerimento de redução percentual da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos – TCRS do exercício de 2017.

Parágrafo único. A Comissão Especial será composta pelos servidores seguintes:

I. Marcelle Ramos da Cruz;

II. Felipe Araujo Martins;

III. Iria Boger Brand;

IV. Jamir Machado Pimenta Junior.

Art. 2º. A Comissão Especial criada por este Decreto, após verificação dos documentos apresentados e das providências adotadas pelos requerentes, empresas ou entidades, com respeito aos resíduos gerados pelas respectivas atividades, emitirá parecer conclusivo sugerindo aprovação ou rejeição da redução requerida.

Art. 3º. Os pareceres da Comissão Especial serão submetidos à decisão do Secretário da Receita.

§ 1º. Caso defira o pedido, a autoridade competente determinará emissão de nova guia de recolhimento da Taxa de que trata este Decreto, com vencimento para até 15 (quinze) dias posteriores à data do despacho.

§ 2º. Se indeferir o pedido, o Secretário da Receita fará constar do despacho de ciência ao requerente o direito à interposição de recurso ao Conselho Municipal de Contribuintes, nos termos do art. 145 do Código Tributário Municipal.

Art. 4º. A Comissão Especial disporá do prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação deste Decreto para solver os assuntos de sua competência.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de março de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário da Receita

RODRIGO JOÃO MACHADO

Procurador Geral do Município

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 007/2017

PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, JUNIOR SPIES, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, será julgado na sessão ordinária, a se realizar no dia 06 de abril, às 10h, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, o seguinte processo administrativo:

Processo Administrativo nº	801/2012
Recorrente	LINDOLFO JACO PEREIRA
Procurador habilitado nos autos	O PRÓPRIO
Relator	RODRIGO JOÃO MACHADO

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderão realizar sustentação oral por 15 (quinze) minutos, e mais 5(cinco) minutos em réplica mediante requerimento e resumo escrito prévio em até 24hs antes da referida sessão pelo e-mail: conselhodecontribuintes@gmail.com, através dos formulários anexos. De acordo com Art. 9º. § 3º e Art. 32º "VI" Do Decreto 5098/2015: Art. 9º. A intervenção do sujeito passivo far-se-á pessoalmente ou por intermédio de procurador.

É facultada a sustentação oral por parte do sujeito passivo ou do seu procurador mediante requerimento próprio com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão.

Art. 32. Declarada aberta a sessão, será observada a seguinte ordem:

VI - durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo ou seu Representante, observado o requerimento prévio de que trata o §3º do art. 9º deste Regimento Interno, e o Representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, concedendo-se-lhes réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos; São José, 10/03/2017.

JUNIOR SPIES Presidente do CMC Decreto Municipal n.º 7446/2017	GRAZIELA BESEN PETRY MARIOT Secretária Geral do CMC Decreto Municipal n.º 7446/2017
--	---

REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

PROCESSO nº _____
Interessado: _____

Eu, _____, CPF/OAB _____, venho por meio deste requerer a realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia _____, conforme Edital de Convocação nº _____.

São José, ____/____/____

Nome:
CPF/OAB

RESUMO DO TEOR DA SUSTENTAÇÃO ORAL

Assinatura CPF/ OAB

PORTARIA-SA- N.º 271/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 271/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). CRISTOVAO DE SA FOR-
TES MARQUES, matrícula n.º37.525-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Médico da Família, Licença para Tratamento de Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias, de 16.02.2017 a 01.04.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de fevereiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA- N.º 272/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 272/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). DANIELA MARIA DE ALBU-
QUERQUE SALVI, matrícula n.º10.206-7, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Farmacêutico, Licença para Tratamento de Saúde por 16 (dezesesseis) dias, de 20.02.2017 a 07.03.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de fevereiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA- N.º 273/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 273/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). LIA SILVA VIEIRA, matrícula n.º35.331-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Enfermeiro, Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 26.02.2017 a 26.05.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26 de fevereiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA-SA- N.º 274/2017

P O R T A R I A- SA - N.º 274/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ELAINE TEIXEIRA COSTA, matrícula n.º15.565-9, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Auxiliar em Enfermagem da Família, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 20.02.2017 a 21.03.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de fevereiro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de março de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 6004/2017

DECRETO Nº 6.004, DE 29 DE MARÇO DE 2017

“NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Lei Municipal nº 4.571, de 13 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Conselho Municipal de Agricultura, ficando da seguinte forma constituído:

a) Área governamental – Poder Executivo:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura;
Efetivo: Pedrinho Casarin
Suplente: Volnei Luiz Dallo

II – Representantes do Corpo Técnico da Secretaria Municipal de Agricultura;
Efetivo: Marcos Fernando Osachuki
Suplente: Douglas Cesar Pattel

III – Representantes da Secretaria Municipal da Fazenda;
Efetivo: Aline Wartha
Suplente: Luiz Carlos Battaglin

IV – Representantes da Secretaria Municipal de Transportes e Obras;
Efetivo: Anderson Luiz Tremea
Suplente: Marcos Aurélio Bortolotto

V – Representantes da Secretaria Municipal de Administração;
Efetivo: Elandir João Zanardi
Suplente: Jucinei Bonato

b) Área não governamental – Entidades:

VI – Representantes da entidade CIDASC ou EPAGRI;
Efetivo: Elmar José Hentz
Suplente: Rejane Rigo

VII – Representantes de associação de criadores de animais;
Efetivo: Volmir Nonnemacher
Suplente: Lenoir Spironello

VIII – Representantes de instituição financeira que fornece crédito agrícola;
Efetivo: Valter Viapiana
Suplente: Lovani Sucolotti

IX – Representantes de Cooperativa atuante no município;
Efetivo: Jovani Luiz Gregolin
Suplente: Rodrigo Welter

X – Representantes de sindicato atuante no município.
Efetivo: Arnélio Nadin

Suplente: Joacir Bonavigo

Art. 2º. Farão ainda parte do Conselho Municipal de Agricultura do Município, os quais terão função consultiva, as seguintes comunidades e seus representantes:

- 1) Distrito de Mariflor – Everaldo Zamboni
- 2) Distrito de Padre Réus – Flávio Dockerman
- 3) Linha Aurora – Volnei Consalter
- 4) Linha Novo Sarandi – Marcos Schneider
- 5) Linha Peperi – Gilberto Barbosa;
- 6) Linha Derrubada Alta – Luiz Capelin;
- 7) Linha Santa Terezinha – Nilvo Gisch
- 8) Linha Nossa Senhora da Saúde – Adir Pasqualon
- 9) Linha Alvorada – Luiz Albonico
- 10) Linha Jataí – Rudinei Chieza
- 11) Linha Esquina Mariflor – Arnesto Kunzler
- 12) Linha Santo Isidoro – Miguel Dalbosco
- 13) Linha Santo Antonio – Irineu Smanhotto
- 14) Linha São Domingos – Valdir Santin
- 15) Linha São Roque – Hildo Rossetti
- 16) Linha Chaleira – Aldo Balbinot
- 17) Linha Monte Castelo – Odacir Zambiasi
- 18) Linha Rosangeles – Adilson Beckencamp
- 19) Linha Seis Barras – Lirio Vendramin
- 20) Linha Esperança – Fernando Delazeri
- 21) Linha São Vendelino – Fábio Killing
- 22) Linha São Mateus – Hélio Barbosa
- 23) Linha São Germano – Diogenes Dalmoro
- 24) Linha Imperatriz – Gilmar Flores
- 25) Linha 21 de Novembro – Ari Locatelli
- 26) Linha São Luis – Sidemar Rizzi
- 27) Linha Pardo – Paulinho Liria
- 28) Linha Santo Inácio – Amauri Buzatta
- 29) Linha Independência – Jacir Ciconetti
- 30) Linha Miola – Diego Banfi

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 de março de 2017.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6005/2017

DECRETO Nº 6.005, DE 30 DE MARÇO DE 2017.

“CRIA COMISSÃO ESPECIAL E NOMEIA SEUS MEMBROS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e

de acordo com o disposto no Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada a Comissão Especial para fins de coordenação e execução da IV EXPOCEDRO, feira multisetorial que será realizada nos dias 28, 29 e 30 de julho de 2017, que será composta pelas seguintes membros divididos nas subcomissões a seguir elencadas:

1) Coordenação Geral:

Joana Anzolin - Presidente
Elisandro de Moraes – Vice-Presidente

2) Comissão Financeira:

Elandir João Zanardi
Debora Pagno

3) Comissão Agricultura:

Pedrinho Casarin
Douglas Cesar Pattel
Marcos Fernando Osachuki

4) Comissão Stands/terrenos:

Volnei Luiz Dallo
Valdivia de Mello
Susana Boldrin

5) Comissão alimentação:

Aline Wartha
Luiz Carlos Bonfante
Marilei T. K. Niedermaier

6) Comissão Shows e entretenimentos:

Diogo Locatelli
Odair Maziero

7) Comissão concertos e infraestrutura:

Anderson Luiz Tremea
Junior Kunz

8) Comissão Estacionamento:

Claudimiro Francisco Ongaratto
Marcos Aurélio Bortolotto

9) Comissão Segurança e liberações:

Sargento Ivair Ganzer
Sargento Neri de Mattos

10) Comissão publicidade:

Fernando Júlio Will
Bruna Gudiel

11) Comissão Limpeza

Osmar Sopran
Joel Prestes
Marciano Baseggio

12) Comissão Ornamentação

Célia Toigo
Isoldi Will
Zaira da Silva Camara Castro
Marlene Albert
CRAS

13) Comissão Institucional

Mauro Weber
Fernando Júlio Will

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 de março de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6006/2017

DECRETO Nº 6.006, DE 03 DE ABRIL DE 2017.
“DECRETA PONTO FACULTATIVO”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos IX e XXXVI do Art.69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado PONTO FACULTATIVO nas repartições públicas municipais, no dia 13 de abril de 2017, em virtude do Feriado de Páscoa.

Parágrafo primeiro. Os serviços emergenciais na área da saúde estarão de plantão para qualquer eventualidade, junto à Associação Beneficente Hospitalar de Cedro.

Parágrafo segundo. Os serviços emergenciais prestados pelo SE-MAE, para eventualidades relacionadas ao abastecimento de água, serão prestados pelo plantão previamente estabelecido pelo órgão.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 03 de abril de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº6007/2017

DECRETO Nº. 6.007, DE 03 DE ABRIL DE 2017.
“NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA como servidora pública municipal, LEONICE BUFFON, para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE GABINETE DE SECRETÁRIO, de livre nomeação e exoneração, regida pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Municipal nº 2020/93,

com os vencimentos e atribuições previstos em Lei, a partir de 03 de abril de 2017.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 03 de abril de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2017 FMS

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº10/2017

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013 promove Processo Licitatório nº 10/2017, Edital de Pregão Nº 10/2017, REGISTRO DE PREÇO para aquisição de MATERIAL AMBULATORIAL, PARA USO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 08:00 horas do dia 18/04/2017. Abertura e julgamento às 08:00 horas do dia 18/04/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30. São José do Cedro. Fernando Julio Will – Responsável pelo FMS.

PORTARIA Nº 211/2017

PORTARIA Nº 211/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Parágrafo único, do Art. 8º e Art. 8º da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar estável a servidora pública municipal Luciane Franz Pandolfo, admitida para exercer o cargo efetivo de Bioquímica, Grupo ANS, Nível 06, Matrícula 2997, conforme Decreto de Nomeação nº 5.376, de 01 de abril de 2014, por ter concluído o estágio probatório.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 31 de março de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 31 de março de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 212/2017

PORTARIA Nº 212/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Parágrafo único, do Art. 8º e Art. 8º da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar estável o servidor público municipal Gustavo Luiz Schneider, admitido para exercer o cargo efetivo de Pedreiro, Grupo TSG, Nível 10, Matrícula 2994, conforme Decreto de Nomeação nº 5.379, de 01 de abril de 2014, por ter concluído o estágio probatório.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 31 de março de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 31 de março de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 213/2017

PORTARIA Nº 213/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Parágrafo único, do Art. 8º e Art. 8º da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar estável o servidor público municipal Tiago Marcelo Johnner, admitido para exercer o cargo efetivo de Agente Operacional de Serviços I, Matrícula 2991, conforme Decreto de Nomeação nº 5.373, de 01 de abril de 2014, por ter concluído o estágio probatório.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 31 de março de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 31 de março de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 214/2017

PORTARIA Nº 214/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Parágrafo único, do Art. 8º e Art. 8º da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar estável o servidor público municipal Diego Smanhotto, admitido para exercer o cargo efetivo de Engenheiro Sanitarista, Matrícula 2996, Grupo ANS, Nível 05, conforme Decreto de Nomeação nº 5.381, de 01 de abril de 2014, por ter concluído o estágio probatório.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 31 de março de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 31 de março de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 215/2017

PORTARIA Nº 215/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o § 2º, do Art. 4º, da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora pública municipal Luciane Franz Pandolfo, ocupante do cargo efetivo de Bioquímica, Grupo ANS, Nível 06, Matrícula 2997, o 1º (primeiro) triênio, referente ao período de 01/04/2014 a 31/03/2017, junto à Prefeitura Municipal de São José do Cedro – SC, no percentual de 03% (três por cento), perfazendo um total de 03% (três por cento) de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário base, a partir de abril de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir 01 de abril de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 31 de março de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 216/2017

PORTARIA Nº 216/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o § 2º, do Art. 4º, da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor público municipal Tiago Marcelo Johner, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional de Serviços I, Matrícula 2991, o 1º (primeiro) triênio, referente ao período de 01/04/2014 a 31/03/2017, junto à Prefeitura Municipal de São José do Cedro – SC, no percentual de 03% (três por cento), perfazendo um total de 03% (três por cento) de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário base, a partir de abril de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir 01 de abril de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 31 de março de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 217/2017

PORTARIA Nº 217/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o § 2º, do Art. 4º, da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor público municipal Diego Smanhotto, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Sanitarista, Grupo ANS, Nível 05, Matrícula 2996, o 1º (primeiro) triênio, referente ao período de 01/04/2014 a 31/03/2017, junto à Prefeitura Municipal de São José do Cedro – SC, no percentual de 03% (três por cento),

perfazendo um total de 03% (três por cento) de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário base, a partir de abril de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir 01 de abril de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 31 de março de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 218/2017

PORTARIA Nº 218/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o § 2º, do Art. 4º, da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor público municipal Claudinei Augusto Adams, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, Grupo TSG, Nível 09, Matrícula 1664, o 4º (quarto) triênio, referente ao período de 01/04/2014 a 31/03/2017, junto à Prefeitura Municipal de São José do Cedro – SC, no percentual de 03% (três por cento), perfazendo um total de 12% (doze por cento) de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário base, a partir de abril de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir 01 de abril de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 31 de março de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

PEDRINHO CASARIN
Secretário Municipal de Agricultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 219/2017

PORTARIA Nº 219/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o § 2º, do Art. 4º, da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora pública municipal Maria Eduarda da Silva Ribeiro, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo TSG, Nível 01, Matrícula 2993, o 1º (primeiro) triênio, referente ao período de 01/04/2014 a 31/03/2017, junto à Prefeitura Municipal de São José do Cedro – SC, no percentual de 03% (três por cento), perfazendo um total de 03% (três por cento) de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário base, a partir de abril de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir 01 de abril de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 31 de março de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 220/2017

PORTARIA Nº 220/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o § 2º, do Art. 4º, da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor público municipal Maico Roberto Klain, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, Grupo TSG, Nível 09, Matrícula 2988, o 1º (primeiro) triênio, referente ao período de 01/04/2014 a 31/03/2017, junto à Prefeitura Municipal de São José do Cedro – SC, no percentual de 03% (três por cento), perfazendo um total de 03% (três por cento) de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário base, a partir de abril de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir 01 de abril de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 31 de março de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

PEDRINHO CASARIN
Secretário Municipal de Agricultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 221/2017

PORTARIA Nº 221/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e combinado com o inciso XI, do Artigo 4º, da Lei Complementar 001/99, de 30 de dezembro de 1999, do município de São José do Cedro;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao Servidor Público Municipal Fabiano Rodrigo Mayer Schmidt, ocupante do cargo efetivo de Motorista, Grupo TSG, Nível 08, Matrícula nº 2672, Licença Paternidade de 05 (cinco) dias, no período de 29 de março a 02 de abril de 2017, pelo nascimento do filho Vicente Andres Schmidt.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de março de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro/SC, em 31 de março de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Maiara Ongaratto,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 222/2017

PORTARIA Nº 222/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com as disposições do Artigo 22, da Lei Complementar nº 005/2003, de 29 de agosto de 2003;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido à Servidora Pública Municipal Janete Warken Neumann, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Ensino C.I, Nível 02, Classe E, Matrícula 98, o 7º (sétimo) triênio no percentual de 03% (três por cento), perfazendo um total de 21% (vinte e um por cento) de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário base, a partir de abril de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 03 de abril de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Maiara Ongaratto,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 223/2017

PORTARIA Nº 223/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Artigo 69º, da Lei Orgânica do Município e, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Lei Complementar nº. 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº. 002/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Tatiane Debona, para o cargo de Monitor de Creche, Nível 01, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na área I de Educação Infantil, para ter exercício excepcionalmente junto à Creche São Domingos, neste Município, no período de 03 de abril a 18 de setembro de 2017, ocupando vaga vinculada à Monitora de Creche titular Marli Paulina Zimmer Rockenbach, que se encontra em licença gestação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 03 de abril de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 03 de abril de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Maiara Ongaratto,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 224/2017

PORTARIA Nº 224/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Artigo 69º, da Lei Orgânica do Município e, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Lei Complementar nº. 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº. 002/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Claudiane Pauli, para o cargo de Professor habilitado, Nível 02, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na área I de Educação Infantil, para ter exercício excepcionalmente junto à Creche São Domingos, neste Município, no período de 03 de abril a 20 de dezembro de 2017, ocupando vaga vinculada à Professora titular Viviane Menin Dariva Winter, que responde pela Direção de Unidade Escolar.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 03 de abril de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 03 de abril de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Maiara Ongaratto,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 225/2017

PORTARIA Nº 225/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos Incisos VI, IX e XI, do Artigo 69º, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º. Fica exonerada a pedido, a partir de 03 de abril de 2017, a servidora pública municipal Helena Cristine Pacheco, Matrícula 3390, ocupante do cargo comissionado de Assessor de Direção de Escola.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 03 de abril de 2017.

Art.3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 03 de abril de 2017.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 226/2017

PORTARIA Nº 226/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos Incisos VI, IX e XI, do Artigo 69º, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art.1º. Fica exonerada a pedido, a partir de 03 de abril de 2017, a servidora pública municipal Maria Gorete de Abreu Kerkhoven, Matrícula 3391, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Escola ou Creche.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 03 de abril de 2017.

Art.3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 03 de abril de 2017.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 227/2017

PORTARIA Nº 227/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VI, IX, X do Art. 69 da Lei Orgânica do Município e Art. 18 da Lei Complementar nº 005/2003, de 29 de agosto de 2003;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica designada a servidora pública municipal Viviane Menin Dariva Winter, ocupante do cargo efetivo de Professor, Nível 03, Classe A, Matrícula 2715, lotada 40 (quarenta) horas semanais junto à Creche Municipal São Domingos, neste município, para atuar junto ao Centro Municipal de Educação Girassol – CEMEG, recebendo gratificação de 40% (quarenta por cento), pela função de direção de unidade escolar.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 03 de abril de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,
em 03 de abril de 2017.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Maiara Ongaratto,
Departamento de Pessoal.

TERMO DE FOMENTO Nº 001/2017

TERMO DE FOMENTO n.º 001/2017

Processo n.º 01/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.026.781/0001-10, com sede administrativa na Rua Jorge Lacerda, nº1049, Centro, nesta cidade de São José do Cedro - SC, neste ato representado pelo Sr. Antônio Plínio de Castro Silva, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n.º 97489971 – SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob n.º 057.708.009-17, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO – APAE, entidade beneficente de assistência social, inscrita no CNPJ sob nº 83.511.691/0001-15, sediada na Rua Jacob Stein, 91 - SC, neste ato representada por sua Presidente Sra. Marilei Salete Broetto, portadora de RG nº 1.159.941 e CPF nº 492.238.449-91, residente e domiciliada na cidade de São José do Cedro - SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA resolvem celebrar o presente termo, consoante disposições legais expressas na Lei 13.019/2014, em especial as do art. 2º, VIII e art. 31, Lei nº 9.394/96, Lei nº 8.742/1993, Lei Municipal nº 4.583/2017 e Decreto Municipal nº 5.980/2017, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto o estabelecimento de ações de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação entre o Município de São José do Cedro e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de São José do Cedro, mediante transferência de recursos financeiros, com vistas ao provimento de toda a demanda Cedrense de vagas para atendimento em educação especial de alunos com deficiência intelectual e múltipla, compreendendo o fornecimento de material humano especializado, espaço físico apropriado, serviços de transporte, alimentação, lazer, educação, saúde, serviço pedagógico específico e oficinas, objetivando desde já a garantia da cidadania e dos direitos fundamentais dos munícipes Cedrenses portadores de necessidades especiais, conforme Plano de Trabalho em anexo, constituindo parte integrante do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Desenvolver serviços de educação especial e serviços de assistência social destinados às pessoas com deficiência intelectual, conforme previsão contida na Cláusula Primeira, atendendo toda a demanda e desempenhando as ações conforme especificado no Plano de Trabalho, parte integrante do presente termo.
- b) Dispor de corpo técnico necessário, assegurando a Estimulação Essencial, os serviços da Educação Especial "Serviço de Atendimento Educacional Especializado", "Serviço Pedagógico Específico" e "Educação Profissional", assim como a efetivação da Política de Assistência Social, por meio de ações de prevenção, promoção, inserção e proteção, aos alunos atendidos previstos no Plano de Trabalho;
- c) Atender às necessidades dos alunos da educação especial que frequentam os Centros de Atendimento Especializado e dos demais níveis oferecidos pela APAE;
- d) Executar programas educacionais que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, psicomotor e social dos alunos.
- e) Realizar serviços de atendimento à pessoa com deficiência conforme preconizado na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais ao público alvo e sua família, atendendo aos objetivos propostos pelo serviço com foco para os resultados previstos;
- f) Realizar de forma continuada, permanente e planejada, serviços e execução de programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos ao público alvo e família, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993, e respeitadas as deliberações do CNAS;
- g) Encaminhar à rede regular municipal os alunos cuja avaliação pedagógica recomende a inserção nas classes comuns da rede municipal;
- i) Permitir o livre acesso dos servidores da CONTRATANTE, facilitando a obtenção de informações junto à CONTRATADA;
- j) Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do Serviço, sem nenhuma responsabilidade do CONTRATANTE;
- k) Não transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do fornecimento, ressalvada, se necessária e plenamente justificável intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pelo CONTRATANTE, sob pena de rescisão deste Termo;
- l) Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE, bem como pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por escrito, garantindo-se o livre acesso dos mesmos nas dependências da instituição;
- m) Manter registros contábeis, atualizados e em boa ordem a disposição dos servidores da CONTRATANTE;
- n) Guardar, zelar, responsabilizar-se pela conservação e manutenção do patrimônio público municipal (bens móveis, equipamentos), cedidos para execução do Serviço e recebidos pela CONTRATADA, caso ocorra;
- o) Prestar contas, perante a administração Municipal de São José do Cedro - SC, mensalmente, até o dia 10 de cada mês, em relação aos recursos recebidos e aplicados no mês imediatamente anterior, cujos valores e documentos, embora consolidados, deverão permitir a contabilização da baixa de responsabilidade individualizada em cada centro de custo utilizado para empenhamento na Secretaria de Educação (Função 12, Subfunção 367 – Educação Especial) e Fundo Municipal de Assistência Social (Função 8, Subfunção 242 – Assistência ao Portador de Deficiência);
- p) Obedecer, para fins de prestações de contas, as normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
- q) Utilizar a verba a ser repassada pela CONTRATANTE exclusivamente para cobertura de despesas relativas ao objeto deste Termo de Fomento, sendo:
 - I) despesas diretamente vinculadas à realização das atribuições e obrigações pela CONTRATADA na realização da presente parceria;
 - II) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

- III) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;
- IV) Aquisição de combustível, reformas de veículos e pequenas reformas essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.
- V) Demais despesas especificadas no Plano de Trabalho.

- r) Restituir o Município, por ocasião da apresentação do relatório e da prestação de contas anual consolidada, os valores repassados para consecução da parceria, quando os mesmos não forem utilizados;
- s) Responder pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da CONTRATADA e ao adimplemento deste termo, não caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Transferir os recursos à CONTRATADA, no valor equivalente a R\$ 77.162,00 (setenta e sete mil cento e sessenta e dois reais) divididas em 12 parcelas (meses), conforme cronograma de desembolso constante do plano de trabalho;
- b) Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, incluindo:
- b.1 – Apreçar a prestação de contas apresentada pela CONTRATADA;
- b.2 – Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- b.3 – Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;
- b.4 – Dar publicidade ao presente Termo de Fomento através da publicação no Diário Oficial do Município;
- b.5 – Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à CONTRATADA quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:
- a) Atrasos e irregularidades na prestação de contas.
- b) Aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho.
- c) Não cumprimento do Plano de Trabalho.
- d) Falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.
- b.6 - Para fins de interpretação do item b.5 entende-se por:
- a) Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior.
- b) Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo a CONTRATADA, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão.
- c) Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O Contratante repassará à Contratada, o montante de R\$ 77.162,00 (setenta e sete mil cento e sessenta e dois reais) atualizados anualmente no mês de fevereiro, utilizando-se no mínimo o índice IGPIM, acumulado dos últimos doze meses, de dezembro do ano imediatamente anterior.

Os recursos deverão ser movimentados pela CONTRATADA em conta bancária específica, de sua titularidade mantida junto ao Banco do Brasil, Agência nº 0776-5 e Conta corrente nº 17.568-4.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO DO TERMO DE FOMENTO

O acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pelo CONTRATANTE a quem também incumbirá à análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela CONTRATADA;

O responsável pela gestão do convênio poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar informações adicionais, examinar documentos e praticar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente termo.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 12 meses, prorrogável por igual período até completar 5 (cinco) anos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente instrumento pode ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A CONTRATADA deverá realizar prestação de contas, perante a administração Municipal de São José do Cedro - SC, mensalmente, até o dia 10 de cada mês, em relação aos recursos recebidos e aplicados no mês imediatamente anterior.

Deverá ainda, ao final de cada exercício financeiro realizar prestação de contas de forma consolidada, nos termos do artigo 69 da Lei 13.019/14;

A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com os seguintes documentos:

- a) Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- b) Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;
- c) Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da entidade;
- d) Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 30 (trinta) dias após o término da vigência deste Termo.

e) Todos e qualquer documentos exigidos pela IN nº 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Lei 13.019/14.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

Pela execução da parceria em desacordo com o projeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da CONTRATADA, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

06-00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
06.05	DEPARTAMENTO DE ENSINO ESPECIAL
Proj/Ativ	2.026 – ENSINO ESPECIAL – APAE 0 ESCOLA ESP. VIVIANE
Elemento	3.3.50.43.00.00.
Recurso	0.1.0. – Recursos Ordinários
Dotação	"424" subvenções sociais
Valor	R\$65.000,00
18-00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FMAS
18.01	COORDENADORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Proj/Ativ	2.102 – PROGRAMA DE APOIO AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS
Elemento	3.3.50.43.00.00.00
Recurso	0.1.0049. – Programa de Apoio a pessoa com deficiência
Dotação	"32" subvenções sociais
Valor	R\$12.162,00

As despesas com a execução da presente parceria correrão por conta da rubrica de dotação Orçamentária: Secretaria de Educação (Função 12, Subfunção 367 – Educação Especial) e Fundo Municipal de Assistência Social (Função 8, Subfunção 242 – Assistência ao Portador de Deficiência).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal nº 13.019/14, Decreto Federal nº 8.726/2016; Lei Municipal nº 4.583/2017 e Decreto Municipal nº 5.980/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Os partícipes elegem o Foro da comarca de São José do Cedro - SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

São José do Cedro - SC, 03 de abril de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA MARILEI SALETE BROETTO

Prefeito Municipal Presidente APAE

Procuradoria do Município

Testemunha: Testemunha:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

PLANO DE TRABALHO

1 - DADOS CADASTRAIS

Conveniente: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	C.N.P.J: 83.511.691/0001-15
Endereço: Rua Jacob Stein, nº 91 - Centro	

Município: São José do Cedro	U.F. SC	CEP: 89930-000	DDD/Telefone (49) 3643-1856	FAX	e-mail escolaespecialviviane@hotmail.com
Conta Corrente 17.568-4	Banco Banco do Brasil	Agência 0776-5	Praça de Pagamento São José do Cedro/SC		
Nome do Responsável: Marilei Salete Broetto					
CPF: 492.238.449-91			C.I./Órgão Expedidor: SSP		
Cargo: Presidente			Função: Presidente		
Endereço: Rua Padre Aurélio, nº 395 – Centro – São José do Cedro.					CEP: 89930-000

2 – RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Nome	C.N.P.J.	E.A.
Nome do Responsável: Leonice Maria Kasper	Função: Secretária	CPF: 868.378.779-68
CI/Órgão Expedidor: 2.529.780/SSP	Cargo: Professora	Matrícula: 253387-1-02
Endereço: Rua Eugênio Viapiana, nº 19 Bairro Jardim	Cidade: São José do Cedro	CEP: 89930-000

3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto	Período de Execução	
Recurso para provimento de vagas em educação especial.	Início: Janeiro/2017	Término Dezembro/2017
Identificação do Objeto Recurso para provimento de vagas em educação especial.		

Justificativa da Proposição:

A Escola Especial Viviane (APAE) tem a finalidade de promover atendimentos educacionais especializados aos alunos com deficiência intelectual e múltipla que não puderam se beneficiar pela inclusão em classes comuns do ensino regular e atuar sobre as condições que gerem desvantagens pessoais resultantes dessas deficiências e incapacidades.

Atualmente conta com 44 alunos matriculados e 08 atendidos oriundos do Município, dispo de corpo técnico necessário: 12 professores, 07 profissionais da Equipe Multiprofissional do SUS, 01 faxineira e 01 cozinheira para oferecer o atendimento nos níveis de Estimulação Precoce, Serviço Pedagógico Específico, Serviço Pedagógico Específico/TEA, Serviço de Atendimento Específico e Oficina. Assim como a efetivação da Política de Assistência Social, por meio de ações de prevenção, promoção, inserção e proteção.

Buscamos através de parcerias atender às necessidades dos alunos da Educação Especial; executar programas educacionais que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, psicomotor e social; realizar serviços de atendimento conforme preconiza na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais ao público alvo e sua família, atendendo aos objetivos propostos pelo serviço com foco para os resultados previstos; realizar de forma continuada e planejada, serviços e execução de programas ou projetos voltados para a defesa, efetivação e construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos de defesa de direitos ao público alvo e família; encaminhar os alunos cuja avaliação pedagógica e multiprofissional recomende a inserção nas classes comuns do ensino regular municipal e estadual.

Nesta ótica a Escola Especial Viviane (APAE), desenvolve há muitos anos, atividades voltadas a serviços de educação especial, saúde e assistência social, estando credenciada pelo órgão gestor dessas respectivas políticas públicas.

Observa-se ainda que a APAE tem em seus estatutos, que é uma associação civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada, e tem por Missão promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

Com os recursos que serão repassados através da Prefeitura Municipal estaremos adquirindo Materiais Didáticos Pedagógicos e Terapêuticos; Materiais de Higiene e Limpeza; Produtos para Manutenção e Limpeza das Piscinas Térmicas; Pagamento de Contas de Energia Elétrica, Contas Telefônicas e Compra de Gás de Cozinha; Compra de Alimentos; Pagamento de Gastos com Manutenção e Conserto dos Veículos da Instituição; Material de Expediente; Material de Processamento de Dados; Material Elétrico e Eletrônico; Gastos com Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, de Máquinas e Equipamentos; Material para Manutenção de Bens Móveis e Imóveis; Serviços Gráficos; Pagamento de Funcionários, Tributos, Encargos Sociais e Combustível para veículos da escola.

Com isso se observa que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da Escola (APAE) são plenamente compatíveis com o objeto proposto no Plano de Trabalho.

Sendo esse trabalho desenvolvido de importante valia e de fundamental necessidade, cabe ressaltar a reciprocidade de interesse das partes (Prefeitura e Escola Especial Viviane (APAE)) na realização, em mútua cooperação, desta parceria.

4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO (META, ETAPA OU FASE)

--	--	--	--

Meta	Etapa	Descrição	Indicador Físico		Duração	
			Unid.	Quant.	Início	Término
1	1	Atender aos 52 alunos com Deficiência Intelectual e Múltipla que frequentam a Escola Especial Viviane (APAE).	01	52	Janeiro/2017	Dezembro/2017
Total geral			01	52		

5 – PLANO DE APLICAÇÃO (EM R\$ 77.162,00)

Natureza da Despesa		Valor	
Código	Especificação	Concedente	Proponente
01	Recurso para provimento de vagas em educação especial.	77.162,00	0,00
Total Geral		77.162,00	0,00

6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO (R\$ 77.162,00)

CONCEDENTE – Município de São José do Cedro/SC

Meta						
1	Mar/2017	Abr/2017	Mai/2017	Jun/2017	Jul/2017	Ago/2017
	R\$ 6.513,50	R\$ 6.513,50	R\$ 6.513,50	R\$ 6.513,50	R\$ 6.513,50	R\$ 6.513,50
	Set/2017	Out/2017	Nov/2017	Dez/2017	Jan/2018	Fev/2018
	R\$ 6.513,50	R\$ 6.513,50	R\$ 6.513,50	R\$ 6.513,50	R\$ 6.013,50	R\$ 6.013,50

7 - DEFERIMENTO SOLICITADO-

Na qualidade de representante legal do conveniente, peço deferimento ao que ora é solicitado para fins de desenvolver o Plano de Trabalho.
São José do Cedro, 18/01/2017 _____

Conveniente 8 – MANIFESTAÇÃO DO CONCEDENTE

Deferido, aprovo o presente Plano de Trabalho _____, ____/____/_____ Local e Data Ordenador de Despesa _____, ____/____/_____ Local e Data Prefeito Municipal
Indeferido _____, ____/____/_____ Local e Data Ordenador de Despesa _____, ____/____/_____ Local e Data Prefeito Municipal

Nome da Entidade: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Título do Projeto: Recurso para provimento de vagas em Educação Especial.
Número de Convênio:
Valor transferido:
Número da parcela:
Número de folhas que constam no processo:
Nome do Responsável: Marilei Salete Broetto

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 001/2017**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

O Prefeito Municipal ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nº 13.019/2014 e alterações, a vista do Termo de Inexigibilidade exarado pela Comissão de Seleção e Julgamento, nomeada pelo Decreto nº 6.003, de 21 de março de 2017, resolve:

01 - HOMOLOGAR O PRESENTE PROCESSO NESTES TERMOS:

a) Processo nº001/2017

b) Modalidade: Inexigibilidade de chamamento público;

c) Data da homologação: 03/04/2017

d) Objeto da inexigibilidade: TERMO DE FOMENTO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, para o estabelecimento de ações de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação entre o Município de São José do Cedro e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de São José do Cedro, mediante transferência de recursos financeiros, com vistas ao provimento de toda a demanda Cedrense de vagas para atendimento em educação especial de alunos com deficiência intelectual e múltipla, compreendendo o fornecimento de material humano especializado, espaço físico apropriado, serviços de transporte, alimentação, lazer, educação, saúde, serviço pedagógico específico e oficinas, objetivando desde já a garantia da cidadania e dos direitos fundamentais dos munícipes Cedrenses portadores de necessidades especiais.

e) Entidade: APAE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO – SC;

f) Total de recursos financeiros: R\$77.162,00 (setenta e sete mil cento e sessenta e dois reais)

g) Período: 12 (doze) meses

02 – AUTORIZA A EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHOS CORRESPONDENTES:

Dotações:

06-00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
06.05	DEPARTAMENTO DE ENSINO ESPECIAL
Proj/Ativ	2.026 – ENSINO ESPECIAL – APAE 0 ESCOLA ESP. VIVIANE
Elemento	3.3.50.43.00.00.
Recurso	0.1.0. – Recursos Ordinários
Dotação	"424" subvenções sociais
Valor	R\$65.000,00

18-00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FMAS
18.01	COORDENADORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Proj/Ativ	2.102 – PROGRAMA DE APOIO AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS
Elemento	3.3.50.43.00.00.00
Recurso	0.1.0049. – Programa de Apoio a pessoa com deficiência
Dotação	"32" subvenções sociais
Valor	R\$12.162,00

São José do Cedro, 03 de abril de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 001/2017**TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2017**

Comissão Especial de Seleção e Julgamento de Chamamento Público, nomeada pelo Decreto nº 6.003, de 21 de março de 2017.

OBJETO: Estabelecimento de ações de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação entre o Município de São José do Cedro e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE de São José do Cedro, mediante transferência de recursos financeiros, com vistas ao provimento de toda a demanda Cedrense de vagas para atendimento educacional especial de alunos com deficiência intelectual e múltipla, compreendendo o fornecimento de material humano especializado, espaço físico apropriado, serviços de transporte, alimentação, lazer, educação, saúde, serviço pedagógico específico e oficinas, objetivando desde já a garantia da cidadania e dos direitos fundamentais dos munícipes Cedrenses portadores de necessidades especiais.

ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – ESCOLA ESPECIAL VIVIANE, CNPJ Nº 83.511.691/0001-15, entidade filantrópica sem fins lucrativos, localizada na Rua Jacob Stein, nº 91, centro, Município de São José do Cedro – SC.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 31 e 32 da Lei Federal nº 13.019/2014 e Art. nº 5º e 6º do Decreto Municipal nº 5.980, de 17 de fevereiro de 2017 e de acordo com o Parecer Jurídico/Administrativo nº 005/2017, exarado pela assessoria jurídica do Município;

O Termo de Fomento a ser firmado entre o Município de São José do Cedro e a APAE tem por objeto a transferência de recursos financeiros com o objetivo de prestar atendimento qualificado e profissional aos munícipes cedrenses portadores de necessidades especiais, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável por até 5 anos, com repasses mensais e sucessivos conforme cronograma financeiro apresentado e atualizado anualmente conforme índice do IGPM apurado no período ou outro índice que vier substituí-lo.

O valor a ser repassado através do Termo de Fomento atinge a monta de R\$77.162,00 (setenta e sete mil cento e sessenta e dois reais).

Em que pese o Chamamento Público tratar-se de procedimento obrigatório para parcerias entre a Administração Pública e Organizações da Sociedade Civil, disciplinado pela Lei Federal nº 13.019/2014, o mesmo ordenamento jurídico também excetua a sua necessidade.

Sendo assim, a Administração Pública pode dispensar o procedimento de chamamento público com fulcro no artigo 30, da Lei Federal nº 13.019/2014, que elenca como dispensável o chamamento público nos casos de atividades de urgência, por até 180 dias; em casos de calamidade pública; de programas de proteção a pessoas ameaçadas; ou serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil, previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

Da mesma forma, identificam-se as hipóteses previstas no artigo 31, da Lei Federal nº 13.019/2014, em razão da natureza singular do

objeto; e quando as metas puderem se atendidas apenas por uma entidade específica.

Sendo assim, esta comissão entende por não haver necessidade de chamamento público no presente caso, ficando caracterizada a hipótese de INEXIGIBILIDADE de realização de chamamento público para firmar Termo de Fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, tendo em vista que as atividades desenvolvidas pela APAE de São José do Cedro possuem natureza singular, não havendo outra entidade apta e capaz de atender as metas estabelecidas no plano de trabalho, conforme disposições contidas no artigo 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014 com as alterações dadas pela Lei Federal nº 13.204/2015.

Destaca-se que as demais disposições da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações, bem como do Decreto nº 5.480, de 17 de fevereiro de 2017, devem ser rigorosamente observadas pelo setor competente para celebração da parceria com a APAE.

Identificada a possibilidade de não se exigir o chamamento público, passamos as justificativas.

JUSTIFICATIVA:

a) As metas propostas no Plano de Trabalho, visando o atendimento integral das pessoas portadoras de necessidades especiais só podem ser alcançadas se realizadas pela APAE de São José do Cedro, pois só ela reúne as condições físicas, humanas e especializadas para tais demandas. A singularidade dos serviços prestados pela APAE são absolutamente compatíveis com as obrigações que o Poder Público tem em relação aos seus munícipes que possuem necessidades especiais. Somente a APAE pode oferecer atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência intelectual e múltipla que não puderam se beneficiar pela inclusão em classes comuns do ensino regular e atuar sobre as condições que gerem desvantagens pessoais resultantes dessas deficiências e incapacidades.

Diante do exposto, a comissão de seleção e julgamento sugere ao Senhor Prefeito Municipal a inexigibilidade de chamamento público e assinatura do termo de fomento com a referida entidade.

Dê-se publicidade a este documento, conforme determina o artigo 32 caput e parágrafo primeiro da Lei Federal nº 13.019/2014.

São José do Cedro, SC, 03 de abril de 2017.

CHARLISE BARATO DOS SANTOS,
Membro.

ANA PAULA DA LUZ BIANCHINI,
Membro.

MAURO WEBER,
Membro.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017 - SRP - PR Nº 002/2017 - CDM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO COMITE DESPORTIVO MUNICIPAL, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 17/04/2017, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2017, SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE LIGA ESPORTIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ARBITRAGENS DAS PARTIDAS DOS CAMPEONATOS DE COMPETIÇÃO MUNICIPAL QUE SERÃO PROMOVIDAS PELO COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC NO ANO DE 2017. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de Abril de 2017.
PAULO CESAR PEDRO ALVES
PRESIDENTE DO CDM

DECRETO Nº 5.637, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 5.637, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016 e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 57.216,00 (cinquenta e sete mil, duzentos e dezesseis reais) na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01.12.361.4505.1.085 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0032	144	Aplicação Direta	R\$ 57.216,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016 e o art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 03 de abril de 2017.
RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.638, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

DECRETO Nº 5.638, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

Designa Comissão Especial responsável pela inscrição e fiscalização de entidades sem fins lucrativos governamentais e não governamentais, bem como dos serviços, programas ou projetos que tenham por objetivo a educação profissional de adolescentes, a promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, tendo em vista o disposto no art. 90, §1º, c/c o art. 91, caput, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei Municipal nº 1.827, de 25 de setembro de 2009, com suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a observância do art. 1º da Resolução nº 164, de 09 de abril de 2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) ao disposto no §1º do art. 90, c/c o caput do art. 91, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), prevendo



que as entidades governamentais e não governamentais deverão inscrever seus programas, projetos e serviços, que tenham por objetivo a promoção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, a assistência ao adolescente e a educação profissional no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, torna-se necessária a nomeação de uma Comissão Especial, formada pelos membros do CMDCA de São Lourenço do Oeste, responsável por realizar visita às entidades, aos programas, serviços e projetos que pretendem se inscrever no CMDCA, bem como elaborar o parecer sobre o requerimento;

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os membros a seguir relacionados, para comporem a Comissão Especial, responsável pela inscrição e fiscalização de entidades sem fins lucrativos, governamentais ou não governamentais, bem como pela análise aos programas, serviços e projetos que estas pretendem inscrever no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA):

I - representantes de órgãos públicos municipais:

- a) Ana Augusta Gandini, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Psicóloga, matrícula nº 3067/01;
- b) Caroline Eidt, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Analista Administrativo, matrícula nº 3074/02;
- c) Silvana Furlanetto, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3299/01;
- d) Marlete de Fátima Bandeira - Presidente do CMDCA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Técnico em saúde bucal, matrícula nº 3000/94;

II - representantes da sociedade civil:

- a) Magda Lorenzon Lazaron;
- b) Keli Adriane Hintz Radtke;
- c) Hevelyn Guizzi.

Art. 2º Durante o exercício de suas atribuições, a Comissão Especial de que trata o art. 1º deverá elaborar parecer acerca do requerimento de inscrição das entidades sem fins lucrativos, governamentais e não governamentais, bem como dos serviços, programas ou projetos que tenham por objetivo a promoção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, a assistência ao adolescente e a educação profissional, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. O parecer de que trata o caput, deverá ser apreciado pelo plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do município de São Lourenço do Oeste.

Art. 3º Durante a realização de seus trabalhos, a Comissão deverá prestar a devida obediência à Lei Federal nº 8.069/1990 (ECA), à Lei Municipal nº 1.827/2009, à Resolução nº 164/2014 do CONANDA e à Resolução nº 005/2012 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), bem como demais disposições legais pertinentes à matéria.

Art. 4º A Comissão terá seu trabalho encerrado juntamente com o mandato dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), nomeados pelo Decreto nº 5.423, de 24 de junho de 2016, alterado pelo Decreto nº 5.622, de 23 de março de 2017.

Art. 5º Por se tratar de serviço relevante ao Município, os membros da Comissão de que trata o presente Decreto não receberão remuneração pelos serviços realizados.

Art. 6º Ficam revogados os Decretos 5.103, de 28 de maio de 2015 e 5.366, de 06 de abril de 2016.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 03 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002.1/2017 - ICSL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002.1/2017.

Homologa as inscrições do Processo Seletivo nº 002/2017, de 21 de março de 2017, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO, autarquia do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 19, inciso XV, da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007 e suas alterações posteriores, e

CONSIDERANDO que as inscrições realizadas para o Processo Seletivo do Instituto Cultural de São Lourenço, aberto pelo Edital nº 002/2017, de 21 de março de 2017, foram deferidas, fazendo-se desnecessária a abertura de prazo para interposição de recurso por indeferimento de inscrição e respectiva análise pela Comissão Processante, em conformidade com o item 3.4, do Edital de Processo Seletivo nº 002/2017;

TORNA PÚBLICA a homologação das inscrições realizadas para a contratação temporária de pessoal, em regime especial, visando atender necessidade de excepcional interesse público do Instituto Cultural de São Lourenço, para o ano de 2017, conforme os quadros infra descritos:

1. HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

1.1. MAESTRO DE CANTO E CORAL - Ensino Médio Completo e Conhecimento na área de atuação:

Nº de Inscrição	Candidato	CPF	Situação da Inscrição
02	Rafael Silvestre de Vargas	353.115.090-15	Deferida

1.2. INSTRUTOR DE ARTES CÊNICAS II - Ensino Médio Completo e Conhecimento na área de Dança Étnica Alemã:

Nº de Inscrição	Candidato	CPF	Situação da Inscrição
01	Rute Tatiane Kuhn	053.940.499-39	Deferida

2. A classificação do Processo Seletivo será publicada por Edital, a partir do dia 07 de abril de 2017, no mural do Centro Administrativo Municipal (situado à rua Duque de Caxias, nº 789, Centro), no local das inscrições (sede do ICSL), no site oficial do Município (www.saolourenco.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora, responsável pelo Processo Seletivo, mantidas, em qualquer caso, as condições estabelecidas no Edital de abertura.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de abril de 2017.

RENNÂ HIGOR FEDRIGO

Presidente do ICSL

LEI Nº 2.317, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

LEI Nº 2.317, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito especial, por superávit financeiro, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito especial, por superávit financeiro, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 10.057,01 (dez mil, cinquenta e sete reais e um centavo), nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01.06.122.4503.2.008.3.3.30.00.00.00.00.03.0010 138 Aplicação Direta R\$ 6.689,59

06.01.06.122.4503.2.008.3.3.30.00.00.00.00.03.0000 139 Aplicação Direta R\$ 3.367,42

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 03 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.318, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

LEI Nº 2.318, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

Altera a Lei nº 990, de 02 de abril de 1996, que declara de utilidade pública a Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O caput do art. 1º da Lei nº 990, de 02 de abril de 1996, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade a Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina (Amnoroste), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 01.034.439/0001-06, constituída em 02 de janeiro de 1996, com sede na rua Jarbas Mendes, 270, Galeria Martini, sala 09, bairro Brasília, município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina”. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 03 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.319, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

LEI Nº 2.319, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

Altera a Lei nº 2.315 de 27 de março de 2017, que autoriza a concessão de vale alimentação aos servidores municipais da administração direta e indireta, efetivos, comissionados, admitidos em caráter temporário, conselheiros tutelares, e do Poder Legislativo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara dos Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 1º, § 3º, da Lei nº 2.315, de 27 de março de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º
.....
.....

§ 3º O valor do vale alimentação será calculado proporcionalmente aos dias em que o servidor esteve em efetivo exercício, no interregno do respectivo mês de apuração.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de março de 2017.

São Lourenço do Oeste - SC, 03 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 563, DE 27 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº 563, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o que dispõe os incisos I e II do Art. 83 da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010, regulamentado pelo Decreto nº 4.067 de 29 de junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder, a Servidora Pública Municipal GLAUCIA SAVI MONDO, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3068/01, Gratificação por Grau de Instrução de 10% (dez por cento), incidente sobre o seu vencimento, por ter concluído o Ensino Superior, a partir de 1º de abril de 2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em Execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de março de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 564, DE 27 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº 564, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o os artigos 104 e 105, da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar a Portaria nº 538/2017 de 21/03/2017, que concede licença para tratamento de saúde, ao servidor público municipal PAULO GIOVANI VIVIAN, matrícula Nº 3271/01, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 27 de março de 2017, por tempo indeterminado.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de março de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 565, DE 27 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº 565, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal SIDIANE DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, matrícula nº 3220/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02 a 31 de maio de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de março de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 566, DE 27 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº 566, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a servidor pública

Municipal ROSEMARY TEREZINHA SARTOR LEINDECKER, ocupante do cargo efetivo Professor de Educação Infantil, matrícula nº 1400/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de 27 de março a 02 de abril de 2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de março de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 567, DE 27 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº 567, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e com base no inciso V do Art. 55, e ao inciso II, letra "a", do Art. 75, da Lei Orgânica do Município e da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, a partir de 03 de abril de 2017 o Senhor LAUDENIR DA ROSA para exercer o Cargo em Comissão de GERENTE DE HABITAÇÃO, Nível AGA-1, em conformidade com a Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013.

Parágrafo único: Pelo exercício da função o servidor receberá Adicional de Responsabilidade nível 3 (AR-3).

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de março de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM em:

_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 568, DE 03 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 568, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e com base no inciso V do Art. 55, e ao inciso II, letra "a", do Art. 75, da Lei Orgânica do Município e da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, a partir de 10 de abril de 2017 a Senhora SIMONE BATTISTEL para exercer o Cargo em Comissão de GERENTE DE PROTEÇÃO SOCIAL, Nível AGA-1, em conformidade com a Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013.

Parágrafo único: Pelo exercício da função a servidora receberá Adicional de Responsabilidade nível 3 (AR-3).

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 03 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM em:

_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 569, DE 03 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 569, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, ao servidor público municipal JOSÉ CARLOS LAZZAROTTO ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 157/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02 a 31 de maio 2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste- SC, 03 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 570, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 570, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

Altera dispositivos da Portaria nº 005, de 02 de janeiro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o disposto no art. 5º, da Lei Municipal nº 824, de 21 de setembro de 1993, c/c os artigos 51 e 53, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como com base no artigo 8º, inciso II e artigos 10 e 11, do Decreto nº 4.629, de 29 de abril de 2013, c/c inciso IV, do art. 3º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o inciso I, do artigo 1º, da Portaria nº 005, de 02 de janeiro de 2017, que nomeia servidores públicos municipais para comporem a Comissão Permanente de Julgamento de Licitações nas modalidades de Concorrência, Tomada de Preços e Convite da Administração Municipal Direta e Indireta, para que passe a constar com a seguinte alteração:

“Art.1º
.....

I - Ani Carolini Pereira, ocupante do cargo de Analista Administrativo, matrícula nº 339501 - Presidente;

..... ”. (NR)

Art. 2º Alterar o caput do artigo 2º, da Portaria nº 005, de 02 de janeiro de 2017, para que passe a constar com a seguinte redação:

“Art. 2º Designar a servidora pública municipal, Ani Carolini Pereira, ocupante do cargo de Analista Administrativo, matrícula nº 339501, para atuar como Pregoeira nas licitações na modalidade de Pregão e como Leiloeira na modalidade de Leilão.

..... ”. (NR)

Art. 3º As demais disposições da Portaria nº 005, de 02 de janeiro de 2017, permanecem inalteradas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 03 de abril de 2017.

São Lourenço do Oeste - SC, 03 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 571, DE 03 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 571, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no inciso IV, do art. 41, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Instituir, o Regime Individual de Trabalho, em favor da servidora pública municipal MARIA LURDES SCHNEIDER, ocupante do cargo efetivo de Professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, matrícula nº 429/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 03 de abril de 2017, sendo das 09:00 às 15:00, de segunda a sexta-feira.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta

das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Fica revogada a Portaria nº 329 de 09 de março de 2016.

Art.4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 03 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 572, DE 03 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 572, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no inciso IV, do art. 41, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Instituir, o Regime Individual de Trabalho, em favor do servidor público municipal MAURICIO PADILHA MULLER, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3249/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 03 de abril de 2017, sendo das 09:00 às 15:00 horas, de segunda a sexta – feira, junto a Biblioteca Pública Municipal.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Fica Revogada a Portaria nº 291 de 1º de março de 2016.

Art.4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 03 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 573, DE 03 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 573, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no inciso IV, do art. 41, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Instituir, o Regime Individual de Trabalho, em favor da servidora pública municipal ANAIR TERESINHA GAVA MURARO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Serviços Gerais, matrícula nº 204/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 03 de abril de 2017, sendo das 13:00 às 19:00 horas, de segunda a sexta-feira, junto a Biblioteca Pública Municipal.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 290, de 1º de março de 2016.

Art.4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 03 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 574, DE 03 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 574, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no inciso IV, do art. 41, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Instituir, o Regime Individual de Trabalho, em favor da servidora pública municipal SIMONE APARECIDA LIESCH, ocupante do cargo efetivo de Agente de Apoio Operacional, matrícula nº 169201, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 03 de abril de 2017, sendo das 14:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, junto a Biblioteca Pública Municipal.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 03 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 575, DE 03 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 575, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora pública municipal SIMONE APARECIDA LIESCH, ocupante do cargo efetivo Agente de Apoio Operacional, matrícula nº 1692/01, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 29 de março de 2017 por tempo indeterminado.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29 de março de 2017.

São Lourenço do Oeste - SC, 03 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 576, DE 03 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 576, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora pública municipal DUANA ALBERTON ZANROSSO, ocupante do cargo efetivo Odontólogo, matrícula nº 333901, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de 29 de março à 12 de abril de 2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29 de março de 2017.

São Lourenço do Oeste - SC, 03 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 577, DE 03 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 577, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o artigo 31 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, e;

CONSIDERANDO o parecer favorável da Junta Médica Oficial do Município de São Lourenço do Oeste, quanto à necessidade de manter a readaptação do servidor Luiz Antonio Martins, a fim de que o mesmo evite sobrecarga física que agrave seu quadro de saúde;

CONSIDERANDO a importância de promover condições para a recuperação e reabilitação laborativa do servidor, mediante função compatível com sua condição funcional e física;

RESOLVE:

Art. 1º Manter a Readaptação do servidor público municipal Luiz Antonio Martins, matrícula nº 447/01, nomeado pelo Decreto nº 582/92, de 1º de junho de 1992, ao cargo de Professor de Educação Física, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Assistência Social em virtude da permanência da limitação que sofreu em sua capacidade física, conforme Parecer da Junta Médica Oficial do Município, com efeitos a partir de 28 de março de 2017.

Art. 2º A readaptação, de que trata o art. 1º desta Portaria, não implica em mudança de cargo, tampouco não acarreta decréscimo, nem aumento de remuneração do servidor, conforme disposto nos arts. 31, §2º, e 32 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 28 de março de 2017.

São Lourenço do Oeste - SC, 03 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 578, DE 03 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 578, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto nos art. 50 e 91-A da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010,

Considerando o pedido de exoneração e de indenização por desligamento voluntário endereçado pela servidora LOURDES GONÇALVES DE OLIVEIRA DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Professor de Artes;

Considerando que o tempo de serviço efetivo da Servidora até 03/04/2017, totaliza 11 (onze) anos, 10 (dez) meses e 29 (vinte e nove) dias, e seu vencimento mensal é de R\$ 3.606,13 (três mil seiscentos e seis reais com treze centavos),

RESOLVE:

Art.1º Exonerar a pedido, a partir de 03 de abril de 2017, a servidora pública municipal LOURDES GONÇALVES DE OLIVEIRA DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Professor de Artes, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, matrícula nº 154/01.

Art. 2º Indenizar, a Servidora de que trata o art. 1º, por desligamento voluntário, no valor de um vencimento por ano e fração de serviço efetivo prestado ao Município de São Lourenço do Oeste.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento municipal em execução.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 03 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 579, DE 03 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 579, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 50, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 03 de abril de 2017, a senhora FRANCIANE BRASIL SANTOS DALCIN, ocupante do cargo de Professor Habilitado – ACT, matrícula nº 3041/02, carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 03 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 580, DE 03 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 580, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município e com base no art. 21, da Lei Complementar nº 090 de 26 de dezembro de 2007;

RESOLVE:

Art.1º Alterar temporariamente, no período de 03 de abril a 11 de julho de 2017, a carga horária da servidora pública MARIS-TELA BEATRIZ SUZIN BRASSO, ocupante do cargo de Professor Não Habilitado- ACT, para atuar na disciplina de Artes, matrícula nº 3268/05, de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais matutino/vespertino, para atuar na EBM Santa Maria Goretti, em substituição a professora efetiva SIMONE VANIN DE ALMEIDA DAL AGNOL, devido ao pedido de exoneração da Professora Franciane Brasil Santos Dalcin.

Parágrafo único. O período de alteração previsto no caput é o prazo máximo de duração, podendo o Município, a bem do interesse público, revogá-la a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração da carga horária alterada corresponderá ao nível 1-A, disposto no anexo III da Lei Complementar nº 090, de 26 de dezembro de 2007, acrescido de adicional de carga horária prevista no art. 23 da referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 03 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2017.

PORTARIA Nº 581, DE 03 DE ABRIL DE 2017

PORTARIA Nº 581, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município e com base no art. 21, da Lei Complementar nº 090 de 26 de dezembro de 2007;

RESOLVE:

Art.1º Alterar temporariamente, no período de 03 de abril a 11 de Julho de 2017, a carga horária da servidora pública JOSIANE CA-SAGRANDE, ocupante do cargo de Professor Não Habilitado Habilitado- ACT, para atuar na disciplina de Artes, matrícula nº 3393/02, de 10 (dez) para 20 (vinte) horas semanais matutino/vespertino, para atuar na EBM Santa Maria Goretti, vaga vinculada a Professora Franciane Brasil Santos Dalcin que pediu exoneração.

Parágrafo único. O período de alteração previsto no caput é o prazo máximo de duração, podendo o Município, a bem do interesse público, revogá-la a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração da carga horária alterada corresponderá ao nível 1-A, disposto no anexo III da Lei Complementar nº 090, de 26 de dezembro de 2007, acrescido de adicional de carga horária prevista no art. 23 da referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 03 de abril de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2017.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

MINUTA 21/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/ SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2017.
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 24 inciso II e IV, da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, relativo à contratação de serviço de elaboração de PRAD (Projeto de Recuperação de Área Degradada) aprovado pela FATMA, no terreno Matrícula nº. 5.273, localizado no Município de São Miguel da Boa Vista/SC, onde está sendo construída a creche Municipal, com um custo total de R\$ 5.913,27, tendo como contratada a empresa CRISTIAN GRELLMANN-ME, inscrita no CNPJ: 05.981.556/0001-20. São Miguel da Boa Vista (SC), 03 de Abril de 2017. VILMAR SCHMAEDECKE –Prefeito Municipal.

MINUTA 22-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA /SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2017
MODALIDADE: CHAMADA PUBLICA

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Chamada Publica, por item para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até as 08h45min horas do dia 28/04/2017. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidas com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta –Feira, horário de expediente, das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. º 8.666/93, e Lei Nº.11.947 de 16/06/2009 e resolução nº.38 do FNDE de 16/07/2009 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 03 de Abril de 2017. VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.

MINUTA APAE 02/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/ SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2017 - FMAS
MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 26, da Lei n. 8.666/93, relativo à Contratação de Serviços da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARAVILHA/SC, CNPJ78.472.545/0001-98, com a finalidade de promover atendimentos educacionais especializados aos educandos com deficiência intelectual que não puderem se beneficiar pela inclusão em classes comuns do ensino regular e atuar sobre as condições que gerem desvantagens pessoais resultantes de deficiências ou de incapacidades, com o custo de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), mensais por aluno. São Miguel da Boa Vista (SC), 03 de Abril de 2017.VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 77/2016 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 76/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2016
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2016
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, RECAPAMENTO, REPAROS ISOLADOS E DRENAGEM PLUVIAL EM DIVERSAS RUAS DO CENTRO E BAIROS, MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, COM RECURSOS PROVENIENTES DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA □ SDR/SMOESTE/SC, CONVÊNIO Nº 2016TR0921, PROCESSO Nº SDR01 00001129/2016(ER011084160), CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTE PROCESSO LICITATORIO.
CONTRATADO: E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA
VIGENCIA: Prorrogada até 29/04/2017
ASSINA pela CONTRANTANTE: ALFREDO SPIER
ASSINA pela CONTRATADA: EVERTON JOSÉ FRIGERI
São Miguel do Oeste, SC., 21 de março de 2017

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 77/2016 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 76/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2016
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2016
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, RECAPAMENTO, REPAROS ISOLADOS E DRENAGEM PLUVIAL EM DIVERSAS RUAS DO CENTRO E BAIROS, MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, COM RECURSOS PROVENIENTES DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA □ SDR/SMOESTE/SC, CONVÊNIO Nº 2016TR0921, PROCESSO Nº SDR01 00001129/2016(ER011084160), CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTE PROCESSO LICITATORIO.
CONTRATADO: E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA
VALOR: Aditado R\$ 30.982,35
VIGENCIA: Prorrogada até 29/04/2017
ASSINA pela CONTRANTANTE: ALFREDO SPIER
ASSINA pela CONTRATADA: EVERTON JOSÉ FRIGERI
São Miguel do Oeste, SC., 28 de março de 2017

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 77/2016 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EXT. 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 76/2015
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2016
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2016
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, RECAPAMENTO, REPAROS ISOLADOS E DRENAGEM PLUVIAL EM DIVERSAS RUAS DO CENTRO E BAIROS, MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, COM RECURSOS PROVENIENTES DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA □ SDR/SMOESTE/SC, CONVÊNIO Nº 2016TR0921, PROCESSO Nº SDR01 00001129/2016(ER011084160), CONFORME MEMORIAL

DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTE PROCESSO LICITATORIO.

CONTRATADO: E.J.F. EMPREENDIMENTOS LTDA
VALOR: Aditado R\$ 179.993,84
ASSINA pela CONTRANTANTE: ALFREDO SPIER
ASSINA pela CONTRATADA: EVERTON JOSÉ FRIGERI
São Miguel do Oeste, SC., 31 de março de 2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 10 - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2017
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2017 – PR 35/2017 – PROCESSO LICITATÓRIO 46/2017 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA CORTE DE GRAMA, LIMPEZA DE PÁTIO, PODA DE ARVORES COM REMOÇÃO DE ENTULHO OU LIXO DESTINADOS PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO NO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE INCLUINDO SECRETARIA DE SAÚDE E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.
Fornecedores:
JONAS TARIGA - ME, vencedora dos itens 1 a 3 no valor de R\$ 158.058,54 (cento e cinquenta e oito mil e cinquenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos).
TOTAL: R\$ 158.058,54 (cento e cinquenta e oito mil e cinquenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos).
ASSINATURA: 29/03/2017.
VIGÊNCIA: 12 meses.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2017 - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2017
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2017 – PR 38/2017 – PROCESSO LICITATÓRIO 49/2017 – AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, FILTROS DE ÓLEO E AR DESTINADOS PARA A MANUTENÇÃO DAS VIATURAS DO 13ª CIRETRAN, CONFORME CONVÊNIO Nº 2016TN001765, LEI MUNICIPAL Nº 4.727/2011, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.
Fornecedores:
CONTAINER ÓLEO LTDA - ME, vencedora dos itens 1 a 32 no valor de R\$ 12.973,00 (doze mil e novecentos e setenta e três reais).
TOTAL: R\$ 12.973,00 (doze mil e novecentos e setenta e três reais).
ASSINATURA: 03/04/2017.
VIGÊNCIA: 12 meses.

DECRETO 8.839 PRORROGA CONCURSOS PÚBLICOS

DECRETO N. 8.839/2017

PRORROGA A VALIDADE DOS CONCURSOS PÚBLICOS 021/2014 E 022/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe conferem os incisos VII do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990, e,

Considerando que a Constituição Federal no Art. 37, II, aduz que a administração pública deve seguir os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei;

Considerando o disposto no Art. 15, II, da Lei Orgânica do Município de São Miguel do Oeste, bem como o inciso III do mesmo artigo, assegurando que o prazo de validade do concurso público será de até dois (2) anos, prorrogável uma vez, por igual período;

Considerando que a Lei Complementar Municipal 009/2012, assevera no seu Art. 14 que o concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período;

Considerando o princípio da economicidade expresso no Art. 70 da Constituição Federal, que prima pela promoção da qualidade e celeridade com menor custo para administração pública.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de validade dos concursos públicos dos Editais 021/2014 e 022/2014, por mais 02 (dois) anos, a contar do dia 28 de abril de 2017, nos termos do Art. 14 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 03 de abril de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração

Paulo Ricardo Drumm

Consultor Jurídico

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Assessoria Especial

EDITAL N. 049/URBANO-NOTIFICAÇÃO LIMPEZA LOTES

EDITAL Nº 49/2017/SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE NOTIFICAÇÃO

A secretária de Planejamento e Desenvolvimento Urbano do Município de São Miguel do Oeste, no uso das atribuições do art. 72 da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, do Código de Postura Municipal (Lei Complementar nº005/2012) e suas alterações. Considerando que os contribuintes abaixo relacionados se encontram em local incerto e não sabido, não tendo sido localizado por ocasião da emissão de Notificação anterior.

RESOLVE

Art. 1º NOTIFICAR os contribuintes abaixo relacionados, referente à Notificação Preliminar, para providenciar a limpeza de lotes urbanos, assim como, mantê-los sempre em bom estado de conservação.

Art. 2º Fica os notificados abaixo relacionados, para que, no prazo de até 12 de abril de 2017, executem a limpeza de seus lotes urbanos, ficando sujeitos à imposição de multa conforme prevê a Legislação Municipal.

CONTRIBUINTE	NOTIFICAÇÃO	Lote Urbano/Rua
NELSINDA FORSTER CPF 833.610.149-72	166/2016	nº390 - (fundos) Barão do Rio Branco
ANTONIO IGNACIO GERHARDT CPF 032.422.269-68	67/2017	nº534 - Frontino Rodrigues
ANDRÉ GIRARDI CPF 095.862.609-09	92/2017	nº01 - Geraldino de Melo
ADÃO PEDRO AGOSTINI CPF 492.412.149-53	140/2017	nº19 - Marques do Herval
MUNIR ANTONIO GUZATTI CPF 027.327.549-60	179/2017	nº35 - La Salle
FABIANA DELEVATTI CPF 041.052.109-47	190/2017	nº22 - Joaquim Nabuco
SABRINA ELIZA DONATTI CPF 758.894.479-04	69/2017	nº698 - Marcílio Dias
DIEGO ANDERSON ROSSATO CPF 073.489.899-18	80/2017	nº01-B - Victor Meirelles
PEDRO JOÃO CASAGRANDE CPF 430.579.009-25	200/2017	nº04 - Vergílio de Ross
MARIA ILSE ZANG CPF 627.221.319-00	201/2017	nº14 - José Vero- nese
ELAINE ASSUNTA ERLO GOMEZ CPF 066.639.699-00	170/2017	nº03 Q-08 - Ria- chuelo
JOSÉ CARLOS DE MATTOS CPF 054.538.699-33	194/2017	nº24 - Angêlo Cen- tenaro
CAROLINE FACHIN CPF 099.349.029-82	166/2017	nº01-B - Alirio Schmitt
IVO GEWEHR JUNIOR CPF 563.552.039-15	224/2017	nº369/371 - Mar- ques do Herval
CLARINDA DE OLIVEIRA SILVA CPF 023.864.039-63	116/2017	nº08 - Belilde T. Oro
FLANDEMIR ROBERTO DE CE- SARO CPF 022.714.579-80	185/2017	nº03 - Antonio G. Dias
GIOVANI NERI SPRICIGO CPF 027.765.609-58	43/2017	nº06-A Emílio Gio- vanaz

Art. 3º Este edital será disponibilizado no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, além de ser afixado no mural principal da prefeitura, no endereço eletrônico

www.saomiguel.sc.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.
Em, 03 de abril de 2017.

MARLI DA ROSA
Secretária do Planejamento e Desenvolvimento Urbano

EDITAL N. 050/URBANO-LANÇAMENTO TRIBUTOS IMPOSIÇÃO DE MULTA

EDITAL Nº 50/2017 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS

A Secretária do Planejamento e Desenvolvimento Urbano do Município de São Miguel do Oeste, no uso das atribuições do art. 72 da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, do Código Tributário Municipal (Lei 4.200/1997) e suas alterações, e do Código Tributário Nacional.

Considerando que o contribuinte abaixo relacionado se encontra em local incerto e não sabido, não tendo sido localizado por ocasião da emissão de Notificação anterior, Auto de Infração e Imposição de Multa.

RESOLVE

Art. 1º NOTIFICAR o contribuinte abaixo relacionado, do lançamento de Tributos referente à Notificação Preliminar, para providenciar a limpeza do Lote nº698 situado na Rua Marcílio Dias, Centro, cidade de São Miguel do Oeste - SC, não cumprindo as exigências da Notificação Preliminar foi lavrado o Auto de Infração e Imposição de Multa.

Art. 2º Fica o notificado abaixo relacionado, para que, no prazo de até 20 de abril de 2017, regularize seu débito junto a municipalidade, junto ao Setor de Tributação da Secretaria Municipal da Fazenda, sob pena de Inscrição em DIVIDA ATIVA e seu consequente ajuizamento. Ficando também, ciente, de que o não cumprimento das medidas antes mencionadas ensejará demanda judicial cabível à espécie.

CONTRIBUINTE	NOTIFICAÇÃO	AUTO DE INFRAÇÃO E IMPOSIÇÃO MULTA
SABRINA ELIZA DONATTI CPF: 758.894.479-04	69/2017	12/2017

Art. 3º Este edital será disponibilizado no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, além de ser afixado no mural principal da prefeitura, no endereço eletrônico www.saomiguel.sc.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.
Em, 03 de abril de 2017.

MARLI DA ROSA
Secretária do Planejamento e Desenvolvimento Urbano

PROCESSO LICITATÓRIO N. 23/2017 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE CREDENCIAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2017
INEXIGIBILIDADE Nº 09/2017
CREDENCIAMENTO N. 06/2017

A Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Miguel do Oeste - SC, partir do Gestor leva ao conhecimento dos interessados que fará CREDENCIAMENTO tendo como objeto credenciamento de Profissionais para prestar serviços técnicos através de sessões de Fisioterapia destinadas aos pacientes da Secretaria Municipal de Saúde de São Miguel do Oeste – SC, conforme prescrição médica e Autorização da Secretaria Municipal de Saúde, conforme tabela SUS editada pelo Ministério da Saúde, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 24 de abril de 2017.

Abertura: às 14h. do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores

Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade

Sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 03 de abril de 2017.

LEONIR CARON

Gestor do Fundo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 24/2017 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2017

O Fundo Municipal de Saúde, a partir do Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços gráficos destinados para uso junto as UBS`S, da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 25 de abril de 2017.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 03 de abril de 2017.

LEONIR CARON

GESTOR DO FUNDO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 64/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2017
TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2017

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Secretário de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais, destinados para a construção de banheiros na Comunidade de Linha Fatima de São Miguel do Oeste, conforme Convênio com o Governo do Estado de SC, Proposta

nº 0000018138, de acordo com Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos partes integrantes deste Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 27 de abril de 2017.

Abertura: às 09hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 03 de abril de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário de Municipal de Administração

PROCESSO LICITATÓRIO N. 65/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de brita, pedrisco e areia média destinados para a manutenção e conservação dos parques e pátios das Escolas de Ensino Infantil e Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Ensino, para o exercício de 2017, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 10h15min do dia 27 de abril de 2017.

Abertura: às 10h30min. do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 03 de abril de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

PROCESSO LICITATÓRIO N. 66/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2017

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de graxas e lubrificantes destinados para a conservação e manutenção da frota do Município de São Miguel do Oeste incluindo Secretaria de Agricultura, Assistência Social e Saúde, para o exercício de 2017, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 25 de abril de 2017.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 03 de abril de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

PROCESSO LICITATÓRIO N. 67/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva com reposição de peças e instalação, do sistema de climatização das Unidades Escolares e Prédios Públicos da Prefeitura Municipal, incluindo Secretaria de Saúde, Assistência Social, Agrícola, Fundação de Esporte e Cultura, conforme Termo de Referência e anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 26 de abril de 2017.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 03 de abril de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.074/2017 DE 27 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº 4.074/2017 de 27 de março de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 186.799,39 (cento e oitenta e seis mil setecentos e noventa e nove reais e trinta e nove centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.336 - Manutenção das Ações da Atenção Básica de Saúde

3.3.90.32.00.00.00.00 - 00.03.0218 - Material de Distribuicao Gratuita R\$ 10.000,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0064 - Material de Consumo R\$ 30.000,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0064 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 70.000,00

04.01.10.301.3013.2.363 - Ações Estratégicas da Saúde da Família

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.03.0064 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 20.000,00

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.03.0216 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 2.519,13

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.03.0217 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 3.266,26

04.01.10.302.3013.2.361 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

3.3.90.32.00.00.00.00 - 00.03.0218 - Material de Distribuicao Gratuita R\$ 10.000,00

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0064 - Material de Consumo R\$ 20.000,00

04.01.10.303.3013.2.438 - Assistência Farmacêutica

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0218 - Material de Consumo R\$ 20.000,00

04.01.10.305.3013.2.362 - Vigilância Epidemiológica

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.03.0066 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 1.014,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 27 de março de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 4.076/2017 DE 30 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº 4.076/2017 de 30 de março de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 757,15 (setecentos e cinquenta e sete reais e quinze centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.125.3001.2.420 - Manutenção do PROCON

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Obras e Instalacoes R\$ 757,15

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 30 de março de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 4.077/2017 DE 30 DE MARÇO DE 2017

DECRETO Nº 4.077/2017 de 30 de março de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.363 - Ações Estratégicas da Saúde da Família

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0213 - Obrigacoes Patronais R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.363 - Ações Estratégicas da Saúde da Família

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0213 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 10.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 30 de março de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 01/2017-FIA

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 01/2017-FIA

Modalidade Tomada de Preços nº. 01/2017-FIA - Processo nº. 01/2017-FIA

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: ALEXANDRA PATSCH, inscrita no CPF sob o nº 073.640.139-38 e portadora da carteira de identidade nº. 5.683.062, residente e domiciliada na Rua Manoel Francisco da Costa nº 10699, Vila Chartres, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89250-000.

Objeto: contratação de prestação de serviço com formação em educação física, a fim de atender grupos do Projeto ESPAÇO LIVRE da Secretaria Municipal de Assistência Social do Municipal de Schroeder/SC.

Valor do contrato: R\$ 11.040,00 (onze mil e quarenta reais)

Data da Assinatura: 03/04/2017 – Vigência: 31/12/2017

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7.055/2017, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 7.055/2017, de 03 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o término do contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Vanessa Machado Gomes em 27 de fevereiro de 2017;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2016-SMS/PMS;

Considerando o Decreto nº. 4.000/2016, de 27/12/2016, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Francisco Marcio Casarim Junior para exercer o cargo de Médico - ESF, percebendo o nível salarial nº 001 - ESF, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 079/2009, de 16/10/2009, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.056/2017, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 7.056/2017, DE 3 DE ABRIL DE 2017

DELEGA RESPONSABILIDADE PELA ANÁLISE DE PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Designar a servidora Senhora Kerling Fabiane Hornburg Baesso, Engenheira Florestal, inscrita no CREA/SC sob o nº110.114-3, portadora do CPF nº047.380.029-29, matrícula nº2.340, como responsável pela análise de processos de licenciamento ambiental, conforme determinação da Resolução CONSEMA nº52/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 3 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.057/2017, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº7.057/2017, DE 3 DE ABRIL DE 2017

REESTRUTURA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº1.578/2007, de 15 de maio de 2007,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear os membros, abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social de Schroeder, a saber:

I – REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS:

a) Representantes das Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social:

q Gláucia Regina Sevegnani - Titular

q Dirlene Laís Demarchi Faenello – Suplente

b) Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer:

q Alvinice Hadlich Fritzen - Titular

q Amanda Risso dos Santos – Suplente

c) Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças:

q Milton Trapp Junior - Titular

q Valderi Rocha de Camargo - Suplente

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

b) Representantes de Entidades de Trabalhadores do Setor de Assistência Social:

q Giselle Tomaselli Obenaus – Titular

q Teila Sarita Tomaselli – Suplente

c) Representantes dos Usuários e/ou Organizações de Usuários da Assistência Social:

q Samuel da Silva - Titular

q Ana Paula Marques da Silva – Suplente

q Regina Vanda Kuster – Titular

q Luciana Pereira dos Santos - Suplente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008, revogando-se a Portaria nº6.986/2017, de 8 de fevereiro de 2017.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 3 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.058/2017, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº. 7.058/2017, de 03 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da servidora Sra. Daniela Strapazzon, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.059/2017, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 7.059/2017, DE 3 DE ABRIL DE 2017

AUTORIZA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCESSO DE SINDICÂNCIA Nº 001/2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Autorizar a prorrogação em até 60 (sessenta) dias, contados a partir desta data, para o prazo de conclusão dos trabalhos concernentes ao Processo de Sindicância nº 001/2017, instaurado através da Portaria nº 6.963/2017, de 7 de fevereiro de 2017, de acordo com o Ofício nº 005/2017-PS 001/2017, de 29 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 3 de abril de 2017.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

TERMO ADITIVO Nº. A20/2017 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A20/2017 – PMS

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 97/2015– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 82.130.170/0001-55, estabelecida na Rodovia BR 280, Km 33, Bairro Itinga, na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.245-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Gustavo Camargo Boaretto, inscrito no CPF sob o nº. 064.598.399-30.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 97/2015-PMS, celebrado em 22 de abril de 2015, proveniente do Processo de licitação nº. 10/2015–PMS, Modalidade Tomada de Preços nº. 01/2015–PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Walter Ginow, Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 318m e área total de 2.595,23 m², através do Ministério das Cidades, termo de compromisso nº 809355/2014/MCIDADES/CAIXA, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e o Município de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando que o referido aditivo enquadra-se no artigo 65, I, b da Lei federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando o pedido de aditivo feito pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos no valor de R\$ 63.544,66 (sessenta e três mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), considerando a necessidade de readequação do projeto quanto ao desnível acentuado do passeio ao lado esquerdo da via, onde é necessário realizar a contenção de material para o assentamento do paver, além da necessidade de alguns trechos realizar alargamentos ou estreitamento da calçada. Outras alterações, meio fio pré moldado ou moldado in loco, guia de concreto para contenção lateral, escavação de material de primeira categoria para nivelamento, aterro utilizando retro escavadeira e compactador, base de brita graduada, carga e descarga de material, transporte de material com caminhão basculante, pavimentação de blocos intertravados de concreto, remoção e transporte de concreto.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do senhor Walter Egidio Mukai, engenheiro civil, CREA 065.488-5/SC, da Administração Pública e aprovação do mesmo, conforme parecer em anexo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor total do contrato” no item 4.1 aditivado ao contrato o valor de R\$ 63.544,66 (sessenta e três mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 427.271,75 (quatrocentos e vinte e sete mil, duzentos e setenta e um reais e setenta e cinco centavos).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 97/2015-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 03 de abril de 2017.

CONTRATADA:

CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA

Gustavo Camargo Boaretto

CPF nº. 064.598.399-30

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

TERMO ADITIVO Nº. A21/2017 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A21/2017 – PMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 85/2016 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.130.170/0001-55, estabelecida na Rodovia BR 280, Km 33, Bairro Itinga, na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.245-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Gustavo Camargo Boaretto, inscrito no CPF sob o nº. 064.598.399-30.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 85/2016-PMS, celebrado em 28 de junho de 2016, Processo de licitação nº. 102/2016– PMS, Modalidade Tomada de Preços nº. 08/2016–PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Willy Wulf, Bairro Centro, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 101m e área total de 1.010m², de acordo com Convênio com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e suas alterações c/c Lei nº 2.199/2016 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra no artigo 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente à prorrogação do prazo de execução da obra até dia 31 de dezembro de 2017, em razão da falta de repasse por parte do Estado de Santa Catarina, conforme parecer do setor de engenharia em anexo.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Engenheiro Civil, Walter Egidio Mukai, engenheiro civil, CREA-SC 065.488-5/SC, da Administração Pública e aprovação do mesmo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Segunda “do prazo de entrega e do local” no item 2.2 e Clausula Décima “das obrigações da empresa vencedora” no item 10.1.4, do contrato nº 85/2016-PMS, prorrogando-se o prazo de execução da obra até dia 31 de dezembro de 2017.

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 85/2016-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no

presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 03 de abril de 2017.

CONTRATADA:

CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA

Gustavo Camargo Boaretto

CPF nº. 064.598.399-30

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2017-FIA

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2017-FIA

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2017-FIA, PROCESSO Nº. 01/2017-FIA, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço POT ITEM determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de prestação de serviço com formação em educação física, a fim de atender grupos do Projeto ESPAÇO LIVRE da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

Vencedor: ALEXANDRA PATSCH, inscrita no CPF sob o nº 073.640.139-38 e portadora da carteira de identidade nº. 5.683.062, residente e domiciliada na Rua Manoel Francisco da Costa nº 10699, Vila Chartres, no Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89250-000.

Valor da proposta vencedora: R\$ 11.040,00 (onze mil e quarenta reais)

Data da Assinatura: 03/04/2017 – Vigência: 31/12/2017

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

ATA CREDENCIAMENTO 04/2017-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	OUTRAS MODALIDADES Nr.: 4/2017 - OU
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 37/2017 Data do Processo: 17/03/2017
Folha: 1/2	

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 20/2017 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

credenciamento de empresa especializada na publicação de jornais impressos de caráter informativo e educativo, campanhas de utilidade pública, bem como, divulgação institucional de eventos e campanhas do poder público nas diversas áreas da administração pública com vinculação máxima semanal para atender as necessidades do Município de Schroeder/SC

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação as empresas EDITORA PAVANELLO LTDA. e EDITORA DO VALE LTDA., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital, referente ao credenciamento de empresa especializada na publicação de jornais impressos de caráter informativo e educativo, campanhas de utilidade pública, bem como, divulgação institucional de eventos e campanhas do poder público nas diversas áreas da administração pública com vinculação máxima semanal para atender as necessidades do Município de Schroeder/SC. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do MUNICÍPIO DE SCHROEDER/SC. As empresas EDITORA PAVANELLO LTDA. e EDITORA DO VALE LTDA., apresentaram envelopes de habilitação e após rubricado os mesmos foram abertos. Cujos documentos foram rubricados e examinados pela presidente e membros da comissão. Considerando que o edital de chamada pública é um processo que vem formalizar um ato contratual com as empresas que prestam atendimento referente ao objeto especificado, não prevendo concorrência, pois a administração prevê as cláusulas às quais as requerentes devem se enquadrar. Diante da manifestação da intenção de credenciamento das empresas EDITORA PAVANELLO LTDA. e EDITORA DO VALE LTDA. e que diante do fato das empresas estarem respeitando as exigências do edital e apresentando toda a documentação de acordo com as exigências do edital, resultando assim habilitadas. Será procedida à homologação do pedido de credenciamento das empresas EDITORA PAVANELLO LTDA. e EDITORA DO VALE LTDA. Sendo que o resultado será publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC. A presidente encerra a sessão e pede-se que a ata será repassada as empresas participantes.

Schroeder, 3 de Abril de 2017

COMISSÃO:

Ivandira de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro
Eloir José Wendt	- - Membro
Andreia Nass Friedemann	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Diego Guilherme Lasta	- - Membro Suplente
Natália Kersten Brummüller	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ODILA PAVANELLO - - Representante

<div>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</div>	<div>OUTRAS MODALIDADES Nr.: 4/2017 - OU</div> <div>Processo Administrativo: 37/2017 Processo de Licitação: 17/03/2017 Data do Processo:</div>
Folha: 2/2	

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 20/2017 (Sequência: 1)

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ELISETE DALPIAZ - - Representante

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017-SANEAMENTO**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER**

Página: 1/7

Processo Nº.: 1/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2017

No dia 3 do mês de Abril do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com sede administrativa localizada na RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201, bairro CENTRO, CEP nº. 89275-000, nesta cidade de Schroeder/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). OSVALDO JURCK, inscrito no CPF sob o nº. 310.472.469-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 1/2017, Processo Licitatório nº. 1/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de produtos químicos para serem usados no tratamento de água da estação de tratamento pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10251	BUSCHLE & LEPPER S.A.	1, 2, 3, 4
13531	KEMHYDRA COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS E PRETOQUÍM	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1.838/2008 e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BUSCHLE & LEPPER S.A.	84.684.471/0011-28	ANTONIO MESQUITA NETO	073.036.339-28
KEMHYDRA COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS E PRETOQUÍM	19.437.776/0001-00	CESAR AUGUSTO ARRUDA	084.471.959-53

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de produtos químicos para serem usados no tratamento de água da estação de tratamento pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10251 - BUSCHLE & LEPPER S.A.						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	HIPOCLORITO DE SÓDIO COMERCIAL para tratamento de água para abastecimento público. Conforme termo de referência em anexo.	KG		40.000,000	1,4500	58.000,00
2	SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO isento de ferro (a granel), para tratamento de água. Concentração de Sulfato de Alumínio Igual ou maior que 50%. Conforme termo de referência em anexo.	KG		25.000,000	1,1700	29.250,00
3	ÁCIDO FLUOSSILÍCICO 20% para fluoretação de água, conforme estabelece a Portaria nº 2914/11 do Ministério da Saúde. Conforme termo de referência em anexo.	KG		8.000,000	1,2500	10.000,00
4	Cal hidratada para correção de pH da água, conforme padrões estabelecidos pela Portaria nº 2914/11 do Ministério da Saúde. Conforme termo de referência em anexo.	KG		2.000,000	1,0800	2.160,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/7

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER

Processo Nº.: 1/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2017

2.2. Os preços registrados poderão sofrer reajustes nas hipóteses previstas em Lei.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER**

Página: 3/7

Processo N°.: 1/2017

PREGÃO PRESENCIAL N°. 1/2017

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixação do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/7

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER

Processo Nº.: 1/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2017

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços

5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.6. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.7. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.9. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

5.3.10. Entregar/executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 3 DIAS após ordem de compra, no Município de Schroeder, de segunda a sexta feira, das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h, devendo ser expedida a nota fiscal, sempre que houver a execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER

Página: 5/7
Processo Nº.: 1/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2017

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.3. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Regularidade Fiscal.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

8.8. O pagamento será efetuado na conta bancária especificada pela licitante na proposta comercial, que deverá ser expressa no corpo da nota fiscal ou outro documento anexo a esta.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER

Página: 6/7
Processo Nº.: 1/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2017

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se c disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3. será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER

Página: 7/7
Processo Nº.: 1/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2017

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no DOM/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Schroeder, 3 de Abril de 2017.

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

BUSCHLE & LEPPER S.A.

CNPJ: 84.684.471/0011-28

KEMIHYDRA COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS E PRETOC CNPJ: 19.437.776/0001-00

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 09/2017-FMS

Página: 1/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2017

Número do Registro de Preços: 7/2017		Data do Registro: 03/04/2017		Válido até: 03/04/2018				
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de móveis para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
1	Armário em aço com 4 prateleiras, sendo 1 fixa e 3 reguláveis, 2 portas com chave. Medidas mínimas: altura 1,98 m, largura 0,90m, profundidade: 0,40m. Pintura na cor branca.	UN	SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP (10660)	Rch	0	446,9500	1	
			OSMAR ORLANDI JUNIOR - ME (13542)		0	447,0000	2	
			RICHESS MOVEIS LTDA. - EPP (13425)	GGL	0	448,9000	3	
			CELI PRODUTOS DE AÇO LTDA (11865)	CELI	0	449,0000	4	
			EKOMOB COMERCIO EIRELI - EPP (13424)		0	493,0000	5	
2	Armário de post forming tampo de 25 mm, com duas portas com fechadura a chave, material em MDP 15mm, na cor marfim com acabamentos em preto nas medidas mínimas de 1,60m de altura x 0,90 cm de largura e 0,40 de profundidade com no mínimo 03 prateleiras internas reguláveis.	UN	EKOMOB COMERCIO EIRELI - EPP (13424)		0	360,0000	1	
			GILMAR SANI - ME (13527)	SANI MOVEIS	0	400,0000	2	
			SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP (10660)	Suprimóveis	0	410,0000	3	
			OSMAR ORLANDI JUNIOR - ME (13542)		0	410,0000	4	
3	Arquivo de aço com 04 (quatro) gavetas com chaves, para armazenar pastas suspensas, as gavetas devem apresentar porta-etiqueta do lado externo em alto relevo com puxadores embutidos. Na parte interna as gavetas devem conter vareta laterais para sustentação das pastas e sistema de encaixe na lateral das gavetas. Armário e chapas com pintura na cor cinza, medidas aproximadas: 1,33(A) x 0,46(L) x 0,70 (P)m.	UN	OSMAR ORLANDI JUNIOR - ME (13542)		0	325,0000	1	
			CELI PRODUTOS DE AÇO LTDA (11865)	CELI	0	344,0000	2	
			MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (13247)	ISMA	0	360,0000	3	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2017

Página: 2/6

Número do Registro de Preços: 7/2017 Data do Registro: 03/04/2017 Válido até: 03/04/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de móveis para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Purificador refrigerado de água. Modelo de parede. Opções de temperatura Natural e Gelada.Bandeja coletora de resíduos removível, Alimentação: 220 V.	UN	MIMOBILE EIRELI - EPP (12443)	POLAR BASIC	0	135,0000	1
			GILMAR SANI - ME (13527)	POLAR	0	250,0000	2
			RICHESE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)	Libell'Acqua fit	0	380,7300	3
5	Cadeira giratória revestida em couro na cor preta. Assento com espuma expandida/laminada com aproximadamente 40 mm de espessura. Medidas aproximadas do assento 400 x 395 mm. Encosto com espuma expandida/laminada com aproximadamente 20 mm de espessura. Largura aproximada do encosto 320 x 350 mm. Estrutura metálica com pintura na cor preta, base giratória com regulagem de altura, cinco pés com rodinhas duplas.	UN	DISMACENTER INDUSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS LTDA (12573)	DISMACENTE	0	114,0000	1
			SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP (10860)	Suprímóveis	0	114,9000	2
			MIMOBILE EIRELI - EPP (12443)	MELANINOS	0	118,9000	3
6	Cadeira fixa revestida em couro na cor preta. Assento com espuma expandida/laminada com aproximadamente 40 mm de espessura. Medidas aproximadas do assento 400x395mm. Encosto com espuma expandida/laminada com aproximadamente 20 mm de espessura. Largura aproximada do encosto 320x350 mm. Altura aproximada da cadeira 900 mm. Estrutura metálica com pintura na cor preta.	UN	DISMACENTER INDUSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS LTDA (12573)	DISMACENTE	0	65,0000	1
			OSMAR ORLANDI JUNIOR - ME (13542)		0	66,9000	2
			SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP (10860)	Suprímóveis	0	69,9500	3
7	Estante de apo com 6 prateleiras reforçadas, com sapatas, com parafusos e porcas. Dimensões aproximadas: 92cm x 30 cm x 198 cm. Pintura epoxi na cor cinza. Devem vir montadas.	UN	OSMAR ORLANDI JUNIOR - ME (13542)		0	115,7000	1
			GILMAR SANI - ME (13527)	LUNASA	0	115,8000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2017

Página: 3/6

Número do Registro de Preços: 7/2017 Data do Registro: 03/04/2017 Válido até: 03/04/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de móveis para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RICESSE MÓVEIS LTDA. - EPP (13425)	GGL	0	116.0000	3
			M MOBILE EIRELI - EPP (12443)	RCH	0	123.5000	4
			CELI PRODUTOS DE AÇO LTDA (11865)	CELI	0	125.0000	5
			SUPRIMOVS EIRELI - EPP (10660)	Rch	0	127.0000	6
			DISMACENTER INDUSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS LTDA (12573)	CELI	0	135.0000	7
8	Lixeira em aço inox com pedal. Deve possuir: baldie interno removível, alça para transporte, apoio de borracha na base. Capacidade mínima de 15 Litros, máxima 20 Litros.	UN	MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME (13247)	PURIMAX	0	105.0000	1
			M MOBILE EIRELI - EPP (12443)	MOR	0	107.9200	2
			GILMAR SANI - ME (13527)	MOR	0	125.0000	3
9	Longarina com 3 (três) lugares modelo secretária revestido em couro cor preto, com estrutura metálica pintura na cor preta, com pés oblongular. Assento com espuma expandida/laminada com aproximadamente 40 mm de espessura. Medidas aproximadas do assento 400x395mm. Encosto com espuma expandida/laminada com aproximadamente 20 mm de espessura. Largura aproximada do encosto 320x350 mm.	UN	SUPRIMOVS EIRELI - EPP (10660)	Suprímóvs	0	231.9500	1
			DISMACENTER INDUSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS LTDA (12573)	DISMACENTE	0	232.0000	2
			GILMAR SANI - ME (13527)	PETHIFLEX	0	243.9000	3
10	Mesa para impressora fabricada em MDP média densidade de partículas, espessura 25mm, revestimento com laminado fórmica cor bege/marfim. Dimensões aproximadas: Comprimento 80 cm x 60 cm largura x 70 cm de altura. Estrutura metálica pintura na cor preta.	UN	GILMAR SANI - ME (13527)	SANI MOVEIS	0	110.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2017

Página: 4/6

Número do Registro de Preços: 7/2017 **Data do Registro:** 03/04/2017 **Válido até:** 03/04/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de móveis para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RICESSE MOVEIS LTDA. - EPP (13425)	Micanto	0	128,7700	2
			OSMAR ORLANDI JUNIOR - ME (13542)		0	145,0000	3
11	Mesa 1,20 x 60 cm com 2 gavetas, tampo em madeira com 25 mm de espessura produzido em MDP média densidade de partículas, revestimento com laminado fórmica. Estrutura metálica com pés oblongular pintura na cor preta. Cor da mesa: bege/marfim. Gavetas, cor bege/marfim com acabamento preto, puxadores em pvc tipo alça na cor preto.	UN	GILMAR SANI - ME (13527)	SANI MOVEIS	0	190,0000	1
			EKOMOB COMERCIO EIRELI - EPP (13424)		0	250,0000	2

Página: 5/6

SUPRIMÓVEIS EIRELI - EPP (10660)	Suprimíveis	0	268,000	3
----------------------------------	-------------	---	---------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2017

Número do Registro de Preços: 7/2017								Data do Registro: 03/04/2017		Válido até: 03/04/2018	
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de móveis para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2017

PROCESSO Nº 13/2017

- (10660) - SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP
- (11865) - CELI PRODUTOS DE AÇO LTDA
- (12443) - M MOBILE EIRELI - EPP
- (12573) - DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA
- (13247) - MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME
- (13424) - EKOMOB COMERCIO EIRELI - EPP
- (13425) - RICHESSE MOVEIS LTDA. - EPP
- (13527) - GILMAR SANI - ME
- (13542) - OSMAR ORLANDI JUNIOR - ME

Schroeder, 3 de Abril de 2017.

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO 086/2017

DECRETO Nº 086/2017, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

“DISPÕE SOBRE CONVERSÃO DE 1/3 DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº 498/2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinado o pagamento de férias trabalhadas no mês de abril de 2017, ao Servidor Municipal abaixo relacionado, que no interesse do Serviço Público, dará continuidade às atividades inerentes ao seu cargo, pelo período de 04/04/2017 a 13/04/2017:

1- CÉSAR SPEROTO - 10 (DEZ) DIAS - PERÍODO AQUISITIVO 01/01/2016 A 31/12/2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 03 de abril de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

PORTARIA 045/2017

PORTARIA Nº. 045/2017 DE 03 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO TITULAR E SUBSTITUTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal de Contrato e substituto referente ao Processo Licitatório nº 013/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para acompanhar e fiscalizar a execução dos referidos Contratos na forma e condições abaixo relacionadas:

CONTRATOS Nº:	030/2017		
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DESTINADO AOS ALUNOS QUE FREQUENTAM O PROGRAMA DE SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO PARA O ANO 2017.		
EMPRESA:	BAMPITUR TRANSPORTES LTDA ME		
CNPJ Nº:	11.416.188/0001-70		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	DANIELA ZANELA DONIDA		
CARGO:	ASSISTENTE SOCIAL		
CPF:	032.264.009-16	MATRÍCULA:	325
LOTAÇÃO:	Secretaria de Assistência Social		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	LIANE TERESINHA DE ALMEIDA		
CARGO:	ASSISTENTE SOCIAL		
CPF:	026.629.209-71	MATRÍCULA:	324
LOTAÇÃO:	Secretaria de Assistência Social		

Art. 2º O serviço de fiscal de Contrato e suplente são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 03 de abril de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

PORTARIA 046/2017

PORTARIA Nº. 046/2017, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PEDRO DE SOUZA PARA O CARGO DE AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40, da Lei Orgânica Municipal; e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001; Lei Municipal nº. 684/2005 e alterações posteriores; Lei Municipal nº. 692/2006; e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº. 002/2016, do Município de Serra Alta/SC.

RESOLVE:

Art. 1º Fica contratado, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	Pedro de Souza
CPF:	021.226.499-09
RG:	3.839.111 SSP/SC
CARGO:	Auxiliar de Manutenção e Conservação
CARGA HORÁRIA:	40 horas semanais
LOTAÇÃO:	Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos
GRUPO:	1-SEG
NÍVEL:	13
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006, art. 2º, inciso VI “admissão para suprir vaga não preenchida em concurso Público”.
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a contratação pelo motivo de vaga não preenchida por concurso Público.
VIGÊNCIA:	03/04/2017 a 14/12/2017

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 e suas alterações posteriores, vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006, e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 03 de abril de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 44/2017

DECRETO N.º 44, DE 15 DE MARÇO DE 2017

EXONERA A PEDIDO TIAGO ALBÔNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, TIAGO ALBÔNICO, brasileiro, CPF/MF sob nº 040.693.989-61, do cargo de Assessor Especial - C1, no Gabinete do Prefeito, a partir de 30/03/2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 15 de março de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de março de 2017.

DECRETO Nº 45/2017

DECRETO N.º 45 DE 15 DE MARÇO DE 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS DO EXERCÍCIO DE 2.017 POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HELIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.210, de 16 de dezembro de 2016 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	05	Fundo Municipal de Assistência Social
UNIDADE	01	Secretaria de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
PROGRAMA	06	Gestão das Ações de Inclusão e Desenvolvimento Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
RECURSO	5.035	Transferências do Sistema Único de Assistência Social-SUAS/União

PROJETO/ATIVIDADE	2.036	Manutenção das Ações Vinculadas ao MDS
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	10	

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta de anulação parcial, das dotações orçamentárias dos elementos de despesa abaixo designado:

ÓRGÃO	05	Fundo Municipal de Assistência Social
UNIDADE	01	Secretaria de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
PROGRAMA	06	Gestão das Ações de Inclusão e Desenvolvimento Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
RECURSO	5.035	Transferências do Sistema Único de Assistência Social-SUAS/União
PROJETO/ATIVIDADE	2.036	Manutenção das Ações Vinculadas ao MDS
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	12	

Artigo 3º - Nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, ficam ajustadas os anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 2.060/2013 de 26 de Agosto de 2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2015 – Lei Municipal nº 2.121 de 13 de novembro de 2014 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2017 - Lei nº. 2.210, de 16 de dezembro de 2016, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 15 de março de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de março de 2017.

DECRETO Nº 46/2017

DECRETO N.º 46 DE 15 DE MARÇO DE 2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.210, de 16 de dezembro de 2016 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a

melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 14.200,00 (quatorze mil e duzentos reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	05	Secretaria de Educação e Esporte
FUNÇÃO	12	Educação
PROGRAMA	05	Gestão da Educação com Qualidade
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental
RECURSO	5.036	Salário-Educação
PROJETO/ATIVIDADE	2.009	Manutenção do Transporte Escolar
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO	56	

VALOR: R\$ 14.200,00 (quatorze mil e duzentos reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos do Salário-Educação, no valor de R\$ 14.200,00 (quatorze mil e duzentos reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.210, de 16 de dezembro de 2016 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 15 de Março de 2017.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de Março de 2017.

DECRETO Nº 47/2017

DECRETO N.º 47 DE 15 DE MARÇO DE 2017

NOMEIA NILTO DONADEL COMO FISCAL DE CONTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PMS Nº 31/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com o art.67, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei 8666/93 estabelece que na Execução dos Contratos deve ser nomeado um representante da administração especialmente designado com a finalidade de fiscalizar obra ou serviço;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado NILTO DONADEL, brasileiro, CPF nº 464.327.109-44, Chefe de Departamento, C2, para ocupar a função de Fiscal de Contrato, oriundo do Processo Administrativo PMS nº 31/2017.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 15 de março de 2017.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de março de 2017.

DECRETO Nº 48/2017

DECRETO N.º 48 DE 15 DE MARÇO DE 2017

NOMEIA SIMONE COSTA COMO FISCAL DE CONTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PMS Nº 32/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com o art.67, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei 8666/93 estabelece que na Execução dos Contratos deve ser nomeado um representante da administração especialmente designado com a finalidade de fiscalizar obra ou serviço;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada SIMONE COSTA, brasileira, CPF nº 834.666.579-20, Assessor Especial, C1, para ocupar a função de Fiscal de Contrato, oriundo do Processo Administrativo PMS nº 32/2017.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 15 de março de 2017.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de março de 2017.

DECRETO Nº 49/2017

DECRETO N.º 49 DE 15 DE MARÇO DE 2017

NOMEIA JOSIANE ZILLI NUNES COMO FISCAL DE CONTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FMS Nº 22/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com o art.67, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei 8666/93 estabelece que na Execução dos Contratos deve ser nomeado um representante da administração especialmente designado com a finalidade de fiscalizar obra ou serviço;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada JOSIANE ZILLI NUNES, brasileira, CPF nº 053.552.319-00, Assessor II, C3, para ocupar a função de Fiscal de Contrato, oriundo do Processo Administrativo FMS nº 22/2017.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 15 de março de 2017.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de março de 2017.

DECRETO Nº 50/2017

DECRETO N.º 50 DE 15 DE MARÇO DE 2017

NOMEIA GLADYS LENUZIA KESTERING COMO FISCAL DE CONTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FMAS Nº 02/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o art.67, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei 8666/93 estabelece que na Execução dos Contratos deve ser nomeado um representante da administração especialmente designado com a finalidade de fiscalizar obra ou serviço;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada GLADYS LENUZIA KESTERING, brasileira, CPF nº 542.389.789-00, para ocupar a função de Fiscal de Contrato, oriundo do Processo Administrativo FMAS nº 02/2017.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 15 de março de 2017.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de março de 2017.

PORTARIA Nº 107/2017

PORTARIA Nº 107, DE 10 DE MARÇO DE 2017

RESCINDE A PEDIDO O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA PRISCILA DE CARVALHO FRASSON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir, a pedido, o contrato da funcionária PRISCILA DE CARVALHO FRASSON brasileiro(a), CPF/MF sob nº 047.099.999-37, Professora MAG-LP, na Secretaria de Educação, a contar de 01/03/2017.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 10 de março de 2017.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 10 de março de 2017.

PORTARIA Nº 108/2017

PORTARIA Nº 108, DE 10 DE MARÇO DE 2017

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA ALESSANDRA LOSSO GRANEMANN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária ALESSANDRA LOSSO GRANEMANN, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 031.130.409-57, Professora MAG-LP, na Secretaria de Educação, a contar de 01/03/2017.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 10 de março de 2017.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 10 de março de 2017.

PORTARIA Nº 109/2017

PORTARIA Nº 109, DE 19 DE MARÇO DE 2017

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO AO SERVIDOR ANTÔNIO ZAMPOLLI PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, ao servidor ANTÔNIO ZAMPOLLI, CPF/MF nº 252.093.889-72, a contar desta data.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 19 de março de 2017.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de março de 2017.

PORTARIA Nº 110/2017

PORTARIA Nº 110, DE 19 DE MARÇO DE 2017

RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA MARCELA DOS SANTOS LUCCHESI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária MARCELA DOS SANTOS LUCCHESI, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 058.796.879-61, Médica

Plantonista, na Secretaria de Saúde, a contar de 01/03/2017.
.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 19 de março de 2017.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de março de 2017.

PORTARIA Nº 111/2017

PORTARIA Nº 111, DE 19 DE MARÇO DE 2017
CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO AO SERVIDOR
DAVI COLOMBO GONÇALVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Nova Habilitação ao servidor DAVI COLOMBO GONÇALVES, CPF nº. 036.842.469-30, Professor MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de A1 para A4, a contar de 01/03/2017.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 19 de março de 2017.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 19 de março de 2017.

PORTARIA Nº 112/2017

PORTARIA Nº 112, DE 23 DE MARÇO DE 2017
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À SERVIDORA
REJANE MICHELE BETTIOL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, à servidora REJANE MICHELE BETTIOL, CPF/MF nº 025.776.169-10, Professor MAG LP, a partir de 28/03/2017.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 23 de março de 2017.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 23 de março de 2017.

PORTARIA Nº 113/2017

PORTARIA Nº 113, DE 23 DE MARÇO DE 2017
CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO À SERVIDORA
MARIA LUIZA DA BOIT PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº1.809/2009,

RESOLVE

Art.1º - Conceder afastamento do serviço público para auxílio doença junto ao RGPS – Regime Geral da Previdência Social - INSS, à servidora MARIA LUIZA DA BOIT, CPF/MF nº 556.506.949-15, Agente Comunitário de Saúde, a partir de 28/03/2017.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 23 de março de 2017.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 23 de março de 2017.

PORTARIA Nº 114/2017

PORTARIA Nº 114, DE 24 DE MARÇO DE 2017
RESCINDE O CONTRATO DA FUNCIONÁRIA ANDRÉIA LOSSO PEIXER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso V da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o contrato da funcionária ANDRÉIA LOSSO PEIXER, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 018.593.059-03, Professor MAG LP, na Secretaria de Educação, a contar desta data.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 24 de março de 2017.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 24 de março de 2017.

PORTARIA Nº 115/2017

PORTARIA Nº 115 DE 27 DE MARÇO DE 2017
CONTRATA CLEUZA TRAMONTIN FLOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente CLEUZA TRAMONTIN FLOR, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 753.499.229-04, para ocupar a função de Auxiliar de Ensino, 30h, na CEIM Olírio Cesa, na Secretaria de Educação, a contar desta data até 20/12/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 27 de março de 2017.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de março de 2017.

PORTARIA Nº 116/2017

PORTARIA Nº 116 DE 27 DE MARÇO DE 2017
CONTRATA CRISTIANO VITALI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar CRISTIANO VITALI, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 054.458.819-38, para ocupar a função de Motorista, na Secretaria de Educação, a partir de 28/03/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 27 de março de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de março de 2017.

PORTARIA Nº 117/2017

PORTARIA Nº 117 DE 27 DE MARÇO DE 2017
CONTRATA ANDRÉ LUIZ ROSSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar ANDRÉ LUIZ ROSSA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 035.834.979-61, para ocupar a função de Fisioterapeuta 20 horas, na Secretaria de Saúde, a contar de 20/03/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 27 de março de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de março de 2017.

PORTARIA Nº 118/2017

PORTARIA Nº 118 DE 27 DE MARÇO DE 2017
CONTRATA ALINE DE SOUZA DAL FARRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar ALINE DE SOUZA DAL FARRA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 079.360.639-00, para ocupar a função de Auxiliar de Saúde Bucal 20 horas, na Secretaria de Saúde, a contar de 20/03/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 27 de março de 2017.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO
Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 27 de março de 2017.

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 074/2017

DECRETO Nº074 , DE 03 DE ABRIL DE 2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LENICE GIARETTA LOCATELLI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido a Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal Lenice Giaretta Locatelli, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental, com lotação Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por período de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar do dia 31.03.2017 a 14.05.2017, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 03 de abril de 2017.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

DECRETO 075/2017

DECRETO Nº. 075, DE 03 DE ABRIL DE 2017

DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O CARGO DE PROFESSORA DE ENSINO INFANTIL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nºs. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Edital nº 003/2016 de 10/11/2016, Processo Seletivo.

Considerando o Decreto nº 074/2017, de afastamento da servidora LENICE GIARETTA LOCATELLI, por motivo de licença tratamento saúde de 45 dias a partir de 31.03.2017 a 14.05.2017.

Considerando ainda aprovação no Processo Seletivo.

Considerando a necessidade de outro servidor para desempenhar as atividades por ela antes desempenhada.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Servidora Pública Municipal de Sul Brasil -SC, por tempo determinado, atendendo a excepcional interesse público, para suprir ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas, de que dispõe o artigo 2º, inciso VIII da Lei Municipal 381, de 23 de maio de 2001, de acordo com o cargo e enquadramento que segue:

NOME: NOELI TOSETTO KOCHEN

CARGO: PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL

CARGA HORÁRIA: 40 (VINTE) HORAS SEMANAIS

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

PERÍODO: DE 31.03.2017 A 14.05.2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios, com efeitos a partir de 17.02.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 31 de março de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor do Departamento

DECRETO 076/2017

DECRETO Nº.076 DE 03 DE ABRIL DE 2017

DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, SIMONE APARECIDA RAMPANELLI STEIN, APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017, PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 9º da Lei Municipal nº. 384, de 01 de junho de 2001, e Lei Complementar nº 385, de 01 de junho de 2001, alterada pela Lei Complementar nº 678 de 19.01.2009 e Edital nº 001/2017 - Concurso Público.

DECRETA:

Art. 1º.Fica nomeada servidora pública Municipal de Sul Brasil-SC, a partir desta data, o candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2017, abaixo denominado, de acordo com o cargo e enquadramento que segue:

NOME: SIMONE APARECIDA RAMPANELLI STEIN

CPF : 089.340.039-44

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS- NÍVEL 13

CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
03 de abril de 2017.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor do Departamento

DECRETO 077/2017

DECRETO Nº 071 DE 31 DE MARÇO DE 2017

DECLARA ESTÁVEL SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e artigo 20 da Lei Municipal nº 384, de 01 de junho de 2001.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada estável a Servidora Pública Municipal aprovada no Concurso Público LEONI SALETE DE MATTOS GORCZEVESKI, por ter atingido a média de pontos exigida nas avaliações semestrais, durante o período de estágio probatório pelo cumprimento do disposto no artigo 20 da Lei Municipal nº 384 de 01 de junho de 2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 31 de março de 2017.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

DECRETO 078/2017

DECRETO Nº. 078, DE 03 DE ABRIL DE 2017

DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA O CARGO DE PROFESSORA DE ENSINO INFANTIL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nºs. 381, de 23 de maio de 2001, 384, de 01 de junho de 2001 e 344 de 31 de maio de 2000, alterada pela Lei 679 de 19 de janeiro de 2009 e Edital nº 003/2016 de 10/11/2016, Processo Seletivo.

Considerando o Decreto nº 077/2017, de afastamento da servidora

JANETE RAMOS HAMMEESCHMITT, por motivo de licença tratamento saúde de 12 dias a partir de 03.04.2017 a 14.04.2017.

Considerando ainda aprovação no Processo Seletivo.

Considerando a necessidade de outro servidor para desempenhar as atividades por ela antes desempenhada.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Servidora Pública Municipal de Sul Brasil -SC, ALINE APARECIDA GRAVE por tempo determinado, 20 (vinte) horas semanais atendendo a excepcional interesse público, para suprir ausências, afastamentos e licenças legalmente concedidas, de que dispõe o artigo 2º, inciso VIII da Lei Municipal 381, de 23 de maio de 2001, pelo período de 12(doze dias) a contar de 03.04.2017 a 14.04.2017.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria prevista no orçamento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios, com efeitos a partir de 17.02.2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 03 de abril de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT

Chefe de Gabinete

PREGÃO 025/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo nº 030/2017

Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº 025/2017

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FINS DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO NAS COMUNIDADES DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

Entrega dos envelopes: 14:00 horas do dia 18 de abril de 2017

Abertura dos envelopes: 14:15 horas do dia 18 de abril de 2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 10 de fevereiro de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Tangará

PREFEITURA

PR 012/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2017
REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 012/2017, a qual tem por objeto o registro de preço a FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES CONSTANTES NO CATALAGO ABC FARMA PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO. Os envelopes contendo as propostas de preços serão recebidos até as 16h00min do dia 17/04/2017, com abertura às 16h00min do mesmo dia. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Administrativa do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-1522. Tangará-SC, 03 de Abril de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO PR 011/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 014/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017
RETIFICAÇÃO

O Município de Tangará, através do Chefe do Poder Executivo, torna público às empresas interessadas em participar do referido certame, a RETIFICAÇÃO do mesmo. Referente à especificação do item 2 do pregão nº 011/2017 objeto: AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS NOVOS 0KM PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO DE ASSISTÊNCIA E HABITAÇÃO, alterando assim a data do certame do dia 06/04/2017 para dia 18 de Abril de 2017 as 14:00 horas. Passando a vigora com a nova redação. Os demais conteúdos ficam inalterados.

Tangará, 03 de Abril de 2017
Nadir Baú da Silva
Prefeito Municipal

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO 021-2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2017

Órgão Responsável: MUNICIPIO DE TIGRINHOS

Objeto: AQUISIÇÃO DE ARTIGOS PARA UNIFORMES ESCOLARES

Número da Ata: 001/2017

Licitante Vencedor: RAPA NUI INDÚSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA – CNPJ: 05.774.348/0002-30

Valor da Ata: R\$ 5.224,00

Licitante Vencedor: ZOOM INDÚSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA EPP - CNPJ: 10.590.496/0001-54

Valor da Ata: R\$ 9.244,00

Amparo Legal: A presente Ata de Registro de Preços é originária do Processo Licitatório nº. 021/2017, na Modalidade de Pregão Presencial nº. 016/2017, do Município de Tigrinhos, que foi realizado com base na Lei 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94; Lei nº. 9.648/98; Lei nº. 10.520/2002; Decreto nº. 5.504/2005; Portaria Interministerial MP/MF nº. 217/2006 e demais normas pertinentes, e por este Edital.

Tigrinhos/SC, em 04 de Abril de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 101/2017

PORTARIA Nº. 101/2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal Sra. MICHELLY HONNEF, Conselheira Tutelar, Matrícula nº. 526/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro de 2016 a Janeiro de 2017, pelo período de 20 (vinte) dias, a partir de 03 à 22 de Abril de 2017, retornando as atividades normais no dia 24 de Abril de 2017, sendo permitido transformar 10 (dez) dias em abono pecuniário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 03 DE ABRIL DE 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em três de abril de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe

Secretário Municipal de

Administração e Fazenda.

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 97/2017; ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR

DECRETO Nº. 97, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul – SC, no uso das atribuições e de acordo com a Lei 986/98, Art. 18 e considerando o número de alunos no Ensino Infantil e o requerimento do servidor;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica alterada a carga horária da Servidora Ediléia Zilli, matrícula nº 1.334, Professor de Educação Infantil, de 20:00 horas semanais para 40:00 horas semanais.

Art. 2º - A alteração e lotação de 20:00 horas de que trata o art. 1º, dar-se-á no Pré Escolar Frei Modesto , Centro de Timbé do Sul – SC.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 03 de Abril de 2017.

Roberto Biava
Prefeito Municipal

Publicado e registrado presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 98/2017; ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR

DECRETO Nº. 98, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

ALTERA CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul – SC, no uso das atribuições e de acordo com a Lei 986/98, Art. 18 e considerando o número de alunos no Ensino Infantil e o requerimento do servidor;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica alterada a carga horária da Servidora Maria Cristina Bertoncini , matrícula nº 2358, Professor de Educação Infantil, de 20:00 horas semanais para 40:00 horas semanais.

Art. 2º - A alteração e lotação de 20:00 horas de que trata o art. 1º, dar-se-á no Pré Escolar Frei Modesto , Centro de Timbé do Sul – SC.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 03 de Abril de 2017.

Roberto Biava
Prefeito Municipal

Publicado e registrado presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 44/2017; REVOGA PORTARIA 21/2017

PORTARIA Nº 44, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

REVOGA PORTARIA Nº 21/2017 QUE DESIGNOU GESTOR MUNICIPAL DE CONVÊNIOS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul – SC, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogada a Portaria nº 21 de 03/02/2017, que designou Gestor Municipal de Convênios; GMC do Município de Timbé do Sul, Senhor Agenor Biava, Servidor do Poder Legislativo, Matrícula nº 01, colocado à disposição do Poder Executivo conforme Resolução da Câmara de Vereadores nº 05/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Timbé do Sul, 31 de março de 2017.

ROBERTO BIAVA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA
Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

ATA ABERTURA HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 01 2017 FMMA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº 01/2017 – MEIO AMBIENTE

Às nove horas e dez minutos, do terceiro dia, do mês de abril de dois mil e dezessete, na sala de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 55, de 27 de janeiro de 2017, sob a presidência da Sra. Lourdes Moser, estando presentes os membros Ângela Preuss, Moacyr Cristofolini Jr e Felipe Ramos dos Santos, e representando a empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA/EPP – Sr. Jader Aquiles Novelletto e a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA. o Sr. Valmir de Souza para abertura dos envelopes de Habilitação da Tomada de Preço Para Obras e Serviços de Engenharia nº 01/2017 – Meio Ambiente.

Protocolaram, tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta as seguintes empresas: SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA – EPP, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA. e NCM CONSTRUÇÕES LTDA/ME.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade e em seguida, passou à abertura dos envelopes Habilitação, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos nelles contidos.

O Sr. Jader Aquiles Novelletto, da Empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, manifestou-se no seguinte sentido: a) em relação a Empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA: Apresentou atestado de Contra Piso; b) em relação a Empresa NCM CONSTRUÇÕES LTDA/ME: Certidões do CREA vencidas.

Na sequência a Presidente suspendeu a sessão para análise e encaminhamento dos documentos de habilitação aos Setores de Contabilidade e Engenharia, tendo em vista a necessidade de análise e parecer, em especial aos itens 7.1.4: Qualificação Econômico-Financeira e 7.1.6: Qualificação Técnica, do edital.

Os envelopes de PROPOSTA deverão permanecer no Setor de Licitação, devidamente lacrados, até a data designada para sua abertura.

Os representantes presentes retiraram-se da sessão antes da finalização da ata, e nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intinem-se.

LOURDES MOSER

Presidente

MOACYR CRISTOFOLINI JR

Membro

ANGELA PREUSS

Membro

FELIPE RAMOS DOS SANTOS

Membro

AVISO ERRATA EXTRATO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 05.2016 FMS - INOVAMED

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE ERRATA – EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO

A Central de Licitações no uso de suas atribuições, informa que na publicação do Extrato de Primeiro Termo de Apostilamento à Ata de Registro – 05.2016 FMS – Inovamed, publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC em 07/03/2017, Edição nº. 2205, página 720, constou informação incorreta relacionada aos itens acrescidos. Portanto, onde lê-se “acrécimo de 50.000 comprimidos ao item 77 (enalapril (maleato) 10mg) e acréscimo de 3.750 comprimidos ao item 124 (loratadina 10mg)”, leia-se “acrécimo de 3.750 comprimidos ao item 124 (loratadina 10mg)”

TIMBÓ, 03/04/2017

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 21 2017 PMT - AQUISIÇÃO DE DIVERSOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 21/2017 PMT

OBJETO: aquisição de diversos gêneros alimentícios perecíveis e pouco perecíveis, destinados aos núcleos de educação infantil (NEI), unidades pré-escolares (UPE) e escolas da rede pública municipal de ensino fundamental, para cumprimento do cardápio até 20/06/2017, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 19 de abril de 2017. ABERTURA: dia 19 de abril de 2017 às 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 03/04/2017

ALFROH POSTAI

Secretário de Educação

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO Nº 05.2016 FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2016 FMS

A Central de Licitações convoca, através do presente, os representantes legais das empresas, DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº. 02.520.829/0001-40 e INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº. 12.889.035/0001-02, a comparecer para assinatura dos respectivos termos aditivos a ata do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 11/04/2017.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 03 de abril de 2017.
DÉBORA BARTH
Central de Licitações

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 01 2017 FUMTUR - IMPRESSÃO DE MAPAS TURÍSTICOS

FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2017 - FUMTUR

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Turismo.

OBJETO: Registro de preços para contratação de serviço de impressão de mapas turísticos destinados a distribuição em pontos turísticos da cidade de Timbó.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Gráfica Guaramirim Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 03/04/2018

Timbó, 03/04/2017

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente FUMTUR

EXTRATO CONTRATO 24.2017 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 24/2017

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ.

CONTRATADO: SOM TRES LTDA ME.

OBJETO: Locação de estrutura com disponibilização de equipamentos e estrutura mínima requerida para a Programação de Páscoa 2017, que acontecerá entre os dias 25 de março a 17 de abril de 2017 no Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul, tudo de conformidade com as especificações/quantidades/formas estabelecidas no item 01, do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 04/2017 FCT.

VALOR TOTAL: R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais).

PRAZO: 25/03/2017 até 17/04/2017.

DATA DA ASSINATURA 22/03/2017.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO CONTRATO 25.2017 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 25/2017

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ.

CONTRATADO: SOM TRES LTDA ME.

OBJETO: Prestação de serviços de sonorização e iluminação cenográfica com disponibilização de equipamentos e estrutura mínima requerida para a Programação de Páscoa 2017, que acontecerá entre os dias 25 de março a 17 de abril de 2017 no Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul, de acordo com as especificações/quantidades/formas estabelecidas no item 02 do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 04/2017 FCT.

VALOR TOTAL: R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais).

PRAZO: 25/03/2017 até 17/04/2017.

DATA DA ASSINATURA 22/03/2017.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO Nº 28.2016 PMT - GIZELE REGINA DA SILVA ME

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 28/2016 PMT

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Gizele Regina da Silva Me.

OBJETO: Inclusão do Item nº 29 (Massa com ovos para sopa tipo aletria – pacote de 500 gr), a Ata de Registro de Preço, ao valor unitário de R\$ 2,85 (dois reais e oitenta e cinco centavos).

DATA DA ASSINATURA: 20/03/2017

ALFROH POSTAI

Secretário Municipal de Educação

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO Nº 59.2016 PMT - GILMAR SANI ME

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 59/2016 PMT

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Gilmar Sani Me.

OBJETO: Inclusão do Item nº 17 (Estação de Trabalho – com as seguintes características: para 04 (quatro) pessoas...), a Ata de Registro de Preço, ao valor unitário de R\$ 420,50 (quatrocentos e vinte reais e cinquenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 27/03/2017

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 25.2017 - FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 25/2017

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

AUTORIZADO: Som Tres Ltda Me.

OBJETO: Acréscimo do valor de R\$ 700,00 (setecentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 31/03/2017.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente FCT

EXTRATO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 05.2016 FMS - PROMEFARMA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÓ

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 05/2016

CONTRATANTE: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Saúde de Timbó.

CONTRATADO: Promefarma Representações Comerciais Ltda.

OBJETO: Acréscimo de 5.000 comprimidos ao item 36 (carbonato de cálcio 500mg + colecalciferol 400UI).

DATA DA ASSINATURA: 21/03/2017.

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES

Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

SEGUNDA RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 01 2017 SAMAE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2017 SAMAE

AVISO DE SEGUNDA RETIFICAÇÃO

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, informa aos interessados que o Edital de Pregão Presencial n.º 01/2017, objetivando a AQUISIÇÃO DE EMBALAGENS DE POLIETILENO RECICLADO DESTINADAS A COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA O ANO DE 2017 sofreu alterações relacionadas à descrição, valor de referência e demais condições, conforme segue:

Item	Qtde	Und	Descrição	Observações	Valor Unitário de Referência (R\$)
01	3.200	FARDOS	EMBALAGEM DE POLIETILENO RECICLADO, DESTINADA À COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS. - Material: polietileno reciclado de aparas industriais; - Cor: cinza esverdeado; - Logomarca SAMAE Timbó*; - Medidas: 75cm largura x 108cm comprimento x 0,10 "micra" de espessura; - Fardo com 200 embalagens.	*Imagens e informações conforme layout (sendo as escritas e logo na cor preta em tamanho total 35 x 20 cm). Patrimônio Público Símbolo: produzido com material reciclado; Impressão corrida, sem sanfona e sem reforço na boca.	174,43

Ainda, fica incluída a obrigatoriedade de apresentação de laudo técnico realizado por instituições que estejam sob controle de autoridade competente, comprovando o atendimento dos ensaios previstos na norma ABNT NBR 9191 – última versão, dentro da validade, no momento da entrega do produto.

Em atenção às alterações, prorroga-se para o dia 18/04/2017 as 09h00min a entrega dos envelopes de proposta e habilitação. A abertura da sessão fica marcada para as 09h10min da mesma data da entrega dos documentos.

Permanecem inalteradas as demais condições.

TIMBÓ/SC, 03/04/2017

JAIME JOEL AVENDADO JARA

Diretor Presidente SAMAE

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9912318889**

Câmara Municipal de Timbó
Estado de Santa Catarina

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO

Contrato – Nº 9912318889
Dispensa de Licitação: 02/2013
Contratante: Câmara Municipal de Timbó
Contratado: ECT – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses

Valor Estimado: R\$2.000,00 (Dois mil reais).

Vigência: 20/03/2018

Assinado: 20 de Março de 2017 (Douglas Emanuel Marchetti/ Presidente - Câmara Municipal de Timbó e Vladimir Rodrigues /Diretor Regional- ECT).

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9912318889

Câmara Municipal de Timbó
Estado de Santa Catarina

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO

Contrato – Nº 9912318889
Dispensa de Licitação: 02/2013
Contratante: Câmara Municipal de Timbó
Contratado: ECT – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do subitem 6.1, alíneas "a" e "b" da Cláusula Sexta do Contrato original. Altera o subitem 6.1 da CLÁUSULA SEXTA- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO do Contrato original, que passa a ter a seguinte redação: A ECT apresentará à CONTRATANTE, no endereço preestabelecido, para efeito de pagamento, a fatura mensal correspondente aos serviços prestados e produtos adquiridos previstos no(s) ANEXOS(s), levantados com base nos documentos de postagem e venda de produtos, respectivamente, conforme cronograma abaixo: Período Base (Ciclo) para Faturamento: serviços prestados do dia 01 ao dia 31 do mês seguinte; Vencimento da Fatura: dia 21 (vinte e um) do mês seguinte ao da prestação do serviço (período base);"

Valor Estimado: R\$2.000,00 (Dois mil reais).

Vigência: 20/03/2018

Assinado: 20 de Março de 2017 (Douglas Emanuel Marchetti/ Presidente - Câmara Municipal de Timbó e Vladimir Rodrigues /Diretor Regional- ECT).

Treze Tílias

PREFEITURA

PORTARIA Nº 095/2017

PORTARIA Nº 095/17 DE 03 DE ABRIL DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR por motivo de aposentadoria, no dia 03 de abril de 2017, a Sra. NELCI TEREZINHA PESSIN, CPF nº 636.948.679-53, residente e domiciliada no município de Treze Tílias/SC, do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, conforme portaria de nomeação nº 142/89 de 13 de dezembro de 1989.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 03 DE ABRIL DE 2017.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN
Secretário de Administração e Finanças

Tunápolis

PREFEITURA

CONTRATO Nº 51/2017

CONTRATO Nº 51/2017

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa GREGO FABRICAÇÃO E COMÉRCIO DE ARTIGOS E ACESSÓRIOS ESPORTIVOS EIRELI- ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 23.414.326/0001-60, estabelecida na Rua Minas Gerais, 731-E, Bairro Presidente Medici, no Município de Chapecó /SC, Cep 89.801-200, neste ato representado pelo Sr. Sostenes Wenceslau dos Santos, inscrito no CPF sob o nº 021.234.639-30, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e Processo de Compra Nº.: 38/2017 Pregão Presencial nº: 31/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a aquisição de troféus e medalhas para premiação de eventos promovidos e apoiados pela Comissão Municipal de Esportes

ITEM	DESCRIÇÃO	Qta.	Valor unit.	Valor total
14	300341-AZFA - Troféu com 51 cm de altura, com base oitavada com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor azul acetinado. Sobre esta base quatro suportes em polímero nas laterais com estatueta fixa de futebol em polímero metalizado na cor dourado, no centro suporte em polímero metalizado na cor dourado, sobre este suporte central um suporte em polímero metalizado na cor azul acetinado e uma coluna com detalhes em alto relevo metalizado na cor dourado. Na parte superior desta coluna um suporte em polímero metalizado na cor dourado e uma bola de futebol em polímero fixa metalizada na cor dourada com detalhes em azul, Plaqueta para gravação.	1	169,00	169,00
15	300342-AZFA - Troféu com 46 cm de altura, com base oitavada com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor azul acetinado. Sobre esta base quatro suportes em polímero nas laterais com estatueta fixa de futebol em polímero metalizado na cor dourado, no centro suporte em polímero metalizado na cor dourado, sobre este suporte central um suporte em polímero metalizado na cor azul acetinado e uma coluna com detalhes em alto relevo metalizado na cor dourado. Na parte superior desta coluna um suporte em polímero metalizado na cor dourado e uma bola de futebol em polímero fixa metalizada na cor dourada com detalhes em azul, Plaqueta para gravação.	1	175,00	175,00
21	501333-PT - Troféu com 23 cm de altura, com base quadrada com 7,5 cm de largura em polímero na cor preta, cone com frisos em polímero metalizados na cor dourada, coroa em polímero metalizado na cor dourada com 9 cm de largura com uma bola de futebol interna na cor branca com gomos pintados na cor preta. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	19,00	19,00
22	501332-PT - Troféu com 33 cm de altura, com base quadrada com 7,5 cm de largura em polímero na cor preta, cone com frisos em polímero metalizados na cor dourada, coroa em polímero metalizado na cor dourada com 9 cm de largura com uma bola de futebol interna na cor branca com gomos pintados na cor preta. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	19,50	19,50
26	59000-D – Medalha redonda fundida em liga metálica de zamac, com 60 mm de diâmetro, gravada com os dizeres “honra ao mérito” em baixo relevo e com gravura de águia e um ramo em alto relevo na parte inferior. Espessura máxima de 2,5 mm. Metalizada na cor dourada. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, amarela, branca ou verde com 2,5 cm de largura ou fita de gorgorão nas cores azul, azul-branco-vermelha ou verde-amarela com 2,5 cm de largura.	26	3,00	78,00

27	59000-P – Medalha redonda fundida em liga metálica de zamac, com 60 mm de diâmetro, gravada com os dizeres “honra ao mérito” em baixo relevo e com gravura de águia e um ramo em alto relevo na parte inferior. Espessura máxima de 2,5 mm. Metalizada na cor prata. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, amarela, branca ou verde com 2,5 cm de largura ou fita de gorgorão nas cores azul, azul-branco-vermelha ou verde-amarela com 2,5 cm de largura.	26	3,00	78,00
28	59000-B – Medalha redonda fundida em liga metálica de zamac, com 60 mm de diâmetro, gravada com os dizeres “honra ao mérito” em baixo relevo e com gravura de águia e um ramo em alto relevo na parte inferior. Espessura máxima de 2,5 mm. Metalizada na cor bronze. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, branca ou verde com 2,5 cm de largura ou fita de gorgorão nas cores azul, azul-branco-vermelha ou verde-amarela com 2,5 cm de largura.	26	3,00	78,00
29	501381-PD - Troféu com altura de 49 cm, base quadrada com 11 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base um cone com detalhes em polímero metalizado na cor prata com uma tampa metalizada na cor dourada. Sobre esta tampa uma bola lapidada em polímero metalizada na cor prata intercalada por um anel em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação	1	26,50	26,50
30	501382-PD - Troféu com altura de 44 cm, base quadrada com 11 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base um cone com detalhes em polímero metalizado na cor prata com uma tampa metalizada na cor dourada. Sobre esta tampa uma bola lapidada em polímero metalizada na cor prata intercalada por um anel em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	25,90	25,90
32	501391-PD - Troféu com altura de 40 cm, base quadrada com 11 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base um cone com detalhes em polímero metalizado na cor prata com uma tampa metalizada na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	23,99	23,99
33	501392-PD - Troféu com altura de 35 cm, base quadrada com 11 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base um cone com detalhes em polímero metalizado na cor prata com uma tampa metalizada na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	22,90	22,90
34	501393-PD - Troféu com altura de 31 cm, base quadrada com 11 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base um cone com detalhes em polímero metalizado na cor prata com uma tampa metalizada na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	18,00	18,00
35	501211-AZE - Troféu com altura de 48 cm, com base octogonal com 8,5 cm de largura em polímero na cor preta. Cone com detalhes em polímero metalizado na cor dourada, taça em polímero metalizada na cor dourada com detalhes texturizados e 9 cm de largura a partir das alças. Tampa em polímero metalizado na cor dourada. Sobre esta taça uma coroa em polímero com 12 pontas metalizada na cor dourada e dentro desta coroa uma figura de bola de futebol metalizada na cor prata com gomos pintados na cor azul. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação	1	41,00	41,00
38	501351-PR - Troféu com altura de 49 cm, base quadrada com 7,5 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base um suporte e um cone com detalhes na parte superior em polímero metalizado na cor dourada com uma tampa metalizada na cor dourada. Sobre esta tampa uma bola lapidada em polímero metalizada na cor prata intercalada por um anel em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	27,50	27,50
39	501352-PR - Troféu com altura de 42 cm, base quadrada com 7,5 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base um suporte e um cone com detalhes na parte superior em polímero metalizado na cor dourada com uma tampa metalizada na cor dourada. Sobre esta tampa uma bola lapidada em polímero metalizada na cor prata intercalada por um anel em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	24,00	24,00
40	501353-PR - Troféu com altura de 39 cm, base quadrada com 7,5 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base um suporte e um cone com detalhes na parte superior em polímero metalizado na cor dourada com uma tampa metalizada na cor dourada. Sobre esta tampa uma bola lapidada em polímero metalizada na cor prata intercalada por um anel em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	24,90	24,90
44	501292-AZFA - Troféu com 45 cm de altura, com base octogonal com 7,8 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base um cone com frisos em polímero metalizado na cor dourada. Sobre este cone outro cone com friso em polímero metalizado na cor azul acetinada e tampa em polímero metalizado na cor dourada, taça polímero metalizada na cor dourada com 10,5 cm de largura a partir das alças com tampa em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	27,40	27,40

45	501293-AZFA - Troféu com 40 cm de altura, com base octogonal com 7,3 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base um cone com frisos em polímero metalizado na cor dourada. Sobre este cone outro cone com friso em polímero metalizado na cor azul acetinada e tampa em polímero metalizado na cor dourada, taça polímero metalizada na cor dourada com 9 cm de largura a partir das alças com tampa em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	25,85	25,85
48	501263-VM - Troféu com 36 cm de altura, com base octogonal com 7,8 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base um cone com frisos em polímero metalizado na cor dourada. Sobre este cone uma taça composta por uma cesta em polímero metalizada na cor dourada e uma taça interna em polímero metalizada na cor vermelha com 14 cm de largura a partir das alças. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação	1	26,50	26,50
49	44000-D - Medalha redonda fundida em liga metálica de zamac, com o tamanho de 45 mm de diâmetro e centro liso com 25 mm de diâmetro. Medalha vazada e com a figura de um ramo em alto relevo no lado esquerdo. Espessura máxima de 2,9 mm. Metalizada na cor dourada. Suporte para fita com 1,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, amarela, branca ou verde com 1,5 cm de largura.	58	2,08	120,64
50	44000-P - Medalha redonda fundida em liga metálica de zamac, com o tamanho de 45 mm de diâmetro e centro liso com 25 mm de diâmetro. Medalha vazada e com a figura de um ramo em alto relevo no lado esquerdo. Espessura máxima de 2,9 mm. Metalizada na cor prata. Suporte para fita com 1,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, amarela, branca ou verde com 1,5 cm de largura.	58	2,08	120,64
51	44000-B - Medalha redonda fundida em liga metálica de zamac, com o tamanho de 45 mm de diâmetro e centro liso com 25 mm de diâmetro. Medalha vazada e com a figura de um ramo em alto relevo no lado esquerdo. Espessura máxima de 2,9 mm. Metalizada na cor bronze. Suporte para fita com 1,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, amarela, branca ou verde com 1,5 cm de largura	58	2,08	120,64
53	500842-VM - Troféu com 43 cm de altura, com base com 12,1 cm de largura em polímero na cor preto. Na parte superior desta base um cone em polímero metalizado na cor dourado e sobre este cone uma coroa em polímero com 12 pontas com 13,3 cm de largura metalizada na cor dourada, com uma copa interna em polímero metalizada na cor vermelha e uma tampa em polímero metalizada na cor dourado. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação	1	45,50	45,50
57	500793-VM – Troféu com 33 cm de altura, com base com 7,5 cm de largura em polímero na cor preto. Na parte superior desta base dois suportes com frisos em polímero metalizado na cor dourada intercalado por um cone com friso em polímero metalizado na cor dourada e sobre este suporte uma coroa em polímero com 12 pontas com 8,7 cm de largura, com uma copa interna em polímero metalizada na cor vermelha e uma tampa em polímero metalizada na cor dourado. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	37,40	37,40
62	500111-VM – Troféu com altura de 39 cm, base quadrada com 7,50 cm de largura em polímero na cor preta. Tampa em polímero metalizada na cor dourada, cone com friso em polímero metalizado na cor dourada com coroa em polímero de 16 pontas com 9 cm de largura metalizada na cor vermelha e tampa em polímero metalizada na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	28,90	28,90
65	500202-DO – Troféu com altura de 37 cm, base quadrada com 7,50 cm de largura em polímero na cor preta. Cone com friso em polímero metalizado na cor dourada, taça em polímero metalizada na cor dourada, com 15,30 cm de largura a partir das alças e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	26,90	26,90
66	45000-D - Medalha fundida em liga metálica de zamac, com o tamanho de 45 mm de diâmetro e centro liso com 25 mm de diâmetro. Ao redor da medalha uma coroa de louros em alto relevo. Espessura máxima de 2,2 mm. Metalizada na cor dourada. Suporte para fita com 1,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, amarela, branca ou verde com 1,5 cm de largura.	150	2,39	358,50
67	45000-P - Medalha fundida em liga metálica de zamac, com o tamanho de 45 mm de diâmetro e centro liso com 25 mm de diâmetro. Ao redor da medalha uma coroa de louros em alto relevo. Espessura máxima de 2,2 mm. Metalizada na cor prata. Suporte para fita com 1,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, amarela, branca ou verde com 1,5 cm de largura.	150	2,55	382,50
69	600101-DO - Troféu com altura de 27 cm, com base octogonal com 8,5 cm de largura em polímero na cor preta. Cone om frisos em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	3	18,40	55,20
71	600103-DO - Troféu com altura de 21 cm, com base octogonal com 7,3 cm de largura em polímero na cor preta. Cone om frisos em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	3	16,25	48,75

74	401263-VRFA - Troféu com 47 cm de altura, com base octogonal com 7,3 cm de largura em polímero na cor preta, cone em polímero com friso metalizado na cor dourada e outro cone em polímero com detalhes metalizado na cor verde acetinada e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Cesta em polímero metalizada na cor dourada com 14 cm de largura a partir das alças com copa em polímero interna metalizada na verde acetinada e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	52,85	52,85
78	501201-DO – Troféu com altura de 37 cm, base quadrada com 7,5 cm de largura em polímero na cor preta. Cone com detalhes em polímero metalizado na cor dourada, taça em polímero metalizado na cor dourada com 12,5 cm de largura a partir das alças. Tampa em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	25,90	25,90
TOTAL		2.355,26		

1.2 Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescentá-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

2.1 O município pagará ao contratado o valor de R\$ 2.355,26 (dois trezentos e cinquenta e cinco reais e vinte e seis centavos) o pagamento será realizado em até 8 (oito) dias após entrega dos itens objeto deste contrato, importando o valor de acordo com o quantitativo efetivamente entregue, multiplicado pelo preço unitário da proposta vencedora deste processo, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

2.2 O pagamento será efetuado no prazo de 8 (oito) dias contados da efetiva entrega do objeto contratado, mediante apresentação da respectiva nota fiscal.

2.3 Os preços contratados não terão reajuste.

2.4-O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO

3.1 – Os Troféus e medalhas objeto deste edital deverão ser entregues na Comissão Municipal de Esportes, sito a Rua Santa Cruz, centro, no prazo máximo de 8 (oito) dias, a contar do recebimento da requisição devidamente assinada.

3.2- Se a qualidade e quantidade dos troféus e medalhas entregues não corresponder as especificações do CONTRATO e da autorização de Compra, os mesmos serão devolvidos, aplicando-se as penalidades cabíveis.

3.3 – Os troféus e medalhas solicitados deverão ser entregues, junto a Comissão Municipal de Esportes situado á Rua Santa Cruz, sem cobrança de frete ou outros custos, oportunidade em que serão conferidos quanto a qualidade e quantidade.

3.4- Qualquer comunicação entre as partes relativa ao presente contrato será formalizada por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 O Município obriga-se utilizar os troféus e medalhas contratados nos exatos termos estabelecidos no presente contrato, bem como, ao pagamento do valor estipulado na Cláusula Segunda, sem prejuízo das disposições estabelecidas nas demais cláusulas do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 O Contratado obriga-se fornecer os troféus e medalhas contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº38/2017 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a contratante ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao Contratante do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar os produtos no prazo estabelecido na proposta;

5.5 Fornecer os troféus e medalhas objeto deste Contrato de acordo com as especificações, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição dos mesmos quando constatados, no seu recebimento, não estarem na perfeita conformidade com as referidas especificações do anexo II neste Edital.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (83) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO

7.1 O presente contrato tem sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2017, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

- a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;
- b) amigavelmente, por acordo entre as partes;
- c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

- I – advertência;
- II – suspensão do direito de licitar junto ao Município;
- III – declaração de inidoneidade;
- IV – multa de 05% (cinco por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, Estado de Santa Catarina, aos 22 de março de 2017.

RENATO PAULATA

GREGO FAB. E COM. DE ART. E ACES. ESP EIR. - ME

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO.

Alcides Luis Hofer

Assessor Jurídico

OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

Sheila Inês Bieger

CPF:918.368.409-34

CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 56/2017

CONTRATO Nº 56/2017

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa FLÁVIO DALCIN –ME, pessoa jurídica de direito privado estabelecida na Rua Emilio Muller,473, Vila Consolata, no Município de Três de Maio-RS, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 15.247.119-0001-30, considerada doravante CONTRATADA,

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente contrato às normas previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu artigo 25, inciso III, conforme Processo de Compra nº 54/2017 na Modalidade de Inexigibilidade de Licitação n. 02/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na "Contratação do FLÁVIO DALCIN - ME" para animação do Baile da Escolha das Soberanas e Aniversário do Município a realizar-se no dia 25 de abril de 2017, de acordo com a Lei autorizativa n.1174/2014, no Clube Sorast, sito a Rua Santa Cruz, na sede do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

Pela contratação constante do objeto do presente instrumento o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor certo e ajustado de R\$ 4.500,00(Quatro mil e quinhentos reais).

Parágrafo primeiro. O pagamento será efetuado através de depósito em conta corrente fornecida pelo CONTRATADO, em até 10 (dez) dias após a realização do evento.

Parágrafo segundo. O valor constante no caput da cláusula segunda não estará sujeito a qualquer espécie de reajuste no período de vigência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ENCARGOS, RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- a. Comparecer no dia, na hora e local estabelecido neste contrato, fazendo-se acompanhar a apresentação.
- b. Providenciar, por sua inteira responsabilidade, alimentação para os músicos da banda, bem como, camarim para os mesmos;
- c. Suprir as despesas com encargos fiscais, sociais, previdenciários, trabalhistas, acidente de trabalho e quaisquer outras que se fizerem

necessárias ao cumprimento do presente contrato;

d. Respeitar e cumprir todas as obrigações convencionadas neste contrato, colaborando em tudo que se fizerem necessário para que o CONTRATANTE alcance os objetivos propostos, com pleno sucesso do evento programado.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

a. Fornecer local adequado e em condições de realização do evento.

b. Providenciar todos os alvarás e autorizações necessárias para a realização dos eventos, atendendo as regulamentações do âmbito municipal, estadual e federal.

c. Efetuar a divulgação do evento.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES;

O não cumprimento das obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

a. Advertência.

b. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, em caso de não cumprimento do presente instrumento.

c. Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com o município de Tunápolis – SC, por prazo mínimo de dois anos.

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra c.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS;

Este contrato é celebrado com as cláusulas de irrevogabilidade e irretroatividade, não admitindo por isso arrependimento ou rescisão unilateral tornando-se intransferível os seus direitos e obrigações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

As partes comprometem-se e obrigam-se por si e por sucessores a qualquer título elegendo o foro da Comarca de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, como único competente para decidir quaisquer questões dele emergente ou que dele decorram, com renúncia expressa ou qualquer outro mesmo que privilegiado.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente termo de contrato, que depois de lido, e achado conforme, é assinado em (02) duas vias de igual teor e forma, tudo na presença das duas testemunhas abaixo.

Tunápolis – SC, 24 de março de 2017 .

RENATO PAULATA Prefeito Municipal CONTRATANTE	FLÁVIO DALCIN-ME CONTRATADO
---	--------------------------------

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Karine Epping
CPF:009.815.549-03

Sheila Inês Bieger
CPF:020.226.259-60

CONTRATO Nº 46/2017-A

CONTRATO Nº 46/2017-A

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Academia Fernando Rempel Ltda -ME pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Evaldo Schneider, nº 40, Centro, no Município de Tunápolis/SC, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 11.504.881/0001-02, neste ato credenciado o Procurador o Senhor Fernando Rempel.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, Processo Licitatório nº 34/2017 e Pregão Presencial nº 27/2017, com seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto da presente contrato consiste na "Contratação de Serviço de Arbitragem para diversas modalidades de jogos promovidos pela

Comissão Municipal de Esportes", conforme segue:

PROGRAMA DE TRABALHO				PREVISÃO DE CUSTOS	
Item	Descrição	Unidade	Quant.	Preço unitário	Preço total
1	Serviços de arbitragem para os jogos esportivos na modalidade de Futebol de Campo. A equipe de arbitragem deverá ser composta para cada partida por 1 (um) árbitros 2 (dois) assistentes, e 1(um) mesário.	unid	50	458,50	22.925,00
2	Serviços de arbitragem para os jogos esportivos na modalidade de Futebol sete. A equipe de arbitragem deverá ser composta para cada partida por 2(dois) árbitros e 1(um) mesário.	unid	150	120,00	18.000,00
3	Serviços de arbitragem para os jogos esportivos na modalidade de futsal. A equipe de arbitragem deverá ser composta para cada partida por 2 (dois) árbitros, e 1(um) mesário.	unid	180	115,00	20.700,00
4	Serviços de arbitragem para os jogos esportivos na modalidade de voleibol. A equipe de arbitragem deverá ser composta para cada partida por 2 (dois) árbitros 1(um) mesário.	unid	60	100,00	6.000,00
5	Serviços de arbitragem para os jogos esportivos na modalidade de handebol. A equipe de arbitragem deverá ser composta para cada partida por 2(dois) árbitros, 1(um) mesário	unid	30	100,00	3.000,00
6	Serviços de arbitragem para os jogos esportivos na modalidade de bolão. A equipe de arbitragem deverá ser composta para cada partida por 1 (um) árbitros	unid	50	25,00	1.250,00
7	Serviços de arbitragem para os jogos esportivos na modalidade de 48. A equipe de arbitragem deverá ser composta para cada partida por 1 (um) árbitros.	unid	70	25,00	1.750,00
8	Serviços de arbitragem para os para os Jogos de bocha. A equipe de arbitragem deverá ser composta para cada partida por 1 (um) árbitros.	unid	30	25,00	750,00
9	Arbitragem para jogo de canastra A equipe de arbitragem deverá ser composta para cada partida por 1 (um) árbitros.	unid	30	25,00	750,00
10	Arbitragem para jogo de dominó .A equipe de arbitragem deverá ser composta para cada partida por 1 (um) árbitros.	unid	20	25,00	500,00
11	Arbitragem para jogo de koppel .A equipe de arbitragem deverá ser composta para cada partida por 1 (um) árbitros.	unid	20	25,00	500,00
12	Arbitragem para jogo de truco. A equipe de arbitragem deverá ser composta para cada partida por 1 (um) árbitros.	unid	90	15,00	1.350,00
13	Arbitragem para jogo de poker. A equipe de arbitragem deverá ser composta para cada partida por 1 (um) árbitros.	unid	30	25,00	750,00
14	Arbitragem para tiro ao alvo. A equipe de arbitragem deverá ser composta para cada partida por 1 (um) árbitros, e um assistente	unid	20	25,00	500,00
15	Arbitragem para jogo de bolãozinho. A equipe de arbitragem deverá ser composta para cada partida por 1 (um) árbitros.	unid	30	25,00	750,00
16	Arbitragem para jogo de sinuca. A equipe de arbitragem deverá ser composta para cada partida por 1 (um) árbitros.	unid	50	25,00	1.250,00
17	Arbitragem para tiro de laço. A equipe de arbitragem deverá ser composta para cada partida por 1 (um) árbitros.	unid	20	120,00	2.400,00
18	Arbitragem para jogo de xadrez. A equipe de arbitragem deverá ser composta para cada partida por 1 (um) árbitros.	unid	20	20,00	400,00
19	Arbitragem para tênis de mesa. A equipe de arbitragem deverá ser composta para cada partida por 1 (um) árbitros.	unid	25	25,00	625,00
20	Modalidades de atletismo 100m, 400m, 1.500m, 4x 100. Arremesso de peso. Arremesso de dardo. Salto em altura. Salto em distância. A equipe de arbitragem deverá ser composta para cada partida por 1 (um) árbitros e um assistente.	unid	1	470,00	470,00
TOTAL GERAL				84.620,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA DO OBJETO

2.1 – A prestação dos serviços, objeto do presente CONTRATO, deverá ser realizada conforme o cronograma das competições e jogos elaborado pelo Departamento de Esportes da Prefeitura Municipal de Tunápolis, devendo o contratado dispor de pessoal suficiente para prestar o serviço de arbitragem para um mesmo dia.

2.2 - A locomoção até o local da competição e o retorno será por conta do contratado, bem como, as demais despesas referentes à entrega do objeto, despesa essas previstas e/ou computadas na proposta.

2.3 – A não entrega do objeto conforme estabelecido no item 2.1, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E SEU REAJUSTE

3.1 O preço a ser pago pela entrega do objeto deste contrato será aquele indicado na proposta declarada vencedora do presente certame, conforme especificado na Clausula Primeira, sendo o valor total de R\$ 84.620,00 (oitenta e quatro mil seiscentos e vinte reais).

3.2 No preço contratado estão incluídas todas as despesas, encargos, obrigações tributárias, bem como todas as despesas e custos da prestação dos serviços.

3.3 O preço pelo qual será contratado o objeto da presente licitação não sofrerá reajuste durante a sua vigência.

CLÁUSULA QUARTA - FORMAS DE PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado toda quinta- feira da semana subsequente à prestação dos serviços mediante a aprovação do Departamento de Esportes e emissão e apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

4.2 - Os pagamentos oriundos da prestação dos serviços, constante do objeto do presente contrato, far-se-ão através de crédito em conta corrente bancária da empresa contratada.

CLAUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento para o ano de 2017, classificadas e codificadas sob o n.º 83.

CLAUSULA SEXTA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 - Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

6.2 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) prestar os serviços na forma ajustada e cumprir o cronograma de competições e jogos elaborado pelo Departamento de Esportes;
- b) atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- c) manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- e) apresentar lista contendo os nomes dos árbitros, a qual deverá ser encaminhada com antecedência para avaliação e aprovação do Departamento de Esportes do Município de Tunápolis. Os nomes constantes na lista somente poderão ser alterados, após sua entrega, mediante encaminhamento de ofício ao Departamento de Esportes, solicitando a inclusão ou exclusão de árbitros.
- f) apresentar, quando solicitado pela contratada, certificado de curso de arbitragem de qualquer arbitro que esteja atuando nas competições ou inscrito na lista.

g) retirar e devolver a documentação a ser preenchida durante a realização dos jogos, em local, dia e horário estipulado pelo Departamento de Esportes.

CLÁUSULA SETIMA - DAS PENALIDADES

7.1 Se a Contratada descumprir as condições deste Pregão ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e alterações posteriores.

7.2 De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

7.3 Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Tunápolis poderá aplicar à empresa vencedora as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

7.4 Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

7.5 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

7.6 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

CLAUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1 O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura com duração até 31/12/2017.

CLAUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n.8666/93.

9.2 De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seu incisos.

9.3 Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

9.4 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontadas dos créditos que a Contratada tiver direito ou cobrados judicialmente.

9.5 Será proporcionada defesa a Contratada, antes da imposição das penalidades elencadas nesta Cláusula.

CLAUSULA DÉCIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

10.1 O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do Edital de Pregão nº 34/2017, obrigando-se a CONTRATADA de manter, durante toda a execução e vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Itapiranga/SC, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias de igual forma e teor na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Tunápolis, SC, aos 09 de março de 2017.

Academia Fernando Rempel Ltda -ME
Renato Paulata Fernando Rempel
Prefeito Municipal CONTRATADA.
CONTRATANTE

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Karine Epping Sheila Inês Bieger
CPF:009.815.549-03 CPF:020.226.259-60

CONTRATO Nº 46/2017.

CONTRATO Nº 46/2017.

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. Aquiles Bamberg, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1850418 e inscrito no CPF sob nº 760.393.159-20, residente e domiciliado na Rua Afonso Rodrigues, saída da Raigão, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa MARILEIDE BECKER ANSCHAU, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 26.827.761.0001-05, estabelecida á Rua Santa Cruz, s/n, Centro, no Município de Tunápolis, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e Processo Licitatório nº 21/2017 e Concorrência Pública Concorrência p/ Compras e Serviços nº 01/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O presente instrumento tem por objeto a outorga, mediante regime de concessão de uso, da prestação do serviço por Empresa para explorar a copa e cozinha do Ginásio Municipal "Francisco Cacildo Froelich", e efetuar a limpeza do referido local.

Parágrafo único. O serviço a ser executado deverá estar em conformidade com a Lei Municipal nº 956 de 30 de novembro de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – O pagamento será equivalente a 100%(CEM POR CENTO) das despesas com a fatura de luz, correspondentes ao consumo do medidor do Ginásio Municipal, objeto do presente contrato, por mês.

4.1.1 A contratada deverá solicitar o valor da fatura junto com a tesouraria deste município até o dia 20 de cada mês, o valor correspondente aos 100%(CEM POR CENTO) deverá ser recolhido aos cofres públicos do município de Tunápolis SC, até o último dia de cada mês, através de uma guia gerada pelo setor de tributos, considerando que no mês de março pagamento será proporcional e relativos a cessão de Uso.

CLÁUSULA TERCEIRA - A vigência do contrato será de 01(um) ano, contados da data da assinatura do mesmo, prorrogável por períodos iguais, até 60 meses, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57, desde que a concessionária tenha cumprido com todas as obrigações contratuais assumidas e venha prestando o serviço adequadamente, investindo na qualidade, modernização e ampliação do serviço

CLÁUSULA QUARTA - A Concessionária deverá iniciar o serviço em até 05 (cinco) dias a contar da assinatura do Contrato.

Parágrafo único. O início das atividades fica condicionado à obtenção, pela Concessionária, do competente Alvará de Funcionamento a ser expedido pelo Setor de Tributação e Fiscalização do Município.

CLÁUSULA QUINTA - Os equipamentos necessários para a devida prestação de serviços, serão vistoriados pela Comissão Municipal de Esportes (CME) do Município quanto ao aspecto de segurança, conservação e comodidade aos usuários.

CLÁUSULA SEXTA - Constituem obrigações da CONCESSIONÁRIA:

a) Manter a limpeza interna e externa do Ginásio Municipal "Francisco Cacildo Froelich", sendo que os produtos necessários para a referida limpeza serão fornecidos pelo Município; devendo suas dependências, equipamentos, banheiro, acesso, pátios, todos estar sempre limpos, higienizados, proporcionando um ambiente agradável a seus usuários;

b) Cobrar os horários livres da CME no valor de R\$ 15,00 (Quinze reais) por hora, no Ginásio Municipal, como taxa de limpeza, sendo que os mesmos somente poderão ser reajustados com autorização do Município, mediante justificativa que comprove os reajustes solicitados;

c) Ficarão reservados para a CME (Comissão Municipal de Esportes) os seguintes horários e dias no Ginásio Municipal: Dois dias úteis por semana (segundas e terças feira) os horários ficam reservados até às 20 horas; Três dias úteis por semana (quartas, quintas e sextas feira) os horários ficam reservados para a CME até às 19 horas; Aos sábados os horários ficam reservados das 08 horas até às 18 horas.

d) Deixar ainda reservado para a CME as datas e horários quando a mesma realizar amistosos e campeonatos, sendo que para tanto a CME deverá comunicar ao Contratado a reserva com 48 horas de antecedência e 3 datas por ano para eventos comunitários, sendo que o Município deverá comunicar com antecedência de 03 dias do evento. Nestas 3 datas poderá o Município autorizar a exploração da copa e cozinha para o promotor do evento.

e) Explorar todos os serviços de Bar nas dependências do Ginásio, devendo para tanto mobiliar as dependências para tal com todos os móveis e equipamentos necessários para o funcionamento do mesmo;

f) Responsabilizar-se por todas as despesas para o funcionamento e manutenção do estabelecimento, incluindo o pagamento de indenizações decorrentes de qualquer tipo de incidente que vier a ocorrer nas dependências do estabelecimento, objeto da concessão, salvo os oriundos de eventos climáticos, força maior, ou ocorridos nos eventos promovidos pela Municipalidade, ou ainda, de desgaste pela normal utilização.

CLÁUSULA SÉTIMA – Constituem obrigações do CONCEDENTE:

a) Responsabilizar-se pelas despesas relativas à energia elétrica e abastecimento de água, manutenção dos sistemas de iluminação, hidráulico e pintura do Ginásio Municipal, licenças com a Vigilância Sanitária e do Corpo de Bombeiros.

b) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

c) intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos em lei;

d) extinguir a concessão, nos casos previstos em lei e na forma prevista no presente instrumento;

e) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores na forma da lei e do presente contrato;

f) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares e as cláusulas contratuais da concessão;

g) zelar pela boa qualidade do serviço e atendimento, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas;

h) exigir da Concessionária a comprovação periódica da regularidade das obrigações previdenciárias, tributárias e trabalhistas;

i) fiscalizar, periodicamente, os equipamentos e as instalações integrantes da concessão, bem como os registros contábeis da Concessionária.

CLÁUSULA OITAVA - A contratante poderá modificar unilateralmente o presente Contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da Contratada, com base no art.65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA –

Pela inexecução contratual a Contratada, ficará sujeita as seguintes penalidades:

a) multa de 0,5% por dia de atraso, limitado a 03 (três) dias, após será considerado rescisão contratual;

b) multa de 10% para o caso de inexecução parcial do contrato, com rescisão deste e,

cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com o Município pelo período de 06(seis) meses;

c) multa de 10% para o caso de inexecução total do contrato, com rescisão deste e, cumulada com a pena de suspensão do direito de contratar e licitar com o Município pelo prazo de 12 (doze) meses;

OBS: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - Aplicam-se, no que couber, as disposições contidas nos artigos 77, 78, 79,87 e 88 da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente contrato está vinculado ao Edital de Licitação, na modalidade de Concorrência Pública nº. 003/2010 e, em conformidade

a Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações; com a Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; com a Lei Municipal nº 956 de 30 de novembro de 2009, os quais terão aplicabilidade também onde o presente contrato for omissivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A Contratada compromete-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, as condições de habilitação e qualificação inicialmente exigidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - As partes elegem o Foro da Comarca de Itapiranga/SC para dirimir dúvidas emergentes do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, 14 de Março de 2017

Aquiles Bamberg

Prefeito Municipal em Exercício

CONTRATANTE

MARILEIDE BECKER ANSCHAU

CONTRATADA

Alcides Luis Hofer

Assessor Jurídico

OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259.60

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 57/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 57/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, empresa TRANSPORTES E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS PAMPEIRO LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita sob o nº. 07.078.578.0001-00, estabelecida à Avenida Cerro Largo, 429, Centro, no Município de Tunápolis, Santa Catarina, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Franciano Blanc Alves, inscrito no CPF sob o nº. 001.310.250-82 e doravante denominado CREDENCIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de SERVIÇOS VETERINÁRIOS, A SEREM PRESTADOS NAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, POR VETERINÁRIO HABILITADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 04/2017, e de conformidade com o que preceitua a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta pela credenciada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - O presente credenciamento tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS, A SEREM PRESTADOS NAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, POR VETERINÁRIO HABILITADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017

CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços de consulta e ou procedimentos veterinários, será de forma continuada, com disponibilidade do Contratado, independente de dia e horário, sempre que houver solicitação que se fará através de contato por telefone ou outro meio, sendo que o profissional deverá atender o chamado dentro de máximo 4 horas após comunicado. Para a execução dos atendimentos a empresa ou pessoa física deverá dispor de veículo e equipamentos próprios, bem como dependências e serviços que se fizerem necessários para a total execução dos serviços objeto deste contrato, para com isso administrar o presente contrato. Fornecer relatórios, constando os atendimentos realizados durante o mês devendo ser entregue mensalmente para a Secretaria Municipal da Agricultura. Utilizar as técnicas disponíveis para a realização dos atendimentos Veterinários, empregando seus melhores esforços na consecução da mesma. Utilizar as técnicas disponíveis para a realização das atividades aliadas à consultoria, empregando seus melhores esforços na consecução da mesma. Os custos com medicamentos e tratamentos necessários ficarão a cargo do proprietário do animal; Os atendimentos clínicos serão gratuitos aos produtores rurais.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O Município pagará à Credenciada o valor de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por cada atendimento prestado, computando-se a totalidade por mês, sendo que o valor total será pago até o dia 05 do mês subsequente ao serviço prestado, mediante a apresentação da nota fiscal, acompanhada de relatório discriminativo dos serviços prestados, a fim de que se comprove a quantidade de atendimentos efetuados no mês. Em caso de prorrogação da vigência do contrato decorrente da presente licitação, o preço cotado será reajustado com base no IGPM ou outro índice que o substituir. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada. A mora ocorrida entre a data fixada

para o pagamento (vencimento da obrigação) até o efetivo pagamento, será calculada tomando-se por base a variação do IGP-M ou outro índice que venha a substituí-lo. O Município se limita a pagar a quantidade 2.900,00 (dois mil e novecentos) atendimentos para o exercício financeiro de 2017, entre todos os veterinários credenciados, essa quantidade foi baseada na demanda existente do ano de 2016.

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (95) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2017. Os recursos financeiros serão próprios do credenciante. Os recursos administrativos serão regidos conforme a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as solicitações feitas pela CONTRATANTE, contidas no objeto contratado, de maneira a atender as necessidades da Secretaria Municipal da Agricultura. A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo. A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999. A CONTRATADA assume responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados a CONTRATANTE e/ou a terceiros. A CONTRATADA é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas dela decorrentes na execução do presente termo, tais como: sociais, tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato. Como também responsabiliza-se por eventuais substituição de pessoas que se fizerem necessário.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste instrumento, atestando ao final o recebimento dos mesmos, mediante Termo próprio ou meio substitutivo que ofereça comprovante a CONTRATADA;
- b) prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e pertinente ao objeto do presente contrato;
- c) efetuar o recebimento dos serviços através de servidor de sua indicação, fornecendo comprovante a CONTRATADA;
- d) efetuar o pagamento ajustado;
- e) dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato.
- f) O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DO DESCRENCIAMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Município e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até dia 31.12.2017, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC., 29 de Março de 2017.

Renato Paulata
Prefeito Municipal
CREDENCIANTE

Trans. e Representações Comerciais Pampeiro Ltda-ME
CREDENCIADO
Franciano Blanc Alves
Sócio Administrador

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 58/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 58/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, empresa AGROTUNAS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita sob o nº. 07.954.463/0001-31, estabelecida na Rua Santo Cristo, 44, Centro, no Município de Tunápolis, Santa Catarina, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Arcádio Luis Orth, inscrito no CPF sob o nº. 024.491.829-50 e doravante denominado CREDENCIADO, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de SERVIÇOS VETERINÁRIOS, A SEREM PRESTADOS NAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, POR VETERINÁRIO HABILITADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 04/2017, e de conformidade com o que preceitua a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta pela credenciada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - O presente credenciamento tem por objeto a CONTRATAÇÃO DESERVIÇOS VETERINÁRIOS, A SEREM PRESTADOS NAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, POR VETERINÁRIO HABILITADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017

CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços de consulta e ou procedimentos veterinários, será de forma continuada, com disponibilidade do Contratado, independente de dia e horário, sempre que houver solicitação que se fará através de contato por telefone ou outro meio, sendo que o profissional deverá atender o chamado dentro de máximo 4 horas após comunicado. Para a execução dos atendimentos a empresa ou pessoa física deverá dispor de veículo e equipamentos próprios, bem como dependências e serviços que se fizerem necessários para a total execução dos serviços objeto deste contrato, para com isso administrar o presente contrato. Fornecer relatórios, constando os atendimentos realizados durante o mês devendo ser entregue mensalmente para a Secretaria Municipal da Agricultura. Utilizar as técnicas disponíveis para a realização dos atendimentos Veterinários, empregando seus melhores esforços na consecução da mesma. Utilizar as técnicas disponíveis para a realização das atividades aliadas à consultoria, empregando seus melhores esforços na consecução da mesma. Os custos com medicamentos e tratamentos necessários ficarão a cargo do proprietário do animal; Os atendimentos clínicos serão gratuitos ao produtores rurais.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O Município pagará à Credenciada o valor de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por cada atendimento prestado, computando-se a totalidade por mês, sendo que o valor total será pago até o dia 05 do mês subsequente ao serviço prestado, mediante a apresentação da nota fiscal, acompanhada de relatório discriminativo dos serviços prestados, a fim de que se comprove a quantidade de atendimentos efetuados no mês. Em caso de prorrogação da vigência do contrato decorrente da presente licitação, o preço cotado será reajustado com base no IGPM ou outro índice que o substituir. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada. A mora ocorrida entre a data fixada para o pagamento (vencimento da obrigação) até o efetivo pagamento, será calculada tomando-se por base a variação do IGP-M ou outro índice que venha a substituí-lo. O Município se limita a pagar a quantidade 2.900,00 (dois mil e novecentos) atendimentos para o exercício financeiro de 2017, entre todos os veterinários credenciados, essa quantidade foi baseada na demanda existente do ano de 2016.

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados,

remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (95) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2017. Os recursos financeiros serão próprios do credenciante. Os recursos administrativos serão regidos conforme a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as solicitações feitas pela CONTRATANTE, contidas no objeto contratado, de maneira a atender as necessidades da Secretaria Municipal da Agricultura. A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo. A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999. A CONTRATADA assume responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados a CONTRATANTE e/ou a terceiros. A CONTRATADA é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas dela decorrentes na execução do presente termo, tais como: sociais, tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato. Como também responsabiliza-se por eventuais substituição de pessoas que se fizerem necessário.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste instrumento, atestando ao final o recebimento dos mesmos, mediante Termo próprio ou meio substitutivo que ofereça comprovante a CONTRATADA;
- b) prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e pertinente ao objeto do presente contrato;
- c) efetuar o recebimento dos serviços através de servidor de sua indicação, fornecendo comprovante a CONTRATADA;
- d) efetuar o pagamento ajustado;
- e) dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato.
- f) O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DO DESCRENCIAMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Município e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
 - b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
 - c) Rescisão Contratual;
 - d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
 - e) Declaração de inidoneidade.
- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.
- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.
- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
- A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:
- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
 - b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor na data do dia 29 de março de 2017 e vigorará até dia 31.12.2017, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC., 29 de Março de 2017.

Renato Paulata	AGROTUNAS LTDA- ME
Prefeito Municipal	CREDENCIADO
CREDENCIANTE	Arcádio Luis Orth
	Sócio Administrador

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff	Sheila Inês Bieger
CPF:918.368.409-34	CPF: 020.226.259.60

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 59/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 59/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado a empresa ESTUDIO TUNAPORÃ DE COMUNICAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua João Castilho n.380, Centro, no Município de Tunápolis - SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.915.999/0001-97doravante denominado CREDENCIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de RÁDIOS PARA VEICULAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, AVISOS E SERVIÇOS DA MUNICIPALIDADE Município de Tunápolis -SC, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 03/2017, e de conformidade com o que preceitua a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIOS PARA VEICULAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, AVISOS E SERVIÇOS DA MUNICIPALIDADE conforme segue:

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	9	Mês	3.000,00	Contratação de Serviços de radiodifusão AM/FM para divulgação de atos oficiais, avisos e informações da municipalidade, com duração de 10 minutos aos sábados das 11h05min às 11h20min; Divulgação de informes das secretarias municipais, no horário compreendido entre as 06:30 horas e as 18:30horas, segundas a sexta feira, em forma de avisos; Divulgação e cobertura de eventos oficiais do Município de Tunápolis, inclusive flashes ao vivo do evento

CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O Município será responsável pelo fornecimento das matérias a serem divulgadas. As divulgações deverão ser efetuadas dentro do prazo solicitado pelo Município. Todas as informações e avisos a serem veiculadas serão encaminhados, pela Administração Municipal, devidamente formatadas e gravados em "CD", enviados por e-mail, ou, conforme o caso, deverão ser gravados ao vivo, no estúdio da emissora. A Rádio deverá ter alcance de frequência em todo o território do Município de Tunápolis (centro e interior).A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 atualizada.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O pagamento devido ao Credenciado será efetuado ATÉ O 5º DIA ÚTIL DO MÊS SUBSEQÜENTE aos serviços prestados e efetiva apresentação da nota fiscal e comprovação das divulgações e execução dos serviços realizados durante o mês. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos serviços executados, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento. Os valores mencionados neste Edital não sofrerão reajuste.A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (7) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do de ano de 2017. Os recursos financeiros serão próprios do credenciante. Os recursos administrativos serão regidos conforme a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude da lei ou regulamento que recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste instrumento, atestando ao final o recebimento dos mesmos, mediante Termo próprio ou meio substitutivo que oferte comprovante a CONTRATADA;
- b) prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e pertinente ao objeto do presente contrato;
- c) efetuar o recebimento dos serviços através de servidor de sua indicação, fornecendo comprovante a CONTRATADA;
- d) efetuar o pagamento ajustado;
- e) dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato.
- f) O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DO DESCRENCIAMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Município e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor a partir de 01 de abril de 2017 e vigorará até dia 31.12.2017, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC., 29 de Março de 2017.

Renato Paulata
Prefeito Municipal
Credenciante

ESTUDIO TUNAPORÃ DE COMUNICAÇÕES LTDA
Credenciada

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 60/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 60/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, a empresa Rádio Itapiranga Ltda, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua São Bonifácio, 280, Centro, no Município de Itapiranga - SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 84.375.872/0001-24, considerada simplesmente doravante CREDENCIADA, no Município de Tunápolis - SC, para prestação de serviços de RÁDIOS PARA VEICULAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, AVISOS E SERVIÇOS DA MUNICIPALIDADE Município de Tunápolis -SC, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 03/2017, e de conformidade com o que preceitua a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIOS PARA VEICULAÇÃO DE ATOS OFICIAIS, AVISOS E SERVIÇOS DA MUNICIPALIDADE conforme segue:

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	9	Mês	3.000,00	Contratação de Serviços de radiodifusão AM/FM para divulgação de atos oficiais, avisos e informações da municipalidade, com duração de 10 minutos aos sábados das 11h05min às 11h20min; Divulgação de informes das secretarias municipais, no horário compreendido entre as 06:30 horas e as 18:30horas, segundas a sexta feira, em forma de avisos; Divulgação e cobertura de eventos oficiais do Município de Tunápolis, inclusive flashes ao vivo do evento

CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O Município será responsável pelo fornecimento das matérias a serem divulgadas. As divulgações deverão ser efetuadas dentro do prazo solicitado pelo Município. Todas as informações e avisos a serem veiculadas serão encaminhados, pela Administração Municipal, devidamente formatadas e gravados em "CD", enviados por e-mail, ou, conforme o caso, deverão ser gravados ao vivo, no estúdio da emissora. A Rádio deverá ter alcance de frequência em todo o território do Município de Tunápolis (centro e interior).A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 atualizada.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O pagamento devido ao Credenciado será efetuado ATÉ O 5º DIA ÚTIL DO MÊS SUBSEQÜENTE aos serviços prestados e efetiva apresentação da nota fiscal e comprovação das divulgações e execução dos serviços realizados durante o mês. A nota fiscal deverá conter todas as especificações dos serviços executados, conforme itens, objeto deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento. Os valores mencionados neste Edital não sofrerão reajuste.A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (7) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do de ano de 2017. Os recursos financeiros serão próprios do credenciante. Os recursos administrativos serão regidos conforme a Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude da lei ou regulamento que recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação

empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições

de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste instrumento, atestando ao final o recebimento dos mesmos, mediante Termo próprio ou meio substitutivo que ofereça comprovante a CONTRATADA;
- b) prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e pertinente ao objeto do presente contrato;
- c) efetuar o recebimento dos serviços através de servidor de sua indicação, fornecendo comprovante a CONTRATADA;
- d) efetuar o pagamento ajustado;
- e) dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato.
- f) O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DO DESCREDENCIAMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Município e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
 - b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
 - c) Rescisão Contratual;
 - d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
 - e) Declaração de inidoneidade.
- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.
- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do

objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor a partir de 01 de abril de 2017 e vigorará até dia 31.12.2017, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC., 30 de Março de 2017.

Renato Paulata	Rádio Itapiranga Ltda
PREFEITO MUNICIPAL	Adilson João Baldissera
Credenciante	Proprietário
Credenciado	

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff	Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34	CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 49/2017

CONTRATO Nº 49/2017

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa WEBER MÁQUINAS E CAMPEIRA AGROPECUÁRIA LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Avenida Cerro Largo, n. 693, sala 01, Centro do Município de Tunápolis-SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. 00.506.993-0001-78, neste ato representado pelo seu Procurador o Sr. Fernando Gassen, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 10.520/02, na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações e no Processo Licitatório nº 40/2017 e Pregão Presencial nº 33/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente contrato consiste na aquisição de 01(um) COMPRESSOR DE AR NOVO, COM 03 CABEÇOTES COM CAPACIDADE DE 250 LITROS, POTÊNCIA DE 25 PÉS CÚBICOS/MINUTO, TRIFÁSICO, DE 5HP PARA A OFICINA DO MUNICÍPIO conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL.

2.1 O pagamento R\$ 3.730,00(Três mil setecentos e trinta reais) será realizado em até 8(oito) dias após o recebimento definitivo do compressor pelo Município de Tunápolis mediante apresentação da Nota Fiscal. O preço não terá reajuste e será depositado na conta específica do contratado.

2.2 Os recursos somente serão liberados para pagamento após o responsável ter realizado as devidas conferências/vistorias no compressor de ar.

2.3 Na emissão da nota fiscal deverão conter o número do processo licitatório e do contrato administrativo e deverão constar os dados bancários da empresa.

2.4 O Compressor de Ar novo será adquirido com recursos próprios do Município de Tunápolis.

2.5 Não serão efetuados qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

2.6 O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS somente atestará e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1 Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO.

4.1 A entrega do COMPRESSOR DE AR deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias após solicitação formal do MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS. O compressor deverá ser entregue na Garagem do DMER, estabelecido na Rua 25 de julho, centro, deste município ou conforme determinação do CONTRATANTE.

4.2 O licitante deverá atentar para a qualidade do COMPRESSOR a ser entregue, pois somente será aceito aquele que estiverem dentro dos parâmetros solicitados, atendam aos padrões exigidos pelo Mercado e que forem entregues de acordo com o estabelecido no item anterior.

4.3 Não será aceito no momento da entrega, COMPRESSOR de marca e/ou modelo diferente daquele constante na proposta vencedora.

4.4 A licitante vencedora deverá entregar o COMPRESSOR acompanhado de seus manuais ou catálogos de operação/manutenção, editados pelo fabricante. Os documentos deverão estar em língua portuguesa ou traduzidos para este idioma.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO.

5.1 O CONTRATADO obriga-se fornecer o compressor de ar contratado com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 40/2017 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, À CONTRATANTE ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao CONTRATADO do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Fornecer o compressor de ar, objeto deste Contrato, de acordo com as especificações e quantidade solicitada na autorização de fornecimento, sendo de sua inteira responsabilidade a

substituição do mesmo quando constatado, no seu recebimento, não estar em perfeita conformidade com as referidas especificações dos anexos do Edital e deste contrato.

5.5 Ter GARANTIA do fabricante, que não poderá ser inferior a 12 meses contados a partir da data do recebimento definitivo do Equipamento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

6.1 O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS obriga-se adquirir o equipamento acima referido, nos exatos termos estabelecidos no presente Contrato, bem como, ao pagamento do valor acordado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (103) do MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS do exercício de 2017.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2017, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO CONTRATUAL.

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES.

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3. Declaração de inidoneidade;

10.1.4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO COMPETENTE.

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, Estado de Santa Catarina, aos 15 de março de 2017.

Renato Paulata

Weber Máq. E Cam.Agrop.LTDA ME

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO

CONTRATANTE

Alcides Luis Hofer

Assessor Jurídico

OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

Sheila Inês Bieger

CPF: 918.368.409-34

CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 50/2017

CONTRATO Nº 50/2017

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa MECÂNICA AGRÍCOLA NEI LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, com domicílio á Estrada Geral para Linha Pitangueira, s/nº, interior, no Município de Tunápolis/SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 12.144.393/0001-96, neste ato representado pelo sócio administrador o Sr. Rudinei Baumgratz, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº37/2017 Pregão nº30/2017 e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ROÇADEIRAS, PODADOR, SOPRADOR, MOTOSSERRA, MÁQUINA DE CORTAR GRAMA, TRATORITO, SENDO SERVIÇOS DE CARÁTER PREVENTIVO E CORRETIVO, COM APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS ATRAVÉS DE ORÇAMENTOS, GENUÍNAS DA MARCA DOS EQUIPAMENTOS OU ORIGINAIS DE FÁBRICA conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

Item	Quantidade	Unid/Km.	Preço Unit	Valor Total	Especificação
01	90	h	19,50	1.755,00	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ROÇADEIRAS, PODADOR, SOPRADOR, MOTOSSERRA, MÁQUINA DE CORTAR GRAMA, TRATORITO, SENDO SERVIÇOS DE CARÁTER PREVENTIVO E CORRETIVO, COM APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS ATRAVÉS DE ORÇAMENTOS GENUÍNAS DA MARCA DOS EQUIPAMENTOS OU ORIGINAIS DE FÁBRICA

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO.

2.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R\$19,50(dezenove reais e cinquenta centavos) computando-se pelas quantidades de horas de serviço trabalhadas e executadas, sendo que o pagamento será efetuado em até 8 (oito) dias da prestação de serviço após entrega da nota fiscal. O valor total do contrato será de R\$ 1.755,00(Um mil setecentos e cinquenta e cinco reais).

2.2 O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1. Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

3.2 Em caso de prorrogação os valores contratados serão corrigidos de acordo com o IGPM acumulado no período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO

4.1 – Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento devidamente habilitado, estabelecido no município de Tunápolis, devendo ocorrer em no máximo 8(oito)dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS.

4.2 A contratada deverá ter seu estabelecimento dentro da cidade de Tunápolis, onde os serviços deverão ser realizados em área coberta, com proteção contra chuva, vento e sol e com equipamentos adequados para a execução do objeto;

4.3 – A CONTRATADA será responsável por salvaguardar o estado dos equipamentos/máquinas que estejam em suas instalações para manutenção;

4.4– O MUNICIPIO DE TUNÁPOLISemitirá as Autorizações de Fornecimento, de FORMA PARCELADA, de acordo com suas necessidades, tendo como prazo limite o dia 31/12/2017.

4.5 - Imediatamente após a execução dos serviços, objeto desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

4.6 – A CONTRATADA pelos dos serviços deverá apresentar ao Município de Tunápolis lista das peças com seus respectivos valores que deverão ser substituídas para executar os serviços e deverá ser previamente autorizado pelo Secretário responsável pelo equipamento/máquina, conforme autoriza o Prejulgado n. 803 do Tribunal de Contas do Estado de SC.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelos serviços prestados, os quais deverão ser executados no tempo acordado e de acordo com normas técnicas do fabricante da marca do equipamento ou máquinas da compatibilidade a padrões de tempo de execução para cada tipo de serviço.

5.2 Permitir o acompanhamento, quando for o caso, no todo ou em parte, por servidor público especialmente designado para aludido fim.

5.3 O fornecimento de peças, sem exclusividade, ficará a cargo do contratado, mediante prévia aprovação do Secretario Municipal responsável, das peças a serem substituídas.

5.4Além da aprovação do orçamento das peças, a aquisição somente ocorrerá com a aprovação do Secretario Municipal responsável pela pasta, da necessidade de substituição dessas peças.

5.5Caso o Município de Tunápolis, através do Secretario não concorde com os preços apresentados e/ou a necessidade de troca, deverá a Contratada lhe apresentar a relação de peças necessárias ao conserto para, através de procedimentos próprios e legais, adquiri-las com outro fornecedor.

5.6O prazo máximo para que o contratado forneça ao Município de Tunápolis a relação de peças é de 24 (vinte e quatro) horas a contar da não aprovação do orçamento então apresentado.

5.7 A CONTRATADA é responsável por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a executar, sob pena de rescisão do contrato, nas condições estipuladas, a prestação dos serviços, objeto deste Contrato, bem como é de sua inteira responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos, inclusas as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do Contrato. É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do contrato.

5.8 A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas por servidores desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

5.9 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

5.10 A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V

do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

5.11 A CONTRATADA fará com que seus empregados trabalhem devidamente protegidos por EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), conforme dispõe o LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho apresentado pela empresa, necessários ao trabalho e ao risco existente, obedecendo as normas de segurança e medicina do trabalho, conforme legislação em vigor.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 O município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuará o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

6.2 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços executados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registros próprios, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

6.3 Efetuar o pagamento a CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (35,107, 118) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2017.

CLÁUSULA OITAVA- DO PRAZO.

8.10 presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2017, iniciando na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1 Advertência.

10.1.2 Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3 Declaração de inidoneidade;

10.1.4 Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis,SC., 20 de Março de 2017

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

MECÂNICA AGRÍCOLA NEI LTDA-ME
CONTRATADO
Rudinei Baumgratz
SÓCIO ADMINISTRADOR

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Karine Epping
CPF:009.815.549-03

Sheila Inês Bieger
CPF:020.226.259-60

CONTRATO Nº 47/2017

CONTRATO Nº 47/2017

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Auto Mecânica Berlin Ltda ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 07.625.024/0001-85, estabelecida na Avenida Cerro Largo, nº 99 Centro, no Município de Tunápolis-SC, neste ato representado pelo Sr. Bernildo José Bourscheidt, sócio administrador, inscrito no CPF:039.595.539-43, considerado doravante CONTRATADO.

PROGRAMA DE TRABALHO				PREVISÃO DE CUSTOS	
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Preço total
1	Óleo motor 10w30	L	3,5	31,50	100,25
2	Filtro óleo (código: PEL 110)	unid	1	36,80	36,80
3	Amortecedor traseiro (código: 27183)	unid	2	147,00	294,00
4	Barra axial código: BD 4920)	unid	1	72,56	70,56
5	Bieleta estabilizador (código: A 2247)	unid	1	45,57	45,57
6	Lâmpada sinal/freio 2polo 12v(código: OS 7528)	unid	2	4,50	9,00
7	Lâmpada /pisca 1polo 12v(código: OS 7506)	unid	2	4,50	9,00
8	Palheta pára-brisa(código: B 178)	jg	1	59,00	59,00
9	Cabo embreagem (ORIGINAL)	unid	1	380,00	380,00
10	Filtro ar (código: FAD 7010)	unid	1	82,50	82,50
11	Aditivo radiador(código: RL 1008)	unid	2	22,00	44,00
12	Haste trambulador cambio superior (original)	unid	1	1.233,50	1.233,50
13	Reparo caixa dir. hidr.(código: 10100063)	jg	1	635,00	635,00
14	Óleo hidráulico ATF(código: SAE 20W)	L	2	16,00	32,00
TOTAL GERAL DO LOTE				3.040,68	

Item	Descrição	Unidade	Quat	Preço unitário	Preço total
1	Pivô bandeja suspensão(código: JE 4301)	unid	2	49,50	99,00
2	Kit rolamento cubo traseiro(código: WBK 0002)	kit	2	56,00	112,00
3	cabos de ignição(código: STV-25)	unid	1	170,00	170,00
4	Filtro combustível (código:GI 50/7)	unid	1	20,00	20,00
5	Cavelete distribuidor água(código AJE 087109)	unid	1	53,50	53,50
6	Tubo arrefecimento(código MG-113)	unid	1	20,00	20,00
7	Filtro ar (código ARL 6096)	unid	1	22,00	22,00
8	Filtro óleo(código DC 250)	unid	1	20,00	20,00
9	Óleo lubrif.5w40	l	3,5	34,00	119,00
10	Válvula termostática (código: VT 445.80)	unid	1	70,80	70,80
11	Aditivo radiador(código: RL 10008)	unid	2	23,00	46,00
12	Ponta eixo traseiro(código: AL-801)	unid	2	70,90	141,80
13	Painel	unid	1	500,00	500,00
14	Sensor velocímetro(código: MIE 7322)	unid	1	70,00	70,00
15	Lâmpada farol H4 12v (código: OS 64193)	unid	1	15,00	15,00
16	Lâmpada meia luz 12v(código: OS 5007)	unid	1	3,00	3,00
17	Fusíveis(código: MAS 16015)	unid	2	0,50	1,00
18	Lâmpadas 1 pólo (código:OS 7506)	unid	2	3,50	7,00
TOTAL GERAL DO LOTE				1.490,10	

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço unitário	Preço total
1	Contato ignição	unid	1	195,00	195,00
2	Bateria 105 ah	unid	1	460,00	460,00
3	Fluido freio dot 4	unid	2	20,00	40,00
4	Aditivo radiador concentrado(código: RL 1008)	l	4	24,00	96,00
5	Disco freio traseiro(código: BD -1410)	unid	2	119,00	238,00

6	Pastilha freio TS (código: PD-516)	jg	1	154,10	154,10
7	Rolamento cubo TS(código: SNR FC 496506)	unid	1	247,50	247,50
8	Junta Carter(código: 86018)	unid	1	43,00	43,00
9	Retentor virabrequim(código 5652)	unid	1	87,95	87,95
10	Retentor volante(código: 5651)	unid	1	109,00	109,00
11	Bucha bandeja inf.parte dt(código: MB 9266)	unid	1	103,00	103,00
12	Bucha bandeja inf.parte ts(código: MB 9267)	unid	1	103,00	103,00
13	Abraçadeiras(código: 22-32)	unid	2	2,70	5,40
14	Pivô inf.L.D(código: 503188)	unid	1	115,70	115,70
15	Kit reparo pinça freio dianteiro(código B-42MM)	kit	2	109,50	219,00
TOTAL GERAL DO LOTE				2.216,65	

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e Processo Licitatório nº 39/2017 e Pregão presencial nº 32/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO :

1.1 O objeto do presente contrato na AQUISIÇÃO DE PEÇAS DESTINADAS PARA O CONserto DOS VEÍCULOS PARTNER, MICRO-ÔNIBUS, EGOL 1.0 de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

2.1 O pagamento R\$ 6.746,73(seis mil setecentos e quarenta e seis reais e setenta e tres centavos) somente será liberado após entrega das PEÇAS, 8(oito) dias após entrega da Nota Fiscal. O pagamento somente será liberado após o secretario responsável pela pasta ter realizado as devidas conferências/vistorias nas PEÇAS entregues.

2.2 Na emissão da nota fiscal deverá conter o número do processo licitatório e do Pregão Presencial e deverão constar os dados bancários da empresa.

2.3 Não será efetuado qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

2.4 O Município de Tunápolis somente atestará e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

2.5 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO

3.1 –As Peças deverão ser entregues livres de frete e descarga, na garagem da Prefeitura Municipal, sito na Rua 25 de Julho, Centro, neste Município ou ainda em outro local designado pelo requisitante, dentro de perímetro urbano do município, devendo ocorrer em até 8 (oito) dias consecutivos após a emissão da Autorização de Fornecimento feita pelo Município, que se fará de acordo com a necessidade.

3.2 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

3.3 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

3.4 - Imediatamente após a entrega das peças, objeto desta Licitação, as mesmas serão devidamente inspecionadas pelo Mecânico responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 O Município obriga-se utilizar as peças contratadas nos exatos termos estabelecidos no presente contrato, bem como, ao pagamento do valor estipulado na Cláusula Segunda, sem prejuízo das disposições estabelecidas nas demais cláusulas do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 O Contratado obriga-se fornecer as peças e os serviços contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 39/2017 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Compromete-se em fornecer os objetos deste contrato de boa qualidade e dentro do prazo contratado;

5.3 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a contratante ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.4 Fica estabelecido a obrigação de manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele(a) assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

5.5 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao Contratante do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (94,128,49)do Município de Tunápolis, do de ano de 2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGENCIA

7.10 Presente contrato tem sua vigência de 15 de março de 2017 até 31 de dezembro de 2017, iniciando-se após assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido: a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III – declaração de inidoneidade;

IV – multa de 05% (cinco por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC, 15 de março de 2017.

Renato Paulata
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Auto Mecânica Berlin Ltda
Contratado
Bernildo José Bourscheidt
Sócio Administrador

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Karine Epping
CPF:009.815.549-03

Sheila Inês Bieger
CPF:020.226.259-60

CONTRATO Nº 48/2017

CONTRATO Nº 48/2017

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Diesel Iporã Comércio de Peças para Bombas Injetoras Ltda, pessoa jurídica de direito privado estabelecida na Avenida Gustavo Fetter, 45, Centro, no Município de Iporã do Oeste/SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o número:06.200.496/0001-23, neste ato representado pelo sócio administrador o Sr. Vanderlei Canabarro de Amorim, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e Processo Licitatório nº 39/2017 e Pregão presencial nº 32/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO :

1.1 O objeto do presente contrato na AQUISIÇÃO DE PEÇAS COM A DEVIDA MÃO DE OBRA DE RETIFICA PARA A RECUPERAÇÃO DA BOMBA INJETORA DA MÁQUINA RETROESCAVEDEIRA de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO MARCA	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
1	(código: 041 A) ANEL RESSALTO DELPHI	KIT	1	697,00	697,00
2	(código:541) ANEL EXCENTRICO DELPHI	UN	1	205,00	205,00
3	(código: 108) KIT PALHETA DE AÇO DELPHI	UN	1	298,00	298,00
4	(código:15G) PISTÃO DELPHI	UN	1	30,00	30,00
5	(código: 856) RETENTOR DELPHI	UN	2	58,00	116,00
6	(código 8287) JOGO DE REPARO DELPHI	JOGO	1	229,00	229,00
7	(código 509 A) VÁLVULA DOSIFICADORA DELPHI	UN	1	156,00	156,00
8	(código 072N) KIT SAPATO ROLETE DELPHI	UN	1	565,00	565,00
9	(código 245 A) ROTOR DELPHI	UN	1	335,00	335,00
10	(código L015CVA) BICO INJETOR DELPHI	UN	04	198,00	792,00
11	Serviço substituir peças, montar , ajustar e fazer a regulagem da bomba e bicos injetores da Retroescavadeira B95 02, NEW HOLAND, ano 2014, Modelo DELPHI do DMER . BOMBAS INJ	MO	1	478,00	478,00
TOTAL GERAL DO LOTE			3.901,00		

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

2.1 O Município pagará o valor R\$ 3.901,00 (três mil novecentos e um reais) para as peças e mão de obra e somente será realizado após entrega, instalação e perfeito funcionamento da bomba na máquina Retroescavadeira, com o devido aval do Secretário Municipal dos Transportes Obras e Urbanismo, em até 8(oito) dias liberação do Secretário responsável pela pasta.

2.2 Na emissão da nota fiscal deverá conter o número do processo licitatório e do Pregão Presencial e deverão constar os dados bancários da empresa.

2.3 Não será efetuado qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

2.4 O Município de Tunápolis somente atestará e liberará a Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

2.5 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO

3.1 O CONTRATADO deverá executar a recuperação da Bomba Injetora em até 10(dez) dias após a Adjudicação e emissão da autorização de fornecimento, o conserto deverá ocorrer na oficina do licitante vencedor, a retirada e o traslado da Bomba, bem como a instalação da mesma na máquina Retroescavadeira será por conta do CONTRATADO, ficando a Prefeitura Municipal de Tunápolis, isenta sobre qualquer frete ou outros custos adicionais que possam surgir.

3.2. O deslocamento, estadia e demais despesas inerentes ao conserto da máquina Retroescavadeira(recuperação da Bomba Injetora) serão por conta e risco do CONTRATADO.

3.3 – A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

3.4 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da LICITANTE VENCEDORA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

3.5 - Imediatamente após a entrega das peças, objeto desta Licitação, as mesmas serão devidamente inspecionadas pelo Mecânico responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade no item fornecido em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 O Município obriga-se utilizar as peças contratadas nos exatos termos estabelecidos no presente contrato, bem como, ao pagamento do valor estipulado na Cláusula Segunda, sem prejuízo das disposições estabelecidas nas demais cláusulas do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 O Contratado obriga-se fornecer as peças e os serviços contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 39/2017 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Compromete-se em fornecer os objetos deste contrato de boa qualidade e dentro do prazo contratado;

5.3 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a contratante ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.4 Fica estabelecido a obrigação de manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele(a) assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

5.5 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao Contratante do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (94,128,49) do Município de Tunápolis, do de ano de 2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGENCIA

7.10 Presente contrato tem sua vigência até 31 de dezembro de 2107 iniciando-se após assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido: a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III – declaração de inidoneidade;

IV – multa de 05% (cinco por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, Estado de Santa Catarina, aos 15 de março de 2017.

Renato Paulata	Diesel Iporã Com. de Peças para Bombas Inj. Ltda
PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA
CONTRATANTE	

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff	Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34	CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 52/2017

CONTRATO Nº 52/2017

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa PIRÂMIDE COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA –ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 18.780.782/0001-38, estabelecida na Rua Guapiore, 3123-D, Bairro Paraíso, no Município de Chapecó –SC, Cep 89.806-142, neste ato representado pelo Sr. Nelson De Lara Ramos, inscrito no CPF sob o nº 297.061.069-87, considerado doravante CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e Processo de Compra Nº.: 38/2017 Pregão Presencial nº: 31/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a aquisição de troféus e medalhas para premiação de eventos promovidos e apoiados pela Comissão Municipal de Esportes

ITEM	DESCRIÇÃO	Qta.	Valor unit.	Valor total
1	600121-DO - Troféu com altura de 30 cm, com base quadrada com 11,7 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta superior fixa de Ramo Liso. Plaqueta em latão para gravação.	44	36,90	1.623,60
2	51000-D - Medalha redonda fundida em liga metálica de zamac, com o tamanho de 55 mm de diâmetro e centro liso com 25 mm de diâmetro. Com descrição de Honra ao Mérito em baixo relevo, na parte superior até a metade do centro vazado envolto com um ramo. Espessura máxima de 1,2 mm. Metalizada na cor dourada. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, amarela, branca ou verde com 2,5 cm de largura ou fita de gorgorão nas cores azul, azul-branco-vermelha ou verde-amarela com 2,5 cm de largura. fita cetim	300	1,89	567,00
3	51000-P - Medalha redonda fundida em liga metálica de zamac, com o tamanho de 55 mm de diâmetro e centro liso com 25 mm de diâmetro. Com descrição de Honra ao Mérito em baixo relevo, na parte superior até a metade do centro vazado envolto com um ramo. Espessura máxima de 1,2 mm. Metalizada na cor dourada. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, amarela, branca ou verde com 2,5 cm de largura ou fita de gorgorão nas cores azul, azul-branco-vermelha ou verde-amarela com 2,5 cm de largura. fita cetim	300	1,79	537,00
4	51000-B - Medalha redonda fundida em liga metálica de zamac, com o tamanho de 55 mm de diâmetro e centro liso com 25 mm de diâmetro. Com descrição de Honra ao Mérito em baixo relevo, na parte superior até a metade do centro vazado envolto com um ramo. Espessura máxima de 1,2 mm. Metalizada na cor dourada. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, amarela, branca ou verde com 2,5 cm de largura ou fita de gorgorão nas cores azul, azul-branco-vermelha ou verde-amarela com 2,5 cm de largura. fita cetim	300	1,74	522,00
5	401501-VMFA - Troféu com 64 cm de altura, com base oitavada com 14,5 cm de largura em polímero metalizada na cor vermelha acetinada. Cone com detalhe na parte inferior em polímero metalizado na cor dourada e sobre este cone uma taça com 21 cm de largura a partir das alças. Esta taça é composta por cesta em polímero metalizada na cor dourada e copa em polímero metalizada na cor vermelha acetinada com tampa metalizada na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	88,50	88,50
6	401502-VMFA - Troféu com 57 cm de altura, com base oitavada com 12,1 cm de largura em polímero metalizada na cor vermelha acetinada. Cone com detalhe na parte inferior em polímero metalizado na cor dourada e sobre este cone uma taça com 21 cm de largura a partir das alças. Esta taça é composta por cesta em polímero metalizada na cor dourada e copa em polímero metalizada na cor vermelha acetinada com tampa metalizada na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação	1	69,00	69,00
7	401503-VMFA - Troféu com 52 cm de altura, com base oitavada com 10,1 cm de largura em polímero metalizada na cor vermelha acetinada. Cone com detalhe na parte inferior em polímero metalizado na cor dourada e sobre este cone uma taça com 21 cm de largura a partir das alças. Esta taça é composta por cesta em polímero metalizada na cor dourada e copa em polímero metalizada na cor vermelha acetinada com tampa metalizada na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	64,50	64,50

8	300221-PD - Troféu com 88 cm de altura, com base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Suporte em polímero metalizado na cor dourada e cinco colunas metalizadas na cor prata. Acima um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma taça com 21 cm de largura a partir das alças. Esta taça é composta por cesta em polímero metalizada na cor dourada e copa em polímero metalizada na cor prata, tampa em polímero metalizada na cor dourada. Quatro estatuetas fixas de futebol metalizadas na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	219,50	219,50
9	300222-PD - Troféu com 78 cm de altura, com base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Suporte em polímero metalizado na cor dourada e cinco colunas metalizadas na cor prata. Acima um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma taça com 21 cm de largura a partir das alças. Esta taça é composta por cesta em polímero metalizada na cor dourada e copa em polímero metalizada na cor prata, tampa em polímero metalizada na cor dourada. Quatro estatuetas fixas de futebol metalizadas na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	198,00	198,00
10	300223-PD - Troféu com 72 cm de altura, com base octogonal com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Suporte em polímero metalizado na cor dourada e cinco colunas metalizadas na cor prata. Acima um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma taça com 21 cm de largura a partir das alças. Esta taça é composta por cesta em polímero metalizada na cor dourada e copa em polímero metalizada na cor prata, tampa em polímero metalizada na cor dourada. Quatro estatuetas fixas de futebol metalizadas na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	209,00	209,00
11	80001-D – Medalha fundida em liga metálica de zamac, com o tamanho de 80 mm diâmetro e centro com inscrição “honra ao mérito” em baixo relevo com 50 mm de diâmetro. Com desenho interno polido e com frisos raiados. Espessura máxima de 4,0 mm. Metalizada na cor dourada. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. No verso da medalha espaço liso para colocação de adesivo com 50 mm de diâmetro. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, amarela, branca ou verde com 1,5 cm de largura ou fita de gorgorão nas cores azul, azul-branco-vermelha ou verde-amarela com 2,5 cm de largura. FITA CETIM	25	4,00	100,00
12	80001-P – Medalha fundida em liga metálica de zamac, com o tamanho de 80 mm diâmetro e centro com inscrição “honra ao mérito” em baixo relevo com 50 mm de diâmetro. Com desenho interno polido e com frisos raiados. Espessura máxima de 4,0 mm. Metalizada na cor dourada. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. No verso da medalha espaço liso para colocação de adesivo com 50 mm de diâmetro. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, amarela, branca ou verde com 1,5 cm de largura ou fita de gorgorão nas cores azul, azul-branco-vermelha ou verde-amarela com 2,5 cm de largura. FITA CETIM	25	4,00	100,00
13	80001-B – Medalha fundida em liga metálica de zamac, com o tamanho de 80 mm diâmetro e centro com inscrição “honra ao mérito” em baixo relevo com 50 mm de diâmetro. Com desenho interno polido e com frisos raiados. Espessura máxima de 4,0 mm. Metalizada na cor dourada. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. No verso da medalha espaço liso para colocação de adesivo com 50 mm de diâmetro. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, amarela, branca ou verde com 1,5 cm de largura ou fita de gorgorão nas cores azul, azul-branco-vermelha ou verde-amarela com 2,5 cm de largura. FITA CETIM	25	4,00	100,00
16	300343-AZFA - Troféu com 41 cm de altura, com base oitavada com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor azul acetinado. Sobre esta base quatro suportes em polímero nas laterais com estatueta fixa de futebol em polímero metalizado na cor dourado, no centro suporte em polímero metalizado na cor dourado, sobre este suporte central um suporte em polímero metalizado na cor azul acetinado e uma coluna com detalhes em alto relevo metalizado na cor dourado. Na parte superior desta coluna um suporte em polímero metalizado na cor dourado e uma bola de futebol em polímero fixa metalizada na cor dourada com detalhes em azul, Plaqueta para gravação.	1	166,00	166,00
17	65000-D - Medalha redonda fundida em liga metálica de zamac, com o tamanho de 65 mm de diâmetro e centro liso com 35 mm de diâmetro. Com quatro arcos vazados e polidos que suportam o centro liso e textura na borda da medalha. Espessura máxima de 3,4 mm. Metalizada na cor dourada. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, amarela, branca ou verde com 2,5 cm de largura ou fita de gorgorão nas cores azul, azul-branco-vermelha ou verde-amarela com 2,5 cm de largura. fita cetim	100	3,80	380,00
18	65000-P - Medalha redonda fundida em liga metálica de zamac, com o tamanho de 65 mm de diâmetro e centro liso com 35 mm de diâmetro. Com quatro arcos vazados e polidos que suportam o centro liso e textura na borda da medalha. Espessura máxima de 3,4 mm. Metalizada na cor prata. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, amarela, branca ou verde com 2,5 cm de largura ou fita de gorgorão nas cores azul, azul-branco-vermelha ou verde-amarela com 2,5 cm de largura	100	3,78	378,00

19	65000-B - Medalha redonda fundida em liga metálica de zamac, com o tamanho de 65 mm de diâmetro e centro liso com 35 mm de diâmetro. Com quatro arcos vazados e polidos que suportam o centro liso e textura na borda da medalha. Espessura máxima de 3,4 mm. Metalizada na cor bronze. Suporte para fita com 2,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, amarela, branca ou verde com 2,5 cm de largura ou fita de gorgorão nas cores azul, azul-branco-vermelha ou verde-amarela com 2,5 cm de largura	100	3,78	378,00
20	400961-DO - Troféu com 60 cm de altura, com base octogonal com 14,5 cm de largura em polímero na cor preta. Na parte superior desta base uma tampa em polímero metalizado na cor dourada e um cone em polímero com detalhes metalizados na cor dourada e sobre este cone uma tampa em polímero metalizada na cor dourada. Sobre esta tampa uma bola em polímero metalizada na cor dourada intercalado por um anel em polímero metalizado na cor dourado. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	68,00	68,00
23	400831-DO - Troféu com 67 cm de altura, com base octogonal com 17,5 cm de largura em polímero na cor preta. Cone em polímero metalizado na cor dourada, sobre este cone outro cone em polímero com friso e alça em polímero metalizado na cor dourada com 31 cm de largura a partir das alças, tampa em polímero metalizada na cor dourada Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	101,25	101,25
24	400832-DO - Troféu com 65 cm de altura, com base octogonal com 14,5 cm de largura em polímero na cor preta. Cone em polímero metalizado na cor dourada, sobre este cone outro cone em polímero com friso e alça em polímero metalizado na cor dourada com 31 cm de largura a partir das alças, tampa em polímero metalizada na cor dourada Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	97,00	97,00
25	400833-DO - Troféu com 57 cm de altura, com base octogonal com 12,1 cm de largura em polímero na cor preta. Cone em polímero metalizado na cor dourada, sobre este cone outro cone em polímero com friso e alça em polímero metalizado na cor dourada com 27 cm de largura a partir das alças, tampa em polímero metalizada na cor dourada Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação	1	83,00	83,00
31	501383-PD - Troféu com altura de 40 cm, base quadrada com 11 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base um cone com detalhes em polímero metalizado na cor prata com uma tampa metalizada na cor dourada. Sobre esta tampa uma bola lapidada em polímero metalizada na cor prata intercalada por um anel em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	24,40	24,40
36	501212-AZE - Troféu com altura de 41 cm, com base octogonal com 7,8 cm de largura em polímero na cor preta. Cone com detalhes em polímero metalizado na cor dourada, taça em polímero metalizada na cor dourada com detalhes texturizados e 9 cm de largura a partir das alças. Tampa em polímero metalizado na cor dourada. Sobre esta taça uma coroa em polímero com 12 pontas metalizada na cor dourada e dentro desta coroa uma figura de bola de futebol metalizada na cor prata com gomos pintados na cor azul. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	64,70	64,70
37	501213-AZE - Troféu com altura de 38 cm, com base octogonal com 7,3 cm de largura em polímero na cor preta. Cone com detalhes em polímero metalizado na cor dourada, taça em polímero metalizada na cor dourada com detalhes texturizados e 9 cm de largura a partir das alças. Tampa em polímero metalizado na cor dourada. Sobre esta taça uma coroa em polímero com 12 pontas metalizada na cor dourada e dentro desta coroa uma figura de bola de futebol metalizada na cor prata com gomos pintados na cor azul. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	61,10	61,10
41	501202-DO - Troféu com altura de 33 cm, base quadrada com 7,5 cm de largura em polímero na cor preta. Cone com detalhes em polímero metalizado na cor dourada, taça em polímero metalizado na cor dourada com 12,5 cm de largura a partir das alças. Tampa em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	19,90	19,50
42	501203-DO - Troféu com altura de 30 cm, base quadrada com 7,5 cm de largura em polímero na cor preta. Cone com detalhes em polímero metalizado na cor dourada, taça em polímero metalizado na cor dourada com 12,5 cm de largura a partir das alças. Tampa em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação	1	20,80	20,80
43	501291-AZFA - Troféu com 50 cm de altura, com base octogonal com 8,5 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base um cone com frisos em polímero metalizado na cor dourada. Sobre este cone outro cone com friso em polímero metalizado na cor azul acetinada e tampa em polímero metalizado na cor dourada, taça polímero metalizada na cor dourada com 10,5 cm de largura a partir das alças com tampa em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	34,50	34,50

46	501261-VM - Troféu com 45 cm de altura, com base octogonal com 10,1 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base um cone com frisos em polímero metalizado na cor dourada. Sobre este cone uma taça composta por uma cesta em polímero metalizada na cor dourada e uma taça interna em polímero metalizada na cor vermelha com 14 cm de largura a partir das alças. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação	1	34,00	34,00
47	501262-VM - Troféu com 39 cm de altura, com base octogonal com 8,5 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base um cone com frisos em polímero metalizado na cor dourada. Sobre este cone uma taça composta por uma cesta em polímero metalizada na cor dourada e uma taça interna em polímero metalizada na cor vermelha com 14 cm de largura a partir das alças. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	27,90	27,90
52	500841-VM - Troféu com 50 cm de altura, com base com 13,1 cm de largura em polímero na cor preto. Na parte superior desta base um cone em polímero metalizado na cor dourado e sobre este cone uma coroa em polímero com 12 pontas com 15,1 cm de largura metalizada na cor dourada, com uma copa interna em polímero metalizada na cor vermelha e uma tampa em polímero metalizada na cor dourado. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação	1	56,90	56,90
54	500731-VM - Troféu com 51 cm de altura, com base octogonal com 13,1 cm de largura em polímero na cor preta. Na parte superior desta base um cone com detalhes em polímero metalizado na cor dourada e sobre este cone uma bola lapidada em polímero metalizada na cor vermelha intercalada por um anel em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	2	49,90	99,80
55	500732-VM - Troféu com 45 cm de altura, com base octogonal com 12,1 cm de largura em polímero na cor preta. Na parte superior desta base um cone com detalhes em polímero metalizado na cor dourada e sobre este cone uma bola lapidada em polímero metalizada na cor vermelha intercalada por um anel em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	2	47,90	95,80
56	500792-VM – Troféu com 38 cm de altura, com base com 7,5 cm de largura em polímero na cor preto. Na parte superior desta base dois suportes com frisos em polímero metalizado na cor dourada intercalado por um cone com friso em polímero metalizado na cor dourada e sobre este suporte uma coroa em polímero com 12 pontas com 8,7 cm de largura, com uma copa interna em polímero metalizada na cor vermelha e uma tampa em polímero metalizada na cor dourado. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação	1	36,00	36,00
58	500762-VM – Troféu com 34 cm de altura, com base com 7,5 cm de largura em polímero na cor preto. Na parte superior desta base um cone com frisos em polímero metalizado na cor dourado e sobre este cone uma copa em polímero com 10,3 cm de largura metalizada na cor vermelha com uma tampa em polímero metalizada na cor dourado. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	29,50	29,50
59	500763-VM – Troféu com 29 cm de altura, com base com 7,5 cm de largura em polímero na cor preto. Na parte superior desta base um cone com frisos em polímero metalizado na cor dourado e sobre este cone uma copa em polímero com 10,3 cm de largura metalizada na cor vermelha com uma tampa em polímero metalizada na cor dourado. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	27,00	27,00
60	501171-VMFA - Troféu com altura de 45 cm, base oitavada com 8,5 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base um cone com detalhes em polímero metalizado na cor dourada, acima uma pirâmide em polímero metalizado na cor vermelha acetinado com tampa em polímero metalizado na cor dourada. Suporte e coroa com 16 pontas com 9 cm de largura com tampa em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta em latão para gravação.	3	33,50	100,50
61	501172-VMFA - Troféu com altura de 42 cm, base oitavada com 7,8 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base um cone com detalhes em polímero metalizado na cor dourada, acima uma pirâmide em polímero metalizado na cor vermelha acetinado com tampa em polímero metalizado na cor dourada. Suporte e coroa com 16 pontas com 9 cm de largura com tampa em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta em latão para gravação	3	33,50	100,50
63	500112-VM – Troféu com altura de 34 cm, base quadrada com 7,50 cm de largura em polímero na cor preta. Tampa em polímero metalizado na cor dourada, cone com friso em polímero metalizado na cor dourada com coroa em polímero de 16 pontas com 09 cm de largura metalizada na cor vermelha e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	23,50	23,50
64	500201-DO – Troféu com altura de 42 cm, base quadrada com 7,50 cm de largura em polímero na cor preta. Cone com friso em polímero metalizado na cor dourada, taça em polímero metalizada na cor dourada, com 15,30 cm de largura a partir das alças e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	28,90	28,90

68	45000-B - Medalha fundida em liga metálica de zamac, com o tamanho de 45 mm de diâmetro e centro liso com 25 mm de diâmetro. Ao redor da medalha uma coroa de louros em alto relevo. Espessura máxima de 2,2 mm. Metalizada na cor bronze. Suporte para fita com 1,5 cm de largura. A medalha pode vir acompanhada de fita de cetim nas cores azul, vermelha, amarela, branca ou verde com 1,5 cm de largura.	200	3,89	778,00
70	600102-DO - Troféu com altura de 24 cm, com base octogonal com 7,8 cm de largura em polímero na cor preta. Cone om frisos em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação	3	17,80	53,40
72	401261-VRFA - Troféu com 63 cm de altura, com base octogonal com 10,1 cm de largura em polímero na cor preta, cone em polímero com friso metalizado na cor dourada e outro cone em polímero com detalhes metalizado na cor verde acetinada e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Cesta em polímero metalizada na cor dourada com 14 cm de largura a partir das alças com copa em polímero interna metalizada na verde acetinada e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	59,70	59,70
73	401262-VRFA - Troféu com 55 cm de altura, com base octogonal com 8,5 cm de largura em polímero na cor preta, cone em polímero com friso metalizado na cor dourada e outro cone em polímero com detalhes metalizado na cor verde acetinada e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Cesta em polímero metalizada na cor dourada com 14 cm de largura a partir das alças com copa em polímero interna metalizada na verde acetinada e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação.	1	53,50	53,50
75	400912-VMFA – Troféu com 53 cm de altura, com base octogonal com 12,1 cm de largura em polímero na cor preto. Na parte superior desta base um cone em polímero metalizado na cor dourado e sobre este cone uma copa em polímero metalizada na cor vermelha acetinada com uma tampa em polímero metalizada na cor dourada. Sobre esta tampa uma coroa em polímero com 12 pontas com 13,3 cm de largura, com uma copa em polímero interna na cor vermelha acetinada, com uma tampa em polímero metalizada na cor dourado. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação	1	67,00	67,00
76	400913-VMFA – Troféu com 44 cm de altura, com base octogonal com 12,1 cm de largura em polímero na cor preto. Na parte superior desta base um cone em polímero metalizado na cor dourado e sobre este cone uma copa em polímero metalizada na cor vermelha acetinada com uma tampa em polímero metalizada na cor dourada. Sobre esta tampa uma coroa em polímero com 12 pontas com 13,3 cm de largura, com uma copa em polímero interna na cor vermelha acetinada, com uma tampa em polímero metalizada na cor dourado. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação	2	51,00	102,00
77	600093-DO - Troféu com altura de 31 cm, com base octogonal com 7,3 cm de largura em polímero na cor preta. Suporte em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta em formato de tocha olímpica com espaço de 80 mm de diâmetro para colagem de adesivo. Plaqueta para gravação.	2	33,90	67,80
Total geral				7.804,35

1.2 Os quantitativos descritos constituem mera previsão, dimensionada com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescentá-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

2.1 O município pagará ao contratado o valor de R\$ 7.804,35(sete mil oitocentos e quatro reais e trinta e cinco centavos)o pagamento será realizado em até 8(oito) dias após entrega dos itens objeto deste contrato, importando o valor de acordo com o quantitativo efetivamente entregue,

multiplicado pelo preço unitário da proposta vencedora deste processo, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

2.2 O pagamento será efetuado no prazo de 8(oito) dias contados da efetiva entrega do objeto contratado, mediante apresentação da respectiva nota fiscal.

2.3 Os preços contratados não terão reajuste.

2.4-O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO

3.1 – Os Troféus e medalhas objeto deste edital deverão ser entregues na Comissão Municipal de Esportes, sito a Rua Santa Cruz, centro, no prazo máximo de 8(oito) dias, a contar do recebimento da requisição devidamente assinada.

3.2- Se a qualidade e quantidade dos troféus e medalhas entregues não corresponder as especificações do CONTRATO e da autorização de Compra, os mesmos serão devolvidos, aplicando-se as penalidades cabíveis.

3.3 – Os troféus e medalhas solicitados deverão ser entregues, junto a Comissão Municipal de Esportes situado á Rua Santa Cruz, sem cobrança de frete ou outros custos, oportunidade em que serão conferidos quanto a qualidade e quantidade.

3.4- Qualquer comunicação entre as partes relativa ao presente contrato será formalizada por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 O Município obriga-se utilizar os troféus e medalhas contratados nos exatos termos estabelecidos no presente contrato, bem como, ao pagamento do valor estipulado na Cláusula Segunda, sem prejuízo das disposições estabelecidas nas demais cláusulas do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 O Contratado obriga-se fornecer os troféus e medalhas contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº38/2017 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a contratante ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3 A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao Contratante do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar os produtos no prazo estabelecido na proposta;

5.5 Fornecer os troféus e medalhas objeto deste Contrato de acordo com as especificações, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição dos mesmos quando constatados, no seu recebimento, não estarem na perfeita conformidade com as referidas especificações do anexo II neste Edital.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (83) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de ano de 2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO

7.1 O presente contrato tem sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2017, iniciando na data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

b) amigavelmente, por acordo entre as partes;

c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III – declaração de inidoneidade;

IV – multa de 05% (cinco por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, Estado de Santa Catarina, aos 22 de março de 2017.

RENATO PAULATA

PIRÂMIDE COM. DE MAT. ESP. LTDA –ME

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO.

Alcides Luis Hofer

Assessor Jurídico

OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

Sheila Inês Bieger

CPF:918.368.409-34

CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 53/2017

CONTRATO Nº 53/2017

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME, inscrito sob o CNPJ n.º 08.473.148/0001-55, com sede na Rua Santa Maria, 157, Bairro: Progresso, no Município de Tunápolis, telefone: (49)3.6321222, neste ato representado pelo Sr. Ivo Engler- sócio administrador.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e Processo de Compra Nº.: 45/2017 Pregão Presencial nº: 37/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE DESTINADO PARA AS MÁQUINAS PESADAS, ÔNIBUS, E VEÍCULOS destinados para diversas Secretarias desta Municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste contrato.

Item	Especificações do objeto	unit	Qtda	Preço unit	Valor total
6	Óleo 5W40 – 100% Sintético - API SN, embalagem de 1 litro.	litro	24,00	30,00	720,00
8	Óleo lubrificante 5W40 sintético 100% - API SN, Embalagem de 1 Litro.	litro	44,00	27,00	1.188,00
11	Óleo lubrificante 5W30 sintético 100% - API SN, Embalagem de 1 Litro. (EDUCAÇÃO E ADM)	litro	68,00	29,50	2.006,00
13	Graxa grafitada acondicionada em embalagem de 18kg	un	2,00	151,00	302,00
	Total geral				4.216,00

CLÁUSULA SEGUNDA –DO PAGAMENTO:

2.1 A contratante pagará a contratada o preço de R\$ 4.216,00(Quatro mil duzentos e dezesseis reais). cotado na proposta declarada vencedora do certame.

2.2 O pagamento será efetuado no prazo de 8(oito) dias contados da efetiva entrega do objeto contratado, mediante apresentação da respectiva nota fiscal.

2.3 Os preços contratados não terão reajuste.

2.4-O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO

3.1 – A entrega dos óleos lubrificantes deverá ocorrer no prazo máximo de 8(oito) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

3.2. Os óleos lubrificantes licitados deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na Garagem do DMER, situada na Rua 25 de julho, Centro, Tunápolis, sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 O Município obriga-se utilizar os óleos lubrificantes contratados nos exatos termos estabelecidos no presente contrato, bem como, ao pagamento do valor estipulado na Cláusula Segunda, sem prejuízo das disposições estabelecidas nas demais cláusulas do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 O Contratado obriga-se a fornecer os óleos lubrificantes contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 45/2017 e seus anexos, bem como nas demais clausulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a contratante ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao

Contratante do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar os produtos no prazo estabelecido na proposta;

5.5 Fornecer os óleos lubrificantes objeto deste Contrato de acordo com as especificações, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição dos mesmos quando constatados, no seu recebimento, não estarem na perfeita conformidade com as referidas especificações do anexo II neste Edital.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (7, 44, 107) do Município de Tunápolis, do ano de 2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO

7.1 O presente contrato se inicia na assinatura do mesmo e terá validade até 31/12/2017, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo ao instrumento inicial, por igual período até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, item II da Lei n. 8.666, 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

b) amigavelmente, por acordo entre as partes;

c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III – declaração de inidoneidade;

IV – multa de 05% (cinco por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, Estado de Santa Catarina, aos 24 de março de 2017.

RENATO PAULATA	Abastecedora de Comb. Tunápolis Ltda ME
Prefeito Municipal	Contratado
	Ivo Engler- sócio administrador

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:	
Karine Epping	Sheila Inês Bieger
CPF:009.815.549-03	CPF:020.226.259-60

CONTRATO Nº 54/2017

CONTRATO Nº 54/2017

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa Auto Posto Canarinho Ltda- EPP, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 83.523.407/0001-20, estabelecida na Rua Caaro, 110 – Centro, no Município de Tunápolis - SC, considerada doravante CONTRATADA, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Canisio Thomas, inscrito no CPF nº 347.592.209-68.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e Processo de Compra Nº.: 45/2017 Pregão Presencial nº: 37/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE DESTINADO PARA AS MÁQUINAS PESADAS, ÔNIBUS, E VEÍCULOS destinados para diversas Secretarias desta Municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos

constantes em seus anexos, parte integrante neste contrato.

Item	Especificações do objeto	unit	Qtda	Preço unit	Preço Total
5	Óleo lubrificante 15W40 semi sintético, API SN, embalagem de 1 litro. MARCA TEXACO	Litro	36	17,80	640,80
7	Aditivo Arla 32. Tambor de 20 litros. ECO CEDRO	Tambor	30	59,00	1.770,00
9	Graxa NLGI 2 - Base de sabão lítio. Ponto de Gota °C 180, Tambor com 170 Kg. MARCA PETRONAS	Tambor	1	2.540,00	2.540,00
10	Óleo lubrificante 75W80 API GL4 - Base semi sintético, ou sintético, EP (extrema pressão), balde com 20 litros. MARCA TEXACO	Balde	15	276,00	4.140,00
12	Óleo De Motor 10w40 Semissintético API SN, Embalagem de 1 Litro.(EDUCAÇÃO E ADM) MARCA TEXACO	litro	30	28,00	840,00
14	Óleo lubrificante para caixa de transmissão SAE 50 balde com 20 litros (ÔNIBUS) MARCA PETROBRAS	Balde	2	215,00	430,00
	Total geral				10.360,80

CLÁUSULA SEGUNDA –DO PAGAMENTO:

2.1 A contratante pagará a contratada o preço de R\$ 10.360,00(Dez mil trzentos e sessenta reais) cotado na proposta declarada vencedora do certame.

2.2 O pagamento será efetuado no prazo de 8(oito) dias contados da efetiva entrega do objeto contratado, mediante apresentação da respectiva nota fiscal.

2.3 Os preços contratados não terão reajuste.

2.4-O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO

3.1 – A entrega dos óleos lubrificantes deverá ocorrer no prazo máximo de 8(oito) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

3.2. Os óleos lubrificantes licitados deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na Garagem do DMER, situada na Rua 25 de julho, Centro, Tunápolis, sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 O Município obriga-se utilizar os óleos lubrificantes contratados nos exatos termos estabelecidos no presente contrato, bem como, ao pagamento do valor estipulado na Cláusula Segunda, sem prejuízo das disposições estabelecidas nas demais cláusulas do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 O Contratado obriga-se a fornecer os óleos lubrificantes contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 45/2017 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a contratante ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao Contratante do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar os produtos no prazo estabelecido na proposta;

5.5 Fornecer os óleos lubrificantes objeto deste Contrato de acordo com as especificações, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição dos mesmos quando constatados, no seu

recebimento, não estarem na perfeita conformidade com as referidas especificações do anexo II neste Edital.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (7, 44, 107) do Município de Tunápolis, do ano de 2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO

7.1 O presente contrato se inicia na assinatura do mesmo e terá validade até 31/12/2017, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo ao instrumento inicial, por igual período até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, item II da Lei n. 8.666, 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

- a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;
- b) amigavelmente, por acordo entre as partes;
- c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

- I – advertência;
- II – suspensão do direito de licitar junto ao Município;
- III – declaração de inidoneidade;
- IV – multa de 05% (cinco por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, Estado de Santa Catarina, aos 24 de março de 2017.

RENATO PAULATA Auto Posto Canarinho Ltda- EPP
PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADO

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Karine Epping Sheila Inês Bieger
CPF:009.815.549-03 CPF:020.226.259-60

CONTRATO Nº 55/2017

CONTRATO Nº 55/2017

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa LUBRIMAC DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E LUBRIFICANTES LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Frei Belmiro S/N- Galpão, no Município de Treze Tílias-SC, devidaente inscrita no CNPJ sob o nº 23.083.960/0001-68, neste ato representado pelo Sr. Joelson Cardoso, considerada doravante CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e Processo de Compra Nº.: 45/2017 Pregão Presencial nº: 37/2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE DESTINADO PARA AS MÁQUINAS PESADAS, ÔNIBUS, E VEÍCULOS destinados para diversas Secretarias desta Municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste contrato.

Item	Especificações do objeto	unit	Qtda	Preço unit
1	Óleo Hidráulico 68, DIN 51524 parte 2 (HLP), Balde 20 litros. PETROL	Balde	155,00	4.650,00
2	Óleo lubrificante 15W40 CI-4, para motor diesel alta viscosidade, balde com 20 Litros. PETROL	Balde	184,00	8.280,00

3	Óleo lubrificante transmissão diferencial API GL-5 90 balde 20 Litros. PETROL	Balde	190,00	2.470,00
4	Óleo lubrificante para diferencial API GL-5 85W140. Balde 20 Litros.PETROL	Balde	189,00	1.890,00
	TOTAL GERAL			17.290,00

CLÁUSULA SEGUNDA –DO PAGAMENTO:

2.1 A contratante pagará a contratada o preço de R\$ 17.290,00(dezessete mil novecentos e noventa reais). cotado na proposta declarada vencedora do certame.

2.2 O pagamento será efetuado no prazo de 8(oito) dias contados da efetiva entrega do objeto contratado, mediante apresentação da respectiva nota fiscal.

2.3 Os preços contratados não terão reajuste.

2.4-O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO

3.1 – A entrega dos óleos lubrificantes deverá ocorrer no prazo máximo de 8(oito) dias consecutivos após emissão da Autorização de fornecimento, de acordo com o cronograma estabelecido pela municipalidade. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 atualizada.

3.2. Os óleos lubrificantes licitados deverão ser fornecidos à municipalidade, pelo licitante vencedor na Garagem do DMER, situada na Rua 25 de julho, Centro, Tunápolis, sem cobrança de frete ou outros custos e o fornecimento se fará de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 O Município obriga-se utilizar os óleos lubrificantes contratados nos exatos termos estabelecidos no presente contrato, bem como, ao pagamento do valor estipulado na Cláusula Segunda, sem prejuízo das disposições estabelecidas nas demais cláusulas do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1 O Contratado obriga-se a fornecer os óleos lubrificantes contratados com base nos quantitativos e especificações constantes no Edital de Licitações nº 45/2017 e seus anexos, bem como nas demais cláusulas deste contrato.

5.2 Responsabilizar-se por eventuais danos ou prejuízos causados, por sua culpa ou dolo, a contratante ou a terceiros, em decorrência da execução do objeto contratado.

5.3A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao Contratante do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

5.4 Entregar os produtos no prazo estabelecido na proposta;

5.5 Fornecer os óleos lubrificantes objeto deste Contrato de acordo com as especificações, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição dos mesmos quando constatados, no seu recebimento, não estarem na perfeita conformidade com as referidas especificações do anexo II neste Edital.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (7, 44, 107) do Município de Tunápolis, do ano de 2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO

7.1 O presente contrato se inicia na assinatura do mesmo e terá validade até 31/12/2017, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo ao instrumento inicial, por igual período até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, item II da Lei n. 8.666, 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

a) por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

b) amigavelmente, por acordo entre as partes;

c) judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

I – advertência;

- II – suspensão do direito de licitar junto ao Município;
 III – declaração de inidoneidade;
 IV – multa de 05% (cinco por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA - FORO COMPETENTE

10.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, Estado de Santa Catarina, aos 24 de março de 2017.

RENATO PAULATA LUBRIMAC DIST. DE PE. E LUBR. LTDA EPP

Prefeito Municipal Contratado

Alcides Luis Hofer
 Assessor Jurídico
 OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Karine Epping Sheila Inês Bieger
 CPF:009.815.549-03 CPF:020.226.259-60

DECRETO Nº 1887/2017

DECRETO Nº 1887/2017, DE 04 ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

REANTO PAULATA, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e especialmente a Lei 1285/2016,

DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal determina a abertura de Créditos Adicionais Suplementares na Lei de Meios vigente, no valor de até R\$ 17.399,69,00 (Dezessete mil, trezentos e noventa e nove reais e sessenta e nove centavos), o qual será onerado à conta das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Órgão:	04.00	SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade:	04.07	EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE
Proj./Ativ.	12.365.0005.1.005	Construção, Ampliação e Conservação de Creche Municipal
4.4.90.00.00.00.00.00. 3105	Aplicações Diretas	17.399,69

TOTAL R\$ 17.399,69

Art. 2º Servirá de recursos para o que trata o artigo anterior, o superávit financeiro do exercício anterior, causado nestas fontes de recursos no valor de R\$ 17.399,69,00 (Dezessete mil, trezentos e noventa e nove reais e sessenta e nove centavos)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
 04 de Abril de 2017
 RENATO PAULATA
 Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
 Técnico em controladoria Interna.

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 68/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 52/2017 DATA EMISSÃO: 04/04/2017 FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

Processo de Compra Nº.: 68/2017

Pregão Presencial nº: 52/2017

Data Emissão: 04/04/2017

Forma de Julgamento: Menor Preço global

O Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, por intermédio de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 52/2017, do tipo Menor Preço Unitário por hora, conforme dispõe a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as propostas de preços e de nº 02, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pela pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, situado na Rua João Castilho, 111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 8 horas do dia 18/04/2017, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA REALIZAR SERVIÇOS DE DECORAÇÃO PARA O BAILE DA ESCOLHA DAS SOBERANAS E ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO A REALIZAR-SE NO DIA 25 DE ABRIL DE 2017, DE ACORDO COM A LEI AUTORIZATIVA N.1174/2014, NO CLUBE "SORAST" SITO A RUA SANTA CRUZ, NA SEDE DO MUNICÍPIO.

Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras

do Município de Tunápolis, ou pelo

telefone(0xx493)632-11-22

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 04/04/2017

RENATO PAULATA

PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017 LIMPEZA SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 15/2017

Edital de Pregão Presencial nº 09/2017

O Município de Tunápolis, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE torna público, para conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por OBJETO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E CONSUMO DESTINADOS PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até as 9h30min do dia 17/04/2017.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC., 04 de abril de 2017.

RENATO PAULATA

PREFEITO MUNICIPAL

União do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 25/2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 25/2017
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2017
Tipo: Menor Preço/por item
Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO TRUCK USADO, SEM CARROCERIA/CAÇAMBA, DESTINADO A INSTALAÇÃO DE UMA PLATAFORMA PARA TRANSPORTE DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS.
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 18 de abril de 2017.
Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 18 de abril de 2017.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, fone (049) 3348 1202, pelo site: www.uniaodoeste.sc.gov.br , ou através do e-mail: compras@uniaodoeste.sc.gov.br
União do Oeste - SC, 04 de abril de 2017.
CELSO MATIELLO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N. 3423/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.423, De 03 de abril de 2017.
Dispõe sobre nomeação para Cargo em Comissão de CHEFE DE DEPARTAMENTO e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 93, de 21 de setembro de 2015, Lei Complementar N.º 90, de 27 de agosto de alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º Fica nomeada, KACIANA FIORESE, portadora do CPF n.º 047.329.439-77 e do RG n.º 4.453.936 SSP/SC, para o Cargo em Comissão de Chefe de Departamento da Assistência Social, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social, Regime de Dedicação Integral e nível de vencimento CC-6.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 03 de abril de 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º1010/2014.

DECRETO N. 3424/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.424, De 03 de abril de 2017.
Dispõe sobre nomeação para Cargo em Comissão de COORDENADORA DAS ATIVIDADES CULTURAIS e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 93, de 21 de setembro de 2015, Lei Complementar N.º 90, de 27 de agosto de alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º Fica nomeada, ROSEMARI DALLA CORTE, portadora do CPF n.º 055.075.099-13 e do RG n.º 4.910.110-2 SSP/SC, para o Cargo em Comissão de COORDENADORA DAS ATIVIDADES CULTURAIS, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Regime de Dedicação Integral e nível de vencimento CC-5, sem a verba de gratificação.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 03 de abril de 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º1010/2014.

DECRETO N. 3425/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.425, De 03 de abril de 2017.
Dispõe sobre nomeação para Cargo em Comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 93, de 21 de setembro de 2015, Lei Complementar N.º 90, de 27 de agosto de alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º Fica nomeada, LUCIANE GALÃO LUZZI, portadora do CPF n.º 030.436.349-93 e do RG n.º 3.261.842 SSP/SC, para o Cargo

em Comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social, Regime de Dedicção Integral e nível de vencimento CC-7, sem a verba de gratificação.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 03 de abril de 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º1010/2014.

DECRETO N. 3426/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.426, De 04 de abril de 2017.
Dispõe sobre nomeação para Cargo em Comissão de CHEFE DE SETOR e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 93, de 21 de setembro de 2015, Lei Complementar N.º 90, de 27 de agosto de alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º Fica nomeado, ANTONIO FAVERO, portador do CPF n.º 533.505.969-91 e do RG n.º 12R2.030.417 SSP/SC, para o Cargo em Comissão de CHEFE DE SETOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social, Regime de Dedicção Integral e nível de vencimento CC-11.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 04 de abril de 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º1010/2014.

DECRETO N. 3427/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.427, De 04 de Abril de 2017.
Decreta Ponto Facultativo Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73., Inciso IV da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando que dia 14 de abril de 2017 é feriado nacional em comemoração a Paixão de Cristo;

DECRETA:

Art.1º Fica decretado Ponto Facultativo Municipal no dia 13 de abril de 2017, no turno vespertino.

§ 1º. Para os efeitos de que trata o Artigo Anterior, não haverá expediente na Prefeitura Municipal de União do Oeste, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 04 de abril de 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO N. 3428/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.428, De 04 de abril de 2017.
Dispõe sobre nomeação para Cargo em Comissão de COORDENADOR DE ATIVIDADES URBANAS e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 93, de 21 de setembro de 2015, Lei Complementar N.º 90, de 27 de agosto de alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º Fica nomeado, LEONDIR ANTONIO KLOSINSKI, portador do CPF n.º 853.933.639-15 e do RG n.º 2.237.520 SSP/SC, para o Cargo em Comissão de COORDENADOR DE ATIVIDADES URBANAS, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, Regime de Dedicção Integral e nível de vencimento CC-2.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 04 de abril de 2017.

CELSO MATIELLO
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º1010/2014.

Urupema

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 004/2017

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 004/2017

O Prefeito Municipal de Urupema, SC, torna público que estão abertas, entre 04/04/2017 a 13/04/2017, as inscrições para o Processo Seletivo de nº 004 /2017 nos termos da lei federal 8.745/93, Lei Complementar 036/2006 de 07 de dezembro de 2006, lei n.º 992/2017 , para contratação em caráter temporário para atuarem no Programa Municipal CulturAÇÃO desenvolvido pela Secretaria Municipal de educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Urupema, com duração prevista para 03 (três) anos, podendo ser prorrogado por mais 01(um) ano, sob o regime Jurídico Estatutário e Regime Geral da Previdência Social.

1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Este processo Seletivo dar-se-á em conformidade com a Portaria Ministerial e Legislação em vigor.

2 – DA DIVULGAÇÃO

A divulgação oficial das etapas deste Processo Seletivo dar-se-á através de artigos afixados no Mural Oficial da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Urupema, SC, situada na Av. Manoel Pereira de Medeiros, 155 – CEP 88.625-000, no Mural da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no Mural da Câmara de Vereadores e no Diário Oficial do Município – DOM (<https://diariomunicipal.sc.gov.br/site/>)

3 – DAS CARACTERÍSTICAS DA FUNÇÃO

3.1. Atribuições

Maestro de Canto Coral e Regência de Orquestra

Desempenhar funções de Instrutor de musica Coral misto 04 (quatro) vozes, regência de coral infanto-juvenil, técnica vocal, regência de orquestra, conhecimento dos instrumentos de sopro (bocal/madeira) e percussão para o ensino da prática instrumental. Ensino coletivo e prática instrumental com instrumentos de sopros e cordas clássicas (Grupos de Câmara), elaboração e criação de arranjos musicais e edição de partituras, aulas de teoria musical e Solfejo, grupos de Flauta Doce (básico e avançado), apresentações locais, regionais e intermunicipais como festividades natalinas, civis, religiosas, Culturais e Coordenar trabalhos musicais no Município de Urupema.

3.2. Condições de Trabalho

Função	Carga Horária semanal	Vencimento mensal (R\$)	Número de Vagas
Maestro de Canto Coral, Orquestra e Regência	10 horas	1.656,09	01

4 – DA INSCRIÇÃO

4.1. Requisito básico para inscrição:

- Possuir idade mínima de 18 anos completos na data do encerramento das inscrições;
- Ser brasileiro nato ou naturalizado ou legalizado na forma da lei;
- Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- Atender às condições prescritas para a função;
- Ter concluído o ensino médio.

4.2. Procedimentos da inscrição:

- As inscrições para o processo seletivo a que se refere este Edital serão realizadas no período de 04/04/2017 a 13/04/2017 das 9hr às 11h e 30 min e das 14h às 17h na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, localizada na Avenida Manoel Pereira de Medeiros, s/n, Urupema, SC.
- O candidato para inscrever-se, deverá comparecer ao local da inscrição, preencher e entregar o requerimento de Inscrição, devidamente assinado;
- O candidato deverá revisar a ficha e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se após a assinatura, responsável pelas mesmas;
- O pedido de inscrição importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação táctica das normas do processo seletivo.
- O candidato que no ato da inscrição prestar declarações falsas ou inexatas, ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes.
- No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- f.1.) CPF
f.2.) Documento oficial de Identificação, com foto;
f.3.) Título Eleitoral;
f.4.) Comprovante de quitação do serviço Militar (para homens);
f.5.) Documentos comprobatórios dos títulos relacionados neste Edital;
f.6.) Histórico escolar que comprove a escolaridade exigida;
f.7.) Certidão de nascimento dos filhos se for o caso;
f.8.) As cópias dos documentos originais deverão ser apresentadas no ato da inscrição para conferência casos não sejam autenticadas em cartório;
f.9.) Julgados os pedidos de inscrição com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências, o Prefeito Municipal homologará as inscrições, ocorrendo, após a publicação e afixação, em local público;
f.10.) Não serão aceitas inscrições por via postal, fax ou em caráter condicional;
f.11.) O pedido de inscrição deverá ser feito pessoalmente;
f.12.) O candidato deverá apresentar no ato da inscrição comprovante de inscrição, no valor de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), depositados na Agência nº 5440-2, conta corrente nº 23977-1 no Banco 001(Banco do Brasil). O comprovante de depósito poderá ser apresentado no primeiro dia útil após o encerramento das inscrições, durante o horário de atendimento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

5 – DA SELEÇÃO

A seleção tem por fim cumprir o papel de identificar, entre candidatos, aqueles mais aptos a desempenharem as funções exigidas e cujo perfil seja mais adequado para desenvolvê-las. A avaliação será realizada no dia 24/04/2017 pela Comissão Responsável e constará das seguintes etapas:

5.1. Prova de Títulos, de caráter eliminatório e classificatório.

5.1.2. A prova de Títulos consistirá, mediante comprovação hábil, da verificação de aspectos a seguir especificados, com respectiva atribuição de pontuação:

a) Formação

Cursos na área de atuação	1 ponto para cada 40 horas de curso
Oficinas, Masterclasses	0,5 ponto para cada 10 horas
Fóruns, Festivais, Encontros e Congressos	1 ponto para cada evento

b) Experiência Profissional

Regência Coral	1 ponto para cada 6 meses
Regência Orquestra de Câmara	1 ponto para cada 6 meses
Regência de Orquestra	1 ponto para cada 6 meses
Vivência e Coordenação de Grandes Grupos em vários segmentos Musicais	1 ponto para cada 6 meses
Orientação e Coordenação de Festivais, Encontro de concertos Musicais	1 ponto para cada evento

5.1.2. A formação e experiência profissional deverá ser comprovada mediante certificados, atestados e/ou declarações, expressos em anos, meses e dias, fornecido pelo órgão competente.

5.1.3. O resultado final será obtido pela soma dos pontos obtidos na prova de títulos, e a ordem de classificação será estabelecida de acordo com a pontuação obtida.

6 – DA PONTUAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.1. O candidato terá uma pontuação final no Processo Seletivo Simplificado para fins de classificação na função, que será obtida através da soma algébrica da pontuação alcançada na avaliação dos documentos constantes nos itens anteriores.

6.1.1. O candidato não eliminado será ordenado com valores decrescentes da nota final do Processo Seletivo Simplificado.

6.1.2. Em caso de empate na nota final do Processo Seletivo Simplificado, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- a) tiver idade igual ou superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição neste Processo seletivo, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei 10.741/03 – Estatuto do Idoso;
b) o candidato mais idoso.

7 – DA APRESENTAÇÃO DE RECURSO

7.1. O prazo para apresentação de recurso é de 03 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do Aviso com o respectivo resultado.

7.2. O pedido de recurso deverá ser dirigido ao Presidente da Comissão de Processo Seletivo, mediante requerimento, que deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal de Urupema.

7.3. Não serão considerados os pedidos formulados fora do prazo, de forma inadequada ou que não contiverem os dados solicitados.

8 – DA HOMOLOGAÇÃO

As homologações dar-se-ão no dia subsequente ao termino dos prazos dos recursos.

9 – DA CONTRATAÇÃO

9.1. A contratação será efetuada se forem atendidas as seguintes condições:

I – ser considerado apto na inspeção de saúde;

II – apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia da Carteira de Identidade;
- b) Fotocópia do cadastro de Pessoa Física;
- c) Fotocópia do Título de Eleitor, com os comprovantes de voto nas últimas três eleições;
- d) Fotocópia do documento que comprove quitação com as obrigações militares (quando for candidato do sexo masculino)
- e) Fotocópia do PIS ou PASEP;
- f) Fotocópia de Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (quando for o caso);
- g) Fotocópia do histórico escolar que comprove a conclusão do ensino médio;
- h) Declaração de bens;
- i) Declaração de não acúmulo de cargos;
- j) Carteira de Registro no Conselho profissional nos casos em que for exigida);
- k) Atestado Médico, comprovando estar apto ao trabalho;
- l) Atestado de antecedentes criminais;

10 – DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

O processo seletivo terá validade de 02 (dois) anos podendo ser prorrogado por mais 02 (dois) anos.

11 – DAS DIPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A Inexatidão das informações e as irregularidades de documentação ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

11.2. É parte integrante do presente edital o anexo I.

Urupema, 03 de abril de 2017.
EVANDRO FRIGO PEREIRA
Prefeito Municipal

ANEXO I**CRONOGRAMA DAS ETAPAS**

04/04/2017 a 13/04/2017	INSCRIÇÕES
17/04 a 19/04/2017	RECURSO INSCRIÇÃO
20/04/2017	HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
24/04/2017	SELEÇÃO DOS CANDIDATOS
24/04/2017	PUBLICAÇÃO DO RESULTADO
25,26 E 27/04/2017	RECURSOS
28/04/2017	HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

EVANDRO FRIGO PEREIRA
Prefeito Municipal

Urussanga

PREFEITURA

ADT 05/01/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Extrato do Contrato: ADT 05/01/2014
Data de assinatura: 31/03/2017
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: LUCIANA DAMIAN
CPF: 728.448.339-34
Objeto: Locação de terreno localizado na Rua Cesar Mariot, s/n, Centro, ao lado do SUS sede, para servir de estacionamento e garagem para veículos da saúde.
Valor global de R\$ 1505,40
Vigência até 31/05/2017.

ADT 05/128/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Extrato do Contrato: ADT 05/128/2014
Data de assinatura: 31/03/2017
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: STELLA MARIS DE AGOSTIN TALAMINI
CPF: 378.856.939-53
Objeto: Locação de imóvel, localizado na Av. Nereu Ramos, 198, Centro, Urussanga/SC para funcionamento da vigilância sanitária e epidemiológica.
Valor global de R\$ 3.346,68
Vigência até 31/05/2017.

CONTRATO Nº 116/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Extrato do Contrato: 116/2017
Data de assinatura: 21/03/2017
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: FABULARE ASSESSORIA EM CONTABILIDADE PÚBLICA EIRELI - ME
CNPJ: 05.905.338/0001-06
Objeto: Serviço de Gestão Contábil
Valor global de R\$ 32.400,00
Vigência até 31/12/2017.

CONTRATO Nº 118/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Extrato do Contrato: 118/2017
Data de assinatura: 24/03/2017
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: NILO MEURER
CNPJ: 24.735.598/0001-25
Objeto: Mecanização agrícola MDA/CAIXA
Valor global de R\$ 54.210,00
Vigência até 31/12/2017.

CONTRATO Nº 119/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Extrato do Contrato: 119/2017
Data de assinatura: 24/03/2017
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: ANA CRISTINA MANJABOSCO EPP
CNPJ: 10.688.308/0001-25
Objeto: Mecanização agrícola MDA/CAIXA
Valor global de R\$ 23.890,00
Vigência até 31/12/2017.

CONTRATO Nº 120/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Extrato do Contrato: 120/2017
Data de assinatura: 27/03/2017
Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
Contratado: ESTRUTURAR CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME
CNPJ: 21.083.542/0001-45
Objeto: Aquisição de material e serviços para construção de cortinas de concreto e iluminação da ponte sobre o Rio Carvão, Governo Estadual – Fundo Social
Valor global de R\$ 77.532,51
Vigência até 31/12/2017.

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATOS DE Nº 179/2017 A Nº 185/2017

EXTRATO DE CONTRATOS de nº 179/2017 a nº 185/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ADEVAL BIKE PAPELARIA E BAZAR LTDA - ME

OBJETO: Aquisição de materiais esportivos (uniformes, Troféus, medalhas e acessórios) para serem utilizados nos eventos organizados pelo Departamento de Esportes do Município de Vargeão em 2017.

VALOR: R\$ 740,30 (SETECENTOS E QUARENTA REAIS E TRINTA CENTAVOS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93 e suas alterações, Processo Licitatório 45/2017, pregão 41/2017 e Contrato nº 179/2017.

Vargeão, SC, 03 de abril de 2017.

Volmir felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: JOSE PAULO BITENCOURT ME

OBJETO: Aquisição de materiais esportivos (uniformes, Troféus, medalhas e acessórios) para serem utilizados nos eventos organizados pelo Departamento de Esportes do Município de Vargeão em 2017.

VALOR: R\$ 3.340,00 (TRES MIL TREZENTOS E QUARENTA REAIS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93 e suas alterações, Processo Licitatório 45/2017, pregão 41/2017 e Contrato nº 180/2017.

Vargeão, SC, 03 de abril de 2017.

Volmir felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: JUCAR ESPORTES E PAPELARIA LTDA - EPP

OBJETO: Aquisição de materiais esportivos (uniformes, Troféus, medalhas e acessórios) para serem utilizados nos eventos organizados pelo Departamento de Esportes do Município de Vargeão em 2017.

VALOR: R\$ 12.270,00 (DOSE MIL DUZENTOS E SETENTA REAIS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93 e suas alterações, Processo Licitatório 45/2017, pregão 41/2017 e Contrato nº 181/2017.

Vargeão, SC, 03 de abril de 2017.

Volmir felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: KALINOVSKI E KALINOVSKI

OBJETO: Aquisição de materiais esportivos (uniformes, Troféus, medalhas e acessórios) para serem utilizados nos eventos organizados pelo Departamento de Esportes do Município de Vargeão em 2017.

VALOR: R\$ 2.844,00 (DOIS MIL OITOCENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93 e suas alterações, Processo Licitatório 45/2017, pregão 41/2017 e Contrato nº 182/2017.

Vargeão, SC, 03 de abril de 2017.

Volmir felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME

OBJETO: Aquisição de materiais esportivos (uniformes, Troféus, medalhas e acessórios) para serem utilizados nos eventos organizados pelo Departamento de Esportes do Município de Vargeão em 2017.

VALOR: R\$ 1.238,70 (HUM MIL DUZENTOS E TRINTA E OITO REAIS E SETENTA CENTAVOS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93 e suas alterações, Processo Licitatório 45/2017, pregão 41/2017 e Contrato nº 183/2017.

Vargeão, SC, 03 de abril de 2017.

Volmir felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: RENIR PAULO MANFRIN EPP

OBJETO: Aquisição de materiais esportivos (uniformes, Troféus, medalhas e acessórios) para serem utilizados nos eventos organizados pelo Departamento de Esportes do Município de Vargeão em 2017.

VALOR: R\$ 12.401,00 (DOSE MIL QUATROCENTOS E UM REAIS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93 e suas alterações, Processo Licitatório 45/2017, pregão 41/2017 e Contrato nº 184/2017.

Vargeão, SC, 03 de abril de 2017.

Volmir felipe

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: TOTAL SPORTS LTDA ME

OBJETO: Aquisição de materiais esportivos (uniformes, Troféus, medalhas e acessórios) para serem utilizados nos eventos organizados pelo Departamento de Esportes do Município de Vargeão em 2017.

VALOR: R\$ 1.274,80 (HUM MIL DUZENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E OITENTA CENTAVOS).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93 e suas alterações, Processo Licitatório 45/2017, pregão 41/2017 e Contrato nº 185/2017.

Vargeão, SC, 03 de abril de 2017.

Volmir felipe

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 13.893/17

DECRETO Nº 13.893/17, DE 28 DE MARÇO DE 2017.

Torna sem efeito o Decreto nº 13.754/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 5356/2017,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 13.754/17, que nomeou FERNANDA KEILA CARELLE ORSO, para exercer o cargo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de março de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de março de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.894/17

DECRETO Nº 13.894/17, DE 28 DE MARÇO DE 2017.

Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, VINICIUS ALANO CEOLLA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de março de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de março de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.901/17

DECRETO Nº 13.901/17, DE 29 DE MARÇO DE 2017

Nomeia os Membros para o Conselho Interno de Monitoramento do Plano Diretor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA - SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e no artigo 129, da Lei Complementar nº 043/2006 e suas alterações e, ainda, à vista do contido na Comunicação Interna nº 42/17, da Secretaria Municipal de Planejamento;

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados, como integrantes do Conselho Interno de Monitoramento do Plano Diretor, os seguintes membros:

I – SANDRO ANTONIO CAREGNATO;

II – ELTON LUIZ BORRACHINI;

III – FRANCK MAYER BRANDALISE;

IV – LUIZ FRANCISCO KARAN LEONI;

V – VANDETE ALBUQUERQUE LAZZARI;

VI – RENATO SCOPEL

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 9.771/11.

Videira, 29 de março de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei Complementar nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de março de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.902/17

DECRETO Nº 13.902/17, DE 29 DE MARÇO DE 2017.

Nomeia Gestor e Tesoureiro do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 049/92, bem como no Decreto nº 7.494/02,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, como Gestora do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ROSEMARI PINTO DA SILVA

NETO e, como Tesoureira, CLEMIR BERTOTTO ERDMANN.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 11087/14.

Videira, 29 de março de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de março de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.905/17

DECRETO Nº 13.905/17, DE 30 DE MARÇO DE 2017.

Exonera, a pedido, Empregado Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5579/2017,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, FABIANA VERZA DA ROSA, do emprego público de Atendente de Consultório Dentário – Estratégia Saúde da Família, nomeada pelo Decreto nº 11.178/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 30 de março de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de março de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.906/17

DECRETO Nº 13.906/17, DE 30 DE MARÇO DE 2017.

Exonera, a pedido, servidora pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5488/2017,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, NEUSA FÁTIMA DA SILVA DELAZZERI, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, admitida pela Portaria nº 1588/02.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da

Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de abril de 2017.

Videira, 30 de março de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de março de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.907/17

DECRETO Nº 13.907/17, DE 30 DE MARÇO DE 2017.

Nomeia Chefe de Equipe de Pavimentação Asfáltica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, WANDERLEI ROQUE FISCHER SÜDEKUN, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Equipe de Pavimentação Asfáltica, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 03 de abril de 2017.

Videira, 30 de março de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de março de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.909/17

DECRETO Nº 13.909/16, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Altera o valor das passagens do Transporte Coletivo Urbano na cidade de Videira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, com fundamento no art. 72, IX, e nos arts. 203 a 207 da Lei Orgânica do Município na Lei Municipal nº 631/99, no decreto Municipal nº 8.978/08, e, ainda, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 585/17;

DECRETA

Art. 1º O valor das passagens do Transporte Coletivo Urbano da cidade de Videira, fica reajustado de R\$ 3,00 (três reais) para R\$ 3,20 (três reais e vinte centavos), de 10 de abril a 1º de outubro de 2017, a partir de 02 de outubro de 2017 passa ao valor de R\$ 3,30 (três reais e trinta centavos).

Art. 2º O preço da passagem fixada no artigo anterior terá a

redução de 50% (cinquenta por cento) para estudantes e servidores municipais, conforme previsto no art. 9º, § 3º, da Lei nº 631/99 e alterações.

Art. 3º Ficam ressalvados os casos de gratuidade do Transporte Coletivo Urbano, estabelecido no art. 9º, § 3º, da Lei nº 631/99 e alterações, para os deficientes físicos, mentais, auditivos, visuais e respectivos acompanhantes, idosos a partir de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, professores e atendentes de creches municipais, devidamente identificados e cadastrados pela concessionária.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 31 de março de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 31 dias do mês de março de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 13.910/17

DECRETO Nº 13.910/17, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.411/16 de 19 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 248,24 (Duzentos e quarenta e oito reais, e vinte e quatro centavos) suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

10 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente	
2.054 – Manutenção do Departamento de Agricultura	
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0026.0 – Aplicações Diretas	248,24
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	248,24

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2016, do respectivo recurso vinculado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 31 de março de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 31 dias do mês de março de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 025/17

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 025/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foram nomeados, em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 003/2014:

CONVOCADOS	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. JANETE BATISTA DOS SANTOS	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL	13.889/17, DE 24/03/2017
2. CARIM KEROM MUHL-BRANDT	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL	13.890/17, DE 24/03/2017
3. GRAZIELE APARECIDA NOVAKOSKI DE OLIVEIRA	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: INGLÊS	13.891/17, DE 24/03/2017

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 30 de março de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 026/17

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 026/17

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificada no Processo Seletivo nº 001/2016:

CONVOCADOS	CARGO
1. ELIANE MELO RIBEIRO	ENFERMEIRO

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 31 de março de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N. 0110/17

Extrato do Contrato n. 0110/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARCIA FRANCISCO

CPF: 058.001.849-09

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 10 de fevereiro de 2017 a 30 de junho de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0114/17

Extrato do Contrato n. 0114/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LAIES MARIA ZANELLA

CPF: 015.622.500-00

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 30 de junho de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0115/17

Extrato do Contrato n. 0115/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ALINI LINS DE OLIVEIRA

CPF: 068.696.149-89

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 30 de junho de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0116/17

Extrato do Contrato n. 0116/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SIMONE TERRES CORDEIRO GOMES

CPF: 060.982.029-07

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2017 a 30 de junho de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0118/17

Extrato do Contrato n. 0118/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARILICE ALVES MOREIRA DE ALMEIDA

CPF: 949.657.149-20

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS

VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2017 a 30 de junho de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0119/17

Extrato do Contrato n. 0119/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SALETE MARIA GELAIN FABIAN

CPF: 529.806.349-72

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – PARA ATUAR COMO PROFESSOR DE AULAS EXCEDENTES

VIGÊNCIA: de 13 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.482,48 (um mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e quarenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0123/17

Extrato do Contrato n. 0123/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VLADENISE REOLON BORTOLOZO

CPF: 933.498.829-00

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA REJANE LUCIA GHEDINI AFASTADA PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE DIRETOR DE ESCOLA II

VIGÊNCIA: de 13 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.470,82 (dois mil, quatrocentos e setenta reais e oitenta e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0120/17

Extrato do Contrato n. 0120/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARLENE MABONI

CPF: 183.214.539-53

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – PARA ATENDER CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2017 a 30 de junho de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR - Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0125/17

Extrato do Contrato n. 0125/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GEISE ELIZANA BRANDINO

CPF: 086.040.899-00

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA MARIA APARECIDA SOLIGO AFASTADA PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE DIRETOR DE ESCOLA I

VIGÊNCIA: de 13 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0121/17

Extrato do Contrato n. 0121/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIDALVA DI DOMÊNICO CONSONI

CPF: 575.497.459-00

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA LEONICE PIMEL SALGADO AFASTADA PARA ATUAR NA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

VIGÊNCIA: de 13 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0126/17

Extrato do Contrato n. 0126/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: REGIANE MARQUES LOPES DA ROSA

CPF: 040.865.809-69

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 13 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.470,82 (dois mil, quatrocentos e setenta reais e oitenta e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0122/17

Extrato do Contrato n. 0122/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JULHANA CRISTINA DE MATTOS

CPF: 004.890.049-46

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA CLAUDIA JULIANA MORALES MEMBRIVE AFASTADA PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE ASSESSOR DE SECRETARIA ESCOLAR II

VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0127/17

Extrato do Contrato n. 0127/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ADRIANA FABRICIO

CPF: 037.924.429-22

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA ODILA SAVARIS QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE CONFORME PERÍCIA MÉDICA

VIGÊNCIA: de 09 de fevereiro de 2017 a 15 de março de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0130/17

Extrato do Contrato n. 0130/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MURIEL CANDEIA

CPF: 039.900.140-99

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS

VIGÊNCIA: de 09 de fevereiro de 2017 a 30 de junho de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0134/17

Extrato do Contrato n. 0134/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CÉLIA DA FONSECA

CPF: 707.528.509-20

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – PARA ATENDER CRIANÇA COM NECESSIDADES ESPECIAIS

VIGÊNCIA: de 09 de fevereiro de 2017 a 30 de junho de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0131/17

Extrato do Contrato n. 0131/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LUCIANA RAMOS DA CUNHA

CPF: 072.639.859-42

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – PARA ATENDER CRIANÇA COM NECESSIDADES ESPECIAIS

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 30 de junho de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0136/17

Extrato do Contrato n. 0136/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VILCEMARA BETTEGA GOMES

CPF: 065.200.939-55

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS

VIGÊNCIA: de 10 de fevereiro de 2017 a 30 de junho de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0132/17

Extrato do Contrato n. 0132/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VERANISE CORDEIRO GAEDKE

CPF: 529.815.419-00

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – PARA ATENDER CRIANÇA COM NECESSIDADES ESPECIAIS

VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2017 a 30 de junho de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0137/17

Extrato do Contrato n. 0137/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: KATIA ALVES DA COSTA BOLZAN

CPF: 075.654.169-75

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2017 a 30 de junho de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0133/17

Extrato do Contrato n. 0133/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: BRUNA VIEIRA DA ROSA

CPF: 074.020.489-00

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – PARA ATENDER CRIANÇA COM NECESSIDADES ESPECIAIS

VIGÊNCIA: de 08 de fevereiro de 2017 a 30 de junho de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0139/17

Extrato do Contrato n. 0139/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELAINE ALVES DOS SANTOS DE FREITAS

CPF: 006.871.409-27

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 15 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0140/17

Extrato do Contrato n. 0140/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: RAFAELA IRENE CARPENEDO CAVON

CPF: 047.477.889-48

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 13 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Artes Ensino Infantil e Fundamental

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0142/17

Extrato do Contrato n. 0142/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JUCELIA CLaura DALAMARIA

CPF: 949.667.029-68

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – ATÉ QUE O CANDIDATO APROVADO SEJA CONVOCADO NO CONCURSO EM VIGOR E SUA EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO

VIGÊNCIA: de 13 de fevereiro de 2017 a 13 de maio de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0144/17

Extrato do Contrato n. 0144/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: TAISE GOMES DE OLIVEIRA

CPF: 089.472.689-76

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 13 de fevereiro de 2017 a 30 de junho de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0145/17

Extrato do Contrato n. 0145/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CARLA MORO BALDISSERA

CPF: 075.610.699-01

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA ADRIANA DAS GRAÇAS CAMPOS AFASTADA PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE DIRETOR DE CEMEI

VIGÊNCIA: de 16 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Inglês

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.470,82 (dois mil, quatrocentos e setenta reais e oitenta e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0146/17

Extrato do Contrato n. 0146/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GIEDRA REGINA PASQUALIN

CPF: 018.866.439-46

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA ADRIANA MARIA DE OLIVEIRA GAIO AFASTADA PARA ATUAR NA COORDENAÇÃO DA UAB (UNIVERSIDADE ABERTA À DISTÂNCIA)

VIGÊNCIA: de 13 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Inglês

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.470,82 (dois mil, quatrocentos e setenta reais e oitenta e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0147/17

Extrato do Contrato n. 0147/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANA MARIA SETTI

CPF: 035.658.549-28

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA CAMILA REGINA ROSTIROLA AFASTADA PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE ASSESSOR NÍVEL II

VIGÊNCIA: de 16 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0149/17

Extrato do Contrato n. 0149/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: JEFFERSON FIORELLI

CPF: 003.537.509-48

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO SERVIDOR CLODOMIR CORDEIRO CEDIDO PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E PARA ATUAR COMO PROFESSOR DE AULAS EXCEDENTES

VIGÊNCIA: de 16 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Física Ensino Infantil e Fundamental

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0150/17

Extrato do Contrato n. 0150/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARLOVA RAMOS MEZALIRA

CPF: 031.906.219-85

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – PARA ATUAR COMO PROFESSOR DE AULAS EXCEDENTES

VIGÊNCIA: de 16 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 10 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 741,24 (setecentos e quarenta e um reais e vinte e quatro centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0151/17

Extrato do Contrato n. 0151/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JULIO CESAR BARBOSA DE BRITO

CPF: 074.612.049-47

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA VERA LUCIA IDELBRANDO QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE CONFORME PERÍCIA MÉDICA

VIGÊNCIA: de 16 de fevereiro de 2017 a 09 de maio de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0153/17

Extrato do Contrato n. 0153/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIA LEDA FURLIN ZARDO

CPF: 731.394.839-53

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA SANDRA APARECIDA GUILL MENEGAZZO AFASTADA PARA ATUAR NA FUNÇÃO DE DIRETOR DE ESCOLA ADJUNTO

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0154/17

Extrato do Contrato n. 0154/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANDREIA APARECIDA BORGES

CPF: 042.536.529-80

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – PARA ATUAR COMO PROFESSOR DE AULAS EXCEDENTES

VIGÊNCIA: de 13 de fevereiro de 2017 a 30 de junho de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Ensino Fundamental Séries Iniciais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.482,48 (um mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e quarenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0155/17

Extrato do Contrato n. 0155/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: PAMELA DE QUEIROZ

CPF: 067.856.889-81

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO SERVIDOR EDUARDO SOCHA FRANCIO AFASTADO PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE ASSESSOR DE EVENTOS ESCOLARES

VIGÊNCIA: de 20 de fevereiro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Física Ensino Infantil e Fundamental

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.964,97 (dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos)

INEXIGIBILIDADE Nº 04/2017 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2017- FMAS

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2017 - FMAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017

HOMOLOGAÇÃO: 03/04/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO "II SEMINÁRIO CATARINENSE DE ACOlhIMENTO INSTITUCIONAL E FAMILIAR" NOS DIAS 06 E 07 DE ABRIL DE 2017 EM ITÁ PARA AS SERVIDORAS JOCIANE OLIVEIRA DUTRA E TATIANE DA COSTA; E "WOKSHOP SOBRE METODOLOGIA DE TRABALHO NOS SERVIÇOS DE ACOlhIMENTO FAMILIAR E INSTUCIONAIS" EM FLORIANÓPOLIS NOS DIAS 10 E 11 DE ABRIL, 24 E 25 DE ABRIL E 08 E 09 DE MAIO DE 2017, PARA O SERVIDOR FELIPE FERREIRA DE JESUS.

FORNECEDOR: ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EGEM

VIGÊNCIA: Inicia-se em 03/04/2017, com duração até o dia 31/05/2017.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais).

FUNDAMENTO: Art. 25 "caput" e inciso II, atentando também com o Art. 26, ambos da Lei n. 8.666/93.

Videira - SC, 03 de abril de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS REFERENTE AO PR 16/2017 - PMV

LAUDO DE ACEITABILIDADE DE AMOSTRAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2017 -PMV

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO LTDA - ME, inscrita sob CNPJ Nº 13.687.057/0001-52 apresentou amostra do produto referente ao item 117 conforme previsto no edital, na marca abaixo discriminada:

ITEM	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	OBSERVAÇÃO
117	UN	SABÃO EM PÓ COM ALVEJANTE SEGURO, COMPOSIÇÃO: TENSO-ATIVO ANIÔNICO, TAMPONANTES, COADJUVANTE, SINERGISTA, BRANQUEADOR ÓPTICO, CORANTES, ALVEJANTES, ESSÊNCIA, CARGA E ÁGUA. CONTÉM AQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO. EM EMBALAGENS DE 1 KG	CLASS	APROVADO

Desta forma, após conferência, APROVAMOS a amostra apresentada pela empresa acima citada.

Videira, 03de Abril de 2017

Maynara Guill	Altivir Denardi
Membro da Comissão de avaliação	Membro da Comissão de avaliação
Departamento de Compras/Licitações	Secretaria de Infraestrutura
Édina Ap. dos Santos Virgutz	Sheron Shirano
Membro da Comissão de avaliação	Membro da Comissão de avaliação
Secretaria de Administração	Polícia Militar
Ederson Buyno	Tatiane Cardoso Machado
Membro da Comissão de avaliação	Membro da Comissão de avaliação
Secretaria de Educação	Secretaria de Agricultura
Camila Strapazzon	Kaline D. Taietti
Membro da Comissão de avaliação	Membro da Comissão de avaliação
Secretaria de Saúde	Fundo Municipal de Assistência Social
David Cordeiro Schmidt	Jacson Cardoso
Membro da Comissão de avaliação	Membro da Comissão de avaliação
Secretaria de Turismo e Cultura	Fundação Municipal de Esportes
Bruno Seara Polidoro	Dirceu Dutra
Membro da Comissão de avaliação	Membro da Comissão de avaliação
Corpo de Bombeiros	Secretaria de Educação

LAUDO DE ACEITABILIDADE DAS AMOSTRAS REFERENTE AO PR 16/2017 - PMV**LAUDO DE ACEITABILIDADE DE AMOSTRAS****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2017 -PMV**

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa ROBERTO TESSARO E CIA LTDA - EPP, inscrita sob CNPJ Nº 85.248.680/0001-10 apresentou amostras dos produtos referentes ao item 125, conforme previsto no edital, nas marcas abaixo discriminadas:

ITEM	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	OBSERVAÇÃO
125	RL	SACO DE LIXO CAPACIDADE 50 LITROS, COR AZUL, REFORÇADO, PICOTADO DENTRO DAS NORMAS DA ABNT, MEDINDO 39X58CM, COMPOSIÇÃO: 98% POLIETILENO E 2% MASTERBACH, CADA ROLO COM 50 UNIDADES.	VISION	APROVADO

Desta forma, após conferência, APROVAMOS a amostra apresentada pela empresa acima citada.

Videira, 03 de Abril de 2017.

Maynara Guill	Altivir Denardi
Membro da Comissão de avaliação Departamento de Compras/Licitações	Membro da Comissão de avaliação Secretaria de Infraestrutura
Édina Ap. dos Santos Virgutz	Sheron Shirano
Membro da Comissão de avaliação Secretaria de Administração	Membro da Comissão de avaliação Polícia Militar
Ederson Buyno	Tatiane Cardoso Machado
Membro da Comissão de avaliação Secretaria de Educação	Membro da Comissão de avaliação Secretaria de Agricultura
Camila Strapazzon	Kalyne D Taietti
Membro da Comissão de avaliação Secretaria de Saúde	Membro da Comissão de avaliação Fundo Municipal de Assistência Social
David Cordeiro Schmidt	Jacson Cardoso
Membro da Comissão de avaliação Secretaria de Turismo e Cultura	Membro da Comissão de avaliação Fundação Municipal de Esportes
Bruno Seara Polidoro	Dirceu Dutra
Membro da Comissão de avaliação Corpo de Bombeiros	Membro da Comissão de avaliação Secretaria de Educação

LEI Nº 3.427/17

LEI Nº 3.427/17, DE 30 DE MARÇO DE 2017.

ISENTA AS TAXAS DE INSCRIÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS E PROCESSOS SELETIVOS AOS ELEITORES CONVOCADOS E NOMEADOS PARA SERVIREM À JUSTIÇA ELEITORAL POR OCASIÃO DOS PLEITOS ELEITORAIS, DOADORES DE MEDULA ÓSSEA E SANGUE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam isentos os eleitores convocados e nomeados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – 36ª Zona Eleitoral – Videira-SC para prestar serviços no período eleitoral, visando à preparação, execução e apuração de eleições oficiais, do pagamento de taxas de inscrição nos concursos públicos e demais processos seletivos realizados pelo Poder Público Municipal de Videira-SC.

§ 1º. Considera-se como eleitor convocado e nomeado aquele que presta serviços ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – 36ª Zona Eleitoral – Videira-SC como componente de mesa receptora de voto ou de justificativa, na condição de presidente de mesa, primeiro ou segundo mesário ou secretário, membro ou escrutinador de Junta Eleitoral, supervisor de local de votação, também denominado de delegado de prédio, e os designados para auxiliar os seus trabalhos, inclusive aqueles destinados à preparação e montagem de votação.

§ 2º. Entenda-se como período de eleição, para fins desta Lei, a véspera e o dia do pleito.

§ 3º. Na hipótese de ocorrer segundo turno no pleito eleitoral, considera-se cada turno uma eleição.

§ 4º. Para ter direito à isenção, o eleitor convocado terá que comprovar o serviço prestado à justiça eleitoral por, no mínimo, duas eleições, consecutivas ou não.

§ 5º. A comprovação do serviço prestado será efetuada através da apresentação de declaração ou diploma, expedido pela Justiça Eleitoral, contendo o nome completo do eleitor, a função desempenhada, o turno e a data da eleição, documento este que deverá ser juntado no ato da inscrição.

Art. 2º Após a comprovação de participação em duas eleições, o eleitor nomeado terá o benefício concedido a contar da data em que fez jus, por um período de validade de 04 (quatro) anos.

Art. 3º A isenção do pagamento de taxas de inscrição nos concursos públicos e demais processos seletivos realizados pelo Poder Público Municipal de Videira-SC fica estendida ao doador de medula óssea e o doador regular de sangue.

§ 1º. Considera-se doador regular de sangue aquele que realize no mínimo três doações por ano, atestadas por órgão oficial ou entidade credenciada pelo Poder Público.

§ 2º. O doador para exercer o direito previsto nesta Lei fica obrigado a apresentar comprovante de sua condição no ato da inscrição no concurso público ou processo seletivo.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 30 de março de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de março de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

LEI Nº 3.428/17

LEI N.º 3.428/17, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a outorgar permissão de uso do Ginásio de Esportes de Anta Gorda, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Permissão de Uso com a Associação Comunitária Antagordense, a fim de possibilitar a utilização das instalações físicas do Ginásio de Esportes de Anta Gorda, nos termos da minuta anexa que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário

Videira, 03 de abril de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

MINUTA DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO

LEI Nº 3.428/17

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, inscrita no CNPJ sob nº 83.039.842/0001-84, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. DORIVAL CARLOS BORGA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 387.116.489-53, residente e domiciliado na Rua dos Franceses, nº 290, em Videira, SC, doravante denominado PERMITENTE; e a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ANTAGORDENSE, entidade civil, sem fins lucrativos, com sede no Município de Videira, SC, CNPJ nº 80.631.823/0001-54, doravante denominada PERMISSIONÁRIA, neste ato representada por seu Presidente, visando a disponibilização do uso do Ginásio de Anta Gorda pelo Município.

Acordaram e ajustaram, nos termos da Lei Municipal nº .../17, a permissão de uso, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

Aos dias do mês de de 2017, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA e a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ANTAGORDENSE, resolvem, nos termos da Lei nº/10, celebrar o presente Termo, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento firmar permissão de uso com o fim de promover o desenvolvimento comunitário através da prática de esportes, bem como o bem estar social e a consequente melhoria do convívio entre os habitantes da comunidade, através da disponibilização, a título gratuito, do Ginásio de Esportes de Anta Gorda.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

- I. arcar com as despesas de água e energia elétrica;
- II. reparar os eventuais danos advindos de casos fortuitos e força maior.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ANTAGORDENSE

- I- responsabilização e organização do uso racional e igualitário do ginásio para todos os segmentos da comunidade;
 II- zelar pelo patrimônio disponibilizado pelo Município;
 III- observar a preferência do Município para realização dos eventos oficiais;
 IV- manter a limpeza e pequenos reparos decorrentes do uso normal do ginásio;

V - A exploração econômica do ginásio fica a cargo da comunidade a cobrança de R\$ 15,00 (quinze reais) a hora, revertido para a comunidade afim de custear manutenção, limpeza e reparos do referido ginásio.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio entra em vigor na data da publicação e terá validade até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira/SC, de de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG Prefeito Municipal PERMITENTE	MARCOS FIDELIS CANAL Presidente PERMISSIONÁRIA
---	---

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

LEI Nº 3.429/17

LEI Nº 3.429/17, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 1.432.897,64 (um milhão quatrocentos e trinta e dois mil, oitocentos e noventa e sete reais e sessenta e quatro centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 2.063 – Atenção Básica	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0064.8 – Aplicações Diretas	141.416,62
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.17 – Aplicações Diretas	717.469,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.20 – Aplicações Diretas	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.59 – Aplicações Diretas	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.67 – Aplicações Diretas	22.335,28
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0165.59 – Aplicações Diretas	21.676,74
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0065.20 – Aplicações Diretas	10.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 2.065 – Vigilância Epidemiológica e Promoção da Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0066.16 – Aplicações Diretas	50.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0066.16– Aplicações Diretas	50.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 2.066 – Vigilância Sanitária	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0049.0– Aplicações Diretas	50.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 2067 – Programa DST/AIDS	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0066.18 – Aplicações Diretas	50.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
Proj/Ativ – 2068 – Assistência Farmacêutica	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0068.0– Aplicações Diretas	200.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	1.432.897,64

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de abril de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de abril de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA NORMATIVA 001/2017

PORTARIA NORMATIVA 001/2017, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTOS A SER ADOTADO PARA A PARTICIPAÇÃO NO SEMINÁRIO INST. CREBRUM EM FRAIBURGO ENTRE OS DIAS 06 – 08 DE ABRIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário de Educação GEANCARLOS FARINON DE FLORES MATIAS no uso de suas atribuições legais, em conformidade no disposto no artigo 78 c/c com artigo 79, I, da Lei Orgânica Municipal, considerando a necessidade de regulamentar o procedimento a ser adotado para a participação dos servidores interessados e convocados no Seminário Ins. Cerebrum na cidade de Fraiburgo/SC, faz publicar a presente Portaria:

Artigo 1º - Considerando o Seminário Inst. Cerebrum de excelência, com o tema Transformando Escolas, que irá acontecer na adjacente cidade de Fraiburgo-SC;

Artigo 2º - Considerando a necessidade da capacitação dos servidores integrantes do quadro funcional do Magistério, que dar-se por meio de cursos de formação, atualização, aperfeiçoamento ou treinamento de forma a assegurar o pleno desenvolvimento das atribuições inerentes aos cargos que ocupam;

Artigo 3º - Considerando a necessidade de convocação como forma de capacitação de 01 professor, 01 coordenador e 01 diretor, ambos da cada CEMEIs, que serão os propagadores do aprendizado que extraírem tanto do Seminário Ins. Cerebrum quanto do restante do programa de capacitação continuada, visando assim, além da economicidade e propagação a todos os integrantes do quadro do Magistério.

Artigo 4º - Buscando dar oportunidade para aqueles servidores do quadro do magistério que queiram participar do Seminário Inst. Cerebrum, buscando capacitação em sentido amplo, como corolário do princípio da eficiência e da eficácia do serviço público.

Artigo 5º - Faculto, com exceção dos convocados, a participação de todos os servidores pertinentes ao quadro funcional do Magistério no Seminário Ins. Cerebrum a ser realizado na cidade de Fraiburgo/SC entre os dias 06 a 08 de abril de 2017, devendo a Secretaria de Educação providenciar transporte e a inscrição no mencionado Seminário, ficando por conta do servidor as despesas de alimentação.

Artigo 6º - Como forma de incentivo a capacitação, na busca de maior eficiência e eficácia no trabalho prestado por esses servidores, ficam os optantes dispensados de suas atividades, tornando assim justificada suas faltas nos dias 06 e 07 de abril do corrente ano, tornando o dia 08 para os que participaram efetivamente, compensatórios das faltas do dia 06 e 07.

Artigo 7º - A Secretaria disponibilizará uma lista de confirmação de participação dos servidores facultativos, e, providenciara a convocação daqueles que entende necessário a participação, bem como, deverá ser realizada uma lista dos servidores que efetivamente participaram do evento, através de lista de presença no embargo do(s) veículo(s) utilizado(s) para o transporte.

Artigo 8º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 03 de ABRIL de 2017.
GEANCARLOS FARINON DE FLORES MATIAS
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 0321/17

PORTARIA nº 0321/17

Remove servidora municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos arts. 37, 38, 43 e 44, da Lei Complementar nº 129/12, e ainda à vista do contido no Processo Administrativo nº 5101/2017;

RESOLVE

Art. 1º Remover, a partir de 16 de março de 2017, a servidora SUZETE APARECIDA ACADROLLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de março de 2017.

Videira, 27 de março de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de março de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0322/17

PORTARIA nº 0322/17

Nomeia Comissão de Análise para Concessão de Adicional de Pós-Graduação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais com fundamento na Lei nº 001/93 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores KAROLINA BORSATTI, MIRIAM PASTORE VIECELLI e RODOLFO PIRES FILHO, para, sob a presidência da primeira, comporem Comissão, a fim de analisarem a validade do diploma apresentado, bem como o enquadramento da pós-graduação com a área específica das atribuições do cargo efetivo do requerente, para concessão do adicional de pós-graduação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 28 de março de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de março de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0323/17

PORTARIA Nº 0323/17

Nomeia Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Portaria nº 0752/01, e à vista do que consta no Memorando nº 002/2017, da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social;

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores CAMILA STRAPAZZON, WEUSLEY WILLIAN DE PAULA, MIRIA ESTHER WUNSCH ROSTIROLLA, ANDRÉA APARECIDA BERTO, ROSE MARIA BALDO PEREIRA, GUSTAVO DE OLIVEIRA PIVA, ADILES APARECIDA ZAGO CORRÊA, MAELI CRISTINA MASCHIO CALLEJON E RAQUEL FAUSTINO, para comporem a Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia, a fim de fiscalizarem, conferirem e verificarem, no ato da entrega pelos fornecedores, a quantidade e qualidade das mercadorias e serviços licitados para a Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

§ 1º O referido recebimento deverá ser efetuado por no mínimo 3 (três) membros da Comissão.

§ 2º O recebimento definitivo será precedido, quando for o caso, do recebimento provisório, nos termos da Legislação.

§ 3º Quando se fizer necessário conhecimento de alta especialização, a comissão poderá assessorar-se de pessoas aptas a prestá-lo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 037/17.

Videira, 28 de março de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de março de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0324/17

PORTARIA Nº 0324/17

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Memorando nº 298/2017, da Secretaria de Saúde e Ação Social,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 03 de abril de 2017 até 07 de abril de 2017, o gozo de férias da servidora ADILES APARECIDA ZAGO CORREA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Higiene Bucal, referente ao período aquisitivo de 29 de março de 2015 a 28 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 03 de abril de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de março de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de março de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0325/17

PORTARIA nº 0325/17

Suspende prazo de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Memorando n. 29-2017ADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE

Art. 1º Suspende, pelo período de 03 de abril de 2017 até 02 de maio de 2017, o prazo de conclusão das Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 29 de março de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de março de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0326/17

PORTARIA nº 0326/17

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 216 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Memorando nº 045/17DEPLD

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora ANA CLAUDIA SALES, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 21 de fevereiro de 2017 até 21 de junho de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 21 de fevereiro de 2017.

Videira, 29 de março de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de março de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0327/17

PORTARIA nº 0327/17

Remove servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos arts. 37, 38, 43 e 44, da Lei Complementar nº 129/12, e ainda à vista do contido no Memorando 32/2017ADM;

RESOLVE

Art. 1º Remover, a partir de 1º de abril de 2017, o servidor JOÃO GUILHERME BROETTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista I – Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos, da Secretaria Municipal Administração para a Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de abril de 2017.

Videira, 29 de março de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de março de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0328/17

PORTARIA nº 0328/17

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 5574/2017;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do Largo da Estação Ferroviária, no dia 08 de abril de 2017, no período das 08h30min às 11h00min, pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados, Indústria de Alimentação e Afins de Videira, para a realização de uma mobilização das entidades Sindicais de Videira contra a reforma da previdência.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente

autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;

g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

§3º Fica proibida a obstrução da passagem de pedestres, em razão da utilização das calçadas e passeios pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados, Indústria de Alimentação e Afins de Videira, quando da realização do evento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 30 de março de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de março de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0329/17

PORTARIA nº 0329/17

Revoga a Portaria nº 0010/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0010/17, que designa LUCÉLIA GRUTZMACHER, Fiscal de Tributos Municipais, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Tributação, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de março de 2017.

Videira, 30 de março de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de março de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0330/17

PORTARIA nº 0330/17

Designa Kalyne Danielewicz Taietti para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Designar KALYNE DANIELEWICZ TAIETTI, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Serviços de Convivência, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a 1º de abril de 2017, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria 230/17.

Videira, 31 de março de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 31 dias do mês de março de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

TERMO ADITIVO 56/2017 - PMV

Termo Aditivo nº 56/2017

Contrato/Ata nº: CT nº 255/2014

Processo: TP nº 17/2014- PMV

Contratada: ADEMIR BOGONI - EPP

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato de prestação de serviço nº 255/2014, com efeitos a partir de 31/03/2017 até 01/05/2017.

Data: 04/04/2017.

TERMO ADITIVO Nº 57/2017 - FMS

Termo Aditivo nº 57/2017

Contrato/Ata nº: CT nº 198/2015

Processo: TP nº 01/2015- FMS

Contratada: CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA ME

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato de prestação de serviço nº 198/2015, com efeitos a partir de 31/03/2017 até 15/05/2017.

Data: 04/04/2017.

Vitor Meireles**PREFEITURA****HOMOLOGAÇÃO PROVISÓRIA INSCRIÇÕES SELETIVO 001/2017**

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO PROVISÓRIA DE INSCRIÇÕES AO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

Homologa provisoriamente as inscrições ao Processo Seletivo nº 001/2017 de 17/03/2017, para Contratação de Servidores em Caráter Temporário.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Senhor BENTO FRANCISCO SILVY, no uso de suas atribuições e no cumprimento do Edital de Processo Seletivo para Contratação de Servidores em Caráter Temporário nº 001/2017, homologa provisoriamente as inscrições dos candidatos:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E/OU SERVENTE/MERENDEIRA

INSCRIÇÃO	NOME	OBSERVAÇÕES
005	RYSE ALVES DOS SANTOS	

SERVENTE/MERENDEIRA

INSCRIÇÃO	NOME	OBSERVAÇÕES
001	RENI PRIPRA	
002	JULIANA FERNANDES	
003	BU CUTSCHO	
004	JOSIANE CRESPIM DO AMARAL	
006	FRANCIELI CUNHAPÃ TÉIÊ	
007	CLAUDIONIR FELICIANO	
008	JUREMA DECARLI	
009	GILVANE ANGLO POTT	INDEFERIDA
010	REGIANE ALOIZA CAXIAS MACIEL	
011	ELISANGELA ANTONIA LINDIÁ KONHECO PATÉ	
012	LORENI TELE VANHECU TEIE	

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, 03 de abril de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO - TERMO COLABORAÇÃO 005/2017

Edital de Chamamento nº 005/2017

Termo de Colaboração nº 005/2017

O Município de Xanxerê/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Avelino Menegolla, de acordo com a Lei Federal n.º 13.019/2014 e demais legislações aplicáveis, torna público para conhecimento dos interessados que está aberto processo de Chamamento Público na modalidade Termo de Colaboração, para a celebração da parceria de interesse público, tendo por finalidade firmar termo de parceria por interesse público com entidade da sociedade civil que ofereça acompanhamento técnico às Associações de Catadores de Xanxerê na área administrativa/gerencial, com o objetivo de implementar controles de gestão econômico-financeira, organizando as associações e transformando-as em um empreendimento profissional, melhorando as condições de trabalho, renda e qualidade de vida dos catadores, de acordo com as especificações constantes no Edital. O Edital encontra-se aberto no período de 03 à 10 de abril de 2017, para os interessados em buscar o credenciamento e está disponível no site www.xanxere.sc.gov.br. Informações complementares através do telefone (49) 3441-8515. Xanxerê-SC, 03 de abril de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO MÉDICO INEXIGIBILIDADE Nº 0002/2017

Processo nº 0046/2007 - Inexigibilidade de Licitação nº 0002/2017

O Município de Xanxerê/SC através do Fundo Municipal de Saúde de Xanxerê, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Avelino Menegolla, justifica a Inexigibilidade de Licitação para o Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde, para realização de consultas Médicas e Procedimentos especializados (Consultas Médicas em Ginecologia/Obstetrícia, Cirurgia em Ginecologia, Cauterização Colo Uterino e Conização). De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 25, caput. O Edital encontra-se aberto para os interessados em buscar o credenciamento e está disponível no site www.xanxere.sc.gov.br. Informações complementares através do telefone (49) 3441-8542. Xanxerê-SC, 03 de abril de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

DECRETO Nº AM 100/2017

DECRETO Nº AM 100/2017

INSTITUI O SISTEMA ELETRÔNICO DE COBRANÇA E USO DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO PAGO- ZONA AZUL- ZONA VERDE- EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, Lei AJG 3738/2015, Lei AJG 3793/2015, Decreto AJG 109/2015, Decreto AJG 128/2015, Decreto AJG 205/2015, Decreto AJG 155/2016 e Contrato de Concessão nº 170/2014;

Considerando a importância da modernização do sistema com vistas a adequação do sistema integrado, que objetiva maior mobilidade ao usuário do sistema rotativo;

Considerando a necessidade de ampliar o atendimento e celeridade aos usuários do sistema rotativo no município de Xanxerê/SC;

Considerando a necessidade de regulamentar e adequar o uso do meio eletrônico do sistema operacional do Contrato de Concessão nº 170/2014 através de Decreto;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Para fins de regulamentação fazem parte do Sistema eletrônico/digital o uso dos créditos por aplicativo e Site RodaVaga Xanxerê.

Art. 2º Os usuários poderão realizar o cadastro por meio eletrônico em aparelhos celulares compatíveis com o aplicativo, em rede de computadores no site da empresa, monitoras, escritório da Concessionária.

Art. 3º O novo sistema de operação do estacionamento rotativo pago, será efetivado por meio eletrônico/digital de arrecadação e sistema correlato, telefonia e aplicativos virtuais, integrados em sistema de gestão, sob a forma de cobrança eletrônica/digital, nas quais deverão obedecer aos critérios técnicos, definidos conforme expresso nesse decreto.

Parágrafo único. no decorrer do mês de março do corrente ano, a concessionária procederá com a implantação do novo sistema eletrônico de estacionamento rotativo, devendo colocar definitivamente em operação, para sistema Android a partir do dia 29 de março de 2017 e sistema iOS a partir do dia 03 de abril de 2017.

CAPÍTULO II

DA OPERACIONALIZAÇÃO POR APLICATIVO

Art. 4º O usuário irá criar sua conta no aplicativo RodaVaga Xanxerê.

I – a conta criada é de uso individual, não podendo ser utilizada simultaneamente por mais de uma pessoa em aparelhos diferentes, bem como não será possível criar novos tickets enquanto houver um ticket ativo na conta;

II – o usuário poderá configurar em sua conta cadastrada no aplicativo o ticket automático e o recebimento de comprovantes por e-mail.

Art. 5º O usuário deverá adquirir créditos com monitores ou na sede da empresa concessionária, os quais serão vinculados à conta através do CPF cadastrado.

Parágrafo único. ao adquirir créditos, o usuário receberá um comprovante impresso e/ou por e-mail, caso tenha efetuado a configuração no aplicativo RodaVaga Xanxerê.

Art. 6º O usuário deverá cadastrar seus veículos no aplicativo RodaVaga Xanxerê.

I - é de responsabilidade do usuário, manter o cadastro de veículos

atualizado e assinalar a opção INATIVO quando um veículo não for mais de sua propriedade ou uso;

II - ao estacionar, o usuário deverá criar um ticket digital no aplicativo RodaVaga Xanxerê, onde informará a vaga, selecionará um veículo (previamente cadastrado) e o tempo desejado para utilização;

III - para poder criar o ticket de estacionamento, deverá existir saldo suficiente na conta RodaVaga Xanxerê do usuário;

IV - enquanto o ticket estiver ativo, o usuário poderá adicionar mais tempo até o limite máximo permitido para a vaga ocupada;

V - quando o ticket for criado pelo próprio usuário, este poderá finalizá-lo, tendo então o valor equivalente ao tempo não utilizado devolvido à sua conta;

VI - quando for criado ticket automático pela monitora, o usuário poderá finalizá-lo, mas, não terá restituição do crédito à sua conta referente ao tempo não utilizado;

VII - ao mudar de vaga, mesmo tendo um ticket ativo, o usuário deverá finalizá-lo e então criar um ticket para a nova vaga;

VIII - o usuário poderá visualizar o extrato da conta através do aplicativo RodaVaga Xanxerê;

IX - quando for criado um Aviso de Irregularidade para um veículo do usuário, o mesmo irá recebê-lo impresso e/ou por e-mail;

X - a regularização do Aviso de Irregularidade deverá ser efetuada junto a um monitor ou na sede da Empresa concessionária, podendo o usuário optar por receber 10 (dez) cartões de uma hora ou o valor equivalente em créditos na sua conta no RodaVaga Xanxerê (caso o usuário que está regularizando não possua conta no RodaVaga Xanxerê, receberá os 10 Cartões de uma hora);

XI - o usuário que criar sua conta no aplicativo RodaVaga Xanxerê também poderá usá-la no site RodaVaga Xanxerê;

XII - o usuário poderá no aplicativo RodaVaga Xanxerê, autorizar a seu critério a criação do ticket automático por um monitor. Neste caso, o usuário ao finalizar o ticket ativo criado pelo monitor, não terá o direito ao reembolso do valor equivalente ao tempo não utilizado.

CAPÍTULO III

DA OPERACIONALIZAÇÃO POR SITE

Art. 7º O usuário irá criar sua conta no Site RodaVaga Xanxerê.

Art. 8º O usuário deverá adquirir créditos com monitores ou na sede da Empresa concessionária, os quais serão vinculados à sua conta através do CPF cadastrado.

I- ao adquirir créditos, o usuário receberá um comprovante impresso e/ou por e-mail caso tenha efetuado a configuração no site RodaVaga Xanxerê;

II- o usuário deverá autorizar a criação dos tickets automáticos no site RodaVaga Xanxerê;

III- o usuário poderá configurar pelo site o recebimento de comprovantes por e-mail;

IV- o usuário deverá cadastrar seus veículos no site RodaVaga Xanxerê;

V- é de responsabilidade do usuário, manter o cadastro de veículos atualizado e assinalar a opção INATIVO quando um veículo não for mais de sua propriedade ou uso;

VI- quando um veículo estacionado do usuário for fiscalizado, será criado um ticket de 30 (trinta) minutos e assim sucessivamente até o limite máximo permitido para a vaga ocupada;

VII- na fiscalização, o ticket será criado somente se o usuário autorizou a criação de tickets automáticos e se existir saldo suficiente na sua conta no RodaVaga Xanxerê;

VIII- o usuário poderá visualizar o extrato da conta através do site RodaVaga Xanxerê;

IX - quando for criado um Aviso de Irregularidade para um veículo do usuário, ele irá recebê-lo impresso e/ou por e-mail;

X- a regularização do Aviso de Irregularidade deverá ser efetuada junto a um monitor, ou na sede da Empresa concessionária, podendo o usuário optar por receber 10 (dez) cartões de uma hora, ou o valor equivalente em créditos na conta RodaVaga Xanxerê (caso o usuário que está regularizando não possua conta no RodaVaga Xanxerê, receberá os 10 cartões de uma hora);

XI- o usuário que criar sua conta no site RodaVaga Xanxerê também poderá usá-la no aplicativo RodaVaga Xanxerê.

CAPÍTULO IV DAS PENALIDADES

Art. 9º O proprietário e/ou condutor do veículo que estacionar em desacordo com as regras do estacionamento rotativo receberá o Aviso de Irregularidade.

I - os proprietários e/ou condutores de veículos estacionados em desacordo com as regras de estacionamento rotativo e que tenham sido devidamente advertidos, mediante o "Aviso de Irregularidade", poderão regularizar o aviso mediante pagamento do valor equivalente a 10 vezes o valor da tarifa de uma hora vigente, podendo o crédito em favor do usuário ser creditado em sua conta online, no sistema eletrônico, ou convertido em 10 (dez) cartões de uma hora;

II - o usuário que receber o Aviso de Irregularidade terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir da emissão do Aviso de Irregularidade (o qual constará no mesmo) para proceder à regularização junto à operadora do sistema, a qual poderá ser efetuada com os monitores ou na sede da empresa;

III - decorrido o prazo mencionado acima sem que ocorra a devida regularização, será o referido Aviso de Irregularidade, convertido em multa por infração pelo DEMUT – Departamento Municipal de Trânsito e Tráfego do município de Xanxerê/SC, com tipificação no Art. 181, inciso XVIII da Lei Federal nº 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro;

IV - a relação dos veículos que não efetuarem a regularização será encaminhada pela Concessionária ao DEMUT- Departamento Municipal de Trânsito e Tráfego do município de Xanxerê/SC.

Art. 10 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 27 de março de 2017.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

EXTRATO 12º TERMO ADITIVO AO PROCESSO Nº 0134/2014

Extrato 12º Termo Aditivo ao Processo nº 0134/2014 - Inexigibilidade nº 0007/2014

Objeto: Credenciamento de Prestadores Serviços de Saúde, para realização de consultas médicas e procedimentos especializados, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê.

Ficam Suprimidos do Item 2.1 do Edital, os Procedimentos conforme tabela abaixo, em virtude de lançamento de novo Edital de Credenciamento:

Procedimentos	Qt. Mês	Valor Unit. SUS	Valor Contrapartida	Valor Total
Cirurgia em ginecologia (pequeno, médio e grande porte)	Até 20/mês	AIH	R\$ 400,00	R\$ 8.000,00
Cauterização do Colo Uterino	Até 03/mês	AIH	R\$ 150,00	R\$ 450,00
Conização	Até 03/mês	AIH	R\$ 150,00	R\$ 450,00

Xanxerê, SC, 31 de março de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

EXTRATO 4º ADITIVO CONTRATO 0046/2016

Extrato do 4º Aditivo ao Contrato nº 0046/2016

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: UPEMAQ Máquinas e Serviços Eireli EPP.

Objeto: Prestação de Serviços de Horas Máquinas (Trator de esteira e de Pneu, Motoniveladora, Escavadeira hidráulica, Caminhão basculante e tanque, Rolo Liso e Pé de Carneiro, Retroescavadeira e Compactador manual), destinados a Recuperação e Melhorias das Estradas Vicinais Rurais do Município de Xanxerê.

Fica Aditado ao Contrato originário o valor de R\$ 209.801,46 (duzentos e nove mil oitocentos e quarenta e seis centavos), tudo conforme Ofício com os quantitativos e Parecer Jurídico anexos ao Processo.

Xanxerê-SC, 03 de abril de 2017. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 0116/2014

Extrato de Rescisão Contrato nº 0116/2014

Contratante: O Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE SÃO CRISTÓVÃO

Objeto: Prestação de Serviços para a realização de consultas e procedimentos médicos, com o Dr. Cleverson Lara Martins, CRM nº 77.54 SC (Cirurgião Geral), Dr. Luiz Carlos Schaedler, CRM nº 4365 SC (Médico Obstetra e Ginecologista), Dr. Edimar Romano, CRM nº: 7753 SC (Anestesiologista) e Dr. Jones Ernani Shuster, CRM nº: 7432 SC (Otorrinolaringologista), para atendimento aos Usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê, de acordo com a Cláusula Segunda do presente.

Fica rescindido de comum acordo a partir da presente data, o contrato de Prestação de Serviços nº 0116/2014 firmado em 18/08/2014, conforme Ofício da Contratada e da Secretaria Municipal de Saúde.

Xanxerê-SC, 31 de Março de 2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO 001/2017

Município de Xanxerê/SC

Extrato Termo de Colaboração nº 001/2017

Município de Xanxerê

Colaborador: Rede Feminina de Combate ao Câncer de Xanxerê.

Objeto: Prestação de serviços de atendimento a pacientes acometidos por câncer oferecendo atividades de fisioterapia, psicoterapia individual e em grupo, ginástica e terapia ocupacional, observadas as normas e disposições estabelecidas no Edital, e na Lei n.º 13.019/2014. Valor R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) sendo R\$ 4.000,00 mensais, por 12 (doze) meses. Prazo: até 31/03/2018.

Xanxerê-SC, 30/03/2017.

Avelino Menegolla - Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO 002/2017

Município de Xanxerê/SC

Extrato Termo de Colaboração nº 002/2017

Município de Xanxerê

Colaborador: Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos e Visuais de Xanxerê.

Objeto: Prestação de serviços de atendimento a pacientes portadores de deficiência visual e auditiva, observadas as normas e disposições estabelecidas no Edital, e na Lei n.º 13.019/2014.

Valor R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) sendo R\$ 3.000,00 mensais, por 12 (doze) meses. Prazo: até 31/03/2018.

Xanxerê-SC, 30/03/2017.

Avelino Menegolla - Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO 003/2017

Município de Xanxerê/SC

Extrato Termo de Colaboração nº 003/2017

Município de Xanxerê

Colaborador: Fraternidade Cristã da Pessoa com Deficiência de Xanxerê – FCDX

Objeto: Prestação de serviços de atendimento a pessoas portadoras de deficiência estimulando atividades de serviço de fortalecimento de vínculos, recreativas e de lazer, observadas as normas e disposições estabelecidas no Edital, e na Lei n.º 13.019/2014.

Valor R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais) sendo R\$ 5.500,00 mensais, por 12 (doze) meses. Prazo: até 31/03/2018.

Xanxerê-SC, 30/03/2017.

Avelino Menegolla - Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO 004/2017

Município de Xanxerê/SC

Extrato Termo de Colaboração nº 004/2017

Município de Xanxerê

Colaborador: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

Objeto: Prestação de serviços de atendimento a pessoas portadoras de deficiência intelectual e múltipla, nas áreas de educação, saúde e assistencial, observadas as normas e disposições estabelecidas no Edital, e na Lei n.º 13.019/2014.

Valor R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) sendo R\$ 5.000,00 mensais, por 12 (doze) meses. Prazo: até 31/03/2018.

Xanxerê-SC, 30/03/2017.

Avelino Menegolla – Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 150/2017

PORTARIA Nº RH-AM 150/2017

DESIGNAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR SUAS ATIVIDADES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06.

RESOLVE

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal Sra. ARIANA COELHO PINTO, brasileira, estado civil solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê/SC portador da CI nº 2.723.126 e CPF nº 054.825.229-70, nomeada conforme Decreto nº AM 078/2007, no cargo de MONITOR DE PROGRAMAS SOCIAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, para desempenhar suas atividades na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao Ofício nº SMS/RH/0155/2017 datado de 30.03.2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 31 de Março de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 151/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 151/2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 60 (sessenta) dias a partir de 31.03.2017 a 29.05.2017 à Servidora Pública Municipal, a Sra. MAIARA PEROZA, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 3.764.521 e CPF n.º 008.581.519-52, nomeada conforme Decreto n.º BLB 025/09 no cargo de ENFERMEIRA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0001000/2017 datado de 31.03.2017.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

02.02.2009 a 01.02.2012 = 30 dias

02.02.2012 a 01.02.2015 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 31 de Março de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 152/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 152/2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 03.04.2017 a 02.05.2017 à Servidora Pública Municipal, a Sra. MARILUCI ZAFFARI, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 12/R-1.384.284 e CPF n.º 724.524.639-49, nomeada conforme Decreto n.º JB 219/95 no cargo de MÉDICA, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0000999/2017 datado de 31.03.2017.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

09.06.2012 a 08.06.2015 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 31 de Março de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 153/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 153/2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 90 (noventa) dias a partir de 03.04.2017 a 01.07.2017 a Servidora Pública Municipal, a Sra. IRACI ANA BORTOLAMEDI, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 1.784.859 e CPF n.º 623.198.339-00, nomeada conforme Decreto n.º JB 63/96 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e Decreto n.º AM 094/08 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO ENSINO FUNDAMENTAL – 1ª a 4ª SÉRIE, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0001003/2017 datado de 31.03.2017.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

Decreto nº JB 063/1996 Matrícula 772:

22.02.2001 a 21.02.2006 = 30 dias

22.05.2009 a 21.05.2012 = 30 dias

22.05.2012 a 21.05.2015 = 30 dias

Decreto nº AM 094/08 Matrícula 3719 do período de:

23.05.2012 a 22.05.2015 – 07 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 31 de Março de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 154/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 047/2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 60 (sessenta) dias a partir de 01.03.2017 a 29.04.2017 a Servidora Pública Municipal, a Sra. Maria Salete Rodrigues de Oliveira, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 2.071.152-2 e CPF n.º 025.743.929-30, nomeada conforme Decreto n.º JB 045/95, no cargo de Professora Magisterio, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, e Decreto n.º AM 153/2003 no cargo de Professor Magistério, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0000423/2017 datado de 09.02.2017.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

Decreto de Nomeação JB nº 45/95 Matrícula 1222.

23.05.2009 a 22.05.2012 – 30 dias

23.05.2012 a 22.05.2015 – 30 dias.

Decreto de Nomeação nº AM 153/03 Matrícula 2563.

23.05.2009 a 22.05.2012 – 30 dias

23.05.2012 a 22.05.2015 – 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 09 de Fevereiro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 155/2017

PORTARIA Nº RH-AM 155/2017

REVOGAR A PORTARIA Nº RH-AJG 285/2016.

DESIGNAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR SUAS FUNÇÕES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06.

RESOLVE

REVOGAR a Portaria nº RH-AJG 285/2016.

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal Sra. MICHELLE GARBOZZA ZUCCHI, brasileira, estado civil casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê/SC portador da CI nº 4.739.595 e CPF nº 008.803.759-22, nomeada conforme Decreto nº BLB 013/2012, no cargo de FISCAL DE OBRAS com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal

de Obras, Transportes e Serviços.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0000531/2017 datado de 17.02.2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 31 de Março de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 156/2017

PORTARIA Nº RH-AM 156/2017.

DESIGNAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO E TRANSPORTE ESCOLAR.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06 e Lei BLB 3.375/11 e demais dispositivos legais.

RESOLVE

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal Sra. LUCIVANIA ROSA DALEASTE, brasileira, estado civil casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê/SC portadora da CI nº 5.940.292-7 e CPF nº 886.014.479-53, nomeada conforme Decreto nº AM 077/2003, no cargo de PROFESSOR MAGISTERIO - CRECHE, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para desempenhar atividades de Fiscalização do Transporte Coletivo e Transporte Escolar, junto a Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao Ofício nº SME/M 0123/2017 datado de 27.03.2017.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 31 de Março de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

LEI 1571/2017

LEI Nº 1571, DE 27 DE MARÇO DE 2017

“INSTITUI A CAMPANHA EDUCATIVA DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A SÍNDROME ALCOÓLICA FETAL - SAF NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte:

LEI:

Artigo 1º - Fica instituída a Campanha Educativa de Conscientização sobre a Síndrome Alcoólica Fetal - SAF no âmbito do Município de Xavantina e dá outras providências.

§ 1º - A campanha terá como objetivo fundamental conscientizar a população, especialmente as gestantes, que bebidas alcoólicas ingeridas durante a gestação podem causar sérios problemas à saúde do feto.

§ 2º - A Campanha terá caráter permanente, tornando-a dinâmica e de fácil entendimento ao público.

Artigo 2º - O Executivo Municipal poderá afixar, em estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas, cartazes aludindo ao risco de Síndrome Alcoólica Fetal - SAF.

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 27 de Março de 2017.

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 074/2017

PORTARIA Nº 074/2017
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, SR. RENATO MORETTO, ocupante do cargo efetivo de Jardineiro, referente ao período aquisitivo de 09/09/2015 à 08/09/2016, a contar do período de 20/03/2017 à 18/04/2017.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 20 de Março de 2017.

ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 075/2017

PORTARIA Nº 075/2017
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, SR. ADINILSON EVERTON VORTMANN, ocupante do cargo de Operador de Máquina, referente ao período aquisitivo de 02/03/2016 à 01/03/2017, a contar do período de 13/03/2017 à 01/04/2017, sendo convertido 1/3 (um terço) em pecúnia.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 22 de Março de 2017.
ENOIR FAZOLO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 076/2017

PORTARIA Nº 076/2017

INTERROMPE PARCIALMENTE FÉRIAS CONCEDIDAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, bem como a Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

Considerando a urgente necessidade do profissional designado nesta portaria, para fins de atender serviços relevantes da administração pública municipal;

Considerando a Portaria nº 068/2017, que concedeu 20 (vinte) dias de férias remanescentes para a servidora Pública Municipal Sra. Gicelle Parisotto;

RESOLVE:

Art. 1º Fica convocada a Sra. GICELLE PARISOTTO, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, para fins de iniciar trabalhos

indispensáveis à administração pública municipal.

Parágrafo Único. A interrupção das férias ocorre a partir de 27 de março de 2017, sendo que os 06 (seis dias) remanescentes de férias serão oportunamente concedidos pela administração pública municipal, de conformidade com o interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 27 de Março de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 077/2017

PORTARIA Nº 077/2017

INTERROMPE PARCIALMENTE FÉRIAS CONCEDIDAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, e a Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

Considerando a urgente necessidade do profissional designado nesta portaria, para fins de atender serviços relevantes da administração pública municipal;

Considerando a Portaria nº 075/2017, que concedeu 30 (trinta) dias de férias para o servidor Público Municipal Sr. Adinilson Everton Vortmann;

RESOLVE:

Art. 1º Fica convocado o SR. ADINILSON EVERTON VORTMANN, ocupante do cargo de Operador de Máquina, para fins de iniciar trabalhos indispensáveis à administração pública municipal.

Parágrafo Único. A interrupção das férias ocorre a partir de 27 de março de 2017, sendo que os 06 (seis) dias remanescentes de férias serão oportunamente concedidos pela administração pública municipal, de conformidade com o interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 27 de março de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 078/2017

PORTARIA Nº 078/2017

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

Considerando o pedido de exoneração feito pela servidora pública

municipal, senhora Maritania Marta Besler Eisenhardt;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública Municipal, SRA. MARITANIA MARTA BESLER EISENHARDT, ocupante da função temporária de Professor, gerando efeitos a contar de 28 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 28 de Março de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 079/2017

PORTARIA Nº 079/2017

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, Sra. LEDIANE BRADELLA ALBERTI, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar, referente ao período aquisitivo de 11/01/2016 à 10/01/2017, a contar do período de 03/04/2017 à 02/05/2017.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 03 de Abril de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 080/2017

PORTARIA Nº 080/2017

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

Considerando o pedido de exoneração feito pelo servidor público municipal, senhor Celso Mota Pereira;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o Servidor Público Municipal, SRA. CELSO MOTA PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Fonoaudiólogo, gerando efeitos a contar de 03 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 03 de Abril de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PP 020/2017 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para o fornecimento de materiais de construção, para atender as necessidades do município, conforme as especificações constantes do anexo □c□ deste edital.

Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 13h30 do dia 19/04/2017.

Abertura: dia 19/04/2017, às 13h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 03 de abril de 2017.

ENOIR FAZOLO,

Prefeito Municipal.

RESCISÃO 001/2017

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 094/2013 PMXV, DE 24 DE MAIO DE 2013

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE XAVANTINA E A EMPRESA SABER INFORMÁTICA LTDA NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DE XAVANTINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 83.009.878/0001-15, com sede na rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, na cidade de Xavantina - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ENOIR FAZOLO, inscrito no CPF/CIC sob o nº. 827.815.679-49, doravante denominada simplesmente PERMITENTE, e do outro a empresa SABER INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.744.497/0001-52 com Avenida Coronel Ernesto Bertaso, 655, Bairro Centro, Quilombo-SC, representada neste ato, pelo seu Proprietário, o Senhor Samuel Campagnolo, portador da Cédula de Identidade nº 4.181.935 SSP/SC e inscrito no CPF-MF sob o nº 058.488.709-42, doravante denominada simplesmente PERMISSIONÁRIO, acórdão e ajustam firmar o presente instrumento de contratação nos termos da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação pertinente, vinculado à proposta apresentada pela PERMISSIONÁRIA e ao Processo Licitatório nº 041/2013 PMXV, modalidade Pregão Presencial 022/2013 PMXV, bem como às cláusulas abaixo:

CONSIDERANDO o Inciso II, Artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93 c/c ao subitem 15.2.2 da Clausula Décima Quarta do Edital, que prevê a rescisão do contrato de forma amigável, por acordo entre as partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA resolvem, de forma amigável, rescindir, a partir de 03 de abril de 2017, o contrato 094/2013 PMXV, de 24 de maio de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. As partes se dão ampla, geral e irrevogável quitação, nada tendo a reclamar uma da outra, em qualquer tempo ou a qualquer título, acerca do termo ora rescindido.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Seara-SC, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Xavantina, SC, 03 de abril de 2017.

ENOIR FAZOLO Prefeito Municipal PERMITENTE	Samuel Campagnolo Pro- prietário PERMISSIONÁRIO

Testemunhas:

01.	02.
Nome: VÂNIA SALETE MIRANDOLLI	Nome: JAIME MASIERO
CPF: 051.406.269-00	CPF: 027.225.729-07
	Fiscal do Contrato de Rescisão

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. ADM. Nº 24/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº. 024/2017

Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 009/2017

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: Registro de preços para contratação de Empresa Especializada em Serviços Laboratoriais para elaboração e confecção de Prótese Total e Prótese Parcial Removível, incluindo mão de obra e material, para atendimento aos pacientes da Rede Básica de Saúde do Município de Xaxim, de acordo com o Programa Brasil Sorridente – Saúde Bucal.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 17 de Abril de 2017

Abertura dos Envelopes: 09h00min do dia 17 de Abril de 2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na pagina eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim/SC, 04 de Abril de 2017. LÍRIO DAGORT. PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO 170/2017

DECRETO Nº. 171/2017.

Nomeia servidor municipal em cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 03 de abril de 2017, o Sr. SADI CENCI, CPF: 384.899.299-04, no cargo comissionado de DIRETOR DE ESTRADAS E RODAGENS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, deste município de Xaxim – SC, percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 29 de março de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Geverson Giacomelli

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO N. 003/2013

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contrato. Nº. 003/2013

Contratante: Município de Xaxim/SC

Contratado: Juarez Antonio Zamproga

Objeto: A LOCAÇÃO DE UMA (01) SALA COMERCIAL, EM ALVENARIA COM ÁREA DE OITENTA E CINCO (85) METROS QUADRADOS, LOCALIZADA NA AVENIDA LUIZ LUNARDI, 599, CENTRO - XAXIM, SC, FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR.

Vigência do Contrato: 01.04.2017 até 01.06.2017

Valor: R\$ 1.562,62 (um mil quinhentos e sessenta e dois reais com sessenta e dois centavos).

Dotação Orçamentária: (12/2017) – Manut. Das Atividades da Assistência Social

Aditivo: quinto termo aditivo de reprogramação de prazo, em concordância com art. 65 da Lei nº 8.666/93 e cláusula segunda do contrato.

Licitação: Processo Licitatório nº 010/2013

Xaxim/SC, 29 de março de 2017.

LÍRIO DAGORT.

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº 005/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços outsourcing de impressão e fotocópias, com aluguel de equipamentos multifuncionais e impressoras p&b (preta e branca) e colorida a laser, incluindo o fornecimento total de suprimentos e peças, exceto papel, sendo por página impressa, na modalidade de atendimento "on site" e instalação nas dependências do Centro Administrativo e demais órgãos e secretarias vinculados à Administração Municipal de Xaxim/SC.

Empresas Registradas:

Item	Quantidade Estimada de Equipamentos	Quantidade Estimada de Cópias e Impressões	Empresa Registrada	Valor Registrado Preço Unitário	Valor Registrado Preço Total
1	03 unidades	1.000.000	SUPRIMAQ	R\$ 0,040	R\$ 40.000,00
2	35 unidades	5.000.000	SUPRIMAQ	R\$ 0.028	R\$ 140.000,00

Validade da Ata: 30/03/2017 a 30/03/2018.

Licitação: Procedimento Administrativo nº. 019/2017 - Pregão Presencial nº. 007/2017

Xaxim/SC, 30 de março de 2017.

LÍRIO DAGORT.

Prefeito Municipal.

Zortéa

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 030-2017 - DISPOE SOBRE A REORGANIZACAO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

LEI COMPLEMENTAR Nº 030/2017, DE 29 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE ZORTÉA, OS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E AS FUNÇÕES DE CONFIANÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e na forma da Lei, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a reorganização da estrutura e das atribuições gerais das unidades administrativas do Poder Executivo do Município de Zortéa, disciplina o seu quadro de pessoal de provimento em comissão e funções de confiança, além de outras matérias correlatas, em respeito à ordem constitucional, orgânica e legal.

Art. 2º O Município de Zortéa é ente federado, pessoa jurídica de direito público interno, que forma união indissolúvel com os demais entes da federação, rege-se por Lei Orgânica própria e goza de autonomia político-administrativa, nos termos da Constituição Federal e da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º O exercício dos cargos de direção, chefia e assessoramento, em cada um dos níveis e na amplitude determinada pelas limitações hierárquicas das atividades estará voltado às funções de direção, planejamento, orientação e coordenação.

Art. 4º Para efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Direção: o efetivo comando das ações do órgão, tomando as ações pertinentes e sua posição hierárquica e acionando todos os mecanismos, métodos e sistemas necessários à plena realização dos fins a que se destina a Administração Pública Municipal com o máximo de produtividade;

II - Planejamento: a preparação dos planos de trabalho a serem desenvolvidos pelos órgãos da Administração Pública Municipal, definindo e discriminando com precisão as tarefas a serem realizadas, o tempo necessário à execução, os recursos de pessoal, o material necessário, avaliando os seus resultados e custos;

III - Orientação: a atividade de supervisionar a execução de tarefas, a apuração dos eventuais erros e o aconselhamento de medidas necessárias a sua correção e ao aperfeiçoamento do trabalho;

IV - Coordenação: o acompanhamento de trabalhos e tarefas dos órgãos administrativos, para que as várias etapas se completem harmonicamente, promovendo a atenuação das adversidades materiais, funcionais e de relações humanas, suscetíveis de prejudicar a sua realização, conforme a programação pré-estabelecida, harmonizando atividades e pessoas, com vistas a assegurar o funcionamento regular da atividade administrativa;

V - Controle: a constante verificação do desenvolvimento das atividades, o exame periódico e sistemático das etapas em execução e da correspondência entre o programado, o efetivamente realizado e, quando for o caso, a revisão final dos trabalhos prontos, devendo exercer-se mediante o exame de relatórios, reuniões e a realização de inspeções nos órgãos;

VI - Informação: a preparação de relatórios periódicos das atividades dos órgãos, relatórios verbais aos superiores e o esclarecimento aos subordinados e ao público, nos estritos limites de suas atribuições, dos informes convenientes e autorizados sobre os programas e trabalhos processados ou em curso.

Art. 5º As unidades administrativas do Poder Executivo Municipal, seus órgãos de assessoria, diretoria e departamentos, instituídos por esta Lei, são designados por siglas constantes no Título II desta Lei.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, considera-se unidade administrativa o Gabinete do Prefeito e as Secretarias Municipais, dotadas de autonomia administrativa e funcional, e as assessorias, diretorias e departamentos como órgãos subordinados com autonomia funcional.

Art. 6º Com exceção dos Órgãos de Assessoramento e dos Fundos Municipais, as siglas designativas das unidades e órgãos subordinados ao Poder Executivo Municipal obedecem ao seguinte critério:

I - Gabinete do Prefeito, Secretarias e Diretorias Municipais: três letras;

II – Assessorias, Departamentos e Coordenação: quatro letras, precedidas das letras de identificação da unidade imediatamente superior.

CAPÍTULO ÚNICO

Dos Princípios e Instrumentos Norteadores da Ação Administrativa

Art. 7º As atividades da Administração Pública Municipal, sem prejuízo do fiel cumprimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além de outros previstos pela Constituição Federal, devem ser norteadas pelos seguintes princípios:

I - Planejamento;

II - Execução;

III - Coordenação;

IV - Controle;

V - Delegação de competência ou atribuições;

VI - Descentralização.

Seção I Do Planejamento

Art. 8º A Administração Pública Municipal adotará o planejamento como princípio instrumental de ação para o desenvolvimento físico-territorial, econômico, social e cultural da Comunidade, bem como na aplicação de seus recursos humanos, materiais e financeiros.

§ 1º O planejamento compreenderá a elaboração e manutenção atualizada dos serviços e dos seguintes instrumentos básicos:

I - Plano Plurianual;

II - Diretrizes Orçamentárias;

III - Orçamentos Anuais;

IV - Plano Diretor físico-territorial e de Desenvolvimento;

V - Plano Municipal de Educação, Saúde, Assistência Social, Agricultura, Pecuária e Programa Anual de Trabalho.

§ 2º A elaboração e execução do Plano Municipal deverá, sempre que possível, guardar inteira consonância com os planos e programas da União e do Estado de Santa Catarina.

Seção II Da Execução

Art. 9º Os atos de execução, singulares ou coletivos, obedecerão aos preceitos e disposições legais e regulamentares pertinentes, observados os critérios de organização, racionalização e produtividade.

§ 1º Os serviços de execução devem respeitar, na solução de todo e qualquer caso e no desempenho de suas competências, os princípios, critérios, normas e programas estabelecidos pelos órgãos de direção aos quais estejam subordinados, vinculados ou pelos quais sejam supervisionados.

§ 2º A Administração Pública Municipal obriga-se à permanente atualização das atividades do Município, com o objetivo a racionalizar e modernizar os métodos de trabalho, proporcionar melhor atendimento ao público, com rapidez nas decisões e desconcentração executiva.

Seção III Da Coordenação

Art. 10. As atividades da Administração Pública Municipal, especialmente a execução de Planos de Governo, serão de permanente coordenação.

Art. 11. A coordenação será exercida em todos os níveis da Administração, mediante a atuação das chefias individuais, realização sistemática de reuniões com a participação das chefias subordinadas, além da instituição e funcionamento de Comissões em cada nível da estrutura administrativa.

Seção IV Do Controle

Art. 12. O controle das atividades da Administração Pública Municipal deverá ser exercido em todos os órgãos e em todos os níveis, compreendendo:

I - o controle, pela chefia competente, da execução dos planos e dos programas e da observância das normas que norteiam a atividade específica do órgão controlado.

II - o controle da aplicação dos recursos públicos e da guarda de bens do Município pelos órgãos de administração financeira e patrimonial.

Seção V

Da Delegação de Competências ou Atribuições

Art. 13. A delegação de competências ou atribuições será utilizada como instrumento de desconcentração administrativa, objetivando assegurar maior rapidez e efetividade às decisões, situando-se na proximidade dos órgãos controlados.

Art. 14. É facultado ao Chefe do Poder Executivo Municipal delegar competências ou atribuições a órgãos, dirigentes e agentes públicos subordinados, bem como ao Vice-Prefeito, para a prática de atos administrativos.

Parágrafo único. O ato de delegação indicará com precisão o órgão ou autoridade delegante, o órgão ou autoridade delegada e as competências ou atribuições objeto da delegação.

Art. 15. É indelegável a competência decisória do Prefeito, sem prejuízo de outras previstas em disposições normativas específicas, quando relacionada à:

I - autorização de despesa e homologação de licitações, salvo para os casos expressamente previstos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

II - contratação de servidores;

III - nomeação, admissão e contratação de agentes públicos, a qualquer título, bem como sua exoneração, dispensa, demissão, promoção, reajuste de vencimentos e concessão de aposentadoria;

IV - concessão para exploração de serviços públicos ou de utilidade pública;

V - permissão de serviço público ou de utilidade pública a título precário.

Seção VI Da Descentralização

Art. 16. A execução das atividades da Administração Pública Municipal deverá ser, tanto quanto possível, descentralizada.

Art. 17. O Poder Executivo Municipal recorrerá, para a execução de obras e serviços, sempre que admissível e aconselhável, mediante concessão, permissão ou convênio, a órgãos ou entidades do setor público estadual ou entidades do setor privado, de forma a alcançar o melhor cumprimento da função pública, evitando novos encargos permanentes e ônus desnecessário ao quadro de servidores.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 18. A organização administrativa do Poder Executivo do Município de Zortéa é assim constituída:

I - ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR

- a) Gabinete do Prefeito Municipal (GPM);
- b) Gabinete do Vice-Prefeito Municipal (GVP).

II - UNIDADES VINCULADAS AO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

- a) Chefia do Gabinete do Prefeito (GPM/CGPM)
- b) Assistência de Gabinete (GPM-AGAB)
- c) Assessoria de Controle Interno (GPM-ACIN)
- d) Assistência da Junta do Serviço Militar (GPM-AJSM)
- e) Assessoria Jurídica (GPM – AJUR)
- f) Coordenadoria do Idoso (GPM – CIDO)

III - UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE ATIVIDADES – MEIO

- a) Secretaria Municipal de Administração e Finanças (SMA), sendo a ela vinculados:

I – Diretoria Municipal de Administração e Finanças (SMA – DAFI)

a) Departamento de Compras e Licitação (SMA-DAFI-DCLI)

II – Diretoria Municipal de Planejamento (SMA – DMPL)

III – Departamento de Recursos Humanos (SMA – DERH)

IV – Departamento de Contabilidade e Patrimônio (SMA-DCON)

V – Departamento de Tributos, Fiscalização e Arrecadação (SMA-DTFA)

IV - UNIDADES ADMINISTRATIVAS DE ATIVIDADES – FIM

- a) Secretaria Municipal de Educação (SME), sendo a ela vinculados:

I – Departamento de Educação (SME-DEDU)

II – Diretor de Escola (SME-DIRE)

III – Coordenador Pedagógico (SME-COPE)

IV – Apoio Pedagógico (SME-APPE)

V – Assistente de Secretaria (SME-ASSE)

- b) Secretaria Municipal de Saúde (SMS), sendo a ela vinculados:

I – Diretoria Municipal de Programas de Saúde (SMS-DMPS);

II – Departamento de Vigilância Sanitária e Epidemiológica (SMS-DVSE).

- c) Secretaria Municipal de Infra-Estrutura (SMO), sendo a ela vinculados:

I – Diretoria de Meio Ambiente, Água e Esgoto (SMO-DMAE).

II – Diretoria de Serviços Públicos (SMO-DSPU);

III – Diretoria de Obras Públicas (SMO-DOPU);

- d) Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS), sendo a ela vinculados;

I – Departamento Municipal de Habitação e Interesse Social (SAS - DMHS)

- e) Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio (SMA), sendo a ela vinculados:

I – Diretoria de Agricultura Indústria e Comércio (SMA - DAIC).

II – Departamento de Agricultura (SMA-DPAG)

- f) Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Turismo (SMC), sendo a ela vinculados:

I – Diretoria de Esportes (SMC – DMES)

II – Departamento Municipal de Cultura e Turismo (SMC – DMTU)

V - ÓRGÃOS DE ACONSELHAMENTO

a) Conselho de Desenvolvimento do Município (CDM);

b) Conselho Municipal de Saúde (CMS);

c) Conselho Municipal de Turismo (CMT);

d) Conselho Municipal de Trabalho e Emprego (CMTE);

e) Comissão Municipal de Esportes (CMESP);

f) Comissão Municipal do Idoso (CMI);

g) Comissão Municipal de Trânsito (CMTR);

- h) Conselho Municipal de Educação (CME);
- i) Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE);
- j) Conselho Municipal de Segurança Alimentar (CMSA);
- l) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB (CONFUNDEB);
- m) Comissão Municipal de Defesa Civil (CMDC);
- n) Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR);
- o) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
- p) Conselho Tutelar (CT);
- q) Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).
- r) Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONDEMA).
- s) Conselho Municipal de Entorpecentes (COMEN)

VI - FUNDOS MUNICIPAIS

- a) Fundo Municipal de Saúde - FMS, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde;
- b) Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.
- c) Fundo Municipal da Infância e do Adolescente - FIA, vinculado ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente;
- d) Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social - FMHIS, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.

CAPÍTULO I

Da Administração Pública Municipal Indireta

Art. 19. O Poder Executivo Municipal poderá, nos termos do artigo 37, XIX da Constituição Federal, criar e autorizar a instituição de entidades que passarão a integrar a Administração Pública Municipal indireta, com personalidade jurídica de direito público ou privado, conforme o caso, patrimônio e receita própria, com base em gestão administrativa e financeira descentralizada.

CAPÍTULO II

Das Competências dos Órgãos de Assessoramento Superior e Unidades Vinculadas ao Gabinete do Prefeito Municipal

Seção I

Do Gabinete do Prefeito Municipal

Art. 20. Ao Gabinete do Prefeito Municipal, sob a titularidade da Chefia de Gabinete, desempenhada pelo Chefe de Gabinete, que tem a incumbência precípua de assistir direta e imediatamente ao Prefeito Municipal no desempenho de suas atribuições, sem prejuízo das competências de cada órgão da estrutura administrativa ou das atribuições de servidor municipal e, especialmente, na coordenação da ação administrativa e no relacionamento com autoridades e municípios, são estabelecidas as seguintes competências:

- I - planejar as atividades do Gabinete;
- II - organizar e proceder aos atos do cerimonial;
- III - administrar a agenda do Prefeito Municipal, mantendo-o, antecipadamente, informado sobre sua agenda de compromissos;
- IV - receber e encaminhar as audiências;
- V - promover, tempestivamente, a emissão, o recebimento, o encaminhamento e o arquivamento da correspondência oficial do Gabinete, segundo seu destino;
- VI - articular-se com todos os órgãos e sistemas da Administração Pública Municipal, transmitindo informações ao Prefeito Municipal, quando for o caso;
- VII - promover condições para locomoção e viagens do Prefeito Municipal, seu atendimento, suprimento e apoio logístico;
- VIII - a produção de informações, pareceres e outros documentos de natureza técnica e administrativa;
- IX - a execução de tarefas e missões que lhe forem determinadas;
- X - a assistência ao Prefeito Municipal no seu relacionamento com o Poder Legislativo Municipal;
- XI - juntamente com a assessoria jurídica, elaborar minutas de projetos de Lei e suas respectivas mensagens à Câmara de Vereadores para encaminhamento de matéria pelo Prefeito Municipal;
- XII - tarefas decorrentes da aplicação do Processo Legislativo;
- XIII - missões de representação e de outras atividades, quando assim lhe forem delegadas;
- XIV - outras funções ou atividades, boas e necessárias para o desempenho de suas atribuições.

Seção II

Do Gabinete do Vice-Prefeito

Art. 21. O Gabinete do Vice-Prefeito Municipal, sob a titularidade da Chefia de Gabinete do Prefeito Municipal, tem como finalidade assistir direta e imediatamente ao Vice-Prefeito no desempenho de suas atribuições, com autoridades e municípios, e tem as seguintes competências:

- I - planejar as atividades do Gabinete;
- II - administrar a agenda do Vice-Prefeito Municipal, mantendo-o, antecipadamente, informada sobre seus compromissos;
- III - receber e encaminhar as audiências;
- IV - promover, tempestivamente, a emissão, o recebimento, o encaminhamento e o arquivamento da correspondência oficial do Gabinete, segundo seu destino;
- V - promover condições para locomoção e viagens do Vice-Prefeito Municipal, seu atendimento, suprimento e apoio logístico;
- VI - a produção de informações, pareceres e outros documentos de natureza técnica e administrativa;
- VII - a execução de tarefas e missões que lhe forem determinadas;

VIII - a assistência ao Vice-Prefeito Municipal no seu relacionamento com o Chefe do Executivo Municipal;
IX - desincumbir-se de missões de representação e de outras atividades, quando assim lhe forem delegadas.

Seção III

Unidades Vinculadas ao Gabinete do Prefeito Municipal

Art. 22. As unidades vinculadas ao Gabinete do Prefeito Municipal são unidades administrativas de execução, assistência, assessoria, informação e coordenação de atividades específicas, diretamente subordinadas ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 23. A Assessoria do Gabinete do Prefeito Municipal tem como atribuições gerais o desempenho de atividades de complexidade superior, a critério e determinadas pelo Chefe do Poder Executivo, funcionando como elemento de ligação com as Secretarias, e execução de atividades especiais determinadas pelo Prefeito Municipal.

Subseção I

Da Assistência de Gabinete

Art. 24. A Assistência de Gabinete, sob a titularidade do Assistente de Gabinete, tem como finalidade auxiliar direta e imediatamente o Gabinete do Prefeito Municipal e do Vice-Prefeito Municipal, bem como às Secretarias e Diretorias Municipais da Administração Pública, no desempenho de suas competências e atribuições, e tem as seguintes atribuições:

I - auxiliar a Chefia de Gabinete a elaborar a agenda de atividades e programas oficiais do Prefeito Municipal e do Vice-Prefeito Municipal, controlando a sua execução;

II - assessorar e assistir diretamente o Prefeito Municipal e o Vice-Prefeito Municipal em assuntos político-administrativos de menor complexidade;

III - preparar solenidade;

IV - expedir correspondências;

V – Compete ainda ao Assistente de Gabinete, auxiliar as Secretarias e Diretorias Municipais na execução das suas atividades e atividades correlatas ao Gabinete do Prefeito.

Subseção II

Da Assessoria de Controle Interno

Art. 25. O Controle Interno será exercido sob a coordenação e supervisão do Assessor de Controle Interno, vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito Municipal, sendo sua função precípua a execução do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, que tem as seguintes competências:

I - coordenar as atividades relacionadas ao Sistema de Controle Interno, promover a sua integração operacional e expedir atos normativos sobre procedimentos de controle;

II - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, centralizando, a nível operacional, o relacionamento com o Tribunal de Contas do Estado, respondendo pelo:

a) encaminhamento das prestações de contas anuais;

b) atendimento aos técnicos do controle externo;

c) recebimento de diligências e coordenação das atividades para a elaboração de respostas;

d) acompanhamento da tramitação dos processos e coordenação da apresentação de recursos.

III - assessorar a Administração Pública Municipal nos aspectos relacionados com os controles interno e externo e quanto à legalidade dos atos de gestão, emitindo relatórios e pareceres sobre os mesmos;

IV - interpretar e pronunciar-se em caráter normativo sobre a legislação concernente à execução orçamentária, financeira e patrimonial;

V - medir e avaliar a eficiência e eficácia dos procedimentos de controle interno adotados pelos Órgãos Setoriais do Sistema, através do processo de auditoria a ser realizada nos Sistemas de Planejamento e Orçamento, Contabilidade e Finanças, Compras e Licitações, Obras e Serviços, Administração de Recursos Humanos e demais sistemas administrativos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município, expedindo relatórios com recomendações para o aprimoramento dos controles;

VI - avaliar, a nível macro, o cumprimento dos programas, objetivos e metas espelhadas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e nos Orçamentos do Município, inclusive quanto a ações descentralizadas executadas à conta de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e de Investimentos;

VII - exercer o acompanhamento sobre a observância dos limites constitucionais de aplicação em gastos com a manutenção e o desenvolvimento do ensino e com despesas nas ações e serviços públicos de saúde;

VIII - estabelecer mecanismos voltados a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, bem como na aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

IX - verificar a observância dos limites e condições para a realização de operações de crédito e sobre a inscrição de compromissos em Restos a Pagar;

X - efetuar o acompanhamento sobre as medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal aos limites legais, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei Complementar nº 101/00;

XI - efetuar o acompanhamento sobre as providências tomadas para a recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites, conforme o disposto no artigo 31 da Lei Complementar nº 101/00;

XII - aferir a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da Lei Complementar nº 101/00;

XIII - efetuar o acompanhamento sobre o cumprimento do limite de gastos totais e de pessoal do Poder Legislativo Municipal, nos termos da Emenda Constitucional nº 25;

XIV - exercer o acompanhamento sobre a divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal nos termos da Lei Complementar nº 101/00, em especial quanto ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária e ao Relatório de Gestão Fiscal, aferindo a consistência

das informações constantes de tais documentos;

XV - participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos do Município;

XVI - manter registros sobre a composição e atuação das comissões de licitações;

XVII - manifestar-se, quando inquinado pela Administração Pública Municipal, acerca da regularidade e legalidade de processos licitatórios, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres;

XVIII - propor a melhoria ou implantação de sistemas de processamento eletrônico de dados em todas as atividades da administração pública municipal, com o objetivo de aprimorar os controles internos, agilizar as rotinas e melhorar o nível das informações;

XIX - instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal;

XX - alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure imediatamente, sob pena de responsabilidade solidária, as ações destinadas a apurar os atos ou fatos inquinados de ilegais, ilegítimos ou antieconômicos que resultem em prejuízo ao erário, praticados por agentes públicos, ou quando não forem prestadas as contas ou, ainda, quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;

XXI - dar ciência ao Tribunal de Contas do Estado das irregularidades ou ilegalidades apuradas, para as quais a Administração Pública Municipal não tomou as providências cabíveis visando a apuração de responsabilidade e o ressarcimento de eventuais danos ou prejuízos ao erário;

XXII - revisar e emitir relatório sobre os processos de Tomadas de Contas Especiais instauradas pelos órgãos da Administração Direta, pelas Autarquias e pelas Fundações, inclusive sobre as determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

§ 1º O cargo de Assessor de Controle Interno somente poderá ser provido por agente com formação em nível superior, com habilitação nas áreas de Ciências Contábeis, Administração, Direito, Economia, ou áreas afins.

§ 2º No caso de provimento do cargo de Assessor de Controle interno por servidor dos quadros permanentes da Administração Pública Municipal, desde que cumprido o disposto no parágrafo anterior, o servidor poderá optar pela remuneração do respectivo cargo em comissão ou pela remuneração do cargo de provimento efetivo, neste último caso acrescida da correspondente Função Gratificada - FG II, nos valores previstos nessa Lei. (Redação Lei 14/2008)

Subseção III

Da Assistência da Junta do Serviço Militar

Art. 26. A Junta de Serviço Militar é o órgão de execução do Serviço Militar no Município, tendo natureza de órgão de colaboração com outras esferas de Governo, sendo presidida pelo Prefeito, acompanhado pelo assistente da Junta do Serviço Militar, com as seguintes competências:

I - efetuar o alistamento militar dos brasileiros residentes no Município, e, excepcionalmente em outros, se as circunstâncias justificarem e se apresentarem para tal fim;

II - regularizar a situação militar do Município diretamente, ou pelo encaminhamento aos órgãos competentes;

III - organizar e executar as cerimônias relativas à entrega de Certificados;

IV - executar os trabalhos de relações públicas e publicidade os Serviço Militar do seu Território, de acordo com os recursos do Município;

V - executar as demais tarefas correlatas ao Serviço Militar.

Parágrafo único: O Assistente da Junta do Serviço Militar receberá uma Função Gratificada I, conforme o anexo II desta Lei, enquanto responder pelo órgão.

Subseção IV

Da Assessoria Jurídica

Art. 27. A Assessoria Jurídica tem como finalidade Básica:

I - A representação judicial e extrajudicial do Município;

II - representar os interesses da Administração Municipal perante o Tribunal de Contas do Estado (TCE), salvo em assuntos de caráter extremamente singular;

III - pronunciar-se sobre a legalidade dos atos da Administração Pública;

IV - emitir pareceres sobre assuntos jurídicos e administrativos;

VI - promover a cobrança judicial da dívida ativa do Município de forma articulada com a Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento;

VII - Promover as desapropriações amigáveis ou judiciais;

VIII - Orientar a Secretaria de Administração, finanças e planejamento na elaboração de contratos, convênios, decretos e demais atos normativos quanto ao estudo, produção formal, adequações jurídicas e de técnica legislativa a serem submetidos à assinatura do Prefeito;

IX - prestar assessoramento jurídico ao chefe do Poder Executivo e aos demais órgãos e entidades da Administração Municipal.

§ 1º: A nomeação para o cargo em comissão de Assessor Jurídico exigirá, respectivamente, comprovação de habilitação para o exercício profissional da advocacia, através de inscrição junto à OAB/SC - Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina, além de comprovação de especialização em nível de pós-graduação em Direito Público ou Direito Administrativo.

§ 2º: O Assessor jurídico fica sujeito a eventuais viagens a serviço ou treinamentos.

Subseção V

Da Coordenadoria do Idoso

Art. 28. À Coordenadoria do Idoso compete:

I – elaborar, coordenar e executar ações e programas de política públicas voltados para a inclusão social dos idosos;

II – propor a interação com organizações não governamentais, federais, estadual, municipal e demais secretarias;

III – possibilitar o desenvolvimento, implantação e acompanhamento das políticas propostas pelo Conselho Municipal do Idoso;

IV - estabelecer uma relação de intersectorialidade com as Secretarias de Assistência Social e de Esportes para obter êxito na Política Municipal de Proteção à Pessoa Idosa;

VI - desenvolver outras atividades correlatas.

CAPÍTULO III**Das Competências das Unidades Administrativas de Atividades-Meio****Seção I****Da Secretaria Municipal de Administração e Finanças**

Art. 29. À Secretaria Municipal de Administração e Finanças, unidade administrativa de atividades-meio, incumbe executar as atividades administrativas do desenvolvimento organizacional, com autoridade funcional e faculdade para delegar competência, suprimindo a Administração Pública Municipal de recursos humanos e materiais, bem como obter, arrecadar, movimentar, aplicar, registrar e controlar os recursos financeiros públicos municipais, sendo a ela vinculados:

I – Diretoria Municipal de Administração e Finanças

a) Departamento de Compras e Licitação

II – Diretoria Municipal de Planejamento

III – Departamento de Recursos Humanos

IV – Departamento de Contabilidade e Patrimônio

V – Departamento de Tributos, Fiscalização e Arrecadação

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Administração e Finanças terá como titular o Secretário Municipal de Administração e Finanças, sendo auxiliado diretamente pelos Diretores Municipais e pelos seus Chefes de Departamento e, indiretamente, pelo pessoal com atribuição naquela Secretaria.

Art. 30. Compete ao Secretário Municipal de Administração e Finanças:

I - representar e prestar assistência ao Prefeito Municipal nas funções político-administrativas e fazendárias;

II - superintender a Administração Pública Municipal e fazer cumprir as disposições da Lei Orgânica do Município;

III - disciplinar os serviços da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

IV - manter relações públicas e de contato com o público e demais poderes;

V - prestar atendimento burocrático ao Gabinete do Prefeito Municipal;

VI - preparar, encaminhar e acompanhar as mensagens do Poder Executivo ao Poder Legislativo, quando solicitado;

VII - exercer as atividades ligadas a Administração Geral da Prefeitura Municipal, e especialmente no que se refere a:

a) patrimônio, alienações, concessões, permissões e autorizações;

b) pessoal e recursos humanos;

c) licitações, compras, material e almoxarifado;

d) manutenção de móveis, máquinas, equipamentos e veículos;

e) processamento de dados;

f) protocolo, expediente e arquivo;

g) telefonia e reprografia;

h) zeladoria e vigilância;

VIII - preparar minutas de atos oficiais;

IX - registrar e fazer publicar atos oficiais;

X - acompanhar e colaborar na elaboração do orçamento programa e do orçamento plurianual de investimento;

XI - formalizar e supervisionar os serviços públicos autorizados, permitidos e concedidos;

IV - elaborar o calendário e esquema de recebimentos e pagamentos;

XII - tomar contas;

XIII - realizar perícias contábeis;

XIV - participar na elaboração do Orçamento-programa e do Plano Plurianual de investimentos, do Município;

XV - receber colaboração das demais Secretarias para elaboração do Orçamento-Programa e do Plano Plurianual de investimentos;

XVI - executar a política econômico-financeira do Município, aplicando os princípios básicos da Administração Pública, mormente o controle;

XVII - articular-se com a Diretoria Municipal de Tributos, Fiscalização e Arrecadação e com os seus Departamentos, objetivando perfeita interligação para o bom desempenho das respectivas atribuições;

XVIII - manter a guarda do numerário e valores municipais;

XIX - pagar despesas devidamente processadas e autorizadas pelo Prefeito Municipal;

XX - movimentar recursos financeiros do Município, via bancária, juntamente com o Prefeito Municipal;

XXI - exercer a coordenação dos sistemas de departamento na esfera das suas atribuições;

XXII - exercer outras atividades correlatas, por ato expresso pelo Prefeito Municipal;

XXIII - desincumbir-se de outras funções ou tarefas necessárias para o desempenho de suas atribuições.

Subseção I**Da Diretoria Municipal de Administração e Finanças**

Art. 31. À Diretoria Municipal de Administração e Finanças, unidade administrativa de atividades-meio, compete, dentro dos seus objetivos, coordenar as atividades da Diretoria articulando-se com seus departamentos, Gabinete do Secretário e demais órgãos da Administração, e ainda, planejar, orientar e supervisionar as atividades administrativas, referentes à Administração Geral e Financeira do Município.

Art. 32. Compete ao Diretor Municipal de Administração e Finanças, precipuamente:

I - Praticar, subsidiariamente, e em auxílio ao Secretário Municipal de Administração Finanças, todas as competências que lhe são atribuídas;

II - participar da elaboração de planos, programas e projetos, no que se refere às questões Administrativas;

III - assessorar o Secretário no tocante às ações desenvolvidas nas áreas administrativas e financeiras.

IV - Coordenar no âmbito da Secretaria, o processo de elaboração de termos aditivos; de contratos, acordos de cooperação, processos de licitações e protocolo geral.

V - promover sindicâncias e inquéritos para apurar irregularidades e responsabilidades, na sua área de atuação;

VI – executar outras atividades correlatas.

VII - desincumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

Subseção II

Do Departamento de Compras e Licitação

Art. 33. Compete ao Departamento de Compras e Licitações executar as atividades de administração de compras do Poder Executivo Municipal, e precipuamente:

I - promover a realização de licitação para compras e aquisições, autorizações, permissões ou concessões, e para tais atividades, na forma prevista na legislação pertinente;

II - elaborar e atualizar o cadastro dos fornecedores do município;

III - executar os serviços de Almoxarifado Municipal, supervisionando periodicamente o registro de entradas e saídas de material;

IV - promover medidas visando a programação de estoques e compras;

V - manter atualizado o controle de materiais;

VI - receber faturas, duplicatas ou notas fiscais, compará-las com o material recebido e encaminhá-las ao setor de contabilidade, devidamente acompanhada dos comprovantes de recepção e aceitação do material;

VII - providenciar em conjunto com as comissões constituídas por ato do Prefeito Municipal, o recebimento, abertura, julgamento e/ou anulação de licitações e materiais, equipamento, obras ou serviços;

VIII - orientar a conservação e recuperação dos materiais adquiridos;

IX - formalizar e executar os respectivos processos de licitações, dispensas ou inexigibilidades, na forma e condições estabelecidas na legislação federal específica;

X - elaborar e manter atualizado o catálogo de material e o cadastro de preços correntes dos materiais de emprego mais freqüentes na Prefeitura e unidades desconcentradas;

XI - testar os requisitos legais à condição de fornecedor;

XII - enviar à Assessoria Jurídica, para parecer, as minutas de editais e contratos, referente processos relativos à Carta Convite, Tomada de Preços, Concorrência, Concurso, Leilão e Pregão;

XIII - formalizar os contratos administrativos, decorrentes de licitações para obras, serviços, publicidade, compras, alienações e locações, tempestivamente;

XIV - formalizar, quando for o caso, os processos de aquisições e alienações, cujos valores respectivamente, estejam aquém do limite estabelecido em Lei;

XV - formalizar os processos licitatórios de concessão, permissão ou a terceirização de serviços públicos, segundo dispuser a legislação específica;

XVI - formalizar os processos para concessão de direito real de uso de bens imóveis, na forma da Lei;

XVII - emitir as requisições de compra e autorização de serviços e obras;

XVIII - coordenar o suprimento de materiais e serviços de consumo da Administração Pública Municipal, de forma centralizada, mantendo dados estatísticos que auxiliem o planejamento e controle de materiais para distribuição e a execução de serviços;

XIX - realizar a pesquisa, coleta de orçamentos e preços de serviços e materiais;

XX - executar tarefas correlatas que forem determinadas pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Parágrafo único. O Departamento de Compras e Licitação terá como titular um Chefe de Departamento.

Subseção III

Da Diretoria Municipal de Planejamento

Art. 34. À Diretoria Municipal de Planejamento, unidade administra de atividades-meio, compete, dentro dos seus objetivos, planejar, organizar, coordenar e executar as atividades relacionadas à ação de planejamento público Municipal, bem como assessorar o Secretário Municipal de Administração e Finanças em assuntos de sua competência e desempenhar ainda outras tarefas que lhe forem delegadas.

Art. 35. Compete ao Diretor Municipal de Planejamento, precipuamente:

I - colaborar com o Prefeito Municipal nas ações do planejamento orçamentário e ações administrativas;

II - participar de reuniões com agentes da Administração Pública Municipal, visando o estabelecimento de programas, metas e políticas públicas municipais;

III - prestar assistência aos atos do Prefeito e ao Secretário Municipal de Administração e Finanças referentes a desapropriações e aquisições de imóveis pelo Município, assim como em contratos em geral;

IV - coligir informações sobre a legislação federal, estadual e municipal, cientificando o Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Administração e Finanças dos assuntos de interesse do Município;

V - redigir ou examinar Projetos de Leis, justificativas de vetos, Decretos, Regulamentos, Contratos e outros atos, em conjunto com a Assessoria Jurídica;

VI - incumbir-se de missões de representação quando for delegada pela autoridade superior;

VII - desenvolver trabalhos técnicos no setor do Plano Diretor e Departamento de Serviços Técnicos;

VIII - coordenar a elaboração da legislação orçamentária municipal (PPA, LDO e LOA), bem como auxiliar o Secretário Municipal de Administração e Finanças no controle e aplicação dos recursos públicos pelos diversos órgãos da estrutura administrativa;

IX - auxiliar o Secretário Municipal de Administração e Finanças no controle e execução das compras e licitações municipais, bem como na movimentação orçamentária municipal e no regular desempenho das funções de fiscalização e arrecadação, além da elaboração de projetos nos diversos âmbitos da atividade administrativa;

X - desincumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

Subseção IV

Do Departamento de Recursos Humanos

Art. 36. Compete ao Departamento de Recursos Humanos executar as atividades relativas à política de administração de pessoal, precipuamente:

I - recrutar, selecionar, admitir e treinar o pessoal que vier a pertencer ao Quadro do Poder Executivo;

II - registrar a movimentação de pessoal, como o registro de admissão, provimento, dispensa ou exoneração, anotações funcionais e remuneração;

III - providenciar o cumprimento das obrigações e encargos sociais, na forma estabelecida;

IV - elaborar e aplicar o concurso público para administração de pessoal necessário ao bom desempenho das atribuições do Poder Executivo Municipal;

V - realizar enquadramento, reenquadramento, transposição, promoção funcional, progresso funcional, transferência e alteração de regime jurídico do pessoal pertencente ao Quadro do Poder Executivo Municipal, após autorização da autoridade competente;

VI - controlar a carga horária e o ponto dos servidores municipais, elaborando a respectiva Folha de Pagamento e as relações de descontos obrigatórios e autorizados;

VII - promover o controle, registro e arquivo das sindicâncias, processos administrativos disciplinares e outros processos administrativos instituídos pela autoridade competente;

VIII - promover a concessão de férias e licenças regulares, observando as necessidades dos órgãos da administração municipal, após autorização da autoridade competente;

IX - registrar mérito funcional e elogio, após ato do Prefeito Municipal;

X - promover a execução das penalidades disciplinares ao servidor municipal incurso em ilícito previsto em Lei, de acordo com a decisão da autoridade competente;

XI - lavrar apostilamento funcional;

XII - promover e executar os serviços relativos a segurança básica e necessária do trabalho;

XIII - manter e organizar arquivo próprio do Departamento;

XIV - desincumbir-se de outras atividades ou tarefas que lhe forem delegadas.

Parágrafo único. O Departamento de Recursos Humanos terá como titular um Chefe de Departamento.

Subseção V

Do Departamento de Contabilidade e Patrimônio

Art. 37. Compete ao Departamento de Contabilidade e Patrimônio, precipuamente:

I - estudar, classificar, escriturar e analisar os atos e fatos administrativos municipais, de forma analítica e sintética;

II - elaborar o Orçamento-Programa Anual e o Plano Plurianual de Investimentos, na forma e tempo adequados;

III - empenhar a despesa e fazer o controle dos créditos orçamentários;

IV - registrar a movimentação de recursos financeiros da administração de pessoal e material;

V - registrar, na forma prevista, a movimentação de bens;

VI - apurar contas dos responsáveis por recursos financeiros, bens e valores;

VII - fazer planos e prestações de contas de recursos financeiros;

VIII - levantar mensalmente os balancetes e anualmente o balanço;

IX - arquivar documentos relativos à movimentação financeiro-patrimonial;

X - proceder auditorias contábeis;

XI - controlar, por meios legais e contábeis, a movimentação do Fundo de Participação dos Municípios;

XII - controlar a movimentação de transferências recebidas de órgãos do Estado de Santa Catarina e da União, inclusive outros fundos especiais;

XIII - prestar contas dos recursos financeiros recebidos pelo Município, conforme as disposições legais pertinentes, inclusive de acordos e convênios ou outros ajustes;

XIV - informar sobre o comportamento da receita para fins de planejamento econômico-financeiro;

XV - escriturar a movimentação dos recursos financeiros do Município;

XVI - movimentar recursos financeiros do Município, na forma autorizada, obedecendo aos princípios gerais contábeis públicos;

XVII - elaborar cronograma de desembolso financeiro;

XVIII - estudar, controlar e interpretar os fenômenos relativos aos fatores econômicos e públicos;

XIX - assinar balanços e balancetes;

XX - analisar balanços e balancetes;

XXI - preparar relatórios informativos referentes a situação financeira e patrimonial da Prefeitura;

XXII - verificar e interpretar contas do ativo e do passivo;

XXIII - preparar pareceres referentes à Contabilidade Pública Municipal;

XXIV - analisar cálculos de custos;

XXV - compatibilizar, quando possível, as programações sociais, econômicas e financeiras do Município, com os planos e programas do Estado de Santa Catarina e da União;

XXVI - programar, executar, controlar e avaliar toda a contabilidade municipal;

XXVII - lançar, com prévia comunicação, na responsabilidade de ordenador da despesa, aquela que não estiver de acordo com as normas e legislação pertinentes;

XXVIII - colocar as contas do Município, durante sessenta dias, anualmente, a disposição dos contribuintes municipais, para exame e apreciação;

XXIX - desincumbir-se de outras atribuições, especialmente classificação, o registro, controle, análise e interpretação de atos e fatos administrativos e de informação, referente ao patrimônio municipal, a situação de todos quantos arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens municipais.

Art. 38. Compete, ainda, ao Departamento de Contabilidade e Patrimônio executar as atividades de administração patrimonial e de material,

e:

- I - propor ao Secretário Municipal de Administração e Finanças medidas para a inclusão de dotação para materiais, no orçamento Municipal;
- II - manter dados estatísticos sobre materiais, o seu consumo, durabilidade, estado, preços e necessidades;
- III - promover a guarda e zelo dos materiais de consumo e permanentes;
- IV - prestar contas e responder pelo material;
- V - administrar o patrimônio municipal, observando as disposições previstas na Lei Orgânica do Município e demais legislação pertinente;
- VI - promover o cadastro dos bens municipais, realizando inventários;
- VII - providenciar o competente registro legal de tombamento de objetos móveis e imóveis de propriedade da municipalidade e ainda daqueles considerados de interesse artístico, cultural e paisagístico ou de valor histórico para o Município;
- VIII - providenciar a documentação das doações de bens móveis e imóveis, de interesse Municipal;
- IX - promover o recebimento, tombamento, identificação, cadastro, avaliação, reavaliação, incorporação, carga e descarga de bens patrimoniais;
- X - promover os atos bons e necessários ao encaminhamento e processamento da escrituração e registro dos bens imóveis;
- XI - manter e organizar arquivo próprio do Departamento;
- XII - desincumbir-se de outras atividades ou tarefas que lhe forem delegadas.

Subseção VI

Do Departamento de Tributos, Fiscalização e Arrecadação

Art. 39. Compete ao Departamento de Tributos, Fiscalização e Arrecadação, precipuamente:

- I - dirigir, orientar e executar o processo de tributação municipal;
- II - fornecer certidões, na forma da Lei, referentes ao Departamento;
- III - arrecadar rendas ou receitas municipais, na forma estabelecida, legal e formalmente;
- IV - expedir boletins de arrecadação;
- V - promover a realização e recebimento de declarações fiscais;
- VI - lançar tributos municipais, na forma da legislação tributária;
- VII - avaliar propriedade, bens móveis e imóveis para fins de tributação, na forma da Lei;
- VIII - comunicar os lançamentos de tributos aos contribuintes, para efeitos do pagamento;
- IX - receber reclamações ou impugnações de lançamentos de tributos municipais, processando-os na forma do Código Tributário Municipal e demais legislação pertinente;
- X - inscrever e promover, na forma adequada, a cobrança administrativa da Dívida Ativa do Município;
- XI - promover a emissão de CDA, notificar o contribuinte em débito, fazer-lhe a cobrança amigável ou adotar as medidas para ajuizamento pela Assessoria Jurídica do Município;
- XII - corrigir e atualizar os valores dos débitos e informar ao Secretário a cada semestre;
- XIII - elaborar calendário para recolhimento dos tributos submetendo-o a aprovação dos superiores hierárquicos;
- XVI - manter atualizadas as fichas, cadastros e documentos dos contribuintes;
- XV - organizar e manter arquivo do Departamento;
- XVI - criar um sistema de avaliação dos imóveis sujeitos a tributação;
- XVII - cadastrar prestadores de serviços para fins de cobrança de tributos;
- XVIII - fornecer dados para efeito do lançamento da Contribuição de Melhoria;
- XIX - avaliar propriedades, bens móveis e imóveis para fins de tributação do ITBI;
- XX - manter atualizados dados estatísticos do Departamento;
- XXI - atualizar os valores de taxas de serviço, tributos e outros encargos, de conformidade com a Lei;
- XXII - dirigir, orientar, executar o processo de fiscalização fazendária;
- XXIII - fiscalizar o cumprimento da legislação tributária, fiscal e cadastral do Município;
- XXIV - fiscalizar o cumprimento do Código Tributário Municipal e demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- XXV - notificar e aplicar penalidades previstas em leis e regulamentos municipais;
- XXVI - localizar evasões ou clandestinidade de receitas municipais ou de outras entidades a cargo do Município;
- XXVII - relatar as atividades de fiscalização realizadas;
- XXVIII - executar inspeção de livros, documentos, registros de imóveis, para constatar a satisfação plena do crédito municipal;
- XXIX - cooperar com os demais órgãos da Prefeitura Municipal na fiscalização dos serviços públicos concedidos, permitidos, autorizados ou arrendados, e ainda, na aplicação do Código de Posturas, Código de Edificações e de Lei de Parcelamento do Solo;
- XXX - estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar 1001/00;
- XXXI - desincumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

CAPÍTULO IV

Das Competências das Unidades de Atividades-Fim

Seção I

Da Secretaria Municipal de Educação

Art. 40. À Secretaria Municipal de Educação, unidade de atividades-fim, compete planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar a política do Sistema Municipal de Ensino, com o principal objetivo de fornecer, prioritariamente, o ensino fundamental, a educação infantil e a educação especial; ensino médio, especialmente o profissionalizante; a educação de jovens e adultos, voltados à formação para o trabalho; articular-se com as instituições de educação superior, com vistas à implantação de cursos superiores, atendendo as demandas locais; entrosar-se com o Ministério da Educação e com a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, para execução de programas educacionais; coordenar as ações dos corpos discentes e docentes; execução do planejamento e serviços de instalação e manutenção dos estabelecimentos de ensino, dotando-os de infra-estrutura adequada; elaborar o calendário escolar, assessorar o Chefe do Executivo em

assuntos relacionados com ensino, sendo a ela vinculado:

- I - Departamento de Educação
- II – Diretor de Escola (SME-DIRE)
- III – Coordenador Pedagógico (SME-COPE)
- IV - Apoio Pedagógico (SME-APPE)
- V – Assistente de Secretaria (SME-ASSE)

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação terá como titular o Secretário Municipal de Educação, sendo auxiliado diretamente pelo Chefe de Departamento e Diretores de Estabelecimento de Ensino e, indiretamente, pelo pessoal com atribuição naquela Secretaria.

Art. 41. Compete ao Secretário Municipal de Educação:

- I - planejar e executar a política municipal de educação, em consonância com as diretrizes do Conselho Municipal de Educação e com as diretrizes e bases da Educação Nacional e Estadual.
- II - coordenar os trabalhos relativos ao ensino público municipal;
- III - organizar e estabelecer normas administrativas das unidades escolares de ensino;
- IV - promover a expansão e a melhoria do ensino público municipal;
- V - providenciar a chamada anual da população em idade escolar para matrícula nas escolas municipais;
- VI - assegurar a satisfação das necessidades educacionais da comunidade;
- VII - planejar, operacionalizar e manter a política de atendimento dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, em consonância com as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar;
- VIII - desincumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias para o cumprimento de suas atribuições.

Subseção I

Do Departamento de Educação

Art. 42. Compete ao Departamento de Educação, precipuamente:

- I - promover recursos humanos e materiais específicos ao atendimento e provimento do ensino fundamental da rede municipal;
 - II - recensear os educandos no ensino fundamental, fazendo-lhes a chamada e zelando junto aos pais ou responsáveis, pela frequência escolar;
 - III - desenvolver o plano de carreira do magistério municipal;
 - IV - aplicar as normas da Lei do Sistema Municipal de Ensino, especialmente articulando-se com o Conselho Municipal de Educação e com o Conselho de Fiscalização do FUNDEB;
 - V - determinar os prazos para a realização dos concursos públicos de provas e títulos para o preenchimento de vagas reais do ensino fundamental;
 - VI - executar o teste seletivo para admissão temporária de professores para os casos de excepcional interesse público, em vagas excedentes ou vinculadas, conforme dispuser a Lei e o regulamento;
 - VII - articular-se com a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, objetivando a perfeita e correta aplicação dos percentuais financeiros no desenvolvimento e manutenção do ensino fundamental;
 - VIII - acompanhar os gastos com a manutenção e o desenvolvimento do ensino, assegurando a aplicação dos percentuais mínimos, nas condições constitucionais e legais pertinentes;
 - IX - desincumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias ao cumprimento de suas atribuições.
- Parágrafo único. O Departamento de Educação terá como titular um Chefe de Departamento.

Subseção II

Diretor de Escola, Coordenador Pedagógico, Apoio Pedagógico e Assistente de Secretaria

Art. 43. Os cargos de Diretor de Escola, Coordenador Pedagógico, Apoio Pedagógico e Assistente de Secretaria, embora previstos nesta Lei por tratarem-se de Cargos Comissionados ou com função gratificada, seguem sendo devidamente regulamentados e detalhados pela Lei n.º 028/2015.

Seção II

Da Secretaria Municipal de Saúde

Art. 44. À Secretaria Municipal de Saúde, unidade administrativa de atividades-fim, como órgão específico na prestação de serviços de saúde pública à população municipal, compete o desenvolvimento de políticas sociais e econômicas, que visem a redução do risco de doença e outros agravos, o acesso igualitário, como direito de todos os munícipes, às ações de serviços para sua promoção, proteção e recuperação, nas condições dos percentuais orçamentários, sendo a ela vinculados:

- I - Diretoria Municipal de Programas de Saúde;
- II - Departamento de Vigilância Sanitária e Epidemiológica.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde terá como titular o Secretário Municipal de Saúde, sendo auxiliado diretamente pelo seu Diretor Municipal e seu Chefe de Departamento e, indiretamente, pelo pessoal com atribuição naquela Secretaria.

Art. 45. Compete ao Secretário Municipal de Saúde:

- I - planejar e formular as políticas municipais de saúde, em consonância com as diretrizes do Conselho Municipal de Saúde e das Conferências Municipais de Saúde;
- II - organizar, avaliar, controlar, fiscalizar e regulamentar as ações dos serviços e dos diferentes recursos de saúde, de prestação direta ou indireta, públicos ou privados;
- III - a gestão e execução dos serviços públicos de saúde, com vistas à universalidade, à equidade e à integralidade do atendimento à saúde;
- IV - articular as esferas municipal, estadual e federal de gestão do Sistema Único de Saúde;
- V - a gestão do Fundo Municipal de Saúde;

- VI - providenciar o encaminhamento de pessoas doentes a outros centros de saúde, fora do município, quando os recursos médicos locais forem insuficientes;
- VII - normatizar critérios para aquisição, estocagem e distribuição dos medicamentos e insumos essenciais para o funcionamento do Sistema Municipal de Saúde;
- VIII - administrar e acompanhar a execução dos convênios e contratos;
- IX - executar a política de saneamento básico do município;
- X - executar todas as ações de vigilância sanitária, inclusive em colaboração com os órgãos das esferas estadual e federal;
- XI - desincumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias para o cumprimento de suas atribuições.

Subseção I

Da Diretoria Municipal de Programas de Saúde

Art. 46. À Diretoria Municipal de Programas de Saúde, unidade administra de atividades-fim, compete dentro dos seus objetivos, planejar, organizar, coordenar, executar a as atividades relacionadas ao serviço de assistência à saúde e coordenação e execução dos programas a ele vinculados, bem como assessorar o Secretário Municipal de Saúde em assuntos de sua competência e desempenhar ainda outras tarefas que lhe forem delegadas.

Parágrafo único. A Diretoria Municipal de Programas de Saúde terá como titular o Diretor Municipal de Programas de Saúde, sendo auxiliado pelo pessoal com atribuição naquela Diretoria.

Art. 47. Compete ao Diretor Municipal de Programas de Saúde, precipuamente:

- I - a assistência médica e sanitária, o controle e erradicação das doenças transmissíveis, a fiscalização e inspeção sanitária, conveniadas ou concorrentemente com outros órgãos;
- II - o levantamento dos problemas de saúde da população, a fim de identificar as causas e combater, com eficácia, as doenças;
- III - campanhas de esclarecimento e orientação sobre vacinação, educação sanitária, combate ao câncer, verminose, etc.;
- IV - articular-se com os órgão e entidades de saúde Estadual e Federal, visando o atendimento dos serviços de assistência médico-social e de defesa comunitária do Município;
- V - proporcionar atendimento odontológico à população;
- VI - providenciar o encaminhamento de pessoas doentes a outros centros de saúde fora do Município, quando os recursos médicos locais forem insuficientes;
- VII - coordenar o Sistema Único de Saúde e executar os programas específicos de saúde como: PACS, ESF, DST/AIDS e outros;
- VIII - administrar e acompanhar a execução de convênios;
- IX - dirigir e fiscalizar a aplicação de recursos provenientes de convênios destinados à Saúde Pública;
- X - manter atualizados os registros de contatos com as demais esferas de Governo;
- XI - executar em parceria com a Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano a política de saneamento básico do Município;
- XII - distribuir os medicamentos da farmácia básica;
- XIII - dirigir, orientar e supervisionar as atividades das Unidades Sanitárias e de programas especiais de nível ambulatorial;
- XIV - desincumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

Subseção II

Do Departamento de Vigilância Sanitária e Epidemiológica

Art. 48. Compete ao Departamento de Vigilância Sanitária e Epidemiológica, precipuamente:

- I - estabelecer programas que visem divulgar a necessidade de prevenção à saúde;
- II - desenvolver atividades de orientação e fiscalização das condições sanitárias e de resguardo da saúde pública e do trabalhador, nas seguintes áreas:
 - a) de alimentos, bebidas e água para consumo humano;
 - b) de saneamento, inclusive habitacional, tanto urbano quanto rural;
 - c) produtos químicos e farmacêuticos;
 - d) de condições de trabalho em qualquer ramo de atividade;
- III - realizar inspeções, vistorias e emissão de alvarás sanitários;
- IV - registrar ocorrências, emitir termos de notificação ou multa e dar cumprimento à legislação, na execução das ações de fiscalização;
- V - articular-se com os demais órgãos da Administração Municipal e Estadual para o perfeito cumprimento das atividades de Fiscalização e vigilância, tanto sanitária como epidemiológica;
- VI - cumprir e fazer cumprir a legislação estadual e federal pertinente à matéria, bem como acordos e convênios, eventualmente firmados com órgãos e entidades públicas e privadas;
- VII - comunicar à autoridade policial competente e/ou órgãos do Ministério Público a ocorrência de ato ou fato tipificado como crime ou contravenção penal;
- VIII - executar as campanhas de vigilância no Município;
- IX - estabelecer as políticas de fiscalização e controlar a ação fiscalizadora;
- X - interditar os estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, cujas condições sanitárias sejam consideradas nocivas à saúde;
- XI - manter registros de antecedentes relativos às infrações sanitárias;
- XII - solicitar cobertura de órgãos policiais para a execução de ações fiscalização, quando necessário;
- XIII - realizar palestras e cursos que visem auxiliar no combate de epidemias e efetuar acompanhamento e controle de epidemias;
- XIV - desincumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

Parágrafo único. O Departamento de Vigilância Sanitária e Epidemiológica terá como titular um Chefe de Departamento.

Seção III

Da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura

Art. 49. À Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, unidade administrativa de atividades-fim, compete executar construção de obras municipais; os serviços de implantação e urbanização de próprios municipais; as atividades relativas à urbanização; administrar os cemitérios municipais; promover serviços de drenagem, pavimentação, paisagismo; executar serviços de manutenção de praças, parques, jardins públicos e arborização; executar os serviços de coleta, transbordo e aterramento do lixo; guardar, manter e conservar a frota de veículos vinculados à Secretaria; assessorar o Chefe do Poder Executivo em assuntos de competência da Secretaria, sendo a ela vinculados:

I - Diretoria Municipal de Meio Ambiente, Água e Esgoto.

II - Diretoria Municipal de Serviços Públicos;

III - Diretoria de Obras Públicas.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Infra-Estrutura terá como titular o Secretário Municipal de Infra-Estrutura, sendo auxiliado diretamente pelos seus Diretores e, indiretamente, pelo pessoal com atribuição naquela Secretaria.

Art. 50. Compete ao Secretário Municipal de Infra-Estrutura:

I - programar, planejar, controlar, fiscalizar e executar as obras municipais;

II - construir e conservar as estradas municipais;

III - construir as vias e logradouros públicos;

IV - executar as atividades relativas a limpeza urbana;

V - executar os serviços de manutenção de parques, praças, jardins, pontes pênséis e pontilhões públicos;

VI - promover as aberturas e conservação das redes de esgoto e águas pluviais;

VII - informar ao Gabinete do Prefeito sobre o desenvolvimento das obras públicas;

VIII - programar, planejar, controlar, fiscalizar e executar os serviços relacionados ao fornecimento de água, tratamento de esgoto e defesa do meio ambiente;

VIII - desincumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias para o cumprimento de suas atribuições.

Subseção I

Da Diretoria Municipal de Meio Ambiente, Água e Esgoto

Art. 51. À Diretoria Municipal de Meio Ambiente, Água e Esgoto, unidade administra de atividades-fim, compete dentro dos seus objetivos, planejar, organizar, coordenar e executar as atividades relacionadas à proteção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável, o serviços de fornecimento de água e destinação de esgoto sanitário, bem como assessorar o Secretário Municipal de Infra-Estrutura em assuntos de sua competência e desempenhar ainda outras tarefas que lhe forem delegadas.

Parágrafo único. A Diretoria Municipal de Meio Ambiente, Água e Esgoto terá como titular o Diretor Municipal de Meio Ambiente, Água e Esgoto, sendo auxiliado pelo pessoal com atribuição naquela Diretoria.

Art. 52. Compete ao Diretor Municipal de Meio Ambiente, Água e Esgoto, precipuamente:

I - exigir de cada interessado na implantação de obra ou atividade potencialmente prejudicial ao meio ambiente o respectivo estudo prévio de impacto ambiental, com ampla divulgação;

II - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem riscos para a vida, à qualidade de vida e ao meio ambiente;

III - promover a educação ambiental, articuladamente, com as unidades de ensino instaladas no Município e em cooperação com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, em todos os níveis e modalidades de ensino e a conscientização pública para o respeito ao meio ambiente;

IV - fiscalizar o trabalho animal, punindo os infratores pelos excessos, na forma do regulamento;

V - coibir, por todos os meios legais, eventos competitivos que submetam animais a confrontos de crueldade;

VI - proteger a fauna e a flora, evitando práticas que as coloquem em risco;

VII - fiscalizar e denunciar aos órgãos competentes os abusos contra o meio ambiente;

VIII - proteger as fontes e mananciais de águas;

IX - controlar processos de florestamento e reflorestamentos decorrentes de legislação municipal;

X - promover, de forma e integrada e cooperada com os demais órgãos e entidades estaduais e federais de defesa do meio ambiente, o fomento do desenvolvimento sustentável, a partir de técnicas adequadas de uso do espaço urbano e rural, viabilizando o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida;

XI - promover uma cultura de defesa do meio ambiente, a partir de uma atuação cooperada e conjugada entre os órgãos públicos e a coletividade;

XII - desincumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

Art. 53. Compete, ainda, ao Diretor Municipal de Meio Ambiente, Água e Esgoto:

I - estudar, projetar e executar, diretamente ou mediante contratos e convênios com entidades especializadas, as obras relacionadas à construção, ampliação e aprimoramento dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e destinação de esgotos sanitários;

II - coordenar e fiscalizar a execução de convênios relacionados à construção, ampliação e aprimoramento dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e destinação de esgotos sanitários;

III - administrar, operar, manter, conservar e explorar os serviços de água potável e esgotos sanitários, sendo que as ligações de água somente poderão ser requeridas ou autorizadas pelo proprietário do imóvel, em cujo nome será extraída a conta e a quem caberá a responsabilidade da ligação;

IV - fiscalizar e arrecadar as tarifas e taxas provenientes de tais serviços, bem como as taxas de contribuição sobre terrenos beneficiados com tais serviços;

V - promover o corte do serviço de fornecimento de água, independentemente de qualquer aviso prévio ao usuário, no caso de atrasos no pagamento da respectiva fatura, desde que por prazo superior a 60 (sessenta) dias;

VI - aplicar a penalidade de multa, no caso de uso abusivo e inadequado dos serviços de água e esgoto, sobretudo o desperdício de água em época de racionamento, sendo os valores das multas disciplinados em regulamento próprio, em montante não superior a 01 (uma) UFM,

dobrando-se o valor em caso de reincidência;

VII - desincumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

Subseção II

Da Diretoria Municipal de Serviços Públicos

Art. 54. À Diretoria Municipal de Serviços Públicos, unidade administra de atividades-fim, compete dentro dos seus objetivos, planejar, organizar, coordenar e executar as atividades relacionadas à prestação de serviços públicos em geral, bem como assessorar o Secretário Municipal de Infra-Estrutura em assuntos de sua competência e desempenhar ainda outras tarefas que lhe forem delegadas.

Parágrafo único. A Diretoria Municipal de Serviços Públicos terá como titular o Diretor Municipal de Serviços Públicos, sendo auxiliado pelo pessoal com atribuição naquela Diretoria.

Art. 55. Compete ao Diretor Municipal de Serviços Públicos, precipuamente:

I - executar os planos sobre extensão, largura, natureza da pavimentação, localidades a serem servidas e outros dados necessários à identificação das rodovias vicinais;

II - prover as vias e logradouros públicos com equipamentos para coleta de lixo;

III - executar os serviços de coleta, triagem e aterro sanitário do lixo, com fixação de itinerários, horários e frequência;

IV - conservar e manter o sistema de drenagem, escoamento pluvial e esgoto;

V - executar e manter o sistema viário público, urbano, os pavimentados e não pavimentados;

VI - estabelecer programas de manutenção preventiva;

VII - executar o planejamento viário e a sinalização vertical e horizontal das vias públicas do Município;

VIII - executar e manter o serviço de iluminação pública e a fiscalizá-lo quando delegado;

IX - fiscalizar os serviços de estacionamento e de transportes de pessoas;

X - planejar, normatizar e dirigir as atividades de engenharia de tráfego;

XI - desenvolver outras atividades necessárias ao bom desempenho da Diretoria, que lhe sejam cometidas pela autoridade;

XII - elaborar e analisar orçamentos de custos de manutenção;

XIII - executar as conexões na pavimentação e modificação de traçados em logradouros públicos de acordo com os projetos;

XIV - efetuar a manutenção e abertura das vias públicas, serviços de terraplanagem e aterros;

XV - efetuar o patrolamento e encascalhamento das vias públicas urbanas e rurais que não estão pavimentadas;

XVI - acompanhar a execução de obras e serviços públicos, orientando a realização de consertos e reparos nos prédios pertencentes ao Município;

XVII - requisitar materiais e peças necessárias à execução de seus serviços;

XVIII - desincumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

Subseção III

Da Diretoria de Obras Públicas

Art. 56. Compete à Diretoria de Obras Públicas, precipuamente:

I - providenciar e executar a construção de obras municipais, em geral, como pavimentação, pontes, prédios públicos, etc.

II - inspecionar as obras em andamento, de execução direta ou contratada com terceiros, por profissionais designados com essa finalidade, desde que não afete a área sob a responsabilidade do Departamento de Serviços Públicos;

III - recuperar e conservar prédios e instalações pertencentes ao Município, que não demandem serviços de engenharia;

IV - executar os planos sobre extensão, largura, natureza da pavimentação, localidades a serem servidas e outros dados necessários à identificação das rodovias urbanas;

V - coordenar os serviços de manutenção das obras executadas, estoques em almoxarifado de materiais de obras;

VI - executar, nas condições permitidas por pessoal próprio, ou na falta destes, mediante prestação de serviços, a manutenção e recuperação dos veículos e máquinas da Secretaria sob sua guarda e responsabilidade;

VII - informar à Secretaria Municipal de Administração e Finanças o controle de quilometragem dos veículos; consumo de combustível; custo por quilometro rodado; controle de serviços de manutenção de peças, pneus, lanternagem, de cada equipamento;

VIII - controlar o custo por hora de máquinas;

IX - manter atualizado os registros individuais com os dados apurados ou coletados no item anterior;

X - sugerir medidas quanto à ampliação, recuperação e renovação da frota do Parque Rodoviário Municipal;

XII - elaborar e analisar orçamentos de custos de manutenção;

XIII - estabelecer programas de manutenção preventiva;

XIV - conhecer e apurar, junto a cada operador, as irregularidades de cada unidade rodoviária;

XV - propor a abertura de processo administrativo ou de sindicância, considerando as circunstâncias em danos ocasionados nos veículos ou máquinas da Secretaria;

XVI - propor, quando os recursos forem insuficientes, a manutenção por terceiros;

XVII - responder pela guarda, segurança e manutenção do equipamento a sua disposição;

XVIII - desincumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

Seção IV

Da Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 57. À Secretaria Municipal de Assistência Social, unidade administra de atividades-fim, compete dentro dos seus objetivos, assegurar, conforme os ditames da justiça social, planejar, organizar, coordenar, executar a política habitacional; executar a política municipal de desenvolvimento na área de assistência social, visando amparar e proteger a família, a velhice, aos deficientes físicos e às crianças e adolescentes; atuar como serviço social em programas de organização da comunidade; manter convênio com organizações governamentais e não governamentais para execução de programas e ações de natureza social; assessorar o Prefeito em assuntos de sua competência e desempenhar

ainda outras tarefas que lhe forem delegadas, sendo a ela vinculados:

I - Departamento Municipal de Habitação e Interesse Social

Parágrafo único. À Secretaria Municipal de Assistência Social terá como titular o Secretário Municipal de Assistência Social, sendo auxiliado diretamente pelo seu Chefe de Departamento e, indiretamente, pelo pessoal com atribuição naquela Secretaria.

Art. 58. Compete ao Secretário Municipal de Assistência Social:

I - representar e prestar assistência ao Prefeito Municipal nas funções políticas de promoção social, habitação e desenvolvimento comunitário;

II - superintender a promoção social e o desenvolvimento comunitário e habitacional do Município;

III - atender os interesses dos munícipes nos assuntos de promoção social, desenvolvimento comunitário e habitacional, bem como na defesa da criança e do adolescente;

IV - manter relações públicas e de contato com os demais órgãos;

V - acompanhar e colaborar na elaboração do orçamento-programa e do orçamento plurianual de investimentos;

VI - exercer a coordenação e supervisão dos sistemas de departamento, na esfera de suas atribuições;

VII - promover e controlar todas as atividades de planejamento e execução dos programas social e desenvolvimento comunitário empreendidos pelo Município;

VIII - propor a criação, reunião e extinção de instituições assistenciais municipais, de modo a racionalizar a oferta de oportunidade à comunidade;

IX - promover a integração do sistema municipal de promoção social com a comunidade;

X - promover e articular com diferentes órgãos, tanto no âmbito governamental como na iniciativa privada, visando ao aproveitamento de incentivos e recursos para as instituições assistenciais do Município;

XI - desincumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias para o cumprimento de suas atribuições.

Subseção I

Departamento Municipal de Habitação e Interesse Social

Art. 59. Compete ao Departamento Municipal de Habitação e Interesse Social, precipuamente:

I - promover a mobilização e a organização da comunidade para o próprio equacionamento das questões sociais, mediante a formulação de políticas sociais e controle das ações em todos os níveis;

II - estimular a integração das instituições que atuam na busca de soluções para os problemas comunitários e sociais, objetivando a unificação de esforços para resultados mais expressivos;

III - incentivar a comunidade municipal para patrocinar as causas do serviço social;

IV - praticar a descentralização político-administrativa, cooperando com as esferas do Governo Federal e Estadual, bem como com as entidades beneficentes de ação social;

V - articular-se com outros órgãos congêneres, objetivando a obtenção de conhecimentos e troca de experiências na área da ação social;

VI - articular-se com outras autoridades com o objetivo de obter recursos financeiros, materiais e humanos para a execução de atividades e programas da Diretoria;

VII - manter permanentemente atualizado um banco de dados com informações obtidas junto a órgãos da Administração Pública Municipal e às entidades que direta ou indiretamente atuam na área de ação social;

VIII - proceder à triagem da população carente que procura o Departamento, com o seu atendimento ou devido encaminhamento ao órgão competente;

IX - prestar assistência possível à população economicamente carente;

X - promover soluções destinadas ao socorro emergencial de vítimas de causas nefastas;

XI - implantar e manter atualizado o cadastro de pessoas carentes do Município;

XII - selecionar, com base nas informações cadastrais, os casos prioritários de atendimento, desde que atendidos os requisitos básicos estabelecidos;

XIII - auxiliar, quando solicitado, no planejamento familiar, baseado na livre decisão e na dignidade da pessoa humana;

XIV - fomentar a proteção à família contra qualquer forma ou espécie de violência, discriminação ou intolerância, denunciando os casos de abusos às autoridades competentes;

XV - assistir e amparar as pessoas idosas, mediante ações voltadas para sua ocupação sadia, esportes, lazer e encontros sociais, culturais e de turismo, abrigo;

XVI - assegurar, nas condições das concessões ou permissões, a gratuidade do transporte para o idoso com mais de 65 anos de idade;

XVII - manter espaços de assistência e atendimento em albergue;

XVIII - orientar e assistir as famílias que tenham membros usuários ou dependentes de drogas ofensivas à saúde;

XIX - assistir as vítimas de abuso, assegurando-lhes o devido encaminhamento;

XX - o planejamento habitacional destinado à população carente e sem meios econômicos e financeiros, do Município;

XXI - o mapeamento e o cadastramento técnico das áreas utilizadas pela população carente, transformadas em favelas, recenseando seus moradores e detalhando individualmente casos e situações específicas;

XXII - executar a política habitacional, urbana e rural, adequando-se às necessidades da população e peculiaridades do Município;

XXIII - instituir e coordenar um sistema de dados e informações relativo à habitação;

XXIV - oferecer subsídios para a elaboração de normas, rotinas e procedimentos necessários à implantação dos projetos habitacionais;

XXV - ampliar o acesso a lotes mínimos, dotados de infra-estrutura básica e servidos por transporte coletivo;

XXVI - estimular e assistir, técnica e materialmente, projetos comunitários e associativos de construção de habitação e serviços;

XXVII - regularizar e titular áreas ocupadas por população de baixa renda, possíveis de urbanização;

XXVIII - articular-se com órgãos regionais, estaduais e federais na promoção de programas de habitação popular e, quando couber, estimular a iniciativa privada a contribuir para aumentar a oferta de moradias adequadas e compatíveis com a capacidade econômica da população;

XXIX - fiscalizar e controlar, com o auxílio das demais Secretarias, invasões em áreas de propriedade do Município ou de preservação permanente;

XXX - estudos sobre problemas fundiários no Município para fundamentar a ação do Governo Municipal;

XXXI - desincumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

Parágrafo único. O Departamento Municipal de Habitação e Interesse Social terá como titular um Chefe de Departamento.

Seção V

Da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio

Art. 60. À Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, como unidade administrativa de atividades-fim, compete o planejamento, o fomento, a execução e o controle dos programas, políticas e ações de Governo, voltados ao desenvolvimento sustentável das atividades agrícola e de pecuária, bem como as atividades industriais e comerciais, sendo a ela vinculado:

I – Diretoria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio.

II – Departamento de Agricultura.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio terá como titular o Secretário Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, sendo auxiliado diretamente pelo Diretor Municipal de Agricultura Indústria e Comércio e pelo seu Chefe de Departamento e, indiretamente, pelo pessoal com atribuição naquela Diretoria.

Art. 61. Compete ao Secretário Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio:

I - planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades da Patrulha Mecanizada, da Assistência técnica e de Programas Especiais dos setores de Agricultura e Pecuária;

II - promover a manutenção do equipamento da Patrulha Mecanizada;

III - prestar assistência técnica aos agricultores;

IV - organizar a feira livre, fazendo agrupamento dos feirantes por classes similares de mercadorias, tomando as medidas necessárias à padronização das barracas e dos locais;

V - promover e ampliar os serviços de extensão do Município, integrando-se com as Secretarias Municipais de Educação e Saúde;

VI - desenvolver programas e projetos voltados à geração de trabalho e renda;

VII - desenvolver ações que promovam o desenvolvimento econômico sustentável e solidário, fomentando inclusive a política de coleta seletiva de lixo;

VIII - promover a organização do setor informal da economia do Município;

IX - promover, sistematizar e disponibilizar informações sócio-econômicas do Município, principalmente questões de emprego, qualidade de vida, qualidade de mão-de-obra, infra-estrutura logística e incentivos;

X - desenvolver programas de qualificação e requalificação profissional;

XI - promover e estimular a instalação de novas organizações industriais, comerciais e de serviços, bem como incentivar e apoiar micro e pequenas empresas;

XII - captar recursos e participar de eventos em nível municipal, estadual e nacional;

XIII - desincumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias para o cumprimento de suas atribuições.

Subseção I

Da Diretoria de Agricultura, Indústria e Comércio

Art. 62. Compete à Diretoria de Agricultura, Indústria e Comércio, precipuamente:

I - planejar, executar, controlar e avaliar as ações na área da agropecuária e ações congêneres;

II - promover medidas visando a aplicação correta de defensivos e fertilizantes;

III - incentivar o ensino agrícola formal e informal, articuladamente com a da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

IV - promover e apoiar ações voltadas ao desenvolvimento da agropecuária;

V - incentivar a implantação de hortas comunitárias nos bairros e comunidades do interior, onde elas não existem;

VI - orientar as comunidades agrícolas, no sentido de aumentar a qualidade, produtividade e variedade de produtos cultivados, bem como na sua adequada comercialização e consumo;

VII - organizar e implantar as feiras livres e feiras para a comercialização dos produtos diretamente do produtor ao consumidor;

VIII - organizar com outros órgãos da Administração Pública Municipal e Estadual, ao nível municipal e regional, eventos e promoções, feiras e exposições agropecuárias;

IX - apoiar o cooperativismo, o associativismo, a pesquisa, a extensão rural, a integração agroindustrial e outras formas de organização do produtor e da produção;

X - promover medidas visando o desenvolvimento de atividades de estímulo à economia doméstica;

XI - orientar os produtores relativamente à abertura de crédito rural, junto aos órgãos financeiros públicos e privados;

XII - coordenar os trabalhos de elaboração do Plano Diretor Rural, visando à ordenação do crescimento e desenvolvimento da zona rural, contemplando:

a) o mapeamento e cadastramento de todas as propriedades rurais do Município;

b) a titulação da propriedade de imóvel rural;

c) os níveis de utilização e conservação das áreas agricultáveis;

d) o aproveitamento dos recursos hidronaturais;

e) o mapeamento das áreas de preservação existentes;

f) o levantamento aerofotogramétrico.

XIII - promover a busca de instrumentos para o desenvolvimento comercial e industrial do Município;

XIV - desenvolver políticas de incentivos fiscais;

XV - promover e melhorias nas indústrias, comércios e serviço do Município, mediante o desenvolvimento de pesquisas, levantamento e cadastramento de oportunidades e interesses;

XVI - planejar, organizar, dirigir e controlar a política industrial, comercial e de serviços do Município, objetivando a implementação de uma linha desenvolvimentista, destinada a geração de empregos, abastecimentos do comércio local ou não, através de técnicas e melhorias de qualidades dos produtos e serviços;

XVII - assessorar a micro e pequena empresa, estimulando-a na legalização e na geração de empregos;

- XVIII - implementar e definir a instalação do Distrito Industrial;
- XIX - interagir nas relações empresariais para micro, pequena e média empresa, bem como pelas relações de comércio internacionais;
- XX - apoiar e orientar a iniciativa privada, assessorando-a na captação de recursos financeiros para o desenvolvimento econômico do Município;
- XXI - estimular a instalação de novas empresas, bem como incentivar e apoiar as já existentes;
- XXII - realizar estudos a fim de criar e ampliar centros para comercialização de produtos fabricados no Município;
- XXIII - estruturar e prestar informações comerciais, industriais e de prestação de serviços;
- XXIV - realizar estudos e pesquisas de mercado, para identificar oportunidades potenciais para colocação de produtos municipais;
- XXV - formar, treinar, preparar, com o apoio de outros organismos, mão-de-obra qualificada, visando a sua colocação no mercado de trabalho;
- XXVI - fomentar oportunidades de trabalho para quem enfrenta dificuldades de colocação no mercado;
- XXVII - desincumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

Subseção II

Do Departamento de Agricultura

Art. 63. Compete ao Departamento de Agricultura:

- I – Realizar subsidiariamente e em auxílio ao Secretário de Agricultura e ao Diretor de Agricultura Indústria e Turismo todas as atribuições que lhes são conferidas;
- II - criar mecanismos de apoio à mecanização e infraestrutura da propriedade rural;
- III - promover ações de apoio à eletrificação e telefonia rurais, articuladamente com a atividade privada e os órgãos governamentais;
- IV - desenvolver ações junto ao Departamento de Meio Ambiente, Água e Esgoto voltadas para o abastecimento de água potável e de boa qualidade, junto a agrovilas e propriedades rurais;
- V - incentivar a implantação de obras de infraestrutura básica, visando incentivar a permanência do agricultor na zona rural;
- VI - promover a implantação de viveiros para a produção de mudas de essências florestais, visando o florestamento e o reflorestamento;
- VII - apoiar e desenvolver campanhas visando à conscientização da comunidade para a preservação do meio ambiente sadio;
- VIII - promover e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, no que for de competência do Município;
- IX - promover a fiscalização, articuladamente com outros órgãos do governo, de saúde e vigilância sanitária;
- X - definir espaços de controle e preservação permanente de interesse público e social do Município, promovendo as respectivas declarações ou tombamento, conforme o caso;
- XI - desenvolver ações objetivando a prática da inseminação artificial e outras que visem ao melhoramento genético dos rebanhos;
- XII - promover medidas visando a educação e a defesa sanitária animal e vegetal;
- XIII - apoiar a instalação de açudes, irrigação e demais práticas visando o desenvolvimento da piscicultura;
- XIV - incentivar o armazenamento e silagem, visando a formação de estoques regulares;
- XV - desincumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

Seção VI

Da Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Turismo

Art. 64. À Secretaria Municipal de Esportes Cultura e Turismo, como unidade administrativa de atividades-fim, compete o planejamento, o fomento, a execução e o controle dos programas, políticas e ações de Governo, voltados ao desenvolvimento do esporte em todas as suas modalidades e faixas etárias, sendo a ela vinculados:

I – Diretoria Municipal de Esportes.

II – Departamento Municipal de Cultura e Turismo.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Turismo terá como titular um Secretário, sendo auxiliado diretamente pelo Diretor Municipal de Esportes, pelo Chefe de Departamento de Cultura e Turismo, e, indiretamente, pelo pessoal com atribuição naquela Secretaria.

Art. 65. Compete ao Secretario Municipal de Esportes, Cultura e Turismo:

- I - planejar, organizar, coordenar e controlar os programas e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do esporte em todas as suas modalidades;
- II - promover a manutenção do equipamento e do patrimônio público vinculado ao desenvolvimento da atividade esportiva;
- III - organizar jogos, campeonatos, torneios e demais formas de competições esportivas, em diferentes modalidades e visando ampla participação da comunidade, em todas as suas faixas etárias;
- IV - desenvolver programas e projetos voltados ao incentivo da prática esportiva entre crianças e adolescentes;
- VII - desenvolver, juntamente com os demais órgãos públicos municipais, estaduais e federais, atividades voltadas ao fomento do esporte como veículo de inclusão social e promoção da igualdade social em todos os seus termos, inclusive fomentando a educação ambiental e o repúdio a qualquer prática de racismo ou discriminação;
- VIII - captar recursos e participar de eventos em nível municipal, estadual e nacional vinculados à prática esportiva;
- IX – Compete-lhe ainda, praticar de forma solidária, todas as atribuições que são conferidas ao Diretor Municipal de Esportes, e ao Departamento de Cultura e Turismo.
- X - desincumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias para o cumprimento de suas atribuições.

Subseção I

Diretoria Municipal de Esportes

Art. 66. Compete ao Diretor Municipal de Esportes, precipuamente:

- I – Auxiliar Diretamente o Secretário Municipal de Esportes, Cultura e Turismo em todas as atividades que lhe forem inerentes no tocante

ao esporte;

II – Em auxílio ao Secretário, organizar jogos, campeonatos, torneios e demais formas de competições esportivas, em diferentes modalidades e visando ampla participação da comunidade, em todas as suas faixas etárias;

III – Zelar pela conservação do Ginásio Municipal de Esportes, bem como de todo o material esportivo do Município.

IV - desincumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias para o cumprimento de suas atribuições.

Subseção II

Do Departamento de Cultura e Turismo

Art. 67. Compete ao Chefe de Departamento de Cultura e Turismo, precipuamente:

I - incentivar a integração das ações desenvolvidas pelos diversos grupos, clubes de serviço, entidades, grêmios estudantis e demais associações representativas da classe artística e cultural do Município;

II - estimular e promover a cultura no Município;

III - incentivar e promover manifestações artísticas, culturais e literárias;

IV - incentivar eventos folclóricos, típicos e tradicionais;

V - programar o calendário dos eventos culturais e festivos do Município;

VI - fixar as data comemorativas de alta significação para a comunidade;

VII - viabilizar a implantação de Escolas de Artes no Município;

VIII - apoiar e valorizar os artistas e grupos artísticos e culturais do Município, mediante a realização de eventos locais e regionais, tais como exposições, feiras, concursos, festivais e outras de caráter artístico e cultural;

IX - organizar o acervo de documentos, peças e artigos significativos de valor histórico e cultura, promovendo, quando necessário, a sua recuperação e adequada conservação;

X - promover e proteger o patrimônio cultural do Município, por meio de inventários, registros, vigilâncias, tombamento ou desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação;

XI - compilar dados, fatos e documentos, de maneira a preservar viva a história do Município;

XII - promover palestras, seminários, encontros e demais eventos oportunos, objetivando a divulgação e o amplo conhecimento dos fatos e personagens protagonistas da história, passada e presente, do Município;

XIII - desenvolver programas de trabalho relativos à história do Município, junto aos educando da rede municipal e particular de ensino, articuladamente com as demais diretorias e departamentos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

XIV - providenciar, quando oportuno, a impressão de material necessário à divulgação da história do Município;

XV - Representar e prestar assistência ao Prefeito Municipal, nas funções políticas de turismo;

XVI - Superintender o turismo no Município, e fazer cumprir as disposições da Lei Orgânica do Município;

XVII - Atender os interesses do Município nos assuntos de turismo;

XVIII - Manter relações públicas e de contato com os demais órgãos;

XIX - Acompanhar e colaborar na elaboração do Orçamento Anual e do Orçamento Plurianual de investimentos;

XX - Exercer a coordenação e supervisão dos sistemas de departamento, na esfera de suas atribuições;

XXI - Promover a execução de projetos turísticos que tenham como finalidade a integração da comunidade local com a comunidade turística;

XXII - Promover a articulação com entidades públicas ou privadas, internas ou externas, objetivando executar projetos para desenvolver o turismo e a cultura municipal;

XXIII - Representar e divulgar o Município, em eventos de natureza diversa, no âmbito interno e externo;

XXIV - Promover a elaboração e execução do calendário anual de atividades turísticas e desportivas;

XXV - Superintender a administração do pessoal lotado no órgão e a administração dos bens utilizados ou à disposição do órgão;

XXVI - Promover a proteção do patrimônio turístico, artístico e histórico do Município;

XXVII - Desincumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias para o cumprimento de suas atribuições.

TÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DE ACONSELHAMENTO E DOS FUNDOS MUNICIPAIS

CAPÍTULO I

Dos Órgãos de Aconselhamento

Art. 68. O Poder Executivo do Município de Zortéa tem relação, em regime de colaboração, com os seguintes órgãos auxiliares de comissão, aconselhamento e deliberação coletiva:

I - Conselho de Desenvolvimento do Município – CDE, vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal;

II - Conselho Municipal de Saúde – CMS, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde;

III - Conselho Municipal de Turismo – CMT, vinculado à Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Turismo;

IV - Conselho Municipal de Trabalho e Emprego – CMTE, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio;

V - Comissão Municipal de Esportes – CMESP, vinculado à Secretaria Municipal de Esportes;

VI - Comissão Municipal do Idoso – CMI, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social;

VII – Comissão Municipal de Trânsito – CMTR, vinculado à Secretaria Municipal de Infra-Estrutura;

VIII - Conselho Municipal de Educação – CME, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

IX - Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CMAE, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

X - Conselho Municipal de Segurança Alimentar – CMSA, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde;

XI - Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - COMFUNDEB, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

XII - Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDC, vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal;

XIII - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, vinculado à Diretoria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio;

XIV - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social;

XV - Conselho Tutelar - CT, órgão permanente e autônomo não jurisdicional, conforme lei municipal específica;

XVI - Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, vinculado à Diretoria de Bem-Estar Social e Habitação.

XVII – Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONDEMA, vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal.

XVIII – Conselho Municipal de Entorpecentes – COMEN, vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 69. Os Conselhos e Comissões Municipais constituem-se em unidades administrativas ou funcionais da Administração Pública Municipal de Zortéa, salvo expressa disposição legal que lhes confira autonomia administrativa.

Parágrafo único. São constituídas de colegiados de cidadãos que colaboram com a Administração Pública Municipal, exercendo munus honorífico, em caráter gratuito, salvo expressa disposição legal que estabeleça remuneração específica, constituindo-se em funções consideradas de natureza relevante, por atribuição do Prefeito Municipal, nos termos dos respectivos regimentos internos.

Art. 70. Os Conselhos e Comissões Municipais terão seus regimentos internos definidos em lei específica, que disporá acerca do objeto, competências, atribuições e acerca de suas relações com a Administração Pública Municipal.

CAPÍTULO II

Dos Fundos Municipais

Art. 71. O Município de Zortéa, na forma da legislação pertinente, conta com os seguintes fundos:

I - Fundo Municipal de Saúde - FMS, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde;

II - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social;

III - Fundo Municipal da Infância e do Adolescente - FIA, vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - Fundo Municipal de Habitação - FRH, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. Os Fundos Municipais poderão contar com contabilidade própria e estarão sujeitos às normas de controle interno e externo.

Seção I

Do Fundo Municipal de Saúde - FMS

Art. 72. O Fundo Municipal de Saúde, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, tem como principal finalidade a de criar as condições financeiras e de gerência dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento das ações e dos serviços públicos de Saúde.

Parágrafo Único. O Município aplicará em cada exercício, no mínimo, 15% (quinze por cento) do produto da sua receita decorrente de impostos, sem prejuízo da aplicação de recursos do governo estadual e federal, em programas de saúde.

Seção II

Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Art. 73. O Fundo Municipal de Assistência Social, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, tem por objetivo atender aos encargos decorrentes da ação do Município no campo da assistência social, especialmente:

I - no enfrentamento à pobreza;

II - na proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

III - na promoção à integração ao mercado de trabalho, das pessoas excluídas;

IV - na habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiências e à promoção de sua integração à vida comunitária.

Parágrafo Único. As despesas deste fundo serão cobertas com recursos do orçamento municipal e de outras fontes.

Seção III

Fundo Municipal da Infância e do Adolescente - FIA

Art. 74. O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tem por objetivo propiciar estímulo às atividades agropecuárias, condições de sua comercialização, o apoio e suporte financeiro e material.

Parágrafo Único. As despesas deste fundo serão cobertas com recursos do orçamento municipal e de outras fontes.

Seção IV

Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social

Art. 75. O Fundo Municipal de Habitação e interesse social, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, tem por objetivo propiciar o apoio e suporte financeiro aos programas, projetos e atividades habitacionais à população de baixa renda.

Parágrafo Único. As despesas deste fundo serão cobertas com recursos do orçamento municipal e de outras fontes.

TÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES COMUNS

CAPÍTULO I

Dos Dirigentes de Órgãos Subordinados Diretamente ao Prefeito Municipal

Art. 76. Além das atribuições específicas mencionadas nesta lei, compete ainda aos Secretários, Diretores, Chefes Departamentos e Assesores de órgãos subordinados diretamente ao Prefeito Municipal:

I - orientar, coordenar e fiscalizar os trabalhos dos órgãos que lhe são subordinados, exercendo a direção geral;

II - despachar pessoalmente com o Prefeito Municipal, nos dias e horas determinados, todo o expediente das repartições que dirige;

III - participar de reuniões, quando convocado;

IV - apresentar ao Prefeito Municipal, na época própria, o programa anual dos trabalhos e o relatório das atividades a cargo das Unidades sob sua direção;

V - proferir despachos interlocutórios em processos e papéis cuja decisão caiba ao Prefeito Municipal e em processos decisórios de sua competência;

VI - referendar os Decretos atinentes ao órgão que dirige;

VII - elaborar instruções de acordo com as orientações do Prefeito Municipal, para a boa execução dos atos normativos baixados pelo Governo Municipal;

VIII - assessorar o Prefeito Municipal em assuntos referentes aos órgãos sob sua direção;

IX - abonar as faltas ou atrasos dos servidores sob sua subordinação, desde que sejam devidamente justificadas;

X - aplicar penas disciplinares aos servidores que lhe são subordinados, conforme normas disciplinares definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

XI - movimentar de acordo com as conveniências do serviço, o pessoal com atribuição nos órgãos sob sua direção;

XII - preencher, quando for o caso, boletins que permitam a apuração do mérito dos servidores sob suas ordens, para efeito de promoção, conforme dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e os regulamentos próprios;

XIII - determinar a realização de sindicâncias para a apuração de faltas e irregularidades;

XIV - promover o treinamento de seus subordinados, por meio da elaboração e execução de programas de treinamento no âmbito da própria repartição, utilizando-se métodos de rodízios, treinamento em serviço, reuniões para estudo e discussão de problemas relacionados com os trabalhos, bem como promover leitura e divulgação de informações pertinentes;

XV - propor à Divisão de Recursos Humanos, a organização de cursos de treinamento, para atender as necessidades, cooperando na execução;

XVI - promover reuniões com seus subordinados imediatos, para tratar de assuntos de interesse do órgão que dirige, visando o aperfeiçoamento dos serviços;

XVII - fazer e informar convenientemente e nos prazos estabelecidos, os processos e papéis que forem dirigidos ao órgão que administra;

XVIII - manter rigoroso controle das despesas dos órgãos sob sua responsabilidade;

XIX - prorrogar ou antecipar, pelo tempo que julgar necessário, o expediente do órgão que dirige e autorizar a realização de serviços extraordinários;

XX - solicitar à Secretaria Municipal de Administração a admissão de pessoal, quando for o caso;

XXI - zelar pela fiel observância e execução das normas previstas nesta lei e das instruções para execução dos serviços;

XXII - resolver os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas na execução desta lei;

Parágrafo único. Além das atribuições acima enunciadas, compete ainda aos titulares dos órgãos que integram a estrutura administrativa do Poder Executivo, encaminhar na época própria à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a proposta orçamentária do órgão que dirige, bem como, dados e informações estatísticas relativas às suas atividades, mantendo-se permanentemente articulado com aquela.

CAPÍTULO II

Dos Diretores e Chefes de Departamento

Art. 77. Além das atribuições específicas já mencionadas, compete ainda aos Diretores Municipais e Chefes de Departamento:

- I - promover por todos os meios ao seu alcance, o aperfeiçoamento dos serviços sob sua incumbência;
- II - realizar reuniões com seus subordinados imediatos, para tratar de assuntos de interesse do órgão que dirige;
- III - promover o treinamento de seus subordinados, através de elaboração e execução de programas de treinamento no âmbito da própria repartição, utilizando-se de métodos de rodízio, treinamento em serviço, reuniões para estudo e discussão dos problemas relacionados com os trabalhos;
- IV - cooperar com o Departamento de Pessoal na elaboração e execução dos Programas Gerais de treinamento dos servidores do Poder Executivo Municipal;
- V - proferir despachos interlocutórios em processos e papéis, cuja decisão caiba ao Prefeito e despachos decisórios em processos de sua competência;
- VI - despachar diretamente com o chefe imediato;
- VII - apresentar ao superior imediato, na época própria, o programa de trabalho do órgão sob sua direção, apresentar dados para a elaboração da proposta orçamentária e trimestralmente emitir relatório das atividades do órgão sob sua jurisdição, sugerindo medidas para a melhoria dos serviços;
- VIII - participar de reuniões das Diretorias e Chefias, quando convocado;
- IX - manter a disciplina do pessoal;
- X - aplicar penas de advertência ou repreensão aos servidores que lhe forem subordinados e propor ao superior hierárquico a aplicação naquelas que excederem a sua competência;
- XI - distribuir o serviço ao pessoal, examinando o andamento diário dos trabalhos, providenciando a sua rápida efetivação e promovendo a unificação das normas de execução dos mesmos, em colaboração direta com os seus superiores imediatos;
- XII - preencher os boletins que permitam a apuração de mérito dos servidores sob suas ordens, para efeito de promoção, quando for o caso;
- XIII - organizar na periodicidade determinada, a escala de férias para o ano seguinte e remeter ao Departamento de Pessoal;
- XIV - propor em nível de direção imediatamente superior, a realização de sindicâncias, para apuração de faltas ou irregularidades;
- XV - fazer cumprir rigorosamente o horário de trabalho do pessoal a seu cargo, bem como, as disposições regulamentares e as instruções para a execução dos serviços;
- XVI - visar os pedidos de compras e as requisições de material de expediente, quando for o caso;
- XVII - atender as pessoas ou determinar o atendimento durante o expediente, dos que os procurarem para tratar de assuntos relacionados às suas atividades profissionais.

CAPÍTULO III

Dos Demais Servidores e das Questões Gerais

Art. 78. Aos servidores cujas atribuições não foram especificadas nesta lei, cumpre observar as prescrições legais e regulamentares, especialmente aquelas expressas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, bem como executar com eficiência, zelo e presteza as tarefas que lhe forem cometidas, e ainda, cumprir as ordens, determinações e instruções superiores, formulando sugestões com vistas ao

aperfeiçoamento do trabalho.

Art. 79. O regime jurídico dos servidores públicos municipais do Município de Zortéa é o estatutário, nos termos da legislação municipal específica, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 80. No âmbito da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, no mínimo 20% (vinte por cento) dos cargos de provimento em comissão e funções comissionadas deverão ser preenchidos, obrigatoriamente, por servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo. Parágrafo único. Os provimentos em comissão da Secretaria Municipal de Educação, nas funções de Chefe de Departamento de Educação e Diretor de Estabelecimento de Ensino deverão ser providos, necessariamente, por servidores integrantes da carreira do magistério público municipal, ocupantes de cargos de provimento efetivo.

Art. 81. Os servidores de cargos de provimento efetivo, quando nomeados ou designados para o exercício de cargos em comissão ou funções de confiança previstas nesta Lei, desde que optem pela remuneração do respectivo cargo efetivo, perceberão por Função Gratificada (FG), de acordo com o Anexo II desta Lei, enquanto designados, obedecendo aos critérios de provimento em comissão de livre nomeação e exoneração, retornando ao cargo original quando exonerados da função de confiança.

§ 1º A Função Gratificada será concedida quando ao servidor forem cometidos os encargos de coordenação de programas, diretoria e chefia, bem como comissões especiais temporárias e permanentes, serviços técnicos ou especiais, ou serviços estranhos a sua competência específica.

§ 2º No caso dos servidores de cargos de provimento efetivo nomeados para o exercício de funções de coordenação de programas, perceberão por Função Gratificada (FG II), de acordo com o Anexo II desta Lei.

§ 3º Os servidores de cargos de provimento efetivo nomeados para o exercício de funções de confiança de Diretoria Municipal e Chefia de Departamento, desde que possuam ensino médio, perceberão por Função Gratificada (FG III), de acordo com o Anexo II desta Lei.

§ 4º No caso dos servidores de cargos de provimento efetivo nomeados para o exercício de funções de confiança diversas das previstas nos §§ 2º e 3º deste artigo, e que atuarem como membros titulares de comissões especiais nomeadas pelo Chefe do Poder Executivo, , perceberão por Função Gratificada (FG I), de acordo com o Anexo II desta Lei, podendo neste caso, ser cumulativa com as demais funções gratificadas por exercício de direção ou chefia de departamento enquanto permanecerem nomeados para os serviços especiais.

§ 5º Os servidores de cargos de provimento efetivo, quando nomeados para o exercício de cargos de provimento em comissão previstos nesta Lei, poderão optar pela remuneração que melhor lhe convier, durante o desempenho do cargo de provimento em comissão.

§ 6º Os valores constantes da Tabela do Anexo II serão corrigidos pelo mesmo índice de atualização da reposição geral dos servidores municipais.

§ 7º A gratificação de que trata este artigo não será incorporada ao vencimento do servidor em nenhuma hipótese.

§ 8º O exercício de função gratificada ou de cargo de provimento em comissão só assegura direitos ao servidor, durante o período em que estiver exercendo o cargo ou função.

§ 9º O servidor em estágio probatório poderá desempenhar cargo em comissão ou função de confiança no âmbito do respectivo Poder, podendo optar pela remuneração do cargo em comissão ou do cargo efetivo, neste último caso acrescida da respectiva função gratificada.

Art. 82. As atribuições do Chefe de Gabinete, Secretários, Assessor de Controle Interno, Diretores Municipais, Chefes de Departamento e demais titulares de cargos no Município, são aquelas decorrentes e correspondentes diretamente das competências de cada gabinete, secretaria, diretoria, departamento ou assessoria a que estiverem vinculados.

Art. 83. Para obter o máximo de eficácia nas ações do Governo Municipal, é livre a comunicação hierárquica horizontal, obedecidos os fundamentos do planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competências, racionalização e produtividade.

TÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 84. São partes integrantes desta Lei, os seguintes anexos:

I - Anexo I - Quadro de Pessoal em Comissão, de DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR e níveis salariais;

II - Anexo II - Quadro de valores das FUNÇÕES GRATIFICADAS - FGs.

Art. 85. O quadro de vagas dos cargos de provimento em comissão e funções de confiança, criados por esta Lei é o constante da Tabela do Anexo I.

Art. 86. Os vencimentos dos cargos de provimento em comissão e funções de confiança, criados por esta Lei, passam a ser aqueles constantes da Tabela do Anexo I.

Parágrafo único. O valor da remuneração dos Secretários Municipais, será fixado para cada gestão, mediante Lei específica, conforme dispõe a Emenda Constitucional nº 19/98, de 04 de junho de 1998.

Art. 87. Esta Lei Complementar será implantada de forma gradativa, segundo a conveniência e oportunidade administrava, sem solução de continuidade para as atividades da Administração Pública Municipal, especialmente seus serviços e obras.

Parágrafo único. As medidas administrativas visando à adequação da implantação dos órgãos compreendem:

I - elaboração e aprovação dos respectivos regimentos internos;

II - provimento dos respectivos cargos;

III - dotação de elementos humanos e materiais indispensáveis aos seus funcionamentos;

IV - instruções das chefias quanto às competências conferidas pelos regimentos internos.

Art. 88. Extintos os órgãos competentes da estrutura administrativa anterior, extinguir-se-ão automaticamente os cargos em comissão correspondentes a sua chefia.

Art. 89. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, por Decreto, remanejar, transferir ou utilizar os saldos orçamentários dos órgãos extintos ou desmembrados por esta Lei para adequação orçamentária do exercício de 2017.

Art. 90. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando expressamente revogadas a Lei n.º 012/2007, a Lei n.º 436/2013, e os artigos 84 e 85 da Lei 484/2014, bem como todas as disposições em contrário, e ainda, mantem-se revogadas as leis que assim o foram pela Lei n.º 012/2007.

Prefeitura Municipal de Zortéa, 20 de fevereiro de 2017.

ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 29 de março de 2017.

RAUL VILARINO LIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ANEXO I

Cargo		Qtde de cargos	Faixa de vencimento	Padrões de vencimento R\$
ASSESSOR JURÍDICO	GC	1	N-1	5.400,00
CHEFE DE GABINETE	GC	1	N-2	2.655,83
ASSESSOR CONTROLE INTERNO	GC	1	N-2	2.655,83
DIRETOR MUNICIPAL	GC	8	N-3	2.074,93
COORDENADOR DO IDOSO	GC	1	N-3	2.074,93
CHEFE DE DEPARTAMENTO	GC	9	N-4	1.327,88
ASSISTENTE DE GABINETE	GC	4	N-4	1.327,88
ASSISTENTE DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR	GC	1	N-4	1.327,88
SECRETÁRIO MUNICIPAL	GC	7	N - 32 AEMVIII3	3.149,00

Níveis de Vencimento

N-1	5.400,00
N-2	2.655,83
N-3	2.074,93
N-4	1.327,88
N-32 - AEMVIII3	3.149,00

ANEXO II

DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

	Denominação de Função Gratificada	Valor Fixado	Quantidade
FG - I	FUNÇÕES DE CONFIANÇA EM GERAL	R\$ 351,31	10
FG - II	COORDENADOR DE PROGRAMAS	R\$ 526,95	10
FG - III	DIRETOR MUNICIPAL E CHEFE DE DEPARTAMENTO COM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO	R\$ 702,61	17

LEI Nº 0557/2017 - DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL

LEI Nº 0557/2017 DE 23 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO E DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e na forma da Lei, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder a revisão geral anual de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal de 1988, aos vencimentos dos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas, às funções gratificadas e aos subsídios dos agentes políticos, conforme legislação municipal.

§ 1st - O percentual de recomposição para os vencimentos dos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas e para as funções gratificadas, será de 4,69% (quatro vírgula sessenta e nove por cento) o que corresponde à inflação registrada pelo índice do INPC / IBGE, durante o período de março de 2016 até fevereiro de 2017, sendo que este índice deverá ser aplicado sobre o vencimento base dos servidores do mês de março de 2017.

§ 2nd - Os vencimentos dos servidores públicos do Poder Legislativo, instituídos pela Lei Municipal nº 0480/2014 de 25 de março de 2014, serão automaticamente revistos por meio da recomposição concedida aos cargos do Poder Executivo, na forma do parágrafo anterior.

§ 3rd - O percentual de recomposição para os subsídios dos agentes políticos municipais, estabelecidos pelas Leis Municipais 0542/2016 e 0543/2016 de 15 de junho de 2016 e a Lei 0546/2016 de 27 de junho de 2016, será de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) o que corresponde à inflação registrada pelo índice do INPC /IBGE, durante o período de janeiro de 2017 até fevereiro de 2017, sendo que este índice deverá ser aplicado sobre o vencimento base dos servidores do mês de março de 2017.

§ 4th - O vencimento de que trata o "caput" deste artigo e os parágrafos anteriores corresponde ao vencimento base, sem considerar vantagens permanentes relativas ao cargo, emprego, posto ou graduação, bem como gratificações e quaisquer outras vantagens percebidas pelos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas.

Art. 2º - Caso, após a aplicação do percentual correspondente a revisão de que trata o artigo 1º da presente Lei, sejam constatados vencimentos que não atinjam o valor do salário mínimo fixado em Lei nacionalmente unificado, aplicar-se-á, o disposto no inciso IV, do artigo 7º, mais o § 3º, do artigo 39, ambos da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº. 19, de 04 de junho de 1998, pela Lei Federal nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, e pela Lei nº 11.738/2008 de 16 de julho de 2008 (Regulamenta Piso Nacional do Magistério).

Art. 3º - Para os cargos em que os vencimentos não alcancem o teto mínimo do salário vigente, os mesmos ficam amparados pela Lei nº 0445/2013 de 24 de abril de 2013.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente do Município.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Zortéa (SC)
Gabinete do Prefeito Municipal de Zortéa/SC,
em 13 de março de 2017.
ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 23 de março de 2017.

RAUL VILARINO LIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Associações

AMMVI

PROCESSO DE SELEÇÃO Nº 2017-01

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DOS CANDIDATOS – PROCESSO DE SELEÇÃO Nº 2017-01

A Comissão Coordenadora do Processo de Seleção de estudantes habilitados a integrar cadastro para recrutamento pelo Programa de Concessão de Estágio, em atendimento as necessidades da Associação, torna pública a CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DOS CANDIDATOS, na ordem sequencial abaixo por área de atuação, como segue:

I – Estagiário(a) – Ensino Superior:

Nome	DN	Titulação (item 3.1)		Curso
		Quantidade horas	Nota	
Daniela dos Santos Prim	17/08/1997	4.222	10,0	Ciências Contábeis
Venis Azevedo dos Anjos Lima	18/04/1979	142	10,0	Ciências Contábeis
Cristiane Welter de Oliveira	05/04/1994	56,0	5,6	Secretariado Executivo Bilingue
Jaqueline Gonçalves Amaro	04/04/1994	361,5	10,0	Engenharia Florestal
Bruna Talita Borgmann	04/03/1994	66,0	6,6	Engenharia Florestal
Fabiana Cristina da Silva	28/02/1992	46,0	4,6	Engenharia Florestal
Marcus Moresco Boeno	28/02/1994	37,0	3,7	Engenharia Florestal
Bianca Radünz	13/02/1995	295,0	10,0	Engenharia Ambiental
Jonatan Michel Krieser	07/11/1995	171,0	10,0	Engenharia Ambiental

Eventuais recursos contra a contagem de títulos e/ou classificação preliminar deverá obedecer ao disposto no item 4.1 do Edital nº 2017-01.

Informações relativas ao Processo Seletivo serão prestadas no local e endereço da inscrição ou pelo Fone (47) 3331-5817. A íntegra deste Edital e demais atos do Processo de Seleção nº 2017-01, encontram-se a disposição no site da AMMVI, em www.ammvi.org.br.

Blumenau - SC, em 03 de Abril de 2017.

José Rafael Correa	Luiz Claudio Kades	Valdete Korz Marques
Secretario Executivo	Assessor Jurídico	Contadora

Consórcios

CIGA

Extrato de Contrato n. 166 - Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi

EXTRATO DE CONTRATO Nº 166/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Anita Garibaldi

CNPJ: 82.777.335/0001-85

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: TERMO DE RERRATIFICAÇÃO AO TERMO ADITIVO 01/2016 DO CONTRATO 58/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 1.830,00 (um mil e oitocentos e trinta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2017.

Florianópolis, 29 de março de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMVI

PROCESSO DE SELEÇÃO Nº CIMVI-01/2017 - EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DOS CANDIDATOS

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DOS CANDIDATOS

A Comissão Especial designada para coordenar todas as etapas do Processo de Seleção do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (CIMVI), destinado a classificação de candidatos habilitados a integrar Cadastro para Recrutamento, na função de Estagiário(a), em atendimento a necessidade de recursos humanos, de que trata o Edital nº CIMVI-01/2017, torna pública a CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DOS CANDIDATOS, na forma que segue:

Nome	DN	Titulação (item 3.1)		Curso
		Quantidade horas	Nota	
Andressa Loch	25/09/1997	1899	10	Administração (Finanças)
Marcelo Dalpiaz	02/03/1998	40	4	Administração (Recursos Humanos)
Natane Hensen dos Santos Timm	22/03/1994	174	10	Direito
Elton Marcio Timm	08/10/1991	166	10	Direito
Shariene Tiana Volani	11/10/1989	75	7,5	Direito
Camila Tamara Tambosi Sardagna	16/08/1995	30	3	Direito
Carlos José Valério	02/07/1987	0	0	Direito
Marcos Nascimento de Liz	24/03/1985	0	0	Direito
Jonatan Michel Krieser	07/11/1995	411	10	Engenharia Ambiental
Milena Nasato	08/04/1994	149	10	Engenharia Ambiental
Douglas Hugo Jandthe	07/11/1990	0	0	Engenharia Ambiental
Edson Augusto Hasse	09/04/1997	0	0	Engenharia Ambiental
Aline Damásio	27/07/1996	30	3	Engenharia Florestal
Emanuel Fusinato	23/11/1993	43	4,3	Engenharia Sanitária

Eventuais recursos contra a contagem de títulos e/ou classificação preliminar deverá obedecer ao disposto no item 4.1 do Edital nº CIMVI-01/2017.

Informações relativas ao Processo de Seleção serão prestadas na sede do CIMVI pelo Fone (47) 3380-1345. A integral do Edital encontra-se a disposição na home page do CIMVI, in www.cimvi.sc.gov.br.

Timbó - SC, em 03 de Abril de 2017.

Fernando Tomaselli	Patricia Barbaresco	André Moro da Silva
Diretor Executivo	Agente Administrativo	Engenheiro Químico

CIS NORDESTE

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2017- CISONORDESTE/SC - REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017- CISONORDESTE/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2017

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2017- CISONORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017- CISONORDESTE/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2017

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - CISONORDESTE/SC Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica Inter federativa, inscrito no CNPJ sob o nº 03.222.337/0001-31, com sede na Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. CLézio José Fortunato, Prefeito do Município de São João do Itaperiú, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO" visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais contratações futuras do objeto abaixo indicado, de forma parcelada pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Fundo Municipal de Saúde do Município de São Francisco do Sul, Hospital Municipal São José (autarquia integrante da administração indireta do Município de Joinville) e pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, o CISONORDESTE/SC.

TIPO: Menor preço - POR ITEM

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 18h00 do dia 04/04/2017 até às 08h30 do dia 17/04/2017

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 08h31min às 10h00 do dia 18/04/2017

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10h01 min do dia 18/04/2017

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

LOCAL: www.bllcompras.org.br "Acesso Identificado"

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, SC

E-mail: pregoeiro@cisnordeste.sc.gov.br

Site: www.amunesc.org.br/estruturaorganizacional/index/index/codMapaItem/57744

Telefone: (47) 3422-9838 Fax: (47) 3422-9838

O certame será regido pelas condições estatuídas neste Edital, bem como pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução CISONORDESTE/SC nº 02, de 10 de janeiro de 2014, Decreto nº 7.892/2013, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, no que for aplicável.

1 DO OBJETO

0.1 O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, de forma parcelada, para uso do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISONORDESTE/SC e Fundo Municipal de Saúde do Município de São Francisco do Sul e do Hospital Municipal São José (autarquia integrante da administração indireta do Município de Joinville), de material de expediente, insumos e acessórios de informática, de limpeza/higiene e de copa/cozinha, durante o prazo de validade das Atas de Registro de Preços, conforme descrições abaixo:

0.1.1 - Material de expediente:

Nº do Item	Descrição	Unidade
1	Agenda, tipo anual, 150mmX215mm, capa dura. Ano 2017	Unidade
2	Almofada em feltro para carimbo nº 3 Cor: Azul com tampa. Tamanho 6,7x11,0 cm.	Unidade
3	Apagador para quadro branco. Tamanho mínimo 14 x 4 cm a 15 x 6 cm, fabricado em plástico resistente, acompanha feltro macio e resistente e que permita substituição.	Unidade
4	Apontador com deposito em plástico resistente lamina de aço temperado especial fio de corte de alta resistência, com um orifício, tamanho aproximado (alp 1,4x2,4x6,0 cm) Redondo ou retangular. Caixa com 50 unidades	Caixa
5	Bandeja para correspondência móvel, tripla, em acrílico fume ou cristal, produto injetado em poliestireno, tamanho ofício, para arquivamento rápido de forma horizontal.	Unidade

6	Bateria alcalina 3V CR 2032 de lítio tipo botão, original e boa qualidade, embalagem adequada tipo blister para armazenamento e validade mínima 5 anos a partir da entrega no almoxarifado.	Unidade
7	Bateria alcalina 9V, de boa qualidade, acondicionadas em cartela com 1 unidade validade mínima de 2 anos a partir da entrega no almoxarifado	Unidade
8	Bateria para termômetro digital de 1,5 V, tipo LR 41, 392 ou equivalente	Unidade
9	Bloco Adesivo para recados, Cores Sortidas, Tamanho 51 x 38mm, pacote com 4 blocos de 100 folhas cada um.	Pacote
10	Bloco auto adesivo 50x50 neon sortido	Unidade
11	Bobina de fax símile, tamanho mínimo 215mm x 30 m, papel termocopiativo para alta definição de imagem e alta resistência e durabilidade.	Unidade
12	Bobina para calculadora 57 mm x 60 m com 1 via	Unidade
13	Bobina para calculadora 76 mm x 30 m com 1 via	Unidade
14	Bobina para impressora térmica amarela 76mm x 30 m	Unidade
15	Bobina termo sensível na medida 57 x 22 (amarela) autoclave FH190	Unidade
16	Borracha branca com capa plástica, macia, de látex, produzida com borracha natural, acompanha capa plástica - tamanho 42x21x10mm	Unidade
17	Borracha branca, Macia e livre de látex (atóxica), Descrição: borracha natural, cargas, óleo mineral e aceleradores. Cor: Branca, Altura:1,00 Cm, Largura:2,50 Cm, Profundidade:3,00 Cm, Peso:10Gramas. Produto não tóxico.	Unidade
18	Caderno 1/4 espiral capa dura com 96 fás pautadas. Dimensão 140 x 200mm.	Unidade
19	Caderno grande, capa dura, 100 folhas	Unidade
20	Caixa arquivo morto polionda, tamanho 250X130X350MM, pode variar 2 cm para mais ou para menos. Cores variadas	Unidade
21	Caixa de Correspondência Articulável Tripla, Fabricada em poliestireno, articulada e pode ser utilizada aberta ou fechada. Hastes metálicas garantem perfeita estabilidade e mais segurança no manuseio. Dimensões 355 x 253 x 80 mm. Cores diversas	Unidade
22	Caixa Organizadora Grande em polipropileno, Acompanha 2 pegadores/encaixes para mãos e 2 canaletas. Espessura 1,00 Dimensões 420 x 310 x 200mm. Cores diversas	Unidade
23	Caixa organizadora plástica com tampa, com capacidade para 6 litros, dimensões mínimas: Alt 11,2 X Larg. 23,2 X Comp. 31,5 cm.	Unidade
24	Caixa para Arquivo Morto Ofício. Caixa de papelão ondulado, revestido em cartão Kraft para arquivo de documentos diversos. Dimensões 365 x 140 x 255 mm. Pacotes com 25 unidades. Gramatura 435g/m2 Espessura 2,8.	Pacote
25	Calculadora de mesa 12 dígitos com controle de arredondamento e casas decimais; conversor de moedas; correção de digitação; memória; MU; TAX+; TAX-; RAIZ; PORCENTO; DUPLO ZERO; Bateria + solar.	Unidade
26	Caneta esferográfica, escrita média e suave, ponta média de 1mm, esferas antideslizantes, formato triangular ergonômico, parte visível da tinta pelo tubo em poliestireno, tamanho mínimo 14 cm (comprimento), tinta a base de corantes, espessantes e/ou solventes, tampa ventilada, esfera de tungstênio, com orifício no tubo para evitar o ressecamento da tinta, cores diversas	Unidade
27	Caneta esferográfica, escrita fina e suave, ponta fina de 0,7mm, esferas antideslizantes, formato triangular ergonômico, parte visível da tinta pelo tubo em poliestireno, tamanho mínimo 14 cm (comprimento), tinta a base de corantes, espessantes e/ou solventes, tampa ventilada, esfera de tungstênio, com orifício no tubo para evitar o ressecamento da tinta, cores diversas	Unidade
28	Caneta hidrográfica ponta grossa, embalagem com 12 unidades.	Estojo
29	Caneta Hidrográfica. Embalagem plástica com 24 Cores. Corpo plástico, 2 opções de traço - fino e grosso, atóxica.	Estojo

30	Caneta marca texto resinas termoplásticas, tinta a base de agua, corantes e aditivos, corpo, tampa e fundo em polipropileno, filtro em poliéster, ponta em poliéster, chanfrada que permite 2 medidas de traços para sublinhar e marcar, cores diversas	Unidade
31	Caneta retroprojeto 1.0mm cores sortidas. Tinta a base de álcool.	Unidade
32	Caneta retroprojeto 2.0mm. Tinta a base de álcool. tinta secagem rápida e resistente a agua e a umidade de qualidade. Validade mínima de dois anos a partir da entrega no almoxarifado. Cores diversas	Unidade
33	Carregador de Pilhas AA e AAA. Descrição: O Carregador de Pilhas permite carregar pilhas AA ou AAA. Alimentação bivolt automática Tipo que recarrega Pilhas AA ou AAA Capacidade 4 Pilhas com Luz indicadora ,com garantia do fornecedor 3 Meses, tempo de recarga, 12 horas Carrega 2 ou 4 pilhas AA ou AAA ao mesmo tempo. Tamanho: Largura:7,00cm Altura:9,00 cm, Profundidade:19,00 cm Peso:0,14 g.	Unidade
34	Clipes tamanho no 2/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
35	Clipes tamanho no 3/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
36	Clipes tamanho no 6/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
37	Clipes tamanho no 8/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
38	Cola 75 g, uso universal. Composição: borracha, resinas sintéticas, solventes alifáticos e aromáticos (toluol) número ONU: 1133. Ideal para madeira, azulejos, cerâmica, tecido, plásticos rígidos, alumínio, solados, cortiça e outros .Bisnaga de 75 grs.	Bisnagas
39	Cola Bastão 10 g. não resseca no tubo, lavável, atóxica. Acabamento na colagem fica transparente ao secar. Com tampa. Caixa com 10 unidades.	Caixa
40	Cola liquida branca, produto lavável, não toxica, base de agua, pva e acetato de polivinila, maior rendimento, com bico dosador, tubo 90 gramas.	Unidade
41	Corretivo liquido 18 ml a base de agua, aquoso, não toxico, composto de dispersantes e dióxido de titânio.	Unidade
42	Dispenser de senha manual, bico de pato, corte automático, com placa e suporte de parede, diversas cores, compatível com senha ROLOMATIC.	Unidade
43	Display em acrílico cristal 3mm para colocar uma folha de A4 com fundo e dois furos para fixar na parede, medindo 22cm larg X 32,5cm alt. Bolso 30cm alt. X 3 cm profundidade.	Unidade
44	Elástico de borracha tipo látex no 18, cor amarela, caixa com 110 unidades	Caixa
45	Embalagem plástica para dose única de medicamentos, que possibilite a visualização do conteúdo, embalagem com picote para facilitar a abertura e que possibilite selagem precisa. Cores diversas, tamanho 30MM X 100MM. Bobina de fácil manuseio com no mínimo 10.000 unidades.	Bobina
46	Embalagem plástica para dose única de medicamentos, que possibilite a visualização do conteúdo, embalagem com picote para facilitar a abertura e que possibilite selagem precisa. Cores diversas, tamanho 50MM X 100MM. Bobina de fácil manuseio com no mínimo 10.000 unidades.	Bobina
47	Envelope branco, gramatura mínima de 80 gr/m2, tamanho 114 x 229mm, podendo ter uma variação de 5 mm para mais ou para menos.	Unidade
48	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 23 alt x 16,5 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
49	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 28 alt x 20 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
50	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 36 alt x 26 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
51	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 47 alt x 37 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade

52	Envelope plástico formato ofício. Tipo saco plástico, perfurado com 4 furos. Tamanho mínimo de 215mm (largura) x 315mm (comprimento) X 0,03mm (espessura). Os sacos plásticos são ideais para utilização em fichários e pastas catálogo. Resistentes e com borda reforçada, permitem o arquivamento e transporte de folhetos ou pequenos objetos, s/ risco de rasgos e extravios.	Unidade
53	Envelope plástico formato ofício. Tipo saco plástico, perfurado com 4 furos. Tamanho mínimo de 225mm (largura) x 300mm (comprimento) X 0,12mm (espessura). Os sacos plásticos são ideais para utilização em fichários e pastas catálogo. Resistentes e com borda reforçada, permitem o arquivamento e transporte de folhetos ou pequenos objetos, s/ risco de rasgos e extravios.	Unidade
54	Envelope Saco Branco Office Tamanho 229x324. Descrição: Envelope de papel específico para envio ou armazenamento de documentos em geral. Pacote com 100 unidades.	Pacote
55	Envelope Saco Kraft ou Pardo, Office, Tamanho 229x324. Descrição: Envelope de papel específico para envio ou armazenamento de documentos em geral. Pacote com 100 unidades	Pacote
56	Escaninho três divisões dobrável	Unidade
57	Espeto para papel	Unidade
58	Estilete multiuso compacto, ergonômico, robusto simples. Possuir clips de fixação e trava de segurança. Acompanhar estojo com 5 laminas de 9 mm, lamina em aço carbono. Sistema de segurança de quebra de lamina. Produzido em plástico super resistente, para trabalhos pesados com empunhadura antideslizantes.	Unidade
59	Etiqueta 101,6 x 25,4mm, caixa com 100 folhas com 20 etiquetas	Caixa
60	Extrator de grampo em aço galvanizado formato espátula extrai grampo de uma maneira fácil e rápida, indicado para grampos 10,24/6 e 26/6. Tamanho mínimo de 14 cm	Unidade
61	Fita Adesiva Dupla Face Transparente, Dimensão 19mm x 30m para fixação permanente. Ideal para trabalhos escolares, fechamento de envelopes emendas de papel, fixação de cartazes etc.	Unidade
62	Fita adesiva transparente 50mmx50m. Filme de acrílico e adesivo a base de elastômeros resina sintética.	Unidade
63	Fita adesiva transparente tamanho 12mm x 65 m. Fabricado em filme de celofane e adesivo a base de elastômero e resina sintética.	Unidade
64	Fita Adesiva Transparente, Dimensão 12mmx50m em Polipropileno. Pacote com 5 unidades.	Pacote
65	Fita Adesiva Transparente, Dimensão 45mmx45 em Polipropileno. Pacote com 5 unidades.	Pacote
66	Fita Corretiva 5mmx6m. Descrição: Correção a seco, não é necessário esperar secar para reescrever por cima, Formato ergonômico que proporciona conforto e firmeza na aplicação. Cores diversas.	Unidade
67	Fita crepe branca 24 mm x 50 m. Fabricada em papel saturado, coberto com adesivos naturais de borracha e resina sintética.	Unidade
68	Fita de teflon para seladora com largura de 2,5 cm	Unidade
69	Fita métrica 150 cm plástica, flexível, graduada em centímetros.	Unidade
70	Gaveteiro pequeno (organizador) com 4 gavetas, em plástico resistente, peso 1 kg. Dimensões mínimas (LXAXP) 30X30X35CM.	Unidade
71	Grampeador de Mesa 26/6 para 40 Folhas. Cor: Preto, Tamanho: 20cm.Grampeador conta com estrutura em aço polido, acabamento em plástico e apoios emborrachados que proporcionam conforto durante seu manuseio pintura de alta resistência.	Unidade
72	Grampeador para uso de grampo 26/6. Tamanho pequeno, estrutura/corpo metálico, apoio anatômico em plástico ou emborrachado, mecanismo abastecimento superior, de fácil operação, 2 posições para fixação, para grampeamento de 12 folhas de gramatura 75 gr/m2.	Unidade
73	Grampeador para uso de grampos (23/6 OU 23/8 OU 23/10 OU 23/13 OU 23/25), confeccionado em material de ferro fundido ou aço, para trabalhos pesados, com ajuste de Distância, grampeamento de até 200 folhas de gramatura 75 gr/m2	Unidade
74	Grampo para grampeador (23/6 OU 23/8 OU 23/10 OU 23/13 OU 23/24 OU 23/25) - Caixa com 1.000 unidades, galvanizados, capacidade ate 210 folhas.	Unidade

75	Grampo para grampeadores 26/6 - Fabricado em aço ou ferro galvanizado, caixa com no mínimo 5.000 grampos.	Caixa
76	Grampo trilho de plástico estendido (para ate 600 folhas) Pacote com 50 unidades.	Pacote
77	Grampo trilho Plástico injetado em polietileno com capacidade para armazenar aproximadamente 300 folhas (ref. Sulfite 75g/m2). Cores diversas. Pacote com 50 unidades.	Pacote
78	Identificador de chaves, com chaveiro e espaço interno para identificação, cor transparente, medidas mínimas 5X60X27MM.	Unidade
79	Lacre abraçadeira de nylon tamanho 2,5 MM de largura X 150 MM de comprimento, cor branca, pacote com 100 unidades.	Pacote
80	Lacre tipo malote, com numeração, rabicho com comprimento de no mínimo 14 CM e espessura 2,0 MM, fechamento duplo em ancora. Fabricados em polipropileno, cores diversas, pacote com 100 unidades.	Pacote
81	Lápis Preto n 3 Descrição: Eco lápis produzido com madeira 100% reflorestada. Madeira macia que garante excelente apontabilidade, Técnica Sekural: exclusivo processo de colagem do grafite na madeira, proporcionando maior resistência à quebra, ideal para desenho artístico ou técnico. Formato: sextavada: não rola na mesa.	Unidade
82	Lápis preto n.2, apontado, grafite, carga inerte, composição de madeira em material cerâmico.	Unidade
83	Livro ata com 100 folhas. Folhas internas com gramatura mínima de 56 gr/m2, capa preta, capa dura plastificada, sem margem, tamanho mínimo de 216X320MM.	Unidade
84	Livro ata com 200 folhas. Folhas internas com gramatura mínima de 56 gr/m2, capa preta, capa dura plastificada, sem margem, tamanho mínimo de 216X320MM.	Unidade
85	Livro protocolo 1/4 com 100 folhas. Gramatura mínima das folhas internas de 56 gr/m2, capa dura, capa plastificada, tamanho mínimo 148 x 202 mm.	Unidade
86	Lixeiro para escritório com 30 cm de altura (policarbonato ou metal)	Unidade
87	Marcador para quadro branco cores diversas, tamanho mínimo de 11 cm de comprimento, ponta redonda, espessura mínima para escrita de 2mm, tinta a base de solventes, pigmentos orgânicos, aditivos e resinas. Escrita grossa. Caixa com 12 unidades.	Caixa
88	Notas auto adesivas reposicionáveis 38mm x 51 mm - embalagem com 4 blocos de 100 folhas cada	Pacote
89	Notas autoadesivas 76x76 pop-up amarelo com 100fls L4P3 3M PT 4 UM	Bloco
90	Organizador de mesa, espaço para caneta clips e lembranças	Unidade
91	Organizador plástico com tampa capacidade 4,3 lts, cor transparente, dimensões aproximadas de 17,7 x 26,2 x 14,7 cm	Unidade
92	Papel Carbono A4 . Tamanho 210 x 297 mm, cor preto. Caixa com 100 Folhas.	Caixa
93	Papel contact transparente, filme transparente adesivo, em rolo com 45 cm de largura e 25 metros de comprimento, com alto poder de aderência, validade mínima de 2 anos a partir da entrada no almoxarifado.	Rolo
94	Papel Kraft pardo, um dos lados tipo monolúcido com brilho e do outro lado Kraft natural. Gramatura mínima de 80gr, tamanho mínimo de 60 cm de largura, com 100 M	Bobina
95	Papel sulfite formato A4 tamanho 210 mm x 297mm, gramatura mínima de 75 gr/m2, cores diversas, alvura mínima de 94% em resma de 500 folhas, embalagem resistente para uso em copiadora e diversas impressões	Resma
96	Pasta AZ A4 Preta Lombada Larga com visor	Unidade
97	Pasta Cartão Duplex, Plastificado, com Abas, Elástico com ilhós/ guardar documentos em geral. Formato: 340x 230mm.Cores diversas	Unidade
98	Pasta catalogo com capa preta em PVC, com 100 envelopes plásticos com espessura mínima de 3 mm, com 4 furos , fixados em 04 colchetes latonado, tamanho mínimo de 300 x 230 mm	Unidade
99	Pasta em L, tamanho A4, polipropileno incolor brilhante. Espessura 0,15mm	Unidade

100	Pasta em plástico (polipropileno 0,30) com grampo trilho plástico. Formato A4, cores diversas, textura lisa	Unidade
101	Pasta Escolar com Aba e Elástico, Formato Ofício, Tamanho 250x340x55mm Composição: Polipropileno, Cores diversas.	Unidade
102	Pasta plástica com Aba e Elástico Ofício, ideal para guardar e transportar documentos e papeis em geral com segurança e praticidade possibilitando maior organização. Tamanho: 235 x 350 mm. Cores diversas	Unidade
103	Pasta polionda com aba e elástico, dimensões mínimas de 315 x 226 x 35 mm, diversas cores	Unidade
104	Pasta Sanfonada A4, com 12 Divisórias laminada em polipropileno. Tamanho A4. Possui visores em polipropileno transparente e acompanha etiquetas para identificação das divisórias. Fechamento com elástico (terminação em plástico segundo normas do INMETRO) e botão que permite flexibilidade e evita que o conteúdo caia da pasta. Dimensões 330 x 235 x 70 mm. Cores diversas	Unidade
105	Pasta sanfonada plástica A4 em polipropileno, com 12 divisórias para arquivos e documentos, fechamento em elástico, medindo 240x330mm. Cores diversas	Unidade
106	Pasta sem aba, sem elástico, com grampo trilho, cartolina plastificada, gramatura mínima de 250 gr/m2, tamanho 230x340 mm, cores diversas	Unidade
107	Pasta Suspensa, Cores diversas, altamente resistente plastificada 250 a 280g/m2. Embalagem com 6 unidades. Acompanha etiqueta (offset 120 g/m2), visor (PVC), grampo plástico (PE) e 2 hastes plásticas 405x15mm.	Unidade
108	Perfurador de papel Grande, confeccionado em aço ou ferro fundido com escala de ajuste de perfuração. 2 Furos Perfuração ate 60 Folhas de gramatura 75gr/m2. Cor: Preto. Descrição: Sistema de escotilhas para esvaziar os resíduos (confete): fácil e limpo; Compacto: botão que trava a alavanca na posição para baixo, tamanho do furo: 5,5mm, Distância Inter furos padrão de 8cm.	Unidade
109	Perfurador de papel pequeno, estrutura metálica, revestido em plástico resistente, bandeja/lixadeira inferior, para dois furos, capacidade de perfuração mínima de 8 folhas de gramatura 75GR/M2. Régua medidora para auxiliar o encaixe e a perfuração. Dimensões: 10,7cm x 7,3cm x 8,8cm.	Unidade
110	Perfurador de papel tamanho médio, estrutura metálica, revestido em plástico resistente, bandeja/lixadeira inferior, com escala de ajuste de perfuração, capacidade de perfuração mínima de 30 folhas de gramatura 75 gr/m2	Unidade
111	Pilha alcalina 1,5V tipo AAA palito, possui potencia confiável e prologada. Cartela com 2 unidades.	Cartela
112	Pilha alcalina 23A 12V	Unidade
113	Pilha alcalina C (media)	Unidade
114	Pilha alcalina D (grande)	Unidade
115	Pilha alcalina pequena 1,5V tipo AA, possui potencia confiável e prolongada. Cartela com 2 unidades	Cartela
116	Pincel marcador permanente (tipo pincel atômico) cores diversas. Ponta de feltro redonda com espessura mínima de 1,8MM, tamanho mínimo de 11 CM de comprimento, tinta a base de álcool e outros componentes, não recarregável.	Unidade
117	Porta Lápis/Clips/Lembrete Fabricado em poliestireno. Espessura de parede de 3mm garante alta resistência e durabilidade. Perfeita estabilidade sobre a mesa. Acabamento perfeito. Design moderno Dimensões 240 x 70 x 80 mm. Cores diversas	Unidade
118	Prancheta mdf com grampo metálico 340 x 235 mm	Unidade
119	Pranchetas Acrílicas Ofício Super. Cores diversas. Tamanho 0,3x24x34cm pratica, leve, material resistente e a opção ideal para fazer anotações quando não existir apoio. Desenvolvida em material de alta qualidade, tem prendedor de metal para garantir estabilidade as folhas.	Unidade
120	Presilha de metal para crachá tipo jacaré, pacote com 50 unidades	Pacote

121	Quadro branco com espessura mínima de 15mm, moldura de alumínio, suporte para apagador arredondado, removível e deslizante, com base mínima de 35 cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal, acompanhar manual e conjunto de acessórios para instalação. Tamanho 90 x 120 cm	Unidade
122	Quadro de aviso cortiça - moldura de alumínio e tamanho de 90 x 120 cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal, acompanha conjunto de acessórios para instalação.	Unidade
123	Refil para apagador de quadro branco magnético, confeccionado em feltro adesivado. Dimensões entre 14x5 cm, podendo variar entre 1 cm para mais ou par menos. Pacote com 10 unidades	Pacote
124	Régua em poliestireno, Tamanho 30 cm. Dimensão:310x34x3mm, Garante eficiência na hora de realizar suas tarefas de medidas. Produzida com material poliestireno super resistente a queda, Cores diversas	Unidade
125	Rolo de senha de atendimento - bobina de senhas picotadas em ordem sequencial de 3 dígitos (00-999), diâmetro do rolo de 11 cm e largura da senha 4cm. Diversas cores. Rolo com 2.000 números, uso equipamento roloomatic.	Bobina
126	Saco plástico transparente tamanho 11 x 25 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte lateral, mínimo 07 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 5%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 pecas constando dados de identificação e fabricação.	Pacote
127	Saco plástico transparente tamanho 18 x 30 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 07 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 5%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 pecas constando dados de identificação e fabricação.	Pacote
128	Saco plástico transparente tamanho 25 x 35 cm, para embalagens, inodoro, atóxico, resistente, com abertura na parte superior, mínimo 07 micra, acondicionado em pacotes com no máximo 500 pecas constando dados de identificação e fabricação.	Pacote
129	Saco plástico transparente tamanho 28 x 42 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 08 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 10%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 pecas constando dados de identicamente e fabricação.	Pacote
130	Saco plástico transparente, tamanho mínimo 52 x 85 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 010 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 5%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 pecas constando dados de identificação e fabricação	Pacote
131	Tesoura grande 21 cm, multiuso, aço inox, cabo em polipropileno, anatômico e versátil, serve para destro e canhoto.	Unidade
132	Tesoura pequena 14 cm Laminas de aço inoxidável, cabo plástico em formato anatômico e revestimento interno que absorve impacto, ponta fina. Cor Preto.	Unidade
133	Tinta para Reabastecer Pincel Atômico frasco com 37 ml. Tinta permanente a base de álcool. Cores diversas.	Unidade
134	Tinta para carimbo cores diversas	Unidade
135	Tinta reabastecer para carimbo automático, a base de agua, glicerina, corantes, glicóis e aditivos, frasco com 40 ml, cor preto	Unidade
136	Umedecedor de dedo em pasta, a base de agentes emulsionantes, umectantes, emoliente, conservante e essência aromática. Pacote com no mínimo 12 grs	Pacote

0.1.2 – Material de copa e cozinha:

Nº Item	Descrição	Unidade
Nº do Item	Descrição	Unidade
137	Açúcar refinado branco - pacote de 1 kg	Pacote
138	Adoçante líquido 0,02 Kcal - frasco com 100 ml. Sem aspartame.	Unidade
139	Coletor copos descartáveis usados - 2 tubos café e água em poliestireno de alto impacto na cor branca. Capacidade 300 copos.	Unidade
140	Copo descartável 180 ml (PP)- Conforme NBR 14865:2012. Embalado em material resistente em tiras com 100 (cem) unidades.	Embalagem
141	Copo descartável 80 ml (PP)- Conforme NBR 14865:2012. Embalado em material resistente em tiras com 100 (cem) unidades	Embalagem
142	Filtro de café - 102- 60 unidades	Caixa
143	Guardanapo de papel branco - Folha simples, com boa capacidade de absorção, sem furos e materiais estranhos ou sujidades; no tamanho aproximado de 20 cm X 23 cm. Embalado em pacotes plásticos com 50 unidades em cada pacote.	Pacote
144	Mexedor de bebidas descartável - Plástico ou similar, transparente, medida aproximada de 11 centímetros. Pacote com 240 unidades.	Pacote
145	Porta copos 180 ml descartáveis (dispensador) em plástico com tampa com cerdas para prender o copo. Deve acompanhar buchas e parafusos.	Unidade
146	Porta copos 50 ml, dispenser para copos descartáveis em acrílico transparente, com tampa, com cerdas para prender o copo, deve acompanhar buchas e parafusos.	Unidade

0.1.3 – Insumos e acessórios de informática:

Nº Item	Descrição	Unidade
147	Apresentador de Slides Pointlaser Multimídia Wireless. Possui comando de avanço e retrocesso. Dispositivo Plug & Play (Não Necessita de Drives ou CDs de Instalação). Sistemas Compatíveis: Windows 98SE / ME / 2000 / XP / Vista / 7 (32 e 64) / Mac OS / Linux. Interface: Wireless / Rádio frequência 2.4g. Alcance Wireless: 15 metros. Alcance laser point: até 60 metros (Laser Vermelho). Itens inclusos: 01 Apresentador multimídia sem fio. 01 Receptor USB. 01 Pilha	Unidade
148	Apoio ergonômico para pés em poliestireno de alto impacto. Base antiderrapante em PVC e ajuste natural de inclinação. Dimensões AxLxP: 11 x 43 x31cm, podendo ser 2 cm para mais ou para menos	Unidade
149	Cartão de Memória + Adaptador - 8GB de memória para armazenar fotos, vídeos, arquivos, jogos, entre outros, além de ser um acessório compatível com aparelhos de celular.	Unidade
150	Cartucho de tinta HP deskjet 3845 preto no 27	Unidade
151	Cartucho de tinta para impressora HP 4280 colorida	Unidade
152	Cartucho de tinta para impressora HP 4280 preta	Unidade
153	Cartucho de tinta para impressora HP Deskjet D 1360 colorida	Unidade
154	Cartucho de tinta para impressora HP Deskjet D 1360 preta	Unidade
155	CD-R Gravável 1X-52X 80min/700mb.Midia optica Gravável utilizada p armazenamento de áudio, vídeo, programas para computadores, documentos, imagens digitais e outros tipos de dados. Especificações técnicas: Matéria-prima Policarbonato. Tubo contendo 100 un.	Tubo
156	CD-R Gravável com 700MB de capacidade de armazenamento, gravação mínima de 80 minutos com velocidade mínima de gravação de 48X COMP., armazenado em caixa de acrílico.	Unidade
157	DVD - R Gravável 4 X 120 min, 4.7 GB com capa plástica	Unidade

158	DVD-R Gravável 4.7 GB 16X 120 min. Armazena dados, musicas, imagens, vídeos e filmes, Solução completa para aplicações de alta performance, Gravação e reprodução em velocidade de ate 16X. Embalagem com 50 unidades.	Embalagem
159	Etiqueta adesiva para impressora modelo zebra et 0182 - et col térmica adc 240 - dimensão 62 x 15000 mm, largura 62 mm, sem picote, material térmico, uma carreira.	Bobina
160	Etiqueta auto adesiva 2,5 x 5,5 cm, em papel couche a base de borracha e resina, cor branco, sem impressão, com 01 coluna, para uso em impressora térmica ,uso ribbon, rolo com 1000 etiquetas.	Bobina
161	Extensão de luz com entrada para três tomadas com 5 metros	Unidade
162	Extensão filtro de linha Régua cabo longo com 4 tomadas	Unidade
163	Fones de ouvido monoauricular para aparelho telefônico Headset, com microfone cancelador de ruído, simplicidade PLUG-AND-PLAY, simples com conexão direta, estilo monoauricular, designs monoauricular para o fone receptor, leve, confortável para uso prolongado e flexível para uso sobre a cabeça. Com almofadas macias, confortáveis e substituíveis. HEADSET básico para centros de relacionamento. Com garantia de um ano.	Unidade
164	Mouse Optico USB plug and play 800 dpi dimensões aproximadas 96x51,5x31,5 mm - preto ou prata	Unidade
165	Pen Drive 8 GB USB 2.0 Cores diversas. Armazenamento de dados, musicas, imagens, vídeos e filmes. Sistema portátil de armazenamento, Taxa de transferência de dados de ate 480 Mb por segundo. Baixo consumo de energia. Dimensões: 60 x 20 x 7mm. Não requer drive de instalação ou alimentação externa.	Unidade
166	Pino adaptador PUSH em formato T com três encaixes para tomadas com 2P+T - novo padrão	Unidade
167	Roleta de tinta compatível com calculadora Logus 642	Unidade
168	Suporte para monitor com 2 gavetas na cor preto, de MDF 9mm. Dimensões AxLxP: 11,5 x 38,5 x25,5cm, podendo ser 2 cm para mais ou para menos	Unidade
169	Teclado com conexão USB, ABNT,, 12 teclas multimídia, compatível com Windows 7 ou superior	Unidade

0.1.4 – Material de higiene e limpeza

Nº Item	Descrição	Unidade
170	Agua sanitária (cloro ativo 2,0 - 2,5%) - produto para lavar roupas, limpeza e desinfecção em geral, na sua composição deve conter hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto de sódio e agua sem perfume, embalagem em frasco plástico com 05 (cinco) litros com alça para transporte.	Frasc/Bols
171	Álcool em gel, hidratado a 65°, embalagem plástica com identificação do produto. Embalagem em frasco de 500 ml	Frasc/Bols
172	Balde em plástico em poliestireno, resistente, 20 litros aproximadamente.	Unidade
173	Desinfetante eucalipto - embalagem em frasco plástico com 5 litros	Frasc/Bols
174	Desodorizador de ambiente aerossol - De 360 ml a 400 ml aroma Talco ou similar.	Unidade
175	Detergente Liquido, Para Lavar Loucas Manualmente, Neutro, Testado Dermatologicamente, Biodegradável, Concentrado, com Aspecto Liquido Viscoso e Transparente, Embalado em Frasco de 5 Litros, em Plástico Flexível, Incolor, Resistente.	Frasc/Bols
176	Esponja dupla face - Em espuma a base de fibras sintéticas e mineral abrasivo unidos por resina a prova d'água usada para limpeza em geral, com a principal característica de limpar a superfície sem risca-la. Dimensão: 100 mm x 74x23 mm.	Unidade
177	Fralda para limpeza- 34x44 cm	Unidade
178	Limpa vidros - embalagem em frasco com 5 litros	Frasc/Bols
179	Lixeira para recicláveis 4x1 na cor branca, para 4 tipos de resíduos em uma única lixeira para ambiente interno. Capacidade 80 litros, dimensões: 36 x 57 x 45cm podendo ser 2 cm para mais ou para menos	Unidade

180	Lixeiro plástico com pedal 100 litros	Unidade
181	Lixeiro plástico com pedal 50 litros	Unidade
182	Lustra moveis- frasco com 500 ml	Frasc/Bols
183	Pano de copa, em tecido no mínimo 90% algodão, branco alvejado, medindo 0,70 x 0,50m, com bainha, com peso mínimo de 70g; embalados individualmente. O pano devera conter etiqueta de fabrica indicando a composição do tecido e a metragem.	Unidade
184	Pano de limpeza - Tipo perfez 100% Fibras de viscose, látex sintético, corante e agente bacteriostático (triclosan), medidas aproximadas 38 cm x 28 cm. Pacote com 05 unidades	Pacote
185	Papel Higiênico, folha dupla, gramatura 17g/m2 a 21g/m2, neutro, alta qualidade, gofrado, picotado, macio com alto poder de absorção, 100% celulose virgem, na cor branca, alta alvura, sem pigmentação aparente oriunda da utilização de aparas de material impresso; com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, sem rebarbas no corte lateral; rolo com 30 metros, embalagem com 16 rolos .	Embalagem
186	Papel toalha, folha intercalada, gramatura mínima 32g/m2, cor branca, alta alvura, luxo, 1000% celulose virgem; sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, com alto poder de absorção, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, macio, sem rebarbas no corte lateral; medindo 20 cm X 21 cm, e 0,5cm de tolerância acima ou abaixo. Para efeito de cotação considerar a embalagem primaria: pacote com 1000 folhas.	Pacote
187	Pastilha adesiva para bacio sanitário (caixa com 3)	Caixa
188	Refil de sabonete liquido 700ml Espuma	Unidade
189	Rodo de alumínio 40 cm com cabo de alumínio extensão 1,30 m	Unidade
190	Sabão (detergente) em pó - Que contenha alvejante e/ou branqueador optico, que tenha sua formula testada e aprovada por dermatologistas. Em pacote/caixa de 1 kg.	Pacote
191	Saco de tecido, no mínimo 90% algodão, para limpeza, lavado e alvejado, medidas externas: aproximadamente 70 cm de altura x 50 cm de largura, com peso mínimo de 175 gramas. O pano devera conter etiqueta de fabrica com a composição do tecido e metragem.	Unidade
192	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade nominal para 100 litros (30 Kg); dimensões planas de 75 cm de largura x 105 cm de altura; espessura de 0,07 ou 0,08 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; deve apresentar solda continua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; constar, em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote
193	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade nominal para 30 litros (09 Kg); dimensões planas de 59 cm de largura x 62 cm de altura; espessura de 0,05 ou 0,06 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; apresentar solda continua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; constar, em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas equivalentes. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote
194	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade para 50 litros (15 kg); dimensões planas de 63 cm de largura x 80 cm de altura; espessura de 0,06 ou 0,07 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; apresentar solda continua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; deve constar em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas equivalentes. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote
195	Vassoura de nylon – Com cabo de madeira, leve, pontas desfiadas, cerdas medias, ideal para pisos cerâmica.	Unidade

0.2 Nos itens cuja descrição conste "cores diversas", a Autorização de Fornecimento especificará a cor a ser entregue pelo fornecedor
 0.3 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 de maio de 2017 a 30 de abril de 2018.

0.4 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, não podendo superar a 1 (um) ano, conforme inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

1 DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

1.1 As contratações dos itens, de forma parcelada, serão efetuadas conforme a necessidade do ÓRGÃO GERENCIADOR e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

1.1.1 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, Autorização de Fornecimento ou Contrato.

1.1.2 Será atribuído um login e senha aos fornecedores registrados para acesso ao sistema informatizado de controle de processos administrativos, disponível online – LicitWeb OptimizeIT - sendo as Autorizações de Fornecimento lançadas pelo requisitante diretamente neste sistema.

1.1.3 Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 06 (seis) dias, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, que será emitida através do sistema informatizado e enviadas por meio eletrônico, no endereço eletrônico cadastrado pelo fornecedor, conforme dados informados de acordo com o Anexo IX.

1.1.4 O Fornecedor deverá acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após envio.

1.1.4.1 Caso o Fornecedor não confirme neste prazo o recebimento da Autorização de Fornecimento, o próprio sistema fará a confirmação pelo Fornecedor, sendo considerada válida para todos os efeitos.

1.1.4.2 Em razão da confirmação automática do recebimento das Autorizações de Fornecimento pelo sistema, na forma do item 2.1.4.1, caso haja alteração de dados de acesso em relação àqueles informados no Anexo IX, compete exclusivamente ao Fornecedor requerer a atualização dos seus dados de acesso ao sistema de Controle de Processos Administrativos Licitatórios.

1.1.5 Caso as autorizações de fornecimento a serem entregues não atinjam o valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), o Fornecedor, desde que inequivocamente noticie ao requisitante e este expressamente concorde, poderá exceder, em no máximo 10 (dez) dias, o prazo de entrega, não aplicando-se lhe qualquer sanção;

1.1.6 O controle da situação das Autorizações de Fornecimento será realizada através do sistema informatizado, sendo liberado acesso ao fornecedor, através de senha, fornecida por ocasião da celebração da Ata de Registro de Preços, conforme item 2.1.2.

1.1.7 Ao realizar o faturamento e entrega dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá registrar o evento no sistema informatizado, por meio de acesso com seu login e senha, anexando a Nota Fiscal Eletrônica respectiva, em formato "pdf".

1.1.8 O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da Autorização de Fornecimento, conforme dados de faturamento e locais indicado pelo Órgão Participante (Anexo IV), com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica.

1.2 Os produtos fornecidos deverão ter prazo de garantia de, no mínimo, 90 (noventa) dias.

1.3 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante correrão por conta do fornecedor.

1.4 Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

1.5 O requisitante observará, para efeito de quantificação da Autorização de Fornecimento, a quantidade mínima da embalagem, nos casos de impossibilidade de fracionamento.

2 DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo para cada Órgão Participante e Órgão Gerenciador é constante nos quadros abaixo:

2.1.1 Órgão Gerenciador: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - CISONORDESTE/SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 03.222.337/0001-31, com sede na Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, Estado de Santa Catarina, representado por Presidente, Sr. Clézio José Fortunato, Prefeito do Município de São João do Itaperiú:

2.1.1.1 – Material de expediente:

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
5	2.00	Bandeja para correspondência móvel, tripla, em acrílico fume ou cristal, produto injetado em poliestireno, tamanho ofício, para arquivamento rápido de forma horizontal.	Unidade
16	5.00	Borracha branca com capa plástica, macia, de látex, produzida com borracha natural, acompanhada capa plástica - tamanho 42x21x10mm	Unidade
20	400.00	Caixa arquivo morto políonda, tamanho 250X130X350MM, pode variar 2 cm para mais ou para menos. Cores variadas	Unidade
21	1.00	Caixa de Correspondência Articulável Tripla, Fabricada em poliestireno, articulada e pode ser utilizada aberta ou fechada. Hastes metálicas garantem perfeita estabilidade e mais segurança no manuseio. Dimensões 355 x 253 x 80 mm. Cores diversas	Unidade

22	1.00	Caixa Organizadora Grande em polipropileno, Acompanha 2 pegadores/encaixes para mãos e 2 canaletas. Espessura 1,00 Dimensões 420 x 310 x 200mm. Cores diversas	Unidade
25	2.00	Calculadora de mesa 12 dígitos com controle de arredondamento e casas decimais; conversor de moedas; correção de digitação; memória; MU; TAX+; TAX-; RAIZ; PORCENTO; DUPLO ZERO; Bateria + solar.	Unidade
26	60.00	Caneta esferográfica, escrita media e suave, ponta média de 1mm, esferas antideslizantes, formato triangular ergonômico, parte visível da tinta pelo tubo em poliestireno, tamanho mínimo 14 cm (comprimento), tinta a base de corantes, espessantes e/ou solventes, tampa ventilada, esfera de tungstênio, com orifício no tubo para evitar o ressecamento da tinta, cores diversas	Unidade
27	20.00	Caneta esferográfica, escrita fina e suave, ponta fina de 0,7mm, esferas antideslizantes, formato triangular ergonômico, parte visível da tinta pelo tubo em poliestireno, tamanho mínimo 14 cm (comprimento), tinta a base de corantes, espessantes e/ou solventes, tampa ventilada, esfera de tungstênio, com orifício no tubo para evitar o ressecamento da tinta, cores diversas	Unidade
28	1.00	Caneta hidrográfica ponta grossa, embalagem com 12 unidades.	Unidade
29	5.00	Caneta Hidrográfica. Embalagem plástica com 24 Cores. Corpo plástico, 2 opções de traço - fino e grosso, atóxico.	Unidade
30	60.00	Caneta marca texto resinas termoplásticas, tinta a base de agua, corantes e aditivos, corpo, tampa e fundo em polipropileno, filtro em poliéster, ponta em poliéster, chanfrada que permite 2 medidas de traços para sublinhar e marcar, cores diversas	Unidade
33	1.00	Carregador de Pilhas AA e AAA. Descrição: O Carregador de Pilhas permite carregar pilhas AA ou AAA. Alimentação bivolt automática Tipo que recarrega Pilhas AA ou AAA Capacidade 4 Pilhas com Luz indicadora, com garantia do fornecedor 3 Meses, tempo de recarga, 12 horas. Carrega 2 ou 4 pilhas AA ou AAA ao mesmo tempo. Tamanho: Largura:7,00cm Altura:9,00 cm, Profundidade:19,00 cm Peso:0,14 g.	Unidade
34	2.00	Clipes tamanho no 2/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
36	1.00	Clipes tamanho no 6/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
37	1.00	Clipes tamanho no 8/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
39	1.00	Cola Bastão 10 g. não resseca no tubo, lavável, atóxica. Acabamento na colagem fica transparente ao secar. Com tampa. Caixa com 10 unidades.	Caixa
40	12.00	Cola liquida branca, produto lavável, não toxica, base de agua, pva e acetato de polivinila, maior rendimento, com bico dosador, tubo 90 gramas.	Unidade

41	2.00	Corretivo líquido 18 ml a base de água, aquoso, não tóxico, composto de dispersantes e dióxido de titânio.	Unidade
43	12.00	Display em acrílico cristal 3mm para colocar uma folha de A4 com fundo e dois furos para fixar na parede, medindo 22cm larg X 32,5cm alt. Bolso 30cm alt. X 3 cm profundidade.	Unidade
44	10.00	Elástico de borracha tipo látex no 18, cor amarela, caixa com 110 unidades	Caixa
47	500.00	Envelope branco, gramatura mínima de 80 gr/m2, tamanho 114 x 229mm, podendo ter uma variação de 5 mm para mais ou para menos.	Unidade
51	200.00	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 47 alt x 37 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
55	500.00	Envelope Saco Kraft ou Pardo, Office, Tamanho 229x324. Descrição: Envelope de papel específico para envio ou armazenamento de documentos em geral. Pacote com 100 unidades	Pacote
56	1.00	Escaninho três divisões dobrável	Unidade
57	1.00	Espeto para papel	Unidade
59	1.00	Etiqueta 101,6 x 25,4mm, caixa com 100 folhas com 20 etiquetas	Caixa
61	1.00	Fita Adesiva Dupla Face Transparente, Dimensão 19mm x 30m para fixação permanente. Ideal para trabalhos escolares, fechamento de envelopes emendas de papel, fixação de cartazes etc..	Unidade
62	10.00	Fita adesiva transparente 50mmx50m. Filme de acrílico e adesivo a base de elastômeros resina sintética.	Unidade
64	3.00	Fita Adesiva Transparente, Dimensão 12mmx50m em Polipropileno. Pacote com 5 unidades.	Pacote
70	5.00	Gaveteiro pequeno (organizador) com 4 gavetas, em plástico resistente, peso 1 kg. Dimensões mínimas (LXAXP) 30X30X35CM.	Unidade
71	3.00	Grampeador de Mesa 26/6 para 40 Folhas. Cor: Preto, Tamanho: 20cm. Grampeador conta com estrutura em aço polido, acabamento em plástico e apoios emborrachados que proporcionam conforto durante seu manuseio pintura de alta resistência.	Unidade
72	3.00	Grampeador para uso de grampo 26/6. Tamanho pequeno, estrutura/corpo metálico, apoio anatômico em plástico ou emborrachado, mecanismo abastecimento superior, de fácil operação, 2 posições para fixação, para grampeamento de 12 folhas de gramatura 75 gr/m2.	Unidade
74	1.00	Grampo para grampeador (23/6 OU 23/8 OU 23/10 OU 23/13 OU 23/24 OU 23/25) - Caixa com 1.000 unidades, galvanizados, capacidade até 210 folhas.	Unidade
75	5.00	Grampo para grampeadores 26/6 - Fabricado em aço ou ferro galvanizado, caixa com no mínimo 5.000 grampos.	Caixa

78	20.00	Identificador de chaves, com chaveiro e espaço interno para identificação, cor transparente, medidas mínimas 5X60X27MM.	Unidade
81	10.00	Lápis Preto n 3 Descrição: Eco lápis produzido com madeira 100% reflorestada. Madeira macia que garante excelente apontabilidade, Técnica Sekural: exclusivo processo de colagem do grafite na madeira, proporcionando maior resistência à quebra, ideal para desenho artístico ou técnico. Formato: sextavada, não rola na mesa.	Unidade
84	1.00	Livro ata com 200 folhas. Folhas internas com gramatura mínima de 56 gr/m2, capa preta, capa dura plastificada, sem margem, tamanho mínimo de 216X320MM.	Unidade
86	1.00	Lixeiro para escritório com 30 cm de altura (policarbonato ou metal)	Unidade
88	15.00	Notas auto adesivas reposicionáveis 38mm x 51 mm - embalagem com 4 blocos de 100 folhas cada	Pacote
89	20.00	Notas autoadesivas 76x76 pop-up amarelo com 100fls L4P3 3M PT 4 UM	Bloco
93	2.00	Papel contact transparente, filme transparente adesivo, em rolo com 45 cm de largura e 25 metros de comprimento, com alto poder de aderência, validade mínima de 2 anos a partir da entrada no almoxarifado.	Rolo
95	100.00	Papel sulfite formato A4 tamanho 210 mm x 297mm, gramatura mínima de 75 gr/m2, cores diversas, alvura mínima de 94% em resma de 500 folhas, embalagem resistente para uso em copiadora e diversas impressões	Resma
108	3.00	Perfurador de papel Grande, confeccionado em aço ou ferro fundido com escala de ajuste de perfuração. 2 Furos Perfuração ate 60 Folhas de gramatura 75gr/m2. Cor: Preto. Descrição: Sistema de escotilhas para esvaziar os resíduos (confete): fácil e limpo; Compacto: botão que trava a alavanca na posição para baixo, tamanho do furo: 5,5mm, Distância Inter furos padrão de 8cm.	Unidade
110	3.00	Perfurador de papel tamanho médio, estrutura metálica, revestido em plástico resistente, bandeja/lixeria inferior, com escala de ajuste de perfuração, capacidade de perfuração mínima de 30 folhas de gramatura 75 gr/m2	Unidade
111	7.00	Pilha alcalina 1,5V tipo AAA palito, possui potencia confiável e prologada. Cartela com 2 unidades.	Cartela
115	2.00	Pilha alcalina pequena 1,5V tipo AA, possui potencia confiável e prolongada. Cartela com 2 unidades	Cartela
116	5.00	Pincel marcador permanente (tipo pincel atômico) cores diversas. Ponta de feltro redonda com espessura mínima de 1,8MM, tamanho mínimo de 11 CM de comprimento, tinta a base de álcool e outros componentes, não recarregável.	Unidade

117	2.00	Porta Lápis/Clips/Lembrete Fabricado em poliestireno. Espessura de parede de 3mm garante alta resistência e durabilidade. Perfeita estabilidade sobre a mesa. Acabamento perfeito. Design moderno Dimensões 240 x 70 x 80 mm. Cores diversas	Unidade
119	2.00	Pranchetas Acrílicas Ofício Super. Cores diversas. Tamanho 0,3x24x34cm pratica, leve, material resistente e a opção ideal para fazer anotações quando não existir apoio . Desenvolvida em material de alta qualidade, Tem prendedor de metal para garantir estabilidade as folhas.	Unidade
131	2.00	Tesoura grande 21 cm, multiuso, aço inox, cabo em polipropileno, anatômico e versátil, serve para destro e canhoto.	Unidade
135	1.00	Tinta reabastecer para carimbo automático, a base de agua, glicerina, corantes, glicóis e aditivos, frasco com 40 ml, cor preto	Unidade

2.1.1.2 – Material de copa e cozinha:

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
137	10.00	Açúcar refinado branco - pacote de 1 kg	Pacote
138	10.00	Adoçante líquido 0,02 Kcal - frasco com 100 ml. Sem aspartame.	Unidade
139	1.00	Coletor copos descartáveis usados - 2 tubos café e agua em poliestireno de alto impacto na cor branca. Capacidade 300 copos.	Unidade
140	100.00	Copo descartável 180 ml (PP)- Conforme NBR 14865:2012. Embalado em material resistente em tiras com 100 (cem) unidades.	Embalagem
141	40.00	Copo descartável 80 ml (PP)- Conforme NBR 14865:2012. Embalado em material resistente em tiras com 100 (cem) unidades	Embalagem
142	15.00	Filtro de café - 102- 60 unidades	Caixa
143	50.00	Guardanapo de papel branco - Folha simples, com boa capacidade de absorção, sem furos e materiais estranhos ou sujidades; no tamanho aproximado de 20 cm X 23 cm. Embalado em pacotes plásticos com 50 unidades em cada pacote.	Pacote
144	4.00	Mexedor de bebidas descartável - Plástico ou similar, transparente, medida aproximada de 11 centímetros. Pacote com 240 unidades.	Pacote

2.1.1.3 – Insumos e acessórios de informática:

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
147	2.00	Apresentador de Slides Pointlaser Multimídia Wireless. Possui comando de avanço e retrocesso. Dispositivo Plug & Play (Não Necessita de Drives ou CDs de Instalação). Sistemas Compatíveis: Windows 98SE / ME / 2000 / XP / Vista / 7 (32 e 64) / Mac OS / Linux. Interface: Wireless / Rádio frequência 2.4g. Alcance Wireless: 15 metros. Alcance laser point: até 60 metros (Laser Vermelho). Itens inclusos: 01 Apresentador multimídia sem fio. 01 Receptor USB. 01 Pilha	Unidade
148	10.00	Apoio ergonômico para pés em poliestireno de alto impacto. Base antiderrapante em PVC e ajuste natural de inclinação. Dimensões AxLxP: 11 x 43 x31cm, podendo ser 2 cm para mais ou para menos	Unidade
149	1.00	Cartão de Memória + Adaptador - 8GB de memória para armazenar fotos, vídeos, arquivos, jogos, entre outros, além de ser um acessório compatível com aparelhos de celular.	Unidade
161	1.00	Extensão de luz com entrada para três tomadas com 5 metros	Unidade
162	1.00	Extensão filtro de linha Régua cabo longo com 4 tomadas	Unidade
163	1.00	Fones de ouvido monoauricular para aparelho telefônico Headset, com microfone cancelador de ruído, simplicidade PLUG-AND-PLAY, simples com conexão direta, estilo monoauricular, designs monoauricular para o fone receptor, leve, confortável para uso prolongado e flexível para uso sobre a cabeça. Com almofadas macias, confortáveis e substituíveis. HEADSET básico para centros de relacionamento. Com garantia de um ano.	Unidade
164	5.00	Mouse Optico USB plug and play 800 dpi dimensões aproximadas 96x51,5x31,5 mm - preto ou prata	Unidade
165	10.00	Pen Drive 8 GB USB 2.0 Cores diversas. Armazenamento de dados, musicas, imagens, vídeos e filmes. Sistema portátil de armazenamento, Taxa de transferência de dados de ate 480 Mb por segundo. Baixo consumo de energia. Dimensões: 60 x 20 x 7mm. Não requer drive de instalação ou alimentação externa.	Unidade
166	2.00	Pino adaptador PUSH em formato T com três encaixes para tomadas com 2P+T - novo padrão	Unidade
168	11.00	Suporte para monitor com 2 gavetas na cor preto, de MDF 9mm. Dimensões AxLxP: 11,5 x 38,5 x25,5cm, podendo ser 2 cm para mais ou para menos	Unidade
169	5.00	Teclado com conexão USB, ABNT,, 12 teclas multimídia, compatível com Windows 7 ou superior	Unidade

2.1.1.4 – Material de limpeza e higiene:

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
170	5.00	Água sanitária (cloro ativo 2,0 - 2,5%) - produto para lavar roupas, limpeza e desinfecção em geral, na sua composição deve conter hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto de sódio e água sem perfume, embalagem em frasco plástico com 05 (cinco) litros com alça para transporte.	Frasc/Bols
171	6.00	Álcool em gel, hidratado a 65°, embalagem plástica com identificação do produto. Embalagem em frasco de 500 ml	Frasc/Bols
172	2.00	Balde em plástico em poliestireno, resistente, 20 litros aproximadamente.	Unidade
173	3.00	Desinfetante eucalipto - embalagem em frasco plástico com 5 litros	Frasc/Bols
174	4.00	Desodorizador de ambiente aerossol - De 360 ml a 400 ml aroma Talco ou similar.	Unidade
175	1.00	Detergente Líquido, Para Lavar Louças Manualmente, Neutro, Testado Dermatologicamente, Bio-degradável, Concentrado, com Aspecto Líquido Viscoso e Transparente, Embalado em Frasco de 5 Litros, em Plástico Flexível, Incolor, Resistente.	Frasc/Bols
176	6.00	Esponja dupla face - Em espuma a base de fibras sintéticas e mineral abrasivo unidos por resina a prova d'água usada para limpeza em geral, com a principal característica de limpar a superfície sem riscá-la. Dimensão: 100 mm x 74x23 mm.	Unidade
177	10.00	Fralda para limpeza- 34x44 cm	Unidade
178	1.00	Limpa vidros - embalagem em frasco com 5 litros	Frasc/Bols
179	1.00	Lixeira para recicláveis 4x1 na cor branca, para 4 tipos de resíduos em uma única lixeira para ambiente interno. Capacidade 80 litros, dimensões: 36 x 57 x 45cm podendo ser 2 cm para mais ou para menos	Unidade
180	1.00	Lixeiro plástico com pedal 100 litros	Unidade
181	1.00	Lixeiro plástico com pedal 50 litros	Unidade
182	2.00	Lustra moveis- frasco com 500 ml	Frasc/Bols
183	6.00	Pano de copa, em tecido no mínimo 90% algodão, branco alvejado, medindo 0,70 x 0,50m, com bainha, com peso mínimo de 70g; embalados individualmente. O pano devera conter etiqueta de fabrica indicando a composição do tecido e a metragem.	Unidade
184	1.00	Pano de limpeza - Tipo perfeit 100% Fibras de viscose, látex sintético, corante e agente bacterios-tático (triclosan), medidas aproximadas 38 cm x 28 cm. Pacote com 05 unidades	Pacote
185	30.00	Papel Higiénico, folha dupla, gramatura 17g/m2 a 21g/m2, neutro, alta qualidade, gofrado, picotado, macio com alto poder de absorção, 100% celulose virgem, na cor branca, alta alvura, sem pigmentação aparente oriunda da utilização de aparas de material impresso; com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, sem rebarbas no corte lateral; rolo com 30 metros, embalagem com 16 rolos .	Embalagem

186	120.00	Papel toalha, folha intercalada, gramatura mínima 32g/m2, cor branca, alta alvura, luxo, 1000% celulose virgem; sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, com alto poder de absorção, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, macio, sem rebarbas no corte lateral; medindo 20 cm X 21 cm, e 0,5cm de tolerância acima ou abaixo. Para efeito de cotação considerar a embalagem primaria: pacote com 1000 folhas.	Pacote
187	5.00	Pastilha adesiva para bacio sanitário (caixa com 3)	Caixa
188	3.00	Refil de sabonete liquido 700ml Espuma	Unidade
190	2.00	Sabão (detergente) em pó - Que contenha alvejante e/ou branqueador optico, que tenha sua formula testada e aprovada por dermatologistas. Em pacote/caixa de 1 kg.	Pacote
191	6.00	Saco de tecido, no mínimo 90% algodão, para limpeza, lavado e alvejado, medidas externas: aproximadamente 70 cm de altura x 50 cm de largura, com peso mínimo de 175 gramas. O pano devera conter etiqueta de fabrica com a composição do tecido e metragem.	Unidade
192	6.00	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade nominal para 100 litros (30 Kg); dimensões planas de 75 cm de largura x 105 cm de altura; espessura de 0,07 ou 0,08 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; deve apresentar solda continua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; constar, em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote
193	10.00	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade nominal para 30 litros (09 Kg); dimensões planas de 59 cm de largura x 62 cm de altura; espessura de 0,05 ou 0,06 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; apresentar solda continua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; constar, em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas equivalentes. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote
194	3.00	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade para 50 litros (15 kg); dimensões planas de 63 cm de largura x 80 cm de altura; espessura de 0,06 ou 0,07 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; apresentar solda continua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; deve constar em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas equivalentes. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote

195	1.00	Vassoura de nylon – Com cabo de madeira, leve, pontas desfiadas, cerdas medias, ideal para pisos cerâmica.	Unidade
-----	------	--	---------

2.1.2 Órgão Participante: MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.269/0001-06, com sede na Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, CEP 89.240-000, na cidade de São Francisco do Sul, SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Renato Gama Lobo

2.1.2.1 – Material de expediente:

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
1	40.00	Agenda, tipo anual, 150mmX215mm, capa dura. Ano 2017	Unidade
2	15.00	Almofada em feltro para carimbo nº 3 Cor: Azul com tampa. Tamanho 6,7x11,0 cm.	Unidade
3	15.00	Apagador para quadro branco. Tamanho mínimo 14 x 4 cm a 15 x 6 cm, fabricado em plástico resistente, acompanha feltro macio e resistente e que permita substituição.	Unidade
4	4.00	Apontador com deposito em plástico resistente lamina de aço temperado especial fio de corte de alta resistência, com um orifício, tamanho aproximado (alp 1,4x2,4x6,0 cm) Redondo ou retangular. Caixa com 50 unidades	Caixa
5	10.00	Bandeja para correspondência móvel, tripla, em acrílico fume ou cristal, produto injetado em poliestireno, tamanho ofício, para arquivamento rápido de forma horizontal.	Unidade
6	280.00	Bateria alcalina 3V CR 2032 de lithium tipo botão, original e boa qualidade, embalagem adequada tipo blister para armazenamento e validade mínima 5 anos a partir da entrega no almoxarifado.	Unidade
7	280.00	Bateria alcalina 9V, de boa qualidade, acondicionadas em cartela com 1 unidade validade mínima de 2 anos a partir da entrega no almoxarifado	Unidade
8	30.00	Bateria para termômetro digital de 1,5 V, tipo LR 41, 392 ou equivalente	Unidade
9	80.00	Bloco Adesivo para recados, Cores Sortidas, Tamanho 51 x 38mm, pacote com 4 blocos de 100 folhas cada um.	Pacote
10	140.00	Bloco auto adesivo 50x50 neon sortido	Unidade
17	550.00	Borracha branca, Macia e livre de látex (atóxica), Descrição: borracha natural, cargas, óleo mineral e aceleradores. Cor: Branca, Altura:1,00 Cm, Largura:2,50 Cm, Profundidade: 3,00 Cm, Peso:-10Gramas. Produto não toxico.	Unidade
18	280.00	Caderno 1/4 espiral capa dura com 96 fás pautadas. Dimensão 140 x 200mm.	Unidade
19	140.00	Caderno grande, capa dura, 100 folhas	Unidade
22	50.00	Caixa Organizadora Grande em polipropileno, Acompanha 2 pegadores/encaixes para mãos e 2 canaletas. Espessura 1,00 Dimensões 420 x 310 x 200mm. Cores diversas	Unidade
23	50.00	Caixa organizadora plástica com tampa, com capacidade para 6 litros, dimensões mínimas: Alt 11,2 X Larg. 23,2 X Comp. 31,5 cm.	Unidade

24	10.00	Caixa para Arquivo Morto Ofício. Caixa de papelão ondulado, revestido em cartão Kraft para arquivo de documentos diversos. Dimensões 365 x 140 x 255 mm. Pacotes com 25 unidades. Gramatura 435g/m2 Espessura 2,8.	Pacote
25	30.00	Calculadora de mesa 12 dígitos com controle de arredondamento e casas decimais; conversor de moedas; correção de digitação; memória; MU; TAX+; TAX-; RAIZ; PORCENTO; DUPLO ZERO; Bateria + solar.	Unidade
26	500.00	Caneta esferográfica, escrita media e suave, ponta média de 1mm, esferas antideslizantes, formato triangular ergonômico, parte visível da tinta pelo tubo em poliestireno, tamanho mínimo 14 cm (comprimento), tinta a base de corantes, espessantes e/ou solventes, tampa ventilada, esfera de tungstênio, com orifício no tubo para evitar o ressecamento da tinta, cores diversas	Unidade
27	500.00	Caneta esferográfica, escrita fina e suave, ponta fina de 0,7mm, esferas antideslizantes, formato triangular ergonômico, parte visível da tinta pelo tubo em poliestireno, tamanho mínimo 14 cm (comprimento), tinta a base de corantes, espessantes e/ou solventes, tampa ventilada, esfera de tungstênio, com orifício no tubo para evitar o ressecamento da tinta, cores diversas	Unidade
28	25.00	Caneta hidrográfica ponta grossa, embalagem com 12 unidades.	Estojo
30	600.00	Caneta marca texto resinas termoplásticas, tinta a base de agua, corantes e aditivos, corpo, tampa e fundo em polipropileno, filtro em poliéster, ponta em poliéster, chanfrada que permite 2 medidas de traços para sublinhar e marcar, cores diversas	Unidade
31	12.00	Caneta retroprojeter 1.0mm cores sortidas. Tinta a base de álcool.	Unidade
32	12.00	Caneta retroprojeter 2.0mm. Tinta a base de álcool. tinta secagem rápida e resistente a agua e a umidade de qualidade. Validade mínima de dois anos a partir da entrega no almoxarifado. Cores diversas	Unidade
34	400.00	Clipes tamanho no 2/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
37	400.00	Clipes tamanho no 8/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
39	280.00	Cola Bastão 10 g. não resseca no tubo, lavável, atóxica. Acabamento na colagem fica transparente ao secar. Com tampa. Caixa com 10 unidades.	Caixa
40	90.00	Cola liquida branca, produto lavável, não toxica, base de agua, pva e acetato de polivinila, maior rendimento, com bico dosador, tubo 90 gramas.	Unidade
42	15.00	Dispenser de senha manual, bico de pato, corte automático, com placa e suporte de parede, diversas cores, compatível com senha ROLOMATIC.	Unidade
44	120.00	Elástico de borracha tipo látex no 18, cor amarela, caixa com 110 unidades	Caixa
51	3000.00	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 47 alt x 37 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade

54	60.00	Envelope Saco Branco Office Tamanho 229x324. Descrição: Envelope de papel específico para envio ou armazenamento de documentos em geral. Pacote com 100 unidades.	Pacote
55	60.00	Envelope Saco Kraft ou Pardo, Office, Tamanho 229x324. Descrição: Envelope de papel específico para envio ou armazenamento de documentos em geral. Pacote com 100 unidades	Pacote
58	50.00	Estilete multiuso compacto, ergonômico, robusto simples. Possuir clips de fixação e trava de segurança. Acompanhar estojo com 5 laminas de 9 mm, lamina em aço carbono. Sistema de segurança de quebra de lamina. Produzido em plástico super resistente, para trabalhos pesados com empunhadura antideslizantes.	Unidade
60	100.00	Extrator de grampo em aço galvanizado formato espátula extrai grampo de uma maneira fácil e rápida, indicado para grampos 10,24/6 e 26/6. Tamanho mínimo de 14 cm	Unidade
64	60.00	Fita Adesiva Transparente, Dimensão 12mmx50m em Polipropileno. Pacote com 5 unidades.	Pacote
65	60.00	Fita Adesiva Transparente, Dimensão 45mmx45 em Polipropileno. Pacote com 5 unidades.	Pacote
66	300.00	Fita Corretiva 5mmx6m. Descrição: Correção a seco, não é necessário esperar secar para reescrever por cima, Formato ergonômico que proporciona conforto e firmeza na aplicação. Cores diversas.	Unidade
67	300.00	Fita crepe branca 24 mm x 50 m. Fabricada em papel saturado, coberto com adesivos naturais de borracha e resina sintética.	Unidade
69	30.00	Fita métrica 150 cm plástica, flexível, graduada em centímetros.	Unidade
71	100.00	Grampeador de Mesa 26/6 para 40 Folhas. Cor: Preto, Tamanho: 20cm.Grampeador conta com estrutura em aço polido, acabamento em plástico e apoios emborrachados que proporcionam conforto durante seu manuseio pintura de alta resistência.	Unidade
75	900.00	Grampo para grampeadores 26/6 - Fabricado em aço ou ferro galvanizado, caixa com no mínimo 5.000 grampos.	Caixa
80	4.00	Lacre tipo malote, com numeração, rabicho com comprimento de no mínimo 14 CM e espessura 2,0 MM, fechamento duplo em ancora. Fabricados em polipropileno, cores diversas, pacote com 100 unidades.	Pacote
82	600.00	Lápis preto n.2, apontado, grafite, carga inerte, composição de madeira em material cerâmico.	Unidade
85	50.00	Livro protocolo 1/4 com 100 folhas. Gramatura mínima das folhas internas de 56 gr/m2, capa dura, capa plastificada, tamanho mínimo 148 x 202 mm.	Unidade
87	10.00	Marcador para quadro branco cores diversas, tamanho mínimo de 11 cm de comprimento, ponta redonda, espessura mínima para escrita de 2mm, tinta a base de solventes, pigmentos orgânicos, aditivos e resinas. Escrita grossa. Caixa com 12 unidades.	Caixa

88	300.00	Notas auto adesivas reposicionáveis 38mm x 51 mm - embalagem com 4 blocos de 100 folhas cada	Pacote
90	60.00	Organizador de mesa, espaço para caneta clips e lembranças	Unidade
91	80.00	Organizador plástico com tampa capacidade 4,3 lts, cor transparente, dimensões aproximadas de 17,7 x 26,2 x 14,7 cm	Unidade
92	4.00	Papel Carbono A4 . Tamanho 210 x 297 mm, cor preto. Caixa com 100 Folhas.	Caixa
93	10.00	Papel contact transparente, filme transparente adesivo, em rolo com 45 cm de largura e 25 metros de comprimento, com alto poder de aderência, validade mínima de 2 anos a partir da entrada no almoxarifado.	Rolo
95	3000.00	Papel sulfite formato A4 tamanho 210 mm x 297mm, gramatura mínima de 75 gr/m2, cores diversas, alvura mínima de 94% em resma de 500 folhas, embalagem resistente para uso em copiadora e diversas impressões	Resma
96	100.00	Pasta AZ A4 Preta Lombada Larga com visor	Unidade
97	1500.00	Pasta Cartão Duplex, plastificado, com Abas, Elástico com ilhós/ guardar documentos em geral. Formato: 340x 230mm.Cores diversas	Unidade
98	200.00	Pasta catalogo com capa preta em PVC, com 100 envelopes plásticos com espessura mínima de 3 mm, com 4 furos , fixados em 04 colchetes latonado, tamanho mínimo de 300 x 230 mm	Unidade
101	300.00	Pasta Escolar com Aba e Elástico, Formato Ofício, Tamanho 250x340x55mm Composição: Polipropileno, Cores diversas.	Unidade
105	20.00	Pasta sanfonada plástica A4 em polipropileno, com 12 divisórias para arquivos e documentos, fechamento em elástico, medindo 240x330mm. Cores diversas	Unidade
106	1000.00	Pasta sem aba, sem elástico, com grampo trilho, cartolina plastificada, gramatura mínima de 250 gr/m2, tamanho 230x340 mm, cores diversas	Unidade
107	500.00	Pasta Suspensa ,Cores diversas, altamente resistente plastificada 250 a 280g/m2.Embalagem com 6 unidades. Acompanha etiqueta (offset 120 g/m2), visor (PVC), grampo plástico (PE) e 2 hastes plásticas 405x15mm.	Unidade
110	100.00	Perfurador de papel tamanho médio, estrutura metálica, revestido em plástico resistente, bandeja/ lixeira inferior, com escala de ajuste de perfuração, capacidade de perfuração mínima de 30 folhas de gramatura 75 gr/m2	Unidade
111	300.00	Pilha alcalina 1,5V tipo AAA palito, possui potencia confiável e prologada. Cartela com 2 unidades.	Cartela
113	200.00	Pilha alcalina C (media)	Unidade
114	50.00	Pilha alcalina D (grande)	Unidade
115	300.00	Pilha alcalina pequena 1,5V tipo AA, possui potencia confiável e prolongada. Cartela com 2 unidades	Cartela
116	150.00	Pincel marcador permanente (tipo pincel atômico) cores diversas. Ponta de feltro redonda com espessura mínima de 1,8MM, tamanho mínimo de 11 CM de comprimento, tinta a base de álcool e outros componentes, não recarregável.	Unidade
118	250.00	Prancheta mdf com grampo metálico 340 x 235 mm	Unidade

121	30.00	Quadro branco com espessura mínima de 15mm, moldura de alumínio, suporte para apagador arredondado, removível e deslizante, com base mínima de 35 cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal, acompanhar manual e conjunto de acessórios para instalação. Tamanho 90 x 120 cm	Unidade
122	30.00	Quadro de aviso cortiça - moldura de alumínio e tamanho de 90 x 120 cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal, acompanha conjunto de acessórios para instalação.	Unidade
124	300.00	Régua em poliestireno, Tamanho 30 cm. Dimensão: 310x34x3mm, Garante eficiência na hora de realizar suas tarefas de medidas. Produzida com material poliestireno super resistente a queda, Cores diversas	Unidade
125	150.00	Rolo de senha de atendimento - bobina de senhas picotadas em ordem sequencial de 3 dígitos (00-999), diâmetro do rolo de 11 cm e largura da senha 4cm. Diversas cores. Rolo com 2.000 números, uso equipamento rolomatic.	Bobina
131	100.00	Tesoura grande 21 cm, multiuso, aço inox, cabo em polipropileno, anatômico e versátil, serve para destro e canhoto.	Unidade
134	60.00	Tinta para carimbo cores diversas	Unidade

3.1.2.2 – Material de Copa e cozinha:

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
137	1440.00	Açúcar refinado branco - pacote de 1 kg	Pacote
139	15.00	Coletor copos descartáveis usados - 2 tubos café e água em poliestireno de alto impacto na cor branca. Capacidade 300 copos.	Unidade
140	5760.00	Copo descartável 180 ml (PP)- Conforme NBR 14865:2012. Embalado em material resistente em tiras com 100 (cem) unidades.	Embalagem
145	20.00	Porta copos 180 ml descartáveis (dispensador) em plástico com tampa com cerdas para prender o copo. Deve acompanhar buchas e parafusos.	Unidade

3.1.2.3 – Insumos e acessórios de informática:

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
147	2.00	Apresentador de Slides Pointlaser Multimídia Wireless. Possui comando de avanço e retrocesso. Dispositivo Plug & Play (Não Necessita de Drives ou CDs de Instalação). Sistemas Compatíveis: Windows 98SE / ME / 2000 / XP / Vista / 7 (32 e 64) / Mac OS / Linux. Interface: Wireless / Rádio frequência 2.4g. Alcance Wireless: 15 metros. Alcance laser point: até 60 metros (Laser Vermelho). Itens inclusos: 01 Apresentador multimídia sem fio. 01 Receptor USB. 01 Pilha	Unidade

150	36.00	Cartucho de tinta HP deskjet 3845 preto no 27	Unidade
151	24.00	Cartucho de tinta para impressora HP 4280 colorida	Unidade
152	24.00	Cartucho de tinta para impressora HP 4280 preta	Unidade
153	36.00	Cartucho de tinta para impressora HP Deskjet D 1360 colorida	Unidade
154	36.00	Cartucho de tinta para impressora HP Deskjet D 1360 preta	Unidade
158	2.00	DVD-R Gravável 4.7 GB 16X 120 min. Armazena dados, musicas, imagens, vídeos e filmes, Solução completa para aplicações de alta performance, Gravação e reprodução em velocidade de ate 16X. Embalagem com 50 unidades.	Embalagem
159	80.00	Etiqueta adesiva para impressora modelo zebra et 0182 - et col térmica adc 240 - dimensão 62 x 15000 mm, largura 62 mm, sem picote, material térmico, uma carreira.	Bobina
161	10.00	Extensão de luz com entrada para três tomadas com 5 metros	Unidade
162	35.00	Extensão filtro de linha Régua cabo longo com 4 tomadas	Unidade
164	85.00	Mouse Optico USB plug and play 800 dpi dimensões aproximadas 96x51,5x31,5 mm - preto ou prata	Unidade
165	20.00	Pen Drive 8 GB USB 2.0 Cores diversas. Armazenamento de dados, musicas, imagens, vídeos e filmes. Sistema portátil de armazenamento, Taxa de transferência de dados de ate 480 Mb por segundo. Baixo consumo de energia. Dimensões: 60 x 20 x 7mm. Não requer drive de instalação ou alimentação externa.	Unidade
166	30.00	Pino adaptador PUSH em formato T com três encaixes para tomadas com 2P+T - novo padrão	Unidade
168	30.00	Suporte para monitor com 2 gavetas na cor preto, de MDF 9mm. Dimensões AxLxP: 11,5 x 38,5 x25,5cm, podendo ser 2 cm para mais ou para menos	Unidade
169	65.00	Teclado com conexão USB, ABNT,, 12 teclas multimídia, compatível com Windows 7 ou superior	Unidade

3.1.2.4 – Material de limpeza e higiene:

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
170	1200.00	Agua sanitária (cloro ativo 2,0 - 2,5%) - produto para lavar roupas, limpeza e desinfecção em geral, na sua composição deve conter hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto de sódio e agua sem perfume, embalagem em frasco plástico com 05 (cinco) litros com alça para transporte.	Frasc/Bols
171	1100.00	Álcool em gel, hidratado a 65°, embalagem plástica com identificação do produto. Embalagem em frasco de 500 ml	Frasc/Bols
172	140.00	Balde em plástico em poliestireno, resistente, 20 litros aproximadamente.	Unidade
173	700.00	Desinfetante eucalipto - embalagem em frasco plástico com 5 litros	Frasc/Bols
174	430.00	Desodorizador de ambiente aerossol - De 360 ml a 400 ml aroma Talco ou similar.	Unidade
175	170.00	Detergente Liquido, Para Lavar Loucas Manualmente, Neutro, Testado Dermatologicamente, Bio-degradável, Concentrado, com Aspecto Liquido Viscoso e Transparente, Embalado em Frasco de 5 Litros, em Plástico Flexível, Incolor, Resistente.	Frasc/Bols

176	2900.00	Esponja dupla face - Em espuma a base de fibras sintéticas e mineral abrasivo unidos por resina a prova d'água usada para limpeza em geral, com a principal característica de limpar a superfície sem riscá-la. Dimensão: 100 mm x 74x23 mm.	Unidade
178	87.00	Limpa vidros - embalagem em frasco com 5 litros	Frasc/Bols
179	12.00	Lixeira para recicláveis 4x1 na cor branca, para 4 tipos de resíduos em uma única lixeira para ambiente interno. Capacidade 80 litros, dimensões: 36 x 57 x 45cm podendo ser 2 cm para mais ou para menos	Unidade
182	288.00	Lustra moveis- frasco com 500 ml	Frasc/Bols
183	1600.00	Pano de copa, em tecido no mínimo 90% algodão, branco alvejado, medindo 0,70 x 0,50m, com bainha, com peso mínimo de 70g; embalados individualmente. O pano devera conter etiqueta de fabrica indicando a composição do tecido e a metragem.	Unidade
184	2300.00	Pano de limpeza - Tipo perfez 100% Fibras de viscose, látex sintético, corante e agente bacterios-tático (triclosan), medidas aproximadas 38 cm x 28 cm. Pacote com 05 unidades	Pacote
185	2050.00	Papel Higiénico, folha dupla, gramatura 17g/m2 a 21g/m2, neutro, alta qualidade, gofrado, picotado, macio com alto poder de absorção, 100% celulose virgem, na cor branca, alta alvura, sem pigmentação aparente oriunda da utilização de aparas de material impresso; com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, sem rebarbas no corte lateral; rolo com 30 metros, embalagem com 16 rolos .	Embalagem
186	20000.00	Papel toalha, folha intercalada, gramatura mínima 32g/m2, cor branca, alta alvura, luxo, 1000% celulose virgem; sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, com alto poder de absorção, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, macio, sem rebarbas no corte lateral; medindo 20 cm X 21 cm, e 0,5cm de tolerância acima ou abaixo. Para efeito de cotação considerar a embalagem primaria: pacote com 1000 folhas.	Pacote
187	770.00	Pastilha adesiva para bacio sanitário (caixa com 3)	Caixa
188	822.00	Refil de sabonete liquido 700ml Espuma	Unidade
189	173.00	Rodo de alumínio 40 cm com cabo de alumínio extensão 1,30 m	Unidade
190	860.00	Sabão (detergente) em pó - Que contenha alvejante e/ou branqueador optico, que tenha sua formula testada e aprovada por dermatologistas. Em pacote/caixa de 1 kg.	Pacote
191	1500.00	Saco de tecido, no mínimo 90% algodão, para limpeza, lavado e alvejado, medidas externas: aproximadamente 70 cm de altura x 50 cm de largura, com peso mínimo de 175 gramas. O pano devera conter etiqueta de fabrica com a composição do tecido e metragem.	Unidade
192	100.00	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade nominal para 100 litros (30 Kg); dimensões planas de 75 cm de largura x 105 cm de altura; espessura de 0,07 ou 0,08 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; deve apresentar solda continua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; constar, em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote
193	144.00	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade nominal para 30 litros (09 Kg); dimensões planas de 59 cm de largura x 62 cm de altura; espessura de 0,05 ou 0,06 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; apresentar solda continua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; constar, em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas equivalentes. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote
194	144.00	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade para 50 litros (15 kg); dimensões planas de 63 cm de largura x 80 cm de altura; espessura de 0,06 ou 0,07 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; apresentar solda continua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; deve constar em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas equivalentes. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote
195	500.00	Vassoura de nylon – Com cabo de madeira, leve, pontas desfiadas, cerdas medias, ideal para pisos cerâmica.	Unidade

Órgão Participante: HOSPITAL MUNICIPAL SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, de natureza autárquica, integrante da administração

indireta do Município de Joinville, CNPJ nº 84.703.248/0001-09, com sede na Av. Getúlio Vargas, nº 238, Centro, CEP 89.202-000, na cidade de Joinville, SC, representado por sua Diretora Presidente, Sra. Francieli Cristini Schultz:

2.1.2.2 – Material de expediente:

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
4	84.00	Apontador com deposito em plástico resistente lamina de aço temperado especial fio de corte de alta resistência, com um orifício, tamanho aproximado (alp 1,4x2,4x6,0 cm) Redondo ou retangular. Caixa com 50 unidades	Caixa
5	60.00	Bandeja para correspondência móvel, tripla, em acrílico fume ou cristal, produto injetado em poliestireno, tamanho ofício, para arquivamento rápido de forma horizontal.	Unidade
6	840.00	Bateria alcalina 3V CR 2032 de lithium tipo botão, original e boa qualidade, embalagem adequada tipo blister para armazenamento e validade mínima 5 anos a partir da entrega no almoxarifado.	Unidade
8	480.00	Bateria para termômetro digital de 1,5 V, tipo LR 41, 392 ou equivalente	Unidade
11	168.00	Bobina de fax símile, tamanho mínimo 215mm x 30 m, papel termocopiativo para alta definição de imagem e alta resistência e durabilidade.	Unidade
12	60.00	Bobina para calculadora 57 mm x 60 m com 1 via	Unidade
13	60.00	Bobina para calculadora 76 mm x 30 m com 1 via	Unidade
14	360.00	Bobina para impressora térmica amarela 76mm x 30 m	Unidade
15	240.00	Bobina termo sensível na medida 57 x 22 (amarela) autoclave FH190	Unidade
17	240.00	Borracha branca, Macia e livre de látex (atóxica), Descrição: borracha natural, cargas, óleo mineral e aceleradores. Cor: Branca, Altura:1,00 Cm, Largura:2,50 Cm, Profundidade:3,00 Cm, Peso:10Gramas. Produto não toxico.	Unidade
18	144.00	Caderno 1/4 espiral capa dura com 96 fás pautadas. Dimensão 140 x 200mm.	Unidade
20	1300.00	Caixa arquivo morto polionda, tamanho 250X130X350MM, pode variar 2 cm para mais ou para menos. Cores variadas	Unidade
23	120.00	Caixa organizadora plástica com tampa, com capacidade para 6 litros, dimensões mínimas: Alt 11,2 X Larg. 23,2 X Comp. 31,5 cm.	Unidade
24	2000.00	Caixa para Arquivo Morto Ofício. Caixa de papelão ondulado, revestido em cartão Kraft para arquivo de documentos diversos. Dimensões 365 x 140 x 255 mm. Pacotes com 25 unidades. Gramatura 435g/m2 Espessura 2,8.	Pacote
25	96.00	Calculadora de mesa 12 dígitos com controle de arredondamento e casas decimais; conversor de moedas; correção de digitação; memoria; MU; TAX+; TAX-; RAIZ; PORCENTO; DUPLO ZERO; Bateria + solar.	Unidade

26	5000.00	Caneta esferográfica, escrita media e suave, ponta média de 1mm, esferas antideslizantes, formato triangular ergonômico, parte visível da tinta pelo tubo em poliestireno, tamanho mínimo 14 cm (comprimento), tinta a base de corantes, espessantes e/ou solventes, tampa ventilada, esfera de tungstênio, com orifício no tubo para evitar o ressecamento da tinta, cores diversas	Unidade
31	900.00	Caneta retroprojektor 1.0mm cores sortidas. Tinta a base de álcool.	Unidade
32	1200.00	Caneta retroprojektor 2.0mm. Tinta a base de álcool. tinta secagem rápida e resistente a agua e a umidade de qualidade. Validade mínima de dois anos a partir da entrega no almoxarifado. Cores diversas	Unidade
35	500.00	Clipes tamanho no 3/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
36	240.00	Clipes tamanho no 6/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
38	120.00	Cola 75 g, uso universal. Composição: borracha, resinas sintéticas, solventes alifáticos e aromáticos (toluol) número ONU: 1133. Ideal para madeira, azulejos, cerâmica, tecido, plásticos rígidos, alumínio, solados, cortiça e outros .Bisnaga de 75 grs.	Bisnagas
39	24.00	Cola Bastão 10 g. não resseca no tubo, lavável, atóxica. Acabamento na colagem fica transparente ao secar. Com tampa. Caixa com 10 unidades.	Caixa
40	600.00	Cola liquida branca, produto lavável, não toxica, base de agua, pva e acetato de polivinila, maior rendimento, com bico dosador, tubo 90 gramas.	Unidade
41	240.00	Corretivo liquido 18 ml a base de água, aquoso, não toxico, composto de dispersantes e dióxido de titânio.	Unidade
42	5.00	Dispenser de senha manual, bico de pato, corte automático, com placa e suporte de parede, diversas cores, compatível com senha ROLOMATIC.	Unidade
43	300.00	Display em acrílico cristal 3mm para colocar uma folha de A4 com fundo e dois furos para fixar na parede, medindo 22cm larg X 32,5cm alt. Bolso 30cm alt. X 3 cm profundidade.	Unidade
44	1500.00	Elástico de borracha tipo látex no 18, cor amarela, caixa com 110 unidades	Caixa
45	42.00	Embalagem plástica para dose única de medicamentos, que possibilite a visualização do conteúdo, embalagem com picote para facilitar a abertura e que possibilite selagem precisa. Cores diversas, tamanho 30MM X 100MM. Bobina de fácil manuseio com no mínimo 10.000 unidades.	Bobina
46	66.00	Embalagem plástica para dose única de medicamentos, que possibilite a visualização do conteúdo, embalagem com picote para facilitar a abertura e que possibilite selagem precisa. Cores diversas, tamanho 50MM X 100MM. Bobina de fácil manuseio com no mínimo 10.000 unidades.	Bobina
47	360.00	Envelope branco, gramatura mínima de 80 gr/m2, tamanho 114 x 229mm, podendo ter uma variação de 5 mm para mais ou para menos.	Unidade

48	15000.00	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 23 alt x 16,5 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
49	6000.00	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 28 alt x 20 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
50	43600.00	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 36 alt x 26 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
51	74000.00	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 47 alt x 37 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
52	4700.00	Envelope plástico formato ofício. Tipo saco plástico, perfurado com 4 furos. Tamanho mínimo de 215mm (largura) x 315mm (comprimento) X 0,03mm (espessura). Os sacos plásticos são ideais para utilização em fichários e pastas catálogo. Resistentes e com borda reforçada, permitem o arquivamento e transporte de folhetos ou pequenos objetos, s/ risco de rasgos e extravios.	Unidade
53	1400.00	Envelope plástico formato ofício. Tipo saco plástico, perfurado com 4 furos. Tamanho mínimo de 225mm (largura) x 300mm (comprimento) X 0,12mm (espessura). Os sacos plásticos são ideais para utilização em fichários e pastas catálogo. Resistentes e com borda reforçada, permitem o arquivamento e transporte de folhetos ou pequenos objetos, s/ risco de rasgos e extravios.	Unidade
58	18.00	Estilete multiuso compacto, ergonômico, robusto simples. Possuir clips de fixação e trava de segurança. Acompanhar estojo com 5 laminas de 9 mm, lamina em aço carbono. Sistema de segurança de quebra de lamina. Produzido em plástico super resistente, para trabalhos pesados com empunhadura antideslizantes.	Unidade
60	96.00	Extrator de grampo em aço galvanizado formato espátula extrai grampo de uma maneira fácil e rápida, indicado para grampos 10,24/6 e 26/6. Tamanho mínimo de 14 cm	Unidade
62	300.00	Fita adesiva transparente 50mmx50m. Filme de acrílico e adesivo a base de elastômeros resina sintética.	Unidade
63	480.00	Fita adesiva transparente tamanho 12mm x 65 m. Fabricado em filme de celofane e adesivo a base de elastômero e resina sintética.	Unidade
68	600.00	Fita de teflon para seladora com largura de 2,5 cm	Unidade
70	36.00	Gaveteiro pequeno (organizador) com 4 gavetas, em plástico resistente, peso 1 kg. Dimensões mínimas (LXAXP) 30X30X35CM.	Unidade
72	240.00	Grampeador para uso de grampo 26/6. Tamanho pequeno, estrutura/corpo metálico, apoio anatômico em plástico ou emborrachado, mecanismo abastecimento superior, de fácil operação, 2 posições para fixação, para grampeamento de 12 folhas de gramatura 75 gr/m2.	Unidade
73	24.00	Grampeador para uso de grampos (23/6 OU 23/8 OU 23/10 OU 23/13 OU 23/25), confeccionado em material de ferro fundido ou aço, para trabalhos pesados, com ajuste de Distância, grampeamento de até 200 folhas de gramatura 75 gr/m2	Unidade

74	48.00	Grampo para grampeador (23/6 OU 23/8 OU 23/10 OU 23/13 OU 23/24 OU 23/25) - Caixa com 1.000 unidades, galvanizados, capacidade ate 210 folhas.	Unidade
75	700.00	Grampo para grampeadores 26/6 - Fabricado em aço ou ferro galvanizado, caixa com no mínimo 5.000 grampos.	Caixa
76	24.00	Grampo trilho de plástico estendido (para ate 600 folhas) Pacote com 50 unidades.	Pacote
77	60.00	Grampo trilho Plástico injetado em polietileno com capacidade para armazenar aproximadamente 300 folhas (ref. Sulfite 75g/m2). Cores diversas. Pacote com 50 unidades.	Pacote
78	240.00	Identificador de chaves, com chaveiro e espaço interno para identificação, cor transparente, medidas mínimas 5X60X27MM.	Unidade
79	30.00	Lacre abraçadeira de nylon tamanho 2,5 MM de largura X 150 MM de comprimento, cor branca, pacote com 100 unidades.	Pacote
80	120.00	Lacre tipo malote, com numeração, rabicho com comprimento de no mínimo 14 CM e espessura 2,0 MM, fechamento duplo em ancora. Fabricados em polipropileno, cores diversas, pacote com 100 unidades.	Pacote
82	480.00	Lápis preto n.2, apontado, grafite, carga inerte, composição de madeira em material cerâmico.	Unidade
83	120.00	Livro ata com 100 folhas. Folhas internas com gramatura mínima de 56 gr/m2, capa preta, capa dura plastificada, sem margem, tamanho mínimo de 216X320MM.	Unidade
84	72.00	Livro ata com 200 folhas. Folhas internas com gramatura mínima de 56 gr/m2, capa preta, capa dura plastificada, sem margem, tamanho mínimo de 216X320MM.	Unidade
85	120.00	Livro protocolo 1/4 com 100 folhas. Gramatura mínima das folhas internas de 56 gr/m2, capa dura, capa plastificada, tamanho mínimo 148 x 202 mm.	Unidade
87	888.00	Marcador para quadro branco cores diversas, tamanho mínimo de 11 cm de comprimento, ponta redonda, espessura mínima para escrita de 2mm, tinta a base de solventes, pigmentos orgânicos, aditivos e resinas. Escrita grossa. Caixa com 12 unidades.	Caixa
91	150.00	Organizador plástico com tampa capacidade 4,3 lts, cor transparente, dimensões aproximadas de 17,7 x 26,2 x 14,7 cm	Unidade
92	12.00	Papel Carbono A4 . Tamanho 210 x 297 mm, cor preto. Caixa com 100 Folhas.	Caixa
93	144.00	Papel contact transparente, filme transparente adesivo, em rolo com 45 cm de largura e 25 metros de comprimento, com alto poder de aderência, validade mínima de 2 anos a partir da entrada no almoxarifado.	Rolo
94	36.00	Papel Kraft pardo, um dos lados tipo monolúcido com brilho e do outro lado Kraft natural. Gramatura mínima de 80gr, tamanho mínimo de 60 cm de largura, com 100 M	Bobina
95	11000.00	Papel sulfite formato A4 tamanho 210 mm x 297mm, gramatura mínima de 75 gr/m2, cores diversas, alvura mínima de 94% em resma de 500 folhas, embalagem resistente para uso em copiadora e diversas impressões	Resma

98	120.00	Pasta catalogo com capa preta em PVC, com 100 envelopes plásticos com espessura mínima de 3 mm, com 4 furos , fixados em 04 colchetes latonado, tamanho mínimo de 300 x 230 mm	Unidade
99	1200.00	Pasta em L, tamanho A4, polipropileno incolor brilhante. Espessura 0,15mm	Unidade
100	480.00	Pasta em plástico (polipropileno 0,30) com grampo trilho plástico. Formato A4, cores diversas, textura lisa	Unidade
102	400.00	Pasta plástica com Aba e Elástico Ofício, ideal para guardar e transportar documentos e papeis em geral com segurança e praticidade possibilitando maior organização. Tamanho: 235 x 350 mm. Cores diversas	Unidade
103	400.00	Pasta polionda com aba e elástico, dimensões mínimas de 315 x 226 x 35 mm, diversas cores	Unidade
104	12.00	Pasta Sanfonada A4,com 12 Divisórias laminada em polipropileno. Tamanho A4. Possui visores em polipropileno transparente e acompanha etiquetas para identificação das divisórias. Fechamento com elástico (terminação em plástico segundo normas do INMETRO) e botão que permite flexibilidade e evita que o conteúdo caia da pasta. Dimensões 330 x 235 x70 mm. Cores diversas	Unidade
106	240.00	Pasta sem aba, sem elástico, com grampo trilho, cartolina plastificada, gramatura mínima de 250 gr/m2, tamanho 230x340 mm, cores diversas	Unidade
107	600.00	Pasta Suspensa ,Cores diversas, altamente resistente plastificada 250 a 280g/m2.Embalagem com 6 unidades. Acompanha etiqueta (offset 120 g/m2), visor (PVC), grampo plástico (PE) e 2 hastes plásticas 405x15mm.	Unidade
108	18.00	Perfurador de papel Grande, confeccionado em aço ou ferro fundido com escala de ajuste de perfuração. 2 Furos Perfuração ate 60 Folhas de gramatura 75gr/m2. Cor: Preto. Descrição: Sistema de escotilhas para esvaziar os resíduos (confete): fácil e limpo; Compacto: botão que trava a alavanca na posição para baixo, tamanho do furo: 5,5mm, Distância Inter furos padrão de 8cm.	Unidade
109	60.00	Perfurador de papel pequeno, estrutura metálica, revestido em plástico resistente, bandeja/lixeria inferior, para dois furos, capacidade de perfuração mínima de 8 folhas de gramatura 75GR/M2. Régua medidora para auxiliar o encaixe e a perfuração. Dimensões: 10,7cm x 7,3cm x 8,8cm.	Unidade
111	6200.00	Pilha alcalina 1,5V tipo AAA palito, possui potencia confiável e prologada. Cartela com 2 unidades.	Cartela
112	150.00	Pilha alcalina 23A 12V	Unidade
113	480.00	Pilha alcalina C (media)	Unidade
114	240.00	Pilha alcalina D (grande)	Unidade
115	4300.00	Pilha alcalina pequena 1,5V tipo AA, possui potencia confiável e prolongada. Cartela com 2 unidades	Cartela

116	900.00	Pincel marcador permanente (tipo pincel atômico) cores diversas. Ponta de feltro redonda com espessura mínima de 1,8MM, tamanho mínimo de 11 CM de comprimento, tinta a base de álcool e outros componentes, não recarregável.	Unidade
119	600.00	Pranchetas Acrílicas Ofício Super. Cores diversas. Tamanho 0,3x24x34cm pratica, leve, material resistente e a opção ideal para fazer anotações quando não existir apoio . Desenvolvida em material de alta qualidade, Tem prendedor de metal para garantir estabilidade as folhas.	Unidade
120	36.00	Presilha de metal para crachá tipo jacaré, pacote com 50 unidades	Pacote
121	36.00	Quadro branco com espessura mínima de 15mm, moldura de alumínio, suporte para apagador arredondado, removível e deslizante, com base mínima de 35 cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal, acompanhar manual e conjunto de acessórios para instalação. Tamanho 90 x 120 cm	Unidade
123	72.00	Refil para apagador de quadro branco magnético, confeccionado em feltro adesivado. Dimensões entre 14x5 cm, podendo variar entre 1 cm para mais ou par menos. Pacote com 10 unidades	Pacote
124	200.00	Régua em poliestireno, Tamanho 30 cm.Dimensão:310x34x3mm, Garante eficiência na hora de realizar suas tarefas de medidas. Produzida com material poliestireno super resistente a queda, Cores diversas	Unidade
125	360.00	Rolo de senha de atendimento - bobina de senhas picotadas em ordem sequencial de 3 dígitos (00-999), diâmetro do rolo de 11 cm e largura da senha 4cm. Diversas cores. Rolo com 2.000 números, uso equipamento rolomatic.	Bobina
126	600.00	Saco plástico transparente tamanho 11 x 25 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte lateral, mínimo 07 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 5%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 pecas constando dados de identificação e fabricação.	Pacote
127	150.00	Saco plástico transparente tamanho 18 x 30 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 07 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 5%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 pecas constando dados de identificação e fabricação.	Pacote
128	70.00	Saco plástico transparente tamanho 25 x 35 cm, para embalagens, inodoro, atóxico, resistente, com abertura na parte superior, mínimo 07 micra, acondicionado em pacotes com no máximo 500 pecas constando dados de identificação e fabricação.	Pacote
129	48.00	Saco plástico transparente tamanho 28 x 42 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 08 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 10%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 pecas constando dados de identicamente e fabricação.	Pacote

130	120.00	Saco plástico transparente, tamanho mínimo 52 x 85 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 010 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 5%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação	Pacote
131	36.00	Tesoura grande 21 cm, multiuso, aço inox, cabo em polipropileno, anatômico e versátil, serve para destro e canhoto.	Unidade
132	240.00	Tesoura pequena 14 cm Laminas de aço inoxidável, cabo plástico em formato anatômico e revestimento interno que absorve impacto, ponta fina. Cor Preto.	Unidade
133	120.00	Tinta para Reabastecer Pincel Atômico frasco com 37 ml. Tinta permanente a base de álcool. Cores diversas.	Unidade
135	360.00	Tinta reabastecer para carimbo automático, a base de água, glicerina, corantes, glicóis e aditivos, frasco com 40 ml, cor preto	Unidade
136	480.00	Umedecedor de dedo em pasta, a base de agentes emulsionantes, umectantes, emoliente, conservante e essência aromática. Pacote com no mínimo 12 grs	Pacote

2.1.2.3 – Material de Copa e Cozinha:

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
137	6000.00	Açúcar refinado branco - pacote de 1 kg	Pacote
139	36.00	Coletor copos descartáveis usados - 2 tubos café e água em poliestireno de alto impacto na cor branca. Capacidade 300 copos.	Unidade
140	27000.00	Copo descartável 180 ml (PP)- Conforme NBR 14865:2012. Embalado em material resistente em tiras com 100 (cem) unidades.	Embalagem
145	60.00	Porta copos 180 ml descartáveis (dispensador) em plástico com tampa com cerdas para prender o copo. Deve acompanhar buchas e parafusos.	Unidade
146	72.00	Porta copos 50 ml, dispenser para copos descartáveis em acrílico transparente, com tampa, com cerdas para prender o copo, deve acompanhar buchas e parafusos.	Unidade

2.1.2.4 – Insumos e acessórios de informática:

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
155	5.00	CD-R Gravável 1X-52X 80min/700mb. Midia optica Gravável utilizada p armazenamento de áudio, vídeo, programas para computadores, documentos, imagens digitais e outros tipos de dados. Especificações técnicas: Matéria-prima Policarbonato. Tubo contendo 100 un.	Tubo
156	1500.00	CD-R Gravável com 700MB de capacidade de armazenamento, gravação mínima de 80 minutos com velocidade mínima de gravação de 48X COMP, armazenado em caixa de acrílico.	Unidade
157	24.00	DVD - R Gravável 4 X 120 min, 4.7 GB com capa plástica	Unidade
160	480.00	Etiqueta auto adesiva 2,5 x 5,5 cm, em papel couche a base de borracha e resina, cor branco, sem impressão, com 01 coluna, para uso em impressora térmica ,uso ribbon, rolo com 1000 etiquetas.	Bobina

163	12.00	Fones de ouvido monoauricular para aparelho telefônico Headset, com microfone cancelador de ruído, simplicidade PLUG-AND-PLAY, simples com conexão direta, estilo monoauricular, designs monoauricular para o fone receptor, leve, confortável para uso prolongado e flexível para uso sobre a cabeça. Com almofadas macias, confortáveis e substituíveis. HEADSET básico para centros de relacionamento. Com garantia de um ano.	Unidade
164	120.00	Mouse Optico USB plug and play 800 dpi dimensões aproximadas 96x51,5x31,5 mm - preto ou prata	Unidade
167	48.00	Roleta de tinta compatível com calculadora Logus 642	Unidade
169	120.00	Teclado com conexão USB, ABNT,, 12 teclas multimídia, compatível com Windows 7 ou superior	Unidade

2.1.2.5 – Material de Limpeza e Higiene:

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
172	60.00	Balde em plástico em poliestireno, resistente, 20 litros aproximadamente.	Unidade
175	740.00	Detergente Liquido, Para Lavar Loucas Manualmente, Neutro, Testado Dermatologicamente, Bio-degradável, Concentrado, com Aspecto Liquido Viscoso e Transparente, Embalado em Frasco de 5 Litros, em Plástico Flexível, Incolor, Resistente.	Frasc/Bols
176	6000.00	Esponja dupla face - Em espuma a base de fibras sintéticas e mineral abrasivo unidos por resina a prova d'água usada para limpeza em geral, com a principal característica de limpar a superfície sem riscar-la. Dimensão: 100 mm x 74x23 mm.	Unidade
185	6000.00	Papel Higiênico, folha dupla, gramatura 17g/m2 a 21g/m2, neutro, alta qualidade, gofrado, picotado, macio com alto poder de absorção, 100% celulose virgem, na cor branca, alta alvura, sem pigmentação aparente oriunda da utilização de aparas de material impresso; com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, sem rebarbas no corte lateral; rolo com 30 metros, embalagem com 16 rolos	Embalagem
186	30000.00	Papel toalha, folha intercalada, gramatura mínima 32g/m2, cor branca, alta alvura, luxo, 1000% celulose virgem; sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, com alto poder de absorção, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, macio, sem rebarbas no corte lateral; medindo 20 cm X 21 cm, e 0,5cm de tolerância acima ou abaixo. Para efeito de cotação considerar a embalagem primaria: pacote com 1000 folhas.	Pacote
189	48.00	Rodo de alumínio 40 cm com cabo de alumínio extensão 1,30 m	Unidade

192	2000.00	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade nominal para 100 litros (30 Kg); dimensões planas de 75 cm de largura x 105 cm de altura; espessura de 0,07 ou 0,08 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; deve apresentar solda continua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; constar, em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote
193	1000.00	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade nominal para 30 litros (09 Kg); dimensões planas de 59 cm de largura x 62 cm de altura; espessura de 0,05 ou 0,06 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; apresentar solda continua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; constar, em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas equivalentes. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote
194	2000.00	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade para 50 litros (15 kg); dimensões planas de 63 cm de largura x 80 cm de altura; espessura de 0,06 ou 0,07 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; apresentar solda continua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; deve constar em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas equivalentes. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote

2.2 Total estimado para consumo em todos os Órgãos Participantes e Órgão Gerenciador:

2.2.1 – Material de expediente:

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
1	40.00	Agenda, tipo anual, 150mmX215mm, capa dura. Ano 2017	Unidade
2	15.00	Almofada em feltro para carimbo nº 3 Cor: Azul com tampa. Tamanho 6,7x11,0 cm.	Unidade
3	15.00	Apagador para quadro branco. Tamanho mínimo 14 x 4 cm a 15 x 6 cm, fabricado em plástico resistente, acompanha feltro macio e resistente e que permita substituição.	Unidade
4	88.00	Apontador com deposito em plástico resistente lamina de aço temperado especial fio de corte de alta resistência, com um orifício, tamanho aproximado (alp 1,4x2,4x6,0 cm) Redondo ou retangular. Caixa com 50 unidades	Caixa
5	72.00	Bandeja para correspondência móvel, tripla, em acrílico fume ou cristal, produto injetado em poliestireno, tamanho ofício, para arquivamento rápido de forma horizontal.	Unidade

6	1120.00	Bateria alcalina 3V CR 2032 de lítio tipo botão, original e boa qualidade, embalagem adequada tipo blister para armazenamento e validade mínima 5 anos a partir da entrega no almoxarifado.	Unidade
7	280.00	Bateria alcalina 9V, de boa qualidade, acondicionadas em cartela com 1 unidade validade mínima de 2 anos a partir da entrega no almoxarifado	Unidade
8	510.00	Bateria para termômetro digital de 1,5 V, tipo LR 41, 392 ou equivalente	Unidade
9	80.00	Bloco Adesivo para recados, Cores Sortidas, Tamanho 51 x 38mm, pacote com 4 blocos de 100 folhas cada um.	Pacote
10	140.00	Bloco auto adesivo 50x50 neon sortido	Unidade
11	168.00	Bobina de fax símile, tamanho mínimo 215mm x 30 m, papel termocopiativo para alta definição de imagem e alta resistência e durabilidade.	Unidade
12	60.00	Bobina para calculadora 57 mm x 60 m com 1 via	Unidade
13	60.00	Bobina para calculadora 76 mm x 30 m com 1 via	Unidade
14	360.00	Bobina para impressora térmica amarela 76mm x 30 m	Unidade
15	240.00	Bobina termo sensível na medida 57 x 22 (amarela) autoclave FH190	Unidade
16	5.00	Borracha branca com capa plástica, macia, de látex, produzida com borracha natural, acompanha capa plástica - tamanho 42x21x10mm	Unidade
17	790.00	Borracha branca, Macia e livre de látex (atóxica), Descrição: borracha natural, cargas, óleo mineral e aceleradores. Cor: Branca, Altura:1,00 Cm, Largura:2,50 Cm, Profundidade:3,00 Cm, Peso:-10Gramas. Produto não tóxico.	Unidade
18	424.00	Caderno 1/4 espiral capa dura com 96 fás pautadas. Dimensão 140 x 200mm.	Unidade
19	140.00	Caderno grande, capa dura, 100 folhas	Unidade
20	1700.00	Caixa arquivo morto polionda, tamanho 250X130X350MM, pode variar 2 cm para mais ou para menos. Cores variadas	Unidade
21	1.00	Caixa de Correspondência Articulável Tripla, Fabricada em poliestireno, articulada e pode ser utilizada aberta ou fechada. Hastes metálicas garantem perfeita estabilidade e mais segurança no manuseio. Dimensões 355 x 253 x 80 mm. Cores diversas	Unidade
22	51.00	Caixa Organizadora Grande em polipropileno, Acompanha 2 pegadores/encaixes para mãos e 2 canaletas. Espessura 1,00 Dimensões 420 x 310 x 200mm. Cores diversas	Unidade
23	170.00	Caixa organizadora plástica com tampa, com capacidade para 6 litros, dimensões mínimas: Alt 11,2 X Larg. 23,2 X Comp. 31,5 cm.	Unidade
24	2010.00	Caixa para Arquivo Morto Ofício. Caixa de papelão ondulado, revestido em cartão Kraft para arquivo de documentos diversos. Dimensões 365 x 140 x 255 mm. Pacotes com 25 unidades. Gramatura 435g/m2 Espessura 2,8.	Pacote
25	128.00	Calculadora de mesa 12 dígitos com controle de arredondamento e casas decimais; conversor de moedas; correção de digitação; memória; MU; TAX+; TAX-; RAIZ; PORCENTO; DUPLO ZERO; Bateria + solar.	Unidade
26	5560.00	Caneta esferográfica, escrita média e suave, ponta média de 1mm, esferas antideslizantes, formato triangular ergonômico, parte visível da tinta pelo tubo em poliestireno, tamanho mínimo 14 cm (comprimento), tinta a base de corantes, espessantes e/ou solventes, tampa ventilada, esfera de tungstênio, com orifício no tubo para evitar o ressecamento da tinta, cores diversas	Unidade
27	520.00	Caneta esferográfica, escrita fina e suave, ponta fina de 0,7mm, esferas antideslizantes, formato triangular ergonômico, parte visível da tinta pelo tubo em poliestireno, tamanho mínimo 14 cm (comprimento), tinta a base de corantes, espessantes e/ou solventes, tampa ventilada, esfera de tungstênio, com orifício no tubo para evitar o ressecamento da tinta, cores diversas	Unidade
28	26.00	Caneta hidrográfica ponta grossa, embalagem com 12 unidades.	Estojo
29	5.00	Caneta Hidrográfica. Embalagem plástica com 24 Cores. Corpo plástico, 2 opções de traço - fino e grosso, atóxico.	Estojo

30	660.00	Caneta marca texto resinas termoplásticas, tinta a base de agua, corantes e aditivos, corpo, tampa e fundo em polipropileno, filtro em poliéster, ponta em poliéster, chanfrada que permite 2 medidas de traços para sublinhar e marcar, cores diversas	Unidade
31	912.00	Caneta retroprojektor 1.0mm cores sortidas. Tinta a base de álcool.	Unidade
32	1212.00	Caneta retroprojektor 2.0mm. Tinta a base de álcool. tinta secagem rápida e resistente a agua e a umidade de qualidade. Validade mínima de dois anos a partir da entrega no almoxarifado. Cores diversas	Unidade
33	1.00	Carregador de Pilhas AA e AAA. Descrição: O Carregador de Pilhas permite carregar pilhas AA ou AAA. Alimentação bivolt automática Tipo que recarrega Pilhas AA ou AAA Capacidade 4 Pilhas com Luz indicadora ,com garantia do fornecedor 3 Meses, tempo de recarga, 12 horas Carrega 2 ou 4 pilhas AA ou AAA ao mesmo tempo. Tamanho: Largura:7,00cm Altura:9,00 cm, Profundidade:19,00 cm Peso:0,14 g.	Unidade
34	402.00	Clipes tamanho no 2/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
35	500.00	Clipes tamanho no 3/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
36	241.00	Clipes tamanho no 6/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
37	401.00	Clipes tamanho no 8/0 caixa 500 gr, fabricado em aço ou arame galvanizado.	Caixa
38	120.00	Cola 75 g, uso universal. Composição: borracha, resinas sintéticas, solventes alifáticos e aromáticos (toluol) número ONU: 1133. Ideal para madeira, azulejos, cerâmica, tecido, plásticos rígidos, alumínio, solados, cortiça e outros .Bisnaga de 75 grs.	Bisnagas
39	305.00	Cola Bastão 10 g. não resseca no tubo, lavável, atóxica. Acabamento na colagem fica transparente ao secar. Com tampa. Caixa com 10 unidades.	Caixa
40	702.00	Cola liquida branca, produto lavável, não toxica, base de agua, pva e acetato de polivinila, maior rendimento, com bico dosador, tubo 90 gramas.	Unidade
41	242.00	Corretivo liquido 18 ml a base de agua, aquoso, não toxico, composto de dispersantes e dióxido de titânio.	Unidade
42	20.00	Dispenser de senha manual, bico de pato, corte automático, com placa e suporte de parede, diversas cores, compatível com senha ROLOMATIC.	Unidade
43	312.00	Display em acrílico cristal 3mm para colocar uma folha de A4 com fundo e dois furos para fixar na parede, medindo 22cm larg X 32,5cm alt. Bolso 30cm alt. X 3 cm profundidade.	Unidade
44	1630.00	Elástico de borracha tipo látex no 18, cor amarela, caixa com 110 unidades	Caixa
45	42.00	Embalagem plástica para dose única de medicamentos, que possibilite a visualização do conteúdo, embalagem com picote para facilitar a abertura e que possibilite selagem precisa. Cores diversas, tamanho 30MM X 100MM. Bobina de fácil manuseio com no mínimo 10.000 unidades.	Bobina
46	66.00	Embalagem plástica para dose única de medicamentos, que possibilite a visualização do conteúdo, embalagem com picote para facilitar a abertura e que possibilite selagem precisa. Cores diversas, tamanho 50MM X 100MM. Bobina de fácil manuseio com no mínimo 10.000 unidades.	Bobina
47	860.00	Envelope branco, gramatura mínima de 80 gr/m2, tamanho 114 x 229mm, podendo ter uma variação de 5 mm para mais ou para menos.	Unidade
48	15000.00	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 23 alt x 16,5 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
49	6000.00	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 28 alt x 20 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
50	43600.00	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 36 alt x 26 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade
51	77200.00	Envelope papel Kraft, apresentação: envelope tipo saco, 47 alt x 37 larg, gramatura: 90 G/M2, cor: pardo.	Unidade

52	4700.00	Envelope plástico formato ofício. Tipo saco plástico, perfurado com 4 furos. Tamanho mínimo de 215mm (largura) x 315mm (comprimento) X 0,03mm (espessura). Os sacos plásticos são ideais para utilização em fichários e pastas catalogo. Resistentes e com borda reforçada, permitem o arquivamento e transporte de folhetos ou pequenos objetos, s/ risco de rasgos e extravios.	Unidade
53	1400.00	Envelope plástico formato ofício. Tipo saco plástico, perfurado com 4 furos. Tamanho mínimo de 225mm (largura) x 300mm (comprimento) X 0,12mm (espessura). Os sacos plásticos são ideais para utilização em fichários e pastas catalogo. Resistentes e com borda reforçada, permitem o arquivamento e transporte de folhetos ou pequenos objetos, s/ risco de rasgos e extravios.	Unidade
54	60.00	Envelope Saco Branco Office Tamanho 229x324. Descrição: Envelope de papel específico para envio ou armazenamento de documentos em geral. Pacote com 100 unidades.	Pacote
55	560.00	Envelope Saco Kraft ou Pardo, Office, Tamanho 229x324. Descrição: Envelope de papel específico para envio ou armazenamento de documentos em geral. Pacote com 100 unidades	Pacote
56	1.00	Escaninho três divisões dobrável	Unidade
57	1.00	Espeto para papel	Unidade
58	68.00	Estilete multiuso compacto, ergonômico, robusto simples. Possuir clips de fixação e trava de segurança. Acompanhar estojo com 5 lamina de 9 mm, lamina em aço carbono. Sistema de segurança de quebra de lamina. Produzido em plástico super resistente, para trabalhos pesados com empunhadura antideslizantes.	Unidade
59	1.00	Etiqueta 101,6 x 25,4mm, caixa com 100 folhas com 20 etiquetas	Caixa
60	196.00	Extrator de grampo em aço galvanizado formato espátula extrai grampo de uma maneira fácil e rápida, indicado para grampos 10,24/6 e 26/6. Tamanho mínimo de 14 cm	Unidade
61	1.00	Fita Adesiva Dupla Face Transparente, Dimensão 19mm x 30m para fixação permanente. Ideal para trabalhos escolares, fechamento de envelopes emendas de papel, fixação de cartazes etc.	Unidade
62	310.00	Fita adesiva transparente 50mmx50m. Filme de acrílico e adesivo a base de elastômeros resina sintética.	Unidade
63	480.00	Fita adesiva transparente tamanho 12mm x 65 m. Fabricado em filme de celofane e adesivo a base de elastômero e resina sintética.	Unidade
64	63.00	Fita Adesiva Transparente, Dimensão 12mmx50m em Polipropileno. Pacote com 5 unidades.	Pacote
65	60.00	Fita Adesiva Transparente, Dimensão 45mmx45 em Polipropileno. Pacote com 5 unidades.	Pacote
66	300.00	Fita Corretiva 5mmx6m. Descrição: Correção a seco, não é necessário esperar secar para reescrever por cima, Formato ergonômico que proporciona conforto e firmeza na aplicação. Cores diversas.	Unidade
67	300.00	Fita crepe branca 24 mm x 50 m. Fabricada em papel saturado, coberto com adesivos naturais de borracha e resina sintética.	Unidade
68	600.00	Fita de teflon para seladora com largura de 2,5 cm	Unidade
69	30.00	Fita métrica 150 cm plástica, flexível, graduada em centímetros.	Unidade
70	41.00	Gaveteiro pequeno (organizador) com 4 gavetas, em plástico resistente, peso 1 kg. Dimensões mínimas (LXAXP) 30X30X35CM.	Unidade
71	103.00	Grampeador de Mesa 26/6 para 40 Folhas. Cor: Preto, Tamanho: 20cm.Grampeador conta com estrutura em aço polido, acabamento em plástico e apoios emborrachados que proporcionam conforto durante seu manuseio pintura de alta resistência.	Unidade
72	243.00	Grampeador para uso de grampo 26/6. Tamanho pequeno, estrutura/corpo metálico, apoio anatômico em plástico ou emborrachado, mecanismo abastecimento superior, de fácil operação, 2 posições para fixação, para grampeamento de 12 folhas de gramatura 75 gr/m2.	Unidade
73	24.00	Grampeador para uso de grampos (23/6 OU 23/8 OU 23/10 OU 23/13 OU 23/25), confeccionado em material de ferro fundido ou aço, para trabalhos pesados, com ajuste de Distância, grampeamento de até 200 folhas de gramatura 75 gr/m2	Unidade

74	49.00	Grampo para grampeador (23/6 OU 23/8 OU 23/10 OU 23/13 OU 23/24 OU 23/25) - Caixa com 1.000 unidades, galvanizados, capacidade ate 210 folhas.	Unidade
75	1605.00	Grampo para grampeadores 26/6 - Fabricado em aço ou ferro galvanizado, caixa com no mínimo 5.000 grampos.	Caixa
76	24.00	Grampo trilho de plástico estendido (para ate 600 folhas) Pacote com 50 unidades.	Pacote
77	60.00	Grampo trilho Plástico injetado em polietileno com capacidade para armazenar aproximadamente 300 folhas (ref. Sulfite 75g/m2). Cores diversas. Pacote com 50 unidades.	Pacote
78	260.00	Identificador de chaves, com chaveiro e espaço interno para identificação, cor transparente, medidas mínimas 5X60X27MM.	Unidade
79	30.00	Lacre abraçadeira de nylon tamanho 2,5 MM de largura X 150 MM de comprimento, cor branca, pacote com 100 unidades.	Pacote
80	124.00	Lacre tipo malote, com numeração, rabicho com comprimento de no mínimo 14 CM e espessura 2,0 MM, fechamento duplo em ancora. Fabricados em polipropileno, cores diversas, pacote com 100 unidades.	Pacote
81	10.00	Lápis Preto n 3 Descrição: Eco lápis produzido com madeira 100% reflorestada. Madeira macia que garante excelente apontabilidade, Técnica Sekural: exclusivo processo de colagem do grafite na madeira, proporcionando maior resistência à quebra, ideal para desenho artístico ou técnico. Formato: sextavada: não rola na mesa.	Unidade
82	1080.00	Lápis preto n.2, apontado, grafite, carga inerte, composição de madeira em material cerâmico.	Unidade
83	120.00	Livro ata com 100 folhas. Folhas internas com gramatura mínima de 56 gr/m2, capa preta, capa dura plastificada, sem margem, tamanho mínimo de 216X320MM.	Unidade
84	73.00	Livro ata com 200 folhas. Folhas internas com gramatura mínima de 56 gr/m2, capa preta, capa dura plastificada, sem margem, tamanho mínimo de 216X320MM.	Unidade
85	170.00	Livro protocolo 1/4 com 100 folhas. Gramatura mínima das folhas internas de 56 gr/m2, capa dura, capa plastificada, tamanho mínimo 148 x 202 mm.	Unidade
86	1.00	Lixeiro para escritório com 30 cm de altura (policarbonato ou metal)	Unidade
87	898.00	Marcador para quadro branco cores diversas, tamanho mínimo de 11 cm de comprimento, ponta redonda, espessura mínima para escrita de 2mm, tinta a base de solventes, pigmentos orgânicos, aditivos e resinas. Escrita grossa. Caixa com 12 unidades.	Caixa
88	315.00	Notas auto adesivas reposicionáveis 38mm x 51 mm - embalagem com 4 blocos de 100 folhas cada	Pacote
89	20.00	Notas autoadesivas 76x76 pop-up amarelo com 100fls L4P3 3M PT 4 UM	Bloco
90	60.00	Organizador de mesa, espaço para caneta clips e lembranças	Unidade
91	230.00	Organizador plástico com tampa capacidade 4,3 lts, cor transparente, dimensões aproximadas de 17,7 x 26,2 x 14,7 cm	Unidade
92	16.00	Papel Carbono A4 . Tamanho 210 x 297 mm, cor preto. Caixa com 100 Folhas.	Caixa
93	156.00	Papel contact transparente, filme transparente adesivo, em rolo com 45 cm de largura e 25 metros de comprimento, com alto poder de aderência, validade mínima de 2 anos a partir da entrada no almoxarifado.	Rolo
94	36.00	Papel Kraft pardo, um dos lados tipo monolúcido com brilho e do outro lado Kraft natural. Gramatura mínima de 80gr, tamanho mínimo de 60 cm de largura, com 100 M	Bobina
95	14100.00	Papel sulfite formato A4 tamanho 210 mm x 297mm, gramatura mínima de 75 gr/m2, cores diversas, alvura mínima de 94% em resma de 500 folhas, embalagem resistente para uso em copiadora e diversas impressões	Resma
96	100.00	Pasta AZ A4 Preta Lombada Larga com visor	Unidade
97	1500.00	Pasta Cartão Duplex, Plastificado, com Abas, Elástico com ilhós/ guardar documentos em geral. Formato: 340x 230mm.Cores diversas	Unidade

98	320.00	Pasta catalogo com capa preta em PVC, com 100 envelopes plásticos com espessura mínima de 3 mm, com 4 furos , fixados em 04 colchetes latonado, tamanho mínimo de 300 x 230 mm	Unidade
99	1200.00	Pasta em L, tamanho A4, polipropileno incolor brilhante. Espessura 0,15mm	Unidade
100	480.00	Pasta em plástico (polipropileno 0,30) com grampo trilho plástico. Formato A4, cores diversas, textura lisa	Unidade
101	300.00	Pasta Escolar com Aba e Elástico, Formato Ofício, Tamanho 250x340x55mm Composição: Polipropileno, Cores diversas.	Unidade
102	400.00	Pasta plástica com Aba e Elástico Ofício, ideal para guardar e transportar documentos e papeis em geral com segurança e praticidade possibilitando maior organização. Tamanho: 235 x 350 mm. Cores diversas	Unidade
103	400.00	Pasta polionda com aba e elástico, dimensões mínimas de 315 x 226 x 35 mm, diversas cores	Unidade
104	12.00	Pasta Sanfonada A4, com 12 Divisórias laminada em polipropileno. Tamanho A4. Possui visores em polipropileno transparente e acompanha etiquetas para identificação das divisórias. Fechamento com elástico (terminação em plástico segundo normas do INMETRO) e botão que permite flexibilidade e evita que o conteúdo caia da pasta. Dimensões 330 x 235 x70 mm. Cores diversas	Unidade
105	20.00	Pasta sanfonada plástica A4 em polipropileno, com 12 divisórias para arquivos e documentos, fechamento em elástico, medindo 240x330mm. Cores diversas	Unidade
106	1240.00	Pasta sem aba, sem elástico, com grampo trilho, cartolina plastificada, gramatura mínima de 250 gr/m2, tamanho 230x340 mm, cores diversas	Unidade
107	1100.00	Pasta Suspensa , Cores diversas, altamente resistente plastificada 250 a 280g/m2.Embalagem com 6 unidades. Acompanha etiqueta (offset 120 g/m2), visor (PVC), grampo plástico (PE) e 2 hastes plásticas 405x15mm.	Unidade
108	21.00	Perfurador de papel Grande, confeccionado em aço ou ferro fundido com escala de ajuste de perfuração. 2 Furos Perfuração ate 60 Folhas de gramatura 75gr/m2. Cor: Preto. Descrição: Sistema de escotilhas para esvaziar os resíduos (confete): fácil e limpo; Compacto: botão que trava a alavanca na posição para baixo, tamanho do furo: 5,5mm, Distância Inter furos padrão de 8cm.	Unidade
109	60.00	Perfurador de papel pequeno, estrutura metálica, revestido em plástico resistente, bandeja/lixeira inferior, para dois furos, capacidade de perfuração mínima de 8 folhas de gramatura 75GR/M2. Régua medidora para auxiliar o encaixe e a perfuração. Dimensões: 10,7cm x 7,3cm x 8,8cm.	Unidade
110	103.00	Perfurador de papel tamanho médio, estrutura metálica, revestido em plástico resistente, bandeja/ lixeira inferior, com escala de ajuste de perfuração, capacidade de perfuração mínima de 30 folhas de gramatura 75 gr/m2	Unidade
111	6507.00	Pilha alcalina 1,5V tipo AAA palito, possui potencia confiável e prologada. Cartela com 2 unidades.	Cartela
112	150.00	Pilha alcalina 23A 12V	Unidade
113	680.00	Pilha alcalina C (media)	Unidade
114	290.00	Pilha alcalina D (grande)	Unidade
115	4602.00	Pilha alcalina pequena 1,5V tipo AA, possui potencia confiável e prolongada. Cartela com 2 unidades	Cartela
116	1055.00	Pincel marcador permanente (tipo pincel atômico) cores diversas. Ponta de feltro redonda com espessura mínima de 1,8MM, tamanho mínimo de 11 CM de comprimento, tinta a base de álcool e outros componentes, não recarregável.	Unidade
117	2.00	Porta Lápis/Clips/Lembrete Fabricado em poliestireno. Espessura de parede de 3mm garante alta resistência e durabilidade. Perfeita estabilidade sobre a mesa. Acabamento perfeito. Design moderno Dimensões 240 x 70 x 80 mm. Cores diversas	Unidade
118	250.00	Prancheta mdf com grampo metálico 340 x 235 mm	Unidade
119	602.00	Pranchetas Acrílicas Ofício Super. Cores diversas. Tamanho 0,3x24x34cm pratica, leve, material resistente e a opção ideal para fazer anotações quando não existir apoio. Desenvolvida em material de alta qualidade, tem prendedor de metal para garantir estabilidade as folhas.	Unidade
120	36.00	Presilha de metal para crachá tipo jacaré, pacote com 50 unidades	Pacote

121	66.00	Quadro branco com espessura mínima de 15mm, moldura de alumínio, suporte para apagador arredondado, removível e deslizante, com base mínima de 35 cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal, acompanhar manual e conjunto de acessórios para instalação. Tamanho 90 x 120 cm	Unidade
122	30.00	Quadro de aviso cortiça - moldura de alumínio e tamanho de 90 x 120 cm, sistema de fixação invisível, podendo ser instalado na vertical ou horizontal, acompanha conjunto de acessórios para instalação.	Unidade
123	72.00	Refil para apagador de quadro branco magnético, confeccionado em feltro adesivado. Dimensões entre 14x5 cm, podendo variar entre 1 cm para mais ou par menos. Pacote com 10 unidades	Pacote
124	500.00	Régua em poliestireno, Tamanho 30 cm. Dimensão:310x34x3mm, Garante eficiência na hora de realizar suas tarefas de medidas. Produzida com material poliestireno super resistente a queda, Cores diversas	Unidade
125	510.00	Rolo de senha de atendimento - bobina de senhas picotadas em ordem sequencial de 3 dígitos (00-999), diâmetro do rolo de 11 cm e largura da senha 4cm. Diversas cores. Rolo com 2.000 números, uso equipamento rolo-matic.	Bobina
126	600.00	Saco plástico transparente tamanho 11 x 25 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte lateral, mínimo 07 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 5%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação.	Pacote
127	150.00	Saco plástico transparente tamanho 18 x 30 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 07 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 5%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação.	Pacote
128	70.00	Saco plástico transparente tamanho 25 x 35 cm, para embalagens, inodoro, atóxico, resistente, com abertura na parte superior, mínimo 07 micra, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação.	Pacote
129	48.00	Saco plástico transparente tamanho 28 x 42 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 08 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 10%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação.	Pacote
130	120.00	Saco plástico transparente, tamanho mínimo 52 x 85 cm, para embalagens diversas, inodoro, atóxico, resistente, não reciclado, com abertura na parte superior, mínimo 010 micra, variação aceitável de tamanho e micragem 5%, acondicionado em pacotes com no máximo 500 peças constando dados de identificação e fabricação	Pacote
131	138.00	Tesoura grande 21 cm, multiuso, aço inox, cabo em polipropileno, anatômico e versátil, serve para destro e canhoto.	Unidade
132	240.00	Tesoura pequena 14 cm Laminas de aço inoxidável, cabo plástico em formato anatômico e revestimento interno que absorve impacto, ponta fina. Cor Preto.	Unidade
133	120.00	Tinta para Reabastecer Pincel Atômico frasco com 37 ml. Tinta permanente a base de álcool. Cores diversas.	Unidade
134	60.00	Tinta para carimbo cores diversas	Unidade
135	361.00	Tinta reabastecer para carimbo automático, a base de água, glicerina, corantes, glicóis e aditivos, frasco com 40 ml, cor preto	Unidade
136	480.00	Umedecedor de dedo em pasta, a base de agentes emulsionantes, umectantes, emoliente, conservante e essência aromática. Pacote com no mínimo 12 grs	Pacote

2.2.2 – Material de Copa e Cozinha:

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
137	7450.00	Açúcar refinado branco - pacote de 1 kg	Pacote
138	10.00	Adoçante líquido 0,02 Kcal - frasco com 100 ml. Sem aspartame.	Unidade
139	52.00	Coletor copos descartáveis usados - 2 tubos café e água em poliestireno de alto impacto na cor branca. Capacidade 300 copos.	Unidade
140	32860.00	Copo descartável 180 ml (PP)- Conforme NBR 14865:2012. Embalado em material resistente em tiras com 100 (cem) unidades.	Embalagem
141	40.00	Copo descartável 80 ml (PP)- Conforme NBR 14865:2012. Embalado em material resistente em tiras com 100 (cem) unidades	Embalagem
142	15.00	Filtro de café - 102- 60 unidades	Caixa
143	50.00	Guardanapo de papel branco - Folha simples, com boa capacidade de absorção, sem furos e materiais estranhos ou sujidades; no tamanho aproximado de 20 cm X 23 cm. Embalado em pacotes plásticos com 50 unidades em cada pacote.	Pacote
144	4.00	Mexedor de bebidas descartável - Plástico ou similar, transparente, medida aproximada de 11 centímetros. Pacote com 240 unidades.	Pacote
145	80.00	Porta copos 180 ml descartáveis (dispensador) em plástico com tampa com cerdas para prender o copo. Deve acompanhar buchas e parafusos.	Unidade
146	72.00	Porta copos 50 ml, dispenser para copos descartáveis em acrílico transparente, com tampa, com cerdas para prender o copo, deve acompanhar buchas e parafusos.	Unidade

2.2.3 – Insumos e acessórios de informática:

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
147	4.00	Apresentador de Slides Pointlaser Multimídia Wireless. Possui comando de avanço e retrocesso. Dispositivo Plug & Play (Não Necessita de Drives ou CDs de Instalação). Sistemas Compatíveis: Windows 98SE / ME / 2000 / XP / Vista / 7 (32 e 64) / Mac OS / Linux. Interface: Wireless / Rádio frequência 2.4g. Alcance Wireless: 15 metros. Alcance laser point: até 60 metros (Laser Vermelho). Itens inclusos: 01 Apresentador multimídia sem fio. 01 Receptor USB. 01 Pilha	Unidade
148	10.00	Apoio ergonômico para pés em poliestireno de alto impacto. Base antiderrapante em PVC e ajuste natural de inclinação. Dimensões AxLxP: 11 x 43 x31cm, podendo ser 2 cm para mais ou para menos	Unidade
149	1.00	Cartão de Memória + Adaptador - 8GB de memória para armazenar fotos, vídeos, arquivos, jogos, entre outros, além de ser um acessório compatível com aparelhos de celular.	Unidade
150	36.00	Cartucho de tinta HP deskjet 3845 preto no 27	Unidade
151	24.00	Cartucho de tinta para impressora HP 4280 colorida	Unidade
152	24.00	Cartucho de tinta para impressora HP 4280 preta	Unidade
153	36.00	Cartucho de tinta para impressora HP Deskjet D 1360 colorida	Unidade
154	36.00	Cartucho de tinta para impressora HP Deskjet D 1360 preta	Unidade
155	5.00	CD-R Gravável 1X-52X 80min/700mb.Midia optica Gravável utilizada p armazenamento de áudio, vídeo, programas para computadores, documentos, imagens digitais e outros tipos de dados. Especificações técnicas: Matéria-prima Policarbonato. Tubo contendo 100 un.	Tubo
156	1500.00	CD-R Gravável com 700MB de capacidade de armazenamento, gravação mínima de 80 minutos com velocidade mínima de gravação de 48X COMP, armazenado em caixa de acrílico.	Unidade
157	24.00	DVD - R Gravável 4 X 120 min, 4.7 GB com capa plástica	Unidade
158	2.00	DVD-R Gravável 4.7 GB 16X 120 min. Armazena dados, musicas, imagens, vídeos e filmes, Solução completa para aplicações de alta performance, Gravação e reprodução em velocidade de ate 16X. Embalagem com 50 unidades.	Embalagem

159	80.00	Etiqueta adesiva para impressora modelo zebra et 0182 - et col térmica adc 240 - dimensão 62 x 15000 mm, largura 62 mm, sem picote, material térmico, uma carreira.	Bobina
160	480.00	Etiqueta auto adesiva 2,5 x 5,5 cm, em papel couche a base de borracha e resina, cor branco, sem impressão, com 01 coluna, para uso em impressora térmica ,uso ribbon, rolo com 1000 etiquetas.	Bobina
161	11.00	Extensão de luz com entrada para três tomadas com 5 metros	Unidade
162	36.00	Extensão filtro de linha Régua cabo longo com 4 tomadas	Unidade
163	13.00	Fones de ouvido monoauricular para aparelho telefônico Headset, com microfone cancelador de ruído, simplicidade PLUG-AND-PLAY, simples com conexão direta, estilo monoauricular, designs monoauricular para o fone receptor, leve, confortável para uso prolongado e flexível para uso sobre a cabeça. Com almofadas macias, confortáveis e substituíveis. HEADSET básico para centros de relacionamento. Com garantia de um ano.	Unidade
164	210.00	Mouse Optico USB plug and play 800 dpi dimensões aproximadas 96x51,5x31,5 mm - preto ou prata	Unidade
165	30.00	Pen Drive 8 GB USB 2.0 Cores diversas. Armazenamento de dados, musicas, imagens, vídeos e filmes. Sistema portátil de armazenamento, Taxa de transferência de dados de ate 480 Mb por segundo. Baixo consumo de energia. Dimensões: 60 x 20 x 7mm. Não requer drive de instalação ou alimentação externa.	Unidade
166	32.00	Pino adaptador PUSH em formato T com três encaixes para tomadas com 2P+T - novo padrão	Unidade
167	48.00	Roleta de tinta compatível com calculadora Logus 642	Unidade
168	41.00	Suporte para monitor com 2 gavetas na cor preto, de MDF 9mm. Dimensões AxLxP: 11,5 x 38,5 x25,5cm, podendo ser 2 cm para mais ou para menos	Unidade
169	190.00	Teclado com conexão USB, ABNT,, 12 teclas multimídia, compatível com Windows 7 ou superior	Unidade

2.2.4 – Material de limpeza e higiene:

Nº Item	Quantidade	Descrição	Unidade
170	1205.00	Agua sanitária (cloro ativo 2,0 - 2,5%) - produto para lavar roupas, limpeza e desinfecção em geral, na sua composição deve conter hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto de sódio e agua sem perfume, embalagem em frasco plástico com 05 (cinco) litros com alça para transporte.	Frasc/Bols
171	1106.00	Álcool em gel, hidratado a 65°, embalagem plástica com identificação do produto. Embalagem em frasco de 500 ml	Frasc/Bols
172	202.00	Balde em plástico em poliestireno, resistente, 20 litros aproximadamente.	Unidade
173	703.00	Desinfetante eucalipto - embalagem em frasco plástico com 5 litros	Frasc/Bols
174	434.00	Desodorizador de ambiente aerossol - De 360 ml a 400 ml aroma Talco ou similar.	Unidade
175	911.00	Detergente Liquido, Para Lavar Loucas Manualmente, Neutro, Testado Dermatologicamente, Biodegradável, Concentrado, com Aspecto Liquido Viscoso e Transparente, Embalado em Frasco de 5 Litros, em Plástico Flexível, Incolor, Resistente.	Frasc/Bols
176	8906.00	Esponja dupla face - Em espuma a base de fibras sintéticas e mineral abrasivo unidos por resina a prova d'água usada para limpeza em geral, com a principal característica de limpar a superfície sem riscá-la. Dimensão: 100 mm x 74x23 mm.	Unidade
177	10.00	Fralda para limpeza- 34x44 cm	Unidade
178	88.00	Limpa vidros - embalagem em frasco com 5 litros	Frasc/Bols
179	13.00	Lixeira para recicláveis 4x1 na cor branca, para 4 tipos de resíduos em uma única lixeira para ambiente interno. Capacidade 80 litros, dimensões: 36 x 57 x 45cm podendo ser 2 cm para mais ou para menos	Unidade
180	1.00	Lixeiro plástico com pedal 100 litros	Unidade
181	1.00	Lixeiro plástico com pedal 50 litros	Unidade
182	290.00	Lustra moveis- frasco com 500 ml	Frasc/Bols

183	1606.00	Pano de copa, em tecido no mínimo 90% algodão, branco alvejado, medindo 0,70 x 0,50m, com bainha, com peso mínimo de 70g; embalados individualmente. O pano devera conter etiqueta de fabrica indicando a composição do tecido e a metragem.	Unidade
184	2301.00	Pano de limpeza - Tipo perfez 100% Fibras de viscose, látex sintético, corante e agente bacteriostático (triclosan), medidas aproximadas 38 cm x 28 cm. Pacote com 05 unidades	Pacote
185	8080.00	Papel Higiênico, folha dupla, gramatura 17g/m2 a 21g/m2, neutro, alta qualidade, gofrado, picotado, macio com alto poder de absorção, 100% celulose virgem, na cor branca, alta alvura, sem pigmentação aparente oriunda da utilização de aparas de material impresso; com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, sem rebarbas no corte lateral; rolo com 30 metros, embalagem com 16 rolos .	Embalagem
186	50120.00	Papel toalha, folha intercalada, gramatura mínima 32g/m2, cor branca, alta alvura, luxo, 1000% celulose virgem; sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, com alto poder de absorção, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel, macio, sem rebarbas no corte lateral; medindo 20 cm X 21 cm, e 0,5cm de tolerância acima ou abaixo. Para efeito de cotação considerar a embalagem primaria: pacote com 1000 folhas.	Pacote
187	775.00	Pastilha adesiva para bacio sanitário (caixa com 3)	Caixa
188	825.00	Refil de sabonete liquido 700ml Espuma	Unidade
189	221.00	Rodo de alumínio 40 cm com cabo de alumínio extensão 1,30 m	Unidade
190	862.00	Sabão (detergente) em pó - Que contenha alvejante e/ou branqueador optico, que tenha sua formula testada e aprovada por dermatologistas. Em pacote/caixa de 1 kg.	Pacote
191	1506.00	Saco de tecido, no mínimo 90% algodão, para limpeza, lavado e alvejado, medidas externas: aproximadamente 70 cm de altura x 50 cm de largura, com peso mínimo de 175 gramas. O pano devera conter etiqueta de fabrica com a composição do tecido e metragem.	Unidade
192	2106.00	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade nominal para 100 litros (30 Kg); dimensões planas de 75 cm de largura x 105 cm de altura; espessura de 0,07 ou 0,08 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; deve apresentar solda continua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; constar, em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote
193	1154.00	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade nominal para 30 litros (09 Kg); dimensões planas de 59 cm de largura x 62 cm de altura; espessura de 0,05 ou 0,06 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; apresentar solda continua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; constar, em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas equivalentes. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote
194	2147.00	Saco plástico para acondicionamento de Resíduo Comum; cor preta; capacidade para 50 litros (15 kg); dimensões planas de 63 cm de largura x 80 cm de altura; espessura de 0,06 ou 0,07 mm; confeccionado com resina termoplástica virgem ou reciclada; apresentar solda continua, homogênea e uniforme proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio; deve constar em cada saco individualmente, a identificação do fabricante por seu CNPJ e a capacidade nominal em litros e quilogramas equivalentes. Embalado em pacote com 100 unidades.	Pacote
195	501.00	Vassoura de nylon – Com cabo de madeira, leve, pontas desfiadas, cerdas medias, ideal para pisos cerâmica.	Unidade

2.3 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estimados pelos Órgãos Participantes e fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

2.3.1 Fica ressalvada a possibilidade de remanejamento de quantidades entre os Órgãos Participantes, nos termos da Resolução CISNOR-DESTE/SC nº 17/2015.

3 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

3.1 Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões.

3.2 Os trabalhos serão conduzidos pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, denominado Órgão Gerenciador, através de seu Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões (www.bllcompras.org.br).

4 RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

4.1 O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a recebimento e abertura da proposta, conforme consta no preâmbulo, atentando também para a data e horário para início da disputa.

4.2 As propostas dos licitantes poderão ser enviadas, substituídas e excluídas até a data e hora definidas para a recebimento das propostas.

4.3 Após o prazo previsto para recebimento das propostas, o sistema não aceitará a inclusão ou alteração das mesmas.

4.4 A proposta deverá conter FABRICANTE, MARCA E/OU NOME COMERCIAL do produto cotado, sendo permitida a apresentação de apenas uma marca por item cotado.

4.5 No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as ESPECIFICAÇÕES, MARCAS, PREÇOS UNITÁRIO E TOTAIS DE TODOS OS ITENS ofertados. A não inserção destas informações implicará na DESCLASSIFICAÇÃO IMEDIATA da licitante, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

4.6 Fica vedada a identificação da licitante em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresa), carimbos, telefones, nomes, etc. O descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da licitante.

4.7 A microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar no campo próprio da ficha técnica descritiva do objeto, o seu enquadramento nesta condição, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, para fazer valer o direito de prioridade no desempate previsto nos arts. 44 e 45 da mesma lei.

5 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos, bem como legislação aplicável.

5.1.1 Empresas em consórcio poderão participar da presente licitação, observados os critérios, requisitos, restrições e impedimentos estabelecidos pelo art. 33 da Lei nº 8.666/93.

5.2 Para participar desta licitação, o interessado deverá realizar previamente seu cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões.

5.3 Estarão impedidos de participar do processo licitatório aqueles que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

a) estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pelo Órgão Gerenciador ou qualquer dos Órgãos Participantes;

b) sejam declaradas inidôneas pela Administração Pública, em qualquer esfera;

c) estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação;

d) enquadrem-se às hipóteses previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;

e) Apresentem irregularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária, ressalvado o disposto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e item 11.2, alínea c.1 deste Edital.

f) Encontrem-se inadimplentes em relação às penalidades pecuniárias que lhes tenham sido impostas pelo Órgão Gerenciador ou Órgãos Participantes em Processo Administrativo do qual não caiba mais recurso.

5.4 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações e Leilões, até no mínimo uma hora antes do horário limite fixado neste Edital para o recebimento das propostas.

6 REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

6.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

b) responder às questões formuladas pelos licitantes, relativas ao certame;

c) abrir as propostas de preços;

d) analisar a aceitabilidade das propostas;

e) desclassificar propostas, indicando os motivos;

f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

h) declarar o vencedor;

i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos relativos ao certame;

j) elaborar a ata da sessão;

k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar o registro dos preços;

l) instaurar processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES

6.2 A participação do interessado na licitação se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, devendo manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

6.3 Os participantes que desejem operar por meio de empresa associada à BLL – Bolsa de Licitações e Leilões, deverão nomear através do instrumento de mandato com firma reconhecida, conforme modelo do Anexo VII, atribuindo-lhe poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bllcompras.org.br.

6.4 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

6.5 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa de Licitações e Leilões.

6.6 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações e Leilões a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.7 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos

praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

PARTICIPAÇÃO

6.8 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

6.9 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.10 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pelo telefone: Curitiba-PR (41) 3042-9909 e FAX 3091-9654, através da Bolsa de Licitações e Leilões ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

7 ABERTURA DAS PROPOSTAS E FÓRMULAÇÃO DOS LANCES

8.1 A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das mesmas.

8.2 Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputas e ordenadas por valor. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

8.3 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, os participantes serão imediatamente informados de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.4 O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote.

8.5 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.6 Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante.

8.7 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

8.8 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail ou chat), divulgando data e hora da reabertura da sessão.

8.9 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra aleatório. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo entre 01 (um) segundo e 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances.

8.10 Face à imprevisão do tempo extra, os participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

8.11 Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances.

8.12 Antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

8.13 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

8.14 Quando for constatado empate, conforme estabelecem os artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, o sistema aplicará os critérios para desempate em favor da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Após o desempate, poderá o Pregoeiro ainda tentar negociar um melhor preço.

8.15 POSTERIORMENTE, OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DEVERÃO SER ENCAMINHADOS EM ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS, NO PRAZO MÁXIMO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, CONTADOS DA DATA DO FINAL DA SESSÃO PÚBLICA VIRTUAL, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS CORRIGIDA CONFORME SEU ÚLTIMO LANCE, PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC

Endereço: Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, SC

E-mail: pregoeiro@cisnordeste.sc.gov.br

Telefone/fax: (47) 3422-9838

8.16 A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 8.15.

8.17 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções previstas no item 17.8, deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

8.18 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

8.19 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

8.20 A proposta de preços deverá ter a validade mínima de 60 (sessenta) dias, permanecendo este prazo em caso de omissão.

8.21 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos ou estando eles já decididos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço por item.

8 PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

8.1 A licitante vencedora, deverá enviar Órgão Gerenciador, no prazo estipulado no item 8.15, a Proposta de Preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s) após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação. Os documentos não deverão conter emendas, rasuras ou entrelinhas.

8.2 A proposta escrita deverá conter:

- a) o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone, fax e e-mail;
- b) folhas datadas, assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- c) declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- d) o prazo de validade da proposta de preços que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura das propostas virtuais;
- e) discriminados, em moeda corrente nacional, os preços dos itens limitados a 04 (quatro) casas decimais para os centavos;
- f) discriminado, o prazo de validade da Ata de 01 de maio de 2017 a 30 de abril de 2018;
- g) o prazo de entrega dos itens de até 06 (seis) dias do recebimento da Autorização de Fornecimento exclusivamente emitida pelo Órgão Participante;
- h) as especificações, marca completa do produto oferecido de acordo com as apresentadas na Proposta Eletrônica, com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente e estritamente conforme descrito no item 1.1, deste Edital;
- i) o valor unitário e valor total com a quantidade estimada;
- j) os dados Bancários conforme ANEXO II;

8.3 Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o MENOR PREÇO UNITÁRIO - POR ITEM.

8.4 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

9 GARANTIA

9.1 As licitantes vencedoras deverão, respeitadas as particularidades e exigências de cada item, especificadas na sua descrição, fornecer o objeto com validade/garantia igual ou superior a 90 (noventa) dias contados do recebimento do objeto, a cada Autorização de Fornecimento.

9.2 No caso das Lapiseiras, a garantia deverá ser igual ou superior a 1 (um) ano.

10 DA HABILITAÇÃO

10.1 TODA A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO NO ITEM 8.15, CONTENDO A SEGUINTE INDICAÇÃO:

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC

HABILITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2017-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017-CISNORDESTE/SC

(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)

10.2 Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores; No caso de consórcio de empresas, além do ato constitutivo das empresas consorciadas, documentos referidos no art. 33 da Lei nº 8.666/93.
- b) Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, a fim de comprovar os poderes do outorgado.
- c) Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO III).
- c.1) Sendo a licitante a ser habilitada Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva, comprovando a regularização da restrição, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.
- d) a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá apresentar a seguinte documentação:
 - d.1) comprovante de opção pelo Simples Nacional, obtido através do site da Secretaria da Receita Federal - <http://www.receita.fazenda.gov.br/>;
 - d.2) declaração firmada pelo representante legal da empresa ou seu procurador, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, conforme modelo (ANEXO V).
 - d.3) os documentos relacionados nos subitens d.1 e d.2 poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no D.O.U. do dia 22/05/2007.
- e) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- f) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União
- g) prova de Regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante;
- h) prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- i) prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidadedo FGTS - CRF);
- j) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), nos termos da Lei Federal nº 12.440/2011.
- k) Dados cadastrais do fornecedor, conforme modelo do Anexo IX.

10.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, apresentada eventual restrição, esta poderá ser sanada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, na forma do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

10.3.1 A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, facultando ao Órgão Gerenciador convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

10.4 Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais na sede do Órgão Gerenciador, para autenticação pelo Pregoeiro/ Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX), tampouco documentos ilegíveis.

10.4.1 Os documentos cuja autenticidade possa ser atestada através da internet, mediante livre e gratuito acesso, não precisarão ser

autenticados.

10.5 Em hipótese alguma serão aceitos documentos com prazo de validade vencido.

10.5.1 Os documentos apresentados sem prazo de validade serão considerados válidos por 4 (quatro) meses após a sua expedição.

11 DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

11.1 Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) fornecer os produtos com a garantia exigida no item 10;
- d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas dos produtos, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) enviar por e-mail o arquivo oriundo da emissão do DANFE para o endereço eletrônico indicado na autorização de fornecimento;
- f) lançar o atendimento para cada Autorização de Fornecimento, e inclusão da Nota Fiscal em pdf, no sistema informatizado de controle de execução das Atas de Registro de Preços, online, disponibilizado pelo CISNORDESTE/SC, conforme item 2.1.2;
- g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviada por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- h) havendo variação de preços de mercado ou indisponibilidade de produto, que inviabilizem o cumprimento do fornecimento na forma registrada, informar CISNORDESTE/SC, antes do recebimento das Autorizações de Fornecimento ou, no máximo, dentro do prazo de fornecimento.

12 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

12.1 A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas as exigências deste Edital.

13 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

13.1 Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

13.1.1 Não será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de fac-símile ou via e-mail, devendo a referida peça ser protocolada, instruída com documentos, junto ao CISNORDESTE/SC.

13.2 Caberá ao Pregoeiro decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta.

13.3 Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

14 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

14.1 As obrigações decorrentes das aquisições do objeto, constantes no Registro de Preços a serem firmadas entre o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina, Órgãos Participantes e o Fornecedor serão formalizadas através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será de 01 de maio de 2017 a 30 de abril de 2018.

14.2 O fornecedor classificado em primeiro lugar nos lances realizados no certame será convocado a firmar as Atas de Registro de Preços (Órgão Gerenciador e cada Órgão Participante conforme estimativa de consumo, previsto no item 3 deste Edital) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a homologação, podendo ser o prazo prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração do Consórcio, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal e trabalhista.

14.2.1 Havendo viabilidade técnica, poderá ser utilizada a assinatura digital de documentos, desde que inequívoca a autenticidade e integridade ao documento eletrônico e que a assinatura digital seja gerada por processo de criptografia de chaves públicas, conforme MP nº 2.200-2/2001.

14.3 O licitante que, convocado para assinar as Atas de Registro de Preços, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído, aplicando-se-lhe a sanção prevista no item 17.8 deste Edital.

14.4 Na hipótese do fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar as Atas de Registro de Preços, no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação.

14.5 Observados os critérios e condições estabelecidos neste Edital, os Órgãos Participantes poderão firmar Atas de Registro de Preços ou Aditivos com mais de um fornecedor, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

14.6 A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15 DO REAJUSTE DOS PREÇOS

15.1 Os preços não serão reajustados durante a validade das Atas de Registro de Preços.

16 DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

16.1 Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, desde que manifeste sua intenção, imediatamente, através do sistema eletrônico, dentro dos 15 (quinze) minutos subsequentes ao término da fase de habilitação, no período aberto a recursos. O licitante recorrente deverá fazer, via sistema, o registro da síntese das suas razões, devendo juntar Memoriais com as razões detalhadas, no prazo de 3 (três) dias, na sede do CISNORDESTE/SC. Os licitantes interessados ficam, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. Dentro do prazo para apresentação de contrarrazões, será facultada vistas dos autos aos interessados.

16.1.1 A falta de manifestação imediata e motivada importará na preclusão do direito de recurso, bem como a falta de apresentação das razões de recurso, por Memoriais, na forma do item 17.1 acarretará na mesma consequência.

16.1.2 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante no momento oportuno, definido no item 17.1.

16.1.3 Não será admitido que as Razões do Recurso sejam apresentadas por intermédio de fac-símile ou via e-mail, tampouco serão recebidas as razões ou contrarrazões apresentadas fora do prazo e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente, devendo a referida peça ser protocolada junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC.

16.1.3.1 Os Memoriais de recurso deverão ter todas as páginas rubricadas, sendo assinado, com firma reconhecida, na última página, pelo representante legal da Recorrente. Deverá, ainda, ser apresentada cópia autenticada do documento de identidade do signatário, acompanhado de cópia autenticada do ato constitutivo da pessoa jurídica recorrente, sob pena de não ser conhecido.

16.1.4 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.2 Não havendo manifestação dos licitantes quanto à interposição de recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), por item/lote, sendo submetido este resultado ao Presidente do CISNORDESTE/SC para homologação.

16.3 O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Presidente do CISNORDESTE/SC, devidamente instruído(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

16.3.1 O(s) recurso(s) não conhecido(s) não serão submetidos à apreciação pelo Presidente do CISNORDESTE/SC.

16.4 Decidido(s) o(s) recurso(s) eventualmente interposto(s), será o resultado da licitação submetido ao Presidente do CISNORDESTE/SC para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

16.5 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato/Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da convocação, feita através do e-mail cadastrado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

16.6 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

16.6.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

a) advertência;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica(m) o(s) Fornecedor(es) sujeito(s) a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias, suspendendo-se a contagem do prazo de inadimplência a partir do requerimento de prorrogação formulada pelo fornecedor;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, poderá ser considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato inadimplido.

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o Órgão Gerenciador ou Participante incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>

16.7 A multa moratória prevista na alínea c do item 17.6.1 é inacumulável com as multas sancionatórias previstas nas alíneas d e e do mesmo item, se decorrentes do mesmo fato gerador. Entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.

16.7.1 Aplicar-se-á a multa prevista na alínea e do item 17.6.1 no caso de requerimento de cancelamento/desclassificação de lote após ter se esgotado o prazo para fornecimento do objeto requerido na Autorização de Fornecimento.

16.7.2 Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes de fatos supervenientes deverão ser realizados antes do recebimento da Autorização de Fornecimento, ou, no máximo, dentro do prazo previsto para fornecimento do objeto, sob pena de aplicação da multa prevista na alínea d do item 17.6.1, caso o requerimento de reequilíbrio seja aceito ou da multa prevista na alínea e do item 17.6.1, caso o mesmo não seja aceito.

16.7.3 O fornecedor ao qual já houver sido cominada a penalidade descrita no item 17.6.1 alínea d por 3 (três) vezes, poderá ser obstado de participar no próximo pregão para registro de preços do mesmo objeto a ser realizado pelo Órgão Gerenciador.

16.8 Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, ao licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o CISNORDESTE/SC, bem como com qualquer um dos Órgãos Participantes, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.9 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, instaurado pelo Pregoeiro, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica (e-mail) com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante em seu cadastro, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.

16.9.1 Os processos administrativos decorrentes das inadimplências para com o Município de Joinville/SC, serão conduzidos diretamente pelo Órgão Participante e, nos demais casos, pelo Órgão Gerenciador.

16.10 Das decisões que cominarem penalidades, ressalvado o procedimento adotado pelo Órgão Participante, no caso do item 17.9.1, caberá recurso à Diretora Executiva do CISNORDESTE/SC, no prazo de 10 (dez) dias.

16.11 Ficará suspensa e exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta Reais), facultando-se à Administração exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite.

16.12 No caso do item 17.11, sendo o fato punível, também, com penalidades não pecuniárias, nada obsta sua aplicação.

16.13 As multas eventualmente aplicadas, exceto as aplicadas pelo Órgão Participante, conforme item 17.9.1 deverão ser depositadas a favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.

18 DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, ressalvado o item 3.3 deste Edital e obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

18.1.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

18.1.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

I. convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II. frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III. convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

18.1.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I. consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado.

II. obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

III. frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento; e

IV. poderá ser firmada Ata de Registro de Preços para inclusão do lote, conforme melhor proposta atualmente obtida. Havendo identidade de ofertas, prevalecerá a daquele que houver obtido melhor classificação no certame.

18.1.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando este ou o próprio Órgão Participante, as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18.1.5 Será possível a sub-rogação de direitos e obrigações do Fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme art. 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

19 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

19.1 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

I. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II. recusar-se a celebrar as Atas de Registro de Preços ou não retirar o instrumento, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. tiver presentes razões de interesse público;

V. for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

VI. for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

VII. não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Órgão Gerenciador na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

19.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Diretora Executiva do Órgão Gerenciador.

19.3 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, não aplicando-se lhe quaisquer penalidades, caso o faça antes de receber a Autorização de Fornecimento ou antes de esgotado o prazo de fornecimento da Autorização de Fornecimento.

20 DA DOTAÇÃO

20.1 As despesas decorrentes das aquisições do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica dos orçamentos de cada Órgão Participante e do Órgão Gerenciador, quando este for o requisitante do material.

20.1.1 O Órgão Participante, quando da contratação/empenhamento, especificará a classificação orçamentária pertinente.

21 DO PAGAMENTO

21.1 O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo contratante (CISNORDESTE/SC ou Órgão Participante – conforme o caso) em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, dentro de até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento definitivo dos produtos objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

21.1.1 Fica ressalvado ao Órgão Participante ou Gerenciador o direito de não efetuar o pagamento até que a Autorização de Fornecimento tenha sido integralmente atendida, não sendo devida nenhuma correção ou multa ao fornecedor.

21.2 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

21.3 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

21.4 Por ocasião do pagamento, será consultada a situação da regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor, podendo bloquear os pagamentos caso constate alguma irregularidade, até que a mesma seja sanada.

22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 Caberá ao Órgão Gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços.

22.2 A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles

poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

22.3 A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer município consorciado que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta e anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

22.3.1 Os municípios consorciados que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

22.3.2 Caberá ao Fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

22.3.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, considerando o somatório de todos os Órgãos Participantes.

22.3.4 Os quantitativos decorrentes das adesões, não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para os Órgãos Participantes, independentemente do número de órgãos que aderirem.

22.4 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

22.5 O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, logo após sua homologação.

22.6 Detalhes não citados referentes à prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

22.7 O Presidente do CISNORDESTE/SC poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

22.8 O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como responderão às dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, através do telefone (47) 3422 9838, ou pessoalmente (Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville/SC).

22.9 Não cabe à BLL - Bolsa de Licitações e Leilões qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo Fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

22.10 O Pregoeiro e Equipe de Apoio foram nomeadas através da Resolução nº 22, de 22 de novembro de 2016.

22.11 São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – Modelo de Proposta de Preços;
- b) ANEXO II – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- c) ANEXO III – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- d) ANEXO IV – Relação dos Órgãos (Gerenciador e Participantes);
- e) ANEXO V – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- f) ANEXO VI – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- g) ANEXO VII – Termo de Adesão Bolsa de Licitações e Leilões;
- h) ANEXO VIII – Modelo de Proposta Eletrônica.
- i) ANEXO IX – Dados Cadastrais do Fornecedor

Joinville (SC), 31 de março de 2017.

CLÉZIO JOSE FORTUNATO

Presidente do CISNORDESTE/SC

ANEXO I

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2017-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017-CISNORDESTE/SC

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº 003/2017 – CISNORDESTE/SC, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA (conforme ANEXO II)

2 – PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, limitados a 04 (quatro) casas decimais.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

3 – CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PRAZO DE GARANTIA

A garantia deverá ser conforme descrito no item 10 deste Edital.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Item 2.1.3 e 2.1.8, deste Edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

De acordo com item 1.2 do Edital: de 01 de maio de 2017 a 30 de abril de 2018.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transporte e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

4 - OBJETO DA PROPOSTA (MODELO):

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	EMBALAGEM PRIMÁRIA *	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	26	Unidade	Agenda telefônica A a Z, 150mmX215mm, Capa Dura.				
			CONTINUA ...				

Local e Data

Carimbo do CNPJ:

Assinatura do Representante

ANEXO II

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2017-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017-CISNORDESTE/SC

1. DADOS BANCÁRIOS

NOME DO BANCO:
CIDADE:
Nº DA AGÊNCIA:
Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº:
CPF/MF Nº:

ANEXO III

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2017-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017-CISNORDESTE/SC

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

_____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____, sediada em

_____ (ENDEREÇO COMERCIAL) _____, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório (Pregão Eletrônico nº 003/2017-CISNORDESTE/SC).

OBS – Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.

____ <CIDADE> _____ (UF), ____ < DATA> _____

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

ANEXO IV

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2017-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017-CISNORDESTE/SC

RELAÇÃO DE ENDEREÇOS PARA FATURAMENTO E ENTREGA DOS MATERIAIS

Para emissão de documentos fiscais e entrega dos materiais, deverão ser consideradas os seguintes dados, conforme o Órgão Requisitante.

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina
CISNORDESTE/SC

CNPJ 3.222.337/0001-31

Rua Max Colin, nº 1843 –1º Piso - Bairro América

CEP 89.204-635 – Joinville/SC

Fone: (47) 3422-9838

Horário de Entrega: 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00

Município de São Francisco do Sul

CNPJ 83.102.269/0001-06

Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro,

CEP 89.240-000 – São Francisco do Sul, SC

Fone: (47) 3448-1433

Hospital Municipal São José de Joinville

CNPJ 84.703.248/0001-09

Avenida Getúlio Vargas, nº 238, Centro,

CEP: 89202-000- Joinville, SC

Fone: (47) 3444-5202 (Almoxarifado)

• Cada Autorização de Fornecimento especificará o local de entrega e dados para faturamento.

ANEXO V

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2017-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017-CISNORDESTE/SC

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS

E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurado _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, em conformidade com o previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma _____ (microempresa ou empresa de pequeno porte). Declara ainda que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, art. 3º da LC 123/06.

Assinatura e carimbo

Representante da empresa

Carimbo do CNPJ:

ANEXO VI

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2017-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017-CISNORDESTE/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2017 - CISNORDESTE/SC

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2017

Aos ... dias do mês de do ano de dois mil e, presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA –CISNORDESTE/SC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica Inter federativa, inscrito no CNPJ sob o nº 03.222.337/0001-31, com sede na Rua Max Colin, nº 1843, América, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, JOSÉ CHAVES, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e o MUNICÍPIO DE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua,, inscrito no CNPJ sob nº., neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. doravante denominado ÓRGÃO PARTICIPANTE, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: pessoa jurídica de direito privado, situada na, nº, na cidade de, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada pelo, Sr., doravante denominado FORNECEDOR REGISTRADO, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Resolução do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina –CISNORDESTE/SC nº 02 de 10 de janeiro de 2014 e no Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2017-CISNORDESTE/SC, e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

0.1 O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, de forma parcelada, para uso do ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou Fundo Municipal do ÓRGÃO PARTICIPANTE, de material de papelaria, de limpeza e de copa, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, de 01 de maio de 2017 a 30 de abril de 2018, conforme Tabela da Cláusula Décima Quarta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

2.1 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a Tabela da Cláusula Décima Quarta.

2.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estimados fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS

Ao realizar o faturamento e entrega dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, o FORNECEDOR REGISTRADO deverá registrar o evento no sistema informatizado, por meio de acesso com seu login e senha, anexando o a Nota Fiscal Eletrônica respectiva, em formato "pdf".

2.1 As contratações dos itens, de forma parcelada, serão efetuadas conforme a necessidade do ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃO PARTICIPANTE, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

2.1.1 A contratação com o FORNECEDOR REGISTRADO será formalizada por intermédio de emissão de Autorização de Fornecimento.

2.1.2 Neste ato, é atribuído um login e senha ao FORNECEDOR REGISTRADO para acesso ao sistema de controle Licitweb, disponível em <http://www.licitweb.com.br/acesso/cisnordeste/>, sendo as Autorizações de Fornecimento lançadas pelo requisitante diretamente neste sistema.

2.1.3 Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 06 (seis) dias, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, que será gerada através do sistema Licitweb e enviada por meio eletrônico, no endereço eletrônico cadastrado pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

2.1.4 O FORNECEDOR deverá acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após envio.

2.1.5 Caso as autorizações de fornecimento a serem entregues não atinjam o valor mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta Reais), o FORNECEDOR REGISTRADO, desde que inequivocamente noticie ao ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃO PARTICIPANTE e este expressamente concorde, poderá exceder, em no máximo 10 (dez) dias, o prazo de entrega, não aplicando-se lhe qualquer sanção;

2.1.6 O controle da situação das Autorizações de Fornecimento será realizado através do sistema informatizado a, sendo liberado acesso ao FORNECEDOR REGISTRADO, através de senha, fornecida por ocasião da celebração da Ata de Registro de Preços.

2.1.7 Ao realizar o faturamento e entrega dos itens constantes da Autorização de Fornecimento, o FORNECEDOR REGISTRADO deverá registrar o evento no sistema informatizado, anexando o a Nota Fiscal Eletrônica respectiva, em formato "pdf".

2.1.8 O FORNECEDOR REGISTRADO deverá entregar os itens constantes da autorização no endereço do Órgão requisitante, conforme Anexo VIII ao Edital do Pregão Eletrônico nº 03/2017-CISNORDESTE/SC, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica.

2.2 A garantia dos materiais a serem entregues não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias e, para as Lapiseiras, 1 (um) ano, contados a partir da data de recebimento dos mesmos pelo solicitante.

2.3 Todas as despesas relacionadas com as entregas correrão por conta do FORNECEDOR REGISTRADO.

2.3.1 Ficará sob total responsabilidade do FORNECEDOR REGISTRADO, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

3.1 O pagamento pelas aquisições, objeto da presente licitação, será feito pelo Órgão Requisitante, em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, dentro de até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento definitivo dos produtos objeto desta licitação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

3.2 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

3.4 Por ocasião do pagamento, será consultada a situação da regularidade fiscal e trabalhista do fornecedor, podendo bloquear os pagamentos caso constate alguma irregularidade, até que a mesma seja sanada.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

4.1 Será de responsabilidade do FORNECEDOR REGISTRADO:

- a) fornecer o objeto desta Ata de Registro de Preços, de acordo com as especificações exigidas e condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 003/2017 – CISNORDESTE/SC;
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) fornecer os produtos, com o prazo de garantia exigido no item 3.2;
- d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas dos produtos, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) enviar por e-mail o arquivo oriundo da emissão do DANFE para o endereço eletrônico indicado na autorização de fornecimento;
- f) lançar o atendimento para cada Autorização de Fornecimento, e inclusão da Nota Fiscal em pdf, no sistema informatizado de controle de execução das Atas de Registro de Preços, LicitWeb, online, disponibilizado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
- g) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviada por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- h) havendo variação de preços de mercado ou indisponibilidade de produto, que inviabilizem o cumprimento do fornecimento na forma registrada, informar ao ÓRGÃO GERENCIADOR, antes do recebimento das Autorizações de Fornecimento ou, no máximo, dentro do prazo de 02 (dois) dias do recebimento da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o ÓRGÃO GERENCIADOR aplicar ao FORNECEDOR REGISTRADO as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃO PARTICIPANTE, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica(m) o(s) fornecedor(es) sujeito(s) a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato.
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o Órgão Gerenciador ou Participante incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>

5.2 A multa moratória prevista na alínea c do item 6.1 é inacumulável com as multas sancionatórias previstas nas alíneas d e e do mesmo item, se decorrentes do mesmo fato gerador. Entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.

5.3 Aplicar-se-á a multa prevista na alínea e do item 6.1 no caso de requerimento de cancelamento/desclassificação de lote após esgotado o prazo de fornecimento do objeto requisitado.

5.4 Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes de fatos supervenientes deverão ser realizados antes do recebimento da Autorização de Fornecimento ou, no máximo, dentro de 02 (dois) dias do recebimento da Autorização de Fornecimento, sob pena de aplicação da multa prevista na alínea d do item 6.1, caso o requerimento de reequilíbrio seja aceito ou da multa prevista na alínea e do item 6.1, caso o mesmo não seja aceito.

5.5 Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o FORNECEDOR REGISTRADO que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, que ensejarem o retardamento da execução do contrato, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃO PARTICIPANTE, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

5.6 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica (e-mail) com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante em seu cadastro, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.

5.7 Das decisões que cominarem penalidades, caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias.

5.8 Ficarão suspensa e exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta Reais), facultando-se à Administração torná-las exigíveis no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite. Entretanto, sendo o fato punível com penalidades não pecuniárias, nada obsta sua aplicação.

5.9 As multas eventualmente aplicadas deverão ser depositadas a favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, dentro de, no máximo, 5 (cinco) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1 Os contratos decorrentes da presente Ata poderão ser rescindidos, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 77, 78 e 79 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

7.1.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

7.1.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o ÓRGÃO GERENCIADOR deverá:

I. convocar o FORNECEDOR REGISTRADO visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II. frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III. convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

7.1.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR REGISTRADO, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, ÓRGÃO GERENCIADOR poderá:

I. liberar o FORNECEDOR REGISTRADO do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II. convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação, realizando o registro com o fornecedor que apresentar melhor oferta. Havendo identidade de ofertas, prevalecerá a daquele que houver obtido melhor classificação no certame.

7.1.4 Não havendo êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.1.5 Será possível a sub-rogação de direitos e obrigações do FORNECEDOR REGISTRADO, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme art. 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

8.1 O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado quando:

I. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II. recusar-se a celebrar as Atas de Registro de Preços ou não retirar o instrumento, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, quando este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV. tiver presentes razões de interesse público;

V. for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃOS PARTICIPANTES, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

VI. for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

VII. não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

8.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do CISNORDESTE/SC.

8.3 O FORNECEDOR REGISTRADO poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, não aplicando-se-lhe quaisquer penalidades, caso o faça antes de receber a Autorização de Fornecimento ou, no máximo, no prazo de 02 (dois) dias do seu recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes das aquisições do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica dos orçamentos do ÓRGÃO GERENCIADOR e de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE (município consorciado), referente ao exercício de 2017 e seguinte.

9.1.1 O Órgão, ao efetuar a contratação/empenhamento, especificará a classificação orçamentária

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

10.1 A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo nº 011/2017-CISNORDESTE/SC, Pregão Eletrônico nº 003/2017-CISNORDESTE/SC, REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017-CISNORDESTE/SC, realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC, Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

11.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 de maio de 2017 a 30 de abril de 2018.

11.2 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, observado o máximo de 1 (um) ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

11.3 A vigência para execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃO PARTICIPANTE a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir, independentemente da estimativa de consumo indicada nas Cláusulas Segunda e Décima Quarta.

12.2 Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 03/2017 – CISNORDESTE/SC e o preço registrado, o ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃO PARTICIPANTE poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

12.3 A existência de preços registrados não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃO PARTICIPANTE a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 O FORNECEDOR REGISTRADO signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃOS PARTICIPANTES, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS E ESTIMATIVA DE CONSUMO

13.1 Tabela de itens, preços e estimativa de consumo registrados:

ITEM	QTDE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
...			
			CONTINUA ...			

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

14.1 É competente o foro da Comarca de Joinville, SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Joinville (SC), ... de de 2017.

Clézio José Fortunato Fornecedor Registrado.

Presidente do CISNORDESTE/SC

ÓRGÃO PARTICIPANTE Assessoria Jurídica:

Testemunhas:

1ª –

2ª –

ANEXO VII

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2017 - CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017-CISNORDESTE/SC

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIACÃO DE OPERAÇÕES

1 – Por meio do presente Termo de Adesão, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2 – São responsabilidades do Licitante:

2.1 – tomar conhecimento de e cumprir todos os Dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;

2.2 – observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;

2.2.1 - observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;

2.2.2 - designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme ANEXO I;

2.2.3 - pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3 – O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no ANEXO IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

4 – O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no ANEXO IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.

5 – (cláusula facultativa – para caso de uso de corretoras) O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:

5.1 – declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;

5.2 – apresentar lance de preço;

5.3 – apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pelo pregoeiro;

- 5.4 – solicitar informações via sistema eletrônico;
- 5.5 – interpor recursos contra atos do pregoeiro;
- 5.6 – apresentar e retirar documentos;
- 5.7 – solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;
- 5.8 – assinar documentos relativos às propostas;
- 5.9 – emitir e firmar o fechamento da operação;
- 5.10 – praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

6 – O presente Termo de Adesão é válido até __/__/__, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data:

Assinatura: _____
(reconhecer firma em cartório)

Anexo ao Termo de Adesão ao Sistema Eletrônico de Licitações
da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - (Licitante direto)
Indicação de Usuário do Sistema

O Licitante reconhece que:

- a) a Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à Bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- b) o cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- c) a perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Bolsa, para o necessário bloqueio de acesso;
- d) o Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros;
- e) o não pagamento da taxa ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da Bolsa, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA.

Local e data:

Responsável: _____

Assinatura: _____
(reconhecer firma em cartório)

ANEXO VIII

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2017-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017-CISNORDESTE/SC

MODELO DE PROPOSTA ELETRÔNICA

ANEXO IX

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2017-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017-CISNORDESTE/SC

DADOS CADASTRAIS DO FORNECEDOR

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ: INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ENDEREÇO (rua, nº, Complemento, CEP, Cidade, Estado):

DADOS BANCÁRIOS:

CONTATO(S):

SETOR	RESPONSÁVEL	TELEFONE(S)	EMAIL(S)
Licitação (Documentação)			
Autorizações de Fornecimento			
Faturamento/entregas			

Notificações			
Assinatura digital da Ata/Contrato			

EXTRATO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 003/2017 - REGISTRO DE PREÇOS 003/2017 - PROCESSO ADM. 011/2017**EXTRATO DE EDITAL****Aviso de Licitação**

Pregão Eletrônico nº 003/2017 – CISNORDESTE/SC

Registro de Preços nº 003/2017 – CISNORDESTE/SC

Processo Administrativo nº 011/2017

OBJETO: O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, de forma parcelada, para uso do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC e Fundo Municipal de Saúde do Município de São Francisco do Sul e do Hospital Municipal São José (autarquia integrante da administração indireta do Município de Joinville), de material de expediente, insumos e acessórios de informática, de limpeza/higiene e de copa/cozinha, durante o período de 01 de maio de 2017 à 30 de abril de 2018.

TIPO: Menor preço - POR ITEM**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** das 18h00 do dia 04/04/2017 até às 08h30 do dia 17/04/2017**ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** 08h31min às 10h00 do dia 18/04/2017**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 10h01 min do dia 18/04/2017**REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília (DF)**LOCAL:** www.bllcompras.org.br "Acesso Identificado"**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:**

Endereço: Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, SC

E-mail: pregoeiro@cisnordeste.sc.gov.brSite: www.amunesc.org.br/estruturaorganizacional/index/index/codMapaItem/57744

Telefone: (47) 3422-9838 - Fax: (47) 3422-9838

Joinville (SC), 31 de março de 2017.

CLÉZIO JOSE FORTUNATO

Presidente do CISNORDESTE/SC

RESOLUÇÃO 08/2017 CISNORDESTE/SC

Resolução nº 08/2017

Prorroga o Concurso Público referente ao Edital 01/2014 realizado pelo CISNORDESTE/SC

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, Sr. Clézio José Fortunato, Prefeito Municipal de São João do Itaperiú/SC, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, art. 78 e seguintes do Regimento Interno do CISNORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05,

Considerando a realização do Concurso Público para Contratação de Empregados Públicos para o CISNORDESTE/SC, conforme Edital 001/2014;

Considerando, que a homologação do resultado do referido concurso fora homologado e publicado em 30/04/2015, na edição 1.733 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina;

Considerando a necessidade do CISNORDESTE/SC, manter Cadastro de Reserva com validade ativa;

Considerando o prazo legal determinado pela Constituição Federal no art. 37, incisos III e IV que dispõe acerca da prorrogação do Concurso Público em vigor, bem como os itens 2.4 e 13.1 do Edital 001/2014 do CISNORDESTE/SC;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Concurso Público, concernente ao Edital 001/2014 do CISNORDESTE/SC, por igual período de 02(dois) anos, objetivando a manutenção do cadastro de reserva ativo, para atender o interesse público da administração.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joinville, 03 de abril de 2017.

Clézio José Fortunato

Prefeito Municipal de São João do Itaperiú/SC

Presidente do CISNORDESTE/SC

CIS/AMUREL**EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO - 43/2017 - CLÍNICA MÉDICA DEBIASI****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato de Credenciamento nº. 43/2017.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: CLÍNICA MÉDICA DEBIASI LTDA

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, consulta especializada de urologia.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2012).

Data da Assinatura: 10/03/2017.

Assinantes: Clésio Bardini De Biasi pelo Contratante e, Paulo Sérgio Machado pelo Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - 03/2017 - BETHA SISTEMAS**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato de Prestação de Serviços nº. 03/2017

Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da AMUREL

Contratado: Betha Sistemas Ltda.

Objeto: Contrato para prestação de serviços à Contratante com licenciamento do direito de uso do aplicativo de Transparência Fly, manutenção legal e corretiva, suporte técnico-operacional, treinamento de reciclagem e alterações, se for o caso.

Amparo Legal: Lei nº. 8.666/93

Data da Assinatura: 02/01/2017.

Assinantes: Clésio Bardini De Biasi pelo contratante e, Ernesto Muniz de Souza Junior e Daniela Ramos Silva pelo contratado.

CIS/AMURES**ATA DA 3ª REUNIÃO COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO CIS/AMURES- 2017**

ATA DA 3º REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS/AMURES NO ANO DE 2017.

Aos trinta de um dia do mês de Março de dois mil e dezessete, estiveram reunidos nas dependências do CIS/AMURES, a Comissão de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde, composta por Guilherme Rangel Bianchini, Presidente da Comissão e Pregoeiro e equipe de apoio formado pelas senhoras Neiva Glaucia Fernandes Ribeiro, Denise Regina Alves e pelo senhor Alexandre de Sousa. Foram analisadas as documentações recebidas para credenciamento das seguintes empresas: CCDL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, MARTA APARECIDA ANDREIS DE CARVALHO e INSTITUTO DA VISÃO CENTRO OFTALMOLÓGICO LAGEANO LTDA. Após análise e conferência dos documentos exigidos segundo os itens 5.1 (Cinco ponto hum) e 5.2 (Cinco ponto dois) do Processo de Inexigibilidade de Licitação de dois mil e dezessete e Edital de Credenciamento de dois mil e dezessete, foram consideradas habilitadas, eis que apresentaram toda a documentação para o credenciamento. Encerrado o processo de habilitação das empresas citadas, procedeu-se o Extrato de Contrato de Credenciamento para publicação no Diário Oficial dos Municípios. Estiveram presentes: Guilherme Rangel Bianchini – Presidente Comissão de Licitação (Pregoeiro); Neiva Glaucia Fernandes Ribeiro, Denise Regina Alves, Alexandre de Sousa (equipe de apoio).

GUILHERME RANGEL BIANCHINI

Presidente Comissão de Licitação CIS/AMURES

ALEXANDRE DE SOUSA

(Equipe de apoio)

DENISE REGINA ALVES

(Equipe de apoio)

NEIVA GLAUCIA FERNANDES RIBEIRO

(Equipe de apoio)

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO MARTA CARVALHO- PSICOPEDAGOGIA – CIS/AMURES

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO MARTA APARECIDA ANDREIS DE CARVALHO – CIS/AMURES – 07/2017

O Presidente da Comissão de Licitação, em cumprimento a ratificação procedida pela Presidente do CIS/AMURES, faz publicar o presente extrato. Empresa: MARTA APARECIDA ANDREIS DE CARVALHO CNPJ: 11.538.946/0001-22, para prestação de serviços ao CIS/AMURES, pelo valor conforme tabela anexada no edital 01/2017 para consultas e exames em múltiplas especialidades.

Período de duração: 01 (hum) ano, com possibilidade de prorrogação pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Fundamentação Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. Lages, 08 de Março de 2017.

Guilherme Rangel Bianchini, Presidente da Comissão de Licitação (Pregoeiro).

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO CCDL SERVIÇOS MEDICOS LTDA – CIS/AMURES

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO CCDL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA– CIS/AMURES – 06/2017

O Presidente da Comissão de Licitação, em cumprimento a ratificação procedida pela Presidente do CIS/AMURES, faz publicar o presente extrato. Empresa: CCDL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA CNPJ: 24.244.514/0001-50, para prestação de serviços ao CIS/AMURES, pelo valor conforme tabela anexada no edital 01/2017 para consultas e exames em múltiplas especialidades.

Período de duração: 01 (hum) ano, com possibilidade de prorrogação pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Fundamentação Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. Lages, 07 de Março de 2017.

Guilherme Rangel Bianchini, Presidente da Comissão de Licitação (Pregoeiro).

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO INSTITUTO DA VISÃO LAGES LTDA – CIS/AMURES

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO INSTITUTO DA VISÃO CENTRO OFTALMOLÓGICO LAGEANO LTDA – CIS/AMURES – 08/2017

O Presidente da Comissão de Licitação, em cumprimento a homologação procedida pela Presidente do CIS/AMURES do contrato 008/2017, faz publicar o presente extrato. Empresa: INSTITUTO DA VISÃO CENTRO OFTALMOLÓGICO LAGEANO LTDA CNPJ: 18.921.150/0001-01, para prestação de serviços ao CIS/AMURES, pelo valor conforme tabela anexada no edital 01/2017 para consultas e exames em múltiplas especialidades.

Período de duração: 01 (hum) ano, com possibilidade de prorrogação pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses. Fundamentação Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93. Lages, 09 de Março de 2017.

Guilherme Rangel Bianchini, Presidente da Comissão de Licitação (Pregoeiro).

HOMOLOGAÇÃO DE RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE MARÇO DE 2017 - CIS/AMURES

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS

Edital de Credenciamento N° 01/2017

02/2017 HOMOLOGAÇÃO DE RENOVAÇÕES DE CONTRATOS

Empresa
CLÍNICA NUCLEAR LIFE LTDA
TATIANA BOPPRE CACHOEIRA - ME
SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA
CASA DE APOIO COLIBRI
NEUROFISIOLOGIA GARGIONI LTDA
CLIN SERRA - CLÍNICA DE IMAGEM LTDA

Lages, 31 de Março de 2017.

Fernanda de Souza Cordova

Presidente CIS/AMURES

CISAM**PARECER CONSELHO FISCAL CISAM - MO (30/03/2017)****PARECER DO CONSELHO FISCAL DO CISAM – MEIO OESTE**

Aos trinta dias do mês de março de 2017, às 14h00min, na sede administrativa do CISAM-MO, sito à Rua Lourenço Côas Netto, nº 140, Loteamento Universitário, Município de Capinzal/SC, com fundamento no Artigo 32 do Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, que estabelece: “Compete ao Conselho Fiscal exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do Consórcio, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas”, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal do Consórcio, Sr. Luiz Carlos Caliar, Sr. Dreone Mendes, Sra. Ana Carolina Colombo e o Sr. Alexandre Kunen para analisarem o Balanço Anual referente ao exercício de 2016, com sua respectiva prestação de contas, relativa ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE.

Todos os documentos apresentados foram analisados, onde se constataram resumidamente o seguinte resultado:

Exercício	Receita	Despesas	Saldo Financeiro
2016	R\$ 468.992,57	R\$ 535.198,50	(R\$ 66.205,93)

*Na coluna Despesas, está incluso o valor de R\$ 20.227,05 referente a Restos a Pagar Não Processados, que serão pagos no Exercício de 2017.

Nas documentações apresentadas não foram verificadas quaisquer ilegalidades. Assim sendo, os membros do Conselho Fiscal, abaixo assinados, concordam e aprovam os dados expostos, nada havendo que merecesse qualquer outra sugestão ou retificação.

Capinzal/SC, 30 de março de 2017.

Luiz Carlos Caliar Dreone Mendes

Ana Carolina Colombo Alexandre Kunen

RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 04/2017**RESOLUÇÃO Nº 04/2017**

“Delega competências à Superintendente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, na forma que especifica”

O Presidente do CISAM Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais, em observância ao que dispõe o art. 29, incisos II, III e VII, §§ 1º e 2º do Estatuto Social e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam delegadas à Superintendente as competências constantes do 27º do Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental CISAM Meio Oeste, conforme a seguir:

I – Ordenar as despesas do consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

II – Efetuar a movimentação de recursos financeiros, através da rede bancária, em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro;

III – Subscrever e, solidariamente com o Diretor Administrativo e Financeiro, responsabilizar-se pelos balancetes, balanços e outros documentos e apuração contábil e de prestação de contas do Consórcio.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Capinzal/SC, 30 de março de 2017.

Nilvo Dorini

Presidente CISAM Meio Oeste

RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 05/2017**RESOLUÇÃO Nº 05/2017**

“Delega competências ao Diretor Administrativo e Financeiro Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, na forma que especifica”

O Presidente do CISAM Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais, em observância ao que dispõe o Estatuto Social e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam delegadas ao Diretor Administrativo e Financeiro competências constantes do 27º do Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal

de Saneamento Ambiental Cisam Meio Oeste, conforme a seguir:

I – Ordenar as despesas do consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

II – Efetuar a movimentação de recursos financeiros, através da rede bancária, em conjunto com o Superintendente;

III – Subscrever e, solidariamente com o Superintendente, responsabilizar-se pelos balancetes, balanços e outros documentos e apuração contábil e de prestação de contas do Consórcio.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 30 de março 2017.

Nilvo Dorini

Presidente CISAM Meio Oeste

CIAPS

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, CNPJ nº 21.568.943/0001-95, constituído sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, com sede operacional na Rua Quintino Bocaiúva, nº 542, centro, na cidade de Apiúna – SC, Fone (47) 3380-8253, torna público a abertura de CONCURSO PÚBLICO destinado a prover vagas dos empregos públicos abaixo relacionados, o qual reger-se-á de acordo com as instruções deste Edital.

1 – DA DENOMINAÇÃO, HABILITAÇÃO, CARGA HORÁRIA E SALÁRIO:

1.1 - A denominação, número de vagas, carga horária semanal e salário inicial dos empregos públicos objeto do Concurso Público nº 01/2017, obedece ao abaixo exposto:

EMPREGOS PÚBLICOS DO QUADRO DE PESSOAL DO CIAPS			
Nº de vagas	Denominação	Carga horária semanal	Salário/mês R\$
1	Técnico em Enfermagem	40 horas	1.771,69
1	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	1.033,49

1.2 - O presente Concurso será realizado mediante aplicação de prova escrita, na cidade de Apiúna/SC, em local a ser divulgado juntamente com a relação dos inscritos.

1.3 - São requisitos básicos para ingresso no CIAPS:

a) nacionalidade brasileira;

b) gozo dos direitos políticos;

c) a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

d) o nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego, e/ou os requisitos especiais para o seu desempenho, conforme itens 1.4 e 1.5;

e) idade mínima de 18 anos;

f) aptidão física e mental;

g) possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), se for o caso, inclusive para eventual condução de veículos do CIAPS em deslocamentos a serviço, exceto se contratado na forma estabelecida no § 5º do art. 47 do Estatuto (disponível em www.ciaps.sc.gov.br);

h) pagamento de preço público para inscrição e/ou deferimento da isenção.

1.4 - Os requisitos relativos às alíneas "a", "b", "c" e "f", à escolaridade, e os demais requisitos ou habilitações exigidas deverão ser comprovados no ato da posse/contratação, sob pena de revogação do ato de provimento e desclassificação do candidato, além da convocação do sucessor imediato na ordem de classificação, para assunção da vaga. O candidato aprovado que assumir o emprego deverá se submeter a contrato de experiência, por noventa dias, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação especial para o desempenho das funções do emprego público, conforme Regulamento de Pessoal.

1.5 - São requisitos para posse, além daqueles estabelecidos nos itens anteriores deste Edital:

Emprego Público	Habilitação necessária para a Posse/Contratação
Técnico em Enfermagem	Curso Técnico na área; inscrição e registro junto ao Conselho Regional Enfermagem.
Auxiliar de Serviços Gerais	Escolaridade de Ensino Fundamental (completo).

2 - DA DIVULGAÇÃO:

2.1 - A divulgação oficial do Edital de CONCURSO PÚBLICO nº 01/2017 será efetuada através de publicação na íntegra no site do CIAPS (www.ciaps.sc.gov.br), no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br) e no site www.sconconcursos.com.br, bem como, na forma de extrato, em Jornal de circulação regional.

2.2 - A íntegra do Edital será encaminhada aos departamentos e/ou setores de Recursos Humanos das Prefeituras dos Municípios de Apiúna, Ascurra e Rodeio para conhecimento e promoção de divulgação pelos seus meios regulamentares (sites oficiais, mural, etc.).

3 - DA INSCRIÇÃO E DO PROTOCOLO DE DOCUMENTOS:

3.1 - Para participar do Concurso Público nº 01/2017 o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital que declara conhecer e concordar, bem como se compromete a conhecer quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados no site oficial do CIAPS (www.ciaps.sc.gov.org.br), no site www.sconconcursos.com.br e no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br), dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2 - As inscrições serão efetuadas exclusivamente via internet, sendo que o candidato deverá acessar o site (www.sconconcursos.com.br), no período informado no ANEXO III deste edital.

3.3 - São de inteira responsabilidade do candidato os dados informados no ato da sua inscrição, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição e demais formulários exigidos para a participação no presente Concurso Público.

3.3.1 - Os dados informados na inscrição não poderão ser complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja mudança deve ser comunicada via protocolo no CIAPS, pelo próprio candidato.

3.4 - O valor para inscrição no Concurso Público nº 01/2017 será de R\$ 23,72 (vinte e três reais e setenta e dois centavos) para o emprego com habilitação de escolaridade no ensino fundamental completo (Auxiliar de Serviços Gerais) e R\$ 47,44 (quarenta e sete reais e quarenta e quatro centavos) para o emprego com habilitação de escolaridade no nível médio, conforme art. 31 do Regulamento de Pessoal do CIAPS, revisado pela Resolução nº 32, de 2017, ressalvadas as hipóteses de isenção nele previstas.

3.5 - Para inscrever-se, o candidato deverá:

a) Acessar o site www.sconconcursos.com.br durante o período de inscrição, descrito no item 3.2 deste edital, onde terá acesso ao Edital e seus Anexos;

b) Ler completamente o edital e seus anexos;

c) Se não tiver cadastro, efetuar o cadastro através da Área do Candidato. Se já possuir cadastro, acessar seu cadastro através da Área do Candidato;

d) Clicar em Inscrever-se e selecionar o emprego público para o qual pretende concorrer;

e) Conferir atentamente os dados cadastrais informados;

f) Confirmar a inscrição;

g) Imprimir o Requerimento de Inscrição;

h) Imprimir o Boleto Bancário referente ao preço público para inscrição da vaga escolhida, e efetuar o pagamento em qualquer agência bancária, em postos de autoatendimento ou home banking, até a data de encerramento das inscrições; ou, apresentar requerimento de isenção devidamente instruído com os documentos comprobatórios da condição, conforme item 3.7 e subitens.

3.5.1 - Para o pagamento do valor da inscrição somente poderá ser utilizado o boleto bancário gerado na inscrição. Prestar atenção para o horário bancário.

3.5.2 - O candidato que não tiver acesso à internet ou tenha dificuldade para realizar sua inscrição, terá a seu dispor terminal com internet e pessoal treinado para ajudar na inscrição, no período acima compreendido, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 11h30min e das 14h00min às 16h30min, junto a sede do CIAPS.

3.5.3 - O não pagamento da taxa de inscrição, ou o deferimento de sua isenção, até o vencimento previsto no boleto implica na não efetivação da inscrição, com o consequente cancelamento desta.

3.5.4 - Antes do recolhimento do valor da inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do emprego público, se aprovado, pois o valor, uma vez recolhido, não será restituído em hipótese alguma.

3.6 - É, única e exclusivamente, responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos oficiais deste Concurso Público, cuja divulgação será feita no site do CIAPS (www.ciaps.sc.gov.org.br), no site www.sconconcursos.com.br e no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

3.7 - Ficam isentos do pagamento do preço público para inscrição no Concurso Público nº 01/2017 do CIAPS os candidatos comprovadamente doadores de sangue, atendidas as condições estabelecidas nos subitens abaixo.

3.7.1 - Considera-se, para enquadramento ao benefício da isenção do pagamento do preço público para a inscrição como candidato doador de sangue, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

3.7.2 - A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora, que deverá instruir requerimento de pedido de isenção a ser protocolado na sede do CIAPS até a data prevista no Anexo III deste edital.

3.7.3 - O documento previsto no subitem anterior deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a três (03) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do prazo de inscrição para este Concurso.

3.7.4 - O candidato que requerer o benefício deverá inscrever-se normalmente no Concurso Público, via internet, entretanto sendo comprovada a qualidade de doador, nos termos do edital, e deferida a isenção, não precisará pagar o boleto bancário.

3.7.5 - A constatação de falsidade nas declarações apresentadas, além das sanções penais cabíveis importará na exclusão da inscrição do candidato neste Concurso Público.

3.7.6 - Sendo indeferido o pedido de isenção da taxa de inscrição, restará ao candidato pagamento da respectiva taxa de inscrição até a data limite constante no boleto.

3.7.7 - Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição.

3.7.8 - Não será aceita solicitação de isenção de pagamento de valor de inscrição, fora da hipótese e das condições previstas neste edital (3.7 e 3.7.1) e no Regulamento de Pessoal do CIAPS, ou ainda apresentado via fax, correio eletrônico ou fora do prazo estabelecido.

3.8 - Com o intuito de formalizar todos os pleitos inerentes a este certame, deverão ser protocolados na sede do CIAPS, devidamente instruídos com a documentação necessária:

- a) Requerimento de Isenção do Preço Público da Inscrição;
- b) Requerimento de Solicitação de Condição Especial para a Realização de Provas;
- c) Requerimento de Atualização de Endereço e Dados de Contato;
- d) Todos os Recursos definidos neste Edital.

3.8.1 - Todos os documentos que não são apresentados em original ou que não podem ter sua autenticidade verificada via internet, devem ser apresentados com CÓPIAS AUTENTICADAS em Serviço Notarial e de Registros (Cartório de Notas).

3.8.2 - Para todos os casos que envolvem a remessa de documentos para os fins deste item (3.8), será considerado, para efeitos de protocolo, a data de recebimento do objeto na sede do CIAPS.

3.8.3 - As despesas relativas à remessa postal de documentos ou ainda em relação às cópias de documentos exigidos correrão a expensas do próprio candidato.

3.8.4 - É de responsabilidade exclusiva do candidato o preenchimento correto dos meios de protocolo, sendo que o CIAPS não se responsabiliza por equívocos cometido pelo candidato.

3.8.5 - Os prazos e condições de protocolo são estabelecidos, de maneira individual, nos itens relativos a cada pleito passível de protocolização.

3.8.6 - Não serão reconhecidos os protocolos efetuados de maneira diversa a estabelecida neste item do Edital, ou ainda, realizados de maneira intempestiva.

4 – DA DATA E DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

4.1 - As provas para os empregos públicos que trata este edital serão realizadas na data prevista no Anexo III, com início às 09h00min, no Município de Apiúna - SC, nas dependências da Unidade de Ensino identificada no edital de homologação das inscrições, com ampla divulgação nos meios especificados no item 2.1.

4.1.1 - Será vedado o acesso ao local de prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após as 09h00min, sob qualquer alegação.

4.2 - O candidato deverá comparecer, com antecedência mínima recomendada de vinte (20) minutos do horário fixado, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, seu documento oficial de identificação com foto e seu comprovante de inscrição.

4.3 - Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, sua folha de respostas assinada e o caderno de provas.

4.4 - As provas objetivas terão a duração conjunta de 03 (três) horas, incluindo o tempo de marcação na folha de respostas.

4.5 - O candidato somente poderá deixar o local da prova 30 (trinta) minutos após o seu início.

4.6 - Em hipótese alguma será permitido ao candidato:

- a) Prestar a prova sem que esteja portando um documento oficial de identidade que contenha, no mínimo, retrato, filiação e assinatura.
- b) Prestar prova sem que seu pedido de inscrição esteja previamente confirmado.
- c) Ingressar no estabelecimento de exame, após o horário estipulado.
- d) Prestar provas fora do horário ou espaço físico predeterminados.

4.7 - Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa estranha ao certame, em qualquer local de prova, durante a realização das provas, salvo o previsto nos itens 11.7 e 11.7.1 do edital.

4.8 - Não haverá segunda chamada para a prova objetiva, sendo esta em etapa única, conforme horário estabelecido neste edital; O candidato ausente, por qualquer motivo, será eliminado do Concurso Público.

4.9 - Após ser identificado e instalado em seu local de prova, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura, enquanto aguarda o início das provas.

4.10 - Durante as provas não serão permitidas quaisquer espécies de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios digitais, agendas eletrônicas, pagers, telefones celulares, BIP, Walkman, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico ou similar.

4.11 - Os telefones celulares, pagers e quaisquer outros aparelhos de comunicação deverão permanecer desligados durante todo o tempo de realização das provas, do contrário o candidato que infringir esta determinação será automaticamente eliminado do Concurso Público.

4.12 - Será também, eliminado do Concurso Público o candidato que incorrer nas seguintes situações:

- a) Deixar o local de realização da prova sem a devida autorização;
- b) Tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes;
- c) Proceder de forma a tumultuar a realização das provas;
- d) Estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por qualquer meio;
- e) Usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros;
- f) Deixar de atender às normas contidas no caderno de provas e às demais orientações cedidas.

4.13 - Em nenhuma hipótese haverá substituição de folha de respostas, por erro do candidato.

4.14 - Na hipótese de candidata lactante, será facultada a possibilidade de amamentar o filho durante a realização da prova, sem qualquer suspensão ou acréscimo ao tempo de prova, desde que leve um acompanhante (observado os itens 3.8 e 11.7.1), o qual será responsável pela criança e permanecerá em outro ambiente.

5 - DAS PROVAS E CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

5.1 - Serão considerados aprovados, os candidatos que alcançarem, no mínimo, 5,0 (cinco) pontos na nota final da prova escrita.

5.2 - Para os empregos de que trata este edital, a avaliação deste Concurso Público constará de prova escrita objetiva (classificatória).

5.3 - A prova escrita será sem consulta, envolvendo conhecimento das disciplinas de Língua Portuguesa/Interpretação de texto, Matemática, Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos, com 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha (A, B, C e D), sendo apenas uma correta, conforme segue:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES	PONTUAÇÃO	
		INDIVIDUAL	TOTAL
Língua Portuguesa/Interpretação texto	05	0,30	1,50
Matemática	05	0,30	1,50
Conhecimentos Gerais	05	0,20	1,00
Conhecimentos Específicos do Emprego	10	0,60	6,00
TOTAL	25	--	10,00

5.4 - Os conteúdos programáticos das provas escritas encontram-se no Anexo I deste Edital.

5.5 - Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final na(s) prova(s), serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

I - que tiver obtido melhor grau na matéria de peso mais elevado, ou seja, nas questões de "conhecimentos específicos do emprego";

II - que tiver maior idade, considerando-se a data de nascimento;

III - que tiver maior número de dependentes, observada a legislação previdenciária.

5.5.1 - Os critérios de desempate de que trata este item (5.5) será aplicado sucessivamente na ordem dos incisos anteriores, prevalecendo o critério do inciso I sobre o do inciso II e o deste sobre aquele do Inciso III, respectivamente.

5.6 - Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita.

5.7 - Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará através de sorteio público.

6 – DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO E DOS RECURSOS:

6.1 - O gabarito oficial da prova escrita objetiva será divulgado no 1º dia útil posterior ao da aplicação da prova, no site oficial do CIAPS (www.ciaps.sc.gov.org.br) e no site www.sconconcursos.com.br.

6.2 - Quanto ao gabarito divulgado, caberá pedido de recurso, desde que devidamente fundamentado, protocolado junto ao CIAPS, no prazo máximo de dois dias úteis, conforme previsto nos Anexos III e IV deste Edital.

6.3 - O recurso deverá ser protocolado na sede do CIAPS, com as seguintes especificações:

- a) Nome do candidato;
- b) Número de inscrição;
- c) Número do documento de identidade;
- d) Emprego para o qual se inscreveu;
- e) A questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;
- f) A fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso.

6.3.1 - Os recursos deverão conter também o endereço completo para correspondência, e será dirigido à Comissão Técnica, que decidirá sobre este no prazo de dois dias úteis.

6.3.2 - Os recursos somente serão apreciados se apresentados tempestivamente e se pago o preço público de preparo.

6.3.3 - O preço público instituído pela Resolução nº 02, de 21/10/14 (Regulamento do Quadro de Pessoal do CIAPS), para recurso de revisão de provas em Concurso Público, corresponde a 50% (cinquenta por cento) daquele estabelecido para a inscrição do candidato.

6.3.4 - O pagamento do preço público para recurso de revisão de provas é condição indispensável para conhecimento do recurso, ficando a cargo do recorrente seu recolhimento antes do protocolo do recurso, bem como sua comprovação junto às razões de recurso.

6.4 - Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e anexar cópia da bibliografia mencionada também sob pena de sua desconsideração.

6.5 - Não serão aceitos recursos encaminhados via fax e/ou via eletrônica, devendo ser digitado e estar embasado em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível.

6.6 - Os recursos inconsistentes serão indeferidos e os encaminhados fora dos prazos serão desconsiderados.

6.7 - Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito.

6.8 - A(s) resposta(s) do(s) recurso(s) ficará(ão) a disposição do candidato, que deverá retirá-la junto a Comissão Especial, no CIAPS. A Comissão Especial constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

6.9 - Se da análise do recurso resultar anulação da(s) questão(ões), o(s) pontos referente(s) a(s) mesma(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos.

6.10 - No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

7 – DO RESULTADO:

7.1 - A relação com a classificação dos candidatos aprovados será publicada até a data prevista no Anexo III deste Edital, através de publicação no site oficial do CIAPS (www.ciaps.sc.gov.org.br), no site www.sconconcursos.com.br e no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br), não sendo fornecida a classificação por telefone.

7.2 - Quanto à classificação divulgada, caberá pedido de recurso, no prazo de dois dias úteis, desde que devidamente fundamentado, à Comissão Especial, no prazo máximo estabelecido no Anexo III deste Edital.

7.2.1 - Os recursos deverão conter nome do candidato recorrente, número de inscrição, endereço completo para correspondência, assinatura do mesmo, sua fundamentação e será dirigido à Comissão Especial que decidirá sobre este no prazo de dois dias úteis.

7.2.2 - Os recursos somente serão apreciados se apresentados tempestivamente e se pago o preço público de preparo.

7.2.3 - O preço público para recurso corresponde a 50% (cinquenta por cento) daquele estabelecido para a inscrição do candidato.

7.2.4 - O pagamento do preço público para recurso é condição indispensável para conhecimento do recurso, ficando a cargo do recorrente seu recolhimento antes do protocolo do recurso, bem como sua comprovação junto às razões de recurso.

7.3 - A resposta do recurso ficará a disposição do candidato, que poderá retirá-la junto a Comissão Especial, na sede do CIAPS.

7.4 - Após análise dos recursos será publicado o resultado final no site oficial do CIAPS (www.ciaps.sc.gov.org.br), no site www.sccursos.com.br e no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

7.5 - A Comissão Especial, coordenadora do Concurso Público, constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

8 - DAS VAGAS:

8.1 - O(s) candidato(s) selecionado(s) será(ão) chamado(s) individualmente, através de AR, contato telefônico ou meio eletrônico, conforme o caso, de acordo com as necessidades do CIAPS, observado o prazo de validade do Concurso Público.

8.2 - O candidato classificado que não se apresentar na data e horário estabelecido, e/ou não atender a convocação para tomar posse no emprego, perderá a vez para os candidatos subsequentes, independentemente da assinatura de termo de desistência.

8.3 - O candidato que se recusar a entrar em exercício no emprego no local indicado, após a posse, terá o ato de contratação revogado, perdendo a vaga conquistada no Concurso Público.

8.4 - Não será permitida troca de vagas entre os candidatos.

8.5 - Às pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Concurso Público, para os empregos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, sendo reservado com exclusividade um percentual de 10% (dez por cento) do total das vagas oferecidas para cada emprego, de acordo com o art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal e § 2º do art. 8º do Regulamento de Pessoal do CIAPS – Resolução nº 02, de 21/10/14.

8.5.1 - Caso a aplicação do percentual de que trata o item 8.5 deste Edital resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, dando-se direito a inscrição com reserva de vaga. No caso de resultar em número fracionado, inferior a 0,5% (meio ponto percentual), não haverá reserva exclusiva de vagas, devendo fazer a inscrição comum concorrendo regularmente com os demais candidatos.

8.5.2 - Para os empregos não contemplados com vaga reservada para portadores de necessidades especiais, em função do número de vagas, será aplicado a ordem geral de classificação.

8.5.3 - O candidato portador de necessidades especiais concorrerá a todas as vagas oferecidas no emprego público escolhido, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.

8.5.4 - Considera-se pessoa portadora de necessidades especiais aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e alterações.

8.5.5 - O candidato portador de necessidades especiais participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, obedecidos aos procedimentos deste Edital.

8.5.6 - Para solicitar qualquer tipo de atendimento diferenciado durante a realização da prova, deve ser efetuado o procedimento descrito nos itens 3.8 a 3.8.6 e 11.7 a 11.7.1 deste edital.

8.5.7 - Tendo sido aprovados no Concurso Público os portadores de necessidades especiais serão submetidos a Perícia Médica Oficial para comprovação da deficiência informada pelo candidato, se for o caso, e no ato de seu exame admissional para comprovação da compatibilidade de suas limitações com o exercício das atribuições do emprego público.

09 - DA ADMISSÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS:

09.1 - A admissão dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, pela ordem decrescente da pontuação aferida, estabelecida de acordo com o item 7 (sete) deste Edital.

09.2 - No ato da posse será exigido original (ou cópia autenticada em cartório, no caso de posse por procurador) da Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor com comprovante de regularidade (comprovante de votação ou justificativa da última eleição), Certificado de Reservista (sexo masculino), CNH, duas fotos 3x4 coloridas, comprovante de escolaridade, comprovante de residência e, em caso de deficiência,

declaração médica expressando ser compatível a deficiência com as atribuições do emprego público pretendido.

09.3 - Caso o candidato convocado para assumir o emprego público não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, o CIAPS convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo emprego.

09.4 - Para todas as admissões é obrigatório o exame médico admissional. Os candidatos serão avaliados com os conceitos "Apto" ou "Inapto", sendo considerados aprovados para contratação os candidatos que obtiverem conceito "Apto". O médico designado para o exame médico admissional poderá exigir exames complementares caso necessário para correta avaliação das condições laborais do candidato.

09.5 - Os candidatos admitidos deverão possuir e/ou abrir conta corrente no Banco do Brasil, para depósito da remuneração salarial.

09.6 - Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do emprego público, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga. O candidato não se manifestando no prazo de 15 (quinze) da convocação, considerar-se-á desistência tácita, sendo convocado o próximo classificado.

09.7 - Toda documentação deve ser entregue e os exames admissionais (incluindo os complementares solicitados) realizados com êxito no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do ato de provimento, prorrogáveis por igual período mediante requerimento justificado, sob pena de revogação do ato e perda da vaga.

10 - DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO E DA HOMOLOGAÇÃO:

10.1 - O prazo de validade do concurso será de 02 (dois) anos, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

10.2 - A homologação do Concurso Público se dará após o decurso do prazo recursal da classificação ou após o julgamento dos recursos recebidos, através de publicação na imprensa oficial.

11 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1 - A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do Concurso Público.

11.1.1 - As atribuições resumidas dos empregos ofertados neste Concurso Público constam do Anexo V deste Edital.

11.1.2 - A aprovação em concurso não cria o direito à nomeação, mas esta, quando se der, respeitará a ordem de classificação dos candidatos.

11.1.3 - Os candidatos aprovados neste concurso e nomeados para emprego público efetivo ficarão submetidos ao Regime Jurídico Trabalhista (Celetista) e ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS/INSS), bem como ao Estatuto do CIAPS e seu Regulamento do Quadro de Pessoal, com cumprimento de Contrato de Experiência por período de noventa (90) dias, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação especial para o desempenho do emprego público.

11.1.4 - Preenchidas as vagas deste Concurso, e abertas outras, por resolução, para os mesmos empregos públicos, dentro do seu prazo de validade, serão preenchidas pelos candidatos aprovados, se ainda houver, conforme a classificação.

11.2 - Durante a vigência deste Edital o candidato classificado deverá manter seu endereço e número telefônico devidamente atualizado, protocolando comunicação das alterações junto a sede do CIAPS.

11.3 - Fica assegurada a fiscalização do processo, em todas as suas fases, pelas entidades interessadas.

11.4 - Fica delegado competência à COMISSÃO ESPECIAL, designada pela Resolução nº 36, de 30/03/2017, para coordenar e controlar todas as etapas do presente Concurso.

11.5 - Fica delegado competência à COMISSÃO TÉCNICA, constituída pela Resolução nº 37, de 30/03/2017, para elaborar, aplicar, julgar, avaliar e rever as provas do presente Concurso, direta ou indiretamente.

11.6 - Decorrido o prazo prescricional (cinco anos) da homologação do Concurso Público, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, de posse da Comissão Técnica, mantendo-se, entretanto, em arquivo o processo administrativo do Concurso Público e os registros do CIAPS a ele referentes.

11.7 - Os candidatos portadores de deficiência, com necessidades ou condições especiais que necessitem de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverão solicitá-lo, por escrito no ato de inscrição, com o preenchimento do Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), indicando claramente os recursos necessários para a realização das provas, efetuando o seu protocolo devidamente instruído com documentos comprobatórios da situação, na forma prevista neste edital (itens 3.8 a 3.8.6).

11.7.1 - Do mesmo modo a candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito, com o preenchimento do Anexo II indicando o acompanhante que irá permanecer em sala reservada para essa finalidade. Este requerimento deve ser protocolado na forma deste Edital (itens 3.8 a 3.8.6). Não haverá compensação de tempo em razão de amamentação

e/ou de outra necessidade especial.

11.8 - São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Conteúdos Programáticos das Provas Escritas.
- b) Anexo II - Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova.
- c) Anexo III - Cronograma do Concurso Público;
- d) Anexo IV – Formulário de Recurso;
- e) Anexo V – Descrição Sumária das Atividades de cada emprego.

11.9 – Os candidatos poderão ter acesso ao Estatuto do CIAPS, ao Regulamento do Quadro de Pessoal e as demais Resoluções citadas neste Edital, via internet, no site www.ciaps.sc.gov.br.

11.10 - Os casos omissos serão resolvidos pelo CIAPS, de acordo com a legislação vigente.

Apiúna, em 31 de Março de 2017.

Paulo Roberto Weiss
Presidente do CIAPS

ANEXO I

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA

PARA O EMPREGO DE ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO (AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS)

Língua Portuguesa: Compreensão de textos – O verbo – Estrutura do período, da oração e da frase – Ortografia, acentuação e pontuação – Denotação e conotação – Fonologia – Classes Gramaticais – Formação de Palavras.

Matemática: Conjuntos numéricos (números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos) e suas operações; Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade volumétrica, massa, ângulo e tempo; Regra de Três (simples, composta, diretamente proporcional e inversamente proporcional), razões e proporções; Juros Simples.

Conhecimentos Gerais: História e geografia do Brasil e de Santa Catarina. Aspectos econômicos, políticos e sociais do Brasil e de Santa Catarina. Atualidades do Brasil e do mundo. Esportes, turismo e lazer.

PARA O EMPREGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO (TÉCNICO EM ENFERMAGEM)

Língua Portuguesa: Compreensão de textos – Textos não literários de diversos tipos, textos literários de autores brasileiros: crônica, conto, novela, romance, poema, teatro. Literatura – A literatura brasileira: das origens aos nossos dias. Conhecimento linguístico – Morfossintaxe: o nome e seus determinantes. O verbo. As palavras de relação – Estrutura do período, da oração e da frase – Concordância nominal e verbal – Regência nominal e verbal – Colocação pronominal – Estrutura do parágrafo – Ortografia, acentuação e pontuação. Estilística: Denotação e conotação. Figuras de linguagem: figuras de palavras, figuras de sintaxe e figuras de pensamento.

Matemática: Conjuntos numéricos (números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos) e suas operações; Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade volumétrica, massa, ângulo e tempo; Regra de Três (simples, composta, diretamente proporcional e inversamente proporcional), razões e proporções; Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação e Interpretação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; Cálculos algébricos, produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas, simplificação de expressões algébricas; Equações, Inequações, sistemas polinomiais de 1º e 2º grau; Sequências e Progressões; Matrizes, Determinantes e Sistemas Lineares; Análise Combinatória; - Probabilidade; Matemática Financeira: Juros simples e compostos; Estudo de funções: 1º grau, 2º grau, exponencial, logarítmica e trigonométrica; Geometria Plana e Espacial, trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; Geometria Analítica: ponto, reta, circunferência e cônicas; Polinômios e equações polinomiais.

Conhecimentos Gerais: História e geografia do Mundo, do Brasil e de Santa Catarina. Aspectos econômicos, políticos e sociais do mundo, do Brasil e de Santa Catarina. Atualidades do Brasil e do mundo. Esportes, turismo e lazer. Economia mundial, nacional, estadual e municipal. Aspectos de Ciências, Cultura, Cinema, Artes e Tecnologia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (REFERENTE A CADA EMPREGO).

PARA O EMPREGO DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO (TÉCNICO EM ENFERMAGEM)

Procedimentos básicos da enfermagem. Técnicas, Tipos de Curativos, Administração de Medicamentos (dilução, dosagem, vias e efeitos colaterais). Medidas de controle das doenças transmissíveis; doenças transmissíveis não imunizáveis e parasitárias. Doenças sexualmente transmissíveis. Doenças transmissíveis imunizáveis. Imunização: Conceito, tipos, principais vacinas e soros utilizados (indicação,

contraindicações, doses, vias de administração, efeitos colaterais), conservação de vacinas e soros (cadeia de frio). Esterilização: conceito, método de esterilização. Assistência de enfermagem à mulher no pré-natal. Assistência de enfermagem à criança: No controle das doenças diarreicas, no controle das infecções respiratórias agudas, no controle das verminoses. Assistência de enfermagem ao adulto. Conceito, causas, sinais e sintomas, tratamento e assistência de enfermagem das patologias: hipertensão arterial, pneumonias, hemorragia digestiva, diabetes mellitus, acidente vascular cerebral, traumatismos (distensão, entorses e fraturas). Primeiros Socorros. A inserção dos Serviços de enfermagem no Sistema Único de Saúde (SUS). Código de Ética e Lei do Exercício Profissional. Funcionamento os sistemas: locomotor, pele e anexos, cardiovascular, linfático, respiratório, nervoso, sensorial, endócrino, urinário e órgãos genitais. Agentes infecciosos e ectoparasitos (vírus, bactérias, fungos, protozoários e artrópodes). Doenças transmissíveis pelos agentes infecciosos e ectoparasitos. Saneamento básico. Promoção da saúde e modelos de vigilância. Estratégia de Saúde da Família. Atuação nos programas do Ministério da Saúde. Educação em saúde. Doenças de notificação compulsória. Assistência ao indivíduo, família e comunidade com transtornos: agudos, crônicos degenerativos, mentais, infecciosos e contagiosos. Assistência de enfermagem no pré, trans e pós-operatório. Assistência de enfermagem em urgência e emergência. Atualidades relativas à profissão. Lei Orgânica dos Municípios do CIAPS. Conhecimentos de Informática: Word, Excel e Navegadores de Internet nas versões a partir de 2003. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

PARA O EMPREGO DE ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO (AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS)

Conservação dos instrumentos de trabalho. Noções de limpeza e higiene; Limpeza de pisos, tapetes, móveis e objetos diversos; Limpeza de paredes, tetos, portas, rodapés, luminárias, vidraças e persianas; Limpeza de ralos, caixa de gordura, vasos e pias; Uso e cuidado com materiais de limpeza e higiene, detergente, desinfetante e defensivo; Limpeza de ruas e coleta de lixo; Produtos apropriados para limpeza de: pisos, paredes, vasos sanitários, azulejos, etc.; Noções de microbiologia: contaminação, desinfecção, micróbios. Higiene ambiental (instalações/equipamentos e utensílios). Saúde do trabalhador (higiene e saúde de manipuladores). Combate às pragas e vetores urbanos. Higienização de legumes, verduras, frutas, carnes, peixes, aves e ovos. Doenças transmitidas por alimentos. Boas práticas de manipulação e controle na produção de alimentos. Etapas da produção de refeições: recepção e armazenamento de gêneros alimentícios, pré-preparo, preparo e distribuição. Noções básicas de conservação, manutenção, cozimento, armazenamento e reposição dos alimentos. Adequação da alimentação do escolar e do adolescente. Pirâmide de alimentos. Controle de estoque e técnicas de armazenamento de gêneros alimentícios. Manuseio e conservação de equipamentos e utensílios. Higiene dos alimentos, ambiental, dos utensílios e equipamentos. Prevenção de acidentes. Noções básicas de relações humanas no trabalho. Noções básicas de segurança e higiene do trabalho e uso de Equipamentos de Proteção - EPI inerente às atividades a serem desenvolvidas. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

Obs.: Legislação federal disponível in www.planalto.gov.br

ANEXO II

REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS

_____, inscrito(a) ao Concurso Público nº 01/2017 do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS, inscrição nº _____, concorrendo ao emprego público de _____, portador do CPF nº _____ e do documento de identidade nº _____, residente e domiciliado(a) na _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP. _____, requer a Vossa Senhoria condição especial para realização de provas, conforme itens 3.8 a 3.8.6 e 11.7 a 11.7.1 do presente Edital:

(Assinale a sua opção)

1) () Prova Ampliada

Fonte nº _____ / Letra _____

2) () Sala Especial

Especificar: _____

3) () Leitura de Prova

4) () Outra Necessidade

Especificar: _____

Nestes termos,
Pede deferimento.

Apiúna, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do(a) Candidato(a)

ANEXO III

CRONOGRAMA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017

DATA PREVISTA	ATO
04/04/2017	Publicação do Edital no DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br), no site do CIAPS (www.ciaps.sc.gov.br) no site da empresa contratada (www.sconconcursos.com.br) e, na forma de extrato, em jornal de circulação regional.
04 a 24/04/2017	Período de inscrições
04 a 15/04/2017	Período para solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição, devidamente instruído com os comprovantes estabelecidos no edital.
20/04/2017	Divulgação da lista de isentos do pagamento da taxa de inscrição
04 a 25/04/2017	Prazo para pagamento da taxa de inscrição
27/04/2017	Homologação provisória das inscrições e divulgação do local das provas
28/04/2017 e 02/05/2017	Prazo para recurso contra não homologação da inscrição
04/05/2017	Homologação final das inscrições
07/05/2017	Data das provas escritas
08/05/2017	Publicação do gabarito oficial
09 e 10/05/2017	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório
15/05/2017	Publicação do gabarito oficial retificado, se for o caso
15/05/2017	Publicação da classificação provisória
16 e 17/05/2017	Prazo para recursos contra a classificação provisória
19/05/2017	Publicação do resultado final do Concurso Público nº 01/2017
19/05/2017	Homologação do Concurso Público nº 01/2017

Obs.: Cronograma sujeito a alterações, divulgadas no site do CIAPS (www.ciaps.sc.gov.br), no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br) e no site www.sconconcursos.com.br,.

ANEXO IV

FORMULÁRIO DE RECURSO / CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL E/OU COMISSÃO TÉCNICA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS:

NOME DO(A) CANDIDATO(A): _____,
CPF nº _____, Nº DE INSCRIÇÃO: _____, concorrendo ao emprego público de _____,
vem recorrer:

Tipo de Recurso (Assinale o tipo de Recurso)

- () CONTRA o indeferimento da inscrição.
() CONTRA a formulação das questões da prova escrita e respectivos quesitos.
() CONTRA a opção considerada como certa na prova objetiva, conforme o gabarito oficial.
() CONTRA a pontuação atribuída para a classificação final.

REFERENTE PROVA:

Nº da Questão: _____

Gabarito Oficial: _____

Resposta do Candidato: _____

Fundamentação do Recurso:

Observação: Preencher a máquina ou digitar e entregar este formulário em 2 (duas) vias, na sede do Consórcio Intermunicipal, no endereço supra. Uma via será devolvida com protocolo.



Apiúna (SC), _____ de _____ de 2017.

Assinatura do(a) Candidato(a)

Assinatura do Recebedor/Responsável

ANEXO V

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES DE CADA EMPREGO - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017

TÉCNICO EM ENFERMAGEM: Auxiliar no atendimento à pacientes nas unidades hospitalares e de saúde pública sob supervisão; Orientar e revisar o auto cuidado do cliente a alimentação e higiene pessoal; Executar a higienização ou preparação dos clientes para exames ou atos cirúrgicos; Zelar pela limpeza, conservação e assepsia do material e do instrumental; Executar e providenciar a esterilização de salas e do instrumento adequado às intervenções programadas; Manter atualizado o prontuário dos pacientes; Verificar a temperatura, pulso e respiração e registrar os resultados nos prontuários; Ministras medicamentos, aplicar imunizantes e fazer curativos; Fazer a orientação sanitária de indivíduos em unidade de saúde; Atividade auxiliar, na área de enfermagem, desenvolvidas junto ao indivíduo, família a comunidade visando a prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS: Operar eletrodomésticos e outros equipamentos e utensílios; Lavar manualmente ou por meios mecânicos louças, talheres e utensílios; Fazer e servir café, água e outros alimentos solicitados nas dependências dos órgãos; Preparar e servir refeições e proceder a aquecimento de alimentos; Receber e examinar o material destinado à preparação de alimentos e bebidas e acondicioná-los em recipientes adequados; Informar previamente à Chefia imediata sobre a necessidade de material para o desenvolvimento normal dos serviços; Manter e zelar pela conservação dos equipamentos e utensílios utilizados; Efetuar o controle do material existente no setor, discriminando-o por peças e respectivas quantidades, para manter o estoque e evitar extravios; Executar serviços de limpeza e conservação, zelando pela ordem e segurança no ambiente de trabalho, observando as normas e instruções, para prevenir acidentes; Notificar toda e qualquer ocorrência que dificulte o bom andamento dos trabalhos, visando o conserto ou reparo de aparelhos ou substituição de materiais; Manter o ambiente de trabalho limpo e com boa aparência; Proceder a coleta e remoção de resíduos, aplicação de ceras industriais, conservantes, lustradores e limpadores em móveis e pisos, retirada do pó ou varrição de pisos, carpetes e tapetes nos escritórios e áreas externas; Coleta e remoção de papéis usados, colocação de desodorizantes, aplicação de detergentes, lavagem e higienização em sanitários; Retirada de resíduos e limpeza dos vidros das portas e janelas; Reposição de materiais de higiene pessoal, tudo visando ao asseio e conservação dos prédios públicos e das áreas limítrofes; Efetuar corte de grama, bem como a poda de árvores e arbustos; Capinagem de áreas verdes com a retirada de todo material para depósito de lixo; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

RESOLUÇÃO Nº 35, DE 01/03/2017

RESOLUÇÃO nº 35, de 01/03/2017.

Altera o Regulamento do Quadro de Pessoal do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial – CIAPS.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIAPS; e

Considerando-se:

- as deliberações da 7ª Assembleia Geral (Extraordinária) do CIAPS, realizada na data de 02/05/2016, e da 8ª Assembleia Geral (Extraordinária) do CIAPS, realizada na data de 11/05/2016, na cidade de Apiúna/SC, e o disposto na Resolução nº 02, de 21/10/2014;
- a publicação da Lei Complementar de Apiúna nº 159/2016, de 13/06/2016, da Lei Complementar de Ascurra nº 170, de 01/07/2016, e da Lei Complementar de Rodeio nº 58, de 13/07/2016, e a vigência do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Consórcio Público, firmado em 01/09/2016, visando consolidar as alterações ocorridas no Protocolo de Intenções e no Estatuto do CIAPS;
- as revisões gerais anuais dos salários dos empregados do CIAPS, concedidas pelas Resoluções nº 07, de 20/01/2015, nº 16, de 15/01/2016, e nº 32, de 30/01/2017, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição Federal;

RESOLVE:

Art. 1º - O Regulamento do Quadro de Pessoal do CIAPS, instituído pela Resolução nº 02, de 21/10/2014, modificado pela Resolução nº 11, de 27/01/2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º -

§ 2º - Após deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, nos termos do disposto no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, utilizando como teto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

§ 3º -

Art. 31 -

I - R\$ 71,16 (setenta e um reais e dezesseis centavos) para os empregos que exigem nível superior;

II - R\$ 47,44 (quarenta e sete reais e quarenta e quatro centavos) para os empregos que exigem nível médio; e

III - R\$ 23,72 (vinte e três reais e setenta e dois centavos) para os empregos que exigem ensino fundamental.

.....

§ 5º – Os valores previstos nos incisos do caput deste artigo serão atualizados anualmente pelo mesmo percentual aplicado na revisão geral das remunerações dos servidores do CIAPS.

Art. 32 -

.....

Art. 46 -

§ 1º - O valor dos salários será alterado uniformemente, através de Resolução da Diretoria do CIAPS, no mês de janeiro de cada ano, após deliberação da Assembleia Geral do Consórcio Público, em face da Revisão Geral Anual, disposta no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, utilizando como teto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

§ 1º-A - A revisão geral anual de que trata o parágrafo anterior observará as seguintes condições:

I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias dos Municípios consorciados;

II - definição do índice em Assembleia Geral específica;

III - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na Resolução do Orçamento Anual;

IV - comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo Consórcio Público, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de sua atuação;

V - compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho; e

VI - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º-B - Acaso a revisão geral ocorra em percentual inferior à variação da inflação do ano anterior a diferença poderá integrar futura revisão anual, observadas as condições do parágrafo anterior, vedada à concessão de efeitos financeiros retroativos.

§ 1º-C - Para os salários majorados devido à elevação do salário mínimo ou do piso salarial, o referido aumento deverá ser compensado quando da aplicação do disposto no § 1º deste artigo.

§ 2º -

§ 2º-A – Após deliberação da Assembleia Geral e autorização legislativa dos Entes Consorciados, a Diretoria poderá conceder reclassificação do salário inicial de empregos do quadro geral e/ou reajuste geral de salários aos empregados do Consórcio Público.

§ 3º -

.....

Art. 47 -

.....

Art. 52 - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas no Estatuto do Consórcio Público e neste regulamento será concedido aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, no valor diário de R\$ 17,39 (dezesete reais e trinta e nove centavos).

§ 1º - Para fins de concessão do auxílio previsto neste artigo, serão considerados os dias úteis para cada mês.

§ 2º -

.....

Art. 95 -

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
1	Coordenador Executivo	40 hs	R\$ 5.039,65

§ 1º -

.....

Art. 96 -

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
01	Médico	10 horas	R\$ 5.039,65
01	Enfermeiro	40 horas	R\$ 3.802,05
01	Assistente Social	30 horas	R\$ 3.469,56
02	Psicólogo	40 horas	R\$ 3.469,56
02	Técnico em Enfermagem	40 horas	R\$ 1.771,69
02	Auxiliar Administrativo	40 horas	R\$ 1.919,32
01	Motorista	40 horas	R\$ 1.402,28
01	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	R\$ 1.033,49

§ 1º -

Art. 99 – Admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público consistente:

I - na substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para continuidade dos serviços do Consórcio Público;

II – na contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização da Assembleia Geral.

§ 1º - Os contratados temporariamente exercerão todas as funções do emprego público, percebendo a remuneração para ele prevista.

§ 2º - A contratação de que trata este artigo, será precedida de processo seletivo de provas ou de provas e títulos, inclusive com possibilidade de aproveitamento de seleção realizada pelo Município sede do Consórcio Público, respeitada a ordem de classificação dos candidatos remanescentes.

Art. 100 -

§ 2º - O retorno do servidor titular ao exercício de suas funções, a efetivação de servidores por Concurso Público para o emprego público ou o alcance do prazo máximo de que trata o parágrafo anterior faz cessar automaticamente a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

Art. 101 -

Art. 105 -

§ 2º – A carga horária de estágio ficará estabelecida em 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou em 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, remuneradas através de bolsa-estágio nos seguintes valores:

I – R\$ 546,55 (quinhentos e quarenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II – R\$ 816,54 (oitocentos e dezesseis reais e cinquenta e quatro centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

§ 3º -

Art. 108 -

§ 3º - Caberá ao Coordenador Executivo diligenciar pela assiduidade e pontualidade dos servidores do Consórcio Público, adotando-se anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, observadas as disposições legais, em especial o art. 74 da CLT.

Art. 109 -

Parágrafo Único – Fica autorizado o aproveitamento de seleção realizada pelo Município sede do Consórcio Público no recrutamento de pessoal para contratação temporária no CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS, respeitada a ordem de

classificação dos candidatos remanescentes.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna - SC, em 01 de Março de 2017.

Paulo Roberto Weiss Prefeito de Rodeio Presidente do CIAPS	José Gerson Gonçalves Prefeito de Apiúna
LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI Prefeito de Ascurra	Luiz Cláudio Kades Assessor Jurídico da AMMVI / CIAPS (OAB/SC 17.692)

RESOLUÇÃO Nº 36, DE 30/03/2017

RESOLUÇÃO nº 36, de 30/03/2017.

Designa Comissão Especial de Concurso Público para coordenar todas as etapas do Concurso Público nº 01/2017.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIAPS, e fundamentado no Artigo 16 do Regulamento do Quadro de Pessoal, aprovado pela Resolução nº 02, de 21/10/14;

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão Especial para coordenar todas as etapas do Concurso Público nº 01/2017 do CIAPS, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos, integrada pelos servidores abaixo, sob a presidência do primeiro, e sem ônus para as municipalidades e para o Consórcio Público, a contar desta data:

Nome	Emprego/Função
Fredy Richard Eichstaedt	Coordenador Executivo
Gustavo Pintarelli	Enfermeiro
Camila Alessandra Costa	Auxiliar Administrativa

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna - SC, em 30 de Março de 2017.

Paulo Roberto Weiss Prefeito de Rodeio Presidente do CIAPS	José Gerson Gonçalves Prefeito de Apiúna
Lairton Antônio Possamai Prefeito de Ascurra	Luiz Cláudio Kades Assessor Jurídico da AMMVI / CIAPS (OAB/SC 17.692)

RESOLUÇÃO Nº 37, DE 30/03/2017

RESOLUÇÃO nº 37, de 30/03/2017.

Constitui Comissão Técnica do Concurso Público nº 01/2017.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIAPS, e fundamentado no Artigo 17 do Regulamento do Quadro de Pessoal, aprovado pela Resolução nº 02, de 21/10/14;

RESOLVE:

Art. 1º - Comissão Técnica que se responsabilizará pela elaboração, aplicação e correção das provas do Concurso Público nº 01/2017 do CIAPS, bem como pelo assessoramento no julgamento de eventuais recursos relacionados às provas, composta pelos seguintes membros:

NOME	CPF nº
Scheila Aparecida Weiss	035.774.019-07
Josemar Luckmann	951.730.729-20
Alexandro Garlini	057.212.809-64

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna - SC, em 30 de Março de 2017.

Paulo Roberto Weiss
Prefeito de Rodeio
Presidente do CIAPS

José Gerson Gonçalves Prefeito de Apiúna

Lairton Antônio Possamai
Prefeito de Ascurra

Luiz Cláudio Kades
Assessor Jurídico da AMMVI / CIAPS (OAB/SC 17.692)